ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 42

Brasília - DF, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014

## Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Legislativo ..... 2
Atos do Poder Executivo ..... 2
Presidência da República ..... 21
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 25
Ministério da Cultura ..... 26
Ministério da Educação ..... 31
Ministério da Fazenda ..... 34
Ministério da Integração Nacional ..... 50
Ministério da Justiça ..... 53
Ministério da Previdência Social ..... 57
Ministério da Saúde ..... 58
Ministério das Comunicações ..... 104
Ministério de Minas e Energia ..... 110
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 140
Ministério do Esporte ..... 247
Ministério do Meio Ambiente ..... 248
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..... 250
Ministério do Trabalho e Emprego ..... 251
Ministério dos Transportes ..... 253
Conselho Nacional do Ministério Público ..... 257
Ministério Público da União ..... 260
Tribunal de Contas da União ..... 262
Poder Legislativo ..... 301
Poder Judiciário ..... 301
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 333

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 119 (1)**
ORIGEM :
PROCED. : RONDÔNIA
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : PEDRO ORIGA NETO
ADV.(A/S) : LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
|---|---|---|
| de 02 a 28 | R$ 0,30 | R$ 1,80 |
| de 32 a 76 | R$ 0,50 | R$ 2,00 |
| de 80 a 156 | R$ 1,10 | R$ 2,60 |
| de 160 a 250 | R$ 1,50 | R$ 3,00 |
| de 254 a 500 | R$ 3,00 | R$ 4,50 |

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 272 da Constituição do Estado de Rondônia, prejudicada a ação em relação aos artigos 101 e 102, IV, da referida Constituição, e em relação ao art. 37 das suas disposições constitucionais transitórias. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Falou pelo Ministério Público Federal o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 144 (2)**
ORIGEM :
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : JALLES COSTA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO E OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, confirmou a medida liminar concedida pelo Acórdão de fls. 92-111 e julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade das expressões "municipais" e "de empresa pública e de sociedade de economia mista", constantes do § 5º do art. 28 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 179 (3)**
ORIGEM :
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : MANOEL ANDRE DA ROCHA E OUTROS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu em parte da ação direta e, na parte conhecida, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade dos art. 4º; 9º, parágrafo único; 11; 12, *caput*; 13; 16, inciso II e parágrafo único; 19; 26; 28; 29; 30; 31; 38; 50; 60; 61 e 63, todos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 239 (4)**
ORIGEM :
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO SANTOS NEVES E OUTROS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "pelo prazo máximo de um ano", contida no art. 90, § 3º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e reconhecer a não recepção da expressão "com vencimentos e vantagens integrais", contida no mesmo dispositivo, pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista a redação dada ao dispositivo constitucional paradigma pela EC nº 19, de 4 de junho de 1998. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 290 (5)**
ORIGEM : ADI - 290 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : SADI LIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "assegurada aos servidores ocupantes de cargos ou empregos de nível médio e superior remuneração não inferior ao salário mínimo profissional estabelecido em lei", contida no inciso II do art. 27 da Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como da íntegra da Lei estadual nº 1.117/90. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 310 (6)**
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : SANDRA MARIA DO COUTO E SILVA E OUTROS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : SECRETÁRIOS DE FAZENDA, FINANÇAS OU TRIBUTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E DE TODOS OS ESTADOS DA FEDERAÇÃO
INTDO.(A/S) : MINISTRA DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, rejeitou a preliminar suscitada pelo Advogado-Geral da União. No mérito, confirmou a cautelar concedida e julgou procedente a ação direta para suspender a eficácia dos Convênios ICMS nºs 1, 2 e 6, todos de 30 de maio de 1990, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, tudo nos termos do voto da Relatora. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Falou pelo requerente o Dr. Carlos Alberto Ramos Filho, Procurador do Estado. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 318 (7)**
ORIGEM : ADI - 318-6 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : JOSE LUIZ LADEIRA BUENO
ADV.(A/S) : FRANCISCO DEIRO COUTO BORGES
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : JOAO NOGUEIRA DE REZENDE

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para confirmar a medida cautelar e declarar a inconstitucionalidade do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 509 (8)**
ORIGEM : ADI - 509 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : LUDOVICO ANTONIO MERIGHI
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Decisão:** Por proposta do Senhor Ministro Marco Aurélio, o Tribunal deliberou adiar o julgamento. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.08.2008.

**Decisão**: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, confirmou em parte a liminar concedida; julgou extinto o processo no que se refere à Lei Complementar nº 2 do Estado de Mato Grosso, de 24 de maio de 1990, dada à carência superveniente da ação, representada pelo desaparecimento do interesse processual, e julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar inconstitucional a expressão "que servirá de limite máximo para a remuneração dos cargos do Poder Judiciário", constante do inciso XXXI do artigo 26, e a expressão "e Judiciário", contida no *caput* do artigo 145, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso. Votou o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Plenário, 19.02.2014.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 668 (9)**
ORIGEM :
PROCED. : ALAGOAS
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : PGE-AL ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do inciso XII do art. 55 da Constituição do Estado de Alagoas. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.894 (10)**
ORIGEM : ADI - 53662 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV. : PGE-SC - MANOEL CORDEIRO JUNIOR
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Decisão**: Depois do voto do Sr. Ministro Néri da Silveira (Relator), que **indeferia** o pedido de medida cautelar, o julgamento foi **suspenso** em virtude do pedido de **vista** formulado pelo Sr. Ministro Nelson Jobim. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Presidente, e Moreira Alves. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 02.12.98.

**Decisão:** Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Nelson Jobim, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 28.04.2004.

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicada a ação direta, nos termos do voto da Ministra Cármen Lúcia, que redigirá o acórdão. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 19.02.2014.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária


**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**CASA CIVIL**
**IMPRENSA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
**SEÇÃO 1**
Publicação de atos normativos

**SEÇÃO 2**
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

**SEÇÃO 3**
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas**

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787


# Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 12.956, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais) para o fim que especifica.

Faço saber que a **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 626, de 2013, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 27 de fevereiro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito**
**UNIDADE: 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES**
**Min. da Educação**
**ANEXO**
**PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )** — **Crédito Extraordinário**
**Recurso de Todas as Fontes**
**R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0902** | | **Operações Especiais: Financiamentos com Retorno** | | | | | | | **2.531.486.253** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 694** | **0902 00IG** | **Concessão de Financiamento Estudantil - FIES** | | | | | | | **2.531.486.253** |
| 12 694 | 0902 00IG 6502 | Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário) | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 188 | 2.531.486.253 |
| | | | | | | | | | 2.531.486.253 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **2.531.486.253** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.531.486.253** |

# Atos do Poder Executivo

## DECRETO Nº 8.200, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativista da Guiana, partes signatárias do Acordo, e a Federação de São Cristóvão e Névis, em sua qualidade de país aderente, em 25 de maio de 2012.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 28 de janeiro de 2003, o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica n° 38, conforme retificado, promulgado pelo Decreto nº 4.809, de 15 de agosto de 2003; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, partes signatárias do Acordo, e da Federação de São Cristóvão e Névis, em sua qualidade de país aderente, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 25 de maio de 2012, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38,

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38, entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativista da Guiana, partes signatárias do Acordo, e a Federação de São Cristóvão e Névis, em sua qualidade de país aderente, de 25 de maio de 2012, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Luiz Alberto Figueiredo Machado*
*Guido Mantega*
*Mauro Borges Lemos*

## ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA N° 38 ASSINADO AO AMPARO DO ARTIGO 25 DO TRATADO DE MONTEVIDÉU 1980, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

**Sexto Protocolo Adicional**
**(Adesão da Federação de São Cristóvão e Névis)**

A República Federativa do Brasil e a República Cooperativista da Guiana, Partes Signatárias do Acordo, e a Federação de São Cristóvão e Névis, em sua qualidade de país aderente,

**TENDO EM VISTA** o Acordo de Alcance Parcial assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo da República Cooperativista da Guiana, em 27 de junho de 2001, e o disposto em seus Artigos 23 e 24 referentes a adesão,

**CONVÊM EM:**

**Artigo 1°.** - Formalizar, ao amparo do disposto nos Artigos 23 e 24 do Acordo de Alcance Parcial assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo da República Cooperativista da Guiana, em 27 de junho de 2001, doravante o "Acordo", a adesão da Federação de São Cristóvão e Névis, mediante a assinatura do presente Protocolo.

**Artigo 2°.** - A partir da entrada em vigor do presente Protocolo Adicional, modifica-se o nome do Acordo de Alcance Parcial N° 38 para "ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA N° 38, SUBSCRITO AO AMPARO DO ARTIGO 25 DO TRATADO DE MONTEVIDÉU 1980, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA E A FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS".

**Artigo 3°.** - Emenda-se o Acordo para que, em sua interpretação e aplicação, quando o texto se referir às "Partes", entenda-se que se refere à República Federativa do Brasil, à República Cooperativista da Guiana e à Federação de São Cristóvão e Névis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**Artigo 4°.** - De conformidade com o disposto no presente Protocolo, a Federação de São Cristóvão e Névis assume todos os compromissos emanados do Acordo, modificado pelo Segundo Protocolo Adicional, de 17 de novembro de 2003, e prorrogado indefinidamente pelo Quarto Protocolo Adicional, de 26 de agosto de 2008, e adquire todos os direitos que o mesmo outorga a seus participantes.

**Artigo 5°.** - Incorporar ao mencionado Acordo os Anexos IV e V, que constam como Anexos 1 e 2 do presente Protocolo, contendo as preferências tarifárias e demais condições para a importação dos produtos neles relacionados, originários dos territórios das Partes, outorgadas pela República Federativa do Brasil à Federação de São Cristóvão e Névis e por esta última à República Federativa do Brasil, respectivamente.

**Artigo 6°.** - Modificar o Artigo 20 do Acordo, que ficará redigido da seguinte maneira:

"Artigo 20. - As Partes concordam em estabelecer uma Comissão Administradora, doravante denominada a "Comissão", a qual deverá ser composta de representantes da República Federativa do Brasil, da República Cooperativista da Guiana e da Federação de São Cristóvão e Névis."

**Artigo 7°.** - Modificar o Artigo 32 do Acordo, que ficará redigido da seguinte maneira:

"Artigo 32. - A importação pela República Federativa do Brasil dos produtos da República Cooperativista da Guiana e da Federação de São Cristóvão e Névis incluídos no presente Acordo não estará sujeita à aplicação do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante, estabelecido pelo Decreto Lei N° 2404, de 23 de dezembro de 1987, conforme o disposto pelo Decreto N° 97945, de 11 de julho de 1989, suas modificatórias e complementárias."

**Artigo 8°.** - O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois de seu depósito na Secretaria-Geral da ALADI.

**EM FÉ DO QUE**, os Plenipotenciários abaixo assinados, autorizados em boa e devida forma, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Montevidéu, Brasília e Basseterre, em 25 de maio de 2012, em dois originais nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Ruy Pereira; Pelo Governo da República Cooperativista da Guiana: Kellawan Lall; Pelo Governo da Federação de São Cristóvão e Névis: Charleton Edwards.

**ANEXO 1**

**PREFERÊNCIAS OUTORGADAS PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL À FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS**

**ANEXO IV**

**PREFERÊNCIAS OUTORGADAS PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL À FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS**

| NALADISA96 | Descrição | Observação | CARICOMHS | Description | Observation | Preferências Outorgadas / Preferences granted |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02011000 | Carcaças e meias-carcaças | | 0201.10 | Beef/cattle | | 100% |
| 02071100 | Carnes de galos e de galinhas, não cortadas em pedaços, frescas ou refrigeradas | | 0207.10 | Frozen Poultry | | 100% |
| 03037900 | Outros peixes, exceto os fígados, ovas e sêmen | | 0303.792 | Frozen fish | | 100% |
| 03061300 | Camarões congelados | | 0306.13 | Shrimps and prawns | | 100% |
| 07020000 | Tomates, frescos ou refrigerados. | | 0702:00 | Tomato | | 100% |
| 07031020 | "Échalotes" | | 0703:102 | Eschallot/Shallots | | 100% |
| 07049000 | Outras carnes de peixes | | 0704:901 | Cabbage | | 100% |
| 07061000 | Cenouras e nabos | | 0706:101 | Carrots | | 100% |
| 07070000 | Pepinos e pepininhos ("cornichons"), frescos ou refrigerados. | | 0707:001 | Cucumbers | | 100% |
| 07081000 | Ervilhas (Pisum sativum) | | 0708:101 0708.102 | Pigeon peas; Black eye peas | | 100% |
| 07082000 | Feijões (Vigna spp., Phaseolus spp.) | | 0708.202 0708.209 | Bora, Saeme | | 100% |
| 07093000 | Berinjelas | | 0709:30 | Egg Plant | | 100% |
| 07097000 | Espinafres, espinafres-da-nova-zelândia e espinafres gigantes | | 0709:70 | Calaloo | | 100% |
| 07099010 | Milho doce | | 0709:901 | Squash | | 100% |
| 07099090 | Outros produtos hortícolas, frescos ou refrigerados | | 0709:902 0709.903 | Ochro; Pumpkin | | 100% |
| 07133310 | Feijão comum para semeadura | | 0713:331 | Red kidney beans | | 100% |
| 07133390 | Outros feijões comuns | | 0713:331 | Red kidney beans | | 100% |
| 07141000 | Raízes de mandioca | | 0714:10 | Cassava | | 100% |
| 07142000 | Batatas-doces | | 0714:20 | Sweet potato | | 100% |
| 07149000 | Outras raízes, ou tubercúlos semelhantes, com elevado teor de de fécula ou de inulina, frescos, refrigerados, congelados ou secos, mesmo cortados em pedaços ou em 'pallets'; medula de sagüeiro. | | 0714:902 0714.903 0714.904 0714.905 | Dasheen; Eddoes; Tannias; Yams | | 100% |
| 08043000 | Abacaxis (ananases) | | 0804:30 | Pineapple | | 100% |
| 08044000 | Abacates | | 0804:40 | Avocado | | 100% |
| 08045010 | Goiabas | | 0804:501 | Guava | | 100% |
| 08045020 | Mangas e mangostões | | 0804:502 | Mango | | 100% |
| 08051000 | Laranjas | | 0805:10 | Orange | | 100% |
| 08052010 | Mandarinas, com exclusão das tangerinas e satsumas | | 0805:201 | Ugli fruit | | 100% |
| 08052020 | Tangerinas e satsumas | | 0805:201 | Ugli fruit | | 100% |
| 08052090 | Clementinas, "wilkings" e outros cítricos híbridos semelhantes. | | 0805:201 | Ugli fruit | | 100% |
| 08054000 | Pomelos ("grapefruit") | | 0805:40 | Grape fruit | | 100% |
| 08103000 | Groselhas, incluído o "cassis" | | 0810:30 | Gooseberry | | 100% |
| 08105000 | Quivis | | 0810:50 | Kiwi fruit | | 100% |
| 08109000 | Outras frutas frescas | | 0810:901 0810.902 0810.903 0810.904 0810.905 0810.906 0810.908 | Sapodilla; Golden apple; Passion fruit; Soursop; Bread fruit; Carambola; Christophine | | 100% |
| 09022000 | Chá verde (não fermentado) apresentado de qualquer outra forma | | 0902:20 | Tea | | 100% |
| 09041100 | Pimenta não triturada nem em pó | Exceto pimentas pretas ou brancas. Quota 100 ton./ano em conjunto com a posição tarifária 09041200. | 0904:11 | Pepper | Except black pepper and white pepper. Quota 100 tons/annual together with the tariff heading 09041200. | 100% |
| 09041200 | Pimenta triturada ou em pó | Exceto pimentas pretas ou brancas. Quota 100 ton./ano em conjunto com a posição tarifária 09041100. | 0904:12 | Pepper crushed/ground | Except black pepper and white pepper. Quota 100 tons/annual together with the tariff heading 09041100. | 100% |
| 09101000 | Gengibre | | 0910:10 | Ginger | | 100% |
| 09104000 | Tomilho; folhas de louro | | 0910:401 | Thyme | | 100% |
| 09105000 | Caril | | 0910:50 | Curry powder | | 100% |
| 09109900 | Outras especiarias | | 0910:99 | Sweet basil (other) | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10061010 | Arroz com casca ("paddy") não parboilizado | Quota 10.000 ton. em conjunto com os itens 10062000, 10063010, 10063020 e 10064000 | 1006:10 | Rice | In husk(paddy or rough). Quota 10.000 tons/annual together with the following tariff headings 10062000, 10063010, 10063020 and 10064000 | 100% |
| 10062000 | Arroz descascado (arroz "cargo" ou castanho) | Quota 10.000 ton. em conjunto com os itens 10061010, 10063010, 10063020 e 10064000 | 1006:20 1006.201 1006.203 | Cargo rice; White rice; Parboiled rice | Husked/Brown - Packaged Quota 10.000 tons/annual together with the following tariff headings 10061010, 10063010, 10063020 and 10064000 | 100% |
| 10063010 | Arroz semibranqueado ou branqueado sem polir ou brunir | Quota 10.000 ton. em conjunto com os itens 10061010, 10062000, 10063020 e 10064000 | 1006.304 | Cargo parboiled rice | Semi-milled. Quota 10.000 tons/annual together with the following tariff headings 10061010, 10062000, 10063020 and 10064000 | 100% |
| 10063020 | Arroz semibranqueado ou branqueado polido ou brunido | Quota 10.000 ton. em conjunto com os itens 10061010, 10062000, 10063010 e 10064000 | 1006.306 1006.308 | White rice; Parboiled rice | Wholly milled. Quota 10.000 tons/annual together with the following tariff headings 10061010, 10062000, 10063010 and 10064000 | 100% |
| 10064000 | Arroz quebrado (trinca de arroz*) | Quota 10.000 ton. em conjunto com os itens 10061010, 10062000, 10063010 e 10063020 | 1006:40 | Broken rice | Quota 10.000 tons/annual together with the following tariff headings 10061010, 10062000, 10063010 and 10063020 | 100% |
| 11062010 | Farinhas, sêmolas e pós de sagu | | 1106:201 | Cassava flour | | 100% |
| 11062020 | Farinhas, sêmolas e pós de mandioca | | 1106:201 | Cassava flour | | 100% |
| 11062090 | Outras farinhas, sêmolas e pós das raízes ou tubérculos, da posição 07.14 | | 1106:201 | Cassava flour | | 100% |
| 11063000 | Farinhas, sêmolas e pós dos produtos do Capítulo 8 | | 1106:301 1106.302 | Banana flour; Plantain flour | | 100% |
| 11081400 | Fécula de mandioca | | 1108.14 | Cassava starch | | 100% |
| 12021010 | Amendoins não torrados nem de outro modo cozidos, com casca para semeadura | | 1202.10 | Peanuts | | 100% |
| 12021090 | Outros amendoins não torrados nem de outro modo cozidos, com casca | | 1202.10 | Peanuts | | 100% |
| 12030000 | Copra. | | 1203:00 | Copra | | 100% |
| 12119090 | Outras partes de plantas, sementes e frutos, das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, medicina ou como inseticidas, parasiticidas e semelhantes, frescos ou secos, mesmo cortados, triturados ou em pó. | | 1211:909 | Tea bush | | 100% |
| 12129990 | Outros caroços e amêndoas de frutos e outros produtos vegetais, usados principalmente na alimentação humana, não especificados nem compreendidos em outras posições. | | 1212:999 | Tea bark | | 100% |
| 14011000 | Bambus | | 1401:10 | Bamboo | | 100% |
| 14012000 | Rotins | | 1401:20 | Rattan | | 100% |
| 14021000 | Sumaúma ("kapok") | | 1402:10 | Kapok | | 100% |
| 17011100 | Açúcar em bruto de cana, sem adição de aromatizantes ou de corantes | Quota anual - 10.000 ton. | 1701.11.00 | Cane sugar | Annual quota - 10.000 tons | 100% |
| 20019030 | Palmitos | | 2001.909 | Heart of Palm | | 100% |
| 21039090 | Outras preparações para molhos e molhos preparados; condimentos e temperos compostos | | 2103:909 | Achar | | 100% |
| 22084000 | Cachaça e caninha (rum e tafiá) | Somente rum em garrafas de 700 ou 750 ml | 2208.401 | Rum | 700 ML, 750 ML | 100% |
| 25210000 | Castinas; pedras calcárias utilizadas na fabricação de cal ou de cimento. | | 2521.00 | Limestone | | 100% |
| 26060020 | Bauxita calcinada | | 2606.00 | Aluminion ores and concentrates | | 100% |
| 39173200 | Outros tubos, não reforçados com outras matérias, nem associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios | | 39.17.321 | PVC pipes | | 100% |
| 39173300 | Outros tubos, não reforçados com outras matérias, nem associados de outra forma com outras matérias, com acessórios | | 39.17.331 | Garden hose | | 100% |
| 44020000 | Carvão vegetal (incluído o carvão de cascas ou caroços), mesmo aglomerado. | | 4402.00 | Wood charcoal | | 100% |
| 44072900 | Outras madeiras de coníferas serradas ou fendidas longitudinalmente, cortadas em folhas ou desenroladas, mesmo aplainadas, polidas ou unidas por malhetes, de espessura superior a 6mm. | | 4407.292 4407.293 4407.299 | Sawn wood | | 100% |
| 44079920 | Madeira de "lapacho" (ipê) serrada ou fendida longitudinalmente, cortada em folhas ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida por malhetes, de espessura superior a 6mm. | | 4407.292 4407.293 4407.299 | Sawn wood | | 100% |
| 44079930 | Madeira de "lenga" serrada ou fendida longitudinalmente, cortada em folhas ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida por malhetes, de espessura superior a 6mm. | | 4407.292 4407.293 4407.299 | Sawn wood | | 100% |
| 44079990 | Madeira de "lenga" serrada ou fendida longitudinalmente, cortada em folhas ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida por malhetes, de espessura superior a 6mm. | | 4407.292 4407.293 4407.299 | Sawn wood | | 100% |
| 44092010 | Tacos e frisos para soalhos, não montados | | 4409.202 | Wood | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 44092090 | Outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, cortadas em folhas ou desenroladas, mesmo aplainadas, polidas ou unidas por malhetes, de espessura superior a 6mm. | | 4409.202 | Wood | | 100% |
| 44121300 | Madeira compensada (contraplacada), constituída exclusivamente por folhas de madeira, cada uma das quais com espessura não superior a 6 mm -- Com pelo menos uma face de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44121400 | Outras madeiras compensadas (contraplacadas), constituídas exclusivamente por folhas de madeira, cada uma das quais com espessura não superior a 6 mm, com pelo menos uma face de madeira não conífera | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44121910 | Outras madeiras compensadas (contraplacadas), constituídas exclusivamente por folhas de madeira, cada uma das quais com espessura não superior a 6 mm, constituídas exclusivamente por folhas de madeira de pinho | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44121990 | Outras madeiras compensadas (contraplacadas), constituídas exclusivamente por folhas de madeira, cada uma das quais com espessura não superior a 6 mm. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122211 | Madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera --com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo -- contendo pelo menos um painel de partículas com alma de pinho. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122219 | Madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera --com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo -- contendo pelo menos um painel de partículas | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122220 | Madeira folheada, e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera -- com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo -- constituídas exclusivamente por folhas de madeira. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122291 | Outras Madeiras folheadas, e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera -- com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo, com alma de pinho. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122299 | Outras Madeiras folheadas, e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera -- com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122310 | Outras Madeiras folheadas, e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera -- contendo pelo menos um apinel de partículas com alma de pinho | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122390 | Outras Madeiras folheadas, e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma face de madeira não conífera -- contendo pelo menos um painel de partículas | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122920 | Outras madeiras constituídas exclusivamente por folhas de madeira | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122992 | Outras madeiras com alma de pinho | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44122999 | Outras madeiras | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129211 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo, contendo pelo menos um painel de partículas com alma de pinho. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129219 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo, contendo pelo menos um painel de partículas. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129220 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo, constituídas exclusivamente por folhas de madeira | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129291 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo, com alma de pinho | | 44.12 | Plywood | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 44129299 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, com pelo menos uma camada de madeiras tropicais mencionadas na Nota 1 de Subposições do presente Capítulo. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129310 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, contendo pelo menos um apinel de partículas com alma de pinho | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129390 | Outras madeiras folheadas e madeiras estratificadas semelhantes, contendo pelo menos um apinel de partículas. | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44129900 | Outras madeiras compesadas (contraplacadas), madeiras folheadas, e madeiras estratificadas semelhantes | | 44.12 | Plywood | | 100% |
| 44181000 | Janelas, portas vitrina, e respectivos caixilhos e alizares | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44182000 | Portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44183000 | Painéis para soalhos | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44184000 | Armações (cofragens*) para concreto (betão) | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44185000 | Fasquias para telhados ou fachadas ("shingles" e "shakes") | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44189010 | Painéis celulares | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 44189090 | Outras obras de marcenaria ou de carpitaria para construções, de madeira | | 44.18 | Builders' joinery | | 100% |
| 48030010 | Pasta ("ouate") de celulose e mantas de fibras de celulose | | 48.03 | Bath room tissue - 3000mt/yr | | 100% |
| 48030020 | Papel encrespado, plissado, gofrado, estampado ou perfurado | | 48.03 | Hand towels - 2000 my/yr | | 100% |
| 48030090 | Outros papéis dos tipos utilizados para fabricação de papéis higiênicos ou de toucador | | 48.03 | Bath room tissue - 3000mt/yr; Hand towels - 2000 my/yr | | 100% |
| 48051000 | Papel semiquímico para ondular (canelar*) | | 4805.10 | Semi-chemical med.paper - 6000 mt/yr | | 100% |
| 48052100 | Papéis e cartões de camadas múltiplas, com todas as camadas branqueadas | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48052200 | Papéis e cartões de camadas múltiplas, com apenas uma das camadas exteriores branqueada | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48052300 | Papéis e cartões de camadas múltiplas, com três ou mais camadas, das quais apenas as duas exteriores se apresentem branqueadas | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48052900 | Outros papéis e cartões de camadas múltiplas | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48053000 | Papel sulfite para embalagem | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48054000 | Papel filtro e cartão filtro | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48055000 | Papel feltro, cartão feltro e papel e cartão lanosos | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48056000 | Outros papéis e cartões de peso não superior a 150 g/m2 | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48057000 | Outros papéis e cartões de peso superior a 150 g/m2 e inferior a 225 g/m2 | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 48058000 | Outros papéis e cartões de peso igual ou superior a 225 g/m2 | | 48.05 | Corrugated carboard sheets - 3000 mt/yr | | 100% |
| 72106100 | Produtos laminados planos, de ferro ou de aços não ligados, de largura igual ou superior a 600 mm, revestidos de ligas de alumínio zinco | | 72.10.611 72.10.619 | Corrugated sheets; Ridgings | | 100% |
| 72106900 | Outros produtos laminados planos de ferro ou de aços não ligados, de largura igual ou superior a 600 mm, revestidores de ligas de alumínio | | 72.10.611 72.10.619 | Corrugated sheets; Ridgings | | 100% |
| 72107000 | Produtos laminados planos, de ferro ou de aços não ligados, pintados, envernizados ou revestidos de plásticos | | 72.10.709 | Pre-painted sheets | | 100% |
| 73130010 | Arame farpado | | 73.13.001 | Barbed wire | | 100% |
| 73141900 | Outras telas metálicas tecidas | | 73.14.199 | Chain-link fencing | | 100% |
| 73142000 | Grades e redes, soldadas nos pontos de interseção, de fios com, pelo menos, 3 mm na maior dimensão do corte transversal e com malhas de 100 cm², ou mais, de superfície | | 73.14.209 | Reinforced fabric | | 100% |
| 73144200 | Telas metálicas, grandes e redes ecobertas de plásticos | | 73.14.429 | Hexagonal mesh | | 100% |
| 73170000 | Tachas, pregos, percevejos, escápulas, grampos ondulados ou biselados e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, mesmo com cabeça de outra matéria, exceto cobre. | | 73.17.002 | Nails | | 100% |
| 76109010 | Chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, próprios para construções | | 73.17.004 | Staples | | 100% |
| 76109090 | Outras construções e suas partes, de alumínio, exceto as construções pré-fabricadas da posição 9406. | | 76.10.909 | Shop fronts/showcases | | 100% |
| 81031000 | Tântalo em formas brutas, incluídas as barras simplesmente obtidas por sinterização; desperdícios e resíduos; pós | | 8103.10 | Tantalita/Tantalo | | 100% |
| 81039000 | Outros -- Obras de tântalo, incluídos os desperdícios e resíduos | | 8103.10 | Tantalita/Tantalo | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ANEXO 2**

**PREFERÊNCIAS OUTORGADAS PELA FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS À REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ANEXO V**

**PREFERÊNCIAS OUTORGADAS PELA FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS À REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

| CARICOM/ HS | NALADI/ SH | Descrição | Observação | Description | Observation | Preferências Outorgadas / Preferences granted |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 020130 | 02013000 | Desossadas | | - Boneless | | 100% |
| 020210 | 02021000 | Carcaças e meias-carcaças | | - Carcases and half-carcases | | 100% |
| 020220 | 02022000 | Outras peças não desossadas | | - Other cuts with bone in : | | 100% |
| 020230 | 02023000 | Desossadas | | - Boneless : | | 100% |
| 020321 | 02032100 | Carcaças e meias-carcaças | | - - Carcases and half-carcases : | | 100% |
| 020500 | 02050000 | Carnes de animais das espécies cavalar, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas. | | Meat of horses, asses, mules or hinnies, fresh, chilled or frozen : | | 100% |
| 020629 | 02062990 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 020725 | 02072500 | Não cortadas em pedaços, congeladas | | - - Not cut in pieces, frozen : | | 100% |
| 020727 | 02072710 | Pedaços | | - - Cuts and offal, frozen : | | 100% |
| 030410 | 03041010 | Filés | | - Fresh or chilled : | | 100% |
| 030410 | 03041090 | Outras | | - Fresh or chilled : | | 100% |
| 030420 | 03042000 | Filés congelados | | - Frozen fillets : | | 100% |
| 030510 | 03051000 | Farinhas, pós e "pellets", de peixe, próprios para alimentação humana | | - Flours, meals and pellets of fish, fit for human consumption | | 100% |
| 030530 | 03053010 | Secos | | - Fish fillets, dried, salted or in brine, but not smoked | | 100% |
| 030530 | 03053020 | Salgados ou em salmoura | | - Fish fillets, dried, salted or in brine, but not smoked | | 100% |
| 030559 | 03055900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 030614 | 03061490 | Outros | | - - Crabs : | | 100% |
| 030624 | 03062421 | Santolas (Lithodes antarcticus) | | - - Crabs : | | 100% |
| 030624 | 03062429 | Outros | | - - Crabs : | | 100% |
| 030624 | 03062490 | Outros | | - - Crabs : | | 100% |
| 030629 | 03062900 | Outros, incluídos as farinhas, pós e "pellets", de crustáceos, próprios para alimentação humana | | - - Other, including flours, meals and pellets of crustaceans, fit for human consumption : | | 100% |
| 030710 | 03071000 | Ostras | | - Oysters : | | 100% |
| 050400 | 05040011 | Estômagos | | Guts, bladders and stomachs of animals (other than fish), whole and pieces thereof, fresh, chilled, frozen, salted, in brine, dried or smoked | | 100% |
| 050400 | 05040012 | Tripas | | Guts, bladders and stomachs of animals (other than fish), whole and pieces thereof, fresh, chilled, frozen, salted, in brine, dried or smoked | | 100% |
| 050400 | 05040019 | Outros | | Guts, bladders and stomachs of animals (other than fish), whole and pieces thereof, fresh, chilled, frozen, salted, in brine, dried or smoked | | 100% |
| 050400 | 05040090 | Outros | | Guts, bladders and stomachs of animals (other than fish), whole and pieces thereof, fresh, chilled, frozen, salted, in brine, dried or smoked | | 100% |
| 051199 | 05119990 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 080121 | 08012100 | Com casca | | - - In shell | | 100% |
| 080122 | 08012200 | Sem casca | | - - Shelled | | 100% |
| 080810 | 08081000 | Maçãs | | - Apples : | | 100% |
| 081090 | 08109000 | Outras | Maracujá | - - - Other | passion fruit | 100% |
| 090300 | 09030010 | Simples cancheado | | Maté | | 100% |
| 090300 | 09030090 | Outros | | Maté | | 100% |
| 090411 | 09041100 | Nem triturada nem em pó | | - - Neither crushed nor ground : | White and black pepper seeds only | 100% |
| 110812 | 11081200 | Amido de milho | | - - Maize (corn) starch | | 100% |
| 120100 | 12010010 | Para semeadura | | Soya beans, whether or not broken : | | 100% |
| 120929 | 12092900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 130219 | 13021990 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 160300 | 16030011 | Em pasta | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160300 | 16030012 | Em pó | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160300 | 16030019 | Outros | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160300 | 16030020 | Sucos de carne | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160300 | 16030030 | Extratos e sucos de peixe | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160300 | 16030040 | Extratos e sucos de crustáceos, de moluscos ou outros invertebrados aquáticos | | Extracts and juices of meat, fish or crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates : | | 100% |
| 160414 | 16041410 | Atuns | | - - Tunas, skipjack and bonito (Sarda spp.) : | | 100% |
| 160414 | 16041430 | Outros bonitos | | - - Tunas, skipjack and bonito (Sarda spp.) : | | 100% |
| 160420 | 16042091 | De atuns | | - Other prepared or preserved fish : | | 100% |
| 160420 | 16042092 | De bonitos (Sarda spp.) | | - Other prepared or preserved fish : | | 100% |
| 160420 | 16042094 | De sardinhas, sardinelas e espadilhas | | - Other prepared or preserved fish : | | 100% |
| 180310 | 18031000 | Não desengordurada | | - Not defatted | | 100% |
| 180400 | 18040000 | Manteiga, gordura e óleo, de cacau. | | Cocoa butter, fat and oil | | 100% |
| 180500 | 18050000 | Cacau em pó, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes. | | Cocoa powder, not containing added sugar or other sweetening matter | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 180620 | 18062010 | Chocolate | | - Other preparations in blocks, slabs or bars weighing more than 2 kg or in liquid, paste, powder, granular or other bulk form in containers or immediate packings, of a content exceeding 2 kg : | | 100% |
| 180620 | 18062090 | Outras | | - Other preparations in blocks, slabs or bars weighing more than 2 kg or in liquid, paste, powder, granular or other bulk form in containers or immediate packings, of a content exceeding 2 kg : | | 100% |
| 180631 | 18063100 | Recheados | | - - Filled | | 15% |
| 180632 | 18063210 | Chocolate | | - - Not filled : | | 15% |
| 180632 | 18063290 | Outros | | - - Not filled : | | 100% |
| 180690 | 18069010 | Chocolate | | - Other : | | 100% |
| 180690 | 18069090 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 190190 | 19019090 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 210111 | 21011110 | Café solúvel | | - - Extracts, essences and concentrates : | | 100% |
| 210111 | 21011190 | Outros | | - - Extracts, essences and concentrates : | | 100% |
| 210320 | 21032010 | "Ketchup" | | - Tomato ketchup and other tomato sauces | | 100% |
| 210330 | 21033010 | Farinha de mostarda | | - Mustard flour and meal and prepared mustard : | | 100% |
| 210330 | 21033020 | Mostarda preparada | | - Mustard flour and meal and prepared mustard : | | 100% |
| 210390 | 21039010 | Maionese | | - Other : | | 100% |
| 210610 | 21061000 | Concentrados de proteínas e substâncias protéicas texturizadas | | - Protein concentrates and textured protein substances : | | 100% |
| 210690 | 21069010 | Hidrolisatos de proteínas | | - Other : | | 100% |
| 210690 | 21069030 | Pós, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, para preparação de pudins, cremes, sorvetes, gelatinas e semelhantes | | - Other : | | 100% |
| 210690 | 21069040 | Preparações compostas do tipo das utilizadas na elaboração de bebidas | | - Other : | | 100% |
| 220840 | 22084000 | Cachaça e caninha (rum e tafiá) | exceto rum | - Rum and taffia : | except rum | 100% |
| 230890 | 23089000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 240110 | 24011010 | Fumo (tabaco) negro | | - Tobacco, not stemmed/stripped : | | 100% |
| 240110 | 24011020 | Fumo (tabaco) "rubio" | | - Tobacco, not stemmed/stripped : | | 100% |
| 240130 | 24013000 | Desperdícios de fumo (tabaco) | | - Tobacco refuse | | 100% |
| 271000 | 27100052 | Óleos de fuso ("spindle oil") | | Petroleum oils and oils obtained from bituminous minerals, other than crude; preparations not elsewhere specified or included, containing by weight 70 % or more of petroleum oils or of oils obtained from bituminous minerals, these oils being the base of the preparations | Excluding the following items in the CARICOM nomenclature: 271013, 271022, 271023, 271030, 271040 and 271090 | 100% |
| 290544 | 29054400 | D-Glucitol (sorbitol) | | - - D-glucitol (sorbitol) : | | 100% |
| 292242 | 29224220 | Glutamato monossódico | | - - Glutamic acid and its salts | | 100% |
| 300310 | 30031020 | Contendo penicilinas ou seus derivados | | - Containing penicillins or derivatives thereof, with a penicillanic acid structure, or streptomycins or their derivatives | | 100% |
| 300310 | 30031090 | Outros | | - Containing penicillins or derivatives thereof, with a penicillanic acid structure, or streptomycins or their derivatives | | 100% |
| 300320 | 30032000 | Contendo outros antibióticos | | - Containing other antibiotics | | 100% |
| 300331 | 30033100 | Contendo insulina | | - - Containing insulin | | 100% |
| 300339 | 30033900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 300410 | 30041020 | Contendo penicilinas ou seus derivados | | - Containing penicillins or derivatives thereof, with a penicillanic acid structure, or streptomycins or their derivatives : | | 100% |
| 300410 | 30041090 | Outros | | - Containing penicillins or derivatives thereof, with a penicillanic acid structure, or streptomycins or their derivatives : | | 100% |
| 300420 | 30042000 | Contendo outros antibióticos | | - Containing other antibiotics : | | 100% |
| 300431 | 30043100 | Contendo insulina | | - - Containing insulin : | | 100% |
| 300432 | 30043200 | Contendo hormônios corticossupra-renais | | - - Containing adrenal cortical hormones : | | 100% |
| 300439 | 30043900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 300510 | 30051000 | Pensos adesivos e outros artigos com uma camada adesiva | | - Adhesive dressings and other articles having an adhesive layer | | 100% |
| 300590 | 30059090 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 300610 | 30061011 | Categutes | | - Sterile surgical catgut, similar sterile suture materials and sterile tissue adhesives for surgical wound closure; sterile laminaria and sterile laminaria tents; sterile absorbable surgical or dental haemostatics : | | 100% |
| 300610 | 30061019 | Outros | | - Sterile surgical catgut, similar sterile suture materials and sterile tissue adhesives for surgical wound closure; sterile laminaria and sterile laminaria tents; sterile absorbable surgical or dental haemostatics : | | 100% |
| 310230 | 31023000 | Nitrato de amônio, mesmo em solução aquosa | | - Ammonium nitrate, whether or not in aqueous solution : | | 100% |
| 320120 | 32012000 | Extrato de mimosa | | - Wattle extract | | 100% |
| 330210 | 33021010 | Preparações dos tipos utilizados para a fabricação de bebidas | | - Of a kind used in the food or drink industries : | | 100% |
| 330290 | 33029010 | Dos tipos utilizados em perfumaria | | - Other : | | 100% |
| 330410 | 33041000 | Produtos de maquilagem para os lábios | | - Lip make-up preparations | | 100% |
| 330420 | 33042000 | Produtos de maquilagem para os olhos | | - Eye make-up preparations | | 100% |
| 330430 | 33043000 | Preparações para manicuros e pedicuros | | - Manicure or pedicure preparations | | 100% |
| 330491 | 33049100 | Pós, incluídos os compactos | | - - Powders, whether or not compressed | | 100% |
| 330499 | 33049900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 330520 | 33052000 | Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos | | - Preparations for permanent waving or straightening | | 100% |
| 330590 | 33059000 | Outras | | - Other : | | 100% |
| 330610 | 33061000 | Dentifrícios | | - Dentifrices | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 330690 | 33069000 | Outros | | - Other | | 100% |
| 340391 | 34039110 | Para tratamento de matérias têxteis | | - - Preparations for the treatment of textile materials, leather, furskins or other materials | | 100% |
| 340399 | 34039900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 340530 | 34053000 | Preparações para dar brilho a pinturas de carroçarias e produtos semelhantes, exceto preparações para dar brilho a metais | | - Polishes and similar preparations for coachwork, other than metal polishes | | 100% |
| 350300 | 35030010 | Gelatinas e seus derivados | | Gelatin (including gelatin in rectangular (including square) sheets, whether or not surface-worked or coloured) and gelatin derivatives; isinglass; other glues of animal origin, excluding casein glues of heading No 3501 : | | 100% |
| 350400 | 35040020 | Outras matérias protéicas e seus derivados | | Peptones and their derivatives; other protein substances and their derivatives, not elsewhere specified or included; hide powder, whether or not chromed | | 100% |
| 350691 | 35069100 | Adesivos à base de borracha ou de plásticos (incluídas as resinas artificiais) | | - - Adhesives based on rubber or plastics (including artificial resins) | | 100% |
| 380130 | 38013000 | Pastas carbonadas para eletrodos e pastas semelhantes para revestimento interior de fornos | | - Carbonaceous pastes for electrodes and similar pastes for furnace linings | | 100% |
| 381900 | 38190000 | Líquidos para freios (travões) hidráulicos e outros líquidos preparados para transmissões hidráulicas, não contendo óleos de petróleo nem de minerais betuminosos, ou contendo-os em proporção inferior a 70%, em peso. | | Hydraulic brake fluids and other prepared liquids for hydraulic transmission, not containing or containing less than 70 % by weight of petroleum oils or oils obtained from bituminous minerals | | 15% |
| 391722 | 39172210 | De polipropileno | | - - Of polymers of propylene : | | 15% |
| 391731 | 39173100 | Tubos flexíveis podendo suportar uma pressão mínima de 27,6 MPa | | - - Flexible tubes, pipes and hoses, having a minimum burst pressure of 27,6 MPa : | | 15% |
| 391732 | 39173200 | Outros, não reforçados com outras matérias, nem associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios | | - - Other, not reinforced or otherwise combined with other materials, without fittings : | | 15% |
| 391810 | 39181010 | Revestimentos para pisos | | - Of polymers of vinyl chloride : | | 100% |
| 392190 | 39219000 | Outras | | - Other : | | 100% |
| 392350 | 39235000 | Rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes | | - Stoppers, lids, caps and other closures : | | 100% |
| 392410 | 39241000 | Serviços de mesa e outros utensílios de mesa ou de cozinha | | - Tableware and kitchenware | | 100% |
| 392490 | 39249010 | Artigos de higiene ou de toucador | | - Other : | | 100% |
| 392630 | 39263000 | Guarnições para móveis, carroçarias ou semelhantes | | - Fittings for furniture, coachwork or the like | | 100% |
| 392690 | 39269000 | Outras | | - Other : | | 15% |
| 400610 | 40061000 | Perfis para recauchutagem | | - `Camel-back'; strips for retreading rubber tyres | | 15% |
| 400910 | 40091000 | Não reforçados com outras matérias nem associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios | | - Not reinforced or otherwise combined with other materials, without fittings | | 100% |
| 400930 | 40093000 | Reforçados apenas com matérias têxteis ou associados de outra forma apenas com matérias têxteis, sem acessórios | | - Reinforced or otherwise combined only with textile materials, without fittings | | 100% |
| 400950 | 40095000 | Com acessórios | | - With fittings : | | 100% |
| 401021 | 40102100 | Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, mesmo estriadas, com uma circunferência superior a 60 cm, mas não superior a 180 cm | | - - Endless transmission belts of trapezoidal cross-section (V-belts), whether or not grooved, of a circumference exceeding 60 cm but not exceeding 180 cm | | 100% |
| 401022 | 40102200 | Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, mesmo estriadas, com uma circunferência superior a 180 cm, mas não superior a 240 cm | | - - Endless transmission belts of trapezoidal cross-section (V-belts), whether or not grooved, of a circumference exceeding 180 cm but not exceeding 240 cm | | 100% |
| 401029 | 40102900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 401110 | 40111000 | Dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos do tipo familiar ("break" ou "station wagon") e os de corrida) | | - Of a kind used on motor cars (including station wagons and racing cars) | | 15% |
| 401120 | 40112000 | Dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões | | - Of a kind used on buses or lorries : | | 100% |
| 401140 | 40114000 | Dos tipos utilizados em motocicletas | | - Of a kind used on motorcycles : | | 100% |
| 401150 | 40115000 | Dos tipos utilizados em bicicletas | | - Of a kind used on bicycles : | | 100% |
| 401191 | 40119100 | Com banda de rodagem em forma de espinha de peixe ou semelhantes | | - - Having a `herring-bone' or similar tread : | | 100% |
| 401199 | 40119900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 401290 | 40129010 | "Flaps" | | - Other : | | 100% |
| 401290 | 40129090 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 401310 | 40131000 | Dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos do tipo familiar ("break" ou "station wagon") e os de corrida), ônibus ou caminhões | | - Of a kind used on motor cars (including station wagons and racing cars), buses or lorries : | | 100% |
| 401320 | 40132000 | Dos tipos utilizados em bicicletas | | - Of a kind used on bicycles | | 100% |
| 401390 | 40139000 | Outras | | - Other : | | 100% |
| 401610 | 40161000 | De borracha alveolar | | - Of cellular rubber : | | 100% |
| 401693 | 40169300 | Juntas, gaxetas e semelhantes | | - - Gaskets, washers and other seals : | | 100% |
| 401699 | 40169900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 410422 | 41042200 | Couros e peles, de bovinos, pré-curtidos de outro modo | | - - Bovine leather, otherwise pre-tanned : | | 100% |
| 410429 | 41042910 | De bovinos | | - - Other | | 100% |
| 410429 | 41042920 | De eqüídeos | | - - Other | | 100% |
| 410431 | 41043111 | Não apergaminhados | | - - Full grains and full grain splits : | | 100% |
| 410431 | 41043119 | Outros | | - - Full grains and full grain splits : | | 100% |
| 410439 | 41043911 | Não apergaminhados | | - - Other : | | 100% |
| 410439 | 41043919 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 450490 | 45049010 | Rolhas | | - Other : | | 100% |
| 450490 | 45049020 | Juntas, discos, arruelas e outros artigos para vedação | | - Other : | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 470200 | 47020000 | Pastas químicas de madeira, para dissolução. | | Chemical wood pulp, dissolving grades | | 100% |
| 470319 | 47031900 | De não coníferas | | - - Non-coniferous | | 100% |
| 470329 | 47032900 | De não coníferas | | - - Non-coniferous | | 100% |
| 480252 | 48025200 | De peso igual ou superior a 40 g/m2 mas não superior a 150 g/m2 | | - - Weighing 40 g/m2 or more but not more than 150 g/m2 : | | 100% |
| 480253 | 48025300 | De peso superior a 150 g/m2 | | - - Weighing more than 150 g/m2 : | | 100% |
| 510529 | 51052910 | "Tops" | | - - Other | | 100% |
| 520531 | 52053100 | De título igual ou superior a 714,29 decitex por fio simples (número métrico não superior a 14, por fio simples) | | - - Measuring per single yarn 714,29 decitex or more (not exceeding 14 metric number per single yarn) | | 100% |
| 520710 | 52071000 | Contendo pelo menos 85%, em peso, de algodão | | - Containing 85 % or more by weight of cotton | | 100% |
| 520942 | 52094200 | Tecidos denominados "denim" | | - - Denim | | 100% |
| 530410 | 53041000 | Sisal e outras fibras têxteis do gênero Agave, em bruto | | - Sisal and other textile fibres of the genus Agave, raw | | 100% |
| 540490 | 54049000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 550190 | 55019000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 550410 | 55041000 | De raiom viscose | | - Of viscose rayon | | 100% |
| 551110 | 55111000 | De fibras sintéticas descontínuas, contendo pelo menos 85%, em peso, destas fibras | | - Of synthetic staple fibres, containing 85 % or more by weight of such fibres | | 100% |
| 560110 | 56011000 | Absorventes (pensos*) e tampões higiênicos, fraldas para bebês e artigos higiênicos semelhantes, de pastas ("ouates") | | - Sanitary towels and tampons, napkins and napkin liners for babies and similar sanitary articles, of wadding : | | 15% |
| 560750 | 56075000 | De outras fibras sintéticas | | - Of other synthetic fibres : | | 50% |
| 560790 | 56079000 | Outros | | - Other | | 50% |
| 570242 | 57024200 | De matérias têxteis sintéticas ou artificiais | | - - Of man-made textile materials | | 50% |
| 570252 | 57025200 | De matérias têxteis sintéticas ou artificiais | | - - Of man-made textile materials | | 50% |
| 570299 | 57029900 | De outras matérias têxteis | | - - Of other textile materials | | 50% |
| 570330 | 57033000 | De outras matérias têxteis sintéticas ou de matérias têxteis artificiais | | - Of other man-made textile materials : | | 50% |
| 570490 | 57049000 | Outros | | - Other | | 50% |
| 580110 | 58011000 | De lã ou de pêlos finos | | - Of wool or fine animal hair | | 100% |
| 590210 | 59021010 | Impregnadas com borracha | | - Of nylon or other polyamides : | | 100% |
| 590310 | 59031000 | Com policloreto de vinila | | - With polyvinyl chloride : | | 100% |
| 591000 | 59100000 | Correias transportadoras ou de transmissão, de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias. | | Transmission or conveyor belts or belting, of textile material, whether or not impregnated, coated, covered or laminated with plastics, or reinforced with metal or other material | | 100% |
| 591110 | 59111010 | Para a indústria têxtil | | - Textile fabrics, felt and felt-lined woven fabrics, coated, covered or laminated with rubber, leather or other material, of a kind used for card clothing, and similar fabrics of a kind used for other technical purposes, including narrow fabrics made of | | 100% |
| 600199 | 60019900 | De outras matérias têxteis | | - - Of other textile materials : | | 50% |
| 610322 | 61032200 | De algodão | | - - Of cotton | | 50% |
| 610910 | 61091000 | De algodão | | - Of cotton | | 50% |
| 610990 | 61099010 | De lã ou de pêlos finos | | - Of other textile materials : | | 50% |
| 610990 | 61099020 | De fibras sintéticas ou artificiais | | - Of other textile materials : | | 50% |
| 620342 | 62034200 | De algodão | | - - Of cotton : | | 50% |
| 620520 | 62052000 | De algodão | | - Of cotton | | 50% |
| 620530 | 62053000 | De fibras sintéticas ou artificiais | | - Of man-made fibres | | 50% |
| 620590 | 62059000 | De outras matérias têxteis | | - Of other textile materials : | | 50% |
| 621120 | 62112000 | Macacões (fatos macacos*) e conjuntos, de esqui | | - Ski suits | | 50% |
| 621133 | 62113300 | De fibras sintéticas ou artificiais | | - - Of man-made fibres : | | 50% |
| 621139 | 62113900 | De outras matérias têxteis | | - - Of other textile materials | | 50% |
| 621141 | 62114100 | De lã ou de pêlos finos | | - - Of wool or fine animal hair | | 50% |
| 621142 | 62114200 | De algodão | | - - Of cotton : | | 50% |
| 621143 | 62114300 | De fibras sintéticas ou artificiais | | - - Of man-made fibres : | | 50% |
| 621149 | 62114900 | De outras matérias têxteis | | - - Of other textile materials | | 50% |
| 621210 | 62121000 | Sutiãs e "bustiers" ("soutiens" de cós alto*) | | - Brassières : | | 50% |
| 621600 | 62160000 | Luvas, mitenes e semelhantes. | | Gloves, mittens and mitts | | 50% |
| 630510 | 63051000 | De juta ou de outras fibras têxteis liberianas da posição 53.03 | | - Of jute or of other textile bast fibres of heading No 5303 : | | 50% |
| 630533 | 63053300 | Outros, obtidos a partir de lâminas ou formas semelhantes de polietileno ou de polipropileno | | - - Other, of polyethylene or polypropylene strip or the like : | | 50% |
| 630790 | 63079000 | Outros | | - Other : | | 50% |
| 640399 | 64039900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 640411 | 64041100 | Calçados para esporte; calçados para tênis, basquetebol, ginástica, treino e calçados semelhantes | | - - Sports footwear; tennis shoes, basketball shoes, gym shoes, training shoes and the like | | 50% |
| 680510 | 68051000 | Aplicados apenas sobre tecidos de matérias têxteis | | - On a base of woven textile fabric only | | 50% |
| 680520 | 68052000 | Aplicados apenas sobre papel ou cartão | | - On a base of paper or paperboard only | | 50% |
| 680530 | 68053000 | Aplicados sobre outras matérias | | - On a base of other materials : | | 50% |
| 680790 | 68079000 | Outras | | - Other | | 50% |
| 681270 | 68127000 | Folhas comprimidas de amianto e elastômeros, para juntas, mesmo apresentadas em rolos | | - Compressed asbestos fibre jointing, in sheets or rolls | | 50% |
| 681290 | 68129000 | Outras | | - Other : | | 50% |
| 681310 | 68131000 | Guarnições para freios (travões) | | - Brake linings and pads : | | 50% |
| 681390 | 68139010 | Guarnições para embreagem | | - Other : | | 50% |
| 681390 | 68139090 | Outras | | - Other : | | 50% |
| 690210 | 69021000 | Contendo, em peso, mais de 50% dos elementos Mg, Ca ou Cr, tomados isoladamente ou em conjunto, expressos em MgO, CaO ou Cr2O3 | | - Containing, by weight, singly or together, more than 50 % of the elements Mg, Ca or Cr, expressed as MgO, CaO or Cr2O3 | | 50% |
| 690890 | 69089000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 700320 | 70032000 | Chapas e folhas, armadas | | - Wired sheets | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 700521 | 70052110 | Com espessura não superior a 10 mm | | - - Coloured throughout the mass (body tinted), opacified, flashed or merely surface ground : | | 100% |
| 700529 | 70052910 | Com espessura não superior a 10 mm | | - - Other : | | 100% |
| 700600 | 70060000 | Vidro das posições 70.03, 70.04 ou 70.05, recurvado, biselado, gravado, brocado, esmaltado ou trabalhado de outro modo, mas não emoldurado nem associado a outras matérias. | | Glass of heading No 7003, 7004 or 7005, bent, edge-worked, engraved, drilled, enamelled or otherwise worked, but not framed or fitted with other materials : | | 100% |
| 700711 | 70071110 | Curvos | | - - Of size and shape suitable for incorporation in vehicles, aircraft, spacecraft or vessels : | | 100% |
| 700721 | 70072110 | Curvo | | - - Of size and shape suitable for incorporation in vehicles, aircraft, spacecraft or vessels : | | 100% |
| 700910 | 70091000 | Espelhos retrovisores para veículos | | - Rear-view mirrors for vehicles | | 100% |
| 701110 | 70111010 | Para lâmpadas ou tubos de descarga, incluídos os de "flash" | | - For electric lighting | | 100% |
| 701110 | 70111020 | Para lâmpadas de incandescência | | - For electric lighting | | 100% |
| 701110 | 70111090 | Outros | | - For electric lighting | | 100% |
| 701120 | 70112010 | Ampolas ou tubos | | - For cathode-ray tubes | | 100% |
| 701120 | 70112020 | Partes de ampolas ou tubos (painéis, cones ou pescoço) | | - For cathode-ray tubes | | 100% |
| 701190 | 70119000 | Outros | | - Other | | 100% |
| 701200 | 70120000 | Ampolas de vidro para garrafas térmicas ou para outros recipientes isotérmicos, cujo isolamento seja assegurado pelo vácuo. | | Glass inners for vacuum flasks or for other vacuum vessels : | | 100% |
| 701329 | 70132900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 701332 | 70133200 | De vidro com um coeficiente de dilatação linear não superior a 5 x 10 6 por Kelvin, entre 0ºC e 300ºC | | - - Of glass having a linear coefficient of expansion not exceeding 5 x 10-6 per Kelvin within a temperature range of 0 °C to 300 °C | | 50% |
| 701339 | 70133900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 701399 | 70139900 | Outros | | - - Other | | 50% |
| 701690 | 70169000 | Outros | | - Other : | | 50% |
| 701790 | 70179000 | Outros | | - Other | | 100% |
| 702000 | 70200000 | Outras obras de vidro. | | Other articles of glass : | | 50% |
| 720430 | 72043000 | Desperdícios e resíduos de ferro ou aço estanhados | | - Waste and scrap of tinned iron or steel (ECSC) | | 100% |
| 720441 | 72044100 | Resíduos do torno e da fresa, aparas, lascas ("meulures"), pó de serra, limalhas e desperdícios da estampagem ou do corte, mesmo em fardos | | - - Turnings, shavings, chips, milling waste, sawdust, filings, trimmings and stampings, whether or not in bundles : | | 100% |
| 720711 | 72071100 | De seção transversal quadrada ou retangular, com largura inferior a duas vezes a espessura | | - - Of rectangular (including square) cross-section, the width measuring less than twice the thickness : | | 100% |
| 720712 | 72071200 | Outros, de seção transversal retangular | | - - Other, of rectangular (other than square) cross-section : | | 100% |
| 720719 | 72071900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 720720 | 72072000 | Contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono | | - Containing by weight 0,25 % or more of carbon : | | 100% |
| 721061 | 72106100 | Revestidos de ligas de alumínio zinco | | - - Plated or coated with aluminium-zinc alloys : | | 25% |
| 721069 | 72106900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 721070 | 72107000 | Pintados, envernizados ou revestidos de plásticos | | - Painted, varnished or coated with plastics : | | 25% |
| 721510 | 72151000 | De aços para tornear, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio | | - Of free-cutting steel, not further worked than cold-formed or cold-finished | | 100% |
| 721550 | 72155000 | Outras, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio | | - Other, not further worked than cold-formed or cold-finished : | | 100% |
| 721590 | 72159000 | Outras | | - Other : | | 15% |
| 721610 | 72161000 | Perfis em U, I ou H, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura inferior a 80 mm | | - U, I or H sections, not further worked than hot-rolled, hot-drawn or extruded, of a height of less than 80 mm (ECSC) | | 100% |
| 721621 | 72162100 | Perfis em L | | - - L sections (ECSC) | | 15% |
| 721622 | 72162200 | Perfis em T | | - - T sections (ECSC) | | 15% |
| 721631 | 72163100 | Perfis em U | | - - U sections : | | 100% |
| 721632 | 72163200 | Perfis em I | | - - I sections : | | 100% |
| 721633 | 72163300 | Perfis em H | | - - H sections : | | 100% |
| 721640 | 72164000 | Perfis em L ou T, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura igual ou superior a 80 mm | | - L or T sections, not further worked than hot-rolled, hot-drawn or extruded, of a height of 80 mm or more : | | 100% |
| 721650 | 72165000 | Outros perfis, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente | | - Other angles, shapes and sections, not further worked than hot-rolled, hot-drawn or extruded : | | 100% |
| 721661 | 72166100 | Obtidos de produtos laminados planos | | - - Obtained from flat-rolled products : | | 15% |
| 721669 | 72166900 | Outros | | - - Other | | 15% |
| 721691 | 72169100 | Obtidos ou completamente acabados a frio a partir de produtos laminados planos | | - - Cold-formed or cold-finished from flat-rolled products : | | 100% |
| 721699 | 72169900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 721810 | 72181000 | Lingotes e outras formas primárias | | - Ingots and other primary forms (ECSC) | | 100% |
| 721891 | 72189100 | De seção transversal retangular | | - - Of rectangular (other than square) cross-section | | 100% |
| 721899 | 72189900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 722100 | 72210000 | Fio-máquina de aços inoxidáveis. | | Bars and rods, hot-rolled, in irregularly wound coils, of stainless steel : | | 100% |
| 722211 | 72221100 | De seção circular | | - - Of circular cross-section | | 100% |
| 722219 | 72221900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 722220 | 72222000 | Barras simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio | | - Bars and rods, not further worked than cold-formed or cold-finished : | | 100% |
| 722230 | 72223000 | Outras barras | | - Other bars and rods : | | 100% |
| 722240 | 72224000 | Perfis | | - Angles, shapes and sections : | | 100% |
| 722300 | 72230000 | Fios de aços inoxidáveis. | | Wire of stainless steel : | | 100% |
| 722410 | 72241000 | Lingotes e outras formas primárias | | - Ingots and other primary forms (ECSC) | | 100% |
| 722490 | 72249000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 722710 | 72271000 | De aços de corte rápido | | - Of high-speed steel (ECSC) | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 722720 | 72272000 | De aços silício-manganês | | - Of silico-manganese steel (ECSC) | | 100% |
| 722790 | 72279000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 722810 | 72281000 | Barras de aços de corte rápido | | - Bars and rods, of high-speed steel : | | 100% |
| 722820 | 72282000 | Barras de aços silício-manganês | | - Bars and rods, of silico-manganese steel : | | 100% |
| 722830 | 72283000 | Outras barras, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente | | - Other bars and rods, not further worked than hot-rolled, hot-drawn or extruded : | | 100% |
| 722840 | 72284000 | Outras barras, simplesmente forjadas | | - Other bars and rods, not further worked than forged : | | 100% |
| 722850 | 72285000 | Outras barras, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio | | - Other bars and rods, not further worked than cold-formed or cold-finished : | | 100% |
| 722860 | 72286000 | Outras barras | | - Other bars and rods : | | 100% |
| 722870 | 72287000 | Perfis | | - Angles, shapes and sections : | | 100% |
| 722880 | 72288000 | Barras ocas para perfuração | | - Hollow drill bars and rods | | 100% |
| 730410 | 73041000 | Tubos dos tipos utilizados para oleodutos e gasodutos | | - Line pipe of a kind used for oil or gas pipelines : | | 100% |
| 730421 | 73042100 | Tubos de perfuração | | - - Drill pipe | | 100% |
| 730429 | 73042900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730431 | 73043100 | Estirados ou laminados, a frio | | - - Cold-drawn or cold-rolled (cold-reduced) : | | 100% |
| 730439 | 73043900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730441 | 73044100 | Estirados ou laminados, a frio | | - - Cold-drawn or cold-rolled (cold-reduced) : | | 100% |
| 730449 | 73044900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730451 | 73045100 | Estirados ou laminados, a frio | | - - Cold-drawn or cold-rolled (cold-reduced) : | | 100% |
| 730459 | 73045900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730490 | 73049000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 730511 | 73051100 | Soldados longitudinalmente por arco imerso | | - - Longitudinally submerged arc welded | | 100% |
| 730512 | 73051200 | Outros, soldados longitudinalmente | | - - Other, longitudinally welded | | 100% |
| 730519 | 73051900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 730520 | 73052000 | Tubos para revestimento de poços, dos tipos utilizados na extração de petróleo ou de gás | | - Casing of a kind used in drilling for oil or gas : | | 100% |
| 730531 | 73053100 | Soldados longitudinalmente | | - - Longitudinally welded | | 100% |
| 730539 | 73053900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 730590 | 73059000 | Outros | | - Other | | 100% |
| 730610 | 73061000 | Tubos dos tipos utilizados para oleodutos ou gasodutos | | - Line pipe of a kind used for oil or gas pipelines : | | 100% |
| 730620 | 73062000 | Tubos para revestimento de poços, de suprimento ou produção, dos tipos utilizados na extração de petróleo ou de gás | | - Casing and tubing of a kind used in drilling for oil or gas | | 100% |
| 730630 | 73063000 | Outros, soldados, de seção circular, de ferro ou de aços não ligados | | - Other, welded, of circular cross-section, of iron or non-alloy steel : | | 100% |
| 730640 | 73064000 | Outros, soldados, de seção circular, de aços inoxidáveis | | - Other, welded, of circular cross-section, of stainless steel : | | 100% |
| 730650 | 73065000 | Outros, soldados, de seção circular, de outras ligas de aços | | - Other, welded, of circular cross-section, of other alloy steel : | | 100% |
| 730660 | 73066000 | Outros, soldados, de seção não circular | | - Other, welded, of non-circular cross-section : | | 100% |
| 730690 | 73069000 | Outros | | - Other | | 100% |
| 730711 | 73071100 | De ferro fundido não maleável | | - - Of non-malleable cast iron : | | 100% |
| 730719 | 73071900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730721 | 73072100 | Flanges | | - - Flanges | | 100% |
| 730722 | 73072200 | Cotovelos, curvas e luvas (mangas), roscados | | - - Threaded elbows, bends and sleeves : | | 100% |
| 730723 | 73072300 | Acessórios para soldar topo a topo | | - - Butt welding fittings : | | 100% |
| 730729 | 73072900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 730791 | 73079100 | Flanges | | - - Flanges | | 100% |
| 730792 | 73079200 | Cotovelos, curvas e luvas (mangas), roscados | | - - Threaded elbows, bends and sleeves : | | 100% |
| 730793 | 73079300 | Acessórios para soldar topo a topo | | - - Butt welding fittings : | | 100% |
| 730820 | 73082000 | Torres e pórticos | | - Towers and lattice masts | | 100% |
| 731100 | 73110000 | Recipientes para gases comprimidos ou liquefeitos, de ferro fundido, ferro ou aço. | | Containers for compressed or liquefied gas, of iron or steel : | | 100% |
| 731300 | 73130010 | Arame farpado | | Barbed wire of iron or steel; twisted hoop or single flat wire, barbed or not, and loosely twisted double wire, of a kind used for fencing, of iron or steel | | 25% |
| 731300 | 73130090 | Outros | | Barbed wire of iron or steel; twisted hoop or single flat wire, barbed or not, and loosely twisted double wire, of a kind used for fencing, of iron or steel | | 25% |
| 731419 | 73141900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 731420 | 73142000 | Grades e redes, soldadas nos pontos de interseção, de fios com, pelo menos, 3 mm na maior dimensão do corte transversal e com malhas de 100 cm², ou mais, de superfície | | - Grill, netting and fencing, welded at the intersection, of wire with a maximum cross-sectional dimension of 3 mm or more and having a mesh size of 100 cm2 or more : | | 25% |
| 731442 | 73144200 | Recobertas de plásticos | | - - Coated with plastics : | | 25% |
| 731512 | 73151210 | De transmissão | | - - Other chain | | 50% |
| 731700 | 73170000 | Tachas, pregos, percevejos, escápulas, grampos ondulados ou biselados e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, mesmo com cabeça de outra matéria, exceto cobre. | | Nails, tacks, drawing pins, corrugated nails, staples (other than those of heading No 8305) and similar articles, of iron or steel, whether or not with heads of other material, but excluding such articles with heads of copper : | | 100% |
| 731815 | 73181500 | Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas (anilhas*) | | - - Other screws and bolts, whether or not with their nuts or washers : | | 100% |
| 731816 | 73181600 | Porcas | | - - Nuts : | | 100% |
| 731821 | 73182100 | Arruelas (anilhas*) de pressão e outras arruelas (anilhas*) de segurança | | - - Spring washers and other lock washers | | 100% |
| 732010 | 73201000 | Molas de folhas e suas folhas | | - Leaf-springs and leaves therefor : | | 100% |
| 732020 | 73202000 | Molas helicoidais | | - Helical springs : | | 100% |
| 732090 | 73209000 | Outras | | - Other : | | 100% |
| 740811 | 74081100 | Com a maior dimensão da seção transversal superior a 6 mm | | - - Of which the maximum cross-sectional dimension exceeds 6 mm | | 100% |
| 740819 | 74081900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 741210 | 74121000 | De cobre refinado | | - Of refined copper | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 741220 | 74122000 | De ligas de cobre | | - Of copper alloys | | 100% |
| 760691 | 76069100 | De alumínio não ligado | | - - Of aluminium, not alloyed | | 100% |
| 761210 | 76121000 | Recipientes tubulares, flexíveis | | - Collapsible tubular containers | | 100% |
| 761290 | 76129000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 820130 | 82013000 | Alviões, picaretas, enxadas, sachos, ancinhos e raspadeiras | | - Mattocks, picks, hoes and rakes | | 100% |
| 820140 | 82014000 | Machados, podões e ferramentas semelhantes, com gume | | - Axes, bill hooks and similar hewing tools | | 100% |
| 820160 | 82016000 | Tesouras para sebes, tesouras de podar e ferramentas semelhantes, manipuladas com as duas mãos | | - Hedge shears, two-handed pruning shears and similar two-handed shears | | 100% |
| 820310 | 82031000 | Limas, grosas e ferramentas semelhantes | | - Files, rasps and similar tools | | 100% |
| 820320 | 82032010 | Alicates (mesmo cortantes) | | - Pliers (including cutting pliers), pincers, tweezers and similar tools : | | 100% |
| 820520 | 82052000 | Martelos e marretas | | - Hammers and sledge hammers | | 100% |
| 821191 | 82119100 | Facas de lâmina fixa | | - - Table knives having fixed blades : | | 50% |
| 821192 | 82119200 | Outras facas de lâmina fixa | | - - Other knives having fixed blades | | 50% |
| 821210 | 82121000 | Navalhas e aparelhos, de barbear | | - Razors : | | 50% |
| 821220 | 82122000 | Lâminas de barbear de segurança, incluídos os esboços em tiras | | - Safety razor blades, including razor blade blanks in strips | | 50% |
| 821520 | 82152000 | Outros sortidos | | - Other sets of assorted articles : | | 50% |
| 821599 | 82159910 | De aço inoxidável | | - - Other : | | 50% |
| 830110 | 83011000 | Cadeados | | - Padlocks | | 100% |
| 830120 | 83012000 | Fechaduras dos tipos utilizados em veículos automóveis | | - Locks of a kind used for motor vehicles | | 100% |
| 830140 | 83014010 | Fechaduras | | - Other locks : | | 100% |
| 830220 | 83022000 | Rodízios | | - Castors : | | 100% |
| 830230 | 83023000 | Outras guarnições, ferragens e artigos semelhantes, para veículos automóveis | | - Other mountings, fittings and similar articles suitable for motor vehicles | | 100% |
| 831000 | 83100000 | Placas indicadoras, placas sinalizadoras, placas endereços e placas semelhantes, números, letras e sinais diversos, de metais comuns, exceto os da posição 94.05. | | Sign-plates, name-plates, address-plates and similar plates, numbers, letters and other symbols, of base metal, excluding those of heading No 9405 | | 50% |
| 840211 | 84021100 | Caldeiras aquatubulares com produção de vapor superior a 45 t por hora | | - - Watertube boilers with a steam production exceeding 45 tonnes per hour | | 100% |
| 840212 | 84021200 | Caldeiras aquatubulares com produção de vapor de até 45 t por hora | | - - Watertube boilers with a steam production not exceeding 45 tonnes per hour | | 100% |
| 840219 | 84021900 | Outras caldeiras para produção de vapor, incluídas as caldeiras mistas | | - - Other vapour generating boilers, including hybrid boilers : | | 100% |
| 840220 | 84022000 | Caldeiras denominadas "de água superaquecida" | | - Super-heated water boilers | | 100% |
| 840310 | 84031000 | Caldeiras | | - Boilers : | | 100% |
| 840390 | 84039000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 840410 | 84041000 | Aparelhos auxiliares para caldeiras das posições 84.02 ou 84.03 | | - Auxiliary plant for use with boilers of heading No 8402 or 8403 | | 100% |
| 840420 | 84042000 | Condensadores para máquinas a vapor | | - Condensers for steam or other vapour power units | | 100% |
| 840490 | 84049000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 840733 | 84073300 | De cilindrada superior a 250 cm3, mas não superior a 1.000 cm3 | | - - Of a cylinder capacity exceeding 250 cm3 but not exceeding 1 000 cm3 : | | 50% |
| 840734 | 84073400 | De cilindrada superior a 1.000 cm3 | | - - Of a cylinder capacity exceeding 1 000 cm3 : | | 50% |
| 840790 | 84079000 | Outros motores | | - Other engines : | | 100% |
| 840810 | 84081000 | Motores para propulsão de embarcações | | - Marine propulsion engines : | | 100% |
| 840820 | 84082000 | Motores dos tipos utilizados para propulsão de veículos do Capítulo 87 | | - Engines of a kind used for the propulsion of vehicles of Chapter 87 : | | 50% |
| 840890 | 84089000 | Outros motores | | - Other engines : | | 100% |
| 840991 | 84099100 | Reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores de pistão, de ignição por centelha (faísca) | | - - Suitable for use solely or principally with spark-ignition internal combustion piston engines | | 50% |
| 840999 | 84099900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 841370 | 84137000 | Outras bombas centrífugas | | - Other centrifugal pumps : | | 100% |
| 841381 | 84138100 | Bombas | | - - Pumps : | | 100% |
| 841391 | 84139100 | De bombas | | - - Of pumps : | | 100% |
| 841410 | 84141000 | Bombas de vácuo | | - Vacuum pumps : | | 100% |
| 841420 | 84142000 | Bombas de ar, de mão ou de pé | | - Hand- or foot-operated air pumps : | | 100% |
| 841430 | 84143000 | Compressores dos tipos utilizados nos equipamentos frigoríficos | | - Compressors of a kind used in refrigerating equipment : | | 100% |
| 841459 | 84145900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 841490 | 84149000 | Partes | | - Parts : | | 50% |
| 841630 | 84163000 | Fornalhas automáticas, incluídas as antefornalhas, grelhas mecânicas, descarregadores mecânicos de cinzas e dispositivos semelhantes | | - Mechanical stokers, including their mechanical grates, mechanical ash dischargers and similar appliances | | 100% |
| 841720 | 84172000 | Fornos de padaria, pastelaria ou para a indústria de bolachas e biscoitos | | - Bakery ovens, including biscuit ovens : | | 100% |
| 841810 | 84181000 | Combinações de refrigeradores e congeladores ("freezers"), munidos de portas exteriores separadas | | - Combined refrigerator-freezers, fitted with separate external doors : | | 100% |
| 841821 | 84182100 | De compressão | | - - Compression-type : | | 100% |
| 841861 | 84186100 | Grupos de compressão cujo condensador seja constituído por um trocador (permutador) de calor | | - - Compression type units whose condensers are heat exchangers : | | 100% |
| 841899 | 84189900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 841931 | 84193100 | Para produtos agrícolas | | - - For agricultural products | | 100% |
| 841950 | 84195000 | Trocadores (permutadores) de calor | | - Heat exchange units : | | 100% |
| 841981 | 84198100 | Para preparação de bebidas quentes ou para cozimento ou aquecimento de alimentos | | - - For making hot drinks or for cooking or heating food : | | 100% |
| 841989 | 84198990 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 842010 | 84201090 | Outros | | - Calendering or other rolling machines : | | 100% |
| 842119 | 84211900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 842123 | 84212300 | Para filtrar óleos minerais nos motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão | | - - Oil or petrol-filters for internal combustion engines : | | 15% |

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 842129 | 84212900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 842131 | 84213100 | Filtros de entrada de ar para motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão | | - - Intake air filters for internal combustion engines : | | 50% |
| 842139 | 84213900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 842191 | 84219100 | De centrifugadores, incluídas as dos secadores centrífugos | | - - Of centrifuges, including centrifugal dryers : | | 100% |
| 842290 | 84229000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 842310 | 84231010 | Balanças para pessoas, incluídas as balanças para bebês | | - Personal weighing machines, including baby scales; household scales : | | 100% |
| 842310 | 84231020 | Balanças para uso doméstico | | - Personal weighing machines, including baby scales; household scales : | | 100% |
| 842320 | 84232000 | Básculas de pesagem contínua em transportadores | | - Scales for continuous weighing of goods on conveyors | | 100% |
| 842330 | 84233000 | Básculas de pesagem constante e balanças e básculas ensacadoras ou dosadoras | | - Constant weight scales and scales for discharging a predetermined weight of material into a bag or container, including hopper scales | | 100% |
| 842381 | 84238100 | De capacidade não superior a 30 kg | | - - Having a maximum weighing capacity not exceeding 30 kg : | | 100% |
| 842390 | 84239000 | Pesos para quaisquer balanças; partes de aparelhos ou instrumentos de pesagem | | - Weighing machine weights of all kinds; parts of weighing machinery | | 100% |
| 842430 | 84243000 | Máquinas e aparelhos de jato de areia, de jato de vapor e aparelhos de jato semelhantes | | - Steam or sand blasting machines and similar jet projecting machines : | | 100% |
| 842481 | 84248110 | Manuais ou de pedal | | - - Agricultural or horticultural | | 100% |
| 842481 | 84248190 | Outros | | - - Agricultural or horticultural | | 100% |
| 842490 | 84249000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 842531 | 84253100 | De motor elétrico | | - - Powered by electric motor | | 100% |
| 842542 | 84254200 | Outros macacos, hidráulicos | | - - Other jacks and hoists, hydraulic : | | 100% |
| 842549 | 84254900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 842710 | 84271000 | Autopropulsores, de motor elétrico | | - Self-propelled trucks powered by an electric motor | | 100% |
| 842790 | 84279000 | Outros | | - Other trucos | | 100% |
| 842810 | 84281000 | Elevadores e monta-cargas | | - Lifts and skip hoists : | | 100% |
| 842820 | 84282000 | Aparelhos elevadores ou transportadores, pneumáticos | | - Pneumatic elevators and conveyors : | | 100% |
| 842920 | 84292000 | Niveladores | | - Graders and levellers | | 100% |
| 842951 | 84295100 | Carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal | | - - Front-end shovel loaders : | | 100% |
| 842959 | 84295900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 843069 | 84306900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 843120 | 84312000 | Das máquinas e aparelhos da posição 84.27 | | - Of machinery of heading No 8427 | | 100% |
| 843210 | 84321000 | Arados e charruas | | - Ploughs : | | 100% |
| 843221 | 84322100 | Grades de discos | | - - Disc harrows | | 100% |
| 843229 | 84322900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 843230 | 84323000 | Semeadores, plantadores e transplantadores | | - Seeders, planters and transplanters : | | 100% |
| 843240 | 84324000 | Espalhadores de estrume e distribuidores de adubos ou fertilizantes | | - Manure spreaders and fertilizer distributors : | | 100% |
| 843280 | 84328000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machinery | | 100% |
| 843290 | 84329000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 843311 | 84331100 | Motorizados, cujo dispositivo de corte gira num plano horizontal | | - - Powered, with the cutting device rotating in a horizontal plane : | | 100% |
| 843319 | 84331900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 843320 | 84332000 | Ceifeiras, incluídas as barras de corte para montagem em tratores | | - Other mowers, including cutter bars for tractor mounting : | | 100% |
| 843330 | 84333000 | Outras máquinas e aparelhos para colher e dispor o feno | | - Other haymaking machinery : | | 100% |
| 843340 | 84334000 | Enfardadeiras de palha ou forragem, incluídas as enfardadeiras-apanhadeiras | | - Straw or fodder balers, including pick-up balers : | | 100% |
| 843351 | 84335100 | Ceifeiras-debulhadoras | | - - Combine harvester-threshers | | 100% |
| 843352 | 84335200 | Outras máquinas e aparelhos para debulha | | - - Other threshing machinery | | 100% |
| 843353 | 84335300 | Máquinas para colheita de raízes ou tubérculos | | - - Root or tuber harvesting machines : | | 100% |
| 843359 | 84335900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 843360 | 84336010 | Máquinas para limpar ou selecionar ovos | | - Machines for cleaning, sorting or grading eggs, fruit or other agricultural produce | | 100% |
| 843360 | 84336020 | Máquinas para limpar ou selecionar frutas ou outros produtos agrícolas | | - Machines for cleaning, sorting or grading eggs, fruit or other agricultural produce | | 100% |
| 843390 | 84339000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 843410 | 84341000 | Máquinas de ordenhar | | - Milking machines | | 100% |
| 843510 | 84351000 | Máquinas e aparelhos | | - Machinery | | 100% |
| 843590 | 84359000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 843610 | 84361000 | Máquinas e aparelhos para preparação de alimentos ou rações para animais | | - Machinery for preparing animal feedingstuffs | | 100% |
| 843810 | 84381000 | Máquinas e aparelhos para as indústrias de panificação, pastelaria, bolachas e biscoitos e de massas alimentícias | | - Bakery machinery and machinery for the manufacture of macaroni, spaghetti or similar products : | | 100% |
| 843820 | 84382000 | Máquinas e aparelhos para as indústrias de confeitaria e de cacau ou de chocolate | | - Machinery for the manufacture of confectionery, cocoa or chocolate | | 100% |
| 843840 | 84384000 | Máquinas e aparelhos para a indústria cervejeira | | - Brewery machinery | | 100% |
| 843850 | 84385000 | Máquinas e aparelhos para preparação de carnes | | - Machinery for the preparation of meat or poultry | | 100% |
| 843860 | 84386000 | Máquinas e aparelhos para preparação de frutas ou de produtos hortícolas | | - Machinery for the preparation of fruits, nuts or vegetables | | 100% |
| 843880 | 84388000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machinery : | | 100% |
| 843890 | 84389000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 843930 | 84393000 | Máquinas e aparelhos para acabamento de papel ou cartão | | - Machinery for finishing paper or paperboard | | 100% |
| 843991 | 84399100 | De máquinas ou aparelhos para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas | | - - Of machinery for making pulp of fibrous cellulosic material : | | 100% |
| 843999 | 84399900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 844110 | 84411000 | Cortadeiras | | - Cutting machines : | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 844120 | 84412000 | Máquinas para fabricação de sacos de quaisquer dimensões ou de envelopes | | - Machines for making bags, sacks or envelopes | | 100% |
| 844180 | 84418000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machinery | | 100% |
| 844190 | 84419000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 844330 | 84433000 | Máquinas e aparelhos de impressão, flexográficos | | - Flexographic printing machinery | | 100% |
| 844831 | 84483100 | Guarnições de cardas | | - - Card clothing | | 100% |
| 844832 | 84483200 | De máquinas para preparação de matérias têxteis, exceto as guarnições de cardas | | - - Of machines for preparing textile fibres, other than card clothing | | 100% |
| 844859 | 84485900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 845090 | 84509000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 845129 | 84512900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 845140 | 84514000 | Máquinas para lavar, branquear ou tingir | | - Washing, bleaching or dyeing machines | | 100% |
| 845180 | 84518000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machinery : | | 100% |
| 845190 | 84519000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 845210 | 84521000 | Máquinas de costura de uso doméstico | | - Sewing machines of the household type : | | 100% |
| 845221 | 84522100 | Unidades automáticas | | - - Automatic units | | 100% |
| 845229 | 84522900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 845230 | 84523000 | Agulhas para máquinas de costura | | - Sewing machine needles : | | 100% |
| 845240 | 84524000 | Móveis, bases e tampas, para máquinas de costura, e suas partes | | - Furniture, bases and covers for sewing machines and parts thereof | | 100% |
| 845290 | 84529000 | Outras partes de máquinas de costura | | - Other parts of sewing machines | | 100% |
| 845710 | 84571000 | Centros de usinagem (maquinagem*) | | - Machining centres : | | 100% |
| 846039 | 84603900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 846210 | 84621000 | Máquinas (incluídas as prensas) para forjar ou estampar, martelos, martelos-pilões e martinetes | | - Forging or die-stamping machines (including presses) and hammers : | | 100% |
| 846229 | 84622900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 846239 | 84623900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 846291 | 84629100 | Prensas hidráulicas | | - - Hydraulic presses : | | 100% |
| 846299 | 84629900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 846330 | 84633000 | Máquinas para trabalhar arames e fios de metal | | - Machines for working wire | | 100% |
| 846591 | 84659110 | De fita sem fim | | - - Sawing machines : | | 100% |
| 846591 | 84659120 | Circulares | | - - Sawing machines : | | 100% |
| 846591 | 84659190 | Outras | | - - Sawing machines : | | 100% |
| 846592 | 84659210 | Máquinas para desbastar ou aplainar | | - - Planing, milling or moulding (by cutting) machines | | 100% |
| 846592 | 84659220 | Máquinas para fresar ou moldurar | | - - Planing, milling or moulding (by cutting) machines | | 100% |
| 846595 | 84659500 | Máquinas para furar ou para escatelar | | - - Drilling or morticing machines | | 100% |
| 846599 | 84659900 | Outras | | - - Other : | | 100% |
| 846781 | 84678100 | Serras de corrente | | - - Chain saws | | 100% |
| 846789 | 84678910 | Hidráulicas, exceto as ferramentas pneumáticas com dispositivo hidráulico da subposição 8467.1 | | - - Other | | 100% |
| 846791 | 84679100 | De serras de corrente | | - - Of chain saws | | 100% |
| 846912 | 84691200 | Máquinas de escrever automáticas | | - - Automatic typewriters | | 100% |
| 846920 | 84692000 | Outras máquinas de escrever, elétricas | | - Other typewriters, electric | | 100% |
| 846930 | 84693000 | Outras máquinas de escrever, não elétricas | | - Other typewriters, non-electric | | 100% |
| 847010 | 84701000 | Calculadoras eletrônicas capazes de funcionar sem fonte externa de energia elétrica e máquinas de bolso com função de cálculo incorporada que permitam gravar, reproduzir e visualisar informações | | - Electronic calculators capable of operation without an external source of electric power and pocket-size data recording, reproducing and displaying machines with calculating functions | | 100% |
| 847021 | 84702100 | Com dispositivo impressor incorporado | | - - Incorporating a printing device | | 100% |
| 847029 | 84702900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 847030 | 84703000 | Outras máquinas de calcular | | - Other calculating machines | | 100% |
| 847040 | 84704000 | Máquinas de contabilidade | | - Accounting machines | | 100% |
| 847050 | 84705000 | Caixas registradoras | | - Cash registers | | 100% |
| 847090 | 84709000 | Outras | | - Other | | 100% |
| 847110 | 84711000 | Máquinas automáticas para processamento de dados, analógicas ou híbridas | | - Analogue or hybrid automatic data-processing machines : | | 100% |
| 847130 | 84713000 | Máquinas automáticas digitais para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, contendo, pelo menos, uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela ("écran") | | - Portable digital automatic data-processing machines, weighing not more than 10 kg, consisting of at least a central processing unit, a keyboard and a display | | 100% |
| 847141 | 84714100 | Contendo no mesmo corpo, pelo menos, uma unidade central de processamento e, mesmo combinadas, uma unidade de entrada e uma unidade de saída | | - - Comprising in the same housing at least a central processing unit and an input and output unit, whether or not combined : | | 100% |
| 847149 | 84714900 | Outras, apresentadas sob a forma de sistemas | | - - Other, presented in the form of systems : | | 100% |
| 847160 | 84716000 | Unidades de entrada ou de saída, podendo conter, no mesmo corpo, unidades de memória | | - Input or output units, whether or not containing storage units in the same housing : | | 100% |
| 847170 | 84717000 | Unidades de memória | | - Storage units : | | 100% |
| 847180 | 84718000 | Outras unidades de máquinas automáticas para processamento de dados | | - Other units of automatic data-processing machines | | 100% |
| 847190 | 84719000 | Outras | | - Other | | 100% |
| 847210 | 84721000 | Duplicadores | | - Duplicating machines | | 100% |
| 847230 | 84723000 | Máquinas para selecionar, dobrar, envelopar ou cintar correspondência, máquinas para abrir, fechar ou lacrar correspondência e máquinas para colar ou obliterar selos | | - Machines for sorting or folding mail or for inserting mail in envelopes or bands, machines for opening, closing or sealing mail and machines for affixing or cancelling postage stamps | | 100% |
| 847290 | 84729000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 847310 | 84731000 | Partes e acessórios das máquinas da posição 84.69 | | - Parts and accessories of the machines of heading No 8469 : | | 100% |
| 847321 | 84732100 | Das calculadoras eletrônicas das subposições 8470.10, 8470.21 ou 8470.29 | | - - Of the electronic calculating machines of subheading 8470 10, 8470 21 or 8470 29 : | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 847329 | 84732900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 847330 | 84733000 | Partes e acessórios das máquinas da posição 84.71 | | - Parts and accessories of the machines of heading No 8471 : | | 100% |
| 847340 | 84734000 | Partes e acessórios das máquinas da posição 84.72 | | - Parts and accessories of the machines of heading No 8472 : | | 100% |
| 847431 | 84743100 | Betoneiras e aparelhos para amassar cimento | | - - Concrete or mortar mixers | | 100% |
| 847480 | 84748000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machinery : | | 100% |
| 847720 | 84772000 | Extrusoras | | - Extruders | | 100% |
| 847730 | 84773000 | Máquinas de moldar por insuflação | | - Blow-moulding machines | | 100% |
| 847790 | 84779000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 848071 | 84807100 | Para moldagem por injeção ou por compressão | | - - Injection or compression types : | | 100% |
| 848210 | 84821000 | Rolamentos de esferas | | - Ball bearings : | | 100% |
| 848220 | 84822000 | Rolamentos de roletes cônicos, incluídos os conjuntos constituídos por cones e roletes cônicos | | - Tapered roller bearings, including cone and tapered roller assemblies | | 100% |
| 848230 | 84823000 | Rolamentos de roletes em forma de tonel | | - Spherical roller bearings | | 100% |
| 848240 | 84824000 | Rolamentos de agulhas | | - Needle roller bearings | | 100% |
| 848250 | 84825000 | Rolamentos de roletes cilíndricos | | - Other cylindrical roller bearings | | 100% |
| 848280 | 84828000 | Outros, incluídos os rolamentos combinados | | - Other, including combined ball/roller bearings | | 100% |
| 848291 | 84829100 | Esferas, roletes e agulhas | | - - Balls, needles and rollers : | | 100% |
| 848299 | 84829900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 848310 | 84831000 | Árvores (veios) de transmissão [incluídas as árvores de excêntricos (cames) e virabrequins (cambotas)] e manivelas | | - Transmission shafts (including cam shafts and crank shafts) and cranks : | | 100% |
| 848330 | 84833000 | Mancais (chumaceiras) sem rolamentos; bronzes | | - Bearing housings, not incorporating ball or roller bearings; plain shaft bearings : | | 100% |
| 848360 | 84836000 | Embreagens e dispositivos de acoplamento, incluídas as juntas de articulação | | - Clutches and shaft couplings (including universal joints) : | | 100% |
| 848390 | 84839000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 848410 | 84841000 | Juntas metaloplásticas | | - Gaskets and similar joints of metal sheeting combined with other material or of two or more layers of metal : | | 100% |
| 848420 | 84842000 | Juntas de vedação, mecânicas | | - Mechanical seals | | 100% |
| 848490 | 84849000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 850131 | 85013100 | De potência não superior a 750 W | | - - Of an output not exceeding 750 W : | | 100% |
| 850132 | 85013200 | De potência superior a 750 W mas não superior a 75 kW | | - - Of an output exceeding 750 W but not exceeding 75 kW : | | 100% |
| 850133 | 85013300 | De potência superior a 75 kW mas não superior a 375 kW | | - - Of an output exceeding 75 kW but not exceeding 375 kW : | | 100% |
| 850134 | 85013400 | De potência superior a 375 kW | | - - Of an output exceeding 375 kW : | | 100% |
| 850161 | 85016100 | De potência não superior a 75 kVA | | - - Of an output not exceeding 75 kVA : | | 100% |
| 850162 | 85016200 | De potência superior a 75 kVA mas não superior a 375 kVA | | - - Of an output exceeding 75 kVA but not exceeding 375 kVA : | | 100% |
| 850163 | 85016300 | De potência superior a 375 kVA mas não superior a 750 kVA | | - - Of an output exceeding 375 kVA but not exceeding 750 kVA : | | 100% |
| 850164 | 85016400 | De potência superior a 750 kVA | | - - Of an output exceeding 750 kVA | | 100% |
| 850211 | 85021100 | De potência não superior a 75 kVA | | - - Of an output not exceeding 75 kVA : | | 100% |
| 850212 | 85021200 | De potência superior a 75 kVA mas não superior a 375 kVA | | - - Of an output exceeding 75 kVA but not exceeding 375 kVA : | | 100% |
| 850213 | 85021300 | De potência superior a 375 kVA | | - - Of an output exceeding 375 kVA : | | 100% |
| 850220 | 85022000 | Grupos eletrogêneos de motor de pistão, de ignição por centelha (faísca) (motor de explosão) | | - Generating sets with spark-ignition internal combustion piston engines : | | 100% |
| 850231 | 85023100 | De energia eólica | | - - Wind-powered | | 100% |
| 850239 | 85023900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 850240 | 85024000 | Conversores rotativos elétricos | | - Electric rotary converters : | | 100% |
| 850300 | 85030000 | Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas das posições 85.01 e 85.02. | | Parts suitable for use solely or principally with the machines of heading No 8501 or 8502 : | | 100% |
| 850410 | 85041000 | Reatores (balastros*) para lâmpadas ou tubos de descarga | | - Ballasts for discharge lamps or tubes : | | 100% |
| 850421 | 85042100 | De potência não superior a 650 kVA | | - - Having a power handling capacity not exceeding 650 kVA | | 100% |
| 850422 | 85042200 | De potência superior a 650 kVA mas não superior a 10.000 kVA | | - - Having a power handling capacity exceeding 650 kVA but not exceeding 10 000 kVA : | | 100% |
| 850423 | 85042300 | De potência superior a 10.000 kVA | | - - Having a power handling capacity exceeding 10 000 kVA | | 100% |
| 850431 | 85043100 | De potência não superior a 1 kVA | | - - Having a power handling capacity not exceeding 1 kVA | | 100% |
| 850432 | 85043200 | De potência superior a 1 kVA mas não superior a 16 kVA | | - - Having a power handling capacity exceeding 1 kVA but not exceeding 16 kVA : | | 100% |
| 850433 | 85043300 | De potência superior a 16 kVA mas não superior a 500 kVA | | - - Having a power handling capacity exceeding 16 kVA but not exceeding 500 kVA : | | 100% |
| 850434 | 85043400 | De potência superior a 500 kVA | | - - Having a power handling capacity exceeding 500 kVA | | 100% |
| 850450 | 85045000 | Outras bobinas de reatância e de auto-indução | | - Other inductors : | | 100% |
| 850490 | 85049000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 850511 | 85051100 | De metal | | - - Of metal | | 100% |
| 850519 | 85051900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 850520 | 85052000 | Acoplamentos, embreagens, variadores de velocidade e freios, eletromagnéticos | | - Electro-magnetic couplings, clutches and brakes | | 100% |
| 850530 | 85053000 | Cabeças de elevação eletromagnéticas | | - Electro-magnetic lifting heads | | 100% |
| 850590 | 85059000 | Outros, incluídas as partes | | - Other, including parts : | | 100% |
| 850610 | 85061000 | De bióxido de manganês | | - Manganese dioxide : | | 50% |
| 850630 | 85063000 | De óxido de mercúrio | | - Mercuric oxide : | | 50% |
| 850640 | 85064000 | De óxido de prata | | - Silver oxide : | | 50% |
| 850650 | 85065000 | De lítio | | - Lithium : | | 50% |
| 850680 | 85068000 | Outras | | - Other : | | 50% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 850690 | 85069000 | Partes | | - Parts | | 50% |
| 850710 | 85071000 | De chumbo, do tipo utilizado para o arranque dos motores de pistão | | - Lead-acid, of a kind used for starting piston engines : | | 50% |
| 850720 | 85072000 | Outros acumuladores de chumbo | | - Other lead-acid accumulators : | | 50% |
| 850730 | 85073000 | De níquel-cádmio | | - Nickel-cadmium : | | 50% |
| 850740 | 85074000 | De níquel-ferro | | - Nickel-iron : | | 50% |
| 850780 | 85078000 | Outros acumuladores | | - Other accumulators : | | 50% |
| 850790 | 85079000 | Partes | | - Parts : | | 50% |
| 850810 | 85081000 | Perfuradoras de qualquer tipo, incluídas as rotativas | | - Drills of all kinds : | | 100% |
| 850820 | 85082000 | Serras | | - Saws : | | 100% |
| 850880 | 85088000 | Outras ferramentas | | - Other tools : | | 100% |
| 850990 | 85099000 | Partes | | - Parts : | | 50% |
| 851110 | 85111000 | Velas de ignição | | - Sparking plugs : | | 50% |
| 851120 | 85112000 | Magnetos; dínamos-magnetos; volantes magnéticos | | - Ignition magnetos; magneto-dynamos; magnetic flywheels : | | 50% |
| 851130 | 85113000 | Distribuidores; bobinas de ignição | | - Distributors; ignition coils : | | 50% |
| 851140 | 85114000 | Motores de arranque, mesmo funcionando como geradores | | - Starter motors and dual purpose starter-generators : | | 50% |
| 851150 | 85115000 | Outros geradores | | - Other generators : | | 50% |
| 851180 | 85118000 | Outros aparelhos e dispositivos | | - Other equipment : | | 50% |
| 851190 | 85119000 | Partes | | - Parts | | 50% |
| 851210 | 85121000 | Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual dos tipos utilizados em bicicletas | | - Lighting or visual signalling equipment of a kind used on bicycles | | 50% |
| 851220 | 85122000 | Outros aparelhos de iluminação ou de sinalização visual | | - Other lighting or visual signalling equipment | | 50% |
| 851230 | 85123000 | Aparelhos de sinalização acústica | | - Sound signalling equipment | | 50% |
| 851240 | 85124000 | Limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaçadores | | - Windscreen wipers, defrosters and demisters | | 50% |
| 851290 | 85129000 | Partes | | - Parts | | 50% |
| 851310 | 85131000 | Lanternas | | - Lamps | | 50% |
| 851410 | 85141000 | Fornos de resistência (de aquecimento indireto) | | - Resistance heated furnaces and ovens : | | 100% |
| 851430 | 85143000 | Outros fornos | | - Other furnaces and ovens : | | 100% |
| 851440 | 85144000 | Outros aparelhos para tratamento térmico de matérias por indução ou por perdas dielétricas | | - Other induction or dielectric heating equipment | | 100% |
| 851490 | 85149000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 851511 | 85151100 | Ferros e pistolas | | - - Soldering irons and guns | | 100% |
| 851519 | 85151900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 851521 | 85152100 | Inteira ou parcialmente automáticos | | - - Fully or partly automatic | | 100% |
| 851529 | 85152900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 851531 | 85153100 | Inteira ou parcialmente automáticos | | - - Fully or partly automatic | | 100% |
| 851539 | 85153900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 851580 | 85158000 | Outras máquinas e aparelhos | | - Other machines and apparatus : | | 100% |
| 851590 | 85159000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 851610 | 85161000 | Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão | | - Electric instantaneous or storage water heaters and immersion heaters : | | 50% |
| 851629 | 85162900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 851633 | 85163300 | Aparelhos para secar as mãos | | - - Hand-drying apparatus | | 50% |
| 851679 | 85167900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 851680 | 85168000 | Resistências de aquecimento | | - Electric heating resistors : | | 50% |
| 851690 | 85169000 | Partes | | - Parts | | 50% |
| 851711 | 85171100 | Aparelhos telefônicos por fio conjugado com aparelho telefônico portátil sem fio | | - - Line telephone sets with cordless handsets | | 100% |
| 851722 | 85172200 | Teleimpressores | | - - Teleprinters | | 100% |
| 851730 | 85173020 | Para telegrafia | | - Telephonic or telegraphic switching apparatus | | 100% |
| 851750 | 85175000 | Outros aparelhos, para telecomunicação por corrente portadora ou para telecomunicação digital | | - Other apparatus, for carrier-current line systems or for digital line systems : | | 100% |
| 851711 | 85178000 | Outros aparelhos | | - - Line telephone sets with cordless handsets | | 100% |
| 851810 | 85181000 | Microfones e seus suportes | | - Microphones and stands therefor : | | 50% |
| 851821 | 85182100 | Alto falante único montado no seu receptáculo | | - - Single loudspeakers, mounted in their enclosures : | | 50% |
| 851822 | 85182200 | Alto-falantes múltiplos montados no mesmo receptáculo | | - - Multiple loudspeakers, mounted in the same enclosure : | | 50% |
| 851829 | 85182900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 852390 | 85239000 | Outros | | - Other | | 50% |
| 852431 | 85243100 | Para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem | | - - For reproducing phenomena other than sound or image | | 50% |
| 852432 | 85243200 | Para reprodução apenas do som | | - - For reproducing sound only | | 50% |
| 852439 | 85243900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 852491 | 85249100 | Para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem | | - - For reproducing phenomena other than sound or image | | 50% |
| 852499 | 85249900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 852510 | 85251010 | De radiodifusão | | - Transmission apparatus : | | 50% |
| 852510 | 85251020 | De televisão | | - Transmission apparatus : | | 50% |
| 852510 | 85251090 | Outros | | - Transmission apparatus : | | 50% |
| 852520 | 85252000 | Aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado | | - Transmission apparatus incorporating reception apparatus : | | 50% |
| 852530 | 85253000 | Câmeras de televisão | | - Television cameras : | | 100% |
| 852610 | 85261000 | Aparelhos de radiodetecção e de radiossondagem (radar) | | - Radar apparatus : | | 100% |
| 852691 | 85269100 | Aparelhos de radionavegação | | - - Radio navigational aid apparatus : | | 100% |
| 852692 | 85269200 | Aparelhos de radiotelecomando | | - - Radio remote control apparatus : | | 100% |
| 852721 | 85272100 | Combinados com aparelho de gravação ou de reprodução de som | | - - Combined with sound recording or reproducing apparatus : | | 50% |
| 852729 | 85272900 | Outros | | - - Other | | 50% |
| 852731 | 85273100 | Combinados com aparelho de gravação ou de reprodução de som | | - - Combined with sound recording or reproducing apparatus : | | 50% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 852790 | 85279000 | Outros aparelhos | | - Other apparatus : | | 50% |
| 852812 | 85281200 | A cores | | - - Colour : | | 50% |
| 852822 | 85282200 | Em preto e branco ou em outros monocromos | | - - Black and white or other monochrome | | 50% |
| 852910 | 85291000 | Antenas e refletores de antenas de qualquer tipo; partes reconhecíveis como de utilização conjunta com esses artefatos | | - Aerials and aerial reflectors of all kinds; parts suitable for use therewith : | | 50% |
| 852990 | 85299000 | Outras | | - Other : | | 50% |
| 853010 | 85301000 | Aparelhos para vias férreas ou semelhantes | | - Equipment for railways or tramways | | 100% |
| 853080 | 85308000 | Outros aparelhos | | - Other equipment | | 100% |
| 853090 | 85309000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 853110 | 85311000 | Aparelhos elétricos de alarme para proteção contra roubo ou incêndio e aparelhos semelhantes | | - Burglar or fire alarms and similar apparatus : | | 100% |
| 853120 | 85312000 | Painéis indicadores com dispositivos de cristais líquidos (LCD) ou de diodos emissores de luz (LED) | | - Indicator panels incorporating liquid crystal devices (LCD) or light emitting diodes (LED) : | | 100% |
| 853180 | 85318000 | Outros aparelhos | | - Other apparatus : | | 100% |
| 853190 | 85319000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 853210 | 85321000 | Condensadores fixos concebidos para linhas elétricas de 50/60 Hz e capazes de absorver uma potência reativa igual ou superior a 0,5 kvar (condensadores de potência) | | - Fixed capacitors designed for use in 50/60 Hz circuits and having a reactive power handling capacity of not less than 0,5 kvar (power capacitors) | | 100% |
| 853221 | 85322100 | De tântalo | | - - Tantalum | | 100% |
| 853222 | 85322200 | Eletrolíticos de alumínio | | - - Aluminium electrolytic | | 100% |
| 853223 | 85322300 | Com dielétrico de cerâmica, de uma só camada | | - - Ceramic dielectric, single layer | | 100% |
| 853224 | 85322400 | Com dielétrico de cerâmica, de camadas múltiplas | | - - Ceramic dielectric, multilayer | | 100% |
| 853225 | 85322500 | Com dielétrico de papel ou de plásticos | | - - Dielectric of paper or plastics | | 100% |
| 853229 | 85322900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 853230 | 85323000 | Condensadores variáveis ou ajustáveis | | - Variable or adjustable (pre-set) capacitors | | 100% |
| 853290 | 85329000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 853310 | 85331000 | Resistências fixas de carbono, aglomeradas ou de camada | | - Fixed carbon resistors, composition or film types | | 100% |
| 853390 | 85339000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 853400 | 85340000 | Circuitos impressos. | | Printed circuits : | | 100% |
| 853641 | 85364100 | Para tensão não superior a 60 V | | - - For a voltage not exceeding 60 V : | | 100% |
| 853649 | 85364900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 853669 | 85366900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 853810 | 85381000 | Quadros, painéis, consoles, cabinas, armários e outros suportes, da posição 85.37 desprovidos dos seus aparelhos | | - Boards, panels, consoles, desks, cabinets and other bases for the goods of heading No 8537, not equipped with their apparatus | | 50% |
| 853890 | 85389000 | Outras | | - Other : | | 50% |
| 853910 | 85391000 | "Faróis e projetores, em unidades seladas" | | - Sealed beam lamp units : | | 50% |
| 853921 | 85392100 | Halógenos, de tungstênio (volfrâmio) | | - - Tungsten halogen : | | 50% |
| 853922 | 85392200 | Outros, de potência não superior a 200 W e tensão superior a 100 V | | - - Other, of a power not exceeding 200 W and for a voltage exceeding 100 V : | | 50% |
| 853929 | 85392900 | Outros | | - - Other | | 50% |
| 853939 | 85393910 | Para produção de luz-relâmpago ("flash") | | - - Other | | 50% |
| 853941 | 85394100 | Lâmpadas de arco | | - - Arc-lamps | | 50% |
| 853949 | 85394900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 853990 | 85399000 | Partes | | - Parts : | | 50% |
| 854011 | 85401100 | A cores | | - - Colour : | | 100% |
| 854012 | 85401200 | Em preto e branco ou outros monocromos | | - - Black and white or other monochrome | | 100% |
| 854020 | 85402000 | Tubos para câmeras de televisão; tubos conversores ou intensificadores de imagens; outros tubos de fotocátodo | | - Television camera tubes; image converters and intensifiers; other photo-cathode tubes : | | 100% |
| 854060 | 85406000 | Outros tubos catódicos | | - Other cathode-ray tubes | | 100% |
| 854071 | 85407100 | Magnétrons | | - - Magnetrons | | 100% |
| 854072 | 85407200 | Clístrons | | - - Klystrons | | 100% |
| 854079 | 85407900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 854081 | 85408100 | Tubos de recepção ou de amplificação | | - - Receiver or amplifier valves and tubes | | 100% |
| 854089 | 85408900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 854091 | 85409100 | De tubos catódicos | | - - Of cathode-ray tubes | | 100% |
| 854099 | 85409900 | Outras | | - - Other | | 100% |
| 854110 | 85411000 | Díodos, exceto fotodíodos e díodos emissores de luz | | - Diodes, other than photosensitive or light-emitting diodes | | 100% |
| 854121 | 85412100 | Com capacidade de dissipação inferior a 1 W | | - - With a dissipation rate of less than 1 W | | 100% |
| 854129 | 85412900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 854130 | 85413000 | Tiristores, "diacs" e "triacs", exceto os dispositivos fotossensíveis | | - Thyristors, diacs and triacs, other than photosensitive devices | | 100% |
| 854140 | 85414000 | Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; díodos emissores de luz | | - Photosensitive semiconductor devices, including photovoltaic cells whether or not assembled in modules or made up into panels; light-emitting diodes : | | 100% |
| 854150 | 85415000 | Outros dispositivos semicondutores | | - Other semiconductor devices | | 100% |
| 854160 | 85416000 | Cristais piezoelétricos montados | | - Mounted piezo-electric crystals | | 100% |
| 854190 | 85419000 | Partes | | - Parts | | 100% |
| 854212 | 85421200 | Cartões com circuito integrado eletrônico ("cartões inteligentes") | | - - Cards incorporating an electronic integrated circuit (`smart' cards) | | 100% |
| 854213 | 85421300 | Semicondutores de óxido metálico (tecnologia MOS) | | - - Metal oxide semiconductors (MOS technology) : | | 100% |
| 854214 | 85421400 | Circuitos obtidos por tecnologia bipolar | | - - Circuits obtained by bipolar technology : | | 100% |
| 854219 | 85421900 | Outros, incluídos os circuitos obtidos por associação das tecnologias MOS e bipolar (tecnologia BIMOS) | | - - Other, including circuits obtained by a combination of bipolar and MOS technologies (BIMOS technology) : | | 100% |
| 854230 | 85423000 | Outros circuitos integrados monolíticos | | - Other monolithic integrated circuits : | | 100% |
| 854240 | 85424000 | Circuitos integrados híbridos | | - Hybrid integrated circuits | | 100% |
| 854250 | 85425000 | Microconjuntos eletrônicos | | - Electronic microassemblies | | 100% |
| 854290 | 85429000 | Partes | | - Parts | | 100% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 854311 | 85431100 | Aparelhos de implantação iônica para impurificar ("doper") matérias semicondutoras | | - - Ion implanters for doping semiconductor materials | | 100% |
| 854319 | 85431900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 854320 | 85432000 | Geradores de sinais | | - Signal generators | | 100% |
| 854330 | 85433000 | Máquinas e aparelhos de galvanoplastia, eletrólise ou eletroforese | | - Machines and apparatus for electroplating, electrolysis or electrophoresis : | | 100% |
| 854381 | 85438100 | Cartões e etiquetas de acionamento por aproximação | | - - Proximity cards and tags | | 100% |
| 854389 | 85438900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 854390 | 85439000 | Partes | | - Parts : | | 100% |
| 854411 | 85441100 | De cobre | | - - Of copper : | | 100% |
| 854419 | 85441900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 854430 | 85443010 | Com peças de conexão | | - Ignition wiring sets and other wiring sets of a kind used in vehicles, aircraft or ships : | | 100% |
| 854430 | 85443090 | Outros | | - Ignition wiring sets and other wiring sets of a kind used in vehicles, aircraft or ships : | | 100% |
| 854441 | 85444100 | Munidos de peças de conexão | | - - Fitted with connectors : | | 100% |
| 854449 | 85444900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 854451 | 85445100 | Munidos de peças de conexão | | - - Fitted with connectors : | | 100% |
| 854459 | 85445990 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 854460 | 85446090 | Outros | | - Other electric conductors, for a voltage exceeding 1 000 V : | | 100% |
| 854470 | 85447000 | Cabos de fibras ópticas | | - Optical fibre cables | | 100% |
| 854511 | 85451100 | Dos tipos utilizados em fornos | | - - Of a kind used for furnaces | | 100% |
| 854519 | 85451900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 854520 | 85452000 | Escovas | | - Brushes | | 100% |
| 854590 | 85459000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 854610 | 85461000 | De vidro | | - Of glass | | 100% |
| 854620 | 85462000 | De cerâmica | | - Of ceramics : | | 100% |
| 854690 | 85469000 | Outros | | - Other : | | 100% |
| 854710 | 85471000 | Peças isolantes de cerâmica | | - Insulating fittings of ceramics : | | 100% |
| 854720 | 85472000 | Peças isolantes de plásticos | | - Insulating fittings of plastics | | 100% |
| 854790 | 85479000 | Outras | | - Other | | 100% |
| 870110 | 87011000 | Motocultores | | - Pedestrian-controlled tractors | | 100% |
| 870210 | 87021000 | Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel) | | - With compression-ignition internal combustion piston engine (diesel or semi-diesel) : | | 50% |
| 870290 | 87029000 | Outros | | - Other : | | 50% |
| 870410 | 87041000 | "Dumpers" concebidos para serem utilizados fora de rodovias | | - Dumpers designed for off-highway use : | | 50% |
| 870600 | 87060000 | Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05. | | Chassis fitted with engines, for the motor vehicles of heading Nos 8701 to 8705 : | | 50% |
| 870790 | 87079000 | Outras | | - Other : | | 100% |
| 870810 | 87081000 | Pára-choques e suas partes | | - Bumpers and parts thereof : | | 50% |
| 870821 | 87082100 | Cintos de segurança | | - - Safety seat belts : | | 50% |
| 870829 | 87082900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 870831 | 87083100 | Guarnições de freios (travões) montadas | | - - Mounted brake linings : | | 50% |
| 870839 | 87083900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 870840 | 87084000 | Caixas de marchas (velocidades) | | - Gear boxes : | | 50% |
| 870850 | 87085000 | Eixos de transmissão com diferencial, mesmo providos de outros órgãos de transmissão | | - Drive-axles with differential, whether or not provided with other transmission components : | | 50% |
| 870860 | 87086000 | Eixos, exceto de transmissão, e suas partes | | - Non-driving axles and parts thereof : | | 50% |
| 870870 | 87087000 | Rodas, suas partes e acessórios | | - Road wheels and parts and accessories thereof : | | 50% |
| 870880 | 87088000 | Amortecedores de suspensão | | - Suspension shock-absorbers : | | 50% |
| 870891 | 87089100 | Radiadores | | - - Radiators : | | 50% |
| 870892 | 87089200 | Silenciosos e tubos de escape | | - - Silencers and exhaust pipes : | | 50% |
| 870893 | 87089300 | Embreagens e suas partes | | - - Clutches and parts thereof : | | 50% |
| 870894 | 87089400 | Volantes, barras e caixas, de direção | | - - Steering wheels, steering columns and steering boxes : | | 50% |
| 870899 | 87089900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 871120 | 87112000 | Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 50 cm3 mas não superior a 250 cm3 | | - With reciprocating internal combustion piston engine of a cylinder capacity exceeding 50 cm3 but not exceeding 250 cm3 : | | 50% |
| 871130 | 87113000 | Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 250 cm3 mas não superior a 500 cm3 | | - With reciprocating internal combustion piston engine of a cylinder capacity exceeding 250 cm3 but not exceeding 500 cm3 : | | 50% |
| 871200 | 87120000 | Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos), sem motor. | | Bicycles and other cycles (including delivery tricycles), not motorized : | | 50% |
| 871419 | 87141900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 871491 | 87149100 | Quadros e garfos, e suas partes | | - - Frames and forks, and parts thereof : | | 100% |
| 871492 | 87149200 | Aros e raios | | - - Wheel rims and spokes : | | 100% |
| 871620 | 87162000 | Reboques e semi-reboques, autocarregáveis ou autodescarregáveis, para usos agrícolas | | - Self-loading or self-unloading trailers and semi-trailers for agricultural purposes | | 100% |
| 871639 | 87163900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 871640 | 87164000 | Outros reboques e semi-reboques | | - Other trailers and semi-trailers | | 100% |
| 900110 | 90011000 | Fibras ópticas, feixes e cabos de fibras ópticas | | - Optical fibres, optical fibre bundles and cables : | | 100% |
| 900120 | 90012000 | Matérias polarizantes, em folhas ou em placas | | - Sheets and plates of polarizing material | | 100% |
| 900911 | 90091100 | De reprodução direta da imagem do original sobre a cópia (processo direto) | | - - Operating by reproducing the original image directly onto the copy (direct process) | | 100% |
| 900912 | 90091200 | De reprodução da imagem do original sobre a cópia por meio de um suporte intermediário (processo indireto) | | - - Operating by reproducing the original image via an intermediate onto the copy (indirect process) | | 100% |
| 900921 | 90092100 | Por sistema óptico | | - - Incorporating an optical system | | 100% |
| 900922 | 90092200 | Por contato | | - - Of the contact type : | | 100% |
| 900930 | 90093000 | Aparelhos de termocópia | | - Thermo-copying apparatus | | 100% |
| 900990 | 90099000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories | | 100% |
| 902130 | 90213000 | Outros artigos e aparelhos de prótese | | - Other artificial parts of the body : | | 100% |
| 902212 | 90221200 | Aparelhos de tomografia computadorizada | | - - Computed tomography apparatus | | 100% |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 902213 | 90221300 | Outros, para uso odontológico | | - - Other, for dental uses | | 100% |
| 902214 | 90221400 | Outros, para usos médicos, cirúrgicos ou veterinários | | - - Other, for medical, surgical or veterinary uses | | 100% |
| 902219 | 90221900 | Para outros usos | | - - For other uses | | 100% |
| 902221 | 90222100 | Para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários | | - - For medical, surgical, dental or veterinary uses | | 100% |
| 902229 | 90222900 | Para outros usos | | - - For other uses | | 100% |
| 902230 | 90223000 | Tubos de raios X | | - X-ray tubes | | 100% |
| 902290 | 90229000 | Outros, incluídos as partes e acessórios | | - Other, including parts and accessories : | | 100% |
| 902519 | 90251900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 902580 | 90258000 | Outros instrumentos | | - Other instruments : | | 100% |
| 902590 | 90259000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 902610 | 90261000 | Para medida ou controle da vazão (caudal) ou do nível dos líquidos | | - For measuring or checking the flow or level of liquids : | | 100% |
| 902620 | 90262000 | Para medida ou controle da pressão | | - For measuring or checking pressure : | | 100% |
| 902680 | 90268000 | Outros instrumentos e aparelhos | | - Other instruments or apparatus : | | 100% |
| 902690 | 90269000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 902710 | 90271000 | Analisadores de gases ou de fumaça (fumos*) | | - Gas or smoke analysis apparatus : | | 100% |
| 902720 | 90272000 | Cromatógrafos e aparelhos de eletroforese | | - Chromatographs and electrophoresis instruments | | 100% |
| 902730 | 90273000 | Espectrômetros, espectrofotômetros e espectrógrafos que utilizem radiações ópticas (UV, visíveis, IV) | | - Spectrometers, spectrophotometers and spectrographs using optical radiations (UV, visible, IR) | | 100% |
| 902740 | 90274000 | Indicadores de tempo de exposição | | - Exposure meters | | 100% |
| 902750 | 90275000 | Outros aparelhos e instrumentos que utilizem radiações ópticas (UV, visíveis, IV) | | - Other instruments and apparatus using optical radiations (UV, visible, IR) | | 100% |
| 902780 | 90278000 | Outros instrumentos e aparelhos | | - Other instruments and apparatus : | | 100% |
| 902790 | 90279000 | Micrótomos; partes e acessórios | | - Microtomes; parts and accessories : | | 100% |
| 902810 | 90281000 | Contadores de gases | | - Gas meters | | 100% |
| 902820 | 90282000 | Contadores de líquidos | | - Liquid meters | | 100% |
| 902830 | 90283000 | Contadores de eletricidade | | - Electricity meters : | | 100% |
| 902890 | 90289000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 902910 | 90291000 | Contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podômetros e contadores semelhantes | | - Revolution counters, production counters, taximeters, milometers, pedometers and the like : | | 100% |
| 902920 | 90292000 | Indicadores de velocidade e tacômetros; estroboscópios | | - Speed indicators and tachometers; stroboscopes : | | 100% |
| 902990 | 90299000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 903010 | 90301000 | Instrumentos e aparelhos para medida ou detecção de radiações ionizantes | | - Instruments and apparatus for measuring or detecting ionizing radiations : | | 100% |
| 903020 | 90302000 | Osciloscópios e oscilógrafos, catódicos | | - Cathode-ray oscilloscopes and cathode-ray oscillographs : | | 100% |
| 903031 | 90303100 | Multímetros | | - - Multimeters : | | 100% |
| 903039 | 90303900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 903040 | 90304000 | Outros instrumentos e aparelhos, especialmente concebidos para telecomunicação (por exemplo: diafonômetros, medidores de ganho, distorciômetros, psofômetros) | | - Other instruments and apparatus, specially designed for telecommunications (for example, cross-talk meters, gain measuring instruments, distortion factor meters, psophometers) : | | 100% |
| 903083 | 90308300 | Outros, com dispositivo registrador | | - - Other, with a recording device : | | 100% |
| 903089 | 90308900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 903090 | 90309000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 903110 | 90311000 | Máquinas de equilibrar peças mecânicas | | - Machines for balancing mechanical parts | | 100% |
| 903120 | 90312000 | Bancos de ensaio | | - Test benches | | 100% |
| 903130 | 90313000 | Projetores de perfis | | - Profile projectors | | 100% |
| 903141 | 90314100 | Para controle de discos ("wafers") ou de dispositivos, semicondutores ou para controle de máscaras ou retículas utilizadas na fabricação de dispositivos semicondutores | | - - For inspecting semiconductor wafers or devices or for inspecting photomasks or reticles used in manufacturing semiconductor devices | | 100% |
| 903149 | 90314900 | Outros | | - - Other | | 100% |
| 903180 | 90318000 | Outros instrumentos, aparelhos e máquinas | | - Other instruments, appliances and machines : | | 100% |
| 903190 | 90319000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 903210 | 90321010 | Para fogões | | - Thermostats : | | 100% |
| 903210 | 90321020 | Para estufas ou para caloríferos | | - Thermostats : | | 100% |
| 903210 | 90321030 | Para refrigeradores | | - Thermostats : | | 100% |
| 903210 | 90321090 | Outros | | - Thermostats : | | 100% |
| 903220 | 90322000 | Manostatos (pressostatos) | | - Manostats : | | 100% |
| 903281 | 90328100 | Hidráulicos ou pneumáticos | | - - Hydraulic or pneumatic : | | 100% |
| 903289 | 90328900 | Outros | | - - Other : | | 100% |
| 903290 | 90329000 | Partes e acessórios | | - Parts and accessories : | | 100% |
| 903300 | 90330000 | Partes e acessórios não especificados nem compreendidos em outras posições do presente Capítulo, para máquinas, aparelhos, instrumentos ou artigos do Capítulo 90. | | Parts and accessories (not specified or included elsewhere in this chapter) for machines, appliances, instruments or apparatus of Chapter 90 | | 100% |
| 940120 | 94012000 | Assentos dos tipos utilizados em veículos automóveis | | - Seats of a kind used for motor vehicles | | 50% |
| 950349 | 95034900 | Outros | | - - Other : | | 50% |
| 960340 | 96034000 | Escovas e pincéis, para pintar, caiar, envernizar ou semelhantes (exceto os pincéis da subposição 9603.30); bonecas e rolos para pintura | | - Paint, distemper, varnish or similar brushes (other than brushes of subheading 9603 30); paint pads and rollers : | | 50% |
| 961310 | 96131000 | Isqueiros de bolso, a gás, não recarregáveis | | - Pocket lighters, gas fuelled, non-refillable | | 50% |
| 961380 | 96138000 | Outros isqueiros e acendedores | | - Other lighters | | 50% |
| 961700 | 96170010 | Garrafas térmicas e outros recipientes isotérmicos | | Vacuum flasks and other vacuum vessels, complete with cases; parts thereof other than glass inners : | | 50% |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Qualifica como Organização Social o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica qualificado como Organização Social o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont, associação civil com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o número 19.176.461/0001-48, que tem como objetivo desenvolver projetos de educação e de pesquisa científica por meio da criação de um ambiente multidisciplinar, visando ao desenvolvimento de pesquisas de ponta em múltiplas áreas do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, mediante a celebração de contrato de gestão a ser firmado com o Ministério da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
*José Henrique Paim Fernandes*
*Miriam Belchior*

# Presidência da República

## DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 23, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário

Nº 24, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

Nº 25, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Nº 26, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Nº 27, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Nº 28, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Nº 29, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Nº 30, de 27 de fevereiro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

## CONSELHO DE GOVERNO
## CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
## SECRETARIA EXECUTIVA

**RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2014.

**A SECRETARIA EXECUTIVA** faz saber que o **CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS-CMED,** em obediência ao disposto no Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 e nos parágrafos 1º a 5º e *caput* do art. 4º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no uso da competência que lhe confere o inciso II do art. 6º da Lei nº 10.742, de 2003, e o inciso II do art. 2º do Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, deliberou expedir a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado ajuste de preços de medicamentos a partir de 31 de março de 2014, tendo como referência o Preço Fabricante - PF praticado a partir de 31 de março de 2013.

Art. 2º O ajuste de preços de medicamentos, de que trata o artigo 1º, será baseado em um modelo de teto de preços calculado com base em um índice, um fator de produtividade, uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores.

Parágrafo único. O índice a ser utilizado, de que trata o *caput*, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no período de março de 2013 até fevereiro de 2014.

Art. 3º O fator de produtividade, de que trata o § 3º do artigo 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e vem a ser o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços dos medicamentos, projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos.

Parágrafo único. O fator de produtividade é estabelecido a partir da estimativa de ganhos prospectivos de produtividade da indústria farmacêutica, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 4º A parcela do fator de ajuste de preços relativos entre setores, a que se refere o inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e calculado com base na variação dos curtos dos insumos, desde que tais custos não sejam recuperados pelo cômputo do índice previsto no artigo 2º desta Resolução.

Parágrafo único. A forma de estabelecimento do fator de ajuste de preços relativos entre setores está explicitada no anexo a esta Resolução.

Art. 5º A parcela do fator de ajuste de preços relativos intrassetor, a que se refere o inciso I do § 4º do artigo 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e calculado com base no poder de mercado, que é determinado, entre outros, pela assimetria de informação, pelas barreiras à entrada e pelo poder de monopólio.

Parágrafo único. A forma de estabelecimento do fator de ajuste de preços relativos intrassetor está explicitada no anexo a esta Resolução.

Art. 6º Após a publicação oficial do IPCA de fevereiro de 2014, a CMED editará resolução específica dispondo acerca da forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos, da forma de apresentação de Relatório de Comercialização pelas empresas produtoras, e de todas as outras providências inerentes à viabilização do ajuste dos preços dos medicamentos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO
Secretário Executivo

ANEXO

1 - FÓRMULA

$$VPP = IPCA - X + Y + Z$$

onde,

1.1 **VPP** representa a variação percentual do preço do medicamento;

1.2 **IPCA** representa a taxa de inflação medida pela variação percentual do Índice de
Preços ao Consumidor Amplo;

1.3 ***X*** representa o fator de produtividade;

1.4 ***Y*** representa o fator de ajuste de preços relativos entre setores; e

1.5 ***Z*** representa o fator de ajuste de preços relativos intrassetor.

2 - FATOR DE PRODUTIVIDADE (FATOR X)

2.1. Fica fixado o fator de produtividade em 4,66% (quatro vírgula sessenta e seis por cento), para o ano de 2014.

2.2. O cálculo do fator de produtividade empregou a mesma metodologia utilizada nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, ou seja, utilizou uma análise de modelo econométrico de série temporal auto-regressivo integrado de médias móveis, com séries históricas mensais de janeiro de 2002 a junho de 2013, para as seguintes variáveis:

2.2.1. Variável endógena: Produtividade do Trabalho na Indústria Farmacêutica Brasileira (projetada em escala logarítmica) obtida pela divisão, em cada período, do índice de quantum da Produção Física da Indústria Farmacêutica (Fonte: PIMPF/IBGE) pelo total de horas mensais trabalhadas do pessoal ocupado na indústria farmacêutica (Fonte: RAIS/CAGED).

2.2.2. Variáveis exógenas analisadas: Índice de preços ao consumidor-amplo (IPCA/IBGE); Produto Interno Bruto do Brasil (PIB/IBGE), dessazonalizado; taxa de juros real, obtida deduzindo-se da taxa Selic (BACEN) a inflação medida pelo IPCA; e taxa de câmbio livre, em dólar americano (venda).

2.2.2.1. As variáveis foram obtidas no item "séries temporais" do sítio do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), IPEA-Data (www.ipeadata.gov.br) e Sistema IBGE- Sidra (http://www.sidra.ibge.gov.br/).

2.2.3. Variável exógena no modelo selecionado: taxa de juros real, obtida deduzindo-se da taxa Selic (BACEN) a inflação medida pelo IPCA.

2.3. O fator de produtividade foi projetado, aplicando-se ao modelo selecionado as variáveis acima descritas, para o período de julho 2013 a junho 2014.

3 - FATOR DE AJUSTE DE PREÇOS RELATIVOS ENTRE SETORES (FATOR Y)

3.1. O fator Y tem como objetivo ajustar os preços relativos entre o setor farmacêutico e os demais setores da economia, para minimizar o impacto dos custos não-administráveis nas empresas do setor farmacêutico. O cálculo do fator segue a seguinte formulação:

$$Y_t = \max\{0, V_t\}$$

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

$$V_t = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{H_t}{100} \right) \div \begin{cases} \left( 1 - \frac{S_{t-1}}{100} \right), se\ H_t \geq 0\ \ e\ \ |S_{t-1}| \leq H_t \\ \left( 1 + \frac{H_{t-1}}{100} \right), se\ H_t \geq 0\ \ e\ \ |S_{t-1}| > H_t \\ 1, se\ H_t < 0 \end{cases} \right] - 1 \right\} \times 100$$

Onde:

$$S_t = \left\{ \left[ \left( 1 - \frac{S_{t-1}}{100} \right) \times \begin{cases} \left( 1 - \frac{S_{t-1}}{100} \right)^{-1}, se\ H_t \geq 0\ \ e\ \ |S_{t-1}| \leq H_t \\ \left( 1 + \frac{H_t}{100} \right)^{-1}, se\ H_t \geq 0\ \ e\ \ |S_{t-1}| > H_t \\ \left( 1 - \frac{H_t}{100} \right), se\ H_t < 0 \end{cases} \right] - 1 \right\} \times (-100)$$

Com,

$$S_0 = 0; S_t \leq 0\ \ e\ \ 0 < A_t < 1\ \ \forall\ \ t = 1, 2, 3, \ldots$$

Ainda, temos que:

$$H_t = A_t \times \min\left\{ I_{ft}^{\bullet}; I_{et}^{\bullet} \right\}$$

$$I_{ft}^{\bullet} = \frac{I_{ft} - I_{ft-1}}{I_{ft-1}} \times 100\ e\ I_{et}^{\bullet} = \frac{I_{et} - I_{et-1}}{I_{et-1}} \times 100$$

Onde:

$$I_{ft} = I_{ft-1} \times \left[1 + \left(\frac{a_{1t}}{A_t} \times \frac{D_{a1t}}{100}\right) + \left(\frac{a_{2t}}{A_t} \times \frac{D_{a2t}}{100}\right)\right]$$

$$I_{et} = I_{et-1} \times \left[1 + \left(\frac{b_{1t}}{B_t} \times \frac{D_{b1t}}{100}\right) + \left(\frac{b_{2t}}{B_t} \times \frac{D_{b2t}}{100}\right)\right]$$

e

$$I_{e0} = 100 \; e \; I_{f0} = 100$$

$$A_t = a_{1t} + a_{2t} \; e \; B_t = b_{1t} + b_{2t}$$

Os parâmetros apresentados no modelo são descritos na tabela seguinte:

| Parâmetros | Descrição |
|---|---|
| a1 | Peso da variação do dólar no período na indústria farmacêutica. |
| a2 | Peso da energia elétrica na estrutura de custo do setor farmacêutico. |
| A | Peso agregado na estrutura de custo do setor farmacêutico. |
| b1 | Peso da variação do dólar na estrutura de custo da economia. |
| b2 | Peso da energia elétrica na estrutura de custo da economia. |
| B | Peso agregado na estrutura de custo da economia. |
| **Variáveis Independentes** | **Descrição** |
| Da1 | Taxa de variação do dólar. |
| Da2 | Taxa de variação de energia elétrica no período. |
| Db1 | Taxa de variação do dólar. |
| Db2 | Taxa de variação de energia elétrica no período. |
| Lim. Inf. Y | Limite inferior do Fator Y escolhido para o período. (Como não há variações negativas, é sempre igual a zero) |
| **Variáveis Dependentes** | **Descrição** |
| If | Taxa de variação do índice do setor farmacêutico no período. |
| Ie | Taxa de variação do índice da economia no período. |
| St | Saldo das variações negativas não incorporadas ao Fator Y. |

3.2. Para o cálculo do reajuste de 2014, os pesos a1, a2, b1 e b2 foram atualizados com base na matriz de Insumo-Produto do ano de 2005.

3.3. Foram utilizadas as séries históricas mensais de janeiro de 2003 à dezembro de 2013 para as seguintes variáveis:

3.3.1. Taxa de variação do dólar: série da taxa de câmbio livre, em dólar americano (venda), obtida no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central. A série foi ainda deflacionada pelos índices de preços da moeda nacional (IPCA) e do dólar americano (CPI).

3.3.2. Taxa de variação da energia elétrica: série da tarifa média de energia para o setor industrial disponibilizada pela ANEEL. Os valores foram deflacionados pelo IPCA.

3.3.3. Com base nos valores mensais obteve-se a média anual para cada uma das variáveis e calculou-se a variação ano a ano para o período de 2004 a 2013.

4 - FATOR DE AJUSTE DE PREÇOS RELATIVOS INTRASSETOR (FATOR Z)

4.1 O fator de ajuste de preços relativos intrassetor visa a promover a concorrência nos diversos mercados de medicamentos, ajustando preços relativos entre os mercados com menor concorrência e os mais competitivos.

4.2 A maior concorrência é possibilitada, entre outros fatores, por uma menor assimetria de informação e por menores barreiras à entrada (mercados mais contestáveis).

4.3 A participação em faturamento dos medicamentos genéricos vem a ser o indicador mais simples e fiel do grau de concentração de um mercado específico, pois possui forte correlação estatística negativa com as variações de preços desde a entrada dos primeiros medicamentos genéricos, conforme definidos pela Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

4.4 A correlação negativa entre a participação de genéricos e a variação de preços demonstra que os ganhos de produtividade nos mercados mais concorrenciais, entendidos como aqueles com maiores presenças de genéricos, são mais rapidamente repassados ao consumidor que nas classes menos competitivas.

4.5 O indicador de participação de genéricos é usado, então, para se construir uma categorização dos mercados, definidos pelas classes terapêuticas, as quais, por sua vez, são baseadas nas indicações terapêuticas contidas nos registros dos medicamentos.

4.6 Foram definidos três níveis, de acordo com a participação de mercado dos medicamentos genéricos:

4.6.1 Nível 1: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 20%, onde o fator Z assume o valor de 4,66% (quatro vírgula sessenta e seis por cento), correspondendo a um repasse total da produtividade.

4.6.2 Nível 2: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 15% e abaixo de 20%, onde o fator Z assume o valor de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento), correspondendo a um repasse parcial da produtividade.

4.6.3 Nível 3: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem havido repasse da produtividade nestas classes.

## SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera a Instrução normativa nº 8, de 6 de junho de 2008.

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos arts. 11, incisos V e IX, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 24, inciso XV, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta dos processos nº 00058.061649/2013-64 e nº 00058.098298/2012-66, deliberados e aprovados na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Promover as seguintes alterações na Instrução Normativa nº 8, de 6 de junho de 2008, que dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções:

I - dar a seguinte redação ao § 2º do art. 7º:

"Art. 7º .....

.....

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, inciso I, deste artigo, será concedido prazo de 5 (cinco) dias para a manifestação do interessado." (NR);

II - acrescentar o § 4º ao art. 7º, com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

§ 4º No prazo da manifestação do §2º, o interessado poderá requerer o benefício do art. 61, § 1º, desta Instrução Normativa, desde que o processo não esteja em fase recursal." (NR); e

III - revogar os arts. 9º e 10.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 306, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014(*)

Altera a Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008 e a Resolução n° 63, de 26 de novembro de 2008.

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo art. 11, incisos V e IX, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 24, inciso XV, do Anexo I ao Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, XXII e XLVI, da mencionada Lei e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta dos processos nos 00058.098298/2012-66 e 00058.061649/2013-64, deliberados e aprovados na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Promover as seguintes alterações na Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades:

I - dar a seguinte redação ao art. 10:

"Art. 10. Constatada, pelo agente da autoridade de aviação civil, a existência de indícios da prática de infração, será lavrado Auto de Infração e instaurado processo administrativo.

§ 1º Havendo indícios da prática de uma única infração referente ao transporte aéreo úblico regular, da qual resulte a apresentação de reclamação por mais de um passageiro com reserva confirmada para o voo, será lavrado o Auto de Infração e instaurado o respectivo processo administrativo, sendo este instruído com todas as reclamações apresentadas.

§ 2º Havendo indícios da prática de duas ou mais infrações relacionadas a um mesmo contexto probatório ou cuja prova de uma possa influir na prova de outra(s), será lavrado um único Auto de Infração, para a apuração conjunta dos fatos conexos, mediante a individualização objetiva de todas as condutas a serem perquiridas e das normas infringidas.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, a apuração conjunta dos fatos não implicará a utilização de critério de dosimetria distinto do estabelecido no Título III para a imposição de penalidades, devendo os atos decisórios que cominar em sanções, aplicá-las, de forma individualizada, pela prática de cada uma das infrações cometidas." (NR);

II - acrescentar o inciso VI ao § 2º do art. 22, com a seguinte redação:

"Art. 22. .....

.....

§ 2º .....

.....

VI - o número de reclamações de passageiros registradas em relação ao mesmo fato." (NR);

III - incluir, na Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Administração Aeroportuária do Anexo III, o item 31 (trinta e um), na forma do Anexo a esta Resolução;

IV - incluir, na Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresa Aérea do Anexo III, o item 27 (vinte e sete), na forma do Anexo a esta Resolução;

V - suprimir, na Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresas de Serviços Auxiliares e Outros Concessionários Aeroportuários do Anexo III, os itens 7 (sete) a 11 (onze); e

VI - incluir, imediatamente após a Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresas de Serviços Auxiliares e Outros Concessionários Aeroportuários do Anexo III, a Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresa Autorizada a Ministrar Cursos AVSEC (Centro de Instrução), na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Dar a seguinte redação ao art. 200 do Anexo à Resolução nº 63, de 26 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Instrução em Segurança da Aviação Civil:

"Art. 200. As sanções cominadas às infrações a este programa regem-se pelas disposições da Resolução ANAC n° 25, de 25 de abril de 2008, sem prejuízo da Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e das demais disposições previstas neste programa e em outros regulamentos aplicáveis." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

(Anexo III da Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008)

TABELA DE INFRAÇÕES

(VALOR DAS MULTAS PESSOA JURÍDICA, EXPRESSO EM REAL)

| III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Administração Aeroportuária | | | | |
|---|---|---|---|---|
| COD | | P. JURÍDICA | | |
| ... | ... | ... | ... | ... |
| ICL | 31. Deixar de observar requisitos relativos à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita não compreendidos nos itens anteriores. | 10.000 | 17.500 | 25.000 |

| III- SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresa Aérea | | | | |
|---|---|---|---|---|
| COD | | P. JURÍDICA | | |
| ... | ... | ... | ... | ... |
| DCI | 27. Deixar de observar requisitos relativos à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita não compreendidos nos itens anteriores. | 10.000 | 17.500 | 25.000 |

| III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - Empresa autorizada a ministrar Cursos AVSEC (Centro de Instrução) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| COD | | P. JURÍDICA | | |
| DCI | 1. Ministrar curso AVSEC em espaço físico que não atenda aos requisitos previstos em regulamentação ou que não esteja autorizado pela ANAC. | 4.000 | 7.000 | 10.000 |
| | 2. Ministrar curso AVSEC utilizando instrutores não certificados. | 12.000 | 21.000 | 30.000 |
| | 3. Deixar de cumprir com os requisitos relacionados à emissão e entrega de certificado de conclusão de alunos aprovado em curso AVSEC. | 8.000 | 14.000 | 20.000 |
| | 4. Deixar de cumprir os requisitos relacionados à matrícula em curso AVSEC. | 4.000 | 7.000 | 10.000 |
| | 5. Exceder o limite previsto em regulamento para a matrícula em curso AVSEC de aluno sem vínculo empregatício (reserva técnica). | 4.000 | 7.000 | 10.000 |
| | 6. Não cumprir com os requisitos de aproveitamento e frequência do aluno para certificação AVSEC. | 12.000 | 21.000 | 30.000 |
| | 7. Não possuir em seu quadro funcional profissional com vínculo formal exigido em regulamento. | 8.000 | 14.000 | 20.000 |
| | 8. Não realizar o controle da qualidade da instrução oferecida. | 8.000 | 14.000 | 20.000 |
| | 9. Deixar de informar à ANAC, dentro do prazo previsto em regulamento, a realização de cada edição de curso AVSEC. | 8.000 | 14.000 | 20.000 |
| | 10. Ministrar aula com conteúdo incorreto ou desatualizado. | 4.000 | 7.000 | 10.000 |
| | 11. Fraudar o processo de certificação AVSEC em sua totalidade ou em partes. | 12.000 | 21.000 | 30.000 |
| | 12. Deixar de cumprir com os requisitos para guarda e manutenção dos registros de matrícula e instrução em curso AVSEC. | 8.000 | 14.000 | 20.000 |
| | 13. Desenvolvimento de curso AVSEC não autorizado pela ANAC ou com a autorização vencida. | 12.000 | 21.000 | 30.000 |
| | 14. Deixar de observar requisitos relativos à instrução em segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, não compreendidos nos itens anteriores. | 2.000 | 3.500 | 5.000 |

(*) Republicada por ter saído no DOU de 27/02/2014, Seção 1, pág. 6, com incorreção no original.

**DECISÃO Nº 20, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera o cronograma de eventos do Edital do Leilão nº 01/2013.

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 00058.085930/2013-92, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Prorrogar, em 13 (treze) dias, o prazo de que trata o item 6.1 da Seção I - "Das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato" do Capítulo VI - Do Contrato de Concessão do Edital do Leilão nº 01/2013.

Art. 2º Alterar o cronograma de eventos constante no item 5.40 da Seção VII - "Do Cronograma dos Eventos" do Capítulo V - "Das Etapas do Leilão" do Edital do Leilão nº 01/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

| Eventos | Descrição dos Eventos | Até a Data |
|---|---|---|
| 18 | Prazo final, conforme item 6.1, para comprovação de atendimento, pela Proponente vencedora, das obrigações previstas na Seção I do Capítulo VI deste Edital. | 24/03/2014 |
| 19 | Convocação do Adjudicatário para celebração do Contrato de Concessão do respectivo Aeroporto | 31/03/2014 |

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

## SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

**PORTARIA Nº 482, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

**O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Tipo (CT) abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

| Nº CT | Detentor do CT | Descrição | Aplicabilidade - Aeronaves | Data |
|---|---|---|---|---|
| 9107 (2 adendos) | Hartzell Propeller INC. | Emissão Adendo ao Certificado de Tipo de Hélice | Modelos HC-E4N-3 (adendos: HC-E4A-3, HC-D4N-3, HC-D4N-2, HC-D4N-5, HC-D4P-5, HC-E4N-2, HC-E4N-5, HC-E4A-2, HC-E4P-5, HC-E4W-3, HC-E4W-5). | 19.02.2014 |

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www2.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
## GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**PORTARIAS DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 483 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Pau D'Arco (SSDT) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.017137/2014-52. Fica revogada a Portaria ANAC nº 2397, de 13 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 179, Seção 1, Página 28, de 16 de setembro de 2013.

Nº 484 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Santa Marina (SSCU) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.017163/2014-81. Ficam revogadas a Portaria ANAC nº 2428, de 17 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 181, Seção 1, Página 9, de 18 de setembro de 2013, e a Portaria ANAC nº 711, de 13 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 90, Seção 1, Página 12, de 14 de maio de 2009.

Nº 485 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Bandeirantes (SDBH) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.151768/2013-19.

Nº 486 - Inscrever o heliponto privado Gois (SIHG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.020145/2014-86.

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO** no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, resolve:

Nº 487 - Homologar o heliponto em navio privado SKANDI NEPTUNE (9PHL). Esta Portaria será válida até 14 de janeiro de 2017. Processo nº 63012.000778/2014-11.

Nº 488 - Homologar o heliponto em navio privado OCEANIC ENDEAVOUR (9PHM). Esta Portaria será válida até 23 de novembro de 2016. Processo nº 63012.000783/2014-16.

Nº 489 - Homologar o heliponto em navio privado McDERMOTT DERRICK BARGE Nº 50 (9PHO). Esta Portaria será válida até 11 de dezembro de 2016. Processo nº 63012.000879/2014-84.

Nº 490 - Homologar o heliponto em navio privado SANCO SWIFT (9PHX). Esta Portaria será válida até 22 de janeiro de 2017. Processo nº 63012.000771/2014-91.

Nº 491 - Homologar o heliponto em plataforma privado VERMELHO 2 (9PVM). Esta Portaria será válida até 17 de janeiro de 2017. Processo nº 63012.000775/2014-70.

Nº 492 - Homologar o heliponto em plataforma privado MOP-1 (9PHJ). Esta Portaria será válida até 03 de julho de 2016. Processo nº 63012.005311/2013-79.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria 452/SPO, de 24 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2014, Seção 1, página 4, **onde se lê** "...Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2004-03-5CEF-01-04...", **leia-se** "Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2004-03-5CFE-01-04..."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

**PORTARIA Nº 493, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de taxi aéreo e serviço aéreo público especializado.

**O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO INTERINO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, considerando o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta do processo nº 00058.105503/2013-38, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária AIR TIME TAXI AÉREO LTDA., com sede social em São Paulo (SP), como empresa exploradora de transporte aéreo público não-regular na modalidade taxi aéreo e serviço aéreo público especializado na atividade aeropublicidade, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

## Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.899, de 04/02/2013, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 4ª (quarta) reunião de 13/02/2014, resolve:

Alterar a Nota 2 do item 1.2 da norma específica da modalidade de bolsa DTI, da RN-015/2010- Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25314

GLAUCIUS OLIVA



# Ministério da Cultura

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

### DELIBERAÇÃO Nº 40, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0250 - Entre Nós
Processo: 01580.021790/2011-15
Proponente: O2 Cinema Ltda.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.109.549,93 para R$ 4.108.453,63
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 50.534-X
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.102.397,26 para R$ 791.434,33
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 50.538-2
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 707.287,90 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 50.535-8
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 550.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 55.751-X
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0204 - Classe Emergente
Processo: 01580.015210/2012-23
Proponente: Arte Produção e Administração de Empreendimentos Culturais Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.814.372/0001-38
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.569.458,70
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 350.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 950.000,00
Banco: 001- agência: 6986-8 conta corrente: 11.167-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0435 - O Outro Lado do Vento
Processo: 01580.042404/2009-04
Proponente: Cinelândia Brasil Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.864.145/0001-91
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.989.370,57
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 886.568,71 para R$ 953.235,37
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 16.764-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 550.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.594-5
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0505 - Deserto
Processo: 01580.043686/2011-73
Proponente: Bananeira Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.723.222,41 para R$ 3.687.630,29
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.838.044,89 para R$ 1.482.123,71
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 31.483-8
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

07-0332 - Uma Grande Sacada - A Ascensão do Vôlei no Brasil
Processo: 01580.032107/2007-81
Proponente: JBL Serviços Produções e Promoções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.235.517/0001-22
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

04-0006 - A Estrada 47
Processo: 01580.000047/2004-94
Proponente: Três Mundos Cine y Video Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.713.311/0001-60
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

### DELIBERAÇÃO Nº 41, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Tornar sem efeito os termos da Deliberação nº. 33, de 21/02/2013, publicada no DOU nº 38, de 24/02/2014 na pág. 05, seção 01, no que se refere à prorrogação do prazo de captação de recursos do projeto audiovisual "Anjos da Lapa", da proponente Filmes Mais Ltda.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

### DELIBERAÇÃO Nº 42, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0062 - Sete Vidas em 7 Cordas
Processo: 01580.008192/2014-95
Proponente: Doblechapa Cinematografia Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.510.088/0001-33
Valor total aprovado: R$ 431.691,91
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 24.636,15
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40.772-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0082 - Todos os Outros Planetas
Processo: 01580.010720/2014-76
Proponente: Zeppelin Produções de Cinema e Televisão Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.100.302/0001-85
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 950.000,00
Banco: 001- agência: 2817-7 conta corrente: 33.926-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0084 - Xadalu
Processo: 01580.010673/2014-61
Proponente: Zeppelin Produções de Cinema e Televisão Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.100.302/0001-85
Valor total aprovado: R$ 500.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 460.000,00
Banco: 001- agência: 2817-7 conta corrente: 33.927-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

### RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 34 de 21/02/2014, publicada no Diário Oficial da União de 24/02/2014, nº 38, Seção 1, fl. 05.

Onde se lê:

Resultado Final da Fase de Seleção do Edital de Concurso Público n.º 01/2013 - III Ideias Criativas - Categoria Atividades Sócio Cultural e Formativa

(PESSOA FÍSICA)

| N.º | Nome do Projeto | Nome do Proponente | Cidade/UF | Nota Obtida |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Cantigas Divinas | Camila Reis Brito | São Luiz/MA | 95 |
| 07 | Preta Nagô | Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento | Cachoeira/BA | 93,5 |

Leia-se:

Resultado Final da Fase de Seleção do Edital de Concurso Público n.º 01/2013 - III Ideias Criativas - Categoria Pesquisa, Produção, Publicação de Trabalhos e Ações

(PESSOA FÍSICA)

| N.º | Nome do Projeto | Nome do Proponente | Cidade/UF | Nota Obtida |
|---|---|---|---|---|
| 04 | Cantigas Divinas | Camila Reis Brito | São Luiz/MA | 95 |
| 06 | Preta Nagô | Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento | Cachoeira/BA | 93,5 |

Onde se Lê:

Resultado Final da Fase de Seleção do Edital de Concurso Pùblico n.º 01/2013 - Ideias Criativa - Categoria Pesquisa, Produção, Publicação de Trabalhos e Ações

(PESSOA FÍSICA)

| N.º | Nome do Projeto | Nome do Proponente | Cidade/UF | Nota Obtida |
|---|---|---|---|---|
| 08 | Pensamento Social Associativismo e Intelectuais Negros no Brasil Republicano - Acervo Digital | Flávio dos Santos Gomes | Rio de Janeiro/RJ | 89,75 |
| 09 | As Aventuras do Pequeno Geraldo Pelos Encantos de SD | Wagner Yordaky | São Paulo/SP | 89,50 |

Leia-se:

Resultado Final da Fase de Seleção do Edital de Concurso Público n.º 01/2013 - III Ideias Criativas - Categoria Atividades Sócio Cultural e Formativa

(PESSOA FÍSICA)

| N.º | Nome do Projeto | Nome do Proponente | Cidade/UF | Nota Obtida |
|---|---|---|---|---|
| 09 | Laroyê? A Magia dos Orixás dos terreiros às escolas | Vanessa Lorena Anastácio | Santarém/PA | 90 |
| 10 | Oficina de Designer de Moda Destinada à AFro-Descendente Inseridos na Moda | Salmo Francisco da Silva | Goiania/GO | 90 |

## INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

### PORTARIA Nº 44, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM), no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1° Divulgar o cumprimento das metas institucionais globais do 4º Ciclo de Avaliação de Desempenho, estabelecidas no Art.1º da Portaria nº 449, de 30 de dezembro de 2013, totalizando 40 (quarenta) pontos, para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural-GDAC, conforme quadro abaixo (Processo: 01415.012769/2013-94):

(Processo: 01415.012769/2013-94):

ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Metas de Avaliação de Desempenho Institucional - Quarto Ciclo

| Descrição da Meta: | Unidade de Medida: | Fórmula de cálculo: | Prazo de apuração | Fonte de Informação: | Peso | Meta | Atingido | Alcance da meta | Pontuação correspondente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Execução das ações orçamentárias | Valor empenhado em R$ | Valor empenhado do exercício de 2013 / limite autorizado do exercício de 2013 | 15 de janeiro de 2014 | Relatório da COFIP/DPGI a partir do SIAFI | 20% | 80% | 99,00% | 100,00% | 8,00 |
| Disponibilização de dados institucionais dos museus constantes na base de dados do CNM no Portal do Ibram | Museus brasileiros com dados institucionais disponibilizados | Unidades / Número de museus com dados levantados na base de dados do CNM | 15 de janeiro de 2014 | Relatório produzido pela CPAI/CGSIM | 20% | 100% | 100% | 100,00% | 8,00 |
| Realização de eventos nacionais de promoção do setor museal | Eventos realizados | Total de eventos realizados | 15 de janeiro de 2014 | Relatório do DDFEM | 20% | 2 | 2 | 100,00% | 8,00 |
| Levantamento dos investimentos realizados no campo museal no âmbito do Sistema MinC - Exercício 2011 | Levantamento realizado | Total de levantamentos realizados | 15 de janeiro de 2014 | Relatório do DDFEM | 20% | 1 | 1 | 100,00% | 8,00 |
| Formulação do Mapa Estratégico do Ibram | Mapa lançado | Total de mapas lançados | 15 de janeiro de 2014 | Relatório de Aprovação pela Presidência do Ibram | 20% | 1 | 1 | 100,00% | 8,00 |

## SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

### PORTARIA Nº 13, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 846, de 07 de novembro de 2013, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para captação de recursos dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual, relacionado no anexo II a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HENRIQUE COSTA BORGNETH

ANEXO I

11 9462 - O Relâmpago e a Febre
Cinematográfica Pata Negra Ltda
CNPJ/CPF: 13.622.499/001-10
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2014 a 30/04/2014
13 5547 - IV Mostra Itinerante de Cinema do Ceará
J. A Lima Serviços
CNPJ/CPF: 01.091.527/0001-31
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2014 a 30/06/2014

ANEXO II

11 4864 - Amazônia Silvestre: a vida na floresta
R DE S OMENA JUNIOR
CNPJ/CPF: 00.890.818/0001-27
AM - Manaus
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

### PORTARIA Nº 14, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 846 de 07 de novembro de 2013, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO HENRIQUE COSTA BORGNETH

ANEXO I

13 9483 - Documentário RMC - Panorama da Música Eletrônica no Brasil
Rio Music Conference Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 11.727.931/0001-02
Processo: 01400.034982/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 506.330,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 01/08/2014
Produção de um documentário de 40 minutos, que irá abordar a indústria criativa e a cadeia produtiva de um dos segmentos que mais cresce no mundo, a música eletrônica.

13 11381 - 1º Festival Curta a TV Comunitária
Carlos H. Madia Produções
CNPJ/CPF: 09.522.225/0001-82
Processo: 01400.045167/20-13
SP - Sorocaba
Valor do Apoio R$: 308.300,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 31/10/2014
Realização de um festival dedicado à exibição e a promoção de obras audiovisuais de curta-metragem, através da seleção de 360 minutos de filmes inscritos no site do festival, de março a setembro de 2014.

13 11224 - 3ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental Ecofalante
CNPJ/CPF: 05.678.997/0001-57
Processo: 01400.044612/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 579.912,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 30/06/2014
Realização da 3ª edição da mostra, com temática socioambiental e promoção de um amplo debate com foco no desenvolvimento sustentável, em abril de 2014 na cidade de São Paulo.

13 11104 - Documenta Recife: Festival Internacional de Cinema Documentário
Leandro Tabosa do Nascimento
CNPJ/CPF: 007.442.464-58
Processo: 01400.039011/20-13
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 384.094,62
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 31/12/2014
Realização de um festival com o objetivo de divulgar e promover documentários de temática social e formação de novos olhares cinematográficos, com exibições, oficinas e debates, de 03 a 08/11/2014.

13 10351 - Herança
Lourivaldo Leitão de Souza Cursos e Produções Teatrais e Cinematográficas - ME
CNPJ/CPF: 12.140.278/0001-43
Processo: 01400.035985/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 727.588,40
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 01/06/2014
Produção de um media metragem de 45 minutos, que conta a história de uma jovem que se envolve com pessoas de uma comunidade não pacificada do Rio de Janeiro.

13 11081 - Cinema em Movimento - Ano XIII
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Processo: 01400.038956/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.641.869,70
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 31/12/2014
Realização do projeto que está em atividade contínua desde 2000, com exibição de longas-metragens da recente produção cinematográfica brasileira de diretores brasileiros e de filmes internacionais com temas de interesse pedagógico, de 25/04 a 15/01/2015.

13 9951 - Sequizágua
Mauricio Carneiro de Rezende
CNPJ/CPF: 061.255.566-62
Processo: 01400.035510/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 163.900,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário de 52 minutos, que abordará a como é a infância num Assentamento Rural.

13 10348 - Festival Ibero-americano de Cinema - 24º Cine Ceará
Corte Seco Filmes Ltda.
CNPJ/CPF: 04.761.874/0001-12
Processo: 01400.035980/20-13
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 2.575.700,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 a 30/12/2014
Realização da 24ª edição de 23 a 30/08/2014, com a "Mostra Competitiva Ibero-americana de Longa-metragem", "Mostra Competitiva Brasileira de Curta-metragem", e mostras paralelas e sociais como; "O 1º Filme a Gente Nunca Esquece", "Melhor Idade", "Olhar do Ceará" e a mostra "Audiovisual e Educação".

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 111, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
140096 - A Bolha
GUILHERME CAMPOS DE MACEDO
CNPJ/CPF: 930.886.551-91
Processo: 01400000101201444
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 397.900,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 26/07/2014
Resumo do Projeto: Montagem da peça teatral "A Bolha", escrita por Guilherme Macedo e dirigida por Luiz Valcazaras. Com humor mordaz e realista, o espetáculo aborda a especulação imobiliária e suas consequências nas relações pessoais e familiares. Bastante atual e pertinente, o assunto ainda é pouco discutido e explorado dentro das artes cênicas.
140050 - Alguém acaba de morrer lá fora
TL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 08.724.753/0001-51
Processo: 01400000055201483
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 182.683,60
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 02/07/2014
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a montagem e curta temporada de um mês do espetáculo teatral "ALGUÉM ACABA DE MORRER LÁ FORA", com texto de Jô Bilac e direção de Sandro Pamponet.
140132 - ARDE LA SANGRE
Olhos D'Água Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 73.222.697/0001-19
Processo: 01400000137201428
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 337.113,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 04/10/2014
Resumo do Projeto: ARDE LA SANGRE! é um projeto de montagem teatral composto de dois textos escritos por grandes autores mundiais: "Amor de Dom Perlimplim com Belisa em Seu Jardim", de Garcia Lorca, e "Escorial", de Michel de Ghelderode. Decidimos juntá-los porque possuem, ambos, muitos pontos em comum, e tratam de personagens espanhóis. E oferecemos ao público um trabalho que visa gerar muita reflexão e discussão, bases de um teatro contundente e transformador.
140064 - ATRÁS DA PORTA
GUILHERME SCARPA
CNPJ/CPF: 104.026.697-54
Processo: 01400000069201405
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 382.800,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/09/2014
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de 2 meses do espetáculo "ATRÁS DA PORTA" na cidade do Rio de Janeiro. A montagem terá texto inédito dos autores Fernando Scarpa e Guilherme Scarpa e direção de Emilio Orciollo Netto. O elenco é formado por Luiza Scarpa, Maria Eduarda, Leonardo Baumgratz e Emilio Orciollo Netto. Serão 32 apresentações do espetáculo, de quinta a domingo com estimativa de público total de 9.600 pessoas.
140027 - Bisa Bia, Bisa Bel
Ofício Produção e Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 07.669.320/0001-88

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400000032201479
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 496.958,89
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto visa à produção e temporada do espetáculo teatral BISA BIA, BISA BEL adaptação da obra de Ana Maria Machado, com direção de Joana Lebreiro, com temporada de cerca de dois meses em 2014, em um teatro na cidade do Rio de Janeiro. O elenco é encabeçado por Gisela de Castro, Viviana Rocha, Letícia Medella, Laila Garin e Marcelo Rezende; e completam a ficha técnica: o figurino de Mauro Leite, o cenário de Carlos Alberto Nunes e a iluminação de Aurélio de Simoni, além da produção de Alexandre Mofati e Maria Alice Silvério,e a administração de Alan Isidio.A temporada inicial tem previsão de 8 semanas, somando 16 sessões.

142071 - Carnaval 2014
Liga Independente das Escolas de Samba
CNPJ/CPF: 07.082.000/0001-27
Processo: 01400004257201402
Cidade: Laguna - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 1.187.030,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Promover o desfile oficial das Escolas de Samba da LIESLA no dia no dia 01/03/2014, com o tempo mínimo estipulado de 45 minutos e o máximo de 55 minutos na seguinte ordem: VILA ISABEL, BRINCA QUEM PODE, MOCIDADE INDEPENDENTE, XAVANTE e OS DEMOCRATAS.

140266 - Casal TPM 2014
Palco Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 09.246.046/0001-60
Processo: 01400002273201418
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 268.300,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 22/12/2014
Resumo do Projeto: Realização de 6 meses de temporada popular do sucesso "Casal TPM" na cidade de São Paulo - um fenômeno de público que já foi assistido por mais de 400.000 pessoas. Em 2010 o espetáculo foi nominado com um grupo de outros 5 ´peças como "A Broadway Paulistana da Comédia", pela revista Veja SP, por ser uma das peças mais assistidas no ano em São Paulo.

140194 - Ceará Show: Agora eu conheço!
Garis Produção Artística Ltda
CNPJ/CPF: 09.225.262/0001-29
Processo: 01400000199201430
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 956.628,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 01/12/2014
Resumo do Projeto: Através de um espetáculo que une dança, música, teatro, circo e artes plásticas, o Projeto Ceará Show contará de forma inédita e surpreendente a história do Ceará, mostrando fatores culturais que formaram o cearense de hoje, um anfitrião bastante hospitaleiro, bem humorado, simpático, de carisma elevado e, acima de tudo, um guerreiro, que apesar de quaisquer adversidades se sobressai no cenário nacional e internacional como um verdadeiro vencedor.

140167 - CHEFS DO RISO
Ricardo Maia de Souza da Silva- ME
CNPJ/CPF: 416.781.411-00
Processo: 01400000172201447
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 554.574,03
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/12/2014
Resumo do Projeto: "Chefs do Riso" é um espetáculo que combina as linguagens de circo, teatro e dança, de alta qualidade técnica e artística. O projeto será realizado em 7 cidades brasileiras, apresentando no mínimo 4 sessões por cidade.

140036 - Chica da Silva
CINE & TEATRO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 13.041.064/0001-82
Processo: 01400000041201460
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 444.080,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: "Chica da Silva" é um Espetáculo Teatral-Musical inédito voltado ao público adulto. O texto parte de uma extensa pesquisa da época em que se passa a Obra e da própria Obra que é um Clássico da dramaturgia brasileira. O Texto é de autoria da premiada escritora Renata Mizhari e conta a trajetória da negra e heroína Chica da Silva, figura emblemática da raça negra brasileira, ícone de bravura, mitificada como a "escrava rainha". O Espetáculo é, em especial, uma homenagem a esta mulher que ajudou a construir a história da nossa nação e conta com a Direção Musical do também premiado Alexandre Elias, vencedor do Prêmio Shell 2013 com o espetáculo "Gonzagão, a Lenda" de João Falcão. Pretendemos estrear este espetáculo no Rio de Janeiro com uma temporada de 32 apres

140186 - China: Arte em Movimento
Patricia dos Santos
CNPJ/CPF: 178.932.198-07
Processo: 01400000191201473
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 138.765,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/07/2014
Resumo do Projeto: Apresentar um total de 03 performances cênicas com duração de 40 minutos, que contará com a participação de 25 artistas a fim de mostrar a cultura chinesa através das performances de arte marcial, alegorias como leões e dragões e danças tradicionais.

140143 - Dança Criança IV
Juliana Waldemarin Omati ME
CNPJ/CPF: 51.907.269/0001-97
Processo: 01400000148201416
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 472.901,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto pretende dar continuidade ao projeto Dança Criança, realizado desde 2007 pela Academia de Ballet Juliana Omati, em Campinas. O projeto leva o ensino da dança a meninas da comunidade de baixa renda do Jardim Campo Belo, na cidade de Campinas - SP. Serão atendidas, gratuitamente, 60 participantes de 7 a 16 anos através de oficinas de dança e realizadas ao longo do ano 6 apresentações das alunas e 1 grande apresentação ao final do ano com a participação dos grupos da Academia.

140265 - Drácula, o musical
GP Empreendimentos Artísticos e Culturais LTDA.
CNPJ/CPF: 10.449.917/0001-21
Processo: 01400000272201473
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.408.403,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 28/09/2014
Resumo do Projeto: Primeira adaptação no Brasil do musical Drácula, baseado no romance do escritor inglês Bram Stoker. O clássico já foi produzido por conceituadas equipes especializadas em musicais, como é o caso, por exemplo, da Broadway, nos Estados Unidos, e da Áustria. Nesta versão, textos e músicas originais serão traduzidos para o português, mantendo toda a essência do espetáculo, que será apresentado em 06 eventos na cidade interiorana de Jundiaí, durante os finais de semana de setembro de 2014.

140211 - ELEFANTE
Mãe Joana Filmes e Produções
CNPJ/CPF: 14.787.970/0001-93
Processo: 01400000216201439
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 292.008,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/05/2014
Resumo do Projeto: Produção de nova temporada do espetáculo teatral ELEFANTE. Aclamada pela crítica carioca, a peça conta a história de uma família que vive em um tempo onde ninguém mais precisa morrer. Todos os habitantes tomam pílulas e assim permanecem jovens. Às vésperas de mais um aniversário, o filho único da família decide abandonar tudo e se refugiar na ilha de Sêneca (único lugar no mundo optante pelo envelhecimento). Seu retorno, anos depois, já envelhecimento, causa estranhamento.

140023 - Engraxate - um menino andante
José Guilherme Costa
CNPJ/CPF: 394.753.698-48
Processo: 01400000028201419
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 28.430,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 14/07/2014
Resumo do Projeto: Processo de criação, montagem e temporada inicial do espetáculo teatral previamente intitulado "Engraxate - um menino andante", proposto ao resgate e valorização da tradição oral de transmitir histórias através do olhar astuto de um menino que vive numa cidade interiorana da década de 40 e tem como ofício a engraxataria. Menino este que se vê diante de uma dualidade entre a escolha de seus próprios caminhos perante a vida e responsabilidades de "homem da casa" e que, a partir das histórias coletadas, cria a sua própria.

140069 - Expresso da Alegria
Anete di Mambro Gandra
CNPJ/CPF: 406.106.596-34
Processo: 01400000074201418
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 343.266,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Intervenções artísticoculturais gratuítas, contemplando apresentações de artes cênicas (teatro e dança) , em asilos e hospitais públicos e privados, no município de Araxá/MG. Com duração de 12 meses objetiva-se gerar acessibilidade à arte, à cultura e entretenimento para elementos (público heterogêneo) que se encontram em situações especiais.

140136 - FRANCISCO DE ASSIS
LEPOX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS
CNPJ/CPF: 17.681.943/0001-20
Processo: 01400000141201496
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.510.450,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O musical Francisco de Assis conta a vida e morte do irreverente jovem italiano Francesco, nascido em 1182 na cidade de Assis. Cantando e dançando a vida daquele que é considerado um dos maiores mitos da espiritualidade universal, eleito personalidade do milênio, patrono da ecologia e profeta da paz.

140135 - III Cena Brasil Internacional
Associação Cena Brasil Internacional
CNPJ/CPF: 17.670.348/0001-99
Processo: 01400000140201441
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 3.339.918,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 19/12/2014
Resumo do Projeto: O Cena Brasil Internacional propõe realizar a sua 3ªedição em abril e maio de 2014, durante 12 dias no Rio de Janeiro, recebendo 20 espetáculos, além de oficinas, palestras, mesas de redondas e shows. O intuito do Festival é produzir uma mostra internacional de espetáculos e estimular o intercambio entre os grupos através de residências.Como desdobramento do Festival, o Circuito Internacional Cena Brasil, na 2ªedição propõe a mostra de 6 companhias nacionais nos festivais de Avignon e Edimburgo.

140209 - JUNTOS AGORA!
KBMK EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.259.209/0001-53
Processo: 01400000214201440
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 773.593,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/12/2014
Resumo do Projeto: OEste projeto prevê a montagem e 48 apresentações do espetáculo JUNTOS AGORA! - Uma revista musical de Richard Maltby Jr. e David Shire na cidade do Rio de Janeiro.

140223 - Kimkilharia Comedy Club
ANTONIO KIM MARAN ARCHETTI 00854048960
CNPJ/CPF: 13.314.157/0001-33
Processo: 01400000230201432
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 109.472,18
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto propõe montagem e circulação do espetáculo de arte cênica "Kimlilharia Comedy Club", que circulará por nove meses pelas cidades de Maringá e Pato Branco no Paraná e Balneário Camboriu em Santa Catarina, num total de 29 apresentações para um público médio previsto de 5.800 pessoas, considerando a média de 200 por apresentação. Em Maringá todas as terças-feiras e em Pato Branco e Balneário Camboriu - SC mensalmente e de forma alternada. Serão oferecidos ingressos a preços populares e haverá também distribuição gratuita para população de baixa renda.

140216 - Licença Preu Passar
Leonides Carlos Taborda Quadra
CNPJ/CPF: 040.327.279-37
Processo: 01400000223201431
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 333.500,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 01/09/2014
Resumo do Projeto: Montagem (incluindo a dramaturgia) e circulação do espetáculo "Licença Preu Passar", baseado em atos circenses clássicos e números consagrados da palhaçaria, com esquetes, malabares, corda bamba e outras estripulias, com posteriores apresentações gratuitas em praças, escolas e nas ruas de 24 cidades do Paraná, totalizando 24 apresentações.

140228 - O AMOR NÃO É CEGO
Alessandro da Costa Anes
CNPJ/CPF: 053.538.347-98
Processo: 01400000235201465
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 531.100,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 10/07/2014
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto O AMOR NÃO É CEGO é executar 48(quarenta e oito) apresentações da peça de teatro "O AMOR NÃO É CEGO" do gênero comédia com conteúdo envolvente e inclusão social.

140217 - Projeto Meio Ambiente-Educação-Cidadania 2014
Boreal Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 12.706.403/0001-30
Processo: 01400000224201485
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 148.440,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/07/2014
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo teatral "Nina e o Reino das Galochas" a ser realizado preferencialmente em escolas municipais e instituições da cidade de Curitiba - Paraná voltado para o público infanto-juvenil, totalizando 50 apresentações gratuitas, durante 06 meses.

140030 - Projeto SHOW DAS PRINCESAS / TURNÊ RJ
Espanhol E Cruz Ltda
CNPJ/CPF: 11.652.492/0001-16
Processo: 01400000035201411
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 1.673.969,81
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Musical "SHOW DAS PRINCESAS", fará uma temporada na TURNÊ DO RIO DE JANEIRO, após 02 anos de sucesso pelo país. Esta Superprodução traz as mais belas e famosas Princesas e Príncipes imortalizados pelos CONTOS DE FADAS, com surpreendentes efeitos especiais, cenários requintados, músicas exclusivas, artistas gabaritados e figurinos luxuosos. Esta temporada será de 04 meses, de agosto à novembro de 2014, com apresentações aos sábados e domingos em um dos principais Teatros do Rio de Janeiro, totalizando 34 apresentações, com perspectiva de atingir 23.000 espectadores.

140215 - TRILHA CULTURAL BDMG 2014
Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG
CNPJ/CPF: 25.462.177/0001-30
Processo: 01400000220201405
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 195.760,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 10/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto consiste no apoio a grupos ou empresas de teatro, circo e dança, situados em Belo Horizonte e região metropolitana, a circularem com as mais recentes produções artísticas pelas cidades do interior de Minas Gerais. São selecionadas 12 propostas que recebem recursos financeiros para cobrir as despesas de transporte de pessoal, material cenográfico, hospedagem, alimentação e serviços de terceiros. As apresentações acontecem entre março e dezembro em, no mínimo, 12 cidades do interior.

140222 - Wilson Simonal - Vou deixar cair, SÍMBORA! (Título Provisório)
Planmusic Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 07.072.702/0001-20
Processo: 01400000229201416

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 6.145.060,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Wilson Simonal - Vou deixar cair, SIMBORA!" tem por objetivo a criação e montagem de um grande espetáculo musical em homenagem a carreira do maior ASTRO do país nos anos 60 - Wilson Simonal. Serão realizados espetáculos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2015.

140164 - XXV FECAM
Fundação Cultural Camponovense
CNPJ/CPF: 74.097.114/0001-38
Processo: 01400000169201423
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 188.040,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: FECAM é o Festival da Cultura de Campos Novos. O Festival/Mostra contempla a apresentação de artistas amadores nas seguintes modalidades: Mostra de danças de ritmos étnicos (italiana, alemã, quilombolas, índias, gaúchas, etc), Festival de composição/interpretação de canções inéditas adulto e kids, Festival de Declamação de Poesias. Paralelamente haverá oficina de Interpretação de Poesias, Palestra sobre a importância da Música e a Feirinha de Instrumentos musicais.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )

140067 - 4º FESTIVAL DE MUSICA DE ROLÂNDIA
Carnasciali & Vermelho - Tecnologia em Educação, Cultura e Responsabilidade Sócio - Ambiental Ltda.
CNPJ/CPF: 08.911.053/0001-76
Processo: 01400000072201411
Cidade: Apucarana - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 164.110,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o 4º. Festival de Música de Rolândia entre os dias nos dias 24 e 29 de novembro/2014. O Festival terá 10 concertos didáticos de música erudita que serão realizados no Centro Cultural Nanuk, além de 02 apresentações de Orquestras Sinfônicas na Igreja Matriz de Rolândia. Todas com acesso gratuito ao público, estimado em 4.000 pessoas.

140127 - A Brasilidade do Dia Internacional do Jazz
DAIANE APARECIDA REINAUER
CNPJ/CPF: 047.527.939-54
Processo: 01400000132201403
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 145.000,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/05/2014
Resumo do Projeto: Evento que será realizado em Florianópolis estado de Santa Catarina no Teatro Gov. Pedro Ivo. Será um encontro de artistas virtuosos com ênfase no "Jazz", que fará parte das comemorações pelo mundo no dia 30 de abril, proclamado pela UNESCO como o Dia Internacional do Jazz. Será mostrado a influencia brasileira no Jazz que tem sido uma força para a transformação social positiva, ao longo de sua historia.

140170 - CD - INSTRUMENTAL "POR ÁGUAS NEBULOSAS"
THIAGO CARMO CONCEIÇÃO
CNPJ/CPF: 717.749.801-00
Processo: 01400000175201481
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 124.401,20
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: - Gravar um CD com 10 músicas do músico instrumentista e compositor Thiago Carmo; Prensar 2.000 cópias. - Divulgar o trabalho do músico Thiago Carmo em Goiás e no Brasil. - Promover a música instrumental feita em Goiás;

140276 - Encontros internacionais do Conservatório de Tatuí
Associação de Amigos do Conservatório de Tatuí
CNPJ/CPF: 50.780.931/0001-28
Processo: 01400000283201453
Cidade: Tatuí - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.025.290,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Para completar a formação profissional dos alunos do Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, de Tatuí, este projeto pretende oferecer atividades extracurriculares, no formato de Encontros, para que tenham contato direto com professores e profissionais de outras instituições e troca de experiências com outros alunos.

140298 - I MOSTRA CULTURAL DO BANHADO GRANDE
Fabricio de Oliveira Pereira
CNPJ/CPF: 812.034.970-91
Processo: 01400000305201485
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 154.800,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 03/05/2014
Resumo do Projeto: I MOSTRA CULTURAL DO BANHADO GRANDE se trata de um festival de música instrumental e a apresentação de danças tradicionais gaúcha em forma de mostra, aonde uniremos 06 instrumentistas de destaque na música gaúcha para um festival de shows de música instrumental e 02 grupos de dança tradicional gaúcha.

140130 - Instrumentalizar para crescer
Rafael Anderson Fachin
CNPJ/CPF: 030.212.049-10
Processo: 01400000135201439
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 190.810,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Serão oferecidas aulas de canto, violino, viola clássica e acordeon para jovens e adultos de Faxinal dos Guedes e, com essas pessoas formar uma orquestra para em seguida realizar 5 apresentações em diferentes cidades de SC.

140158 - Lapa Jazz - Série de Showsl - 2014
SOCIEDADE AZEVEDO E GONCALVES DE ENTRETENIMENTO E REALIZACAO DE EVENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.875.997/0001-72
Processo: 01400000163201456
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.177.800,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Lapa Jazz - Série de shows / 2014, é um desdobramento do Lapa Jazz Festival, que acontece 1 vez por ano na casa de shows Fundição Progresso. Tal projeto , consiste em realizar a primeira quinta de cada mês uma programação voltada para a música instrumental na casa de shows Fundição Progresso/Rio de Janeiro.

140075 - ORQUESTRA MUNICIPAL DE IMIGRANTE - Manutenção 2014
Associação Orquestra Municipal de Imigrante
CNPJ/CPF: 09.522.603/0001-28
Processo: 01400000080201467
Cidade: Imigrante - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 161.800,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar uma série de 15 espetáculos de música instrumental gratuitos em cidades do Rio Grande do Sul.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )

140093 - Duas formas: radio e jornal. Uma historia Pato Branco.
Cirene Vanzela Miotto
CNPJ/CPF: 463.895.479-00
Processo: 01400000098201469
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 75.555,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/09/2014
Resumo do Projeto: O projeto pretende apresentar os 60 anos da cidade de Pato Branco, a partir dos registros de dois meios de comunicação locais: rádio e jornal. Será realizada uma exposição de fotos, textos e áudios. Publicação de 3000 exemplares de livro contando a história de Pato Branco.

140110 - Exposição de arte e fotografia "Pioneiros da Cana"
Master Projetos Empreendimentos Culturais S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 04.750.630/0001-34
Processo: 01400000115201468
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 742.247,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/11/2014
Resumo do Projeto: Promover uma exposição sobre a história da cana-de-açúcar e sua influência na evolução cultural da sociedade brasileira. Essa atividade artística, com acesso gratuito da população, reunirá peças artesanais e históricas, fotografias, ilustrações e vídeos a fim de resgatar nossas raízes, valorizar a nossa identidade cultural, difundir conhecimento e instruir pessoas.

140451 - Exposição do Objeto para o Mundo - Coleção Inhotim
Instituto Cultural Inhotim
CNPJ/CPF: 05.422.243/0001-31
Processo: 01400000460201400
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 1.395.931,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Primeiro grande projeto do Instituto Inhotim fora de suas dependências físicas, a exposição "Do Objeto para o Mundo - Coleção Inhotim" pretende fazer a maior apresentação da coleção permanente da instituição, ocupando espaços expositivos da Fundação Clovis Salgado, em Belo Horizonte. A exposição reunirá cerca de 50 obras de 39 artistas de 13 países, que ficarão em exposição no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015, com acesso gratuito.

140060 - Lets Rock - A Exposição
Móbile Cultural Assessoria e Planejamento de Projetos Culturais e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 09.222.543/0001-28
Processo: 01400000065201419
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.869.236,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/11/2014
Resumo do Projeto: O Projeto "Let's Rock - A Exposição" pretende realizar pela segunda vez uma das maiores mostras sobre rock n'roll já realizadas na América Latina. Com conteúdo readaptado e inédito, selecionado especialmente para Porto Alegre - RS, essa nova mostra, ainda maior e mais completa, irá oferecer uma oportunidade ímpar para o público mergulhar no universo do Rock'n Roll e em seus diversos desdobramentos na cultura ocidental.

140118 - PALAVRAS COMO PR(É)TEXTO. MATÉRIA COMO SUPORTE
Porto das Artes Produções Culturais Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 10.597.589/0001-00
Processo: 01400000123201412
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.610.182,80
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "PALAVRAS COMO PR(É)TEXTO. MATÉRIA COMO SUPORTE" consiste em apresentar trabalhos (intervenções) de artistas em espaços da Biblioteca Mário de Andrade, SP, incluindo a Hemeroteca. Assim, pretende-se transcender as fronteiras do literário, expandindo-as para a harmonia visual/plástica, convertendo em pretexto para compartilhar, inspirar, contagiar e entusiasmar utilizando ações sócio-educativas.

140243 - TRAMAS - LUMINALE
José Antonio de Lima
CNPJ/CPF: 198.585.749-91
Processo: 01400000250201411
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 521.716,40
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de três (3) exposições do artista plástico José Antonio de Lima, que contarão pinturas, desenhos, esculturas e uma instalação. No Brasil, as exposições serão realizadas nas cidades de Curitiba (PR) em espaço público e Rio de Janeiro (RJ), em galeria, em mostras individuais; no exterior, na cidade de Frankfurt - Alemanha, como artista convidado, participará com uma instalação no Jardim Botânico, durante a realização da Bienal Arte e Iluminação

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )

133413 - Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Candelária - Fase II (Cúpula e Fachadas)
Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária
CNPJ/CPF: 33.770.827/0001-33
Processo: 01400011513201329
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 18.016.457,40
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A presente proposta tem por objetivo restaurar as fachadas e cúpula da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro, bem como realizar a elaboração do projeto de restauração e de acessibilidade do interior da Igreja, para execução em uma 3ª etapa posterior, dando continuidade à fase inicial do projeto de restauração iniciada através do PRONAC n° 001051.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )

140384 - : São Paulo e CPOS Histórias que se Completam
Nação Cultural Ltda. ME
CNPJ/CPF: 07.832.913/0001-13
Processo: 01400000391201426
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 256.300,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 03/08/2014
Resumo do Projeto: Produção e edição de obra fotográfica com textos sobre as adaptações, restauros e implantações de núcleos e instalações culturais.

140160 - "100 Anos de Relações Públicas no Brasil"
Conceito Comunicação Integrada Ltda
CNPJ/CPF: 40.399.305/0001-32
Processo: 01400000165201445
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 219.445,60
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 28/07/2014
Resumo do Projeto: Produção e publicação de obra literária de conteúdo histórico-cultural, intitulada "100 Anos de Relações Públicas no Brasil", que ocorrerá ao longo de 2014, registrando na memória nacional a relevância das Relações Públicas na reputação da vida nacional e suas personalidades que fizeram parte dessa história no decorrer desse período.

140048 - Arquitetura Brasileira
Salus Editora Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 06.159.860/0001-59
Processo: 01400000053201494
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 485.232,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 10/11/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Arquitetura Brasileira" visa editar um livro de arte e fotografia que será um registro do design e da arquitetura brasileira e produzir uma versão digital do mesmo livro (E-Book). A obra integrará edições anuais que contribuirá com a eternização e difusão artística e cultura de grandes projetos brasileiros. O livro será em capa dura no formato 23,0 x 30,50 cm, com 224 páginas e tradução para o idioma inglês, com previsão de registro de 22 trabalhos.

140347 - Burle Marx na Fazenda Vargem Grande
Maria Izabel Gomes Pacheco
CNPJ/CPF: 054.852.368-12
Processo: 01400000354201418
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 382.800,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Organizada por Guilherme Mazza Dourado, Maria Lúcia Gomes e Maria Izabel Gomes Pacheco, o livro de valor artístico apresenta uma das últimas obras-primas de paisagismo realizada por Roberto Burle Marx: os jardins da Fazenda Vargem Grande, em Areias, interior de São Paulo.

140499 - FLIC - FESTIVAL DA LITERATURA NO CERRADO.
Marco Antônio Carneiro de Paiva
CNPJ/CPF: 469.375.011-53
Processo: 01400000508201471
Cidade: Ipameri - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 89.232,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 15/12/2014
Resumo do Projeto: A FLIC é um festival literário que contará com a participação de autores nacionais, estudantes, pessoas interessadas e professores da rede pública e privada. A FLIC se estenderá por três dias e poderá ser incorporada às atividades das escolas que se interessarem. Haverá diálogo entre autores e grupos de estudantes; oficinas de textos e ilustrações, e narração ao vivo.

140061 - Guia Cultural Estrada Real
Daniel de Moraes Damião

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CNPJ/CPF: 067.959.056-08
Processo: 01400000066201463
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 196.053,53
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/11/2014
Resumo do Projeto: O livro Guia Cultural da Estrada real visa resgatar a cultura, a arte e a história de 10 cidades mineiras que fazem parte da Estrada Real, mostrando como cada uma delas contribui para a cultura tradicional de cada região. O livro terá em sua composição fotos artísticas locais, além de textos que retratam a cultura tradicional como danças, música, gastronomia e costumes típicos de cada região.

140336 - Livro Queijo Araxá
Fundação Cultural Acia
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Processo: 01400000343201438
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 204.568,60
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar uma série de atividades que consolidará diversos materiais históricos sobre o modo artesanal de fazer o queijo Araxá em trabalhos publicados através de livro e a realização de um vídeo. Dessa forma, haverá materiais completos e finalizados que viabilizara o registro do processo artesanal de produzir o queijo Araxá no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Imaterial.

140274 - Livro UNIFEI 100 anos de história (título provisório)
Fundação Theodomiro Santiago
CNPJ/CPF: 21.415.112/0001-83
Processo: 01400000281201464
Cidade: Itajubá - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 298.870,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 30/12/2014
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a edição e publicação do livro "UNIFEI - 100 anos de história". O livro abordará a história de seu fundador, Theodomiro Carneiro Santiago, sua atuação como pioneiro, educador e político e a trajetória da escola como vetor de consolidação da engenharia nacional e liderança na formação de especialistas. Incluem-se na história da Universidade Federal de Itajubá (Minas Gerais), todos os aspectos políticos, financeiros, educativos e humanos trilhados para esta entidade se tornar um dos mais importantes centros de ensino tecnológico do Brasil, desde sua criação em 1913, até os dias atuais.

140480 - O Boi do Brasil
VBV EDIÇÕES LTDA.
CNPJ/CPF: 07.563.362/0001-30
Processo: 01400000489201483
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 315.667,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Produção de livro ilustrado sobre a história do boi no Brasil, destacando sua importância para o desenvolvimento, ocupação e delimitação do território nacional e sua influência na formação cultural de várias regiões, destacando tipos humanos como o vaqueiro e o gaúcho. Os textos e a edição do livro serão concebidos como uma narrativa em que o boi é o personagem central e percorre uma longa trajetória temporal e espacial no Brasil, desde o início do período colonial até os dias atuais, passando por várias regiões e vivenciando diversos ciclos econômicos.

140421 - Roteiros do Jequitinhonha
Vilmar Oliveira de Jesus
CNPJ/CPF: 594.725.026-87
Processo: 01400000430201495
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 275.610,00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A "Coleção Roteiros do Jequitinhonha" pretende promover a publicação de 2 catálogos, bilingue, que contemplem diferentes formas de se fazer artesanato no Vale do Jequitinhonha (madeira, tecido, palha e cipó,etc), como forma de divulgar e preservar o parimonio imaterial do Vale do Jequitinhonha.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º )

1311138 - CD e Turnê Milton Nascimento e Dudu Lima Trio
TREVO COMUNICACAO E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.486.323/0001-53
Processo: 01400044489201312
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 813180.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto visa realizar a gravação de CD e turnê do cantor e compositor Milton Nascimento acompanhado pelo grupo instrumental Dudu Lima Trio em homenagem ao projeto Tamar, promovendo o encontro de duas gerações de ouro da música de Minas Gerais, e sensibilizando o grande público para a necessidade de promover a conservação ambiental, em especial, dos mares, oceanos, e as tartarugas marinhas. O CD conterá 07 faixas, com releituras de músicas consagradas de Milton Nascimento acompanhado pelo grupo Dudu Lima Trio, e 03 músicas que falam da história do projeto Tamar e mostra sua coragem na luta em prol da preservação das tartarugas marinhas. A Turnê passará por 5 espaços culturais dos centros de visitantes do Projeto Tamar, sendo eles: Praia do Forte/Mata de São João-BA, Fernando de Noronha-PE, Aracaju-SE, Ubatuba-SP e Florianópolis-SC.

134286 - Chapada in jazz - Festival de Jazz de Chapada dos Guimarães
ASSOCIAÇÃO CASA DE GUIMARÃES
CNPJ/CPF: 08.783.898/0001-23
Processo: 01400015264201341
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado R$: 356785.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 26/10/2014
Resumo do Projeto: Realizar o 4º Festival de Jazz de Chapada dos Guimarães intitulado "Chapada in Jazz" nos dias 27, 28 e 29 de Setembro de 2013 com apresentações de instrumentistas regionais, nacionais e internacionais. O projeto ainda conta com oficinas de capacitação na área da música.

1311334 - Encontro Minas na MPB X Edição
José Teixeira de Souza Sobrinho
CNPJ/CPF: 451.802.296-34
Processo: 01400044858201369
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: 215057.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 18/08/2014
Resumo do Projeto: Será gerado, prioritariamente, um Encontro de 10 Compositores e dois Intérpretes, totalizando duas noites com seis apresentações cada, sendo nove Compositores mineiros e um de outro Estado da Federação e dois Intérpretes. E, como objetivos complementares serão gerados um registro audiovisual (CD Fotográfico e DVD do Show) e um Catálogo comemorativo dos dez anos. Além da formação de público e da tradicional ação solidária em prol de entidade beneficente sediada no Estado.

1311143 - GRAVAÇÃO DO CD/DVD DA DUPLA LEO E BRUNO
Liliane Miranda Ferreira
CNPJ/CPF: 988.546.311-91
Processo: 01400044501201381
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado R$: 620810.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto e a Gravação de CD/DVD com 14 faixas, UM PROJETO TOTALMENTE INOVADOR E ÚNICO, CARACTERIZANDO-SE A NOSSA MUSICA SERTANEJA EM FORMA DE CULTURA, retratando além da música sertaneja, os pontos turísticos e pólos culturais do Brasil. Acontecerão 5 shows de divulgação pelo Brasil nas Principais Capitais, fazendo com que nossa musica sertaneja , se torne cultura para o Publico em Geral.

140275 - GRAVAÇÃO DO CD/DVD E DIVULGAÇÃO DA CANTORA MARA RUBIA
Mara Rubia Torres Barreto
CNPJ/CPF: 095.707.416-60
Processo: 01400000282201417
Cidade: Matipó - MG;
Valor Aprovado R$: 575816.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto e a Gravação de CD/DVD com 14 faixas, , CARACTERIZANDO-SE A NOSSA MUSICA SERTANEJA EM FORMA DE CULTURA , retratando além da música sertaneja, os pontos turísticos e pólos culturais do nossa Estado Mineiro Representado pela Voz da Cantora Mara Rubia em 5 Apresentações em cidades de grande absolvição da Musica Sertaneja.

131682 - Tropicália - Diversidade a Flor da Pele
companhia de eventos artisticos culturais e sociais axecia
CNPJ/CPF: 06.309.622/0001-82
Processo: 01400004634201314
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: 1346100.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 17/11/2014
Resumo do Projeto: Criação de um espaço que fomente o encontro de diferentes segmentos culturais, o turismo entre públicos alternativos, utilizando-se da mescla de diversos segmentos para o surgimento de novas tendências culturais. Assim o projeto apresenta 201 dias de programação, de segunda a segunda, 18 segmentos musicais, 12 bandas, 3 DJS, 3 comediante, 80 artistas, 1037 apresentações, e O ACESSO GRATUÍTO TODOS OS DIAS, sendo concretizado com uma coletânea cultural em DVD.

140037 - Turnê Cristina Rachid
Maria Cristina Rachid
CNPJ/CPF: 022.062.148-90
Processo: 01400000042201412
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 519233.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 15/10/2014
Resumo do Projeto: O propósito do projeto "Turnê Cristina Rachid" é executar oito shows de rock-pop de originalidade fascinante, que após aprovado, levará a turnê para 1- Jundiaí 2-Campinas 3- Indaiatuba 4- Ribeirão Preto 5- São José do Rio Preto 6-Catanduva 7- Bauru 8- Brotas

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º )

138071 - Exposições de Arte - Sinfonia das Cores
Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Processo: 01400023150201374
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 437910.00
Prazo de Captação: 28/02/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Circulação de exposição com 10 obras e uma exposição final com 40 obras de artes plásticas do acervo do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural., produzidas por pessoas com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual.

**PORTARIA Nº 112, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 1940 - Zé Trindade
Produção Cultural Interballet Ltda
CNPJ/CPF: 09.121.612/0001-07
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
12 8876 - Cores do Tempo
Associação Cultural Corpo Rastreado
CNPJ/CPF: 07.818.952/0001-66
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
13 2931 - O HOMEM QUE AMAVA CAIXAS - CIRCULAÇÃO
Artesanal Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.334.176/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 0707 - Caminho Sonoro - Música Instrumental
Amilton Kinzkowski
CNPJ/CPF: 809.219.659-15
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
13 7853 - NATAL IMPERIAL - PETRÓPOLIS
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA
- ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
12 8540 - MIMO - Mostra Internacional de Música em Olinda, 10a edição.
Lu Araújo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.688.405/0001-03
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
12 0260 - Orquestra Jovem RS Temporada 2013
Associação Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul
CNPJ/CPF: 12.643.825/0001-03
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
12 8558 - Concertos Paulínia 2013
Interarte Produções Artísticas S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 8018 - Projeto de Requalificação do Centro de Memória
Brenno Renato/ CMBR
Minas Tênis Clube
CNPJ/CPF: 17.217.951/0001-10
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7161 - Titulo provisório: A cultura acessível a todos - um passeio sobre duas rodas
Instituto Auditório Ibirapuera
CNPJ/CPF: 06.340.891/0001-01
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

ANEXO II

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
12 9010 - Festival Mutek Brasil 2013
Agência Nossa! de Comunicação e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 12.661.676/0001-05
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

**PORTARIA Nº 113, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)

10 1366 - "ANHANGUERA: CAMINHO DOS BANDEIRANTES"
Restarq - Arquitetura Restauração e Arte Ltda.
CNPJ/CPF: 67.987.024/0001-57
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 20.859,95

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 8057 - DJ Dolores Rádio Cinema
Rafael Cortes Siqueira
CNPJ/CPF: 221.811.918-83
PE - Recife
Valor reduzido em R$: 1.045,00
13 2913 - Nação Zumbi - CD 2013/2014
Arteria Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.015.397/0001-71
RJ - Rio de Janeiro
Valor reduzido em R$: 91.796,50

**RETIFICAÇÃO**

No segmento e no enquadramento do projeto na portaria de aprovação nº 694/13 de 16/12/2013, publicada no D.O.U. em 17/12/2013, Seção 1, página 14, referente ao Processo: 01400.034810/2013-42, Projeto "Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale - Gestão , Manutenção e Extensão - 2014" - Pronac:13-9385.

Onde se lê: PATRIMÔNIO CULTURAL (ART. 26)
Leia se: Preservação de Patrimônio Material - (ART. 18)

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera os Anexos II e IV da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no art. 4º, inciso V, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerando o art. 62 da Portaria Normativa MEC nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010 e fundamentado nos princípios de economicidade, razoabilidade, interesse público, celeridade processual, eficiência e padrão de qualidade da educação que regem a administração pública, resolve:

Art. 1º Os Anexos II e IV da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO II

Modalidade de Oferta a Distância

| Ato Regulatório | Período de protocolo do pedido no sistema e-MEC | Parecer Final / Secretaria | |
|---|---|---|---|
| | | Previsão | Condicionalidades ao Processo |
| 5 - Credenciamento de IES e Aditamento para Credenciamento de Polos de Apoio Presencial | De 1ª de março a 14 de abril de 2014 | Até 30 de junho de 2015 | - Sem diligências instauradas;<br>- Ausência de sobrestamento;<br>- com até 20 polos de apoio presencial; |
| | De 1ª de Setembro a 15 de outubro de 2014 | Até 31 de Dezembro de 2015 | - sem ocorrência de recursos/impugnações no fluxo processual;<br>- com avaliação realizada e resultado satisfatório em todas as dimensões/eixos/ indicadores na sede e nos polos;<br>- todos os requisitos legais atendidos;<br>- Finalização do relatório de visita in loco em todos os processos de autorização vinculados. |

(N.R.)ANEXO IV

Aditamentos

| Ato Regulatório | Período de Abertura do Protocolo sistema e-MEC | Parecer Final / Secretaria | |
|---|---|---|---|
| | | Previsão | Condicionalidades ao Processo |
| Aditamentos de Mudança de local de oferta de curso e Transferência de mantença | Protocolo aberto o ano todo | Seis meses após o protocolo do processo | - Sem diligências instauradas;<br>- Sem ocorrência de recursos/impugnações no fluxo processual;<br>- Sem sobrestamento. |
| Demais os atos previstos no art. 57, exceto inciso III e art. 61 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010 | De 1º Fevereiro a 17 de março de 2014 | Até 30 de Agosto de 2014 | - Sem diligências instauradas;<br>- Sem ocorrência de recursos/impugnações no fluxo processual;<br>- Sem sobrestamento. |
| | De 1º de Agosto a 15 de setembro de 2014 | Até 31 de Janeiro de 2015 | |

(N.R.)
Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

### PORTARIA Nº 112, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

A Pró-Reitora de Graduação da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições, conforme disposto no Artigo 19 do Regimento desta Universidade, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto do Departamento de Educação e Informação em Saúde, instituído pelo Edital nº 3, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Informática
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Tiago Thompsen Primo - 7,88

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MARIA TEREZINHA ANTUNES

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 636, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.018787/12-74/Departamento de Educação Física/CCBS, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 11/03/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo, Adjunto, Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº 031/2012, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Educação Física/CCBS, para a Matéria de Ensino Bases Metodológicas do Esporte, homologado através da Portaria nº 623, de 06/03/2013, publicada no D.O.U. de 11/03/2013, seção 1, páginas 12 e 13.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

### PORTARIA Nº 76, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto no item 15.1 do Edital nº. 46, de 26 de dezembro de 2012, publicado no DOU nº. 249, de 27 de dezembro de 2012, resolve:

PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 13 de março de 2014, o prazo de validade do Concurso Público destinado ao provimento de Cargos de Técnico Administrativo em Educação, do Quadro Permanente da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 12, de 06 de março de 2013, publicado no DOU nº. 49, de 13 de março de 2013. (Processo nº. 23402.000805/2012-78)

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### PORTARIAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o item 12.1 do Edital nº 36/2011-Reitoria/IFRN; e CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Processo nº. 23421.006707.2014-88, de 24 de fevereiro de 2014, resolve:

Nº 345 - PRORROGAR, por mais 2 (dois) anos, a contar de 16 de março de 2014, a vigência do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, referente ao Edital nº 36/2011-Reitoria/IFRN, de 01/12/2011, publicado no Diário Oficial da União nº 231, de 02/12/2011, Seção 3, página 78, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 14/2012-Reitoria/IFRN, de 15/03/2012, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 16/03/2012, Seção 3, páginas 48 a 51.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o item 12.1 do Edital nº 37/2011- Reitoria/IFRN; e CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Processo nº. 23421.006707.2014-88, de 24 de fevereiro de 2014, resolve::

Nº 346 - PRORROGAR, por mais 2 (dois) anos, a contar de 16 de março de 2014, a vigência do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, referente ao Edital nº 37/2011-Reitoria/IFRN, de 01/12/2011, publicado no Diário Oficial da União nº 231, de 02/12/2011, Seção 3, página 79, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 15/2012-Reitoria/IFRN, de 15/03/2012, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 16/03/2012, Seção 3, página 51.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o item 11.1 do Edital nº 38/2011- Reitoria/IFRN; e CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Processo nº. 23421.006707.2014-88, de 24 de fevereiro de 2014, resolve:

Nº 347 - PRORROGAR, por mais 2 (dois) anos, a contar de 16 de março de 2014, a vigência do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, referente ao Edital nº 38/2011-Reitoria/IFRN, de 01/12/2011, publicado no Diário Oficial da União nº 231, de 02/12/2011, Seção 3, página 79, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 16/2012-Reitoria/IFRN, de 15/03/2012, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 16/03/2012, Seção 3, página 51.

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

### PORTARIA Nº 353, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Artigo 214 da Constituição Federal; a Lei complementar nº. 11.647, de 24 de março de 2008; o Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008; o Artigo 12 da IN nº. 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997; e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº. 04/2004/STN/MF, resolve::

Art. 1º. Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário do Programa 2031, Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, para a participação de servidores do IFRN no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com o Anexo desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.2031.6358.0024 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional no RN, PTRES 062913, PI: F6358P5700P, Fonte de Recursos: 011200000, Natureza das Despesas: 339014 (Diárias), 339030 (Material de Consumo), 339033 (Passagens) e 449052 (Material Permanente).

Art. 2º. A descentralização dos créditos orçamentários e financeiros será efetuada na conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados não empenhados deverão ser devolvidos ao IFRN até o último mês do exercício financeiro de 2014, como também os saldos de recursos financeiros não utilizados.

Art. 3º. A Instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao IFRN relatório gerencial nos moldes de formulário disponibilizado por esta Instituição.

Art. 4º. A prestação de contas dos créditos descentralizados será apresentada até 60 (sessenta) dias após o fim do exercício e, por destaque, deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ANEXO

| Nº | INSTITUIÇÃO BENEFICIADA | PROCESSO | PTRES | FONTE | PI | ELEMENTO | VALOR R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 23421.004734.2014-16 | 062913 | 0112 | F6358P5700P | 339014 | 3.750,00 |
| 02 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 23421.004734.2014-16 | 062913 | 0112 | F6358P5700P | 339030 | 2.257,50 |
| 03 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 23421.004734.2014-16 | 062913 | 0112 | F6358P5700P | 339033 | 8.250,00 |
| 04 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 23421.004734.2014-16 | 062913 | 0112 | F6358P5700P | 449052 | 2.230,00 |

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA CONJUNTA Nº 24, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 04/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, para atuar como Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo - IPEV, processo nº 23000.001139/2014-80.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### PORTARIA CONJUNTA Nº 25, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 06/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data de 06 de junho de 2014, a Fundação Ceciliano Abel de Almeida - FCAA, CNPJ nº 27.414.879/0001-74, como Fundação de Apoio à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, processo nº 23000.001745/2014-03.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de documentos que atestem a aprovação, pelos órgãos acadêmicos competentes da UFES, dos projetos desenvolvidos pela fundação de apoio, bem como aprovação da avaliação de desempenho pela UFES.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### PORTARIA CONJUNTA Nº 26, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 03/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - FADE, CNPJ nº 11.735.586/0001-59, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, processo nº 23000.015582/2013-57.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, da aprovação do relatório de gestão pelo Conselho de Curadores da FADE, ao envio do referendo do Conselho Universitário da UFPE que homologue a decisão do Reitor quando à concordância de recredenciamento da FADE, a ratificação do relatório anual de gestão, bem como à aprovação da avaliação de desempenho da fundação de apoio.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 07/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC-rvr, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como Fundação de Apoio ao Instituto Nacional do Semiárido - INSA, processo nº 23000.019705/2013-29.

Art. 2º. A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de documento que comprove a aprovação do relatório de gestão, referente ao exercício de 2012, por seu órgão colegiado superior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 02/2014-CGLNES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Deputado Último de Carvalho - FADUC, CNPJ nº 04.520.727/0001-50, para atuar como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus São João del Rei, processo nº 23000.001656/2014-59.

Art. 2º. A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, da ata do órgão colegiado superior IF Sudeste MG - Campus São João del Rei que ateste a sua concordância com a solicitação de autorização da FADUC, bem como à apresentação de referendo do órgão colegiado superior deste mesmo IF Sudeste MG - Campus São João del Rei aprovando a norma de relacionamento.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**PORTARIA CONJUNTA Nº 29, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 01/2014-CGLNES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio à Cultura, Pesquisa e Extensão - FACEPE, CNPJ nº 25.657.149/0001-79, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, processo nº 23000.017844/2013-18.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**PORTARIA Nº 148, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a divulgação do resultado da seleção das propostas apresentadas em atenção à chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida de alunos do curso de Medicina da Universidade Gama Filho.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 26 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os termos da Portaria Normativa MEC nº 18, de 1º de agosto de 2013, e da Portaria MEC nº 41, de 20 de janeiro de 2014, e

CONSIDERANDO o cumprimento dos trâmites previstos no Edital SERES/MEC nº 3, de 23 de janeiro de 2014, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2014, relativo à Chamada Pública de instituições de educação superior interessadas em receber, por transferência, alunos vinculados ao curso de Medicina da Universidade Gama Filho, descredenciada pelo Despacho SERES nº 02, de 13 de janeiro de 2014;

CONSIDERANDO o relatório final dos especialistas designados para análise das propostas apresentadas pelas instituições de ensino; e

CONSIDERANDO o relatório de verificação in loco elaborado pela comissão de especialistas, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado final da chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida dos alunos vinculados ao curso de Medicina da Universidade Gama Filho:

| Edital | Curso | Proposta vencedora |
|---|---|---|
| Edital nº 03/2014-SERES/MEC | Medicina | Universidade Estácio de Sá |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
## PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

**PORTARIA Nº 238, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e as competências que lhe foram delegadas pelo Magnífico Reitor através da Portaria nº 115, de 07/02/2011, DOU de 20/04/2012, ratificada pela Portaria nº 334, de 19/04/2012, DOU de 20/04/2012, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme ao abaixo discriminado

1 - Edital nº. 39/2013 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE DIREITO

1.1.1 - Seleção 56: Depto. de Direito Público Formal e Ética Profissional - Processo nº 23071.020124/2013-10

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | TATIANA PAULA DA CRUZ | 84,6 |
| 2º | NATÁLIA CRISTINA CASTRO SANTOS | 80,1 |
| 3º | REBECCA ALVES HENRIQUES DA MATTA | 80,0 |

2 - Edital nº. 01/2014 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

2.1 - FACULDADE DE ENFERMAGEM

2.1.1 - Seleção 03: Depto. de Enfermagem Básica - Processo nº 23071.000038/2014-45

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | THIAGO CÉSAR NASCIMENTO | 83,13 |
| 2º | GILMARA APARECIDA BATISTA FERNANDES | 72,80 |
| 3º | DENISE CRISTINA ALVES DE MOURA | 71,90 |

2.2 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

2.2.1 - Seleção 06: Depto. de Biologia - Processo nº 23071.000597/2014-46

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | LETÍCIA STEPHAN TAVARES | 89 |
| 2º | DIEGO PANDELÓ JOSÉ | 78 |
| 3º | SIRLEI APARECIDA JULIÃO | 62 |

2.3 - FACULDADE DE MEDICINA - Campus Governador Valadares

2.3.1 - Seleção 09: Depto. de Medicina e Fisioterapia - Processo nº 23071.022782/2013-37

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | EULILIAN DIAS DE FREITAS | 7,9 |
| 2º | THIAGO AUGUSTO POUZAS DE OLIVEIRA | 7,0 |
| 3º | ROSIMAR FERREIRA | 6,0 |

3 - Edital nº. 04/2014 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

3.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

3.1.1 - Seleção 10: Depto. de Ciências Administrativas - Processo nº 23071.001252/2014-28

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | GERALDO MAGELA JARDIM BARRA | 8,73 |
| 2º | ARY FERREIRA DOS SANTOS | 8,23 |
| 3º | ISMAEL SILVEIRA FILHO | 8,20 |

3.2 - FACULDADE DE FARMÁCIA

3.2.1 - Seleção 11: Depto. de Ciências Farmacêuticas - Processo nº 23071.000728/2014-12

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | ANTÔNIO VINÍCIUS DORIGUETTO FERREIRA | 5,82 |
| 2º | LUCIANA SOARES E SILVA | 5,73 |

3.3 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

3.3.1 - Seleção 12: Depto. de Estatística - Processo nº 23071.001131/2014-31

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | MÁRCIO LUIS MOREIRA DE SOUZA | 7,5 |

4 - Edital nº. 08/2014 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

4.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

4.1.1 - Seleção 13: Depto. de Física - Processo nº 23071.001389/2014-73

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | THIAGO DE OLIVEIRA MENDES | 89 |
| 2º | ALAN ESPINOSA MAICÁ | 86 |
| 3º | LUCIANA MIRANDA XAVIER SOARES | 76 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACKELINE FERNANDES FAYER

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

**PORTARIA Nº 148, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Homologação do Resultado do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 07/2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, no Decreto Nº. 6.944, de 21/08/2009, Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30/04/2007, DOU 02/05/2007, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 405, de 30/08/2012, DOU de 31/08/2012, Portaria Interministerial Nº 24, de 05/02/2013, DOU DE 06/02/2013, Lei nº 12.772, de 28/12/2012, DOU de 31/12/2013, Lei nº 12.863, de 24/09/2013, DOU de 25/09/2013, bem como o Edital nº 07/2013, de 11/10/2013, publicado no DOU de 14/10/2013, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, para exercício no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, conforme Edital nº 07/2013, de 11/10/2013, publicado no DOU de 14/10/2013, e no sítio www.ufrb.edu.br/concursos

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGICAS
Matéria: Física
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.001659/2014-22
1º lugar: Rogelma Maria da Silva Ferreira

1. Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços para correspondência, informando-os em caso de mudança, à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, através do e-mail ingresso@progep.ufrb.edu.br. Serão excluídos deste concurso os candidatos não localizados em tempo hábil.

2. Este concurso terá validade de 01(um) ano, a contar da data de publicação desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

3. No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital nº 07/2013, de 11/10/2013, publicado no DOU de 14/10/2013.

4. O candidato convocado para admissão que não atender à convocação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial da União será excluído do concurso, cabendo à Administração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, convocar o candidato seguinte.

5. Não haverá segunda convocação para o mesmo candidato em nenhuma hipótese. Também não será facultado ao candidato optar por sua inclusão no final da lista de aprovados.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFRB.

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
## CENTRO DE LETRAS E ARTES
## FACULDADE DE LETRAS

**PORTARIA Nº 2.104, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 42, de 13/02/2014, publicado no DOU nº 32, de 14/02/2014, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Orientais e Eslavas
Setor: Árabe
1-Abderrahman Belhaddad
2-Paula da Costa Caffaro
3-Cristiane Nunes Duarte
4-Houda Blum Bakour

ELEONORA ZILLER CAMENIETZK

**PORTARIA Nº 2.105, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 42, de 13/02/2014, publicado no DOU nº 32, de 14/02/2014, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Linguística e Filologia
Setor: Filologia
1-Priscila Thaiss da Conceição de Medeiros
2-Bruna das Graças Soares Aceti

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

**PORTARIA Nº 2.106, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 42, de 13/02/2014, publicado no DOU nº 32, de 14/02/2014, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Linguística e Filologia
Setor: Linguística
1-Juliana Novo Gomes
2-Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes Costa
3-Michele Calil dos Santos Alves
4-Thiago Oliveira de Motta Sampaio

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
## PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

**PORTARIA Nº 394, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

A PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público regido pelo Edital 106/2012, realizado pelo INSTITUTO DE ECONOMIA, nas seguintes áreas:

I) Área de Microeconomia, Economia Industrial e da Tecnologia, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 05 de março de 2013,

II) Área de Relações Interamericanas, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 05 de março de 2013;

III) Área de Ontologia, Epistemologia e Teoria em Relações Internacionais, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 12 de março de 2013;

IV) Área de Desenvolvimento Rural, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 19 de março de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

# Ministério da Fazenda

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 54, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Política Econômica.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Política Econômica, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 116, de 17 de maio de 1996, e nº 304, de 30 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA
SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Política Econômica, órgão específico singular do Ministério da Fazenda, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;

II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazos para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;

III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando ao equilíbrio fiscal, à eficiência econômica, ao crescimento da economia, ao desenvolvimento de longo prazo, ao emprego, à inclusão social e à melhoria da distribuição de renda;

IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;

V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;

VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;

VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;

VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;

IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;

X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;

XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;

XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de atos normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, de microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;

XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;

XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPC);

XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC) e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional (CMN);

XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;

XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XXI - acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;

XXII - desenvolver, em articulação com os demais órgãos envolvidos, atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e contribuir para a formulação de diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e

XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor, em articulação com os demais órgãos envolvidos, reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Política Econômica (SPE) tem a seguinte estrutura organizacional:

1 - Gabinete (GABIN)
1.1 - Coordenação de Gestão Administrativa (COGES)
1.1.1 - Divisão de Pessoal (DIPES)
1.1.2 - Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro (DICOF)
1.1.2.1 - Serviço de Orçamento e Finanças (SEORF)
1.1.3 - Divisão de Material, Patrimônio e Logística (DIMAP)
2 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF)
2.1 - Coordenação de Política Monetária, Creditícia, Cambial e de Mercado de Capitais (COCMC)
2.2 - Coordenação de Acompanhamento do Sistema Financeiro Nacional (COAFN)
3 - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS)
3.1 - Coordenação de Acompanhamento Setorial I (COAST - I)
3.2 - Coordenação de Acompanhamento Setorial II (COAST - II)
3.2.1 - Divisão de Acompanhamento Setorial (DIAST)
4 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSP)
4.1 - Serviço de Seguros e Previdência Complementar (SESPC)
5 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME)
5.1 - Coordenação de Modelagem Econômica (COMOE)
6 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM)
6.1 - Coordenação de Análise Macroeconômica (COAMA)
6.1.1 - Divisão de Análise e Acompanhamento Macroeconômico (DIMAC)
7 - Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS)
8 - Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA)
8.1 - Divisão de Análise e Acompanhamento de Produção Agropecuária (DIPAG)
9 - Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR)
9.1 - Coordenação de Crédito Rural e Normas (COCR)
9.1.1 - Serviço de Crédito Rural e Normas (SECRN)
9.1.2 - Serviço de Apoio à Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva (SEAPA)
10 - Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC)
10.1 - Coordenação de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMMC)
11 - Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP)
12 - Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPF)
12.1 - Coordenação de Política Fiscal (COPOF)

Art.3º A Secretaria de Política Econômica será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe de Gabinete, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, as Divisões e os Serviços por Chefes nomeados em portaria, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

§ 1º Para o desempenho de suas funções, os titulares das unidades discriminadas no art. 2º contarão com Secretários-Adjuntos, Assessor e Assistentes técnicos, de acordo com o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.

§ 2º Os ocupantes das funções previstas no caput serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades técnicas e administrativas e as ações de representação político-social;

II - coordenar as atividades concernentes a relações públicas, à elaboração e ao despacho de expedientes do Secretário e dos Secretários-Adjuntos;

III - coordenar as atividades de apoio técnico e de gestão administrativa da Secretaria;

IV - transmitir, às diferentes unidades, instruções e orientações do Secretário, tanto técnicas quanto administrativas;

V - coordenar junto à Assessoria de Comunicação Social e à Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda as ações e demandas provenientes do Congresso Nacional, no âmbito da Secretaria;

VI - acompanhar a tramitação de documentos e processos, pleitos e requerimentos de informação de interesse da Secretaria;

VII - promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública e público externo;

VIII - atuar como ouvidoria da Secretaria, encaminhando solicitações e coordenando as respostas;

IX - assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais; e

X - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

I - propor, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas concernentes à gestão de recursos humanos, de orçamento e finanças, de tecnologia da informação, de material e patrimônio, de serviços logísticos e de protocolo, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (SPOA/SE/MF), aplicáveis a esta Secretaria, e as orientações dos órgãos de controle interno e externo;

II - executar as atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação de documentos, arquivamento e registro de expediente;

III - planejar, orientar e supervisionar as atividades de informática voltadas para o atendimento das atividades finalísticas e administrativas da Secretaria;

IV - fornecer apoio logístico à Secretaria concernente a serviços de telefonia, reprografia, recepção, copeiragem, limpeza, manutenção predial, reparo de equipamentos e transporte oficial a serviço;

V - assistir e auxiliar o Gabinete nos assuntos de sua área; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário ou pelo Chefe de Gabinete.

Art. 6º À Divisão de Pessoal compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo relacionadas à área de recursos humanos da Secretaria, em consonância com as políticas de pessoal da Administração Pública Federal; e

II - consolidar o plano de capacitação anual da Secretaria em conjunto com as Coordenações-Gerais e o Chefe de Gabinete.

Art. 7º À Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro compete:

I - elaborar a proposta orçamentária anual da Secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano Estratégico da SPE;

II - realizar as atividades inerentes à execução financeira, abrangendo o controle dos saldos financeiros, efetivação de pagamentos e demais registros da gestão financeira;

III - acompanhar e controlar a programação e execução orçamentária e financeira para o atendimento de demandas da Secretaria;

IV - supervisionar a atualização das informações sobre a execução financeira e disponibilidade de saldos;

V - proceder à atualização do rol de responsáveis da unidade gestora;

VI - proceder à conformidade de registro de gestão;

VII - executar outras atividades inerentes ao controle orçamentário e financeiro, que lhe forem atribuídas, no âmbito da Secretaria; e

VIII - apoiar a Chefia de Gabinete na execução e ordenação das despesas da Secretaria.

Art. 8º Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete:

I - participar da elaboração da proposta orçamentária anual da Secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano Estratégico da SPE;

II - auxiliar as atividades inerentes à execução financeira, abrangendo o controle dos saldos financeiros, efetivação de pagamentos e demais registros da gestão financeira;

III - auxiliar no acompanhamento e controle da programação e execução orçamentária e financeira para o atendimento de demandas da Secretaria;

IV - manter atualizadas as informações sobre a execução financeira e disponibilidade de saldos;

V - auxiliar a atualização do rol de responsáveis da unidade gestora;

VI - auxiliar a conformidade de registro de gestão; e

VII - executar outras atividades inerentes ao controle orçamentário e financeiro, que lhe forem atribuídas, no âmbito da Secretaria, pelo Coordenador de Gestão Administrativa ou pelo Chefe de Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro.

Art. 9º À Divisão de Material, Patrimônio e Logística compete:

I - executar o controle físico e eletrônico do material e do patrimônio pertencente à Secretaria;

II - manter sob guarda os Termos de Responsabilidade de todos os bens móveis da Secretaria;

III - executar a conferência periódica do patrimônio da Secretaria; e

IV - fornecer apoio logístico à Secretaria concernente a serviços de telefonia, reprografia, recepção, copa, limpeza, manutenção predial, reparo de equipamentos e de transporte oficial a serviço.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros compete:

I - sugerir e acompanhar alternativas para as políticas monetária, creditícia, cambial e de mercado de capitais, compatibilizando-as com as metas governamentais de política macroeconômica;

II - sugerir e acompanhar alternativas para a reformulação da estrutura de financiamento no País;

III - promover, em conjunto com o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a integração e a troca de informações entre as demais instituições ligadas ao Sistema Financeiro Nacional;

IV - planejar, coordenar e supervisionar estudos visando à normatização da política de movimentação de capitais, bem como acompanhar a sua execução; e

V - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 11. À Coordenação de Política Monetária, Creditícia, Cambial e de Mercado de Capitais compete:

I - acompanhar e analisar a evolução do mercado de capitais;

II - promover estudos e sugerir alternativas para a política de mercado aberto, mercado de capitais e do mercado de carbono;

III - analisar, propor e acompanhar alternativas de política monetária, creditícia e cambial em consonância com a política econômica do governo;

IV - acompanhar, propor e analisar propostas de reformulação e regulamentação das políticas governamentais nos sistemas de financiamento ao mercado imobiliário;

V - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação, emitindo pareceres técnicos sobre matérias pertinentes à coordenação;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 12. À Coordenação de Acompanhamento do Sistema Financeiro Nacional compete:

I - promover estudos, sugerir, acompanhar e avaliar propostas de reformulação e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional;

II - assessorar o Secretário nas matérias objeto de apreciação do CMN, da COMOC e de outras comissões consultivas nas quais seja necessário;

III - coordenar a análise dos votos que serão objeto de apreciação nas reuniões do CMN;

IV - assessorar a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda na preparação da pauta de reuniões do CMN;

V - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação, e emitir pareceres e notas técnicas sobre matérias pertinentes à Coordenação;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial compete:

I - acompanhar e avaliar o desempenho dos setores industriais e de serviços da economia brasileira, por meio de indicadores econômicos relevantes e de relatórios periódicos setoriais;

II - interagir com os demais órgãos pertinentes, internos e externos, na formulação e acompanhamento das políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

III - acompanhar a implementação da política industrial brasileira e sugerir alternativas, visando compatibilizá-las com as diretrizes econômicas;

IV - avaliar propostas de alteração da legislação tributária e seus impactos sobre a economia;

V - analisar e emitir pareceres técnicos sobre projetos de legislação que tenham como objetivo aperfeiçoar políticas de incentivo aos setores econômicos e ao desenvolvimento econômico do país;

VI - representar a Secretaria de Política Econômica em ações de competência da Secretaria, com foco na política industrial;

VII - interagir com os demais órgãos do Ministério da Fazenda sobre temas pertinentes à política industrial e tributária; e

VIII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 14. À Coordenação de Acompanhamento Setorial I compete:

I - participar da formulação, avaliação e acompanhamento de projetos que afetem direta ou indiretamente a estrutura da produção nacional, de caráter horizontal ou que perpassem três ou mais setores;

II - examinar, nos seus aspectos econômicos, projetos relacionados às políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

III - analisar propostas de legislação tributária e seus impactos sobre a economia;

IV - acompanhar e analisar a conjuntura industrial e de serviços, assim como sua correlação com o desempenho agregado da economia;

V - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 15. À Coordenação de Acompanhamento Setorial II compete:

I - participar da formulação, avaliação e acompanhamento de projetos que afetem direta ou indiretamente a estrutura da produção nacional, relacionados aos setores de floresta, pesca, aquicultura, alimentos, bebidas e fumo, e outros que lhe forem conferidos pelo Coordenador-Geral;

II - examinar, nos seus aspectos econômicos, projetos relacionados às políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

III - analisar propostas de legislação tributária e seus impactos sobre a economia;

IV - acompanhar e analisar a conjuntura industrial e de serviços, assim como sua correlação com o desempenho agregado da economia;

V - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 16. À Divisão de Acompanhamento Setorial compete:

I - auxiliar na avaliação e no acompanhamento de projetos que afetem direta ou indiretamente a estrutura da produção nacional, que lhe forem conferidos pelo Coordenador-Geral;

II - auxiliar o exame, nos seus aspectos econômicos, de projetos relacionados às políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

III - auxiliar na análise de propostas de legislação tributária e seus impactos sobre a economia; e

IV - acompanhar e analisar a conjuntura industrial e de serviços, assim como sua correlação com o desempenho agregado da economia.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar compete:

I - elaborar pareceres, notas técnicas, notas informativas e estudos referentes a propostas de políticas públicas para os setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

II - elaborar pareceres, notas técnicas e minutas de votos sobre propostas a serem discutidas e votadas no âmbito do Conselho Nacional de Seguros Privados do Ministério da Fazenda (CNSP) e do CNPC, bem como no âmbito do CMN, quanto às proposições relacionadas a seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

III - examinar e elaborar pareceres e notas técnicas sobre projetos de atos normativos relacionados aos setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar em trâmite em outros órgãos ou entidades do Poder Público, inclusive na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

IV - realizar ações conjuntas e troca de informações, desde que inseridas no âmbito das atribuições da Secretaria de Política Econômica, com órgãos e entidades públicos ou privados, sobre o funcionamento dos setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

V - assessorar o Secretário nas matérias relacionadas a seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 18. Ao Serviço de Seguros e Previdência Complementar compete:

I - auxiliar na elaboração de pareceres, notas técnicas, notas informativas e estudos referentes a propostas de políticas públicas para os setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

II - auxiliar na elaboração de pareceres, notas técnicas e minutas de votos sobre propostas a serem discutidas e votadas no âmbito do CNSP e do CNPC, bem como no âmbito do CMN, quanto às proposições relacionadas a seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

III - auxiliar no exame e na elaboração de pareceres e notas técnicas sobre projetos de atos normativos relacionados aos setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar em trâmite em outros órgãos ou entidades do Poder Público, inclusive na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

IV - participar de ações conjuntas e troca de informações sobre o funcionamento do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar com órgãos e entidades públicos ou privados, desde que as informações estejam inseridas no âmbito das atribuições da Secretaria;

V - assessorar o Coordenador-Geral nas matérias relacionadas a seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Modelagem Econômica compete:

I - elaborar as projeções da grade de parâmetros utilizada na elaboração do Orçamento Geral da União;

II - acompanhar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e gerar informativos;

III - elaborar estudos e modelos econométricos;

IV - elaborar projeções de variáveis macroeconômicas; e

V - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 20. À Coordenação de Modelagem Econômica compete:

I - participar da elaboração das projeções da grade de parâmetros utilizada na elaboração do Orçamento Geral da União;

II - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

III - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica compete:

I - assessorar o Secretário em temas relacionados à inflação e às contas externas;

II - acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária e o comportamento das contas externas, e da atividade econômica;

III - avaliar a execução das políticas econômicas e os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas;

IV - apresentar estudos sobre diversos fenômenos econômicos para que sirvam de subsídio à formulação de políticas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 22. À Coordenação de Análise Macroeconômica compete:

I - assessorar o Coordenador-Geral de Análise Macroeconômica em temas relacionados à inflação e às contas externas;

II - auxiliar no acompanhamento dos desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária e o comportamento das contas externas, e da atividade econômica;

III - coordenar a avaliação da execução das políticas econômicas e os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas;

IV - coordenar estudos sobre diversos fenômenos econômicos para que sirvam de subsídio à formulação de políticas;

V - coordenar a elaboração dos cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 23. À Divisão de Análise e Acompanhamento Macroeconômico compete:

I - preparar o acompanhamento de variáveis econômicas, em particular, relacionadas à dinâmica inflacionária e ao comportamento das contas externas, e da atividade econômica;

II - auxiliar na compilação de análises econômicas sobre a execução das políticas econômicas e os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas;

III - produzir estudos sobre diversos fenômenos econômicos para que sirvam de subsídio à formulação de políticas;

IV - produzir, em conjunto com o Coordenador e Coordenador-Geral, cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas; e

V - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Políticas Sociais compete:

I - acompanhar a evolução do gasto social federal e seu impacto na redução das desigualdades sociais e no combate à pobreza;

II - elaborar propostas de reformas para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade do gasto social federal e do seu financiamento;

III - acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à erradicação da extrema pobreza, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;

IV - acompanhar e avaliar proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica e o desenvolvimento sustentado;

V - elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos, relacionados ao mercado de trabalho, utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;

VI - colaborar para a definição da nova classe média brasileira, de maneira a abranger sua identificação, tamanho e heterogeneidade, necessidades e aspirações como parâmetros para desenho, implantação, operação, avaliação e monitoramento de políticas públicas; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária compete:

I - acompanhar a evolução dos diversos indicadores de desempenho da agropecuária, envolvendo preços, produção, consumo e estoques, de modo a propor políticas públicas direcionadas ao setor rural;

II - analisar propostas oriundas de órgãos governamentais e entidades públicas e privadas envolvidas com as políticas agrícolas, de abastecimento e de comércio exterior e de produtos de origem agropecuária a fim de promover a melhoria da eficiência dos instrumentos de apoio ao setor;

III - elaborar estudos, avaliações e notas técnicas sobre as políticas, programas e ações de garantia de preços de produtos agropecuários;

IV - representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos aos mercados de produtos agropecuários;

V - acompanhar e elaborar parecer sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes à política agropecuária;

VI - discutir assuntos relacionados ao setor agropecuário em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais ; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 26. À Divisão de Análise e Acompanhamento de Produção Agropecuária compete:

I - produzir indicadores para acompanhar a evolução dos diversos indicadores de desempenho da agropecuária, envolvendo preços, produção, consumo e estoques, de modo a propor políticas públicas direcionadas ao setor rural;

II - auxiliar na análise de propostas oriundas de órgãos governamentais e entidades públicas e privadas envolvidas com as políticas agrícolas, de abastecimento e de comércio exterior de produtos de origem agropecuária a fim de promover a melhoria da eficiência dos instrumentos de apoio ao setor;

III - auxiliar na elaboração de estudos, avaliações e notas técnicas sobre as políticas, programas e ações de garantia de preços de produtos agropecuários;

IV - auxiliar na elaboração de pareceres sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes à política agropecuária;

V - discutir assuntos relacionados ao setor agropecuário em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas compete:

I - coordenar a análise de propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de crédito e seguro rural;

II - coordenar a análise de votos e resoluções ao CMN nos assuntos concernentes às políticas para o setor agropecuário;

III - coordenar a elaboração de estudos, avaliações e notas técnicas sobre assuntos relacionados a crédito e seguro rural;

IV - representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos a crédito e seguro rural;

V - coordenar a elaboração de pareceres sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes a crédito e seguro rural;

VI - discutir assuntos relacionados ao crédito e seguro rural em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 28. À Coordenação de Crédito Rural e Normas compete:

I - analisar e elaborar propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de crédito e seguro rural;

II - analisar e elaborar votos e resoluções ao CMN nos assuntos concernentes às políticas para o setor agropecuário;

III - elaborar estudos, avaliações e notas técnicas sobre assuntos relacionados a crédito, seguro e endividamento rural;

IV - elaborar parecer sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes a crédito, seguro e endividamento rural;

V - discutir assuntos relacionados ao crédito e seguro rural em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 29. Ao Serviço de Crédito Rural e Normas compete:

I - auxiliar na elaboração de propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de crédito e seguro rural;

II - auxiliar o Coordenador na análise de votos e resoluções ao CMN nos assuntos concernentes às políticas para o setor agropecuário;

III - produzir, em conjunto com o Coordenador, estudos, avaliações e notas técnicas sobre assuntos relacionados a crédito, seguro e endividamento rural;

IV - produzir, em conjunto com o Coordenador, pareceres sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes ao crédito, seguro e endividamento rural;

V - assistir e auxiliar o Coordenador nos assuntos de sua respectiva área; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 30. Ao Serviço de Apoio à Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo relacionadas a política agrícola, inclusão produtiva e meio ambiente;

II - manter atualizadas as informações sobre servidores, material e patrimônio relacionadas a política agrícola, inclusão produtiva e meio ambiente;

III - acompanhar a publicação de leis, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes ao setor agropecuário, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

IV - acompanhar a tramitação de propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de crédito e seguro rural, de votos e resoluções ao CMN nos assuntos concernentes às políticas para o setor agropecuário, de estudos, avaliações e notas técnicas sobre assuntos relacionados a crédito, seguro e endividamento rural;

V - registrar as representações relacionadas a política agrícola, inclusão produtiva e meio ambiente em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos a crédito e seguro rural; e

VI - executar outras atividades inerentes aos assuntos relacionados com política agrícola, inclusão produtiva e meio ambiente.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas compete:

I - coordenar a análise de propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e inclusão financeira;

II - coordenar a elaboração de estudos, avaliações e notas técnicas sobre as políticas, programas e ações de meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e inclusão financeira;

III - representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos a meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e inclusão financeira;

IV - acompanhar e elaborar parecer sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes a meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e inclusão financeira;

V - discutir assuntos relacionados a meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e inclusão financeira em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 32. À Coordenação de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas compete:

I - analisar e elaborar propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de meio ambiente e mudanças climáticas;

II - elaborar estudos, avaliações e notas técnicas sobre as políticas, programas e ações de meio ambiente e mudanças climáticas;

III - representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos a meio ambiente e mudanças climáticas;

IV - elaborar parecer sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes a meio ambiente e mudanças climáticas;

V - discutir assuntos relacionados a meio ambiente e mudanças climáticas em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais;

VI - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Políticas Públicas compete:

I - analisar, com ênfase nos aspectos econômico-fiscais, proposições legislativas ou regulamentações de políticas públicas;

II - formular, em articulação com outros órgãos, novas diretrizes de políticas públicas e/ou aperfeiçoamento das diretrizes em vigor, pautadas por parâmetros de equilíbrio fiscal, de promoção da eficiência econômica e de desenvolvimento de longo prazo, com melhoria da distribuição de renda e inclusão social;

III - participar da formulação de prioridades globais e setoriais dos planos anuais e plurianuais, programas e projetos de interesse nacional, com vistas a compatibilizá-los às diretrizes macroeconômicas estabelecidas;

IV - acompanhar e analisar o impacto de políticas governamentais sobre indicadores sociais, para compor os trabalhos da Secretaria sobre o tema;

V - participar da formulação de diretrizes de políticas públicas setoriais, em conjunto com as demais áreas da Secretaria;

VI - acompanhar e avaliar os resultados, à luz dos macro-objetivos do Plano Plurianual;

VII- propor medidas para o seu aprimoramento;

VIII - contribuir para o desenvolvimento e a implantação de soluções para os problemas nacionais, incentivando a transparência, a disseminação de informação sobre as políticas públicas e o controle social sobre a gestão dos recursos públicos;

IX - apreciar políticas, planos ou programas de natureza econômica submetidos ao Ministério da Fazenda;

X - elaborar, em articulação com outras áreas da Secretaria, análise e avaliação das renúncias e subsídios da União, considerando parâmetros de melhoria da efetividade e qualidade dos gastos públicos;

XI - elaborar estudos sobre a evolução e composição dos gastos públicos da União, sob a ótica microeconômica, com vistas a subsidiar reformas e políticas que propiciem continuamente o aumento da efetividade dos programas e ações governamentais; e

XII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária compete:

I - assessorar o Secretário em matérias ligadas à área fiscal e tributária;

II - acompanhar e avaliar a política fiscal e tributária, contemplando os impactos econômicos e financeiros de curto e longo prazos e seu alinhamento com a política macroeconômica;

III - acompanhar os resultados fiscais dos entes públicos com vistas à sustentabilidade das finanças públicas;

IV - elaborar estudos e avaliações visando o aprimoramento do monitoramento da política fiscal e tributária, e de suas interações com o restante da política macroeconômica;

V - elaborar propostas de aperfeiçoamento da política fiscal, em articulação com os demais órgãos envolvidos, com particular ênfase nos aspectos tributário e orçamentário, avaliando os seus impactos de longo prazo sobre a economia;

VI - acompanhar e analisar os pleitos para a contratação de operações de crédito junto a organismos internacionais, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), para o monitoramento de seus impactos sobre as necessidades de financiamento do setor público;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII - acompanhar e analisar os pleitos relativos ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); e

VIII - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário.

Art. 35. À Coordenação de Política Fiscal compete:

I - elaborar o demonstrativo dos subsídios financeiros e creditícios implícitos no orçamento da União, bem como avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas constantes nos mesmos, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União;

II - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos;

III - elaborar pareceres a respeito de projetos de lei que possuam previsão de impactos econômicos e fiscais;

IV - assistir e auxiliar o Coordenador-Geral nos assuntos de sua respectiva área; e

V - desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Coordenador-Geral.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 36. Ao Secretário de Política Econômica incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado da Fazenda em assuntos pertinentes à área de competência institucional da Secretaria;

II - dirigir, planejar, supervisionar, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades da Secretaria;

III - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Secretaria mediante portaria, ordem de serviços e outros atos administrativos cabíveis;

IV - aprovar contratos, ajustes, acordos de cooperação e convênios, relativos às atividades inerentes à Secretaria;

V - ratificar os atos de dispensa de licitação ou de reconhecimento de situação de inexigibilidade de processo licitatório, no âmbito da Secretaria;

VI - designar comissão de sindicância e de inquérito, no âmbito da Secretaria, bem como aplicar penalidades, na forma das disposições legais e regulamentares pertinentes;

VII - definir a lotação e exercício do pessoal da Secretaria, estabelecer horários, e aplicar a legislação de pessoal;

VIII - aprovar a programação de treinamento da Secretaria;

IX - autorizar férias regulamentares dos servidores lotados e em exercício na Secretaria;

X - autorizar viagens, a serviço, dos servidores da Secretaria;

XI - apresentar subsídios e outros documentos de assessoramento aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro da Fazenda, em assuntos relativos à sua área de atuação;

XII - aprovar planos anuais e plurianuais de trabalho, bem como a proposta orçamentária e cronograma de desenvolvimento da Secretaria, e supervisionar a sua execução;

XIII - nomear servidores para cargos em comissão, designar titulares de funções gratificadas e seus respectivos substitutos, no âmbito da Secretaria, na forma da legislação específica;

XIV - subdelegar competência;

XV - praticar os demais atos necessários à gestão da Secretaria; e

XVI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas institucionalmente pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 37. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assistir o Secretário nos assuntos de sua respectiva área de atribuição, bem como as autoridades por eles indicadas;

II - dirigir, orientar, supervisionar e controlar a execução das atividades de gestão administrativa e de tecnologia da informação, no âmbito da Secretaria, em consonância com os órgãos reguladores, sejam estes internos ou externos ao Ministério da Fazenda;

III - assistir o Secretário no encaminhamento de soluções de problemas de natureza político-administrativa;

IV - celebrar contratos, dispensar a realização de licitações e reconhecer as situações em que estas sejam inexigíveis;

V - ordenar despesas e controlar o gasto público, no âmbito da Secretaria, de forma delegada pelo Secretário;

VI - coordenar as atualizações pertinentes à agenda do Secretário, no país e no exterior;

VII - atender as partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete;

VIII - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes do Secretário e dar encaminhamento aos assuntos; e

IX - praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas funções, demandados ou delegados pelo Secretário, quando pertinentes.

Art. 38. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - assistir o Secretário nos assuntos de suas respectivas áreas de atribuições, bem como as autoridades por eles indicadas;

II - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Secretário, pertinentes à área de sua atuação; e

III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento de suas atribuições regimentais, bem como exercer outras atividades que lhes forem designadas pelo Secretário ou Secretários-Adjuntos.

Art. 39. Aos Coordenadores incumbe assistir os Coordenadores-Gerais.

Art. 40. Ao Coordenador de Gestão Administrativa incumbe, ainda, assistir o Gabinete nos assuntos relativos à gestão administrativa que envolvam políticas de recursos humanos, tecnologia de informação, formulação de proposta orçamentária, controle dos gastos e prestações de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 41. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I - assistir os Coordenadores-Gerais nos assuntos de suas respectivas áreas, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

II - supervisionar, orientar e controlar a execução dos encargos afetos à sua unidade; e

III - praticar os demais atos necessários ao desenvolvimento das atividades de sua área de competência.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Política Econômica.

## PORTARIA Nº 61, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, alíneas "a" e "b", do Decreto nº 8.197 de 20 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Detalhar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO I

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E AOS RESTOS A PAGAR
R$ MIL

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Fev | Até Mar | Até Abril | Até Mai | Até Jun | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 132.678 | 199.127 | 265.576 | 332.025 | 398.474 | 464.924 | 531.373 | 597.822 | 664.271 | 730.720 | 797.170 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 425.192 | 546.798 | 668.405 | 790.011 | 911.618 | 1.033.224 | 1.154.831 | 1.276.437 | 1.398.044 | 1.519.649 | 1.641.256 |
| 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 779.488 | 1.382.229 | 1.810.574 | 2.279.031 | 2.707.377 | 3.175.833 | 3.604.179 | 3.988.925 | 4.333.561 | 4.718.308 | 5.062.944 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 440.338 | 668.809 | 897.280 | 1.125.751 | 1.354.222 | 1.582.693 | 1.731.296 | 1.813.341 | 1.895.386 | 1.977.431 | 2.059.477 |
| 26000 Ministério da Educação | 5.587.483 | 8.495.638 | 11.117.538 | 13.834.857 | 16.456.757 | 19.174.076 | 21.795.977 | 24.513.295 | 27.230.614 | 29.947.932 | 32.760.669 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 41.419 | 76.222 | 111.024 | 145.826 | 180.628 | 215.430 | 250.232 | 285.034 | 319.836 | 354.638 | 389.440 |
| 30000 Ministério da Justiça | 1.105.905 | 1.328.742 | 1.551.579 | 1.774.417 | 1.997.254 | 2.220.092 | 2.442.929 | 2.665.765 | 2.888.603 | 3.111.440 | 3.334.278 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 71.637 | 98.537 | 125.437 | 152.336 | 179.237 | 206.136 | 233.036 | 259.936 | 286.835 | 313.735 | 340.635 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 335.161 | 453.938 | 572.716 | 691.493 | 810.270 | 929.048 | 1.047.825 | 1.166.602 | 1.285.380 | 1.404.157 | 1.522.935 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 221.458 | 289.156 | 356.854 | 424.553 | 492.250 | 559.948 | 627.646 | 678.927 | 730.208 | 781.490 | 832.770 |
| 36000 Ministério da Saúde | 15.140.211 | 21.650.574 | 27.861.571 | 34.072.568 | 40.283.565 | 46.394.773 | 52.605.771 | 58.716.980 | 64.927.977 | 71.039.186 | 77.250.183 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 169.484 | 238.506 | 307.528 | 376.552 | 445.574 | 514.597 | 583.620 | 652.643 | 721.665 | 790.689 | 859.711 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 238.879 | 316.092 | 393.305 | 470.517 | 547.730 | 624.944 | 702.156 | 779.369 | 856.582 | 933.795 | 1.011.008 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 55.607 | 119.437 | 183.266 | 247.095 | 310.924 | 374.754 | 438.584 | 502.413 | 566.242 | 630.071 | 693.901 |
| 42000 Ministério da Cultura | 148.564 | 213.962 | 279.359 | 344.757 | 410.154 | 475.552 | 540.949 | 606.346 | 671.744 | 737.141 | 802.539 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 85.435 | 154.153 | 222.872 | 291.590 | 360.308 | 429.027 | 497.745 | 566.464 | 635.182 | 703.900 | 772.619 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 94.724 | 147.393 | 200.063 | 252.732 | 305.402 | 358.072 | 410.741 | 463.410 | 516.079 | 568.749 | 621.419 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 604.135 | 767.599 | 931.064 | 1.094.528 | 1.257.993 | 1.421.457 | 1.584.922 | 1.748.386 | 1.911.851 | 2.075.315 | 2.238.780 |
| 51000 Ministério do Esporte | 117.329 | 192.866 | 268.403 | 343.939 | 419.476 | 495.013 | 570.550 | 646.086 | 721.623 | 797.160 | 872.696 |
| 52000 Ministério da Defesa | 1.685.788 | 2.711.764 | 3.444.864 | 4.177.965 | 4.911.065 | 5.644.165 | 6.155.867 | 6.432.049 | 6.708.232 | 6.984.414 | 7.260.597 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 102.925 | 135.035 | 167.146 | 199.256 | 231.367 | 263.477 | 295.588 | 327.698 | 359.809 | 391.920 | 424.031 |
| 54000 Ministério do Turismo | 145.124 | 164.471 | 183.819 | 203.166 | 222.514 | 241.861 | 261.209 | 280.557 | 299.904 | 319.252 | 338.599 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 4.590.348 | 7.603.893 | 10.317.734 | 12.831.771 | 15.245.905 | 17.660.040 | 20.074.175 | 22.488.310 | 24.902.444 | 27.316.579 | 29.730.714 |
| 56000 Ministério das Cidades | 122.120 | 144.015 | 165.911 | 187.807 | 209.702 | 231.598 | 253.493 | 275.388 | 297.284 | 319.180 | 341.075 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aquicultura | 35.993 | 52.201 | 68.410 | 84.617 | 100.826 | 117.034 | 133.242 | 149.450 | 165.659 | 181.866 | 198.075 |
| 60000 Gabinete da Vice-Presidência da República | 374 | 835 | 1.295 | 1.756 | 2.216 | 2.677 | 3.138 | 3.598 | 4.059 | 4.520 | 4.980 |
| 61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos | 8.869 | 13.535 | 18.201 | 22.867 | 27.534 | 32.200 | 36.866 | 41.533 | 46.199 | 50.865 | 55.531 |
| 62000 Secretaria de Aviação Civil | 37.007 | 61.525 | 86.042 | 110.559 | 135.076 | 159.594 | 184.111 | 208.628 | 233.145 | 257.662 | 282.180 |
| 63000 Advocacia-Geral da União | 49.025 | 73.215 | 97.404 | 121.593 | 145.783 | 169.972 | 194.161 | 218.351 | 242.540 | 266.730 | 290.919 |
| 64000 Secretaria de Direitos Humanos | 22.878 | 37.689 | 52.499 | 67.310 | 82.121 | 96.931 | 111.742 | 126.553 | 141.364 | 156.174 | 170.985 |
| 65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres | 4.018 | 11.625 | 19.231 | 26.838 | 34.444 | 42.050 | 49.657 | 57.263 | 64.869 | 72.476 | 80.082 |
| 66000 Controladoria-Geral da União | 15.061 | 22.725 | 30.390 | 38.054 | 45.719 | 53.383 | 61.048 | 68.712 | 76.377 | 84.042 | 91.706 |
| 67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial | 2.545 | 5.028 | 7.511 | 9.994 | 12.477 | 14.960 | 17.443 | 19.927 | 22.410 | 24.893 | 27.376 |
| 68000 Secretaria de Portos | 9.623 | 18.619 | 27.616 | 36.612 | 45.608 | 54.604 | 63.600 | 72.595 | 81.592 | 90.588 | 99.584 |
| 69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa | 636 | 992 | 1.348 | 1.704 | 2.061 | 2.417 | 2.773 | 3.129 | 3.485 | 3.841 | 4.197 |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 111.393 | 191.052 | 270.712 | 350.372 | 430.031 | 509.691 | 589.351 | 669.010 | 748.670 | 828.330 | 907.989 |
| 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 14.973 | 30.149 | 45.326 | 60.503 | 75.680 | 90.857 | 106.033 | 121.210 | 136.387 | 151.564 | 166.741 |
| 74902 Recursos sob Supervisão do FIEES | 20.009 | 30.318 | 40.628 | 50.937 | 61.247 | 71.556 | 81.866 | 92.175 | 102.485 | 112.795 | 123.104 |
| TOTAL | 32.773.836 | 48.648.464 | 63.170.501 | 77.628.259 | 91.850.589 | 106.108.660 | 120.029.725 | 133.584.317 | 147.198.597 | 160.753.197 | 174.462.895 |

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E AOS RESTOS A PAGAR
R$ MIL

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Fev | Até Mar | Até Abril | Até Mai | Até Jun | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 13.293 | 23.385 | 33.477 | 43.569 | 53.661 | 63.753 | 73.845 | 83.937 | 94.029 | 104.121 | 114.213 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 47.007 | 60.451 | 73.895 | 87.339 | 100.783 | 114.227 | 127.671 | 141.115 | 154.559 | 168.004 | 181.448 |
| 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 114.445 | 202.939 | 265.829 | 334.608 | 397.497 | 466.276 | 529.166 | 585.655 | 636.254 | 692.743 | 743.342 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 101.058 | 227.877 | 354.696 | 481.515 | 608.334 | 735.153 | 821.840 | 875.085 | 928.330 | 981.575 | 1.034.819 |
| 26000 Ministério da Educação | 268.303 | 407.949 | 533.849 | 664.331 | 790.231 | 920.713 | 1.046.613 | 1.177.095 | 1.307.577 | 1.438.059 | 1.573.123 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 146.823 | 191.179 | 235.536 | 279.893 | 324.251 | 368.608 | 412.965 | 457.322 | 501.679 | 546.036 | 590.393 |
| 30000 Ministério da Justiça | 14.068 | 16.902 | 19.737 | 22.571 | 25.406 | 28.240 | 31.075 | 33.910 | 36.744 | 39.579 | 42.413 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 34.654 | 47.666 | 60.678 | 73.691 | 86.703 | 99.716 | 112.728 | 125.740 | 138.753 | 151.765 | 164.778 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 83.433 | 104.256 | 125.079 | 145.902 | 166.725 | 187.548 | 208.371 | 229.194 | 250.017 | 270.840 | 291.663 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 1.118 | 1.460 | 1.802 | 2.143 | 2.485 | 2.827 | 3.169 | 3.428 | 3.687 | 3.945 | 4.204 |
| 36000 Ministério da Saúde | 32.080 | 45.875 | 59.036 | 72.196 | 85.357 | 98.306 | 111.466 | 124.415 | 137.575 | 150.524 | 163.685 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 45 | 64 | 83 | 101 | 120 | 138 | 157 | 175 | 194 | 212 | 231 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 20.166 | 26.685 | 33.203 | 39.722 | 46.240 | 52.758 | 59.277 | 65.795 | 72.314 | 78.832 | 85.350 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 63 | 134 | 206 | 278 | 350 | 422 | 493 | 565 | 637 | 709 | 780 |
| 42000 Ministério da Cultura | 6.197 | 8.925 | 11.653 | 14.381 | 17.109 | 19.837 | 22.565 | 25.293 | 28.021 | 30.749 | 33.477 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 16.829 | 30.365 | 43.901 | 57.437 | 70.973 | 84.509 | 98.045 | 111.581 | 125.117 | 138.653 | 152.189 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 7.730 | 12.029 | 16.327 | 20.626 | 24.924 | 29.222 | 33.521 | 37.819 | 42.118 | 46.416 | 50.714 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 15.299 | 19.439 | 23.578 | 27.718 | 31.857 | 35.997 | 40.136 | 44.276 | 48.415 | 52.555 | 56.694 |
| 52000 Ministério da Defesa | 459.485 | 1.003.819 | 1.403.429 | 1.803.039 | 2.202.649 | 2.602.259 | 2.892.467 | 3.066.295 | 3.240.122 | 3.413.950 | 3.587.777 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 12.193 | 15.997 | 19.801 | 23.605 | 27.409 | 31.213 | 35.017 | 38.821 | 42.625 | 46.429 | 50.232 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 21.525 | 22.784 | 23.748 | 24.515 | 25.185 | 25.854 | 26.524 | 27.193 | 27.863 | 28.532 | 29.202 |
| 56000 Ministério das Cidades | 42.103 | 64.589 | 87.075 | 109.560 | 132.046 | 154.532 | 177.018 | 199.504 | 221.989 | 244.475 | 266.961 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aquicultura | 467 | 678 | 888 | 1.099 | 1.309 | 1.520 | 1.730 | 1.941 | 2.151 | 2.362 | 2.572 |
| 61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos | 87 | 101 | 116 | 130 | 144 | 158 | 173 | 187 | 201 | 216 | 230 |
| 62000 Secretaria de Aviação Civil | 11.049 | 15.620 | 20.192 | 24.764 | 29.336 | 33.908 | 38.480 | 43.052 | 47.624 | 52.196 | 56.768 |
| 68000 Secretaria de Portos | 298 | 739 | 1.179 | 1.620 | 2.061 | 2.502 | 2.943 | 3.384 | 3.824 | 4.265 | 4.706 |
| 69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa | 824 | 4.826 | 8.827 | 12.828 | 16.829 | 20.830 | 24.832 | 28.833 | 32.834 | 36.836 | 40.837 |
| TOTAL | 1.470.642 | 2.556.733 | 3.457.820 | 4.369.181 | 5.269.974 | 6.181.026 | 6.932.287 | 7.531.610 | 8.125.253 | 8.724.578 | 9.322.801 |

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

**DESPACHO DO MINISTRO**
Em 26 de fevereiro de 2014

Processo nº 10951.000379/97-22
Interessado: Município de Belo Horizonte
Assunto: Operação de Compensação de Créditos Recíprocos.

Despacho: Considerando a Nota Conjunta nº 04/STN/COAFI/CODIP, de 11 de fevereiro de 2014 e o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 6º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, autorizo a realização da operação de compensação de créditos recíprocos no valor de US$ 19.964.529,44 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e vinte e nove dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e quatro centavos), entre a União e o Município de Belo Horizonte, mediante pagamento antecipado com utilização de garantias caucionadas, de créditos decorrentes do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida de Médio e Longo Prazo - DMLP, celebrado em 16 de maio de 1997, entre a União e o Município de Belo Horizonte, e entrega de Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT's, pelo valor econômico.

Publique-se. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

GUIDO MANTEGA

## AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 17.909.518/0001-45
NIRE: 5350000520-0

### EXTRATO DE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013

(1ª e 2ª Rerratificações)

1. DATAS: 28 de novembro de 2013 (1ª Rerratificação) e 30 de janeiro de 2014 (2ª Rerratificação).

2. LOCAL: Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "O", Edifício Órgãos Regionais, 10º andar, Brasília, Distrito Federal.

3. PRESENTES: Os membros a seguir mencionados, eleitos pela Assembleia Geral de Constituição da empresa, realizada em 27 de agosto de 2013, às 15h15, e empossados, posteriormente, em seus respectivos cargos, observados os requisitos e impedimentos estabelecidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e em legislação específica aplicável, bem como apresentadas suas respectivas declarações de bens, que serão arquivadas na ABGF, conforme estabelecido no art. 14 do Estatuto Social da empresa, os Senhores: Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Presidente do Conselho; Carlos Augusto Moreira Araújo, Presidente Substituto do Conselho; Ralph Emerson Machado de Lima; André Alvim de Paula Rizzo; e Embaixador Hadil da Rocha Vianna; bem assim o Diretor Presidente da ABGF, na qualidade de membro nato do Conselho, eleito na reunião para compor a Diretoria Executiva da empresa. A reunião contou ainda com a presença do Senhor Rodrigo Toledo Cabral Cota, designado pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 264, de 8 de abril de 2013, para a prática dos atos necessários à constituição e instalação da empresa.

4. ASSUNTOS TRATADOS: Item 1. CRIAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE DIRETORIAS. DECISÃO DO CONSELHO: na forma estabelecida no inciso III do art. 21 do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberou pela criação das seguintes Diretorias: Diretoria de Operações; e Diretoria Administrativa e Financeira. Considerando que a denominação da Diretoria de Risco já havia sido estabelecida no art. 34 do Estatuto Social, a Diretoria Executiva passará a ser composta pelos seguintes membros: Diretor Presidente; Diretor de Risco; Diretor de Operações; e Diretor Administrativo e Financeiro. Item 2. ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORES EXECUTIVOS. DECISÃO DO CONSELHO: na forma prevista no inciso III do art. 21, caput do art. 24, caput e § 1º do art. 25 e art. 34 do Estatuto Social, e tendo em vista a criação da denominação das Diretorias de que trata o item anterior, o Conselho de Administração elegeu os membros da Diretoria Executiva a seguir mencionados, domiciliados no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "O", Edifício Órgãos Regionais, 10º andar, em Brasília, Distrito Federal, para um prazo de gestão de 3 (três) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Posse, permitida a reeleição, esclarecendo que os Diretores presentes serão empossados em seus respectivos cargos após o término da reunião: a) por indicação do Ministro de Estado da Fazenda para ocupar a Presidência da Diretoria Executiva da ABGF, o Senhor Marcelo Pinheiro Franco, brasileiro, divorciado, CPF nº 814.092.737-68 e Carteira de Identidade nº 06720569 IFP-RJ; b) para ocupar a Diretoria de Risco, o Senhor André Gustavo Morandi da Silva, brasileiro, casado, CPF nº 676.152.607-87 e Carteira de Identidade nº 14.273-5 CORECON-RJ; c) para ocupar a Diretoria de Operações, o Senhor Renato Gerundio de Azevedo, brasileiro, casado, CPF nº 371.525.211-15 e Carteira de Identidade nº 459887 SSP-DF; e d) para ocupar a Diretoria Administrativa e Financeira, o Senhor Ronaldo Camillo, brasileiro, casado, CPF nº 042.610.228-26 e Carteira de Identidade nº 7.938.647 SSP-DF. Com vistas à observância, quando aplicável, do disposto no art. 12 da Resolução CNSP nº 136, de 7 de novembro de 2005, o Conselho de Administração designou as seguintes funções específicas aos Diretores Executivos da ABGF: a) Senhor Marcelo Pinheiro Franco, Diretor Presidente: responsável pelas relações com a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme previsto na Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme previsto na Circular SUSEP nº 234/2003; responsável pelos controles internos, conforme previsto na Circular SUSEP nº 249, de 20 de fevereiro de 2004; e responsável pelo cumprimento da Circular SUSEP nº 344, de 21 de junho de 2007, que dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; b) Senhor André Gustavo Morandi da Silva, Diretor de Risco: responsável técnico, conforme previsto na Circular nº 234/2003; e c) Senhor Ronaldo Camillo, Diretor Administrativo e Financeiro: responsável administrativo-financeiro, conforme previsto na Circular SUSEP nº 234/2003; responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143, de 27 de dezembro de 2005, que estabelece, entre outras providências, a obrigatoriedade de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas para este fim; e responsável para responder, junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, conforme previsto na Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. Finalizando os trabalhos deste item, o Presidente do Conselho registrou que o Diretor Presidente ocupará, no Conselho de Administração, a vaga de que trata o inciso V do § 1º do art. 18 do Estatuto Social. Item 3. ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA EXECUTIVA. DECISÃO DO CONSELHO: o Conselho de Administração solicitou à Diretoria Executiva, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 30 do Estatuto Social, que elabore o seu Regimento Interno e o submeta à apreciação e deliberação do Conselho, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar de 27 de agosto de 2013. O referido Regimento deverá dispor, entre outros assuntos, sobre as competências de cada uma das Diretorias Executivas da ABGF. Nada mais havendo a tratar, foram aprovadas e assinadas pelos Conselheiros a ata da reunião e suas respectivas rerratificações, as quais foram devidamente registradas na Junta Comercial do Distrito Federal, sob os números 20130821004, 20131188496 e 20140082891, respectivamente. MEMBROS DO CONSELHO: Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Presidente do Conselho; Carlos Augusto Moreira Araújo, Presidente Substituto do Conselho; Ralph Emerson Machado de Lima, Conselheiro; André Alvim de Paula Rizzo, Conselheiro; Hadil da Rocha Vianna, Conselheiro; e Marcelo Pinheiro Franco, Conselheiro.

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

### PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 dezembro de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 14-C e 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º O art. 29 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 29 .....

§ 1º Não poderá exceder o valor estabelecido no caput o somatório do saldo devedor dos parcelamentos simplificados em curso, por contribuinte, considerados isoladamente:

I - o parcelamento dos débitos de que trata o § 1º do art. 1º;

II - o parcelamento dos débitos administrados pela RFB relativos aos demais tributos; e

III - o parcelamento dos débitos administrados pela PGFN relativos aos demais tributos.

§ 2º Em virtude do art. 2º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a administração tributária poderá considerar os débitos do inciso I como integrantes de parcelamentos dos débitos dos incisos II e III, hipótese em que comporão, no respectivo parcelamento, o limite de que trata o caput.

§ 3º A RFB divulgará, na internet, as situações que se enquadram no § 2º."

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Regulamenta a moratória e a remissão de débitos para com a Fazenda Nacional no âmbito do Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus).

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257, de 23 de junho de 2009, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 43 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolvem:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕS GERAIS

Art. 1º As entidades que tiverem deferido o pedido de adesão ao Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus), de que tratam os arts. 23 a 43 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, poderão beneficiar-se da moratória e da remissão de débitos para com a Fazenda Nacional, na forma e nas condições disciplinadas nesta Portaria.

CAPÍTULO II

DA MORATÓRIA

Seção I

Dos Débitos Objeto da Moratória

Art. 2º A moratória alcança as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 30 de setembro de 2013, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos na condição de contribuinte ou responsável.

§ 1º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados por meio da entrega das respectivas declarações, originais ou retificadoras, até a data do pedido de moratória.

§ 2º As dívidas parceladas serão automaticamente incluídas na moratória.

§ 3º Na hipótese do § 2º, caso a entidade queira manter-se no parcelamento, deverá manifestar-se expressamente por meio do Anexo I.

§ 4º Serão incluídas na moratória as dívidas referentes à contribuição social instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Seção II

Dos Débitos em Discussão Administrativa ou Judicial

Art. 3º Para inclusão na moratória dos débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, estejam ou não submetidos a causa legal de suspensão de exigibilidade, as entidades deverão desistir, de forma expressa e irrevogável, da ação judicial ou da impugnação ou recursos administrativos, inclusive relativos a créditos informados na Declaração de Compensação prevista no § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não homologada e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem os processos administrativos ou as ações judiciais.

§ 1º O disposto no caput aplica-se, inclusive, a ação judicial em curso na qual o sujeito passivo requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos.

§ 2º A desistência de impugnação ou recurso administrativos deverá ser efetuada mediante petição dirigida ao Delegado da Receita Federal de Julgamento ou ao Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, conforme o caso, na forma do Anexo II.

§ 3º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recurso administrativo interpostos ou de ação judicial se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos nos processos administrativos ou na ação.

§ 4º As desistências de ações judiciais deverão ser comprovadas no ato do requerimento da moratória de que trata o art. 4º desta Portaria, mediante apresentação da 2ª (segunda) via da correspondente petição requerendo a extinção dos processos judiciais, com resolução do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 do CPC, ou de certidão do Cartório que ateste a situação das respectivas ações.

§ 5º Caso exista depósito vinculado à ação judicial, a entidade deverá requerer a sua transformação em pagamento definitivo.

§ 6º Caso exista depósito vinculado à impugnação ou recurso administrativos, haverá automática transformação em pagamento definitivo.

Seção III

Do Requerimento de Moratória

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias após o deferimento do pedido de adesão ao Prosus, a entidade de saúde privada filantrópica e a entidade de saúde sem fins lucrativos poderão protocolizar requerimentos de moratória na unidade de atendimento da RFB de seu domicílio tributário.

§ 1º Os requerimentos de moratória deverão ser precedidos de adesão da entidade ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), a ser realizada no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da RFB, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

§ 2º Os requerimentos de moratória deverão ser formalizados em modelo próprio, na forma do Anexo III para débitos junto à RFB, e do Anexo IV para débitos junto à PGFN, que deverão ser apresentados em formato digital, assinados eletronicamente e autenticados com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória n 2.200-2, de 2001.

§ 3º No ato de apresentação dos Anexos de que trata o § 2º, será formalizado um processo eletrônico no âmbito de cada órgão, cujos números serão informados à entidade.

§ 4º No ato de apresentação dos requerimentos de moratória, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos em formato digital, observado o disposto no § 2º:

I - cópia da Portaria do Ministério da Saúde deferindo o pedido de adesão ao PROSUS;

II - autorização do gestor local do SUS para a retenção mensal, pela União, para fins de pagamento das obrigações tributárias correntes, de valores do Fundo Nacional de Saúde que lhe seriam destinados para fins de repasse à entidade de saúde privada filantrópica ou à entidade de saúde sem fins lucrativos que requereu adesão ao Prosus;

III - quando se tratar de débitos objeto de discussão judicial, os documentos de que trata o § 4º do art. 3º;

IV - quando se tratar de débitos objeto de discussão administrativa, o Anexo II de que trata o § 2º do art. 3º;

V - o Anexo I de que trata o § 3º do art. 2º, caso a entidade não queira incluir débitos remanescentes de parcelamento ativo no pedido de moratória.

Art. 5º A concessão da moratória está sujeita à regularidade fiscal da entidade no período compreendido entre outubro de 2013 e o mês do requerimento.

Art. 6º As decisões sobre os pedidos de moratória serão proferidas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos requerimentos de que trata o art. 4º.

Parágrafo único. As decisões proferidas sobre os pedidos de moratória estarão disponíveis no e-CAC, nos endereços www.pgfn.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br, por meio de consulta aos processos eletrônicos de que trata o § 3º do art. 4º.

Seção IV

Do Prazo e dos Efeitos da Moratória

Art. 7º A moratória será concedida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, ficando suspensa a exigibilidade dos débitos por ela abrangidos, assim como os respectivos prazos prescricionais.

§ 1º Os efeitos da moratória concedida ocorrerão a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do pedido.

§ 2º A concessão da moratória não gera direito adquirido, tampouco implica a liberação dos bens e direitos da entidade de saúde privada filantrópica ou da entidade de saúde sem fins lucrativos ou de seus controladores, administradores, gestores e representantes legais que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos débitos tributários e não tributários.

Art. 8º A partir da concessão da moratória, o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas entidades de que trata esta Portaria será operacionalizado mediante retenção de cotas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) que seriam destinadas ao gestor local do SUS para posterior repasse à entidade respectiva, conforme autorizado pelo gestor local do SUS.

Art. 9º Mensalmente, a entidade deverá apurar e informar ao gestor local do SUS o valor das obrigações tributárias do mês corrente e os demais dados necessários ao preenchimento dos documentos de arrecadação para a retenção dos recursos do FNS.

§ 1º As retenções poderão ocorrer, dentro do mês, em data anterior ao vencimento da obrigação, de acordo com o calendário de repasse das cotas do FNS.

§ 2º Enquanto não operacionalizada a retenção, o recolhimento das obrigações deverá ser promovido pela entidade de saúde, por intermédio de documento de arrecadação próprio.

§ 3º No mês em que o valor da retenção a que se refere o caput não for suficiente para solver o montante dos tributos correntes, a entidade deverá promover o recolhimento do saldo remanescente, até o vencimento da respectiva obrigação, por intermédio de documento de arrecadação próprio.

§ 4º O fornecimento das informações de que trata o caput não exime a entidade da apresentação das obrigações acessórias a que estiver obrigada.

§ 5º Após o processamento da Declaração de Débitos e Crédito Tributários Federais (DCTF) e da Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os valores retidos serão confrontados com os valores devidos, podendo eventual diferença ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, compensada ou restituída.

Art. 10. A partir do mês seguinte ao da data da publicação do deferimento do pedido de adesão à moratória, na forma do parágrafo único do art. 6º, o não recolhimento das obrigações tributárias correntes ou da parcela não retida no FNS, inclusive das retenções legais na condição de responsável tributário na forma da lei, e dos débitos lançados de ofício pela RFB, no prazo do vencimento, implicará a revogação da moratória.

§ 1º Para os fins do caput, consideram-se não recolhidas as obrigações tributárias correntes que forem parceladas.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a revogação da moratória será comunicada no processo eletrônico a que se refere o § 3º do art. 4º, podendo a entidade, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da ciência da revogação da moratória, apresentar recurso administrativo contra a revogação.

§ 3º O recurso, que deverá ser juntado ao processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º por meio do e-CAC, será apreciado pelo titular da Delegacia da Receita Federal do Brasil, ou da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária, ou da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores contribuintes do domicílio tributário do sujeito passivo, conforme o caso, e terá efeito suspensivo.

§ 4º Enquanto o recurso estiver pendente de apreciação, a entidade deverá continuar cumprindo as obrigações de que trata o art. 9º.

§ 5º A entidade será cientificado da decisão em recurso administrativo por meio do processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º.

§ 6º A decisão será definitiva na esfera administrativa.

Art. 11. A exclusão da entidade do Prosus importa em revogação da moratória concedida.

Parágrafo único. A revogação de que trata o caput será comunicada por meio do processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º.

Art. 12. A revogação da moratória autoriza o imediato restabelecimento da cobrança de toda a dívida tributária e não tributária remanescente, com todos os seus acréscimos legais.

CAPÍTULO III

DA REMISSÃO

Art. 13. O montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória.

§ 1º O período anual considerado para os fins deste artigo tem início com a produção dos efeitos da moratória, observado o disposto no art. 7º desta Portaria.

§ 2º Considera-se ocorrida a remissão no mês seguinte ao término do período anual de recolhimento a que faz menção o caput.

§ 3º Para fins de cálculo do montante a ser remitido, não serão considerados os juros ou a correção monetária incidentes sobre os valores recolhidos a título de obrigação tributária corrente.

Art. 14. A remissão será feita na seguinte ordem:

I - débitos inscritos em Dívida Ativa da União; e

II - débitos no âmbito da RFB;

§ 1º No âmbito de cada órgão serão remitidos primeiramente os débitos mais antigos.

§ 2º Não incidirão juros de mora sobre os débitos a serem remitidos.

Art. 15. As informações referentes às remissões poderão ser consultadas no e-CAC, no sítio eletrônico da PGFN ou da RFB na Internet, nos endereços www.pgfn.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br.

Parágrafo único. As informações sobre a remissão de débitos no âmbito da RFB estarão disponíveis no processo eletrônico a que se refere o § 3º do art. 4º.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os pagamentos efetuados antes ou após a edição da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, em nenhuma hipótese autoriza a repetição de valores.

Art. 17. Não serão objeto da moratória as dívidas vencidas antes de 30 de setembro de 2013:

I - não confessadas até a data do pedido de adesão à moratória;

II - objeto de processos administrativos ou judiciais para os quais não houve desistência;

III - apuradas em lançamento de ofício pela RFB após a concessão da moratória;

IV - objeto de declaração de compensação não homologada após a concessão da moratória; e

V - objeto de parcelamento para o qual não houve desistência.

Art. 18. Ao final do prazo de concessão da moratória, os débitos não remitidos terão sua cobrança restabelecida com os devidos acréscimos legais.

Art. 19. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Requerimento de Manutenção em Parcelamento de Débitos
(§ 3º do art. 2º da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 03, de 26 de fevereiro de 2014)
Nome da Entidade:_____
Nº de inscrição (CNPJ): _____
A entidade acima identificada requer a sua manutenção no(s) parcelamento(s) abaixo relacionado(s):

| Modalidade de Parcelamento | Nº do Processo Administrativo (se houver) |
|---|---|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

_____, ____ de _____ de _____
Nome de quem assina: _____
Telefone para contanto: (_____) _____

ANEXO II

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA OU IMPUGNAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
(Art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 03, de 26 de fevereiro de 2014)
Ao Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento/Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais:
_____(nome da entidade), inscrita no CNPJ sob nº_____, requer, para efeito do que dispõe o art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº , de 2014, a desistência _____ (total ou parcial) da impugnação, ou do recurso administrativo interposto, ou da manifestação de inconformidade, constante do processo administrativo nº_____. Declara, ainda, que renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam a referida impugnação ou recursos.
Na hipótese de desistência parcial, esta se aplica aos seguintes débitos:

| Código do Débito | Período de Apuração | Valor do débito |
|---|---|---|
| | | |
| | | |

_____,_____ de _____ 2014.
Nome de quem assina: _____
Telefone para contato: (___) _____

ANEXO III

Requerimento de Moratória
Art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 03, de 26 de fevereiro de 2014
Nome da Entidade:_____
Nº de inscrição (CNPJ): _____
A entidade acima identificada, nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº , de de 2014, tendo em vista o deferimento de seu pedido de adesão ao Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus), requer adesão à moratória a que se refere o art. 37 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, em relação às dívidas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
Declara ainda estar ciente de que o presente pedido importa em:
a) desistência de todos os parcelamentos relativos aos débitos, com exceção daqueles informados no Anexo I (se houver)
b) aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº , de de 2014.
_____, ____ de _____ de _____
Nome de quem assina: _____
Telefone para contanto: (_____) _____

ANEXO IV

Requerimento de Moratória
(Art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 3, de 26 de fevereiro de 2014)
Nome da Entidade:_____
Nº de inscrição (CNPJ): _____
A entidade acima identificada, nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº , de de 2014, tendo em vista o deferimento de seu pedido de adesão ao Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus), requer adesão à moratória a que se refere o art. 37 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, em relação às dívidas administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
Declara ainda estar ciente de que o presente pedido importa em:
a) desistência de todos os parcelamentos relativos aos débitos incluídos, com exceção daqueles informados no Anexo I (se houver)
b) aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº , de de 2014.
_____, ____ de _____ de _____
Nome de quem assina: _____
Telefone para contanto: (_____) _____

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## BANCO DO BRASIL S/A
## BB CAPITALIZAÇÃO S/A
CNPJ 07.681.872/0001-01
Exercício encerrado em 31.12.2013

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A BB Capitalização S.A. (BB Capitalização), inscrita sob o CNPJ 07.681.872/0001-01, com sede na Rua XV de Novembro, 111, São Paulo-SP, foi constituída em agosto de 2004, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e conforme artigo 3º da Lei Estadual n.º 10.853, de 16 de julho de 2001, sendo atualmente subsidiária integral da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros). A aprovação de seu estatuto social e a autorização para comercializar planos de capitalização foram concedidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em agosto de 2005.

O seu capital social é de R$ 5.400 mil, dividido e representado por 5.400.000 ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal, detidas, integralmente, pela BB Seguros.

Embora o acionista mantenha a Empresa em situação não operacional, esta tem por objeto atuar na área de capitalização, podendo instituir e comercializar planos, bem como os demais produtos e serviços admitidos a essas sociedades, nos limites territoriais do Estado de São Paulo.

Também é admitida a participação no capital de outras sociedades, observada a existência de autorização legal, bem como o cumprimento das legislações e regulamentações pertinentes. O capital mínimo requerido para funcionamento da BB Capitalização S.A., somado ao excedente de caixa, está aplicado em fundo de investimento lastreado por títulos públicos federais. O lucro da Empresa, repassado ao único acionista na forma de dividendos, provém basicamente do rendimento financeiro da aplicação do capital no fundo em questão.

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Os recursos humanos utilizados pela BB Capitalização S.A. são constituídos exclusivamente por funcionários do quadro permanente do Banco do Brasil S.A. e a cessão de pessoal, bem como o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao seu funcionamento, são regidos por convênio de rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmado com o Banco do Brasil S.A.

RESULTADO DA BB CAPITALIZAÇÃO

A BB Capitalização encerrou o exercício de 2013 com Lucro Líquido de R$ 54 mil, involução de 52% sobre o exercício de 2012. Sua única fonte de receita advém da aplicação financeira em fundo de investimento, composto por títulos públicos federais, que apresentaram melhor desempenho em 2012.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012
Em milhares de Reais
Balanço Patrimonial

R$ mil

| ATIVO | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | 5.585 | 5.563 |
| Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 4) | 5.585 | 5.563 |
| TOTAL DO ATIVO | 5.585 | 5.563 |

| PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| PASSIVO CIRCULANTE | 75 | 56 |
| Dividendos a pagar (Nota 5) | 51 | 14 |
| Passivos por impostos correntes (Nota 6) | 14 | 32 |
| Outros passivos (Nota 7) | 10 | 10 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 5.510 | 5.507 |
| Capital Social (Nota 10.a) | 5.400 | 5.400 |
| Reserva de Lucros (Nota 10.b) | 110 | 107 |
| TOTAL DO PASSIVO | 5.585 | 5.563 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração do Resultado

R$ mil (exceto lucro por ação)

| | | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|---|
| Despesas Operacionais | (Nota 8) | (348) | (283) |
| Despesas de pessoal | | (226) | (168) |
| Despesas com tributos/taxas | | (68) | (63) |
| Outras despesas administrativas | | (54) | (52) |
| Resultado Financeiro | (Nota 9) | 424 | 443 |
| Receitas financeiras | | 425 | 451 |
| Despesas financeiras | | (1) | (8) |
| Resultado Operacional | | 76 | 160 |
| Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | 76 | 160 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (Nota 11) | (22) | (48) |
| Imposto de Renda | | (11) | (24) |
| Contribuição Social | | (11) | (24) |
| Lucro Líquido | | 54 | 112 |
| Número de Ações | | 5.400.000 | 5.400.000 |
| Lucro por ação em (R$) | | 0,01 | 0,02 |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido | 54 | 112 |
| (+) Outros resultados abrangentes acumulados | -- | -- |
| Resultado abrangente do período | 54 | 112 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Pagamentos de despesas e obrigações | (355) | (263) |
| Recebimento de juros | 424 | 451 |
| CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES | 69 | 188 |
| Imposto e contribuições pagos | (33) | (180) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 36 | 8 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos pagos | (14) | (248) |
| CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (14) | (248) |
| Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa | 22 | (240) |
| Início do período | 5.563 | 5.803 |
| Fim do período | 5.585 | 5.563 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa | 22 | (240) |

Conciliação entre o lucro líquido e o caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades operacionais:

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido | 54 | 112 |
| Ajustes ao lucro Líquido: | | |
| Atualização monetária de Dividendos | -- | 7 |
| Variações Patrimoniais | | |
| Impostos e encargos sociais a recolher | -- | (1) |
| Passivos por impostos correntes | (18) | (110) |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais | 36 | 8 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R$ mil

| EVENTOS | | Capital Realizado | Reservas de Lucros Legal | Lucro ou Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2011 | | 5.400 | 101 | -- | 5.501 |
| Resultado Líquido do Exercício | | -- | -- | 112 | 112 |
| Reserva legal | | -- | 6 | (6) | -- |
| Dividendos(R$ 19,71 por lote de mil ações) | (Nota 10.c) | -- | -- | (106) | (106) |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2012 | 5.400 | 107 | -- | 5.507 |
| Mutações do Exercício | -- | 6 | -- | 6 |
| Saldos em 31.12.2012 | 5.400 | 107 | -- | 5.507 |
| Resultado Líquido do Exercício | -- | -- | 54 | 54 |
| Reserva legal | -- | 3 | (3) | -- |
| Dividendos(R$ 9,44 por lote de mil ações) (Nota 10.c) | -- | -- | (51) | (51) |
| Saldos em 31.12.2013 | 5.400 | 110 | -- | 5.510 |
| Mutações do Exercício | -- | 3 | -- | 3 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 - A BB CAPITALIZAÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A BB Capitalização S.A. (BB Capitalização), anteriormente denominada Nossa Caixa Capitalização S.A., foi constituída em agosto de 2004, como Subsidiária integral do Banco Nossa Caixa S.A., tendo sido autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em agosto de 2005, a operar planos de capitalização no estado de São Paulo (7ª região do território nacional), conforme Portaria SUSEP n.º 2.230/2005. Em 30 de novembro de 2009, com a incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. pelo Banco do Brasil S.A., a BB Capitalização S.A. tornou-se uma subsidiária integral desse último.

Em 25.02.2011, o Banco do Brasil S.A. repassou a totalidade de suas ações da BB Capitalização à BB Seguros Participações S.A., que, então, passou a ser a sua controladora direta e o Banco do Brasil seu controlador final.

A BB Capitalização tem por objeto social a emissão e comercialização de planos de capitalização, na forma da legislação vigente. Até o encerramento do exercício de 2013, a entidade não havia iniciado as operações com títulos de capitalização e sua atividade se resumiu à aplicação financeira do Capital Social, ficando dispensada de manter atuário responsável.

As suas operações são conduzidas em um contexto integrado com o Banco do Brasil S.A., utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

### 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na forma recepcionada pela SUSEP.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da BB Capitalização em 14.02.2014.

b) Continuidade

A Administração da BB Capitalização S.A. considera que a Empresa possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, não tendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Capitalização é o Real (R$).

d) Alterações nas Políticas Contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2012.

e) Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas. Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB Capitalização poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Capitalização e o resultado de suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem ativos fiscais diferidos e valorização de instrumentos financeiros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em quotas de fundos de investimentos de liquidez imediata, sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e limites.

c) Aplicações

As quotas do fundo que compõem as aplicações são valorizadas pelo valor da quota informada pelo Administrador do fundo. Os títulos e valores mobiliários que compõem o fundo foram classificados em títulos para negociação e encontram-se registrados pelo valor justo.

Em 31.12.2013 e 31.12.2012 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| Tributo | Alíquota |
|---|---|
| Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%) | 25% |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL | 15% |
| Pis/Pasep | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins | 4% |

e) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do exercício.

No mínimo anualmente, a BB Capitalização elabora estudo para apuração de indícios de desvalorização dos ativos, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Havendo indicação de possível desvalorização, a entidade elabora estimativa para mensuração do valor recuperável e o reconhecimento de perdas por desvalorização.

f) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Capitalização adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador final, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

Os instrumentos financeiros da BB Capitalização encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelos saldos de aplicações financeiras, impostos a compensar, outros créditos, contas a pagar, encargos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações.

A BB Capitalização apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de mercado e Risco de liquidez.

Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a Empresa está sujeita para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações contábeis.

Risco de mercado: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de liquidez: representa o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A BB Capitalização garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Caixa | 1 | -- |
| Aplicações em fundo de investimento (1) | 5.584 | 5.563 |
| Total | 5.585 | 5.563 |

(1) A carteira do fundo é composta por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, classificados como "Títulos para Negociação

### 5 - DIVIDENDOS A PAGAR

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Dividendos a pagar | 51 | 14 |
| Total | 51 | 14 |

### 6 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 14 | 32 |
| Total | 14 | 32 |

### 7 - OUTROS PASSIVOS

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Taxa de serviços da Cetip | 9 | 9 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | 1 | 1 |
| Total | 10 | 10 |

### 8 - DESPESAS OPERACIONAIS

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Honorários - Conselho Fiscal | (226) | (168) |
| Serviços de custódia e liquidação financeira | (54) | (168) |
| Taxa de fiscalização | (42) | (42) |
| PIS/Pasep, Cofins e contribuição sindical | (26) | (21) |
| Total | (348) | (283) |

### 9 - RESULTADO FINANCEIRO

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Receitas com fundos de investimentos | 425 | 451 |
| Despesas financeiras | (1) | (8) |
| Total | 424 | 443 |

### 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R$ 5.400 mil em 31.12.2013 e 31.12.2012 está dividido em 5.400.000 ações ordinárias nominativas representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R$ 5.510 mil (R$ 5.507 mil em 31.12.2012) corresponde a um valor patrimonial de R$ 1,02 por ação (R$ 1,02 por ação em 31.12.2012).

b) Reserva de Lucros

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Reservas de Lucros | 110 | 107 |
| Reserva legal | 110 | 107 |

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido do Exercício

R$ mil

| | 2º Sem/2013 | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|---|
| Base de cálculo | 45 | 51 | 106 |
| -Lucro Líquido | 47 | 54 | 112 |
| -Reserva Legal constituída no período | (2) | (3) | (6) |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% | 11 | 13 | 26 |
| Dividendo adicional | 34 | 38 | 80 |
| Total destinado ao acionista | 45 | 51 | 106 |
| Saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações | 0 | 0 | 0 |

A administração decidiu pelo pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais, equivalentes 100% sobre o lucro líquido, após a destinação para a reserva legal.

### 11 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Valores Correntes | (22) | (48) |
| IR e CSLL no país | (22) | (48) |
| Total do Imposto de Renda e Contribuição Social | (22) | (48) |

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Resultado Antes dos Tributos e Participações | 76 | 160 |
| Encargo total do IRPJ (25%) e da CSLL (15%) | (22) | (64) |
| Desconto no adicional de alíquota | -- | 16 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social do período | (22) | (48) |

(1) No exercício de 2013 não houve base de cálculo para o pagamento do adicional de alíquota do IR de 10%.

c) Despesas Tributárias

R$ mil

| | Exerc/2013 | Exerc/2012 |
|---|---|---|
| Cofins | (17) | (18) |
| Pis/Pasep | (3) | (3) |
| Total | (20) | (21) |

### 12 - PARTES RELACIONADAS

A BB Capitalização realiza transações bancárias com o Banco do Brasil S.A., controlador em última instância, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A BB Capitalização não concede empréstimos a seus Diretores e membros do Conselho Fiscal.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Capitalização com as partes relacionadas em 31.12.2013 e 31.12.2012 e seus respectivos resultados no exercício de 2013 e exercício de 2012 são os seguintes:

R$ mil

| | 31.12.2013 | | |
|---|---|---|---|
| | Banco do Brasil S.A. | BB Seguros | Total |
| Ativos | | | |
| Caixa | 1 | -- | 1 |
| Aplicações em fundos de investimento | 5.584 | -- | 5.584 |
| Passivos | | | |
| Dividendos a pagar | -- | 51 | 51 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | 1 | -- | 1 |
| Resultado - Exercício 2013 | | | |
| Receitas com fundos de investimento | 425 | -- | 425 |
| Honorários do Conselho Fiscal | 226 | -- | 226 |
| Despesas financeiras - juros | 1 | -- | 1 |

13 - REMUNERAÇÕES PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A Instituição não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

A BB Capitalização apresenta Patrimônio Líquido Ajustado de R$ 5.510 mil (R$ 5.507 mil em 31.12.2012), coincidindo com o valor de seu Patrimônio Líquido contábil, uma vez que a Empresa não registrou saldos para nenhuma das deduções previstas no artigo 3º da Resolução CNSP n.º 222, de 2010.

15 - CAPITAL BASE, CAPITAL ADICIONAL E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

a) Capital Base

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Parcela Fixa de Capital | 1.800 | 1.800 |
| Parcela Variável de Capital (7ª Região - atuação no Estado de São Paulo) | 3.600 | 3.600 |
| Capital Base | 5.400 | 5.400 |

b) Capital Adicional

A Empresa não apresenta necessidade de Capital Adicional, em função de não se encontrar em operação e ter seus equivalentes de caixa aplicados em quotas de fundo de investimento lastreado, exclusivamente, por títulos públicos federais.

c) Capital Mínimo Requerido

R$ mil

| | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
|---|---|---|
| Capital Base | 5.400 | 5.400 |
| Capital Adicional | -- | -- |
| Capital Mínimo Requerido | 5.400 | 5.400 |

16 - CONTINGÊNCIAS

A BB Capitalização não possui ativos e passivos contingentes de natureza cível, trabalhista e fiscal.

17- OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2013, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória n.º 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a BB Capitalização S.A. aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares a luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Capitalização S.A.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À

Diretoria e ao Acionista da

BB Capitalização S.A. (nova denominação social da Nossa Caixa Capitalização S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Capitalização S.A. (BB Capitalização), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Capitalização é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Capitalização para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Capitalização. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP014428/O-6

CARLOS MASSAO TAKAUTHI
Contador CRC 1SP206103/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL BB CAPITALIZAÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras - incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício - relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, os quais foram aprovados nesta data pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2014.
FABIANO MAIA PEREIRA

WILSON PAULO DE PINA

DIRETORIA

PRESIDENTE

MARCELO AUGUSTO DUTRA LABUTO

DIRETORES

LEONARDO GIUBERTI MATTEDI

ÂNGELA BEATRIZ DE ASSIS

CONSELHO FISCAL

WILSON PAULO DE PINA (PRESIDENTE)

FABIANO MAIA PEREIRA

CONTADORIA

EDUARDO CESAR PASA
Contador-Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5-S-SP
CPF 541.035.920-87

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
## 2ª SEÇÃO
## 1ª CÂMARA
## 2ª TURMA ORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 303, nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 18 DE MARÇO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

1 - Processo: 10980.723902/2009-21 - Recorrente: CLEITON KIELSE BORDINI CRISOSTOMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

2 - Processo: 10980.724495/2010-11 - Recorrente: CLEITON KIELSE BORDINI CRISOSTOMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

3 - Processo: 10218.720113/2008-07 - Embargante: PEDRO MARTINS DE LUCENA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

4 - Processo: 10218.720114/2008-43 - Embargante: PEDRO MARTINS DE LUCENA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Relatora: ALICE GRECCHI

5 - Processo: 11080.722683/2009-70 - Recorrente: VILMAR OLIVEIRA CARPTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

6 - Processo: 13749.001316/2008-82 - Recorrente: VERA LUCIA ADAS PETTERSEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

7 - Processo: 14041.000156/2005-31 - Embargante: MARIA DO CARMO DE CAMARGO CIUCCI e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

8 - Processo: 10768.008740/99-15 - Embargante: BBM ARBITRAGEM INSTITUCIONAL FUNDO INVES e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

9 - Processo: 10384.007469/2008-21 - Recorrente: CONRADO MELO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

10 - Processo: 10530.003989/2008-34 - Recorrente: CLARISMUNDO DE SOUZA RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 18 DE MARÇO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

11 - Processo: 10950.002545/2009-11 - Recorrente: CELSO ANGHINONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

12 - Processo: 11516.001377/2008-58 - Recorrente: CLAUDIO MOITA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

13 - Processo: 11080.729647/2011-51 - Recorrente: BRUNO TADEU MACHADO CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

14 - Processo: 10935.007656/2010-46 - Recorrente: CARINA CHIAPPIN PRANGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

15 - Processo: 10183.002377/2006-50 - Recorrente: AIRTON NOGUEIRA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ALICE GRECCHI

16 - Processo: 10970.000561/2008-51 - Recorrente: VIRGOLINO MANOEL GUERRA MOLEIRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

17 - Processo: 10783.720273/2008-23 - Recorrente: VALDETE QUINILATTO DAROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

18 - Processo: 10680.012151/2008-18 - Recorrente: VILMA MARIA SALGADO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

19 - Processo: 19515.001759/2003-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EMERSON VIEIRA DA SILVA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

20 - Processo: 19515.000200/2009-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JACKS RABINOVICH - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21 - Processo: 10580.721461/2009-36 - Recorrente: CICERO ORNELLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

22 - Processo: 12686.000149/2004-48 - Recorrente: NAVEGACAO ATLANTICO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

23 - Processo: 11065.000660/2006-56 - Recorrente: JOSE AIRTON DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 19 DE MARÇO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

24 - Processo: 11080.722381/2011-16 - Recorrente: FLAVIO AGAMENON PINTO COLTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

25 - Processo: 10707.000589/2009-99 - Recorrente: CARLOS EDUARDO CHEBABE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

26 - Processo: 10580.725978/2009-02 - Recorrente: JURANDI PINHEIRO MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

27 - Processo: 10580.721318/2007-82 - Recorrente: JURANDI PINHEIRO MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ALICE GRECCHI

28 - Processo: 10882.002779/2009-10 - Recorrente: VALCI DE FREITAS BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

29 - Processo: 13653.000027/2009-14 - Recorrente: ULDERICO LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

30 - Processo: 11516.005878/2007-22 - Recorrente: VICENTE VOLNEI DE BONA SARTOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

31 - Processo: 16024.000268/2009-50 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LUCIANA GAZZOLA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

32 - Processo: 10218.000412/2005-71 - Embargante: AGRO PECUARIA BACURI S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 18471.002134/2005-05 - Recorrente: ATILA NUNES PEREIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

34 - Processo: 10410.720808/2009-85 - Recorrente: CICERO AMELIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

35 - Processo: 10640.003589/2010-04 - Recorrente: CHAFY BARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

36 - Processo: 13701.000753/2006-63 - Recorrente: SUCENA HAIDO MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

37 - Processo: 10410.004564/2006-47 - Recorrente: ROSA MARIA CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

38 - Processo: 10510.007521/2008-57 - Recorrente: JOSE WELLINGTON SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 19 DE MARÇO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

39 - Processo: 10680.011033/2008-92 - Recorrente: CLETO JOSE DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

40 - Processo: 10840.001868/2006-92 - Recorrente: JOSE PAULO FERLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

41 - Processo: 10830.002091/2004-31 - Recorrente: DOVILIO BREGNOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ALICE GRECCHI

42 - Processo: 15249.000854/2008-16 - Recorrente: VALERIA SILVA DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

43 - Processo: 10380.013581/2007-51 - Recorrente: VALDIR NEVES DA SILVA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

44 - Processo: 10530.724321/2009-13 - Recorrente: CESAR LEMOS DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

45 - Processo: 10580.722332/2008-84 - Recorrente: CELINA FERREIRA CARVALHO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE MARÇO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

46 - Processo: 10680.001699/2004-17 - Recorrente: GERALDO CLARET DE ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

47 - Processo: 10580.009747/2005-16 - Recorrente: JUDITH MARTA DOS SANTOS FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

48 - Processo: 13629.000160/2009-60 - Recorrente: CYNTIA GRIPP TORRES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relatora: ALICE GRECCHI

49 - Processo: 10980.005988/2003-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EDMUNDO DE PADUA ARNULF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Relator: ATILIO PITARELLI

50 - Processo: 11070.002350/2010-83 - Recorrente: DANILO JOSE TEICHMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

51 - Processo: 11065.720565/2010-59 - Recorrente: DAMIAN OBIGLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

52 - Processo: 10530.723157/2010-52 - Recorrente: EDNA SARA MORAES DIAS DE CERQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

53 - Processo: 10980.018177/2008-95 - Recorrente: CRLOS ROBERTO LOURENCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

54 - Processo: 11543.002913/2008-13 - Recorrente: CLEUZA BERNABE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

55 - Processo: 10183.005795/2005-18 - Recorrente: ALECIO JARUCHE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

56 - Processo: 10166.004433/2008-61 - Recorrente: MONICA AZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE MARÇO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: ALICE GRECCHI

57 - Processo: 11634.000439/2008-68 - Recorrente: VALDIVAL GALDIOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

58 - Processo: 10803.000128/2008-47 - Recorrente: LAUSCEA REGINA VERONEZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: ATILIO PITARELLI

59 - Processo: 11080.006844/2008-01 - Recorrente: CLEUFE MARIA PERAZZOLO DE ZORZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

60 - Processo: 10510.002150/2008-17 - Recorrente: EDUARDO ELIAS VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

61 - Processo: 11610.006411/2008-11 - Recorrente: CLEBER MOREIRA BRUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

62 - Processo: 10925.000828/2008-55 - Recorrente: CLENY TEREZINHA VARELA FIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

63 - Processo: 11543.001857/2007-19 - Recorrente: CLOVES SANTA CLARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

64 - Processo: 10283.720593/2007-33 - Recorrente: FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS
Presidente da Turma

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária da Câmara

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

### DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 27 de fevereiro de 2014

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 35 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| Maketix Tecnologia da Informação Ltda | 13.415.346/0001-00 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0202014, nome: PDV Maketix, versão: 1.0, código MD-5: 8639DA75730254A8DAB11C74F21AEEEE *PDV_MKT |
| Mogo Desenvolvimento de Softwares e Aplicativos Ltda - ME | 16.902.426/0001-70 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3662013, nome: MOGO APPETITO, versão: 1.0, código MD-5: 76733F8BCB1AEE630CDD65177B44F681 *MOGOAPPETITO |
| Cheff Solutions Tecnologia do Brasil | 04.442.150/0001-06 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0122014, nome: POCKET CHEFF CAIXA, versão: 1.10.3, código MD-5: 29B3D068E9FAA8D458270A1AE1C9CF8F *CAIXA |
| Cheff Solutions Tecnologia Do Brasil | 04.442.150/0001-06 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0142014, nome: POCKET CHEFF TOUCH, versão: 1.10.3, código MD-5: 50B39CF5F7AD27B450D08EC70149809D *TOUCH |
| Wiebbelling Kw Informática Ltda | 03.995.946/0001-23 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3532013, nome: PoSWM, versão: 4.0, código MD-5: 6EE41F7DA3652996BED917EBF5A9CD56 *pdv |
| INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DAMYLLER LTDA | 83.729.004/0001-32 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0392014, nome: FRENTE DE LOJA DAMYLLER, versão: 4, código MD-5: ADEB33074F460C1BCAD2B1DA58044E5D *PDV_DAMYLLER |

2. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| Socin Soluções Comerciais Integradas Ltda | 68.319.656/0001-05 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0282013, nome: e-conect, versão: 6, código MD-5: 555f30146150441b2f07af3a89d86c7c |

3. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| ELPRO INFORMATICA LTDA ME | 04.172.696/0001-94 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0032014, nome: ELOJAS versão: 4.0.0.0 código MD-5: b9af68b2ccd498340d0bf7af6f98d30c |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| Megasul Informatica Ltda | 80.967.805/0001-48 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0062014, nome: SPDV, versão: 2.4.10.2, código MD-5: bdd8d4d6fa1c0225745942d0dd5e6414 *Caixa |
| KOLLSOFT INFORMATICA LTDA ME | 03.934.293/0001-72 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0052014, nome: BEM-PAF-ECF versão: 2.015, código MD-5: 2ddcb4f5fe3f0d96ecd18bc7463c285d *BEMPAFECF |

5. Universidade Federal do Piauí - UFPI

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| INFOTEC INFORMÁTICA LTDA | 08.002.612/0001-25 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UPI0012014, nome: FACIL PDV PAF-ECF, versão: 2.00, código MD-5: C61B4573E353DBACEA8FC4FD0AF21478 |

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 36 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| Oraculum informática Ltda | 07.888.394/0001-05 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0102014, nome: Oraculum ERP Fiscal, versão: 1.0, código MD-5: 141e594583e45e993343f1c80810aaad *Oraculum |
| Infante e Sá Sistemas LTDA ME | 03.751.937/0001-97 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0282013, nome: PDV.EXE, versão: 4.0, código MD-5: C4C2514D253C55C41110919DCA475B5B *PDV |
| G3 Soft Suporte em Tecnologia da Informação Ltda | 10.668.902/0001-54 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0332014, nome: Frente de Loja, versão: 3.0.200, código MD-5: 1d7d059fb4d387d8e58c0359a7996344 *FRENTELOJA |
| Over Flow Comércio e Serviços de Produtos de Informática Ltda | 08.320.349/0001-12 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0342014, nome: Total PDV, versão: 5.1.5, código MD-5: 99A1727BED764F4F5B802024A0AF9310 *TOTALPDVTEF_CONECT |
| Expede Distribuidora Ltda | 02.393.351/0001-35 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0302014, nome: X-WAY, versão: 2.0, código MD-5: CEA02D6FE6FD21C5A0C69D49B9F3FFA6 *X-WAY |
| Expede Distribuidora Ltda | 02.393.351/0001-35 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0312014, nome: X-Life, versão: 2.0, código MD-5: 9E48DCABDE0CCF3A0B18E43666ABDC0B *X-LIFE |

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|---|---|
| Rech Informática Ltda | 93.419.380/0001-84 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0032014, nome: PAF SIGER®, versão: 13.20 r.1, código MD-5: 26b637c26aed3d583a113a38c5d555de |

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 37 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitadas a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

| DENOMINAÇÃO | CNPJ | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| SISTEMAS SUPER SIM LTDA - ME | 07.121.215/0001-00 | Rua Odir Latuf, 20<br>Bairro: Jardim Paraiso<br>Cidade: Além Paraíba - MG<br>CEP: 36.660-000 |
| W.A. RECUPERA INFORMÁTICA LTDA | 17.264.765/0001-31 | Rua Francisco Ribeiro de Resende, 575, Bairro São José Cidade : Bom Despacho - MG<br>CEP: 35.600-000 |
| Suêlha Sandra Costa Fernandes Freitas ME | 07.317.602/0001-16 | Rua Rodrigues Júnior, 1274, Sala 06, Centro<br>Quixadá - CE<br>CEP: 62.900-125 |

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

## CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

### PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Pauta de Julgamento de Recursos da 364ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4, do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 18 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H

Recurso 5071 - 0001022750 - I - Recorrentes: Afonso Celso Santos Pantoja, Dorian Riker Teles de Menezes, Raimundo Everardo Rodrigues e Roberto de Padua Macieira. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: AntonioLuiz Coimbra Pereira, Carlos Nayro de Azevedo Coelho, Cleon Nascimento Lima Furtado, Clovis de Jesus Savalla Correa Carvalho, Francisco de Assis Souza, Geraldo Conceição Coura, José de Jesus do Rosário Azzolini, Marcelino Freitas de Carvalho, Oswaldo dos Santos Jacintho, Pedro Novais Lima, Raimundo Jurive Pereira de Macêdo, Sérgio Pinheiro Rodrigues e Silvino Ezon Pinto Ferraz. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 5867 - 0101100343 - Recorrente: Alimentos Zaeli Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior. Revisor: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 11375 - 0401261679 - Recorrente: Alimentos Zaeli Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 11441 - 0201174556 - I - Recorrentes: Luiz Fernando Perdigão de Oliveira e Nelson Gomide Neto. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrido: Marco Polo Marques Cordeiro. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 12359 - IA-2006-15 - Recorrentes: Arnaldo de Mello Figueiredo, Arnaldo Mello Figueiredo Júnior e José Augusto Bahia Figueiredo. Recorrida: CVM. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 12378 - 0601322934 - I - Recorrentes: Banco Rural S.A., Ayanna Tenório Torres de Jesus, Guilherme Rocha Rabello, João Heraldo dos Santos Lima, José Geraldo Dontal, José Roberto Salgado, Kátia Rabello, Leda Corrêa Rabello Carvalho, Luiz Francisco Cardoso Fernandes, Nélio Brant Magalhães, Paulo Roberto Grossi, Plauto Gouvêa, Vinícius Samarane, Walter Leite Azevedo e Welerson Antônio da Rocha. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Ajax Corrêa Rabello, Antônio Tavares Sabino, Célia Bento Teixeira Maselli, Nora Rabello e Thales José de Almeida Renault Coelho (falecido). Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 12662 - RJ-2008-1766 - Recorrentes: Anastácio Ubaldino Fernandes Filho e Milton Paulo da Silva. Recorrida: CVM. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 12756 - IA-2004-15 - I - Recorrentes: Claus Buckmann Cardoso de Mello, Guilhermo Davies, Jorge Davies, José Henrique Secco Peixoto, Lucio Henrique Ledo Gomes e Rogério Rodriguez Almeida. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido: Raul Davies Mendez (falecido). Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 12794 - RJ-2008-9120 - Recorrente: CVM. Recorridos: Ernst & Young Auditores Independentes S/S e Marcos Antonio Quintanilha. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 12949 - RJ-2009-3792 - Recorrentes: Amaro Santana Leite, Antenor Gomes de Barros Leal Filho, Carlos Wiethaeuper, Erni Wiethaeuper, Maria Teresa Cengiarotti Variola, Moacir Jerônimo dos Santos Júnior e Sérgio Chesini. Recorrida: CVM. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 12964-MI - 0901441835 - Recorrentes: Cisa Trading S.A. e Nera América Latina Ltda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13004 - IA-2006-22 - Recorrente: CVM. Recorridos: Alexandre Magalhães Filho e Ricardo Araújo de Siqueira. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13068 - RJ-2006-8798 - I - Recorrentes: Ailton de Abreu, Carlos Alberto Machline, Herculano José Pereira Ramos, Paulo Ricardo Machline e Sérgio Alexandre Machline. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido: José Maurício Machline. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 13079-CS - 0801420584 - Recorrente: Cooper Master Administrações de Bens Móveis e Imóveis Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 13183 - 0601338654 - I - Recorrentes: Antonio Rubens de Almeida Neto, Carlos Endre Pavel, Edemar Cid Ferreira, Eliseu José Petrone, Francisco Sérgio Ribeiro Bahia, Marcelo Bernardini, Márcio Daher e Nei Muniz. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Daniel Saraiva Santos e Rodrigo Rodrigues de Cid Ferreira. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 13191 - 0701386945 - Recorrentes: Banco Pottencial S.A., Argeu de Lima Géo, Carlos Géo Quick, Cássio Dolabella França, João de Lima Géo Filho e Lauro Baptista Machado Júnior. Recorrido: Bacen. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Recurso 13224 - RJ-2009-2610 - I - Recorrentes: João Santana Xavier, José Martins Pereira, José Roberto Amorielo, Moisés Fernandes e Oriel Campos Leite. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: João Santana Xavier e Moisés Fernandes. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 13614 - 0901452636 - Recorrente: Fernando Guimarães Reis. Recorrido: Bacen. Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 13680 - 1101522686 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Valter Ryfer. Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

a) Total de Recursos: 19 (dezenove).

b) ADITAMENTO(S)/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e à página do CRSFN na internet (www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm, no link "Pautas de Julgamento") para verificar se, no prazo regimental, foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão ou se, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão e apenas na página na internet, restou efetuada anotação sobre processo(s) retirado(s) e que, portanto, será(ão) objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o que disposto no § 2º do art. 18 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação."

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.
ANA MARIA MELO NETTO
Presidente

MARCOS MARTINS DE SOUZA
Secretário Executivo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM RIBEIRÃO PRETO

### PORTARIA Nº 11, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Estabelece a competência da Salog e dá outras providências.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM RIBEIRÃO PRETO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 308 e o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no item 26.5.1 do art. 2º do mesmo dispositivo e considerando a ausência de definição das competências da Seção de Logística e Gestão (Salog) no referido regimento, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos servidores lotados na Seção de Logística e Gestão (Salog) em Campinas da Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) em Ribeirão Preto, para:

I - executar e controlar todas as atividades relacionadas com programação orçamentária e financeira, organização, gestão de pessoas, capacitação e desenvolvimento, recursos materiais e patrimoniais, licitações, comunicações administrativas, transportes, gestão de documentos, acervo bibliográfico e serviços gerais e auxiliares;

II - executar as atividades de planejamento, avaliação, modernização e de tecnologia e segurança da informação.

Art. 2º Estabelecer a subordinação técnica da Salog ao Serviço de Logística e Gestão (Selog) e ao Serviço de Planejamento e Coordenação (Sepoc), em suas respectivas áreas de competência.

Art. 3º Delegar competência ao chefe da Salog em Campinas, em sua área de atuação, para:

I - celebrar convênios, acordos e ajustes de interesse exclusivo da DRJ/Ribeirão Preto;

II - promover licitações de interesse exclusivo da DRJ/Ribeirão Preto, dispensar ou reconhecer situação de inexigibilidade de licitação e celebrar os respectivos contratos.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados conforme os termos desta Portaria, entre 04/10/2013 e a data da sua publicação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA GERVÁSIO SILVEIRA

### PORTARIA Nº 12, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Estabelece competência da Saaju e dá outras providências.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM RIBEIRÃO PRETO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 308 e o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no item 26.7 do art. 2º do mesmo dispositivo, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos servidores lotados na Seção de Apoio ao Julgamento (Saaju) em Campinas da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto, para:

I - executar as atividades de recepção, triagem, classificação e cadastramento dos processos administrativos fiscais;

II - alimentar os sistemas de controle correspondentes segundo os acórdãos, as resoluções e os despachos proferidos pelas Turmas de Julgamento da DRJ; e

III - movimentar os processos às unidades competentes após o julgamento.

Art. 2º Estabelecer a subordinação técnica da Saaju ao Serviço de Recepção e Triagem de Processos (Seret) e ao Serviço de Informação de Julgamento (Seinj), em suas respectivas áreas de competência.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados conforme os termos desta Portaria, entre 04/10/2013 e a data da sua publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA GERVÁSIO SILVEIRA

## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 62, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

ASSUNTO: Normas de administração Tributária

EMENTA: REPENEC. TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO PROJETO POR INCORPORAÇÃO. HABILITAÇÃO E CO-HABILITAÇÃO. VALIDADE DOS ADEs.

O benefício fiscal do REPENEC pode ser transferido por sucessão, em virtude de incorporação do projeto habilitado, mediante requerimento à Delegacia da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz, desde que observados os limites e as condições fixados na legislação. O Ato Declaratório Executivo (ADE) emitido à pessoa jurídica objeto de incorporação deve ser alterado a fim de fazer constar como beneficiário a sociedade incorporadora. Os ADEs de co-habilitação permanecem válidos, devendo essa informação ser consignada no ADE de transferência do regime por sucessão.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.434, de 2006, IN RFB nº 1.074, de 2010.

ASSUNTO: Normas gerais de direito tributário

EMENTA: REGISTRO DOS ATOS CONSTITUTIVOS. VALIDADE. EFEITO RETROATIVO.

Os efeitos do registro dos atos constitutivos da empresa retroagem à data de assinatura dos atos, observado o prazo de apresentação estabelecido pelo artigo 36 da Lei nº 8.934, de 1994.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 126, III; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 119; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, arts. 227 a 229; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 45; art. 8º da Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR), art. 235, § 1º e Instruções Normativas RFB nºs. 748, de 28 de junho de 2007, e 1.005, de 8 de fevereiro de 2010.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Cancela, de ofício, a inscrição nº 699.733.001-06 no Cadastro de Pessoas Físicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010 e, considerando o que consta do processo administrativo 10120.009901/2009-09, declara:

Art.1º - Cancelada, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 699.733.001-06, em nome de CARLOS ALBERTO DUARTE ABDALLA, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, nos termos do disposto no art. 26 inciso II combinado com o art. 30 inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HIROSHIMI NAKAO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.933.485/0002-33

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Palmas - TO, no uso das atribuições previstas no art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta do processo administrativo 10325.720588/2013-35, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 06.933.485/0002-33, em razão de ter sido constatado vício no ato cadastral, nos termos do disposto no art. 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19/09/2012, data de inscrição do cadastro, de acordo com o disposto no §2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.183/2011.

ALBERTO CARLOS DE JESUS CARNEIRO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA
## SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE-SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA/RR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Boa Vista/RR, no seguinte endereço: Rua Agnelo Bittencourt, 106 - Centro - Boa Vista/RR - CEP 69.301-430.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO EGIDIO ALVES DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

| | | |
|---|---|---|
| 200.510.852-91 | 218.750.814-53 | 382.393.612-34 |
| 201.277.902-68 | 294.642.691-20 | 655.610.582-15 |
| 794.174.931-91 | | |

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

| | | |
|---|---|---|
| 84.021.724/0001-01 | 84.055.573/0001-02 | |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ - MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicado no DOU de 17/05/2012, e considerando o que consta no processo 10325.720342/2014-44, declara:

Art. 1º - INAPTA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ), a inscrição número 03.923.757/0001-45, da empresa L S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME, situada à Rua José Bonifácio, 716, Jardim São Luís, Imperatriz-MA, CEP 65.910-140, por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ, incidindo na situação fática prevista nos arts. 37, inciso II e 39, inciso I da Instrução Normativa 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 2º - INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União, conforme art. 43, §3º, inciso I, alínea b da Instrução Normativa 1.183, de 19 de agosto de 2011.

ANDRÉ LUÍS DE ALBUQUERQUE

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU
## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PETROLINA

### PORTARIA Nº 2, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

A Inspetora-chefe da Receita Federal do Brasil em Petrolina-PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso XII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito, a partir de 27 de agosto de 2012,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a Certidão Negativa n° 000055/2012, com data de emissão de 23 de agosto de 2012, emitida por erro involuntário pela Equipe de Atendimento ao Contribuinte - EAT, da Inspetoria da Receita Federal em Petrolina-PE, em nome da empresa OLEGARIO PERREIRA LACERDA JUNIOR EPP, CNPJ no 07.092.069/0001-31.

Art. 2º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no artigo 1º, para o qual a apresentação da Certidão Negativa, n° 000055/2012 tenha servido de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

DANIELA BARRETO DUARTE

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
## SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Reconhece direito à redução do Imposto sobre a renda.

O CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL - RN, no exercício da Portaria SRRF 4RF nº 222/2012, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos II e VIII, da Portaria DRF/NAT nº 92/2012, com fulcro no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e, considerando o Laudo Constitutivo nº 0084/2013, do Ministério da Integração Nacional, e tudo o mais que consta do Processo nº 10469-727.957/2013-86, resolve:

Art.1º Reconhecer à pessoa jurídica CORAL PLAZA ADMINISTRADORA HOTELEIRA LTDA, CNPJ nº 09.250.133/0001-50, o direito ao benefício da redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, com vigência no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO MOREIRA DE ALMEIDA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

### PORTARIA Nº 21, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA/BA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, com fundamento no disposto na Portaria nº 122, de 28 de março de 2011, publicada no DOU de 6 de abril de 2011, e considerando a existência de problemas operacionais nas instalações da Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha-BA, resolve:

Art. 1º Transferir, no período de 27 de fevereiro a 7 de março de 2014, o atendimento aos contribuintes dos municípios de Euclides da Cunha, Cansanção, Canudos, Monte Santo e Quijingue, todos circunscricionados pela Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha-BA, para a Agência da Receita Federal do Brasil em Ribeira do Pombal-BA, localizada na Av. Oliveira Brito, nº 304, Centro, Ribeira do Pombal-BA, e para a Agência da Receita Federal do Brasil em Serrinha, localizada na Rua 2 de Julho, nº 157, Centro, Serrinha-BA, abertas ao público no horário de 8h às 12h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede Registro Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituido pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013 e o constante do processo administrativo nº 15504.721575/2014-70, resolve:

Art. 1º Habilitar no Registro Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S/A.- CEMIGTELECOM, CNPJ nº 02.983.428/0001-27, vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 24, de 04/12/2013, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 05/12/2013, seção 1, página 285.

Art. 2º A suspensão de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, alcança as operações realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede Registro Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituido pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013 e o constante do processo administrativo nº 15504.721576/2014-14, resolve:

Art. 1º Habilitar no Registro Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S/A.- CEMIGTELECOM, CNPJ nº 02.983.428/0001-27, vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 25, de 04/12/2013, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 05/12/2013, seção 1, página 285.

Art. 2º A suspensão de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, alcança as operações realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas - IPI para a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, o disposto na Instrução Normativa SRF nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10670.720511/2012-54, resolve declarar:

Art. 1º - INSCRITA no Registro Especial sob o nº 06108/00208/2012 a empresa GAIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.838.586/0001-07, estabelecida na ESTRADA JANUÁRIA/BREJO DO AMPARO, 5090 - FAZENDA SANTO ANTÔNIO, ZONA RURAL, JANUÁRIA/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora do produto da Marca TAVARES, código da TIPI 2208.40.00-3, marca comercial que será vendida em recipientes de 300 ml e 670 ml, a Marca ARRUMADA código da TIPI 2208.40.00-3, marca comercial que será vendida em recipiente de 600 ml e a Marca TOADA, código TIPI 2208.40.00-3, marca comercial que será vendida em recipiente de 600 ml.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

### PORTARIA Nº 138, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera a Portaria SRRF07 nº 13, de 8/1/2014, publicada no D.O.U. em 10/1/2014, e a Portaria SRRF07 nº 38, de 17/1/2014, publicada no D.O.U. em 20/1/2014.

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7º REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 209, e o inciso VI e o § 1º do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 377 e 462 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro - RA) e no art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º A Portaria SRRF07 nº 13, de 9 de janeiro de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 10-A:

"Art. 10-A A análise dos requerimentos e a concessão da habilitação de pessoa jurídica ao regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), disciplinado na IN RFB nº 1.415/2013, serão realizadas pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (IRF/RJO) quando o estabelecimento matriz da operadora estiver situado no Estado do Rio de Janeiro ou no Estado do Espírito Santo (Portaria Coana nº 3, de 3 de fevereiro de 2014, art. 4º)."

Art. 2º Os arts. 4º, 5º e 8º da Portaria SRRF07 nº 38, de 17 de janeiro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

I - cópia do despacho decisório de aprovação provisória ou definitiva do sistema próprio de controle informatizado, nos termos do § 3º do art. 8º, relativo à operadora a ser habilitada (IN RFB 1.415/2013, art. 6º, I);

....." (NR)

"Art. 5º .....

I - cópia do despacho decisório de aprovação provisória ou definitiva do sistema próprio de controle informatizado, nos termos do § 3º do art. 8º, relativo à pessoa jurídica a ser habilitada (IN RFB 1.415/2013, art. 6º, I);

....." (NR)

"Art. 8º A pessoa jurídica a ser habilitada ao Repetro deverá apresentar pedido de validação do sistema próprio de controle informatizado à Divisão de Administração Aduaneira da Superintendência Regional da Receita Federal da 7ª Região Fiscal (SRRF07/Diana) (IN RFB 1.415/13, art. 7º; ADE Coana/Cotec nº 119, de 5 de setembro de 2000).

.....

§ 2º O pedido de que trata o caput deverá ser instruído com:

I - requerimento de abertura de processo administrativo digital contendo o número do dossiê digital de habilitação, o endereço de acesso do sistema informatizado e dez conjuntos compostos de login e senha para uso da RFB (IN RFB 1.415/2013, art. 7º, §§ 1º e 2º);

II - documentos que comprovem o atendimento aos requisitos estabelecidos no Ato Conjunto a que se refere o § 2º do art. 7º da IN RFB 1.415/2013;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, os documentos que atestem o mandato de seus administradores; e

IV - documentos que comprovem os poderes do signatário para assinar em nome da pessoa jurídica requerente.

§ 3º Caso o sistema informatizado seja validado pelas Divisões mencionadas no § 1º, a SRRF07/Diana lavrará despacho decisório de aprovação definitiva (IN RFB 1.415/2013, art. 7º; ADE Coana/Cotec 119/00).

.....

§ 5º O pedido de que trata o caput será formalizado em processo administrativo digital e não será apensado a dossiê digital de habilitação.

§ 6º A existência de ADE de habilitação ao Repetro nos termos da IN RFB nº 844/2008, não supre a necessidade de apresentação do despacho decisório de aprovação provisória ou definitiva para instrução de pedido de habilitação nos termos desta Portaria.

§ 7º Até 30/6/2014, a SRRF07/Diana lavrará despacho decisório de aprovação provisória desde que a pessoa jurídica a ser habilitada atenda ao disposto no caput e no § 2º.

§ 8º O despacho decisório de que trata o § 7º permanecerá vigente enquanto o sistema informatizado estiver em fase de análise de validação pelas SRRF07/Ditec e SRRF07/Diana.

§ 9º As Divisões mencionadas no § 1º poderão realizar a validação de sistema informatizado de pessoa jurídica jurisdicionada por outra região fiscal, desde que a matriz da operadora requerente esteja situada na 7ª Região Fiscal." (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 13 da Portaria SRRF07 nº 38/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA POLO PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede Registro Especial a importador de bebidas alcoólicas, nos termos da IN RFB nº 1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, bem como o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Concedido Regime Especial, na atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013, sob o nº 07201/0471, ao estabelecimento da empresa SERTRADING (BR) LTDA, CNPJ: 04.626.426/0001-06, estabelecida na Avenida Nossa Senhora da Penha, 1495, Torre A, sala 804, Bairro Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29.056-245, de acordo com os autos do processo de nº 11543.720436/2013-21.

Art. 2ºO Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida Instrução Normativa, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, decide:

Art.1º - DECLARAR NULA a inscrição nº 33.107.640/0002-35 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da filial da sociedade ADMINISTRADORA CONTÁBIL TIJUCA LTDA. - ME, em virtude de ter sido constatado vício no ato cadastral, conforme o artigo 33 - inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.183. As devidas apurações constam do Processo Administrativo nº 12448.723321/2012-58.

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data de abertura da inscrição 18/08/1966.

MÔNICA PAES BARRETO

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720174/2014-96, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada FINARGE APOIO MARÍTIMO LTDA., CNPJ nº 10.383.827/0001-85, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Ficam revogados os ADEs, concernentes à pessoa jurídica contratada, já citada, promulgados sob a égide da IN RFB nº 844/2008.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720152/2014-26, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada ASSO MARÍTIMA NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 06.306.660/0001-81, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Ficam revogados os ADEs, concernentes à pessoa jurídica contratada, já citada, promulgados sob a égide da IN RFB nº 844/2008.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224, 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF 203, de 14/05/2012, publicada no DOU em 17/05/2012, bem como o artigo 810, parágrafo 3º do Decreto 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

1. Canceladas, no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

| REGISTRO | NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| 8A.13.190 | ANDERSON FERREIRA DA SILVA | 305.750.718-26 | 10831.720513/2012-53 |
| 8A.13.592 | FERNANDO PAULO DE BRITO | 335.991.378-70 | 10831.720604/2012-99 |
| 8A.13.260 | JOÃO BOSCO ALVES DE SOUZA | 025.082.468-08 | 10831.720606/2012-88 |
| 8A.14.231 | THIAGO YURI SILVA FRIAÇA PEREIRA | 367.182.438-76 | 15924.720670/2011-62 |

2. Incluídas, no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no artigo 810 do Regulamento Aduaneiro - Decreto 6.759/2009, com a redação dada pelo Decreto 7.213/2010, as seguintes inscrições:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANDERSON FERREIRA DA SILVA | 305.750.718-26 | 10831.720513/2012-53 |
| FERNANDO PAULO DE BRITO | 335.991.378-70 | 10831.720604/2012-99 |
| JOÃO BOSCO ALVES DE SOUZA | 025.082.468-08 | 10831.720606/2012-88 |
| THIAGO YURI SILVA FRIAÇA PEREIRA | 367.182.438-76 | 15924.720670/2011-62 |

3. Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, com fundamento no artigo 810 do Regulamento Aduaneiro - Decreto 6.759/2009, com a redação dada pelo Decreto 7.213/2010, as seguintes inscrições:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| DANIELE REGINA DO NASCIMENTO ANDRADE | 340.069.118-66 | 10831.720575/2012-65 |
| EDSON LUIZ LEITE | 273.374.908-01 | 10831.720431/2012-17 |
| PAULO FERNANDO REINHOLZ DE SAMPAIO VIANNA | 218.688.008-30 | 15924.720534/2011-72 |
| VICTOR MARDIROSSIAN DA SILVA | 230.893.768-81 | 10831.720810/2012-07 |

4. Canceladas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a pedido dos interessados, as seguintes inscrições:

| REGISTRO | NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| 8A.13.202 | FELIPE FRANCESCHI MAGALHÃES | 221.479.708-40 | 10831.720632/2012-14 |
| 8A.12.281 | RAFAEL VITALLI CONSOLO COSSI | 221.544.598-03 | 10831.720633/2012-51 |

5. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

ANTONIO ANDRADE LEAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara o cancelamento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando o disposto nos artigos 5º e 30, I e III, da IN RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º. Declarar CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 262.726.408-70, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição ao mesmo contribuinte.

Processo: 10880.012006/2002-95

Contribuinte: GIANLUIGI SIMONCELLI

CPF: 262.726.408-70

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara cancelada a inscrição no CPF que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Cancelada, de ofício, a inscrição no CPF nº 059.697.161-38, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13116.720186/2013-94, em observância ao disposto nos artigos 30, inciso I, e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2014.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

| CNPJ | MARCA COMERCIAL | CAPACIDADE (mililitros) | CÓDIGO TIPI | ENQUADRAMENTO (letra) |
|---|---|---|---|---|
| 62.423.439/0001-84 | ANFYBIO | De 671ml até 1000ml | 2206.00.90 Ex 01 | I |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVORS MELON | De 671ml até 1000ml | 2206.00.90 Ex 01 | I |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVORS APPLE | De 671ml até 1000ml | 2206.00.90 Ex 01 | I |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVORS RED FRUIT | De 671ml até 1000ml | 2206.00.90 Ex 01 | I |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVORS LEMON | De 671ml até 1000ml | 2206.00.90 Ex 01 | I |
| 62.423.439/0001-84 | BARBA NEGRA LEMON (BATIDAS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | BARBA NEGRA RED FRUIT (BATIDAS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | BARBA NEGRA APPLE (BATIDAS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | BARBA NEGRA MELON (BATIDAS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVOR MELON (CAIPIROSKA) (APERITIVOS E AMARGOS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVOR LEMON (CAIPIROSKA) (APERITIVOS E AMARGOS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVOR MARACUJÁ (CAIPIROSKA) (APERITIVOS E AMARGOS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |
| 62.423.439/0001-84 | X FLAVOR RED FRUIT (CAIPIROSKA) (APERITIVOS E AMARGOS) | De 671ml até 1000ml | 2208.90.00 | K |

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE JANEIRO DE 2014

Concede Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013 e o constante do processo administrativo nº 13811725.129/2013-54, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação o Regime Especial de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013.

Nome empresarial: CARGILL AGRÍCOLA S/A.

Nº Inscrição no CNPJ: 60.498.706/0001-57

Art. 2º Vincular o presente ADE ao Certificado de Registro nº 45/2013, emitido pela Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Inscreve o contribuinte no registro especial de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 8 de 10 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2014, e considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de bebidas alcoólicas sob o número 08190/162, na atividade de importador, o estabelecimento da empresa SERTRADING (BR) LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 04.626.426/0003-78, localizado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1830, Torre I, 12º And. Sala 2, Itaim Bibi - São Paulo/SP, de acordo com o dossiê de atendimento 10090.000129/0214-31.

Art. 2º O presente Ato Declaratórios Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Ampliação de alfandegamento de recinto.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª. REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo nº 10909.003224/2010-83, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 19, de 17 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alfandegadas, a título permanente, com tipo de fiscalização aduaneira exercida ininterruptamente, as instalações do Terminal de Uso Privado, situadas na Rua José Luiz Marcelino, nº 1.400, Itajaí (SC), com área total de 65.445,22 m2, administradas pela empresa POLY TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.341.742/0001-34." (NR)

Art. 2º Permanecem inalteradas e eficazes as demais disposições do referido Ato Declaratório.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Cancelamento de Certidão Conjunta Negativa de Débitos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 9AC6.0436.BF97.65D1, emitida indevidamente em 06/02/2014, e as certidões emitidas pela Internet de números 3E14.4B8B.DB65.5EAF em 17/02/2014, 0E99.9747.E127.FE87 em 17/02/2014 e FD98.F9C6.6685.676B em 24/02/2014, todas em favor da contribuinte GP GUARDA PATRIMONIAL DE SANTA CATARINA LTDA, CNPJ nº 08.938.496/0001-50, conforme constatado no processo nº 11516.720527/2014-74.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara a nulidade de ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica que menciona, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO (RS), no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 33, inciso I e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e de acordo, ainda, com o que ficou apurado no processo administrativo nº 13063.720428/2013-11, declara:

Art. 1º Anulado, de ofício, o ato de concessão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - da pessoa jurídica CÍRCULO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL RAUL OLIVIERA, CNPJ nº 19.193.011/0001-63, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica.

Art. 2º A anulação constante do artigo anterior implica no cancelamento da inscrição no CNPJ, da pessoa jurídica que menciona.

Art. 3º Os efeitos do presente Ato Declaratório Executivo retroagem a data de inscrição junto ao CNPJ da pessoa jurídica envolvida, o que ocorreu em 07/10/2013.

LAURI ANTONIO WILCHEN

# SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
## SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

### PORTARIA Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no incisos I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet, por meio do endereço https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/contabilidade-publica/principais-publicacoes/relatorios/603, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de janeiro de 2014, e outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

## SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

### PORTARIA Nº 104, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 27.02.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h15 às 11h45;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h15, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 28.02.2014;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - data da liquidação financeira: 28.02.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

| Título | Código Selic | Data do vencimento | Prazo (dias) | Quantidade | VN na data-base (R$) | Adquirente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| LTN | 100000 | 01.04.2015 | 397 | 1.500.000 | 1,000,000000 | Público |
| LTN | 100000 | 01.04.2016 | 763 | 2.500.000 | 1,000,000000 | Público |
| LTN | 100000 | 01.01.2018 | 1.403 | 3.000.000 | 1,000,000000 | Público |

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 27.02.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 28.02.2014;

V - características da emissão:

| Título | Código Selic | Data do vencimento | Prazo (dias) | Quantidade | VN na data-base (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| LTN | 100000 | 01.04.2015 | 397 | 300.000 | 1.000,000000 |
| LTN | 100000 | 01.04.2016 | 763 | 500.000 | 1.000,000000 |
| LTN | 100000 | 01.01.2018 | 1.403 | 600.000 | 1.000,000000 |

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OF-DEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

### PORTARIA Nº 103, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, no art. 6º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de março de 2014.

R$ 1,00

| ESTADOS | R.L.R. MÉDIA MENSAL |
|---|---|
| ACRE | 268.713.644,40 |
| ALAGOAS | 409.621.680,33 |
| AMAPÁ | 229.448.342,92 |
| AMAZONAS | 805.408.900,82 |
| BAHIA | 1.724.308.709,63 |
| CEARÁ | 1.008.460.774,00 |
| DISTRITO FEDERAL | 1.094.784.145,55 |
| ESPÍRITO SANTO | 809.311.662,48 |
| GOIÁS | 989.771.314,51 |
| MARANHÃO | 730.727.288,49 |
| MATO GROSSO | 672.333.481,21 |
| MATO GROSSO DO SUL | 501.878.354,87 |
| MINAS GERAIS | 3.005.201.253,03 |
| PARÁ | 1.044.650.091,21 |
| PARAÍBA | 518.566.847,52 |
| PARANÁ | 1.867.154.485,83 |
| PERNAMBUCO | 1.147.301.644,45 |
| PIAUÍ | 509.048.079,17 |
| RIO DE JANEIRO | 3.553.781.372,56 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 550.688.016,53 |
| RIO GRANDE DO SUL | 1.780.501.236,94 |
| RONDÔNIA | 356.099.477,19 |
| RORAIMA | 172.118.871,24 |
| SANTA CATARINA | 1.197.392.138,83 |
| SÃO PAULO | 8.631.152.746,11 |
| SERGIPE | 424.173.105,09 |
| TOCANTINS | 394.415.420,00 |

| MUNICÍPIOS | R.L.R. MÉDIA MENSAL |
|---|---|
| Apucarana/PR | FALTAM DADOS |
| Bacabal/MA | FALTAM DADOS |
| Bauru/SP | FALTAM DADOS |
| Blumenau/SC | 41.898.828,68 |
| Campina Grande/PB | 24.588.393,31 |
| Coelho Neto/MA | FALTAM DADOS |
| Cristalina/GO | FALTAM DADOS |
| Diadema/SP | 56.055.860,69 |
| Guarapuava/PR | FALTAM DADOS |
| Juazeiro/BA | FALTAM DADOS |
| Maringá/PR | 52.684.849,63 |
| Porto Seguro/BA | FALTAM DADOS |
| Rio de Janeiro/RJ | 1.166.123.574,03 |
| São Carlos/SP | FALTAM DADOS |
| São Paulo/SP | 2.494.060.233,22 |
| Umuarama/PR | FALTAM DADOS |
| Valinhos/SP | 22.974.373,43 |

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo Estadual de Combate a Pobreza para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de esclarecimentos formulado por intermédio das Petições nº 53.262/2012 e nº 3.959/2014 da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º As retificações dos valores da Receita Liquida Real das unidades da Federação, tendo em vista alterações nas apurações.

R$ 1,00

| PARANÁ | | | |
|---|---|---|---|
| MÊS DE PAGAMENTO | PORTARIA ANTERIOR Nº | R.L.R. MÉDIA MENSAL | |
| | | DIVULGAÇÃO ANTERIOR | VALOR ATUAL |
| abr/13 | 294 de 29/05/13 | 1.628.867.003,21 | 1.624.523.794,46 |
| mai/13 | 294 de 29/05/13 | 1.646.335.345,17 | 1.637.940.194,43 |
| jun/13 | 294 de 29/05/13 | 1.673.228.174,24 | 1.660.847.359,45 |
| jul/13 | 370 de 27/06/13 | 1.700.025.033,48 | 1.666.793.989,13 |
| ago/13 | 433 de 30/07/13 | 1.710.812.345,47 | 1.677.581.301,12 |
| set/13 | 490 de 29/08/13 | 1.705.761.348,83 | 1.704.973.347,48 |
| out/13 | 549 de 27/09/13 | 1.710.539.400,20 | 1.709.485.362,02 |
| nov/13 | 599 de 30/10/13 | 1.728.102.450,80 | 1.727.048.412,62 |
| dez/13 | 659 de 28/11/13 | 1.748.956.962,70 | 1.747.638.946,84 |
| jan/14 | 700 de 30/12/13 | 1.771.720.638,02 | 1.770.402.622,16 |
| fev/14 | 51 de 30/01/14 | 1.807.623.628,44 | 1.806.305.612,58 |

R$ 1,00

| SANTA CATARINA | | | |
|---|---|---|---|
| MÊS DE PAGAMENTO | PORTARIA ANTERIOR Nº | R.L.R. MÉDIA MENSAL | |
| | | DIVULGAÇÃO ANTERIOR | VALOR ATUAL |
| abr/13 | 163 de 28/03/13 | 1.019.835.894,28 | 1.027.592.650,19 |
| mai/13 | 233 de 29/04/13 | 1.026.599.697,06 | 1.039.461.274,29 |
| jun/13 | 294 de 29/05/13 | 1.024.779.004,25 | 1.044.752.756,39 |
| jul/13 | 370 de 27/06/13 | 1.029.666.029,27 | 1.056.709.466,78 |
| ago/13 | 433 de 30/07/13 | 1.040.423.662,76 | 1.074.911.647,34 |
| set/13 | 490 de 29/08/13 | 1.042.184.930,35 | 1.082.565.747,15 |
| out/13 | 549 de 27/09/13 | 1.048.434.423,72 | 1.097.350.603,26 |
| nov/13 | 599 de 30/10/13 | 1.056.911.765,88 | 1.113.290.741,65 |
| dez/13 | 659 de 28/11/13 | 1.061.635.518,91 | 1.126.140.612,56 |
| jan/14 | 700 de 30/12/13 | 1.068.603.412,72 | 1.141.958.699,19 |
| fev/14 | 51 de 30/01/14 | 1.090.674.362,55 | 1.171.157.472,23 |

R$ 1,00

| Diadema/SP | | | |
|---|---|---|---|
| MÊS DE PAGAMENTO | PORTARIA ANTERIOR Nº | R.L.R. MÉDIA MENSAL | |
| | | DIVULGAÇÃO ANTERIOR | VALOR ATUAL |
| fev/14 | 51 de 30/01/14 | 0,00 | 62.612.387,14 |

R$ 1,00

| Maringá/PR | | | |
|---|---|---|---|
| MÊS DE PAGAMENTO | PORTARIA ANTERIOR Nº | R.L.R. MÉDIA MENSAL | |
| | | DIVULGAÇÃO ANTERIOR | VALOR ATUAL |
| jan/14 | 700 de 30/12/13 | 0,00 | 51.947.642,01 |
| fev/14 | 51 de 30/01/14 | 0,00 | 52.398.104,57 |

Art. 4º Os valores da Receita Líquida Real recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação.

R$ 1,00

| ESTADOS | R.L.R. MÉDIA MENSAL |
|---|---|
| BAHIA | 1.685.752.441,91 |
| GOIÁS | 963.480.681,19 |
| MATO GROSSO DO SUL | 497.477.547,64 |
| RIO DE JANEIRO | 3.322.175.272,09 |

Art. 5º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de março de 2014.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério da Integração Nacional

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 68, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil Governo do Estado do Acre

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Governo do Estado do Acre, no valor de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000654/2011-51.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

### PORTARIA Nº 69, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Acre.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 7.093, de 26 de fevereiro de 2014, do Estado do Acre,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000193/2014-60, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência, por procedimento sumário, nas áreas do Estado do Acre afetadas por inundações - COBRADE: 1.2.1.0.0.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

### PORTARIA Nº 24, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Estabelece critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 17, do Anexo I do Decreto n.º 7.471, de 04 de maio de 2011, considerando o disposto no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, estabelecida no art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º No âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, de que trata o art. 76-A da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será paga exclusivamente ao servidor público federal em função do desempenho eventual das atividades de:

I - instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento de servidores, regularmente instituído no âmbito da SUDECO;

II - banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - logística de preparação e de realização de curso ou concurso público, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes; e

IV - aplicação, fiscalização ou avaliação de provas de concurso público ou supervisão dessas atividades.

§ 1º Compreendem as atividades de que trata o inciso I, ministrar aulas, realizar atividades de coordenação pedagógica e técnica não enquadráveis nos incisos II, III e IV, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em outros eventos de capacitação, presenciais ou à distância.

§ 2º Define-se para fins do parágrafo anterior:

I - elaboração de material didático para cursos presenciais - compreende a elaboração de textos didáticos, apostilas, exercícios, avaliação de aprendizagem e outros recursos educacionais utilizados em eventos de capacitação;

II - elaboração de material didático para cursos à distância - compreende a elaboração de textos, exercícios e avaliação de aprendizagem, por servidores conteudistas, para serem utilizados no desenvolvimento de ações educativas; e

III - elaboração de material multimídia - consiste na elaboração de material de apoio didático que envolva no mínimo um tipo de mídia estática (texto, fotografia, gráfico) e um tipo de mídia dinâmica (vídeo, áudio, animação), para utilização no desenvolvimento de ações educativas, com o objetivo de ampliar o acesso e a manipulação das informações e de facilitar o processo de aprendizagem. Neste item se enquadra a confecção de tele aula, vídeo educativo, texto, imagem, áudio e animação para inserção no e-learning e apresentação em flash.

§ 3º Não será devida a GECC pela realização de treinamento considerado como atividade normal de serviço da unidade do servidor ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais.

§ 4º Para fins do disposto no parágrafo anterior, entende-se como:

I - treinamentos considerados como atividade normal de serviço da unidade do servidor, aprendizagem direcionada à execução de tarefas estritamente práticas no uso de ferramentas de trabalho e rotinas estabelecidas, realizada em ambiente de serviço, objetivando atender necessidades imediatas em curto prazo, sendo destinado ao público participante que atua em área similar a do servidor responsável pela capacitação;

II - eventos de disseminação de conteúdo relativos às competências das unidades organizacionais, reuniões técnicas, teleconferências, videoconferências, eventos de educação de caráter informativo, nos quais o objeto da informação repassada está ligado ao cargo exercido pelo servidor ou área a qual está representando, tendo por objetivo apenas o repasse de informações e atualização dos demais participantes no tocante às políticas, projetos, ações desenvolvidas, papel da área e outros temas correlatos à competência da Unidade Organizacional.

§ 5º Para fins de desempenho das atividades de que tratam os incisos I e II do caput, o servidor deverá possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a qual se propuser a atuar como instrutor.

Art. 2º As atividades de curso ou concurso desenvolvidas por servidores do Quadro de Pessoal desta Autarquia deverão ser realizadas, preferencialmente, fora do horário normal de expediente de trabalho.

§ 1º Se a atividade for realizada pelo instrutor durante o seu horário normal de expediente, este deverá:

I - encaminhar à Diretoria de Administração - DA o Formulário de Solicitação de Servidor para Desempenho de Atividades Eventuais Previstas no Art. 76-A da Lei nº 8.112/90, constante no Anexo I, e um mapa de compensação de horas, atestados pela chefia imediata, para que a DA solicite a liberação do servidor ao dirigente máximo do órgão de exercício ou a quem o dirigente delegar.

II - proceder à devida compensação de horas, no prazo de até um ano, sob pena de desconto das horas de trabalho correspondentes.

Art. 3º A seleção dos servidores interessados em desempenhar as atividades descritas no art. 1º desta Portaria observará os seguintes critérios:

I - competências profissionais requeridas;

II - formação acadêmica;

III - especialização ou experiência profissional compatíveis;

IV - complexidade da atividade a ser realizada; e

V - disponibilidade de horário.

Art. 4º No desenvolvimento das ações de capacitação caberá ao servidor que atuar como:

I - instrutor em ações presenciais: apresentar programa do curso, especificando conteúdo programático, objetivo do curso, total de horas-aula, número máximo de participantes sugerido e metodologia de ensino; elaborar material didático-pedagógico, se necessário; informar quais recursos instrucionais; ministrar aulas; preparar, aplicar e corrigir avaliação de aprendizagem;

II - conteudista: apresentar programa do curso, indicando forma de organização e estruturação do material; informar quais são os instrumentos de avaliação de aprendizagem, o total de horas-aula sugerido e as referências bibliográficas; desenvolver, redigir e produzir o conteúdo do curso no formato estipulado, observando a compatibilidade e as possibilidades tecnológicas do ambiente e elaborar testes e avaliações;

III - coordenador: analisar os programas dos cursos apresentados (conteúdo, metodologia, total de horas-aula), promovendo as modificações que julgar necessárias; estabelecer o número máximo de participantes; aprovar os critérios de avaliação a serem utilizados; orientar instrutores, conteudistas e tutores, objetivando padronizar os métodos de ensino/aprendizagem e manter contato com os participantes, a fim de avaliar o andamento do evento, garantindo a qualidade das ações de capacitação;

IV - tutor em ações de educação à distância: orientar, acompanhar, estimular e supervisionar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a interação dos participantes, quando necessário; esclarecer as dúvidas dos alunos; aplicar e corrigir testes e avaliações e apresentar relatório de participação do evento.

§ 1º Após a realização de cada atividade de capacitação, o instrutor, o conteudista e o tutor serão avaliados pelos participantes, sendo o resultado arquivado em sua pasta funcional e, se obtiver desempenho insuficiente, será excluído, pelo prazo de dois anos, do cadastro de instrutores.

§ 2º O instrutor poderá ser substituído a qualquer tempo por desempenho insuficiente, ficando assegurado o pagamento das horas/aula ministradas até o momento da substituição.

§ 3º O instrutor que injustificadamente não comparecer para desenvolver a atividade de capacitação será excluído, pelo prazo de dois anos, do cadastro de instrutores.

§ 4º Não pode exercer a atividade de instrutor o servidor que estiver usufruindo as licenças dos incisos I ao VII do art. 81, bem como as dos arts. 83, 84, 85, 87, 91, e os afastamentos dos arts. 96 e 96-A da Lei nº 8.112 de 1990, ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 5º Cabe à Diretoria de Administração - DA:

I - A seleção dos servidores que executarão as atividades dos eventos especificados nos incisos de I a IV do art. 1º;

II - analisar o conteúdo programático das ações de capacitação, verificando a sua correlação com os interesses institucionais;

III - supervisionar a realização das atividades de capacitação;

IV - atestar o total de horas-aulas ministradas pelo instrutor e encaminhar o processo à unidade competente para fins de pagamento;

V - organizar cadastro de servidores interessados em ministrar curso ou desenvolver outras ações de capacitação com informações relativas à formação, qualificação, docência, experiência profissional, entre outras, devendo selecionar o servidor que melhor atenda à consecução dos objetivos pretendidos por ocasião da realização de atividades de treinamento, observando os critérios descritos no art. 3º desta Portaria.

VI- controlar o número de horas-aulas ministradas pelo servidor, observando o limite máximo de cento e vinte horas de trabalho anuais, previsto no caput do art. 6º do Decreto nº 6.114/2007, ressalvada situação de excepcionalidade devidamente justificada e previamente aprovada pelo Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais.

Art.6º No prazo de 30 (trinta) dias após a realização das atividades, o servidor deverá apresentar os seguintes documentos à Diretoria de Administração - DA:

I - Declaração de Execução de Atividades, constante no Anexo II;

II - pauta de frequência; e

III - mapa de compensação das horas referentes às atividades ministradas, atestado pelo chefe imediato do servidor, no caso de curso realizado no horário de trabalho.

§ 1º Até que seja implantado o sistema de controle das horas trabalhadas, o servidor deverá preencher a Declaração descrita no inciso I deste artigo, exigida na forma do § 2º, do art. 6º do Decreto nº 6.114/2007.

§ 2º Caberá à chefia imediata o controle da compensação da carga horária do servidor.

§ 3° A Diretoria de Administração arquivará a documentação prevista nos incisos I a III do caput, nos assentamentos funcionais do servidor favorecido com o pagamento e, quando se tratar de servidor cedido ou requisitado, encaminhará cópia ao órgão ou entidade de origem.

Art. 7º A atuação de servidor de outro órgão ou entidade pública federal nas atividades descritas nos incisos I e II do Art. 1º, desde que não esteja cedido à SUDECO, estará condicionada à anuência de seu órgão de origem, solicitada mediante ofício de autoria do Diretor Adjunto de Administração desta Autarquia.

Art. 8º É de responsabilidade da Diretoria de Administração verificar se o servidor candidato a instrutor tem a qualificação adequada, proceder ao enquadramento nos percentuais de que trata esta Portaria, e efetivar o cálculo do valor da GECC, ainda que o curso tenha sido ministrado em outro órgão diverso da sua lotação.

§ 1º Para atender ao disposto no caput, a unidade responsável pela ação educacional repassará as informações relativas à atuação do servidor à Diretoria de Administração.

§ 2º No caso de servidor público de outro órgão ou entidade, a comprovação da formação acadêmica dar-se-á mediante a apresentação à Diretoria de Administração, de diploma ou de certificado de conclusão do curso ou registro no conselho profissional.

Art. 9º A Gratificação será paga ao servidor por hora trabalhada, conforme limites estabelecidos no Anexo III desta Portaria, e de acordo com o estabelecido no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

§ 1º O valor a ser pago será definido levando-se em consideração a natureza e a complexidade da atividade, a formação acadêmica e a comprovada experiência na atividade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Os Valores dispostos no Anexo III poderão ser revistos, desde que o valor máximo da hora trabalhada não seja superior a 2,2% (dois vírgula dois por cento), em se tratando das atividades descritas nos incisos I e II do art. 1º desta Portaria, e 1,2% (um vírgula dois por cento), em se tratando daquelas descritas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo, incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal.

§ 3º O processo administrativo para o pagamento da GECC será instruído com:

I - memorando da Diretoria de Administração solicitando a liberação do servidor ao dirigente da unidade de exercício ou à chefia imediata;

II - termo de aceitação do servidor que realizará a instrutoria;

III - declaração da execução da atividade realizada, constante no Anexo II, com indicação do local e da carga horária;

IV - pauta de frequência;

V - mapa de compensação das horas referentes às atividades ministradas, atestado pelo chefe imediato do servidor, no caso de curso realizado no horário de trabalho; e

VI - despacho de autoria da unidade responsável pela ação de capacitação da Diretoria de Administração, encaminhando o processo para pagamento.

Art. 10 O pagamento da GECC deverá ser efetuado por meio do sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal.

§1º Na impossibilidade de processamento do pagamento da GECC na forma estabelecida no caput, será admitido o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

§ 2º A gratificação não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e de pensão.

Art. 11 A Tabela de Valores da GECC de que trata o inciso I do art. 7º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, e o correspondente Quadro de Especificações ficam estabelecidos por esta Portaria, na forma prevista nos Anexos III e IV, respectivamente.

§ 1º O Quadro de Especificações representa as atividades a serem executadas e os pré-requisitos exigidos ao servidor selecionado.

§ 2º A seleção dos servidores que executarão as atividades de cada evento deverá ser realizada de acordo com o Quadro de Especificações conforme determina o inciso I do art. 7º do Decreto nº 6.114/ 2007.

§ 3º Para comprovar a formação acadêmica o servidor deverá apresentar diploma, ou certificado de conclusão de curso ou registro no conselho profissional.

§ 4º Para comprovar a experiência profissional o servidor deverá apresentar um dos seguintes documentos:

I - declaração expedida pela chefia imediata ou responsável pela área de conhecimento do objeto da ação, acerca da experiência profissional, conforme Anexo VI, ou;

II - certificado ou documento equivalente acerca da atuação como instrutor na modalidade presencial ou à distância em matéria correlata a do evento, com carga horária de no mínimo vinte e quatro horas, expedido pelo órgão ou instituição onde atuou.

Art. 12 Os servidores lotados em unidades organizacionais que tenham como atribuição o desenvolvimento de atividades de logística de preparação e de realização de curso ou concurso não farão jus ao recebimento da GECC pelo exercício dessa atividade.

Art. 13 O mapa de compensação de horas deverá ser acompanhado pela Diretoria de Administração por meio da Folha de Ponto dos servidores.

Art. 14 Os casos omissos e as situações consideradas especiais serão examinados e resolvidos pela Diretoria de Administração, norteados pelo art. 76-A da Lei nº 8.112/90 e pelo Decreto nº 6.114/07.

Art. 15 A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito desta Autarquia, será paga exclusivamente a servidor público federal regido pela Lei n.º 8.112/1990, e segundo as disposições previstas nesta Portaria.

Art. 16 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER ÁVILA FERREIRA
Substituto

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES EVENTUAIS PREVISTAS NO ART. 76-A DA LEI Nº 8.112/90

Considerando o disposto na Portaria nº _____, de ____/____/2014, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, eu (nome)_____, Matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de _____, lotado no(a) (órgão/entidade/unidade)_____solicito a liberação para desempenhar a(s) atividade(s) a seguir especificadas:

| Atividade | Período | Horário | Local | Carga horária |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Em de _____ de _____

_____
Assinatura do servidor

_____
Assinatura e Carimbo da Chefia Imediata do Servidor

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu (nome)_____, Matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc.) do Quadro de Pessoal do(a) (órgão/entidade/unidade)_____, em exercício no (a) _____ (órgão/entidade/unidade), declaro ter participado, no período de _____, das seguintes atividades previstas no art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007:

| Atividade | Instituição | Horário | Local | Horas trabalhadas |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| | | | | |

TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO:

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

_____,_____de_____de_____

_____
Assinatura do servidor

ANEXO III
(Com base no Decreto nº 6.114)

TABELAS DE PERCENTUAIS MÁXIMOS DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO POR HORA TRABALHADA, INCIDENTES SOBRE O MAIOR VENCIMENTO BÁSICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

R$ 12.698,11 (Portaria MP nº 52, de 13 de fevereiro de 2013)

a) Instrutoria em curso de formação, ou instrutoria em cursos de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.

| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
|---|---|
| Instrutoria em curso de formação de carreiras | Até 2,20 |
| Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento | Até 2,20 |
| Instrutoria em curso de treinamento | Até 1,45 |
| Tutoria em curso a distância | Até 1,45 |
| Instrutoria em curso gerencial | Até 2,20 |
| Instrutoria em curso de pós-graduação | Até 2,20 |
| Instrutoria em curso de educação de jovens e adultos | Até 0,75 |
| Coordenação técnica e pedagógica | Até 1,45 |
| Elaboração de material didático | Até 1,45 |
| Elaboração de material multimídia para curso a distância | Até 2,20 |
| Atividade de conferencista e de palestrante em evento de capacitação | Até 2,20 |

b) Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.

| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
|---|---|
| Exame oral | Até 2,05 |
| Análise curricular | Até 1,20 |
| Correção de prova discursiva | Até 2,20 |
| Elaboração de questão de prova | Até 2,20 |
| Julgamento de recurso | Até 2,20 |
| Prova prática | Até 1,75 |
| Análise crítica de questão de prova | Até 2,20 |
| Julgamento de concurso de monografia | Até 2,20 |

c) Logística de preparação e de realização de curso, concurso público - planejamento, coordenação, supervisão e execução.

| AT I V I D A D E | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
|---|---|
| Planejamento | Até 1,20 |
| Coordenação | Até 1,20 |
| Supervisão | Até 0,90 |
| Execução | Até 0,75 |

d) Aplicação, fiscalização ou supervisão de provas de concurso público.

| AT I V I D A D E | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
|---|---|
| Aplicação | Até 0,45 |
| Fiscalização | Até 0,90 |
| Supervisão | Até 1,20 |

ANEXO IV

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES DOS CRITÉRIOS QUANTO A FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA COMPROVADA, POR TIPO DE ATIVIDADE E DE CURSO

1. INSTRUTORIA

1.1 CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ministrar aulas em cursos de especialização lato sensu ou stricto sensu, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento, bem como participando como orientador do trabalho de monografia ou membro de banca.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.1.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.1.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

1.1.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

1.2 CURSO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Ministrar aulas em cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e em eventos educacionais em geral, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.2.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e experiência mínima comprovada de 12 meses na disciplina a ministrar, por força do exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou de ensino em cursos assemelhados.

1.2.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.2.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 24 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

1.3 - CURSO DE TREINAMENTO

Ministrar treinamento sobre aplicativos que integram a área da informática em nível avançado, intermediário ou básico para a qualificação e o aperfeiçoamento do participante, utilizando técnicas específicas de caráter operacional; ministrar treinamento em sistemas corporativos da Administração Pública Federal para a qualificação e o aperfeiçoamento do servidor de caráter operacional e treinamento nas diferentes áreas de atuação finalísticas da Superintendência.

1.3.1 - INSTRUTOR "A"

Curso superior e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 48 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e domínio, em nível avançado, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

1.3.2 - INSTRUTOR "B"

Ensino médio completo e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 60 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e domínio, em nível intermediário, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

1.4 - CURSO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Ministrar aulas em cursos gerenciais e eventos educacionais de gestão, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.4.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

1.4.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

1.4.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

2. TUTORIA EM CURSO A DISTÂNCIA

2.1 - CURSO DE DESENVOLVIMENTO, APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO

Acompanhar o desenvolvimento de cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e treinamento, orientar os alunos, receber e avaliar trabalhos, fomentar e avaliar debates no fórum virtual, moderar chats e listas de discussões em ambientes virtuais de aprendizagem.

2.1.1 - TUTOR

Graduação e/ou formação na disciplina a ministrar; ou experiência mínima de 36 meses na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; e formação em tutoria à distância e conhecimentos de Windows, inclusive Word, e Internet.

3 - COORDENAÇÃO TÉCNICA DE DISCIPLINA

Decidir, na condição de especialista em determinada área de conhecimento ou de disciplina específica, quanto ao conteúdo técnico que deve ser ministrado, colaborando na escolha de métodos e técnicas de ensino que viabilizem o alcance dos objetivos estabelecidos para essa área ou disciplina.

3.1 - COORDENADOR TÉCNICO DE DISCIPLINA

Formação em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 36 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; ou experiência de mais de 48 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas.

4 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

4.1 - CURSO PRESENCIAL

Elaborar ou aperfeiçoar material didático destinado a cursos presenciais em geral.

4.1.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

4.1.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

4.1.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

4.2 - CURSO A DISTÂNCIA

Elaborar ou aperfeiçoar material didático, mediante orientação metodológica da ESAF, destinados a cursos à distância.

4.2.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sendo e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

4.2.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

4.2.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

5 - ATIVIDADE DE CONFERENCISTA E DE PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Proferir palestra sobre tema da atualidade, de interesse geral ou setorial da administração pública.

5.1 - CONFERENCISTA E PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae; ou mais de 60 meses de experiência, com notório saber na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

6 - PREPARAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Participar dos grupos de trabalho ou comissões constituídos para estruturação de concursos públicos autorizados pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para o MI.

6.1 - PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu ou experiência mínima de ter planejado ou coordenado concursos públicos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

6.2 - EXECUÇÃO

Formação de nível superior ou experiência mínima de ter participado na execução de concurso público, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em currículo vitae.

ANEXO V

TABELA DE GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO DEVIDA AO SERVIDOR PELO DESEMPENHO EVENTUAL DAS ATIVIDADES DISCRIMINADAS NESTA TABELA, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 6.114/2007, QUE REGULAMENTA O ART. 76-A DA LEI No 8.112/1990 E PORTARIA MP Nº 52, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.

| Número | Atividade | Valor da hora/aula (em R$) |
|---|---|---|
| 1. | Instrutoria | |
| 1.1 | Curso de Formação Profissional | Até 150,00 |
| 1.1.1 | Instrutor "A" | 150,00 |
| 1.1.2 | Instrutor "B" | 120,00 |
| 1.1.3 | Instrutor "C" | 100,00 |
| 1.2 | Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Competências Técnicas | Até 150,00 |
| 1.2.1 | Instrutor "A" | 150,00 |
| 1.2.2 | Instrutor "B" | 110,00 |
| 1.2.3 | Instrutor "C" | 100,00 |
| 1.3 | Curso de Treinamento | Até 80,00 |
| 1.3.1 | Instrutor "A" | 80,00 |
| 1.3.2 | Instrutor "B" | 60,00 |
| 1.4 | Curso de Desenvolvimento Gerencial | Até 150,00 |
| 1.4.1 | Instrutor "A" | 150,00 |
| 1.4.2 | Instrutor "B" | 130,00 |
| 1.4.3 | Instrutor "C" | 100,00 |
| 2. | Tutoria em Curso a Distância | |
| 2.1 | Curso de Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento | |
| 2.1.1 | Tutor | 50,00 |
| 3. | Coordenação Técnica de Disciplina de Curso a Distância | |
| 3.1 | Coordenador Técnico de Disciplina | 70,00 |
| 4. | Elaboração de Material Didático | |
| 4.1 | Curso Presencial | Até 80,00 |
| 4.1.1 | Elaborador "A" | 80,00 |
| 4.1.2 | Elaborador "B" | 60,00 |
| 4.1.3 | Elaborador "C" | 40,00 |
| 4.2 | Curso a Distância | Até 100,00 |
| 4.2.1 | Elaborador "A" | 100,00 |
| 4.2.2 | Elaborador "B" | 80,00 |
| 4.2.3 | Elaborador "C" | 60,00 |
| 5. | Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação | |
| 5.1 | Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação | 100,00 |
| 6. | Preparação de Concurso Público | Até 120,00 |
| 6.1 | Planejamento | 120,00 |
| 6.2 | Execução | 100,00 |

ANEXO VI

PORTARIA Nº DE DE DE 2013

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA COMPROVADA

À Diretoria de Administração _____ Para fins de atendimento ao art. 3º, § 2º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007 e § 4º, inciso I do art. 8º da Portaria nº , de de de 2013, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, declaramos que o servidor _____, matrícula nº _____ lotado na _____, possui experiência técnica nas atividades _____, com conhecimentos na legislação compatível, uma vez que:

( ) Atua ou já atuou na área no mínimo por dois anos, mostrando competência e bom desempenho de suas atribuições.

( ) Atua ou já atuou como chefe de (área compatível a da ação) ou como substituto por no mínimo um ano.

( ) Atuou como educador/palestrante em mais de dez eventos, tendo sido avaliado com os indicativos de bom e ótimo.

( ) Contribuiu com a elaboração de atos normativos relacionados à matéria a ser ministrada.

( ) Outras situações:

Local, _____ Data: _____/_____/_____

_____ (Chefia Imediata)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

# Ministério da Justiça

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 473, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e o art. 4º do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CONAD

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, órgão colegiado, paritário, consultivo, normativo e de deliberação coletiva do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, nos termos do Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, conforme art. 2º, inciso III, alínea "e", do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, na qualidade de órgão superior do SISNAD, compete:

I - acompanhar e atualizar a Política Nacional sobre Drogas - PNAD, consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD;

II - exercer orientação normativa sobre as atividades previstas no art. 1º do Decreto 5.912, de 2006;

III - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD e o desempenho dos planos e programas da PNAD;

IV - propor alterações em seu Regimento Interno; e

V - promover a integração ao SISNAD dos órgãos e entidades congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O CONAD será compostos pelos seguintes membros, com direito a voto:

I - o Ministro de Estado da Justiça, que o presidirá;

II - o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas;

III - um representante da área técnica da SENAD, indicado pelo Secretário;

IV - representantes dos seguintes órgãos, indicados pelos seus respectivos titulares:

a) um da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

b) um do Ministério da Educação;

c) um do Ministério da Defesa;

d) um do Ministério das Relações Exteriores;

e) um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

f) dois do Ministério da Saúde, sendo um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

g) dois do Ministério da Justiça, sendo um do Departamento de Polícia Federal e um da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

h) dois do Ministério da Fazenda, sendo um da Secretaria da Receita Federal do Brasil e um do Conselho de Controle de Atividades Financeiras;

V - um representante dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes ou Antidrogas, indicado pelo Presidente do CONAD;

VI - representantes de organizações, instituições ou entidades nacionais da sociedade civil:

a) um jurista, de comprovada experiência em assuntos de drogas, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-Federal;

b) um médico, de comprovada experiência e atuação na área de drogas, indicado pelo Conselho Federal de Medicina - CFM;

c) um psicólogo, de comprovada experiência voltada para a questão das drogas, indicado pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP;

d) um assistente social, de comprovada experiência voltada para a questão de drogas, indicado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS;

e) um enfermeiro, de comprovada experiência e atuação na área de drogas, indicado pelo Conselho Federal de Enfermagem - COFEN;

f) um educador, com comprovada experiência na prevenção do uso de drogas na escola, indicado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE;

g) um cientista, de comprovada produção científica na área de drogas, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; e

h) um estudante indicado pela União Nacional dos Estudantes - UNE; e

VII - profissionais ou especialistas, de manifesta sensibilidade na questão das drogas, indicados pelo Presidente do CONAD:

a) um de imprensa, de projeção nacional;

b) um antropólogo;

c) um do meio artístico, de projeção nacional; e

d) dois de organizações do Terceiro Setor, de abrangência nacional, de comprovada atuação na área de redução da demanda de drogas.

§ 1º Será convidado a participar das reuniões do CONAD um membro do Ministério Público Federal, na qualidade de observador e com direito a voz.

§ 2º Cada membro titular do CONAD, de que tratam os incisos de III a VII do art. 2º, terá seu respectivo suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos, todos designados pelo Ministro de Estado da Justiça.

§ 3º Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do CONAD será substituído pelo Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e este, por um suplente por ele indicado e designado na forma do § 2º.

Art. 3º Os membros titulares e suplentes referidos nos incisos III a VII do art. 2º terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 4º Os membros referidos nos incisos III a VII do art. 2º perderão o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por renúncia; e

II - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato, será designado novo Conselheiro para a função.

Art. 5º As reuniões ordinárias do CONAD, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de cinco dias úteis, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

Art. 6º O CONAD deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao seu Presidente utilizar o voto de qualidade para fins de desempate.

Art. 7º O CONAD formalizará suas deliberações por meio de resoluções, que serão publicadas no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Observado o disposto no art. 3º do Decreto nº 5.912, de 2006, as deliberações do CONAD serão cumpridas pelos órgãos e entidade integrantes do SISNAD, sob acompanhamento da SENAD e do Departamento de Polícia Federal, em suas respectivas áreas de competência.

Art. 8º O CONAD terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Comissões Permanentes; e

III - Secretaria Executiva.

Art. 9º O Plenário do CONAD será composto pelos membros titulares, e, na ausência, pelos respectivos suplentes, e será responsável pela execução das competências definidas no art. 1º.

§ 1º O Plenário poderá criar Grupo de Trabalho, composto por Conselheiros, para elaborar estudo ou parecer sobre assunto de interesse do Conselho, no prazo de cento e vinte dias, prorrogável por igual período.

§ 2º O Plenário poderá convidar especialistas e representantes da sociedade civil para auxiliar os trabalhos do Grupo de Trabalho.

Art. 10. Constituir-se-ão Comissões Permanentes do CONAD:

I - a Comissão de Legislação e Normas, com competência para apreciar, a requerimento do Plenário, projetos de lei, decreto e atos infralegais de interesse do Conselho, bem como subsidiar o Plenário no exercício das atribuições previstas no inciso II do art. 1º;

II - a Comissão de Acompanhamento de Políticas Públicas sobre Drogas, com competência para acompanhar e avaliar a implantação da PNAD, a fim de subsidiar o Plenário no exercício das atribuições previstas no inciso III do art. 1º;

III - a Comissão de Articulação Interinstitucional, com competência para consolidar a relação do CONAD com os Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas, movimentos sociais e outros Conselhos de Políticas Públicas, a fim de auxiliar o Plenário na execução das atribuições previstas no inciso V do art. 1º; e

IV - a Comissão de Orçamento e Finanças, com competência para acompanhar e fiscalizar a execução do FUNAD, a fim de subsidiar o Plenário na análise dos relatórios de gestão previstos no inciso V do art. 11.

§ 1º Resolução do Plenário definirá as regras para a composição, a atribuição e a forma de deliberação das Comissões Permanentes.

§ 2º As reuniões das Comissões Permanentes ocorrerão, preferencialmente, no dia imediatamente anterior ou posterior às reuniões do Plenário.

Art. 11. A SENAD será responsável pela Secretaria Executiva do CONAD, que terá as seguintes competências:

I - organizar a pauta das reuniões do CONAD, em conformidade com o disposto neste Regimento Interno;

II - comunicar aos membros do CONAD a data, hora e local das reuniões;

III - enviar aos membros do CONAD, com antecedência de até cinco dias úteis, a pauta de cada reunião;

IV - executar os serviços de secretaria do Plenário do CONAD, elaborando inclusive as atas;

V - encaminhar e apresentar ao Plenário os relatórios de gestão do FUNAD e de programas executados no âmbito da PNAD;

VI - manter arquivo e ementário de assuntos de interesse do CONAD, bem como das decisões adotadas em suas reuniões; e

VII - organizar cronograma de eventos oficiais do CONAD.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Presidente

Art. 12. Ao Presidente do CONAD incumbe:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - solicitar estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

III - aprovar a inclusão de assuntos extrapauta, quando revestidos de caráter de urgência ou de relevante interesse;

IV - conceder vista dos autos constantes da pauta ou extrapauta, atendendo a solicitação de Conselheiro;

V - autorizar o adiamento proposto da votação de assuntos incluídos na pauta ou extrapauta;

VI - determinar, quando for o caso, o reexame de assunto retirado de pauta;

VII - convidar um membro do Ministério Público Federal para participar das reuniões do colegiado, na qualidade de observador e com direito a voz;

VIII - constituir grupos técnicos com a finalidade de assessorá-lo no exercício de suas atribuições, assim como convidar especialista, sem direito a voto, para prestar informações ou acompanhar as reuniões do colegiado, cujas despesas com viagem poderão correr à conta do FUNAD, na forma do art. 20 do Decreto nº 5.912, de 2006.

IX - deliberar, ad referendum do colegiado, em casos de urgência, ou em situações de relevante interesse do SISNAD, incluindo esse assunto na primeira reunião ordinária que se seguir;

X - nomear relator dentre os membros do CONAD, para emitir parecer sobre as matérias ou designar comissão relatora para fazê-lo, com indicação de seu coordenador e definição de prazo para conclusão dos trabalhos;

XI - propor ao Plenário a suspensão da discussão de temas constantes da pauta, fixando prazo para retorno ao assunto, bem como propostas de normas complementares relativas ao funcionamento do CONAD;

XII - baixar resoluções, normas e atos relativos à ordem dos trabalhos e à gestão do FUNAD; e

XIII - representar o CONAD nos atos que se fizerem necessários, ou designar representante.

Seção II

Dos Conselheiros

Art. 13. Aos Conselheiros do CONAD incumbe:

I - propor matérias para inclusão na pauta de votação;

II - participar das reuniões, discutir e votar;

III - propor ao colegiado o exame da conveniência de não divulgação de matéria tratada nas reuniões;

IV - requerer esclarecimentos necessários à votação e apreciação de assuntos e decisões do Conselho;

V - solicitar a inclusão, em ata da reunião, de declarações de voto, quando julgar conveniente;

VI - requerer preferência para votação de assunto incluído na pauta ou apresentado extrapauta;

VII - apreciar e relatar as matérias que lhes forem atribuídas;

VIII - coordenar e participar de comissão relatora, quando designado pelo Presidente;

IX - solicitar o adiamento, por uma sessão, da votação de assuntos incluídos na pauta ou submetidos extrapauta, quando solicitar vistas à matéria;

X - integrar Comissão Permanente, Grupo de Trabalho ou Grupo Técnico;

XI - apresentar, por escrito, propostas sobre assuntos em análise no Conselho, entregando cópia à sua Secretaria Executiva; e

XII - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Das Reuniões e das Deliberações

Art. 14. O CONAD, mediante convocação de seu Presidente, realizará:

I - quatro reuniões presenciais ordinárias anuais, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de cinco dias; e

II - reuniões presenciais extraordinárias, sempre que houver assunto urgente, de caráter relevante.

§ 1º A reunião extraordinária também será convocada mediante requerimento assinado pela maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Para convocação de reunião extraordinária por qualquer outro membro, será necessário requerimento ao Presidente do CONAD, com justificativa.

§ 3º A reunião extraordinária realizar-se-á no prazo máximo de dez dias, contados a partir do ato de convocação.

§ 4º O Plenário e as Comissões poderão instituir, por meio de resolução, reuniões em ambiente virtual.

Art. 15. As reuniões do CONAD serão públicas.

Art. 16. As reuniões somente poderão ser instaladas com a presença mínima de metade dos membros, titulares ou suplentes.

Art. 17. Poderão ser convidados e autorizados pelo Presidente do CONAD a participar dos debates, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades que possam contribuir para o esclarecimento das matérias abordadas.

Parágrafo único. Poderá participar das reuniões, sem direito a voto, assessor ou especialista dos órgãos representados no Conselho, a critério e com ônus para esses órgãos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 18. As deliberações do CONAD, observado o quórum estabelecido no art. 16, serão tomadas pela maioria simples de seus membros, transformando-se em resoluções assinadas e divulgadas pelo Presidente do Conselho, nos termos do art. 7º.

Parágrafo único. O Regimento Interno somente poderá ser modificado por maioria absoluta dos membros do CONAD.

Art. 19. A pauta de reunião terá, como item obrigatório, a apresentação dos relatórios de gestão de que trata o inciso V do art. 11.

Art. 20. Será facultada a qualquer Conselheiro a apresentação de propostas para deliberação, encaminhando-as à Secretaria Executiva, com antecedência mínima de sete dias úteis, referidos à data da reunião, para análise prévia e inclusão na pauta.

Parágrafo único. A inclusão de propostas na pauta será analisada sob os seguintes critérios:

I - pertinência temática;

II - anterioridade; e

III - viabilidade da discussão na reunião subsequente.

Art. 21. O direito de voto será exercido pelos titulares do CONAD ou, em caso de ausência, pelos suplentes.

Parágrafo único. A estrutura dos votos compreenderá enunciado sucinto do objeto da pretensão, histórico, justificativa ou razões do pleito, minuta da resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e informações pertinentes.

Art. 22. O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, a critério do autor, mesmo quando ausente à reunião, situação em que deverá enviá-lo por escrito à Secretaria Executiva com antecedência que permita incluí-lo nas pastas dos Conselheiros.

Art. 23. Qualquer membro do CONAD, que não se julgar suficientemente esclarecido em matéria constante da pauta, poderá apresentar pedido de vista, por uma sessão.

§ 1º O pedido de vista individual somente poderá ser aceito uma vez.

§ 2º Se houver mais de um pedido de vista, o Presidente poderá conceder vista coletiva da matéria.

§ 3º As matérias retiradas da pauta por pedido de vista serão automaticamente incluídas na pauta da reunião ordinária seguinte.

Art. 24. Os trabalhos das reuniões do CONAD obedecerão à seguinte sequência:

I - verificação da presença e da existência de quórum para a instalação da reunião;

II - posse de novos membros, quando for o caso;

III - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

IV - discussão e votação dos itens da pauta; e

V - comunicações breves e franqueamento da palavra.

Art. 25. A deliberação sobre as matérias constantes da pauta obedecerá à seguinte sequência:

I - apresentação;

II - discussão pelo Plenário; e

III - votação.

Seção II

Das Atas

Art. 26. Das reuniões do CONAD serão lavradas atas, que informarão o local e a data de sua realização, nome dos membros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados e debates ocorridos, bem como as deliberações tomadas.

Art. 27. As atas serão encaminhadas por meio eletrônico a todos os Conselheiros no ato de convocação da reunião subsequente.

§ 1º A aprovação da ata será deliberada no início da reunião subsequente.

§ 2º As atas aprovadas serão arquivadas na Secretaria Executiva do CONAD.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O CONAD tem sede na Capital da República.

Art. 29. Os membros do CONAD não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art. 30. As despesas com viagem de Conselheiros poderão correr à conta do FUNAD, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, sem prejuízo da assunção de tais despesas pelos respectivos órgãos e entidades que representem.

Art. 31. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno do CONAD serão solucionados pelo Plenário.

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
## DIRETORIA ADMINISTRATIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

### ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 47, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Dia: 27.02.2014

Hora: 11:30

Presidente Substituto: Alessandro Octaviani Luis

Secretário Substituto do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos da Lei nº 8.884/1994 e da Lei nº 12.529/2011.

Foram redistribuídos pelo sistema de sorteio, em razão do término do mandato do Conselheiro Ricardo Machado Ruiz, os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.013191/2010-22 (impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo) - conexo aos ACs nºs 08012.008447/2011-61 e 08012.008448/2011-13

Requerentes: Clínica Radiológica Menezes da Costa Ltda., Labs Cardiolab Exames Complementares S.A.

Advogado(s): André Previato, Barbara Rosenberg

Relator: Conselheiro Marcio de Oliveira Júnior

Ato de Concentração nº 08012.008447/2011-61 (impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo) - conexo aos ACs nºs 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13

Requerentes: Delta FM&B Fundo de Investimento em Participações, Diagnolabor Exames Clínicos S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo

Relator: Conselheiro Marcio de Oliveira Júnior

Ato de Concentração nº 08012.008448/2011-13 (impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo) - conexo aos ACs nºs 08012.013191/2010-22 e 08012.008447/2011-61

Requerentes: Fleury S.A., Labs Cardiolab Exames Complementares S.A.

Advogado(s): Renata Fonseca Zuccolo, André Previato, Barbara Rosenberg, Lauro Celidonio Neto

Relator: Conselheiro Marcio de Oliveira Júnior

Ato de Concentração nº 53500.026706/2009

Requerentes: A. Telecom S.A., Nexus

Advogado(s): Camilla Tedeschi de Toledo Tápias, Fadi Abdou Sleiman

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo

Ato de Concentração nº 08700.004872/2013-94

Requerentes: Editora Objetiva Ltda., Editora Arqueiro Ltda., Distribuidora Record de Serviços Imprensa Ltda.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berado, Flávia Costa Gomes Marangoni e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Foi redistribuído pelo sistema de sorteio, em razão de suspeição do Conselheiro Marcio de Oliveira Júnior, o seguinte feito:

Processo Administrativo nº 08012.000432/2005-14 (declaração de suspeição do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior)

Representantes: Ministério Público de Minas Gerais

Representadas: Associação Médica de Divinópolis, Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

Advogado(s): Ildeu Guimarães Mendes, Marden Drumond Viana, Joaquim Rocha Dourado e outros

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.009198/2013-34

Requerentes: Estácio Participações S.A. e TCA Investimento em Participações Ltda.

Advogados: Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luís Cláudio Nagalli G. Camargo, Mauro Grinberg, Patrícia Avigni e outros

Relatora: Conselheira Ana Frazão

ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS
Presidente do Cade
Substituto

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### PORTARIA Nº 63, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para o período de 2014 à 2016.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo disposto no artigo 10, inciso IX, da Lei nº 12.529/2011, no artigo 22, inciso IX, do Anexo I do Decreto nº 7.738/2012, e no artigo 11, inciso IX, do Regimento Interno do CADE, aprovado pelo Despacho nº 77/2014, com fundamento nas disposições do Decreto nº 7.579/2012 e de acordo com a reunião ordinária do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI do dia 26 de fevereiro de 2014, resolve:

I - Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2014 à 2016;

II - Publicar o arquivo do PDTI em formato PDF no sítio do CADE no endereço eletrônico www.cade.gov.br e na sua intranet;

III - Publicar o arquivo do PDTI em formato PDF no endereço eletrônico www.sisp.gov.br, no caminho Comunidade SISP; Arquivos; PDTI - Elaboração e Monitoramento; PDTI dos órgãos, com objetivo de compartilhar informações com outros órgãos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - SISP;

IV - Destituir a equipe de elaboração do PDTI criada pela Portaria do CADE nº 136, de 21 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 225 - Ato de Concentração nº 08700.009479/2013-97. Requerentes: Raízen Combustíveis S.A., Latina Distribuidora de Petróleo Ltda., STG Participações Ltda. e RTR Participações Ltda. Advogados: Tercio Sampaio Ferraz, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Substituto

Nº 231 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.004420/2004-70. Representante: CADE Ex-Offício. Representada: Cooperativa de Médicos Anestesiologistas do Rio Grande do Norte - COOPANEST-RN. Advogados: Francisco Mendes de Oliveira Filho, Tatiana Mendes Cunha, Paulo de Souza Coutinho Filho e outros. Acolho a Nota Técnica nº 56, aprovada pelo Superintendente Adjunto, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 56, recomendo a condenação da Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do Rio Grande do Norte - COOPANEST-RN em relação a infrações contra a ordem econômica referidas no art. 20, incisos I, II e IV, c/c art. 21, inciso II, IV, V, VI e X, todos da Lei nº 8.884/94. Assim, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 e art. 156, §1º, do Regimento Interno do Cade, remetam-se os autos ao Tribunal Administrativo do Cade para julgamento.

Nº 232 - Ref.: Protocolo nº 08700.001830/2014-82. Representante: CADE Ex-Ofício. Representados: Federação Brasileira de Cooperativas de Anestesiologia - Febracan, Sociedade Brasileira de Anestesiologia - SBA, e Jurandir Coan Turazzi. Advogados: não constituídos. Acolho a Nota Técnica nº 55, aprovada pelo Superintendente Adjunto, e, com fulcro no §1º do art. 55, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 55, decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados Federação Brasileira de Cooperativas de Anestesiologia - Febracan, Sociedade Brasileira de Anestesiologia - SBA, e Jurandir Coan Turazzi, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I, II e IV c/c § 3º, I, II, IV, da Lei nº 12.529/11, equivalentes aos art. 20, inciso I, II e IV, e art. 21, incisos I, II e IV, da Lei 8.884/94. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado em dobro, conforme o art. 191 do Código de Processo Civil. Neste mesmo prazo, os Representados, sob pena de indeferimento, deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, as quais serão analisadas nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

Nº 233 - Ato de Concentração nº 08700.001329/2014-16. Requerentes: Caixa Seguros Holding S.A. e Tempo Participações S.A. Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda. Decido pela aprovação, sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Substituto

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

### ALVARÁ Nº 109, DE 13 DE JANEIRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10106 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MSA DO BRASIL EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 45.655.461/0001-30 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 445, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1447 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSTO XINGU LTDA, CNPJ nº 03.786.763/0001-06 para atuar em Pernambuco.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 476, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/212 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO CONJUNTO NACIONAL, CNPJ nº 00.719.559/0001-76 para atuar no Distrito Federal.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 510, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/39 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SANTA HELENA SEGURANÇA TOTAL S/A, CNPJ nº 38.019.733/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 286/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 533, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/821 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SES SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 08.530.938/0001-25, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
8 (oito) Revólveres calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 575, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1753 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0030-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7135 (sete mil e cento e trinta e cinco) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 586, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1145 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0104-82 para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 366/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 604, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1401 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOLOGIA BANCARIA S A, CNPJ nº 51.427.102/0324-03, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 612, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/8770 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 06.126.755/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 429/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 617, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10226 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENTLEMAN SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.032.981/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 415/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 639, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/484 - DPF/DRS/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES DEFENDI LTDA-ME, CNPJ nº 01.997.012/0001-03, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25448 (vinte e cinco mil e quatrocentas e quarenta e oito) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
25448 (vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta e oito) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 641, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/775 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MGP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.240.017/0001-65, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 644, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/973 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO NORTH SHOPPING SOBRAL, CNPJ nº 15.179.694/0001-43, para atuar no Ceará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 648, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1300 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
128852 (cento e vinte e oito mil e oitocentas e cinquenta e duas) Espoletas calibre 38
35792 (trinta e cinco mil e setecentos e noventa e dois) Gramas de pólvora
124502 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos e dois) Projéteis calibre 38
4954 (quatro mil e novecentas e cinquenta e quatro) Espoletas calibre .380
3054 (três mil e cinquenta e quatro) Projéteis calibre .380
3048 (três mil e quarenta e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 32.956, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.000212/2014-32- DELESP/SR/SP, resolve:

Autorizar a empresa LIFESEC SISTEMAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.721.355/0001-32, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser LIFESEC SISTEMAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**PORTARIA Nº 32.942, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 da Portaria nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º da Portaria nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Revogar a Portaria 11288/2012-CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U., em 01 de junho de 2012, Seção 1, página 60, e aplicar a penalidade de multa equivalente a 3.501 (três mil, quinhentos e um) UFIR e advertência à empresa NOBRE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº: 06.923.017/0001-05, com base no Parecer 1602/2013-DELP/CGCSP, conforme consta no processo nº 08512.009228/2009-43.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
## DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

**DESPACHOS DA CHEFE**

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08102.011186/2012-38 - LUIS CARLOS ESCADA DIAS
Processo Nº 08280.007942/2013-54 - EUGENIO AUGUSTA DOS REIS POVOA
Processo Nº 08295.025118/2012-36 - XUEHUA YAO e XUCONG YANG
Processo Nº 08280.008025/2013-97 - ESTEFANTY VALENCIA CARDONA
Processo Nº 08351.008265/2011-49 - KILVER UCLANDER ROSALES ROSALES
Processo Nº 08351.000921/2013-27 - VITO MARCONE
Processo Nº 08351.004153/2012-08 - LARS JUEL RASMUSSEN
Processo Nº 08351.005047/2012-33 - FELICIA MONIQUE COELHO
Processo Nº 08386.004664/2013-03 - SILVERIA FLORENTINA SOSA MORINIGO
Processo Nº 08435.003297/2013-90 - SILVANA SOLEDAD ROCHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08435.005470/2012-11 - MARTA PATRICIA HERZOG.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo Nº 08351.001638/2012-31 - VALERIO FAVALLI.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08461.004741/2013-77 - JOAO CARLOS FERREIRA, até 25/06/2015

Processo Nº 08000.002208/2013-06 - RECKY STEVEN MOKALU, até 27/03/2014

Processo Nº 08000.004979/2013-20 - TOMASZ PIOTR CHLEBOWSKI, até 09/04/2015

Processo Nº 08000.004980/2013-54 - JAROSLAW WILMA, até 09/04/2015

Processo Nº 08000.005468/2013-25 - RICHARD JOHN COBANLI, até 29/11/2014

Processo Nº 08000.006883/2013-04 - ALBERT KWASHIE AGBEZUKE, até 25/07/2014

Processo Nº 08000.007068/2013-54 - JULIUS FLORES BALSAMO, até 01/02/2015

Processo Nº 08000.011571/2013-12 - BENJAMIN SMITH, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.011641/2013-24 - SERGII LYTVYN, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.011643/2013-13 - KEVIN DANIEL BOLTON, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.007055/2013-85 - LEIV KAARE MANNES, até 23/08/2015

Processo Nº 08000.008876/2013-39 - PAUL GRAHAM, até 17/03/2015

Processo Nº 08000.010471/2013-61 - PAUL JAMES POLK, até 03/11/2014

Processo Nº 08000.010474/2013-02 - RUSTY TODD EGAN, até 05/08/2015

Processo Nº 08000.010502/2013-83 - PAUL EDWARD STEPHENS, até 13/08/2015

Processo Nº 08000.011772/2013-10 - SANTIAGO RENDO MOSQUERA, até 03/09/2014

Processo Nº 08000.011940/2013-69 - LORD ERIC BUQUIR REANZARES, até 28/02/2015

Processo Nº 08000.013747/2013-62 - ROMEO SENO SAYAGO, até 09/07/2014

Processo Nº 08000.010504/2013-72 - BYRON OLIVER MANUEL, até 03/11/2014

Processo Nº 08000.011569/2013-35 - BARRY JOSEPH LAROUX, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.011637/2013-66 - ROJESH STARBUCK FERNANDO, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.012487/2013-16 - JOSEPH ARVEL PENNINGTON, até 03/11/2014

Processo Nº 08000.014103/2013-91 - TOMASZ DROHOMIRECKI, até 16/09/2015

Processo Nº 08000.014107/2013-70 - JEROME MAYO BUALA, até 22/07/2015

Processo Nº 08000.014358/2013-54 - WILLIAM HAROLD KNIGHT, até 13/08/2015

Processo Nº 08000.014369/2013-34 - SEKAR VELSAMY, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.014371/2013-11 - WONG MUN CHAN, até 19/08/2014

Processo Nº 08000.014373/2013-01 - SHEIKH ARIFUZZAMAN, até 25/09/2014

Processo Nº 08000.014398/2013-04 - MATTHEW RYAN SMITH, até 17/03/2015

Processo Nº 08000.014506/2013-31 - LAWRENCE SINGLETON III, até 24/04/2015

Processo Nº 08000.010506/2013-61 - GARY RAYMOND HARRINGTON, até 03/11/2014

Processo Nº 08000.015056/2013-01 - JEAN PIERRE HUBERT HENRI SABINE, até 25/07/2014

Processo Nº 08000.015677/2013-87 - SCOTT APPLEYARD, até 20/11/2014

Processo Nº 08000.015834/2013-54 - RATAN SINGH, até 31/05/2015

Processo Nº 08000.016540/2013-40 - MONIT KUMAR, até 18/04/2015

Processo Nº 08000.017956/2013-85 - JITH JOHN JOHN, até 31/05/2015

Processo Nº 08000.012683/2013-82 - JERZY PIOTR KMIECIK, até 13/10/2015

Processo Nº 08000.013039/2013-21 - GEERARD PIETER STARRENBURG, até 21/07/2015

Processo Nº 08000.013878/2013-40 - WINSTON LYNN MICHEAL DUPUIS JR, até 24/08/2015

Processo Nº 08000.014395/2013-62 - DUANE DOUGLAS DYCUS, até 13/08/2015

Processo Nº 08000.014687/2013-03 - GRANT OWEN FINLAYSON, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.014728/2013-53 - JOSEF DUBEN, até 05/08/2014

Processo Nº 08000.014881/2013-81 - DANIEL LYDANE O BRIANT, até 28/02/2015

Processo Nº 08000.017199/2012-69 - ANDY PAUL MALONES BATALLONES, até 04/09/2014.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.017955/2013-31 - JITENDRA KUMAR, até 31/05/2015

Processo Nº 08000.017954/2013-96 - SUDHIR DON D SOUZA, até 31/05/2015

Processo Nº 08000.017952/2013-05 - SHELTER ADOLFO GRACIAS, até 31/05/2015

Processo Nº 08000.017950/2013-16 - ATUL DEBNATH, até 31/05/2015.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08461.006555/2013-72 - BRIAN EMANUEL PROCELL.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08000.015034/2013-33 - DAVID WILLIAM PARHAM.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08000.019536/2012-52 - BOBBY FRANKLIN SMITH.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08000.011702/2013-53 - PAUL SHEPPARD.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.010331/2013-11 - DIMITRI LOUIS MEIER

Processo Nº 08270.015730/2012-89 - EDUARDO RUIZ ALONSO, JUAN CAMILO RUIZ PUENTES, LUCERO PUENTES OSORIO e PAOLA RUIZ PUENTES

Processo Nº 08505.034186/2012-73 - PAOLO ROMANO

Processo Nº 08505.066260/2013-00 - JACQUELINE MARIE BRUN

Processo Nº 08460.028639/2012-96 - PEDRO ANDRÉS PACHECO FERNANDOY

Processo Nº 08505.066608/2013-51 - GONCALO ABECASIS DA GAMA CASTEL BRANCO

Processo Nº 08505.035796/2013-75 - NORIKO OKAMOTO

Processo Nº 08505.064668/2013-39 - ANDREAS PETER HANDEL, CHRISTINA FODDANU HANDEL, LUCA MAXIMILIAN HANDEL e MATTIA CHRISTIAN HANDEL

Processo Nº 08505.052076/2013-74 - BING WANG

Processo Nº 08505.066371/2013-16 - SEIGO ISHIMARU e NORIKO ISHIMARU

Processo Nº 08505.036598/2013-29 - PIERRE JEROME GERMAIN DESMARQUEST, ALEXIA SUZAN MARIE DESMARQUEST, CLOTILDE ANNE MARIE MICHEL OUVRARD DE LINIERE DESMARQUEST, HELOISE CAROLE BETTY DESMARQUEST e VICTORIA PASCALE AURORE DESMARQUEST

Processo Nº 08000.012471/2013-03 - KUN HEE PARK

Processo Nº 08240.009576/2013-44 - YOSHIRO MARUYAMA

Processo Nº 08270.009362/2013-11 - GIAMPIERO ORIENTI

Processo Nº 08354.002033/2013-19 - JAIME ALBERTO FIGUEROA RIVERA e JUANA CATALINA FIGUEROA AGUIRRE

Processo Nº 08354.004345/2013-67 - CARLOS JORGE CAVACA FERRAZ

Processo Nº 08460.003132/2013-19 - ZHAO YIMEI

Processo Nº 08461.002832/2013-78 - PETER EMMANUEL UDOETUK

Processo Nº 08505.026220/2013-17 - FANNY SOARES DA SILVA

Processo Nº 08505.036296/2013-51 - JOANA SOFIA PEREIRA REBOCHO

Processo Nº 08505.051944/2013-07 - JUAN CARLOS COBOS BRETON

Processo Nº 08505.066452/2013-16 - SHUYING HOU

Processo Nº 08386.009587/2013-70 - JOAO DUARTE NEVES ADELINO, MARTIM CARDOSO DA SILVA NEVES ADELINO e SARA FILIPA CARDOSO DA SILVA

Processo Nº 08000.018622/2011-67 - JANY FELIX MARCELLIN e VERONIQUE THERESE SIINO MARCELLIN

Processo Nº 08505.066350/2013-92 - OSAMU TANAKA e MIWAKO TANAKA

Processo Nº 08505.067011/2013-23 - JOSE FERNANDO NUNES DE MIRANDA

Processo Nº 08505.016253/2013-59 - STEPHEN SCOTT CHOLOWSKY

Processo Nº 08505.064662/2013-61 - EDUARDO LUIS URUENA GARCIA e ROSARIO CAROLINA GALDAMEZ DE URUENA

Processo Nº 08505.052214/2013-15 - MIGUEL JORGE PEREIRA DE SOUSA, ANA DANIELA MIRANDA DE SOUSA, MARIA ANGELINA FERREIRA MIRANDA DE SOUSA e PEDRO MIGUEL MIRANDA DE SOUSA

Processo Nº 08505.052595/2013-32 - JOSE LUIS DI RAUSO, FRANCO JOSE DI RAUSO, MATEO JOSE DI RAUSO e MONICA CRISTINA TAMBORINI

Processo Nº 08505.059067/2013-12 - TOSHIHIRO TAKAMI, KANAKO TAKAMI, KOKI TAKAMI e YUUNA TAKAMI.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08460.007126/2013-22 - JAMES LANE NUNNERY e EMILY ANNE NUNNERY.

Diante da manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Emprego, informando que a empresa não cumpriu os percentuais exigidos pela RN 72/06 para contratação de mão-de-obra brasileira, INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País. Processo Nº 08000.012109/2013-24 - MUHAMAD YAMIN.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.011639/2013-55 - GAVIN JAMES COULL, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.011284/2013-02 - JOHNNKEY ANAK JUANG, até 30/06/2015

Processo Nº 08000.006919/2013-41 - KENNETH MCKENZIE MORE, até 08/11/2015

Processo Nº 08000.007056/2013-20 - PER RAGNAR GAREN VAGE, até 13/08/2015

Processo Nº 08000.011523/2013-16 - AQUILEO GERONGCO SASING, até 12/10/2015

Processo Nº 08000.011612/2013-62 - SHAWN TRAVELER GRAVES, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.013037/2013-32 - OLE MORTENSEN, até 28/09/2015

Processo Nº 08000.013718/2013-09 - MILOS MARKOVIC, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.013730/2013-13 - MARCO GHIGLINO, até 23/07/2015

Processo Nº 08000.013790/2013-28 - ROLANDO NACOR MARGATE, até 12/12/2015

Processo Nº 08000.013793/2013-61 - MIKAEL BOLLER, até 24/10/2015

Processo Nº 08000.014047/2013-95 - SEBASTIEN PATRICE SIMONIN, até 03/11/2015

Processo Nº 08000.014261/2013-41 - RAYMOND SANDMO, até 31/07/2015

Processo Nº 08000.014473/2013-29 - TROND NYGARD, até 01/09/2015

Processo Nº 08000.014785/2013-32 - JULIAN HERNANDEZ LONDONO, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.014793/2013-89 - BRADY MAGEE GARTMAN, até 27/02/2015

Processo Nº 08000.015335/2013-67 - DAVID JAMES WHILES, até 23/10/2015

Processo Nº 08000.015635/2013-46 - ERIK ANDERS TOBIAS PRAG, até 29/01/2015

Processo Nº 08000.015721/2013-59 - EIRIK VASSTEIN, até 08/10/2015

Processo Nº 08000.015722/2013-01 - KJELL ARVE SAETRE, até 28/02/2015

Processo Nº 08000.015874/2013-04 - FLORIN TUDORASCU, até 23/08/2015

Processo Nº 08000.016493/2013-34 - BENOIT HENRI MARC GIGOU, até 01/12/2015

Processo Nº 08000.011606/2013-13 - CORTNEY O NEILL, até 04/02/2015

Processo Nº 08000.016457/2013-71 - JUAN RAUL DIAZ ALBORNOZ, até 24/08/2015.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08354.002032/2012-93 - ALESSANDRO FRATELLO

Processo Nº 08460.003316/2013-71 - JUSTIN KALEMBE KIKONGO

Processo Nº 08000.014813/2013-11 - MATTHEW PETER WHITMORE

Processo Nº 08000.014779/2013-85 - GERRARD ANGUS BROWN

Processo Nº 08460.010091/2012-28 - MD MONJUR BHUIYAN

Processo Nº 08460.001693/2012-94 - DIEGO ALEXANDER LONDONO TORO, JUAN DIEGO LONDONO HERRERA, LUIS FERNANDO LONDONO HERRERA e LUISA FERNANDA CAMACHO

Processo Nº 08000.013719/2013-45 - JAIME ENRIQUE OYANEDER ALTAMIRANO

Processo Nº 08000.014788/2013-76 - FHIONNA MATHIESON GRAHAM

Processo Nº 08460.001681/2012-60 - REINALDO ANTONIO BANOL VALENCIA e ANA BEATRIZ SOLANO ARREGOCES.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08000.006773/2012-53 - SERGEY SERDYUK.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/03/2013, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.026047/2012-57 - WILLIAM GERALD TAYLOR.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 03/07/2013, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.023030/2012-48 - PAUL DOHERTY.

Diante da manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Emprego, informando que a empresa não cumpriu os percentuais exigidos pela RN 72/06 para contratação de mão-de-obra brasileira, INDEFIRO os pedidos de prorrogação de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.012654/2013-11 - ROILAN REBONG ELOURSA

Processo Nº 08000.014332/2013-14 - PYLYP AFONIN

Processo Nº 08000.016950/2013-91 - FAYSSAL ALLOUCH MOHAMED

Processo Nº 08000.016952/2013-80 - JOERGEN ERIKSEN.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

## DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

### PORTARIA Nº 35, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: PROVA DE REDENÇÃO (TWICE BORN, Espanha / Itália - 2012)
Produtor(es): Medusa Film/Alien Produzioni/Mod Producciones
Diretor(es): Sergio Castellitto
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000139/2014-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RIOCORRENTE (Brasil - 2013)
Produtor(es): Olho de Cão Produções Cinematográficas/Clarissa Knoll/Pablo Torrecilla
Diretor(es): Paulo Sacramento
Distribuidor(es): Antonio Fernandes Filmes Ltda./Califórnia Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Sexo
Processo: 08017.000148/2014-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O ÚLTIMO CHÁ (Brasil - 2012)
Produtor(es): ELB Consultoria e Produções Culturais
Diretor(es): David Kullock
Distribuidor(es): Elo Company
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Ficção Científica
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.000324/2014-84
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Filme: TUDO POR UM FURO (ANCHORMAN 2 - THE LEGEND CONTINUES, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Will Ferrell/Judd Apatow
Diretor(es): Adam Mckay
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000503/2014-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ENTRE NÓS (Brasil - 2013)
Produtor(es): Paulo Morelli/Diane Maia
Diretor(es): Paulo Morelli
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000505/2014-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AS AVENTURAS DE PEABODY E SHERMAN (MR. PEABODY AND SHERMAN, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Dreamworks Animation
Diretor(es): Rob Minkoff
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000511/2014-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VIDAS AO VENTO (KAZE TACHINU (AKA WIND RISES), Japão - 2013)
Produtor(es): Hayao Miyazaki
Diretor(es): Hayao Miyazaki
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000512/2014-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ATÉ O FIM (ALL IS LOST, Estados Unidos da América / França - 2013)
Produtor(es): Anna Gerb/Justin Nappi/Neal Dodson/Robert Ogden Barnum/Teddy Schwarzma
Diretor(es): J. C. Chandor
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo impactante
Processo: 08017.000538/2014-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ANISTIA 30 ANOS (Brasil - 2009)
Produtor(es): Ângela Serrano
Diretor(es): Luiz Fernando Lobo
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000715/2014-07
Requerente: EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

### PORTARIA Nº 36, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: PROJECT SPARK (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): MICROSOFT STUDIOS
Distribuidor(es): MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Aventura/RPG
Plataforma: Xbox 360/WINDOWS 8/Xbox ONE
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004032/2014-11
Requerente: Microsoft Informática Ltda.

Título: TRANSFORMERS: RISE OF THE DARK SPARK (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): ACTIVISION INC.
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Wii U/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004046/2014-34
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: ULTRA STREET FIGHTER 4 (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Luta
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.004048/2014-23
Requerente: CAPCOM USA, INC.

Título: HARMONIA ILHA (Reino Unido - 2014)
Produtor(es): REBELLION DEVELOPMENTS LTD.
Distribuidor(es): WINDOWS PHONE STORE
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Telefone Celular/Smartphone
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004056/2014-70
Requerente: REBELLION DEVELOPMENTS LTD.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

# Ministério da Previdência Social

## CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### DECISÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Com base no disposto do art. 19, do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014.

1) Processo nº 44190.000048/2011-64
Auto de Infração nº 14/2011
Decisão nº 27/2012/Dicol/Previc
Recorrente: Sary Reny Köche Alves
Procurador: Eduardo Santomauro Silveira Clemente - OAB/RJ nº 69.963
Entidade: Celos - Fundação Celesc de Seguridade Social
Relator: Antônio Bráulio de Carvalho, retornando após vista do membro Adriano Cardoso Henrique.

Ementa: Recurso voluntário. Conduta infracional caracterizada por aplicar os recursos garantidores em desconformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Art. 64 do Decreto nº 4.942/2003. Conflito de interesses. Responsabilidade do dirigente estatutário. Dosimetria da pena. Recurso conhecido e dado parcial provimento. I - O autuado na qualidade de gestor da EFPC, não avaliou potenciais conflitos de interesse dos seus prestadores de serviços e tampouco se assegurou de que o prestador de serviço tomou os cuidados necessários para lidar com os conflitos existentes em decorrência do alinhamento de interesses entre o prestador de serviços e a contraparte da EFPC. Comprovada afronta as diretrizes do Conselho Monetário Nacional; II - Na dosimetria da pena há que se levar em conta fatores intraprocessuais e extraprocessuais. De sorte que a conduta descrita nos autos deve possuir gravidade e potencial danoso devidamente comprovado (fator intraprocessual), ou a conduta do agente infrator em outros casos de irregularidade (reincidência) ser devidamente apontados quando da aplicação da pena.

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC conheceu do recurso. Por maioria de votos, a CRPC afastou a preliminar quanto à apresentação do Termo de Ajustamento de Conduta, vencido o voto do membro Luís Ricardo Marcondes Martins, que votou no sentido de acolher a preliminar. No mérito, tendo em vista o empate na votação dentre os membros presentes e por força do voto de qualidade do Sr. Presidente, a CRPC deu parcial provimento ao recurso para, manter a pena de multa pecuniária e afastar a pena de inabilitação. Vencido o voto do Relator que declarou improcedente a autuação e os votos dos membros Adriano Cardoso Henrique, Paulo César Andrade Almeida e Maria Batista da Silva que deram parcial provimento ao recurso para, manter a pena de multa pecuniária e converter a pena de inabilitação em suspensão de 180 (cento e oitenta) dias.

2) Processo nº 44190.000045/2011-21
Auto de Infração nº 11/2011
Decisão nº 23/2012/Dicol/Previc
Recorrentes: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e Sary Reny Köche Alves
Recorridos: Ricardo Moritz e Remi Goulart
Procurador: Eduardo Santomauro Silveira Clemente - OAB/RJ nº 69.963
Entidade: Celos - Fundação Celesc de Seguridade Social
Relator: Paulo César Andrade Almeida.
Decisão: Sobrestado o julgamento em virtude do pedido de vista do Sr. Presidente Paulo Cesar dos Santos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3) Processo nº 45183.000109/2012-26
Auto de Infração nº 02/2012
Decisão nº 01/2013/Dicol/Previc
Recorrente: Cabepa - Caixa Beneficente do Pastor
Procurador: Hélio Gueiros Neto - OAB/PA n° 15.265
Entidade: Cabepa - Caixa Beneficente do Pastor
Relator: Alano Roberto Santiago Guedes.

Ementa: Recurso voluntário. Conduta infracional caracterizada pelo exercício de atividade de previdência complementar sem autorização do órgão competente. Arts. 33, I e 67 da Lei Complementar nº 109/2001 c/c art. 102 do Decreto nº 4.942/2003. Desistência tácita. Recurso voluntário não conhecido.

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC não conhece do recurso.

4) Processos nº 44190.000002/2011-45, 44190.000003/2011-90 e 44190.000004/2011-34
Autos de infração nº 02/2011, 03/2011 e 04/2011
Decisão nº 37/2012/Dicol/Previc

Recorrentes do Auto de Infração nº 02/2011: Antônio Dionísio Bagliori, Ari Silvio Capete, Edilberto Maurer, Edison Rauen Vianna, Francisco Sérgio B. Munhoz da Rocha, Joel Rauen, Jones de Castro Julim Junior, José Carlos de Godoy, Pompeo Carvalho de Aguiar, Roberto Brunner, Siumara Fátima Fadel Souto e Wellingthon Fernandino Lourenço;

Recorrentes do Auto de Infração nº 03/2011: Ari Silvio Capete, Edison Rauen Vianna, Jones de Castro Julim Junior, José Carlos de Godoy, Roberto Brunner e Siumara Fátima Fadel Souto;

Recorrentes do Auto de Infração nº 04/2011: Ari Silvio Capete, Armando Moreira, Edilson Antonio Catapan, Edison Rauen Vianna, Isaac de Oliveira, João Carlos Calvo, Jones de Castro Julim Junior, José Carlos de Godoy, José Roberto Tortato, Marcos Antônio Rodriges Massaro, Marlos Gaio, Marta Gloria Paese Gentelini, Roberto Brunner, Siumara Fátima Fadel Souto, Solange Elizabeth Maueler Gomide e Ulisses Kaniak

Procurador: Fábio Junqueira de Carvalho - OAB/MG nº 64.646

Entidade: Fundação Copel - Fundação Copel de Previdência e Assistência Social

Relator: Antônio Bráulio de Carvalho

Ementa: Análise dos autos de infração nº 02/2011, 03/2011 e 04/2011. Ato jurídico perfeito. Contribuição normal. Paridade contributiva. Improcedência.1. A transação havida entre as patrocinadoras e os participantes e assistidos, em face de processo de revisão e ajuste atuarial de planos de benefícios, por intermédio de estímulo a migração entre planos, com observância das disposições legais vigentes à época, constitui ato jurídico perfeito e deve ser observado para todos os fins, e no âmbito do contrato previdenciário não aproveita, nem prejudica senão aos que nela interviram e pactuaram. (incisos II, XXXVI e XXXIX, do art. 5º; § 3º, art. 202 da CF, c/c arts. 6º e 17 da LC nº 109, de 2001); 2. As contribuições destinadas especificamente para fins de cobertura de despesas administrativas não se incluem no conceito de contribuição normal, ou seja, aquela realizada pela patrocinadora e pelo participante destinada à constituição de reservas, com a finalidade de prover o pagamento de benefícios de caráter previdenciário (§ 3º do art. 202 da CF, c/c os arts. 6º e 7º da LC nº 108, de 2001, e arts. 18 e 19, da LC nº 109, de 2001); 3. A obrigatoriedade de atendimento ao princípio da paridade contributiva aplica-se exclusivamente às contribuições normais, valendo para as demais modalidades de contribuição, rateio de despesas ou obrigações as regras pactuadas no âmbito do contrato previdenciário. (§ 3º do art. 202 da CF, c/c o art. 19, da LC nº 109, de 2001); 4. O cumprimento do regulamento do plano de benefícios da entidade fechada de previdência complementar, conforme aprovado pelo órgão de supervisão, orientação e fiscalização das EFPC's, é dever dos dirigentes da entidade (art. 202 da CF, c/c art 6º da LC nº 109, de 2001 e art. 90 do Decreto nº 4.942, de 2003); 5. A não caracterização dos fatos descritos no auto de infração, ensejadores de apuração de responsabilidade pela autoridade, bem como a sua tipificação em desacordo com a legislação própria ou vício em um dos seus elementos componentes implicam sua improcedência. (incisos VII e caput do art. 2º, c/c o § 1º do art. 50, da Lei nº 9.784, de 1999, e c/c o inciso IV, do art. 4º do Decreto 4.942, de 2003).

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC conhece dos recursos e afasta as preliminares de descrição sumária, do princípio do juiz natural e da prescrição. No mérito, por maioria de votos a CRPC conhece e dá provimento aos recursos voluntários em face da Decisão nº 37/2012/Dicol/Previc, vencidos os votos dos membros Paulo César Andrade Almeida, Adriano Cardoso Henrique e Maria Batista da Silva que julgaram procedente a Decisão.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

## CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### PORTARIA Nº 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CNPC, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 17 do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, bem como o parágrafo único do art. 14, anexo à Portaria MPS nº 132, de 14 de março de 2011:

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, em sua 13ª Reunião Ordinária, datada de 24 de fevereiro de 2014, resolveu constituir Comissão Temática para tratar os temas prioritários, resolve:

Art.1º Constituir Comissão Temática nº 4, de caráter consultivo, com o objetivo de avaliar as normas de precificação de ativos e passivos dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 2º A Comissão será composta por 8 (oito) membros, representantes dos seguintes entes:

I - Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc;

II- Secretaria de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;

III - Casa Civil da Presidência da República;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - Entidades Fechadas de Previdência Complementar-EFPC;

VII - Patrocinadores e instituidores de planos de benefícios das EFPC; e

VIII - Participantes e assistidos de planos de benefícios das EFPC;

§1º A contar da publicação desta Portaria, os conselheiros titulares do CNPC terão 10 (dez) dias corridos para a indicação dos representantes referidos no inciso I a VIII deste artigo.

§2º Relativamente a cada membro titular, será indicado um respectivo suplente com direito a voz nas reuniões.

§3º A função de membro da Comissão Temática não será remunerada.

Art. 3º O representante da Previc coordenará as atividades da Comissão Temática, estabelecendo as regras de seu funcionamento, convocando e presidindo as reuniões.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da instalação da Comissão Temática, para conclusão dos trabalhos.

Parágrafo Único: Considerar-se-á instalada a Comissão Temática na data em que ocorrer sua primeira reunião.

Art. 5º Ao final dos trabalhos, a Comissão Temática apresentará ao CNPC relatório final das atividades desenvolvidas com a apresentação de proposta, na forma do §3º do art. 20 do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II
EM BELO HORIZONTE
GERÊNCIA EXECUTIVA EM BELO HORIZONTE

### DESPACHO DO GERENTE
Em 21 de fevereiro de 2014

DESPACHO 11.001/030/2014, DE 21/02/2014.
REFERENTE: Processo nº 35097.005599/1998-81, COMANDO SIPPS - 350933711. ASSUNTO: Cancelamento de ato de adjudicação referente a alienação do imóvel da rua General Osório, nº 695, Lote 27, Quadra 53, bairro Vera Cruz, Belo Horizonte, venda direta de imóvel lançado no Plano Nacional de Desimobilização - PND/2011. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 9.702/98, Art. 3º; Lei nº 9.636/98 e Lei nº 12.348/2010; Parecer nº 026/2012/PFE-INSS-BH/PGF/AGU e Nota Técnica AGU/PGF/PF-MG/DMF/SEDAD/ACPMC/Nº 19/2012, da Procuradoria Federal em Minas Gerais.

DECISÃO: O GERENTE-EXECUTIVO DO INSS EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições conferidas pela PORTARIA MPS/Nº 296/2009, de 09 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial nº 214, de 10 de novembro de 2009, Art. 167, Inciso X, alínea "c", bem como o Decreto nº 7.556/2011, Art. 20, Inciso XI, alínea "c", cumpridas as exigências legais, no entanto, diante da omissão do ocupante que, após assinar o "Termo de Opção de Compra" não compareceu para efetuar o pagamento dos 10% (dez por cento) do valor do imóvel, nos termos da Lei nº 9.702/98, e que apesar das solicitações feitas e comprovadas nos autos, às fls. 287, 290 e 293, não se manifestou, e com base nas orientações jurídicas no sentido de regular andamento dos feitos envolvendo os imóveis do bairro Vera Cruz, AUTORIZO o CANCELAMENTO do ato de adjudicação do imóvel acima à Sra. Márcia Maria de Oliveira Baia, CPF.: 356.203.076-20, que foi publicado no Diário Oficial da União nº 106, de 05 de junho de 2013, Seção 1, página 39, por desistência do exercício do direito de preferência.

HAROLD VANN HALLEN FONTES

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

### PORTARIA Nº 102, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, os incisos II e IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000644/2013-77, comando nº 372024057 e juntada nº 377307338, resolve:

Art. 1º Aprovar a Cisão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Precaver, CNPB nº 2004.0027-11, na parcela relativa aos participantes vinculados à Instituidora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde e Empresários da Região Oeste do Paraná Ltda. (Uniprime Oeste Paraná), atualmente sob administração da Quanta Previdência Unicred para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado;

Art. 2º Autorizar a aplicação do Regulamento do Plano Unimed de Previdência, CNPB n° 2014.0006-38, pelo Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado;

Art. 3° Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado e a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde e Empresários da Região Oeste do Paraná Ltda. (Uniprime Oeste Paraná) na condição de Instituidora do Plano Unimed de Previdência, CNPB n° 2014.0006-38;

Art. 4° Aprovar o "Termo de Cisão do Plano de Benefícios Precaver concomitante com a transferência do gerenciamento da parcela cindida e respectivas obrigações e rescisão do Convênio de Adesão", firmado entre a Quanta Previdência Unicred, o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado e a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde e Empresários da Região Oeste do Paraná Ltda. (Uniprime Oeste Paraná).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 271, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e ao Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família, a partir da competência financeira janeiro de 2014, do Município de Cristalina (GO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Relatório de Auditoria nº 11.254, oriundo do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, especialmente, no que tange às irregularidades junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 2 (duas) Equipes de Saúde da Família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

### PORTARIA Nº 272, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Nanuque, Estado de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e ao Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família, a partir da competência financeira dezembro de 2013, do Município de Nanuque (MG), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo 37º Sorteio Público, oriundo da Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as Equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 8 (oito) Equipes de Saúde da Família e, perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 273, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Cametá, Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e ao Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família, a partir da competência financeira janeiro de 2014, do Município de Cametá (PA), em virtude de denúncia de irregularidades/impropriedades no âmbito da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família oriunda do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, devidamente comprovadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Pará por meio do Relatório de Supervisão Técnica, especialmente no que tange a irregularidade nos dados junto Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) Equipe de Saúde da Família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 274, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera o repasse de recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, referente aos Municípios de Londrina e Apucarana (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a inclusão dos Municípios de Londrina e Apucarana (PR) no Consórcio Intergestores Paraná Saúde, conforme as Deliberações nº 25/CIB/PR e nº 332/CIB/PR de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, o que demandou alteração no repasse dos recursos federais a esses Municípios, referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, resolve:

Art. 1º Fica alterado o repasse de recursos federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente aos Municípios de Londrina e de Apucarana (PR), do Fundo Municipal para o Fundo Estadual de Saúde, com efeito retroativo a partir da competência outubro de 2013.

Parágrafo único. Os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano, referentes a esses Municípios, deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde em parcelas mensais de 1/12 (um doze) avos.

Art. 2º O Estado do Paraná deverá aplicar os recursos indicados no art. 1º desta Portaria, bem como os recursos de sua contrapartida, em conformidade com a Portaria vigente que normatiza o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar as Funcionais Programáticas 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a competência outubro de 2013.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 275, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera o repasse de recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, referente ao Município de Jussiape (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de Julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Resolução nº 191/CIB/BA, da 213º Reunião Ordinária de 10 de junho de 2013, que aprova a alteração no repasse dos recursos federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do Município de Jussiape, resolve:

Art. 1º Fica alterado o repasse de recursos federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente ao Município de Jussiape, do Fundo Municipal para o Fundo Estadual de Saúde, com efeito retroativo a partir da competência setembro de 2013.

Parágrafo único. Os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano, referentes a esse Município, deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde em parcelas mensais de 1/12 (um doze) avos.

Art. 2º O Estado da Bahia deverá aplicar os recursos indicados no art. 1º desta Portaria, bem como os recursos de sua contrapartida, em conformidade com a Portaria vigente que normatiza o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar as Funcionais Programáticas 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a competência setembro de 2013.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 276, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, referente ao Município de Paraguaçu (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Deliberação nº 1.610/CIB/MG, de 16 de outubro de 2013, que aprova o financiamento do Componente Básico do Bloco da Assistência Farmacêutica (CBAF) e estabelece a forma de pactuação conforme o anexo V dessa Deliberação, com Pactuação Parcialmente Descentralizada no Município e Pactuação Totalmente Centralizada no Estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o repasse dos recursos federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente ao Município de Paraguaçu, que passou a fazer parte da lista de Municípios com Pactuação Totalmente Centralizada no Estado de Minas Gerais, com repasses do Fundo Municipal para o Fundo Estadual de Saúde, com efeito retroativo a partir da competência dezembro de 2013.

Parágrafo único. Os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano, referentes a esse Município, deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde em parcelas mensais de 1/12 (um doze) avos.

Art. 2º O Estado de Minas Gerais deverá aplicar os recursos indicados no art. 1º desta Portaria, bem como os recursos de sua contrapartida, em conformidade com a Portaria vigente que normatiza o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar as Funcionais Programáticas 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a competência dezembro de 2013.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 278, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o inciso III do art. 200 da Constituição Federal de 1988;

Considerando o inciso I do art. 27 da Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990;

Considerando a Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor;

Considerando a Portaria nº 1.996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; e

Considerando a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no SUS, de 2003, norteada pela valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde, usuários, trabalhadores e gestores, pelo fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos; pelo aumento do grau de corresponsabilidade na produção de saúde e de sujeitos; pelo estabelecimento de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão; pela identificação das necessidades sociais de saúde; pela mudança nos modelos de atenção e gestão dos processos de trabalho; e pelo compromisso com a ambiência e com a melhoria das condições de trabalho e de atendimento, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS).

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Educação Permanente em Saúde (EPS): aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho, baseando-se na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas dos trabalhadores da saúde;

II - aprendizagem significativa: processo de aprendizagem que propicia a construção de conhecimentos a partir dos saberes prévios dos sujeitos articulados aos problemas vivenciados no trabalho;

III - Plano de Educação Permanente em Saúde do Ministério da Saúde (PEP-MS): plano norteador dos processos educativos dos trabalhadores do Ministério da Saúde, construído coletivamente pelas Secretarias e Unidades do Ministério da Saúde nos Estados;

IV - ações de educação regionalizadas/territorializadas: ações de educação a serem executadas de forma regionalizada/territorializada com o intuito de ampliar o acesso às ações de desenvolvimento e otimizar a utilização dos recursos;

V - áreas de educação: unidades ou equipes do Ministério da Saúde com competência e atribuições de gestão e/ou execução de ações de educação;

VI - ações de educação: reflexão e aprendizagem no/para o trabalho, no âmbito das equipes multiprofissionais, cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios ou estágios, oficinas, seminários, congressos e outras, que contribuam para a pactuação dos processos de trabalho, formação, atualização, qualificação profissional e desenvolvimento dos trabalhadores, em consonância com as diretrizes institucionais do Ministério da Saúde;

VII - servidor público federal: profissional legalmente investido em cargo público efetivo, em comissão ou temporário, da Administração Pública Federal; e

VIII - trabalhador do Ministério da Saúde: todo profissional que presta serviço ao Ministério da Saúde, independentemente do vínculo institucional.

Art. 3º A Política de Educação Permanente em Saúde no Ministério da Saúde deve considerar:

I - as especificidades das Secretarias e Unidades do Ministério da Saúde nos Estados;

II - as políticas prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS);

III - a necessidade de superar a fragmentação dos processos de trabalho;

IV - as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde; e

V - a capacidade instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde.

Art. 4º São diretrizes para a Educação Permanente em Saúde no Ministério da Saúde:

I - valorizar o trabalhador e o trabalho em saúde no Ministério da Saúde, na perspectiva da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no SUS;

II - fomentar práticas educacionais em espaços coletivos de trabalho, fortalecendo o trabalho em equipes multiprofissionais;

III - promover a aprendizagem significativa por meio da adoção de metodologias ativas e críticas;

IV - favorecer a autonomia dos sujeitos e a corresponsabilização nos processos de trabalho do Ministério da Saúde;

V - articular a Educação Permanente em Saúde e a gestão de pessoas por competências para a organização das ações de educação no Ministério da Saúde;

VI - fortalecer a gestão da Educação Permanente em Saúde de forma compartilhada e participativa, no âmbito do Ministério da Saúde;

VII - contribuir para a mudança cultural e institucional direcionada à gestão compartilhada e ao aprimoramento do SUS;

VIII - constituir-se como uma estratégia política para o enfrentamento da fragmentação dos serviços e das ações de saúde; e

IX - valorizar as múltiplas dimensões humanas nos processos de ensino-aprendizagem.

Art. 5º No que concerne à Política de Educação Permanente no Ministério da Saúde, são atribuições da:

I - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGESP):

a) promover a articulação entre a política de gestão de pessoas do governo federal e a política de educação na saúde no âmbito do Ministério da Saúde;

b) coordenar o processo de planejamento, monitoramento e avaliação da Educação Permanente em Saúde no âmbito do Ministério da Saúde, definindo coletivamente as prioridades e pactuando as corresponsabilidades de cada área;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) financiar as ações de educação constantes no PEP-MS e prestar conta da execução dos recursos aos órgãos competentes;

d) incentivar a adesão cooperativa e solidária de instituições de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde aos princípios, à condução e ao desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde, ampliando a capacidade pedagógica no Ministério da Saúde e as parcerias estabelecidas com instituições de ensino; e

II - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP):

a) planejar coletivamente o PEP-MS, considerando os objetivos estratégicos do Ministério da Saúde, as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores do Ministério e as especificidades regionais;

b) apoiar e cooperar, tecnicamente, as Secretarias e Unidades do Ministério da Saúde nos Estados para a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores, a partir dos problemas dos processos de trabalho e das competências institucionais de cada área;

c) estabelecer parcerias com instituições educacionais para a implementação do PEP-MS, à luz dos conceitos e princípios da Educação Permanente em Saúde e da legislação vigente; e

d) acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de Educação Permanente em Saúde, implementadas no Ministério da Saúde.

Art. 6º O PEP-MS deve ser construído de maneira coletiva, propiciando amplo debate e tendo por base o planejamento participativo e ascendente.

§ 1º O processo de discussão e construção do PEP-MS dar-se-á com a participação efetiva dos trabalhadores, considerando a análise estratégica do contexto do Ministério da Saúde e a intencionalidade das políticas públicas em saúde.

§ 2º As ações de educação do PEP-MS devem incluir todos os trabalhadores atuantes no Ministério da Saúde, tendo em perspectiva a diversidade de vínculos existentes e a legislação vigente.

Art. 7º As ações de educação do PEP-MS devem ocorrer, preferencialmente, por meio dos espaços coletivos de trabalho, no âmbito das equipes multiprofissionais.

Parágrafo único. Deve ser priorizada a forma coletiva de aprendizagem orientada para as equipes que atuam em processos de trabalho compartilhados, suprindo as lacunas de conhecimento identificadas no cotidiano.

Art. 8º A definição das estratégias de execução das ações de educação regionalizadas/territorializadas é de responsabilidade das áreas de educação das Unidades do Ministério da Saúde nos Estados.

Art. 9º A relação com as instituições de ensino parceiras será pautada pelas diretrizes e dispositivos desta Portaria.

Parágrafo único. A gestão das ações de educação deve ter condução e coordenação compartilhadas entre as áreas de educação, técnicas, instituições parceiras e instrutorias, quando for o caso.

Art. 10. As ações de educação serão organizadas em um plano de trabalho, de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Portaria, conforme roteiro apresentado no anexo a esta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

| | Ministério da Saúde<br>Subsecretaria de Assuntos Administrativos<br>Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | | Plano de Trabalho da Ação de Educação |
|---|---|---|---|
| 1. NOME DA AÇÃO | | | |
| 2. JUSTIFICATIVA (Como a ação de educação poderá atuar enquanto estratégia de enfrentamento diante da análise de contexto dos problemas identificados pelas equipes no processo de trabalho). | | | |
| 3. OBJETIVO DA AÇÃO | | | |
| 4. METODOLOGIA | | | |
| 5. RESULTADOS ESPERADOS | | | |
| 6. PARTICIPANTES (nº de participantes, identificação do perfil e áreas de atuação). | | | |
| 7. TITULAÇÃO/CERTIFICAÇÃO A SER CONFERIDA (se for o caso) | | | |
| 8. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO | | | |
| Avaliação do aprendizado: | | Avaliação da ação: | |
| 9. DADOS GERAIS | | | |
| Carga horária: | Custos: | Financiamento: | |
| Cronograma de execução financeira:<br>(anexar a este plano de trabalho, a planilha de custo/memória de cálculo da ação). | | | |
| Material pedagógico a ser fornecido: | | | |
| Dados da instituição parceira ou do instrutor, quando for o caso (incluir contatos: telefones, endereço e e-mail): | | | |
| 10. RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE EDUCAÇÃO<br>(incluir contatos: telefones, endereço e e-mail) | | | |
| Declaro que as informações acima são a expressão da verdade.<br><br>_____<br>(Local e Data) (Assinatura) | | | |

## PORTARIA Nº 279, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza repasse financeiro contingencial do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde de 15 Municípios do Estado do Ceará para intensificação das ações de controle do sarampo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 104/GM/MS, de 25 de janeiro de 2011, que define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde;

Considerando a Portaria nº 529/GM/MS, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 15/SVS/MS, de 22 de agosto de 2013, que define que os recursos financeiros, da Reserva Estratégica Federal do Componente de Vigilância em Saúde, previsto no art. 22, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 2013, destinam-se a implementação de Ações Contingenciais em Vigilância e Saúde (ACVS), a serem realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que no período de 2000 a 2013, não houve registro da ocorrência de casos autóctones de sarampo no Ceará;

Considerando que no início de 2014, entre 1º e 24 de janeiro, foram notificados 75 (setenta e cinco) casos suspeitos de sarampo no Ceará, sendo confirmados 10 (dez) casos por critério laboratorial (PCR em tempo real), existem 10 (dez) fortemente suspeitos (com sorologia positiva, aguardando confirmação de PCR em tempo real) e 55 (cinquenta e cinco) descartados pelos critérios clínico e laboratorial, há necessidade de realização de campanha de vacinação indiscriminada contra sarampo para as crianças menores de 5 (cinco) anos de idade nos Municípios considerados de maior risco para a disseminação da doença, com objetivo de interromper a cadeia de transmissão e evitar que a doença volte a se tornar endêmica no País; e

Considerando a recomendação do Comitê Internacional para Eliminação do Sarampo da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) para que o Brasil adote medidas de controle de forma imediata e demonstre que a cadeia de transmissão do sarampo foi interrompida, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse financeiro contingencial do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde de 15 Municípios do Estado do Ceará para intensificação das ações de controle do sarampo, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência automática destes valores para os Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria, em parcela única.

Art. 3º O crédito orçamentário, de que trata esta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

| IBGE | MUNICÍPIO | VALOR |
|---|---|---|
| 2301000 | AQUIRAZ | 2.879,76 |
| 2303501 | CASCAVEL | 2.788,11 |
| 2303956 | CHOROZINHO | 1.000,00 |
| 2304285 | EUSÉBIO | 2.007,72 |
| 2304400 | FORTALEZA | 93.653,43 |
| 2305233 | HORIZONTE | 2.585,31 |
| 2306256 | ITAITINGA | 1.464,45 |
| 2309607 | PACAJUS | 2.717,91 |
| 2310852 | PINDORETAMA | 1.000,00 |
| 2303709 | CAUCAIA | 22.684,20 |
| 2312403 | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | 2.956,80 |
| 2304954 | GUAIUBA | 1.717,80 |
| 2307650 | MARACANAÚ | 13.740,60 |
| 2307700 | MARANGUAPE | 7.294,20 |
| 2309706 | PACATUBA | 4.720,20 |
| Total | | 163.210,49 |

## PORTARIA Nº 280, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a janeiro, fevereiro e março de 2014, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.554/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e define em seu anexo IV os procedimentos e os valores dos medicamentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 6 Subgrupo 4 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS no 1º trimestre de 2014, conforme valores descritos no anexo a esta Portaria.

§ 1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em setembro, outubro e novembro de 2013 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);

§ 2º Para o Estado da Bahia foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 1.669.907,95 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil novecentos e sete reais e noventa e cinco centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de agosto de 2013 até o momento de elaboração da Portaria nº 2.701/GM/MS, de 11 de novembro de 2013. Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 3º Para o Distrito Federal foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 1.237.886,52 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de agosto de 2013 até o momento de elaboração da Portaria nº 2.701/GM/MS, de 11 de novembro de 2013. Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 4º Para o Estado de Goiás foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 1.443.761,30 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil setecentos e sessenta e um reais e trinta centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de agosto de 2013 até o momento de elaboração da Portaria nº 2.701/GM/MS , de 11 de novembro de 2013. Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 5º Para o Estado do Pará foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 269.538,88 (duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de agosto de 2013 até o momento de elaboração da Portaria nº 2.701/GM/MS, de 11 de novembro de 2013. Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 6º Para o Estado de Pernambuco foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 56.707,07 (cinquenta e seis mil setecentos e sete reais e sete centavos) em virtude de problemas técnicos ocorridos no processamento das informações ambulatoriais dos medicamentos bimatoprosta, latanoprosta e travoprosta referente às competências de agosto, setembro, outubro e novembro de 2013. Com os dados corrigidos, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 7º Para o Estado do Ceará foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 24.124,71 (vinte e quatro mil cento e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) em virtude do repasse de recursos inferior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 8º Para o Estado da Paraíba foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 10.570,49 (dez mil quinhentos e setenta reais e quarenta e nove centavos) em virtude do repasse de recursos inferior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 9º Para o Estado de Roraima foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 40,59 (quarenta reais e cinquenta e nove centavos) em virtude do repasse de recursos inferior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 10º Para o Estado de São Paulo foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 559.404,05 (quinhentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e quatro reais e cinco centavos) em virtude do repasse de recursos inferior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 11º Para o Estado do Acre foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 1.136,00 (um mil cento e trinta e seis reais) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado, dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 12º Para o Estado do Alagoas foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 2.894,30 (dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 13º Para o Estado do Amazonas foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 8.798,12 (oito mil setecentos e noventa e oito reais e doze centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 14º Para o Estado da Bahia foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 61.047,28 (sessenta e um mil quarenta e sete reais e vinte e oito centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 15º Para o Distrito Federal foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 2.704,04 (dois mil setecentos e quatro reais e quatro centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 16º Para o Estado do Espirito Santo foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 11.284,33 (onze mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 17º Para o Estado de Goiás foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 11.352,30 (onze mil trezentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 18º Para o Estado do Maranhão foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 11.463,18 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e dezoito centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 19º Para o Estado do Mato Grosso foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 38.454,49 (trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 20º Para o Estado do Mato Grosso do Sul foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 9.362,53 (nove mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 21º Para o Estado de Minas Gerais foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 265.164,34 (duzentos e sessenta e cinco mil cento e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 22º Para o Estado do Pará foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 19.500,83 (dezenove mil quinhentos reais e oitenta e três centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 23º Para o Estado do Paraná foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 10.307,36 (dez mil trezentos e sete reais e trinta e seis centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 24º Para o Estado de Pernambuco foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 16.892,34 (dezesseis mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 25º Para o Estado de Piauí foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 1.406,45 (um mil quatrocentos e seis reais e quarenta e cinco centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 26º Para o Estado do Rio de Janeiro foi realizado um ajuste a menor no total R$ 30.917,87 (trinta mil novecentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 27º Para o Estado do Rio Grande do Norte foi realizado um ajuste a menor no total R$ 9.502,59 (nove mil quinhentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 28º Para o Estado do Rio Grande do Sul foi realizado um ajuste a menor no total R$ 23.646,84 (vinte e três mil seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 29º Para o Estado de Rondônia foi realizado um ajuste a menor no total R$ 2.369,99 (dois mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 30º Para o Estado de Santa Catarina foi realizado um ajuste a menor no total R$ 56.310,16 (cinquenta e seis mil trezentos e dez reais e dezesseis centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 31º Para o Estado de Sergipe foi realizado um ajuste a menor no total R$ 2.949,31 (dois mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 32º Para o Estado do Tocantins foi realizado um ajuste a menor no total R$ 5.242,92 (cinco mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos) em virtude do repasse de recursos superior ao realmente praticado pelo Estado pago pela Portaria nº 2.701/GM/MS de 2013. Com os dados corrigidos, o valor pôde ser calculado e dividido em três parcelas, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é de R$ 191.077.729,83 (Cento e noventa e um milhões, setenta e sete mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos) correspondendo a um valor mensal de R$ 63.692.576,61 (sessenta e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos) que deverão ser transferidos mensalmente aos Estados, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Repasse de recursos financeiros no 1º Trimestre de 2014

| Unidade da Federação | Valor médio mensal aprovado em setembro, outubro e novembro de 2013 | Ajuste mensal a maior (1) | Ajuste mensal a maior (2) | Ajuste mensal a menor (3) | Valor de pagamento de janeiro, fevereiro e março de 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Acre | 100.993,71 | | | -378,67 | 100.615,05 |
| Alagoas | 357.395,97 | | | -964,77 | 356.431,20 |
| Amapá | 28.358,95 | | | | 28.358,95 |
| Amazonas | 605.918,95 | | | -2.932,71 | 602.986,24 |
| Bahia | 2.180.816,98 | 556.635,98 | | -20.349,09 | 2.717.103,87 |
| Ceará | 1.598.650,80 | | 8.041,57 | | 1.606.692,37 |
| Distrito Federal | 1.187.538,46 | 412.628,84 | | -901,35 | 1.599.265,95 |
| Espírito Santo | 1.964.663,91 | | | -3.761,44 | 1.960.902,47 |
| Goiás | 2.115.074,26 | 481.253,77 | | -3.784,10 | 2.592.543,93 |
| Maranhão | 701.636,08 | | | -3.821,06 | 697.815,02 |
| Mato Grosso | 726.351,02 | | | -12.818,16 | 713.532,85 |
| Mato Grosso do Sul | 749.017,26 | | | -3.120,84 | 745.896,42 |
| Minas Gerais | 7.563.178,04 | | | -88.388,11 | 7.474.789,93 |
| Pará | 714,56 | 89.846,29 | | -6.500,28 | 84.060,58 |
| Paraíba | 90.884,62 | | 3.523,50 | | 94.408,11 |
| Paraná | 4.062.089,65 | | | -3.435,79 | 4.058.653,87 |
| Pernambuco | 1.594.374,18 | 18.902,36 | | -5.630,78 | 1.607.645,75 |
| Piauí | 104.428,96 | | | -468,82 | 103.960,15 |
| Rio de Janeiro | 2.735.308,35 | | | -10.305,96 | 2.725.002,39 |
| Rio Grande do Norte | 449.613,93 | | | -3.167,53 | 446.446,40 |
| Rio Grande do Sul | 875.882,35 | | | -7.882,28 | 868.000,07 |
| Rondônia | 161.019,81 | | | -790,00 | 160.229,81 |
| Roraima | 36.844,76 | | 13,53 | | 36.858,29 |
| Santa Catarina | 3.510.725,44 | | | -18.770,05 | 3.491.955,39 |
| São Paulo | 27.910.121,13 | | 186.468,02 | | 28.096.589,14 |
| Sergipe | 587.146,56 | | | -983,10 | 586.163,46 |
| Tocantins | 137.416,60 | | | -1.747,64 | 135.668,96 |
| Total | 62.136.165,28 | 1.559.267,24 | 198.046,61 | -200.902,52 | 63.692.576,61 |

(1) Conforme § 2º, § 3º, § 4º, § 5 º e § 6 º do artigo 1º.

(2) Conforme § 7º, § 8º, § 9º e § 10º, do artigo 1º.

(3) Conforme § 11º ao 32º, do artigo 1º.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 281, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a necessidade de se formalizar o Sistema que visa aperfeiçoar as solicitações de transferências de recursos ou credenciamento/habilitação de serviços necessários à implantação de políticas em saúde, permitindo transparência, agilidade, organização e monitoramento das solicitações, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O SAIPS tem por objetivo aperfeiçoar as solicitações de transferências de recursos financeiros ou credenciamento/habilitação de serviços necessários à implantação de políticas em saúde, permitindo transparência, agilidade, organização e monitoramento das solicitações.

Art. 3º As modalidades de transferência de recursos financeiros que poderão ser solicitadas através do SAIPS são as seguintes:

I - incentivo: recurso da categoria econômica corrente ou capital destinado à implantação de serviço ou componente de rede, transferido em parcela única do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, após publicação de Portaria específica ou solicitação de órgão do Ministério da Saúde ao Fundo Nacional de Saúde;

II - custeio: recurso da categoria econômica corrente, transferido mensalmente do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo de Saúde dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, após publicação de Portaria específica; e

III - habilitação ou credenciamento: formalização mediante Portaria específica de serviço de saúde executado pelo estabelecimento de saúde, equipe, ou serviço/componente de rede enquanto prestadores ou integrantes do SUS.

Art. 4º A implantação do SAIPS será realizada de maneira gradual.

§ 1º O SAIPS pode ser acessado pelos sítios eletrônicos www.fns.saude.gov.br ou saips.saude.gov.br.

§ 2º A utilização do SAIPS será obrigatória para o cadastramento de propostas para componentes e serviços cuja solicitações de incentivos, custeio, habilitação ou credenciamento já estejam disponíveis.

§ 3º Os processo e fluxos para componentes e serviços ainda não disponíveis no SAIPS para cadastro de propostas serão realizados conforme estabelecido nas respectivas Portarias instituidoras.

Art. 5º Os perfis de acesso, atribuições, fluxos e procedimentos para cadastro e monitoramento das propostas serão disponibilizados em manuais que poderão ser acessados no sítio eletrônico do SAIPS.

Art. 6º No caso de solicitação de incentivo ou custeio, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento de saúde beneficiário deverá ser vinculado, obrigatoriamente, a um Fundo de Saúde Estadual, do Distrito Federal ou Municipal.

Art. 7º As informações prestadas deverão guardar estrita consonância com o registro no Sistema Nacional de Cadastrado de Estabelecimento de Saúde (SCNES).

Art. 8º O cadastramento da proposta não gera quaisquer obrigações ao Ministério da Saúde em relação ao seu atendimento.

§ 1º As propostas enviadas ao Ministério da Saúde por intermédio do SAIPS serão analisadas conforme os critérios definidos para cada Rede, Programa ou Política.

§ 2º A área técnica responsável pela Rede, Programa ou Política analisará o mérito da solicitação, podendo indicar adequações, aprovar, aprovar com pendências a serem sanadas em prazo determinado ou rejeitar a proposta.

§ 3º O gestor público de saúde Estadual, do Distrito Federal ou Municipal deverá assegurar o monitoramento da execução de cronograma ou de solução de pendências definidas para as propostas.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será apresentada no Relatório Anual de Gestão (RAG), previsto na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, e analisado pelo respectivo Conselho de Saúde Estadual, Distrital ou Municipal.

Art. 10. O Sistema Nacional de Auditoria (SNA), com fundamento nos relatórios de gestão, acompanhará a conformidade da aplicação dos recursos transferidos, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994.

Art. 11. Fica instituída a Comissão de Monitoramento do SAIPS, que será responsável pela manutenção do SAIPS e será composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

I - 1 (um) representante do Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SGEP/MS);

II - 1 (um) representante da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS/SE/MS);

III - 1 (um) representante do Gabinete do Secretário de Atenção à Saúde (GAB/SAS/MS);

IV - 1 (um) representante de cada Departamento da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS); e

V - 1 (um) representante do Gabinete do Secretário-Executivo (GAB/SE/MS).

§ 1º A Comissão de Monitoramento do SAIPS será coordenada pelo representante do GAB/SAS/MS, que fornecerá o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento das suas atividades.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos à Coordenação da Comissão no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de publicação desta Portaria.

§ 3º Os representantes de que tratam os incisos III e IV do "caput" serão responsáveis pela administração do SAIPS.

Art. 12. A Comissão de Monitoramento do SAIPS poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 13. As funções desempenhadas no âmbito da Comissão de Monitoramento do SAIPS não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

**PORTARIA Nº 282, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Localiza temporariamente no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, DAS-101.2.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Localizar temporariamente no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Disseminação de Informações em Saúde, código DAS 101.2, nº 37.0121, da Coordenação-Geral de Disseminação de Informações em Saúde, do Departamento de Informática do SUS, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

ARTHUR CHIORO

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
## DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.623, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.769966/2013-83, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., registro ANS nº 33.787-1, inscrita no CNPJ sob nº 84.313.741/0001-12.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.624, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Cooperativa de Trabalho Médico - Unimed Aquidauana.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.403159/2011-39, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora Cooperativa de Trabalho Médico - Unimed Aquidauana, registro ANS nº 31.959-7, inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.987/0001-52.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.625, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes dos processo administrativo nº 33902.644983/2013-17, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica prorrogada por 15 (quinze) dias, a alienação da carteira de beneficiários da operadora Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, CNPJ nº 05.202.699/0001-96 e registro ANS nº 41.540-5, contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.626, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando as anormalidades assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.812667/2011-12, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., inscrita no CNPJ 73.997.231/0001-95, registro ANS nº 40234-6, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§4º Terá validade de 5(cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do guia de planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§5º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito de compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.627, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.288913/2013-66, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.581/0001-82, registro ANS nº 34.736-1, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins, ode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins deverá enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.628, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Planos de Saúde PSMC Prevenção Saúde, Medicina e Cirurgia Ltda. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.020516/2010-46, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Planos de Saúde PSMC Prevenção Saúde, Medicina e Cirurgia Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.721.322/0001-20, registro ANS nº 36.494-1, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na PREVENÇÃO SAÚDE, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a operadora PREVENÇÃO SAÚDE deverá enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.629, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora M.M.N. Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.806317/2011-17, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora M.M.N. Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.552.713/0001-93, registro ANS nº 33.903-2, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na M.M.N. SAÚDE, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a operadora M.M.N. SAÚDE deverá enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO
Diretor-Presidente
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**DECISÕES DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 393ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 15 de janeiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Tipo de Infração | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 25789.012472/2007-09 | SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF | DIGES | Redimensionamento de rede hospitalar sem autorização da ANS - Art. 8º da Lei 9656/98. | Advertência |
| 25780.003771/2010-20 | UNIMED MACAPA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIGES | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98. | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25779.002242/2010-48 | CASA DE SAÚDE SÃO BENARDO S/A | DIGES | Cobrança de valor de coparticipação referente a pacote de pronto socorro sem previsão contratual - Art. 25 da Lei 9656/98. | 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| 25779.011236.2008-67 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | DIGES | Envio de informações contendo incorreções à ANS para planos anteriores à Lei 9656/98 - Art. 20 da Lei 9656/98. | Advertência |
| 33903.009311.2010-08 | UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIOPE | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98. | 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) |
| 25773.007239/2009-37 | COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE SÃO LUÍS LTDA. - UNIMED DE SÃO LUÍS | DIGES | Aplicação de reajustes por variação anual de custos acima do índice previsto em contrato e por mudança de faixa etária também não prevista em contrato - Art. 25 da Lei 9656/98. | 81.000,00 (oitenta e um mil reais) |
| 33903.005649/2008-68 | UNIMED BRASILIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | DIOPE | Negativa de cobertura - Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso II, da Lei 9656/98. | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 33902.195766/2009-03 | SMEDSJ - SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSÉ S/C LTDA | DIGES | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98. | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25785.003565/2008-55 | UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP.DE TRAB.MÉDICO LTDA | DIOPE | Aplicação de reajuste por variação anual de custos diverso do previsto em contrato - Art. 25 da Lei 9656/98. | 135.540,00 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais) |
| 33902.029911/2009-51 | GOLDEN CROSS ASSITENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA | DIPRO | Deixar de garantir cobertura prevista em contrato - Art. 25 Lei 9656/98. | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25773.007096/2009-63 | HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA | DIPRO | Restrição à liberdade de exercício de atividade profissional por prestador de serviço - Art. 18, inciso III da Lei 9656/98. | 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) |
| 25789.005525/2006-46 | ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA CECÍLIO LTDA | DIPRO | Operação de planos privados de assistência à saúde sem registro na ANS - Art. 19 da Lei 9656/98. | 900.000,00 (novecentos mil reais) |
| 25779.012206/2008-78 | VIDA SAUDÁVEL S/C | DIPRO | Não encaminhamento à ANS, no prazo estabelecido, de informações referentes à reajuste - Art. 20, caput, da Lei 9656/98. | 15.000,00 (quinze mil reais) |
| 25779.013318/2009-27 | CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO S/A | DIGES | Suspensão unilateral de contrato coletivo em desacordo com previsão contratual - Art. 25 da Lei 9656/98. | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25779.006781/2010-56 | FUNDAÇÃO GERALDO CORREA | DIGES | Rescisão unilateral indevida - Art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9656/98. | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 33902.117035/2008-38 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | DIGES | Aplicação de reajustes sem comunicação e não envio de informações à ANS - Art. 20 e caput da Lei 9656/98. | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 33902.015648/2009-12 | LIFE SAUDE MEDICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | DIPRO | Redimensionamento de rede hospitalar sem autorização da ANS - Art. 17, § 4º, da Lei 9656/98. | 74.223,16 (setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três reais e dezesseis centavos) |
| 25783.001279/2010-90 | UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA | DIOPE | Aplicação de reajuste por mudança de faixa etária em desacordo com a RN 63/2003 - Art. 15 da Lei 9656/98. | 27.000,00 (vinte e sete mil reais) |
| 25783.018274/2010-04 | VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA | DIGES | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei 9656/98. | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 25789.003640/2009-29 | AMIL SAÚDE LTDA. | DIGES | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" e art. 20, ambos da Lei 9656/98. | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25782.000446/2010-95 | UNIMED REGIONAL MARINGÁ COOP.DE TRABALHO MÉDICO | DIGES | Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98. | 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 393ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de janeiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Tipo de Infração | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 25785.002526./2010-55 | UNIMED SANTA MARIA SOC COOP DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I da Lei 9656/98 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25773.000005/2010-01 | UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25773.003315/2007-73 | UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA | DIOPE | Aplicar reajuste por mudanças de faixa etária, em novembro/2007, ao contrato de R.F.S., beneficiária de plano de saúde individual firmado em 30/12/1991, sem previsão contratual para o percentual empregado - Art. 25 da Lei 9656/98 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 25789.026876/2008-52 | UNIMED DE POÇOS DE CALDAS - SOC COOP DE TRABALHO E SERVIÇOS MÉDICOS | DIOPE | Aplicar reajuste por variação de custos em percentual acima do contratado, no contrato firmado pelo bem J.B.P., nos períodos de 06/2006 e 06/2007 - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, § 1º da RN 128/2006 c/c art. 12, § 1º da RN 156/2007 | Advertência |
| 33902.138138/2009-12 | CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL | DIOPE | Deixar de garantir cobertura prevista em contrato - Art. 25 da Lei 9656/98 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.018684/2009-53 | AMICO SAÚDE LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25785.007386/2009-78 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL | DIPRO | Deixar de cumprir as obrigações previstas em contratos celebrados a qualquer tempo - Art. 25 da Lei 9656/98 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.068710/2009-94 | SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A | DIOPE | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25789.0170089/2009-09 | AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.004780/2009-14 | PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | DIOPE | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33902.233386/2006-23 | UNIÃO ADMINISTRADORA DE SAÚDE LTDA | DIPRO | Não informar a ANS credenciamento Hospital Vila da Serra - CNPJ 01.067064/0001-72 - Art. 20 da Lei 9656/98 | Arquivamento |
| 25773.003561/2010-21 | HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA | DIGES | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.180611/2009-64 | UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO | DIOPE | Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.070671/2009-95 | ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO | DIOPE | Negativa de Cobertura - Art. 35, inciso I c/c art. 10 da Lei 9656/98 c/c art. 5º da CONSU 13/98 | 100.000,00 (cem mil reais) |
| 33902.160954/2004-06 | PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA | DIGES | Aplicar reajuste ao consumidor inscrito no produto identificado pela com a operadora com a denominação de Plano B, em percentual acima do contratado e do percentual autorizado pela ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, incisos XVII e XX da Lei 9961/00 | 27.174,00 (vinte e sete mil, cento e setenta e quatro reais) |
| 25783.004261/2008-25 | ESMALE ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 33902.037973/2001-89 | UNIMED COSTA VERDE RJ | DIOPE | Descumprimento das obrigações de cláusulas contratuais - Art. 1º, § 1º, alínea "d" c/c art. 2º, incisos V e IV da CONSU 08/98 | 45.912,63 (quarenta e cinco mil, novecentos e doze reais e sessenta e três centavos) |
| 33903.011544/2008-48 | UNIMED CAMPO GRANDE MS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98 c/c art. 15, inciso III da RN 167/2008 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.033915/2008-78 | AMIL SAÚDE LTDA | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25789.000725/2010-99 | ITALICA SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25780.004796/2010-41 | UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIPRO | Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a" c/c art. 13, parágrafo único, inciso II, todos da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25780.001816/2010-21 | UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIOPE | Suspender unilateralmente a partir de 01/03/2010, o contrato familiar do contratante W.S.S. - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
## NÚCLEO EM MINAS GERAIS

### DECISÕES DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O(A) Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25779.001481/2012-42 | Unimed BH Cooperativa de Trabalho Médico | 343889 | 16.513.178/0001-76 | Utilizar de forma indiscriminada o raio-x, impondo a realização de tomadas radiográficas, antes e após qualquer tipo de atendimento odontológico, em substituição à perícia/auditoria, em conflito com a Resolução CFO 102/2010. (art.1º,§1º, "d", da L.9656/98 c/c art.2º,II, da CONSU 08) | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 2577 2.002231/2009-94 | Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda | 346926 | 00.628.107/0001-89 | Comercializar o plano plus I, com comercialização suspensa desde dezembro/1998, ao beneficiário A.M.A. (art.9º, da L.9656/98 c/c art.11, da RN 85/04) | Arquivamento - Anulação do auto de infração nº46095 |

O(A) Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25779.002352/2012-71 | Casa de Saúde São Bernardo S.A | 363766 | 31.488.208/0001-25 | Exigir do benef.S.M.L.R, juros de mora em índice acima do previsto no §7º do art.15, do contrato, nos meses de nov e dez/2008; jan/fev/mar/jul/set/out/nov e dez/2009; ago/2010 e set/out/nov de 2011. (art.25, da L.9656/98) | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25779.005495/2012-35 | Casa de Saúde São Bernardo S.A | 363766 | 31.488.208/0001-25 | Cobrar fator moderador de co-participaç ão, sem previsão contratual, pela realização de procedimento denominado pacote de pronto socorro, no dia 28/01/2012, no dia 20/02/2012 e no dia 08/03/2012, em desfavor da beneficiária. (art.25, da L.9656/98) | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25779. 023102/2011-94 | Casa de Saúde São Bernardo S.A | 363766 | 31.488.208/0001-25 | Deixar de garantir, cobertura de atendimento de emergência, depois de cumpridas às 24 horas de vigência do contrato, em 24.10.2011, para a beneficiária Sra.I.A.R.P. (art.35-C, da L.9656/98 c/c art.3º da CONSU 13) | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |

RODOLFO LIMA SANTA ROSA

## NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.458539/2012-91 | ADPLAN ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE BENEFÍCIOS LTDA | 417190. | 03.506.124/0001-31 | Por não comunicar ao beneficiário, a rescisão com antecedência de 30 dias, conforme acordado em contrato (Art.25 da Lei 9.656/98) | 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 33902.499662/2012-62 | SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTÊNCIAL MÉDICA E ODONTO CIRURGICA | 343676. | 33.721.226/0001-30 | Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, I da Lei 9.656/98) | 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS) |
| 33902.402846/2011-37 | BRADESCO SAÚDE S/A | 005711. | 92.693.118/0001-60 | Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas ("Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.097593/2011-75 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | 326305. | 29.309.127/0001-79 | Ao implementar o pl. de saúde de benef. em data posterior à prevista e pela constatação do não preenchimento do campo destinado à operad. ou p. fís./juríd. na prop. de adesão. (Art.25 da Lei 9.656/98) e (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 25 da RN 195/09) | 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.549610/2012-44 | PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO | 406201. | 03.261.478/0001-63 | Por operar produtos em condição diversa da registrada na ANS (Art.9º, II da Lei 9.656/98) e reduzir rede hospitalar, descredenciando prestador sem autorização/comunicação da/à ANS (Art. 17, §4º da Lei 9.656/98) | 94.686,32 (NOVENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) |
| 33902.378317/2012-96 | AMIL SAÚDE LTDA. | 302872. | 43.358.647/0001-00 | Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, I, "b" da Lei 9.656/98) | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.424979/2013-26 | UNIMED DE MACAÉ COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | 302953. | 35.830.868/0001-01 | Deixar de fornecer ao consumidor Manual de Orientação p/ Contratação de Planos de Saúde(Art.16, parágrafo único da Lei 9.656/98) | 3.000,00 (TRES MIL REAIS) |
| 33902.587365/2012-73 | AMICO SAÚDE LTDA | 306622. | 51.722.957/0001-82 | Por redimensionar a rede hospitalar por redução, sem comunicação/autorização da ANS (Art.17, §4º da Lei 9.656/98) | 1.676.958,44 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) |
| 33902.652876/2011-92 | GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA | 403911. | 01.518.211/0001-83 | Ao postergar o início de vigência do contrato em desacordo com a legislação em vigor (Art.12, V da Lei 9.656/98) e ao imputar CPT, sem observar normas referentes à DLP do consumidor (Art. 11 da Lei 9.656/98 c/c art. 15 da RN 162/07) | 258.703,13 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, SETECENTOS E TRES REAIS E TREZE CENTAVOS) |
| 33902.174589/2009-13 | CASA DE PORTUGAL | 333981. | 33.607.045/0001-88 | Por excluir a cobertura hospitalar em desacordo com o contrato (Art.25 da Lei 9.656/98) | Anulação do AI 41050 / Arquivamento |
| 33902.346048/2013-80 | INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A | 359017. | 44.649.812/0001-38 | Ao aplicar reajuste por variação de custo anual acima do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, XVII da Lei 9.961/00 c/c art. 1º e 2º da RN 171/08) | 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.580152/2011-30 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL | 346659. | 33.719.485/0001-27 | Deixar de garantir ao beneficiário, cobertura p/ os materiais solicitados necessários à realização de procedimentos médicos (Art.25 da Lei 9.656/98) | 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 33902.402399/2013-88 | GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL | 323080. | 03.658.432/0001-82 | Impedir participação de beneficiário em plano de saúde, por meio de portabilidade de carências (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 3º da RN 186/09) | 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) |
| 33902.417664/2013-22 | GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA | 403911. | 01.518.211/0001-83 | Deixar de garantir cobertura integral p/ honorários de médico anestesista (Art.25 da Lei 9.656/98) | 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 33902.585662/2013-65 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL | 346659. | 33.719.485/0001-27 | Ao aplicar reajuste por mudança de faixa etária, sem previsão contratual (Art.25 da Lei 9.656/98) | 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) |

LEONARDO FICH

## NÚCLEO EM SÃO PAULO

### DECISÕES DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25789.077382/2011-31 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Art. 12, II, "f", Lei 9656/98. Deixar de garantir alimentação de acompanhante da benef. M.V.A.P. em internação hospitalar em 21/5/11 no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo. | 80000 (OITENTA MIL REAIS) |
| 25789.002221/2012-75 | PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. | 380041. | 61.590.816/0001-07 | Art. 20, Lei 9656/98. Deixar de enviar à ANS informações de natureza cadastral da benef. S.A.C. | ADVERTÊNCIA |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 25789.083650/2011-54 | ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO | 314218. | 60.975.174/0001-00 | 1) Art. 35, § 3º, Lei 9656/98, c/c art. 3º, RN 254; 2) Art. 35, Lei 9656/98 c/c art. 8º, § 2º, RN 254. | 64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS) |
| 25789.057859/2012-43 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art. 20, Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15, RN 171 c/c §2º, art. 4º, IN 13/06. | ADVERTÊNCIA |
| 25789.057015/2012-01 | ITALICA SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 320889. | 01.560.138/0001-08 | Art. 13, parágrafo único, II, Lei 9656/98 Rescisão unilateral contrato individual de C.S.B. | 48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS) |
| 25789.058154/2011-62 | ODONTOPREV S/A | 301949. | 58.119.199/0001-51 | Art. 25, Lei 9.656/98. Descumprimento cláusula quinta do contrato ao deixar de garantir tratamento ortodôntico entre abril e junho/11 para benef.W.B.S. | 60000 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25789.052564/2012-81 | PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA | 417271. | 11.273.573/0001-05 | Art. 25, Lei 9656/98. Descumprimento cláusulas 17 e 20 do contrato coletivo por adesão, ao não restabelecer a cobertura do plano de saúde da benef. G.F. | 60000 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25789.099689/2012-74 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Art. 25, Lei 9656/98. Descumprimento contrato de L.P.B. quando da solicitação de rizotomia percutânea por radiofrequência em 10/12. | 60000 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25789.046138/2011-27 | ASSIMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE LTDA. | 401846. | 03.016.500/0001-00 | Art. 35-C, I, Lei 9656/98 Deixar de garantir tomografia computadorizada de abdome em 19/11/10, em caráter de emergência, para benef. I.D.M. | 60000 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25789.067616/2010-51 | CENTRO HOSPITALAR ATIBAIA LTDA. | 350699. | 00.950.062/0001-64 | Artigo 12, I, "b", Lei 9656/98. Deixar de garantir exames ambulatoriais em 15/03/10 ao benef. M.L.N. | 48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS) |
| 25789.002298/2012-45 | AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. | 326305. | 29.309.127/0001-79 | Art. 12, II, "d", "e", Lei 9.656/98. Deixar de garantir internação de 29/12/10 a 20/02/11, ao negar exame de pró-calcitonina e materiais à benef. H.M.N.M. | 88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS) |
| 25789.073792/2012-94 | PREVIDENT ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. | 374440. | 56.269.913/0001-62 | Art. 16, V, Lei nº 9.656/1998. Estabelecer cláusula contratual em plano odontológico individual (produto nº 700.827/99-9) em desacordo com a legislação. | 46333,89 (QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRES REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) |
| 25789.016539/2012-33 | INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A | 359017. | 44.649.812/0001-38 | Art. 13, parágrafo único, II, Lei 9656/98. | Auto de Infração 52.217 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.072927/2012-02 | SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA. | 400190. | 02.282.844/0001-06 | Art. 12, I, "b", Lei 9656/98 | Auto de Infração 38.789 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.072937/2012-30 | HBC SAÚDE S/C LTDA. | 414352. | 05.011.316/0001-00 | Art. 12, I, "a", Lei 9656/98. Deixar de garantir consulta em oftalmologista em 07/11 à benef. L.O.S. | 48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS) |
| 25789.035950/2011-27 | ATIVIA-COOPERATIVA DE SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES | 320510. | 69.289.171/0001-89 | Art. 14, Lei 9656/98. Impedimento participação de consumidor em plano de assistência à saúde por ocasião de portabilidade de carências em 10/10. | 30000 (TRINTA MIL REAIS) |
| 25789.071749/2011-11 | UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A | 000701. | 04.487.255/0001-81 | Art. 12, II, "a", Lei 9656/98. Deixar de garantir tratamento cirúrgico de refluxo gastroesofágico em 17/03/11 à A.P.S. | 80000 (OITENTA MIL REAIS) |
| 25789.041086/2011-01 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art. 25, Lei 9656/98. Não garantir cumprimento cláusula 11.2 do contrato de V.A.R. ao proceder sua remoção somente após deliberação judicial em 07/10. | 66000 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS) |
| 25789.069531/2013-51 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Art. 20, Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15, RN 171 c/c §2º, art. 4º IN 13/06. | Auto de Infração 50.762 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.069685/2012-61 | PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA | 417271. | 11.273.573/0001-05 | Art. 25 Lei 9656/98. Excluir benef. C.E.R. em 13/06/11 em desacordo com prazo de inadimplência determinado na proposta de adesão firmada em 29/04/11. | 60000 (SESSENTA MIL REAIS) |
| 25789.069619/2013-72 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Art. 20, Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15, RN 171 c/c §2º, art. 4º, IN 13/06. | Auto de Infração 41.732 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.063512/2011-59 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art.25, Lei 9656/98. | Auto de Infração 43.909 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.051112/2013-62 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15 RN 171 c/c §2º do art. 4º IN 13/06. | ADVERTÊNCIA |

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 25789.069619/2013-72 | SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE | 006246. | 01.685.053/0001-56 | Art. 20, Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15, RN 171 c/c §2º, art. 4º, IN 13/06. | Auto de Infração 41.732 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.063512/2011-59 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art.25, Lei 9656/98. | Auto de Infração 43.909 anulado por improcedência. Arquivamento. |
| 25789.051112/2013-62 | UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | 301337. | 43.202.472/0001-30 | Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15 RN 171 c/c §2º do art. 4º IN 13/06. | ADVERTÊNCIA |

RÚBIA PINHEIRO DA ROSA SHIMIZU

**RETIFICAÇÃO**

Na Decisão de 7 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 24 de fevereiro de 2014, Seção 1, página 62, processo 25789.063512/2011-59 da operadora GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA, onde se lê: Número do Processo na ANS 25789.063512/2011-59. leia-se: Número do Processo na ANS 25789.018988/2012-16.

## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

**DECISÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.026070/2010-6 3 | UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDIC O | 333051 . | 74.466.137/0001-7 2 | Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. | 20.000,00 (VINTE MIL REAIS ) |
| 33902.037250/2010-7 1 | ODONTO PLUS CONVENIO ODONTOLOGICO SOCIEDADE SIMPLES LTD A | 405671 . | 92.395.847/0001-3 0 | Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. | ADVERTÊNCI A |

PATRÍCIA SOARES DE MORAES
Substituta

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.146561/2011-19 | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | 353761. | 34.028.316/0001-03 | Programa Olho Vivo. Violação ao artigo 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c artigo 9º da RN 137/2006, com penalidade prevista no artigo 48 da RN 124/2006. | 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) |
| 33902.037038/2010-11 | PREV SYSTEM LTDA. | 401609. | 09.550.419/0001-91 | Não envio do Parecer de Auditoria Independente. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c item 5.3.1, do Capítulo I, do Anexo I, da RN 27/03. | ADVERTÊNCIA |
| 33902.036474/2010-65 | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ | 355879. | 33.755.174/0001-13 | Não envio do Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 da lei 9.656/98 c/c RN 27/03. | 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.036128/2010-87 | ORAL MED PARANÁ-CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA | 362352. | 95.373.346/0001-41 | Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Obrigação prevista no art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9656/1998 c/c IN DIOPE 08/2006 c/c IN DIOPE 09/2007 c/c IN 24/2008 c/c IN 36/2009 c/c IN 46/2011 c/c RN 290/2012. | 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS) |
| 33902.037026/2010-89 | DENTALMASTER COMÉRCIO DE PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA | 401463. | 01.364.933/0001-20 | Não envio do Parecer de Auditoria Independente. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c item 5.3.1, do Capítulo I, do Anexo I, da RN 27/03. | ADVERTÊNCIA |

PATRÍCIA SOARES DE MORAES
Substituta

**DECISÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.153018/2007-83 | HOSPITAL SAO PAULO | 333514. | 22.780.498/0001-95 | Não envio do comunicado referente ao reajuste de planos coletivos. Obrigação prevista no art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c arts. 7º, 8º e 10 da RN 129/06, c/c arts. 8º, 9º, 10 e 11 da RN 128/06. | 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS) |

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

| Número do Processo na ANS | Nome da Operadora | Número do Registro Provisório ANS | Número do CNPJ | Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora) | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 33902.151649/2007-68 | COOPERATIVA MÉDICA CAMPINAS - COOPERMECA | 336432. | 45.098.787/0001-04 | Não envio do comunicado referente ao reajuste de planos coletivos. Obrigação prevista no art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c arts. 6º, 7º e 9º da RN 8/02 c/c arts. 6º, 7º e 9º da RN 36/03 c/c arts. 7º, 8º e 11 da RN 74/04 c/c arts. 7º, 8º e 11 da RN 99/05 c/c arts. 7º, 8º e 10 da RN 129/06 c/c arts. 8º, 9º, 10 e 11 da RN 128/06. | ARQUIVAMENTO |

PATRÍCIA SOARES DE MORAES
Substituta

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 738, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando Mandado de Segurança, Processo n.º 6179-76.2014.4.01.3400, que determina a análise da petição abaixo, resolve:

Art. 1º Indeferir petição relacionada à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
PRINCIPIO ATIVO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
MARCA OU REFERÊNCIA NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
NOME COMERCIAL
ASSUNTO DESCRIÇÃO
EMS S/A 1.00235-1
LORATADINA + SULFATO DE PSEUDOEFEDRINA
ANTI-HISTAMINICOS SISTEMICOS
CLORATADD D 25351.725807/2012-53
COMERCIAL 0000000000 24 Meses
5MG + 120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 6
Não informado
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
COMERCIAL 0000000000 24 Meses
5MG + 120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 12
Não informado
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
COMERCIAL 0000000000 24 Meses
5MG + 120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 24
Não informado
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS
01 - Em desacordo com a Legislação vigente

**ARESTO Nº 49, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência em reunião realizada em 16 de janeiro de 2014.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPROTAÇÃO LTDA
Produto: BREEZY BREATH POPS
Processo: 25351.375341/2012-42
Expediente do recurso nº: 0891814/12-7
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de registro do produto
Parecer: 69/2012
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA
2.
Empresa: EXCELLENCE COMERCIAL LTDA
Produto: LAURA MERCIER SECRET CONCEALER
Processo: 25351.058816/2013-13
Expediente do recurso nº: 0519844/13-5
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de registro do produto
Parecer: 44/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
3.
Empresa: FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
Produto: SATTIVA BLOCK FPS 33 ROSTO SATTIVA
Processo: 25351.457675/2008-33
Expediente do recurso: 0582518/13-1
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação modificação de fórmula do produto
Parecer: 45/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
4.
Empresa: FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
Produto: SATTIVA BLOCK FPS 33 ROSTO SATTIVA
Expediente do recurso: 0582493/13-1
Processo: 25351.457675/2008-33
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de revalidação de registro do produto
Parecer: 46/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
5.
Empresa: DBS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Produto: SKINAGE CREME-GEL LIPOSSOMADO PARA RADIODERMITES
Processo: 25351.003457/2013-19
Expediente do recurso nº 0472916/13-1
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de registro do produto
Parecer: 47/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
6.
Empresa: JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA
Produto: JOHNSON'S BABY COLÔNIA BEIJINHOS
Processo: 25351.586906/2012-11
Expediente do recurso: 0387715/13-9
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de registro do produto
Parecer: 48/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA
7.
Empresa: LUMAZIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
Produto: HOUGHTO HANDS ASSEPT SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO PARA AS MÃOS
Processo: 25351.155285/2008-21
Expediente do recurso: 0368689/13-2
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de revalidação de registro do produto
Parecer: 50/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
8.
Empresa: FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
Produto: SATTIVA BLOCK FPS 33 CORPO
Processo: 25351.559786/2008-83
Expediente do recurso: 0695395/13-6
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de modificação de fórmula do produto
Parecer: 51/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO
9.
Empresa: FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
Produto: SATTIVA BLOCK FPS 33 CORPO
Processo: 25351.559786/2008-83
Expediente do recurso: 0695425/13-1
Assunto: Recurso Administrativo referente ao indeferimento da solicitação de revalidação de registro do produto
Parecer: 52/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO

**ARESTO Nº 50, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 13/02/2014.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

1.
Empresa: TRB Pharma Indústria Química e Farmacêutica Ltda
Medicamento: Bros (fosfatidilserina)
Forma farmacêutica: Cápsula
Processo nº: 25001.027000/84
Expediente nº: 600462/11-8
Assunto: Medicamento Biológico - Indeferimento de Revalidação de Registro.
Parecer: 076/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
2.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: estradiol + acetato de noretisterona
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.136617/2012-57
Expediente nº: 0218710/13-8
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Genérico
Parecer: 145/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
3.
Empresa: Ariston Indústrias Químicas e Farmacêuticas Ltda.
Medicamento: piperacilina sódica + tazobactam sódico
Forma Farmacêutica: pó liófilo injetável
Processo nº: 25351.483480/2010-47
Expediente nº: 0353711/12-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Genérico
Parecer: 008/2014
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
4.
Empresa: Euroquímica Ltda.
Medicamento: Rowatinex® (pineno + canfeno + eucaliptol + borneol + fenchona + anetol)
Forma farmacêutica: cápsula gelatinosa mole
Processo nº: 25351801141/2010-61
Expediente n.: 301406/11-1
Assunto: Indeferimento da petição de Registro de Nova Associação no País
Parecer: 126/2013
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
5.
Empresa: Blau Farmacêutica S/A.
CNPJ: 58.430.828/0001-69
Medicamento: Botulim (Toxina botulínica tipo A)
Forma Farmacêutica: pó liófilo injetável
Processo n.: 25351.453392/2012-69
Expediente n.: 0852181/13-6
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro de Medicamento Biológico
Parecer: 012/2014
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
6.
Empresa: Blau Farmacêutica S/A.
Medicamento: letrozol
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo n.: 25351.106436/2011-11
Expediente n.: 0677928/13-0
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Genérico
Parecer: 010/2014
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

## DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO-RE N° 728, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4242.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 0035222 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Baunilha, marca Super Whey 3W - IntegralMedica, data de validade: 01/04/2015; fabricado por Integralmedica SA Agricultura e Pesquisa (CPNJ: 57.235.426/0001-41), situada à Rodovia Bento R. Domingues nº. 1007, Embu Guaçu-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

### RESOLUÇÃO-RE N° 729, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4166.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve;

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 1084 do produto Alimento Proteico para Atletas Sabor Baunilha Colorido e Aromatizado Artificialmente, marca 100% Whey Xtreme - Pharma, data de validade: 01/02/2015; fabricado por Advantage Foods Ltda-ME (CNPJ: 05.575.912/0001-05), situada à Praça das Colinas nº. 31, Chácara Reunidas, São José dos Campos/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

### RESOLUÇÃO-RE N° 730, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo 4004.CP/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que confirmou o resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 1315269 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Artificial Baunilha, marca Bio Whey Protein - Performance, data de fabricação: 09/2013, data de validade: 09/2015; fabricado por Performance Trading Importação Exportação e Comércio Ltda (CPNJ: 02.151.796/0001-09), situada à Rua Rio Preto nº. 760, Valparaíso, Santo André- SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

### RESOLUÇÃO-RE N° 731, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os artigos 5º e 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4022.CP/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter detectado quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4022.CP/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de rotulagem, por haver irregularidades na denominação do produto, que apresenta duas designações diferentes no painel principal;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4022.CP/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, uma vez que foi detectada a presença de amido de Zea mays (milho) na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 171219 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Artificial + Suplemento de Creatina para Atletas, marca Peter Food - Whey NO2 + Creatine, data de validade: 12/03/2015; fabricado por Peter Food Industrial Ltda (CPNJ: 04.625.873./0001-40), situada à Rua Zélia, 235, Assunção, São Bernardo do Campo-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

### RESOLUÇÃO-RE N° 732, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5286.01/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5286.01/2013 também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de amido, uma vez que foi detectada a presença de amido na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 08190913 do produto Suplemento Proteico para Atletas, marca Designer Whey Protein, data de fabricação: 01/09/2013, data de validade: 01/09/2015; fabricado por João Fábio de Oliveira (CPNJ: 25.638.180/0001-62), situada à Avenida João Romeu Tramonte nº. 655, Chácara Poços de Caldas, Poços de Caldas/MG.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

### RESOLUÇÃO - RE Nº 733, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3896.00/2013 emitido pelo Instituto Adolfo Lutz que apresentou resultados insatisfatórios para o ensaio de carboidratos e para o ensaio de proteínas, por terem sido detectadas quantidade de carboidratos superior e quantidade de proteínas inferior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3896.00/2013 também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, uma vez que foi detectada a presença de amido de Manihout utilissima (mandioca) na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 17016 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Baunilha, marca Extreme Whey Protein - Solaris, data de fabricação: 01/08/2013, data de validade: 28/02/2015, fabricado por Solaris Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda (CPNJ: 06.887.968/0001-68), situada à Rua Solaris, 266, Pinhal, Cabreúva-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 734, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3897.00/2013 emitido pelo Instituto Adolfo Lutz que apresentou resultados insatisfatórios para o ensaio de carboidratos e de proteínas, por terem sido detectadas quantidade de carboidratos superior e quantidade de proteínas inferior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3897.00/2013 também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, uma vez que foi detectada a presença de amido de Manihout utilissima (mandioca) na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote L16964 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Morango, marca Extreme Whey Protein -, Solaris, data de fabricação: 01/08/2013, data de validade: 28/02/2015, fabricado por Solaris Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda (CPNJ: 06.887.968/0001-68), situada à Rua Solaris, 266, Pinhal, Cabreúva-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 735, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

onsiderando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5285.01/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5285.01/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de amido, por ter detectado a presença de amido na composição do produto, ingrediente não declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 00660413 do produto Suplemento Proteico para Atletas, marca Fisio Whey Concentrado NO2, data de fabricação: 05/04/2013, data de validade: 05/04/2015; fabricado por Fisionutry Suplementos Alimentares Ltda (CPNJ: 10.392.729/0001-04), situada à Rua Benedicto Lopes Buono nº. 29, São Bento, Poços de Caldas/MG.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 736, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5292.01/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 08301 do produto Suplemento Proteico para Atletas em Pó, marca Isolate Whey - Neo Nutri, data de validade: 30/01/2015; fabricado por Neo Nutri Suplementos Nutricionais Ltda (CPNJ: 02.403.427/0001-66), situada à Rua Cobre nº 183, Distrito Industrial, Poços de Caldas/MG.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 737, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5287.01/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos inferior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 08303 do produto Suplemento Proteico para Atletas em Pó, marca Muscle Whey Proto NO2 - Neo Nutri, data de validade: 30/03/2015; fabricado por Neo Nutri Suplementos Nutricionais Ltda (CPNJ: 02.403.427/0001-66), situada à Rua Cobre nº 183, Distrito Industrial, Poços de Caldas/MG.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 739, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3893.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 6510 do produto Suplemento Proteico para Atletas Aroma Idêntico ao Natural de Milho, marca Whey W5 Pro - Pro Corps, data de validade: 01/01/2015, fabricado por Pro Corps Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, (CPNJ: 14.842.780/0001-21), situada à Avenida Benedito Castilho de Andrade, 708, sala 04, PQ Eloy Chaves, Jundiaí-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 740, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3892.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos e de proteínas por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior e de proteínas inferior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote L000472 do produto Suplemento Proteico para Atletas Aroma Idêntico ao Natural de Milho, marca Whey NO2 Pro - Pro Corps, data de validade: 30/11/2014, fabricado por Pro Corps Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, (CPNJ: 14.842.780/0001-21), situada à Avenida Benedito Castilho de Andrade, 708, sala 04, PQ Eloy Chaves, Jundiaí-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 741, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3860.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para os ensaios de carboidratos e de proteínas, por terem sido detectadas quantidade de carboidrato superior e quantidade de proteínas inferior, em mais de 20%, aos valores declarados no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3860.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, por ter detectado a presença de amido de Zea mays (milho), ingrediente não declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 00024 do produto Pó para o preparo de bebidas sabor artificial morango, marca 3W - Fast Nutrition, data de validade: 01/01/2015; fabricado e distribuído por Asix Nutricional Ltda (CPNJ: 11.574.877/0001-02), situada à Av. Francisco Gaiotto nº. 566, Cerquilho/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 742, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os artigos 5º e 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3898.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultados insatisfatórios para os ensaios de carboidratos e de proteínas, por terem detectadas quantidades de carboidratos superior e quantidade de proteínas inferior, em mais de 20%, aos valores declarados no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3898.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, por ter detectado a presença de amido de Zea mays (milho), ingrediente não declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote L034 do produto Pó para o preparo de bebida proteica sabor milk shake de morango, marca 100% Ultra Whey - Ultratech Supplements, data de fabricação: 01/06/2013; data de validade: 31/12/2014; fabricado por J. Arruda & CIA Ltda (CPNJ: 05.146.742/0001-43), situada à Avenida Professor Celso Ferreira da Silva nº. 1200, Jardim Europa, Avaré/SP, fabricado para M.A. Academia De Ginastica, Comércio E Servicos Ltda - Me, CPNJ 11.436.939/0002-09, situada à Rua Onze de Junho nº. 780, sala 45, Centro, Indaiatuba/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 743, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3859.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultados insatisfatórios para os ensaios de carboidratos e proteínas, por terem sido detectadas quantidades de carboidratos superior e de proteínas inferior, em mais de 20%, aos valores declarados no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3859.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, por ter detectado a presença de Glycine sp (soja) e fécula de Manihot utilissima (mandioca), ingredientes não declarados na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 006 do produto Suplemento Proteico para Atletas, marca Super Nitro Whey NO2 - American Line Suplements, data de fabricação: 01/05/2013, data de validade: 21/04/2015; fabricado pela empresa Roberg Alimentos e Medicamentos da Natureza Ltda (CPNJ: 68.344.878/0001-88), situada à Rua Quatro nº. 55, Represa, Votorantim/SP e distribuído por BS Distr. Import. e Export. (CNPJ: 15.756.500/0001-25), situada à Av. Prof. Flávio Fazano nº. 561, Sorocaba/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO-RE N° 744, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 4241.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 0032221 do produto Suplemento Proteico para Atletas Sabor Baunilha, marca Super Whey 100% Pure - IntegralMedica, data de validade: 01/06/2015; fabricado por Integralmédica SA Agricultura e Pesquisa (CPNJ: 57.235.426/0001-41), situada à Rodovia Bento R. Domingues nº. 1007, Embu Guaçu-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 745, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3895.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote L59920P1H2 do produto Suplemento Proteico para Atletas em pó Sabor Chocolate, marca Ultra Pure Whey+ Isolate Whey - Nutrilatina Age Superior, data de validade: 30/11/2014; fabricado por Nutrilatina Laboratórios Ltda (CPNJ: 75.116.996/0001-02), situada à Estrada da Ribeira, 446, Curitiba-PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 746, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3861.00/2013 emitido pelo Instituto Adolfo Lutz que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3861.00/2013 também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, uma vez que foi detectada a presença de amido de Manihout utilissima (mandioca) na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote C29 do produto Suplemento Proteico para Atletas sabor Morango e Banana, marca Whey Protein Optimazer - Cyberform, data de validade: 12/08/2015, fabricado por JSE Alimentos Ltda, (CPNJ: 02.012.178/0001-88), situada à Rua 21 de Abril, 693- Itaporanga- SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 747, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando o item 3.1 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 5291.01/2013 emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos, por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 08490913 do produto Suplemento Proteico para Atletas, marca Whey Protein 3W - DNA Design Nutrição Avançada, data de fabricação: 09/2013; data de validade: 09/2015; fabricado por João Fábio de Oliveira (CPNJ: 25.638.180/0001-62), situada à Avenida João Romeu Tramonte nº. 655, Chácara Poços de Caldas, Poços de Caldas/MG.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 748, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1° de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 8º da Resolução-RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

considerando os itens 3.1 (a) e 6.2.2 (a) da Resolução-RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando a retificação da Resolução-RDC nº. 360/2003, publicada no Diário Oficial da União nº. 143 de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 32, que alterou a redação do item 3.5.1, admitindo uma tolerância de mais ou menos (+/-) 20% com relação aos valores de nutrientes declarados no rótulo;

considerando o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3862.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório para o ensaio de carboidratos por ter sido detectada quantidade de carboidratos superior, em mais de 20%, ao valor declarado no rótulo do produto;

considerando que o laudo de análise fiscal definitivo nº. 3862.00/2013, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, também apresentou resultado insatisfatório para o ensaio pesquisa de elementos histológicos, por ter detectado a presença de Glycine sp (soja) na composição do produto, entretanto, o ingrediente não é declarado na lista de ingredientes, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote AB24 do produto Suplemento Proteico para Atletas, marca Whey NO2 Pro Baunilha - Pro Corps, data de validade: 01/02/2015, fabricado por Pro Corps Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, (CPNJ: 14.842.780/0001-21), situada à Avenida Benedito Castilho de Andrade, 708, sala 04, PQ Eloy Chaves, Jundiaí-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

## CONSULTA PÚBLICA Nº 6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o inciso V, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e suas atualizações, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 1999, no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2014, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art.1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 20 (vinte) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução que dispõe sobre Regulamento Técnico sobre a Prestação de Serviço de Alimentação em Eventos de Massa, em Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=14754

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Alimentos (GGALI), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Núcleo de Assessoramento em Assuntos Internacionais (Naint), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351231488820176
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre Regulamento Técnico sobre a Prestação de Serviço de Alimentação em Eventos de Massa.
Agenda Regulatória 2013-2014: Tema nº 9
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Relator: Renato Alencar Porto

# SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

## PORTARIA Nº 140, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início;

Considerando a Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação;

Considerando o Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.261/GM/MS, de 23 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento que estabelece as diretrizes de instalação e funcionamento das brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação;

Considerando a Portaria nº 874/GM/MS, de 16 de maio de 2013, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 876/SAS/MS, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012;

Considerando a Portaria nº 252/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2013, que institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 4.283/GM/MS, de 30 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos estabelecimentos de saúde;

Considerando a Portaria nº 2.947/GM/MS, de 21 de dezembro de 2012, republicada em 11 de julho de 2013, que atualiza, por exclusão, inclusão e alteração, procedimentos cirúrgicos oncológicos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.034/GM/MS, de 5 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do SUS;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011 - 2022, do Ministério da Saúde;

Considerando a necessidade de estabelecer o escopo e os parâmetros de atuação dos estabelecimentos de saúde habilitados para a assistência especializada em Oncologia no SUS, bem como as qualidades técnicas necessárias ao bom desempenho de suas funções no contexto de rede assistencial; e

Considerando a necessidade de formação de recursos humanos para a prevenção, o diagnóstico e tratamento do câncer; e

Considerando a necessidade de apoiar os gestores na organização, regulação do acesso, controle e avaliação da assistência aos usuários com câncer, resolve:

Art. 1º Ficam redefinidos os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e definir as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Integram esta Portaria os seguintes anexos para cumprir o disposto nesta Portaria, ficam aprovados os seguintes anexos:

I - Anexo I - Fluxo de habilitação de Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) e de Centros de assistência especializada em oncologia (CACON);

II - Anexo II - Formulário de vistoria do gestor para solicitar habilitação e realizar acompanhamento de CACON e UNACON;

III - Anexo III - Formulário de vistoria do gestor para solicitar habilitação e realizar acompanhamento de hospital geral com cirurgia de câncer de complexo hospitalar e serviço de radioterapia de complexo hospitalar;

IV - Anexo IV - Cálculo do impacto financeiro para habilitação de novos estabelecimentos hospitalares em oncologia; e

V - Anexo V - Estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON ou autorizados como serviço isolado de radioterapia na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Os serviços descrito no anexo V permaneceram habilitados por 1 ano a partir da publicação desta portaria, data limite para que todos apresentem novo processo de habilitação.

Art. 2º A rede de atenção às pessoas com doenças crônicas no eixo temático do câncer é constituída pelos seguintes componentes: Atenção Básica, Atenção Domiciliar, Atenção Especializada Ambulatorial, Atenção Especializada Hospitalar - CACON (Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), UNACON (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) e Complexos - Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar, Sistemas de Apoio, Regulação, dos Sistemas Logísticos e Governança, descritos nas Portarias nº 252/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2013 e na Portaria nº 874/GM/MS, de 16 de maio de 2013.

Parágrafo único. Os gestores devem descrever, no processo de solicitação de habilitação na atenção especializada em oncologia, a organização e as responsabilidades de todos os componentes da rede.

CAPÍTULO I

DOS TIPOS DE HABILITAÇÃO DO COMPONENTE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA

Art. 3º A partir da publicação desta Portaria os estabelecimentos de saúde serão habilitados na atenção especializada em oncologia como:

I - CACON e sua subcategoria de habilitação (com Serviço de Oncologia Pediátrica) ;

II - UNACON e suas subcategorias de habilitações (com Serviço de Radioterapia, com Serviço de Hematologia e com Serviço de Oncologia Pediátrica);

III - UNACON Exclusiva de Hematologia;

IV - UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica;

V - Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar; ou

VI - Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar.

Art. 4º Para ser habilitado como CACON, o estabelecimento de saúde deverá:

I - atender os requisitos para atenção especializada em oncologia dispostos nos Capítulos II, III e IV desta Portaria e no Capítulo III, Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013; e

II - oferecer formação profissional, conforme disposto no art. 14 desta Portaria.

§ 1º Inclui-se na prestação de atenção especializada em oncologia de que trata o inciso I deste artigo, consultas e exames para acompanhamento, diagnóstico diferencial e definitivo de câncer e tratamento por cirurgia, radioterapia, oncologia clínica e cuidados paliativos relativamente a todos os tipos de câncer, incluindo os hematológicos, não obrigatoriamente os da criança e adolescente.

§ 2º Considera-se CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica o estabelecimento de saúde que, além de atender todos os requisitos dispostos neste artigo, possua condições técnicas, instalações físicas exclusivas, equipamentos e recursos humanos adequados e realize atenção especializada em oncologia para crianças e adolescentes.

§ 3º Um estabelecimento de saúde habilitado como CACON poderá possuir serviço de oncologia clínica adicional, fora de suas próprias instalações e situado em outra cidade, desde que:

I - encontre-se na mesma região de saúde;

II - o serviço de oncologia clínica adicional possua o mesmo número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do estabelecimento de saúde habilitado;

III - cumpra os mesmos requisitos de instalações, equipamentos e recursos humanos estabelecidos no art. 23 desta Portaria;

IV - garanta a integralidade assistencial e a segurança da atenção ao usuário; e

V - respeite os parâmetros de produção estabelecidos por esta Portaria.

§ 4º O serviço de oncologia clínica adicional de que trata o §3º deste artigo deve estar cadastrado no registro do CACON no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) e, ainda, o CACON sede deve, obrigatoriamente, ser a porta de entrada deste usuário, responsabilizando-se pela prescrição e avaliação do usuário que será atendido também no serviço adicional.

§ 5º O uso do serviço adicional de que trata o § 3º deste artigo não será permitido no caso de pacientes em tratamento nas áreas de hematologia oncológica de adultos e de oncologia pediátrica.

Art. 5º Para ser habilitado como UNACON, o estabelecimento de saúde deverá atender os requisitos para atenção especializada em oncologia do adulto dispostos nos Capítulos II, III e IV desta Portaria e no Capítulo III, Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013.

§ 1º Inclui-se na prestação de atenção especializada em oncologia de que trata o "caput", consultas e exames para acompanhamento, diagnóstico diferencial e definitivo de câncer e tratamento por cirurgia, oncologia clínica e cuidados paliativos relativamente aos cânceres mais prevalentes no Brasil; além disto, é obrigatória a referência formal para radioterapia de seus usuários, de acordo com a definição dos gestores, aprovação na Comissão Intergestores Regional (CIR) e na respectiva Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

§ 2º Considera-se UNACON com Serviço de Radioterapia o estabelecimento de saúde que, além de atender os requisitos dispostos no "caput" e no § 1º deste artigo, possua serviço de radioterapia.

§ 3º Considera-se UNACON com Serviço de Hematologia o estabelecimento de saúde que, além de atender os requisitos dispostos no "caput", ofereça, ainda, atenção especializada em hematologia oncológica, mas não obrigatoriamente os da criança e adolescente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4º Considera-se UNACON com Serviço de Oncologia Pediátrica o estabelecimento de saúde que, além de atender os requisitos dispostos no "caput", possua condições técnicas, instalações físicas exclusivas, equipamentos e recursos humanos adequados e realize prestação de atenção especializada em oncologia pediátrica e hematologia oncológica de crianças e adolescentes, facultando os cânceres raros.

§ 5º Um estabelecimento habilitado como UNACON pode ser constituído com um ou mais dos serviços mencionados nos §§ 2°, 3º e 4º deste artigo.

§ 6º Um estabelecimento de saúde habilitado como UNACON poderá possuir serviço de oncologia clínica adicional, fora de suas próprias instalações e situado em outra cidade, desde que:

I - encontre-se na mesma região de saúde;

II - o serviço de oncologia clínica adicional possua o mesmo número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do estabelecimento de saúde habilitado;

III - cumpra os mesmos requisitos de instalações, equipamentos e recursos humanos estabelecidos no art. 23 desta Portaria;

IV - garanta a integralidade assistencial e a segurança da atenção ao usuário; e

V - respeite os parâmetros de produção estabelecidos por esta Portaria.

§ 1º O serviço de oncologia clínica adicional de que trata o §6º deste artigo deve estar cadastrado no registro do UNACON no SCNES e, ainda, o UNACON sede deve, obrigatoriamente, ser a porta de entrada deste usuário, se responsabilizando pela prescrição e avaliação do usuário que será atendido também no serviço adicional.

§ 2º O uso deste serviço adicional não será permitido no caso de pacientes em tratamento nas áreas de hematologia oncológica de adultos e de oncologia pediátrica.

Art. 6º Para ser habilitado como UNACON exclusiva de Hematologia o estabelecimento de saúde deverá atender os requisitos para assistência especializada e exclusiva em hematologia oncológica de crianças, adolescentes e adultos dispostos nos Capítulos II, III e IV desta Portaria e na Portaria nº 874/GM/MS, de 2013.

Parágrafo único. Inclui-se na prestação de atenção especializada e exclusiva em hematologia oncológica de que trata todo o art. 6º, consultas e exames para o diagnóstico diferencial e definitivo de cânceres hematológicos, tratamento e acompanhamento em hematologia oncológica e cuidados paliativos relativamente aos cânceres hematológicos; além disto, é obrigatória a referência formal do tratamento de radioterapia de seus usuários, de acordo com a definição dos respectivos gestores, aprovação nas CIR e CIB.

Art. 7º Para ser habilitado como UNACON exclusiva de Oncologia Pediátrica o estabelecimento de saúde deverá atender os requisitos para atenção especializada e exclusiva em oncologia pediátrica dispostos nos Capítulos II, III e IV desta Portaria e Capítulo III, Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013.

§ 1º Para fins do disposto no "caput", são abrangidos pela oncologia pediátrica os tumores sólidos e hematológicos de crianças e adolescentes.

§ 2º Inclui-se na prestação de atenção especializada e exclusiva em oncologia pediátrica de que trata o "caput" e o § 1º deste artigo, consultas e exames para o diagnóstico diferencial e definitivo de cânceres de crianças e adolescentes, além de tratamento em cirurgia e oncologia pediátricas, o acompanhamento e cuidados paliativos dos cânceres na infância e adolescência, observando o disposto no Capítulo III e a legislação vigente; além disto, é obrigatória a referência formal do tratamento de radioterapia de seus usuários, de acordo com a definição dos respectivos gestores, aprovação nas CIR e CIB.

Art. 8º Quando um estabelecimento de saúde, habilitado como CACON ou UNACON, apresentar produção por equipamento de radioterapia ou de procedimentos cirúrgicos que exceda os parâmetros estabelecidos no Capítulo IV desta Portaria ou ainda se houver necessidade de facilitar o acesso devido à distância entre os municípios, que necessitam de atenção oncológica, e os municípios que prestam a atenção, os gestores do SUS poderão propor a formação de Complexos Hospitalares.

§ 1º O Complexo Hospitalar será formado quando o estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON formalizar vínculo com Serviços de Radioterapia de Complexo Hospitalar ou com Hospitais Gerais com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, conforme os critérios descritos neste artigo.

§ 2º O Complexo Hospitalar deverá ser formado com o objetivo de ampliar a capacidade instalada e o volume de produção ou tipo de ofertas diagnósticas e terapêuticas e, somente quando for justificada a necessidade epidemiológica ou de acesso e a insuficiência de cobertura assistencial, na Região de Saúde, desta conformação organizacional.

§ 3º Para constituição de Complexo Hospitalar é necessário que os estabelecimentos de saúde componentes formulem um plano em que constem descritos as responsabilidades de cada ente, os objetivos mínimos estabelecidos no §2º deste artigo a população de abrangência e o plano de ação regional.

§ 4º Os Complexos Hospitalares poderão ser compostos por estabelecimentos de saúde com diferentes registros no SCNES e localizados na mesma região de saúde, sendo que cada estabelecimento deve manter seus registros de produção nos sistemas de informações vigentes.

§ 5º Quando houver a formação de um Complexo Hospitalar entre estabelecimentos de saúde localizados em municípios diferentes, esses devem pertencer à mesma Região de Saúde e estarem contemplados num mesmo plano de ação regional; caso o Serviço de Radioterapia esteja localizado em município diferente do estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON, aquele deve informar no processo de habilitação o SCNES do estabelecimento de saúde que será responsável pelo suporte das pessoas em tratamento no caso de urgência ou emergência, formalizando tal referência.

§ 6º Os estabelecimentos de saúde e os serviços de que trata o §1º deste artigo, poderão, ou não possuir, o mesmo número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

§ 7º Para fins do disposto no § 6º deste artigo, caso os estabelecimentos de saúde possuam CNPJ diferentes, será obrigatória, para a autorização do Complexo Hospitalar, a apresentação de regulação do acesso e de documento comprobatório, firmado entre o estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON e o Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar ou o Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, de modo a comprovar o vínculo de que trata o § 1º deste artigo.

§ 8º Para fins desta Portaria, é de responsabilidade do estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON ser a referência técnica do Complexo Hospitalar, fornecendo:

I - apoio técnico (oferta de protocolos e diretrizes clínicas e apoio para tomada de decisão em relação ao plano terapêutico global dos casos mais complexos) aos outros estabelecimentos de saúde que formam o complexo;

II - acompanhamento do resultado do cuidado de todos os usuários atendidos pelos estabelecimentos de saúde que formam o Complexo Hospitalar; e

III - estratégias para garantir o registro e a manutenção da base de dados de todos os usuários atendidos em cada estabelecimento de saúde, especialmente o Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) e o Registro Hospitalar de Câncer (RHC), referentes ao tratamento oncológico.

§ 9º O Complexo Hospitalar será classificado, nos termos do art. 45º desta Portaria, de acordo com a maior habilitação entre as obtidas pelos estabelecimentos de saúde que o compõem.

§ 10. No planejamento regional integrado, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde definirão como se dará:

I - a porta de entrada dos usuários para atendimento em oncologia;

II - a programação, a regulação e a referência/contrarreferência dos procedimentos ofertados pelos estabelecimentos que integram o complexo, como CACON, UNACON, Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar existentes em sua abrangência territorial, com a garantia da integralidade do cuidado à pessoa com câncer; e

III- o pronto atendimento dos usuários atendidos pelos estabelecimentos de saúde que compõem Complexo Hospitalar.

§ 11. Para a formação do Complexo Hospitalar, o gestor estadual encaminhará ao Ministério da Saúde:

I - cópia da resolução/ata de aprovação da respectiva CIR;

II - cópia da deliberação da CIB;

III - o plano de que trata o §3º deste artigo; e

IV - as informações constantes do Anexo I desta Portaria.

§ 12. Em único complexo não será permitida habilitação concomitante de CACON e UNACON.

Art. 9º Para ser habilitado como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar o estabelecimento de saúde deverá:

I - atender os requisitos para assistência cirúrgica do adulto dispostos no Capítulo II, III e V desta Portaria e no Capítulo III Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013;

II - ser responsável pela assistência das pessoas em tratamento de câncer matriculadas por ele, nos casos de intercorrências; e

III - obedecer aos parâmetros de produção estabelecidos no art. 33 do Capítulo IV desta Portaria no que se refere aos procedimentos de cirurgia de câncer.

Parágrafo único. Inclui-se na prestação de assistência cirúrgica do adulto de que trata o inciso I deste artigo consultas e exames para o diagnóstico diferencial e definitivo de câncer e tratamento cirúrgico e acompanhamento, relativamente aos cânceres mais prevalentes no Brasil.

Art. 10. Para ser habilitado como Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar o estabelecimento de saúde deverá:

I - atender os requisitos para assistência em radioterapia dispostos nos Capítulos II, III e IV desta Portaria e no Capítulo III, Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS 2013; e

II - obedecer aos parâmetros de produção estabelecidos no art. 33 do Capítulo IV desta Portaria no que se refere aos procedimentos de radioterapia.

Parágrafo único. Inclui-se na prestação de assistência em radioterapia, de que trata o inciso I deste artigo consultas e procedimentos específicos de radioterapia.

Art. 11. A partir da data de publicação desta Portaria, não será permitida habilitação de novos Serviços Isolados de Radioterapia e Hospitais Gerais com Cirurgia Oncológica.

Parágrafo único. Os serviços já existentes, identificados no SCNES pelo Código 17.04 e 17.14, respectivamente, serão mantidos até a sua regularização mediante a formação de Complexo Hospitalar em oncologia, nos termos do art. 8º, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, sendo que, após esse período, os estabelecimentos que não se adequarem serão desabilitados.

Art. 12. Caberá à CIR e a CIB, de acordo com a organização da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas (RAPDC) no eixo temático do câncer de seu respectivo Estado:

I - definir em qual(is) estabelecimento(s) de saúde habilitado(s) como UNACON será oferecida a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos em cirurgias de Cabeça e Pescoço, Pediátrica e Torácica;

II - definir os estabelecimentos de saúde onde serão oferecidos os serviços de iodoterapia;

III- definir os estabelecimentos de saúde habilitados ou não na atenção especializada em oncologia, onde serão realizados os transplantes e a assistência cirúrgica em Oftalmologia, Ortopedia e Neurocirurgia, desde que os mesmos estejam respectivamente habilitados, e sejam previamente postos com o intuito de garantir a atenção integral às pessoas com câncer, com fluxos de referência e contrarreferência estabelecidos, e a vinculação com o estabelecimento de saúde de origem da pessoa;

IV - deliberar sobre os fluxos de atendimento dos usuários com câncer, estabelecendo acesso regulado, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; e

V - encaminhar junto com as documentações descritas no Anexo I, os documentos que descrevam a organização da RAPDC no eixo temático do câncer, detalhando a organização e as responsabilidades de todos os componentes da rede que irão prestar atendimento em oncologia, no âmbito do SUS, da região de saúde, justificando a solicitação de habilitação destes estabelecimentos.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS COMO CACON OU UNACON

Art. 13. Os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON deverão:

I - compor a Rede de Atenção à Saúde regional, estando articulados com todos os pontos de atenção, observando os princípios, as diretrizes e as competências descritas na Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, no que se refere aos diagnósticos diferencial e definitivo de câncer, ao tratamento, à reabilitação e aos cuidados paliativos;

II - atender a população definida, pelos gestores, como de sua responsabilidade para o cuidado oncológico, assim como manter vínculo assistencial junto aos serviços para os quais seja referência para este tratamento;

III - apoiar outros estabelecimentos de atenção à saúde, sempre que solicitado pelo gestor local, no que se refere à prevenção e ao controle do câncer, participando quando necessário da educação permanente dos profissionais de saúde que atuam na Rede de Atenção à Saúde de que trata o inciso I deste artigo;

IV - manter atualizados regularmente os sistemas de informação vigentes, especialmente o SISCAN e o RHC, conforme normas técnico-operacionais preconizadas pelo Ministério da Saúde e enviar as bases de dados e os relatórios com análises sobre a situação do controle do câncer em seus estabelecimentos à Secretaria de Assistência à Saúde (SAS/MS) e ao Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA/SAS/MS) do Ministério da Saúde;

V - submeter-se à regulação, ao monitoramento e à avaliação do Gestor Estadual e Municipal, conforme as atribuições estabelecidas nas respectivas condições de gestão; e

VI - determinar o diagnóstico definitivo e a extensão da neoplasia (estadiamento) e assegurar a continuidade do atendimento, de acordo com as rotinas e as condutas estabelecidas, seguindo os protocolos clínicos e observando as diretrizes terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde, sendo que, em caso destes não estarem disponíveis, devem estabelecer as suas condutas e protocolos a partir de recomendações baseadas em Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS).

Art. 14. Para fins desta Portaria, considera-se que a oferta de formação profissional pelos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON, deve incluir obrigatoriamente:

I - Residência Médica em Cancerologia Cirúrgica, Cancerologia Clínica e Radioterapia reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC); e

II - ser campo de estágio para formação de nível pós-técnico de Radiologia em Radioterapia.

§ 1º Os estabelecimentos de saúde anteriormente habilitados como CACON, que ainda não possuírem formação profissional, de acordo com o disposto no "caput" deste artigo, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequar ao que nele se dispõe e poderão ser mantidos nesta habilitação, desde que esta seja a única adequação a ser cumprida.

§ 2º Após este período de adequação de que trata o § 1º deste artigo, a habilitação será reavaliada e, caso ainda existam pendências, o estabelecimento de saúde será desabilitado como CACON e reabilitado como UNACON, considerando suas subcategorias.

§ 3º É recomendado que o hospital habilitado como CACON também ofereça residência em área de saúde ou multiprofissional em oncologia e/ou em Física Médica.

Art. 15. São ações e serviços de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON:

I - consultas e exames para o diagnóstico diferencial e definitivo do câncer, e para estadiamento clínico ou cirúrgico da doença, de acordo com a modalidade de habilitação e conforme a organização estabelecida pelos gestores;

II - as seguintes modalidades diagnósticas para o atendimento ambulatorial e de internação (eletiva e de pronto atendimento):

a) Serviço de endoscopia com capacidade para realizar os seguintes procedimentos:

1. endoscopia digestiva alta;
2. retosigmoidoscopia e colonoscopia;
3. endoscopia urológica;
4. laringoscopia; e
5. mediastinoscopia, pleurosocopia e broncoscopia;

b) Laboratório de Patologia Clínica, que participe de Programa de Controle de Qualidade e possua certificado atualizado, o qual realize, no mínimo, os seguintes exames:

1. bioquímica;
2. hematologia geral;
3. citologia de líquidos e líquor;
4. parasitologia;
5. bacteriologia e antibiograma;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. gasometria arterial;
7. imunologia geral; e
8. dosagem de hormônios e outros marcadores tumorais, inclusive a fração beta da gonadotrofina coriônica (b-hCG), antígeno prostático específico (PSA) e alfa-feto-proteína (aFP);

c) Serviço de diagnóstico por imagem que realize, no mínimo, os seguintes exames:
1. radiologia convencional;
2. mamografia, obedecendo aos requisitos de qualidade previstos na Portaria SAS/MS nº 531/2012 ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la;
3. ultrassonografia com doppler colorido;
4. tomografia computadorizada;
5. ressonância magnética; e
6. medicina nuclear equipada com gama-câmara operante de acordo com as normas vigentes;

d) Laboratório de Anatomia Patológica, que deve participar de Programa de Monitoramento de Qualidade e possuir certificado atualizado, o qual realize, no mínimo, os seguintes exames:
1. biópsia de congelação;
2. histologia;
3. citologia;
4. imunohistoquimica de neoplasias malignas (tais como para classificação de linfomas não Hodgkin, determinação de receptores tumorais mamários para estrogênios e progesterona e HER-2); e
5. exame por técnica de biologia molecular;

e) Procedimento de laparoscopia;

III - serviço de Pronto Atendimento que funcione nas 24 horas, para os casos de urgência oncológica dos doentes matriculados no hospital;

IV - serviços de cirurgia e de oncologia clínica, ambulatorial e de internação;

V - serviço de Radioterapia, obrigatório para a habilitação como CACON e facultado apenas para UNACON, de acordo com o art. 5º.

§ 1º Os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON que não possuírem as especialidades de cirurgia de cabeça e pescoço e de cirurgia torácica poderão ofertar as modalidades diagnósticas de que trata os itens 4 e 5 da alínea "a" do inciso II deste artigo, em serviços instalados fora de sua estrutura hospitalar, desde que a referência esteja devidamente formalizada.

§ 2º As modalidades diagnósticas de que trata os itens 4 e 5 da alínea "a" do inciso II deste artigo, são de oferecimento obrigatório pelos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON que atendam, respectivamente, nas especialidades de cirurgia de cabeça e pescoço e de cirurgia torácica.

§ 3º As modalidades diagnósticas de que trata os itens 7 e 8 da alínea "b", os itens 4, 5 e 6 da alínea "c" e itens 2, 3, 4 e 5 da alínea "d", todos do inciso II do "caput" deste artigo, poderão ser realizadas em serviços instalados fora da estrutura do hospital habilitado como UNACON, desde que a referência esteja devidamente formalizada;

§ 4º As modalidades diagnósticas de que trata o itens 7 e 8 da alínea "b", o item 6 da alínea "c" e o item 5 da alínea "d", todas do inciso II " deste artigo, poderão ser realizadas em serviços instalados fora da estrutura do hospital habilitado como CACON, desde que a referência esteja devidamente formalizada.

§ 5º Os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de Hematologia ficam dispensadas de oferecer os exames de que trata alínea "a" (todos), da alínea "b" os exames descritos nos itens 7 e 8, da alínea "c" os exames descritos nos itens 2,3,4,5 e 6, e todos da alínea "d" e "e", do inciso II deste artigo, porém, deverão obrigatoriamente referenciá-los formalmente.

§ 6º Os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de Oncologia Pediátrica ficam dispensadas de oferecer exame de PSA, de determinação de receptores tumorais mamários para estrogênio e progesterona e de oferecer exames de mamografia.

§ 8º As instalações físicas necessárias para o oferecimento dos serviços, de que trata este artigo, deverão observar as legislações vigentes.

Art. 16. Os serviços de cirurgia dos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON, UNACON ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar que realizam cirurgia de câncer deverão possuir cirurgiões nas seguintes especialidades, comprovadas por título:
I - cancerologia cirúrgica;
II - cirurgia geral/coloproctologia;
III - ginecologia/mastologia;
IV - urologia;
V - cirurgia de cabeça e pescoço;
VI - cirurgia pediátrica;
VII - cirurgia plástica;
VIII - cirurgia torácica;
IX - neurocirurgia;
X - oftalmologia; e
XI - ortopedia.

§ 1º Para ser habilitado como CACON, o estabelecimento de saúde poderá facultar os cirurgiões nas áreas de que tratam os incisos IX, X e XI deste artigo, devendo estabelecer referências para estas áreas, de modo a garantir a assistência integral a seus usuários.

§ 2º Para ser habilitado como UNACON, o estabelecimento de saúde deverá possuir, no mínimo, cirurgiões nas áreas de que tratam os incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 3º Para ser habilitado como UNACON com Serviço de Oncologia Pediátrica, o estabelecimento de saúde deverá possuir, além do previsto no § 2º deste artigo cirurgião na área de que trata o inciso VI deste artigo.

§ 4º Para ser habilitado como UNACON exclusiva de Serviço de Oncologia Pediátrica, o estabelecimento de saúde deverá possuir equipe de cirurgiões pediátricos, e no mínimo referência nas áreas de que tratam os incisos V, VII, IX, X e XI do "caput" deste artigo;

§ 5º Para ser habilitado como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, o estabelecimento de saúde deverá possuir, no mínimo, cirurgiões nas áreas de que tratam os incisos II, III e IV deste artigo e deverá ter como referência técnica o cancerologista cirúrgico do CACON ou da UNACON com quem forma o Complexo Hospitalar, conforme o disposto no inciso III do art. 22 desta Portaria.

Art. 17. Os cuidados paliativos aos usuários atendidos pelos estabelecimentos de saúde habilitados de que trata esta Portaria são obrigatórios e devem estar descritos em plano de cuidados registrado em prontuário, podendo ser prestados na própria estrutura hospitalar ou de forma integrada a outros componentes e pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas de que trata a Portaria nº 252/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2013, ou outra que venha a substitui-la, sendo que o vínculo entre o estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON e os serviços que compõem a Rede deve ser constituído por documento formal que explicite as responsabilidades de cada um dos entes envolvidos na prestação de cuidados paliativos.

Parágrafo único. A oferta e a orientação técnica quanto aos cuidados paliativos, incluindo o controle da dor e o fornecimento de opiáceos, poderão ser disponibilizadas pelo estabelecimento habilitado como CACON, UNACON ou articuladas e organizadas na rede de atenção à saúde a que se integra.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS PARA O ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SER HABILITADO EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA ONCOLOGIA

Art. 18. Para ser credenciado e habilitado como CACON, UNACON ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, o estabelecimento de saúde deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - ter alvará de funcionamento (licença sanitária), incluindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (PGRSS), segundo os critérios e as normas estabelecidos pelas regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

II - ter implantado as comissões obrigatórias, exigidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e outras legislações vigentes, comprovado por atas ou documentos afins;

III - compor a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas no eixo temático do câncer como estabelecimento de saúde habilitado em oncologia, constando suas responsabilidades no plano de atenção oncológica regional;

IV - possuir um único prontuário para cada usuário, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referentes (ambulatorial e internação, de rotina e de urgência, estadiamento, planejamento terapêutico global, cirurgia, radioterapia e quimioterapia, dentre outros), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas por todos os profissionais de saúde envolvidos, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento;

V - ter equipe multiprofssional e multidisciplinar que contemple atividades técnico-assistenciais realizadas em regime ambulatorial e de internação, de rotina e de urgência, nas seguintes áreas:
a) psicologia clínica;
b) serviço social;
c) nutrição;
d) farmácia;
e) cuidados de ostomizados;
f) reabilitação exigível conforme as respectivas especialidades;
g) fisioterapia;
h) fonoaudiologia;
i) odontologia;
j) psiquiatria; e
k) terapia renal substitutiva.

VI - possuir as seguintes instalações físicas, de acordo com o tipo de habilitação:
a) ambulatório para assistência em clínica médica do adulto e demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para modalidade de habilitação que se pretende;
b) ambulatório para assistência em pediatria e especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação;
c) pronto atendimento para assistência de urgência e emergência, nas 24 horas, para os casos de urgência oncológica dos doentes matriculados no hospital;
d) pronto atendimento pediátrico para assistência de urgência e emergência, nas 24 horas, das crianças e adolescentes com câncer sob sua responsabilidade;
e) serviço de diagnóstico para realizar as modalidades de diagnóstico de que trata o inciso II do art. 15 desta Portaria;
f) enfermarias com assistência de internação em clínica médica de adultos, bem como demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação, inclusive com quarto de isolamento para os casos de hematologia oncológica;
g) enfermarias com assistência de internação exclusiva em pediatria, inclusive com quarto de isolamento, bem como demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação;
h) centro-cirúrgico que possua todos os atributos e equipamentos exigidos para o funcionamento de uma unidade cirúrgica geral e compatível com as respectivas especialidades cirúrgicas, inclusive pediátricas, exigidas para a respectiva habilitação; para a habilitação como UNACON exclusiva de Hematologia, o estabelecimento hospitalar deve dispor de pelo menos uma sala cirúrgica, devidamente atribuída e equipada;
i) Unidade de Terapia Intensiva, de acordo com a legislação vigente e compatível com as respectivas especialidades exigidas para a respectiva habilitação;
j) Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, de acordo com a legislação vigente e compatível com as respectivas especialidades pediátricas exigidas para a respectiva habilitação;
l) hemoterapia disponível nas 24 (vinte e quatro) horas por dia, por Agência Transfusional ou estrutura de complexidade maior, nos termos da Resolução RDC nº 153/Anvisa, de 2004, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la;
m) farmácia hospitalar, com responsável técnico farmacêutico, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes de farmácia hospitalar previstas na Portaria nº 4.283/GM/MS, de 2010; e
n) estrutura para atender as pessoas com câncer que necessitem de cuidados paliativos ou serviço de referência devidamente formalizado, de acordo com as regulamentações do Ministério da Saúde, e com o aval e a regulação dos respectivos gestores.

§ 1º Para fins do disposto no inciso V deste artigo, as assistências em fonoaudiologia e em odontologia poderão, sob a concordância e regulação das respectivas Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde a que esteja vinculado, ser realizada em serviços instalados fora da estrutura do estabelecimento de saúde habilitado como UNACON, quando o mesmo não oferecer a especialidade de cabeça e pescoço, devendo estar devidamente formalizada.

§ 2º Para fins do disposto no inciso V deste artigo, as assistências em psiquiatria e em terapia renal substitutivas poderão, sob a concordância e regulação das respectivas Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde a que esteja vinculada, ser realizadas em serviços instalados fora da estrutura do hospital habilitado como CACON ou UNACON, devendo estar devidamente formalizadas.

Art. 19. Os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON deverão, obrigatoriamente, possuir os seguintes serviços específicos em oncologia:
I - Serviço de Cirurgia;e
II - Serviço de Oncologia Clínica.

Art. 20. Os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON poderão possuir ou referenciar os seguintes serviços específicos em oncologia:
I - Serviço de Radioterapia;
II - Serviço de Hematologia;
III - Serviço de Oncologia Pediátrica; e
IV - Serviço de Medicina Nuclear com iodoterapia

Parágrafo único. Em não sendo o estabelecimento também um centro transplantador, as indicações e o encaminhamento de receptores de células-tronco hematopoéticas ou de órgão sólido deve-se dar conforme as normas do Sistema Nacional de Transplantes.

Art. 21. Os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON deverão possuir os seguintes serviços, sendo facultado o referenciamento apenas relativamente aos incisos V e VI:
I - Serviço de Cirurgia;
II - Serviço de Oncologia Clínica.
III - Serviço de Radioterapia;
IV - Serviço de Hematologia;
V - Serviço de Oncologia Pediátrica;
VI - Serviço de Medicina Nuclear com iodoterapia.

Parágrafo único. Em não sendo o estabelecimento também um centro transplantador, as indicações e o encaminhamento de receptores de células-tronco hematopoéticas ou de órgão sólido deve-se dar conforme as normas do Sistema Nacional de Transplantes.

Art. 22. O Serviço de Cirurgia deverá fazer parte da estrutura organizacional e física do estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON e observar aos seguintes critérios:

I - possuir centro cirúrgico, recursos humanos e equipamentos com capacidade de realizar procedimentos cirúrgicos diagnósticos e terapêuticos de tumores mais prevalentes, ou então de todos os tipos de tumores, de acordo com a respectiva modalidade de habilitação;

II - possuir cirurgiões em suas respectivas especialidades, comprovadas por título, nos termos do art. 16 desta Portaria;

III - ter, na equipe, médico com especialidade em Cancerologia ou Cancerologia Cirúrgica, comprovada por título, que deverá ser o responsável técnico exclusivo de um único serviço de cirurgia de câncer do estabelecimento de saúde;

IV - possuir médicos especialistas em anestesiologia;

V- registrar no único prontuário todas as informações sobre a cirurgia e as outras ações subsequentes; e

VI - possuir rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 4 (quatro) anos, assinada pelo responsável técnico do Serviço de Cirurgia de câncer, contemplando, no mínimo, os seguintes itens:
a) planejamento terapêutico cirúrgico;
b) ficha própria para descrição do ato anestésico; e
c) ficha própria para descrição de ato operatório.

Art. 23. O Serviço de Oncologia Clínica deverá fazer parte da estrutura organizacional e física do hospital habilitado como CACON ou UNACON e observar aos seguintes critérios:

I - ter, na equipe, médicos com especialidade, comprovada por título, em Oncologia Clínica, Cancerologia ou Cancerologia Clínica, sendo que um deles deve ser responsável técnico exclusivo de um único serviço oncologia clínica do estabelecimento de saúde;

II - garantir a permanência de, pelo menos, um médico clínico no Serviço durante todo o período de aplicação da quimioterapia;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - registrar em um único prontuário, todas as informações sobre a quimioterapia, incluindo o planejamento quimioterápico global, esquema, posologia, doses prescritas e aplicadas em cada sessão, monitoramento da toxicidade imediata e mediata, intercorrências e avaliação periódica da resposta terapêutica obtida;

IV - apresentar rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 4 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço, contemplando, no mínimo:

a) os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem;

b) armazenamento, controle e preparo de quimioterápicos e soluções;

c) procedimentos de biossegurança;

d) acondicionamento e eliminação de resíduos de quimioterapia; e

e) manutenção de equipamentos;

V - contar com uma central de quimioterapia na estrutura organizacional do hospital, que poderá ser comum aos serviços de oncologia clínica e/ou hematologia e/ou oncologia pediátrica, para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte, que atenda os requisitos estruturais estabelecidos na RDC ANVISA nº 220, de 21 de setembro de 2004, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la.

Art. 24. O Serviço de Radioterapia poderá ser oferecido dentro da estrutura organizacional da unidade hospitalar, ou fora, mediante contratação formal, e observar aos seguintes critérios:

I - ter um médico especialista em Radioterapia com qualificação reconhecida e cadastrado na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que deverá ser responsável técnico exclusivo de um único serviço de radioterapia do estabelecimento de saúde;

II - ter como responsável técnico pelo Setor de Física Médica, um físico especialista com qualificação reconhecida e cadastrado na CNEN;

III - contar com equipe composta pelos seguintes profissionais:

a) médico(s) especialista(s) em Radioterapia;

b) físico(s) médico(s);

c) técnico(s) de radioterapia, conforme os quantitativos estabelecidos pela Anvisa; e

d) enfermeiro(s) e técnico(s) de enfermagem;

IV - garantir a presença de, pelo menos, um médico radioterapeuta e um físico médico, de acordo com o disposto na Resolução nº 130/CNEN, de 31 de maio de 2012, e na Resolução RDC nº 20/Anvisa, de 2 de fevereiro de 2006, durante a utilização dos equipamentos e fontes radioativas;

V - registrar no único prontuário em ficha técnica específica, as seguintes informações sobre a radioterapia:

a) planejamento radioterápico global;

b) equipamento utilizado;

c) data de início e término da radioterapia;

d) dose total de radiação;

e) dose diária de radiação;

f) doses por campo de radiação;

g) número de campos por área irradiada;

h) tipo e energia do feixe de radiação; e

i) dimensões do(s) campo(s) e tempo de submissão a radiação (unidade de Co60) ou unidades de monitor (acelerador linear);

VI - ter rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 4 (quatro) anos e assinada pelo responsável do Serviço e de cada um de seus setores, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:

a) procedimentos médicos e de física médica;

b) procedimentos de enfermagem;

c) planejamento radioterápico;

d) padrões de manipulação de fontes radioativas;

e) padrões de preparo de moldes e máscaras;

f) controle e atendimento de intercorrências e de internação;

g) procedimentos de biossegurança;

h) manutenção de materiais e equipamentos; e

i) procedimentos de controle de qualidade para os diferentes equipamentos;

VII - manter em plenas condições de funcionamento os seguintes equipamentos:

a) os que permitem a simulação do tratamento, como aparelho de raios-X, simulador, tomógrafo, ressonância magnética ou o próprio equipamento de megavoltagem;

b) os de voltagem para teleterapia profunda, como unidade de Co 60 e acelerador linear;

c) os de megavoltagem para teleterapia superficial, como aparelho de raios-X (ortovoltagem) e/ou acelerador linear com feixe de elétrons (megavoltagem); e

d) os de braquiterapia de baixa, média ou alta taxa de dose;

VIII - observar ao disposto na Resolução nº 130/CNEN, de 31 de maio de 2012, e na Resolução RDC nº 20/Anvisa, de 2 de fevereiro de 2006, ou outras que venham a alterá-las ou substituí-las.

§ 1º O físico especialista de que trata o inciso II deste artigo:

I - poderá assumir a responsabilidade técnica pelo Setor de Física Médica de um único Serviço de Radioterapia;

II - deverá residir no mesmo Município ou cidade circunvizinha do respectivo Serviço de Radioterapia; e

III - poderá integrar a equipe de física médica de outro estabelecimento habilitado pelo SUS.

§ 2º Para fins do disposto no inciso IV deste artigo, os serviços que dispõem de braquiterapia de baixa taxa de dose manual deverão possuir um sistema de sobreaviso para um radioterapeuta e para um físico durante o período de utilização das fontes radioativas fora do horário de funcionamento do serviço.

§ 3º Caso a teleterapia superficial de que trata a alínea "c" ou a braquiterapia de que trata a alínea "d", ambas do inciso VII deste artigo, não sejam disponibilizadas na própria estrutura do estabelecimento de saúde habilitado como UNACON, deverá ser estabelecida referência formal para o encaminhamento dos usuários que necessitarem desse procedimento, com o aval e a regulação dos respectivos gestores.

§ 4º É obrigatória para a habilitação como CACON que o Serviço de Radioterapia do estabelecimento de saúde disponha também de:

I - sistema de planejamento de radioterapia tridimensional;

II - equipamento de megavoltagem para teleterapia profunda com feixes de fótons e de elétrons; e

III - equipamento de braquiterapia.

Art. 25. O Serviço de Hematologia deverá fazer parte da estrutura organizacional e física da unidade hospitalar e observar os seguintes critérios:

I - ter um responsável técnico médico que deve ter especialização em Hematologia, comprovada por título, bem como os demais médicos integrantes da equipe;

II - ter médico com especialização em Hematologia Pediátrica ou Cancerologia Pediátrica, comprovada por título, quando o serviço for exclusivo para atendimento de crianças ou adolescentes;

III - possuir quarto(s) com leito de isolamento para adultos e, quando o CACON ou UNACON possuir habilitação em pediatria ou também atender crianças e adolescentes, deverá ter quarto(s) exclusivo(s) com leito de isolamento para este grupo específico;

IV - possuir sala, no ambulatório e na enfermaria, para pequenos procedimentos e sala equipada com microscópio óptico para análise de lâminas de sangue periférico, de medula óssea e ou amostras, como imprints e líquidos orgânicos;

V - dispor, entre outros, dos seguintes exames especiais, que podem ser realizados em serviços instalados no estabelecimento de saúde habilitado ou, sob a concordância e regulação das respectivas Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde, em serviços instalados fora da estrutura do hospital habilitado como CACON ou UNACON:

a) micologia;

b) virologia;

c) imunoeletroforese de proteínas;

d) beta-2-microglobulina;

e) dosagem sérica de metotrexato e ciclosporina;

f) imunofenotipagem de hemopatias malignas;

g) citogenética;

h) exame por técnica de biologia molecular.

VI - disponibilizar atendimento em Serviço de Hemoterapia com aférese e transfusão de plaquetas, instalado dentro ou fora da estrutura hospitalar da Unidade, desde que com referência devidamente formalizada;

VII - registrar em um único prontuário as informações sobre o diagnóstico e tratamento incluindo:

a) o planejamento terapêutico global;

b) o esquema quimioterápico, com posologia;

c) as doses prescritas e aplicadas em cada fase ou ciclo do esquema quimioterápico;

d) o monitoramento e o tratamento das toxicides imediata e mediata;

e) a avaliação periódica da resposta terapêutica obtida;

f) o acompanhamento ambulatorial de controle e intercorrências;

g) a evolução diária em caso de internação; e

h) o encaminhamento para os estabelecimentos referenciais em radioterapia e cuidados paliativos, quando for o caso;

VIII - ter rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 4 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço, contemplando, no mínimo, os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem, e manutenção de equipamentos;

IX - contar com uma central de quimioterapia, que poderá ser comum aos serviços de oncologia clínica e/ou hematologia e/ou oncologia pediátrica,para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte;

X - garantir a permanência de pelo menos um médico clínico durante todo o período de aplicação da quimioterapia; e

XI - atender os requisitos da Resolução RDC nº 220/Anvisa, de 21 de setembro de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.

Parágrafo único. A sala de aplicação da quimioterapia de adultos de que trata o inciso IX deste artigo poderá ser a mesma para os serviços de oncologia clínica e de hematologia, mas a sala de aplicação da quimioterapia de crianças e adolescente deverá ser distinta da sala de aplicação da quimioterapia de adultos.

Art. 26. O Serviço de Oncologia Pediátrica deve fazer parte da estrutura organizacional e física da unidade hospitalar, e observar os seguintes critérios:

I - ter um responsável técnico médico que deve ter especialização, comprovada por título, em Cancerologia Pediátrica, bem como os demais médicos da equipe;

II - possuir quarto(s) com leito de isolamento para crianças e adolescentes;

III - possuir quarto(s) de enfermarias para crianças e adolescentes;

IV - atender articuladamente com o Serviço de Cirurgia - Cirurgia Pediátrica;

V - registrar em um único prontuário as informações sobre o diagnóstico definitivo e a quimioterapia, incluindo:

a) o planejamento terapêutico global;

b) o esquema quimioterápico; com posologia;

c) as doses prescritas e aplicadas em cada fase ou ciclo do esquema quimioterápico;

d) o monitoramento e o tratamento das toxicidades imediatas e mediata;

e) a avaliação periódica da resposta terapêutica obtida;

f) o acompanhamento ambulatorial de controle e intercorrências;

g) a evolução diária em caso de internação; e

h) o encaminhamento para os estabelecimentos referenciais em radioterapia e cuidados paliativos; quando necessário;

VI - ter rotina de funcionamento escrita, atualizada a cada 4 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço, contemplando, no mínimo, os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem;

VII - contar com uma central de quimioterapia, que poderá ser comum aos serviços de oncologia clínica e/ou hematologia, para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte;

VIII - garantir a permanência de pelo menos um médico pediatra, oncologista ou não, durante todo o período de aplicação da quimioterapia; e

IX - atender os requisitos da Resolução RDC nº 220/Anvisa, de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la.

Parágrafo único. A sala de aplicação da quimioterapia de crianças e adolescente de que trata o inciso VII deverá ser distinta da sala de aplicação da quimioterapia de adultos.

Art. 27. O Sistema de Informação de Câncer (SISCAN) e o Registro Hospitalar de Câncer (RHC) devem estar implantados e em funcionamento dentro da estrutura do hospital habilitado como CACON ou UNACON, sendo que o Hospital Geral com Cirurgia de Câncer e o Serviço de Radioterapia, que integram Complexos Hospitalares com CACON ou UNACON, devem garantir a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia.

CAPÍTULO IV

PARÂMETROS PARA O PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS COMO CACON E UNACON.

Art. 28. O número de estabelecimentos de saúde a serem habilitadas como CACON ou UNACON observará a razão de 1 (um) estabelecimento de saúde para cada 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

§ 1º O cálculo da população de referência deverá ser feito com base nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recentes para a população da respectiva Região de Saúde ou Regiões de Saúde contíguas, intraestaduais ou interestaduais, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.508, de 2011.

§ 2º Nos Estados da Região Norte, em áreas com população menor que 500.000 (quinhentos mil) habitantes e densidade demográfica inferior a 2 habitantes/km$^2$, poderá ser proposta, pela respectiva CIB, a habilitação de estabelecimento de saúde como UNACON, levando-se em conta características técnicas, ofertas disponíveis no Estado e necessidade de acesso regional.

§ 3º Nos Estados das Regiões Sul e Sudeste, por apresentarem maior contingente de população acima de 50 (cinquenta) anos, será admitida habilitação de estabelecimento de saúde como CACON ou UNACON para áreas com população inferior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que, nessa população, haja estimativa de 900 (novecentos) casos novos anuais de câncer (CNC/ano), excetuando-se o câncer de pele (não melanoma).

§ 4º Os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON de maior porte poderão responder pela assistência de áreas geográficas contíguas com população múltiplas de 500 (quinhentos) mil habitantes mediante programação e regulação pactuadas na CIR, aprovação pela respectiva CIB e comprovação de capacidade de atenção compatível com a população sob sua responsabilidade.

§ 5º É necessário que as secretárias de saúde municipais e estaduais priorizem a interiorização dos serviços especializados em oncologia.

Art. 29. Os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON com atendimento em oncologia pediátrica (de crianças e adolescentes) ou hematológica (de crianças, adolescentes e adultos) deverão responder pela cobertura de regiões de saúde, contíguas ou não, considerando o perfil epidemiológico dos cânceres pediátricos ou hematológicos no país, sendo que, para garantir a qualidade da assistência, o parâmetro mínimo de atendimento adotado é de, em média, 100 casos novos/ano, para cada área (pediatria e hematologia):

§ 1º Na Região Norte, será observada a razão de 1 (um) estabelecimento de saúde habilitado para cada 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) habitantes.

§ 2º Na Região Nordeste, será observada a razão de 1 (um) estabelecimento de saúde habilitado para cada 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil) habitantes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º Na Região Centro-Oeste, será observada a razão de 1 (um) estabelecimento de saúde habilitado para cada 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) habitantes.

§ 4º Nas Regiões Sudeste e Sul, será observada a razão de 1 (um) estabelecimento de saúde habilitado para cada 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) habitantes.

Art. 30. Considerando o planejamento regional integrado realizado e pactuado, os gestores, as CIR e as CIB deverão estipular:

I - o território prioritário de atuação de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

II - a população de referência para cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

III - os fluxos de referência e contrarreferência entre cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON, os hospitais gerais com cirurgia de câncer e os serviços de radioterapia que com ele conformam complexos hospitalares e os demais serviços locais de saúde; e

IV - o plano de ação regional/estadual em oncologia.

Parágrafo único. Para fins do disposto no "caput" deste artigo, serão consideradas:

I - a capacidade de atendimento de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON, inclusive quando em complexo hospitalar;

II - a necessidade de oferta de exames para diagnóstico diferencial; e

III - a necessidade de prover acesso regional suficiente de atendimento especializado em:

a) cirurgia de câncer (de crianças e adolescentes e adultos);

b) oncologia clínica;

c) radioterapia;

d) hematologia (de crianças, adolescentes e adultos); e

e) oncologia pediátrica.

Art. 31. Cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON e UNACON que tenha como responsabilidade uma população de 500.000 (quinhentos mil) habitantes ou 900 (novecentos) casos novos de câncer/ano (ou seus múltiplos a mais), exceto o câncer não melanótico de pele, observará os seguintes parâmetros mínimos de produção anuais relacionados às seguintes modalidades de tratamento do câncer:

I - 650 (seiscentos e cinquenta) procedimentos de cirurgia de câncer;

II - 5.300 (cinco mil e trezentos) procedimentos de quimioterapia; e

III - 43.000 (quarenta e três mil) dos seguintes campos de radioterapia, por equipamento(s) instalado(s):

a) Cobaltoterapia;

b) Acelerador Linear de Fótons; e

c) Acelerador Linear de Fótons e Elétrons.

§ 1º Para evitar a superoferta de serviços hospitalares, a exclusão dos casos de câncer não melanótico de pele, cujo diagnóstico e tratamento são essencialmente ambulatoriais, dá-se apenas para a estimativa da necessidade dos estabelecimentos de saúde habilitados para a assistência na alta complexidade em oncologia, mas não para o cálculo da produção necessária dos procedimentos terapêuticos do câncer - cirúrgicos, radioterápicos e quimioterápicos - que, embora correlacionada com um mínimo populacional ou de número de casos novos anuais de câncer, exceto os não melanóticos de pele, considera os procedimentos realizados para tratamento de todos os tipos de câncer, casos novos e antigos, inclusive os de pele, atendidos na instituição.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde já habilitados como UNACON exclusiva de Hematologia ou exclusiva de Oncologia Pediátrica terão parâmetros de procedimentos anuais relacionados ao tratamento do câncer estimados e calculados para cada estabelecimento, de forma tripartite, levando-se em consideração os parâmetros estabelecidos no Capítulo IV desta Portaria e as populações de referência e série histórica de produção.

§ 3º A produção de procedimentos esperada de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON, inclusive quando em complexo hospitalar, será calculada com base na população sob sua responsabilidade ou no número de casos novos de câncer/ano, de acordo com a proporcionalidade dos parâmetros de que trata o "caput" deste artigo, de acordo também com a sua modalidade de habilitação e considerando nos casos da produção em radioterapia, considerar-se-á a sua capacidade instalada - o número de equipamentos de radioterapia existentes no estabelecimento de saúde sendo o cálculo do número de procedimentos acima relacionados corresponde ao funcionamento de 1 equipamento de radioterapia externa de megavoltagem (unidade de cobalto ou acelerador linear).

§ 4º A avaliação do estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON, inclusive em complexo hospitalar, será baseada na produção mínima prevista, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste artigo.

Art. 32. Cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON inclusive em complexo hospitalar, que tenha como responsabilidade uma população de 500.000 (quinhentos mil) habitantes ou 900 casos novos de câncer/ano, exceto o câncer não melanótico de pele, observarão os seguintes parâmetros mínimos mensais para ampliação de oferta de procedimentos relacionados a consultas especializadas e exames diagnósticos e de seguimento, por tipo:

I - 500 (quinhentas) consultas especializadas;

II - 640 (seiscentos e quarenta) exames de ultrassonografia;

III - 160 (cento e sessenta) endoscopias;

IV - 240 (duzentas e quarenta) colonoscopias e retossigmoidoscopias;e

V - 200 (duzentos) exames de anatomia patológica.

Parágrafo único. A produção de procedimentos esperada de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON será calculada com base na população sob sua responsabilidade e de acordo com a modalidade de habilitação.

Art. 33. A avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON será realizada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e orientada pelos seguintes aspectos:

I - verificação dos parâmetros de produção de procedimentos ambulatoriais e hospitalares de acordo com a habilitação do estabelecimento de saúde, a população sob sua responsabilidade ou o que foi assumido no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde (COAP), de acordo com o Capítulo IV da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013;

II - verificação das condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos descritos nesta Portaria de acordo com a habilitação do estabelecimento de saúde; e

III - verificação dos seguintes indicadores mínimos de assistência:

a) mediana do tempo entre a confirmação diagnóstica e início do tratamento oncológico; calculado através do SISCAN, e

b) número anual de casos novos de câncer registrados no RHC.

Art. 34. Os procedimentos diagnósticos e terapêuticos oferecidos pelos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON e serviços que conformam os complexos hospitalares, devem ser baseados em evidências científicas, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Ministério da Saúde e nas normas e critérios de incorporação de tecnologias definidos nas legislações vigentes, assim como respeitar as definições da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC).

Art. 35. Os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON e hospitais gerais com cirurgia de câncer ou serviços de radioterapia que conformam os complexos hospitalares observarão, ainda, as disposições da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM ONCOLOGIA

Art. 36. Para habilitação, alteração da habilitação já existente ou desabilitação dos estabelecimentos de saúde como CACON ou UNACON e dos hospitais gerais ou serviços de radioterapia que conformam os complexos hospitalares, será observado o disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 37. Será realizado cálculo do impacto financeiro de novos estabelecimentos de saúde a serem habilitados como CACON ou UNACON, Hospital Geral com Cirurgia de Câncer ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar, considerando os respectivos serviços oncológicos que se incluem na habilitação, conforme o Anexo IV desta Portaria, sendo que os estabelecimentos hospitalares (CACON, UNACON ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer) serão no primeiro ano da habilitação considerados hospitais de porte "C" de cirurgia, conforme o art. 12 da Portaria nº 2.947/GM/MS, de 21 de dezembro de 2012, republicada em 11 de julho de 2013.

Art. 38. A manutenção da habilitação dos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON e dos serviços que conformam os complexos hospitalares está condicionada:

I - ao cumprimento contínuo das normas estabelecidas nesta Portaria e no Capítulo III Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013;

II - ao resultado das avaliações anuais dos serviços, nos termos do disposto no Capítulo IV desta Portaria;

III - aos resultados gerados pelo Sistema Nacional de Auditorias recomendadas pela SAS/MS e/ou executadas pelos órgãos de controle, devendo os relatórios ser encaminhados à SAS/MS.

§ 1º Em caso de descumprimento do disposto no inciso I deste artigo, a SAS/MS poderá solicitar aos órgãos auditores do Ministério da Saúde, das Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde, a avaliação do CACON ou UNACON, com vistas à adoção das sanções cabíveis, até a resolução do problema identificado.

§ 2º Em caso de descumprimento dos prazos estipulados nesta Portaria e no Capítulo III Seção II, no Componente Atenção Especializada, da Portaria nº 874/GM/MS, de 2013, o Ministério da Saúde poderá propor à respectiva Secretaria Estadual de Saúde, com a devida homologação da CIB, a desabilitação do estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON.

§ 3º Por motivos administrativos ou técnicos, e com a devida homologação da CIB, poderão as respectivas Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde solicitar à SAS/MS a desabilitação de estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON.

CAPITULO VI

DAS RESPONSABILIDADES DAS ESFERAS DE GESTÃO DO SUS

Art. 39. Compete ao gestor federal do SUS:

I- avaliar, anualmente, por meio do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS) e pelo INCA, os estabelecimentos de saúde habilitados como especializados em oncologia por meio dos parâmetros descritos no Capítulo IV e indicadores descritos no Capítulo V desta Portaria;

II - atualizar e publicar periodicamente, conforme a CONITEC, os PCDT que deverão ser observados pelos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON, UNACON, assim como, pelos demais serviços que compõe os complexos hospitalares;

III - habilitar os estabelecimentos de saúde candidatos à habilitação como CACON ou UNACON ou como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar, após análise de documentação encaminhada pelo gestor estadual, devidamente pactuada nas CIR e CIB e com comprovação de necessidade de cobertura e a existência de condições locais estruturais, organizacionais e de funcionamento, para o cuidado das pessoas com câncer na Rede de Atenção à Saúde (RAS); e

IV - analisar e aprovar a classificação da habilitação dos estabelecimentos de saúde que será definida pelas Secretarias Estaduais e Municipais da Saúde.

Art. 40. Compete às Secretarias de Estado de Saúde:

I - planejar, junto aos gestores municipais, a necessidade de cobertura assistencial da atenção especializada em oncologia para o Estado/Regiões de Saúde, de acordo com os parâmetros e orientações estabelecidos nesta Portaria;

II - identificar e definir, em conjunto com os gestores municipais, qual(is) o(s) estabelecimento(s) de saúde na RAS possui(em) as condições, descritas nesta Portaria, para prestar atendimento na atenção especializada em oncologia como estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

III - pactuar nas CIR e CIB:

a) quais serão os estabelecimentos de saúde a serem habilitados como serviços especializados em oncologia nas Regiões de Saúde, inclusive identificando as referências para braquiterapia, procedimentos diagnósticos e terapêuticos em Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica e Cirurgia Plástica, Oncologia Pediátrica e Oncologia Hematológica e demais especialidades não contempladas pelos estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON; e

b) o território prioritário e a população de referência de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

IV - encaminhar a solicitação de habilitação para o Gestor Federal do conjunto de estabelecimentos de saúde aptos para prestar atendimento às pessoas com suspeita/diagnóstico de câncer, conforme os critérios definidos nesta Portaria, contendo as seguintes informações:

a) identificação da população a ser atendida;

b) quantitativo de estabelecimentos de saúde necessários para tratar as pessoas com câncer; informações sobre a capacidade técnica, operacional e estrutural dos estabelecimentos de saúde considerados com condições de atender os critérios desta Portaria, de modo a permitir o tratamento adequado e oportuno das pessoas com câncer na RAS; e

c) identificação dos sistemas de apoio e logístico que serão utilizados pelos gestores locais para garantir e facilitar o encaminhamento e acesso do usuário ao estabelecimento de saúde habilitado como especializado em oncologia;

V - implantar processos regulatórios para garantir que pessoas com suspeita/diagnóstico de câncer que estão sendo assistidas por outros pontos de atenção da RAS possam ser encaminhadas para os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON e contrarreferenciadas sempre que necessário;

VI - acompanhar e avaliar os estabelecimentos de saúde habilitados como especializados em oncologia, de acordo com os indicadores de avaliação definidos no Capítulo V, bem como verificar a existência das demais estruturas exigidas nesta Portaria; e

VII - definir, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, a classificação da habilitação dos estabelecimentos de saúde.

Art. 41. Compete às Secretarias Municipais de Saúde:

I - planejar, junto com o gestor estadual, a necessidade de cobertura assistencial da atenção especializada em oncologia para seu município e regiões de saúde, de acordo com os parâmetros e orientações estabelecidos nesta Portaria;

II - identificar e definir, em conjunto com o gestor estadual, qual(is) o(s) estabelecimento(s) de saúde na RAS possui(em) as condições, descritas nesta Portaria, para prestar atendimento na atenção especializada em oncologia como estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

III - acompanhar e avaliar os estabelecimentos de saúde habilitados como atenção especializada em oncologia, de acordo com os indicadores de avaliação definidos no Capítulo V desta Portaria, bem como, verificar a existência das demais estruturas exigidas nesta Portaria, sempre que o estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON estiver localizado no seu município; e

IV - pactuar nas CIR e CIB:

a) quais serão os estabelecimentos de saúde a serem habilitados em atenção especializada em oncologia nas Regiões de Saúde, inclusive identificando as referências para braquiterapia, procedimentos diagnósticos e terapêuticos em Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica e Cirurgia Plástica, Oncologia Pediátrica e Oncologia Hematológica e demais especialidades não contempladas pelas UNACON habilitadas;

b) o território prioritário e a população de referência de cada estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON;

c) os fluxos regulatórios para garantir que pessoas com suspeita/diagnóstico de câncer, que estão sendo assistidas em outros níveis de atenção da RAS, possam ser encaminhadas para os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON e contrarreferenciadas, sempre que necessário; e

V - definir, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, a classificação da habilitação dos estabelecimentos de saúde.

Parágrafo único. Na situação de ausência ou interrupção temporária do atendimento nos estabelecimentos de saúde, descritos nesta Portaria, em sua área de gestão, o respectivo Gestor do SUS local deverá garantir a continuidade do cuidado em estabelecimento de saúde habilitado como CACON ou UNACON ou Serviços que compõe os complexos hospitalares, por meio dos mecanismos de regulação, com apoio dos gestores estadual e federal, sempre que necessário.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. As Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria, podendo estabelecer normas de caráter suplementar, a fim de adequá-las às especificidades locais ou regionais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 43. O DAET/SAS/MS, em conjunto com o INCA/SAS/MS e com a Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação (CGRA/DRAC/SAS/MS), acompanhará e avaliará de forma contínua os estabelecimentos de saúde habilitados como CACON, UNACON, Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar, por meio dos indicadores propostos nesta Portaria.

Art. 44. Fica incluído na Tabela de Habilitações do SCNES, o código de habilitação a seguir descrito:

| Código | Descrição |
|---|---|
| 17.21 | Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar |

Art. 45. Ficam mantidos na Tabela de Habilitações do SCNES, os códigos de habilitações a seguir descritos:

| Código | Descrição |
|---|---|
| 17.04 | Serviço Isolado de Radioterapia |
| 17.06 | UNACON (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) |
| 17.07 | UNACON com Serviço de Radioterapia |
| 17.08 | UNACON com Serviço de Hematologia |
| 17.09 | UNACON com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| 17.10 | UNACON Exclusiva de Hematologia |
| 17.11 | UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| 17.12 | CACON (Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) |
| 17.13 | CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| 17.14 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| 17.15 | Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar |
| 17.16 | Servico de Oncologia Clinica de Complexo Hospitalar |

§ 1º Os estabelecimentos de saúde especificados no Anexo V desta Portaria, hoje habilitados sob os códigos SCNES 17.06, 17.07, 17.08, 17.09, 17.10, 17.11, 17.12, 17.13, 17.14, 17.15, 17.15 e 17.16, ou autorizados sob o código 17.04, assim poderão permanecer, durante o máximo de 1 (um) a ano, contado a partir da sua publicação.

§ 2º No prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação desta Portaria, os códigos de habilitação 17.04 (Serviço Isolado de Radioterapia), 17.14 (Hospital Geral com Cirurgia Oncológica) e 17.16 (Servico de Oncologia Clinica de Complexo Hospitalar), serão excluídos do SCNES.

§ 3º A partir da data de publicação desta Portaria, não será permitida a autorização/habilitação de Serviço Isolado de Radioterapia (código 17.04) e de Hospital Geral com Cirurgia Oncológica (código 17.14); os atualmente existentes poderão ser mantidos pelo prazo máximo de 1 (um) ano, contado a partir da publicação desta Portaria, até a sua regularização mediante a formação de Complexo Hospitalar em oncologia, nos termos do art. 8º, sendo que, após esse período, os estabelecimentos que não se adequarem serão desautorizados/desabilitados para a assistência de alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS.

Art. 46. Todos os estabelecimentos anteriormente habilitados como CACON, UNACON ou Hospital Geral com Cirurgia Oncológica ou autorizados como Serviço Isolado de Radioterapia deverão ser reavaliados pelo gestor local, a fim de serem novamente habilitados, de acordo com os prazo e critérios dispostos nesta Portaria.

Parágrafo único. A nova habilitação de que trata o "caput" deste artigo deverá correr no prazo máximo de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 47. A estruturação e adequação dos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar é de responsabilidade dos respectivos diretores e administradores hospitalares, cabendo aos Gestores do SUS a sua classificação, sua regulação, seu monitoramento, seu controle e sua avaliação, e, sempre que necessário, auditoria.

Art. 48 Ficam revogadas as Portarias nº 741/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2005, nº 102/SAS/MS, de 3 de fevereiro de 2012, nº 384/SAS/MS, de 3 de maio de 2012, nº 508/SAS/MS, de 31 de maio de 2012, nº 539/SAS/MS, de 13 de junho de 2012, nºs 588/SAS/MS e 589/SAS/MS, de 21 de junho de 2012, nº 796/SAS/MS, de 14 de agosto de 2012, nºs 1.059/SAS/MS e 1.061/SAS/MS, de 27 de setembro de 2012, nº 1.242/SAS/MS, de 5 de novembro de 2012, nº 1.386/SAS/MS, de 11 de dezembro de 2012, nº 20/SAS/MS, de 15 de janeiro de 2013, nº 46/SAS/MS, de 22 de janeiro de 2013, nº149/SAS/MS,, nºs 151/SAS/MS e nº154/SAS/MS, de 20 de fevereiro de 2013, nº 326/SAS/MS, de 2 de abril de 2013, nº 523/SAS/MS, de 13 de maio de 2013, nº 776/SAS/MS, de 10 de julho de 2013, e nº 850/SAS/MS, de 29 de julho de 2013 e nº 1463/SAS/MS, de 30 de dezembro de 2013.

Art. 49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

FLUXO DE HABILITAÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DE ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA (UNACON) E DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA (CACON)

Processo de habilitação de estabelecimentos de saúde como CACON ou UNACON:

a.Uma vez concluído o planejamento referente à quantidade de estabelecimentos de saúde especializados em oncologia necessários à cobertura assistencial da população na Rede de Atenção à Saúde, a ser realizada segundo os parâmetros propostos nesta Portaria, o gestor deve identificar as estruturas operacionais e organizacionais em condições de prestar os cuidados às pessoas com suspeita/confirmação de câncer existentes na RAS, de acordo com os critérios definidos nesta Portaria, para habilitar os estabelecimentos de saúde especializados em oncologia.

b.O processo de habilitação deverá ser pactuado regionalmente, por intermédio da CIR e da CIB, devendo estar incluído nos termos do COAP, quando houver.

c.O estabelecimento de saúde candidato à habilitação na atenção especializada em oncologia deve estar cadastrado no SCNES e estar com todas as informações atualizadas.

d.O processo de solicitação de habilitação pelos estabelecimentos de saúde na atenção especializada em oncologia ao respectivo Gestor do SUS (estadual/municipal) deverá ser pactuado regionalmente por intermédio da CIR e da CIB, estando previsto no planejamento dos gestores locais, sendo que as metas assistenciais a serem alcançadas devem estar devidamente formalizadas no COAP, quando houver.

e.O processo de solicitação de habilitação dos estabelecimentos de saúde na atenção especializada em oncologia deve, ao ser formalizado pelo respectivo Gestor do SUS (estadual/municipal), conter a seguinte documentação:

1.Documento de Solicitação e Habilitação por parte do estabelecimento de saúde, assinado pelo diretor do estabelecimento de saúde candidato, manifestando seu interesse e capacidade de diagnosticar e tratar as pessoas com câncer, de acordo com os critérios definidos nesta Portaria;

2.Formulário de Vistoria, disponível nos Anexo II e III, preenchido e assinado pelo respectivo gestor local, e Termo de Compromisso assinado pelo diretor do estabelecimento de saúde, contendo a descrição das metas de produção referentes aos procedimentos diagnósticos e de tratamento que o serviço assumirá como de sua responsabilidade, sendo que estas devem em conformidade com os parâmetros descritos nesta Portaria;

3.Documentação comprobatória do cumprimento das exigências para habilitação compatível com o SCNES;

4.Documentação comprobatória de autorização de funcionamento emitida pela CNEN, quando se tratar de habilitação de CACON ou de UNACON com Serviço de Radioterapia;

5.Relatório de vistoria realizada in loco pela Vigilância Sanitária, com a avaliação das condições de funcionamento da Unidade; e Relatório de vistoria realizada in loco pela área de Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde responsável; e

6.Manifestação da CIR e da CIB, aprovando a solicitação de habilitação do estabelecimento de saúde como CACON ou UNACON, contendo os documentos acima relacionados, informando a aprovação da habilitação, o impacto financeiro, quando se tratar de alteração e de nova habilitação ao SUS, e a definição dos fluxos de referência e contrarreferência dos usuários na RAS, descrevendo seus respectivos mecanismos de regulação.

7.Documentação descrevendo a organização e as responsabilidades de todos os componentes da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no eixo temático do câncer (Atenção Básica, Atenção Especializada, Sistemas de Apoio, Regulação, Sistemas Logísticos e de Governança).

f.O Ministério da Saúde avaliará o formulário de vistoria encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde no DAET/SAS/MS. A habilitação, se necessário, estará vinculada à vistoria in loco pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Secretaria Estadual e Municipal de Saúde:

1.Caso a avaliação da habilitação seja favorável, a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) tomará as providências para a publicação da habilitação;

2.Caso existam pendências que inviabilizem a habilitação, o Ministério da Saúde encaminhará à Secretaria de Estado de Saúde o rol das mesmas para conhecimento, manifestação e providências, sendo que, não havendo manifestação da Secretaria de Estado de Saúde quanto às pendências, o estabelecimento de saúde não será habilitado;

3.Caso existam pendências de estrutura que inviabilizem a habilitação, o Ministério da Saúde poderá solicitar às Secretarias de Estado e Municipal de Saúde visita técnica in loco, em conjunto, para verificação e posterior envio de relatório para conhecimento, manifestação e providências, sendo que, não havendo manifestação da Secretaria de Estado de Saúde quanto às pendências, o estabelecimento de saúde não será habilitado; e

4.Caso a habilitação seja referente a Complexo Hospitalar, além dos documentos citados é necessário, ainda:

i. plano de ação regional entre os estabelecimentos de saúde que formam o Complexo, descrevendo as responsabilidades de cada ente, incluindo suas metas de produção anuais; e

ii. termo de responsabilidade em relação aos casos de urgência e emergência que possivelmente possam ocorrer no serviço vinculado. Este termo deve conter quem é o serviço de referência para os casos de urgência e emergência e quem é responsável pelo transporte do usuário.

g.Uma vez emitido o parecer a respeito da habilitação pelo (s) Gestor (es) do SUS - e se o mesmo for favorável, o processo ficará na posse do gestor do SUS, disponível ao Ministério da Saúde para fins de supervisão e auditoria.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE VISTORIA DO GESTOR PARA SOLICITAR HABILITAÇÃO E REALIZAR ACOMPANHAMENTO DE CACON E UNACON

(Deve ser preenchido e assinado pelo Gestor)

(Esse formulário não deve ser modificado nem substituído)

NOME:_____

CNPJ:

_____

CNES:_____

TIPO DE PRESTADOR (NATUREZA):

( ) Federal

( ) Estadual

( ) Municipal

( ) Filantrópico

( ) Privado

( ) Atividade de Ensino e Pesquisa:

( ) Unidade Universitária

( ) Unidade Escola Superior Isolada

( ) Unidade Auxiliar de Ensino

( ) Unidade sem Atividade de Ensino

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____ESTADO:_____

CEP:_____TELEFONE:_____FAX: _____

EMAIL: _____

DIRETOR TÉCNICO: _____

SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA:

( ) Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON

- Serviço de Oncologia Pediátrica ( )

( ) Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON

- Serviço de Radioterapia ( )

- Serviço de Hematologia ( )

- Serviço de Oncologia Pediátrica ( )

( ) UNACON Exclusiva de Hematologia

( ) UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica

COMPLEXO HOSPITALAR:

( ) Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar

( ) Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar

SE SIM QUAL É O HOSPITAL (CACON OU UNACON) DE REFERÊNCIA ("sede")

Hospital:_____

QUEM É A REFERÊNCIA

Referência:_____

CGC/CNPJ: _____

Renovação da habilitação

( ) Sim ( ) Não

Alteração de Habilitação

( ) Sim ( ) Não

Habilitação Nova

( ) Sim ( ) Não

OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

O hospital a ser habilitado como CACON ou UNACON:

a) faz parte da Rede de Assistência às Pessoas com Doenças Crônicas de seu Estado:

( ) Sim ( ) Não

b) contempla os critérios definidos pela gestão para quantitativo e distribuição de:

( ) população a ser atendida;

( ) necessidade de cobertura assistencial;

( ) mecanismos de acesso com os fluxos de referência e contrarreferência;

( ) capacidade técnica e operacional dos serviços;

( ) série histórica de atendimentos realizados, levando em conta a demanda reprimida;

( ) integração com os mecanismos de regulação e com os demais serviços.

c) apoia outros estabelecimentos de atenção à saúde, sempre que solicitado pelo gestor local, no que se refere à prevenção e ao controle do câncer, participando quando necessário da educação permanente dos profissionais de saúde que atuam na Rede de Atenção à Saúde:

( ) Sim ( ) Não

d) utiliza e mantem atualizados, obrigatoriamente, o RHC e o SISCAN:

( ) Sim ( ) Não

e) submete-se à regulação, à fiscalização, ao monitoramento e à avaliação do Gestor Estadual e Municipal:

( ) Sim ( ) Não

f) determina o diagnóstico definitivo e a extensão da neoplasia (estadiamento) e assegura a continuidade do atendimento de acordo com as rotinas e as condutas estabelecidas:

( ) Sim ( ) Não

i) oferece, obrigatoriamente e conforme os parâmetros e disposições estabelecidos nesta Portaria, todos os procedimentos de média e alta complexidade compatíveis com os respectivos serviços relacionados e o acompanhamento dos usuários tratados.

( ) Sim ( ) Não

Disposições Específicas

1. OFERTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Obrigatório para habilitação como CACON, facultado às demais habilitações);

a) oferece Residência Médica reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em:

a1) Cancerologia Cirúrgica; ( )

a2) Cancerologia Clínica; ( )

a3) Radioterapia; ( )

b) é campo de estágio para formação de nível pós-técnico em Radioterapia; ( )

c) oferece, sem caráter obrigatório:

c1) Residência em área de saúde em Física Médica; ( )

c2) Residência multiprofissional em Oncologia e/ou Oncohematologia; ( )

2. SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO - Todas as seguintes modalidades de diagnóstico disponíveis para o atendimento ambulatorial e de internação - de rotina e de urgência:

- Serviço de endoscopia com capacidade para realizar os seguintes procedimentos:

a) endoscopia digestiva alta ( );

b) retosigmoidoscopia e colonoscopia ( );

c) endoscopia urológica ( );

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) laringoscopia ( );
e) mediastinosocopía, pleurosocopia e broncoscopia ( ).

OBS: Os exames descritos nas alíneas "d" e "e" são obrigatórios nos estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON que atendam, respectivamente, as especialidades de cirurgia de cabeça e pescoço e cirurgia torácica. Nas demais unidades estes exames podem ser realizados em serviços instalados fora da estrutura hospitalar da Unidade, com referência devidamente formalizada.

Indicar a Referência abaixo:
Para Laringoscopia:
Referência:_____
CGC/CNPJ: _____
Para Mediastinosocopía, pleurosocopia e broncoscopia:
Referência:_____
CGC/CNPJ: _____

- Laboratório de Patologia Clínica

Realiza os seguintes exames:
a) bioquímica ( );
b) hematologia geral ( );
c) citologia de líquidos e líquor ( );
d) parasitologia ( );
e) bacteriologia e antibiograma ( );
f) gasometria arterial ( );
g) imunologia geral ( ); e
h) dosagem de hormônios e outros marcadores tumorais, inclusive a fração beta da gonadotrofina coriônica (BhCG), antígeno prostático específico (PSA) e alfa-feto-proteína (aFP) ( );

OBS: Os exames descritos nas alíneas "g" e "h" podem ser realizados em serviços instalados dentro ou fora da estrutura hospitalar do CACON ou UNACON, sendo que os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de hematologia são dispensados de oferecer exames de BhCG, PSA e aFP; e os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de oncologia pediátrica são dispensados de oferecer exame de PSA. Se realizarem esses exames fora da estrutura, indicar a referência:
Referência:_____
CGC/CNPJ:_____

- Serviço de diagnóstico por imagem - exames de:

a) radiologia convencional;
( ) Sim ( ) Não
b) mamografia;
( ) Sim ( ) Não
c) ultrassonografia com doppler colorido;
( ) Sim ( ) Não
d) tomografia computadorizada;
( ) Sim ( ) Não
e) ressonância magnética; e
( ) Sim ( ) Não
f) medicina nuclear equipada com gama-câmara e de acordo com as normas vigentes.
( ) Sim ( ) Não

OBS: Os exames descritos nas alíneas "d", "e" e "f" podem ser realizados em serviços instalados dentro ou fora da estrutura hospitalar do UNACON, com referência devidamente formalizada, sendo que os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de hematologia ou de oncologia pediátrica são dispensados de oferecer exames de mamografia. O exame descrito na alínea "f" pode ser realizado em serviços instalados dentro ou fora da estrutura hospitalar do UNACON, com referência devidamente formalizada. Indicar as referências, se os exames não forem realizados na própria estrutura hospitalar:
Para Tomografia Computadorizada:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Ressonância Magnética:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Medicina Nuclear:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____

- Laboratório de Anatomia Patológica - participa de Programa de Monitoramento de Qualidade e possui certificado atualizado.

( ) Sim ( ) Não
Realizam os seguintes exames:
a) biópsia de congelação;
( ) Sim ( ) Não
b) histologia;
( ) Sim ( ) Não
c) citologia;
( ) Sim ( ) Não
d) imunohistoquímica de neoplasias malignas;
( ) Sim ( ) Não
e) exame por técnica de biologia molecular;
( ) Sim ( ) Não

OBS: O exame descrito na alínea "a", obrigatoriamente, deverá ser oferecido dentro da estrutura hospitalar. Os exames descritos nas alíneas "b", "c", "d" e "e" podem ser realizados em serviços instalados dentro ou fora da estrutura hospitalar do UNACON, sendo que os estabelecimentos de saúde habilitados como UNACON exclusiva de Hematologia ou de Oncologia Pediátrica são dispensados de oferecer exames por técnica de biologia molecular. O exame descrito na alínea "e" pode ser realizado dentro ou fora da estrutura hospitalar do CACON. Indicar as referências, se os exames não forem realizados na própria estrutura hospitalar:
Para Histologia:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Citologia
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Imunohistoquímica de neoplasias malignas:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para exame por técnica de biologia molecular:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____

- Procedimento de laparoscopia ( )

3. Serviço de Pronto Atendimento que funcione nas 24 horas, para os casos de emergência oncológica dos doentes matriculados no hospital:
( ) Sim ( ) Não

4. ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS - o hospital habilitado como CACON, UNACON ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar possui cirurgiões nas seguintes especialidades:
b1) cancerologia cirúrgica
( ) Sim ( ) Não
b2) cirurgia geral/coloproctologia;
( ) Sim ( ) Não
b3) ginecologia/mastologia;
( ) Sim ( ) Não
b4) urologia;
( ) Sim ( ) Não
b5) cirurgia de cabeça e pescoço;
( ) Sim ( ) Não
b6) cirurgia pediátrica;
( ) Sim ( ) Não
b7) cirurgia plástica;
( ) Sim ( ) Não
b8) cirurgia torácica;
( ) Sim ( ) Não
b9) neurocirurgia;
( ) Sim ( ) Não
b10) oftalmologia;
( ) Sim ( ) Não
b11) ortopedia;
( ) Sim ( ) Não

OBS1: Para ser habilitado como CACON poderá ser facultado, mediante referência, o atendimento nas áreas descritas nos itens b9), b10) e b11).

OBS 2: Para ser habilitado como UNACON será exigido do hospital, no mínimo, o atendimento nas áreas descritas nos itens b1), b2), b3) e b4).

OBS 3: Para o hospital ser habilitado como UNACON com Serviço de Oncologia Pediátrica será exigido, além do exposto na observação 2, atendimento na área b6).

OBS 4: Para o hospital ser habilitado como UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica será exigido, no mínimo, o atendimento na área descrita no item b6).

5. CUIDADOS PALIATIVOS - o hospital possui cuidados paliativos promovidos por uma equipe de profissionais da saúde voltada para o alívio do sofrimento físico, emocional, espiritual e psicosocial de doentes com prognóstico reservado, acometidos por neoplasias malignas em estágio irreversível:
( ) Sim ( ) Não
Realiza:
a) assistência ambulatorial (incluindo o fornecimento de opiáceos);
( ) Sim ( ) Não
b) internações por intercorrências (incluindo procedimentos de controle da dor);
( ) Sim ( ) Não
c) internações de longa permanência;
( ) Sim ( ) Não
d) assistência domiciliar.
( ) Sim ( ) Não

OBS: Para fins de habilitação de estabelecimentos de saúde como CACON ou UNACON, os cuidados paliativos dos respectivos doentes devem ser prestados na própria estrutura hospitalar ou poderão ser desenvolvidos, de forma integrada, com outros estabelecimentos da rede de atenção à saúde, desde que cumpra os seguintes quesitos:

a) a rede é formalizada pelo respectivo Gestor do SUS na área de abrangência do CACON ou da UNACON;
( ) Sim ( ) Não
b) cada estabelecimento integrante da rede de cuidados paliativos possui o seu papel definido, bem como os mecanismos de relacionamento entre eles;
( ) Sim ( ) Não
c) a referência entre os serviços é feita em conjunto e sob regulação do respectivo Gestor do SUS;
( ) Sim ( ) Não
d) os doentes são encaminhados com seus respectivos planos de cuidados;
( ) Sim ( ) Não
e) as UNACON e os CACON oferecem suporte à distância e assumem a responsabilidade pelo atendimento de doentes contrarreferidos para cuidados oncológicos paliativos (cirúrgicos, radioterápicos e quimioterápicos) inclusive de urgência; e
( ) Sim ( ) Não
f) as UNACON e os CACON oferecem em conjunto com o respectivo Gestor do SUS treinamento específico para os profissionais da rede.
( ) Sim ( ) Não
g) os Cuidados Paliativos obedecem às regulamentações específicas do Ministério da Saúde para a área.
( ) Sim ( ) Não

Para cuidados paliativos:
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____

CRITÉRIOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS

6. Os estabelecimentos de saúde possuem Alvará de Funcionamento (licença sanitária)
( ) Sim ( ) Não

E se enquadram nos critérios e normas estabelecidos pela legislação em vigor ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, a saber:

a) Resolução nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
( ) Sim ( ) Não

b) Resolução nº 306, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.
( ) Sim ( ) Não

7. O hospital possui as comissões exigidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e Conselhos Federal e Regional de Medicina.
( ) Sim ( ) Não
Quais:_____

8. O hospital possui um único prontuário para cada usuário, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial e internação, de rotina ou de urgência, estadiamento, planejamento terapêutico global, dentre outros), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas por todos profissionais de saúde, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento:
( ) Sim ( ) Não

8.1) Os prontuários estão devidamente ordenados no Serviço de Arquivo Médico.
( ) Sim ( ) Não

8.2) Informações indispensáveis e mínimas do Prontuário, como os citados abaixo:
( ) Sim ( ) Não
( ) identificação do usuário;
( ) histórico clínico e exame físico;
( ) exames complementares;
( ) diagnóstico definitivo e seu exame de comprovação;
( ) estadiamento pelo Sistema TNM de Classificação dos Tumores Malignos/UICC ou, no caso de neoplasia maligna não incluída neste, por outro sistema de classificação;
( ) planejamento terapêutico global;
( ) indicação de procedimento cirúrgico diagnóstico;
( ) ficha anestésica;
( ) descrição de ato cirúrgico, em ficha específica contendo: identificação da equipe, descrição cirúrgica e os materiais usados;
( ) descrição da evolução do caso;
( ) sumário(s) de alta hospitalar;
( ) ficha de registro de infecção hospitalar;
( ) evolução e seguimento ambulatorial;
( ) documentos de referência e contrarreferência;
( ) plano de cuidados paliativos repassado, quando do encaminhamento de doentes para esses cuidados em outros estabelecimentos de saúde; orientações técnicas dadas à distância; e atendimentos a doentes contrarreferidos para cuidados oncológicos paliativos, inclusive de urgência;
( ) cópia do laudo de emissão de Autorização para Procedimento de Alta Complexidade (APAC) e da APAC-formulário, e cópia do laudo de emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e da AIH-formulário.

9. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR - atividades técnico-assistenciais que devem ser realizadas em regime ambulatorial e de internação, de rotina e de urgência, nas seguintes áreas:
a) psicologia clínica;
( ) Sim ( ) Não
b) serviço social;
( ) Sim ( ) Não
c) nutrição;
( ) Sim ( ) Não
d) farmácia:
( ) Sim ( ) Não
e) cuidados de ostomizados;
( ) Sim ( ) Não
f) reabilitação exigível conforme as respectivas especialidades;
( ) Sim ( ) Não
g) fisioterapia;
( ) Sim ( ) Não
h) fonoaudiologia;
( ) Sim ( ) Não
i) odontologia;
( ) Sim ( ) Não
j) psiquiatria;
( ) Sim ( ) Não
k) terapia renal substitutiva.
( ) Sim ( ) Não

OBS: As assistências em odontologia e fonoaudiologia podem, sob a concordância e regulação do respectivo Gestor do SUS, ser realizada em serviços instalados fora da estrutura hospitalar da UNACON quando a mesma não oferecer atendimento em cabeça e pescoço; a psiquiatria e a terapia renal substitutiva podem ser realizadas em serviços instalados dentro ou fora da estrutura hospitalar dos CACON ou UNACON, sendo que, no segundo caso, a referência, sob a concordância e regulação do respectivo Gestor do SUS, deve ser devidamente formalizada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Indicar as referências, se os mesmos não forem realizados na própria estrutura hospitalar:
Para Odontologia
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Psiquiatria
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Terapia Renal Substitutiva
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Para Fonoaudiologia
Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
10. INSTALAÇÕES FÍSICAS
10.1 AMBULATÓRIO - Assistência ambulatorial em:
a) clínica médica do adulto;
( ) Sim ( ) Não
b) clínica pediátrica;
( ) Sim ( ) Não
c) demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação;
( ) Sim ( ) Não
10.2 PRONTO ATENDIMENTO
a) adulto;
( ) Sim ( ) Não
b) pediátrico;
( ) Sim ( ) Não
10.3 SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO de acordo com a modalidade de habilitação;
( ) Sim ( ) Não
10.4 ENFERMARIAS - Assistência de internação em:
a) clínica médica do adulto, bem como demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação;
( ) Sim ( ) Não
b) clínica exclusiva pediátrica, inclusive com quarto de isolamento, bem como demais especialidades clínicas e cirúrgicas exigidas para a respectiva habilitação;
( ) Sim ( ) Não
10.5 CENTRO-CIRÚRGICO - conta com todos os atributos e equipamentos exigidos para o funcionamento de uma unidade cirúrgica geral e compatível com as respectivas especialidades cirúrgicas e os demais habilitações do hospital.
( ) Sim ( ) Não
10.6 UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - De acordo com a legislação vigente e compatível com as respectivas especialidades clínicas e cirúrgicas e os demais habilitações do hospital.
a) adulta;
( ) Sim ( ) Não
b) pediátrica;
( ) Sim ( ) Não
10.7 HEMOTERAPIA disponível nas 24h do dia, por Agência Transfusional ou estrutura de complexidade maior, dentro do que rege a RDC nº 153/2004, da ANVISA ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.
( ) Sim ( ) Não
10.8 FARMÁCIA HOSPITALAR - com responsável técnico farmacêutico, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes de farmácia hospitalar previstas na portaria GM/MS nº 4283/2010 ou outra regulação que venha a substitui-la;
( ) Sim ( ) Não
11. SERVIÇOS ESPECÍFICOS EM ONCOLOGIA
11.1 SERVIÇO DE CIRURGIA DE CÂNCER (OBRIGATÓRIO para habilitação de um hospital como CACON, UNACON e suas subcategorias (exceto se exclusiva de Hematologia) ou Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar) - faz parte da estrutura organizacional e física de um hospital com centro cirúrgico, pessoal e equipamentos de acordo com a modalidade de habilitação.
( ) Sim ( ) Não
a) realiza procedimentos cirúrgicos diagnósticos e terapêuticos de tumores mais prevalentes no Brasil;
( ) Sim ( ) Não
b) conta com cirurgiões em suas respectivas especialidades, com registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, de acordo com exigido para cada modalidade de habilitação;
( ) Sim ( ) Não
c) conta com um responsável técnico médico, habilitado em Cancerologia/Cancerologia Cirúrgica, sendo que a habilitação é comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.
( ) Sim ( ) Não
c1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Cirurgia de uma única UNACON ou de um único CACON.
( ) Sim ( ) Não
d) possui médicos especialistas em Anestesiologia, sendo que a habilitação deve ser comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;
( ) Sim ( ) Não
Médico Responsável: _____CRM _____
Demais Integrantes da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM:_____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
d) o hospital possui rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos, assinada pelo responsável técnico do Serviço de Cirurgia de câncer.
( ) Sim ( ) Não
Contempla, no mínimo, os seguintes itens:
d1) planejamento terapêutico cirúrgico;
( ) Sim ( ) Não
d2) ficha própria para descrição do ato anestésico;
( ) Sim ( ) Não
d3) ficha própria para descrição de ato operatório, contendo: Identificação da equipe, descrição cirúrgica, materiais usados e seus respectivos registros nacionais, para controle e rastreamento de implantes;
( ) Sim ( ) Não
11.2. SERVIÇO DE ONCOLOGIA CLÍNICA (OBRIGATÓRIO para habilitação de um hospital como CACON ou UNACON e suas subcategorias, exceto se exclusiva de Hematologia ou de Oncologia Pediátrica) - faz parte da estrutura organizacional e física de um hospital com centro cirúrgico, pessoal e equipamentos conforme modalidade de habilitação.
( ) Sim ( ) Não
a) o serviço de oncologia clínica conta com um responsável técnico médico, sendo que ele e todos os oncologistas são habilitados em Cancerologia/Cancerologia Clínica; a habilitação deve ser comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.
( ) Sim ( ) Não
a1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Oncologia Clínica de um único CACON ou de uma única UNACON.
( ) Sim ( ) Não
Médico Responsável: _____CRM: _____
Demais Integrantes da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM:_____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
b) o hospital garante que, durante todo o período de aplicação da quimioterapia, permanece no Serviço pelo menos um médico clínico.
( ) Sim ( ) Não
c) são registrados em um único prontuário as informações sobre a quimioterapia, incluindo:
c1) o planejamento quimioterápico global;
( ) Sim ( ) Não
c2) esquema quimioterápico;
( ) Sim ( ) Não
c3) posologia;
( ) Sim ( ) Não
c4) doses prescritas e aplicadas em cada sessão;
( ) Sim ( ) Não
c5) monitoramento da toxicidade imediata e mediata;
( ) Sim ( ) Não
c6) avaliação periódica da resposta terapêutica obtida;
( ) Sim ( ) Não
d) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço;
( ) Sim ( ) Não
Contempla, no mínimo, os seguintes itens:
d1) os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem;
( ) Sim ( ) Não
d2) armazenamento, controle e preparo de quimioterápicos e soluções;
( ) Sim ( ) Não
d3) procedimentos de biossegurança;
( ) Sim ( ) Não
d4) acondicionamento e eliminação de resíduos de quimioterapia;
( ) Sim ( ) Não
d5) manutenção de equipamentos;
( ) Sim ( ) Não
e) conta com uma central de quimioterapia na estrutura organizacional do hospital para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte;
( ) Sim ( ) Não
f) possui sala de aplicação da quimioterapia de adultos, que poderá ser a mesma do Serviço de Hematologia adulto;
( ) Sim ( ) Não
g) possui sala de aplicação da quimioterapia de crianças/adolescentes, que poderá ser a mesma do Serviço de Hematologia pediátrico;
( ) Sim ( ) Não
h) atende os requisitos da RDC/ANVISA nº 220 de 21 de setembro de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, ou outra regulação que venha a substitui-la;
( ) Sim ( ) Não
i) Contará com Serviço Adicional de Oncologia Clínica
( ) Sim ( ) Não
11.2.1 SERVIÇO ADICIONAL DE ONCOLOGIA CLÍNICA - está cadastrado no registro do CACON ou da UNACON no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES);
( ) Sim ( ) Não
CNES: _____
Nome do Serviço: _____
CGC/CNPJ: _____
DISPOSIÇÕES GERAIS
a) O estabelecimento de saúde possui Alvará de Funcionamento (licença sanitária)
( ) Sim ( ) Não
Enquadra-se nos critérios e normas estabelecidos pela legislação em vigor ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, a saber:
a.1) Resolução nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
( ) Sim ( ) Não
b) Resolução nº 306, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.
( ) Sim ( ) Não
c) Possui um único prontuário para cada usuário, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial e internação, de rotina ou de urgência, estadiamento, planejamento terapêutico global, dentre outros), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas por todos profissionais de saúde, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento:
( ) Sim ( ) Não
c.1) Os prontuários estão devidamente ordenados no Serviço de Arquivo Médico.
( ) Sim ( ) Não
c.2) Informações indispensáveis e mínimas do Prontuário, como os citados abaixo:
( ) Sim ( ) Não
( ) identificação do usuário;
( ) histórico clínico e exame físico;
( ) exames complementares;
( ) diagnóstico definitivo e seu exame de comprovação;
( ) estadiamento pelo Sistema TNM de Classificação dos Tumores Malignos/UICC ou, no caso de neoplasia maligna não incluída neste, por outro sistema de classificação;
( ) planejamento terapêutico global;
( ) indicação de procedimento cirúrgico diagnóstico;
( ) ficha anestésica;
( ) descrição de ato cirúrgico, em ficha específica contendo: identificação da equipe, descrição cirúrgica e os materiais usados;
( ) descrição da evolução do caso;
( ) sumário(s) de alta hospitalar;
( ) ficha de registro de infecção hospitalar;
( ) evolução e seguimento ambulatorial;
( ) documentos de referência e contrarreferência;
( ) plano de cuidados paliativos repassado, quando do encaminhamento de doentes para esses cuidados em outros estabelecimentos de saúde; orientações técnicas dadas à distância; e atendimentos a doentes contrarreferidos para cuidados oncológicos paliativos, inclusive de urgência;
( ) cópia do laudo de emissão de Autorização para Procedimento de Alta Complexidade (APAC) e da APAC-formulário, e
( ) cópia do laudo de emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e da AIH-formulário.
d) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Oncologia Clínica de um único serviço.
( ) Sim ( ) Não
Médico Responsável: _____CRM: _____
Demais Integrantes da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM:_____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
e) o serviço de oncologia clínica adicional garante que, durante todo o período de aplicação da quimioterapia, permanece no Serviço pelo menos um médico clínico.
( ) Sim ( ) Não
f) são registrados em um único prontuário as informações sobre a quimioterapia, incluindo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

f1) o planejamento quimioterápico global;
( ) Sim ( ) Não
f2) esquema quimioterápico;
( ) Sim ( ) Não
f3) posologia;
( ) Sim ( ) Não
f4) doses prescritas e aplicadas em cada sessão;
( ) Sim ( ) Não
f5) monitoramento da toxicidade imediata e mediata;
( ) Sim ( ) Não
f6) avaliação periódica da resposta terapêutica obtida;
( ) Sim ( ) Não

g) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço;
( ) Sim ( ) Não
Contempla, no mínimo, os seguintes itens:
g1) os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem;
( ) Sim ( ) Não
g2) armazenamento, controle e preparo de quimioterápicos e soluções;
( ) Sim ( ) Não
g3) procedimentos de biossegurança;
( ) Sim ( ) Não
g4) acondicionamento e eliminação de resíduos de quimioterapia;
( ) Sim ( ) Não
g5) manutenção de equipamentos;
( ) Sim ( ) Não

h) conta com uma central de quimioterapia no serviço para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte;
( ) Sim ( ) Não
i) possui sala de aplicação da quimioterapia de adultos;
( ) Sim ( ) Não
j) atende os requisitos da RDC/ANVISA nº 220 de 21 de setembro de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, ou outra regulação que venha a substitui-la;
( ) Sim ( ) Não
l) garante a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia e os disponibiliza para o CACON ou UNACON realizar o Registro Hospitalar de Câncer (RHC).
( ) Sim ( ) Não

11.3 Possui SERVIÇO DE RADIOTERAPIA (OBRIGATÓRIO para habilitação de um hospital como CACON e ou UNACON com Serviço de Radioterapia e de um Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar. Para habilitação de um hospital como UNACON, tal serviço deve ser referenciado; para a habilitação de um hospital como UNACON Exclusiva de Hematologia ou UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica, tal serviço pode fazer parte da estrutura ou ser referenciado), condição primeira em que o mesmo hospital passará a ter mais de um código de habilitação:
( ) Sim ( ) Não
a) conta com um responsável técnico médico especialista em Radioterapia, sendo que a habilitação é comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, com qualificação reconhecida e cadastro na CNEN;
( ) Sim ( ) Não
a1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Radioterapia de um único CACON, UNACON ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar.
( ) Sim ( ) Não
Médico Responsável: _____CRM: _____
Demais Integrantes Médicos da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
b) conta com responsável técnico pelo setor de Física Médica, físico especialista com qualificação reconhecida e cadastro na CNEN;
( ) Sim ( ) Não
b1) o físico médico assume a responsabilidade técnica pelo setor de física médica de um único CACON, UNACON ou Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar;
( ) Sim ( ) Não
b2) o físico médico reside no mesmo município ou cidade circunvizinha do Serviço de Radioterapia pelo qual é responsável técnico;
( ) Sim ( ) Não
Nome: _____
c) conta com equipe composta pelos seguintes profissionais:
c1) médico(s) especialista(s) em Radioterapia;
( ) Sim ( ) Não
c2) físico(s) médico(s);
( ) Sim ( ) Não
c3) técnico(s) de radioterapia - conforme os quantitativos estabelecidos pela ANVISA;
( ) Sim ( ) Não
c4) enfermeiro(s) e técnico(s) de enfermagem;
( ) Sim ( ) Não
d) o hospital garante a presença de pelo menos um médico radioterapeuta e um físico médico durante todo o turno de utilização dos equipamentos e fontes radioativas;
( ) Sim ( ) Não
d1) os serviços que dispõem de braquiterapia de baixa dose manual possuem um sistema de sobreaviso para um médico radioterapeuta e para um físico médico durante o período de utilização das fontes radioativas fora de horário de funcionamento do serviço;
( ) Sim ( ) Não
e) são registrados em prontuário, através de ficha técnica, as seguintes informações sobre a radioterapia:
e1) planejamento radioterápico global;
( ) Sim ( ) Não
e2) equipamento utilizado;
( ) Sim ( ) Não
e3) datas de início e término da radioterapia;
( ) Sim ( ) Não
e4) dose total de radiação;
( ) Sim ( ) Não
e5) dose diária de radiação;
( ) Sim ( ) Não
e6) doses por campo de radiação;
( ) Sim ( ) Não
e7) número de campos por área irradiada;
( ) Sim ( ) Não
e8) tipo e energia do feixe de radiação;
( ) Sim ( ) Não
e9) dimensões do(s) campo(s) e tempo de tratamento (unidade de Co60) ou unidades de monitor (acelerador linear);
( ) Sim ( ) Não
f) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo responsável do Serviço e de cada um de seus setores, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:
f1) procedimentos médicos e de física médica;
( ) Sim ( ) Não
f2) procedimentos de enfermagem;
( ) Sim ( ) Não
f3) planejamento radioterápico;
( ) Sim ( ) Não
f4) padrões de manipulação de fontes radioativa;
( ) Sim ( ) Não
f5) padrões de preparo de moldes e máscaras;
( ) Sim ( ) Não
f6) controle e atendimento de intercorrências e de internação;
( ) Sim ( ) Não
f7) procedimentos de biossegurança;
( ) Sim ( ) Não
f8) manutenção de materiais e equipamentos;
( ) Sim ( ) Não
f9) procedimentos de controle de qualidade para os diferentes equipamentos;
( ) Sim ( ) Não
g) mantém em plenas condições de funcionamento os seguintes equipamentos:
g1) aparelho de raios-X, simulador, tomógrafo, ressonância nuclear magnética ou o próprio equipamento de megavoltagem;
( ) Sim ( ) Não
g2) de megavoltagem para teleterapia profunda, como unidade de Co60 e/ou acelerador linear;
( ) Sim ( ) Não
g3) de megavoltagem para teleterapia superficial, como aparelho de raios-X (ortovoltagem) e/ou acelerador linear com feixe de elétrons;
( ) Sim ( ) Não
g4) de braquiterapia de baixa, média ou alta taxa de dose;
( ) Sim ( ) Não
OBS: Caso a teleterapia superficial ou a braquiterapia não sejam disponibilizadas no hospital habilitado como UNACON, deverá ser estabelecida referência formal para o encaminhamento dos doentes que necessitarem desse procedimento.
NOME: _____
CGC: _____
NOME: _____
CGC: _____
h) caso pretenda habilitação como CACON, o hospital dispõe de Serviço de Radioterapia com:
h1) sistema de planejamento de radioterapia tridimensional;
( ) Sim ( ) Não
h2) equipamento de megavoltagem para teleterapia profunda que realize feixes de fótons e de elétrons;
( ) Sim ( ) Não
h3) equipamento de braquiterapia;
( ) Sim ( ) Não
i) atende à Resolução nº 130/CNEN, de 31 de maio de 2012, e à Resolução RDC nº20/Anvisa, de 02 de fevereiro de 2006, ou outras regulações que venham a substitui-las;
( ) Sim ( ) Não

11.4 SERVIÇO DE HEMATOLOGIA - faz parte da estrutura organizacional e física de um hospital com centro cirúrgico, pessoal e equipamentos conforme o disposto nos itens 1 e 2 deste Anexo.
( ) Sim ( ) Não
a) possui um responsável técnico médico, sendo que ele e todos os demais médicos integrantes da equipe são habilitados em Hematologia; a habilitação deve ser comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.
( ) Sim ( ) Não
a1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Hematologia.
( ) Sim ( ) Não
b) possui médico pediatra com especialização em Hematologia ou médico hematologista com especialização em Pediatria quando o serviço prestar atendimento para crianças e adolescentes;
( ) Sim ( ) Não
Médico Responsável: _____CRM: _____
Demais Integrantes da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
c) possui quarto(s) com leito de isolamento para adultos e, quando o hospital habilitado como CACON ou UNACON recebe habilitação em pediatria, oferece leitos de isolamento para crianças e adolescentes;
( ) Sim ( ) Não
d) possui sala (no ambulatório ou em enfermaria) para pequenos procedimentos e sala equipada com microscópio óptico para análise de lâminas de sangue periférico e de medula óssea;
( ) Sim ( ) Não
e) realiza exames especiais:
e1) micologia;
( ) Sim ( ) Não
e2) virologia;
( ) Sim ( ) Não
e3) imunoeletroforese de proteínas;
( ) Sim ( ) Não
e4) beta-2-microglobulina;
( ) Sim ( ) Não
e5) dosagem sérica de metotrexato e ciclosporina;
( ) Sim ( ) Não
e6) imunofenotipagem de hemopatias malignas;
( ) Sim ( ) Não
e7) citogenética;
( ) Sim ( ) Não
e8) exame por técnica de biologia molecular;
( ) Sim ( ) Não
OBS1: Os exames de imunofenotipagem e de citogenética podem ser realizados em serviços instalados fora da estrutura ambulatório-hospitalar do CACON ou da UNACON, mediante concordância e regulação dos gestores.
Indicar a referência:
EXAME/NOME: _____
CGC: _____
EXAME/NOME: _____
CGC: _____
OB2: Os exames especiais acima descritos podem ser realizados em serviços instalados fora da estrutura ambulatório-hospitalar das UNACON com Serviço ou Exclusiva de Hematologia, mediante concordância e regulação dos gestores.
Indicar a referência:
EXAME/NOME: _____
CGC: _____
EXAME/NOME: _____
CGC: _____
EXAME/NOME: _____
CGC: _____
f) disponibiliza atendimento em Serviço de Hemoterapia com aférese e transfusão de plaquetas, que pode estar instalado dentro ou fora da estrutura hospitalar da Unidade, com referência devidamente formalizada.
( ) Sim ( ) Não
Se for terceirizado indicar a referência:
NOME: _____
CGC: _____
g) registro em prontuário das informações sobre o diagnóstico hematológico e a quimioterapia, incluindo:
g1) o planejamento quimioterápico global;
( ) Sim ( ) Não
g2) esquema quimioterápico;
( ) Sim ( ) Não
g3) posologia;
( ) Sim ( ) Não
g4) doses prescritas e aplicadas em cada sessão;
( ) Sim ( ) Não
g5) monitoramento da toxicidade imediata e mediata;
( ) Sim ( ) Não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

g6) avaliação periódica da resposta terapêutica obtida; e, quando for o caso, encaminhamento para os estabelecimentos referenciais em radioterapia e cuidados paliativos;

( ) Sim ( ) Não

h) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço, contemplando, no mínimo, os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem, e manutenção de equipamentos;

( ) Sim ( ) Não

i) conta com uma central de quimioterapia para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte.

( ) Sim ( ) Não

j) possui sala de aplicação da quimioterapia de adultos, que poderá ser a mesma do Serviço de Oncologia Clínica;

( ) Sim ( ) Não

k) possui sala de aplicação da quimioterapia de crianças/adolescentes, que poderá ser a mesma do Serviço de Oncologia Pediátrica;

( ) Sim ( ) Não

l) o hospital habilitado como UNACON Exclusiva de Hematologia garante a presença de pelo menos um médico clínico durante todo o período de aplicação da quimioterapia;

( ) Sim ( ) Não

m) atende os requisitos da RDC/ANVISA nº 220 de 21 de setembro de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, ou outra que venha a substitui-la.

( ) Sim ( ) Não

11.5. SERVIÇO DE ONCOLOGIA PEDIÁTRICA (Facultado o referenciamento para estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON) - atende articuladamente com o Serviço de Cirurgia - Cirurgia Pediátrica, faz parte da estrutura organizacional e física de um hospital com centro cirúrgico, pessoal e equipamentos conforme modalidade de habilitação.

( ) Sim ( ) Não

a) tem um responsável técnico médico, sendo que ele e todos os oncologistas pediátricos são habilitados em Cancerologia/Cancerologia Pediátrica; a habilitação deve ser comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.

( ) Sim ( ) Não

a1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Oncologia Pediátrica:

( ) Sim ( ) Não

Médico Responsável: _____CRM: _____

Demais Integrantes da Equipe:

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

b) possui quarto(s) com leito de isolamento para crianças/adolescentes.

( ) Sim ( ) Não

c) possui quarto(s) de enfermaria exclusivos para crianças/adolescentes.

( ) Sim ( ) Não

d) registra em prontuário as informações sobre o diagnóstico definitivo e a quimioterapia, incluindo:

d1) o planejamento quimioterápico global;

( ) Sim ( ) Não

d2) esquema quimioterápico;

( ) Sim ( ) Não

d3) posologia;

( ) Sim ( ) Não

d4) doses prescritas e aplicadas em cada sessão;

( ) Sim ( ) Não

d5) monitoramento da toxicidade imediata e mediata;

( ) Sim ( ) Não

d6) avaliação periódica da resposta terapêutica obtida; e, quando for o caso, encaminhamento para os estabelecimentos referenciais em radioterapia e cuidados paliativos;

( ) Sim ( ) Não

e) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo Responsável Técnico do serviço, contemplando, no mínimo, os procedimentos médicos, farmacêuticos e de enfermagem.

( ) Sim ( ) Não

f) conta com uma central de quimioterapia para integrar todo o processo de avaliação da prescrição, manipulação, conservação, acondicionamento, controle de qualidade, distribuição e dispensação de medicamentos quimioterápicos antineoplásicos e de terapia de suporte.

( ) Sim ( ) Não

g) possui sala de aplicação da quimioterapia de crianças/adolescentes, que poderá ser a mesma do Serviço de Oncologia Pediátrica;

( ) Sim ( ) Não

h) garante a presença de pelo menos um médico pediatra durante todo o período de aplicação da quimioterapia;

( ) Sim ( ) Não

i) atende os requisitos da RDC/ANVISA nº 220 de 21 de setembro de 2004, que estabelece Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, ou outra que venha a substitui-la;

( ) Sim ( ) Não

11.6 IODOTERAPIA (Facultado o referenciamento para estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON) - o Gestor do SUS decide, de acordo com a demanda local e regional, sobre de quantas e de quais CACON e UNACON ele exigirá o atendimento médico nuclear em iodoterapia do carcinoma diferenciado da tireóide.

( ) Sim ( ) Não

Indicar a referência:

Referência local/regional:_____

CGC/CNPJ: _____

11.7 TRANSPLANTES (Facultado o referenciamento para estabelecimentos de saúde habilitados como CACON ou UNACON) - Garante o acesso a transplante de células-tronco hematopoéticas e de órgãos sólidos, quando indicado, que pode ser realizado no próprio hospital, se devidamente credenciado e habilitado para tal, ou formalizado com outros estabelecimentos de saúde em conformidade com a regulação do Sistema Nacional de Transplantes.

( ) Sim ( ) Não

Indicar a referência:

Referência local/regional:_____

CGC/CNPJ: _____

DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Avaliação de serviços e capacitação de profissionais especializados

a) o hospital está ciente de que a avaliação da prestação de serviços para assistência oncológica especializada será realizada anualmente, tendo como base os parâmetros de produção e avaliação dos Hospitais Gerais autorizados para realização de procedimentos de Cirurgia de câncer, dos CACON e UNACON.

( ) Sim ( ) Não

b) o hospital também está ciente de que essa avaliação irá determinar se o Hospital Geral, a Unidade ou o Centro deve ser auditada(o) no sentido da continuidade ou não do habilitação.

( ) Sim ( ) Não

13. Manutenção da Habilitação das CACON e UNACON

13.1. O hospital está ciente de que a manutenção da habilitação das Unidades e do CACON estará condicionada:

a) ao cumprimento contínuo, pelo CACON ou UNACON, das normas estabelecidas nesta Portaria.

( ) Sim ( ) Não

b) à avaliação anual dos serviços produzidos, conduzida pelo respectivo Gestor do SUS e pela Coordenação Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas (CGAPDC/DAET/SAS/MS).

( ) Sim ( ) Não

c) à avaliação dos serviços prestados por meio da realização de auditorias periódicas ou recomendadas pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), executadas pela Secretaria de Saúde sob cuja gestão esteja o hospital habilitado como CACON ou UNACON, devendo os relatórios gerados ser encaminhados à Coordenação Geral de Atenção ás Pessoas com Doenças Crônicas (CGAPDC/DAET/SAS/MS).

( ) Sim ( ) Não

13.2. O hospital está ciente de que o respectivo gestor do SUS, em conjunto com a SAS/MS, decidirá sobre a suspensão da habilitação de um CACON ou UNACON, amparado no cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria e Anexo, nos relatórios periódicos de avaliação e na produção anual.

( ) Sim ( ) Não

CONCLUSÃO:

De acordo com vistoria realizada in loco, a Instituição cumpre com os requisitos da Portaria SAS/MS xxx, para a(s) habilitações (s) solicitada(s).

( ) Sim ( ) Não

DATA:_____

_____

CARIMBO E ASSINATURA DO GESTOR:

ANEXO III

FORMULÁRIO DE VISTORIA DO GESTOR PARA SOLICITAR HABILITAÇÃO E REALIZAR ACOMPANHAMENTO DE HOSPITAL GERAL COM CIRURGIA DE CÂNCER DE COMPLEXO HOSPITALAR E SERVIÇO DE RADIOTERAPIA DE COMPLEXO HOSPITALAR

(Deve ser preenchido e assinado pelo Gestor)

(Esse formulário não deve ser modificado nem substituído)

NOME:_____

CNPJ: _____

CNES:_____

TIPO DE PRESTADOR (NATUREZA):

( ) Federal

( ) Estadual

( ) Municipal

( ) Filantrópico

( ) Privado

( ) Atividade de Ensino e Pesquisa:

( ) Unidade Universitária

( ) Unidade Escola Superior Isolada

( ) Unidade Auxiliar de Ensino

( ) Unidade sem Atividade de Ensino

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____ESTADO: _____

CEP:_____TELEFONE:_____FAX: _____

EMAIL: _____

DIRETOR TÉCNICO: _____

SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA:

( ) Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar

( ) Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar

Tinha habilitação como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer ( ) Sim ( ) Não

Tinha habilitação anterior como Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar ( ) Sim ( ) Não

Indicar o hospital (CACON ou UNACON) com o qual formará complexo hospitalar:

Nome do hospital:_____

CGC/CNPJ: _____

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O estabelecimento de saúde possui Alvará de Funcionamento (licença sanitária)

( ) Sim ( ) Não

Enquadra-se nos critérios e normas estabelecidos pela legislação em vigor ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, a saber:

a) Resolução nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

( ) Sim ( ) Não

b) Resolução nº 306, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

( ) Sim ( ) Não

2. O Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar possui as comissões exigidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e Conselhos Federal e Regional de Medicina.

( ) Sim ( ) Não

3. Possui um único prontuário para cada usuário, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial e internação, de rotina ou de urgência, estadiamento, planejamento terapêutico global, dentre outros), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas por todos profissionais de saúde, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento:

( ) Sim ( ) Não

3.1) Os prontuários estão devidamente ordenados no Serviço de Arquivo Médico.

( ) Sim ( ) Não

3.2) Informações indispensáveis e mínimas do Prontuário, como os citados abaixo:

( ) Sim ( ) Não

( ) identificação do usuário;

( ) histórico clínico e exame físico;

( ) exames complementares;

( ) diagnóstico definitivo e seu exame de comprovação;

( ) estadiamento pelo Sistema TNM de Classificação dos Tumores Malignos/UICC ou, no caso de neoplasia maligna não incluída neste, por outro sistema de classificação;

( ) planejamento terapêutico global;

( ) indicação de procedimento cirúrgico diagnóstico;

( ) ficha anestésica;

( ) descrição de ato cirúrgico, em ficha específica contendo: identificação da equipe, descrição cirúrgica e os materiais usados;

( ) descrição da evolução do caso;

( ) sumário(s) de alta hospitalar;

( ) ficha de registro de infecção hospitalar;

( ) evolução e seguimento ambulatorial;

( ) documentos de referência e contrarreferência;

( ) plano de cuidados paliativos repassado, quando do encaminhamento de doentes para esses cuidados em outros estabelecimentos de saúde; orientações técnicas dadas à distância; e atendimentos a doentes contrarreferidos para cuidados oncológicos paliativos, inclusive de urgência;

( ) cópia do laudo de emissão de Autorização para Procedimento de Alta Complexidade (APAC) e da APAC-formulário, e

( ) cópia do laudo de emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e da AIH-formulário.

SERVIÇO DE RADIOTERAPIA DE COMPLEXO HOSPITALAR

O Serviço:

a) conta com um responsável técnico médico especialista em Radioterapia, sendo que a habilitação é comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, com qualificação reconhecida e cadastro na CNEN;

( ) Sim ( ) Não

a1) o Responsável Técnico assume a responsabilidade técnica pelo Serviço de Radioterapia de um único Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar.

( ) Sim ( ) Não

Médico Responsável:_____CRM: _____

Demais Integrantes Médicos da Equipe:

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

Nome: _____CRM: _____

Especialidade: _____

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____

b) conta com responsável técnico pelo setor de Física Médica, físico especialista com qualificação reconhecida e cadastro na CNEN;

( ) Sim ( ) Não

b1) o físico médico assume a responsabilidade técnica pelo setor de física médica de um único Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar;

( ) Sim ( ) Não

b2) o físico médico reside no mesmo município ou cidade circunvizinha do Serviço de Radioterapia pelo qual é responsável técnico;

( ) Sim ( ) Não

Nome: _____

c) conta com equipe composta pelos seguintes profissionais:

c1) médico(s) especialista(s) em Radioterapia;

( ) Sim ( ) Não

c2) físico(s) médico(s);

( ) Sim ( ) Não

c3) técnico(s) de radioterapia - conforme os quantitativos estabelecidos pela ANVISA;

( ) Sim ( ) Não

c4) enfermeiro(s) e técnico(s) de enfermagem;

( ) Sim ( ) Não

d) o hospital garante a presença de pelo menos um médico radioterapeuta e um físico médico durante todo o turno de utilização dos equipamentos e fontes radioativas;

( ) Sim ( ) Não

d1) os serviços que dispõem de braquiterapia de baixa dose manual possuem um sistema de sobreaviso para um médico radioterapeuta e para um físico médico durante o período de utilização das fontes radioativas fora de horário de funcionamento do serviço;

( ) Sim ( ) Não

e) são registrados em prontuário, através de ficha técnica, as seguintes informações sobre a radioterapia:

e1) planejamento radioterápico global;

( ) Sim ( ) Não

e2) equipamento utilizado;

( ) Sim ( ) Não

e3) datas de início e término da radioterapia;

( ) Sim ( ) Não

e4) dose total de radiação;

( ) Sim ( ) Não

e5) dose diária de radiação;

( ) Sim ( ) Não

e6) doses por campo de radiação;

( ) Sim ( ) Não

e7) número de campos por área irradiada;

( ) Sim ( ) Não

e8) tipo e energia do feixe de radiação;

( ) Sim ( ) Não

e9) dimensões do(s) campo(s) e tempo de tratamento (unidade de Co60) ou unidades de monitor (acelerador linear);

( ) Sim ( ) Não

f) apresenta rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos e assinada pelo responsável do Serviço e de cada um de seus setores, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:

f1) procedimentos médicos e de física médica;

( ) Sim ( ) Não

f2) procedimentos de enfermagem;

( ) Sim ( ) Não

f3) planejamento radioterápico;

( ) Sim ( ) Não

f4) padrões de manipulação de fontes radioativa;

( ) Sim ( ) Não

f5) padrões de preparo de moldes e máscaras;

( ) Sim ( ) Não

f6) controle e atendimento de intercorrências e de internação;

( ) Sim ( ) Não

f7) procedimentos de biossegurança;

( ) Sim ( ) Não

f8) manutenção de materiais e equipamentos;

( ) Sim ( ) Não

f9) procedimentos de controle de qualidade para os diferentes equipamentos;

( ) Sim ( ) Não

g) mantém em plenas condições de funcionamento os seguintes equipamentos:

g1) aparelho de raios-X, simulador, tomógrafo, ressonância nuclear magnética ou o próprio equipamento de megavoltagem;

( ) Sim ( ) Não

g2) de megavoltagem para teleterapia profunda, como unidade de Co60 e/ou acelerador linear;

( ) Sim ( ) Não

g3) de megavoltagem para teleterapia superficial, como aparelho de raios-X (ortovoltagem) e/ou acelerador linear com feixe de elétrons;

( ) Sim ( ) Não

g4) de braquiterapia de baixa, média ou alta taxa de dose;

( ) Sim ( ) Não

h) dispõe de:

h1) sistema de planejamento de radioterapia tridimensional;

( ) Sim ( ) Não

h2) equipamento de megavoltagem para teleterapia profunda que realize feixes de fótons e de elétrons;

( ) Sim ( ) Não

h3) equipamento de braquiterapia;

( ) Sim ( ) Não

i) atende à Resolução nº 130/CNEN, de 31 de maio de 2012, e à Resolução RDC nº20/Anvisa, de 02 de fevereiro de 2006, ou outras regulações que venham a substitui-las;

( ) Sim ( ) Não

i) garante a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia e os disponibiliza para o CACON ou UNACON realizar o Registro Hospitalar de Câncer (RHC).

( ) Sim ( ) Não

HOSPITAL GERAL COM CIRURGIA DE CÂNCER DE COMPLEXO HOSPITALAR

O Hospital:

a)realiza procedimentos cirúrgicos diagnósticos e terapêuticos de tumores mais prevalentes no Brasil;

( ) Sim ( ) Não

b) conta com cirurgiões em suas respectivas especialidades, com registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, de acordo com exigido para cada modalidade de habilitação;

( ) Sim ( ) Não

c) conta com um responsável técnico médico, habilitado em Cancerologia/Cancerologia Cirúrgica, sendo que a habilitação é comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.

( ) Sim ( ) Não

c1) o Responsável Técnico do CACON ou UNACON assume a responsabilidade pelo suporte técnico do Serviço de Cirurgia de Hospital Geral de Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar.

( ) Sim ( ) Não

Referência: _____
CGC/CNPJ: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade:
_____

d) possui médicos especialistas em Anestesiologia, sendo que a habilitação deve ser comprovada por registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;

( ) Sim ( ) Não

Médico Responsável: _____CRM _____
Demais Integrantes da Equipe:
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM:_____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____

d) o hospital possui rotina de funcionamento escrita, atualizada pelo menos a cada 04 (quatro) anos, assinada pelo responsável técnico do Serviço de Cirurgia de câncer.

( ) Sim ( ) Não

Contempla, no mínimo, os seguintes itens:

d1) planejamento terapêutico cirúrgico;

( ) Sim ( ) Não

d2) ficha própria para descrição do ato anestésico;

( ) Sim ( ) Não

d3) ficha própria para descrição de ato operatório, contendo: Identificação da equipe, descrição cirúrgica, materiais usados e seus respectivos registros nacionais, para controle e rastreamento de implantes;

( ) Sim ( ) Não

e) ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS - o hospital habilitado como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar possui obrigatoriamente cirurgiões nas seguintes especialidades:

e1) cirurgia geral/coloproctologia;

( ) Sim ( ) Não

e2) ginecologia/mastologia;

( ) Sim ( ) Não

e3) urologia;

( ) Sim ( ) Não

Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____
Nome: _____CRM: _____
Especialidade: _____

f) garante a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia e os disponibiliza para o CACON ou UNACON realizar o Registro Hospitalar de Câncer (RHC).

( ) Sim ( ) Não

ANEXO IV

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO PARA HABILITAÇÃO DE NOVOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES EM ONCOLOGIA

Introdução

Entende-se por novos estabelecimentos de saúde, aqueles que não estão atualmente habilitados em atenção especializada em oncologia e que se propõem a realizar o atendimento dos usuários com câncer, tanto para o diagnóstico, quanto para o tratamento. Faz-se necessário, para o processo de habilitação, o cálculo do aporte financeiro a ser acrescido ao teto financeiro da Unidade Federativa (UF), conforme o tipo de habilitação e seguindo as diretrizes dadas abaixo:

Cálculo para cirurgia de câncer:

O cálculo da produção de cirurgia de câncer será baseado no número de procedimentos aprovados, nos últimos doze meses, referentes ao grupo 04, subgrupo 16, da tabela do SUS, disponíveis por UF, no Sistema de Informações Hospitalares (SIH).

Para estabelecer o teto financeiro referente a este tipo de tratamento, será calculado o valor médio da cirurgia de câncer na UF, a partir da divisão do valor total aprovado em reais dos procedimentos cirurgicos realizados no grupo 04, subgrupo 16, pelo número total das cirurgias de câncer aprovadas neste mesmo subgrupo.

O aporte financeiro anual a ser repassado para a UF será calculado multiplicando o valor médio das cirurgias de câncer pelo número mínimo anual das cirurgias de câncer (650) exigido para cada estabelecimento de saúde habilitado.

A capacidade do estabelecimento de saúde para realizar cirurgia de câncer será contabilizada de acordo com o número de equipamentos de megavoltagem que o estabelecimento de saúde possuir, ficando subentendido, que, mesmo quando o estabelecimento de saúde não possuir equipamento de megavoltagem, ele deve realizar o mínimo de cirurgias estabelecido nesta Portaria, ou seja, 650 cirurgias de câncer anualmente.

Fonte: SIH/SUS

Fórmulas para cirurgia de câncer:

1.Valor médio de cirurgia de câncer =

Valor total de cirurgias de câncer no grupo 04, subgrupo 16, aprovadas, nos últimos 12 meses na UF

Número total de cirurgias de câncer no grupo 04, subgrupo 16, aprovadas, nos últimos 12 meses, na UF

2.Aporte financeiro anual = Valor médio de cirurgia de câncer do grupo 04, subgrupo 16 X 650 cirurgias de câncer/ano

3.Aporte financeiro mensal = Aporte financeiro anual / 12 meses

Cálculo para quimioterapia:

O cálculo da produção de quimioterapia será baseado no número de procedimentos aprovados, nos últimos doze meses, referentes às formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03 da Tabela SUS, disponíveis por UF, no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA).

Para estabelecer o teto financeiro referente a este tipo de tratamento, será calculado o valor médio de quimioterapia a partir da divisão do valor total aprovado em reais dos procedimentos de quimioterapia realizados nas formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03 aprovados nos últimos doze meses, pelo número total dos procedimentos de quimioterapia realizados nas formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03, aprovados no mesmo período, na UF.

O aporte financeiro anual a ser repassado para a UF será calculado multiplicando o valor médio dos procedimentos de quimioterapia pelo número mínimo dos procedimentos de quimioterapia (5.300) exigido para cada estabelecimento de saúde habilitado.

A capacidade do estabelecimento de saúde para realizar os procedimentos de quimioterapia será contabilizada de acordo com o número de equipamentos de megavoltagem que o estabelecimento de saúde possuir, ficando subentendido que, mesmo quando o estabelecimento de saúde não possuir equipamento de megavoltagem, ele deve realizar o mínimo de procedimentos de quimioterapia estabelecido nesta Portaria, ou seja, 5.300 procedimentos de quimioterapia anualmente.

Fonte: SIA/SUS

Fórmulas para quimioterapia:

1.Valor médio de quimioterapia =

Valor total de procedimentos de quimioterapia aprovados nas formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03, nos últimos 12 _____meses, na UF_____

Número total de proc. quimioterapia aprovados nas formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03, nos últimos 12 meses, na UF

2.Aporte financeiro anual = Valor médio de proc. quimioterapia nas formas de organização 02 a 08, referentes ao subgrupo 04 do grupo 03 X 5.300 proc. quimioterapia /ano

3.Aporte financeiro mensal = Aporte financeiro anual / 12 meses

Nota: Para calcular o aporte financeiro para o estabelecimento de saúde ser habilitado com Serviço de Hematologia, será acrescido ao valor calculado, 20% para a quimioterapia. Para o estabelecimento de saúde ser habilitado com Serviço de Oncologia Pediátrica o acréscimo será de 10% para a quimioterapia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cálculo para radioterapia:

O cálculo da produção de radioterapia será baseado no número de procedimentos de radioterapia 0304010090 (cobaltoterapia), 0304010286 (radioterapia com acelerador linear só de fótons) e 0304010294 (radioterapia com acelerador linear com fótons e elétrons), da Tabela SUS, aprovados, nos últimos doze meses, disponíveis por UF, no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA).

Para estabelecer o teto financeiro referente a este tipo de tratamento, será calculado o valor médio de todos os procedimentos de radioterapia (principais e secundários), a partir da divisão do valor total aprovado, em reais, de todos os procedimentos de radioterapia realizados na forma de organização 01, do subgrupo 04 do grupo 03, da Tabela SUS, aprovados nos últimos doze meses, pelo número total dos procedimentos de radioterapia 0304010090, 0304010286 e 0304010294 aprovados também nos últimos doze meses.

O aporte financeiro anual a ser repassado para a UF será calculado multiplicando o valor médio de radioterapia pelo número mínimo dos procedimentos de radioterapia (43.000 campos de radioterapia de megavoltagem) exigido para cada equipamento de megavoltagem.

A capacidade do estabelecimento de saúde para realizar os procedimentos de radioterapia será contabilizada de acordo com o número de equipamentos de megavoltagem que o estabelecimento de saúde possuir, ou seja, produção de 43.000 campos de radioterapia por equipamento/ano.

Fonte: SIA/SUS

Fórmulas para radioterapia:

1.Valor médio de radioterapia = Valor total de todos os procedimentos radioterapia aprovados, nos últimos 12 anos, na UF

Número total dos procedimentos radioterapia 0304010090, 0304010286 e 0304010294

aprovados, nos últimos 12 anos, na UF

2.Aporte financeiro anual = Valor médio de radioterapia X 43.000 campos /equipamentos de megavoltagem/ano

3.Aporte financeiro mensal = Aporte financeiro anual / 12 meses

Destaca-se que casos diferentes ao exposto anteriormente serão analisados pelo Ministério da Saúde, quanto às suas particularidades.

Cálculo para a ampliação de oferta dos exames de diagnóstico diferencial do câncer e de seguimento do acompanhamento dos usuários nos estabelecimentos de saúde novos ou já habilitados como CACON ou UNACON:

O cálculo relativo à ampliação mínima de oferta de consultas especializadas e exames de diagnóstico e de seguimento dos usuários será realizado da seguinte forma:

- Valor da consulta médica em atenção especializada (código do procedimento: 03.01.01.007-2);

- Valor médio de exames de ultrassonografia (códigos dos procedimentos: 02.05.02.011-9, 02.05.02.012-7, 02.05.02.013-5, 02.05.02.016-0, 02.05.02.018-6 e 02.05.02.019-4);

- Valor da endoscopia (código do procedimento: 02.09.01.003-7);

- Valor médio dos procedimentos de colonoscopia e retossigmoidoscopia (códigos dos procedimentos: 02.09.01.002-9 e 02.09.01.005-3); e

- Valor médio dos exames de anatomia patológica (códigos dos procedimentos: 02.03.01.001-9, 02.03.01.002-7, 02.03.01.003-5, 02.03.01.004-3, 02.03.02.001-4, 02.03.02.002-2, 02.03.02.003-0,

02.03.02.004-9, 02.03.02.006-5, 02.03.02.007-3 e 02.03.02.008-1).

O aporte financeiro anual a ser calculado para o repasse por UF será feito multiplicando o valor médio dos procedimentos relacionados ao diagnóstico diferencial e seguimento dos usuários pelo respectivo número de procedimentos por estabelecimento de saúde, conforme disposto no art. 32 desta Portaria.

ANEXO V

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS COMO CACON OU UNACON OU AUTORIZADOS COMO SERVIÇO ISOLADO DE RADIOTERAPIA NA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA.

| UF | Município | Estabelecimento | Código | CNES | Habilitação |
|---|---|---|---|---|---|
| AC | Rio Branco | Hospital da Fundação Hospitalar Estadual do Acre | 17.07 | 2001586 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| AL | Arapiraca | Complexo Hospitalar Manoel André - CHAMA | 17.07 | 2005417 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| AL | Arapiraca | Hospital Afra Barbosa/Sociedade Médica Afra Barbosa SC | 17.06 | 2004976 | Unacon |
| AL | Maceió | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Maceió | 17.13 | 2007037 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| AL | Maceió | Hospital Universitário Alberto Antunes/Universidade Federal de Alagoas | 17.12 | 2006197 | Cacon |
| AL | Maceió | Hospital do Açúcar/Fundação da Agro-Indústria de Açúcar e do Álcool de Alagoas | 17.11 | 2099438 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| AP | Macapá | Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima | 17.06 | 2020645 | Unacon |
| AM | Manaus | Hospital da Fundação Centro de Controle de Oncologia/CECON | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2012677 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| BA | Feira Santana | Hospital Dom Pedro de Alcântara/Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana | 17.07 e 17.08 | 2601680 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| BA | Itabuna | Hospital Calixto Midlej Filho | 17.06, 17.08 | 2772280 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Hospital Manoel Novaes | 17.14 e 17.15 | 2525569 | |
| BA | Ihéus | Hospital São José Maternidade Santa Helena/Santa Casa de Mis. | 17.06 | 2802112 | Unacon |
| BA | Juazeiro | Hospital Regional de Juazeiro | 17.06 | 4028155 | Unacon |
| BA | Salvador | Hospital São Rafael/Fundação Monte Tabor | 17.07 | 0003808 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| BA | Salvador | Hospital Professor Edgard Santos/Hospital Universitário MEC - Universidade Federal da Bahia/FAPEX | 17.08 | 0003816 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| BA | Salvador | Hospital Aristidez Maltez/Liga Baiana Contra o Câncer | 17.13 | 0003786 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| BA | Salvador | Hospital Santa Isabel/Santa Casa de Misericórdia da Bahia | 17.07 e 17.08 | 0003832 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| BA | Salvador | Hospital Martagão Gesteira/Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil | 17.11 | 0004278 | Unacon exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| BA | Salvador | Hospital Geral Roberto Santos | 17.06 | 0003859 | Unacon |
| | | Centro Estadual de Oncologia -CICAN | | 0003921 | |
| BA | Salvador | Hospital Santo Antônio/Obras Sociais Irmã Dulce | 17.06 | 2802104 | Unacon |
| BA | Teixeira de Freitas | Hospital Municipal de Teixeira de Freitas/Prefeitura Municipal de T. de Freitas | 17.06 | 2301318 | Unacon |
| BA | Vitória da Conquista | Hospital Geral de Vitória da Conquista | 17.06 e 17.15 | 2402076 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Conquista Assistência Medica LTDA/ONCO-MED RAC | | 2772566 | |
| CE | Barbalha | Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo | 17.07 e 17.08 | 2564211 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| CE | Fortaleza | Hospital Infantil Albert Sabin | 17.11 | 2563681 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| CE | Fortaleza | Hospital Universitário Walter Cantídio | 17.08 | 2561492 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| CE | Fortaleza | Instituto de Câncer do Ceará | 17.13 | 2723220 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| CE | Fortaleza | Hospital da Irmandade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza | 17.06 | 2651394 | Unacon |
| CE | Fortaleza | Hospital Cura D'ars/Beneficência Camiliana | 17.06 | 2611686 | Unacon |
| CE | Fortaleza | HGF- Hospital Geral de Fortaleza/Secretaria de Estado da Saude | 17.08 | 2497654 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| CE | Fortaleza | Hospital Distrital Dr. Fernandes Távora/Instituto Clínico de Fortaleza | 17.14 | 2528843 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Centro Regional Integrado de Oncologia/CRIO | 17.15 e 17.16 | 2723190 | |
| CE | Sobral | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Sobral | 17.12 | 3021114 | Cacon |
| DF | Brasília | Hospital Universitário de Brasília/Fundação da Universidade de Brasília | 17.07 | 0010510 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| DF | Brasília | Hospital Sarah/ Associação das Pioneiras Sociais | 17.06 | 2673916 | Unacon |
| DF | Brasília | Hospital de Base do Distrito Federal | 17.13 | 0010456 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| | | Hospital Regional da Asa Norte | 17.14 | 0010464 | |
| | | Hospital Regional de Ceilândia | 17.14 | 0010480 | |
| | | Hospital Regional do Gama | 17.14 | 0010472 | |
| | | Hospital Regional de Taguatinga | 17.14 | 0010499 | |
| | | Hospital Regional de Sobradinho | 17.14 | 0010502 | |
| | | Hospital de Apoio ABRACE | 17.16 | 2649527 | |
| ES | Vitória | Hospital Santa Rita de Cássia/Associação Feminina Educacional de Combate ao Câncer | 17.12 | 0011738 | Cacon |
| ES | Vitória | Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória | 17.11 | 0011800 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| ES | Vitória | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vitória | 17.08 | 0011746 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| ES | Vitória | Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes | 17.08 | 4044916 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| ES | Vitória | Hospital Evangélico de Vila Velha | 17.08 | 2494442 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| ES | Cachoeiro de Itapemirim | Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim | 17.07 e 17.08 | 2547821 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| GO | Anápolis | Hospital Evangélico Anápolis/Fundação James Fanstone | 17.07 | 2442108 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| GO | Anápolis | Santa Casa de Misericórdia de Anápolis/Fundação de Assistencia Social de Anápolis | 17.06 | 2361787 | Unacon |
| GO | Goiânia | Hospital Araújo Jorge/Hospital do Câncer/Associação de Combate ao Câncer em Goiás | 17.13 | 2506815 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| GO | Goiânia | Hospital das Clínicas da Universidade Federal Goiás | 17.08 | 2338424 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| GO | Goiânia | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia | 17.07 | 2338351 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MA | Imperatriz | Hospital São Rafael | 17.06 | 2531348 | Unacon |
| MA | São Luís | Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo IMOAB/Fundação Antônio Jorge Dino | 17.12 | 2697696 | Cacon |
| MA | São Luís | Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho/SES | 17.08 | 2646536 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| MT | Cuiabá | Hospital Geral Universitário/Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Cuiabá | 17.08 | 2659107 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| MT | Cuiabá | Hospital do Câncer de Mato Grosso/Associação Matogrossense de Combate ao Câncer - AMCC | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2534444 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| MT | Cuiabá | Hospital da Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá | 17.07 e 17.09 | 2655519 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Oncologia Pediátrica |
| MT | Rondonópolis | Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis | 17.06 | 2396866 | Unacon |
| MT | Sinop | Hospital Santo Antonio/Fundação de Saúde Comunitária de Sinop | 17.06 | 2795671 | Unacon |
| MS | Campo Grande | Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS | 17.07 | 0009709 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MS | Campo Grande | Hospital do Câncer Professor Dr. Alfredo Abrão/Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul | 17.07 | 0009776 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MS | Campo Grande | Hospital Regional de Mato Grosso do Sul/Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul | 17.09 | 0009725 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| MS | Campo Grande | Hospital da Santa Casa/Associação Beneficente de Campo Grande | 17.07 e 17.08 | 0009717 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| MS | Corumbá | Santa Casa de Misericórdia de Corumbá/Associação Beneficente de Corumbá | 17.06 | 2376334 | Unacon |
| MS | Dourados | Hospital Evangélico Dr. e Sra. Goldby King/Associação Beneficente Douradense | 17.07 | 2371375 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MS | Três Lagoas | Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Três Lagoas | 17.06 | 2756951 | Unacon |
| MG | Alfenas | Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | 17.06 | 2171945 | Unacon |
| MG | Barbacena | Hospital Ibiapaba S/A | 17.06 | 2098938 | Unacon |
| MG | Cataguases | Hospital de Cataguases | 17.06 | 2098911 | Unacon |
| MG | Divinópolis | Hospital São João de Deus/Fundação Geraldo Corrêa | 17.07 e 17.08 | 2159252 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Belo Horizonte | Hospital Luxemburgo/Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna | 17.12 | 2200457 | Cacon |
| MG | Belo Horizonte | Hospital da Baleia/Fundação Benjamin Guimarães | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2695324 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| MG | Belo Horizonte | Hospital Felício Rocho/Fundação Felice Rosso | 17.07 e 17.08 | 0026859 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Belo Horizonte | Hospital das Clínicas da UFMG | 17.08 e 17.09 | 0027049 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| MG | Belo Horizonte | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte | 17.13 | 0027014 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| MG | Belo Horizonte | Hospital São Francisco de Assis | 17.07 | 0026840 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Belo Horizonte | Hospital Alberto Cavalcanti/Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais | 17.07 | 0026964 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Betim | Hospital Professor Osvaldo R. Franco/Prefeitura de Betim/Fundo Municipal de Betim | 17.07 | 2126494 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Gov. Valadares | Hospital Samaritano/Beneficência Social Bom Samaritano | 17.07 | 2118661 | Unacon com serviço de Radioterapia |
| MG | Ipatinga | Hospital Márcio Cunha/Fundação São Francisco Xavier | 17.07 e 17.08 | 2205440 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Juiz de Fora | Hospital Maria José Baeta Reis/ASCOMCER | 17.07 e 17.08 | 2153025 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Juiz de Fora | Hospital Dr. João Felício S/A | 17.07 e 17.08 | 2153114 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Juiz de Fora | Instituto Oncológico | 17.07 e 17.08 | 2153106 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Montes Claros | Hospital da Santa Casa de Montes Claros /Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros | 17.07 | 2149990 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Montes Claros | Hospital Dílson de Quadros Godinho/Fundação Dílson de Quadros Godinho | 17.07 e 17.08 | 2219646 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Muriaé | Hospital do Câncer de Muriaé/Fundação Cristiano Varella | 17.12 | 2195453 | Cacon |
| MG | Passos | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Passos | 17.07 | 2775999 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Patos de Minas | Hospital São Lucas | 17.07 | 2196972 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Poços de Caldas | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas | 17.06 | 2129469 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Clínica Memorial | 17.15 | 2110075 | |
| MG | Ponte Nova | Hospital Nossa Senhora das Dores/Irmandade Hospital N. Sra das Dores | 17.06 | 2111640 | Unacon |
| MG | Pouso Alegre | Hospital das Clinicas Samuel Libânio | 17.08 | 2127989 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| MG | São João Del Rei | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei | 17.06 | 2161354 | Unacon |
| MG | Sete Lagoas | Hospital Nossa Senhora das Graças | 17.07 | 2206528 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| MG | Uberaba | Hospital Dr. Hélio Angotti/Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central | 17.07 e 17.08 | 2165058 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Uberaba | Hospital Escola da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 17.06 | 2206595 | Unacon |
| MG | Uberlândia | Hospital de Clínicas de Uberlândia/Universidade Federal de Uberlândia | 17.07 e 17.08 | 2146355 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| MG | Varginha | Hospital Bom Pastor/Fundação Hospitalar do Município de Varginha | 17.07 e 17.08 | 2761092 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| PA | Belém | Hospital Ofir Loyola | 17.13 | 2334321 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PA | Santarém | Hospital Regional do Baixo Amazonas Dr. Waldemar Penna | 17.07 | 5585422 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PB | Campina Grande | Hospital da Fundação Assistência da Paraíba/FAP | 17.07 | 2315793 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PB | Campina Grande | Hospital Universitário Alcides Carneiro/Universidade Federal de Campina Grande | 17.09 | 2676060 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PB | João Pessoa | Hospital São Vicente de Paula/Instituto Walfredo Guedes Pereira | 17.06 | 2399776 | Unacon |
| PB | João Pessoa | Hospital Napoleão Laureano | 17.13 | 2399741 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PR | Arapongas | Hospital Regional João de Freitas/Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer ao Câncer | 17.06 | 2576341 | Unacon |
| PR | Apucarana | Hospital da Providência/Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo | 17.06 | 2439360 | Unacon |
| PR | Campina Grande do Sul | Hospital Angelina Caron/Sociedade Hospitalar Angelina Caron | 17.13 | 0013633 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PR | Campo Mourão | Hospital Santa Casa de Misericórdia/Associação Beneficiente Hospitalar Santa Casa de Misericórdia | 17.07 | 0014109 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PR | Campo Largo | Hospital e Maternidade Parolin | 17.06 | 0013838 | Unacon |
| PR | Cascavel | Hospital do Centro de Oncologia Cascavel Ltda/CEONC | 17.07 | 2737434 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PR | Cascavel | Hospital do Câncer UOPECCAN/União Paranaense de Estudo e Combate ao Câncer | 17.13 | 2740338 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PR | Curitiba | Hospital de Clínicas/Universidade Federal do Paraná | 17.08 e 17.09 | 2384299 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| PR | Curitiba | Hospital Infantil Pequeno Príncipe/Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro | 17.11 | 0015563 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| PR | Curitiba | Hospital Santa Casa/Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba | 17.06 | 0015334 | Unacon |
| PR | Curitiba | Hospital Erasto Gaertner/Liga Paranaense de Combate ao Câncer | 17.13 | 0015644 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| PR | Curitiba | Hospital São Vicente/Fundação de Estudos das Doenças do Fígado | 17.06 | 3075516 | Unacon |
| PR | Curitiba | Hospital Universitário Evangélico de Curitiba | 17.08 | 0015245 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| PR | Guarapuava | Hospital de Caridade São Vicente de Paulo | 17.06 | 2741989 | Unacon |
| PR | Foz do Iguaçu | Hospital Ministro Costa Cavalcante/Fundação de Saúde Itaiguapy | 17.12 | 2591049 | Cacon |
| PR | Francisco Beltrão | Centro de Oncologia de Cascavel - CEONC de Francisco Beltrão - Francisco Beltrão/PR | 17.06 | 5373190 | Unacon |
| PR | Londrina | Hospital Universitário Regional Norte do Paraná/Universidade Estadual de Londrina | 17.08 e 17.09 | 2781859 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| PR | Londrina | Instituto de Câncer de Londrina | 17.12 | 2577623 | Cacon |
| PR | Maringá | Hospital e Maternidade Santa Rita | 17.06 | 2743469 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Centro de Oncologia e Radioterapia Santana Ltda | 17.15 | 2586797 | |
| PR | Maringá | Hospital do Câncer de Maringá/Instituto de Oncologia e Hematologia Maringá SC Ltda | 17.07 e 17.08 | 2586169 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| PR | Pato Branco | Hospital Policlínica Pato Branco SA | 17.07 | 0017868 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PR | Ponta Grossa | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa | 17.07 | 2686953 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PE | Caruaru | Hospital Regional do Agreste Dr. Waldemiro Ferrreira/Fund. Saude Amaury de Medeiros | 17.07 | 2427419 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| PE | Garanhuns | Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | 17.06 | 2639009 | Unacon |
| PE | Recife | Hospital da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco/HEMOPE | 17.10 | 0000809 | Unacon Exclusiva de Hematologia |
| PE | Recife | Hospital Universitário Oswaldo Cruz | 17.08 e 17.09 | 0000477 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| PE | Recife | Instituto Materno Infantil de Pernambuco/IMIP | 17.12 | 0000434 | Cacon |
| PE | Recife | Hospital de Câncer de Pernambuco/Sociedade Pernambucana do Combate ao Câncer | 17.07 e 17.09 | 0000582 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Oncologia Pediátrica |
| PE | Recife | Hospital Barão de Lucena/Fundação de Saúde Amaury de Medeiros | 17.06 | 2427427 | Unacon |
| PE | Recife | Hospital das Clínicas/Universidade Federal de Pernambuco | 17.06 | 0000396 | Unacon |
| PE | Petrolina | Hospital Dom Malan/Prefeitura de Petrolina | 17.06 | 2430711 | Unacon |
| PI | Teresina | Hospital São Marcos/Sociedade Piauiense Combate ao Câncer | 17.13 | 2726998 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| RN | Natal | Hospital Dr. Luiz Antônio/Liga Norte-riograndense Contra o Câncer | 17.13 | 2409194 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| RN | Natal | Hospital Infantil Varela Santiago/Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio Grande do Norte | 17.11 | 2409151 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| RN | Natal | Natal Hospital Center S/C Ltda | 17.06 | 2656930 | Unacon |
| RN | Natal | Hospital do Coração de Natal Ltda | 17.06 | 8003629 | Unacon |
| RN | Mossoró | Centro de Oncologia e Hematologia COHM | 17.07 | 2410265 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RS | Bento Gonçalves | Hospital Tacchini/Sociedade Dr. Barholomeu Tacchini | 17.07 | 2241021 | Unacon com serviço de radioterapia |
| RS | Bagé | Santa Casa de Caridade de Bagé | 17.06 | 2261987 | Unacon |
| RS | Cachoeira Sul | Hospital Caridade Beneficência Cachoeira do Sul | 17.06 | 2266474 | Unacon |
| RS | Canoas | Hospital Nossa Senhora das Graças | 17.08 | 2232014 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| RS | Carazinho | Hospital de Caridade e Beneficência | 17.06 | 2262274 | Unacon |
| RS | Caxias do Sul | Hospital Geral/Fundação UCS Hospital Geral de Caxias do Sul | 17.08 e 17.09 | 2223538 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RS | Caxias do Sul | Hospital Pompéia/Pio Sodalício Damas Caridade | 17.06 | 2223546 | Unacon |
| RS | Cruz Alta | Hospital São Vicente de Paulo/Associação das Damas de Caridade | 17.08 | 2263858 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| RS | Erechim | Hospital da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim | 17.07 e 17.08 | 2707918 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RS | Ijuí | Hospital da Associação Hospital de Caridade de Ijuí | 17.12 | 2261057 | Cacon |
| RS | Lajeado | Hospital Bruno Born/Sociedade Beneficente de Caridade de Lajeado | 17.07 e 17.08 | 2252287 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RS | Novo Hamburgo | Hospital Regina /Associação Congregação Santa Catarina | 17.06 | 2232057 | Unacon |
| RS | Passo Fundo | Hospital São Vicente de Paulo/Associação Beneficente São Vicente de Paulo | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2246988 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RS | Passo Fundo | Hospital da Cidade de Passo Fundo | 17.06 | 2246929 | Unacon |
| RS | Pelotas | Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas/Fundação de Apoio Universitário | 17.07 e 17.08 | 2252694 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RS | Pelotas | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas | 17.07 e 17.08 | 2253054 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RS | Porto Alegre | Hospital de Clínicas de Porto Alegre | 17.13 | 2237601 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| RS | Porto Alegre | Hospital São Lucas da PUCRS/União Brasileira de Educação e Assistência | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2262568 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RS | Porto Alegre | Hospital Fêmina S/A | 17.06 | 2265052 | Unacon |
| RS | Porto Alegre | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre | 17.13 | 2237253 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| RS | Porto Alegre | Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A | 17.08 e 17.09 | 2237571 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RS | Rio Grande | Hospital da Associação de Caridade Santa Casa de Caridade do Rio Grande | 17.07 e 17.08 | 2232995 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RS | Santa Cruz do Sul | Hospital Ana Nery | 17.07 | 2255936 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RS | Santa Rosa | Hospital Vida Saúde/Associação Hospital Caridade de Santa Rosa | 17.07 e 17.08 | 2254611 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RS | São Leopoldo | Hospital da Fundação Hospital Centenário | 17.07 | 2232022 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RS | Santa Maria | Hospital Universitário de Santa Maria | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2244306 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RS | Uruguaiana | Hospital da Santa Casa de Caridade de Uruguaiana | 17.07 | 2248190 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RJ | Cabo Frio | Hospital Santa Isabel | 17.06 | 2278286 | Unacon |
| RJ | Campos de Goytacazes | Sociedade Portuguesa de Beneficiencia de Campos | 17.06 | 2287250 | Unacon |
| RJ | Campos de Goytacazes | Hospital Universitário Álvaro Alvim | 17.06 | 2287447 | Unacon |
| RJ | Campos de Goytacazes | Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia Ltda./IMNE | 17.07 | 2287285 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RJ | Itaperuna | Hospital São José do Avaí/Conferência São José do Avaí | 17.07 e 17.09 | 2278855 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Oncologia Pediátrica |
| RJ | Niterói | Hospital Municipal Orêncio de Freitas | 17.14 | 0012556 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| RJ | Niterói | Hospital Universitário Antônio Pedro - HUAP/UFF | 17.08 | 0012505 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| RJ | Petropolis | Hospital Alcides Carneiro | 17.06 e 17.15 | 2275562 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Centro de Terapia Oncológica | | 2268749 | |
| RJ | Rio Bonito | Hospital Regional Darcy Vargas | 17.06 | 2296241 | Unacon |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital dos Servidores do Estado | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2269988 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Geral do Andaraí | 17.06 | 2269384 | Unacon |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Geral de Bonsucesso | 17.08 | 2269880 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Geral de Jacarepaguá/Hospital Cardoso Fontes | 17.06 | 2295423 | Unacon |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Geral de Ipanema | 17.14 | 2269775 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Geral da Lagoa | 17.09 | 2273659 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Mário Kroeff | 17.07 | 2269899 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Universitário Gaffrée/UniRio | 17.06 | 2295415 | Unacon |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Universitário Pedro Ernesto-HUPE/UERJ | 17.07 e 17.08 | 2269783 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| RJ | Rio de Janeiro | Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ | 17.12 | 2280167 | Cacon |
| RJ | Rio de Janeiro | Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira/UFRJ | 17.11 | 2296616 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| RJ | Rio de Janeiro | Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti/Hemorio/Fundação Pró-Instituto de Hematologia - FUNDARJ | 17.10 | 2295067 | Unacon Exclusiva de Hematologia |
| RJ | Rio de Janeiro | Instituto Nacional de Câncer/INCA - Hospital de Câncer I | 17.13 | 2273454 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| | | Instituto Nacional de Câncer/INCA - Hospital de Câncer II | 17.06 | 2269821 | |
| | | Instituto Nacional de Câncer/INCA - Hospital de Câncer III | 17.07 | 2273462 | |
| RJ | Teresópolis | Hospital São José/Associação Congregação de Santa Catarina | 17.06 | 2292386 | Unacon |
| RJ | Vassouras | Hospital Universitário Severino Sombra/Fundação Educacional Severino Sombra | 17.06 | 2273748 | Unacon |
| RJ | Volta Redonda | Hospital Jardim Amália Ltda - HINJA | 17.06 | 25186 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Radiclin Sul Fluminense Oncologia e Radioterapia LTDA | 17.15 | 3502651 | |
| RO | Porto Velho | Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro/Hospital de Base Porto Velho | 17.14 | 4001303 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| | | Instituto de Oncologia e Radioterapia São Pellegrino | 17.15, 17.16 | 2515377 | |
| RR | Boa Vista | Hospital Geral de Roraima/HGR | 17.06 | 2319659 | Unacon |
| SC | Blumenau | Hospital Santa Isabel/Sociedade Divina Providência | 17.07 | 2558246 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SC | Blumenau | Hospital Santo Antonio/Fundação Hospitalar de Blumenau | 17.06 | 2558254 | Unacon |
| SC | Chapecó | Hospital Regional do Oeste/Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira | 17.07 e 17.08 | 2537788 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SC | Criciúma | Hospital São José/Sociedade Caritativa Santo Agostinho | 17.07 e 17.08 | 2758164 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SC | Florianópolis | Centro de Pesquisas Oncológicas/CEPON | 17.15, 17.16 | 19445 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| | | Hospital Governador Celso Ramos | 17.10, 17.14 | 2691841 | |
| | | Hospital Carmela Dutra | 17.14 | 19283 | |
| SC | Florianópolis | Hospital Infantil Joana de Gusmão | 17.11 | 2691868 | Unacon exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| SC | Florianópolis | Hospital Universitário/Universidade Federal de Santa Catarina | 17.08 | 3157245 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SC | Itajaí | Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen/Instituto das Pequenas Missionárias Maria Imaculada | 17.06 | 2522691 | Unacon |
| SC | Jaraguá do Sul | Hospital São José /Sociedade Divina Providência | 17.07 | 2306336 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SC | Joaçaba | Hospital Universitário Santa Terezinha/Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina | 17.06 | 2560771 | Unacon |
| SC | Joinville | Hospital Municipal São José | 17.12 | 2436469 | Cacon |
| SC | Lages | Hospital e Maternidade Tereza Ramos | 17.06 | 2504332 | Unacon |
| SC | Porto União | Hospital de Caridade São Braz de Porto União | 17.06 | 2543044 | Unacon |
| SC | Tubarão | Hospital Nossa Senhora da Conceição/Sociedade Divina Providência | 17.06 | 2491710 | Unacon |
| SP | Araçatuba | Hospital Sagrado Coração de Jesus/Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba | 17.07 e 17.08 | 2078775 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SP | Araraquara | Hospital da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara | 17.07 e 17.08 | 2082527 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SP | Araras | Hospital São Luiz/Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras | 17.06 | 2081253 | Unacon |
| SP | Assis | Hospital Regional de Assis | 17.06 | 2083094 | Unacon |
| SP | Avaré | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Avaré | 17.06 | 2083604 | Unacon |
| SP | Barretos | Hospital São Judas Tadeu/Fundação Pio XII | 17.13 | 2090236 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Bauru | Hospital Estadual de Bauru | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2790602 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | Botucatu | Hospital das Clínicas UNESP/Universidade Estadual Paulista | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2748223 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | Bragança Paulista | Hospital Universitário São Francisco Bragança Paulista/Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana | 17.09 | 2704900 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Campinas | Centro Infantil de Investigação Hematológica Dr. Domingos A. Boldrini | 17.07 e 17.11 | 2081482 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica com Serviço de Radioterapia |
| SP | Campinas | Hospital e Maternidade Celso Pierrô/Sociedade Campineira de Educação e Instrução | 17.08 | 2082128 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SP | Campinas | Hospital das Clínicas da UNICAMP/Universidade Estadual de Campinas | 17.12 | 2079798 | Cacon |
| SP | Campinas | Hospital Municipal Dr. Mário Gatti | 17.07 | 2081490 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Catanduva | Hospital Padre Albino - Catanduva/Fundação Padre Albino | 17.06 | 2089327 | Unacon |
| SP | Diadema | Hospital Estadual de Diadema - Hospital Serraria | 17.14 | 2084163 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| SP | Franca | Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Franca/Fundação Civil Casa de Misericórdia de Franca | 17.13 | 2705982 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Guaratinguetá | Hospital e Maternidade Frei Galvão | 17.07 | 2081644 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Guarujá | Hospital Santo Amaro/Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá | 17.09 | 2754843 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Jacareí | Hospital São Francisco de Assis/Associação Casa Fonte da Vida | 17.06 | 2085194 | Unacon |
| SP | Jaú | Hospital Amaral Carvalho/Fundação Amaral Carvalho | 17.13 | 2083086 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Jundiaí | Hospital São Vicente/Hospital de Caridade de São Vicente de Paulo | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2786435 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | Limeira | Hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira | 17.07 | 2081458 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Marília | Hospital das Clínicas Unidade Clínico Cirúrgico/ Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília - FAMAR | 17.13 | 2025507 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Marília | Hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília | 17.08 e 17.09 | 2083116 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | Mogi das Cruzes | Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo | 17.14 | 2080680 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SP | Mogi Guaçu | Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos | 17.06 | 2096498 | Unacon |
| SP | Pariquera-Açu | Hospital Regional do Vale da Ribeira//Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira | 17.06 | 2077434 | Unacon |
| SP | Piracicaba | Hospital Fornecedores de Cana de Piracicaba Djaldrovandi/Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba | 17.07 e 17.08 | 2087057 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SP | Piracicaba | Hospital da Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Piracicaba | 17.07 | 2772310 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Presidente Prudente | Hospital Dr. Aristóteles Oliveira Martins/Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente | 17.08 | 2080532 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SP | Presidente Prudente | Hospital Regional de Presidente Prudente | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2755130 | Unacon com Serviços de Radioterapia, |
| | | Instituto de Radioterapia de Presidente Prudente | | 2030705 | de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | Ribeirão Preto | Hospital das Clínicas FAEPA/Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência/HCFMRP | 17.13 | 2082187 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Ribeirão Preto | Hospital Imaculada Conceição/Sociedade Portuguesa de Beneficência | 17.12 | 2080400 | Cacon |
| SP | Ribeirão Preto | Hospital da Santa Casa de Ribeirão Preto/Sociedade Beneficência Hospitalar Santa Casa de Misericórdia | 17.09 | 2084414 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Rio Claro | Hospital da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro | 17.06 | 2082888 | Unacon |
| SP | Santo André | Hospital Estadual Mário Covas de Santo André | 17.09 | 2080273 | Unacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Santo André | Centro Hospitalar do Município de Santo André | 17.06 | 0008923 | Unacon com Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar |
| | | Instituto de Radioterapia do ABC | 17.15 | 0008753 | |
| SP | Santos | Hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos | 17.13 | 2025752 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | Santos | Hospital Santo Antônio Santos/Sociedade Portuguesa de Beneficência | 17.07 | 2080354 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Santos | Hospital Guilherme Álvaro | 17.06 | 2079720 | Unacon |
| SP | São Bernardo do Campo | Hospital Anchieta São Bernardo do Campo/Fundação ABC | 17.07 | 2025361 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | São Bernardo do Campo | Hospital Municipal Universitário de São Bernardo do Campo | 17.14 | 2027356 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| SP | São Caetano do Sul | Hospital Materno-Infantil Márcia Braido | 17.06 | 2082594 | Unacon |
| SP | São Carlos | Hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos | 17.07 | 2080931 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | São João da Boa Vista | Hospital da Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros | 17.07 | 2084228 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | São José do Rio Preto | Hospital da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto | 17.12 | 2798298 | Cacon |
| SP | São José do Rio Preto | Hospital de Base de São José do Rio Preto/Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto | 17.08 e 17.09 | 2077396 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | São José dos Campos | Hospital e Maternidade Pio XII/ IPMMI - Obra de Ação Social Pio XII | 17.08 | 0009601 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SP | São José dos Campos | Hospital Materno Infantil Antoninho da Rocha Marmo/IPMM | 17.06 | 0009539 | Unacon |
| SP | São José dos Campos | Centro de Tratamento Fabiana Macedo de Morais/GACC | 17.11 | 5869412 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Centro de Referência da Saúde da Mulher | 17.06 | 2078287 | Unacon |
| SP | São Paulo | Conjunto Hospitalar do Mandaqui | 17.14 | 2077574 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| SP | São Paulo | Hosp de Transplante do estado de SP Euryclides de Jesus Zerbini/Hospital Brigadeiro | 17.08 | 2088576 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SP | São Paulo | Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP/Fundação Faculdade de Medicina | 17.13 | 2078015 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital do Câncer A. C Camargo/Fundação Antônio Prudente | 17.13 | 2077531 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital Infantil Darcy Vargas | 17.11 | 2071371 | Unacon Exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital Heliópolis | 17.06 | 2066572 | Unacon |
| SP | São Paulo | Hospital Ipiranga/Unidade de Gestão Assistencial II | 17.06 | 2077523 | Unacon |
| SP | São Paulo | Hospital Central da Santa Casa de São Paulo/Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo | 17.08 e 17.09 | 2688689 | Unacon com Serviços de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital São Joaquim Beneficência Portuguesa/Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência | 17.13 | 2080575 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital Santa Marcelina/Casa de Saúde Santa Marcelina | 17.13 | 2077477 | Cacon com Serviço de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Hospital São Paulo Unidade I/Escola Paulista de Medicina/UNIFESP | 17.12 | 2077485 | Cacon |
| SP | São Paulo | Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha | 17.14 | 2688573 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| SP | São Paulo | Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC | 17.07 | 2077590 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | São Paulo | Instituto de Oncologia Pediátrica/Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer | 17.11 | 2089696 | Unacon exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| SP | São Paulo | Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho | 17.12 | 2080125 | Cacon |
| SP | São Paulo | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo/SES | 17.12 | 6123740 | Cacon |
| SP | Sorocaba | Conjunto Hospitalar de Sorocaba | 17.08 | 2081695 | Unacon com Serviço de Hematologia |
| SP | Sorocaba | Hospital da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba | 17.07 | 2708779 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SP | Sorocaba | Hospital Sara Rolin Caracante | 17.11 | 2079321 | Unacon exclusiva de Oncologia Pediátrica |
| SP | Taboão da Serra | Hospital Geral de Pirajussara | 17.14 | 2079828 | Hospital Geral com Cirurgia Oncológica |
| SP | Taubaté | Hospital Regional do Vale do Paraíba/Sociedade Beneficente São Camilo | 17.07 e 17.08 | 3126838 | Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia |
| SP | Tupã | Hospital São Francisco de Tupã/Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Tupã | 17.06 | 2080672 | Unacon |
| SE | Aracaju | Hospital de Cirurgia/Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia | 17.07 | 0002283 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| SE | Aracaju | Hospital Governador João Alves Filho | 17.07, 17.08 e 17.09 | 2816210 | Unacon com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica |
| TO | Araguaína | Hospital de Referência de Araguaína | 17.07 | 2600536 | Unacon com Serviço de Radioterapia |
| TO | Palmas | Hospital Geral de Palmas | 17.06 | 2786117 | Unacon |

| UF | UF/MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | AUTORIZAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| BA | Salvador | Hospital Português/Real Sociedade Portuguesa de Beneficência | 4251 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| PR | Curitiba | Clínica Paranaense de Tumores SC | 15598 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| PE | Recife | Instituto de Radium e Supervoltagem Ivo Roesler/IRSIR | 1023 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| PE | Recife | Instituto de Radioterapia Waldemir Miranda LTDA/IRWAM | 2430843 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| RJ | Niterói | Clínica de Radioterapia Ingá | 3477371 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| RJ | Niterói | Serviços de Isótopos de Niterói LTDA | 2272962 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| RJ | Nova Iguaçu | Instituto Oncológico LTDA | 2281821 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| RJ | Rio de Janeiro | Clínica de Radioterapia Osolando J. Machado | 2269422 e 2269457 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| SC | Florianópolis | Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade | 19402 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |
| SP | São José dos Campos | Instituto de Radioterapia Vale do Paraíba/CENON - Centro de Oncologia Radioterápica do Vale do Paraíba | 9369 | Serviço Isolado de Radioterapia (17.04) |

## PORTARIA Nº 141, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Desabilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar(SAD).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso das atribuições, e considerando a Portarja nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Unico de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados no código 13.02 os estabelecimentos de saúde constantes do Anexo I desta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando as equipes multidisciplinares (EMAD tipo 1, EMAD tipo 2 e EMAP) sediadas nos mesmos.

Parágrafo único: Estão contidos na Planilha 1 os serviços cujos proponentes são Secretarias Municipais de Saúde, e na planilha 2 os serviços cujos proponentes são Secretarias Estaduais de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

Planilha 1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP

| UF | Município | Nome do Estabelecimento | TIPO EMAD | CNES | Nº DE EMAD | Nº DE EMAP |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DF | Brasília | Unidade Mista de São Sebastião | Tipo 1 | 2650355 | 1 | 0 |
| SP | São Paulo | UBS Jardim Bonifácio II | Tipo 1 | 4049950 | 1 | 0 |
| TOTAL | | | | | 2 | 0 |

Planilha 2 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP

| UF | Município | Nome do Estabelecimento | TIPO EMAD | CNES | Nº DE EMAD | Nº DE EMAP |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | Itabuna | Hospital de Base Luís Eduardo Magalhaes | Tipo 1 | 2385171 | 1 | 1 |
| BA | Itabuna | UBS Isolina Guimaraes | Tipo 1 | 3237745 | 1 | 0 |
| BA | Ilhéus | Centro de Saúde de Ilhéus | Tipo 1 | 2416417 | 1 | 0 |
| TOTAL | | | | | 3 | 1 |

## PORTARIA Nº 143, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC Nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado da Saúde do Goiás;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de tecido ocular humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 3 51 05 SP 11
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
III - CNPJ: 62.779.145/0001-90;
IV - CNES: 2688689;
V- endereço: Rua Dr Cesario Motta Jr, Nº. 112, Vila Buarque, São Paulo - CEP: 01.221-020.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de tecido musculo esquelético do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO MUSCULO ESQUELÉTICO: 24.15

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 3 52 05 SP 17
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
III - CNPJ: 62.779.145/0001-90;
IV - CNES: 2688689;
V- endereço: Rua Dr Cesario Motta Jr, Nº. 112, Vila Buarque, São Paulo - CEP: 01.221-020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 144, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, com sede em Caxambu do Sul(SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 053/2014-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.091391/2010-74/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, inscrita no CNPJ nº 82.804.592/0001-69, com sede em Caxambu do Sul(SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

## SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

**PORTARIA Nº 39, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Divulga a relação dos médicos reintegrados ao Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1° de setembro de 2011, que instituiu o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB);

Considerando os termos do Informe n° 4, de 03 de outubro de 2013, da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), referente a Resolução n° 3 da CNRM/MEC 03/2011, de 16 de setembro de 2011, publicada no DOU n° 180, de 19 de setembro de 2011; e

Considerando a decisão judicial proferida no Processo nº 0803136-83.2013.4.05.8100, ajuizado perante a 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará resolve:

Art.1º - Divulga, para ciência dos interessados, conforme Anexo a esta Portaria, a relação dos médicos reintegrados ao Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), mediante decisão judicial proferida no Processo nº 0803136-83.2013.4.05.8100, ajuizado perante a 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, referente ao ano de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

ANEXO

| NOME | CPF |
|---|---|
| VITHOR SILVEIRA SAMPAIO | 001.635.853-86 |
| LEONARDO MEDEIROS PEREIRA CARNEIRO | 010.312.583-37 |
| CAIO FABIO EGÍDIO MIRANDA DE OLIVEIRA | 670.291.403-20 |

**PORTARIA Nº 40, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Divulga o resultado final do processamento eletrônico da classificação dos profissionais homologados no Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica - PROVAB para enfermeiros (as) e cirurgiões dentistas.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC de 1º de setembro de 2011 e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Divulga o resultado final do processamento eletrônico da classificação dos profissionais homologados no Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica - PROVAB para enfermeiros (as) e cirurgiões dentistas, nos moldes do Edital/SGTES nº 59, de 6 de novembro de 2013 e respectivas alterações no Edital/SGTES nº 60, de 14 de novembro de 2013 e retificação, através do site http://provab.saude.gov.br.

Art. 2º Os profissionais homologados deverão se apresentar no município para início das atividades no dia 06 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

**PORTARIA Nº 41, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Divulga lista dos Programas de Residência Médica que farão jus ao recebimento de bolsa nos termos da Portaria Conjunta nº 12/MS/MEC, de 20 de dezembro de 2013.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013 e,

Considerando o disposto nos §1º e 2º da Portaria Conjunta nº 12/MS/MEC, de 20 de dezembro de 2013; e

Considerando o disposto nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 do Edital de Convocação nº 29/SGTES-MS/SESu-MEC, de 27 de junho de 2013, resolve:

Art.1º Divulgar, na forma do anexo a esta Portaria, a relação dos programas cujas vagas de residência médica obtiveram autorização da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC) e que estão habilitados ao recebimento das bolsas, atendidas as condições do Edital de Convocação nº 29/SGTES-MS/SESu-MEC/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

ANEXO

| CÓDIGO DO PROGRAMA | INSTITUIÇÃO PROPONENTE | NOME FANTASIA | UF | MUNICIPIO | ESPECIALIDADE | Nº DE BOLSAS APROVADAS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3354 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO | AL | MACEIO | CANCEROLOGIA CIRURGICA | 3 |
| 4337 | MONTE TABOR CENTRO ITALO BRASILEIRO DE PROM SANITARIA | HOSPITAL SÃO RAFAEL | BA | SALVADOR | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 5252 | FUNDACAO OTILIA CORREIA SARAIVA | FUNDACAO OTILIA CORREIA SARAIVA | CE | BARBALHA | CARDIOLOGIA | 1 |
| 5258 | FUNDACAO OTILIA CORREIA SARAIVA | FUNDACAO OTILIA CORREIA SARAIVA | CE | BARBALHA | NEUROCIRURGIA | 1 |
| 3102 | IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FORTALEZA | CE | FORTALEZA | CIRURGIA GERAL | 1 |
| 3110 | IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FORTALEZA | CE | FORTALEZA | CLINICA MEDICA | 2 |
| 3155 | IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FORTALEZA | CE | FORTALEZA | NEFROLOGIA | 1 |
| 3178 | IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FORTALEZA | CE | FORTALEZA | OFTAMOLOGIA | 2 |
| 4238 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | CE | SOBRAL | CIRURGIA GERAL | 1 |
| 4234 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | CE | SOBRAL | MEDICINA INTENSIVA | 2 |
| 4244 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL | CE | SOBRAL | NEONATOLOGIA | 2 |
| 5039 | HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | HOSPITAL EVANGELICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | ES | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | CIRURGIA GERAL | 1 |
| 3010 | UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO | UNIAO DE EDUCAÇÃOO E CULTURA GILDASIO AMADO | ES | COLATINA | ANESTESIOLOGIA | 3 |
| 3313 | UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO | UNIAO DE EDUCAÇÃOO E CULTURA GILDASIO AMADO | ES | COLATINA | CIRURGIA VASCULAR | 2 |
| 3314 | UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO | UNIAO DE EDUCAÇÃOO E CULTURA GILDASIO AMADO | ES | COLATINA | MEDICINA INTENSIVA | 2 |
| 3315 | UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO | UNIAO DE EDUCAÇÃOO E CULTURA GILDASIO AMADO | ES | COLATINA | PEDIATRIA | 3 |
| 4038 | ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE ESPIRITO-SANTENSE - AEBES | ASSOCIAÇÃO EVANGELICA BENEFICENTE ESPIRITO SANTENSE | ES | VILA VELHA | OFTAMOLOGIA | 4 |
| 4303 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA | GO | GOIANIA | MEDICINA INTENSIVA | 4 |
| 3015 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS | MA | CAXIAS | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 3569 | FUNDACAO DERALDO GUIMARAES | FUNDAÇÃO DERALDO GUIMARÃES | MG | ALMENARA | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 4040 | ASSOC DE ASSIST SOCIAL DA SANTA CASA DE MISERIC ARAXA | ASSOC DE ASSIST SOCIAL DA SANTA CASA DE MISERIC ARAXA | MG | ARAXA | CLINICA MEDICA | 2 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4693 | ASSOCIACAO MARIO PENNA | FUNDACAO MARIO PENNA HOSPITAL LUXEMBURGO | MG | BELO HORIZONTE | CANCEROLOGIA/CLINICA | 2 |
| 4784 | CORPORACAO DE MEDICOS CATOLICOS | COMPLEXO HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS | MG | BELO HORIZONTE | ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA | 6 |
| 4579 | FUNDACAO FELICE ROSSO | HOSPITAL FELICIO ROCHO | MG | BELO HORIZONTE | ANESTESIOLOGIA | 4 |
| 4589 | FUNDACAO FELICE ROSSO | HOSPITAL FELICIO ROCHO | MG | BELO HORIZONTE | CLINICA MEDICA | 1 |
| 4591 | FUNDACAO FELICE ROSSO | HOSPITAL FELICIO ROCHO | MG | BELO HORIZONTE | COLOPROCTOLOGIA | 1 |
| 2932 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE MG | MG | BELO HORIZONTE | CIRURGIA DA MAO | 2 |
| 2779 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE MG | MG | BELO HORIZONTE | CIRURGIA GERAL | 5 |
| 2684 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE MG | MG | BELO HORIZONTE | NEUROCIRURGIA | 1 |
| 5137 | FUNDACAO INSTITUTO CLINICO JUIZ DE FORA | FUNDACAO INSTITUTO CLINICO JUIZ DE FORA | MG | JUIZ DE FORA | ANESTESIOLOGIA | 1 |
| 4523 | FUNDACAO INSTITUTO CLINICO JUIZ DE FORA | FUNDACAO INSTITUTO CLINICO JUIZ DE FORA | MG | JUIZ DE FORA | CANCEROLOGIA/PEDIÁTRICA | 1 |
| 4294 | HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS | HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS | MG | JUIZ DE FORA | NEUROCIRURGIA | 2 |
| 3806 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | MG | PASSOS | ANESTESIOLOGIA | 2 |
| 3118 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS | MG | PASSOS | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 3352 | FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS | HOSPITAL REGIONAL ANTÔNIO DIAS FHEMIG | MG | PATOS DE MINAS | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 3023 | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | MG | PONTE NOVA | CARDIOLOGIA | 1 |
| 2876 | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | MG | PONTE NOVA | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 2880 | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | FUNDACAO FILANT E BENEF DE SAUDE ARNALDO GAVAZZA FILHO | MG | PONTE NOVA | MEDICINA INTENSIVA | 2 |
| 4773 | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | MG | PONTE NOVA | CANCEROLOGIA/CIRURGICA | 1 |
| 4759 | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | MG | PONTE NOVA | CANCEROLOGIA/CLINICA | 2 |
| 4750 | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | MG | PONTE NOVA | NEFROLOGIA | 2 |
| 4746 | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES | MG | PONTE NOVA | OUTRA(UROLOGIA) | 1 |
| 3888 | ASSOCIACAO BENEFICENTE CATOLICA | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA | MG | UBA | CLINICA MEDICA | 2 |
| 3895 | ASSOCIACAO BENEFICENTE CATOLICA | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA | MG | UBA | PEDIATRIA | 2 |
| 2942 | FUNDACAO SAUDE DO MUNICIPIO DE UBERLANDIA - FUNDASUS | FUNDAÇÃO SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UBERLANDIA-FUNDASUS | MG | UBERLANDIA | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 4 |
| 3003 | PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIA | PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIA | PA | ANANINDEUA | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 4156 | FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ | PA | BELEM | ANESTESIOLOGIA | 2 |
| 4157 | FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ | PA | BELEM | CIRURGIA PEDIATRICA | 1 |
| 4168 | FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ | PA | BELEM | HEPATOLOGIA | 2 |
| 4177 | FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA | FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ | PA | BELEM | MEDICINA INTENSIVA | 3 |
| 5301 | INSTITUTO OFIR LOIOLA | HOSPITAL OPHIR LOYOLA | PA | BELEM | ENDOSCOPIA | 2 |
| 2860 | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA UEP | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ | PA | SANTAREM | CANCEROLOGIA | 2 |
| 3239 | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA UEP | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ | PA | SANTAREM | MEDICINA INTENSIVA | 2 |
| 3240 | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA UEP | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ | PA | SANTAREM | NEUROCIRURGIA | 1 |
| 3798 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE | PB | CAMPINA GRANDE | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 3 |
| 3551 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES | CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO | PB | CAMPINA GRANDE | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 4955 | SECRETARIA DE SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JOÃO PESSOA | PB | JOAO PESSOA | MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE | 5 |
| 5065 | SECRETARIA DE SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JOÃ¿O PESSOA | PB | JOAO PESSOA | PEDIATRIA | 5 |
| 3316 | ASSOCIACAO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER | ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER | PR | ARAPONGAS | CARDIOLOGIA | 4 |
| 3521 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA | IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA | PR | LONDRINA | ANESTESIOLOGIA | 3 |
| 3166 | SANTA CASA DE PARANAVAI | SANTA CASA DE PARANAVAÍ | PR | PARANAVAI | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 3396 | SANTA CASA DE PARANAVAI | SANTA CASA DE PARANAVAÍ | PR | PARANAVAI | CLINICA MEDICA | 2 |
| 3479 | SANTA CASA DE PARANAVAI | SANTA CASA DE PARANAVAÍ | PR | PARANAVAI | OFTAMOLOGIA | 2 |
| 3480 | SANTA CASA DE PARANAVAI | SANTA CASA DE PARANAVAÍ | PR | PARANAVAI | PEDIATRIA | 2 |
| 4171 | SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE E DEFESA CIVIL | HOSPITAL ESTADUAL ADAO PEREIRA NUNES | RJ | DUQUE DE CAXIAS | PEDIATRIA | 2 |
| 4797 | RIO DE JANEIRO SEC MUNICIPAL DE SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR | RJ | RIO DE JANEIRO | CIRURGIA VASCULAR | 1 |
| 4328 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | ANESTESIOLOGIA | 1 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4382 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | CLINICA MEDICA | 2 |
| 4381 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE | 2 |
| 4097 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | MEDICINA INTENSIVA | 1 |
| 3559 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 4383 | FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | HOSPITAL UNIVERSITARIO SUL FLUMINENSE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA | RJ | VASSOURAS | PEDIATRIA | 2 |
| 4081 | RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DA SAUDE PUBLICA | HOSPITAL DR. JOSE PEDRO BEZERRA | RN | NATAL | NEONATOLOGIA | 5 |
| 3064 | HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO | HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO | RS | PASSO FUNDO | CIRURGIA GERAL | 1 |
| 3067 | HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO | HOSPITAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO | RS | PASSO FUNDO | CIRURGIA VASCULAR | 2 |
| 2985 | SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA(SPAC) | UNIVERSIDADE CATOLICA DE PELOTAS HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS | RS | PELOTAS | MEDICINA INTENSIVA | 2 |
| 4623 | FUNDACAO HOSPITALAR DE BLUMENAU | HOSPITAL SANTO ANTÔNIO | SC | BLUMENAU | CANCEROLOGIA/CLINICA | 1 |
| 4617 | FUNDACAO HOSPITALAR DE BLUMENAU | HOSPITAL SANTO ANTÔNIO | SC | BLUMENAU | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 5018 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE | HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS SES FLORIANOPOLIS - SC | SC | FLORIANOPOLIS | CLINICA MEDICA | 2 |
| 4870 | HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE | HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOÃO | SC | JOINVILLE | ANESTESIOLOGIA | 4 |
| 3487 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE | MATERNIDADE DARCY VARGAS | SC | JOINVILLE | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 4816 | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | SC | SAO JOSE | CIRURGIA DE APARELHO DIGESTIVO | 2 |
| 4852 | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | SC | SAO JOSE | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 5 |
| 4862 | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | SC | SAO JOSE | OFTAMOLOGIA | 2 |
| 4864 | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | CENTRO DE ESTUDOS DR SIDNEI JORGE SANDIN DO HRSJHMG | SC | SAO JOSE | ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA | 1 |
| 4402 | FUNDACAO DE BENEFICENCIA HOSPITAL DE CIRURGIA | HOSPITAL DE CIRURGIA | SE | ARACAJU | MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE | 4 |
| 4344 | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE | HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE | SE | ARACAJU | CLINICA MEDICA | 4 |
| 3106 | ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS | HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO NA PROVIDÊNCIA DE DEUS | SP | BRAGANCA PAULISTA | NEONATOLOGIA | 2 |
| 5248 | IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS | HOSPITAL IRMÃOS PENTEADO IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS | SP | CAMPINAS | CIRURGIA GERAL | 4 |
| 5246 | IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS | HOSPITAL IRMÃOS PENTEADO IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS | SP | CAMPINAS | RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM | 3 |
| 4535 | MATERNIDADE DE CAMPINAS | MATERNIDADE DE CAMPINAS | SP | CAMPINAS | NEONATOLOGIA | 3 |
| 2922 | SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO | HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO - HMCP - PUC-CAMPINAS | SP | CAMPINAS | OFTAMOLOGIA | 2 |
| 2833 | SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO | HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO - HMCP - PUC-CAMPINAS | SP | CAMPINAS | OTORRINOLARINGOLOGIA | 2 |
| 3418 | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS | FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP | SP | CAMPINAS | HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA | 1 |
| 4496 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MIS. DE FERNANDOPOLIS | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FERNANDOPOLIS | SP | FERNANDOPOLIS | ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA | 3 |
| 3955 | PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE GUARULHOS | SP | GUARULHOS | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 4 |
| 3960 | PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE GUARULHOS | SP | GUARULHOS | PEDIATRIA | 4 |
| 3103 | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA | SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA | SP | ITAPEVA | CLINICA MEDICA | 2 |
| 5267 | FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAI | FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAI | SP | JUNDIAI | CIRURGIA GERAL | 6 |
| 5271 | FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAI | FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAI | SP | JUNDIAI | GERIATRIA | 2 |
| 4795 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO USP | SP | RIBEIRAO PRETO | ECOCARDIOGRAFIA | 1 |
| 4473 | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP | HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO USP | SP | RIBEIRAO PRETO | OUTRA(NEUROLOGIA R4 (OPCIONAL)) | 4 |
| 4542 | SOCIEDADE B H SANTA CASA DE MISERICORDIA DE R PRETO | SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO | SP | RIBEIRAO PRETO | CIRURGIA VASCULAR | 2 |
| 3527 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS | IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS | SP | SANTOS | CARDIOLOGIA | 8 |
| 4892 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS | IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS | SP | SANTOS | CIRURGIA PEDIATRICA | 1 |
| 4136 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS | IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS | SP | SANTOS | CLINICA MEDICA | 9 |
| 4190 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS | IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS | SP | SANTOS | ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA | 2 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4493 | INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR | INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR | SP | SAO JOSE DO RIO PRETO | CIRURGIA GERAL | 2 |
| 4489 | INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR | INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR | SP | SAO JOSE DO RIO PRETO | OTORRINOLARINGOLOGIA | 2 |
| 3988 | SAO JOSE DOS CAMPOS PREFEITURA | HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DE CARVALHO FLORENCE | SP | SAO JOSE DOS CAMPOS | NEUROLOGIA | 1 |
| 2761 | CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA | HOSPITAL SANTA MARCELINA | SP | SAO PAULO | ANESTESIOLOGIA | 2 |
| 3892 | CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA | HOSPITAL SANTA MARCELINA | SP | SAO PAULO | CIRURGIA VASCULAR | 1 |
| 3697 | CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA | HOSPITAL SANTA MARCELINA | SP | SAO PAULO | NEFROLOGIA | 4 |
| 4128 | CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA | HOSPITAL SANTA MARCELINA | SP | SAO PAULO | OUTRA(CIRURGIA DO TRAUMA) | 2 |
| 3643 | FUNDACAO ANTONIO PRUDENTE | HOSPITAL A C CAMARGO FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE | SP | SAO PAULO | RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM | 5 |
| 4046 | INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL | HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL FRANCISCO MORATO DE OLIVEIRA | SP | SAO PAULO | GASTROENTEROLOGIA | 2 |
| 3377 | IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO | IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO | SP | SAO PAULO | MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA | 2 |
| 3484 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE | HOSPITAL IPIRANGA - UGA II | SP | SAO PAULO | CIRURGIA DE APARELHO DIGESTIVO | 2 |
| 4506 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE | HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS | SP | SAO PAULO | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 4056 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARMINO CARICCHIO | SP | SAO PAULO | CLINICA MEDICA | 3 |
| 4041 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARMINO CARICCHIO | SP | SAO PAULO | ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA | 3 |
| 4212 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARMINO CARICCHIO | SP | SAO PAULO | PEDIATRIA | 5 |
| 4508 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE ESCOLA DR MARIO DE MORAES ALTENFELDER SILVA SP | SP | SAO PAULO | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 5 |
| 4409 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL PRF. DR. ALÍPIO CORRÊA NETTO | SP | SAO PAULO | CIRURGIA GERAL | 4 |
| 3623 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | HOSPITAL MUNICIPAL PRF. DR. ALÍPIO CORRÊA NETTO | SP | SAO PAULO | CLINICA MEDICA | 4 |
| 5005 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SP | SAO PAULO | CLINICA MEDICA | 50 |
| 5086 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SP | SAO PAULO | MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE | 24 |
| 5012 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SP | SAO PAULO | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 16 |
| 5008 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SP | SAO PAULO | PEDIATRIA | 36 |
| 5020 | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE | SP | SAO PAULO | PSIQUIATRIA | 10 |
| 4963 | UNIVERSIDADE DE TAUBATE | UNIVERSIDADE DE TAUBATE UNITAU SP | SP | TAUBATE | CLINICA MEDICA | 4 |
| 3841 | UNIVERSIDADE DE TAUBATE | UNIVERSIDADE DE TAUBATE UNITAU SP | SP | TAUBATE | OBSTETRICIA E GINECOLOGIA | 2 |
| 4176 | UNIVERSIDADE DE TAUBATE | UNIVERSIDADE DE TAUBATE UNITAU SP | SP | TAUBATE | PEDIATRIA | 2 |

## PORTARIA Nº 42, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Divulga a relação dos médicos com conceito satisfatório no desenvolvimento das atividades do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013,

Considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB);

Considerando os termos do Informe nº 4, de 03 de outubro de 2013, da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), referente a Resolução nº 3 da CNRM/MEC 03/2011, de 16 de setembro de 2011, publicada no DOU Nº 180, de 19 de setembro de 2011;e alterada pela Resolução nº1, de 02 de janeiro de 2014, publicada no DOU Nº 2, de 03 de janeiro de 2014; e

Considerando a Portaria nº 53/SGTES/MS, de 28 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes de monitoramento dos profissionais do PROVAB, matriculados nos cursos de especialização, resolve:

Art. 1º Divulga, para ciência dos interessados, conforme anexo a esta Portaria, relação dos médicos avaliados com conceito satisfatório no desenvolvimento das atividades do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013.

Art. 2º O Certificado de conclusão do PROVAB 2013 estará disponível no site https://arouca.unasus.gov.br.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

ANEXO

MÉDICOS AVALIADOS COM CONCEITO SATISFATÓRIO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA ATENÇÃO BÁSICA (PROVAB), REFERENTE AO ANO DE 2013.

| MÉDICO | CPF |
|---|---|
| ABRAAO COELHO GALDEZ JUNIOR | 03621930370 |
| ABRAÃO KUPSKE | 00990840077 |
| ACCACIO DE ALMEIDA ABUSSAMRA JUNQUEIRA DE ANDRADE | 33699446859 |
| ADA CRISTINA PONTES AGUIAR | 01805926373 |
| ADEBALDO MAIA LEITE | 03530702544 |
| ADELIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA | 07798441735 |
| ADELINA MARIA FEITOSA GOMES | 64857794349 |
| ADELINE JUVENCIO DE SIQUEIRA | 04541647427 |
| ADEMIR FAORO | 00343012081 |
| ADEMIR JOSÉ DE VLIEGER JÚNIOR | 00660292106 |
| ADILA MITZI OLIVEIRA COSTA RIBEIRO | 00075298309 |
| ADILA RAQUEL CLARES DE ANDRADE | 00707143390 |
| ADILSON GOES RODRIGUES JUNIOR | 96276576204 |
| ADRIANA ABREU RESENDE | 02387164148 |
| ADRIANA ALMEIDA GOMES MOURA | 03074832584 |
| ADRIANA GONDIM DE MOURA CAMPOS | 04385507490 |
| ADRIANA INFANTE ALBUQUERQUE MELO | 05794543477 |
| ADRIANA OLIVEIRA CASTANHEIRA BORGES | 80539149500 |
| ADRIANA PAIVA MARQUES LIMA | 00425598390 |
| ADRIANA PEREIRA MIGUEL | 02744810142 |
| ADRIANA RIBEIRO DE SOUZA | 02362140555 |
| ADRIANA SOUSA FREIRE | 02499421193 |
| ADRIANE MALDOTTI | 98597540044 |
| ADRIANNA AMARAL DE ARAGAO MENDES | 02180158521 |
| ADRIANO BASTOS DE OLIVEIRA | 02773536533 |
| ADRIANO MARCELL DA SILVA | 88765547268 |
| ADRIANO MEIRA OLIVEIRA | 01362370533 |
| ADRIANO SABOIA DE ANDRADE | 01011059320 |
| ADRIANO SCHAFER | 82280479087 |
| ADRIELLE LIMA FONSECA | 02152823532 |
| AFRA DE ABREU E LIMA MONTENEGRO | 06132575456 |
| AFRÂNIO EVANDRO DE LIMA QUIRINO | 01000865436 |
| AGNES DAN BARBOSA E SILVA | 99308282149 |
| AIRAM SOARES DE SOUZA OLIVEIRA | 08430028676 |
| AIRES FERREIRA LEITE JUNIOR | 63236494387 |
| ALAN ALVES DE LIMA CIDRAO | 02252091363 |
| ALAN BASTOS MAIA | 02710983338 |
| ALAN CRONEMBERGER ANDRADE | 01923282557 |
| ALAN DE OLIVEIRA BARBOSA | 83281401287 |
| ALAN MAGNO LOPES SILVA | 01562504622 |
| ALAN PAGOTO ROSSI | 09361261754 |
| ALAN PAULINO DA SILVA | 01108278302 |
| ALANA ISABEL QUIRINO BEZERRA | 05237893430 |
| ALANA KARLA SOUSA LUCAS | 02680200357 |
| ALANO ARAGAO SILVA | 00740676300 |
| ALBEDY ASSEF BASTOS | 84695137291 |
| ALBERICO XIMENES DO PRADO NETO | 96492481372 |
| ALBERTO HENRIQUE NOGUEIRA BANDEIRA | 79620248368 |
| ALBERTO JOSE CORREIA RAMOS | 02591611440 |
| ALBERTO RAFAEL BRINGEL SAMPAIO | 03483647333 |
| ALBERTO RODRIGUES MUNIZ JUNIOR | 06759552628 |
| ALBOINO MIRANDA TAVARES NETO | 00624279383 |
| ALDO LEITE MOREIRA NETO | 67204589300 |
| ALENA LIMA DE CARVALHO BARBOSA | 01011931303 |
| ALENCAR DE SOUZA FERREIRA ALENCAR | 01932095195 |
| ALENE CUNHA DO NASCIMENTO | 51895420253 |
| ALESSANDRA ALENCAR DE ANDRADE | 00603892140 |
| ALESSANDRA CRISTINA DE FREITAS PAES BERTOLDO | 06435330603 |
| ALESSANDRA MARIA DE CASSIA DE SOUSA | 06990856670 |
| ALESSANDRA MARUMI EMORI | 06540748957 |
| ALESSANDRA SILVA MALTA | 02689264331 |
| ALESSANDRO CARVALHO DOS SANTOS | 02132072302 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| ALEX MONTEIRO DE SOUSA | 02690078309 |
| ALEX PESSOA AIRES | 96352060382 |
| ALEX PINTO DE MACEDO DA SILVA | 94470413372 |
| ALEX SOARES ANDRADE | 62172395315 |
| ALEXANDRE ARANTES PIRES | 04579110692 |
| ALEXANDRE BATISTA DE ARRUDA | 04272594443 |
| ALEXANDRE CARVALHO DE OLIVEIRA | 70695890182 |
| ALEXANDRE CASTRO DE ANDRADE | 00270748385 |
| ALEXANDRE ELIAS DE ALBUQUERQUE SARMENTO OMENA | 06077327417 |
| ALEXANDRE FURQUIM ALMEIDA | 33609416831 |
| ALEXANDRE LOPES E SILVA | 61736406353 |
| ALEXANDRE REGIO GOMES | 04069087966 |
| ALEXANDRE VIEIRA MARTINS | 04094264906 |
| ALEXSANDRO NASCIMENTO SOBRINHO | 02994378680 |
| ALEXSANDRO PEREIRA DUARTE | 05577784417 |
| ALFREDO LEITE MACEDO FILHO | 00461794373 |
| ALFREDO TOSHIO RAASCH TAKAMOTO | 31324242850 |
| ALICE XAVIER BEZERRA | 01415159459 |
| ALIDA SUELEN GIMENES DE OLIVEIRA NALON | 06846565400 |
| ALINE BELANDA CANALLI | 05279948985 |
| ALINE BEZERRA TAVARES | 01636076300 |
| ALINE CORDEIRO PINHEIRO | 63479664334 |
| ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA MIRANDA | 04526999679 |
| ALINE DE MOURA BRASIL MATOS | 00670607304 |
| ALINE DE SOUSA ALENCAR | 01540889351 |
| ALINE DOS SANTOS DIAS | 07142753609 |
| ALINE GODINHO FERREIRA SILVA | 10956740723 |
| ALINE GOMES DA SILVA | 01446653609 |
| ALINE LEITE MELO | 04773042494 |
| ALINE MAIA ROCHA | 01189878364 |
| ALINE MINELVINO OLIVEIRA | 07897234681 |
| ALINE PALLAORO GARCIA | 06594904981 |
| ALINE REIS | 07646142662 |
| ALINE RODRIGUES DE ASSIS | 05390453654 |
| ALINE SALES VASCONCELOS | 65662113300 |
| ALINE SANTOS SOARES DE LIMA | 10792505735 |
| ALINE SARAIVA MARTINS | 01357928351 |
| ALINE SENA DA COSTA | 00586841156 |
| ALINE TERRA RIOS ZAMPIER | 11218845716 |
| ALINE TRUGILHO FERRARI | 10560013728 |
| ALINE VIEIRA BENTO | 66883148353 |
| ALINNE SANTOS TEIXEIRA | 00713854529 |
| ALINY ANTENIS FERREIRA ARAUJO | 04402361699 |
| ALISSON DANTAS DE MEDEIROS | 02106737378 |
| ALISSON DE OLIVEIRA MENESES | 02542565384 |
| ALLAN SOUSA TELES | 08935250651 |
| ALLYSON ROMERITTO JUSTINO COSTA | 05372457406 |
| ALLYSSON MATOS PORTO SILVA | 01884265588 |
| ALMIR LAGES COSTA MELO | 02517092303 |
| ALOIZIO VERAS MOURAO JUNIOR | 01789641314 |
| ALUISIO AUGUSTO GONCALVES CUNHA | 08768720629 |
| ALUISIO ROSA GAMEIRO FILHO | 06844538944 |
| ALYNE LAYANE PEREIRA LEMOS | 02319643311 |
| ALYNNE MAYANE CARVALHO COSTA | 96749601391 |
| ALYRIO MOURAO OLIVEIRA VALERIO | 07945859658 |
| ALYSSON FERREIRA BATISTA | 03390293663 |
| ALYSSON FREITAS DE SALLES | 96359250349 |
| ALYSSON GOMES LUSTOSA | 85897523304 |
| ALYSSON SALES MELO | 02173745301 |
| AMANDA ALMEIDA MIRANDA | 00987013394 |
| AMANDA CHRISTINA SALLES BERNARDO | 35161252847 |
| AMANDA CRISTINA DE SOUZA CHAVES | 02465678132 |
| AMANDA DO VALE MONTEIRO | 01349736317 |
| AMANDA MARIA MENEZES DANTAS | 03549899360 |
| AMANDA MORAES DE MEDEIROS | 06883764445 |
| AMANDA MOREIRA DE ABREU | 87155729272 |
| AMANDA OLIVEIRA BENEVIDES | 08947685658 |
| AMANDA PEREIRA DOS SANTOS | 12785937724 |
| AMANDA RENATA DA SILVA MELO | 04836805406 |
| AMELIA GALDINA MATOS | 07057170629 |
| AMELINA VERAZEZ SAMPAIO OLIVEIRA | 07231498604 |
| AMPARO CARMEN ROSALIA NARVAEZ VARGAS | 60042286301 |
| ANA CARLA LOPES DE ALBUQUERQUE | 04879905445 |
| ANA CAROLINA BASTOS MAGALHÃES DE FARIAS | 00980438381 |
| ANA CAROLINA BORBA SIVINI | 04160781411 |
| ANA CAROLINA FERNANDES DE OLIVEIRA | 06208065402 |
| ANA CAROLINA FIGUEIRA MIRANDA | 01770134514 |
| ANA CAROLINA LAHAUD RAMOS | 12359321765 |
| ANA CAROLINA LIMA PINHEIRO | 00825234360 |
| ANA CAROLINA PARENTE VIANA | 01646948386 |
| ANA CAROLINA RIBEIRO SILVA | 07596566650 |
| ANA CAROLINA VIEGAS DE OLIVEIRA | 12409092764 |
| ANA CECILIA ALVES CARVALHO | 07546312655 |
| ANA CECILIA DIAS DE OLIVEIRA | 06408270638 |
| ANA CECILIA MOURA DA SILVA | 02500249344 |
| ANA CECILIA STORINO CORREA DA SILVA | 05300686999 |
| ANA CLARA VIEIRA DE CASTRO | 01575920140 |
| ANA CLAUDIA MEDEIROS DE OLIVEIRA | 07215629490 |
| ANA CLAUDIA NAZARENO DOS ANJOS CARRIJO | 97343340182 |
| ANA CRISTINA PINHEIRO LEAO | 06789794646 |
| ANA CRISTINA SANTI DENGO | 00547526040 |
| ANA CRISTINA TEIXEIRA VIANA LIMA DE SOUZA | 01064209335 |
| ANA ELIDA NOGUEIRA SOUZA | 00261390309 |
| ANA ESTHER DE OLIVEIRA MORTERA | 00204976103 |
| ANA FLAVIA BERNARDES DE SOUSA | 07887880602 |
| ANA FLAVIA SALAI | 06164702909 |
| ANA FLAVIA VILLAR DE FREITAS | 06175613465 |
| ANA GABRIELA GUIMARAES ANDRADE | 98915657187 |
| ANA GABRIELA NAVES DA FONSECA | 08652530645 |
| ANA GLORIA CARNEIRO DE CARVALHO | 00121619346 |
| ANA HELENA RAMALHO DE SOUZA | 05344600461 |
| ANA ISMENIA CORDEIRO GOMES | 01011370522 |
| ANA KARLA FARIAS DA COSTA | 01159612323 |
| ANA KATRINE COSTA CARVALHO | 01222657341 |
| ANA KELLY SANT ANA GUEDES | 01410979490 |
| ANA LAISSA OLIVEIRA AGUIAR NAZION | 06161893460 |
| ANA LARISSA PINHEIRO MUNIZ | 90907418287 |
| ANA LILLIAN CAMPOS CARVALHO FEITOSA | 01385317302 |
| ANA LUISA BARBOSA BELARMINO | 01540247325 |
| ANA LUISA GOMES MENDES | 01650384629 |
| ANA LUIZA COELHO STEHLING SILVEIRA | 08997265695 |
| ANA LUIZA MARTINS DA MOTTA | 12437145737 |
| ANA LUIZA VALLE ESTEVES | 00317027247 |
| ANA MARCIA LIMA FEITOSA | 00051327384 |
| ANA MARIA MONTEIRO LIMA | 06097009445 |
| ANA MARTHA BARBIERI AZEVEDO DA SILVA | 00820878065 |
| ANA MONICA PINTO MOREIRA | 00804027390 |
| ANA PATRICIA MARTINS DUTRA | 06369202401 |
| ANA PATRICIA PIERRE JUSTO | 00987211358 |
| ANA PATRICIA SANTOS DE OLIVEIRA | 04226451503 |
| ANA PAULA REGO DE OLIVEIRA | 99854643549 |
| ANA PAULA SILVA | 03541683473 |
| ANA RANIELE RODRIGUES LINHARES | 01206512032 |
| ANA TAISA BARBOSA DE MENDONCA | 02946135365 |
| ANA VALESCA LEITE BARBOSA | 01062607317 |
| ANA VALESKA VASCONCELOS GARCIA | 02709781352 |
| ANALANY PEREIRA DIAS ARAUJO | 06670770499 |
| ANALINE ALVES CORREIA DE LIMA | 07180311480 |
| ANALY LUANNE BOGARIN RIBEIRO | 06635068910 |
| ANAMARIA NUNES MONTEIRO | 04075440460 |
| ANANDA MENEZES SANTOS PEREIRA | 01013272501 |
| ANDERSON ALÉCIO DAMASCENO GOMES | 05804994484 |
| ANDERSON ALVES DA SILVA | 01022837109 |
| ANDERSON CESAR DE OLIVEIRA | 05330507669 |
| ANDERSON CLEYTON DE ARAUJO CAMPOS | 02925489664 |
| ANDERSON DE LIMA MARTINS | 05860421486 |
| ANDERSON EMANUEL CALIOPE CASTELO BRANCO MOURAO | 02481452313 |
| ANDERSON KLEM SILVEIRA | 01616079690 |
| ANDERSON LOPES DE SOUSA | 90565460315 |
| ANDERSON LUIZ CASTRO SANTIAGO | 00207178577 |
| ANDERSON MAIA LOPES | 05588474473 |
| ANDERSON MARCIANO RUAS LOPES | 07425476630 |
| ANDERSON SANTANA LIMA | 00683672525 |
| ANDERSON SOARES MACEDO | 02559038390 |
| ANDRE ALEXANDRE RAPOSO DINIZ | 06749746624 |
| ANDRE AMORIM CALLOU | 01364592347 |
| ANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA | 06236978905 |
| ANDRE BARBOSA MOREIRA | 04468032600 |
| ANDRE CAZARRE TAVARES | 80292445091 |
| ANDRE DE OLIVEIRA MARQUES | 51216698287 |
| ANDRE DUARTE DA COSTA | 00818008431 |
| ANDRE FERNANDO TANNOURI GARBIN | 06051358943 |
| ANDRE FERREIRA DE LIMA | 60025811380 |
| ANDRE FILIPE LIMA RODRIGUES ALVES | 06898187422 |
| ANDRE GUSTAVO PEIXOTO CONCEICAO | 01328607321 |
| ANDRE HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS | 04715714663 |
| ANDRE JUNQUEIRA DE ALMEIDA | 10358703719 |
| ANDRE LEITE DA SILVA | 06124477408 |
| ANDRE LUIS CANGUSSU | 06799501684 |
| ANDRE LUIS DE ALBUQUERQUE MAGIOLI | 12683414790 |
| ANDRE LUIS DE FREITAS GOBBI | 10964012740 |
| ANDRE LUIZ ANDRADE PRADO | 00019793537 |
| ANDRE LUIZ CARNEIRO MARTINS CHAVES | 02122218177 |
| ANDRE LUIZ PINTO CARLOS | 00403836360 |
| ANDRE LUIZ SANTOS | 01770912584 |
| ANDRE MACEDO DE OLIVEIRA | 92391460325 |
| ANDRE MAGALHAES LIMA | 03203609541 |
| ANDRE MARQUES LACERDA | 06072520650 |
| ANDRE NUNES BENEVIDES | 01013820304 |
| ANDRE PINHO SAMPAIO | 02578045364 |
| ANDRE SANTOS E JENER | 06029611658 |
| ANDRÉ SILVEIRA POUBEL | 10439354790 |
| ANDREA CAROLINA INÁCIO SALINA | 84157631234 |
| ANDREA CRUZ DE SOUZA | 21673413854 |
| ANDREA FIGUEIREDO DE ALENCAR | 89792335315 |
| ANDREA PEREIRA DE FREITAS | 02382122382 |
| ANDREA RIBEIRO MOREIRA | 02799930565 |
| ANDREA TELINO MACAU | 06996657440 |
| ANDREA VALLE CALHEIROS | 75707519300 |
| ANDREI BARROSO FIGUEIREDO | 07960708657 |
| ANDREIA CRISTINA BALBINO | 37032979807 |
| ANDREIA GIORDANA BASTOS | 61898732353 |
| ANDREIA KARLA ANACLETO DE SOUSA | 05165779483 |
| ANDRESSA ALENCAR ARAUJO MAIA | 05270115417 |
| ANDRESSA LIMA SIQUEIRA | 07409186640 |
| ANDRESSA ROLIM FREITAS | 01084969378 |
| ANDRESSA VASCONCELOS GOMES DE MENEZES | 06707514482 |
| ANDREY BATISTA DA SILVA | 01332374433 |
| ANE LARISSA BARRETO MARTINS | 00541771388 |
| ANELISE MARIA FONSECA PINHEIRO | 05223068459 |
| ANELISE VILELA MARTINS DE OLIVEIRA MATOS | 01464401101 |
| ANELLYSA PEREIRA CAVALCANTE | 05395133429 |
| ANGELA LORENA SILVEIRA DE MENDONÇA | 08128486675 |
| ANGELICA GOMIDES DOS REIS GOMES | 09949370671 |
| ANGELINA ALVES BELEM MORAIS | 02665742381 |
| ANILDO DE SOUSA CARVALHO | 86956329549 |
| ANNA DOROTHEIA BEZERRA DE SOUZA | 02744353302 |
| ANNA KARINY DE SOUSA NAZARETH | 01109439377 |
| ANNA PAOLA BARBOSA PEREIRA | 07310598679 |
| ANNAPAULA LEONCIO ALMEIDA SILVA | 06153390420 |
| ANNE CAROLINY SOARES SIQUEIRA | 60016912314 |
| ANNE ELISE CRUZ DO CARMO CHAVES | 94655162287 |
| ANNE GABRIELLE ROZA E DANTAS | 06243601480 |
| ANTONIO ADOLFO LIMA ROCHA | 83587780587 |
| ANTONIO BRUNO DE MEDEIROS LIMA | 01195729316 |
| ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR | 02093086131 |
| ANTONIO CARVALHO NETO | 11176818740 |
| ANTONIO CASTELAN DA CUNHA | 07244997922 |
| ANTONIO COELHO GALVAO JUNIOR | 99328291372 |
| ANTONIO DANILO MOURAO MELO | 00482829362 |
| ANTONIO DE PADUA SANTOS LANNA | 06171127620 |
| ANTONIO DEMONTIEU AURELIO SOARES JUNIOR | 65738233387 |
| ANTONIO DJALMA DE SOUSA JUNIOR | 04514630489 |
| ANTONIO ENEAS VIEIRA FILHO | 02690786303 |
| ANTONIO ERMERSON FERREIRA DE LIMA | 02681165393 |
| ANTONIO GILSON SAMPAIO COELHO JUNIOR | 00492896321 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| ANTONIO GOMES NETO | 00254141358 |
| ANTONIO GONCALVES DE SA FILHO | 06926849480 |
| ANTONIO LUCAS ARAUJO NETO | 05542210473 |
| ANTONIO LUIS SILVA | 64201546349 |
| ANTONIO MARCELO MACIEL RABELO | 65902300304 |
| ANTONIO MOREIRA SANTOS | 03026812560 |
| ANTONIO REINALDO DE SOUSA FILHO | 01251868355 |
| ANTONIO RIVAS GALINDO NETO | 36268002881 |
| ANTÔNIO RODRIGUES COIMBRA NETO | 02811899359 |
| ANTONIO VICTOR LOSSIO COUTO | 02679419359 |
| AQUÍRIA AZEVEDO MEIRA | 01633574555 |
| AQUYLLES SILVA MAGALHAES | 02834361312 |
| ARIANA SILVA MARTINS | 01942548524 |
| ARIANE LIMA FERREIRA | 02514603129 |
| ARICESA GELIANE FARIAS RIBEIRO | 01094020303 |
| ARICIA DE ALENCAR ARRAIS MOTA | 01254133356 |
| ARINALDO DE SOUSA ALMEIDA | 72799226353 |
| ARISTIDES MEMORIA TAUMATURGO NETO | 00295706384 |
| ARLEY GOMES LOPES | 04517656640 |
| ARMANDA ARAUJO VASCONCELOS | 01009968335 |
| ARNALDO PAULINO DANTAS NETO | 06516379459 |
| ARTHUR ANDRADE DO NASCIMENTO ROCHA | 02561893154 |
| ARTHUR ARAUJO MASSOUD SALAME | 93336772249 |
| ARTHUR BARBOSA CARNEIRO | 05859532440 |
| ARTHUR DE CARVALHO SIEBRA | 02218817357 |
| ARTHUR DE OLIVEIRA LIMA | 01969152362 |
| ARTHUR DIEGO BERENGUER PINHEIRO LIMA | 00837309310 |
| ARTHUR LIMA | 06409505400 |
| ARTHUR RIBEIRO DA COSTA | 02083707303 |
| ARTHUR TORRES LAGE | 05773208407 |
| ARTHUR VIER PEREIRA | 81511817020 |
| ARTUR COSTA BORGES | 73566152153 |
| ARTUR DE VASCONCELLOS MUNIZ | 00568532384 |
| ARTUR HENRIQUE DINIZ COSTA | 06194380616 |
| ARTUR POLANO SPREAFICO | 36963522847 |
| AUGUSTO SANTOS SILVEIRA MADUREIRA | 02432100514 |
| AUREA MAILA ALBUQUERQUE | 07200701475 |
| AVHA CLARICE PAIXAO SOARES | 07412555456 |
| BARBARA ARRAES GUEDES MACEDO | 37006769809 |
| BÁRBARA GOMES DOS SANTOS | 02260144101 |
| BARBARA KERN NOEL | 10874140757 |
| BARBARA MARIA FIGUEIREDO DE PONTES | 04464500498 |
| BARBARA MOURA CARRASCO | 07566855670 |
| BARBARA PESSOA DE MATOS | 01267482680 |
| BARBARA RIBEIRO DE BELMONT FONSECA | 06683969469 |
| BARBARA ROLIM CHAVES | 00416051367 |
| BÁRBARA SANTANA REBOUÇAS | 01420253565 |
| BARBARA SOUZA CUNTO SOBRINHO | 01656620693 |
| BARTIRA DOURADO RIBEIRO | 01381945562 |
| BEATRIS MENEGAZ | 98323326053 |
| BEATRIZ CARGNIN HENRIQUE | 03532994992 |
| BEATRIZ REGINA DE FATIMA NAVROTSKI | 05891030918 |
| BEDA BARROS BARKOKEBAS | 03980124401 |
| BELKIS AZEVEDO DAHER | 88504700291 |
| BERNARDO DE SOUZA ALMEIDA | 08019721673 |
| BETHANIA CHRISTINA DE SOUZA ROCHA | 10794694780 |
| BHAGAVAN DE CASTRO COELHO | 02158350342 |
| BIANCA BORGO | 11442022728 |
| BIANCA DE OLIVEIRA SANTANA | 76601633291 |
| BIANCA HONDA GERLIN | 10179258796 |
| BIANCA JUGURTA VIEIRA DE LIMA ALVES | 06142334451 |
| BIANCA LUIZA BORGES SIMÕES | 07281550790 |
| BIANCA MACEDO MONTEIRO | 88410064200 |
| BIANKA MOREIRA VIANA MENDONCA BRITO | 00831652314 |
| BRENDA CAROLINA MUNIZ LOURINHO | 00425021360 |
| BRENDA DA ROCHA JAMBO LINS | 04623145450 |
| BRENO ALTOE LOPES | 11450051790 |
| BRENO BARBOSA DE SIQUEIRA CARNEIRO | 05489462485 |
| BRENO BEZERRA ARRUDA CAMARA | 05051594492 |
| BRENO BRAGA BASTOS | 66983568320 |
| BRENO COTTA COELHO | 07546923611 |
| BRENO DE CASTRO GUIMARAES | 00357514360 |
| BRENO FERNANDES PASCOAL TORQUATO DO REGO | 04369643414 |
| BRENO FERNANDES VILARINHO | 72933640163 |
| BRENO MENEZES ROCHA | 07054652681 |
| BRENO SALES CALLOU TORRES | 02226789332 |
| BRESSAN BONFIM DOS SANTOS SOUZA | 01416563520 |
| BRUNA CORTES RODRIGUES | 01146526199 |
| BRUNA INOJOSA DA COSTA LIMA | 06093749401 |
| BRUNA ISABELLA E SILVA | 06458314418 |
| BRUNA LIMA DAHER | 07778753650 |
| BRUNA MARYELLE BEZERRA GONDIM | 01889884324 |
| BRUNO AGUIAR PINHEIRO | 01258000105 |
| BRUNO ALVES VENTO | 02260122124 |
| BRUNO BATISTONE BERTACHI | 04475211956 |
| BRUNO BORGES SILVESTRE | 51501074253 |
| BRUNO BUDICIN | 36517412816 |
| BRUNO CALIFE MOTA | 06700321409 |
| BRUNO CARNEIRO BANDEIRA | 07300459439 |
| BRUNO CASCARDO SALVADOR | 06875282674 |
| BRUNO CESAR ALBUQUERQUE DOS SANTOS | 05025590477 |
| BRUNO CEZAR DE MENDONCA UCHOA JUNIOR | 07165325492 |
| BRUNO COSTA MONTEIRO | 01362783374 |
| BRUNO CUNHA DA MOTA | 02482348110 |
| BRUNO DE CARVALHO VASCONCELOS | 99768453591 |
| BRUNO DE MELO PRATA MENDONÇA | 02481105192 |
| BRUNO DE OLIVEIRA PACHECO | 05288773645 |
| BRUNO DE ORNELLAS GOMES ATOBE | 33962411852 |
| BRUNO DO AMARAL FONSECA ARAÚJO | 09751358647 |
| BRUNO EDUARDO ROCHA ALENCAR | 05085383435 |
| BRUNO EMMANUELI DE OLIVEIRA SILVA | 02285171501 |
| BRUNO EZON FERRAZ PAMPONET DE CERQUEIRA | 61696161304 |
| BRUNO FERNANDES CAVALCANTE | 07519888479 |
| BRUNO FRANCISCO FOLADOR | 04085057960 |
| BRUNO HOLTZ MARINHO | 36525218896 |
| BRUNO JAHEL MARIGO | 08756374690 |
| BRUNO LAZARO RAMOS RANGEL | 05689633429 |
| BRUNO LEONARDO BARBOSA MACHADO | 06045250443 |
| BRUNO LINHARES AZEREDO CORREA | 11705997708 |
| BRUNO MACEDO DE LIMA CAMPOS | 05457608441 |
| BRUNO MATEUS DE ALBUQUERQUE LOBO COSTA | 04907339488 |
| BRUNO MOTA ALBUQUERQUE | 98914944387 |
| BRUNO NOGUEIRA CÉSAR | 00380648393 |
| BRUNO PINTO XAVIER | 78116023420 |
| BRUNO PLACIDO DAMASCENO DE OLIVEIRA | 04924796409 |
| BRUNO QUEIROZ MACHADO | 02224597193 |
| BRUNO RAFAEL SOUSA ROSADO | 01049452305 |
| BRUNO ROBERTO DA SILVA FERREIRA | 00636832376 |
| BRUNO RODRIGUES DE MIRANDA | 03411654333 |
| BRUNO SCORALICK PEREIRA | 08393116643 |
| BRUNO SILVA BARON | 09877662795 |
| BRUNO SOUZA BRABO | 52848620234 |
| BRUNO TEIXEIRA MOTA | 00228808367 |
| BRUNO TOSHIO TAKESHITA | 04695929902 |
| CACILDA GALVAO MARTINS | 12535990334 |
| CAIO BARROS FIGUEIREDO | 36900085814 |
| CAIO BRANDÃO E VASCONCELOS | 01379602394 |
| CAIO CESAR ALMEIDA TORRES | 00869625314 |
| CAIO DE MELLO SALES | 00332978354 |
| CAIO FABIO EGIDIO MIRANDA DE OLIVEIRA * | 67029140320 |
| CAIO HENRIQUE GONCALVES PIOVAN | 36605185811 |
| CAIO TORRES MARTINS FONTENELE | 00498627314 |
| CAIO VISALLI LUCENA DA CUNHA | 05261633486 |
| CAIO WERNER SANTANA SANTOS | 03704414514 |
| CAMILA ALBUQUERQUE DINIZ | 96191694334 |
| CAMILA ALVES SOUTO FAUSTO | 01024452492 |
| CAMILA ARAUJO DANTAS | 01829916106 |
| CAMILA ARAUJO GALINDO | 05607552446 |
| CAMILA BALBI LIMA | 01539234665 |
| CAMILA BOFF | 00451611004 |
| CAMILA CAVALCANTE DE QUEIROZ | 02905968311 |
| CAMILA CHRISTINE BARROS NOGUEIRA | 99172526300 |
| CAMILA COELHO BITTENCOURT | 08982853642 |
| CAMILA CRISTIANE SILVA CAMELO | 07630365608 |
| CAMILA DAMASCENO DE PONTES MEDEIROS | 62894846304 |
| CAMILA FERREIRA DE MELO | 05568316406 |
| CAMILA FREIRE SALEM DE MIRANDA | 06511713423 |
| CAMILA GURGEL LOBO | 02192511345 |
| CAMILA LOUREIRO DAS CHAGAS CAMPELO | 06309761471 |
| CAMILA MAILA BELTRAO DA SILVA | 02098060360 |
| CAMILA MARIA DA COSTA GADELHA | 03212922354 |
| CAMILA MENDES DA SILVA | 91631009249 |
| CAMILA NEIVA LEMOS SILVA | 01680255584 |
| CAMILA PEREIRA DA SILVA | 08859591678 |
| CAMILA PRONER | 06635798994 |
| CAMILA RIBEIRO COUTINHO HONORIO | 07413585499 |
| CAMILA ROBERTA BRANDT | 04493979984 |
| CAMILA SILVA THE CARDOSO | 01490296328 |
| CAMILLA DOS SANTOS PEREIRA MESQUITA | 60000458325 |
| CAMILLA GOMES DA CRUZ | 67070531320 |
| CAMILLA GOMES LUNA CRUZ | 01384853480 |
| CAMILLA LUNA ARAUJO | 07229023440 |
| CAMILLA MARIA VASCONCELOS RIBEIRO | 02470109361 |
| CAMILLA QUEIROGA DANTAS | 06287597461 |
| CAMILLE CARNEIRO DA CUNHA PARAHYBA | 02080291335 |
| CAMILLE NOGUEIRA REIS GURGEL | 11239857748 |
| CAMYLLE REIS FIGUEIREDO | 03384956575 |
| CANDICE ALVES TAVARES ARAUJO | 02530537305 |
| CARINE DA SILVA CRUZ | 81113137568 |
| CARLA AKEMI MENDES SAITO | 32108946802 |
| CARLA BRITO MENDES | 06199644484 |
| CARLA CRISTINE DA SILVA | 04711352910 |
| CARLA FRANCO COSTA LIMA | 01549904345 |
| CARLA KNUST BASTOS | 36765061894 |
| CARLA LIZ VIENA | 02188634543 |
| CARLA MARIA BATISTA FERREIRA | 01019230584 |
| CARLA MESSIA BARROS DE SOUSA | 01703254317 |
| CARLA RABELLO DE FREITAS | 31167599870 |
| CARLA REGINA COELHO | 76505367268 |
| CARLA TATIANA CIDES PEREIRA | 30762639865 |
| CARLISA SILVER E SILVA | 07802727650 |
| CARLOS ALBERTO CORREA DE SA JUNIOR | 05688284617 |
| CARLOS ALBERTO DA CRUZ NETO | 02940951365 |
| CARLOS ALBERTO FERREIRA | 06525228662 |
| CARLOS ALBERTO MACEDO SECUNDO FILHO | 03255082323 |
| CARLOS ALBERTO ROCHA DAMASCENO | 01464407304 |
| CARLOS ALEXANDRE LIMA LINHARES | 83524517315 |
| CARLOS ANDRÉ MONT'ALVERNE SILVA | 00625969340 |
| CARLOS ANTÔNIO LIMA JUNIOR | 05399256401 |
| CARLOS BRENO FARIAS BRAGA | 00353578355 |
| CARLOS DIEGO JACOME DE LIMA | 01425428495 |
| CARLOS EDUARDO ALVES BATISTA | 90792106334 |
| CARLOS EDUARDO DE MELO LEITE | 65719409300 |
| CARLOS EDUARDO DO CARMO ARAGÃO | 00596126573 |
| CARLOS EDUARDO FRANCO DO NASCIMENTO | 93073720391 |
| CARLOS EDUARDO NASCIMENTO GALVAO | 05428187441 |
| CARLOS EDUARDO RAMALHO DE LIMA | 06471604475 |
| CARLOS EMIDIO DA COSTA MESQUITA | 01601581335 |
| CARLOS FARIAS GREGORIO BEZERRA | 01590762347 |
| CARLOS IRAY DE SOUSA JUNIOR | 92409121349 |
| CARLOS VIRGILIO DE ANDRADE CHAVES | 64726223372 |
| CARLSON CAMILO SANTOS DE CERQUEIRA | 01600731546 |
| CARMEM MARIA BRITO ACHY | 13099752568 |
| CAROLINA ALICE SILVA DO NASCIMENTO | 02279404583 |
| CAROLINA ALVES MARTINS GUERRA | 07040514605 |
| CAROLINA AMARAL DE OLIVEIRA VIEGAS | 05595542900 |
| CAROLINA BAQUEIRO DA SILVA | 03038544566 |
| CAROLINA BARONE | 01810978009 |
| CAROLINA BUENO DE GOUVEA | 31617763802 |
| CAROLINA CAVALCANTE DANTAS | 00573584354 |
| CAROLINA DE CASTRO SANTOS RODRIGUES | 01570952663 |
| CAROLINA FALCAO LESSA | 05621329457 |
| CAROLINA GAMBETTA PAIM | 34236850850 |
| CAROLINA GUIMARAES VISCO | 02851595504 |
| CAROLINA LIMA DE ABREU TEIXEIRA | 87790858300 |
| CAROLINA LIMA MOURA | 01559600594 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| CAROLINA LOPES DE MELO | 06551006604 |
| CAROLINA PEREIRA RIBEIRO DE ASEVEDO | 07220100442 |
| CAROLINA ROCHA MACHADO | 02322281166 |
| CAROLINA VELOSO RIBEIRO | 03174191106 |
| CAROLINA VIEIRA ALVES RESENDE LAMOUNIER | 01263004610 |
| CAROLINE ALCURE PINTO | 11206013710 |
| CAROLINE BASTOS CYRINO | 12044550741 |
| CAROLINE BRAGA BARROSO | 02578231311 |
| CAROLINE COELHO PIMENTEL | 00603603300 |
| CAROLINE DARCK AMORIM TELES | 02057125335 |
| CAROLINE LIMA DE OLIVEIRA | 51571471200 |
| CAROLINE NASCIMENTO MAIA | 92387489268 |
| CAROLINE SALOMAO SIMOES | 37062554804 |
| CAROLINE SANCHO SILVA SANTOS | 03330159596 |
| CAROLINE SILVA RAMOS | 01726123308 |
| CAROLINE TOBIAS NAVEGA LOUZADA | 02790585199 |
| CAROLINE VIANA BATISTA | 04636725425 |
| CAROLYNA PATRICIO DE ALMEIDA | 02191239340 |
| CASSIA CRISTINA CESAR COSTA DE CAMPOS | 03953512439 |
| CASSIA TAKAKO OMAGARI | 13720318800 |
| CASSIA TALITA SOUSA LEITE | 01321431350 |
| CASSIO SILVEIRA DE JESUS | 03336954533 |
| CATARINA CAVALCANTI CALLOU DE LUCENA | 05563387402 |
| CATARINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO | 06895136401 |
| CATARINA LETICIA RODRIGUES BARBALHO | 72517921253 |
| CATARINA MARIA DE SENA | 00781875404 |
| CATARINA TEIXEIRA CASTRO | 01352006529 |
| CATHERINE MARJORIE STUDART LEITÃO | 02726922392 |
| CECILIA LAMEIRINHAS LONGO | 12919680757 |
| CECILIA MARIA PEREIRA SANTOS | 33902340800 |
| CECILIA MARIA RODRIGUES DE FRANCA PEREIRA | 06084336671 |
| CECILIA MONTEIRO RODRIGUES | 06455949463 |
| CECILIA SILVA MACHADO | 08318173643 |
| CELESTE AÍDA LUNA SANTANA PIRES | 00050948369 |
| CELINA CEZAR BULHOES | 02150759519 |
| CELSO ELIAS NOGUEIRA LOPES JUNIOR | 01953587321 |
| CESAR ANDRES BASTOS PLAZA | 12529112703 |
| CESAR CHALUB CRUZ | 06204608657 |
| CESAR CORREA AMADO | 27546960835 |
| CESAR DUARTE DO NASCIMENTO JUNIOR | 04399656913 |
| CESAR FREIRE DE MELO VASCONCELOS | 07018085438 |
| CESTENIO DE OLIVEIRA MAGALHAES NETO | 03571200438 |
| CHARLES SARAIVA GADELHA | 00876476485 |
| CHIÁRI TEIXEIRA DE MENDONÇA | 01366595351 |
| CHRISTIANE DIVA CAMPOS VENEROSO | 07394272613 |
| CHRISTIANE YUMI SILVA SHIGUEYAMA | 31726142809 |
| CHRISTIANO DORNELLES DE MORAIS SILVA | 08607235699 |
| CIBELE PEIXOTO LEITE | 01046189301 |
| CIBELY GONCALVES AQUINO | 00618400176 |
| CICERA CARIZIA GONÇALO DOS SANTOS GALDINO | 00690493355 |
| CICERO DIEGO SOARES DOS SANTOS | 97630349300 |
| CICERO GIGLIANE BEZERRA SARAIVA | 64838960344 |
| CICERO THIAGO MACEDO CRUZ | 65698282315 |
| CINTHIA VALERIA OLIVEIRA MEDEIROS | 64098893304 |
| CINTHYA LUCENA MARINHO | 01076312454 |
| CÍNTIA BARROS DE QUEIROZ | 06931151657 |
| CINTIA PEREIRA DE SOUZA | 07761434689 |
| CINTIA SANTOS BRAGHIROLI | 37001008842 |
| CIRCE BREDER SOARES DA CUNHA | 06643478600 |
| CIRO HENRIQUE LOUSADA FERREIRA | 05303926745 |
| CIRO RUAS JUNIOR | 01379871611 |
| CLARA SALLES FIGUEIREDO | 03371148548 |
| CLARISIA COHEN ARCANJO DA SILVA | 05319338490 |
| CLARISSA AZAMBUJA RAMANAUSKAS | 78026121287 |
| CLARISSA DE MAGALHAES PEREIRA | 90511590210 |
| CLARISSA MAGALHAES MORAIS FREIRE | 06910488431 |
| CLARISSA MONTEIRO DA SILVA | 10715318756 |
| CLARISSA ROCHA SILVA | 01618877160 |
| CLARISSA VIANA GRECO | 07079905648 |
| CLARISSE CORTEZ SOUSA | 99307243387 |
| CLAUDIA CASTILHO MOUCO | 34007076863 |
| CLAUDIA MARIA TORRES DE CARVALHO BARBOSA | 01352320746 |
| CLAUDIANE DE PAULA BASTOS | 89388275349 |
| CLAUDIO FREITAS RAMOS | 06391178640 |
| CLÁUDIO HENRIQUE DE ASSIS FERREIRA | 00143222341 |
| CLAUDIO PEREIRA REZENDE NETO | 06248006954 |
| CLAUDIO RIBEIRO BELLO | 80149871520 |
| CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA FILHO | 02944249118 |
| CLEBER AGUIAR DA SILVEIRA | 00012127108 |
| CLEDIANNE ZILLAH MELO AMORIM | 05213837492 |
| CLENITO JOSE MONTEIRO JUNIOR | 02020118521 |
| CLEYVISON SEBASTIÃO GONÇALVES FARIAS | 81573090263 |
| CLEZIO SOARES MORATO | 06680413664 |
| CLOVES ALVES MOUTINHO JUNIOR | 06136853698 |
| CONSTANCE ALMEIDA DE ALENCAR ARAUJO | 61933040378 |
| CRISTIANA RODRIGUES TEÓFILO | 01512821373 |
| CRISTIANE APARECIDA MENDES | 07919543665 |
| CRISTIANI SANTANA DA SILVA | 10040635716 |
| CRISTIANO BALERO MIYAHARA | 35348146811 |
| CRISTIANO GOES DO NASCIMENTO | 78842662291 |
| CRISTIANO OLIVEIRA RABELO | 77778847353 |
| CRISTIANO PEREIRA NUNES LIMA | 78399955353 |
| CRISTINA JUNGES HARTMANN | 01202661050 |
| CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS | 04459979900 |
| CRISTOVÃO ALVES LIMA | 02434762301 |
| CRISTOVÃO CUSTODIO NUNES FILHO | 00876379790 |
| CYNTHIA ELIAS SOARES ALVES | 74031104391 |
| CYNTHIA GOMES BORGES | 00685988317 |
| CYNTHIA NUNES ALVES SIQUEIRA | 00966741480 |
| CYNTHIA RAMOS TEJO | 07035867422 |
| CYNTIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA SAMPAIO | 01628223596 |
| CYSSA DE SOUZA MARTINS ALENCAR | 03000719571 |
| DAIANA MONTEIRO TAVARES BEZERRA | 62412159300 |
| DAILTON SANTANA LIMA FILHO | 07304855606 |
| DANDARA COSTA SANTOS | 03070795382 |
| DANIEGE MARIA DOS SANTOS COUTO | 23574739400 |
| DANIEL AYREMORAES BATISTA | 01608826309 |
| DANIEL BARROS ROGERIO | 06908882446 |
| DANIEL BESERRA BONIFACIO | 06293108400 |
| DANIEL BONETTI ZANATTA | 04308897980 |
| DANIEL BRANDENBURG | 80735606072 |
| DANIEL CARLOS DA ROCHA GEMENTI | 10066278716 |
| DANIEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA | 01064164480 |
| DANIEL COELHO SILVEIRA | 03330628502 |
| DANIEL COUTO GUIMARAES | 02477553380 |
| DANIEL DE QUEIROZ CHAVES | 91729939368 |
| DANIEL GARCIA ALENCAR SOUSA | 01013485335 |
| DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA | 05396690917 |
| DANIEL LOPES IMPERIANO | 05894847451 |
| DANIEL MATOS GASPAR | 94085951220 |
| DANIEL PEREIRA BARROS | 98686992315 |
| DANIEL PORTO MENDES | 00673644545 |
| DANIEL REBOUCAS DE ALMEIDA | 00868791466 |
| DANIEL SAMPAIO MUNIZ FERREIRA | 02855192552 |
| DANIEL SOARES ESTRELA ABRANTES | 67241441320 |
| DANIEL SOUZA OLIVEIRA | 00471278564 |
| DANIELA ALMEIDA RIBEIRO | 96273151504 |
| DANIELA CANAVEZI | 03632128928 |
| DANIELA CAVALCANTE GARCIA | 83538810559 |
| DANIELA DA SILVA LOPES | 02210620503 |
| DANIELA DE LIMA GUERRA | 07180226459 |
| DANIELA DE SOUSA MENEZES | 35672248837 |
| DANIELA HELENA ALCANTARA ASSIS | 00982494602 |
| DANIELA ROLIM AMORIM | 07144744607 |
| DANIELA TOLEDO DE AGUIAR | 35851931884 |
| DANIELE MENDES DE OLIVEIRA | 01907829199 |
| DANIELLA BARRETO ASSAD DE BARROS | 06594343424 |
| DANIELLE BARRETO OLIVEIRA DE MENEZES | 05683389445 |
| DANIELLE CAVALCANTE PERAZZO VALADARES | 02918558494 |
| DANIELLE COSTA CAVALCANTE DE ALMEIDA | 02612241400 |
| DANIELLE MARQUES BICALHO | 01577044673 |
| DANIELLE MARQUES CARVALHO | 93025483334 |
| DANIELLE MELO SACRAMENTO | 83361693500 |
| DANIELLE PESSÔA MACHADO | 08252268641 |
| DANILO ALEXANDRE COSTA | 06589551448 |
| DANILO BRINGEL LANDIM | 00341546399 |
| DANILO BRUNO MEIRA MATIAS | 03539038507 |
| DANILO COSTA PEREIRA | 71664777172 |
| DANILO DINIZ RIBEIRO ALVES | 05250018670 |
| DANILO DOURADO BEZERRA | 81700598520 |
| DANILO FEITOZA FRAGA | 03330259540 |
| DANILO LADEIA MUINOS DE ANDRADE | 00908901593 |
| DANILO MACEDO NOGUEIRA | 00100442307 |
| DANILO MARQUES BORBUREMA | 07192047635 |
| DANILO OLIVEIRA CARVALHO | 00255448376 |
| DANILO PINHEIRO DE ALMEIDA | 00129425370 |
| DANILO PINHEIRO NUNES | 01466483580 |
| DANILO PORTO MENDES | 03315009570 |
| DANILO ROBERTO TAVARES CARDOSO | 00669673170 |
| DANILO TAMAMARU DE SOUZA | 03945399904 |
| DARCILLA DE SOUZA PRADO | 03946718485 |
| DARELIA PONTES AZEVEDO AGUIAR | 01850414343 |
| DARIO DE SOUZA REZENDE JUNIOR | 00851846165 |
| DAVI ARAGÃO ALVES DA COSTA | 00475903358 |
| DAVI CAETANO AGUIAR | 01568330340 |
| DAVI NOBRE DANTAS | 05098972400 |
| DAVID ALVES LUCENA | 00357954335 |
| DAVID CAMPOS WANDERLEY | 07116170405 |
| DAVID MATIAS PINTO DINELLY | 01228279373 |
| DAVID OLIVEIRA BARBOSA | 00307051340 |
| DAVID PINHEIRO | 00238343316 |
| DAVID RATTS BARBOSA COUTINHO | 01247584364 |
| DAVID SENA DE FREITAS | 00107485397 |
| DAYANNA MAYARA MOREIRA DE ALENCAR | 01246171406 |
| DEBORA AVILA ACIOLY | 00983443408 |
| DÉBORA CRISTINA PEREIRA LEITE | 08955307675 |
| DEBORA DA SILVA NOGUEIRA | 00930197933 |
| DEBORA LOUREIRO REZENDE | 73127957149 |
| DEBORA MATTOSO LEMOS | 07512136676 |
| DEBORA NOGUEIRA DIAS | 01001519302 |
| DEBORA PACHECO AZEVEDO | 00757635164 |
| DEBORAH ANGELICA ZAMBRANO OLEA | 01119747988 |
| DÉBORAH BORGES DE LIMA | 02470117119 |
| DEBORAH CACHINA DE CARVALHO | 01406980439 |
| DEBORAH NOGUEIRA COUTO | 35038674810 |
| DEIVID SMITH CASTRO DE PAIVA | 02331951578 |
| DEIVISON LOPES ALVES DA SILVA | 05568010676 |
| DELANO FREIRE | 04864791457 |
| DELIANNE MOREIRA NUNES | 01137758309 |
| DELINNE COSTA E SILVA | 02057661377 |
| DELTER COELHO GOLDNER | 12431333760 |
| DEMETRIUS MARTINS PINTO | 05508791612 |
| DEMIAN ROMULO ANDRADE ATHANAZIO | 07908694705 |
| DENISE MARIA MENESES CURY | 98859196353 |
| DENISE PINHO MONTEIRO | 36845679819 |
| DENISE SILVA CARDOSO | 00431521123 |
| DENNISE DE OLIVEIRA NOGUEIRA FARIAS | 02261737394 |
| DENNYSON MARTINS SA DE ALMEIDA | 00891131361 |
| DHAIANA DE SOUZA OLIVEIRA | 08129017628 |
| DIANA CARENO DE OLIVEIRA | 22644052874 |
| DIEGO CAMPOS DA ROCHA DAVID | 71688625100 |
| DIEGO DE AZEVEDO PINHEIRO | 00027431320 |
| DIEGO DE QUEIROZ TAVARES FERREIRA | 03064681311 |
| DIEGO DE SENNA PEREIRA FONTES IBIAPINA | 96130130325 |
| DIEGO DOS SANTOS AS | 06091538462 |
| DIEGO EVERTON LUSTOSA E SILVA | 02745649396 |
| DIEGO FILIPE DA SILVA | 07464715640 |
| DIEGO GONZALEZ FONTES SANTOS | 84637315549 |
| DIEGO GOTARDO | 00573541973 |
| DIEGO GRANDO | 80714692034 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| DIEGO LAURENTINO LIMA | 04806106496 |
| DIEGO LEVI SILVEIRA MONTEIRO | 00048266396 |
| DIEGO MARIOZI FERREIRA | 01613735693 |
| DIEGO NOGUEIRA MIRANDA | 83383190234 |
| DIEGO OLIVEIRA MACHADO | 95767541353 |
| DIEGO PEREIRA MENDONCA | 01759092371 |
| DIEGO RAFHAEL SOARES CARVALHO FEITOSA | 96034033349 |
| DIEGO RIBEIRO MATTOS | 10953943712 |
| DIEGO TEIXEIRA BRITO | 02459393342 |
| DIEGO TINOCO RODRIGUES | 01604509694 |
| DIEGO VENICIO SANTOS ARGÔLO | 01944785566 |
| DIEGO XIMENES SOARES | 02917842326 |
| DILMA NASCIMENTO SANTOS | 82682151515 |
| DIMITRIUS NIKOLAOS JACONI STAMOULIS | 06360428636 |
| DIOGENES LAVOR BEZERRA | 93302770391 |
| DIOGO ARAUJO RIBEIRO | 02705366393 |
| DIOGO DE OLIVEIRA LOPES FERREIRA SANTOS | 07442494650 |
| DIOGO DINIZ DE MORAES | 08288122418 |
| DIOGO MARCOS LOPES DE ALMEIDA | 02682041523 |
| DIOGO NEIVA LEMOS DE LIRA | 01890688509 |
| DIOGO WAGNER GALINDO VAZ VERAS DE QUEIROZ | 06230796406 |
| DIORGENES VANDERLEY DOS SANTOS | 00872301192 |
| DJALMA OLIMPIO MAIA SANT ANA | 05485937446 |
| DJAMILA BRASILEIRO DO NASCIMENTO | 02745999370 |
| DOMINGOS THYAGO RODRIGUES DE OLIVEIRA | 05173030437 |
| DOUGLAS BITTENCOURT | 02368580921 |
| DOUGLAS HENNING PINHEIRO ARAGAO | 00706624360 |
| DOUGLAS HENRIQUE SANTIAGO DE OLIVEIRA | 00445796324 |
| DOUGLAS MARQUES FERREIRA | 04441738463 |
| DOUGLAS MUNIZ BARBOSA | 00933807988 |
| DOUGLAS SCHUFFNER RODRIGUES LEVANDOSKI | 11016853793 |
| DOUGLAS WILIAN PIRES ANDRADE | 08092639639 |
| DUNNIA MONISA BONOMINI BALDISSERA | 06049955980 |
| DYEGILA KAROLINNE COSTA DA SILVA | 00695789317 |
| DYNARA MABEL DE QUEIROZ PINHEIRO | 04696818454 |
| DYRLANNE MARCIA LOPES BASTOS | 07232376464 |
| EDER DAVID SOLIS MENDONCA | 00491625197 |
| EDER ROBERTO DE MORAIS | 22765997829 |
| EDGAR VIEIRA DO NASCIMENTO | 04335544448 |
| EDIERK DANTAS ROCHA | 89754344353 |
| EDILSON XAVIER DE OLIVEIRA JUNIOR | 07389608455 |
| EDIMAR LANDIM DA CRUZ JUNIOR | 00675331323 |
| EDLER TENORIO DALMEIDA LINS NETO | 04646016494 |
| EDMUNDO ELISEO REATEGUI NAVARRO | 00774324015 |
| EDSON DE MACEDO SOUSA | 00668255390 |
| EDSON MARCELO BORTOLETO | 10359806813 |
| EDUARDO ÁTILA SOARES | 01733349383 |
| EDUARDO AUGUSTO MORAES HUBNER DE SOUZA | 07324220606 |
| EDUARDO AUGUSTO SEMBLANO GAIA | 79291031291 |
| EDUARDO BARBOSA COELHO NETO | 06753090690 |
| EDUARDO BARBOSA NUNES | 00513507345 |
| EDUARDO FELIPE MARTINELLI BALDISSERA | 06043560992 |
| EDUARDO FERNANDES SILVA | 06808589623 |
| EDUARDO FERREIRA LIMA | 07885900657 |
| EDUARDO GUAREZI CALEGARI | 00757791964 |
| EDUARDO HENRIQUE DE ANDRADE PINTO | 12408116759 |
| EDUARDO HENRIQUE RODRIGUES FERREIRA | 01937497186 |
| EDUARDO ILBE CASAGRANDE PERRARO | 02371736970 |
| EDUARDO MUNIZ PEDRO | 09827197797 |
| EDUARDO NOGUEIRA LIMA SOUSA | 03561424341 |
| EDUARDO PARENTE VIANA | 60050716379 |
| EDUARDO RAMOS | 03192252324 |
| EDUARDO VASCONCELOS DE FREITAS | 02694963358 |
| EDYR LINCON CAVALCANTE DIAS | 82052182349 |
| EILANE SILVA AZEVEDO | 01424095530 |
| ELAYNE CHRISTINNE MARCELINO E SILVA | 01860155340 |
| ELDOM DE MEDEIROS SOARES | 01977457177 |
| ELDON BEZERRA DA SILVA JUNIOR | 00938376586 |
| ELEN DEBORA BRINKER SIQUEIRA | 00976233932 |
| ELEN KARLA MAIA FRANCA | 72966963115 |
| ELIAS EMANUEL RODRIGUES BRASILEIRO | 79875807591 |
| ELIELDER DIAS DIONIZIO | 10014072700 |
| ELIESIER DA SILVA SOUZA FILHO | 09245602745 |
| ELIMAR MAYARA DE ALMEIDA MENEGOTTO | 06873522902 |
| ELINALVA SILVA MACEDO | 72946946304 |
| ELISE LUXINGER MORAES MATTEDE | 09865036738 |
| ELITONIO BEZERRA E SILVA | 64080625391 |
| ELIZA MIRANDA COSTA CARALINE | 01315925648 |
| ELIZAMARA ELIEGE SEGALA | 05006071923 |
| ELIZIO CHIACCHIO FERRAZ ALVES | 02545876585 |
| ELLEN ALVES OLIVEIRA DE SOUZA | 82696950504 |
| ELLEN LUZ PEREIRA CAIRES | 01074589505 |
| ELMARA OLIVEIRA BARROS | 00527723142 |
| ELTON FILIPE SILVA FREITAS | 01948473577 |
| ELTON JORGE BESSA DINIZ | 97743810330 |
| ELVIO EVANGELISTA PAZ | 02669449301 |
| ELYNE RAFAELLY FERREIRA CAVALCANTE | 06779097489 |
| EMANUEL APARECIDO DE LIMA ROSA THOMAZINHO | 04083963930 |
| EMANUEL COSTA DE OLIVEIRA | 08291245606 |
| EMANUEL PEIXOTO PINTO | 05855735656 |
| EMANUELA RIBEIRO DA CRUZ GUEDES | 01340768500 |
| EMANUELE GRIZON DA COSTA | 01130283003 |
| EMANUELLE ARAUJO BELARMINO | 96999012334 |
| EMELIANO TEIXEIRA LEITE | 04698460468 |
| EMELY KAORI IIDA | 05273194903 |
| EMERSON DA SILVA DIAS | 27778847817 |
| EMILE DIAS ALMEIDA | 03329081511 |
| EMILIA GABRIELA DA SILVA OSTWALD | 01831362171 |
| EMILLE SAMPAIO CORDEIRO | 02348459370 |
| EMMANUELLE LOPES CLAUDINO | 05480722484 |
| EMMANUELLE SANTANA ROCHA | 06103877407 |
| ENDRYGO DE MOURA MATOS | 51454793287 |
| ENOCK FERREIRA DOS SANTOS NETO | 02971173518 |
| ENRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA | 02495744389 |
| ENZO PAOLO BRANDAO GOUVEIA | 00974566322 |
| ERICA BAPTISTA PINTO | 94074216272 |
| ERICA CAVALCANTI COUTINHO | 07213747436 |
| ERICA DA CUNHA BARROS | 01648739539 |
| ERICA FERNANDA MESQUITA GALVEZ VALDEZ | 02620473306 |
| ERICA MARCELINO LOPES | 01026783402 |
| ERICA ORNELES DA SILVA | 03652340604 |
| ERICK DE ARAUJO CORTEZ | 25907470801 |
| ERICK JEAN PINTO ARAUJO | 95960902249 |
| ERICO BRITO DE AS | 00427671302 |
| ERICO MACEDO GONÇALVES | 93965745549 |
| ERIKA DA SILVA FRANCA BAULY | 09352363760 |
| ERIKA GUIMARAES OASHI | 05738222474 |
| ERIKA OLIVEIRA MILANEZ | 00439103193 |
| ERIKA SALES LOPES | 02690793350 |
| ERIKA VERONESI CAMILO | 03543392301 |
| ERIVELTON NEIVA RODRIGUES | 03916487647 |
| ERLE GUIMARAES AZEVEDO | 02690684306 |
| ERNANI SOUSA CASTRO | 00058791329 |
| ERVE TOMAZ DE VASCONCELOS | 07277171624 |
| ESLEI JUDSON LISBOA LEITÃO | 86367781153 |
| ESTEVAO RIBEIRO BORGES | 01168946107 |
| ESTHER CARINE GONÇALO DOS SANTOS | 02346127388 |
| ESTHER FARIAS OLIVEIRA | 01672011582 |
| ETIENE PEDROZA DE ANDRADE | 04867044407 |
| EUALDO FERNANDES DA SILVA JUNIOR | 05485139612 |
| EUGENIO DOS SANTOS NETO | 96100796368 |
| EUGÊNIO PÉRICLES MUNIZ FERREIRA | 01383591300 |
| EULER NICOLAU SAUAIA FILHO | 01624372341 |
| EVELINE STUDART BARBOSA | 91597919349 |
| EVERDELINA VANESSA ANDRADA DE SOUZA | 06536330412 |
| EVERSON IGNÁCIO ROCHA | 21847092802 |
| EVERTON ABREU LOPES | 07561068425 |
| EVERTON MESQUITA DIAS | 92957803291 |
| EVERTON VICTOR ANDRADA DE SOUSA | 05258322467 |
| EVILASIO CARSTEN DUARTE | 01801226903 |
| EWERTON FIGUEIREDO PINHEIRO | 64666883304 |
| EWERTON MARIZ DA COSTA ROZENDO | 01396500405 |
| EWERTON VILLA FONSECA | 05837287906 |
| FABIANA DE OLIVEIRA COSTA | 69372861120 |
| FABIANA OLIVEIRA DA SILVA | 01221900501 |
| FABIANA TAKAHASHI CARVALHO | 07371867637 |
| FABIANA VASCONCELOS DO NASCIMENTO | 00673500381 |
| FABIANE ALINE DOS SANTOS FIGUEIRA | 90135121272 |
| FABIANO DANTAS DE CARVALHO | 03805828489 |
| FABIANO DRUMOND DE SOUZA PIRES | 08745361622 |
| FABIANO GOUVEIA SANTOS | 02690074311 |
| FABIENNE MARQUES PALOMARES | 03338318537 |
| FABILSON ANDRE CAVALCANTE SILVA | 05532097445 |
| FABILSON IBIAPINA CORREA | 60018475337 |
| FABIO AIRES ARAUJO | 06462495413 |
| FABIO ALEXANDRE SANTOS PEREIRA | 63298368504 |
| FABIO ALMEIDA MACIEL SOBRINHO | 01188029509 |
| FABIO ANDRE DA FONSECA CORREA | 60960760253 |
| FABIO ARTUR LONGONI FREDRICH | 00041974026 |
| FABIO BRAGA ARAUJO | 06439348639 |
| FABIO CASTELO BRANCO GIRAO | 03162217326 |
| FABIO CORREIA LEITE | 51002450268 |
| FABIO DUARTE DA SILVA | 01331641012 |
| FABIO FALCAO MELO DE OLIVEIRA | 75409682220 |
| FABIO GUSTAVO BARROS LOBO | 06367833404 |
| FABIO HENRIQUE SERRA FROES | 71265325120 |
| FABIO RODRIGUES DAMASCENO DOMINGUES | 01966378564 |
| FABRICIA DE OLIVEIRA E SILVA | 05918621660 |
| FABRICIA FIGUEIREDO DE MEDEIROS | 01239111177 |
| FABRICIO ABRAAO DOS SANTOS SILVA | 83593110300 |
| FABRICIO HENRIQUE BELTRANI | 06619887910 |
| FABRICIO MOREIRA REIS | 02864669374 |
| FABRICIO MOURA LEITE | 76292088200 |
| FABRICIO MUNIZ CHAVES PELEGRINI | 00763392545 |
| FABRICIO NASCIMENTO ALMEIDA | 10479782709 |
| FABRICIO NERY MARQUES | 82593698500 |
| FABRICIO PONTES GRANDO | 35800045810 |
| FABRICIO SILVA PESSOA | 00156106329 |
| FABRICIO TEMPERINI VALENTE | 12418260720 |
| FABRICIUS ROCHA CARDOSO | 12453423711 |
| FABYANNA DA CUNHA FARIAS ALBUQUERQUE | 05285040450 |
| FAGNER JOAQUIM DE ANDRADE | 07213649698 |
| FAGNER SILVA GUIMARAES | 00344070140 |
| FELICIA HOLANDA PUCCI | 99792800344 |
| FELIPE ALVES DE OLIVEIRA | 11414303718 |
| FELIPE AUGUSTO CANDIDO LEHMKUHL | 00784910960 |
| FELIPE AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA | 02305412169 |
| FELIPE CAPUTO MOREIRA | 31390370828 |
| FELIPE COSTA NEVES | 83998110500 |
| FELIPE DE ALMEIDA PAIVA | 01037665376 |
| FELIPE DIAS CALDAS DA SILVA | 94986274104 |
| FELIPE FERREIRA RAMOS CÉSAR LOURENÇO | 01742036163 |
| FELIPE GARGIONI BARRETO | 83931228053 |
| FELIPE GOMES MOURA | 02137744376 |
| FELIPE GONDIM RODRIGUES DE CARVALHO DIAS | 05888612430 |
| FELIPE GUILHERME HAMOY KATAOKA | 83956239253 |
| FELIPE LEAL DE MORAES BRITO | 02166697313 |
| FELIPE LIMA DA SILVA | 01414503474 |
| FELIPE MACHADO DE MOURA COSTA | 02289781142 |
| FELIPE MANTOVANI DE OLIVEIRA | 11778886701 |
| FELIPE MARCIO ARAUJO OLIVEIRA | 12521056731 |
| FELIPE MARINHO LEITE FREITAS MELO | 00714988340 |
| FELIPE MONTEIRO DINIZ | 01077795106 |
| FELIPE PEREIRA DE CASTRO SAMPAIO | 01069320390 |
| FELIPE PORTILHO MARQUES | 02485661138 |
| FELIPE RAMOS NOGUEIRA | 01175676390 |
| FELIPE RODRIGUES PONTES | 05872140401 |
| FELIPE SALES PIMENTEL | 02497481342 |
| FELIPE SARTORIO GONCALVES | 11548367702 |
| FELIPE UCHOA BATISTA | 08703628604 |
| FELIPPE PARAGUASSU DEMES | 01855734362 |
| FELIX DE ASSIS QUEIROZ DE ARAUJO FILHO | 00600973107 |
| FELLIPE LOUREIRO DE QUADROS GODINHO | 07914269638 |
| FELLYPE DONATO CHAVES | 83988530344 |
| FERNANDA ALVES GUIMARAES | 02527780571 |
| FERNANDA AREAS ALVES FERREIRA | 01278868690 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| FERNANDA CARDOSO DUSSIONI RESENDE | 06634681910 |
| FERNANDA CARDOSO SANTOS | 24817751800 |
| FERNANDA CARVALHO BEZERRA | 61708321349 |
| FERNANDA CECY MUNHOZ LAGO | 64793575234 |
| FERNANDA COSTA DE AGUIAR | 05792572909 |
| FERNANDA CRISTHINY CARDOSO | 07265853601 |
| FERNANDA CUNHA BEZERRA DE QUEIROZ | 97367702300 |
| FERNANDA DE CASTRO COSTA | 09477629731 |
| FERNANDA DE OLIVEIRA ROLIM VILLA VERDE | 96261943320 |
| FERNANDA EYMAEL KOCHE | 06616574938 |
| FERNANDA FIGUEIREDO ANTUNES | 06734046680 |
| FERNANDA GIRAO PETTERSEN | 12442149737 |
| FERNANDA GUEDES ROLDAO | 04609090457 |
| FERNANDA ISHIDA LEAO | 35111502807 |
| FERNANDA KELLY BEZERRA DE VASCONCELOS | 04889948457 |
| FERNANDA LIMA GUIMARÃES | 80866999191 |
| FERNANDA MACÊDO | 06401322438 |
| FERNANDA MARIA ROCHA SANTOS | 00183223365 |
| FERNANDA MAYARA ROCHA NASCIMENTO | 06908340473 |
| FERNANDA MORAES SIMOES | 76078779320 |
| FERNANDA MORELLO NICOLE | 11709319798 |
| FERNANDA NORONHA LUZ | 02941433511 |
| FERNANDA NUNES BRETAS | 00396262104 |
| FERNANDA PAGLIA DURAN | 86714201249 |
| FERNANDA PATRÍCIA DE LIMA SÁ | 02720165352 |
| FERNANDA PEREIRA LOPES | 07599928600 |
| FERNANDA SWAROWSKI | 06046314992 |
| FERNANDA TAÍSA CUNHA SILVA | 06599209645 |
| FERNANDA VICHIETTI MANTUVANELLI | 36854766885 |
| FERNANDA ZAMPROGNO | 10021996709 |
| FERNANDO ANTONIO VIEIRA LEITE | 07204684699 |
| FERNANDO AUGUSTO FERREIRA ARAUJO | 08938425673 |
| FERNANDO BRUM BATISTA | 00220865019 |
| FERNANDO DOS SANTOS FERRARI | 01671603540 |
| FERNANDO EDSON CERQUEIRA FILHO | 05438789614 |
| FERNANDO GOMES BEZERRA RIBEIRO | 99087979304 |
| FERNANDO HENRIQUE ALVES | 00895517965 |
| FERNANDO HENRIQUE DA SILVA | 76136906287 |
| FERNANDO HENRIQUE MAGALHAES RAMOS DE SOUSA | 05890334760 |
| FERNANDO HENRIQUE MOREIRA FEITOSA RODRIGUES | 02696221367 |
| FERNANDO HENRIQUE RIBEIRO CORREA | 03301811302 |
| FERNANDO HENRIQUE ZANARDO GONZALEZ | 05165763994 |
| FERNANDO LAZARINI RABELLO | 34956675801 |
| FERNANDO MARTINS CRUVINEL | 00393405117 |
| FERNANDO MOREIRA DE JESUS | 01458184110 |
| FERNANDO MOTA FARIA | 07395008642 |
| FERNANDO SEPULVEDA ESPERIDIAO | 02561976106 |
| FERNANDO SERGIO MENDES CARNEIRO FILHO | 01589427360 |
| FERNANDO SILVA DE AZEVEDO | 99667827100 |
| FERNANDO SIMÕES NAZARENO | 00130989185 |
| FERNANDO TARTER | 01259861066 |
| FILIPE ANDRADE MOTA | 00295517301 |
| FILIPE BEZERRA MACEDO | 00286466309 |
| FILIPE BITENCOURT NOVAES | 01618325558 |
| FILIPE DE ALENCAR MATOS | 00405983301 |
| FILIPE HAILTON ALVES AGUIAR | 11838301739 |
| FILIPE PEDRAL SAMPAIO DE SOUZA DANTAS | 03541836563 |
| FILIPE ROCHA VIANA | 06857908435 |
| FILIPE SILVEIRA DOS ANJOS | 01472007506 |
| FILIPPI RANIERI ALVES | 04833730448 |
| FLAVIA ANDREZA DOS SANTOS MARTINS | 06427616471 |
| FLAVIA BRASSAROTO FENALI | 85615587253 |
| FLAVIA BUARQUE EL DEIR | 07200263427 |
| FLAVIA FELIX PAREDES | 07663530446 |
| FLAVIA GUIMARAES PORTO | 02143376502 |
| FLÁVIA JARDIM ALVARES | 12472740719 |
| FLAVIA JUNQUEIRA PROTAZIO | 99459019153 |
| FLAVIA MELO DE HOLANDA | 00228454379 |
| FLAVIA MONTEIRO SAVASSI | 09713009681 |
| FLÁVIA ROBERTA DA COSTA MEDINA | 04958038981 |
| FLÁVIA SOUZA CÂNDIDO | 05800601445 |
| FLAVIANO DIEGO MEIRELLES MENDES | 08399755621 |
| FLÁVIO HENRIQUE SATIN | 36105339860 |
| FLÁVIO PIRES JORGE | 96582189700 |
| FLAVIO RODRIGUES COELHO | 04871821625 |
| FLAVIUS VINICIUS CABRAL SOARES | 03529566314 |
| FLORA NASCIMENTO DA PAZ | 97916048353 |
| FLORENCE DE CARVALHO KERBER | 96192380104 |
| FRANCI ELEN LIRA | 01602066000 |
| FRANCIBERTO FARIAS RIBEIRO FILHO | 99547686372 |
| FRANCIELE DARSIE DAHMER | 01267274069 |
| FRANCIELY ELIS ZANARDINI SOARES | 05493042908 |
| FRANCINE GOMES BARROS MENDONÇA | 01448699428 |
| FRANCIS LIMA DE VASCONCELOS | 01108431500 |
| FRANCIS LUCIO DE REZENDE FERREIRA | 06511398641 |
| FRANCISCA DANIELLY PIRES DUARTE | 04890182462 |
| FRANCISCA MAGNA PRADO BEZERRA | 01435031385 |
| FRANCISCA RENATA SALES BACURAU | 02492833364 |
| FRANCISCO ANDRE SANTIAGO | 62049348304 |
| FRANCISCO BONIFACIO DE OLIVEIRA MENDES | 77720687353 |
| FRANCISCO CARVALHO VERAS | 00577856006 |
| FRANCISCO CLEITON MARANHÃO ROQUE | 67813828372 |
| FRANCISCO COSTA PAIXAO | 00230400094 |
| FRANCISCO DA SILVA TAVARES | 01823404570 |
| FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAUJO CORDEIRO | 91964113334 |
| FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA TAVARES FILHO | 02794976362 |
| FRANCISCO DE ASSIS FILOCRE SARAIVA JUNIOR | 06863624621 |
| FRANCISCO DE ASSIS MORAES | 21439036691 |
| FRANCISCO DE ASSIS ROCHA NETO | 97797448353 |
| FRANCISCO DE SALES RAMOS JUNIOR | 36922179862 |
| FRANCISCO DIAS DE OLIVEIRA NETO | 03480746381 |
| FRANCISCO FELLIPE CLAUDINO FORMIGA | 06680510430 |
| FRANCISCO GEORGE TEIXEIRA SANTOS | 63244381391 |
| FRANCISCO HENRIQUES GONÇALVES JUNIOR | 08354055752 |
| FRANCISCO JAKSON BENIGNO CAVALCANTI | 06476836447 |
| FRANCISCO JOSÉ SOUSA DE ATAÍDE | 07658783480 |
| FRANCISCO LEONARDO GARCIA FERNANDES TÁVORA | 03719261492 |
| FRANCISCO LEONARDO LIMA DOS SANTOS | 01634408322 |
| FRANCISCO MARCELO SOBREIRA FILHO | 01805262351 |
| FRANCISCO MARTINS DE MESQUITA JUNIOR | 63528592320 |
| FRANCISCO NILSON FERNANDES CARDOSO FILHO | 02458734308 |
| FRANCISCO QUEIROGA GADELHA JUNIOR | 06188263433 |
| FRANCISCO SAMUEL MARCELINO SILVA | 00569616344 |
| FRANCISCO SAULO SAMPAIO CARDOSO TAVARES | 00715266330 |
| FRANCISCO SOARES DE ALCANTARA NETO | 01090596383 |
| FRANCISCO THYAGO FURTADO CAVALCANTE | 02231848376 |
| FRANCK JUNIOR ALVES FERREIRA | 02161507524 |
| FRANCYS CLAUS SAMPAIO DE SOUZA | 90450779220 |
| FRANKLIN AUGUSTO DE ARAUJO NUNES | 04899081448 |
| FRANZ RODRIGO ROJAS AYALA | 70201707144 |
| FRED HENRIK VILACA VIANA | 77044436315 |
| FREDERICO AFONSO FOEPPEL DIAS | 03286866547 |
| FREDERICO DE SOUZA NOGUEIRA | 06390555407 |
| FREDERICO MACHADO BARBOSA | 06232483448 |
| FREDERICO MALTA PIO | 06358382659 |
| FREDERICO MARINHO GOMES BARRETO | 00715694308 |
| FREDERICO MORAES CARDOSO MARQUES | 01015496105 |
| FREDERICO TAVARES BONATES | 54563089320 |
| FREDSON ARAUJO SEIXAS BALISA | 01767239513 |
| GABRIEL BRAGA ROCHA DE PAIVA | 07289712676 |
| GABRIEL CARLOS DE BRITO | 01733240373 |
| GABRIEL COSTA VASCONCELOS | 05869697484 |
| GABRIEL DE OLIVEIRA CORRÊA DA COSTA | 01882613112 |
| GABRIEL FRAGA DE CASTRO | 03213313548 |
| GABRIEL GRECCO DE SOUZA | 08457096745 |
| GABRIEL LACERDA ESTEVES | 00568752317 |
| GABRIEL MARQUES NEVES | 04079597932 |
| GABRIEL OLIVEIRA DO CARMO | 01894549546 |
| GABRIEL PERES | 31787441857 |
| GABRIEL RAMIREZ MOREIRA | 08179246639 |
| GABRIEL SATO IKUHARA CAVALCANTI PICOS | 31124015817 |
| GABRIEL SUCOLOTTI PANOSSO | 00946561001 |
| GABRIEL VITORIA DOMINGUES | 07075467964 |
| GABRIELA BALBINOT | 01496178017 |
| GABRIELA CAROLINE MONTEIRO DE ALBUQUERQUE | 01385668440 |
| GABRIELA DUARTE PAGANELA | 00209231041 |
| GABRIELA FARIA E SILVA COSTA | 01698183143 |
| GABRIELA FERREIRA LIMA | 08236333493 |
| GABRIELA FURLIN | 00314814000 |
| GABRIELA LEAL NOGUEIRA | 12147651737 |
| GABRIELA LEMOS CHAGAS | 01634535510 |
| GABRIELA LOUREIRO DA CRUZ | 68706901204 |
| GABRIELA LUCATELI ZANATA | 01293512028 |
| GABRIELA MARIA JUNQUEIRA JABBOUR | 08338989657 |
| GABRIELA MARQUES BASTOS | 03529267597 |
| GABRIELA MEDEIROS PEREIRA DA SILVA | 02709722348 |
| GABRIELA PAIVA CAVALCANTI | 05096624471 |
| GABRIELA SANTOS SILVA | 10707580781 |
| GABRIELA SOARES PIASSI | 22946867803 |
| GABRIELA TRINDADE GOES | 98222015249 |
| GABRIELLA GIRAO CAMPOS DE BARROS | 03317490330 |
| GABRIELLA SOARES DE SOUZA | 07178990473 |
| GEISILAINE DA ROCHA BRANCO DE BRITO | 00660646781 |
| GELLINE MARIA HAAS | 04749238945 |
| GEMERSON ALVES TAVARES | 86747614372 |
| GENERINA CYNTIA GOMES PEREIRA | 01859345360 |
| GEORGE ANDRE FEITOSA SALES | 00456602399 |
| GEORGE CÂMARA CORDEIRO | 83861084368 |
| GEORGIA DE FREITAS NEVES | 00169549550 |
| GEORGIA MARANHAO DANTAS | 03646317400 |
| GEORGIANNE NACRE BARBOSA | 06832058462 |
| GEOVANE LUIZ ALVES SANTOS | 08130283611 |
| GERALDO ILDEFONSO DE CAMPOS FILHO | 06345911690 |
| GERDIANE VIEIRA DA COSTA | 89026330472 |
| GERLANE ARAUJO MOURA LUZ | 01759111341 |
| GERMANA BASTOS PONTES | 01093182342 |
| GERMANA MEDEIROS MENDES CIMA | 05659444440 |
| GERUSA COELHO VAZ | 07705721627 |
| GEYNA PESSOA COSTA | 66279267334 |
| GIAN FRANSCISCO RODRIGUES COOPER DOS SANTOS | 02475045302 |
| GIL TENORIO BARRETO | 05048224469 |
| GILBERTO AKIRA MIYAHARA | 69486697272 |
| GILBRAN COSTA GUIMARAES | 05319940408 |
| GILMAR ALVES DE FREITAS JÚNIO | 67233996334 |
| GILSON BATISTA JUNIOR | 06264196622 |
| GILSON MARTINS CAVALCANTE | 64435113368 |
| GILSON RENAN WANZELER ESTUMANO | 53030117200 |
| GIORGIO CRUZ SANTOS SOUSA | 60012060313 |
| GIOVANNA ARAUJO BORGES | 01836006306 |
| GIOVANNA ARAUJO NUNES DE SOUSA | 06412198490 |
| GIOVANNI CESARINO JUNIOR | 81296886549 |
| GISELE CORDEIRO CARDOSO | 81609825500 |
| GISELE CRISTIANE FERRAZ FELIX | 05613325413 |
| GISELE MARIA CAMPELO DOS SANTOS | 02483295371 |
| GISELE MARIA HONORI SILVEIRA ROCHA | 05439954619 |
| GISELLA DE SOUZA CONSTÂNCIO PEREIRA | 08809898664 |
| GISLANE ROCHA VASCONCELOS | 60044562330 |
| GISLAYNE GOMES BEZERRA | 49168622368 |
| GILMAYARA ALVES ABREU MACIEL PEREIRA | 05176303469 |
| GIZELDA FERRAZ FELIX | 16721578468 |
| GLADSON DA SILVA BRAZ | 01216717478 |
| GLAICON HANCKE | 01709970901 |
| GLAUCIA DE PAULA COSTA | 00737000104 |
| GLAUCIA FERREIRA WEDY | 22646236832 |
| GLAUCIA GLENIA DE FIGUEIREDO ALVES | 02919701410 |
| GLAUCIA JAINARA FERREIRA COSTA | 06086819467 |
| GLAUCIO GABRIEL DE SOUZA SILVA | 04861578493 |
| GLAUTER CARLOS FÉLIX | 00386363366 |
| GLEICIENE CORREIA DE OLIVEIRA | 10645813745 |
| GLEIKO YURI DE FIGUEIREDO DANTAS | 04982513490 |
| GLEYDSON LIMA DOS SANTOS | 00254637566 |
| GRASIANE BESSA TINELLI | 94075689115 |
| GRASIELE GIL FERNANDES FARIA | 82879338204 |
| GREICE SILVA FARIAS | 01880009501 |
| GREICIANE DE OLIVEIRA NEVES | 01427470502 |
| GUILHERME ANTONIO ROCHA DAVID | 72780789115 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| GUILHERME BASTOS WANDERLEY CAVALCANTE | 96426217387 |
| GUILHERME CARNEIRO ADAMI RIBEIRO | 08823620627 |
| GUILHERME CORTEZ VERCEZE | 06590580901 |
| GUILHERME EDECIO CALADO SILVA | 05250557465 |
| GUILHERME FIGUEIREDO DA SILVA | 07190356436 |
| GUILHERME FILGUEIRA ABAGARO | 99636921334 |
| GUILHERME GESTEIRA COSTA FILHO | 08399929476 |
| GUILHERME GOMES DE FREITAS | 06646785643 |
| GUILHERME GONCALVES DE MEDEIROS | 07599910492 |
| GUILHERME HENRIQUE FONSECA RIBEIRO | 11012385779 |
| GUILHERME JOSE E NASCIMENTO | 64929272300 |
| GUILHERME MOREIRA DIAS | 06902845603 |
| GUILHERME NOVAES COIMBRA | 06714886608 |
| GUILHERME PORTO DE LIMA | 01444192469 |
| GUILHERME SAVI SERAFIM | 05798275930 |
| GUILHERME TIBURTINO DE QUEIROZ SALES | 01368549314 |
| GUILHERME VERONEZ DA COSTA | 10487809700 |
| GUSTAVO BAPTISTA DE ALMEIDA FARO | 01221984500 |
| GUSTAVO CRUZ SANTANA BATISTA | 00999006371 |
| GUSTAVO DE MELO UCHOA OLIVEIRA | 08018673632 |
| GUSTAVO ELIAS LEICHTWEIS | 05382590940 |
| GUSTAVO FALCAO GUIMARAES | 07550917604 |
| GUSTAVO HENRIQUE RAMOS BRUNO | 88484734234 |
| GUSTAVO JOSE ARRUDA MENDES CARNEIRO | 00451419324 |
| GUSTAVO MAIA PEDRONI | 11267599707 |
| GUSTAVO MOREIRA NUNES | 64480305572 |
| GUSTAVO OLIVEIRA BELEM DE FIGUEIREDO | 82485623520 |
| GUSTAVO OLIVEIRA SILVA | 01960897519 |
| GUSTAVO PIMENTA DE FIGUEIREDO DIAS | 01567466621 |
| GUSTAVO RIBEIRO DIAS | 07491841678 |
| GUSTAVO SEMEDO TAMINATO | 36823086874 |
| GUSTAVO SOARES DE QUEIROZ LIMA | 03685641425 |
| GUSTAVO SOARES FERNANDES | 06077693430 |
| GUSTAVO TEIXEIRA FELIX DE ALMEIDA | 03795388309 |
| GUSTAVO VIEIRA DA CAMARA | 06139298458 |
| GUSTAVO WESLEY AGOSTINI MOREIRA | 07927634674 |
| GUTEMBERG BERNARDINO DE SIQUEIRA | 00693662174 |
| GUY CUNHA VIEIRA | 03302469500 |
| HAMILTON PACHECO CAVALCANTI NETO | 00341430331 |
| HANA THAIS PEREIRA DE OLIVEIRA | 01456980505 |
| HAYLA OLIVEIRA TARDIN ROZEIRA | 08626015763 |
| HAYSSA KATHLEEN FEITOSA ANDRADE DIAS | 01962713393 |
| HEBER DE ARRUDA ANTUNES | 02661781382 |
| HEIDER CERQUEIRA DO NASCIMENTO | 01006368531 |
| HELDER CARLOS DE JESUS DIAS | 82937605591 |
| HELDER DA SILVA ANDRADE | 03345875578 |
| HELDER SILVEIRA ROCHA | 06228104640 |
| HELENA LEMOS SALOMAO | 01671201582 |
| HELENA TAVEIRA CRUZ | 11314485709 |
| HELIDA MONTEIRO DA SILVA MIRANDA | 03264790408 |
| HELIO ALMEIDA NETO | 03251725521 |
| HELIO LIMA DA MOTA JUNIOR | 01303620421 |
| HELOISA MARIA GUEDES ANDRADE | 01904201547 |
| HENDERSON FONTES DE SOUSA | 01053738340 |
| HENNAN SANTOS CARVALHO | 07939228447 |
| HENRIQUE BUBOLZ BOHM | 01827938005 |
| HENRIQUE MIGUEL SANTOS COELHO | 22323166883 |
| HENRIQUE VILAS BOAS DE OLIVEIRA ANDRADE | 79713238591 |
| HENRY LENZI | 02101223740 |
| HERBERT VICTOR GUERRA PASSOS ALVES | 00552802344 |
| HERCULES ANTONIO KOZOROSKY JUNIOR | 01567274048 |
| HERICK CAVALCANTE NEVES | 02756017574 |
| HERIKA SOPHIA COSTA FERNANDES CORTEZ MAGALHAES | 00774512440 |
| HERMINIA MOREIRA COELHO DA COSTA | 01373082305 |
| HERNANDO FREIRE SILVA | 02759412644 |
| HEUDON MARCEU SILVA DE MORAES | 70832870234 |
| HIANNA HONORATO MOREIRA DE OLIVEIRA | 02337095339 |
| HILDO PEREIRA LIMA JUNIOR | 01206505338 |
| HINGRID ANGELICA BENETTI MOTA | 96094087291 |
| HOMERO MEDEIROS DE OLIVEIRA JUNIOR | 06878803438 |
| HORACIO LUIS FONTES GOES DE BARROS | 04877813411 |
| HUDSON RENAN COSTA SILVA | 06495347430 |
| HUGO ALESSY SILVA | 05362366661 |
| HUGO ERIK PALACIO DE OLIVEIRA | 01315381362 |
| HUGO JEFTER MENDES DE AMORIM | 96992298100 |
| HUGO MENDES SILVA | 01477708154 |
| HUMBERTO DE OLIVEIRA MENDONÇA | 99177277104 |
| HUMBERTO TAVARES GONCALVES | 01054218390 |
| IALE TARCYLA SOUSA PARIZIO | 05661306458 |
| IANA LICIA ARAUJO DE MELO | 01479061301 |
| IANEZ FREITAS E CARVALHO | 02671275536 |
| IARA ROCHA RUFINO | 02698531380 |
| IASMYN DE AQUINO GODINHO | 09544058621 |
| IDALIA LUZIA FORTALEZA CHAVES PEDROSA | 01775142302 |
| IDELVANIA EVANGELISTA CUSTODIO DE SOUSA | 96357681334 |
| IELDA DESIREE GOMES DA SILVA NAPRAVNIK | 93886330320 |
| IGBER ALVES DE AGUIAR | 75655969220 |
| IGOR BEZERRA DE SOUSA LEAL | 01328473376 |
| IGOR BRASIL BRANDAO | 02708754505 |
| IGOR GIOIA FONSECA | 80253865204 |
| IGOR GURGEL PONTE RAMOS | 83781021300 |
| IGOR JOSE BATISTA BARRETO ALVES | 01626613559 |
| IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI | 02020158310 |
| IGOR RABELO DE SALES ANDRADE | 02706002301 |
| IGOR RAFAEL ALMEIDA SILVA | 02809004307 |
| IGOR REIS COELHO | 00350295360 |
| IGOR RICARDO MACHADO GOMES | 05811200439 |
| IGOR SOARES AMORIM | 00244610320 |
| IGOR VITAL BRASIL BOGADO SOARES | 05655205718 |
| ILAN CARDOSO DA SILVA | 01899343520 |
| ILANA VIDAL NEIVA | 60010513302 |
| INARA NOBRE DE CASTRO | 01236699360 |
| INDHIRA MARTINS ALVES | 02385230399 |
| INDHIRA RENIA TAVARES GUIMARAES | 05434986466 |
| INDIRA DO NASCIMENTO NEGRÃO BRAGA | 02465983520 |
| INGRID CARVALHO DE HOLANDA | 02381241345 |
| INGRID RAMALHO LEITE | 99222469372 |
| INGRID RIBEIRO TAVARES | 06500132475 |
| IONE ALEXANDRE DA SILVA | 05689612421 |
| IRENE CAROLINE MATOS NARDY MIRON | 08583556636 |
| ISAAC DANIEL BORGES FERREIRA DE SOUSA | 00035434392 |
| ISAAC HOLANDA MENDES MAIA | 00711907323 |
| ISABEL BARROS CHAGAS DE OLIVEIRA | 99883546300 |
| ISABELA DESTRO NOMELINI | 07972859620 |
| ISABELA LOYOLA BOREM GUIMARAES | 08290394659 |
| ISABELA MARIA PEREIRA DE SOUZA SOLANO FEITOSA | 00828448361 |
| ISABELLA COUTO DE OLIVEIRA ARAUJO | 07656410627 |
| ISABELLA MENEZES COSTA | 00633022330 |
| ISABELLA RAULINO DE OLIVEIRA | 03794592301 |
| ISABELLE KARINA TEIXEIRA FRANCA | 04562834471 |
| ISABELLE LUANNA GONCALVES TAVARES | 01092046380 |
| ISABELLE NASCIMENTO SANTANA | 00839439512 |
| ISADORA NOVAIS SILVA | 00965500586 |
| ISADORA NUNES PARENTE | 00825460450 |
| ISIS DA ROCHA COSTA BILLE | 12440824739 |
| ISLA MIRANDA VIDAL CAVALCANTE FARIAS | 02237424306 |
| ISMAEL CAMILO KIM | 03996629443 |
| ISMAEL PEREIRA DO NASCIMENTO | 01336180307 |
| ITALIA APARECIDA DOS SANTOS | 06820011636 |
| ITALLO GUILHERME OLIVEIRA E PAULA | 04766562658 |
| ITALO CRISOSTOMO REBOUCAS DA SILVA | 01459183355 |
| ITALO DALISSON ROCHA MOREIRA | 00737494352 |
| ITALO DE SA BARRETO LIMA | 01250002354 |
| ITALO FEITOSA NOGUEIRA | 00311214380 |
| ITALO HIPOLITO BARROS TRINDADE DA SILVA | 00663408377 |
| ITALO JULIANO SANTANA | 03024327525 |
| ITALO MENDONCA LIMA | 02156980373 |
| ITALO RIBEIRO CRUZ | 01694474305 |
| IURY MACHADO POLO | 94204551068 |
| IVAN LEITE DE MORAIS | 95572546100 |
| IVANA ALENCAR SVENSON | 00752247476 |
| IVANA MARA FERNANDES SILVA | 61342114353 |
| IVENS STUART LIMA LEITE | 04014617343 |
| IZABELA DAYANY FRANCA FEITOSA | 01922617385 |
| IZABELE RABELO DE OLIVEIRA | 83756019500 |
| IZABELLA NOBRE QUEIROZ | 08930354670 |
| JACIRA OLIVEIRA IBIAPINA | 02481136314 |
| JACKELINE LOPES FROTA | 63061775315 |
| JACQUELINE GAMA PINHEIRO | 01720004595 |
| JACQUELINE GEANNE COSTA ALMEIDA | 01619378108 |
| JAIME CESAR MAIXNER ANTES | 89275314004 |
| JAIME VINICIUS FAZIO ROSSI | 02321786159 |
| JAIR ALMEIDA CARNEIRO | 05024319621 |
| JAIRO JOSE DO AMARAL COSTA JUNIOR | 00828053421 |
| JAIRO LIBORIO DOURADO REIS | 95686835349 |
| JAIRO SILVA CAVALCANTE | 00703988360 |
| JAISON FERREIRA MENDES | 01396984690 |
| JALES VICENTE GACIANO NETTO | 00889050120 |
| JALIESE DANTAS FERNANDES MORAIS | 04867261424 |
| JALYS MAGNO DA COSTA SANTOS | 08285707440 |
| JAMILA PINHO COUTO | 00059936363 |
| JAMILE SILVA BRITO | 98384880549 |
| JAMILLA DASYANNE RIBEIRO SOUSA | 01218406380 |
| JAMILLA VIANA SILVA ASFORA | 07365428414 |
| JANAINA DE MEDEIROS CIRNE PEDROSA | 00831219432 |
| JANAINA KOPP | 83254285034 |
| JANAINA MARTINS PIOLI RUFINO | 06970243699 |
| JANAINA TOMIO ODELI | 04071836989 |
| JANAISE MARQUES DE OLIVEIRA | 05640255420 |
| JANETTE MAGALI GOMES DE SOUZA | 04566146480 |
| JANINA MARA DE FREITAS AVELAR | 07728890662 |
| JANINE NUNES MOULIN DE MORAES | 10656792701 |
| JANKIEL VALERIO CARVALHO DA COSTA | 00794617433 |
| JANNEFER LIMA DE FREITAS | 89068645315 |
| JAQUELINE GUERRA | 00406710031 |
| JAQUELINE KELLY FERREIRA DE SOUZA | 04943470408 |
| JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA PACHU | 06012966482 |
| JARDEL DE MOURA PEREIRA | 00362163308 |
| JARDEL FERREIRA GUIMARAES | 73676705300 |
| JARLISSON REBELO GONCALVES | 69548137291 |
| JASIEL PEREIRA DE QUEIROZ MACIEL | 05193635407 |
| JEAN YVES FARIAS MARTINS | 96436328300 |
| JEANNETTE BARROS RIBEIRO COSTA | 07467951493 |
| JEFFERSON MENEZES VIANA SANTOS | 85285978300 |
| JEFFERSON PONTE ALBUQUERQUE FILHO | 91351235320 |
| JEFFERSON SILVA OLIVEIRA | 01910644323 |
| JEFFERSON TRIGUEIRO NETO | 05035370470 |
| JEFFERSON WALMIR ALMEIDA ALVES | 92644287391 |
| JEMEDE DUARTE VALENCA | 03990652451 |
| JESARELA MARIA DE SOUZA DE AMORIM | 05866407973 |
| JESSICA ARAUJO VASCONCELOS | 99903687320 |
| JESSICA DA COSTA DE OLIVEIRA | 00548390339 |
| JEYSA CARLA JULIAO DE SOUSA | 64718212391 |
| JILIELISSON OLIVEIRA DE SOUSA | 06043989484 |
| JINNAH HAN | 06230785463 |
| JOAB ALVES NICÁCIO JÚNIOR | 01346729417 |
| JOANA MENDEZ DANTAS DE MIRANDA | 05546376422 |
| JOANA RAFAELA ALBUQUERQUE SILVA | 95879536300 |
| JOANA RAYANE PINHEIRO DE FIGUEIREDO | 02491437392 |
| JOANNA ALICE BEZERRA CAVALCANTI TEIXEIRA DA NOBREGA | 00802149405 |
| JOANNA ALVES DE ARAUJO | 83784462391 |
| JOANNA LOPES DA SILVA NASCIMENTO | 01305237129 |
| JOANNA TEREZA PARIZOTTO | 05835080905 |
| JOAO AIRTON DE CARVALHO FORTES | 03049577398 |
| JOAO ANTONIO DE ALMEIDA | 28678480831 |
| JOAO ARMANDO DE CASTRO SANTOS | 01520132107 |
| JOÃO CARLOS LEITE REBOUÇAS | 05274261485 |
| JOÃO CARLOS MACEDO FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR | 33517743895 |
| JOAO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO | 04720770401 |
| JOAO CLAUBER FERREIRA DE MOURA | 04655274425 |
| JOÃO DANIEL FREIRE VISGUEIRA | 02685905324 |
| JOÃO ELITON BONIN | 99451492615 |
| JOÃO EURIPEDES DE ALCANTARA JUNIOR | 00285776126 |
| JOAO FILIPE HOLANDA COUTINHO | 64730638387 |
| JOAO FURTADO DA SILVA NETO | 00257827382 |
| JOAO GABRIEL GAZZINELLI GUIMARAES | 07657149655 |
| JOAO HENRIQUE PINHEIRO DE MENEZES BARRETO | 00505009374 |

MATERIAL DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| JOAO HENRIQUE ZUCCO VIESI | 05051431941 |
| JOAO IGOR DE PAIVA CABRAL | 04774877425 |
| JOAO MANOEL MIRANDA MAGALHAES SANTOS | 01867927519 |
| JOÃO MARCO BRAGA TEIXEIRA | 09003449627 |
| JOAO MARCOS LOPES MOREIRA | 00576810312 |
| JOAO PAULO ALMEIDA DE SOUSA | 70970971591 |
| JOAO PAULO BULLA MARIA | 04440162959 |
| JOAO PAULO FERNANDES | 63263297104 |
| JOAO PAULO MARTINS CAMPOS | 08022308650 |
| JOÃO PAULO OLIVEIRA DE MORAIS | 02379029318 |
| JOAO PAULO RIBEIRO COUTINHO HONORIO | 05599139409 |
| JOAO PEDRO MESQUITA NETO | 00164678174 |
| JOAO RICARDO REBOUCAS DO NASCIMENTO | 03068120535 |
| JOÃO UBIRATÁ VERÍSSIMO NASCIMENTO | 01772689130 |
| JOAO VICTOR RODRIGUES | 00231988184 |
| JOAO VICTOR ROLIM DE PONTES VIEIRA | 01620179105 |
| JOAO VICTOR TENORIO CAVALCANTI DE ARAGAO | 07277289463 |
| JOÃO VINICIUS DE ABREU RIBEIRO PINHEIRO | 85284505115 |
| JOÃO VITAL ARTHUR MARADONA OLIVEIRA DIAS | 02378146175 |
| JOAO VITOR BIAO TORMAM | 01350580589 |
| JOAQUIM FREIRE DE CARVALHO NETO | 00824378407 |
| JOAQUIM NELITO DA SILVEIRA NETO | 99800853391 |
| JOAQUIM RAFAEL DE OLIVEIRA SILVA | 90875370187 |
| JOAQUIM SAMPAIO GARCIA FILHO | 00386445338 |
| JOCIELMA FERNANDES DE OLIVEIRA | 00557033136 |
| JOCIVALDO NUNES LOURENCO | 57807477334 |
| JOEL LADISLAU DE MELO SOUSA | 00334134366 |
| JOHANN VARGAS SILVA | 91542529387 |
| JOHN EMY CAMPOS DE HOLANDA | 01856517390 |
| JONAS DALLO DAL PONT | 04045256954 |
| JONAS DOS SANTOS NASCIMENTO | 78742927587 |
| JONAS LADEIRA DE JESUS | 13105887750 |
| JONATAH SILVA RIOS | 02955835501 |
| JORDAN CAMARA MOURA | 12727104758 |
| JORDANA CHRISTINE DE SOUZA CARDOSO | 02669902316 |
| JORDANA FERNANDES RIBEIRO AMORIM DE SOUSA | 06150728609 |
| JORDANA FORESTI PADILHA | 01851075089 |
| JORDANA VENDRAMINI MACHADO | 98627325120 |
| JORDANNA SANTANNA DINIZ E MOURA | 00632150122 |
| JORGE FERNANDO MOREIRA LOPES | 02092756184 |
| JORGE FERNANDO REBOUCAS LESSA | 81380755115 |
| JORGE HENRIQUE COSTA NICOLAU | 01095228340 |
| JORGE LUIS FONSECA DE ACIOLI CONRADO | 00768623561 |
| JORGE NAZARENO DA SILVA BARROS JUNIOR | 80542751291 |
| JORGE VITOR BARRETO ARAUJO | 05421775445 |
| JOSE ALBUQUERQUE LANDIM JUNIOR | 01769393340 |
| JOSE ALENCAR LIMA FILHO | 05754141467 |
| JOSE ALVES SECUNDO JUNIOR | 03351779569 |
| JOSE ANTONIO BARBOSA FILHO | 06374490614 |
| JOSE CARLOS MORAIS DE OLIVEIRA | 00964444526 |
| JOSE CARLOS RISSATO CARVALHO | 35757273844 |
| JOSE CARLOS SANTOS JUNIOR | 99901994349 |
| JOSE CARLOS SIZINO FRANCO FILHO | 02553230508 |
| JOSE CARLOS VIANNA TANURI JUNIOR | 00128491540 |
| JOSÉ DA SILVA TAVARES NETO | 03359201523 |
| JOSE DANIEL AGUIAR COSTA | 01088400345 |
| JOSE DANUZIO LEITE DE OLIVEIRA | 00368222306 |
| JOSE DE RIBAMAR CASTRO VELOSO | 02462932330 |
| JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA FERREIRA | 02370237503 |
| JOSE EDUARDO PASSOS SILVA | 01086582527 |
| JOSE ERIVALDO FONSECA DOS SANTOS | 61513652320 |
| JOSÉ EVERTON PAIVA COSTA | 23309008304 |
| JOSE FRANCISCO BUENO FILHO | 96038659153 |
| JOSE GENECY MONTE JUNIOR | 61864218304 |
| JOSÉ GILVAN LEITE SAMPAIO NETO | 02686022396 |
| JOSÉ GUSTAVO PEREIRA CLOSS | 74951521253 |
| JOSE ISMAR PATRIOTA FILHO | 05363369460 |
| JOSE KOSTETZER JUNIOR | 06219053990 |
| JOSE LINO FERREIRA JUNIOR | 06231242382 |
| JOSE LUCIANO MOREIRA DO NASCIMENTO FILHO | 04798046485 |
| JOSE LUSTOSA ELVAS BARJUD FILHO | 67134742334 |
| JOSE MARCONE DE OLIVEIRA PACHECO | 01899377506 |
| JOSE MARIANO BARBOSA DA SILVA | 01909428434 |
| JOSE MARIO CARVALHO GOMES | 06755395447 |
| JOSÉ MAXIMO COSTA PINTO | 05479080407 |
| JOSÉ MONTENEGRO JUNIOR | 88793850387 |
| JOSE MOZART RIBEIRO NETO | 95623469353 |
| JOSE NEIAS ARAUJO RIBEIRO | 99524074320 |
| JOSE NETO RIBEIRO DE SOUZA | 01981929169 |
| JOSÉ NILTON DE AZEVEDO RODRIGUES | 95229795387 |
| JOSÉ RAMALHO DA SILVA NETO | 01087944406 |
| JOSE RENATO BRABO ARERO | 95275894287 |
| JOSE RIBAMAR CEZARINO DE ARAUJO JUNIOR | 05663433473 |
| JOSÉ ROBERTO BATISTA LEAL FILHO | 07175705417 |
| JOSE ROBERTO BINDA JUNIOR | 01765389330 |
| JOSE SANTOS GUEDES | 65955803572 |
| JOSE SAVIO MENEZES PARENTE | 00247594300 |
| JOSE SEVERINO ALVES DA TRINDADE | 24767905400 |
| JOSE WILLIAMS MUNIZ DE SIQUEIRA | 01351879405 |
| JOSELANY BORGES E SILVA MILANEZ | 69588740304 |
| JOSILENE SANTOS RIBAS | 06949405693 |
| JOSINALDO DA SILVA | 02471843492 |
| JOVANDE MOREIRA DE FREITAS JUNIOR | 07586165467 |
| JOYCE BORBA MARQUES | 05962202600 |
| JOYCE FREIRE GONCALVES DE MELO | 05468044463 |
| JOYCE FREITAS DOS SANTOS | 71958568104 |
| JUAN MIGUEL COSQUILLO VALDIVIA | 02289659347 |
| JUAREZ LIMA NETO | 01453987142 |
| JUCELIO SARAIVA BORGES | 00721058361 |
| JUCYARA TIMBO PEREIRA CAMELO MADEIRA DE MATOS | 00714425370 |
| JUERCIO LUIS BURGARDT FILHO | 04876297959 |
| JUKELSON BARBOSA DA SILVA | 05190087409 |
| JULIA FERNANDES EIGENHEER | 10207020795 |
| JULIA MILENA NOLASCO DO NASCIMENTO | 01884188575 |
| JULIA PINTO TRINDADE | 01685558089 |
| JULIA THALITA QUEIROZ ROCHA | 06957097633 |
| JULIANA APARECIDA SOARES JEREMIAS | 08034120618 |
| JULIANA BENTO DA CUNHA | 05732868410 |
| JULIANA BEZERRA FARIAS | 00667924361 |
| JULIANA BOLANDINI DE MATOS | 06814019663 |
| JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA | 01498052681 |
| JULIANA CHAGAS CALDAS | 04875758499 |
| JULIANA COELHO CAIADO | 02019460173 |
| JULIANA COSTA ALENCAR | 00872554309 |
| JULIANA DE AQUINO E SILVA | 06801759620 |
| JULIANA DE AZAMBUJA | 01146581025 |
| JULIANA DE SOUSA CRISTO MARCELINO | 08570076614 |
| JULIANA FERNANDES DE ANDRADE | 07238357640 |
| JULIANA FONSECA OLIVEIRA | 10059051698 |
| JULIANA FONTOURA NOGUEIRA | 01390766039 |
| JULIANA HELIODORO FONSECA | 11641423722 |
| JULIANA KARINA GRELLMANN | 01641536080 |
| JULIANA MACHADO DUARTE | 92036660363 |
| JULIANA MAIA DE HOLANDA | 01368352367 |
| JULIANA MELO PEREIRA | 06652485478 |
| JULIANA MOHANA CASTRO SILVEIRA DA SILVA | 03739491388 |
| JULIANA MONTEIRO ABREU | 00996079300 |
| JULIANA PAULA BELFIORI CARVALHO | 05866024969 |
| JULIANA QUINTANILHA GRANELLS | 10933800711 |
| JULIANA RODRIGUES TEIXEIRA | 00658298321 |
| JULIANA ROSA MELO | 01518352332 |
| JULIANA ROSITO PINTO KRUEL | 01068711027 |
| JULIANA SIQUEIRA PORTELA GOMES | 05537539403 |
| JULIANA SOFIA CHO | 08924923684 |
| JULIANA THOMAZ | 94366250063 |
| JULIANA TOLEDO TORRES MOTTA FERNANDES BRAGA | 12409364780 |
| JULIANE COUTO MARQUES | 05183104425 |
| JULIANO BORGES RIBEIRO | 08014479769 |
| JULIANO CARLOS RIBEIRO ALVES | 00896884570 |
| JULIANO DE MELO MORAIS | 11355341795 |
| JULIENE NASCIMENTO DE MELO | 07172578430 |
| JULIO CESAR COUTO BEM SIQUEIRA TELLES | 01425276377 |
| JULIO CESAR ROCHA SILVA | 06953047631 |
| JULIO HENRIQUE DORO | 05594272984 |
| JULIO MARINHO DOS SANTOS NETO | 05412492401 |
| JULIO MILLO HOPPE | 35985277801 |
| JULIO MONTEIRO SILVA | 06034304490 |
| JULIO MOREIRA MEIRA | 02248647506 |
| JULIUS CAESAR MENDES SOARES MONTEIRO | 77736699291 |
| JUSSIE CORREIA LIMA | 77661222353 |
| KAIO AGUIAR HORTEGAL | 01760194301 |
| KALLYDYA PASQUALLY MOURA DA FONSECA | 05720032428 |
| KAMILA SILVA MARINS | 07366155632 |
| KAMILLA KAROLINNE DALL AGNOL TORRES DOS SANTOS | 01082222330 |
| KAREN ADRIANA CAMPOS PASTORIO | 01289680019 |
| KAREN LIMA SILVA | 00635493365 |
| KAREN SAMPAIO CAPILLA | 90691156204 |
| KAREN TEANE FEITOSA SOUSA | 06711857488 |
| KARIN DANUBIA FARIAS DE CARVALHO | 95775951387 |
| KARINA FERNANDES SARMENTO | 01366861418 |
| KARINE SILVA DE MACEDO | 00742416305 |
| KARITA DANIELLE MANUARO DOS SANTOS | 82888825287 |
| KARLA HELINE PEREIRA DE MESQUITA | 00018916341 |
| KARLA LINHARES PINTO | 03376143340 |
| KARLLA FERNNANDA CUSTODIA SILVA LEAL | 66166217315 |
| KAROLINE DE OLIVEIRA SENNA PEREIRA | 02968786504 |
| KAROLINE FARIAS DE ARAUJO | 00308895371 |
| KAROLINNE SARAIVA DE ARAUJO | 99023377320 |
| KARYNNE ESPIRITO SANTO BENJOINO | 93515901515 |
| KASSIA DE ANDRADE ALBUQUERQUE MAGALHAES | 06190387489 |
| KATARINA LIGIA VASCONCELOS SOUTO MAIOR | 07390071494 |
| KATHARINE DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA | 05023713407 |
| KATHARINE LENZ VASCONCELLOS | 11548261718 |
| KATIA MACARIO SANTOS QUINTILIANO | 98596233415 |
| KELEN RABELO SANTANA | 01258466651 |
| KELLY FONSECA NASR | 10462802795 |
| KELLY REJANE LEITE DE FIGUEIREDO | 00304273392 |
| KELLYANE CUNHA DE MIRANDA | 68850751320 |
| KEMILSON APARECIDO BRITO DE SOUZA | 33659807842 |
| KEMPES NASCIMENTO SPENCER | 93844913068 |
| KENARD DA SILVA MARTINS NETO | 01128389363 |
| KENIA RABELO SANTANA | 01205256660 |
| KERLY CASIMIRO DA SILVEIRA | 03845090456 |
| KLEBER VARELA DOS SANTOS | 06498496479 |
| KLENIA GLANIFFA EVANGELISTA SUASSUNA | 06510762420 |
| KLENIO MENEZES MACHADO | 03180041510 |
| KRASNALHIA LIVIA SOARES DE ABREU | 01809485398 |
| LADANIL FELIX FONSECA JUNIOR | 58298185234 |
| LAIANI CONFALONIERI BERTOLDI | 02189964547 |
| LAIANNE MENDES MACHADO | 98190490320 |
| LAILA FURTADO | 02669413382 |
| LAILA LUBIANA MACIEL | 12079719793 |
| LAILSON SERGIO BEZERRA DE LIMA | 06891242444 |
| LAIS ANDRADE MELO | 07390915498 |
| LAIS CRISTHINE SANTOS SOUZA | 01112303146 |
| LAIS DANIELLA MEIRA SANTOS | 83657169504 |
| LAIS FEITOSA CARVALHO | 01857546512 |
| LAIS FERREIRA PICANCO | 01888704586 |
| LAIS GABRIELA DIAS BEZERRA | 80667023453 |
| LAIS LEAO OLIVEIRA | 00126350140 |
| LAIS LEONOR DE REZENDE | 09584521640 |
| LAIS OLIVEIRA DOS SANTOS | 04562459441 |
| LAIS SABADINI BORCOI | 05918071733 |
| LAIS SILVA FADINI | 13114061745 |
| LAISE VILASBOAS SCHETTINI | 02836022523 |
| LAMARTINE DE MOURA ROCHA | 91461081300 |
| LARA BRITO PESSOA DE CARVALHO | 05790876706 |
| LARA GONCALVES FERNANDES | 00426038380 |
| LARA MARIA BATISTA FERREIRA | 01019233508 |
| LARA MARIANNY ROCHA REBOUCAS | 05827746401 |
| LARA PARENTE SILVA | 01687644586 |
| LARA ROCHA MACEDO | 34576337890 |
| LARA SOPHIA VELOSO PONTES | 06025741450 |
| LARA SUELLEN MARINHO SAO MATEUS | 34386549897 |
| LARA TAVEIRA NUNES | 00361539312 |
| LARAH DE CORDEIRO KIAN | 98512935391 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| LARICE ASSEF BASTOS | 84831278220 |
| LARISSA ALMEIDA NUNES | 01440558302 |
| LARISSA ALVES LIMA | 12357437723 |
| LARISSA ASSIS MARQUES | 08227507670 |
| LARISSA BARBOZA MORA | 35515958870 |
| LARISSA BASTOS COSTA | 02837645389 |
| LARISSA BRAGANCA ITABORAHY | 02267082179 |
| LARISSA BRUCH CAETANO | 00826913040 |
| LARISSA CALDAS MIRANDA | 96511591387 |
| LARISSA CARVALHO SEVERICO | 01050482085 |
| LARISSA DAMO | 00511782063 |
| LARISSA DE QUEIROZ TORRES | 01192211448 |
| LARISSA FELIZARDO OLIVEIRA | 07194847663 |
| LARISSA GLORIA SOBREIRA MAGALHAES DE CARVALHO | 06095510430 |
| LARISSA MACIEL LEITE FERNANDES | 04864021422 |
| LARISSA MARIA ALENCAR XEREZ | 02685065318 |
| LARISSA MARIA SANTOS BRANDÃO | 02022715527 |
| LARISSA MIRANDA SILVA | 06485696407 |
| LARISSA ROLIM FREITAS | 03540473378 |
| LARISSA RUSSO LUSTOSA RODRIGUES | 87794543215 |
| LARISSA SANCHEZ APOSTOLICO SILVA | 36878266866 |
| LARISSA VASCONCELOS BARRETO | 00662802306 |
| LARISSA XAVIER SANTIAGO DA SILVA | 02693092337 |
| LARYSSA LEAL DA CRUZ MACEDO | 67221190330 |
| LAUANA TERESA SOUSA NOLETO | 65898966315 |
| LAURA CAVALCANTE VILASBOAS | 01632417596 |
| LAURA CRISTINA RODRIGUES CALADO | 04576880411 |
| LAURA GONCALVES DE AZEVEDO | 05936485951 |
| LAURA HAYDEE SILVA TEIXEIRA | 02330436165 |
| LAURA LOPES DA SILVEIRA | 00741141078 |
| LAURA TEIXEIRA CANTI | 02363738039 |
| LAURO JOSE RIBEIRO VIANA | 01524420573 |
| LAYLA SILVEIRA CAMPAGNARO | 11712886703 |
| LAYRA RIBEIRO DE SOUSA LEÃO | 05404612452 |
| LAZARO DE LIMA | 04999844982 |
| LEANDER LEVI AUGUSTO DE ALMEIDA | 05478127442 |
| LEANDRO AUGUSTO VIEIRA NUNES | 36803111172 |
| LEANDRO BARROS DA SILVA | 01971021580 |
| LEANDRO CAVALCANTE SA | 01746458305 |
| LEANDRO FONSECA NORIEGA | 36945737802 |
| LEANDRO GOMES CAMPOS | 07495748605 |
| LEANDRO HENRIQUE EPIFÂNIO DOS SANTOS BENEDITO P. E PEREIRA | 01888332506 |
| LEANDRO HUGO RANGEL SILVA | 29620542851 |
| LEANDRO LIMA SEERIG | 01266664076 |
| LEANDRO LINHARES LEITE | 01339302381 |
| LEANDRO MAEDA COLONNEZI | 01447115597 |
| LEANDRO MOREIRA | 01381209190 |
| LEANDRO PELEGRINI DE ALMEIDA | 06134914916 |
| LEANDRO SILVEIRA MARMITT | 81030070059 |
| LEANDRO SOSSAI ALTOE | 11705489702 |
| LEILA RODRIGUEZ MARTINS | 37119696823 |
| LEILA SANTOS LIMA SOUZA | 01845512502 |
| LEILIANA MEIRELES COELHO | 02149339382 |
| LEIMAR GABRIEL MACIEL BEZERRA | 64474275349 |
| LEISSA IORRANNE COSTA GIL DE SOUSA | 01580735509 |
| LEIZA DE SOUZA MOULIN | 13100959736 |
| LEO CLAUSSEN BOECHAT DE CASTRO | 10140814752 |
| LEONARDO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS | 02718523301 |
| LEONARDO BEZERRA FEITOSA | 01182882374 |
| LEONARDO CASTANHEIRA JARDIM | 22195112867 |
| LEONARDO COELHO DE ALENCAR BARRETO | 00786739339 |
| LEONARDO COLARES CASTELO BRANCO | 00007122306 |
| LEONARDO CRUZ XAVIER | 76469018220 |
| LEONARDO DA VINCI COSTA OLIVEIRA | 06439377493 |
| LEONARDO DAMASCENO MARTINS | 01444899538 |
| LEONARDO DE CAMPOS CORRÊA OLIVEIRA | 05622827698 |
| LEONARDO DE JESUS DOS SANTOS | 09150202707 |
| LEONARDO DE OLIVEIRA PUFAL | 01196440450 |
| LEONARDO DE PAULA ROCHA AGUIAR | 01766776310 |
| LEONARDO DE SOUZA MORAIS ANDRADE | 08055786682 |
| LEONARDO DONIDA DE JESUS | 05256862901 |
| LEONARDO ELY | 05215673438 |
| LEONARDO GIOVANI DE JESUS | 05395163921 |
| LEONARDO GOMES JUSTINO | 00526927364 |
| LEONARDO GONÇALVES AZAMBUJA FERREIRA | 35528568897 |
| LEONARDO JUNIO DA SILVA MEDEIROS | 82398984249 |
| LEONARDO LEITE DE QUEIROZ SILVA | 33777909858 |
| LEONARDO LUQUINE MOREIRA DE SOUZA | 02893919545 |
| LEONARDO MEDEIROS PEREIRA CARNEIRO * | 01031258337 |
| LEONARDO MILANESI POSSAMAI | 01049182090 |
| LEONARDO MONTEIRO DORIA | 05844778480 |
| LEONARDO MOURA MEDRADO SANTOS | 90924037172 |
| LEONARDO OLIVEIRA DA SILVA | 09458908779 |
| LEONARDO PEREIRA CABRAL | 00659160340 |
| LEONARDO PERES VIVAS | 07270277605 |
| LEONARDO QUEIROZ DE FREITAS | 91981271449 |
| LEONARDO RODRIGUES DE MORAIS | 00714598399 |
| LEONARDO RODRIGUES MELO | 02390955371 |
| LEONARDO ROTOLO CONCEICAO DA COSTA ARAUJO | 05672485936 |
| LEONARDO SANTOS DIENER | 01284774155 |
| LEONARDO SILVA RAMOS PEREIRA | 10879469722 |
| LEONARDO SIMOES DUARTE | 07483229659 |
| LEONARDO VELOSO DO AMARAL | 73500542115 |
| LEOPOLDO GURGEL BARROSO PIMENTEL | 02515787398 |
| LETICE SILVA OLIVEIRA SILVA | 01113320524 |
| LETICIA BARBOSA | 12362470784 |
| LETÍCIA CAMPOS ROCHA | 07576337656 |
| LETICIA CLAUDINO ARAUJO | 02480665100 |
| LETÍCIA CRISTINA PEREIA PARENTE | 05069150936 |
| LETÍCIA DE ÁVILA CAMBRAIA | 00978919165 |
| LETICIA GAERTNER MARIANI | 01274257050 |
| LETICIA LIBERINO DA SILVA | 00593200527 |
| LETICIA LOPES RAMOS | 01595079602 |
| LETICIA MARIA PRADA MARCHINI | 34034767820 |
| LETÍCIA MOREIRA MACHADO | 06927533621 |
| LEYSA FERNANDA DA COSTA MEDINA | 00705312933 |
| LIA LIRA OLIVIER SANDERS | 92587380391 |
| LIA MARIA BASTOS PEIXOTO LEITAO | 02690975386 |
| LIA PONTES DE MELO | 01031873325 |
| LIANA BENEVIDES GUEDES | 01735855316 |
| LIANA FERREIRA ALENCAR SILVA | 01444124382 |
| LIANA JOYCE MELO LEITE | 03145393367 |
| LIANA MACEDO CAJATY | 78371953372 |
| LIANI PATRICIA ANDRADE SANTOS | 04027356500 |
| LICEU AMARAL MOLETTA | 91822815053 |
| LICIANE PATRICIA DA SILVA RAMOS | 92480535215 |
| LIDEMARCKS IRINEU ANDRADE | 05833236428 |
| LIDIA CARVALHO DE BRITO BEZERRA | 00313302316 |
| LIDIANE BIANCA DOS REIS NEVES DA ROCHA | 00487354508 |
| LIDYANNE DE LIMA GUIMARAES | 05431246496 |
| LIGIA MARIA MONTENEGRO LESSA | 01031029303 |
| LIGIANA LEITE DE CARVALHO | 08282396494 |
| LILIAN KARLA CARDOSO RAMOS | 05596490962 |
| LILIAN KERLY ALVES DE ARAUJO | 03667042493 |
| LILIANE CARVALHO JAMIL | 08946834625 |
| LILLIAN DE OLIVEIRA ATAIDE | 01270420160 |
| LINDALVA MARIA PEREIRA LIMA DE FARIA | 01334977470 |
| LINDENBERG DE ALBUQUERQUE SARAIVA | 50608983349 |
| LIPE DE MELLO ALVIM | 06780447676 |
| LIS PINHEIRO CRUZ | 07392350447 |
| LISANGELA PERDIGAO COIMBRA | 01586621300 |
| LISIE VOIGT MACHADO | 06232988990 |
| LIVIA CARVALHO DE ARAUJO | 93049226234 |
| LIVIA CISNEIROS GOES | 03341180508 |
| LIVIA CRISTINE FERREIRA GOMES | 07052019612 |
| LIVIA DE FREITAS GURGEL ALVES | 51826097368 |
| LIVIA ESTHERLICE FROTA LOPES | 01250692512 |
| LIVIA GUERRA LIMA | 05682547756 |
| LIVIA MARIA ANTUNES PINTO AZEVEDO | 08451942679 |
| LIVIA MARIA BRASIL FERREIRA RAMALHO | 91833680278 |
| LIVIA MARIA FELIPE CRUZ | 00178389323 |
| LIVIA PAULINELLI GUIMARAES | 06087848690 |
| LIVIA PEREIRA NUNES | 01056348402 |
| LIVIA SANTANA OLIVEIRA | 01418573582 |
| LIVIA TEIXEIRA MARTINS E SILVA | 02675984167 |
| LIVIA VASCONCELOS MARTINS | 91156980330 |
| LIVIA VILLELA COSTA | 08437144680 |
| LIZANDRO LEITE BRITO | 05233277492 |
| LIZIA BARUQUE BAYLAO | 02095078101 |
| LOANDA SANTOS CAMPOS | 02653607140 |
| LORENA ALMEIDA LYRA CORREIA | 01529017521 |
| LORENA BORGES DUAILIBE DE DEUS | 01447098307 |
| LORENA CASSIA DE CARVALHO OLIVEIRA | 01118564189 |
| LORENA DE MELLO FERREIRA SILVA ANDRADE | 01649152574 |
| LORENA DUARTE DE ANDRADE LIMA | 05554252400 |
| LORENA IGLESIAS | 11738851702 |
| LORENA MARIA CASIMIRO | 62924095387 |
| LORENA MARIA LIMA DE OLIVEIRA | 00381013359 |
| LORENA MARQUES DOS PASSOS | 02477118102 |
| LORENA MARTINS DE BARROS | 01633484130 |
| LORENA MOTA WANDERLEY | 67455786204 |
| LORENA PEREIRA DE OLIVEIRA | 01808501560 |
| LORENA PEREIRA MATOS | 66857538387 |
| LORENA PINTO NASCIMENTO | 81288093500 |
| LORENA SEABRA FERNANDES | 01778491189 |
| LORENA XAVIER MORAIS PEREIRA | 03331851531 |
| LORENA ZAINE MATOS MARTINHO | 02530212511 |
| LOUISE BISOLO | 07021924909 |
| LOUISE FARIAS BRITO | 06429359476 |
| LOUISE TAVARES LUCETTI | 00393157385 |
| LOUISE TEIXEIRA CARVALHO | 64631044349 |
| LOURENCO SABO MULLER | 00522179061 |
| LUA GAMA WANDERLEY LEITE | 06339422438 |
| LUANA BEZERRA LOPES | 02490775316 |
| LUANA BORGES ARRAES | 05156692451 |
| LUANA CLARISSE PINHEIRO REGO | 06874146440 |
| LUANA CORDEIRO MARON | 01695751523 |
| LUANA DE ALENCAR MOTA GONCALVES | 11400888743 |
| LUANA GERMANO TOSE | 12463649720 |
| LUANA MARQUES SALES ENOMOTO | 04686126967 |
| LUANA MATEUS DE SALES | 06330757445 |
| LUANA PONTES VASCONCELOS LIMA | 01658086325 |
| LUANA SILVA BESSA GUIMARAES | 02703089384 |
| LUANNE FORTES MONTE SOARES | 02223185380 |
| LUCAS ALESSANDRO MACEDO TAVARES CRUZ | 01359850309 |
| LUCAS ALVES DIAS | 06998043619 |
| LUCAS ANTUNES FONSECA | 08096959603 |
| LUCAS BRAGA MOTA | 60003950352 |
| LUCAS CATA PRETA STOLZEMBURG | 10164918671 |
| LUCAS COSTA FELICISSIMO | 07919148600 |
| LUCAS DE BARROS NAVARRO | 01520429541 |
| LUCAS DE CASTRO CASTELLUCCIO | 72444266153 |
| LUCAS DE MELO PEREIRA | 07144615475 |
| LUCAS DOS SANTOS MACHADO | 30556518802 |
| LUCAS EDUARDO VALERO ALVES | 11787378705 |
| LUCAS FALCON DE OLIVEIRA | 01664169598 |
| LUCAS FERREIRA ROCHA | 07046724644 |
| LUCAS HUMMELGEN LEITIS | 07139023964 |
| LUCAS JOSE SA DA FONSECA | 07068696481 |
| LUCAS LIMA ALBUQUERQUE | 01471514307 |
| LUCAS LIMA PIMENTA | 06974861419 |
| LUCAS MAIA GONCALVES DE MEDEIROS | 04648764439 |
| LUCAS MARTINS ALMEIDA | 08971346647 |
| LUCAS MARTINS DE MATTOS | 10866966706 |
| LUCAS MAUTONE CAMPOS | 07696223640 |
| LUCAS MEDEIROS CURZIO | 07216431677 |
| LUCAS MERFA E SILVA | 35428216832 |
| LUCAS MONT ALVERNE LOPES PARENTE | 00633448311 |
| LUCAS MOURA ARAUJO | 00330837389 |
| LUCAS MUNIZ GARCIA | 31185051848 |
| LUCAS OSANAN ANDRADE SOUSA | 02535100312 |
| LUCAS PAULO SILVA | 01670733548 |
| LUCAS PESSOA MINEIRO APOLÔNIO | 03542224308 |
| LUCAS PINHEIRO MONTEIRO | 00307814343 |
| LUCAS PONTES MOUTINHO | 00171510232 |
| LUCAS SANTOS GUIMARAES | 03064740504 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| LUCAS VELOSO TEIXEIRA BESSA | 06567350660 |
| LUCAS VIEIRA FERREIRA SILVA | 07357939642 |
| LUCIA THEREZA MASCARENHAS FREIRE OLIVEIRA | 81341172287 |
| LUCIANA ALVES BRANDAO | 65921879215 |
| LUCIANA BARBOSA LEITE | 01021786152 |
| LUCIANA BORGES DE SOUZA | 06676296616 |
| LUCIANA CORREA DE ALBUQUERQUE LEIMIG | 06387759498 |
| LUCIANA GONCALVES MACIEL PINHO | 01712419323 |
| LUCIANA LEITÃO MELO | 99685094268 |
| LUCIANA MATA DE MORAES | 01433556359 |
| LUCIANA RAPOSO D AMBROSIO | 05732885773 |
| LUCIANA REBOUCAS DE ARAUJO | 02178022570 |
| LUCIANE COSTA ASSUNCAO | 99526670353 |
| LUCIANO BELTRAO PEREIRA | 05213777490 |
| LUCIANO COSTA DE PAIVA | 07683348619 |
| LUCIANO RAYMUNDO HUBER | 42606772091 |
| LUCIELE STOCHERO | 01598795074 |
| LUCILENE LISBOA FERRAZ | 06490465442 |
| LUCIO FLAVIO FELICE | 00278253024 |
| LUCYKELLY RODRIGUES DE ALMEIDA | 06169507489 |
| LUDIMILA OLIVEIRA MANDELLO | 07161610605 |
| LUDMILA BRITO PORTO | 00107410117 |
| LUDMILA MARIA CORRAL DE MEDEIROS | 05053549427 |
| LUDMILA QUINTÃO UHEBE | 08174493611 |
| LUDMILLA CARDOSO GOMES | 01669465594 |
| LUDMILLA FELIX MEDRADO | 03380426520 |
| LUDMILLA RAMALHO VIEIRA | 11904847730 |
| LUDMILLA WALLESKA NASCENTES BRUNO | 03246966630 |
| LUDMYLLA HOFFMANN REIS | 09934927705 |
| LUDWING ALBERT PALOMINO CASTILLO | 22166199810 |
| LUIS ANTONIO LUZ GOMES | 85241610278 |
| LUIS FELIPE FERNANDES RODOVALHO | 01399111469 |
| LUIS GUILHERME SCALIANTE | 06642644921 |
| LUIS HENRIQUE HALMENSCHLAGER | 82674370025 |
| LUIS HENRIQUE SANTOS MARTINS FILHO | 02584834316 |
| LUIS PAULO ALVES GOMES | 07079795605 |
| LUIS PIRES DE MELO FILHO | 01766690351 |
| LUIS RICARDO PLUTARCO FAMA | 97696161334 |
| LUISA BAHIA FRANCA | 07843185658 |
| LUISA LAGES DE ABREU | 06785126630 |
| LUISE SCHWANZ SPARREMBERGER | 01113391030 |
| LUIZ ANDERSON BEVILAQUA BANDEIRA | 01333432356 |
| LUIZ ANTONIO VASCONCELOS DOS SANTOS | 01381576427 |
| LUIZ AUGUSTO LAGEDO FERRAZ | 05518192436 |
| LUIZ AUGUSTO PEREIRA CALCAS CASSETTARI | 36071449820 |
| LUIZ CAMARGO JUNIOR | 00578995174 |
| LUIZ CARLOS BELO RODRIGUES FILHO | 12170236740 |
| LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR | 04657874608 |
| LUIZ CARLOS SA JUNIOR | 07141332642 |
| LUIZ CLAUDIO MOURA DA SILVA | 05451363773 |
| LUIZ EDUARDO CALOETE XIMENES | 05287599498 |
| LUIZ EDUARDO INOUE | 06615109999 |
| LUIZ EDUARDO MOREIRA PASSOS | 80375715304 |
| LUIZ EDUARDO PIMENTEL BEZERRA | 01006255338 |
| LUIZ FELIPE DE PINHO GODINHO | 07426588645 |
| LUIZ FERNANDO CINTRA CAMPOS FILHO | 02474347100 |
| LUIZ GUILHERME LACERDA SANTOS | 07077208699 |
| LUIZ GUSTAVO MOREIRA CRUVINEL | 02487463163 |
| LUIZ GUSTAVO OMENA BARBOSA SILVA | 05866704404 |
| LUIZ HENRIQUE COSTA NICOLAU | 02651330337 |
| LUIZ HENRIQUE DA SILVA AZEVEDO | 04769700407 |
| LUIZ JACKSON DE PAULO FRANCA | 44840365768 |
| LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR | 87438160297 |
| LUIZ ROMARIO DOS SANTOS SANTANA JUNIOR | 02931259535 |
| LUIZA CARVALHO BOECHAT POUBEL | 05338626713 |
| LUIZA DE SOUSA GOMES XAVIER | 01970063378 |
| LUIZA DE SOUZA MELLO | 11763397700 |
| LUIZA LOURENÇO CAMPOS DE SOUSA | 08472375676 |
| LUIZA TIZZIOTTI COTTAS | 35515196848 |
| LYCIA MARIA MARTINS PINHO PEDRAL SAMPAIO | 03316177574 |
| LYS BEATRIZ BRANDAO LOPES | 00728430398 |
| LYVIA ALMEIDA NASCIMENTO SALEM | 83385592291 |
| MADSON FERREIRA MACHADO | 08230664609 |
| MAIRA CINTRA DE OLIVEIRA | 01071228552 |
| MAIRA HERINGER SILVEIRA | 11219053740 |
| MAIRA MARQUES MODESTO | 05432289407 |
| MAIRA MUCI MARANHÃO | 70459746120 |
| MAISA DE ALMEIDA CARVALHO | 08321349617 |
| MANNASSES ARAUJO COSTA | 00141773316 |
| MANOEL AIRTON DE LAVOR FILHO | 62300750325 |
| MANOEL FELIPE QUINTINO RODRIGUES DA SILVA | 01123789436 |
| MANOEL JOSE ALVES DA COSTA | 02350694429 |
| MANOEL VINICIUS ROCHA ARAKI | 01273168500 |
| MANOELA FALSONI | 98705318220 |
| MANUELA PANTELIADES PEREIRA | 06508379674 |
| MANUELA RODRIGUES NASCIMENTO | 36168349880 |
| MANUELA RODRIGUES PEREIRA | 06535556603 |
| MANUELA SILVA MEIRELES | 00989508358 |
| MANUELLA MAGALHAES VASCONCELLOS | 05854599406 |
| MARA BARRETO THEISS | 05451018910 |
| MARA ROCHELLE AQUINO DA ROCHA | 98947737372 |
| MARCEL CABRAL COGNETTE | 32772559807 |
| MARCEL DE SA ARAUJO MARCOLINO | 52901505287 |
| MARCEL FIGUEIREDO FONTES | 02927232539 |
| MARCELA BARALDI MOREIRA | 33688101898 |
| MARCELA BATISTA DE OLIVEIRA | 07094600666 |
| MARCELA MARIA AGUIAR MINDELLO | 01669069303 |
| MARCELA NASCIMENTO | 08972231606 |
| MARCELA PEREIRA MARTINEZ | 36855675867 |
| MARCELE MORAIS DORNELES | 01267503009 |
| MARCELL ALVES MACEDO | 00972816380 |
| MARCELLA BOAVENTURA E CARVALHO | 03325021557 |
| MARCELLA CARVALHO CAMPELLO | 02251510575 |
| MARCELLA COSTA MAIA NOGUEIRA | 01500410390 |
| MARCELLE NASCIMENTO LEAO | 02656429145 |
| MARCELLO YURI PINHEIRO PACHECO | 03884630580 |
| MARCELO ARAUJO COSTA | 60022160302 |
| MARCELO BERNARDES DA SILVEIRA | 07871693662 |
| MARCELO CABRAL DE LUCENA | 01048622380 |
| MARCELO DA COL GUMERATO | 34323299893 |
| MARCELO DE MENEZES FIGUEIREDO COUTO BEM | 00468933344 |
| MARCELO FAVARIS CINNANTE | 10548037736 |
| MARCELO FELIX DE FREITAS | 92850804304 |
| MARCELO HANCKE | 50382209915 |
| MARCELO JOSE CARLOS ALENCAR | 05157631448 |
| MARCELO LABANCA DELGADO PERDIGAO | 02287813373 |
| MARCELO MARTINS DE MOURA | 01117758338 |
| MARCELO MEDEIROS MOTA DOS REIS | 00659979306 |
| MARCELO MOTTA GARCIA | 01509197516 |
| MARCELO NASCIMENTO DE BARROS | 70839948204 |
| MARCELO PAULO MELO DE SOUZA | 02308751304 |
| MARCELO PEREIRA BORGES | 98970127100 |
| MARCELO RODRIGUES | 05238539630 |
| MARCELO SILVEIRA MATIAS | 01819934306 |
| MARCELO TAVARES DE PAIVA | 00890167001 |
| MARCELO VIANA CARLOS CARDOSO | 84100303220 |
| MARCEU FLORES | 00312124090 |
| MARCIA RAYANNE PEREIRA VIEIRA | 60021589364 |
| MARCIELE FRANCIO ZANINI | 05722482960 |
| MARCILIO MAIA GONCALVES DE MOURA | 03534128486 |
| MARCILIO MOREIRA PEREIRA | 05741268480 |
| MARCIO ANDRADE SILVA FREIRE | 02958298507 |
| MARCIO ANTONIO ARARUNA VIEIRA FILHO | 02058745337 |
| MARCIO DE CAMPOS E SILVA | 00974168190 |
| MARCIO DIEGO CASTRO TEXEIRA | 02145409521 |
| MARCIO LUIZ VIOLATO | 74254901291 |
| MARCIO MAGALHÃES ARRUDA LIRA | 00757220460 |
| MARCIO OLIVEIRA ISABELLA | 83859500520 |
| MARCIO SOUTO BATISTA DE ALMEIDA | 07396359481 |
| MARCIO VASCONCELOS DOS SANTOS | 61685194320 |
| MARCO ANTONIO COSTA CARLOS | 03983336531 |
| MARCO ANTONIO FREITAS DA SILVA JUNIOR | 03595515560 |
| MARCO AURELIO DE HOLANDA CAVALCANTE FILHO | 02606213580 |
| MARCO AURÉLIO MATOS DE CASTRO LIMA | 04446489500 |
| MARCO AURELIO OLIVEIRA SILVA | 02008764141 |
| MARCO AURELIO VIEIRA COUTO | 08179771636 |
| MARCO DIAS SILVEIRA | 00452965373 |
| MARCO OTAVIO SANTOS DE ALMEIDA | 86080520249 |
| MARCOS ARMENTANO CASTRO | 06991695777 |
| MARCOS EIRO MIRANDA | 95602100253 |
| MARCOS GUIMARAES SILVA | 08269547662 |
| MARCOS LAELTON MARCONDES | 05622773903 |
| MARCOS LEANDRO RAMALHO DE ANDRADE MELO | 02554572518 |
| MARCOS LUIZ GOMES | 10033967717 |
| MARCOS PAULA DA SILVA | 00336929390 |
| MARCOS PINTO PERILLO FILHO | 02693743109 |
| MARCOS VINICIUS DE FREITAS REGO MONTENEGRO | 01360628495 |
| MARCOS VINÍCIUS GUERREIRO COUTO | 02286384533 |
| MARCOS VINICIUS MAZZONI MARTINS FERREIRA | 08094485647 |
| MARCUS CÉSAR DE CARVALHO SÁ | 06890643496 |
| MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO | 03269473613 |
| MARCUS VINICIUS FREIRE DA SILVA | 00352570598 |
| MARCUS VINICIUS SERRA DE OLIVEIRA | 01160889155 |
| MARIA CHRISTIANY MACEDO SARAIVA | 01110124309 |
| MARIA CLARA CALDEIRA SILVA | 08952724666 |
| MARIA CLARA DE MELO CANEDO | 01839548150 |
| MARIA CLARA LIMA ALMEIDA | 93167792353 |
| MARIA CLEA DE SA RORIZ NEVES | 01239792344 |
| MARIA DAS GRACAS TIMBO PEREIRA CAMELO MADEIRA DE MATOS | 02592018395 |
| MARIA DE FATIMA MEDEIROS DE QUEIROZ | 32709242591 |
| MARIA EDUARDA CALOETE PENA | 06487586480 |
| MARIA EDUARDA CARVALHO WAGNES STOFLER | 05582880909 |
| MARIA ELYDIANE SARAIVA ARRAIS | 00507704380 |
| MARIA EUGENIA FERNANDES CARDOSO DE CASTRO | 03354847514 |
| MARIA GABRIELA AMORIM DA SILVA | 06903068490 |
| MARIA GISELLE ARAUJO DE SANTANA | 02506004556 |
| MARIA HELENA SIQUEIRA DOS SANTOS | 12829706404 |
| MARIA IRACEMA ROCHA DUDEK | 61852104368 |
| MARIA ISABEL BRAGA MALVEIRA | 07358802632 |
| MARIA ISABEL MULLER | 05432268914 |
| MARIA ISABEL SANTOS DE NOROES RAMOS | 01829819321 |
| MARIA IZABELLA DIAS QUIRINO DE MOURA | 06855568408 |
| MARIA JOSE DA SILVA | 09216324449 |
| MARIA KATARINE CÂNDIDO ALMEIDA | 04590518490 |
| MARIA LUCIA DE MENDONCA BARBOSA | 06008111400 |
| MARIA LUIZA ABREU CURTI | 02337783146 |
| MARIA LUIZA NACUL MOOJEN | 00015049086 |
| MARIA MICHELINE DE ABRANTES | 89814851434 |
| MARIA MIKAELLE LOURENCO FONTENELE | 01473904358 |
| MARIA ROBERTA VIANA SILVA | 01722955562 |
| MARIAH JALES ROSADO HOLANDA | 05096003442 |
| MARIAMA CAVALCANTI FALCÃO | 05769557443 |
| MARIANA AREDES MORAES | 08836802621 |
| MARIANA ARRUDA DE MENEZES | 07091172485 |
| MARIANA BARROS INNOCENTE | 06821036675 |
| MARIANA CABRAL DA LUZ ROCHA | 01277818460 |
| MARIANA CAVALCANTI COELHO | 04761521430 |
| MARIANA ESMERALDO PINHEIRO | 02893443362 |
| MARIANA FARIAS LIMA BUENOS AIRES | 06341224443 |
| MARIANA FREITAS DE ASSIS PEREIRA ROSA | 08092819610 |
| MARIANA FROTA FURLAN | 57570361334 |
| MARIANA GUIMARAES PEREIRA | 01356222390 |
| MARIANA KUNRATH TOCCHETTO | 01308801084 |
| MARIANA MARCONATO MONJE | 01232124303 |
| MARIANA MEIRELES LANZIOTTI | 08947251658 |
| MARIANA MOREIRA DE DEUS | 01248072162 |
| MARIANA NORONHA CASTRO MENDES | 06143629463 |
| MARIANA PARANHOS ALVARENGA | 08263510694 |
| MARIANA PEREIRA CAVALCANTE ZAU | 05594018760 |
| MARIANA RODRIGUES LANDIM | 03582193373 |
| MARIANA RUST ELIAS | 08509917655 |
| MARIANA SANTIAGO ORMAY | 12015532706 |
| MARIANA SCANDIAN BERGAMASCHI | 91133637272 |
| MARIANA SOUZA LUIS | 02724177185 |
| MARIANA TORMINN SENNA | 02094839117 |
| MARIANA TOTOLA FORCA | 84123281249 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| MARIANA VALENCA DE OLIVEIRA | 03282396406 |
| MARIANA VEIGA CRUZEIRO | 01417565195 |
| MARIANA ZAGO DE MORAES | 01358434050 |
| MARIANE TORRES UCHÔA | 06322632450 |
| MARIANNA CAVALCANTI PONTES | 07427852460 |
| MARIANNA NUNES BOECHAT | 05871134726 |
| MARIANNE DE MOURA SÁ | 00698177312 |
| MARILANE KALYETTA ALMEIDA FONSECA | 03376854602 |
| MARILEA PIAIA | 77078543068 |
| MARILIA ALVES ADAO | 00367237385 |
| MARILIA ANDRADE DOS SANTOS | 00049037226 |
| MARILIA BUREGIO LEMOS DA CUNHA | 07608971401 |
| MARILIA DE MORAIS GONCALVES | 08330929604 |
| MARÍLIA GASPAR DE SOUZA | 02966356502 |
| MARILIA MACEDO REBOUCAS | 01795730390 |
| MARILIA MAGALHAES TAHIM | 01110230338 |
| MARILIA MENDES DE AZEVEDO | 07106914401 |
| MARILIA REGINA DO CARMO CAMELO | 05462485433 |
| MARILIA SABOIA DE CASTRO NOBREGA | 62131869304 |
| MARINA BRAGA BASTOS | 66983541391 |
| MARINA DIOGENES TEIXEIRA | 03199551335 |
| MARINA FERREIRA ARRUDA CÂMARA | 07386689403 |
| MARINA HELENA CAPRA | 01598459040 |
| MARINA ISMERIO DE OLIVEIRA HERMSDORFF | 13439763757 |
| MARINA LOURENCO DE BARROS | 36835039809 |
| MARINA LUIZA SOUZA DO NASCIMENTO | 07388788476 |
| MARINA MELEM ALENCAR DA SILVA | 77965710200 |
| MARINA MUNEROLI MARIN MUNEROLI | 01417721073 |
| MARINA NEVES CAVADA | 83031952049 |
| MARINA PAIVA | 02749490324 |
| MARIO AMARAL PUGLISI | 29116438876 |
| MARIO ANTONIO GHERARD PINTO JUNIOR | 04379513670 |
| MÁRIO GUSTAVO LUCIO ALBUQUERQUE DA NOBREGA | 98953818400 |
| MÁRIO PEREIRA COUTINHO JÚNIOR | 04088882458 |
| MARIO ROGERIO FERREIRA DA SILVA | 01370592566 |
| MÁRIO RONALDO PEREIRA ALBUQUERQUE | 00303173394 |
| MARISTELA DOURADO SANTOS SEIXAS | 03137324505 |
| MARIZA BANDEIRA DE ARAUJO | 79867316304 |
| MARLON ARTHUR MOREIRA BASTOS | 00796579407 |
| MARLON JOSE XAVIER DE MELO FILHO | 05584441481 |
| MARLUS STEFANELLI HEEMANN | 01251521673 |
| MARNE CRISTINA RESENDE CAVALCANTE | 06435686467 |
| MARTA CAMPESTRINI | 06017292935 |
| MARTA GABRIELA SILVESTRE COELHO DE CARVALHO | 00973042397 |
| MARTHA JANAINA DE MELO COLACO BORGES | 06684235442 |
| MARYANE DE OLIVEIRA PACHECO | 03644900558 |
| MASSIMO DRAGHI MANOEL | 04345245907 |
| MATEUS CHAGAS MAGALHÃES | 00824148584 |
| MATEUS NADER CUNHA | 01588495663 |
| MATEUS PORTO AMARAL MESQUITA | 06823107600 |
| MATEUS SUDÁRIO ALENCAR | 65146735387 |
| MATHEUS ALVES DE LIMA MOTA | 01977224318 |
| MATHEUS DA SILVA PEREIRA | 03128833583 |
| MATHEUS DE ARAUJO SILVA BARRETTO | 01849159530 |
| MATHEUS FIGUEIREDO SOARES | 02947077601 |
| MATHEUS MARTINS DE MELO SOARES | 01027386377 |
| MATHEUS MEIRA VELLOSO SANTOS | 01531723551 |
| MATHEUS PINHO BEZERRA | 97252212300 |
| MATHEUS ROSA DE ARAUJO | 01019303131 |
| MATHEUS TRIGO CARIM | 10087948729 |
| MAUREEN KELLY DOS SANTOS BRAUN | 72558105272 |
| MAUREN CANTARELLI NOAL | 00684806010 |
| MAURICIO CUSTODIO FABIANI | 01410215008 |
| MAURICIO FRIEDERICH | 00894804065 |
| MAURICIO LADEIA LIBERATO DE MATOS | 84409533568 |
| MAURICIO PACHECO REIS | 05858813917 |
| MAURICIO SIQUEIRA CAMILO | 08992400624 |
| MAURICIO VECCHI CARMO | 32610614802 |
| MAURO PAIVA RODRIGUES | 36835871806 |
| MAX WILLAND MOURA BARBOSA | 99286149387 |
| MAXIMILO DE OLIVEIRA RIBEIRO | 00013548336 |
| MAXLANIO WILLIAM DE SOUZA GUEDES | 08212769488 |
| MAXLANO OSORIO JOSE FERREIRA | 00131752111 |
| MAXWELL DA SILVA OLIVEIRA | 02886522406 |
| MAXWELL E SILVA PEREIRA | 99341425387 |
| MAYARA LIMA NASCIMENTO | 05801905448 |
| MAYARA MONIQUE FIGUEIREDO PINHEIRO | 77267702287 |
| MAYLANE OLIVEIRA MAGALHAES | 01622130502 |
| MAYLLIN FREITAS NUNES | 06813638432 |
| MAYNA RAPHAELA DE CARVALHO MOURA | 04770147473 |
| MAYRA DE SOUZA SANTOS | 06601950629 |
| MAYRA SOARES FERREIRA | 02558488384 |
| MAYSA CARLA DE PAULA | 08773304689 |
| MAYSA LOPES FERNANDES | 05504700426 |
| MEIRY CAROLINI E NASCIMENTO | 89096169387 |
| MELINA EFRAIM VIEIRA PINTO | 08205685622 |
| MESSIAS SILVA NASCIMENTO | 02711951502 |
| MEYZE CAMARGO ALBERTINI | 31701559897 |
| MICHEL NUNES ZIGMANTAS | 78078849249 |
| MICHELE CAROLINE DOS SANTOS GARCIA | 00644857900 |
| MICHELE COSTA BARBOSA CARDOSO | 03209677514 |
| MICHELE LOPES E CARVALHO | 06327207600 |
| MICHELLE BEIKE MAGALHAES BRITO | 01515800300 |
| MICHELLE FONSECA GOIABEIRA | 96414901334 |
| MICHELLE GURGEL LIMA | 64053067391 |
| MICHELLE MENDONCA PESSOA | 04863665458 |
| MIGUEL ANTONIO TEIXEIRA FERRIRA | 02893729339 |
| MIGUEL ROGERIO DE MELO GURGEL SEGUNDO | 01359317465 |
| MILA CARVALHO MUELLER | 01889040509 |
| MILENA AMORIM DE SOUZA | 07397901450 |
| MILENA ARAGAO GUIMARAES | 04439359477 |
| MILENA CRISTINA DE MATOS | 01750041375 |
| MILENA DE AZEVEDO TELES | 61803170387 |
| MILENA DE SOUZA FURTADO | 06030306618 |
| MILENA MAGALHÃES LIMA | 01461485339 |
| MILENA REIS SANTOS DE OLIVEIRA | 02515444512 |
| MILVELENA DE PAULA BRITTO SANTIAGO | 00848790332 |
| MIQUEIAS FEITOSA LEITE | 00155354361 |
| MIRELI COELHO ROCHA | 07411996963 |
| MIRELLA BARBOSA OLIVEIRA | 01348304405 |
| MIRELLA FIGUEREDO LOLA | 03125806577 |
| MIRELLE BATISTA BARRETO | 02569179302 |
| MIRIAM SOUZA DO ROSARIO | 00371140501 |
| MIRIAN SANTANA BARBOSA | 07358846680 |
| MIRIELE DE FREITAS | 88793281234 |
| MOANA MACHADO BARBOSA | 06232478444 |
| MOISÉS BORGES FONSECA CAPELLO TEIXEIRA | 13393836757 |
| MONDEYV DE FREITAS PASCOAL | 66880300391 |
| MONICA CARDOSO DALVI | 07546656745 |
| MONICA DANIELY DE OLIVEIRA CASTELO BRANCO | 00694301361 |
| MONICA GUZINSKI RODRIGUES | 00115504060 |
| MONICA SOFIA NASCIMENTO DE BARROS | 89007069268 |
| MONIQUE LIMA SILVA | 02740428510 |
| MONIQUE MARIE BRITO CORTEZ LIMA | 03620523363 |
| MONIQUE SIMOES CELESTINO | 00838072500 |
| MONISA MARTINS NOBREGA | 06418343492 |
| MORGANA LEONORA CORAL | 04744499988 |
| MOZART PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR | 98753797191 |
| MURILLO GONCALVES SANTOS | 00495449180 |
| MURILLO NEVES SILVA | 03010119585 |
| MURILLO OLIVEIRA DALMÁSIO | 12452000701 |
| MURILO BASTOS MEIRA | 03938780584 |
| MURILO CARLOS DA SILVA SANTANA | 34822017818 |
| MYCKON ARAUJO DUARTE | 04996626445 |
| MYRIAN YURI OLIVEIRA TANIOKA | 34081002843 |
| NADIA VIANA DE MELO | 95854924315 |
| NAHME NICOLAU NAGIB KARBAGE | 95683054320 |
| NAIARA CASTELO BRANCO DANTAS | 02676793357 |
| NAIARA REGINA SIQUEIRA | 09783432630 |
| NAIARA VANESSA FRANCA LIMA | 02781073547 |
| NAIQUE DELLAI CAMPOS | 05919566914 |
| NAIR SIMOES ALVIM DE ANDRADE | 03999377496 |
| NAIRA MATOS FRANCO | 08482997602 |
| NARA DO CARMO MOREIRA VIEIRA | 10587443723 |
| NARA FROTA ANDRE | 00043674305 |
| NARA NUNES BARBOSA | 01829126393 |
| NATALIA ALBUQUERQUE LUCENA DE FIGUEIREDO | 06696480439 |
| NATALIA ARRUDA DA PONTE LOPES | 62277472387 |
| NATALIA BESSA MAES | 06639244993 |
| NATÁLIA BORGES NUNES | 90387015272 |
| NATÁLIA CÂNDIDO DE SOUSA | 00051805383 |
| NATALIA CYBELLE NASCIMENTO CAZUZA | 05809157432 |
| NATALIA DE AGUIAR BRASILEIRO | 00966478339 |
| NATALIA DE ANDRADE COSTA | 01752938305 |
| NATALIA DE CARVALHO PORTELA | 02664310380 |
| NATALIA FARIAS DE ALMEIDA | 00392362341 |
| NATALIA FERNANDES SARMENTO ARAUJO | 01440199493 |
| NATALIA GALIZA PINHEIRO | 00375677305 |
| NATALIA GOMES IANNINI | 02707544310 |
| NATÁLIA LUCENA DE MOURA | 00010697306 |
| NATALIA MARIA COUTO BEM MENDONCA | 00372777317 |
| NATÁLIA NOLASCO SEGHETO | 07438794652 |
| NATÁLIA REGNIS LEITE RAMALHO | 06116178464 |
| NATALIA ROBERTA CASTELLEN | 05490704942 |
| NATÁLIA ROCHA DA MOTTA SOARES | 12170874780 |
| NATÁLIA ROSA SANTOS | 01844162303 |
| NATALIA SUELLEN BRAGA DA SILVA | 02522598317 |
| NATALIE TAVARES FERNANDES | 66486254300 |
| NATALY OLIARI DE MORAES | 00962814059 |
| NATANAEL ALVES DE SOUZA | 05332808690 |
| NATHALIA BUFOLIN | 36850052861 |
| NATHALIA CAETANO LOBO | 72312971100 |
| NATHALIA CAMPOS SCHIMIDT | 07719341651 |
| NATHALIA DE ARAUJO VIEIRA | 11895035732 |
| NATHALIA DE SOUZA AZEVEDO | 10352637773 |
| NATHALIA FILGUEIRAS DE SOUZA | 12444050789 |
| NATHALIA GASAL BARRETO | 12447879733 |
| NATHALIA LUZIAS DE MATOS E SILVA | 08178947641 |
| NATHALIA PERES DA PORCIUNCULA | 01850834040 |
| NATHALIA VELLANO PINHEIRO SAMPAIO | 00327013303 |
| NATHALY LIMA DIAS DA SILVA | 05871110703 |
| NATHALYA MARIA DE MAGALHAES BRINGEL | 04890038426 |
| NATTAN SOARES SOUSA | 00979064333 |
| NAYAN CRISTINA GONCALVES DOS SANTOS | 01074847300 |
| NAYANA DE OLIVEIRA COSTA | 00436972328 |
| NAYARA DE OLIVEIRA NASCIMENTO | 90642716234 |
| NAYARA FAYAD SOUZA DIB | 73123668134 |
| NAYARA FELIX ANDRE | 01547579188 |
| NAYARA FERREIRA ROCIO | 07212796603 |
| NAYARA GOMES REIS DE SOUZA | 01359522476 |
| NAYARA HOLANDA CASTELO | 02202804366 |
| NAYARA SOARES DE OLIVEIRA LACERDA | 02021045595 |
| NAYRA ROBERTA DA HORA SALES | 06546539411 |
| NEIMA VASCONCELOS DE OLIVEIRA | 03616978564 |
| NELIA NOGUEIRA VIEIRA | 99422662320 |
| NELMO VASCONCELOS DE MENEZES | 02270594509 |
| NELSON BORGES NETO | 08735442697 |
| NELSON CORDEIRO PINHEIRO SAMPAIO | 99434725372 |
| NELSON PEREIRA DE CARVALHO FILHO | 04406926445 |
| NERCY DOS SANTOS DE BARROS | 30270506802 |
| NEYLA BEATRIZ COSTA ANDRADE | 64103633387 |
| NEYLANE KELY VASCONCELOS FERREIRA | 93032161215 |
| NICHOLAS GREGORI BARROS DA SILVA | 01829030361 |
| NICOLAU BEZERRA DA COSTA | 04694970330 |
| NICOLE ALMEIDA DE ALENCAR ARAUJO | 61933058315 |
| NICOLE BERARDO MESCHESI | 12475531754 |
| NICOLE FREIRE PERIM | 08186959602 |
| NILTON FIRMINO DA SILVA SEGUNDO | 01129966470 |
| NILTON JOSE DE ALMEIDA COSTA JUNIOR | 01499644396 |
| NINA BRUNET SARAIVA RODRIGUES | 02162818302 |
| NINA PIMENTA HENRIQUE | 08930547630 |
| NOEMI FERNANDES LISBOA NEVES | 34505167879 |
| NORBERTO ELOI GOMES JUNIOR | 03187385389 |
| NORTON TASSO JUNIOR | 02475832193 |
| NUNO ALEXANDRE ANDRADE CARVALHO | 01669530167 |
| ODAIL DA SILVA REZENDE JUNIOR | 08180838676 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| OLIQUERLEY WAGNER LOPES DOS REIS | 00768266513 |
| OLIVIA DANTAS SILVEIRA | 00337987378 |
| OLIVIA SEREJO SILVEIRA COSTA | 83831177520 |
| OLYMPIO DE HOLLANDA CHACON NETO | 05841760408 |
| ORALDO DE CARVALHO NETO | 95153497100 |
| ORMEU DE OLIVEIRA PERILLO | 06346916602 |
| OSCAR CAPISTRANO DOS SANTOS FILHO | 06581882402 |
| OSMAN BATISTA DE MEDEIROS FILHO | 06686110493 |
| OSVALDO SILVA CERQUERIA NETO | 03378107537 |
| OSWALDO PETERMANN NETO | 04181014932 |
| OTAVIO COUTINHO COELHO DA SILVA | 02536433765 |
| OTAVIO FRANCOIA MARGON | 00318579146 |
| OTÁVIO GOMES DE QUEIROZ NETO | 53104137234 |
| OZEAS RODRIGUES DE SOUSA | 20439172349 |
| PABLO GERMANO DE OLIVEIRA | 99901935334 |
| PABLO VELOSO MOTTA | 86719696220 |
| PÁDUA ANTÔNIO COÊLHO DOS SANTOS | 83306048372 |
| PALOMA DE ARAUJO CASTRO | 03076843508 |
| PALOMA DE OLIVEIRA ALMEIDA | 02337388514 |
| PAMELA DE CASTRO ARAUJO MENDES | 94759596372 |
| PAMELA GONCALVES FERREIRA | 91822610249 |
| PÂMELA MENDES ARRUDA | 01465130373 |
| PAMELLA ALVES FERREIRA COUTO | 11851306757 |
| PAMELLA PONTE MENDES | 01382251335 |
| PATRICIA AGUIAR NEVES | 06402281603 |
| PATRICIA ALVES DE MELO | 72843306191 |
| PATRICIA BARROS BARBOSA | 02714174396 |
| PATRICIA BIAVA | 05577083974 |
| PATRICIA COSTA SANT ANA | 07728967630 |
| PATRICIA DA SILVA BARROS | 94909636234 |
| PATRICIA DANTAS DE LACERDA | 00460659383 |
| PATRICIA DUARTE DE ANDRADE LIMA | 05553957400 |
| PATRICIA GALDINO ARRUDA SANTOS | 04786396435 |
| PATRICIA LOBO NUNES MOLL | 12423600771 |
| PATRICIA MELLO GARCIA | 05117146964 |
| PATRICIA NOVAIS RABELO | 02856389120 |
| PATRICIA PEREIRA NUNES | 01346794405 |
| PATRICIA ROZANA FARIAS DA COSTA | 06174572471 |
| PATRICIA SABEDRA BORDIN | 90231031068 |
| PATRICK FONTES DE OLIVEIRA | 06444037646 |
| PAULA CAMPOS BRAZ DE ARAUJO | 05946319477 |
| PAULA CHAVES DE CAMPOS | 05191642619 |
| PAULA COCCO | 01590676009 |
| PAULA COSTA LYRIO | 12480228746 |
| PAULA DE LEAO TAVARES | 05730464762 |
| PAULA DE OLIVEIRA MARQUES | 01357629362 |
| PAULA FERNANDES DE OLIVEIRA | 01116044196 |
| PAULA FORTUCI RESENDE BOTELHO | 02485413150 |
| PAULA GONÇALVES CARNEIRO | 01509119639 |
| PAULA GUILHERME CORREA | 05979213694 |
| PAULA LAGARES GRATZ | 11333458754 |
| PAULA LORENA CORREIA DOS ANJOS | 01890482552 |
| PAULA MARIANA SOARES CARDOSO | 96438517372 |
| PAULA MENEGHEL GUGLIELMI | 07296774940 |
| PAULA NEVES PIMENTEL GOMES | 61529966353 |
| PAULA PEREIRA CARVALHO FLORENCIO | 04210356417 |
| PAULA SANTINI FERREIRA | 01527414108 |
| PAULA SATIRO TIMBO | 00441960324 |
| PAULA TELES QUINDERÉ RIBEIRO | 01390002322 |
| PAULA VILHENA REINA | 35067382830 |
| PAULIANNE CARVALHO DO BÚ | 05569731431 |
| PAULLA LINHARES COUTO | 07295470603 |
| PAULO FRANCISCO MASTELLA COUTO | 04560285950 |
| PAULO HENRIQUE COELHO DE ASSIS | 07573249675 |
| PAULO HENRIQUE DO CARMO DUTRA | 00689524307 |
| PAULO HENRIQUE FACHINELLO | 06470857981 |
| PAULO HENRIQUE FREITAS DE ALMEIDA | 05083348454 |
| PAULO HENRIQUE MEDEIROS | 08342937658 |
| PAULO HENRIQUE NOBREGA CORAL | 05526555976 |
| PAULO JOSE ROMA DIAS | 02731301376 |
| PAULO MIRANDA CAVALCANTE NETO | 01347369406 |
| PAULO PEDRO PINHEIRO BASTOS | 95981632372 |
| PAULO RICARDO ÁVILA BEZERRA | 60024231339 |
| PAULO RICARDO OLIVEIRA DA SILVA | 01359256490 |
| PAULO ROBERTO DE MOURA SOARES | 87673185334 |
| PAULO ROBERTO MEIRA GOES | 84113570582 |
| PAULO ROCHA DE PADUA JUNIOR | 02685815333 |
| PAULO VICTOR CABRAL ABREU | 07988301667 |
| PAULO VICTOR FERNANDES SALES | 00286386380 |
| PAULO VICTOR MULLER FRANCESCON | 04560291926 |
| PAULO VINICIUS TEIXEIRA RODRIGUES | 00742220311 |
| PEDRO ALEIXO TELES DE ALCANTARA | 70681074191 |
| PEDRO ANTONIO GOMES MACIEL | 02742974342 |
| PEDRO ARTHUR PARENTE DE ALENCAR | 02087800332 |
| PEDRO BARREIRA CABRAL | 02937440339 |
| PEDRO COLLI ROCHA DIAS | 33190286850 |
| PEDRO EDISON DE CAMPOS JULIANI | 02601954990 |
| PEDRO FIGUEIREDO NETO | 01013168526 |
| PEDRO GONZAGA DE MENEZES NETO | 02017832588 |
| PEDRO HENRIQUE ACIOLY SIMOES | 00506208354 |
| PEDRO HENRIQUE ALMEIDA RESENDE | 01732187177 |
| PEDRO HENRIQUE DE ABREU BALATA | 01537057103 |
| PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA LOBO | 01428946306 |
| PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA BRITO DE ALENCAR | 02209341345 |
| PEDRO HENRIQUE PORTUGAL RIZZO THOMAZ | 11269942786 |
| PEDRO HENRIQUE VIANA PAIXAO | 00202321363 |
| PEDRO IVO DE SOUSA GRANGEIRO | 02557784303 |
| PEDRO MARQUES DE MESQUITA FILHO | 03282583346 |
| PEDRO NOGUEIRA DAMASCENO NETO | 63034441304 |
| PEDRO PAULO CORRALES FARIA | 01452780188 |
| PEDRO PAULO LOBO FERREIRA | 06211462697 |
| PEDRO PAULO MARCHESI MELLO | 10768850711 |
| PEDRO PEREIRA GONZAGA NETO | 06091941437 |
| PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE NETO | 02390947352 |
| PEDRO RIBEIRO GOMES BARRETO | 12982252724 |
| PEDRO SERGIO BRITO PANIZZA | 04104263508 |
| PEDRO UILL MAIA SILVA | 01750553350 |
| PEDRO VERBICÁRIO DOS SANTOS LEITE | 10581824717 |
| PÉTALA VIEIRA DE CASTRO DOURADO | 02148284509 |
| PETERSON XAVIER DA SILVA | 01461905648 |
| PETRONIO CARDOZO DE ALMEIDA | 08209514636 |
| PHELIPE BOECHAT | 09130008760 |
| PHELIPE CELESTINO SANTOS | 02649941324 |
| PHILIPE MENESES BENEVIDES | 01570887403 |
| PHILIPE PESSOA PEREIRA | 00640960502 |
| PHILLIP NICOLAU GUIMARAES DE ALMEIDA | 05383095470 |
| PHILLIPE PAULO ARAUJO MANSUR GOMES | 01544249519 |
| PIERRE VANSANT OLIVEIRA EUGENIO | 07645487437 |
| PILAR MOTTINHA CAMPANHA | 08177870629 |
| PLINIO MARINHO DE CARVALHO | 96364602304 |
| POLIANA LOPES PARREIRA | 02465542150 |
| POLLYANA MONTEIRO DE FRANCA | 07172557433 |
| PRISCILA ALTOE ECHER | 84254629249 |
| PRISCILA CAETANO BONAFÉ | 31968008810 |
| PRISCILA COSTA LIMA LEMKE | 04797405422 |
| PRISCILA DA SILVEIRA SANTOS | 99749122372 |
| PRISCILA DE ALMEIDA AIRES | 00526898321 |
| PRISCILA FECHINE RIBEIRO | 67082076304 |
| PRISCILA FROES RIBEIRO | 02162333562 |
| PRISCILA GEORGETE CAMELO DE VALOIS CORREIA | 07429859461 |
| PRISCILA JORDANA COSTA VALADARES | 07401277646 |
| PRISCILA LIMA FATAL | 01457312514 |
| PRISCILA LOPES STUDART DA FONSECA | 02011129303 |
| PRISCILA MARIA RAMOS DA SILVA | 00433002514 |
| PRISCILA OTTONI GAMA | 08781353677 |
| PRISCILA PIRES BARRETO | 07523707661 |
| PRISCILA PRADA | 05906556982 |
| PRISCILLA ALVES ROLON | 01955490155 |
| PRISCILLA CORDEIRO DE OLIVEIRA | 05906019464 |
| PRISCILLA COUTINHO DUARTE | 08222264486 |
| PRISCILLA DE ARAUJO SOUZA | 01221681435 |
| PRISCILLA FONSECA MONACHESI | 05218169633 |
| PRISCILLA FURTADO AMORIM FRANKLIN DA COSTA | 01278689338 |
| PRISCILLA GONCALVES DE ARAUJO | 65043367334 |
| PRISCILLA KENYA SILVA DE VASCONCELOS | 06744216635 |
| PRISCILLA LUNA DA SILVA | 66162890368 |
| PRISCILLA SANTOS DE OLIVEIRA SANTA ROSA | 00738519499 |
| PRISCILLA SOUSA OLIVEIRA | 06187059611 |
| QUETILEN CANDIDA MARQUES MOREIRA | 85064661215 |
| RACHEL LANE | 37047483829 |
| RAFAEL ANTON FARIA | 02063780501 |
| RAFAEL ANTUNES TEIXEIRA SILVA | 05177066606 |
| RAFAEL ARCENO | 00804914990 |
| RAFAEL AUGUSTO DA SILVA MORATTO | 33928685821 |
| RAFAEL BORTOLI DEBARBA | 05761895960 |
| RAFAEL BUARQUE DE MACEDO GADELHA | 04557314465 |
| RAFAEL CABRAL TEIXEIRA | 93277920330 |
| RAFAEL CAVALCANTE CARVALHO | 03077922509 |
| RAFAEL CHACAR LIMA | 11921105798 |
| RAFAEL CORREIA DE SOUSA DA SILVA | 84225270572 |
| RAFAEL COSTA BATISTA | 01685272517 |
| RAFAEL COSTA PEREIRA | 07583682673 |
| RAFAEL COUTO BEM MENDONCA | 91291330330 |
| RAFAEL DA SILVA CAVALCANTE | 01121753337 |
| RAFAEL DE PAULA COSTA | 07369655644 |
| RAFAEL DE TASSO ALMADA PICARDI | 06115503698 |
| RAFAEL DIAS DA ROCHA | 03126217524 |
| RAFAEL DINIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA | 04663884466 |
| RAFAEL DO AMARAL MOREIRA | 03595380967 |
| RAFAEL FERREIRA MESQUITA | 62482076315 |
| RAFAEL FERREIRA MIRANDA | 08323296650 |
| RAFAEL FONSECA DE QUEIROZ | 62656295300 |
| RAFAEL GOIS CAMPOS | 06369725420 |
| RAFAEL GOMES PEREIRA | 71070761249 |
| RAFAEL GONCALVES DUARTE CUNHA | 06324237494 |
| RAFAEL LEONIDAS CRISTINO ABREU | 92432042387 |
| RAFAEL LIMA DE MENEZES | 00303395370 |
| RAFAEL LUCENA LANDIM | 01015953360 |
| RAFAEL MACHADO PEREIRA DA SILVA | 08289736606 |
| RAFAEL MARQUES ESTEVES DE SOUZA | 11246617781 |
| RAFAEL MILAGRES FORTUNATO | 08436727657 |
| RAFAEL PENA SATURNINO DINIZ | 07212928607 |
| RAFAEL PORTO SILVA | 01698191677 |
| RAFAEL RIBEIRO PAIVA | 93815042372 |
| RAFAEL SALES DE VASCONCELOS FERREIRA | 95952756387 |
| RAFAEL SANTOS LEAL | 02306175144 |
| RAFAEL SANZIO COELHO NOGUEIRA | 01046437305 |
| RAFAEL SILVA SEVERINO | 07669520612 |
| RAFAEL SOARES MOREIRA DE SOUSA | 02747164373 |
| RAFAEL SOLDATELLI CLAUDINO DOS SANTOS | 00725158999 |
| RAFAEL SOUSA LIMA BARBOSA | 03492154565 |
| RAFAEL TAKAMITSU ROMERO | 36981911809 |
| RAFAEL VILELA BORGES | 00866587195 |
| RAFAEL XAVIER REIS | 01078018332 |
| RAFAELA BENEVIDES RODRIGUES | 01489408380 |
| RAFAELA BRITO VERAS | 95174877204 |
| RAFAELA FEITOSA AGUIAR | 02370136308 |
| RAFAELA MARIA OLIVEIRA FAZIO | 01758099330 |
| RAFAELA RIOS COMARU | 02323673378 |
| RAFAELE TELES MONTEIRO | 03514734321 |
| RAFAELLA CADORE OLINGER | 06637056901 |
| RAFAELLA DE ASSUNCAO | 01028307381 |
| RAFAELLA OLIVEIRA | 00503988308 |
| RAIMUNDO COELHO DE SOUZA NETO | 01802629556 |
| RAIMUNDO HONORATO DA SILVA JUNIOR | 03440159477 |
| RAIMUNDO NOGUEIRA OLIVEIRA NETO | 01638434301 |
| RAINER ALAN PASQUALOTTO SILVA | 76303136249 |
| RAINIELLY SANTOS NUNES | 02477175335 |
| RAIRINE GUIMARAES DE CARVALHO FALEIRO | 07168561669 |
| RAISA MELO SOUZA | 00786068370 |
| RAISSA CHAGAS SERAIEDINE | 07233171602 |
| RAISSA CORREA LIMA ALBERT | 07436641409 |
| RAISSA LACERDA VITA | 05031215410 |
| RALISON YURE SOARES MELO | 01008656313 |
| RAMIRO MOREIRA TAVARES | 01001288319 |
| RAMON MARCHIORI | 35620913899 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| RAMON MARTINS DA SILVA | 02173510509 |
| RAMON RAWACHE BARBOSA MOREIRA DE LIMA | 01404648321 |
| RAMON ROCHA COSTA DE FREITAS | 01927110599 |
| RAMON SOUZA GOES DE ARAUJO | 03329827505 |
| RANIERI DEOCLECIO DENADAI | 10467100799 |
| RANNIERI EGIDIO ROLIM DE SOUSA | 01039535313 |
| RAONI CARLOS MADEIRO | 00898723396 |
| RAPHAEL DIAS MARQUES NETO | 00027632300 |
| RAPHAEL GARCIA ALVES | 04110458900 |
| RAPHAEL GOMES TEIXEIRA | 07437745402 |
| RAPHAEL MARON BARBOSA RAMOS DE QUEIROZ | 08965658667 |
| RAPHAEL ROCHA VELOZO | 02518532331 |
| RAPHAEL SILVA RODRIGUES | 00464476364 |
| RAPHAEL SUANO REZENDE DE CARVALHO | 35037751888 |
| RAPHAEL VELOSO TEIXEIRA | 06999309604 |
| RAQUEL BACELAR ALMEIDA | 02493804392 |
| RAQUEL BAHIA LUSTOSA | 04920652410 |
| RAQUEL DE MENEZES SOBREIRA | 00318261308 |
| RAQUEL DE SANTANA PRINCIPE | 05544634408 |
| RAQUEL DE SOUZA FERRAZ DOS SANTOS | 00873974476 |
| RAQUEL FERNANDES GARCIA | 02676599380 |
| RAQUEL KUPSKE | 00996121005 |
| RAQUEL LEITE RANGEL | 07142114606 |
| RAQUEL LUNARDI ROCHA | 07177107690 |
| RAQUEL MACHADO BARBOSA | 03351875525 |
| RAQUEL MARQUES FAVA | 00672988186 |
| RAQUEL NARDELLI DE ARAUJO | 06257391679 |
| RAQUEL OLIVEIRA | 01359609407 |
| RAQUEL PINTO LINS | 03075955442 |
| RAQUEL REIS MAGALHÃES | 06971072995 |
| RAQUEL RODRIGUES MATTOS | 02464715301 |
| RAQUEL TRAVASSOS QUEIROGA NOBREGA | 04734282455 |
| RAUL DE CASTRO ANDRADE CARVALHO | 93776322349 |
| RAUL RAFAEL DE LIMA SILVA | 63735563368 |
| RAUL SILVA QUIRINO | 00213258129 |
| RAYKA ALZEMITA HELENA COSTA | 06219146654 |
| REBECA ALVES DE FREITAS E ALBUQUERQUE | 01789544386 |
| REBECA COUTO MONTEIRO | 02679417305 |
| REBECA PACHECO GUIMARAES | 03378342536 |
| REBECA SANTIAGO DUARTE | 03053976307 |
| REBEKA DOS SANTOS LOPES | 61710369353 |
| REGIA BENTES DE SOUZA | 94710945268 |
| REGIANE DE CASSIA MACHADO DE OLIVEIRA | 85988065287 |
| REGINA HELENA DE FIGUEIREDO SALES | 07433135421 |
| REGIS PIEGAS DA ROCHA | 00711281076 |
| REINALDO NASCIMENTO RAMOS JUNIOR | 05378840414 |
| REJANE CRIS SALVINO DE SOUSA | 78754569249 |
| RENAN FAIRAS ROLIM VIANA | 03278805542 |
| RENAN FERNANDES RIBEIRO DE OLIVEIRA | 01816448516 |
| RENAN FERREIRA GOMES SILVA | 01829183354 |
| RENAN KIYOITI FUJIWARA | 06673531940 |
| RENAN PINHEIRO NEGRAO | 35766659865 |
| RENAN SCHEIDEGGER CARDOSO | 11030440794 |
| RENAN SOARES DE SIQUEIRA | 95776761204 |
| RENATA ALMEIDA DE OLIVEIRA | 02337662357 |
| RENATA ARAÚJO MAGALHÃES | 00698387392 |
| RENATA AYRES SANTOS PAIVA | 12414418710 |
| RENATA CARLOS AZEVEDO LESSA | 05414607494 |
| RENATA COUTINHO AREOSA | 01892253003 |
| RENATA DE PAULA FERREIRA | 04524727680 |
| RENATA FERNANDES BATISTA PEREIRA | 03194822519 |
| RENATA FERREIRA DE SOUZA | 06991893498 |
| RENATA FURTADO DE ARRAES ALENCAR PINHEIRO | 04765463460 |
| RENATA GONCALVES CELESTINO DOS SANTOS | 02716318301 |
| RENATA JACOBSEN BORTOLINI | 11598486705 |
| RENATA LAVIGNE MONIZ BARRETO | 01338445529 |
| RENATA LIA CAVALCANTE DA COSTA | 03041799308 |
| RENATA MARIA DIAS MENDES | 06107768602 |
| RENATA MENDONCA MOREIRA PENNA | 06908696650 |
| RENATA NAKAMURA E SILVA | 00843569522 |
| RENATA RAIZZA MONTERAZZO CYSNEIROS | 05191412451 |
| RENATA REIS DE ALMEIDA | 82456950500 |
| RENATA RIBEIRO NASCIMENTO | 03292791570 |
| RENATA RODRIGUES PEREIRA | 06332630604 |
| RENATA SAMPAIO BASTOS | 01685584594 |
| RENATA SOFIA GUIMARAES | 07943147677 |
| RENATA VOLPINI | 11422064751 |
| RENATO ANDRE CASTRO DE OLIVEIRA | 01703206347 |
| RENATO CAVANUS PAGANI | 04546635958 |
| RENATO DE CASTRO PEREIRA ROBERTO | 93654880363 |
| RENATO JOSE LEAL DE MORAIS | 01041198370 |
| RENATO MIGLIORE | 35243397865 |
| RENATO SILVA DRUMMOND | 07693308601 |
| RENATO TAUMATURGO | 01051506492 |
| RENÉ DE ARAÚJO GLEIZER | 03220736505 |
| RENILTON RODRIGUES COSTA | 05682581695 |
| RENIVALDO LAPA SANTOS | 55554865534 |
| RENNAH GONCALVES DOS SANTOS | 04725226475 |
| RENO SILVEIRA QUEIROZ | 64824284368 |
| REYNER ABRANTES STIVAL | 01402674171 |
| RHAWSON LOPES TONELO | 09045526670 |
| RICARDO AMORIM DE MOURA | 04426021626 |
| RICARDO AUBIN DIAS | 11207631779 |
| RICARDO DOS SANTOS FERREIRA | 04934487484 |
| RICARDO FARIAS | 01102406007 |
| RICARDO LOPES SOUSA | 09792914617 |
| RICARDO MARANHAO MARQUES | 02058941519 |
| RICARDO RAMOS DOS SANTOS | 77100620163 |
| RICARDO REGO DE OLIVEIRA | 81283857553 |
| RICARDO TÉCIO II MIRANDA GARCIA | 00473336340 |
| RICHARD FRANKLIN DA SILVA | 07146142620 |
| RICHELANE DA COSTA REIS LEITE | 02350944395 |
| RITA DE CÁSSIA FERREIRA VALENÇA MOTA | 06045793498 |
| RITA DE CÁSSIA LOPES LEÃO BARROS | 05747136461 |
| ROBERTA CARVALHO XIMENDES | 01330109023 |
| ROBERTA CORREA LECH | 01855460050 |
| ROBERTA DANTAS AZEVEDO | 02850616583 |
| ROBERTA DE ANDRADE TIMÓTEO | 06066826433 |
| ROBERTA LEIANE CORDEIRO PORTO HUMBERTO | 78151783591 |
| ROBERTA MABONI LADNIUK | 00571552080 |
| ROBERTA PACHECO DOS SANTOS | 03622701633 |
| ROBERTA SILVERIO VAZ | 03132206113 |
| ROBERTA VALADAO NEGRI | 07367578642 |
| ROBERTA VIEIRA DA NOBREGA | 65655761300 |
| ROBERTI UILI RODRIGUES FIRMINO | 08685379695 |
| ROBERTO CARDOSO JUNIOR | 03856936483 |
| ROBERTO CARLOS REYES LECCA | 74594370187 |
| ROBERTO DE FREITAS GONCALVES BRINGEL | 66896266368 |
| ROBERTO DE OLIVEIRA SENNA | 03348560519 |
| ROBERTO IGOR SOARES FEITOSA VIANA | 03811257340 |
| ROBERTO RAMALHO DE ANDRADE MELO | 98512331534 |
| ROBERTO RIBEIRO MARANHAO | 01532829329 |
| ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO | 83627138368 |
| ROBERTO VILLAR CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO | 07646076422 |
| ROBSON CLEOS BIBIANO CASSEMIRO SILVA | 08660955781 |
| ROBSON JOSE LUCAS BARBOSA FILHO | 01371736448 |
| ROBSON STENIO DE ARAUJO NUNES | 04725230405 |
| ROBSPYERRE BEZERRA PEREIRA | 01995970301 |
| ROCHELE MACHADO DURGANTE | 00506063011 |
| RODGER DA ROCHA MAIA | 01292452323 |
| RODINEI ROBERTO COQUI DA SILVA | 00770005950 |
| RODOLFO DA SILVA QUEIROZ | 01927777500 |
| RODOLFO SILVA QUEIROZ | 99795213504 |
| RODOLPHO KLEBER MALTA DE BRITO | 04763786482 |
| RODOLPHO LINDENBERG DE OLIVEIRA SILVA | 07409578645 |
| RODRIGO ALEXANDRE MOREIRA GOMES | 30429377800 |
| RODRIGO ALMEIDA SOUZA | 01562166557 |
| RODRIGO CARVALHO BARROSO | 02629665305 |
| RODRIGO DA SILVA REIS MOURA | 05864724793 |
| RODRIGO DE ANDRADE CUNHA | 01381553486 |
| RODRIGO DE JESUS RODRIGUES DA SILVA | 00104441143 |
| RODRIGO DE LEMOS SOARES PATRIOTA | 06522227495 |
| RODRIGO DE SOUZA DIAS | 08836275664 |
| RODRIGO DE SOUZA MENDES SANTIAGO MOUSINHO | 04698529417 |
| RODRIGO DINIZ LINHARES LOURENCO | 01748595113 |
| RODRIGO FARIAS FERREIRA GOMES | 00718702379 |
| RODRIGO FERRARI ZENI | 00545001099 |
| RODRIGO FERRO FEIJO | 98680811068 |
| RODRIGO FRANCISCO MAGALHÃES BARBOSA | 92919073320 |
| RODRIGO GARCIA OLIVEIRA | 01269059408 |
| RODRIGO GUIMARAES REJAME | 08499989721 |
| RODRIGO LIMA GOMES | 00775980595 |
| RODRIGO LUCIANO RAMOS DA SILVA | 07232323425 |
| RODRIGO MASCARENHAS VIEIRA | 02238848550 |
| RODRIGO MEDEIROS COSTA | 70799903272 |
| RODRIGO MIGUEL CAIRES CHAVES PINTO | 01780957530 |
| RODRIGO PEREIRA REGIS | 01644940574 |
| RODRIGO PINTOR ROCHA | 03395524760 |
| RODRIGO PIRARD BASSO | 05923351943 |
| RODRIGO RAMOS | 00719892007 |
| RODRIGO SCHROEDER CANOVA | 01842192051 |
| RODRIGO SIQUEIRA DE CARVALHO | 04599509400 |
| RODRIGO SOUSA DO NASCIMENTO | 81340109204 |
| RODRIGO TERRA LASMAR | 01551727609 |
| ROGELIANA MARIA FONSECA MACEDO | 00743840313 |
| ROGER BAGOLIN DA SILVA | 01002967007 |
| ROGÉRIO ARAÚJO DO NASCIMENTO | 74224131315 |
| ROGERIO BELLINI FIGUEIREDO FILHO | 04913542400 |
| ROGERIO BELTRAO TEIXEIRA | 82252270349 |
| ROGERIO CARVALHO TEIXEIRA DE SOUZA | 67232752253 |
| ROGGER AGUIAR DE AGUIAR | 02041400560 |
| ROMANA CATARINA MAIA MONTEIRO PAIVA | 01370041330 |
| ROMANO CARVALHO DE FARIAS | 04839445486 |
| ROMERO GOMES DE LIMA | 92387284372 |
| ROMERO MARQUES CATAO | 04324812497 |
| ROMERO RUAN CARTAXO DE QUEIROGA | 05394912416 |
| ROMULO DUARTE CUNHA FILHO | 01416753494 |
| ROMULO EDUARDO VENANCIO PINHEIRO | 05335162422 |
| ROMULO JOSE DE LUCENA CASTRO FILHO | 62035266300 |
| RONALD BENEDITO DOS ANJOS | 69713413172 |
| RONALDO ALVES FERREIRA JUNIOR | 04631063696 |
| RONALDO DANTAS JUNIOR | 00783067364 |
| RONALDO JESUS GRZECA DA SILVA | 83132562068 |
| RONALDO VENDRAMINI MARIANO | 32991065893 |
| ROOSE MARY NUNES PEREIRA | 88799425220 |
| ROOSEVELT ALMEIDA ROSARIO | 00810522519 |
| ROSA PRISCILA OLIVEIRA MONTE ANDRADE | 97668761349 |
| ROSE KELLY FURTADO LOUZADA | 77568060268 |
| ROSILENE CAMARA FERREIRA DE MORAES | 10493030751 |
| RUANA MOURA ROCHA | 02403456306 |
| RUANE SILVA DE FIGUEIREDO | 38190086839 |
| RUBEM ANTONIO CITTON JUNIOR | 80574947000 |
| RUSSIAN SOARES UCHOA | 03540074325 |
| SABRINA CRISTINA ARAUJO MENDANHA | 08896892619 |
| SADI FORMIGA DE SOUZA NAVARRO | 05494686418 |
| SAILE CAVALCANTE KERBAGE | 01606333380 |
| SALYNE REGINA MARTINS ROBERTO | 04829589442 |
| SAMANTHA CASTRO TANAJURA RODRIGUES | 01937965546 |
| SAMANTHA CAVALCANTE DE BRITO | 95549242320 |
| SAMANTHA SOARES SETTI | 05866727960 |
| SAMARA KELLY BEZERRA BONFIM GOMES | 00899813321 |
| SÂMARA MATTAR CASTRO NOVAES | 11074090713 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| SAMARONE TORRES VOLPATO | 05772175939 |
| SAMI DE ANDRADE CORDEIRO GADELHA | 01054623309 |
| SAMIA AMMAR | 01210518031 |
| SAMIA MAGALHAES DE CARVALHO | 00236030388 |
| SAMILLE MARIA ALBUQUERQUE MAIA | 01673943390 |
| SAMIR WALI NUNES SOUKI | 08268869658 |
| SAMUEL AMANSO DA CONCEIÇÃO | 02480206173 |
| SAMUEL ANDRADE DE SOUZA | 02048852130 |
| SAMUEL ANTONIO FREITAS | 06431719913 |
| SAMUEL DE ARAUJO MILFONT | 92495877320 |
| SAMUEL DUTRA DE CARVALHO | 74180401053 |
| SAMUEL LIMA SILVA | 08969317651 |
| SAMUEL LUCIANO GOMES AITA | 94743509220 |
| SAMUEL MENDES SALES | 07853307632 |
| SAMUEL NEIVA ALMINO | 01624386300 |
| SAMUEL PEREIRA DA CUNHA ALTINO | 03978385490 |
| SAMUEL RIBEIRO DIAS | 07803973639 |
| SAMUEL RODRIGUES BARROSO | 01724072307 |
| SAMUEL SILVA FROES | 08979232608 |
| SAMUEL XIMENES FEIJAO | 00283620390 |
| SAMYA FERNANDA NOLLÊTO SOUSA | 00537319301 |
| SANDOVAL JUNIOR RODRIGUES LIMA | 82062650230 |
| SANDRAELANE KESS DA SILVA FERRO | 02857257422 |
| SANDRO RODRIGO VALE DE SOUZA | 04545403450 |
| SANNA ROQUE PINHEIRO | 64414850363 |
| SARA CRISTINA SILVA BUENO | 01558756558 |
| SARA IZABEL CARGNIN HENRIQUE | 03185490932 |
| SARA LARISSA SOUZA FIGUEIREDO | 01726750574 |
| SARA MARIA DE ALMEIDA CHAVES | 12328556779 |
| SARA MENEZES PINHEIRO | 03229454375 |
| SARA MIRELLE MENDONCA CHAVES COELHO LEITE | 05017108416 |
| SARA SALMITO FREIRE | 01996580302 |
| SARAH CRISTINA BEIRITH | 05948336980 |
| SARAH DE CASTRO E VASCONCELOS | 60052569390 |
| SARAH DE FIGUEIREDO SANTOS | 01838196323 |
| SARAH ETIENNE ARREGUY RODRIGUES SILVA | 07048495693 |
| SARAH JOAQUINA SA RODRIGUES | 04622056496 |
| SARAH LEANDRO DA SILVA SOUZA | 05045268473 |
| SARAH MARIA SILVA THE COELHO | 02718709316 |
| SARAH NOGUEIRA LEAL DE HOLANDA PINHEIRO | 00851889301 |
| SARAH PORTELLA COSTA | 01259839303 |
| SARAH RODRIGUES MENDES | 08481214655 |
| SARAH SANTOS MACIEL | 01652069348 |
| SARAH SIMAAN DOS SANTOS | 01156455197 |
| SAULO CARDOSO RIBEIRO | 05624619499 |
| SAULO CORRADI BECHELAINE | 08394123635 |
| SAULO EMMANUEL FREIRE SANDES SANTOS | 03511163544 |
| SAULO LACERDA BORGES DE AS | 02285796358 |
| SAULO RODRIGUES CHAVES | 30253798809 |
| SAVANA VIEIRA DAMASCENO | 00832564311 |
| SEBASTIAO VIANA DA SILVA FILHO | 01323815406 |
| SÉFORA BATISTA ALMEIDA | 60001971360 |
| SÉFORA DE FREITAS PASCOAL | 01727546318 |
| SELINY MONTEIRO CAMPELO | 02702395376 |
| SÉRGIO HENRIQUE PALMEIRA DE BRITO | 02447076185 |
| SERGIO SALUSTIO DA COSTA MONTENEGRO BEZERRA | 05797324440 |
| SHANNA CALVENTE REIS | 02945425742 |
| SHAYENE BARBOSA MONTEIRO GARCIA | 02197533347 |
| SHEILA FRANCO DA SILVEIRA | 02766928618 |
| SHEILA MARIA TORRES LIMA | 89122917349 |
| SHEILLA HENRIQUE PINTO PEIXOTO | 01185034480 |
| SIBÉLIUS WALFRIDO DORAZIO SOUZA | 10703269763 |
| SIDDHARTA GUATAMA LACERDA | 07230775418 |
| SILLAS DUARTE DE MELO | 08257794481 |
| SILVIA LETICIA SILVA MAUES | 74336185204 |
| SILVIO JOSE DE ANDRADE PAZ FILHO | 00350515310 |
| SILVIO ROMERO ARRAIS DE MENDONCA | 04073173413 |
| SIMONE ASFORA LOPES PERES | 06501600456 |
| SIMONE BARROS BARJUD | 99555948372 |
| SIMONE CARVALHO FONTENELE | 01314562371 |
| SIMONE CARVALHO HIPOLITO | 01735445339 |
| SIMONE CRISTINE HERMES HOFF | 78966868215 |
| SIMONE CRISTINE OLIVEIRA | 07487313697 |
| SINARA MARQUES DOS SANTOS | 00877747393 |
| SINDY NATALIA BALCONI | 01946006025 |
| SIVALDO AUGUSTO RAMOS DE ARAUJO | 03410623400 |
| SOFIA ARRUDA DE LUCENA RODRIGUES | 05741390447 |
| SOFIA GOERSCH ANDRADE ARAGAO | 01368535364 |
| SOLON ALBERTO DO REGO MAIA NETO | 71469095149 |
| SONAYDE KARLLANY DE CARVALHO SILVA | 06283840418 |
| STEFANIA BARBOSA DINIZ DE VASCONCELOS | 68928327172 |
| STEFANIE VIANA AGUIAR | 01366691318 |
| STEFANO BRUNO FABRES DE SOUZA | 01337012556 |
| STELLA CATUNDA PINHO | 60056903375 |
| STENIO GABRIEL MORENO PENEDO | 87427877268 |
| STEPHANIE HANORAH PHILLIPS | 01559501693 |
| STHEPHANI DE MORAES PARREIRA | 01682337111 |
| SUE HELEN ALVES BATISTA FERREIRA | 01507245190 |
| SUELEN DA SILVA ANDRADE | 79904157200 |
| SUELEN DE CÁSSIA MOURÃO CHAVES | 02709879328 |
| SUELEN RIOS DE MELO | 96153067387 |
| SUELEN SANTOS CAMARGO | 00423379097 |
| SUELLEN GLEYCE FRANCA DA SILVA | 81357680287 |
| SUELLEN MAGALHAES DIAS OLIVEIRA | 08170107695 |
| SUELLEN MELLO DORILEO LOUZICH | 98359002134 |
| SULAMITA FERREIRA PICCOLI | 10186861770 |
| SUSANA ALVES ARAÚJO | 07425109484 |
| SUSANA SILVEIRA FREIRE | 02494369304 |
| SUZANNE MALLMANN VARNIER | 04368354958 |
| SUZY KELLY DE MELO BARBOSA | 01841563358 |
| SYDNEY CORREIA LEAO | 02162218542 |
| TABATA NATASHA ALMEIDA RODRIGUES | 02338209303 |
| TACIANA FATIMA GOUVEIA E SILVA | 66716098372 |
| TACIANA RAQUEL SILVA SOBREIRA | 05412957480 |
| TACIANE CAMARA DA SILVA | 00310641322 |
| TACIANO LUIS BARBOSA DINIZ | 06061473494 |
| TACILIANA DE BARROS PIRES | 05212610400 |
| TACITO YURI MELO RAMOS DE LIMA | 96435933391 |
| TADEU GONTIJO ARAUJO TEIXEIRA | 04374696628 |
| TADEU RODRIGUEZ DE CARVALHO PINHEIRO FILHO | 01105609308 |
| TAIANA BARBOSA DA SILVEIRA | 01923147501 |
| TAINA WEBA COSTA | 60060217308 |
| TAINARA SCHURHAUS DA CUNHA | 06294672937 |
| TAIRANE FARIAS LIMA | 05661478402 |
| TAIS SOARES CARVALHO | 07172534654 |
| TAISA DE ALMEIDA RIBEIRO VICENTE | 83398635504 |
| TAISA FERREIRA LIMA | 06610887403 |
| TAISSA COSTA DE CARVALHO | 84611448215 |
| TALINE CRISTINE DE FREITAS LIMA | 03736953496 |
| TALISON ANTONIO CARDOSO | 31606957864 |
| TALITA BARRETO MACEDO | 02639468510 |
| TALITA CATHERINE ZUFFO RAZERA | 05548083902 |
| TALITA DA COSTA ARAUJO | 01341825370 |
| TALITA DAGUIAR ROSA | 61960691368 |
| TALITA DANTAS BARBOSA | 02664319507 |
| TALITA GOMES DE ALVARENGA | 02477541102 |
| TALITA PORTO DA COSTA | 01380037506 |
| TALLES PETERSON CAVALCANTE ORIA | 80219152349 |
| TAMIRES PORTO DA COSTA | 01380035562 |
| TAMIRES RODRIGUES NADER | 10187346780 |
| TAMIRES SALES ALENCAR FERREIRA | 04019037450 |
| TAMIRES SANTOS FRAGA | 02670104517 |
| TAMISA CRUZ SAMPAIO | 00865791341 |
| TAMYRES CRISTYNI AGUIAR DE SOUZA MENDONCA | 65103262304 |
| TANAIARA DA SILVA PAGANELLI | 93964501204 |
| TANASHY OLIVEIRA COSTA FAVA | 00547196318 |
| TANIA MARIA VARGAS ISRAEL | 44549822791 |
| TANIELA MARLI BES | 00790446030 |
| TARCISIO CAMPOS ANDRADE | 01330258533 |
| TARCÍSIO GOMES MENDES | 09780129685 |
| TARCIZIO SUZART PIMENTA JUNIOR | 16206690563 |
| TASSIA JOANA CARVALHO LOPES | 02191680593 |
| TASSIA JULLYANA DA SILVA SANTOS | 05462360495 |
| TASSIA SOUZA DE LIMA | 04904910494 |
| TASSO LEITE PRIMO CHAGAS BARRETO | 01932263594 |
| TATIANA CAROLINA GREGORIO | 06485526919 |
| TATIANA ISABEL AZEVEDO LIMA | 00424260573 |
| TATIANA VAZ HORTA XAVIER | 05552647696 |
| TATIANE INDRUSIAK SILVA | 05431355430 |
| TATIANE PELEGRINI | 00542627043 |
| TATIANE TUNALA | 07671651605 |
| TATYANE MACHADO NASCIMENTO | 70019320191 |
| TAURINO DOS SANTOS RODRIGUES NETO | 00028599209 |
| TAYNÁ DE LIMA FREIRE | 66057680359 |
| TAYRINE DA SILVA GONCALVES | 02650969520 |
| TAYSA MABELLY MARTINS FEITOSA | 01313631400 |
| TERESA CONCEICAO CARVALHO DO NASCIMENTO | 02702155308 |
| TEREZA CRISTINA FIGUEIREDO TEIXEIRA | 78171741568 |
| TEREZA RODRIGUES DE CARVALHO VIEIRA DE MELO | 06202517433 |
| THADEU SANTOS SILVA | 01421225565 |
| THAILA GUIMARAES DE OLIVEIRA | 02850784532 |
| THAILANE IRINEU DE MORAIS | 05645353463 |
| THAILENA SILVA LIMA | 96955171372 |
| THAINAN BARBOSA DE CAYRES | 00935096507 |
| THAIS BARRETO MOTA | 00835538516 |
| THAIS CARNEIRO LIMA | 03017647510 |
| THAIS CARVALHO BARBOZA | 01617692506 |
| THAIS CHIABAY MEDEIROS | 12449271716 |
| THAIS CONTI EMMERICK | 02333621508 |
| THAIS DE JESUS BENJAMIN | 36861918814 |
| THAIS DE SANTANA MACHADO MARTINS | 01949679560 |
| THAÍS EUGÊNIO GOMES | 02543939342 |
| THAIS FERREIRA DE ABREU ARRUDA | 01433516489 |
| THAIS IWAMOTO COLACIOPPO | 34276321808 |
| THAIS MARCAL PEREIRA | 02588098509 |
| THAIS MARQUES FEITOSA MENDES | 11338553771 |
| THAIS MEIRA LIMA SOUZA | 01511842598 |
| THAIS SANTANA SARAIVA | 95570713387 |
| THAIS SIQUEIRA COSTA DOS SANTOS | 03399775580 |
| THAISA GEOVANINE DE CARVALHO | 04771423466 |
| THAISA PONTES BANDEIRA DE OLIVEIRA | 06432228476 |
| THAISE BARBARA DE JESUS LUZ | 01967695580 |
| THAISE BORGES BRITTO DE SOUZA | 02049477589 |
| THAISI ESTRALIOTO DE SOUZA CAMPOS | 04390823906 |
| THAIZA MARIA OLIVEIRA DA CAMARA LIMA | 94757879253 |
| THALES BRAVO MARQUES RIZZO | 05304743440 |
| THALES COELHO PIMENTEL | 00603601359 |
| THALES MAIA TEIXEIRA | 11708878726 |
| THALES SIMOES PIRES DE ALMEIDA | 01650080085 |
| THALITA MARQUEZE | 04117461974 |
| THALITA RIBEIRO ALBRES | 74504681234 |
| THALLES BREGALDA REIS | 08838513694 |
| THALLES MAGNO BRANDAO CLEMENTE | 06476523660 |
| THALYNNE NOBREGA QUEIROGA FEITOSA | 01120067367 |
| THAMIA MARTINS MARQUES | 00937056383 |
| THATIANA CATUNDA TORRES MOTA | 01543711308 |
| THAYANNE LOUZADA FERREIRA | 94695954249 |
| THAYLA CAMPOS COLETA DE SOUZA FERREIRA | 01743448139 |
| THAYNÁ DE MELLO ALEGRETI | 00590814907 |
| THAYS MENDES DA SILVA | 67131093300 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| THAYSE BRAGHIN | 53155882204 |
| THAYSE DE SOUZA MARQUES LUZ | 04760040471 |
| THAYSE MAYARA ARAGAO SIQUEIRA | 00289773350 |
| THÉO NICOLACÓPULOS | 06680617901 |
| THIAGO ABRAHAO DE OLIVEIRA | 08958466677 |
| THIAGO ALVARES DE CAMPOS | 07407088640 |
| THIAGO ANDRADE RIBEIRO | 94646120291 |
| THIAGO ANTÔNIO DE CARVALHO | 04855092614 |
| THIAGO BARBOSA DE CARVALHO | 69037892272 |
| THIAGO CAMPOS CARVALHO FEITOSA | 00044153376 |
| THIAGO CHILTON DE ALCANTARA JORGE | 98551027387 |
| THIAGO CRUZ | 04136398948 |
| THIAGO DE ALMEIDA VALLE | 92703178115 |
| THIAGO DE LIMA CASTRO | 01658370120 |
| THIAGO DE OLIVEIRA COSTA | 07425688492 |
| THIAGO DE OLIVEIRA MOREIRA | 11407782770 |
| THIAGO EMANNOEL NOGUEIRA RAMOS | 02867401330 |
| THIAGO EMANUEL RODRIGUES CAVALCANTE | 65842421372 |
| THIAGO FABIANO SOUZA DE CARVALHO | 01751650502 |
| THIAGO FARIA RAMOS | 01614326622 |
| THIAGO FERNANDES DE NOVAES | 01139759531 |
| THIAGO FERNANDES MARQUES | 23084824860 |
| THIAGO FERREIRA SIMOES DE SOUZA | 07550462690 |
| THIAGO FRANCOSO SONTAG | 37095507856 |
| THIAGO HENRIQUE FORMIGARI FONTANA | 52502031249 |
| THIAGO JACOME BRITTO VARELA DE SOUZA | 01065631499 |
| THIAGO JOSÉ CAVALCANTI VALADÃO | 01366474309 |
| THIAGO LINS DE FARIA | 01716942527 |
| THIAGO LOPES DA SILVA | 00744057302 |
| THIAGO LUIZ CONTI | 04768098940 |
| THIAGO LUSTOSA FERREIRA | 95849211187 |
| THIAGO MACHADO DE ALMEIDA | 06104687407 |
| THIAGO MENDES BARBOSA | 02749560390 |
| THIAGO MOREIRA LEAL | 01477689346 |
| THIAGO NEGROMONTE PETITET DE ALMEIDA | 08276186700 |
| THIAGO PAES DE ANDRADE RODRIGUES | 01331041333 |
| THIAGO PANCINI DE OLIVEIRA | 05939937993 |
| THIAGO PEREIRA BELO | 81551614553 |
| THIAGO REIS JACOME DE OLIVEIRA | 00408647310 |
| THIAGO ROBERTO MACIEL GROSSI | 04600659473 |
| THIAGO SANTANA FEITOSA | 01959148303 |
| THIAGO SIQUEIRA LEITE | 05167407419 |
| THIAGO SOUSA E SILVA TARGINO | 01307496300 |
| THIAGO TOSCANO CAVALCANTE | 00478445318 |
| THIAGO WASHINGTON BAETA CARVALHO | 09751558654 |
| THIAGO XAVIER CORREA | 07365711671 |
| THIARA GUIMARAES DE OLIVEIRA | 01932019502 |
| THIARA LESSA SILVA | 03293755550 |
| THIARA MARGOTTO GALLINI | 11653088788 |
| THICIA MARIA FURTADO ROCHA | 00298647397 |
| THICIANA BARCELOS FONTENELE QUARIGUASI | 87413086204 |
| THOMÁS LUIZ SANTOS | 07281118619 |
| THOMAZ AUGUSTO RODRIGUES DE MAGALHAES | 03965951467 |
| THYAGO ANTONELLI SALGADO | 01603528199 |
| THYAGO ANTTONNY DIAS DA SILVA NEVES | 01297835360 |
| THYAGO MARSICANO VIEIRA | 05282975467 |
| TIAGO ANDRADE RODRIGUES | 05060160483 |
| TIAGO CASTELLO BRANCO LYRA | 00472655310 |
| TIAGO CAVALCANTI DO O | 01458385442 |
| TIAGO COELHO LEITE | 00952891433 |
| TIAGO DUTRA REGO | 06385418677 |
| TIAGO EMANUEL MENDES COSTA | 07786558659 |
| TIAGO FRANCISCO PAULA PADILHA | 84158387272 |
| TIAGO FRANCO MARTINS | 00500098000 |
| TIAGO LAMENHA TEODOSIO | 03176862407 |
| TIAGO MARQUES AVELAR | 03524111394 |
| TIAGO MOREIRA DE SOUZA | 00356757307 |
| TIAGO PESSOA TABOSA E SILVA | 95967354387 |
| TIAGO ROYER | 05336679682 |
| TIAGO SOUSA ARAUJO | 93456174349 |
| TIAGO TEIXEIRA GONTIJO SILVA | 01514891654 |
| TIAGO VENCATO DA SILVA | 86603639220 |
| TICIANA COSTA NOGUEIRA | 01935246518 |
| TICIANA DE ANDRADE CASTELO BRANCO DINIZ | 65162102334 |
| TICIANA OLIVEIRA RABELO | 00392465310 |
| TICIANA RIBEIRO PAIVA | 95741585353 |
| TICIANA ROLIM PARENTE | 99895340397 |
| TINAI ANDRADE LIMA | 02507912502 |
| TOMAS VITOR DE SOUZA GAMA QUEIROZ TEIXEIRA DE BARROS | 01420663461 |
| TOMAZ LEITE MENEZES | 06030617451 |
| TRÍCYA FERREIRA CAMPOS | 03373927307 |
| TULIO CESAR DA SILVA GONTIJO | 10166994685 |
| TULIO IVO CORDEIRO EULALIO | 05920091495 |
| TYAGO ARAUJO ALMEIDA | 01715074360 |
| UBENICIO SILVEIRA DIAS JUNIOR | 01345924500 |
| UILTON LIMA MORAIS | 82134839520 |
| ULINS SOARES DE FREITAS JUNIOR | 05982066630 |
| UMBELINO ALVES NETO | 06100694387 |
| URSULA CURY COPELLO | 01996079581 |
| UYARA CAMARA DE QUEIROZ | 05338730456 |
| VALDEBAN DE SOUSA CARVALHO JUNIOR | 06115609410 |
| VALDIR DE JESUS VALE MELO | 96540435304 |
| VALESKA OLIVEIRA FONSECA CARVALHO | 00424488590 |
| VALTER DE CARVALHO OLIVEIRA | 55342620368 |
| VALTER DOS SANTOS SILVA | 02078827380 |
| VALTER OBERDAN BORGES DE OLIVEIRA | 01596508523 |
| VANDERLI DE CARVALHO BARBOSA | 57059608672 |
| VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA | 31452121842 |
| VANESSA BOSI BISSI | 12229984756 |
| VANESSA CRISPINIANO RAMALHO | 06759232470 |
| VANESSA DA COSTA PAIVA | 06133826410 |
| VANESSA DA NOBREGA VILELA | 06873890464 |
| VANESSA DA SILVA DOMINGOS | 05530545971 |
| VANESSA DE SOUZA CARVALHO | 02453321544 |
| VANESSA DORTAS MARTINS DE JESUS | 01775737594 |
| VANESSA DUTRA DA SILVA | 03890073409 |
| VANESSA FRANCA DE SOUSA | 06417137465 |
| VANESSA GHENO | 04366135906 |
| VANESSA LIMEIRA DE QUEIROZ XAVIER FULCO | 01359250450 |
| VANESSA MAXIMO DE BRITO SILVA | 05454745405 |
| VANESSA SANTOS ANDRADE CRUZ | 07409790431 |
| VANESSA SPEROTTO VARALO | 00145650057 |
| VANGELIS BASILIO REBELO | 88205053200 |
| VANIA LOPES DE SANTANA | 79314953572 |
| VANUZA ALMEIDA BEZERRA | 01850418330 |
| VERENA NAIARA NOGUEIRA LIMA SOUSA | 60026862310 |
| VERÔNICA DA SILVA SOARES | 12514562783 |
| VERONICA FLORENCIO FERRAZ TORRES | 06106491402 |
| VICTOR CAMARAO PORTO | 66593476315 |
| VICTOR EMANUEL DA SILVA | 99630931320 |
| VICTOR EMMANUEL DA COSTA CIRILO | 02470913160 |
| VICTOR HOLANDA BEZERRA | 00509802389 |
| VICTOR JOAQUIM FACANHA RAMOS | 73527335234 |
| VICTOR LEONARDO ARIMATEA QUEIROZ | 00569339162 |
| VICTOR LUIS RIBEIRO VILAS BOAS | 07656109650 |
| VICTOR MARINHO SILVA | 02327537509 |
| VICTOR MATHEUS DE ALMEIDA RIBEIRO | 01856615561 |
| VICTOR QUEIROZ LOPES | 01382540361 |
| VICTOR RICRDO CIACO DE CARVALHO | 10205795870 |
| VICTOR SANTIAGO DE MACEDO | 06397490467 |
| VICTOR SMILL PILLACA QUISPILAYA | 53402235234 |
| VILSON SOVIO OLIVEIRA DE MACEDO | 62866044304 |
| VINICIUS DE SOUSA CARVALHO | 99175622300 |
| VINÍCIUS FIGUEIREDO BEGHINI DA SILVA | 05461558712 |
| VINICIUS FREIRE DE OLIVEIRA HOLANDA | 05008679414 |
| VINICIUS LELES MIRANDA | 07264103650 |
| VINICIUS MENDES ALBUQUERQUE | 01171868308 |
| VINICIUS NUNES DE PAIVA SARAIVA | 06056529452 |
| VIOLETA MARIA PONTES DE ALBUQUERQUE MELLO GEBRIM | 02196452564 |
| VIRGINIA DE FÁTIMA PAES SANTOS | 05814548479 |
| VITHOR SILVEIRA SAMPAIO * | 00163585385 |
| VITOR AGUIAR LOBATO DE CARVALHO | 36616333841 |
| VITOR ARAUJO SOARES | 11314571702 |
| VITOR BALTHAZAR DA SILVEIRA GOMES SILVA | 82746656515 |
| VITOR BRASILEIRO FERNANDES | 10683902717 |
| VITOR CAMILO CAMPOS ARAUJO | 02501464524 |
| VITOR CARDIM RIBEIRO | 02352653576 |
| VITOR DANIEL DA SILVA SERRA | 80845487000 |
| VITOR LEAO DE CARVALHO | 07706992438 |
| VITOR SARMENTO MESQUITA | 01382663366 |
| VITÓRIA ADELAIDE DE SOUSA MAURÍCIO | 07427493478 |
| VIVIAN VASCONCELLOS PEDRUZZI | 05819284747 |
| VIVIANNE PEDROSA | 02106950306 |
| VLADIA MARIA FROTA PRADO AZEVEDO | 67027920344 |
| WAGNER DE SOUSA GURGEL | 01397203323 |
| WAGNER GALVÃO KONO | 00653526105 |
| WAGNER JORDAO RODRIGUES DOS SANTOS | 05621951735 |
| WAGNER THALES SILVA | 06493651603 |
| WALDENIO SOARES DA SILVA JUNIOR | 06387983452 |
| WALESKA MEIRELES CARNEIRO | 02413407138 |
| WALESKA PALHARES PIRES | 00824979150 |
| WALTER JUNIOR LOPES DOS SANTOS | 07554651641 |
| WALTER RODRIGUES DA COSTA NETTO | 84751959204 |
| WANDEMBERG SOUSA DA SILVA | 04654850490 |
| WANDERSON DE SOUZA LUGAO | 07319781700 |
| WANESSA GUIMARÃES RODRIGUES | 04994673454 |
| WANTUIL MATIAS NETO | 04619809403 |
| WARLEY CRISTIANO DE SOUZA | 07639670683 |
| WEDNEY LIVANIO DE SOUSA SANTOS | 83406166334 |
| WELLINGTON SOUZA SILVA | 07965313405 |
| WELLINTON MORAIS LEITE | 92183212187 |
| WENDEL FERREIRA COSTA | 62725246334 |
| WENDEL PINHEIRO MELO | 00867197340 |
| WESLEY FARIAS DO AMARAL | 83718982234 |
| WESLEY ZANIRATI | 05017282602 |
| WICLIFFY IRACKTAN CABRAL MACHADO | 04618909412 |
| WIDMA CAITITE SOUZA | 01395434573 |
| WILDERI SIDNEY GONCALVES GUIMARAES | 00407354352 |
| WILKCY AZEVEDO SANTOS | 69416770230 |
| WILLAMI PINTO DE FARIAS | 05372334401 |
| WILLIAM BENICIO ALVES | 02504242310 |
| WILLIAM CALVI | 12114059740 |
| WILLIAM GANEM NETO | 02951569530 |
| WILLIAM NASCIMENTO DOS SANTOS | 00589677020 |
| WILLIAM SILVA MENDES | 01483593533 |
| WILLIAN DA SILVA LOPES | 02728963304 |
| WILRAMA BARBOSA MAGALHÃES | 84736461349 |
| WILSON GONCALVES SOMBRA | 00684968347 |
| WILTON COUTINHO SILVA | 66672112391 |
| WILTON JOSE FLORENTINO ALCANTARA | 04106345498 |
| WINICIUS ARANTES DE MIRANDA | 00715090119 |
| WINNEY SOARES DE LIMA | 06387984424 |
| WLADEMIR RORIZ NETO | 01865128309 |
| YANA RODRIGUES DE OLIVEIRA | 05482190447 |
| YANARA SAMPAIO | 00192387111 |
| YANNA CHRISTINA NUNES CAVALCANTE | 03434899375 |
| YANNA DO VALE ALVES | 03470017506 |
| YANNA QUITÉRIA IIDA PIMENTEL DE BRITO | 00414497112 |
| YEDDA MARIA ALBUQUERQUE DODO | 73954861291 |
| YESSA ARRUDA ESPIRITO SANTO | 07600995611 |
| YURI ANDREWS DE OLIVEIRA | 05218400408 |
| YURI COELHO SOARES | 99419505391 |
| YURI ERICK DANTAS DA LUZ | 06185462435 |
| YURI GONCALVES MADURO | 92042740268 |
| YURI RIBEIRO DANTAS LANDIM | 01001181352 |

(*) Sub judice

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério das Comunicações

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### ACÓRDÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014

Nº 79-CD - Processos n. 53500.016296/2011 e 53500.016072/2012 Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 731, de 13 de fevereiro de 2014. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80)

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. LICITAÇÃO Nº 002/2007/SPV-ANATEL. PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO BEM. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO ÀS REGRAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. SPECTRUM CAP E DESTINAÇÃO DE FAIXA OU CANAL DA RADIOFREQUÊNCIA EM CARÁTER PRIMÁRIO. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE À OUTORGA EM CARÁTER SECUNDÁRIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE OUTORGA, EM CARÁTER PRECÁRIO E TRANSITÓRIO. DETERMINAÇÃO DE INÍCIO IMEDIATO DE CERTAME LICITATÓRIO PARA O PROVIMENTO DE FAIXAS E CANAIS DESOCUPADOS. ORIENTAÇÕES PARA OS ESTUDOS TÉCNICOS PRÉVIOS. 1. Impossibilidade de conferir, em substituição de parte da subfaixa adquirida por meio da Licitação nº 002/2007/SPV-Anatel, o Direito de Uso de Radiofrequência de outras faixas destinadas ao mesmo serviço em caráter primário. A outorga de uma nova faixa em caráter primário demanda a realização de procedimento licitatório, já que não se amolda às hipóteses legais de inexigibilidade de licitação. 2. As autorizações de uso de radiofrequência em caráter secundário não se submetem aos limites de quantidade de espectro a um mesmo grupo econômico - ou spectrum cap -, previstos na regulamentação. 3. Não é necessário que uma faixa esteja expressamente destinada a um determinado serviço em caráter secundário se ela já estiver destinada a esse mesmo serviço em caráter primário. 4. A Prestadora logrou demonstrar a importância de ser adotada, até com certa urgência, solução excepcional e provisória. 5. Provimento parcial ao Recurso Administrativo no sentido de outorgar o direito de uso de subfaixa de radiofrequência na Região da Grande São Paulo, em caráter secundário e precário, pelo prazo de 18 (dezoito) meses. 6. Determinação à Superintendência competente para que adote imediatamente as medidas necessárias para a deflagração de um procedimento licitatório com o fim de disponibilizar as faixas e canais de radiofrequência destinadas ao SMP que se encontrem desocupados. 7. Recomendação à Superintendência, em atenção ao princípio da atualidade, que considere, nos estudos que antecedem o procedimento, a possibilidade de revisão do spectrum cap e a migração das tecnologias mais antigas para as mais recentes.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria, nos termos da Voto nº 8/2014-GCRZ, de 12 de fevereiro de 2014, integrante deste acórdão, conhecer para, no mérito, dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto por TIM CELULAR S/A, no sentido de determinar à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) que outorgue o direito de uso da faixa de radiofrequência de 912,5 MHz a 915 MHz e 957,5 MHz a 960 MHz, na Área de Registro da Grande São Paulo (AR11), em caráter secundário e precário, para a prestação do Serviço Móvel Pessoal, pelo prazo de 18 (dezoito) meses, desde que preenchidas as condições subjetivas e objetivas previstas na regulamentação.

Votaram com o Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro o Presidente João Batista de Rezende e o Conselheiro Jarbas José Valente. O Conselheiro Marcelo Bechara de Souza Hobaika manteve seu posicionamento contido na Análise nº 17/2014-GCMB, de 31 de janeiro de 2014, tendo sido acompanhado pelo Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### ATO Nº 1.504, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.007177/2000. Declara extinta, por renúncia, a partir de 11 de março de 2013, a concessão outorgada à RCA COMPANY DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 03.052.751/0001-40, por intermédio do Ato nº 15.352, de 23 de fevereiro de 2001, publicado no DOU de 12 de março de 2001, para explorar o Serviço de Televisão a Cabo, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação do serviço o município de Aracruz-ES.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 17 de dezembro de 2013

Processo nº 53500.015338/2006
Nº 6.125/2013- CD O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com pedido de efeito suspensivo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, em face de decisão do Conselho Diretor consubstanciada no Despacho nº 11.359/2010-CD, de 7 de dezembro de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 689, realizada em 21 de março de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 47/2013-GCMM, de 15 de março de 2013, conhecer do Pedido Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES
## GERÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES GERAIS

### DESPACHOS DECISÓRIOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de novembro de 2013

Nº 5.770 - Processo n.º 53500.024331/2013. Aplica à entidade ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ N.º 08.265.803/0001-80, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Em 6 de dezembro de 2014

Nº 5.934 - Processo n.º 53500.022707/2013. Aplica à entidade WBT INTERNET LTDA - EPP, CNPJ N.º 10.783.976/0001-31, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 5.946 - Processo n.º 53500.022801/2013. Aplica à entidade NANOBIT MULTIMÍDIA LTDA - ME, CNPJ N.º 08.902.482/0001-87, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 5.948 - Processo n.º 53500.022812/2013. Aplica à entidade Inove Telecomunicações Ltda. - Me, CNPJ N.º 10.746.239/0001-69, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

ÁTILA AUGUSTO SOUTO
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### ATO Nº 2.524, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo n° 53000.010449/2013 - TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO S/A - RTVD - ARAÇATUBA/SP - Canal 26 - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### ATO Nº 1.725, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.027340/2013. Expede autorização à T.L. DA SILVA - REDE MEGANET TELECOM - ME, CNPJ/MF nº 16.503.437/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.735, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo no 53500.011042/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à OMNI TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ no 09.238.990/0001-75, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.751, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo no 53500.007625/2011. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CONECTA S J DEL REI LTDA. EPP, CNPJ no 00.988.887/0001-78, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 11 de Abril de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.753, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.000814/2014. Expede autorização à MARCIO DE ROURE MORAIS - ME, CNPJ/MF nº 04.137.174/0001-51, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.754, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.028952/2013. Expede autorização à WN - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.543.936/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.760, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.027098/2013. Expede autorização à CITY TURBO TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.034.332/0001-52, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.761, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.027374/2013. Expede autorização à ADF SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA , COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF nº 02.765.129/0001-16, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.850, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.028734/2013. Expede autorização à MARVITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.499.665/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 2.016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo no 53500.029629/2010. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à DINAMICA TELECOMUNICACOES LTDA. EPP, CNPJ no 39.320.478/0001-34, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 19 de Abril de 2021, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 2.025, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53500.028284/2013. Expede autorização à FERREIRA & FREITAS TELECOMUNICACOES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 07.335.845/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 1.904, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53000.007804/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Pracuúba/AP - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 1.905, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018854/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - Quebrangulo/AL - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.906, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.001804/02. CENTRAL DE EMISSORAS GRAVACOES E REP.AJURICABA S/A - RTV - Rio Preto da Eva/AM - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.907, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.057710/08. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS-RTV-Santana/AP-Canal 35.Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.908, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.043510/12. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO-RTVD-Santana/AP-Canal 51.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.909, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.049806/05. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-Santana do Ipanema/AL-Canal 16-.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.910, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018853/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - São Brás/AL - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.911, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018852/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-São José da Laje/AL-Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.912, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018851/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-São José da Tapera/AL-Canal 32. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.913, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018850/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-São Luís do Quitunde/AL-Canal 51.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.914, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018849/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - São Miguel dos Campos/AL - Canal 22-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.915, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.036875/10. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTV - São Miguel dos Campos/AL - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.916, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.036870/10. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTV - São Sebastião/AL - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.917, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018848/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - São Sebastião/AL - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.918, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.028747/05. TV AMAZONIA LTDA - RTV - Serra do Navio/AP - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.919, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.085667/06. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTV - Serra do Navio/AP - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.920, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.007800/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Serra do Navio/AP-Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.921, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.007300/02. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO-RTV-Tefé/AM-Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.922, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.036864/10. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTV - Teotônio Vilela/AL - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.923, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.001809/02. CENTRAL DE EMISSORAS GRAVACOES E REP.AJURICABA S/A - RTV - Uarini/AM - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.924, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018846/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-União dos Palmares/AL-Canal 22. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.925, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.036867/10. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTV - União dos Palmares/AL - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.926, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53610.000145/97. TV PAJUCARA LTDA - RTV - União dos Palmares/AL - Canal 43-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.927, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.060516/05. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTV-União dos Palmares/AL-Canal 46-. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.928, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.001811/02. CENTRAL DE EMISSORAS GRAVACOES E REP.AJURICABA S/A - RTV - Urucurituba/AM - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.929, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018845/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - Viçosa/AL - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.934, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.018856/08. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA - RTV - Olho d'Água das Flores/AL - Canal 22-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.936, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.005879/99. SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA - RTV - Lafaiete Coutinho/BA - Canal 5. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.937, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.001887/01. FUNDAÇÃO FUNDESUL - FM - Mucuri (Itabata)/BA - Canal 248 E. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.938, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.000633/02. TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S/A - RTV - Mucuri (Taquarinha)/BA - Canal 5. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.939, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.000476/02. TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S/A - RTV - Prado/BA - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.940, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.063544/10. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA-RTV-Salvador/BA-Canal 42.Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.941, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.006506/10. SENADO FEDERAL - RTVD - Salvador/BA - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.942, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53640.000222/98. GRUPO INTEGRACAO DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Xique-Xique/BA - Frequência 1390 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ATO Nº 1.943, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000652/00. RÁDIO FM GURUPA LTDA. - FM - Amontada/CE - Canal 203. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.944, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.028310/03. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTV - Aracati (Majorlandia)/CE - Canal 5-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.945, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.001702/03. FUNDAÇÃO CULTURAL AURORA DO POVO - FUNCAP - FM - Aurora/CE - Canal 272 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.946, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.001723/99. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTV-Barreira/CE-Canal 9-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.947, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.015600/03. FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL - FM - Baturité/CE - Canal 233 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.948, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000601/00. TV DIARIO LTDA - RTV - Baturité/CE - Canal 2. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.949, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.089051/06. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTV-Capistrano/CE-Canal 40-.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.950, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.012235/04. REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. - RTV - Cascavel/CE - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.951, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000411/02. SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA - OM - Crato/CE - Frequência 1550 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.953, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.007137/00. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTV-Crato/CE-Canal 17-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.954, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.037283/10. PRINTSCOM RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTV - Fortaleza/CE - Canal 25-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.955, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.059669/10. COMUNICAÇÕES DUNAMIS LTDA - RTV - Fortaleza/CE - Canal 40. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.956, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.007139/00. TELEV.VERDES MARES LTDA - RTV - Granjeiro/CE - Canal 30-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.957, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000937/00. TELEV.VERDES MARES LTDA - RTV - Guaramiranga/CE - Canal 13. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.958, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000574/00. ECO FM LTDA - FM - Ibiapina/CE - Canal 233. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.959, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.050615/04. FUNDAÇÃO CULTURAL MANOEL ANTÔNIO NUNES NETO - FM - Icó/CE - Canal 248 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.960, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.022817/03. FUNDAÇÃO DE APOIO AO JOVEM DE IGUATU - FAJI - FM - Iguatu/CE - Canal 291 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.961, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.001647/99. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTV - Itapagé/CE - Canal 2. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.962, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.002925/98. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTV-Itapipoca/CE-Canal 47.Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.963, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.056482/10. CEARASAT COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Juazeiro do Norte/CE - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.964, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000380/02. SISTEMA BEIJA FLOR DE RADIODIFUSÃO LTDA - FM - Missão Velha/CE - Canal 249. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.965, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53710.006114/98. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTV-Mulungu/CE-Canal 11. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.966, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000550/01. SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA - OM - Pacujá/CE - Frequência 1430 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.967, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.008551/05. FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ONILSON LIMA - FM - Parambu/CE - Canal 223 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.968, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.022630/10. TV DIARIO LTDA - RTV - Quixadá/CE - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.969, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000583/00. SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARA LTDA - FM - Santana do Acaraú/CE - Canal 222. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.970, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.000574/00. ECO FM LTDA - FM - São Benedito/CE - Canal 268. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.971, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.006113/98. TELEV.VERDES MARES LTDA - RTV - São Benedito/CE - Canal 10- Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.972, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53650.001722/99. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTV - Senador Pompeu/CE - Canal 4. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.973, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.057081/10. CEARASAT COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sobral ((ARACATIAÇÚ))/CE - Canal 18-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.974, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.006091/02. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS-RTV-Brasília/DF-Canal 57.Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.975, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052728/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Alegre (Serra Santa Catarina)/ES - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.976, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.021485/11. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Alegre (Serra Santa Catarina)/ES - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 1.977, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.075903/06. SISTEMA NORTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTV - Aracruz/ES - Canal 11. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.978, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53660.000320/98. SM COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Frequência 1590 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.979, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.053310/10. LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA - RTV - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.980, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.021903/11. LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA - RTVD - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.981, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.021195/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.982, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052714/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD-Cachoeiro de Itapemirim/ES-Canal 39. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.983, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.021481/11. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.984, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53660.000347/98. SM COMUNICAÇÕES LTDA - TV - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 4. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.985, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052729/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Castelo/ES - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.987, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.013369/09. FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA E EDUCAÇÃO - FAESA - GTVD - Colatina/ES - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.988, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.024461/11. A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Colatina (Serra da Boa Esperança)/ES - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.989, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052701/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Colatina/ES - Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.990, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.021484/11. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Colatina/ES - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.992, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.027004/11. A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Conceição da Barra/ES - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.996, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.023280/11. A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Domingos Martins (Pedreiras)/ES - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.997, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052730/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Domingos Martins (Pedra Azul)/ES - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.998, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052727/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Guaçuí/ES - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 1.999, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.034989/13. TELEVISÃO CAPIXABA LTDA - RTVD - Guarapari/ES - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.000, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052715/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Guarapari/ES - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.001, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53660.000047/00. FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE GUARAPARI - TV - Guarapari/ES - Canal 9- E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.002, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.000255/02. TELEVISÃO CACHOEIRO LTDA - RTV - Itapemirim/ES - Canal 35-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.003, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.024460/11. A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA - RTVD - João Neiva (Cavalinho)/ES - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.004, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052708/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD-João Neiva (Cavalinho)/ES -Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.005, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.013499/09. FUND. CULTURAL AGENOR ZANON - GTVD - Linhares/ES - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.006, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052703/12. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Linhares/ES - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.007, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.004627/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Linhares/ES-Canal 59. Autoriza Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.008, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.000401/02. TELEVISÃO CACHOEIRO LTDA - RTV - Mimoso do Sul/ES - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.009, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.027000/11. A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA - RTVD - Montanha/ES - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.010, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.025714/11. TELEVISÃO CACHOEIRO LTDA - RTVD - Muniz Freire/ES - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.011, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.052699/13. TELEVISÃO VITORIA S/A - RTVD - Nova Venécia/ES - Canal 40. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.261, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Processo nº 53000.013350/09. TELEVISÃO JOACABA LTDA-GTVD-Joaçaba/SC-Canal 34. Autoriza Uso Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.174, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIAO DO PARQUE CURICICA, CNPJ nº 02.887.722/0001-35 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 01/03/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.175, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA RENASCER DE JACAREPAGUÁ, CNPJ nº 68.641.091/0001-88 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ATO Nº 2.176, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ACADEMICOS DA ROCINHA, CNPJ nº 30.121.859/0002-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 01/03/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.177, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE, CNPJ nº 27.281.047/0001-27 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.187, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EDUCATIVA IMPÉRIO DA TIJUCA, CNPJ nº 42.528.794/0001-00 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.189, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO, CNPJ nº 28.640.225/0001-21 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.196, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar Liga das Escolas de samba do Rio de Janeiro - LIERJ, CNPJ nº 10.241.525/0001-72 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.247, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA INOCENTES DE BELFORT ROXO, CNPJ nº 30.646.434/0001-24 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.249, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar EMPRESA DE TURISMO SA EMTURSA, CNPJ nº 14.909.105/0001-72 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, , no período de 28/02/2014 a 13/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.250, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, , no período de 26/02/2014 a 26/02/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.251, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar MJC EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 03.319.896/0001-64 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.252, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar Programa som Produções S/C Ltda ME, CNPJ nº 53.130.563/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 01/03/2014 a 09/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.254, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GRES MOCIDADE INDEPENDENTE DE PADRE MIGUEL, CNPJ nº 28.935.450/0001-95 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 27/02/2014 a 12/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.256, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 24/02/2014 a 05/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

**ATO Nº 2.257, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

Autorizar TELEVISAO BAHIA LTDA, CNPJ nº 13.425.269/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, , no período de 27/02/2014 a 04/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**PORTARIA Nº 1.385, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.026155/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SÃO MATEUS, estado do Espírito Santo, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

**PORTARIA Nº 1.486, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.060648/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAROLINA, estado do Maranhão, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

**PORTARIA Nº 1.487, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.060652/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IPAMERI, estado de Goiás, o canal 14 (quatorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

## DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**PORTARIAS DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.Art. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53516.006266/2012 | Fundação Cândido Garcia | TV | Umuarama | PR | Multa | 17.272,00 | Art. 71, caput e § 3º, do CBT. | Portaria DEAA n° 270, de 27/2/2014 D | Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013 |

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

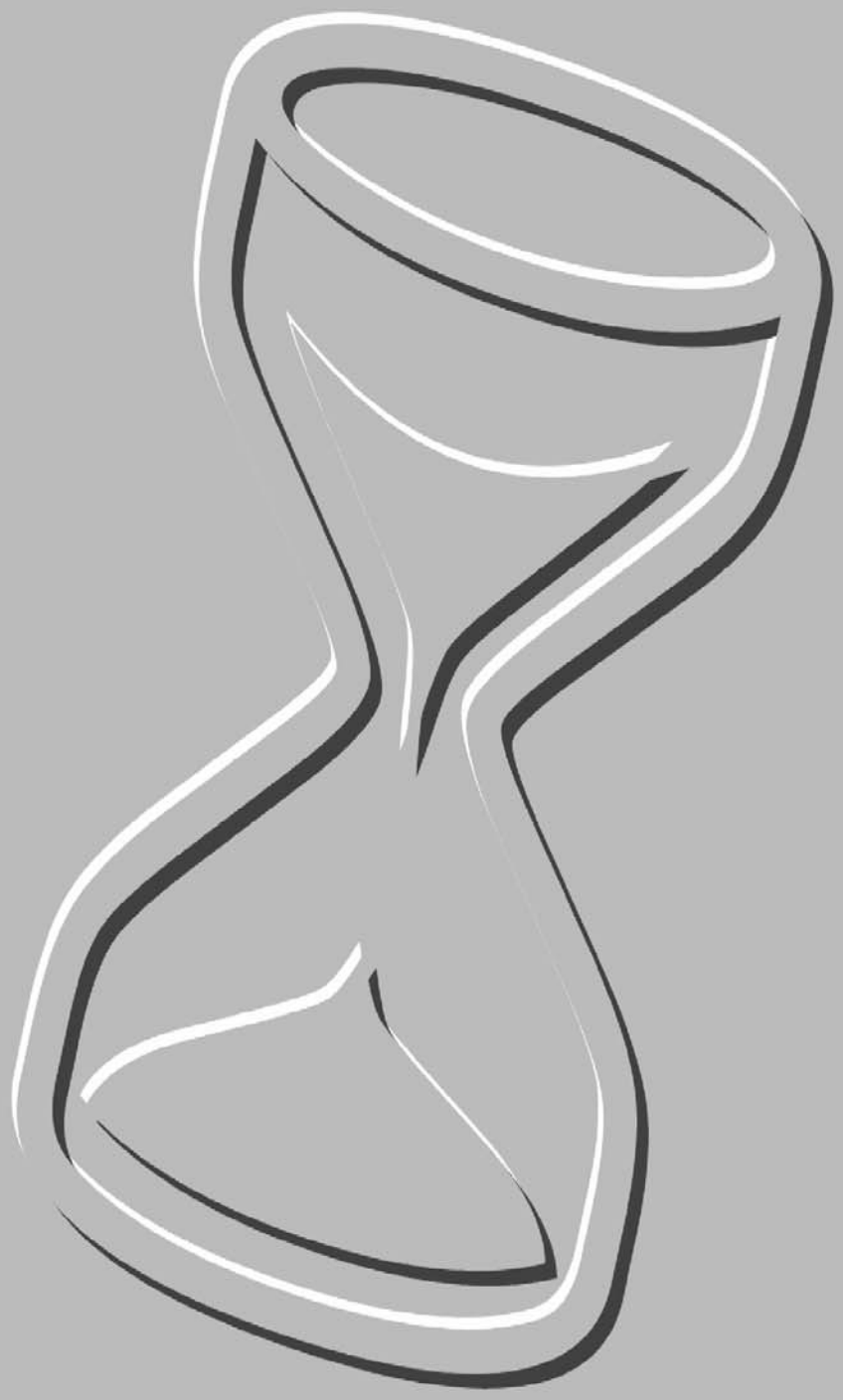
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53000.020056/2011 | EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A | FME | Contagem | MG | Multa | 559,77 | Art. 38, alínea "e", do CBT. | Portaria DEAA n° 271, de 27/2/2014 D | Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53000.031047/2012 | Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne | RADCOM | Peabiru | PR | Multa | 571,16 | Art. 40, do inciso XV, do Decreto nº 2.615/98. | Portaria DEAA n° 272, de 27/2/2014 D | Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013 |
| 53000.026093/2011 | Limeira FM Stéreo Ltda. | FM | Limeira | SP | Multa | 5.485,70 | Art. 38, alínea "e", do CBT, e art. 42 do Decreto nº 52.795/63. | Portaria DEAA n° 273, de 27/2/2014 D | Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013 |

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Um novo tempo!
MUSEU DA IMPRENSA

Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.
VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800, Brasília-DF.

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 88, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o que consta do Processo nº 48000.002147/2013-93, e considerando

que cabe ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País;

que constituem princípios e objetivos da Política Energética Nacional preservar o interesse nacional, identificar soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas Regiões do País e promover o uso racional dos recursos energéticos disponíveis; e

que na 136ª e na 138ª Reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, de 6 de novembro de 2013 e 16 de janeiro de 2014, respectivamente, foram aprovadas deliberações sobre o atendimento elétrico ao Estado do Pará e avaliações sobre o desempenho do Sistema Interligado Nacional - SIN, resolve:

Art. 1º Reconhecer a necessidade emergencial de geração de energia elétrica no montante de 10 MW, a partir da publicação desta Portaria e, ainda, autorizar a contratação de 5 MW adicionais, a partir de 1º de setembro de 2014, ambas de forma excepcional e temporária, no Município de Santarém, Estado do Pará.

§ 1º A geração, definida o caput, será contratada pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras Eletronorte, detentora da outorga da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Santarém, localizada no Município de Santarém, Estado do Pará, até que entre em operação a solução estruturante para suprimento às cargas do Tramo Oeste, constante do Estudo EPE-DEE-DEA-RE-005/2013, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º Os custos fixos e variáveis associados à geração de energia elétrica, de que trata o caput, deverão ser aprovados e autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e serão cobertos por meio de um encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrições de transmissão, conforme previsto no art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

§ 3º Excepcionalmente, dado o caráter emergencial e temporário de sua operação, a Central Geradora não estará sujeita ao pagamento de eventual custo de despacho adicional de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, assim como não arcará com as repercussões financeiras decorrentes de eventual rateio de inadimplência no mercado de curto prazo, resultante do processo de contabilização da geração de energia elétrica realizada nos termos desta Portaria, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MME nº 454, de 23 de dezembro de 2013.

EDISON LOBÃO

### PORTARIA Nº 89, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos à presente Portaria, os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Assessoria Especial de Relações Internacionais, da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, deste Ministério.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro - GM, Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social;

II - ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

III - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;

IV - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

V - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação do Ministério;

VI - assistir o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais;

VII - articular-se com o Ministério das Relações Exteriores para a análise e proposição de ações de promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energético e de minas e metalurgia, por determinação do Ministro de Estado;

VIII - intermediar as relações entre o cidadão e o Ministério, exercendo atribuições de ouvidoria, incluindo o acompanhamento das medidas necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas;

IX - orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

1 - Assessoria Técnica e Administrativa - ASTAD

1.1 - Coordenação de Atividades Administrativas - COAD

2 - Assessoria Parlamentar - ASPAR

3 - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

4 - Ouvidoria-Geral - OUVIR

§ 1º O Gabinete do Ministro dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, subordinados diretamente ao Chefe do Gabinete do Ministro: um Assessor Técnico (DAS 102.3) e onze Assistentes (DAS 102.2).

§ 2º As Assessorias e a Ouvidoria-Geral dispõem, para alocação em suas respectivas Unidades Organizacionais, de Cargos em Comissão identificados e quantificados a seguir, cujas atribuições de assessoramento e assistência dos seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências das Unidades do GM, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Chefe do Gabinete:

I - A Assessoria Técnica e Administrativa:

a) 1 (um) Coordenador, DAS 101.3;

b) 2 (dois) Assistentes, DAS 102.2;

c) 6 (seis) Assistentes Técnicos, DAS 102.1;

II - A Assessoria Parlamentar:

a) 1 (um) Assessor Técnico, DAS 102.3;

b) 2 (dois) Assistentes, DAS 102.2;

c) 5 (cinco) Assistentes Técnicos, DAS 102.1;

III - A Assessoria de Comunicação Social:

a) 1 (um) Assessor Técnico, DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente, DAS 102.2;

c) 4 (quatro) Assistentes Técnicos, DAS 102.1;

IV - A Ouvidoria-Geral:

a) 2 (dois) Assistentes, DAS 102.2.

Art. 3º O Gabinete será dirigido por Chefe, as Assessorias por Chefe de Assessoria, a Ouvidoria-Geral por Ouvidor e a Coordenação por Coordenador, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Assessoria Técnica e Administrativa

Art. 5º À Assessoria Técnica e Administrativa compete:

I - coordenar, promover, orientar e supervisionar a execução das atividades de:

a) redação, composição, edição, revisão, expedição e arquivamento de correspondências, atos e demais documentos; e

b) registro de documentos, correspondências e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como a tramitação e guarda, consoante as normas específicas;

II - acompanhar a tramitação de expedientes de interesse do Ministério, no âmbito interno e, quando demandado, em outras instâncias;

III - orientar e acompanhar a publicação dos atos e despachos do Ministro de Estado e do Chefe do Gabinete do Ministro;

IV - receber, analisar e orientar a publicação de autorizações de afastamento do País de servidores do Ministério e de suas Entidades vinculadas;

V - promover e orientar a execução das atividades gerais de suprimento e de apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do Gabinete do Ministro; e

VI - garantir o sigilo no trâmite e na guarda dos documentos de caráter sigiloso encaminhados ao Ministro de Estado.

Art. 6º À Coordenação de Atividades Administrativas compete:

I - promover e acompanhar a execução das atividades de:

a) protocolo, de controle da tramitação, do arquivamento e guarda dos documentos, correspondências e processos remetidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como controlar os dados de referência; e

b) redação, composição, emissão, revisão e expedição da documentação oficial do Gabinete do Ministro;

II - orientar a execução das atividades de controle e acompanhamento da gestão de pessoal, no âmbito do Gabinete do Ministro;

III - providenciar a publicação, na imprensa oficial, de atos assinados pelo Ministro de Estado e pelo Chefe do Gabinete;

IV - requisitar, receber e distribuir o material de consumo solicitado pelas unidades organizacionais do Gabinete do Ministro;

V - garantir o sigilo e a segurança no trâmite e na guarda de correspondências e documentos com algum grau de sigilo, dirigidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro;

VI - controlar a execução das atividades de limpeza e conservação de bens móveis e de instalações do Gabinete do Ministro, bem como daquelas relacionadas com copa, recepção interna e vigilância;

VII - executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas;

VIII - providenciar a concessão e o controle de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores do Gabinete;

IX - providenciar o encaminhamento dos expedientes de afastamento do País, de servidores da administração direta e indireta, nos termos da legislação vigente;

X - providenciar e fornecer apoio logístico ao funcionamento do Gabinete.

Seção II

Assessoria Parlamentar

Art. 7º À Assessoria Parlamentar compete planejar, promover, coordenar e supervisionar as ações relacionadas ao acompanhamento das atividades parlamentares, no âmbito do Ministério, e especificamente:

I - atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e de dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional;

II - acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;

III - articular-se com as esferas federal, estadual, municipal e Entidades de classe, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério;

IV - definir e implementar sistema de acompanhamento das ações do Poder Legislativo relativas à área de atuação do Ministério, com vistas a subsidiar as providências requeridas pelo assunto;

V - manter controle e promover o acompanhamento de todas as fases das matérias, em tramitação no Congresso Nacional, pertinentes ao Ministério;

VI - assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades do Ministério e das Entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional;

VII - elaborar e divulgar a sinopse de pronunciamentos dos parlamentares e de outros assuntos de interesse do Ministério, ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;

VIII - zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculados ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza; e

IX - acompanhar as sessões e os trabalhos das Comissões do Congresso Nacional.

Seção III

Assessoria de Comunicação Social

Art. 8º À Assessoria de Comunicação Social compete planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação de Governo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, estando sujeita à orientação normativa do Órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, e especificamente:

I - redigir, editar e divulgar matérias e notícias de interesse do Ministério e das suas Entidades vinculadas para os veículos de divulgação, incluindo jornais, rádios, televisões, agências noticiosas e revistas do Brasil e do exterior;

II - contatar e relacionar-se com os jornalistas dos diversos Órgãos de divulgação, fornecendo-lhes informações ou encaminhando-os, quando necessário, aos respectivos Órgãos ou Entidades vinculadas;

III - conduzir providências com vistas à coordenação de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;

IV - credenciar jornalistas junto ao Ministério e assistir à imprensa credenciada;

V - orientar os Órgãos do Ministério e suas Entidades vinculados, no relacionamento com a imprensa;

VI - exercer controle e orientar a divulgação de material jornalístico e publicitário, produzido pelos órgãos e entidades do Ministério;

VII - acompanhar o noticiário escrito e falado de veículos de divulgação, destacando e distribuindo aos órgãos e entidades do Ministério matérias de seu interesse;

VIII - realizar o registro fotográfico de eventos ocorridos no Ministério;

IX - elaborar e promover a execução de planos e campanhas de relações públicas do Ministério, em níveis interno e externo;

X - organizar e participar de promoções, eventos e cerimônias no âmbito do Ministério;

XI - organizar a recepção de autoridades visitantes ao Ministério;

XII - manter controle dos compromissos político-sociais do Ministro de Estado e elaborar a respectiva programação e a correspondência de confirmação ou de agradecimentos;

XIII - manter cadastro atualizado de autoridades públicas, a fim de colaborar com o Ministro de Estado em suas manifestações de cortesia; e

XIV - captar e divulgar notícias destinadas ao público interno.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção IV
Ouvidoria-Geral
Art. 9º À Ouvidoria-Geral compete:
I - estabelecer canais de comunicação que venham a facilitar e a agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelo cidadão e a solução dos pleitos delas decorrentes;
II - realizar, direta ou indiretamente, a intermediação das relações entre o cidadão e o MME, exercendo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao demandante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
III - receber e acompanhar as reclamações, sugestões ou representações e adotar os procedimentos administrativos e regulamentares pertinentes;
IV - registrar e disseminar informações e conhecimentos aos titulares dos Órgãos do MME e de suas Entidades vinculadas, sobre reclamações a respeito de deficiências nas respectivas áreas de atuação, de modo a contribuir para que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhorias e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;
V - apreciar e emitir pareceres sobre manifestações e representações relacionadas com procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do MME;
VI - propor medidas para a correção e a prevenção de falhas ou omissões que possam ser identificadas na prestação do serviço público pelo Ministério; e
VII - realizar verificação do nível de satisfação dos usuários quanto ao atendimento prestado pela Ouvidoria-Geral, bem como elaborar, a partir das demandas apresentadas pelos usuários, dados consolidados pertinentes às Unidades do Ministério, órgãos e entidades vinculados.
CAPÍTULO IV
ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES
Art. 10. Ao Chefe do Gabinete incumbe:
I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais do Gabinete do Ministro;
II - manter permanente articulação com os Órgãos da administração direta e Entidades vinculadas ao Ministério, no sentido de solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;
III - assinar a correspondência oficial do Ministro de Estado, por sua ordem, bem como os documentos e papéis decorrentes dos atos de sua competência;
IV - transmitir ordens e despachos do Ministro de Estado aos diversos Órgãos do Ministério e suas Entidades vinculadas;
V - exercer o controle sobre as correspondências, documentos e os processos destinados ao Ministro de Estado;
VI - organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Ministro de Estado;
VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito do Gabinete do Ministro, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
VIII - baixar atos consubstanciando diretrizes atinentes à sua área de competência;
IX - assistir o Ministro de Estado no desempenho de suas funções como membro de Órgãos colegiados de deliberação superior; e
X - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Gabinete.
Art. 11. Aos Chefes de Assessoria incumbe:
I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas Assessorias;
II - assistir o Chefe de Gabinete em assuntos relacionados à sua área de atuação; e
III - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais.
Art. 12. Ao Ouvidor incumbe:
I - ouvir o cidadão nas reivindicações não solucionadas diretamente por Órgãos do Ministério responsáveis pelo seu atendimento;
II - representar o Ministério de Minas Energia em Entidades e organizações internas e externas e fóruns relacionados à atividade de Ouvidoria;
III - promover os entendimentos com os dirigentes dos Órgãos e das Entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à área de competência;
IV - atender às partes interessadas - cidadão, Órgãos internos e Entidades externas - em assuntos relativos à atividade de Ouvidoria; e
V - divulgar as informações compiladas a partir de sua atuação.
Art. 13. Ao Coordenador incumbe:
I - gerir a execução das atividades afetas à unidade organizacional;
II - emitir parecer sobre assuntos pertinentes à sua área de competência;
III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados pela unidade organizacional; e
IV - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Coordenação.
CAPITULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia.

ANEXO II
REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA
CAPÍTULO I
CATEGORIA E FINALIDADE
Art. 1º À Secretaria-Executiva - SE, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:
I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;
II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;
III - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos, de gestão de documentos de arquivos, de organização e inovação institucional, e as de serviços gerais;
IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, articulando-as com o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE;
VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério;
VII - gerir as ações nos programas e projetos de cooperação técnica e financeira internacional; e
VIII - articular e integrar as ações de meio ambiente relacionadas com os empreendimentos da área de competência do Ministério.
Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional - SIORG e Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO
Art. 2º A Secretaria- Executiva - SE tem a seguinte estrutura:
1. Gabinete - GAB/SE
2. Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE
2.1 - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico - CGPE
2.2 - Coordenação-Geral de Supervisão e Avaliação da Gestão - CGAG
3. Assessoria Especial em Gestão Socioambiental - AESA
4. Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios - AEREG
5. Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes - AEPROE
6. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
6.1 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
6.1.1 - Coordenação de Administração de Material e Execução Financeira - COMEF
6.1.1.1 - Divisão de Gestão de Patrimônio - DIGP
6.1.1.2 - Divisão de Almoxarifado - DIAL
6.1.1.3 - Divisão de Controle de Diárias e Passagens - DIPAS
6.1.1.4 - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DIOF
6.1.2 - Coordenação de Atividades Gerais - COAGE
6.1.2.1 - Divisão de Administração Predial - DIAP
6.1.2.2 - Divisão de Obras e Serviços de Engenharia - DIOBE
6.1.2.3 - Divisão de Segurança - DISEG
6.1.2.4 - Divisão de Administração de Transporte - DIAT
6.1.2.5 - Divisão de Gestão de Documentos e Informação Bibliográfica - DGDIB
6.1.2.6 - Divisão de Telefonia e Reprografia - DITR
6.2 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH
6.2.1 - Coordenação de Administração de Pessoal - CAPES
6.2.2 - Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social - CODES
6.3 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
6.3.1 - Coordenação de Administração Financeira - COAF
6.3.2 - Coordenação de Contabilidade - CONT
6.3.3 - Coordenação de Orçamento - CORC
6.4 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
6.4.1 - Coordenação de Infraestrutura Tecnológica - CIET
6.4.2 - Coordenação de Tecnologia de Sistemas de Informação - CTSI
6.5 - Coordenação-Geral de Compras e Contratos - CGCC
6.5.1 - Coordenação de Administração de Contratos - CAC
6.5.2 - Coordenação de Licitações e Compras - CLC
6.6 - Coordenação de Modernização Administrativa - CMA
§ 1º A Secretaria-Executiva dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, subordinados diretamente ao Secretário-Executivo:
I - um Secretário-Executivo Adjunto (DAS 101.6), três Diretores de Programa (DAS 101.5) e um Chefe de Gabinete (DAS-101.4), cujas atribuições estão estabelecidas no Capítulo IV deste Regimento Interno; e
II - quatro Assessores (DAS 102.4) e três Assessores Técnicos (DAS 102.3), cujas atribuições específicas poderão ser estabelecidas por ato do Secretário-Executivo.
§ 2º A Secretaria-Executiva dispõe, ainda, dos Cargos em Comissão identificados e quantificados conforme a seguir, cujas atribuições dos seus ocupantes - além das definidas neste Regimento Interno - poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Secretário-Executivo.
I - Gabinete:
a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;
b) 4 (quatro) Assistentes - DAS 102.2;
c) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
II - Assessoria Especial de Gestão Estratégica:
a) 2 (dois) Assistentes - DAS 102.2;
II.1 - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico:
a) 3 (três) Assessores Técnicos - DAS 102.3;
II.2 - Coordenação-Geral de Supervisão e Avaliação da Gestão:
a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;
b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
III - Assessoria Especial em Gestão Socioambiental:
a) 1 (um) Assessor - DAS 102.4;
b) 2 (dois) Assessores Técnicos - DAS 102.3;
IV - Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios:
a) 1 (um) Assessor - DAS 102.4;
b) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;
V - Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes:
a) 1 (um) Assessor - DAS 102.4;
b) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;
VI - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:
a) 1 (um) Assessor - DAS 102.4;
b) 2 (dois) Assistentes - DAS 102.2;
c) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
VI.1 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:
a) 3 (três) Assistentes Técnicos - DAS 102.1;
VI.2 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos:
a) 10 (dez) Assistentes - DAS 102.2;
b) 2 (dois) Assistentes Técnicos - DAS 102.1;
VI.3 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças:
a) 6 (seis) Assistentes - DAS 102.2;
b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
VI.4 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:
a) 5 (cinco) Assistentes - DAS 102.2;
b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
VI.5 - Coordenação-Geral de Compras e Contratos:
a) 7 (sete) Assistentes - DAS 102.2; e
b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;
VI.6 - Coordenação de Modernização Administrativa:
a) 3 (três) Assistentes - DAS 102.2.
Art. 3º A Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia é dirigida por Secretário-Executivo, a Subsecretaria por Subsecretário, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e o Gabinete, as Assessorias Especiais e as Divisões por Chefe, cujos cargos são providos na forma da legislação vigente.
Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação pertinente.
CAPÍTULO III
COMPETÊNCIA DAS UNIDADES
Seção I
Gabinete
Art. 5º Ao Gabinete do Secretário-Executivo compete:
I - assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;
II - coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo e promover o preparo de expediente para despacho;
III - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Secretário-Executivo; e
IV - orientar e controlar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo ao Gabinete.
Seção II
Assessoria Especial de Gestão Estratégica
Art. 6º À Assessoria Especial de Gestão Estratégica compete:
I - coordenar e supervisionar as ações de planejamento e de orçamento de investimento, em acordo com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
II - promover, coordenar e supervisionar o planejamento estratégico do Ministério;
III - orientar e coordenar o estabelecimento de diretrizes estratégicas à elaboração dos planos de ações do Ministério, e orientar os sistemas de monitoramento gerenciais;
IV - coordenar e monitorar a atuação dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, para cumprir políticas e ações estratégicas;
V - formular e implementar estratégias e mecanismos de integração e articulação do Ministério com suas entidades vinculadas e demais órgãos governamentais;
VI - assessorar o Secretário-Executivo no acompanhamento da política setorial e de pessoal das empresas vinculadas;
VII - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas ao Ministério, articulando-as com o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
VIII - estabelecer e implementar, em articulação com os órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, procedimentos de acompanhamento, avaliação e revisão do plano plurianual, e propor medidas para correção de distorções e seu aperfeiçoamento;
IX - acompanhar a elaboração, supervisionar e avaliar os contratos de gestão firmados pelos órgãos e entidades vinculados;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - articular-se com os agentes de governança dos setores energéticos e de mineração; e

XI - disponibilizar informações gerenciais, para subsidiar o processo decisório e a supervisão ministerial.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico compete:

I - articular e coordenar o processo de elaboração do planejamento estratégico do Ministério;

II - coordenar, supervisionar e orientar a implementação das ações referentes ao planejamento estratégico do Ministério, orientando a adequação do plano anual de ações estratégicas às diretrizes governamentais para os setores energéticos e de mineração;

III - subsidiar, na área de competência, a elaboração das propostas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - coordenar e orientar a revisão do Plano Plurianual e dos programas que o integram;

V - normatizar e consolidar a elaboração de relatório anual de ações estratégicas do MME;

VI - coordenar, na área de atuação do MME, a consolidação de informações para subsidiar o relatório da ação de governo e a mensagem presidencial ao Congresso Nacional;

VII - propor a implementação de estratégias e mecanismos de integração e articulação do Ministério com suas entidades vinculadas e demais órgãos governamentais;

VIII - propor o desenvolvimento de instrumentos e metodologias para implementação e avaliação do processo de planejamento e gestão estratégicos do Ministério; e

IX - disponibilizar informações gerenciais, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Supervisão e Avaliação da Gestão compete:

I - coordenar e acompanhar a atuação dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, com vistas ao cumprimento das políticas e ações estratégicas estabelecidas;

II - efetuar a gestão dos riscos das operações finalísticas e gerenciar os impactos decorrentes da ação ministerial em seus diferentes segmentos, em integração com as Secretarias do Ministério;

III - analisar e acompanhar os contratos de gestão firmados com entidades vinculadas ao Ministério;

IV - coordenar a elaboração e efetuar o acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais - PDG e do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao Ministério;

V - assessorar o titular da Assessoria Especial, nos assuntos concernentes ao acompanhamento das políticas de pessoal e salarial das empresas estatais vinculadas ao Ministério;

VI - executar, na área de competência, as atividades operacionais do sistema de acompanhamento e registro de informações orçamentárias, bem como do Sistema de Informações das Estatais - SIEST;

VII - desenvolver e manter sistemas de informações gerenciais sobre as ações estratégicas dos órgãos do MME e de suas entidades vinculadas; e

VIII - disponibilizar informações gerenciais, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial.

Seção III

Assessoria Especial em Gestão Socioambiental

Art. 9º À Assessoria Especial em Gestão Socioambiental compete:

I - assegurar o funcionamento eficiente e harmônico da gestão socioambiental no Ministério;

II - promover a articulação intrassetorial e intersetorial necessária à implementação de ações para equacionar questões socioambientais relativas a empreendimentos setoriais;

III - subsidiar a formulação da política e diretrizes governamentais para questões socioambientais associadas à área de atuação do Ministério;

IV - promover a articulação interna no Ministério de Minas e Energia para elaboração e integração de propostas de regulamentação sobre questões de meio ambiente de interesse do Ministério;

V - analisar e acompanhar projetos de leis ou atos regulamentares de ação governamental sobre questões socioambientais relacionadas aos setores de minas e energia;

VI - articular-se com os órgãos do Ministério para proposições de acordos ou convênios relativos a questões socioambientais associadas a empreendimentos setoriais;

VII - elaborar, após manifestação dos órgãos e entidades do Ministério de Minas e Energia, pareceres técnicos para subsidiar a tomada de decisão sobre impactos socioambientais de empreendimentos nos setores de minas e energia;

VIII - acompanhar o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos setoriais a licitar, na Empresa de Pesquisa Energética - EPE, nos órgãos licenciadores e nos demais gestores envolvidos em questões do patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental, e daqueles em construção e operação, nos agentes competentes;

IX - monitorar a implementação das diretrizes definidas, pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, para ações de meio ambiente relacionadas a empreendimentos da área de atuação do Ministério;

X - articular-se com entidades públicas governamentais, entidades sindicais e empresariais para equacionar os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos setoriais;

XI - implementar o sistema de gestão das questões socioambientais associadas a empreendimentos do setor energético, em articulação com os demais órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas;

XII - representar o Ministério e promover a unidade de atuação de representantes do MME em órgãos colegiados relacionados ao setor de meio ambiente; e

XIII - oferecer e articular apoio e suporte técnicos necessários às ações de meio ambiente no âmbito do Ministério.

Seção IV

Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios

Art. 10. À Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, compete:

I - articular-se com agências reguladoras, vinculadas ao Ministério, e assessorar o Secretário-Executivo quanto ao cumprimento das normas regulamentares para a implementação das políticas e diretrizes setoriais;

II - realizar o acompanhamento e assessoramento relativos às regulamentações firmadas pelas agências reguladoras;

III - assessorar o Secretário-Executivo quanto à concepção e realização dos leilões de energia;

IV - formular propostas para dirimir conflitos nas relações que envolvam agentes setoriais;

V - instruir a elaboração de manuais e notas informativas sobre leilões setoriais e promover sua divulgação aos públicos interno e externo;

VI - participar, conforme recomendações do Secretário-Executivo, de comitês e colegiados, no âmbito de ações setoriais, para reunir posicionamento atualizado sobre os assuntos correntes e realizar assessoramento;

VII - acompanhar a conformidade, a eficácia e a efetividade das normas setoriais vigentes e propor, quando necessário, seu aperfeiçoamento; e

VIII - organizar e manter atualizado sistema de informações gerenciais com o acervo relativo aos leilões de energia, para subsidiar a tomada de decisões.

Seção V

Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes

Art. 11. À Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes, compete:

I - assessorar o Secretário-Executivo quanto a metas de projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC de responsabilidade do Ministério;

II - monitorar, registrar e avaliar o desempenho e resultados dos projetos integrantes do PAC em áreas afetas ao Ministério;

III - articular-se, por orientação do Secretário-Executivo, com órgãos do Ministério, outros órgãos governamentais e demais instâncias competentes sobre questões relativas ao PAC; e

IV - manter sistema de informações gerenciais sobre o PAC e demais programas setoriais de responsabilidade do Ministério.

Seção VI

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Art. 12. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - articular os sistemas referidos no inciso I do caput com o órgão central e informar e orientar os órgãos do Ministério, sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, incluídos o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

IV - elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à apreciação superior;

V - monitorar e avaliar projetos e atividades;

VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Subseção I

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Art. 13. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Coordenação-Geral.

Art. 14. À Coordenação de Administração de Material e Execução Financeira compete programar, coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com recebimento, controle, guarda, distribuição e alienação de material, registro, cadastramento de bens móveis e imóveis, bem como as referentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Coordenação-Geral.

Art. 15. À Divisão de Gestão de Patrimônio compete:

I - classificar, registrar e cadastrar bens patrimoniais, obedecendo ao Plano de Contas da União e aos procedimentos do sistema de patrimônio;

II - distribuir, movimentar e controlar bens móveis, emitindo termos de responsabilidade e de transferência;

III - instruir processo e executar as operações de alienação dos bens móveis, considerados ociosos, antieconômicos e inservíveis;

IV - elaborar o Relatório Mensal de Movimentação de Bens Móveis - RMBM, contemplando as ocorrências de incorporação e baixas patrimoniais;

V - organizar e manter atualizada a documentação e o cadastro de bens patrimoniais e o controle de emissão de termos de responsabilidade;

VI - realizar o inventário dos bens móveis;

VII - instruir e acompanhar os processos de incorporação e destinação dos bens adquiridos com recursos financeiros de convênios ou de instrumentos congêneres;

VIII - manter controle dos imóveis funcionais e do recolhimento de taxas e outros encargos; e

IX - orientar a manutenção dos bens móveis.

Art. 16. À Divisão de Almoxarifado compete:

I - administrar o almoxarifado, mantendo atualizado o controle físico e contábil do material em estoque;

II - elaborar a programação de aquisição de materiais de consumo;

III - receber, conferir, classificar, catalogar, codificar e armazenar os materiais de consumo;

IV - controlar e acompanhar as entregas de materiais de consumo adquiridos;

V - controlar o sistema de administração de material;

VI - elaborar o Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA, contemplando as entradas e saídas de material;

VII - elaborar inventários, anuais e periódicos, dos materiais de consumo estocados, para controle físico e contábil;

VIII - fixar e manter os estoques mínimos de materiais de consumo; e

IX - autorizar o fornecimento do material em estoque.

Art. 17. À Divisão de Controle de Diárias e Passagens compete:

I - analisar, orientar, providenciar e controlar o processo de concessão de diárias de viagem e requisições de passagens aéreas, consoante regulamentação;

II - controlar os prazos legais, quanto ao fornecimento de passagens e diárias, bem como solicitar os relatórios e documentos comprobatórios de viagem;

III - elaborar relatórios estatísticos, financeiros e orçamentários, relativos às despesas de passagens e diárias;

IV - controlar a execução orçamentária das dotações destinadas à concessão de diárias e passagens aéreas;

V - controlar o sistema de administração do processo de concessão de diárias e passagens; e

VI - elaborar informações subsidiárias aos relatórios de auditoria.

Art. 18. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - proceder à execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral, efetuando os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, especificamente:

a) controlar os saldos orçamentários e efetivar os ajustes decorrentes de anulações, cancelamentos e suplementações de créditos orçamentários;

b) processar, registrar e controlar a emissão de provisões, empenhos, anulações e notas de movimentação de créditos orçamentários;

c) emitir ordens bancárias de créditos e pagamentos;

d) processar conciliação bancária e controle de saldo das contas correntes;

e) providenciar a liberação financeira de suprimento de fundos;

f) elaborar relatórios sobre a execução financeira; e

g) promover os recolhimentos fiscais em tempo hábil.

II - participar nas soluções de diligências e tomadas de contas;

III - manter atualizado o rol dos responsáveis por atos de gestão das unidades gestoras;

IV - analisar os processos de ressarcimento de despesas, de pagamento de aquisições e serviços prestados e de suprimento de fundos;

V - acessar e operar o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira e o SIASG - Sistema de Administração de Serviços Gerais, para efetuar lançamentos e consultas;

VI - registrar a conformidade diária da unidade gestora;

VII - acertar e controlar os saldos bancários oriundos de recolhimentos diversos, como os decorrentes de suprimentos, diárias, despesas de telefonia e ressarcimento de despesas de editais e outros pertinentes;

VIII - efetuar registros de processos de "Restos a Pagar" e de "Exercícios Anteriores";

IX - proceder à conformidade diária e documental dos processos e providenciar o arquivamento deles; e

X - efetuar cálculos de retenções de tributos e contribuições.

Art. 19. À Coordenação de Atividades Gerais compete programar, orientar e acompanhar a execução das atividades de administração predial, obras, manutenção, protocolo, documentação bibliográfica, reprografia, telecomunicações, vigilância, atendimento em portaria e recepção interna, transporte e zeladoria.

Art. 20. À Divisão de Administração Predial compete:

I - orientar e fiscalizar a execução dos serviços de:

a) copa, jardinagem e limpeza; e

b) chaveiro e confecção de carimbos;

II - controlar o uso das áreas comuns, em especial os auditórios, salas de conferência e garagem;

III - supervisionar os serviços decorrentes da concessão de uso de dependências do Ministério;

IV - administrar a distribuição de água potável; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - acompanhar a execução de contratos de prestação de serviço pertinentes às competências da unidade organizacional.

Art. 21. À Divisão de Obras e Serviços de Engenharia compete:

I - elaborar planos, projetos e especificações de obras de manutenção e reforma do edifício e instalações do Ministério;

II - orientar e fiscalizar a instalação e remanejamento de divisórias, apresentando o "layout" a ser observado;

III - fiscalizar a execução:

a) de obras de conservação e de reparo do edifício e das dependências do Ministério;

b) das atividades de manutenção de elevadores e de sistemas elétricos, hidrossanitários e de ar condicionado; e

c) dos serviços de carpintaria, serralheria, vidraçaria e instalação de painéis e cortinas;

IV - proceder à vistoria e emitir laudos para fins de conclusão e recebimento de obras de construção ou de instalação;

V - organizar e manter atualizados os arquivos de plantas, gráficos, orçamento e outros dados técnicos necessários à execução de obras e serviços de engenharia;

VI - elaborar projetos para utilização do espaço físico do Ministério, bem como propor e manter o sistema de comunicação visual;

VII - projetar, acompanhar, fiscalizar e propor soluções técnicas para obras e serviços de engenharia;

VIII - propor obras e serviços de manutenção a serem executados no edifício e dependências do Ministério;

IX - manter os equipamentos de prevenção contra incêndio dentro do prazo de validade e controlar as atividades da Brigada de Incêndio;

X - conferir, controlar e atestar contas de luz, água e esgoto; e

XI - supervisionar a execução de contratos pertinentes à área de atuação da unidade organizacional.

Art. 22. À Divisão de Segurança compete:

I - supervisionar as atividades de segurança e proteção do pessoal, das instalações e do material no edifício do Ministério;

II - fiscalizar e manter controle da entrada e saída de pessoas e de bens móveis por elas conduzidos, nas dependências do Ministério;

III - controlar, orientar e fiscalizar o trânsito e estacionamento de veículos nas áreas junto ao Ministério;

IV - elaborar e manter atualizada a escala de trabalho dos vigilantes;

V - controlar o claviculário;

VI - manter e controlar os sistemas de segurança de instalações físicas, abrangendo alarmes, câmeras de circuito interno de TV e outros;

VII - organizar e executar as atividades de atendimento nas portarias e de recepção interna nas dependências do Ministério; e

VIII - fiscalizar e controlar a entrada e saída de veículos na garagem do Ministério.

Art. 23. À Divisão de Administração de Transporte compete:

I - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos;

II - controlar e fiscalizar a utilização da frota de veículos do Ministério;

III - providenciar a recuperação, manutenção, revisão e licenciamento de veículos;

IV - manter cadastro da frota de veículos e dos motoristas, bem como registro das informações sobre infrações, acidentes e outras ocorrências;

V - analisar o custo operacional dos veículos;

VI - organizar e manter atualizados os cadastros de veículos oficiais, motoristas e de credenciados para condução de veículos do Ministério;

VII - elaborar e controlar a escala de plantão noturno dos motoristas; e

VIII - supervisionar a execução de contratos pertinentes às competências da unidade organizacional.

Art. 24. À Divisão de Gestão de Documentos e Informação Bibliográfica compete:

I - orientar o recebimento, a classificação, o registro e o arquivamento de documentos;

II - executar as atividades de autuação e movimentação de processos no Ministério;

III - manter o controle sobre arquivamento e desarquivamento de processos e documentos;

IV - aplicar os instrumentos de classificação, temporalidade e destinação final de documentos arquivísticos no âmbito do MME, de acordo com a legislação vigente;

V - manter e atualizar as bases de dados dos sistemas informatizados mantidos pela área;

VI - controlar e executar as atividades referentes ao cadastramento e a habilitação de usuários no sistema de controle de processos e documentos;

VII - controlar as atividades relativas ao recebimento, expedição e movimentação de processos e documentos;

VIII - receber e promover a distribuição do Diário Oficial e outras publicações;

IX - proceder à anexação, desanexação, apensação e juntada de documentos e processos, fazendo os respectivos registros de controle;

X - organizar e preservar, adequadamente, os acervos arquivísticos do Ministério;

XI - implementar a política de documentação e informação bibliográfica no âmbito do MME;

XII - coordenar e avaliar as atividades de organização, tratamento e armazenamento dos acervos bibliográficos, de legislação e de multimeios do Ministério;

XIII - executar as atividades de recuperação, disseminação, empréstimo e comutação bibliográfica;

XIV - preservar a produção técnica e histórica do Ministério;

XV - propor e implementar a política de seleção, aquisição e descarte de publicações;

XVI - orientar o processo de aquisição de materiais bibliográficos;

XVII - atender e orientar a comunidade usuária da Biblioteca do MME;

XVIII - estabelecer intercâmbio de serviços e produtos com entidades nacionais e internacionais;

XIX - propor, controlar, manter e subsidiar a aquisição dos documentos bibliográficos de interesse do Ministério, colocando-os à disposição do público-usuário; e

XX - fiscalizar a execução de contratos de prestação de serviços pertinentes à área de atuação da unidade organizacional.

Art. 25. À Divisão de Telefonia e Reprografia compete:

I - promover a manutenção e a conservação do sistema de telefonia do Ministério;

II - acompanhar, supervisionar e controlar a instalação de linhas diretas, ramais, "modem", "fac-símile", linhas privativas e telefonia móvel celular;

III - organizar e manter atualizadas as listas telefônicas internas;

IV - orientar e supervisionar a execução dos serviços de reprografia, abrangendo:

a) a reprodução de documentos; e

b) as atividades de encadernação, grampeamento, cortes, colagem e similares;

V - atestar a execução de serviços prestados por terceiros, referentes ao uso dos recursos de telecomunicações e reprografia, para fins de pagamento;

VI - operar os sistemas de som e de audiovisual dos auditórios do Ministério; e

VII - gerenciar a execução de contratos pertinentes à área de atuação da unidade organizacional.

Subseção II

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Art. 26. À Coordenação-Geral de Recursos Humanos compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral e, especificamente:

I - promover e (ou) subsidiar a elaboração de projetos relacionados com as políticas e o desenvolvimento de recursos humanos, bem como a estruturação e implementação de planos de carreira no âmbito do Ministério;

II - propor a elaboração de normas complementares e procedimentos relativos à gestão de recursos humanos, com vistas à aplicação e cumprimento uniformes da legislação;

III - coordenar, controlar e executar o sistema de avaliação de desempenho funcional, consolidando e disponibilizando os dados decorrentes do processo de avaliação;

IV - desenvolver ações que visem promover o bem-estar físico, psíquico e social do servidor;

V - promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério;

VI - propiciar o suprimento das necessidades de recursos humanos no âmbito do Ministério;

VII - orientar, na condição de órgão setorial do SIPEC, as ações dos órgãos seccionais, na área de recursos humanos, quando for o caso;

VIII - promover a verificação da conformidade às normas vigentes e dos procedimentos de gestão de recursos, no que se refere ao sistema de pessoal;

IX - orientar e supervisionar o atendimento às diligências e determinações dos órgãos fiscalizadores e normativos; e

X - fornecer, ao órgão setorial, subsídios à elaboração da proposta orçamentária e programação financeira, no que concerne às despesas com recursos humanos.

Art. 27. À Coordenação de Administração de Pessoal compete coordenar as atividades relacionadas com a gestão de pessoal ativo e inativo e de pensionistas, abrangendo a elaboração de subsídios para propostas de diretrizes, normas e procedimentos inerentes à área de atuação, bem como o gerenciamento, manutenção e atualização de dados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, além de proceder e controlar a execução dos créditos consignados à Coordenação-Geral, efetuando os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, especificamente:

I - preparar atos relacionados com o ingresso, o exercício, os afastamentos temporários e definitivos dos servidores e outros concernentes à administração de recursos humanos, registrando as ocorrências no sistema de pessoal;

II - controlar a concessão de férias dos servidores frente às respectivas escalas anuais;

III - examinar e emitir informações quanto a assuntos referentes a provimento e vacância, direitos e vantagens, nos processos administrativos;

IV - providenciar e controlar a publicação de ato e despacho relativos à administração de pessoal;

V - examinar e instruir, observando a legislação pertinente, processos relativos à concessão ou revisão de vantagens, gratificações, pensões e aposentadorias, bem como licenças e demais direitos dos servidores;

VI - instruir os processos de ações judiciais com matéria de fato (fichas financeiras, histórico funcional, qualificação cadastral e outros), e com informações pertinentes ao objeto da ação judicial;

VII - orientar a aplicação de dispositivos legais, normativos e regulamentadores relacionados à administração de pessoal;

VIII - promover as atividades de pesquisa, coleta e organização da legislação aplicada a recursos humanos;

IX - emitir parecer e responder consulta sobre direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores;

X - preparar, acompanhar e executar a folha de pagamento do pessoal ativo e inativo e pensionista, bem como organizar e manter atualizados os registros correspondentes;

XI - fornecer dados referentes ao pagamento dos servidores ativos e inativos e pensionistas, para levantamento de custos e programação orçamentária;

XII - proceder à execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral, em conformidade com as normas dos Sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade, incluindo o encerramento do exercício financeiro e a formalização da respectiva tomada de contas;

XIII - subsidiar o encaminhamento, ao órgão de controle interno, dos documentos da gestão orçamentária e financeira e a tomada de contas anual da Coordenação-Geral;

XIV - efetuar os repasses, às consignatárias, dos descontos legais;

XV - processar o pagamento de acerto de contas, auxílio-funeral, ajuda de custo e outros pertinentes à administração de pessoal;

XVI - controlar e acompanhar os processos referentes a ressarcimento de salários e encargos sociais dos servidores requisitados, bem como a cobrança das despesas com pessoal cedido, mediante reembolso, na forma da legislação vigente;

XVII - expedir e controlar a emissão de identidades funcionais e frequência dos servidores;

XVIII - elaborar, editar e divulgar o Boletim de Pessoal;

XIX - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária e a programação financeira, no que se refere às despesas com os servidores ativos e inativos e pensionistas; e

XX - manter atualizados os atos e registros pertinentes à vida funcional dos servidores ativos, fornecendo subsídios ao órgão central do SIAPE.

Art. 28. À Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social compete planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades relacionadas com as políticas, programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos e de assistência médica, odontológica e psicossocial, bem como as pertinentes à concessão de benefícios e, especificamente:

I - promover o levantamento e a análise das necessidades de treinamento, a fim de subsidiar a elaboração de políticas e diretrizes e a realização de programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos;

II - coordenar, controlar, elaborar, executar e avaliar programas e projetos de capacitação de recursos humanos, assim como promover a divulgação, no âmbito do Ministério, de cursos e eventos internos e externos;

III - elaborar, emitir, controlar e registrar certificados de conclusão de cursos, seminários e similares;

IV - acompanhar e avaliar a execução de eventos de capacitação contratados de terceiros;

V - examinar e instruir processos de solicitação de afastamento com vistas ao aperfeiçoamento no Brasil e no exterior, na forma da legislação e das normas vigentes;

VI - planejar, implementar e acompanhar o programa de estagiários do Ministério;

VII - gerenciar as atividades de atendimento médico, odontológico, psicológico e de enfermagem, de acordo com as disponibilidades do órgão;

VIII - subsidiar a contratação, acompanhar e avaliar a prestação de serviços do Plano de Assistência à Saúde dos servidores do MME;

IX - desenvolver ações que visem promover o bem-estar físico, psíquico e social do servidor;

X - promover a instrução de processos que requeiram parecer médico específico, bem como o encaminhamento deles para realização de perícia médica;

XI - emitir parecer e responder consulta sobre direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores;

XII - orientar a aplicação de dispositivos legais, normativos e regulamentadores relacionados a desenvolvimento e seguridade social;

XIII - fornecer subsídios para elaboração do Boletim de Pessoal e demais informativos da área de recursos humanos; e

XIV - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira, no que se refere às despesas com a capacitação dos servidores.

Subseção III

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Art. 29. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - exercer as atividades de órgão setorial de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade;

II - coordenar e orientar a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério, em consonância e articulação com as áreas envolvidas;

III - planejar, coordenar, acompanhar, orientar e controlar as atividades orçamentárias e de programação financeira, relativas aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério;

IV - promover a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as unidades do Ministério e as entidades vinculadas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - orientar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos planos, programas e projetos do Ministério, sem prejuízo das competências regimentais atribuídas a outros órgãos;

VI - coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

VII - proceder aos registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério.

Art. 30. À Coordenação de Administração Financeira compete:

I - coordenar e supervisionar o processo de programação e execução financeira setorial;

II - compatibilizar os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional com a efetiva necessidade de desembolso das unidades;

III - analisar as propostas de liberação de recursos encaminhadas pelas unidades do Ministério e entidades vinculadas, e acompanhar a programação, o fluxo de movimentação e o desembolso de recursos financeiros;

IV - propor alterações na programação financeira, mediante a análise e avaliação do fluxo de recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional;

V - orientar as unidades do Ministério e as entidades vinculadas quanto às normas e instruções do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal;

VI - atender às consultas formuladas pelas unidades e entidades vinculadas sobre os procedimentos relativos à execução financeira;

VII - promover conciliação dos valores efetivamente pagos conforme valores autorizados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira anual;

VIII - acompanhar, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, as contas representativas de gestão financeira, de modo a promover as regularizações necessárias; e

IX - prestar as informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

Art. 31. À Coordenação de Contabilidade compete:

I - orientar as unidades e as entidades vinculadas quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;

II - acompanhar no Ministério e nas suas entidades vinculadas:

a) as atividades contábeis no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

b) a conformidade de registro de gestão;

III - analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, e demais demonstrações contábeis das unidades e entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;

IV - efetuar nas unidades do Ministério e entidades vinculadas, quando necessário, registros contábeis;

V - integralizar, mensalmente, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis das entidades federais vinculadas que não utilizam o Sistema;

VI - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados da Lei Orçamentária Anual com relação aos registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizados nas unidades e nas entidades vinculadas;

VII - realizar a conformidade contábil dos registros dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade de registro de gestão das unidades gestoras;

VIII - elaborar balanços, demonstrações contábeis, declaração do contador e relatórios destinados a compor os processos de tomadas de contas anuais da Administração Direta;

IX - realizar os seguintes procedimentos quanto às tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário:

a) efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado;

b) verificar o cálculo do débito; e

c) efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito; e

X - prestar as informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

Art. 32. À Coordenação de Orçamento compete:

I - orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - avaliar e acompanhar os créditos constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA;

III - examinar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legais, de planejamento, de programação e execução orçamentária;

IV - analisar e acompanhar:

a) a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em nível setorial;

b) o fluxo de receita das unidades do Ministério e das entidades vinculadas, consolidando projeções e reestimativas das receitas encaminhadas pelas unidades orçamentárias do MME;

c) a evolução das despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios; e

d) a execução orçamentária das ações do Ministério;

V - orientar as unidades e entidades vinculadas nos assuntos relacionados à programação orçamentária, observadas as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema;

VI - analisar as solicitações de descentralizações de créditos internas e externas e promover o atendimento, quando autorizadas;

VII - analisar e manifestar-se sobre as solicitações de disponibilidade orçamentária, observada a legislação pertinente; e

VIII - prestar as informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Subseção IV

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Art. 33. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente:

I - orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério, incluindo a segurança das informações eletrônicas;

II - proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis;

III - dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de "software" e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério;

IV - manter articulação com os órgãos central, setoriais e seccionais do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática;

V - definir as necessidades orçamentárias para tecnologia da informação;

VI - promover a manutenção do "site" do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro; e

VII - coordenar e promover a fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação, a cargo da Coordenação-Geral.

Art. 34. À Coordenação de Infraestrutura Tecnológica compete:

I - gerenciar a rede corporativa do Ministério, bem como os recursos computacionais e humanos envolvidos;

II - oferecer suporte técnico aos usuários de informática, mediante respostas às consultas sobre procedimentos, solução de problemas de operação de "software" e de "hardware" e avaliação do desempenho dos equipamentos de informática em uso, adotando ou sugerindo medidas corretivas;

III - planejar e gerenciar os serviços de comunicação de dados e as conexões às redes externas;

IV - garantir a integridade e a salvaguarda das informações e base de dados sob seu gerenciamento;

V - atuar na implementação da política de segurança das informações;

VI - coordenar, supervisionar e controlar o processo de distribuição de recursos tecnológicos aos usuários;

VII - garantir a infraestrutura e o suporte técnico à rede corporativa do Ministério para o acesso às informações e à base de dados disponíveis;

VIII - elaborar o plano de ação e a proposta orçamentária anual dos recursos de tecnologia da informação, na área de competência da unidade organizacional; e

IX - acompanhar e supervisionar a execução de contratos de prestação de serviço pertinentes às competências da unidade organizacional.

Art. 35. À Coordenação de Tecnologia de Sistemas de Informação compete:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar o desenvolvimento das atividades relacionadas com:

a) a modelagem de dados dos sistemas de informações, visando à integração, compatibilização dos dados e manutenção do modelo de dados corporativo; e

b) a especificação de recursos, implementação, disseminação e incentivo ao uso de soluções de tecnologia da informação;

II - proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos para a utilização de sistemas de informação que facilitem a otimização de processos de trabalho, bem como o acesso às bases de dados disponíveis;

III - atuar na implementação da política de segurança das informações, em projetos de desenvolvimento de sistemas, soluções web e de integração de dados, sistemas e informações;

IV - propor a elaboração e promover a implementação de normas, diretrizes e padrões técnicos para uso dos recursos de informática, para estruturação de comunicação de dados e para manuais técnicos de instalação e dos serviços disponíveis;

V - manter documentação dos sistemas e estabelecer padrões de documentação e de aceitação de sistemas desenvolvidos por terceiros;

VI - auditar os sistemas e aplicativos em operação, bem como participar do desenvolvimento deles, com vistas ao cumprimento dos padrões de segurança e funcionalidade;

VII - elaborar o plano de ação e a proposta orçamentária anual dos recursos de tecnologia da informação, na área da unidade organizacional;

VIII - gerenciar a manutenção do acervo de "software" e banco de dados; e

IX - acompanhar e supervisionar a execução de contratos de prestação de serviço pertinentes às competências da unidade organizacional.

Subseção V

Coordenação-Geral de Compras e Contratos

Art. 36. À Coordenação-Geral de Compras e Contratos compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação e contrato destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG - Sistema de Serviços Gerais.

Art. 37. À Coordenação de Administração de Contratos compete:

I - elaborar minutas de contratos e outros instrumentos congêneres e providenciar a assinatura das partes nos instrumentos contratuais;

II - providenciar a publicação de atos, contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres na imprensa oficial, nos prazos definidos pela legislação em vigor;

III - analisar e instruir processos de pagamento ou de ajustes de preços e de equilíbrio econômico-financeiro de empenhos/contratos;

IV - acompanhar, em objeto de análise, o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelos fornecedores, zelando pela observância de prazos e garantias;

V - propor a aplicação de penalidades em caso de inadimplência contratual;

VI - acompanhar os prazos de vigência dos contratos de serviços continuados e, observada a legislação vigente e o interesse da administração, propor a prorrogação de instrumentos contratuais ou a realização de um novo procedimento licitatório;

VII - alimentar, controlar e manter atualizado o sistema de gestão de contratos;

VIII - proceder ao recebimento, à devolução e ao controle das cauções dadas em garantias de contratos celebrados; e

IX - elaborar, quando solicitado, atestado de capacidade técnica a fornecedor ou a prestador de serviço.

Art. 38. À Coordenação de Licitações e Compras compete:

I - analisar e instruir, de acordo com a legislação em vigor, os processos para aquisição de materiais, contratação de serviços e obras de engenharia, relativos a:

a) dispensa e inexigibilidade de licitação; e

b) Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Pregão;

II - interagir com o Sistema de Registro de Preços - SIREP, o Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras - SIDEC, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, e com as demais ferramentas disponíveis, a fim de verificar os preços praticados nas licitações realizadas no âmbito do SISG - Sistema de Serviços Gerais;

III - elaborar convites, editais e seus anexos, visando à formalização e à instrução adequada do processo licitatório;

IV - processar os pedidos de aquisição de material e contratação de serviços, ouvidas as áreas técnicas, quando se tratar de serviços especializados;

V - realizar pesquisa de preços no mercado fornecedor;

VI - sugerir a adoção de processo de compras pelo sistema de registro de preço, na forma regulamentar, em razão das peculiaridades das demandas;

VII - providenciar a publicação, na imprensa oficial e em jornal de maior circulação, de avisos de convocação e de resultados de licitação;

VIII - manter atualizados os registros cadastrais de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

IX - elaborar, quando solicitado, atestado de capacidade técnica a fornecedor ou a prestador de serviço, na área de competência;

X - disponibilizar, através do Comprasnet, informações referentes às licitações promovidas pelo MME;

XI - propor e acompanhar a realização de diligências para apurar fatos de qualquer natureza relacionados com os fornecedores cadastrados;

XII - elaborar planilhas demonstrativas do custo global do Ministério com a contratação de bens e serviços, bem como relatórios dos trabalhos realizados; e

XIII - prestar apoio técnico e administrativo à Comissão de Licitação.

Subseção VI

Coordenação de Modernização Administrativa

Art. 39. À Coordenação de Modernização Administrativa compete promover, coordenar e orientar as atividades, programas e projetos relativos à organização e modernização administrativa do Ministério, consoante normas e orientações dos órgãos competentes e, especificamente:

I - coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas;

II - programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério;

III - desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações;

IV - elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos;

V - organizar, orientar a manutenção e divulgar informações sobre a estrutura regimental, regimentos internos, normas, manuais de procedimentos e demais instrumentos de racionalização administrativa;

VI - promover e orientar a atualização de dados do Sistema de Informações do Governo Federal - SIORG, no que se refere ao Ministério de Minas e Energia;

VII - propor sistemas de tratamento da informação; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - promover ações visando a eliminar desperdícios de recursos.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 40. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a implementação dos projetos e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas, afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Secretário-Executivo instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Secretaria-Executiva, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades decorrentes, nos termos da lei.

Art. 41. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria-Executiva, bem como acompanhar e controlar a sua execução;

III - acompanhar as atividades de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, informática, serviços gerais, pessoal civil, administração financeira e contabilidade no âmbito do Ministério;

IV - substituir o Secretário-Executivo, em suas faltas e impedimentos; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 42. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - gerir, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades afetas ao Gabinete;

II - coordenar a elaboração do relatório anual de gestão da Secretaria-Executiva;

III - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes do Secretário-Executivo e dar encaminhamento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV - emitir parecer sobre assunto pertinente às competências da unidade organizacional;

V - zelar pela divulgação e pelo cumprimento dos atos emanados do Secretário-Executivo; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 43. Aos Chefes das Assessorias Especiais incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de planos, programas, projetos e atividades pertinentes à área de atuação das Assessorias Especiais;

II - assistir o Secretário-Executivo em assuntos da área;

III - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias, assessores, assessores técnicos e assistentes que lhe sejam diretamente subordinados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos das Assessorias Especiais.

Parágrafo único. Incumbe, especificamente, ao Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia.

Art. 44. Aos Diretores de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria-Executiva; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 45. Ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Subsecretaria;

II - submeter ao Secretário-Executivo:

a) os planos, programas e relatórios relativos à área de competência da SPOA; e

b) a programação orçamentária anual e a programação financeira de desembolso do Ministério;

III - modificar, cumpridas as formalidades legais, as modalidades de aplicação dos recursos consignados, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, aos órgãos e entidades vinculados ao Ministério de Minas e Energia;

IV - praticar os atos que propiciem a regular execução orçamentária e financeira dos recursos alocados ao orçamento do Ministério;

V - apoiar a realização de tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

VI - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Subsecretaria, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades decorrentes, nos termos da lei;

VII - celebrar contratos, convênios e ajustes, bem como instrumentos similares, relativos às atividades da Subsecretaria;

VIII - autorizar licitação para obras, serviços, compras e alienação destinados a órgãos do Ministério;

IX - instituir comissões permanente e especial de licitação, cabendo-lhe, privativamente, os atos de homologação e de anulação;

X - revogar ou anular procedimentos licitatórios;

XI - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade de licitações;

XII - decidir sobre recursos interpostos em processos licitatórios, bem como sobre a aplicação de multas e penalidades a fornecedores e prestadores de serviços;

XIII - autorizar a alienação e a doação de bens móveis;

XIV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos dos titulares das unidades subordinadas à SPOA, bem como avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão de processo administrativo ou de outro assunto, no âmbito da Subsecretaria;

XV - coordenar, no âmbito do Ministério, o relacionamento e a aplicação de normas oriundas dos órgãos centrais dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos, de Serviços Gerais e de Organização e Inovação Institucional;

XVI - aprovar o Plano Anual de Aquisição de Veículos do Ministério;

XVII - delegar competência, observadas as disposições regulamentares; e

XVIII - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução das competências da Subsecretaria.

Art. 46. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - gerir, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades organizacionais;

II - assistir o superior hierárquico em assuntos de sua competência;

III - submeter ao superior hierárquico planos, projetos e relatórios pertinentes à área de atuação;

IV - pronunciar-se sobre assuntos referentes às respectivas unidades;

V - propor a compra de material e a prestação de serviços pertinentes às atividades das Coordenações-Gerais;

VI - aprovar projeto básico e termos de referência destinados à contratação de serviços e à realização de obras pertinentes à área de sua competência; e

VII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das Coordenações-Gerais, observadas as disposições regulamentares.

§ 1º Ao Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, nos termos da legislação vigente, incumbe, especificamente:

I - propor a alienação de materiais de consumo e permanente, bem como a locação de bens móveis e imóveis; e

II - conceder suprimento de fundos e aprovar a respectiva prestação de contas.

§ 2º Ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos, nos termos da legislação vigente, incumbe, especificamente:

I - assinar os atos relativos a:

a) concessão e alteração de aposentadorias e pensões;

b) exoneração, a pedido, de cargos efetivos do quadro de pessoal permanente do Ministério;

c) remoção de servidores, a pedido;

d) provimento em cargos do quadro permanente do MME, em decorrência de habilitação em concurso público; e

e) declaração de vacância nos casos em espécie;

II - expedir atos de progressão funcional, instruir atos de reversão ao serviço público e providenciar registros e apontamentos funcionais, emitindo as certidões decorrentes;

III - conceder licenças, benefícios e outras vantagens a servidores; e

IV - conceder adicional de insalubridade e de periculosidade, ouvindo, previamente, o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º Ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação incumbe, especificamente:

I - aprovar as especificações técnicas de equipamentos, de sistemas e de serviços de informática a serem adquiridos ou contratados para uso nos órgãos do Ministério; e

II - emitir parecer sobre a contratação de consultoria externa para atuar na administração dos recursos de informação e informática.

§ 4º Ao Coordenador-Geral de Compras e Contratos incumbe, especificamente:

I - promover a abertura de licitação para serviço e compra de interesse do Ministério;

II - dispensar a realização de licitação ou declarar sua inexigibilidade;

III - propor a anulação e a revogação de procedimento licitatório ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração;

IV - aprovar a escolha da modalidade de licitação adequada a cada procedimento licitatório; e

V - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 47. Aos Coordenadores incumbe:

I - promover, gerir, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades das respectivas Coordenações;

II - assistir o superior hierárquico em assuntos relacionados à unidade organizacional;

III - pronunciar-se sobre assuntos que lhe sejam pertinentes;

IV - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

V - praticar os atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais.

Art. 48. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - gerir a execução das atividades das respectivas unidades organizacionais;

II - elaborar relatórios dos trabalhos realizados;

III - assistir o superior hierárquico em assuntos pertinentes à área; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Consultoria Jurídica - CONJUR, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, diretamente subordinado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação, e os respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica será dirigida por Consultor Jurídico, cuja função será provida na forma da legislação pertinente.

§ 1º Para auxiliar o desempenho de suas competências regimentais, a Consultoria Jurídica contará com Cargos em Comissão, sendo seis Assessores (DAS 102.4), um Assessor Técnico (DAS 102.3) e nove Assistentes (DAS 102.2), cujas atribuições de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências da CONJUR, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Consultor Jurídico.

§ 2º O ocupante do cargo previsto no caput será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento direto ao Ministro de Estado;

II - supervisionar, orientar e coordenar as atividades de assessoramento jurídico, no âmbito do Ministério;

III - aprovar os pareceres jurídicos dos Assessores, Assistentes e Advogados da União lotados na Consultoria Jurídica;

IV - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Consultoria, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; e

V - executar as atividades conexas com a finalidade básica da Consultoria Jurídica, incumbidas ou delegadas, e praticar e expedir os atos administrativos no âmbito de suas atribuições.

Art. 4º Aos Assessores incumbe:

I - assistir o Consultor Jurídico nos assuntos de sua competência;

II - colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Consultoria, com vistas à avaliação e informação do Consultor Jurídico;

III - opinar sobre os assuntos submetidos à Consultoria Jurídica, sujeitos à decisão superior;

IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Consultoria Jurídica; e

V - praticar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 5º Ao Assessor Técnico e aos Assistentes incumbe supervisionar, orientar e executar as atividades compreendidas na sua área de atuação, conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 6º O Consultor Jurídico poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Consultor Jurídico, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete;

II - executar, no âmbito da CONJUR, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais; e

III - realizar outras atividades correlatas, cometidas pelo Consultor Jurídico.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º As consultas serão encaminhadas à Consultoria Jurídica pelo Secretário-Executivo, pelo Chefe do Gabinete do Ministro, pelos Secretários, pelo Subsecretário, por Assessores Especiais, pelos Chefes da Assessoria Econômica e das Assessorias Especiais ou pelos respectivos substitutos eventuais dos titulares desses cargos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 8º As consultas de interesse das entidades vinculadas deverão ser submetidas à Consultoria Jurídica, por intermédio das autoridades a que se refere o artigo anterior, e instruídas com pareceres conclusivos dos respectivos órgãos jurídicos e demais órgãos técnicos.

Art. 9º O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro de Estado, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério, obrigando o seu cumprimento pelos órgãos e entidades que o integram.

Art. 10. A Consultoria Jurídica poderá dirigir-se diretamente aos órgãos ou entidades da estrutura do Ministério, mediante despacho ou expediente, solicitando informações ou a realização de diligências necessárias à instrução de processos submetidos à sua apreciação ou ao exercício da supervisão ministerial.

Parágrafo único. As informações destinadas a instruir processos judiciais deverão ser atendidas em caráter prioritário, nos prazos indicados na solicitação da Consultoria Jurídica.

Art. 11. O Consultor Jurídico poderá expedir instruções complementares a este Regimento Interno, fixando normas operacionais para a execução dos serviços afetos à Consultoria.

Art. 12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ECONÔMICA

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Econômica - ASSEC, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir e assessorar o Ministro de Estado no acompanhamento da política e decisões econômicas de Governo e na avaliação de seus impactos sobre as políticas e programas do Ministério;

II - assessorar o Ministro de Estado na avaliação dos impactos econômicos dos temas discutidos ou aprovados em conselhos de administração, fiscal ou outros órgãos colegiados, sobre as políticas e programas energéticos e de mineração;

III - promover, coordenar e consolidar estudos econômicos necessários à formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas energéticos e de mineração;

IV - apreciar planos ou programas de natureza econômica submetidos ao Ministério, acompanhar a implementação das medidas aprovadas, e avaliar os resultados; e

V - apreciar, no aspecto econômico, projetos de legislação ou regulamentação, e emitir pareceres técnicos sobre as matérias pertinentes.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Para o desempenho de suas competências regimentais, a Assessoria Econômica dispõe de Cargos em Comissão, sendo três Assessores (DAS 102.4), três Assessores Técnicos (DAS 102.3) e dois Assistentes (DAS 102.2), cujas atribuições específicas de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências da ASSEC, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Chefe da Assessoria Econômica.

§ 1º A Assessoria Econômica será dirigida por Chefe da Assessoria Econômica, cuja função será provida na forma da legislação pertinente.

§ 2º O ocupante do cargo previsto no caput será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Chefe da Assessoria Econômica incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da Assessoria Econômica;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria Econômica;

III - referendar os atos propostos pelos Assessores, Assessores Técnicos e Assistentes, decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

IV - executar as atividades conexas com a finalidade básica da Assessoria Econômica, incumbidas ou delegadas;

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Assessoria Econômica, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Assessoria Econômica.

Art. 4º Aos Assessores incumbe:

I - assistir e assessorar o Chefe da Assessoria Econômica nos assuntos de competência;

II - colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Assessoria com vistas à avaliação e informação do Chefe da Assessoria Econômica;

III - opinar sobre os assuntos submetidos à Assessoria Econômica, sujeitos à decisão superior;

IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Assessoria Econômica; e

V - executar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Chefe da Assessoria Econômica.

Art. 5º Aos Assessores Técnicos e aos Assistentes incumbe supervisionar, orientar e executar as atividades compreendidas na sua área de atuação, conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelo Chefe da Assessoria Econômica.

Art. 6º O Chefe da Assessoria Econômica poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Chefe da Assessoria Econômica, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete;

II - executar, no âmbito da ASSEC, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais; e

III - realizar outras atividades correlatas, cometidas pelo Chefe da Assessoria Econômica.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Econômica.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Especial de Relações Internacionais - ASSINT, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir o Ministro de Estado e os dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, no campo de minas e energia;

II - identificar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, os assuntos de interesse da política externa brasileira que demandem a participação dos diversos órgãos do Ministério;

III - articular-se com os órgãos do Ministério para identificar os assuntos e programas de interesse para ações de cooperação e parceria internacional e intermediar essas ações, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores;

IV - articular-se com as representações diplomáticas, agências governamentais estrangeiras e organizações multilaterais, analisar e propor ao Ministério de Minas e Energia a celebração de acordos ou a adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério;

V - coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante, e dos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério em fóruns e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério;

VI - articular-se com o Ministério das Relações Exteriores, e atuar como interlocutor do Ministério junto àquele órgão;

VII - prestar apoio às missões estrangeiras, para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério; e

VIII - participar, quando designada, de reuniões, conferências e eventos relacionados à política nacional de minas e energia com organismos internacionais, governos estrangeiros e instituições governamentais.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Para o desempenho de suas competências regimentais, a Assessoria Especial de Relações Internacionais dispõe de Cargos em Comissão, sendo dois Assessores (DAS 102.4), um Assistente (DAS 102.2) e um Assistente Técnico (DAS 102.1), cujas atribuições específicas de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências da ASSINT, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

§ 1º A Assessoria Especial de Relações Internacionais será dirigida por Chefe da Assessoria Especial, cuja função será provida na forma da legislação pertinente.

§ 2º O ocupante do cargo previsto no caput será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da Assessoria Especial de Relações Internacionais;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria Especial de Relações Internacionais;

III - referendar os atos propostos pelos Assessores, Assistente e Assistente Técnico, decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

IV - executar as atividades conexas com a finalidade básica da Assessoria Especial de Relações Internacionais, incumbidas ou delegadas;

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Assessoria Especial de Relações Internacionais, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

Art. 4º Aos Assessores incumbe:

I - assistir e assessorar o Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais nos assuntos de competência;

II - colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Assessoria com vistas à avaliação e informação do Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais;

III - opinar sobre os assuntos submetidos à Assessoria Especial de Relações Internacionais, sujeitos à decisão superior;

IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Assessoria Especial de Relações Internacionais; e

V - executar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

Art. 5º Ao Assistente Técnico e Assistente incumbe supervisionar, orientar e executar as atividades compreendidas na sua área de atuação, conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

Art. 6º O Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete;

II - executar, no âmbito da ASSINT, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais; e

III - realizar outras atividades correlatas, cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE APOIO AO MINISTRO

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Especial de Apoio ao Ministro - AESAM, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - recepcionar, triar e registrar demandas por audiências com o Ministro;

II - recepcionar, triar e registrar convites para eventos e solenidades oficiais;

III - avaliar demandas por audiências e convites quanto aos aspectos políticos, técnicos e estratégicos envolvidos;

IV - apoiar o Ministro no atendimento, no que couber ao Ministério, aos compromissos relativos à agenda do Presidente da República;

V - articular-se com as áreas do Ministério para reunir subsídios e conferir tratamento técnico às demandas recebidas;

VI - planejar, elaborar e coordenar a agenda diária, semanal e mensal do Ministro;

VII - preparar o material de apoio necessário ao atendimento das demandas, incluídas notas técnicas, releases, apresentações, discursos;

VIII - registrar e monitorar o atendimento às demandas, incluídas a elaboração de memórias e atas de reuniões, audiências e eventos, e inserir as informações em bancos de dados e sistemas de informações;

IX - assessorar o Gabinete do Ministro na elaboração de programas relativos às ações de relações públicas;

X - propor e promover ações para divulgar à sociedade e à opinião pública aspectos institucionais inerentes à atuação do Ministério;

XI - desenvolver ações para identificar a imagem do Ministério junto à opinião pública;

XII - assessorar o Gabinete do Ministro em questões que envolvam a imagem institucional do Ministério junto à opinião pública;

XIII - promover ações para organização de eventos e recepção em solenidades;

XIV - recepcionar e acompanhar autoridades em trânsito no Ministério;

XV - expedir convites para eventos promovidos pelo Ministério;

XVI - manter agenda de eventos externos de interesse do Ministério; e

XVII - manter controle da agenda relativa à utilização dos espaços de reunião destinados ao Gabinete do Ministro.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Para o desempenho de suas competências regimentais, a Assessoria Especial de Apoio ao Ministro dispõe de Cargos em Comissão, sendo dois Assessores (DAS 102.4) e dois Assessores Técnicos (DAS 102.3), cujas atribuições específicas de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências da AESAM, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

§ 1º A Assessoria Especial de Apoio ao Ministro será dirigida por Chefe da Assessoria Especial, cuja função será provida na forma da legislação pertinente.

§ 2º O ocupante do cargo previsto no caput será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro;

III - referendar os atos propostos pelos Assessores e Assessores Técnicos, decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - executar as atividades conexas com a finalidade básica da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, incumbidas ou delegadas;

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

Art. 4º Aos Assessores incumbe:

I - assistir e assessorar o Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro nos assuntos de competência;

II - colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Assessoria com vistas à avaliação e informação do Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro;

III - opinar sobre os assuntos submetidos à Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, sujeitos à decisão superior;

IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Assessoria Especial de Apoio ao Ministro; e

V - executar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

Art. 5º Aos Assessores Técnicos incumbe supervisionar, orientar e executar as atividades compreendidas na sua área de atuação, conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

Art. 6º O Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete;

II - executar, no âmbito da AESAM, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais; e

III - realizar outras atividades correlatas, cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO SETORIAIS

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais - AEPED, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - monitorar o atendimento das orientações e determinações do Presidente da República, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;

II - monitorar o atendimento das orientações e determinações do Ministro, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;

III - registrar, articular junto às áreas envolvidas e monitorar o atendimento de compromissos firmados em reuniões, audiências, memorandos e protocolos internacionais, entre outros;

IV - monitorar o atendimento das demandas de agentes e entidades setoriais, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;

V - registrar e monitorar as ações estratégicas a cargo do Ministério e aquelas conduzidas no ambiente externo relativas a área de atuação do Ministério;

VI - elaborar informes técnicos periódicos para o Ministro;

VII - consolidar dados e informações gerenciais sobre o segmento minero-energético;

VIII - reunir, organizar e tratar as informações de ações relevantes do Ministério produzidas internamente nos órgãos e empresas vinculadas;

IX - desenvolver e manter atualizado sistema de informações gerenciais para subsidiar tomadas de decisões sobre ações relevantes do Ministério;

X - consolidar registros gerenciais relativos às Salas de Situação de Energia, de Petróleo e Gás de Combustíveis Renováveis e de Geologia e Mineração;

XI - desenvolver e manter registro sistemático de indicadores de desempenho de projetos integrantes de ações relevantes ao Ministério;

XII - manter sistemas de controle e acompanhamento de projetos prioritários;

XIII - auxiliar, em conjunto com as unidades envolvidas, na elaboração de planos de ações para atender a situações específicas; e

XIV - preparar, com o auxílio das Secretarias finalísticas e, quando for o caso, dos órgãos e empresas vinculados, todos os subsídios, material de apoio, relatórios executivos, sinopses, apresentações e demais informações para atender ao Ministro no tocante às ações relevantes do Ministério.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Para o desempenho de suas competências regimentais, a Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais dispõe de Cargos em Comissão, sendo dois Assessores (DAS 102.4) e três Assessores Técnicos (DAS 102.3), cujas atribuições específicas de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências da AEPED, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

§ 1º A Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais será dirigida por Chefe da Assessoria Especial, cuja função será provida na forma da legislação pertinente.

§ 2º O ocupante do cargo previsto no caput será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais;

III - referendar os atos propostos pelos Assessores e Assessores Técnicos, decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

IV - executar as atividades conexas com a finalidade básica da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, incumbidas ou delegadas;

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

Art. 4º Aos Assessores incumbe:

I - assistir e assessorar o Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais nos assuntos de competência;

II - colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Assessoria com vistas à avaliação e informação do Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais;

III - opinar sobre os assuntos submetidos à Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, sujeitos à decisão superior;

IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais; e

V - executar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

Art. 5º Aos Assessores Técnicos incumbe supervisionar, orientar e executar as atividades compreendidas na sua área de atuação, conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

Art. 6º O Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete;

II - executar, no âmbito da AEPED, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais; e

III - realizar outras atividades correlatas, cometidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

I - desenvolver ações estruturantes de longo prazo para a implementação de políticas setoriais;

II - assegurar a integração setorial no âmbito do Ministério;

III - promover a gestão dos fluxos de energia e dos recursos integrados de energia;

IV - apoiar e estimular a gestão da capacidade energética nacional;

V - coordenar o sistema de informações energéticas;

VI - coordenar os estudos de planejamento energético setorial;

VII - promover e apoiar a articulação do setor energético;

VIII - apontar as potencialidades do setor energético para políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas Secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;

IX - orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;

X - coordenar ações e programas de desenvolvimento energético, em especial nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética;

XI - promover estudos e tecnologias de energia;

XII - prestar assistência técnica ao CNPE;

XIII - articular-se com os órgãos e entidades integrantes do sistema energético, incluídos agentes colegiados, colaboradores e parceiros;

XIV - propor mecanismos de relacionamento com a EPE e definir diretrizes para a prestação de serviços ao Ministério e ao setor;

XV - coordenar ações de gestão ambiental para orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes;

XVI - coordenar, quando couber, o processo de outorgas de concessões, autorizações e permissões de uso de bem público para serviços de energia elétrica; e

XVII - funcionar como núcleo de gerenciamento de programas e projetos em sua área de competência.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético -

1 - Departamento de Planejamento Energético - DPE

1.1 - Coordenação-Geral de Planejamento de Energia Elétrica - CGPL

1.1.1 - Coordenação de Planejamento da Geração - COPGE

1.1.2 - Coordenação de Planejamento da Transmissão - COPTR

1.2 - Coordenação-Geral de Planejamento de Combustíveis - CGPC

1.3 - Coordenação-Geral de Economia da Energia - CGIE

1.3.1 - Coordenação de Estudos de Balanço Energético - COBEN

1.3.2 - Coordenação de Estudos de Matriz Energética - COMEN

2 - Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE

2.1 - Coordenação-Geral de Eficiência Energética - CGEE

2.2 - Coordenação-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético - CGSA

2.3 - Coordenação-Geral de Fontes Alternativas - CGFA

3 - Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações - DOC

3.1 - Coordenação-Geral de Outorgas de Produção de Energia Elétrica - CGOPE

3.2 - Coordenação-Geral de Outorgas de Transporte de Energia Elétrica - CGOTE

§ 1º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, diretamente subordinados ao Secretário: um Secretário-Adjunto (DAS 101.5), um Diretor de Programa (DAS 101.5), três Assessores (DAS 102.4), três Assistentes (DAS 102.2) e dois Assistentes Técnicos (DAS 102.1).

§ 2º Os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem, para alocação em suas respectivas Unidades Organizacionais, de Cargos em Comissão, identificados e quantificados a seguir, cujas atribuições de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências das Unidades da SPE, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Secretário:

I - Departamento de Planejamento Energético:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 2 (dois) Assistentes - DAS 102.2;

I.1 - Coordenação-Geral de Planejamento de Energia Elétrica:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.2 - Coordenação-Geral de Planejamento de Combustíveis:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.3 - Coordenação-Geral de Economia da Energia:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II - Departamento de Desenvolvimento Energético:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 2 (dois) Assistentes - DAS 102.2;

c) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;

II.1 - Coordenação-Geral de Eficiência Energética:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

II.2 - Coordenação-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.3 - Coordenação-Geral de Fontes Alternativas:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III - Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.1 - Coordenação-Geral de Outorgas de Produção de Energia Elétrica:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.2 - Coordenação-Geral de Outorgas de Transporte de Energia Elétrica:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2.

Art. 3º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral e as Coordenações por Coordenador, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Os ocupantes de cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Departamento de Planejamento Energético

Art. 5º Ao Departamento de Planejamento Energético compete:

I - coordenar a elaboração das políticas de energia e promover a sua integração nos âmbitos interno e externo ao Ministério;

II - coordenar ações e planos estratégicos de expansão e integração energética;

III - implementar procedimentos de monitoramento, avaliação e controle estratégicos dos recursos energéticos;

IV - monitorar e avaliar o modelo do setor energético;

V - supervisionar os procedimentos de concessão de recursos energéticos e subsidiar as Secretarias finalísticas do setor energético, na implementação de seus sistemas de concessão;

VI - orientar estratégias de gerenciamento do modelo do setor elétrico;

VII - orientar e propor diretrizes para a implementação do modelo de expansão do setor elétrico;

VIII - propor instrumentos de apoio à gestão do modelo do setor elétrico e dos sistemas elétricos correntes;

IX - orientar e estimular a articulação entre os agentes intervenientes do modelo do setor elétrico;

X - propor metas e orientar os estudos para o desenvolvimento do potencial dos recursos energéticos;

XI - promover as articulações demandadas pelas ações de gestão ambiental, com vistas às licitações para a expansão do setor energético;

XII - estimular e apoiar o desenvolvimento de métodos, critérios e técnicas aplicáveis no planejamento energético;

XIII - articular-se com os diferentes agentes setoriais e de governança do setor energético;

XIV - acompanhar o funcionamento do mercado de energia e gerenciar as demandas e capacidades do setor, em perspectiva de longo prazo, para sua conservação;

XV - implementar diagnósticos estratégicos de recursos energéticos;

XVI - propor diretrizes e requisitos de estudos sobre o potencial energético para subsidiar a montagem e realimentação de matrizes energéticas; e

XVII - orientar, monitorar e avaliar o desenvolvimento do sistema de informações energéticas.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Planejamento de Energia Elétrica compete:

I - coordenar ações para a elaboração, emissão e divulgação dos estudos de expansão da transmissão de energia elétrica, articulando com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e com os demais agentes setoriais, quando necessário, bem como com outras entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia;

II - elaborar subsídios técnicos para apoiar a criação e condução de projetos e processos voltados ao desenvolvimento, aplicação e otimização de metodologias utilizáveis nos estudos de planejamento da expansão da transmissão de energia elétrica;

III - proceder ao desenvolvimento e à aplicação de mecanismos para o acompanhamento permanente da evolução dos programas de expansão da transmissão de energia elétrica, identificando e justificando eventuais alterações no processo, sinalizando e propondo as medidas corretivas diante das prováveis consequências dessas mudanças;

IV - coordenar a organização de planos, programas e projetos destinados a atrair o interesse de investidores do setor de transmissão de energia elétrica, seja para a ampliação geral da oferta ou para os equipamentos necessários, tendo como base o planejamento previsto para a expansão;

V - contribuir com a promoção, coordenação e realização de levantamentos e consolidações de parâmetros constitutivos da base de dados utilizada nos estudos e simulações da expansão da transmissão de energia elétrica;

VI - colaborar para a interação de forma contínua com o sistema nacional de informações energéticas, solicitando e, ao mesmo tempo, disponibilizando dados relativos à transmissão no sistema elétrico brasileiro, tanto em suas condições atuais quanto para as projeções necessárias;

VII - coordenar a elaboração de propostas de regulamentações referentes às metodologias, critérios e procedimentos de cálculo do mínimo custo global, para aplicação no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão e no acesso de consumidores livres e autoprodutores à Rede Básica;

VIII - solicitar, analisar e aprovar tecnicamente os estudos de detalhamento das instalações de transmissão, abrangendo investigações, levantamentos e projetos vinculados a novas concessões, de utilidade para a licitação;

IX - elaborar a definição técnica dos critérios, diretrizes e conteúdos mínimos dos estudos técnicos de detalhamento das instalações de transmissão;

X - propor o acesso aos sistemas de transmissão, a conexão e a programação de obras associadas;

XI - promover orientações aos agentes do Setor Elétrico quanto aos procedimentos e metodologias referentes ao acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;

XII - identificar a necessidade de criação e alteração em regulamentações referentes ao acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;

XIII - analisar as proposições da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS quanto as ampliações das instalações da rede básica e demais instalações de transmissão, bem como os reforços dos sistemas existentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão;

XIV - participar de estudos e análises para subsidiar propostas de integração com outros países, no âmbito do sistema elétrico, de modo articulado com as áreas específicas do Ministério de Minas e Energia.

XV - coordenar ações para a elaboração, emissão e divulgação dos estudos de expansão da geração de energia elétrica, articulando tecnicamente com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e com os demais agentes setoriais, quando necessário, bem como com outras entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia;

XVI - elaborar subsídios técnicos para apoiar a criação e condução de projetos e processos voltados ao desenvolvimento, aplicação e otimização de metodologias utilizáveis nos estudos de planejamento da expansão da geração de energia elétrica;

XVII - proceder ao desenvolvimento e à aplicação de mecanismos para o acompanhamento permanente da evolução dos programas de expansão da geração de energia elétrica, identificando e justificando eventuais alterações no processo, sinalizando e propondo medidas corretivas diante das prováveis consequências dessas mudanças;

XVIII - coordenar a organização de planos, programas e projetos destinados a atrair o interesse de investidores do setor de geração de energia elétrica, seja para a ampliação geral da oferta (obras de geração) ou para os equipamentos necessários, tendo como base o planejamento previsto para a expansão;

XIX - contribuir com a promoção, coordenação e realização de levantamentos e consolidações de parâmetros constitutivos da base de dados utilizada nos estudos e simulações da expansão da geração de energia elétrica, envolvendo desde regras de operação dos reservatórios, no caso dos aproveitamentos hidrelétricos, até os custos de instalação e operação de usinas termelétricas e de outras fontes de geração, para compor o rol de alternativas disponíveis para a expansão da oferta;

XX - colaborar para a interação de forma contínua com o sistema nacional de informações energéticas, solicitando e, ao mesmo tempo, disponibilizando dados relativos à geração no sistema elétrico brasileiro, tanto em suas condições atuais quanto para as projeções futuras;

XXI - monitorar a realização de estudos de inventário hidrelétrico nas principais bacias hidrográficas brasileiras, bem como estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos e respectivos projetos básicos considerados estratégicos;

XXII - propor, orientar e desenvolver estudos visando identificar os aproveitamentos mais atraentes sob os pontos de vista energético, socioambiental, econômico e locacional, para fins de suporte ao planejamento da expansão do sistema elétrico nacional;

XXIII - desenvolver ações no sentido de viabilizar os estudos do potencial remanescente para subsidiar o processo do planejamento da expansão de médio e longo prazos do sistema elétrico nacional;

XXIV - desenvolver estudos para ordenação da implementação dos aproveitamentos identificados de acordo com as prioridades do sistema elétrico;

XXV - propor diretrizes para a elaboração dos Projetos de Referência Anuais dos Sistemas Isolados, dos Leilões de Contratação de Energia Elétrica e Potência Associada para atendimento dos Sistemas Isolados e, indicar soluções aos respectivos impasses associados;

XXVI - participar de estudos e análises de subsídios a propostas de integração com outros países, no âmbito do sistema elétrico, de modo articulado com as áreas específicas do Ministério; e

XXVII - auxiliar no acompanhamento e na análise das interferências de políticas setoriais de outras fontes de geração de energia elétrica, como gás natural, programas especiais de termeletricidade, fontes alternativas, entre outras, na concepção dos aproveitamentos hidrelétricos.

Art. 7º À Coordenação de Planejamento da Geração compete:

I - coordenar ações para a elaboração, emissão e divulgação dos estudos de expansão da geração de energia elétrica, articulando com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e com os demais agentes setoriais, quando necessário, bem como com outras entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia;

II - elaborar subsídios técnicos para apoiar a criação e condução de projetos e processos voltados ao desenvolvimento, aplicação e otimização de metodologias utilizáveis nos estudos de planejamento da expansão da geração de energia elétrica;

III - proceder ao desenvolvimento e à aplicação de mecanismos para o acompanhamento permanente da evolução dos programas de expansão da geração de energia elétrica, identificando e justificando eventuais alterações no processo, sinalizando e propondo as medidas corretivas diante das prováveis consequências dessas mudanças;

IV - coordenar a organização de planos, programas e projetos destinados a atrair o interesse de investidores do setor de geração de energia elétrica, seja para a ampliação geral da oferta (obras de geração) ou para os equipamentos necessários, tendo como base o planejamento previsto para a expansão;

V - contribuir com a promoção, coordenação e realização de levantamentos e consolidações de parâmetros constitutivos da base de dados utilizada nos estudos e simulações da expansão da geração de energia elétrica, envolvendo desde regras de operação dos reservatórios, no caso dos aproveitamentos hidrelétricos, até os custos de instalação e operação de usinas termelétricas e de outras fontes de geração, para compor o rol de alternativas disponíveis para a expansão da oferta;

VI - colaborar para a interação de forma contínua com o sistema nacional de informações energéticas, solicitando e, ao mesmo tempo, disponibilizando dados relativos à geração no sistema elétrico brasileiro, tanto em suas condições atuais quanto para as projeções necessárias;

VII - monitorar a realização de estudos de inventário hidrelétrico nas principais bacias hidrográficas brasileiras, bem como estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos e respectivos projetos básicos considerados estratégicos;

VIII - propor, orientar e desenvolver estudos visando identificar os aproveitamentos mais atraentes sob os pontos de vista energético, socioambiental, econômico e locacional, para fins de suporte ao planejamento da expansão do sistema elétrico nacional;

IX - desenvolver ações no sentido de viabilizar os estudos do potencial remanescente para subsidiar o processo do planejamento da expansão de médio e longo prazos do sistema elétrico nacional;

X - desenvolver estudos para ordenação da implementação dos aproveitamentos identificados de acordo com as prioridades do sistema elétrico;

XI - propor diretrizes para a elaboração dos Projetos de Referência Anuais dos Sistemas Isolados, dos Leilões de Contratação de Energia Elétrica e Potência Associada para atendimento dos Sistemas Isolados e, indicar soluções aos respectivos impasses associados;

XII - participar de estudos e análises de subsídios a propostas de integração com outros países, no âmbito do sistema elétrico, de modo articulado com as áreas específicas do Ministério; e

XIII - auxiliar no acompanhamento e na análise das interferências de políticas setoriais de outras fontes de geração de energia elétrica, como gás natural, programas especiais de termeletricidade, fontes alternativas e outras na concepção dos aproveitamentos hidrelétricos.

Art. 8º À Coordenação de Planejamento da Transmissão compete:

I - coordenar ações para a elaboração, emissão e divulgação dos estudos de expansão da transmissão de energia elétrica, articulando com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e com os demais agentes setoriais, quando necessário, bem como com outras entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia;

II - elaborar subsídios técnicos para apoiar a criação e condução de projetos e processos voltados ao desenvolvimento, aplicação e otimização de metodologias utilizáveis nos estudos de planejamento da expansão da transmissão de energia elétrica;

III - proceder ao desenvolvimento e à aplicação de mecanismos para o acompanhamento permanente da evolução dos programas de expansão da transmissão de energia elétrica, identificando e justificando eventuais alterações no processo, sinalizando e propondo as medidas corretivas diante das prováveis consequências dessas mudanças;

IV - coordenar a organização de planos, programas e projetos destinados a atrair o interesse de investidores do setor de transmissão de energia elétrica, seja para a ampliação geral da oferta ou para os equipamentos necessários, tendo como base o planejamento previsto para a expansão;

V - contribuir com a promoção, coordenação e realização de levantamentos e consolidações de parâmetros constitutivos da base de dados utilizada nos estudos e simulações da expansão da transmissão de energia elétrica;

VI - colaborar para a interação de forma contínua com o sistema nacional de informações energéticas, solicitando e, ao mesmo tempo, disponibilizando dados relativos à transmissão no sistema elétrico brasileiro, tanto em suas condições atuais quanto para as projeções necessárias;

VII - coordenar a elaboração, emissão e publicação de regulamentações referentes às metodologias, critérios e procedimentos de cálculo do mínimo custo global, para aplicação no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão e no acesso de consumidores livres e autoprodutores à Rede Básica;

VIII - solicitar, analisar e aprovar os estudos técnicos de detalhamento das instalações de transmissão, abrangendo investigações, levantamentos e projetos vinculados à novas concessões, de utilidade para a licitação;

IX - propor os critérios, diretrizes e conteúdos mínimos dos estudos técnicos de detalhamento das instalações de transmissão;

X - definir tecnicamente o acesso aos sistemas de transmissão, a conexão e a programação de obras associada;

XI - promover orientações aos agentes do Setor Elétrico quanto aos procedimentos e metodologias referentes ao acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;

XII - identificar a necessidade de criação e alteração em regulamentações referentes ao acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;

XIII - analisar as proposições da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS quanto as ampliações das instalações da rede básica e demais instalações de transmissão, bem como os reforços dos sistemas existentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e

XIV - participar de estudos e análises de subsídio a propostas de integração com outros países, no âmbito do sistema elétrico, de modo articulado com as áreas específicas do Ministério de Minas e Energia.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Planejamento de Combustíveis compete:

I - coordenar a elaboração, emissão e publicação de regulamentações referentes às metodologias, critérios e procedimentos de cálculo e revisão de garantia física de energia e de potência de empreendimentos de geração de energia elétrica;

II - identificar a necessidade de criação e alteração em regulamentações referentes à garantia física;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - propor os montantes de garantia física de empreendimentos de geração de energia elétrica para fins de participação no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL;

IV - acompanhar e revisar os montantes de garantia física dos empreendimentos de geração de energia elétrica;

V - promover orientações aos agentes do Setor Elétrico quanto aos procedimentos e metodologias referentes ao cálculo e revisão de garantia física;

VI - oferecer subsídios e assessoramento em questões relativas a solução de impasses inerentes à garantia física;

VII - participar da elaboração das diretrizes para a realização de Leilões de Compra de Energia Elétrica e comercialização de energia no Sistema Interligado Nacional;

VIII - propor a adoção de medidas para garantir eficiência aos procedimentos relacionados à garantia física, realizados tanto no âmbito interno do Ministério de Minas e Energia, como no seu relacionamento com outras instituições do Setor Elétrico;

IX - avaliar as alterações das características técnicas solicitadas pelos empreendedores cujos projetos tenham sido habilitados tecnicamente pela EPE e de empreendimentos de geração de energia elétrica que comercializaram energia em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva;

X - avaliar e consolidar os parâmetros energéticos de empreendimentos de geração de energia elétrica utilizados nos estudos e análises energéticas;

XI - avaliar as alterações de combustíveis de usinas termelétricas; e

XII - subsidiar a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, com relação às metodologias e programas computacionais empregados no cálculo e revisão de garantia física.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Economia da Energia compete:

I - propor e coordenar a elaboração das políticas de energia de longo prazo e promover a sua integração no âmbito interno e externo ao Ministério;

II - propor e coordenar ações e planos estratégicos de longo prazo de expansão e integração energética;

III - propor, coordenar e implementar as iniciativas internacionais sobre informações energéticas, política energética e planejamento energético de longo prazo;

IV - implementar sistemáticas de acompanhamento, desenvolvimento, avaliação e controle estratégicos das informações energéticas;

V - orientar, quando couber, os estudos para o desenvolvimento do potencial dos recursos energéticos;

VI - estimular e apoiar o desenvolvimento de métodos, critérios e técnicas aplicáveis no planejamento energético;

VII - realizar diagnósticos estratégicos de recursos energéticos e seus usos;

VIII - propor diretrizes e requisitos de estudos sobre o potencial energético para subsidiar a montagem e realimentação de matrizes energéticas;

IX - participar da coordenação técnica do Plano Nacional de Longo Prazo;

X - elaborar anualmente informes sobre prospectivas energéticas;

XI - elaborar e disponibilizar anualmente a Matriz Energética Nacional;

XII - atuar na elaboração de notas técnicas, de análises de normas, regulamentos e dispositivos legais, e de pareceres técnicos e apresentações referentes a temas envolvendo planejamento energético e política energética;

XIII - apoiar tecnicamente a definição de diretrizes e coordenação da elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento energético brasileiro;

XIV - apoiar tecnicamente e acompanhar iniciativas internacionais nas áreas de atribuição da SPE;

XV - promover a elaboração, manutenção e aperfeiçoamento de metodologias e técnicas de planejamento de energia em cooperação com instituições parceiras; e

XVI - subsidiar a realização de atividades destinadas à análise dos diversos planos que instruem a tomada de decisão quanto a políticas públicas no âmbito do CNPE.

Art. 11. À Coordenação de Estudos de Balanço Energético compete:

I - articular tecnicamente para a análise das informações energéticas nacionais;

II - propor, coordenar e implementar as iniciativa internacionais sobre informações energéticas;

III - acompanhar a qualidade da informação energética nacional;

IV - implementar sistemáticas de acompanhamento, desenvolvimento, avaliação e controle estratégicos das informações energéticas;

V - promover a manutenção das informações e estatísticas energéticas do MME;

VI - promover o desenvolvimento de informações e projeções de custos relacionados à energia;

VII - promover o desenvolvimento do sistema de informações energéticas;

VIII - promover o intercâmbio de informações energéticas com países e organismos nacionais e internacionais;

IX - elaborar e disponibilizar informações para as publicações do IBGE;

X - coordenar e elaborar os boletins de informação energética;

XI - analisar e acompanhar as emissões de gases de efeito estufa do setor energético;

XII - atender as demandas de informações energéticas;

XIII - orientar, quando couber, os estudos para o desenvolvimento do potencial dos recursos energéticos;

XIV - realizar diagnósticos estratégicos de recursos energéticos e seus usos;

XV - propor diretrizes e requisitos de estudos sobre o potencial energético para subsidiar a montagem e realimentação de matrizes energéticas.

Art. 12. À Coordenação de Estudos de Matriz Energética compete:

I - coordenar tecnicamente trabalhos voltados para a formulação de políticas de energia de longo prazo e promover a sua integração no âmbito interno e externo ao Ministério;

II - coordenar ações e planos estratégicos de longo prazo de expansão e integração energética;

III - propor, coordenar e implementar as iniciativa internacionais sobre política energética e planejamento energético de longo prazo;

IV - analisar e emitir Pareceres Técnicos referentes a temas envolvendo planejamento energético e política energética;

V - apoiar tecnicamente, coordenar e acompanhar iniciativas internacionais nas áreas de atribuição da SPE;

VI - apoiar tecnicamente a definição de diretrizes e coordenação da elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento energético brasileiro;

VII - subsidiar a realização de atividades destinadas à análise dos diversos planos que instruem a tomada de decisão quanto a políticas públicas no âmbito do CNPE;

VIII - coordenar tecnicamente trabalhos voltados para a formulação do Plano Nacional de Longo Prazo;

IX - elaborar e disponibilizar anualmente a Matriz Energética Nacional, com subsídios da EPE;

X - atuar na elaboração de notas técnicas, de análises de normas, regulamentos e dispositivos legais, e de pareceres técnicos e apresentações referentes a temas envolvendo planejamento energético e política energética;

XI - apoiar tecnicamente as atividades destinadas à definição de diretrizes e coordenação da elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento energético brasileiro;

XII - apoiar e acompanhar iniciativas internacionais nas áreas de atribuição da SPE; e

XIII - elaborar, aperfeiçoar e manter modelos de prospectiva de demanda e oferta de energia em cooperação com instituições parceiras.

Seção II

Departamento de Desenvolvimento Energético

Art. 13. Ao Departamento de Desenvolvimento Energético compete:

I - coordenar ações e planos estratégicos de conservação de energia;

II - propor requisitos e prioridades de estudos e de desenvolvimento de tecnologias de conservação da energia à EPE e outras instituições de ensino e pesquisa;

III - promover e coordenar os programas nacionais de conservação e uso racional de energia elétrica, petróleo e seus derivados, gás natural e outros combustíveis;

IV - promover, articular e apoiar a política e os programas de uso sustentável e conservação de energia nos espaços regionais de menor desenvolvimento;

V - levantar e gerenciar as demandas de sustentabilidade ambiental nos estudos energéticos, como inventários, análise da viabilidade de empreendimentos e outros;

VI - desenvolver e testar modelos de eficiência energética e de usos racionais;

VII - promover e articular estratégias e ações para o desenvolvimento de energias alternativas;

VIII - estimular e apoiar o desenvolvimento do conhecimento sobre energias alternativas;

IX - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e o desenvolvimento tecnológico sustentável no setor elétrico, por meio de parcerias, cooperação e investimentos privados;

X - planejar e implementar políticas diferenciadas de desenvolvimento de energias alternativas, contemplada a visão de longo prazo para os setores energéticos e as perspectivas de mudanças globais de acesso e uso de recursos energéticos;

XI - promover o acesso e utilização de energia não convencional e de baixo custo às populações isoladas e carentes;

XII - promover e estimular levantamentos, estudos e pesquisas sobre energias alternativas e a interface entre energia e meio ambiente;

XIII - apoiar atividades e programas de pesquisa e desenvolvimento de energias alternativas e das tecnologias associadas, em parceria com a EPE e em articulação com os órgãos do Ministério, agências reguladoras e demais entidades do setor, conforme políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia;

XIV - promover e estimular investimentos privados em soluções de energia alternativa; e

XV - implementar a gestão da inovação em energia, promovendo a prospecção e captação de novas tecnologias, produtos e serviços de energia.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Eficiência Energética compete:

I - subsidiar a elaboração e articular e coordenar a implementação de políticas, planos e programas de eficiência energética, bem como promover os respectivos monitoramentos;

II - promover a sistematização das informações relativas às políticas, planos e programas de eficiência energética, gerando indicadores pertinentes às respectivas avaliações;

III - planejar, coordenar e acompanhar as ações relativas à elevação dos níveis de eficiência energética de máquinas, aparelhos consumidores de energia e edificações;

IV - promover, estimular e difundir as ações relativas à conservação e ao uso racional da energia nos distintos segmentos consumidores;

V - coordenar e integrar os programas nacionais de conservação e uso racional de energia elétrica, derivados de petróleo, gás natural e de outros combustíveis, em articulação com demais órgãos e entidades envolvidos;

VI - identificar prioridades e elaborar propostas de diretrizes para aplicação dos recursos provenientes do orçamento da União a serem aplicados em projetos ou ações de eficiência energética;

VII - subsidiar a formulação de políticas setoriais de forma a garantir a sustentabilidade do mercado nacional de eficiência energética, articulando a participação dos órgãos de financiamento, fomento e da iniciativa privada;

VIII - estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no âmbito da eficiência energética;

IX - estimular a capacitação profissional em eficiência energética, em todos os níveis;

X - apoiar a articulação à cooperação com outros órgãos governamentais, entidades de classe, empresas estatais ou privadas, centros de pesquisa e ensino visando à inserção de diretrizes relativas à eficiência energética nas políticas de desenvolvimento industrial, de transportes, de habitação, meio ambiente e outras, em consonância com a política energética nacional; e

XI - acompanhar a evolução das questões relativas à eficiência energética nos níveis nacional e internacional visando a subsidiar o MME em seus posicionamentos.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético compete:

I - avaliar as demandas de sustentabilidade ambiental das políticas, planos e programas de expansão de oferta de energia;

II - promover e estimular a elaboração de estudos na interface energia-meio ambiente;

III - acompanhar as atividades e apoiar a articulação de ações governamentais para implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, na interface com a área de energia;

IV - subsidiar tecnicamente a atuação de representante do MME nas reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

V - atuar no acompanhamento e na disseminação dos assuntos relativos às mudanças climáticas, em especial na aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo nos projetos do setor energético;

VI - acompanhar a implementação dos acordos internacionais firmados na área de energia no tocante aos temas relativos à sustentabilidade ambiental de projetos energéticos;

VII - articular-se com as diversas áreas do MME, bem como com outras instituições, com vistas à identificação, discussão e proposição de soluções para questões de sustentabilidade ambiental no setor energético;

VIII - promover, coordenar e implementar acordos e convênios com órgãos governamentais e não-governamentais que atuam na área de meio ambiente, a fim de desenvolver projetos aplicativos e demonstrativos para a disseminação e a aplicação de ações e atividades de maior sustentabilidade ambiental na geração e no consumo de energia; e

IX - promover a capacitação da equipe técnica quanto aos assuntos relativos à inserção da sustentabilidade ambiental nas áreas afins.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Fontes Alternativas compete:

I - subsidiar a elaboração, articular e coordenar a implementação de políticas, planos e programas de energias alternativas, visando à ampliação da participação das fontes alternativas na matriz energética nacional;

II - promover de forma sustentável o acesso e a utilização de energia alternativa;

III - promover e articular estratégias e ações para o desenvolvimento de energias alternativas, visando à atração de investimentos e negócios para o País;

IV - estimular a capacitação, pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no âmbito das energias alternativas e das tecnologias associadas;

V - implementar a gestão da inovação em energia, promovendo a prospecção e captação de novas tecnologias, produtos e serviços de energia;

VI - incentivar, apoiar e promover parcerias com empresas e instituições públicas, centros de excelência, universidades e entidades de pesquisas, para estudos de prospecção de tecnologias alternativas que representem o melhor compromisso entre investimentos requeridos, custos operacionais, impactos ambientais e benefícios econômicos e sociais, nos níveis nacional e local;

VII - promover e estimular a elaboração de levantamentos e estudos sobre energias alternativas e a interface energia-meio ambiente; e

VIII - acompanhar a evolução das questões relativas às energias alternativas nos níveis nacional e internacional visando a subsidiar o MME em seus posicionamentos.

Seção III

Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações

Art. 17. Ao Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações compete:

I - acompanhar os estudos de planejamento da expansão dos sistemas elétricos, para identificar os empreendimentos a serem implantados por modalidade de outorga no curto, médio e longo prazos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - estabelecer a programação anual dos empreendimentos a serem outorgados;

III - desenvolver critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações de empreendimentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;

IV - articular e acompanhar com o agente regulador a concepção dos processos inerentes às outorgas de empreendimentos;

V - coordenar, quando couber, os procedimentos de aprovação dos atos de outorga; e

VI - acompanhar, em articulação com o agente regulador, os processos de atualização e renovação de outorgas de instalações do setor elétrico.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Outorgas de Produção de Energia Elétrica compete:

I - acompanhar os estudos de planejamento da expansão do sistema elétrico, para identificação dos empreendimentos a serem implantados por modalidade de outorga no curto, médio e longo prazos;

II - estabelecer a programação anual dos empreendimentos a serem outorgados;

III - elaborar procedimentos para outorgas de concessões, permissões e autorizações de empreendimentos de geração de energia elétrica;

IV - articular e acompanhar com o agente regulador a concepção dos processos inerentes às outorgas de empreendimentos de geração de energia elétrica;

V - coordenar, quando couber, os procedimentos de aprovação e prorrogação de outorgas de geração de energia elétrica;

VI - acompanhar, em articulação com o agente regulador, os processos de atualização e renovação de outorgas de geração de energia elétrica do setor elétrico;

VII - emitir pareceres técnicos e estudos associados aos processos de outorga de empreendimentos de geração de energia elétrica;

VIII - executar atividades de estudos e análise com vistas à definição de diretrizes para a realização de leilões de outorga de concessão de uso de bem público e outorga de concessão, permissão e autorização de serviço público de geração de energia elétrica;

IX - analisar o processo de outorga de empreendimentos visando à assinatura dos contratos de concessões e autorizações de geração de energia elétrica;

X - analisar e propor alterações regulatórias do setor elétrico.

XI - manter e atualizar a base de dados das outorgas de geração de energia elétrica; e

XII - analisar e emitir pareceres técnicos sobre proposições de alterações legais e regulatórias do setor elétrico.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Outorgas de Transporte de Energia Elétrica compete:

I - acompanhar os estudos de planejamento da expansão do sistema elétrico, para identificação dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica a serem implantados por modalidade de outorga no curto, médio e longo prazo;

II - estabelecer a programação anual dos empreendimentos de transmissão e serviços de distribuição de energia elétrica a serem outorgados;

III - elaborar procedimentos para outorgas de concessões, permissões e autorizações de serviços de transmissão e de distribuição de energia elétrica;

IV - articular e acompanhar com o agente regulador a concepção dos processos inerentes às outorgas de empreendimentos;

V - coordenar, quando couber, os procedimentos de aprovação e prorrogação de outorgas de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica;

VI - acompanhar, em articulação com o agente regulador, os processos de atualização e renovação de outorgas de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica;

VII - emitir pareceres técnicos e estudos associados aos processos de outorga de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica;

VIII - realizar estudos e análise com vistas à definição de diretrizes para a realização de leilões de outorga de concessão, permissão e autorização de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica;

IX - analisar o processo de outorga de empreendimentos visando à assinatura dos contratos de concessões, permissões e autorizações de transporte de energia elétrica;

X - analisar os processos solicitação de importação e exportação de energia elétrica visando a sua autorização;

XI - analisar proposições legislativas e emitir pareceres técnicos referentes ao setor de energia elétrica; e

XII - desenvolver estudos e modelos de integração elétrica com outros países.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 20. Ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas e diretrizes relacionadas com planejamento e desenvolvimento energético, bem como no exercício da supervisão ministerial das entidades vinculadas que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades organizacionais da Secretaria;

III - aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da SPE, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV - assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria;

V - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VI - homologar, consoante normas específicas:

a) parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da SPE; e

b) licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da SPE, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

VIII - praticar os atos de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Secretaria;

IX - promover atividades de apoio técnico ao Conselho Nacional de Política Energética;

X - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

XI - coordenar as ações da SPE, quando de atuação nos organismos e fóruns internacionais; e

XII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, observadas as disposições regulamentares.

Art. 21. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário na formulação e execução dos assuntos incluídos na área de competência da Secretaria;

II - substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos;

III - planejar, coordenar e supervisionar o apoio logístico e administrativo da Secretaria; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 22. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar orientar e avaliar a execução de projetos e atividades do Departamento;

II - assistir o Secretário em assuntos de competência;

III - submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias que lhe forem diretamente subordinadas;

V - propor convênios, acordos, protocolos, ajustes e contratos pertinentes à área de atuação do Departamento;

VI - apresentar, ao Secretário, relatórios periódicos das atividades do Departamento; e

VII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento, observadas as disposições regulamentares.

Art. 23. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

Art. 24. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades das respectivas Coordenações-Gerais;

II - assistir o superior hierárquico em assuntos de competência;

III - submeter, ao superior hierárquico, normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - elaborar relatórios das atividades realizadas;

V - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais, observadas as disposições regulamentares.

Art. 25. Aos Gerentes de Projeto incumbe:

I - planejar e controlar a execução de projetos, sob sua responsabilidade, promovendo as correções dos desvios e das distorções detectados;

II - realizar estudos que subsidiem a implementação de projetos;

III - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

IV - elaborar relatórios de desempenho dos projetos, encaminhando-os aos superiores hierárquicos, na forma e periodicidades que lhes forem determinados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Energia Elétrica - SEE, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

I - monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, conforme as políticas governamentais;

II - monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerados os aspectos de continuidade e segurança;

III - coordenar o desenvolvimento de modelos e mecanismos para monitorar a expansão dos sistemas elétricos e o desempenho da operação;

IV - acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos, nos termos dos acordos internacionais firmados;

V - participar na formulação de política tarifária e no acompanhamento da sua implementação, tendo como referências a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais;

VI - coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos;

VII - gerenciar programas e projetos institucionais relacionados ao setor de energia elétrica, promovendo a integração setorial no âmbito governamental;

VIII - participar na formulação da política de uso múltiplo de recursos hídricos e de meio ambiente, por meio de acompanhamento de sua implementação e garantia da expansão da oferta de energia elétrica de forma sustentável;

IX - articular os agentes setoriais e os órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos, para viabilizar a expansão e funcionamento dos sistemas elétricos;

X - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência; e

XI - prestar assistência técnica ao CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Energia Elétrica - SEE tem a seguinte estrutura:

1 - Departamento de Gestão do Setor Elétrico - DGSE

1.1 - Coordenação-Geral de Gestão da Política Tarifária - CGPT

1.2 - Coordenação-Geral de Gestão da Comercialização de Energia - CGCE

1.3 - Coordenação-Geral de Gestão de Programas e Regulamentação - CGPR

2 - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico - DMSE

2.1 - Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração - CGEG

2.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão e Distribuição - CGET

2.3 - Coordenação-Geral de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico - CGDE

2.4 - Coordenação-Geral de Monitoramento dos Recursos Hídricos e Ambientais - CGHA

3 - Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia - DPUE

3.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Políticas Sociais - CGPS

3.2 - Coordenação-Geral de Universalização do Acesso à Energia - CGUE

§ 1º A Secretaria de Energia Elétrica dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, diretamente subordinados ao Secretário: um Secretário-Adjunto (DAS 101.5), um Diretor de Programa (DAS 101.5), três Assessores (DAS 102.4), quatro Assistentes (DAS 102.2) e um Assistente Técnico (DAS - 102.1).

§ 2º Os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem, para alocação em suas respectivas Unidades Organizacionais, de Cargos em Comissão, identificados e quantificados a seguir, cujas atribuições de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências das Unidades da SEE, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Secretário.

I - Departamento de Gestão do Setor Elétrico:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.1 - Coordenação-Geral de Gestão da Política Tarifária:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.2 - Coordenação-Geral de Gestão da Comercialização de Energia:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.3 - Coordenação-Geral de Gestão de Programas e Regulamentação:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.1 - Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão e Distribuição:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

II.3 - Coordenação-Geral de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.4 - Coordenação-Geral de Monitoramento dos Recursos Hídricos e Ambientais

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III - Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia:

a) 2 (dois) Gerentes de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Políticas Sociais:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.2 - Coordenação-Geral de Universalização do Acesso à Energia:

a) 5 (cinco) Assessores Técnicos - DAS 102.3;

b) 5 (cinco) Assistentes - DAS 102.2.

Art. 3º A Secretaria de Energia Elétrica será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretor e as Coordenações-Gerais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

por Coordenador-Geral, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Departamento de Gestão do Setor Elétrico

Art. 5º Ao Departamento de Gestão do Setor Elétrico compete:

I - monitorar a evolução dos custos marginais da expansão dos sistemas elétricos;

II - monitorar os sistemas e procedimentos de tarifação e faturamento de energia elétrica;

III - acompanhar e avaliar a evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica no território nacional, conforme a política tarifária;

IV - acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais;

V - coordenar as negociações de comercialização de energia elétrica com os países vizinhos;

VI - participar da formulação e implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda;

VII - desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo;

VIII - participar da elaboração e gestão de contratos, convênios, parcerias e outros instrumentos de cooperação técnica com órgãos públicos, agentes setoriais e organismos internacionais;

IX - articular-se com os agentes de estudos, planejamento, regulação, operação e comercialização de energia, propondo mecanismos de melhoria de relacionamento institucional;

X - desenvolver, consolidar e uniformizar informações gerenciais e indicadores econômico-financeiros do setor elétrico; e

XI - analisar e acompanhar as propostas de normatização do setor elétrico, e avaliar sua conformidade com a política setorial.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Gestão da Política Tarifária compete:

I - acompanhar a implementação das políticas tarifárias, analisando seus impactos, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais;

II - implementar e manter banco de dados necessário ao acompanhamento dos processos de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica e de transmissão;

III - elaborar análises comparativas da evolução das tarifas de energia elétrica, frente aos principais indicadores econômicos e demais preços dos energéticos, contextualizando com os de outros países;

IV - acompanhar a evolução:

a) de indicadores econômico-financeiros, adotados pelo setor elétrico, no âmbito de suas competências;

b) dos sistemas e procedimentos de tarifação e faturamento de energia elétrica, em articulação com a agência reguladora, observadas as diretrizes e orientações das políticas públicas; e

V - formular e propor a implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda;

VI - desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo;

VII - desenvolver procedimentos para o acompanhamento da evolução tarifária, por nível de tensão, classe de consumo, agentes setoriais e outros agrupamentos, com análises sobre a rentabilidade nas diversas instâncias do processo;

VIII - participar e acompanhar as definições e aplicações de mecanismos institucionais de ressarcimento e de incentivo aos investimentos na operação e expansão do sistema elétrico, seus impactos sobre os preços praticados e a política tarifária projetada; e

IX - organizar e disponibilizar informações sobre os valores praticados e a evolução tarifária dos serviços de energia elétrica, por classe de consumo, localização geográfica, consumidores especiais e outras referências pertinentes.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão da Comercialização de Energia compete:

I - acompanhar:

a) os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais, identificando projetos de expansão e sinalizando políticas setoriais que assegurem condições de competitividade nos mercados nacional e internacional;

b) a implementação das políticas, diretrizes e orientações para o setor elétrico que impactam na comercialização e contabilização da energia elétrica; e

c) o funcionamento do mercado de energia elétrica no âmbito nacional, participando das negociações e articulações com os agentes setoriais para a comercialização da energia;

II - participar da formulação e implementação de políticas de comercialização, em articulação com os demais agentes envolvidos;

III - desenvolver e acompanhar estudos sobre práticas e processos de comercialização, bem como as condições gerais de atendimento aos consumidores, identificando situações críticas para subsidiar propostas de efetiva universalização do acesso à energia elétrica;

IV - acompanhar e assessorar as negociações de comercialização de energia elétrica com os países vizinhos;

V - desenvolver estudos especiais relativos às diversas modalidades de comercialização de energia elétrica;

VI - analisar os impactos comerciais nos agentes setoriais de energia elétrica, decorrentes das políticas de comercialização existentes;

VII - desenvolver, consolidar e uniformizar informações gerenciais e indicadores da comercialização de energia; e

VIII - participar e acompanhar as definições e aplicações da convenção de comercialização de energia elétrica no atacado.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Gestão de Programas e Regulamentação compete:

I - desenvolver ações para a gestão dos programas do setor elétrico, avaliando e propondo melhorias nos mecanismos de controle para garantir o aperfeiçoamento do modelo de gestão e do processo decisório institucional;

II - propor ações que assegurem a compatibilização dos Planos Plurianuais com as diretrizes e orientações da política tarifária e comercialização de energia;

III - acompanhar as atividades relacionadas à programação e à execução orçamentária e financeira, de programas e ações setoriais;

IV - propor e desenvolver mecanismos para formulação de programas, projetos e ações institucionais, visando à integração setorial no âmbito governamental;

V - participar da elaboração e da gestão de contratos, convênios, parcerias, termos de cooperação técnica e outros instrumentos de relacionamento com órgãos públicos, agentes setoriais e organismos internacionais;

VI - promover articulações com os centros de excelência sobre regulação, operação e comercialização de energia, propondo mecanismos e instrumentos de melhoria de relacionamento institucional;

VII - acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente;

VIII - participar e manter atualizada as indicações das representatividades da Secretaria nas diversas entidades;

IX - analisar e propor o aperfeiçoamento e a atualização da legislação, considerando seus impactos na evolução do modelo setorial; e

X - consolidar, sistematizar e disseminar informações relativas à legislação do setor elétrico brasileiro.

Seção II

Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico

Art. 9º Ao Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico compete:

I - desenvolver estudos, modelos e metodologias de acompanhamento da expansão e do desempenho do sistema elétrico brasileiro;

II - monitorar a expansão do sistema elétrico brasileiro, envolvendo os segmentos de geração, transmissão e distribuição;

III - monitorar e avaliar o funcionamento e o desempenho do sistema elétrico brasileiro, por meio de indicadores de continuidade e segurança;

IV - monitorar a evolução da demanda de energia elétrica;

V - articular com os agentes de regulação e operação a implementação de diretrizes e ações preventivas e corretivas, para garantir a confiabilidade do sistema elétrico;

VI - articular ações com agentes e instituições setoriais, para implementar projetos de suprimento de energia elétrica para regiões e cargas especiais, garantido o equilíbrio entre oferta e demanda;

VII - desenvolver e manter sistema de informações para a gestão e acompanhamento da expansão da oferta, do desempenho do sistema elétrico, dos aspectos socioambientais e dos recursos hídricos;

VIII - participar da formulação de políticas relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos, coordenando as ações de gestão no âmbito do setor elétrico;

IX - participar de estudos e projetos de adequação, expansão e melhoria do sistema elétrico, em articulação com os agentes setoriais; e

X - prestar assistência técnica ao CMSE e acompanhar a implementação das diretrizes por ele estabelecidas.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração compete:

I - monitorar a expansão da geração de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados;

II - implementar mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da geração de energia elétrica;

III - identificar impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial;

IV - elaborar relatórios técnicos com as projeções de incremento de oferta de energia nos sistemas interligado e isolados, identificando desvios em relação às metas de expansão estabelecidas;

V - disponibilizar informações relativas ao processo de monitoramento da expansão da geração de energia elétrica, contribuindo com áreas de pesquisa, planejamento e operação na revisão dos estudos de suprimento;

VI - participar na elaboração de documentos institucionais que consolidam informações relativas a implantação e evolução da expansão da oferta de energia elétrica;

VII - participar de estudos técnicos relacionados com a expansão da geração de energia elétrica, em articulação com os agentes setoriais;

VIII - acompanhar e participar das definições da regulamentação legal e institucional relativas aos empreendimentos de geração de energia elétrica; e

IX - promover o desenvolvimento e a atualização do sistema de informações relativo à expansão da geração.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão e Distribuição compete:

I - monitorar a expansão do sistema interligado, compreendendo as linhas de transmissão e subestações da Rede Básica, as demais instalações de transmissão e instalações de distribuição de interesse sistêmico;

II - monitorar a expansão dos sistemas isolados, compreendendo as linhas de transmissão e subestações, as demais instalações de interesse sistêmico e integração dos novos empreendimentos;

III - implementar mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com a participação de agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da transmissão e distribuição de energia elétrica;

IV - identificar impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de transmissão e distribuição, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial;

V - elaborar relatórios técnicos de acompanhamento da expansão dos sistemas de transmissão de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados, com identificação dos desvios observados em relação aos planos de expansão;

VI - acompanhar e participar das definições da regulamentação legal e institucional relativas aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica;

VII - disponibilizar informações relativas ao processo de monitoramento da expansão da transmissão e distribuição de energia elétrica, contribuindo com áreas de pesquisa, planejamento e operação na revisão dos estudos de suprimento;

VIII - participar e apoiar o desenvolvimento de estudos para suprimento de energia elétrica às regiões e distribuidoras de área, bem como a cargas especiais, no tocante às necessidades de expansão do sistema de transmissão;

IX - acompanhar e participar das negociações para integração elétrica internacional, no que tange à implementação física das interligações; e

X - promover o desenvolvimento e a atualização dos sistemas de informações relativos à expansão da transmissão.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico compete:

I - criar mecanismos e procedimentos para monitorar o comportamento do mercado de energia elétrica;

II - monitorar o comportamento do mercado de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados;

III - elaborar relatórios técnicos com informações relativas ao:

a) comportamento do mercado de energia elétrica, com identificação dos desvios em relação aos planos de expansão do setor elétrico; e

b) desempenho do sistema elétrico, com identificação de desvios em relação aos padrões de atendimento;

IV - criar mecanismos e procedimentos para monitorar o desempenho do sistema elétrico;

V - apoiar e participar de estudos dirigidos para a elaboração de procedimentos que aperfeiçoem a operação das instalações, como forma de assegurar a otimização eletroenergética e a segurança operacional do sistema elétrico;

VI - monitorar o desempenho do sistema elétrico, em articulação com os agentes setoriais, com a prestação das informações aos órgãos competentes sobre interrupções no suprimento de energia elétrica ou reduções nos níveis de segurança operacional;

VII - colaborar com as áreas de pesquisa e planejamento setorial fornecendo informações relativas ao processo de monitoramento do mercado de energia elétrica e do desempenho do sistema elétrico;

VIII - apoiar e participar de estudos técnicos de adequações, expansões e melhorias dos sistemas elétricos, inclusive em situações emergenciais, para o pleno atendimento aos requisitos de carga; e

IX - acompanhar e participar de definições da regulamentação legal e institucional relativas aos procedimentos de operação do sistema elétrico.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Monitoramento dos Recursos Hídricos e Ambientais compete:

I - acompanhar estudos, compromissos e procedimentos ambientais de licenciamento de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, em articulação com os agentes setoriais;

II - participar:

a) da formulação de políticas e diretrizes relacionadas com meio ambiente e recursos hídricos, no âmbito federal e estadual, integrando as proposições dos agentes setoriais, bem como avaliando os resultados das suas implementações;

b) de estudos envolvendo temas socioambientais relativos à gestão dos recursos naturais, recursos hídricos e de conflitos sociais; e

c) dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de órgãos colegiados governamentais, de forma a incorporar orientações do setor elétrico nas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos;

III - desenvolver e manter atualizado o sistema de informações socioambientais dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica;

IV - promover a sistematização de informações ambientais dos empreendimentos do setor elétrico, de modo a identificar as restrições e riscos socioambientais, formulando ações corretivas e preventivas, para o cumprimento do planejamento setorial;

V - desenvolver procedimentos para propor revisões das regras de operação de bacias hidrográficas, no que tange a geração de hidroeletricidade, no ambiente institucional de outorgas de uso múltiplo dos recursos hídricos;

VI - coordenar a elaboração de estudos e procedimentos para minimizar os conflitos de uso múltiplo dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas; e

VII - participar e sugerir regras e parâmetros para a produção da energia elétrica requisitada pelo mercado consumidor, utilizando as

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fontes geradoras componentes da matriz de energia elétrica, buscando o equilíbrio entre modicidade tarifária e possibilidades de utilização dos recursos hídricos nos reservatórios com capacidade de acumulação do sistema.

Seção III

Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia

Art. 14. Ao Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia compete:

I - monitorar os potenciais energéticos do País, para ampliar os benefícios sociais da universalização do acesso e uso da energia;

II - coordenar as ações decorrentes de políticas sociais e das diretrizes de universalização do acesso e uso da energia;

III - apoiar e orientar programas e projetos, de políticas sociais de energia;

IV - propor, implementar e apoiar medidas para universalizar o acesso à energia elétrica;

V - promover o controle social e a prestação de contas do setor de energia;

VI - articular e integrar os agentes intervenientes no setor energético, para fortalecer as políticas de caráter social do setor;

VII - atender os interesses nacionais e a defesa do consumidor de energia;

VIII - orientar e definir formas de relacionamento e articulação entre interesses sociais e os do mercado de energia elétrica; e

IX - estabelecer mecanismos para mediação de conflitos quanto ao uso e acesso aos recursos energéticos.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Políticas Sociais compete:

I - promover a integração das ações de universalização do acesso à energia com os programas sociais das diversas esferas de governo;

II - acompanhar as ações de orientação aos novos consumidores, no âmbito da universalização do acesso à energia, para o uso seguro, eficiente e produtivo da energia elétrica no meio rural;

III - apoiar as ações de capacitação e orientação às populações tradicionais para o uso seguro, eficiente e produtivo da energia; e

IV - apoiar programas e projetos de promoção do uso produtivo da energia.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Universalização do Acesso à Energia compete:

I - identificar as necessidades nacionais com relação ao acesso à energia e as alternativas para seu atendimento, no âmbito da universalização do acesso à energia;

II - promover o acompanhamento de programas e projetos que visem à universalização do acesso à energia;

III - promover a utilização de fontes renováveis de energia no processo de universalização do acesso à energia;

IV - promover ações de monitoramento e avaliação das ações de promoção da universalização do acesso à energia;

V - monitorar a gestão dos recursos financeiros relativos à universalização do acesso à energia; e

VI - orientar e definir formas de relacionamento com a sociedade e articulação entre os entes envolvidos, associados à universalização do acesso à energia.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Secretário de Energia Elétrica incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas e diretrizes relacionadas a energia elétrica, bem como no exercício da supervisão ministerial das entidades vinculadas que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades organizacionais da Secretaria;

III - aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da SEE, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV - assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria;

V - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VI - homologar, consoante normas específicas:

a) parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da SEE; e

b) licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da SEE, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

VIII - praticar os atos de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Secretaria;

IX - promover atividades de apoio técnico ao Conselho Nacional de Política Energética;

X - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

XI - coordenar as ações da SEE, quando de atuação nos organismos e fóruns internacionais; e

XII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, observadas as disposições regulamentares.

Art. 18. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário na formulação e execução dos assuntos incluídos na área de competência da Secretaria;

II - substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos;

III - planejar, coordenar e supervisionar o apoio logístico e administrativo da Secretaria; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 19. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - assessorar o Secretário e o Secretário-Adjunto:

a) na condução das atividades vinculadas às atribuições da Secretaria;

b) em assuntos que dizem respeito às questões regulatórias do Planejamento, Operação e Comercialização de energia elétrica no Setor Elétrico Brasileiro;

II- atuar em foros internacionais que tratam de assuntos de interesse da Secretaria;

III- participar em comitês, comissões, conselhos, grupos de trabalho e foros que tratam de assuntos de responsabilidade da Secretaria;

IV- coordenar, monitorar e supervisionar:

a) as questões relativas à integração energética com os países vizinhos;

b) as negociações de comercialização de energia elétrica com os países vizinhos;

c) as questões relativas ao atendimento das demandas de energia elétrica às localidades fronteiriças;

V - acompanhar as discussões que envolvem os leilões de energia nos ambientes livre e regulado; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas ou delegadas pelo Secretário ou pelo Secretário-Adjunto.

Art. 20. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar orientar e avaliar a execução de projetos e atividades do Departamento;

II - assistir o Secretário em assuntos de competência;

III - submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias que lhe forem diretamente subordinadas;

V - propor convênios, acordos, protocolos, ajustes e contratos pertinentes à área de atuação do Departamento;

VI - apresentar, ao Secretário, relatórios periódicos das atividades do Departamento; e

VII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento, observadas as disposições regulamentares.

Art. 21. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades das respectivas Coordenações-Gerais;

II - assistir o superior hierárquico em assuntos de competência;

III - submeter, ao superior hierárquico, normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - elaborar relatórios das atividades realizadas;

V - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais, observadas as disposições regulamentares.

Art. 22. Aos Gerentes de Projeto incumbe:

I - planejar e controlar a execução de projetos, sob sua responsabilidade, promovendo as correções dos desvios e das distorções detectados;

II - realizar estudos que subsidiem a implementação de projetos;

III - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

IV - elaborar relatórios de desempenho dos projetos, encaminhando-os aos superiores hierárquicos, na forma e periodicidades que lhes forem determinados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Energia Elétrica.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

I - promover estudos das bacias sedimentares brasileiras, e propor diretrizes para licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural;

II - formular propostas de planos plurianuais para os setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, monitorando, avaliando e ajustando sua implementação e resultados;

III - monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, para garantir a equilibrada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;

IV - monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, das instituições responsáveis pelos setores e propor as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;

V - articular-se com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, orientando-as quanto às políticas aprovadas;

VI - monitorar e avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;

VII - promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas, para garantir o abastecimento satisfatório de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e atendimento adequado aos consumidores;

VIII - coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;

IX - monitorar e estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;

X - monitorar, em conjunto com a ANP, o aproveitamento racional das reservas de hidrocarbonetos;

XI - propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural;

XII - articular-se com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais;

XIII - facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;

XIV - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência; e

XV - assistir tecnicamente o CNPE em assuntos de sua área de atuação.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG tem a seguinte estrutura:

1 - Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG

1.1 - Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - CGEP

1.2 - Coordenação-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios - CGCBE

2 - Departamento de Gás Natural - DGN

2.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção - CGMERC

2.2 - Coordenação-Geral de Processamento de Infraestrutura e Logística - CGILOG

3 - Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP

3.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento do Mercado - CGAM

3.2 - Coordenação-Geral de Refino, Abastecimento e Infraestrutura - CGRA

4 - Departamento de Combustíveis Renováveis - DCR

4.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis - CGPMCR

4.2 - Coordenação-Geral de Inserção de Novos Combustíveis Renováveis - CGINCR

§ 1º A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, diretamente subordinados ao Secretário: um Secretário-Adjunto (DAS 101.5), um Diretor de Programa (DAS 101.5), três Assessores (DAS 102.4), dois Assistentes (DAS 102.2) e dois Assistentes Técnicos (DAS 102.1).

§ 2º Os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem, para alocação em suas respectivas Unidades Organizacionais, de Cargos em Comissão, identificados e quantificados a seguir, cujas atribuições de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências das Unidades da SPG, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Secretário:

I - Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;

I.1 - Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II - Departamento de Gás Natural:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;

II.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.2 - Coordenação-Geral Processamento de Infraestrutura e Logística:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III - Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;

IV - Departamento de Combustíveis Renováveis:

a) 1 (um) Gerente de Projeto - DAS 101.4;

b) 1 (um) Assistente Técnico - DAS 102.1;

IV.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2.

Art. 3º A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretor e as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO III
COMPETÊNCIA DAS UNIDADES
Seção I
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

Art. 5º Ao Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural compete:

I - propor diretrizes na busca pela autossuficiência de petróleo, e para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País;

II - propor metas para a ANP, quanto às reservas brasileiras e à relação entre reserva e produção;

III - monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria e petróleo, propor políticas que elevem essa participação, em bases econômicas;

IV - propor e acompanhar estudos das bacias sedimentares brasileiras, formular e coordenar a implementação de diretrizes para licitações das áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE; e

V - propor e implementar políticas públicas que atraiam investimentos para os setores de petróleo e gás natural no País.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural compete:

I - monitorar e avaliar:

a) o funcionamento e o desempenho das atividades sob monopólio da União do setor de petróleo e gás natural e das instituições afins, conduzindo as revisões, atualizações e correções requeridas;

b) as reservas nacionais de petróleo e gás natural, em conjugação com a agência reguladora, propondo medidas que permitam a sua manutenção em níveis adequados; e

c) as condições de mercado das áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural no País, em conjugação com a ANP e demais instituições competentes;

II - promover e estimular a elaboração de levantamentos, estudos e pesquisas para o incremento da exploração e produção de petróleo e gás natural;

III - coordenar e promover programas, incentivos e ações visando à atração de investimentos para a área de exploração e produção de petróleo;

IV - promover e executar ações para garantir o aumento das reservas nacionais de petróleo e gás natural;

V - monitorar:

a) os dados referentes às participações governamentais e emitir parecer técnico conclusivo em demandas relacionadas ao assunto;

b) a política tributária relacionada aos setores de petróleo e de gás natural, propondo medidas que busquem sua racionalidade; e

c) a implantação de programas tecnológicos e a execução daqueles em andamento, propondo revisões, atualizações e correções necessárias ao desenvolvimento sustentável do setor de petróleo e gás natural;

VI - propor e acompanhar estudos das bacias sedimentares brasileiras, visando à definição de novas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural;

VII - organizar e manter um sistema de acompanhamento das áreas de exploração e produção concedidas;

VIII - identificar e avaliar situações de quebra de isonomia entre agentes, assim como propor, na sua esfera de competência, medidas e diretrizes preventivas e corretivas necessárias;

IX - formular, implementar, executar e avaliar políticas públicas orientadas para assegurar o atendimento dos contratos de concessão das áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural;

X - acompanhar programas, incentivos e ações que objetivem a atração de investimentos em novas tecnologias para o setor de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para o uso racional dos recursos naturais e para o bem-estar social; e

XI - incentivar práticas e ações preventivas com o objetivo de evitar incidentes por derramamento de óleo e implementação de planos de ação corretiva para minimizar os efeitos socioambientais decorrentes.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios compete:

I - planejar o calendário de licitações dos blocos para exploração de petróleo e gás natural;

II - promover:

a) as licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, em âmbito nacional e internacional; e

b) estudos para dimensionar a quantidade e frequência das licitações de áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE;

III - propor diretrizes para o processo de licitação de blocos nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;

IV - coordenar e promover políticas públicas visando à atração de investimentos para a área de exploração e produção de petróleo e gás natural;

V - monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria do petróleo e gás natural, propondo políticas que elevem essa participação, em bases econômicas e competitivas;

VI - interagir com a ANP na busca de um mercado de petróleo e gás natural efetivamente competitivo, aberto e benéfico para o consumidor;

VII - monitorar a política tributária relacionada aos setores de petróleo e de gás natural, propondo medidas que busquem sua racionalidade;

VIII - promover e apoiar o planejamento ambiental dos setores de petróleo e de gás natural, de modo que nas rodadas de licitações de blocos exploratórios ocorra a compatibilização entre o desenvolvimento do País e a necessária proteção ao meio ambiente; e

IX - prospectar novas tecnologias que contribuam, de forma racional, para as atividades de exploração de petróleo e de gás natural.

Seção II
Departamento de Gás Natural

Art. 8º Ao Departamento de Gás Natural compete:

I - articular-se com a ANP, para ampliar a infraestrutura de transporte de gás natural;

II - propor diretrizes para ampliar a participação do gás natural na matriz energética nacional;

III - interagir com os fiscos federal e estaduais, com vistas a assegurar a racionalidade tributária sobre o gás natural;

IV - monitorar a viabilidade do gás natural, em relação a seus competidores diretos, propondo medidas que possibilitem a efetiva valoração dos benefícios específicos do setor energético;

V - monitorar as negociações de preços do gás natural importado, para torná-los mais competitivos;

VI - propor critérios para a concessão de subsídios ao transporte de gás natural, para assegurar sua adequada utilização; e

VII - propor critérios para a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção compete:

I - monitorar:

a) a evolução das obras e dos programas de expansão, executados pelos agentes do setor, destinados a atender ao crescimento da demanda do mercado de gás natural, avaliando sua adequação e suficiência;

b) os programas, os incentivos e as ações, visando à atração de investimentos, de novas tecnologias e de negócios para o setor de gás natural;

c) o uso do gás natural veicular e sua participação na matriz de combustíveis; e

d) o mercado de gás natural quanto à modicidade dos preços e a adequada competição entre os agentes ofertantes dos produtos, em conjunto com a ANP;

II - organizar e manter um sistema de acompanhamento do mercado de gás natural, no que se refere a preços praticados e volumes comercializados, nos vários segmentos de consumo, do gás natural nacional e do importado;

III - elaborar previsões da demanda de gás natural, com vistas a subsidiar a elaboração do planejamento energético;

IV - acompanhar a evolução da oferta de gás natural no mercado nacional e seu adequado atendimento da demanda;

V - formular ações e medidas preventivas e corretivas, visando garantir o satisfatório funcionamento do mercado de gás natural;

VI - formular e avaliar políticas públicas orientadas para assegurar o suprimento adequado de gás natural no País;

VII - propor, com base em processos instruídos pela ANP, autorização para o exercício das atividades de importação e exportação de gás natural;

VIII - acompanhar e avaliar estudos e pesquisas que darão suporte ao planejamento da ampliação da oferta de gás natural;

IX - monitorar e avaliar, em conjugação com a agência reguladora e as demais instituições competentes, as condições e a evolução do abastecimento de gás; e

X - fornecer informações referentes ao gás natural para subsidiar estudos da matriz energética.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Processamento de Infraestrutura e Logística compete:

I - monitorar:

a) a implantação e desenvolvimento da infraestrutura de processamento, de armazenamento, de transporte e de transferência do gás natural, em seus diversos modais; e

b) os programas, os incentivos e as ações visando à atração de investimentos e tecnologia para a infraestrutura de armazenamento de transporte, de escoamento, de transferência e de processamento do gás natural;

II - dotar o MME e a sociedade de meios de acesso às informações e dados técnicos da infraestrutura de armazenamento de transporte, de escoamento, de transferência e de processamento de gás natural, observadas as confidencialidades de natureza comercial;

III - participar e emitir parecer técnico em projetos de infraestrutura que envolva recursos financeiros da União por meio de subsídios ou participação direta no empreendimento;

IV - avaliar:

a) a evolução física das obras executadas pelos agentes do setor, visando à integração com os demais componentes da cadeia do negócio gás natural; e

b) os mecanismos institucionais e regulatórios, quanto a sua oportunidade e adequação e expansão da infraestrutura de armazenamento de transporte, de escoamento, de transferência e de processamento de gás natural, propondo as alterações e adaptações que se fizerem necessárias;

V - acompanhar e avaliar estudos e pesquisas que darão suporte ao planejamento da expansão da infraestrutura de transporte de gás natural;

VI - elaborar o plano decenal de expansão da malha dutoviária do País com base em estudos desenvolvidos pela EPE; e

VII - interagir com as agências reguladoras federais e estaduais, com as entidades públicas setorialmente vinculadas, com as concessionárias e autorizadas e demais entidades afins.

Seção III
Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo

Art. 11. Ao Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo compete:

I - propor diretrizes na busca pela autossuficiência de derivados de petróleo, e para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País;

II - monitorar a política tributária afeta ao setor e propor medidas para racionalizá-la;

III - interagir com a ANP, na busca de mercado de derivados de petróleo efetivamente competitivo, aberto e benéfico para o consumidor;

IV - interagir com a ANP, propondo medidas que ampliem a infraestrutura logística afeta ao setor, em âmbito nacional;

V - monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis derivados do petróleo;

VI - propor mecanismos para estabilizar os preços dos derivados de petróleo no País e políticas públicas que atraiam investimentos para o setor;

VII - coordenar e promover programas que atraiam investimentos para o setor de combustíveis no País;

VIII - promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas para garantir a adequada participação dos combustíveis na matriz energética;

IX - promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis;

X - monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis; e

XI - interagir com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades do setor de combustíveis.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Acompanhamento do Mercado compete:

I - monitorar o mercado de derivados de petróleo, inclusive petroquímicos, no País, com vistas a propor medidas de correção a eventuais distorções;

II - interagir com os órgãos responsáveis pela política tributária de maneira a contribuir para a racionalidade de sua aplicação na comercialização de derivados de petróleo;

III - manter sistema de acompanhamento dos mercados doméstico e internacional de derivados de petróleo;

IV - monitorar e avaliar, em articulação com as agências reguladoras e com os demais órgãos e entidades relacionados, as condições e a evolução do mercado de derivados de petróleo, aliando o adequado atendimento ao consumidor, ao desenvolvimento sustentável do setor;

V - elaborar projeções a respeito do mercado de derivados de petróleo, com o apoio da EPE, com vistas a subsidiar o planejamento integrado do setor energético e fornecer informações para os estudos da matriz energética;

VI - monitorar o nível de dependência externa do País no suprimento de derivados de petróleo;

VII - propor mecanismos que contribuam para a estabilização dos preços dos derivados de petróleo no País;

VIII - propor e promover políticas de uso racional de derivados de petróleo; e

IX - propor políticas que favoreçam um mercado aberto de derivados de petróleo, competitivo e benéfico ao consumidor.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Refino, Abastecimento e Infraestrutura compete:

I - monitorar o parque de refino nacional, avaliar a necessidade de sua adequação e propor medidas que viabilizem a sua implementação;

II - propor políticas que propiciem a ampliação da infraestrutura de transporte e abastecimento de derivados de petróleo no País;

III - avaliar a necessidade de formação de estoques reguladores e estratégicos de combustíveis;

IV - promover programas, incentivos e ações, com vistas à atração de investimentos, de novas tecnologias e de negócios para o setor de derivados de petróleo;

V - propor políticas que estimulem a introdução de competição no setor de refino e infraestrutura de transporte e abastecimento de derivados de petróleo; e

VI - interagir com instituições governamentais, agências reguladoras, órgãos ambientais e demais entidades e agentes econômicos que atuam na cadeia de abastecimento de combustíveis para tratar de assuntos relacionados a refino, abastecimento e infraestrutura, bem como para minimizar os efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes da utilização de derivados de petróleo.

Seção IV
Departamento de Combustíveis Renováveis

Art. 14. Ao Departamento de Combustíveis Renováveis compete:

I - monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis renováveis;

II - promover e implementar ações preventivas e corretivas para garantir abastecimento satisfatório de combustíveis renováveis no País, e sua adequada participação na matriz energética;

III - inserir novos combustíveis renováveis na matriz energética;

IV - promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis renováveis;

V - coordenar e promover programas, incentivos e ações para atrair investimentos para o setor de combustíveis renováveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis renováveis; e

VII - articular-se com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o setor de combustíveis renováveis.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis compete:

I - monitorar e avaliar o desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis, em conjunto com outras instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições;

II - promover e implementar ações preventivas e corretivas voltadas ao desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis, com ênfase na garantia do abastecimento satisfatório de combustíveis renováveis no País, e sua adequada participação na matriz energética;

III - coordenar e promover programas, incentivos e ações para atrair investimentos para o desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis;

IV - articular-se com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis;

V - analisar proposições de normas relativas ao desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis;

VI - monitorar a evolução das obras e dos programas de expansão, executados pelos agentes do setor, destinados a atender ao crescimento da demanda do mercado de combustíveis renováveis;

VII - elaborar estudos prospectivos para o desenvolvimento e para o adequado dimensionamento do setor de combustíveis renováveis;

VIII - apoiar tecnicamente e assessorar o Diretor, o Secretário e demais autoridades em temas relacionados ao desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis; e

IX - coordenar e participar de programas, grupos de trabalhos e comitês relacionados a o desenvolvimento da produção e do mercado de combustíveis renováveis.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Inserção de Novos Combustíveis Renováveis compete:

I - monitorar e avaliar iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional, incluindo o bioquerosene e o biogás, em conjunto com outras instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições;

II - promover e implementar ações preventivas e corretivas para o desenvolvimento e a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;

III - coordenar e promover programas, incentivos e ações para atrair investimentos para a produção de novos combustíveis renováveis;

IV - articular-se com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o desenvolvimento e a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;

V - analisar proposições de normas relativas ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;

VI - monitorar a implantação dos projetos e a execução dos programas em andamento, propondo revisões, atualizações e correções requeridas com vistas a garantir a inserção de novos combustíveis renováveis;

VII - apoiar tecnicamente e assessorar o Diretor, o Secretário e demais autoridades em temas relacionados ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis; e

VIII - coordenar e participar de programas, grupos de trabalhos e comitês relacionados ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas e diretrizes relacionadas com petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, bem como no exercício da supervisão ministerial das entidades vinculadas que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades organizacionais da Secretaria;

III - aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da SPG, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV - assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria;

V - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VI - homologar, consoante normas específicas:

a) parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da SPG; e

b) licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da SPG, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

VIII - praticar os atos de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Secretaria;

IX - promover atividades de apoio técnico ao Conselho Nacional de Política Energética;

X - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

XI - coordenar as ações da SPG, quando de atuação nos organismos e fóruns internacionais; e

XII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, observadas as disposições regulamentares.

Art. 18. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário na formulação e execução dos assuntos incluídos na área de competência da Secretaria;

II - substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos;

III - planejar, coordenar e supervisionar o apoio logístico e administrativo da Secretaria; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 19. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar orientar e avaliar a execução de projetos e atividades do Departamento;

II - assistir o Secretário em assuntos de competência;

III - submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias que lhe forem diretamente subordinadas;

V - propor convênios, acordos, protocolos, ajustes e contratos pertinentes à área de atuação do Departamento;

VI - apresentar, ao Secretário, relatórios periódicos das atividades do Departamento; e

VII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento, observadas as disposições regulamentares.

Art. 20. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

Art. 21. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades das respectivas Coordenações-Gerais;

II - assistir o superior hierárquico em assuntos de competência;

III - submeter, ao superior hierárquico, normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - elaborar relatórios das atividades realizadas;

V - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais, observadas as disposições regulamentares.

Art. 22. Aos Gerentes de Projeto incumbe:

I - planejar e controlar a execução de projetos, sob sua responsabilidade, promovendo as correções dos desvios e das distorções detectados;

II - realizar estudos que subsidiem a implementação de projetos;

III - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

IV - elaborar relatórios de desempenho dos projetos, encaminhando-os aos superiores hierárquicos, na forma e periodicidades que lhes forem determinados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

ANEXO XI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

I - implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;

II - coordenar os estudos de planejamento setoriais, e propor ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;

III - promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;

IV - monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;

V - formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;

VI - promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;

VII - promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração;

VIII - orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;

IX - monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, e a satisfação dos consumidores;

X - estabelecer políticas e procedimentos de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;

XI - coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;

XII - propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;

XIII - promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e

XIV - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM tem a seguinte estrutura:

1 - Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - DPGM:

1.1 - Coordenação-Geral de Política e Programas para Mineração - CGPMIN

1.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle da Gestão de Programa - CGMP

1.3 - Coordenação-Geral de Economia Mineral - CGEM

2 - Departamento de Geologia e Produção Mineral - DGPM

2.1 - Coordenação-Geral de Geologia e Recursos Minerais - CGRM

2.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle de Concessões Minerais - CGCM

3 - Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral - DTTM

3.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral - CGIM

3.2 - Coordenação-Geral de Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico - CGDT

4 - Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração - DDM

4.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Socioambiental na Mineração - CGDAM

4.2 - Coordenação-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito - CGMAC

§ 1º A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral dispõe dos seguintes Cargos em Comissão, diretamente subordinados ao Secretário: um Secretário-Adjunto (DAS 101.5), um Diretor de Programa (DAS 101.5), quatro Assessores Técnicos (DAS 102.3), um Assistente (DAS 102.2) e três Assistentes Técnicos (DAS 102.1).

§ 2º Os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem, para alocação em suas respectivas Unidades Organizacionais, de Cargos em Comissão, identificados e quantificados a seguir, cujas atribuições de seus ocupantes se referem à execução de trabalhos inerentes às competências das Unidades da SGM, bem como poderão, complementarmente, ser estabelecidas por ato do Secretário.

I - Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.1 - Coordenação-Geral de Política e Programas para Mineração:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle da Gestão de Programa:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

I.3 - Coordenação-Geral de Economia Mineral:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II - Departamento de Geologia e Produção Mineral:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.1 - Coordenação-Geral de Geologia e Recursos Minerais:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

II.2 - Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle de Concessões Minerais:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III - Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

III.2 - Coordenação-Geral de Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico;

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

IV - Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração:

a) 1 (um) Assessor Técnico - DAS 102.3;

b) 1 (um) Assistente - DAS 102.2;

IV.1 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Socioambiental na Mineração:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV.2 - Coordenação-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito:

a) 1 (um) Assistente - DAS 102.2.

Art. 3º A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretor e as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Art. 5º Ao Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:

I - propor o arcabouço diretivo do setor de mineração e transformação mineral;

II - coordenar a formulação e a implementação das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;

III - conceber e implementar os instrumentos das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;

IV - propor diretrizes, requisitos e prioridades para planejamento tático e operacional do setor de mineração e transformação mineral;

V - propor diretrizes e requisitos de programas e projetos do Governo federal, para o setor de mineração e de transformação mineral, e articulá-los com as demais políticas, planos e programas governamentais;

VI - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de mineração e de transformação mineral;

VII - avaliar e monitorar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do setor e da indústria mineral brasileira;

VIII - desenvolver cenários, estudos prospectivos e análises econômicas do setor mineral, para a formulação de políticas e a implementação de ações de desenvolvimento setoriais; e

IX - estabelecer indicadores para o monitoramento dos resultados da produção mineral e dos serviços decorrentes da mineração.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Política e Programas para Mineração compete:

I - coordenar o planejamento e a formulação das políticas setoriais;

II - realizar estudos prospectivos e analíticos do setor, propondo ações de fomento decorrentes dos mesmos;

III - promover e articular parcerias entre entidades públicas e privadas, para o desenvolvimento do setor mineral;

IV - induzir ações conjuntas de fomento ao setor, envolvendo Estados e Municípios;

V - exercer a coordenação e apoio aos projetos finalísticos da Secretaria: e

VI - estimular e fomentar ações na área de capacitação do setor mineral.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle da Gestão de Programa compete:

I - acompanhar a execução de projetos e atividades em desenvolvimento na Secretaria, bem como nas entidades vinculadas, avalizando resultados de forma a propor, em casos necessários, correções de rumos;

II - analisar no aspecto formal os projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria, bem como os oriundos de ações em parceria com órgãos públicos e privados;

III - compatibilizar propostas e ações desenvolvidas internamente à Secretaria, bem como em parceria com outras entidades; e.

IV - elaborar dados para subsidiar a interlocução da Secretaria com o órgão central do Sistema Federal de Planejamento.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Economia Mineral compete:

I - desenvolver estudos prospectivos sobre economia mineral e acompanhar a evolução de variáveis econômicas do setor mineral;

II - implementar e manter bancos de dados econômicos e financeiros setoriais;

III - acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão para o setor mineral que venham a ser desenvolvidos pelo Poder Público;

IV - elaborar estudos para subsidiar ações da Secretaria no que se refere à gestão de políticas setoriais, de regulação, de mercados, de concorrência e defesa da ordem econômica relativas ao setor mineral; e

V - estimular a capacitação na área de economia mineral.

Seção II

Departamento de Geologia e Produção Mineral

Art. 9º Ao Departamento de Geologia e Produção Mineral compete:

I - formular diretrizes e prioridades para os levantamentos geológicos básicos e específicos, aos estudos geocientíficos, apoiando, promovendo e monitorando seus resultados;

II - articular os sistemas de informações geológicas e de recursos minerais;

III - promover o planejamento estratégico da prospecção dos recursos minerais;

IV - propor diretrizes e requisitos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o potencial mineral do País;

V - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de geologia e de exploração mineral;

VI - promover o desenvolvimento e a melhoria dos produtos e serviços de inventários, levantamentos geológicos e de recursos minerais;

VII - coordenar os procedimentos de aprovação dos atos de outorga, incluídas autorizações e concessões minerais, registros de licenciamento, permissões de lavra garimpeira e registros de extração;

VIII - coordenar e acompanhar as ações de execução de programas, atividades e projetos para a implementação de diretrizes para a gestão eficaz dos direitos minerários do País; e

IX - analisar e propor ações relativas ao controle e ao acompanhamento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Geologia e Recursos Minerais compete:

I - coordenar a coleta, o processamento e a análise de informações sobre a evolução e o conhecimento geológico e hidrogeológico nacional e internacional;

II - planejar, coordenar, propor e supervisionar a execução de programas, atividades e projetos visando à permanente atualização do conhecimento geológico, hidrogeológico e dos recursos minerais brasileiros;

III - propor estudos e pesquisas sobre bens minerais dos quais o País é dependente ou que possua reservas limitadas, incluindo levantamentos aerogeofísicos e geológicos básicos;

IV - acompanhar e avaliar em conjunto com órgãos federais e instituições competentes, a evolução da produção mineral brasileira e o atendimento à demanda doméstica, em especial dos bens minerais, principalmente dos quais o País é dependente ou que possua reservas limitadas;

V - propor, acompanhar e subsidiar programas, projetos e estudos de cadeias produtivas minerais, principalmente daqueles bens minerais dos quais o País é dependente, que possua reservas limitadas ou que sejam de interesse estratégico nacional, visando à implementação de diretrizes e para a melhor gestão do patrimônio mineral do País.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle de Concessões Minerais compete:

I - acompanhar, analisar, avaliar, emitir parecer, elaborar atos e despachos necessários à publicação de portarias de lavra, caducidade, nulidade, prorrogação, suspensão e renúncia de direitos de lavra, assim como as retificações de concessões de lavra publicada e os indeferimentos de requerimento de lavra;

II - analisar e preparar atos e despachos em recursos hierárquicos e outros processos de direitos minerários e administrativos relacionados que tramitam na Secretaria;

III - propor e subsidiar estudos e projetos, visando à formulação e à implementação de diretrizes e programas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos atos de outorga;

IV - analisar as informações sobre a evolução da pesquisa e da lavra dos recursos minerais e acompanhar os procedimentos de gestão e fiscalização pelo órgão competente, da atividade de mineração no País;

V - participar em grupos de trabalhos, comissões e outros comitês que tratam das questões vinculadas aos direitos minerários e ao aperfeiçoamento do sistema de outorga;

VI - propor formas de aprimoramento do trâmite dos processos minerários no âmbito da Secretaria;

VII - realizar o monitoramento e criar mecanismos de procedimentos para atos de outorga e lavra, caducidade, retificações e indeferimentos junto à Secretaria e a entidade vinculada competente.

Seção III

Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral

Art. 12. Ao Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral compete:

I - analisar e propor políticas, planos e programas para a modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral;

II - promover estudos para o desenvolvimento tecnológico, destinados à captação de novas tecnologias e à geração de novos produtos no setor mineral;

III - coordenar e promover programas de incentivo e ações para o desenvolvimento tecnológico aplicado à mineração e à transformação mineral; e

IV - promover e acompanhar programas e ações de inserção tecnológica na indústria minero-metalúrgica.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral compete:

I - supervisionar, avaliar, acompanhar e sugerir modelos e propostas para desenvolvimento da indústria de transformação mineral dos segmentos metálicos e não-metálicos;

II - planejar, propor e supervisionar estudos, programas e projetos visando promover a agregação de valor à produção brasileira de minerais;

III - monitorar, avaliar e controlar o modelo industrial de transformação mineral; e

IV - promover programas, ações e projetos visando o adensamento de cadeias produtivas integradas do setor mineral.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico compete:

I - propor e coordenar medidas para gerenciar o processo de inovação dos setores de tecnologia mineral e de transformação mineral, abrangendo prospecção e captação de novas tecnologias, prospecção de novos produtos, ciclos de vidas de tecnologias emergentes e metas e indicadores de gestão dessas tecnologias;

II - promover a modernização tecnológica do setor e melhoria das relações de mercado e de trabalho, por meio da proposição de instrumentos, diretrizes estratégicas e requisitos que possibilitem a capacitação do setor;

III - coordenar a execução de programas de fomento visando ao desenvolvimento tecnológico para o aproveitamento e transformação sustentável de recursos minerais; e

IV - promover programas de capacitação e qualificação de profissionais atuantes no setor mineral.

Seção IV

Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração

Art. 15. Ao Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração compete:

I - formular e articular propostas de políticas, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da mineração, avaliar e monitorar seus resultados e execução, e propor revisões e atualizações pertinentes;

II - orientar e propor diretrizes e procedimentos para a internalização das variáveis ambientais nas atividades de mineração;

III - elaborar e internalizar programas para o desenvolvimento socioambiental da mineração;

IV - gerar estudos e levantamentos para a implementação de ações socioambientais para o desenvolvimento sustentável da mineração;

V - propor o ordenamento das atividades de mineração, nas unidades de conservação e de conflito; e

VI - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, no setor de mineração e de transformação mineral, em todo o ciclo de utilização das substâncias minerais.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento Socioambiental na Mineração compete:

I - participar nos grupos de trabalho, câmaras técnicas e plenários dos diversos órgãos e conselhos ambientais;

II - propor e elaborar estudos e projetos de conceituação de temas ambientais pertinentes à mineração, incorporando a estes os impactos sociais e econômicos das restrições ambientais à mineração;

III - propor estudos e projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da mineração, principalmente da mineração em pequena escala; e

IV - propor estudos e projetos de capacitação para o fortalecimento institucional do Poder Público no âmbito de municípios mineradores.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito compete:

I - acompanhar, como observador, articulador e mediador, os principais conflitos minerais instalados em espaços urbanos, em áreas de conservação, em terras indígenas e em garimpos;

II - propor e elaborar projetos de sustentabilidade social, econômica e ambiental da mineração; e

III - propor e elaborar projetos de implementação de normas e regulamentos, visando à saúde e à segurança dos trabalhadores da mineração.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 18. Ao Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas e diretrizes relacionadas com geologia, mineração e transformação mineral, bem como no exercício da supervisão ministerial das entidades vinculadas que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades organizacionais da Secretaria;

III - aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da SGM, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV - assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria;

V - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VI - homologar, consoante normas específicas:

a) parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da SGM; e

b) licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da SGM, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

VIII - praticar os atos de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Secretaria;

IX - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

X - coordenar as ações da SGM, quando de atuação nos organismos e fóruns internacionais; e

XI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, observadas as disposições regulamentares.

Art. 19. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário na formulação e supervisão dos assuntos incluídos na área de competência da Secretaria;

II - substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos;

III - planejar, coordenar e supervisionar o apoio logístico e administrativo da Secretaria; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas ou delegadas pelo Secretário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 20. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a execução de projetos e atividades do Departamento;

II - assistir o Secretário em assuntos de competência;

III - submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias que lhe forem diretamente subordinadas;

V - propor convênios, acordos, protocolos, ajustes e contratos pertinentes à área de atuação do Departamento;

VI - apresentar, ao Secretário, relatórios periódicos das atividades do Departamento; e

VII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento, observadas as disposições regulamentares.

Art. 21. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Art. 22. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades das respectivas Coordenações-Gerais;

II - assistir ao superior hierárquico em assuntos de competência;

III - submeter, ao superior hierárquico, normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

IV - elaborar relatórios das atividades realizadas;

V - pronunciar-se sobre assuntos que lhes sejam pertinentes; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências das respectivas unidades organizacionais, observadas as disposições regulamentares.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, considerando o disposto nas Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 4º e 8º, da Portaria MME nº 565, de 30 de setembro de 2011, e o que consta do Processo nº 48000.000060/2014-62, resolve:

Art. 1º Fixar as seguintes Metas Globais de Desempenho Institucional do Ministério de Minas e Energia, para o período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014:

I - assegurar o planejamento, a coordenação e a execução de projetos para o setor minero-energético;

II - fortalecer o gerenciamento administrativo, econômico e financeiro e o relacionamento institucional; e

III - manter o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas - SIGE.

Art. 2º As Metas Intermediárias, conforme disposto no Anexo à esta Portaria, referentes às Unidades de Avaliação, estabelecidas em conformidade com as normas que regulamentam a Avaliação de Desempenho Institucional, foram definidas pelas Unidades Organizacionais com suporte da Assessoria Especial de Gestão Estratégica.

Art. 3º A Avaliação Institucional, a ser calculada a partir da consecução das Metas Intermediárias, é aferida pela média aritmética dos pontos relativos ao alcance das respectivas Metas Intermediárias, em pontuação de zero a cem, até o limite de cem pontos percentuais.

§ 1º A mensuração das Metas Intermediárias é representada pela fórmula: % Cumprimento Metas Intermediárias = (Meta Intermediária Realizada/Meta Intermediária Prevista) x 100.

§ 2º O total de pontos a ser obtido na Avaliação Institucional será dado pela média aritmética dos resultados das Metas Intermediárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

ANEXO

FIXAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

| Metas de Desempenho Institucional | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG1 | Assegurar o Planejamento, a Coordenação e a Execução de Projetos para o Setor Minero-Energético. | | | | | | | |
| MG2 | Fortalecer o Gerenciamento Administrativo, Econômico e Financeiro e o Relacionamento Institucional. | | | | | | | |
| MG3 | Manter o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas - SIGE. | | | | | | | |
| | Unidade de Avaliação/Metas Intermediárias | Meta Global Vinculada | Indicador | Fórmula | Meta Prevista | Consonância com PPA, LDO ou LOA? | | Se Positivo, Indique o Número da Ação |
| | | | | | | S | N | |
| MI1 | Elaborar o Relatório de Gestão da SPG (SPG). | MG1 | Relatório Elaborado. | (Demanda Atendida) / (Demanda Requerida). | 1 | | X | |
| MI2 | Alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas (SPG). | MG3 | Sistema Atualizado. | (Nº de Ações Atualizadas) / (Nº de Ações da SPG Cadastradas). | 1 | | X | |
| MI3 | Realizar Leilões de Biodiesel (SPG). | MG1 | Processos Instruídos. | (Nº de Leilões Instruídos) / (Nº de Leilões Planejados). | 1 | X | | 0553 |
| MI4 | Emitir Boletins de Monitoramento Setorial (SPG). | MG1 | Boletim Emitido. | (Nº de Boletins Publicados) / (40). | 1 | | X | |
| MI5 | Publicar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural - PEMAT (SPG). | MG1 | Plano Publicado | (Nº de Plano Publicado) / (Nº de Publicação Planejada). | 1 | X | | 0529 |
| MI6 | Outorgar Concessões e Autorizações de Geração (SPE). | MG1 | Processos Instruídos. | Média da Relação (tempo de referencia de 60 dias / tempo gasto para instrução do Processo). | 1 | | X | |
| MI7 | Prorrogar Concessões (SPE). | MG1 | Processos Instruídos. | Média da Relação (tempo de referencia de 120 dias / tempo gasto para instrução do Processo). | 1 | | X | |
| MI8 | Verificar as Informações do REIDI de Empreendimentos de Geração (SPE). | MG1 | Processos Instruídos. | Média da Relação (tempo de referencia de 60 dias / tempo gasto para instrução do Processo).2516715522516705282516695O4 | 1 | | X | |
| MI9 | Verificar as Informações do REIDI de Empreendimentos de Transmissão (SPE). | MG1 | Processos Instruídos. | Média da Relação (tempo de referencia de 45 dias / tempo gasto para instrução do Processo).25167462425167360025167257 6 | 1 | | X | |
| MI10 | Verificar as Informações do REIDI de Empreendimentos de Distribuição (SPE). | MG1 | Processos Instruídos. | 2516776962516766722516756 48Média da Relação (tempo de referencia de 45 dias / tempo gasto para instrução do Processo). | 1 | | X | |
| MI11 | Alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas (SPE). | MG3 | Sistema Atualizado. | (Nº de Ações Atualizadas) / (Nº Ações da SPE Cadastradas) x 100. | 1 | | X | |
| MI12 | Elaborar a Consolidação das Obras de Transmissão (SPE). | MG1 | Relatórios Emitidos | (Nº de Relatórios Emitidos) / (4) | 1 | | X | |
| MI13 | Emitir Relatório Técnico para a Elaboração de Leilões de Transmissão (SPE). | MG1 | Relatórios Técnicos Emitidos | (Nº de Relatórios Técnicos Emitidos) / (Nº de Relatórios Técnicos Solicitados). | 0,8 | | X | |
| MI14 | Avaliar o Acesso de Consumidores Livres à Rede Básica (SPE). | MG1 | Relatórios Analisados | (Nº de Relatórios Analisados) / (Nº de Relatórios Recebidos). | 0,8 | | X | |
| MI15 | Definir os Montantes de Garantia Físicas dos Empreendimentos de Geração (SPE). | MG1 | Processos Instruídos | (Nº de Processos Instruídos) / (Nº de Processos Recebidos). | 0,8 | | X | |
| MI16 | Elaborar Estudos de Planejamento da Expansão (SPE). | MG1 | Estudos de Planejamento da Expansão Realizados. | (Nº de Estudos realizados) / (Nº de Estudos Solicitados). | 0,9 | X | | 6907 |
| MI17 | Atender Solicitações Internas do MME (SPE). | MG1 | Demandas Atendidas | (Nº de Demandas Atendidas) / (Nº de Ações Demandadas). | 0,9 | | X | |
| MI18 | Publicar Boletins Mensais de Energia (SPE). | MG1 | Nº de Boletins Publicados | (Nº de Boletins Publicados) / (12) x 100. | 1 | | X | |
| MI19 | Publicar resenha Energética Anual (SPE). | MG1 | Nº de Resenhas Publicadas | (Nº de Resenhas Publicadas) / (1) x 100. | 1 | | X | |
| MI20 | Publicar Estudos de Cenários Prospectivos de Longo Prazo (SPE). | MG1 | Nº de Estudos Publicados | (Nº de Estudos Publicados) / (1) x 100. | 1 | X | | 4897 |
| MI21 | Atender Demandas da Ouvidoria do MME Encaminhadas ao DDE (SPE). | MG2 | Demandas Atendidas | (Nº de Demandas Atendidas) / (Nº de Demandas Recebidas). | 0,80 | | X | |
| MI22 | Realizar Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração (SEE/DMSE). | MG1 | Reuniões de Geração Realizadas. | (Nº de Reuniões Realizadas) / (Nº de Reuniões Planejadas no Período) x 100. | 12 | X | | 20L7 |
| MI23 | Realizar Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão (SEE/DMSE). | MG1 | Reuniões de Transmissão Realizadas. | (Nº de Reuniões Realizadas) / (Nº de Reuniões Planejadas no Período) x 100. | 11 | X | | 20L7 |
| MI24 | Realizar Reuniões Gerenciais Relativas a Tarifas (SEE/DGSE). | MG1 | Reuniões Sobre Tarifas Realizadas. | (Nº de Reuniões Realizadas) / (Nº de Reuniões Planejadas no Período) x 100. | 12 | X | | 20L8 |
| MI25 | Monitorar o Plano de Universalização do Acesso à Energia - LpT (DPUE). | MG1 | Ligações Efetuadas. | (Nº de Ligações Realizadas) / (Nº de Ligações Planejadas no Período) x 100. | 214.228 | | X | |
| MI26 | Alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas. | MG3 | Sistema Atualizado. | (Nº de Atualizações Realizadas) / (Nº Atualizações Planejadas no Período) x 100. | 12 | | X | |
| MI27 | Emitir Boletim Mensal de Monitoramento. | MG1 | Boletins Emitidos. | (Nº de Boletins Emitidos) / (Nº de Boletins Previstos no Período) x 100. | 12 | | X | |
| MI28 | Análise da SGM para Concessão de Lavra (SGM). | MG1 | Processos Analisados. | (Nº de Processos Analisados) / (Nº de Processos que Deram Entrada na SGM) x 100. | 75% | | X | |
| MI29 | Acompanhar Convênios (SGM). | MG1 | Processos Acompanhados. | (Nº de Processos Acompanhados) / (Nº de Convênios Ativos) x 100. | 100% | | X | |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MI30 | Elaborar e Divulgar Periodicamente Produtos Contendo Dados e Estatística da Mineração e Transformação Mineral, Especificamente a Sinopse da Mineração e Transformação Mineral, o Anuário Metalúrgico e Anuário da Transformação de Não Metálicos (SGM). | MG1 | Produtos Elaborados e Divulgados | (Nº de Produtos Elaborados) / (Nº de Produtos Divulgados) x 100. | 100% | | X | |
| MI31 | Coordenar a Elaboração da Prestação de Contas da Presidente da República -BGU (SE/AEGE). | MG2 | Documentos Elaborados. | (Nº de Documento Consolidado) / (Nº de Documentos Demandados) x 100. | | | X | |
| MI32 | Elaborar e Consolidar o Relatório de Gestão (SE/AEGE). | MG2 | Relatório Elaborado e Enviado. | (Nº de Documento Elaborado) / (Nº de Documentos Demandados) x 100. | 1 | | X | |
| MI33 | Consolidar a Mensagem Presidencial de Abertura da Sessão Legislativa no Ambito do MME (SE/AEGE). | MG 2 | Relatório Consolidado e Enviado. | (Nº de Documento Encaminhado) / (Nº de Documentos Demandados) x 100. | 1 | | X | |
| MI34 | Coordenar o Processo de Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual - PPA (SE/AEGE). | MG2 | Relatório Elaborado. | (Nº de Documento Elaborado) / (Nº de Relatório Demandado) x 100. | 1 | | X | |
| MI35 | Elaborar Notas Técnicas (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Notas Elaboradas. | Nº de Notas Elaboradas. | [3] 4 | | X | |
| MI36 | Elaborar Apresentações (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Apresentações Elaboradas. | Nº de Apresentações Elaboradas. | [3] 4 | | X | |
| MI37 | Articular com Agências Reguladoras (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Documentos Elaborados. | Nº de Documentos Elaborados. | [3] 3 | | X | |
| MI38 | Acompanhar a Conformidade, Eficácia e a Efetividade das Normas Setoriais Vigentes e Propor, Quando Necessário, seu Aperfeiçoamento (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Documentos Elaborados. | Nº de Documentos Elaborados. | [3] 3 | | X | |
| MI39 | Assessorar o Secretário-Executivo na Concepção de Leilões de Energia (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Leilões de Energia. | Nº de Leilões de Energia. | [3] 3 | | X | |
| MI40 | Assessorar o Secretário-Executivo na Concepção de Leilões de Transmissão (SE/AEREG). | MG2 | Nº de Leilões de Transmissão. | Nº de Leilões de Transmissão. | [3] 3 | | X | |
| MI41 | Número de Empreendimentos em Licenciamento Ambiental que são Monitorados (SE/AESA). | MG2 | Empreendimentos Monitorados. | (Nº Empreendimentos Monitorados / Nº de Empreendimentos Prioritários). | 100% | | X | |
| MI42 | Sugerir e Analisar Proposições Normativas e Emitir Manifestações Técnicas e Informativas Demandadas pelos Orgãos da Administração Pública e do MME e Suas Vinculadas Relativas à Questão Socioambiental (SE/AESA). | MG2 | Manifestações | (Nº de Manifestações Realizadas/Nº de Manifestações Demandadas). | 100% | | X | |
| MI43 | Participar de Reuniões (SE/AEPROE). | MG1 | Comparecimento às Reuniões Demandadas. | (Nº de Reuniões com Presença da AEPROE) / (Nº de Convites de Reuniões para AEPROE) x 100. | [3] 80% | | X | |
| MI44 | Alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas (WebPac) (SE/AEPROE). | MG3 | Sistema Atualizado. | (Nº de Ações Atualizadas) / (Nº de Ações da AEPROE Cadastradas) x 100 | 100% | | X | |
| MI45 | Elaborar Relatório Executivo (SE/AEPROE). | MG1 | Elaboração de três Relatórios | (Nº de Relatórios Elaborados) / (Nº de Relatórios Previstos) x 100. | 100% | | X | |
| MI46 | Atender Demandas Relacionadas ao PAC, Incluindo Apresentações para Reuniões (SE/AEPROE). | MG1 | Demandas Atendidas. | (Nº de Demandas Atendidas) / (Nº de Demandas Recebidas) x 100. | 100% | | X | |
| MI47 | Monitorar o Cronograma de Elaboração dos Estudos de Geração Planejados (SE/AEPROE). | MG1 | Nº de Ações Planejadas. | (Nº de Ações Monitoradas) / (Total de Ações Cadastradas) x 100. | 100% | | X | |
| MI48 | Otimizar a Gestão de Recursos do MME (SE/SPOA). | MG2 | Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação. | (Tempo de Disponibilidade dos Servidores) / (Total de Servidores em Operação) x 100. | 97% | | X | 2000 |
| | | | Indice de Valores Orçados x Valores Contratados nas Licitações. | (Valor Estimado Menos o Valor Contratado) / (Total de Valores Estimados) x 100. | 20% | X | | 2000 |
| | | | Percentual de Servidores em exercício no MME capacitados. | (Quantidade Total de Servidores em Exercício no MME Capacitados) / (Quantidade Total de Servidores em Exercício no MME) x 100. | 35% | X | | 4572 |
| | | | Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (SA) de Serviços de Manutenção - TESA. | (Diferença entre a Hora de Conclusão da SA e da Hora de Recebimento da AS) / (O Total de AS). | 4h | X | | 2000 |
| MI49 | Executar Atividades do Projeto META (SEDP). | MG1 | Atividade Iniciada no Período. | Nº de Atividades Iniciadas no Período. | 12 | X | | 13E4 |
| MI50 | Comprometer Recursos do Empréstimo (SEDP). | MG1 | Percentual de Comprometimento de Recurso no Período. | (Total de Recurso Comprometido no Período) / (Total de Recurso do Financiamento). | 43% | X | | 13E4 |
| MI51 | Atender à Totalidade das Demandas Relativas à Produção e à Gestão Documental do Gabinete do Ministro, com Qualidade e Tempestividade (GM). | MG2 | Desempenho na Produção e Gestão Documental, no GM/MME. | Nº de Textos Produzidos e Aprovados no Período. | 2.700 | | X | |
| | | | | Nº de Expedientes/Processos Tratados no Período. | 16.500 | | X | |
| MI52 | Assegurar Acompanhamento Integral dos Temas de Interesse do MME, no Ambito do Congresso Nacional, bem como a Efetividade das Ações de Interface das Áreas do MME e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (GM). | MG2 | Desempenho na Interação e Acompanhamento quanto às Questões Afetas ao MME em Tramitação no Congresso Nacional. | Nº de Audiências, Seminários e Demais Eventos Realizados na Câmara e no Senado com Participação do MME. | 400 | | X | |
| | | | | Nº de Acompanhamentos Realizados Relativos a Propostas Legislativas afetas ao MME. | 1.100 | | X | |
| MI53 | Assegurar Atendimento Efetivo às Demandas Oriundas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (GM). | MG2 | Desempenho no Atendimento às Demandas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. | Nº de Demandas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores Atendidas pelo MME. | 200 | | X | |
| MI54 | Assegurar Atendimento Efetivo às Demandas Oriundas dos Diversos Entes Federativos - Governos Estaduais e Municipais (GM). | MG2 | Desempenho no Atendimento às Demandas Provenientes dos Entes Federativos. | Nº de Atendimentos Realizados de Entes Federativos. | 150 | | X | |
| MI55 | Assegurar Respostas a Todas as Demandas, Dirigidas ao MME, de Cidadãs e Cidadãos de Todo o País (GM). | MG2 | Desempenho das Atividades de Ouvidoria-Geral em Relação às Demandas Recebidas. | Nº de Respostas Oferecidas aos Demandantes e o Tratamento de Demandas do Sistema de Ouvidoria. | 3.500 | | X | |
| | | | | Nº de Respostas Oferecidas aos Demandantes e o Tratamento das Demandas do Sistema SIC. | 2.400 | | X | |
| MI56 | Assegurar o Integral Exercício das Atividades de Comunicação de "Governo", no Ambito do MME, e a Integral Cobertura da Presença do MME nos Diversos Meios de Comunicação (GM). | MG2 | Desempenho das Atividades de Coleta, Seleção, Disseminação de Matérias Veiculadas sobre o MME, bem como de Produção e Divulgação de Informações sobre o MME ao Público Interno e Externo. | Nº de Matérias Coletadas, Produzidas, Tratadas e Divulgadas Internamente/Externamente sobre o MME. | 200 | | X | |
| | | | Atendimento à Imprensa Nacional, Regional e Estrangeira por Telefone e/ou E-mail. Acompanhamento de Viagens e Entrevistas dos Secretários do MME e Ministro. | Nº de Atendimentos Realizados à Imprensa Nacional, Regional e Estrangeira Recebidos. | 1.400 | | X | |
| | | | Produção de Clipping Eletrônico Diário. Manutenção do Site de Notícias do MME, Secretarias e Intranet. | Nº de Clippings Produzidos pela ASCOM Divulgados Internamente. | 1.200 | | X | |
| MI57 | Assegurar Integral Assessoramento aos Dirigentes do MME em Questões Relativas a Órgãos de Controle Interno e Externo, Bem Como o Atendimento às Demandas Desses Órgãos (GM). | MG2 | Desempenho no Assessoramento e Atendimento às Demandas e Questões de Órgãos de Controle. | Nº Assessoramentos, Atendimentos e Acompanhamentos Realizados nas Áreas do MME e dos Orgãos de Controle Sobre Questões Afetas Neste Segmento. | 420 | | X | |
| MI58 | Reduzir o Prazo de Manifestação nos Processos sob sua Responsabilidade (GM/CONJUR). | MG2 | Processos Analisados. | (Média Nº Dias de Processos em Análises no Exercício Anterior ao Ciclo) / (Média Nº Dias do Processo em Análise no Ciclo de Avaliação) x 100. | 15 dias | | X | |
| MI59 | Elaborar Notas Técnicas e Informativas (GM/ASSEC). | MG2 | Nº de Notas Elaboradas. | Nº de Notas Elaboradas. | [3] 50 | | X | |
| MI60 | Elaborar Apresentações (GM/ASSEC). | MG2 | Nº de Apresentações Elaboradas. | Nº de Apresentações Elaboradas. | [3] 15 | | X | |
| MI61 | Subsidiar a Assessoria Parlamentar no Acompanhamento de Temas de Interesse do MME no Ambito do Congresso Nacional (GM/ASSEC). | MG2 | Nº de Documentos Elaborados para Subsidiar a ASPAR. | Nº de Documentos Elaborados para Subsidiar a ASPAR. | [3] 20 | | X | |
| MI62 | Participar de Reuniões (GM/ASSEC). | MG2 | Comparecimento às Reuniões Demandadas. | (Nº de Reuniões com Presença da ASSEC) / (Nº de Convites de Reuniões para ASSEC). | [3] 80% | | X | |
| MI63 | Subsidiar a Assessoria de Comunicação no Exercício da Atividade de Comunicação de Governo no Ambito do MME (GM/ASSEC). | MG2 | Nº de Documentos Elaborados para Subsidiar a ASCOM. | Nº de Documentos Elaborados para Subsidiar a ASCOM. | [3] 10 | | X | |
| MI64 | Elaborar Minutas de Leis/Decretos e Portarias (GM/ASSEC). | MG2 | Nº de Documentos Elaborados. | Nº de Documentos Elaborados. | [3] 10 | | X | |
| MI65 | Articular com Agentes Nacionais e Internacionais para Ampliar a Interação e Integração do Brasil, com Outros Países, nos Setores de Energia e Mineração (GM/ASSINT). | MG2 | Indicador que Mede Desempenho nas Relações Internacionais Afetas ao MME. | (Nº de Reuniões de Coordenação Realizadas) / (Nº de Agentes Nacionais e Internacionais que Solicitaram Interação com o MME, em Assuntos Afetos à Relações Internacionais) x 100. | 100% | | X | |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | (Nª de Informações Técnicas Produzidas) / (Nª de Agentes Nacionais e Internacionais que Solicitaram Interação com MME, em Assuntos Afetos à Relações Internacionais) x 100. | | | | |
| MI66 | Assessorar o Ministro de Estado e os Dirigentes dos Órgãos e Entidades do Ministério na Coordenação e Supervisão dos Assuntos Internacionais (GM/ASSINT). | MG2 | Nª de Demandas Atendidas. | (Nª de Demandas Atendida) / (Nª de Demandas Formuladas pelo Gabinete do Ministro, por Dirigentes de Órgãos e Entidades do MME) x 100. | 100% | | X | |
| | | | Indicador que Mede Efetividade do Assessoramento. | | | | | |
| MI67 | Atender as orientações e determinações da Presidência da República e do Senhor Ministro de Minas e Energia (GM/AEPED). | MG2 | Demandas Atendidas. | (Nª de Demandas Atendidas) / (Total de Demandas Formuladas) x 100. | 100% | | X | |
| MI68 | Elaborar Material de Apoio (Informes Técnicos, Notas Técnicas, Apresentações, Relatórios Específicos, Releases) para Atender ao Senhor Ministro (GM/AEPED). | MG2 | Documentos Elaborados. | (Nª de Documentos Elaborados) / (Nª de Documentos Demandados) x 100. | 100% | | X | |
| MI69 | Monitorar a Execução do Plano de Gestão em Conjunto com as Unidades Envolvidas (GM/AEPED). | MG2 | Relatório Geral Trimestral Elaborado. | (Nª de Relatórios Elaborados) / (4) x 100. | 100% | | X | |
| MI70 | Consolidar Dados e Informações Gerenciais Sobre o Segmento Minero-Energético (GM/AEPED). | MG2 | Relatório Executivo Trimestral Elaborado. | (Nª de Relatórios Elaborados) / (4) x 100. | 100% | | X | |
| MI71 | Acompanhar o Ministro em Audiências, Reuniões e Eventos (GM/AESAM). | MG2 | Audiências Realizadas. | (Nª de Audiências Externas Realizadas) / (Nª de Audiências Planejadas no Período). | 40 | | X | |
| | | | | (Nª de Audiências Internas Realizadas) / (Nª de Audiências Planejadas no Período). | 760 | | X | |
| | | | Eventos Realizados. | (Nª de Eventos com a Presidente Realizados) / (Nª de Eventos Planejados no Período). | 45 | | X | |
| | | | | (Nª de Eventos Nacionais Realizados) / (Nª de Eventos Planejados no Período). | 25 | | X | |
| | | | | (Nª de Eventos Internacionais Realizados) / (Nª de Eventos Planejados no Período). | 4 | | X | |
| | | | | (Nª de Eventos em Brasília Realizados) / (Nª de Eventos Planejados no Período). | 20 | | X | |
| | | | Reuniões Realizadas. | (Nª de Reuniões do CMSE Realizadas) / (Nª de Reuniões Planejadas no Período). | 14 | | X | |
| | | | | (Nª de Reuniões do CNPE Realizadas) / (Nª de Reuniões Planejadas no Período). | 2 | | X | |
| | | | | (Nª de Reuniões Casa Civil Realizadas) / (Nª de Reuniões Planejadas no Período). | 20 | | X | |
| MI72 | Elaborar Agenda do Ministro (AESAM). | MG2 | Agenda Elaborada | Agenda Elaborada. | 12 | | X | |
| MI73 | Alimentar Banco de Dados e Sistema de Informações - Memórias e Atas de Reunião, Convites, Audiências e Eventos (GM/AESAM). | MG2 | Sistema Atualizado | (Nª de Atualizações Realizadas) / (Nª Atualizações Planejadas no Período). | 900 | | X | |

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.686, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Homologa as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD referentes à Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende - CERES e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 010/2008, e com base nos autos do Processo n° 48500.005903/2012-14, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2013 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende - CERES, com vigência de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da base econômica da Ceres, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória n° 1.670, de 17 de dezembro de 2014, ficam reajustadas, em média, em -8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento negativos), sendo -7,58% (sete vírgula cinquenta e oito por cento negativos) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -1,16% (um vírgula dezesseis por cento negativos) referentes aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3° As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros pertinentes, com vigência no período de 22 de março de 2013 a 18 de julho de 2013.

Parágrafo único. A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 22 de março de 2013 a 18 de julho de 2013, em caráter provisório, das tarifas prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.488, de 15 de março de 2013, será considerada nos processos tarifários subsequentes, nos termos da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 4° As tarifas da base econômica, constantes do Anexo II, contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Ceres constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas de aplicação, constantes do Anexo II-A, contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros pertinentes, com vigência no período de 22 de março de 2013 a 18 de julho de 2013; e

II - as tarifas da base econômica, constantes do Anexo II-B, contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Ampla para a Ceres, constantes do Anexo III, que com vigência no período de 22 de março de 2013 a 21 de março de 2014.

Art. 7° A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Art. 8° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

### DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de fevereiro de 2014

Nº 445- O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003766/2012-83, resolve:

Prorrogar para o dia 31 de março de 2014 o prazo definido para que a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern atenda às Determinações D.1 e D.2 do Auto de Infração nº 001/2012-ARSEP, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP , nos termos do disposto no Despacho nº 3.897, de 19 de novembro de 2013.

ROMEU DONIZETE RUFINO

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 479 - Processo nº: 48500.004095/2013-59. Interessadas: Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e MT.NET Serviços de Internet Ltda. - ME. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, nº 006/2012, de 8 de dezembro de 2012, que entre si celebram Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e MT.NET Serviços de Internet Ltda. - ME. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

## SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 478 - Processo nº 48500.006423/2013-51. Interessados: Agentes do Setor Elétrico e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a modificação do Módulo de Regime de Cotas de Garantia Física e Energia Nuclear das regras de comercialização, aprovado pela Resolução Normativa 601, de 2014, nos termos da Nota Técnica nº 017/2014-SEM/ANEEL, de 2014, para as apurações relativas às cotas, a partir do mês de março de 2014; ii) determinar à CCEE a recontabilização dos valores a liquidar relativos ao referido módulo, desde as operações referentes ao mês de janeiro de 2013, considerando as modificações de que trata o item i); iii) determinar à CCEE a divulgação regular de relatório específico referente aos valores de impostos e contribuições presentes no cálculo da Receita Fixa Mensal dos Contratos de Cota de Garantia Física; e iv) determinar à CCEE que proceda às alterações das regras de que trata o inciso i), no prazo máximo de dez dias a contar da publicação deste Despacho. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 473 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Santa Bárbara Energia S.A. Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 28 de fevereiro de 2014. Usina: CGH Santa Bárbara. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 500 kW cada. Localização: Município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.

Nº 474 - Processo nº 48500.001692/2012-41. Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 1º de março de 2014. Usina: UTE Baixada Fluminense. Unidades Geradoras: UG1 e UG2 de 172.000 kW cada. Localização: Município de Seropédica, Estado de Rio de Janeiro.

Nº 475 - Processo nº 48500.001717/2011-25. Interessado: Atlântica V Parque Eólico S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 28 de fevereiro de 2014. Usina: EOL Atlântica V. Unidade Geradora: UG4 de 3.000 kW. Localização: Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 466 - Documentos nºs: 48513.004950/2014-00 e 48513.004951/2014-00. Interessada: Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GT). Decisão: anuir aos pedidos da Interessada para prestação de avais à emissão de Cartas de Fiança, em favor da Caiuá Transmissora de Energia S.A. (CAIUÁ) e da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (IMTE), na proporção de sua respectiva participação societária nestas, nos montantes de R$ 84.600.000,00 (oitenta e quatro milhões e seiscentos mil reais) e 142.150.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e cento e cinquenta mil reais), respectivamente, com prazo de vencimento em até 2 (dois) anos e com a finalidade de implantação dos empreendimentos de transmissão da CAIUÁ e IMTE.

Nº 467 - Processo nº 48500.006182/2013-41. Interessada: Energest S.A. Decisão: anuir aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, a serem firmados no Ambiente de Contratação Livre entre a Interessada (Agente Vendedor) e as empresas ECE Participações S.A., Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Elétrica Ltda.

Nº 468 - Processo nº 48500.005742/2010-05. Interessada: Copel Distribuição S.A. - Copel D. Decisão: Anuir à celebração do Segundo Termo Aditivo - TA ao Termo de Cessão de Uso Oneroso de Bem Público - TCUOBP nº 2013751391952-0-15, entre a Interessada (cedente) e a Prefeitura Municipal de Piraí do Sul - PR (cessionária), tendo por objeto bem imóvel de 129,51 m² de área de construída, em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

terreno com área total de 150,00 m², situado na Avenida Cinco de Março, n° 407, na cidade de Piraí do Sul - PR, para atender às necessidades da administração municipal, com ressalvas.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 477 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 532, de 14 de janeiro de 2013, o art. 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no Contrato de Concessão nº 63/2000 e o constante no Processo nº 48500.000931/2014-15, decide: (i) anuir à constituição de garantia pela Celg Distribuição S.A. - CELG D à Cédula de Crédito Bancário a ser emitida em favor do Banco Industrial e Comercial S.A., no montante de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ressalvando que (ii) a cessão fiduciária de recebíveis deverá observar o limite de 1,16% da receita operacional líquida da Concessionária e que (iii) não cabe aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 446 - Processos nº 48500.001661/2012-90. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.217, de 12 de abril de 2012 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Água Fria, situada no Córrego Água Fria, sub-bacia 21, no Estado de Goiás, concedido à empresa RC Administração e Participações S.A., devido o não atendimento ao disposto no § 3º, do art. 7º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 447 - Processos nº 48500.001554/2012-61. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.219, de 12 de abril de 2012 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Major Quadros, situada no rio Marombas, sub-bacia 71, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa QBEC Projetos e Consultoria Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 3º, do art. 7º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 470 - Processo: 48500.000352/2014-64. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Ranchinho I, com potência estimada de 15,8 MW, coordenadas geográficas 18°52'10" S e 51°29'57" W, localizada no rio Corrente, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 21/1/2014 pela empresa J. Malucelli Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.407.406/0001-44, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 2º da Resolução nº 343/2008; (ii) estabelecer que o projeto em tela deverá ser entregue ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2015, conforme art. 3º, § 4º, da Resolução nº 343/2008.

Nº 471 - Processo: 48500.000353/2014-17. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Foz do Corrente Baixo, com potência estimada de 19,1 MW, coordenadas geográficas 19°12'36" S e 50°56'00" W, localizada no rio Corrente, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 21/1/2014 pela empresa J. Malucelli Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.407.406/0001-44, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 2º da Resolução nº 343/2008; (ii) estabelecer que o projeto em tela deverá ser entregue ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2015, conforme art. 3º, § 4º, da Resolução nº 343/2008.

Nº 472 - Processo: 48500.000351/2014-10. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Água Limpa I, com potência estimada de 20,1 MW, coordenadas geográficas 18°57'06" S e 51°19'47" W, localizada no rio Corrente, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 21/1/2014 pela empresa J. Malucelli Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.407.406/0001-44, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 2º da Resolução nº 343/2008; (ii) estabelecer que o projeto em tela deverá ser entregue ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2015, conforme art. 3º, § 4º, da Resolução nº 343/2008.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

## SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 461 - Processo nº 48500.006647/2013-63. Interessados: LIGHT Sra. Simone Knopp de Faria. Decisão: negar provimento à reclamação da consumidora. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALEX SANDRO FEIL

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS COMERCIAIS

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 480 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT; e (ii) determinar que a CEMAT encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município. A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.003341/2003-85 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 481 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Companhia Energética de Roraima - CERR; e (ii) determinar que a CERR encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município. A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.002605/2004-09 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 482 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL; e (ii) determinar que a ENERSUL encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município. A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.003261/2003-48 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 483 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR; e (ii) determinar que a CEMAR encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município. A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.003256/2003-16 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 484 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS; e (ii) determinar que a CELTINS encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município. A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.003262/2003-19 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

MARCOS BRAGATTO

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 476 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando suas atribuições regimentais conferidas pela Portaria nº 1.814, de 24 de maio de 2011, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 798, de 20 de novembro de 2007, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.005532/2007-11, decide aprovar a aplicação do Custo Variável Unitário - CVU de R$ 695,81/MWh (seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos por megawatt-hora) para a Usina Termelétrica Araucária, da empresa U.E.G. Araucária Ltda., no período de 1º a 31 de março de 2014.

FERNANDO COLLI MUNHOZ

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 469 - Processo nº 48500.005223/2012-09. Interessados: Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Ibirapuitã S.A. e Operador Nacional do sistema Elétrico - ONS. Decisão: informar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST das Usinas Eólicas Cerro Chato VI e Ibirapuitã I com montantes de uso do sistema de transmissão contratados por meio dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanente nº 101/2013 e nº 102/2013; Ponto de conexão: Subestação Livramento 2 em 230 kV; TUST: R$ 3,347/kW.mês, a preços de junho de 2013, para cada usina. Prazo de Vigência: 1º de janeiro a 30 de junho de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 465 - Processo: 48500.002141/2013-85. Interessado: Baixada Santista S.A. - BSE. Decisão: Reconhecer e dar provimento ao recurso apresentado quanto ao lançamento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE realizado pelo Despacho nº 71, de 14 de janeiro de 2014, revogando as parcelas não vencidas e fixando a TFSEE para as competências de fevereiro a dezembro de 2014 para o agente. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

# AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

### DESPACHO DA DIRETORA-GERAL
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 202 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução de Diretoria nº 190, de 26 de fevereiro de 2014, e considerando:

- que o nível do rio Madeira atingiu 18,50 metros na terça-feira (25/02/14), ultrapassando a marca histórica registrada em 1997 de 17,52 metros, e mais de 2 metros acima do maior nível de alerta emitido pela Agência Nacional das Águas - ANA;

- que os distribuidores de combustíveis que possuem base de distribuição em Porto Velho, paralisaram suas atividades, pois as áreas de estacionamento, plataforma de carregamento, administração, e tancagem encontram-se alagadas;

- que os distribuidores de combustíveis estão adotando operações emergenciais de transbordo, de balsa direto para caminhão-tanque, e não dispõem de infraestrutura de medição e controle como nas bases de distribuição;

torna público o seguinte ato:

1. Fica autorizado, excepcionalmente, em virtude da situação emergencial causada pela cheia do Rio Madeira, com a anuência da Procuradoria Federal junto à ANP, a isenção da mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, nas localidades abastecidas a partir de Porto Velho, no período entre 25 de fevereiro a 05 de abril de 2014, ou tão logo a situação se normalize, o que ocorrer primeiro, a ser verificado pela SFI.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

## DIRETORIA I
## SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 200 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41/2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo ao AZIZ ALBERTO RASSI E CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 45.513.496/0001-35, conforme Processo Judicial nº 0023216-64.2013.4.02.5101, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial, na qual fora deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida pela empresa supradita.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

## DIRETORIA IV
## SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

### DESPACHO DA SUPERINTENDENTE ADJUNTA
Em 27 de fevereiro de 2014

Nº 201 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.016828/2011-99, Considerando:

- A utilização do gás natural na instalação consumidora Usina Termelétrica Araucária, nº 41.3511.1.006, referente ao registro da Petróleo Brasileiro S.A. como Autoprodutor de gás natural com o nº 01.33.19.33000167, conforme o Despacho nº 1.517, de 28 de dezembro de 2012;

- A utilização do gás natural na instalação consumidora Usina Termelétrica Araucária, nº 41.3511.1.006, referente ao registro da Petróleo Brasileiro S.A. como Autoimportador de gás natural com o nº 02.33.19.33000167, conforme o Despacho nº 1.517, de 28 de dezembro de 2012; e

- O não atendimento ao Art. 13, Inciso III e ao Art. 4, Inciso X, da Resolução ANP n.º 51, de 29 de setembro de 2011 e do item 5 do Despacho nº 1.517, de 28 de dezembro de 2012, resolve:

Excluir a Usina Termelétrica Araucária do rol de instalações consumidoras de gás natural associadas ao Registro de Autoprodutor e ao Registro de Autoimportador da Petróleo Brasileiro S.A., uma vez que a empresa não apresentou comprovação de que explora ou detém a referida instalação consumidora.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

### DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 27 de fevereiro de 2014

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos, das empresas abaixo relacionadas:

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº 203 | BF BIG FORTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 06.032.022/0001-10 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000173/2014 - 07 | 6100 FLEXMAX BF | SAE 5W40 | API SN/SM/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3, PORSCHE A40, RENAULT RN 710/700 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 16037 |
| Nº 204 | BF BIG FORTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 06.032.022/0001-10 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000171/2014 - 18 | 8100 ECO-CLEAN + C1 BF | SAE 5W30 | ACEA A5/B5-08, ACEA C1-10/C4-10, JASO DL-1, FORD WSS-M2C934B, FORD WSS-M2C913-C, RENAULT RN0720, ILSAC GF-4. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 16040 |
| | 48600.000169/2014 - 31 | MOTUL 8100 X-CESS OD | SAE 5W40 | API SN/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3/229.5, BMW LL-01, PORSCHE A40, OPEL-GM LL-B 025, RENAULT RN 0700/0710. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 8105 |
| | 48600.000164/2014 - 16 | 7100 4T BF | SAE 5W40 | API SN, JASO MA/MA2. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 4T DE MOTOS DE COMPETIÇÃO COM OU SEM EMBREAGEM ÚMIDA. | 16035 |
| | 48600.000170/2014 - 65 | MOTUL 5100 4T BF | SAE 10W30 | API SM, JASO MA/MA2. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 4T DE MOTOS COM OU SEM EMBREAGEM ÚMIDA. | 8208 |
| Nº 205 | CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 68.392.844/0001-69 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000094/2014 - 98 | ANDEROL 4000 SERIES | ISO 320 | AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA ENGRENAGENS E ROLAMENTOS | 16016 |
| | 48600.000094/2014 - 98 | ANDEROL 4000 SERIES | ISO 680 | AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA ENGRENAGENS E ROLAMENTOS | 16016 |
| | 48600.000094/2014 - 98 | ANDEROL 4000 SERIES | ISO 460 | AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA ENGRENAGENS E ROLAMENTOS | 16016 |
| | 48600.000094/2014 - 98 | ANDEROL 4000 SERIES | ISO 220 | AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA ENGRENAGENS E ROLAMENTOS | 16016 |
| Nº 206 | CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 31.274.384/0001-64 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000210/2014 - 79 | MOTUL 4000 MOTION CL | SAE 10W30 | API SL/CF, ACEA A1/B1-2010 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARROS DE PASSEIO | 16047 |
| | 48600.000163/2014 - 63 | MOTUL 5100 4T CL | SAE 10W30 | API SM, JASO MA/MA2. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 4T DE MOTOS COM OU SEM EMBREAGEM ÚMIDA. | 16034 |
| | 48600.000204/2014 - 11 | SPECIFIC 508 88 / 509 99 CL | SAE 5W40 | API SN, VW 508 88 / 509 99, ACEA A3/B4-10. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES FLEX DA MARCA VW. | 16041 |
| Nº 207 | CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 07.129.683/0001-20 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000259/2014 - 21 | VICAFIL SUPRALUB 35 | ISO 100 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA TREFILAÇÃO. | 16067 |
| | 48600.000260/2014 - 56 | CONDAFORGE 628 | | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA FORJARIA A BASE DE ÁGUA | 16065 |
| | 48600.000261/2014 - 09 | CONDAFORGE 353 | | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA FORJARIA A BASE DE ÁGUA | 16068 |
| Nº 208 | CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 07.129.683/0001-20 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000116/2014 - 10 | CONDAFORGE ACTIVOIL | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | PARA FORJARIA | 16043 |
| | 48600.000047/2014 - 44 | POLYBIO 600 | ISO 100 | N.A. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM | 16004 |
| Nº 209 | EXPERT COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES - CNPJ nº 01.636.140/0001-13 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000037/2014 - 17 | INTERFLON FIN LUBE TF AEROSOL | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CORRENTES DE ACIONAMENTO, GUIAS, CABOS DE AÇO, FRESAS, BUCHAS DE NYLON. | 15989 |
| Nº 210 | FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA - CNPJ nº 03.470.727/0001-20 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000197/2014 - 58 | MOTORCRAFT ÓLEO PARA MOTOR TURBO DIESEL CG-4 | SAE 15W40 | API CG-4 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES A DIESEL TURBINADOS OU DE ASPIRAÇÃO NATURAL | 12403 |
| Nº 211 | HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000128/2014 - 44 | HOCUT 4134 B | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS. | 16024 |
| | 48600.000133/2014 - 57 | CINDOL 4712 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA OPERAÇÃO EM MÁQUINAS DE LAMINAÇÃO DE ALUMÍNIO E LIGAS LEVES. | 16029 |
| | 48600.000125/2014 - 19 | TANDEMOL B91-09 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA OPERAÇÃO EM MÁQUINAS DE LAMINAÇÃO. | 16019 |
| | 48600.000131/2014 - 68 | ENSIS PL 1410 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA PRÉ ESTAMPAGEM DE CHAPAS, BOBINAS. | 16027 |
| | 48600.000129/2014 - 99 | GARIA SL 201 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS. | 16025 |
| | 48600.000132/2014 - 11 | CUT MAX 416 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TORNOS, FRESAS E RETÍFICAS. | 16028 |
| | 48600.000126/2014 - 55 | HOUGHTO SAFE 1120 E | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS HIDRÁULICAS E AFINS. | 16020 |
| | 48600.000134/2014 - 00 | CINDOL 4682 | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA PROCESSOS EM MÁQUINAS PARA LIGAS EM ALUMÍNIO E AFINS. | 16030 |
| | 48600.000130/2014 - 13 | FENELLA VD 201 N | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | PROCESSO PARA MÁQUINAS EM LIGAS DE ALUMÍNIO E AFINS. | 16026 |
| | 48600.000127/2014 - 08 | HOCUT 5000 FX | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS. | 16023 |
| Nº 212 | INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 05.777.410/0001-67 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000136/2014 - 91 | BERUFORGE 200 CU | ISO NA | . NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USINAGEM E CONFORMAÇÃO DE METAIS. | 16044 |
| Nº 213 | IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000011/2014 - 61 | IPITUR AW HLP | ISO 32 | DIN 51524 PARTE 2, PARKER DENISON HF-0, FIVES CINCINATTI P-68/P-69/P-70, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, SAE MS 1004, BOSCH REXROTH RD90220. | ÓLEO LUBRIFICANTE | SISTEMAS HIDRÁULICOS | 15988 |
| | 48600.000011/2014 - 61 | IPITUR AW HLP | ISO 68 | DIN 51524 PARTE 2, PARKER DENISON HF-0, FIVES CINCINATTI P-68/P-69/P-70, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, SAE MS 1004, BOSCH REXROTH RD90220. | ÓLEO LUBRIFICANTE | SISTEMAS HIDRÁULICOS | 15988 |
| | 48600.000011/2014 - 61 | IPITUR AW HLP | ISO 46 | DIN 51524 PARTE 2, PARKER DENISON HF-0, FIVES CINCINATTI P-68/P-69/P-70, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, SAE MS 1004, BOSCH REXROTH RD90220. | ÓLEO LUBRIFICANTE | SISTEMAS HIDRÁULICOS | 15988 |
| | 48600.000011/2014 - 61 | IPITUR AW HLP | ISO 100 | DIN 51524 PARTE 2, PARKER DENISON HF-0, FIVES CINCINATTI P-68/P-69/P-70, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, SAE MS 1004, BOSCH REXROTH RD90220. | ÓLEO LUBRIFICANTE | SISTEMAS HIDRÁULICOS | 15988 |
| Nº 214 | J.P.IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.600.384/0001-58 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000206/2014 - 19 | 4000 MOTION JP | SAE 15W40 | API SL/CF, ACEA A3/B3-10, MB 229.1. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 14987 |
| | 48600.000006/2014 - 58 | 4000 MOTION JP | SAE 15W50 | API SN/SM/SL/CF, ACEA A3/B3/B4-10, MB 229.1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 14987 |
| | 48600.000205/2014 - 66 | 8100 X-CESS JP | SAE 5W40 | API SN/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3/229.5, BMW LL-01, PORSCHE A40, OPEL-GM LL-B 025, RENAULT RN 0710/0700. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 14877 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº 215 | JX NIPPON OIL & ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 10.443.916/0001-70 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000194/2014 - 14 | DIAMOND HYPOID GEAR OIL (N) | SAE 75W-85 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | TRANSMISSÃO MANUAL | 16049 |
| Nº 216 | KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000148/2014 - 15 | SUMMIT SYNGEAR | SAE 75W90 | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | ENGRENAGENS | 16038 |
| | 48600.000043/2014 - 66 | OKS 245 | NLGI NA | . NA | GRAXA LUBRIFICANTE | PASTA DE COBRE PARA ELEMENTOS SUJEITOS A ALTAS TEMPERATURAS. | 4818 |
| | 48600.000042/2014 - 11 | OKS 472 | NLGI 1 | . NSF H1. | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA LUBRIFICANTE PARA ROLAMENTOS E MANCAIS SUBMETIDOS A BAIXAS TEMPERATURAS OU ALTAS VELOCIDADES. | 4817 |
| | 48600.000145/2014 - 81 | OKS 1110 | NLGI NA | H1 (124381) | GRAXA LUBRIFICANTE | VEDAÇÃO DE VÁLVULAS E REGISTROS | 4822 |
| | 48600.000147/2014 - 71 | KLUBERPLUS SK 02-295 | NLGI NA | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | CERA LUBRIFICANTE PARA CABOS DE AÇO, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E UNIÃO CUBO-EIXO | 4821 |
| | 48600.000146/2014 - 26 | OKS 473 | NLGI NA | H1 (14085) | GRAXA LUBRIFICANTE | ENGRENAGENS E MANCAIS | 4823 |
| Nº 217 | LAAPSA LUBRICANTES E INSUMOS LTDA. - CNPJ nº 06.299.104/0001-25 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000256/2014 - 98 | TARMELA 9600 | NLGI 00 | . N.A. | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA DE COMPLEXO DE CÁLCIO.. | 3403 |
| | 48600.000255/2014 - 43 | VULCANO 3025 | NLGI 00 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA PARA ENGRENAGENS ABERTAS. | 4828 |
| | 48600.000257/2014 - 32 | TARMELA 30 KV | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | GRAXA PARA CONDUTORES ELÉTRICOS | 4829 |
| Nº 218 | METALUBE BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 17.148.509/0001-89 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000074/2014 - 17 | METALUBE OCG 4500 | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | PROTETIVA PARA LINHAS DE ELETRICIDADE AÉREA | 4820 |
| Nº 219 | METALUBE BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 17.148.509/0001-89 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000075/2014 - 61 | MATALUBE OCG 750 | NLGI 2 | NA | GRAXA LUBRIFICANTE | LINHAS DE ELETRICIDADE AÉREAS | 4819 |
| | 48600.000076/2014 - 14 | METALUBE TUBOL 2710 DM | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | TREFILAÇÃO DE TUBOS DE METAIS NÃO FERROSOS | 16015 |
| | 48600.000077/2014 - 51 | METALUBE TUBOL 4730P HVI | ISO NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | TREFILAÇÃO DE TUBOS DE METAIS NÃO FERROSOS | 16014 |
| | 48600.000078/2014 - 03 | METALUBE TUBOL 405 C | SAE NA | NA | ÓLEO LUBRIFICANTE | TREFILAÇÃO DE TUBOS DE METAIS NÃO FERROSOS | 16013 |
| Nº 220 | MOLECULAR BRASIL LTDA. - CNPJ nº 03.122.996/0001-04 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000140/2014 - 59 | MOLBOMB 12 | ISO N.A. | N.A. | ÓLEO LUBRIFICANTE | INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO | 16031 |
| Nº 221 | PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 02.322.453/0001-60 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000166/2014 - 05 | 4000 MOTION PI | SAE 10W30 | API SL/CF, ACEA A1/B1-10. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 9785 |
| | 48600.000168/2014 - 96 | 6100 FLEXMAX PI | SAE 5W40 | API SN/SM/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3, PORSCHE A40, RENAULT RN 710/700. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 14781 |
| Nº 222 | PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 02.322.453/0001-60 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000185/2014 - 23 | 8100 ECO-CLEAN PI | SAE 5W30 | API SN, SM/CF, ACEA A5/B5-04, ACEA C2-10, PSA B71 2290, RENAULT RN0700 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 9803 |
| | 48600.000184/2014 - 89 | 4000 MOTION PI | SAE 15W40 | API SL/CF, ACEA A3/B3-10, MB 229.1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 9785 |
| | 48600.000183/2014 - 34 | 8100 X-CLEAN PI | SAE 5W30 | API SN, SM/CF, ACEA A3/B4-04, ACEA C3-10, BMW LL-04, MB 229.51 E 229.31, VW 502 00- 505 00, GM DEXOS 2. | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 9822 |
| | 48600.000182/2014 - 90 | 6100 SYNERGIE PI | SAE 15W50 | API SN/CF, ACEA A3/B3/B4-10, VW 505.00/501.01, MB 229.1 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 9821 |
| Nº 223 | PEAK AUTOMOTIVA LTDA. - CNPJ nº 06.097.469/0001-77 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000174/2014 - 43 | PEAK PERFORMANCE AW HYDRAULIC OILS | ISO 46 | HLP | ÓLEO LUBRIFICANTE | SISTEMAS HIDRÁULICOS | 16042 |
| Nº 224 | PEAK AUTOMOTIVA LTDA. - CNPJ nº 06.097.469/0001-77 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000141/2014 - 01 | PEAK PERFORMANCE ATF | SAE 20 | ATF GM DEXRON III - FORD MERCON | ÓLEO LUBRIFICANTE | TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, SUSPENSÃO DIANTEIRA DE MOTOS E SISTEMAS HIDRÁULICOS. | 16032 |
| Nº 225 | PEAK AUTOMOTIVA LTDA. - CNPJ nº 06.097.469/0001-77 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000143/2014 - 92 | PEAK PERFORMANCE 2 T CYCLE AIR COOLED | SAE 20 | API TC | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES 2 T REFRIGERADOS A AR. | 16033 |
| Nº 226 | RACING LUB DO BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 05.083.080/0001-00 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000186/2014 - 78 | 8100 X-CESS RL | SAE 5W40 | API SN/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3/229.5, BMW LL-01, PORSCHE A40, OPEL/GM LL-B 025, RENAULT RN 0710/0700 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DE CARRO DE PASSEIO | 7867 |
| Nº 227 | RACING LUB DO BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 05.083.080/0001-00 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000212/2014 - 68 | MOTUL SPECIFIC 508 88 / 509 99 RL | SAE 5W40 | VW 508 88/509 99, ACEA A3/B4-10, API SN | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES FLEX DA MARCA VW | 16046 |
| Nº 228 | RIVIX PREMIUM COMERCIAL DE PEÇAS LTDA. - CNPJ nº 08.092.106/0001-74 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000178/2014 - 21 | MOTUL 5100 4T RX | SAE 10W30 | API SM, JASO MA/MA2 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES 4T DE MOTOS | 16039 |
| Nº 229 | RIVIX PREMIUM COMERCIAL DE PEÇAS LTDA. - CNPJ nº 08.092.106/0001-74 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000177/2014 - 87 | MOTUL 5100 4T RX | SAE 10W40 | API SM, JASO MA/MA2 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES 4T DE MOTOS | 16039 |
| Nº 230 | SETTORI DO BRASIL INDUSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS EIRELE EPP. - CNPJ nº 21.035.571/0001-31 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000120/2014 - 88 | SETTORI CA | NLGI 2 | N.A | GRAXA LUBRIFICANTE | PARA PINOS E CHASSIS | 4395 |
| Nº 231 | SIGLA-OIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ nº 14.993.396/0001-20 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.004479/2013 - 43 | MOTORS PRIME SYNTEX | SAE 5W30 | API SN, ILSAC GF-5. | ÓLEO LUBRIFICANTE | USO AUTOMOTIVO | 16008 |
| Nº 232 | SILVA & BARBOSA COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 65.104.929/0001-06 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000167/2014 - 41 | 6100 FLEXMAX SB | SAE 5W40 | API SN/SM/CF, ACEA A3/B4-08, VW 502 00/505 00, MB 229.3, PORSCHE A40, RENAULT RN 710/700. | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE CARRO DE PASSEIO. | 14783 |
| Nº 233 | ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 05.131.638/0001-85 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000264/2014 - 34 | LUBRIOIL SUPER MAX | SAE 50 | API SF/CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA MOTORES A ALCOOL, GASOLINA, GNV E DIESEL. | 10542 |
| | 48600.000264/2014 - 34 | LUBRIOIL SUPER MAX | SAE 30 | API SF/CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA MOTORES A ALCOOL, GASOLINA, GNV E DIESEL. | 10542 |
| | 48600.000264/2014 - 34 | LUBRIOIL SUPER MAX | SAE 40 | API SF/CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICANTE PARA MOTORES A ALCOOL, GASOLINA, GNV E DIESEL. | 10542 |
| | 48600.000265/2014 - 89 | LUBRIOIL HD | SAE 50 | API CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL ASPIRADOS DE MÉDIA CAPACIDADE. | 7437 |
| | 48600.000265/2014 - 89 | LUBRIOIL HD | SAE 30 | API CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL ASPIRADOS DE MÉDIA CAPACIDADE. | 7437 |
| | 48600.000265/2014 - 89 | LUBRIOIL HD | SAE 40 | API CF | ÓLEO LUBRIFICANTE | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL ASPIRADOS DE MÉDIA CAPACIDADE. | 7437 |
| Nº 234 | UNOTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - CNPJ nº 02.055.072/0001-61 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000102/2014 - 04 | KILN TIRE COMPOUND | ISO N.A. | N.A. | ÓLEO LUBRIFICANTE | LUBRIFICAÇÃO DE ROLETES DE FORNOS ROTATÓRIOS | 16021 |
| Nº 235 | YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05 | | | | | | |
| | Processo | Marca Comercial | Grau de Viscosidade | Nível de Desempenho | Produto | Aplicação | Registro Produto |
| | 48600.000118/2014 - 17 | EXTRAVIDA XV 400 | SAE 15W40 | API CJ-4 / SL, ACEA E9-08, MACK EO-N PP-03, CUMMINS CES 20081, CATERPILLAR ECF-3, RENAULT RLD-3, DETROIT DIESEL 93K218, MB 228.31, VOLVO VDS-3 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DIESEL DE ASPIRAÇÃO NATURAL OU SOBREALIMENTADOS | 13712 |
| | 48600.000119/2014 - 53 | EXTRAVIDA XV 400 | SAE 15W40 | API CJ-4 / SL, ACEA E9-08, MACK EO-N PP-03, CUMMINS CES 20081, CATERPILLAR ECF-3, RENAULT RLD-3, DETROIT DIESEL 93K218, MB 228.31, VOLVO VDS-3 | ÓLEO LUBRIFICANTE | MOTORES DIESEL DE ASPIRAÇÃO NATURAL OU SOBREALIMENTADOS | 13712 |

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
NIRE 53300002819CNPJ 00.357.038/0001-16

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, às 10 horas, no escritório-sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 20, 23 e 24 de dezembro de 2013 no Diário Oficial da União, e nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2013 no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar a Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado ARIELTON DIAS DOS SANTOS, OAB/PA 14.578-B. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Diretor-Presidente da Eletronorte, JOSIAS MATOS DE ARAUJO, representado pela Advogada ROSA MARIA TELES, OAB/DF 8.340, que agradeceu a presença dos acionistas. Em seguida, verificando o "Livro de Presença", a Sra. Presidente constatou que estavam representados mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da Assembleia. Abrindo a sessão, para secretariar a reunião convidou a mim, ARIELTON DIAS DOS SANTOS, representante da acionista majoritária Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRAS) CNPJ 00357038/0001-16 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 30 de dezembro de 2013, às 10 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Incorporação da Sociedade de Propósito Específico - SPE denominada Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; - Aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação; - Ratificação da contratação da AUDICONSULT AUDITORES S/S; e - Aprovação do Laudo de Avaliação. Brasília, 19 de dezembro de 2013. JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES - Presidente do Conselho de Administração". Após a leitura, a Sra. Presidente registrou que, em 24.05.2013, por meio da DEL-0028/2013, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou e submeteu ao seu Conselho Fiscal a documentação relativa à incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE pela Eletronorte, a saber: - o Protocolo e Justificação de Incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., a ser firmado entre a Eletronorte e a RBTE; - a ratificação da contratação da empresa especializada Audiconsult Auditores S/S, contratada para elaborar o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da RBTE na data base de 31.12.2012 e o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da RBTE elaborado pela Audiconsult Auditores S/S. Destacou, ainda, a Sra. Presidente, que em 29.05.2013 o Conselho Fiscal da Eletronorte emitiu parecer, opinando que o processo relativo à incorporação da RBTE pela Eletronorte estava em condições de ser submetido à AGE da Eletronorte, o qual transcrevo a seguir: "PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Protocolo e Justificação de Incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da RBTE, elaborado pela Audiconsult Auditores S/S, e com base na legislação vigente e no Estatuto Social da Eletronorte, bem como considerando que a Eletronorte é a única proprietária da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE desde 5 de maio de 2011, conforme a Assembleia Geral Extraordinária da Rio Branco Transmissora de Energia S.A., realizada nessa data, opina que o processo relativo a Incorporação da RBTE pela Eletronorte está em condições de ser submetido aos Acionistas em Assembleia Geral Extraordinária. Brasília - DF, 29 de maio de 2013. (Ass.) ARLINDO SOARES CASTANHEIRA, JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA e RODRIGO SAMPAIO MARQUES." Assim, em 14.06.2013, por intermédio da Carta CE-PR-1.00.183.13, a Eletronorte encaminhou o processo à Eletrobras para apreciação e manifestação e, posteriormente, o seu envio ao Ministério de Minas e Energia - MME. Em 08.11.2013, o MME enviou à Eletrobras o Ofício n° 198/2013-AEGE/SE-MME encaminhando os Ofícios n°s 1519/DEST-MP e 2211/2013/PGFN-CAS, respectivamente, de 21.10.2013 e 06.11.2013, por meio dos quais o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN se manifestaram favoravelmente ao processo de incorporação da RBTE pela Eletronorte. Em 08.07.2013 a RBTE encaminhou ao BNDES a carta CE RBTE n°138/2013, solicitando a autorização prévia de incorporação da SPE pela Eletronorte, com base no disposto no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n° 11.2.1318.1, informando que as condições contratuais serão mantidas pela incorporadora, obtendo resposta positiva em 04.11.2013, por meio da Carta 374/2013 - BNDES AIE/DEENE, do BNDES. Na sequência, em 18.09.2013, a Eletronorte, por intermédio da CE PRI 056/2013, solicitou à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL anuência prévia à operação de incorporação da RBTE pela Eletronorte, obtendo resposta positiva daquela Agência em 03.12.2013, conforme Resolução Autorizativa n° 4.454, anuindo à incorporação e transferência de outorga da concessionária Rio Branco Transmissora de Energia S.A. para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Na sequência, a RBTE convocou Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sede da SPE no dia 30.12.2013, às 09:00h, que aprovou: - Incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; - Protocolo e Justificação de Incorporação; - Ratificação da Contratação da empresa Audiconsult Auditores S/S para elaborar o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da RBTE e; - Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da RBTE elaborado pela Audiconsult Auditores S/S. Pedindo a palavra, o advogado ARIELTON DIAS DOS SANTOS, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-943/2013, de 19.12.2013, pela aprovação do assunto em questão, sendo o mesmo aprovado, com a incorporação processando-se pelo valor do Patrimônio líquido contábil, apurado em balanço levantado em 31.12.2012, no montante de R$ 146.749.629,17 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezessete centavos), anotando que as variações patrimoniais da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE, verificadas entre a data do Balanço Patrimonial de 31.12.2012 e 31.12.2013, deverão ser registradas nos livros e documentos contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, cabendo a esta todos os direitos e obrigações pelos tributos e contribuições sociais pertinentes e suas respectivas obrigações acessórias. Destacou, ainda, que a Incorporadora é titular da totalidade das ações representativas do capital social da Incorporada, o capital social da Incorporadora não será aumentado, não havendo necessidade de qualquer emissão de ações e, em consequência, do estabelecimento de relação de substituição de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da Incorporada já estarão integralmente refletidos no patrimônio líquido da Incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoverá a baixa na sua conta de investimento. Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pela Sra. Presidente e pelos demais acionistas presentes, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. (Ass.) JOSIAS MATOS DE ARAUJO - p.p. ROSA MARIA TELES - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. ARIELTON DIAS DOS SANTOS, Secretário da Assembleia. Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 143 a 144 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20140000160, em 20.02.2014.

### PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA RIO BRANCO TRANSMISSSORA DE ENERGIA S/A PELA CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, por meio de seus órgãos de administração, têm entre si certo e ajustado celebrar o presente Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação ("Protocolo"), de acordo com os artigos 224, 225, 227 e 264, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n°00.357.038/0001-16, com sede no SCN - Quadra.06 - Blocos B e C - Entrada Norte 2 - Asa Norte - Brasília - Distrito Federal, CEP 70.718-900, adiante denominada Eletronorte ou Incorporadora, neste ato, representada por seus administradores;

e

RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - RBTE, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n°10.995.749/0001-70, com sede e foro no SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 401, Edifício Venâncio 3000, Shopping ID, Brasilia - Distrito Federal, CEP 70.716-900, neste ato representada pelos seus administradores, adiante denominada RBTE ou Incorporada.

CONSIDERANDO QUE:

1) A Eletronorte é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital social de R$ 9.326.355.071,51 (nove bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setenta e um reais e cinquenta e um centavos), dividido em 150.719.802 (cento e cinquenta milhões, setecentos e dezenove mil e oitocentos e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal;

2) A RBTE é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital social subscrito em 31/12/2012, de R$ 147.081.984,99 (Cento e quarenta e sete milhões, oitenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos), dividido em 147.081.984,99 (Cento e quarenta e sete milhões, oitenta e um mil e novecentos e oitenta e quatro e noventa e nove centésimos) ações ordinárias nominativas de R$ 1,00 cada, das quais 142.281.984,99 (Cento e quarenta e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro e noventa e nove centésimos) ações já integralizadas e a integralizar 4.800.000 (Quatro milhões, oitocentos mil) ações;

3) A Eletronorte é detentora da totalidade das ações do capital social da RBTE; e

4) Os órgãos de administração da Eletronorte e da RBTE, por meio deste Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, pretendem estabelecer os termos e as condições da proposta de incorporação da RBTE ("Incorporação"), a qual faz parte de um processo de reorganização societária que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da Eletronorte.

RESOLVEM os administradores da Eletronorte e da RBTE, para fins do disposto nos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das S.A."), firmar o presente Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, de acordo com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETIVOS DA INCORPORAÇÃO

1.1. Justificação. A Incorporação faz parte de um processo de reorganização, que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da Eletronorte, e justifica-se pelo fato de que:

a) a Eletronorte detém a totalidade das ações que representam o capital social da RBTE; e,

b) resultará na simplificação da estrutura societária e operacional atual, por meio da consolidação das atividades da Eletronorte e da RBTE, na Incorporadora, com a consequente redução de custos financeiros, operacionais, logísticos e de manutenção de sistemas; em unificação das rotinas administrativas, principalmente, a contábil e fiscal, com a consequente redução de tempo despendido na execução destas tarefas e racionalização de documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.1. Avaliação Contábil e Data-Base. O acervo líquido da RBTE foi avaliado com base no seu Patrimônio Líquido Contábil, conforme balanço levantado em 31/12/2012. Foi escolhida, para tal avaliação, conforme o disposto no artigo 226 da Lei das S.A., a empresa especializada Audiconsult Auditores S/S, sociedade estabelecida na cidade de São José (SC), na Rua Vereador Mário Coelho Pires, 1060 - Bairro Campinas - São José - SC, CEP 88.101-090, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.057.035/0001-92. A nomeação e contratação da Audiconsult Auditores S/S deverá ser ratificada pelos Acionistas da Eletronorte em assembleia geral extraordinária a ser convocada para deliberar sobre a Incorporação. A data-base da avaliação será de 31/12/2012, tendo o laudo contábil resultado em Patrimônio Líquido da Rio Branco Transmissora de Energia - RBTE, na Data-Base da Incorporação, de R$ 146.749.629,17 (Cento e quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezessete centavos).

2.2 Patrimônio Líquido a Preços de Mercado. Não se justifica a elaboração de laudos de avaliação com base no valor do patrimônio líquido da RBTE e da Eletronorte a preços de mercado, conforme previsto no artigo 264 da Lei das S.A., uma vez que, por se tratar de incorporação de empresa controlada com participação integral do capital social por parte da incorporadora, não existe determinação de relação de substituição que possa ser objeto de comparação e/ou direito de recesso.

2.3. Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores. Nos termos do artigo 224, inciso III da Lei das S.A., as variações patrimoniais que vierem a ocorrer entre a Data-Base e a data da efetiva Incorporação da RBTE serão registradas nos livros e documentos contábeis da Eletronorte, cabendo a esta todos os direitos e obrigações.

CLÁUSULA TERCEIRA: AÇÕES DE UMA SOCIEDADE DETIDAS POR OUTRA

3.1. A Eletronorte é detentora da totalidade das ações de emissão da RBTE. Em decorrência da Incorporação, as ações de emissão da RBTE serão extintas, nos termos do artigo 226, §1º, da Lei das S.A.

CLÁUSULA QUARTA: RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

4.1. Como não haverá modificação do patrimônio líquido da Eletronorte, não haverá, consequentemente, emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fará necessário o estabelecimento de qualquer relação de troca.

CLÁUSULA QUINTA: DIREITO DE RETIRADA E VALOR DO REEMBOLSO DAS AÇÕES

5.1. Como a totalidade das ações representativas do capital social da RBTE são de propriedade da Eletronorte, não haverá outros sócios, minoritários ou não, na Incorporada, que não a própria Incorporadora e, sendo assim, não há direito de retirada ou de reembolso aos acionistas dissidentes.

CLÁUSULA SEXTA: AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA ELETRONORTE

6.1. Em virtude das ações representativas do capital social da RBTE já serem integralmente detidas pela Eletronorte, não haverá aumento de capital na Eletronorte decorrente da Incorporação.

CLÁUSULA SÉTIMA: COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ELETRONORTE APÓS A INCORPORAÇÃO

7.1. O capital social da Eletronorte, totalmente subscrito e integralizado, após a Incorporação, permanecerá o mesmo, ou seja, R$ 9.326.355.071,51 (nove bilhões trezentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setenta e um reais e cinquenta e um centavos), dividido em 150.719.802 (cento e cinquenta milhões, setecentos e dezenove mil e oitocentos e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CLÁUSULA OITAVA: ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

8.1. O Estatuto Social da Eletronorte não sofrerá qualquer alteração em razão da Incorporação, mantendo-se inalterados todos os direitos que suas ações conferem a seus titulares.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Direitos, Votos e Dividendos. Não haverá alteração nos direitos de voto, recebimento de dividendos e direitos patrimoniais dos acionistas da Eletronorte, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações dos acionistas da Eletronorte existentes antes da Incorporação.

9.2. Sucessão. Sujeito ao disposto neste instrumento, com a Incorporação da RBTE, a Eletronorte sucederá a RBTE em todos os seus direitos e obrigações, inclusive trabalhistas (Artigos 10 e 448 da CLT), previdenciários (Lei n° 8.212/91) e tributários (Artigo 132 do Código Tributário Nacional) atuais e futuros, que eventualmente vierem a ocorrer.

9.3. Atos Societários. Serão realizadas assembleias gerais extraordinárias da RBTE e da Eletronorte para apreciação e deliberação a respeito da Incorporação contemplada neste Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação.

9.4. Alterações. Este Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação não poderá ser alterado, a menos que a alteração seja por escrito e aprovada pelos acionistas da Incorporadora e da Incorporada, reunidos em assembleia geral extraordinária com essa finalidade.

9.5. Sobrevivência de Cláusulas Válidas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação venha a ser considerada inválida, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados por essa invalidação não serão afetadas.

9.6. Durante o período de transição legal da incorporação para os registros no Departamento Nacional do Comércio (Junta Comercial) e demais documentos fiscais necessários, não excedente a 180 (cento e oitenta) dias da aprovação da incorporação, as operações mercantis poderão ser executadas em nome da empresa incorporada.

9.7. Foro. Fica eleito o foro de Brasília-DF para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justos e acertados, os membros dos órgãos de administração da RBTE e da Eletronorte assinam este Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma para só um efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas. Brasília, 03 de junho de 2013 - (Ass.) Abadia José de Jesus - Diretora Administrativa-Financeira, Luiz Otávio Campos - Diretor Técnico - Josias Matos de Araujo - Diretor Presidente, Antonio M. A. Barra - Diretor Econômico-Financeiro. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20140038620, em 20.02.2014.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

### DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

REFERENTE: Processo nº 48413.826122/1997
INTERESSADO: DNPM
ASSUNTO: Bloqueio de áreas com fundamento no artigo 42 do Código de Mineração.

De acordo com o disposto no PARECER PF Nº 009/2009-JP, com a finalidade de se assegurar uniformidade e impessoalidade na tomada de decisões em área que não foi concedido o assentimento prévio pelo Conselho de Defesa Nacional para pesquisa e/ou lavra, e com fundamento na disposição contida no art. 42 do Código de Mineração, DETERMINO**,** o bloqueio preventivamente da área excluída do DNPM nº 826.122/1997, cujo memorial descritivo está apenso às fls. 394 do processo referenciado.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

Referência: Processo DNPM nºs 806.556/1973 (8 Volumes)
(Apenso) 931.498/2006
(Apenso) 931.550/2006
Interessado: Bramox Mineração Ltda.
Jair Francisco Fernandes.
Vale S.A.
Assunto: Pedido de Reconsideração

Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe, por intermédio do PARECER nº 102/2014/AMGS/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, DECIDO:

- DOU PROVIMENTO aos Pedidos de Reconsideração, formulados pela VALE S.A. (fls. 2604/2614) e por Jair Francisco Fernandes (fls. 2598/2601), em consequência, **ANULO** o ato que declarou de nulidade do Edital de Disponibilidade Nº 006/2006/DNPM-MG, publicado no D.O.U. de 13/04/2011 (fls. 2592);

- ANULO a Decisão que determinou novo julgamento das propostas apresentadas (fls. 1232, do volume IV);

- RESTABELEÇO a DECLARAÇÃO DE PRIORIDADE da proposta de Jair Francisco Fernandes, publicada no D.O.U. de 06/11/2008, dando continuidade ao procedimento de outorga do alvará de pesquisa.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Substituto

RELAÇÃO Nº 23/2014 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
803.332/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.334/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.335/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.336/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.337/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
864.233/2001-OURO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
831.388/2003-UBATÃ TERMAS PARQUE HOTEL LTDA.-OF. N°2.282/2011/DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
804.147/1972-KOERICH TERMAS DO CHUA AGUAS MORNAS LTDA-OF. N°37/DIRE-2014
850.954/1979-AMAZÔNIA MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°034/DIRE-2014

RELAÇÃO Nº 24/2014 - SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
805.228/1973-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 488/1980- Cessionário:VALE S.A.- CNPJ 52.573.227/0001-20.
800.220/1974-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 1305/1980- Cessionário:VALE S.A.- CNPJ 52.573.227/0001-20.
800.156/1976-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 459/1981- Cessionário:VALE S.A.- CNPJ 52.573.227/0001-20.
890.224/2001-VARGEM ALEGRE COMÉRCIO E IND. DE ÁGUA MINERAL LTDA- Portaria de Lavra nº 364/2008- Cessionário:LEVY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- CNPJ 17.513.199/0001-54.
NEGA a autorização da averbação do contrato de arrendamento parcial da Concessão de Lavra(605)
870.371/2000-MARGRASIL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- Arrendatário:ANDRADE MINERADORA LTDA CNPJ: 05.075.872/0001-32.
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
805.228/1973-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 488/1980 - Bloqueado em 07/10/2009.
800.220/1974-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 1305/1980 - Bloqueado em 07/10/2009.
800.156/1976-CIMECA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS E METAIS CAXAMBU LTDA.- Portaria de Lavra nº 459/1981 - Bloqueado em 07/10/2009.
890.088/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT´ANNA LTDA- Portaria de Lavra nº 189/2000 - Bloqueado em 27/01/2014.
Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
830.447/2003-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA- Alvará nº 4778/2003 - Bloqueado em 24/12/2013.

SERGIO AUGUSTO DAMASO

## SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 17/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 880071/11, 880076/11, 880073/11, 880074/11, 880075/11, 880078/11, 880079/11, 880080/11, 880081/11, 880082/11, 880083/11, 880084/11, 880077/11, 880159/11, 880161/11, 880160/11, 880164/11, 880163/11, 880129/11, 880130/11, 880123/11, 880124/11, 880125/11, 880154/11, 880155/11, 880138/11, 880139/11, 880153/11, 880119/11, 880166/11, 880165/11, 880186/11, 880187/11, 880189/11, 880182/11, 880176/11, 880181/11, 880167/11, 880168/11, 880170/11, 880169/11, 880175/11, 880174/11, 880173/11, 880172/11
Asm Mineração e Comércio de Metais Ltda - 880058/06
Pmb Projetos Minerarios do Brasil Ltda - 880310/11

FERNANDO LOPES BURGOS

## SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.458/2013-MINERAL - MINERAÇÃO DE AREIA LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.600/2009-AMPARA FERREIRA DE BARROS PAIVA-OF. N°310/2014
860.456/2013-EDITH SEBASTIANA SUCHER VENDRAMINI-OF. N°300/2014
861.812/2013-JOÃO LUIZ GOMES FILHO-OF. N°174/2014
861.961/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.962/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.963/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.964/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.965/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.966/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.967/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.968/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.969/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.971/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.972/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.973/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.974/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.975/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.976/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°301/2014
861.980/2013-BORGES E HORI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°302/2014
861.988/2013-ROGÉRIO DE DEUS FERREIARA-OF. N°303/2014
861.990/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-OF. N°304/2014
861.991/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.-OF. N°305/2014
861.992/2013-WDVARSIRLEY CIPRIANO DE SOUZA-OF. N°306/2014
861.994/2013-IGOR AIRES DE ALENCAR-OF. N°307/2014
861.995/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°308/2014
861.996/2013-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.-OF. N°309/2014

VALDIJON ESTRELA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 18/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Josias Inojosa de Oliveira Filho - 806739/10 - A.I. 69/14

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

## SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 21/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aladir José Ribeiro - 866446/13 - A.I. 86/14
Aldo Locatelli - 866785/11 - A.I. 73/14
Alécio Jaruche - 866444/11 - A.I. 52/14, 866445/11 - A.I. 53/14, 866446/11 - A.I. 54/14, 866447/11 - A.I. 55/14
Alta Floresta Gold Mineração LTDA. - 866549/11 - A.I. 66/14, 866245/06 - A.I. 35/14
Ary Domingues da Silva Júnior - 866671/11 - A.I. 71/14
Azevaldo Lelis de Azevedo - 866419/12 - A.I. 104/14
Barbara Gondro - 866629/11 - A.I. 70/14
Carita David Gomes - 866260/12 - A.I. 77/14
Carlos Antonio Gontijo - 866975/13 - A.I. 95/14
Carmos Domingos da Cruz - 866530/12 - A.I. 79/14
cc Pavimentadora LTDA. - 866421/13 - A.I. 85/14
Cimagel Comercio e Industria de Minerios e Geração de Energia Eletrica Ltda - 867197/08 - A.I. 39/14
Claudemir Steindorf - 867174/11 - A.I. 101/14
Cooperativa de Desenvolvimentos Minerais de Poconé LTDA. - 867362/08 - A.I. 40/14, 867363/08 - A.I. 41/14, 866570/09 - A.I. 42/14, 866571/09 - A.I. 43/14, 866732/07 - A.I. 37/14, 866490/10 - A.I. 46/14
Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta - 866914/13 - A.I. 93/14
Cougar Brasil Mineração LTDA. - 866672/05 - A.I. 32/14, 867253/05 - A.I. 33/14, 867266/05 - A.I. 34/14
Criúva Florestal e Mineradora Ltda - 866853/13 - A.I. 92/14
Elder de Lucena Madruga - 867094/11 - A.I. 102/14
Elvio Luiz Schelle - 866535/09 - A.I. 48/14, 866536/09 - A.I. 49/14
Engemat Incorporações e Construções Ltda - 867126/13 - A.I. 96/14
Grando Engenharia e Terraplenagem - 866963/13 - A.I. 94/14
Guapore Pecuaria SA. - 866130/01 - A.I. 31/14
Império Investimentos, Reflorestamento e Mineração Ltda Epp - 866175/13 - A.I. 99/14
Ims Engenharia Mineral Ltda - 866789/08 - A.I. 47/14, 866791/08 - A.I. 38/14, 866681/09 - A.I. 44/14, 866682/09 - A.I. 45/14, 866824/06 - A.I. 36/14, 866553/11 - A.I. 67/14
Irineu Molon - 866143/13 - A.I. 83/14
Janaina Bisco Ferreira - 866712/13 - A.I. 90/14
José Aparecido da Silva - 866607/11 - A.I. 69/14
Jose Augusto Cavalcante - 866554/11 - A.I. 68/14
José Geraldo Riva Junior - 866851/11 - A.I. 75/14, 866853/11 - A.I. 76/14
Karim Antonio Essuane Jarrus - 866383/12 - A.I. 103/14
Kleverson Scheffer - 866313/13 - A.I. 84/14
Leandro Barbosa Gomide Sandoval - 866560/12 - A.I. 80/14
Mbac Desenvolvimento LTDA. - 866455/11 - A.I. 57/14, 866456/11 - A.I. 58/14, 866457/11 - A.I. 59/14, 866458/11 - A.I. 60/14, 866459/11 - A.I. 61/14, 866460/11 - A.I. 62/14, 866461/11 - A.I. 63/14
Mineraçao Biominer Ltda - 867141/12 - A.I. 89/14
Mineração Farroupilha Ltda me - 866685/12 - A.I. 100/14
Mineradora a. d. o Ltda - 866332/13 - A.I. 88/14
Oasis Thermas Hotel - 867191/13 - A.I. 97/14
Rio do Sangue Materiais de Construção Ltda Epp - 866644/12 - A.I. 81/14
Rodolfo Magalhães Coelho - 866681/12 - A.I. 82/14
Ronaldo Jacintho da Silva - 866786/11 - A.I. 74/14
Rosa Edna Albuquerque do Nascimento - 866489/12 - A.I. 78/14
Samuel Barreto Feitosa - 866448/11 - A.I. 56/14
Santo Inácio Mineração Ltda - 866532/11 - A.I. 64/14, 866533/11 - A.I. 65/14
Top Cristal Industria e Comércio Ltda - 867210/13 - A.I. 98/14
Vercom Vertente Grande Agropecuaria e Construtora Ltda - 866754/11 - A.I. 72/14

JOSÉ DA SILVA LUZ

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 23/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Cia de Cimento Itambé Cpf/cnpj :76.630.573/0001-60 - Processo minerário: 926074/90 - Processo de cobrança: 926076/14 Valor: R$.104.942,18
Titular: Furnas Extração de Areia Ltda Cpf/cnpj :08.969.508/0001-04 - Processo minerário: 826042/00 - Processo de cobrança: 926075/14 Valor: R$.11.325,09
Titular: G.r.extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda Cpf/cnpj :77.145.225/0001-60 - Processo minerário: 826540/00 - Processo de cobrança: 926074/14 Valor: R$.11.814,41
Titular: Mineração São Judas LTDA. Cpf/cnpj :43.363.381/0001-86 - Processo minerário: 926070/99 - Processo de cobrança: 926079/14 Valor: R$.188.353,88
Titular: Mineração Tabiporã Ltda Cpf/cnpj :79.066.841/0001-51 - Processo minerário: 926010/90 - Processo de cobrança: 926078/14 Valor: R$.65.264,04, Processo minerário: 926010/90 - Processo de cobrança: 926077/14 Valor: R$.280,03

RELAÇÃO Nº 25/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Induscalta Indústria de Calcáreos Tamandaré LTDA. Cpf/cnpj :75.023.242/0001-08 - Processo minerário: 820324/84 - Processo de cobrança: 926085/14 Valor: R$.375.636,58
Titular: Itajara Minérios Ltda Cpf/cnpj :78.071.149/0001-59 - Processo minerário: 5754/54 - Processo de cobrança: 926084/14 Valor: R$.21.944,49, Processo minerário: 820853/79 - Processo de cobrança: 926083/14 Valor: R$.54.104,35
Titular: Marc Construtora de Obras Ltda Cpf/cnpj :78.166.287/0001-11 - Processo minerário: 826496/95 - Processo de cobrança: 926087/14 Valor: R$.57.455,63, Processo minerário: 826255/88 - Processo de cobrança: 926086/14 Valor: R$.234.770,08

HUDSON CALEFE

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 8/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.569/2013-EZ & M HOLDING PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
810.574/2013-EZ & M HOLDING PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
810.575/2013-EZ & M HOLDING PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.692/2013-CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA DA PRAIA LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.256/2000-ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA-OF. N°026
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
810.077/1993-GRAMINEX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.940/2009-MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES CAPÃO ALTO LTDA- Cessionário:CC Pavimentadora Ltda.- CPF ou CNPJ 11.013.856/0001-18- Alvará n°12.896/2011
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
810.086/2010-JADE MINERADORA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.316/2012-SULTEPA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°030
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
823.227/1971-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARAUJO LTDA-OF. N°025
801.684/1972-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS-OF. N°023
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
810.925/2002-PROVIA PAVIMENTADORA LTDA.- NOT Nº048/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.072/1984-TONEZER EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BRITA LTDA-OF. N°013
810.290/1992-AGCM CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-OF. N°008
810.727/1994-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP-OF. N°037
810.988/1996-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO-OF. N°014
810.366/1998-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BASALTO F. S. LTDA-OF. N°010
810.178/2001-BASALTO QUATRO IRMÃOS CECCHIN LTDA-OF. N°053
810.219/2004-PEDREIRA CONCÓRDIA LTDA ME-OF. N°028
810.093/2006-LINO MARCON - FI-OF. N°046
810.134/2008-PEDREIRA CAPILHEIRA LTDA-OF. N°059
810.368/2008-PEDREIRA JR LTDA-OF. N°002
810.065/2009-JADER GALLON-OF. N°
810.971/2009-CARLIZE BASALTOS LTDA ME-OF. N°047
810.383/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.-OF. N°033
810.988/2010-MARCIA SIRLEI ZIEGLER ARENHARDT & CIA LTDA-OF. N°032
811.039/2010-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI-OF. N°055
811.079/2010-JOSE ADÃO SCHIAVON ALDRIGHI ME-OF. N°006
811.182/2010-ALEXANDRE ABREU DOS SANTOS-OF. N°031
811.260/2010-TERRAPLANAGEM SIGNORI LTDA ME-OF. N°038
810.792/2012-BRITADEIRA FARROUPILHA LTDA-OF. N°016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.727/1994-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP-Registro de Licença N°:1239/1996 - Vencimento em 30.06.2014
810.390/2000-BRITANATO COMÉRCIO DE BRITAS E SERVIÇOS LTDA.- Registro de Licença N°:092/2008 - Vencimento em 19.12.2014
810.219/2004-PEDREIRA CONCÓRDIA LTDA ME- Registro de Licença N°:2916/2005 - Vencimento em 04.10.2014
810.093/2006-LINO MARCON - FI- Registro de Licença N°:119/2006 - Vencimento em 06.10.2014
810.335/2007-GILMAR LUIZ DE FRAGA BANDEIRA & CIA LTDA EPP- Registro de Licença N°:165/2007 - Vencimento em 28.08.2014
810.134/2008-PEDREIRA CAPILHEIRA LTDA- Registro de Licença N°:126/2008 - Vencimento em 09.10.2014
810.585/2008-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP-Registro de Licença N°:233/2012 - Vencimento em 31.12.2016
810.907/2008-FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:025/2009 - Vencimento em 03.07.2017

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

810.908/2008-FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:026/2009 - Vencimento em 03.07.2017
810.971/2009-CARLIZE BASALTOS LTDA ME- Registro de Licença N°:014/2011 - Vencimento em 25.09.2017
810.383/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Registro de Licença N°:072/2010 - Vencimento em 19.12.2014
811.039/2010-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI- Registro de Licença N°:82/2012 - Vencimento em 03.09.2016
811.182/2010-ALEXANDRE ABREU DOS SANTOS- Registro de Licença N°:031/2011 - Vencimento em 12.09.2014
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.314/2008-COMÉRCIO DE BASALTO RISSON LTDA ME
810.946/2008-CERÂMICA MAGAGNIN LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.159/2008-CERAMICA L H IRMAOS LTDA-Registro de Licença N°158/2008 de 21.07.2008-Vencimento em 24.01.2017
810.034/2012-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-Registro de Licença N°014/2014 de 06.02.2014-Vencimento em 15.12.2015
811.693/2012-SIRLENE DA SILVA TERRAPLANAGEM ME-Registro de Licença N°015/2014 de 06.02.2014-Vencimento em 30.10.2022
810.681/2013-ALPENDRE ARQUITETURA E DECORAÇÃO LTDA-Registro de Licença N°002/2014 de 20.01.2014-Vencimento em 10.01.2018
811.087/2013-TRIER ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°016/2014 de 13.02.2014-Vencimento em 17.01.2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.235/1999-CORTICEIRAS - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°051
810.725/2004-SULBRITA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°039
810.159/2008-CERAMICA L H IRMAOS LTDA-OF. N°036
810.681/2013-ALPENDRE ARQUITETURA E DECORAÇÃO LTDA-OF. N°052
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
810.728/2013-VANDERLEI DA SILVA DELFINO
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.632/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE PICADA CAFÉ-OF. N°025
810.633/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE PICADA CAFÉ-OF. N°024

RELAÇÃO Nº 10/2014

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
816.033/1968-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°004
803.725/1970-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°008
811.032/1970-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°004
815.361/1970-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°004
805.030/1971-MINERAÇÃO SÃO GABRIEL LTDA-OF. N°004
815.283/1972-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°008
820.653/1972-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°008
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.296/1981-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°004
810.004/1982-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°002
810.022/1986-BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-OF. N°099
810.073/1991-PEDREIRA SÃO JOAQUIM LTDA-OF. N°009
810.195/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°012
810.282/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°012
810.477/1998-A.A.STHANGARLIN-FI-OF. N°014
810.095/2002-STANGHERLIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME.-OF. N°014
810.293/2003-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°012
810.143/2004-CERÂMICA DOS SOARES LTDA-OF. N°016
810.711/2004-BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-OF. N°001
810.680/2007-BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-OF. N°001
811.075/2007-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°012
810.527/2008-VALDECI DOS SANTOS CORREIA-OF. N°018
810.904/2008-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
810.445/2009-GAMA MINERADORA LTDA-OF. N°015
810.446/2009-GAMA MINERADORA LTDA-OF. N°015
810.459/2009-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°012
810.461/2009-GAMA MINERADORA LTDA-OF. N°015
810.462/2009-GAMA MINERADORA LTDA-OF. N°015
810.595/2009-VILSON ANTÔNIO CIROLINI-OF. N°019
810.960/2009-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
811.145/2010-ATIVA MINERAIS LTDA-OF. N°006
810.588/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
811.022/2011-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°008
811.034/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
811.483/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
811.484/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221
810.165/2012-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°008
810.792/2012-BRITADEIRA FARROUPILHA LTDA-OF. N°011
811.220/2012-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-OF. N°221

SERGIO BIZARRO CEZAR

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 27/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
890.474/2009-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°6/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.091/2009-JOSE ARLEY LIMA COSTA-OF. N°67/2014/DNPM/RJ-DFAM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
890.634/2011-AREIA BONITA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ - Guia n° 02/2014-50.000Toneladas-Areia- Validade:12/02/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.634/2011-AREIA BONITA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.474/2009-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.478/2009-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-AI N°7/2014
890.081/2010-JUMACOL JUPARANÃ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°8/2014
890.082/2010-MARCOLAN MINERAÇÃO LTDA - EPP-AI N°9/2014
890.111/2010-ANTONIO CARLOS DE SANTANA-AI N°10/2014
890.140/2011-FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA-AI N°5/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
890.361/2008-JOÃO PEREIRA DE MACEDO - AI N°526/2013
890.463/2008-REDE MIRACEMA STONE - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO DE - AI N°442/2013
890.470/2008-REDE MIRACEMA STONE - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO DE - AI N°443/2013
890.478/2008-MAGDA LOPES CARDOSO GOMES - AI N°450/2013
890.488/2008-BOTELHO E SOUZA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA - AI N°490/2013
890.505/2008-DOMINGOS GATTO NUNES - AI N°457/2013
890.035/2009-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL - AI N°452/2013
890.201/2009-JOLI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA - AI N°556/2013
890.217/2009-FACILITA CRED CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME - AI N°557/2013
890.172/2010-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME - AI N°532/2013
890.507/2010-SAMUEL E BALBINO TERAAPLENAGEM E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°523/2013
890.592/2010-ANTÔNIO PÁDUA VIANA - AI N°531/2013
890.680/2010-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL - AI N°522/2013
890.038/2011-ALESSANDRA DE OLIVEIRA DA SILVA - AI N°551/2013
890.076/2011-NEWTON FRANCO SILVÉRIO DE TOLEDO - AI N°553/2013
890.221/2011-JORGE PORTO PINTO - AI N°563/2013
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.286/1999-MINERARE - MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°154/2014/DNPM/RJ-DFAM
890.295/2001-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESTRELA LTDA-OF. N°219/2014/DNPM/RJ-DFAM
890.309/2001-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESTRELA LTDA-OF. N°220/82014/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
890.008/2004-HERMETE IZABEL DE SOUZA -ME
890.207/2005-WALDELEI PEREIRA DE ANDRADE ME
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
890.020/1999-MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA-OF. N°269/2014/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.682/2007-PEDREIRA OURO BRANCO LTDA EPP-OF. N°236/2014/DNPM/RJ-DFAM
890.403/2008-SANTA CLARA SERVIÇOS E TRANSPORTES DE PARATY LTDA ME-OF. N°0156/2014-DFAM/DNPM-RJ
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
890.158/2013-AREAL FURMIGA LTDA
Fase de
Não conhece o recurso interposto(1837)
890.774/2012-Interposto porFAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA.
890.281/2013-Interposto porFAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA
JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

RELAÇÃO Nº 28/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
890.564/2008-VILMAR DOS SANTOS CAVALCANTE-AI N°498/2013
890.091/2009-JOSE ARLEY LIMA COSTA- AI N°476/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de arquivamento do processo(1173)
890.330/2013-CERAMICA INDEPENDENCIA LTDA ME-Publicado DOU de 02/12/2013

RELAÇÃO Nº 39/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.423/2013-JOÃO BAPTISTA FERREIRA MOTTA
890.901/2013-SANTA TEREZA AGROPECUÁRIA LTDA
890.928/2013-SANTA TEREZA AGROPECUÁRIA LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
890.655/2012-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
890.659/2012-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
890.377/2013-JAIME SIMÃO JÚNIOR
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
890.352/2011-MARCELO AUGUSTO BASTOS RIBEIRO GOMES- Alvará n°9.477/2011 - Cessionario:890.969/2013-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA- CPF ou CNPJ 32.579.807/0001-17
890.070/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.- Alvará n°9.610/2013 - Cessionario:890.870/2013-E.E.D. FERNANDES AREAL LTDA- CPF ou CNPJ 02.102.394/0001-14
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
890.029/2013-MINERAÇÃO DE SAIBRO GRANDE GUERREIRO LTDA EPP
890.031/2013-MAX PEDRA EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(270)
890.207/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.199/2010-RUDVER VIEIRA MONTEIRO
890.285/2011-CRESPO FILHO & ARAUJO CERÂMICA LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.179/2010-AREAL VALE DO RIO PRETO LTDA-Cessionário:JOSÉ MARIA DE CASTRI PINTO- CPF ou CNPJ 329.367.456-91- Alvará n°4.961/2010
890.539/2011-ARGILA TANGUA LTDA- Cessionário:A.ALVES DE SOUZA AREAL E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME- CPF ou CNPJ 11.169.902/0001-72- Alvará n°9.478/2011
890.993/2011-ARELAGOS TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:TAMOIO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA- CPF ou CNPJ 19.197.340/0001-82- Alvará n°842/2012
890.994/2011-ARELAGOS TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:TAMOIO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAAS LTDA- CPF ou CNPJ 19.197.340/0001-82- Alvará n°843/2012
890.995/2011-ARELAGOS TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:TAMOIO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA- CPF ou CNPJ 19.197.340/0001-82- Alvará n°844/2012
890.504/2012-EBTE ENGENHARIA LTDA- Cessionário:CCISA03 INCORPORADORA LTDA- CPF ou CNPJ 14.055.022/0001-63- Alvará n°5.680/2012
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
890.054/2013-PEDRO JORGE DUARTE BARRETO -Alvará N°6.220/2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
890.653/2007-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA- Substância Aprovada:CAULIM, GNAISSE
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.653/2007-ESPÓLIO DE SERGIO SANTOS RUTOWITSCH
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.537/2007-SYLVIO GUARACIABA DE ALMEIDA FILHO ME-OF. N°308/2014
890.631/2010-CERÂMICA PAUS AMARELOS LTDA-OF. N°314/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.625/2007-CERAMICA R. V. BARCELOS LTDA- Registro de Licença N°:2.504/2008 - Vencimento em 20/12/2015
890.464/2009-AREAL SANTA ROSA DE ITAGUAI LTDA ME- Registro de Licença N°:2.644/2011 - Vencimento em 12/11/2014
890.120/2012-RIO PEDRA EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA.- Registro de Licença N°:2.737/2013 - Vencimento em 22/01/2017
890.121/2012-RIO PEDRA EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA.- Registro de Licença N°:2.733/2013 - Vencimento em 22/01/2017
890.505/2012-AREAL SALIONI CUNHA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.728/2013 - Vencimento em 12/11/2014
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.496/2002-SAIBREIRA BARRA DO BACALHAU LTDA
890.145/2006-PPM MINERAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.394/2007-FREITAS & PESSANHA LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.141/2010-AREAL NOVA REPUBLICA LTDA ME-Registro de Licença N°2.789/2014 de 17/02/2014-Vencimento em 28/02/2014
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
890.253/2010-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA
890.304/2013-MINERAÇÃO DE SAIBRO GRANDE GUERREIRO LTDA EPP
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.304/2013-MINERAÇÃO DE SAIBRO GRANDE GUERREIRO LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.252/2010-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-OF. N°346/2014
890.297/2013-MINERAÇÃO DE SAIBRO GRANDE GUERREIRO LTDA EPP-OF. N°302/2014
890.351/2013-PEDRAS DECORATIVAS ORIENTE DE PADUA LTDA ME-OF. N°342/2014
890.376/2013-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.-OF. N°323/2014
890.773/2013-LCS FULGÊNCIO -ME-OF. N°274/2014
891.030/2013-AREAL SERRANO LIMITADA-OF. N°337/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.440/2012-PEDREIRA BELA VISTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°349/2014
890.632/2012-HELIO DA CONCEIÇÃO CRUZ ME-OF. N°350/2014
890.554/2013-MIGUEL BALTAZAR SOUTO-OF. N°324/2014
890.687/2013-BATISTA CRESPO & CIA LTDA.-OF. N°326/2014
890.869/2013-CIL CERAMICA ITABIRA LTDA EPP-OF. N°267/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.663/2012-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME
890.503/2013-ETASOLO EMPREITEIRA DE TERRAPLANAGEM E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
890.865/2013-CARVALHO E MADEIRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA. ME
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
000.120/1948-MOGILESTE CONSTRUTORA, INCORPORADORA E EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA- EDITAL DE DISPONIBILIDADE n° 018/2005 - Cessionário: VOTORANTIM CIMENTOS S.A.- CNPJ 01.637.895/0001-32
890.351/2002-HERVAL RANGEL- ALVARÁ DE PESQUISA n° 1.321/2009 - Cessionário: QUERÊNCIA FABRICAÇÃO DE ÁGUAS LTDA- CNPJ 12.835.942/0001-79
890.440/2006-RIOUNA 10 MINERADORA LTDA.- ALVARÁ n° 1.610/2007 - Cessionário: MINERADORA BOTAFOGO 10 LTDA- CNPJ 12.243.210/0001-90
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
890.351/2002-HERVAL RANGEL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.544/1999-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°210/2014
890.079/2005-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA-OF. N°315/2014

RELAÇÃO Nº 47/2014 - DPA

Ficam os abaixo relacionados cientes de que julgou-se parcialmente procedente as defesas administrativas interpostas, restando-lhes pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.546/2013
Notificado: Mineração Litorânea Ltda
CNPJ/CPF: 86.800.745/0001-50
NFLDP nº 219/2013
Valor: R$ 13.123,90
Processo de Cobrança nº 990.829/2013
Notificado: Pedrinco S/A Pedreiras e Indústria de Concreto
CNPJ/CPF: 30.540.330/0002-11325
NFLDP nº 325/2013
Valor: R$ 369.781,33
Processo de Cobrança nº 990.850/2013
Notificado: Seropareal Extração de Areia Ltda Epp
CNPJ/CPF: 01.518.170/0001-25
NFLDP nº 351/2013
Valor: R$ 40.113,96
Processo de Cobrança nº 990.854/2013
Notificado: Areal Família Unida Ltda ME
CNPJ/CPF: 02.374.210/0001-75
NFLDP nº 349/2013
Valor: R$ 24.197,27

RELAÇÃO Nº 48/2014 - DPA

Ficam os abaixo relacionados cientes de que não houve a apresentação da defesa administrativa, restando-lhes pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.895/2013
Notificado: Mineração Gremont Ltda ME
CNPJ/CPF: 39.555.099/0001-23
NFLDP nº 379/2013
Valor: R$ 48.441,15
Processo de Cobrança nº 990.026/2014
Notificado: LSC Fulgêncio ME
CNPJ/CPF: 32.328.114/0001-51
NFLDP nº 17/2014
Valor: R$ 165,34
Processo de Cobrança nº 991.045/2014
Notificado: Areal Piranema Ltda ME
CNPJ/CPF: 28.650.349/0001-98
NFLDP nº 23/2014
Valor: R$ 1.155,43

RELAÇÃO Nº 49/2014

Ficam o abaixo relacionado ciente de que julgou-se improcedente a defesa administrativa interposta, restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 991.001/2013
Notificado: Sociedade Mineradora Nova Friburgo Ltda Epp
CNPJ/CPF: 36.201.861/0001-85
NFLDP nº 409/2013
Valor: R$ 5.717,42

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Areias Michelson Ltda Cpf/cnpj :80.493.539/0001-69 - Processo minerário: 815600/97 - Processo de cobrança: 915051/14 Valor: R$.2.109,97, Processo minerário: 815600/97 - Processo de cobrança: 915052/14 Valor: R$.3.216,76
Titular: Bricon Saneamento e Infraestrutura Ltda Cpf/cnpj :04.862.029/0001-33 - Processo minerário: 815572/02 - Processo de cobrança: 915144/14 Valor: R$.6.597,59, Processo minerário: 815572/02 - Processo de cobrança: 915152/14 Valor: R$.13.986,53
Titular: Carlos Alberto Schubert Epp Cpf/cnpj :95.792.925/0001-29 - Processo minerário: 815271/95 - Processo de cobrança: 915258/14 Valor: R$.1.075,75
Titular: Casagrande Mineração e Comércio de Argila Ltda Cpf/cnpj :16.988.477/0001-67 - Processo minerário: 815274/98 - Processo de cobrança: 915090/14 Valor: R$.162.886,15
Titular: Cerâmica Braço Novo Ltda Cpf/cnpj :86.404.050/0001-50 - Processo minerário: 815139/02 - Processo de cobrança: 915196/14 Valor: R$.1.237,38
Titular: Cerâmica Verde Vale Ltda me Cpf/cnpj :02.690.271/0001-41 - Processo minerário: 815078/99 - Processo de cobrança: 915021/14 Valor: R$.3.014,66
Titular: Cerâmica Victor Kuehl Ltda Epp Cpf/cnpj :07.102.950/0001-76 - Processo minerário: 815237/99 - Processo de cobrança: 915050/14 Valor: R$.6.266,60
Titular: Colorminas Colorifício e Mineração s a Cpf/cnpj :80.084.809/0001-88 - Processo minerário: 815702/96 - Processo de cobrança: 915084/14 Valor: R$.600,51, Processo minerário: 815712/01 - Processo de cobrança: 915085/14 Valor: R$.95,96, Processo minerário: 815763/94 - Processo de cobrança: 915086/14 Valor: R$.41.956,37, Processo minerário: 815783/96 - Processo de cobrança: 915087/14 Valor: R$.44.499,41, Processo minerário: 815258/83 - Processo de cobrança: 915088/14 Valor: R$.8.341,41, Processo minerário: 818334/68 - Processo de cobrança: 915089/14 Valor: R$.22.253,47
Titular: Comércio de Pedras Ardósia Central Catarinense Ltda me Cpf/cnpj :03.771.958/0001-74 - Processo minerário: 807129/77 - Processo de cobrança: 915173/14 Valor: R$.7.651,53
Titular: d' Miros Extração e Comércio de Areia Ltda me Cpf/cnpj :81.766.792/0001-01 - Processo minerário: 815760/01 - Processo de cobrança: 915239/14 Valor: R$.3.907,78, Processo minerário: 815039/99 - Processo de cobrança: 915240/14 Valor: R$.16.914,87, Processo minerário: 815594/93 - Processo de cobrança: 915241/14 Valor: R$.14.195,37
Titular: Dilnei Francisco de Lima Epp Cpf/cnpj :03.021.203/0001-52 - Processo minerário: 815121/02 - Processo de cobrança: 915035/14 Valor: R$.6.736,15
Titular: Distilaria Doble w Exportação Importação LTDA. Cpf/cnpj :85.602.373/0001-95 - Processo minerário: 815270/90 - Processo de cobrança: 915257/14 Valor: R$.79.763,87
Titular: Dragagem de Areia Bartsch Ltda Cpf/cnpj :82.628.595/0001-99 - Processo minerário: 815563/93 - Processo de cobrança: 915014/14 Valor: R$.11.306,50, Processo minerário: 815563/87 - Processo de cobrança: 915015/14 Valor: R$.3.476,68, Processo minerário: 815489/98 - Processo de cobrança: 915033/14 Valor: R$.929,78
Titular: Ekw & Ziegler Ltda Cpf/cnpj :05.343.620/0001-47 - Processo minerário: 815081/85 - Processo de cobrança: 915183/14 Valor: R$.332.956,33
Titular: Extração de Areia Poço Grande Ltda Cpf/cnpj :80.137.730/0001-78 - Processo minerário: 815084/07 - Processo de cobrança: 915092/14 Valor: R$.360,91, Processo minerário: 815084/07 - Processo de cobrança: 915091/14 Valor: R$.1.469,58, Processo minerário: 815105/87 - Processo de cobrança: 915093/14 Valor: R$.1.832,72, Processo minerário: 815105/87 - Processo de cobrança: 915094/14 Valor: R$.360,73, Processo minerário: 815223/89 - Processo de cobrança: 915095/14 Valor: R$.2.247,90, Processo minerário: 815432/01 - Processo de cobrança: 915096/14 Valor: R$.1.750,73, Processo minerário: 815641/96 - Processo de cobrança: 915097/14 Valor: R$.931,12
Titular: Extração de Areia Schramm Ltda Cpf/cnpj :83.392.530/0001-50 - Processo minerário: 815538/97 - Processo de cobrança: 915238/14 Valor: R$.5.138,14, Processo minerário: 815538/97 - Processo de cobrança: 915237/14 Valor: R$.4.987,73, Processo minerário: 815589/01 - Processo de cobrança: 915236/14 Valor: R$.11.315,44, Processo minerário: 815150/00 - Processo de cobrança: 915235/14 Valor: R$.5.896,47, Processo minerário: 815288/02 - Processo de cobrança: 915234/14 Valor: R$.8.909,43
Titular: Extração Mineral & Transportes Wehmuth Ltda me Cpf/cnpj :11.245.145/0001-79 - Processo minerário: 815132/92 - Processo de cobrança: 915174/14 Valor: R$.10.415,48
Titular: Firma Individual Moacir José da Silva me Cpf/cnpj :81.366.221/0001-80 - Processo minerário: 815033/00 - Processo de cobrança: 915185/14 Valor: R$.25.154,57
Titular: Firma Individual Nicolau Manoel Flor me Cpf/cnpj :83.017.012/0001-56 - Processo minerário: 815893/95 - Processo de cobrança: 915029/14 Valor: R$.8.610,87, Processo minerário: 815116/05 - Processo de cobrança: 915036/14 Valor: R$.2.112,21
Titular: Firma Individual Nilton da Silva o Niltinho me Cpf/cnpj :82.121.559/0001-34 - Processo minerário: 815226/97 - Processo de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cobrança: 915043/14 Valor: R$.864,80, Processo minerário: 815109/97 - Processo de cobrança: 915037/14 Valor: R$.817,10
Titular: Firma Individual Paulo Pfeiffer Neto me Cpf/cnpj :79.241.410/0001-84 - Processo minerário: 815009/00 - Processo de cobrança: 915047/14 Valor: R$.2.079,84, Processo minerário: 815008/00 - Processo de cobrança: 915046/14 Valor: R$.2.261,53, Processo minerário: 815008/00 - Processo de cobrança: 915045/14 Valor: R$.2.261,27
Titular: Firma Individual Wieland Lange - me Cpf/cnpj :84.232.214/0001-83 - Processo minerário: 815034/00 - Processo de cobrança: 915058/14 Valor: R$.596,74, Processo minerário: 815044/00 - Processo de cobrança: 915057/14 Valor: R$.481,48
Titular: Francisco Carlos de Matos Cpf/cnpj :02.031.324/0001-12 - Processo minerário: 815361/00 - Processo de cobrança: 915059/14 Valor: R$.485,84
Titular: G.S. Extração e Comércio de Areia Ltda Epp Cpf/cnpj :82.096.314/0001-02 - Processo minerário: 815888/95 - Processo de cobrança: 915243/14 Valor: R$.27.819,39, Processo minerário: 815087/06 - Processo de cobrança: 915242/14 Valor: R$.8.200,40, Processo minerário: 815887/95 - Processo de cobrança: 915244/14 Valor: R$.40.830,22, Processo minerário: 815018/92 - Processo de cobrança: 915245/14 Valor: R$.46.201,07, Processo minerário: 815374/92 - Processo de cobrança: 915246/14 Valor: R$.40.730,44, Processo minerário: 815374/92 - Processo de cobrança: 915256/14 Valor: R$.28.963,35, Processo minerário: 815019/92 - Processo de cobrança: 915255/14 Valor: R$.32.155,49, Processo minerário: 815018/92 - Processo de cobrança: 915254/14 Valor: R$.39.384,15, Processo minerário: 815888/95 - Processo de cobrança: 915252/14 Valor: R$.27.961,35, Processo minerário: 815887/95 - Processo de cobrança: 915253/14 Valor: R$.28.606,15, Processo minerário: 815019/92 - Processo de cobrança: 915251/14 Valor: R$.43.857,71
Titular: Gilson Roberto Caldart Cpf/cnpj :257.475.769-68 - Processo minerário: 815401/89 - Processo de cobrança: 915176/14 Valor: R$.583,46
Titular: Gracieli Heinz me Cpf/cnpj :09.371.944/0001-40 - Processo minerário: 815518/01 - Processo de cobrança: 915034/14 Valor: R$.6.255,90
Titular: Indústria Catarinense de Adubos e Mineração LTDA. Cpf/cnpj :84.901.172/0001-26 - Processo minerário: 801214/77 - Processo de cobrança: 915156/14 Valor: R$.169,79, Processo minerário: 803592/77 - Processo de cobrança: 915157/14 Valor: R$.4.982,72
Titular: Indústria Cerâmica Imbituba s a Cpf/cnpj :84.208.271/0001-27 - Processo minerário: 800079/68 - Processo de cobrança: 915130/14 Valor: R$.12.405,71
Titular: Industria Cerâmica Pouso Redondo Ltda me Cpf/cnpj :75.367.235/0001-15 - Processo minerário: 815222/01 - Processo de cobrança: 915129/14 Valor: R$.6.868,02
Titular: Industria e Comercio de Britas Berte lt Cpf/cnpj :95.810.040/0001-05 - Processo minerário: 815366/04 - Processo de cobrança: 915158/14 Valor: R$.12.891,27
Titular: Irmãos Araldi Comércio e Transportes Ltda Cpf/cnpj :78.212.354/0001-97 - Processo minerário: 815569/01 - Processo de cobrança: 915163/14 Valor: R$.31.465,96
Titular: Jarbasnei Duarte Silveira me Cpf/cnpj :81.568.982/0001-14 - Processo minerário: 815421/89 - Processo de cobrança: 915081/14 Valor: R$.2.840,98, Processo minerário: 815422/89 - Processo de cobrança: 915082/14 Valor: R$.2.595,88, Processo minerário: 815423/89 - Processo de cobrança: 915083/14 Valor: R$.2.679,07
Titular: Jovino Estração de Areia Ltda me Cpf/cnpj :05.833.346/0001-94 - Processo minerário: 815321/95 - Processo de cobrança: 915259/14 Valor: R$.2.153,85
Titular: Kerber Materiais de Contrução Ltda Cpf/cnpj :79.280.459/0001-46 - Processo minerário: 810288/80 - Processo de cobrança: 915162/14 Valor: R$.74.224,44
Titular: Klabin S.A. Cpf/cnpj :89.637.490/0134-76 - Processo minerário: 815626/06 - Processo de cobrança: 915142/14 Valor: R$.60,43, Processo minerário: 815156/04 - Processo de cobrança: 915127/14 Valor: R$.4,38, Processo minerário: 815260/04 - Processo de cobrança: 915132/14 Valor: R$.3.300,64, Processo minerário: 815133/03 - Processo de cobrança: 915133/14 Valor: R$.4.381,54, Processo minerário: 815261/04 - Processo de cobrança: 915134/14 Valor: R$.173,36, Processo minerário: 815471/04 - Processo de cobrança: 915135/14 Valor: R$.1.180,56, Processo minerário: 815456/07 - Processo de cobrança: 915136/14 Valor: R$.1.403,39, Processo minerário: 815155/07 - Processo de cobrança: 915137/14 Valor: R$.58,30, Processo minerário: 815678/02 - Processo de cobrança: 915080/14 Valor: R$.90,84, Processo minerário: 815704/03 - Processo de cobrança: 915079/14 Valor: R$.131,86, Processo minerário: 815677/02 - Processo de cobrança: 915078/14 Valor: R$.123,68, Processo minerário: 815405/04 - Processo de cobrança: 915076/14 Valor: R$.4.827,08, Processo minerário: 815070/05 - Processo de cobrança: 915077/14 Valor: R$.3,83
Titular: Klitzke & Cia Ltda me Cpf/cnpj :05.565.475/0001-49 - Processo minerário: 815459/00 - Processo de cobrança: 915159/14 Valor: R$.2.632,40
Titular: Lepavi Construções Ltda Cpf/cnpj :73.448.664/0001-91 - Processo minerário: 815203/02 - Processo de cobrança: 915160/14 Valor: R$.1.131,23
Titular: Librelato Industria e Comercio de Britas LTDA. Cpf/cnpj :00.953.690/0001-01 - Processo minerário: 815248/98 - Processo de cobrança: 915161/14 Valor: R$.51.775,36
Titular: Locação de Equipamentos Mourão Ltda Cpf/cnpj :85.109.544/0001-49 - Processo minerário: 816050/96 - Processo de cobrança: 915155/14 Valor: R$.301,73
Titular: Maria Adelaide da Silva me Cpf/cnpj :09.348.422/0001-27 - Processo minerário: 815411/02 - Processo de cobrança: 915168/14 Valor: R$.518,96
Titular: Maria Lúcia Babitonga Extração e Comércio de Areia Ltda me Cpf/cnpj :07.514.796/0001-40 - Processo minerário: 815539/97 - Processo de cobrança: 915032/14 Valor: R$.2.152,48
Titular: Mineracao Dadam LTDA. Cpf/cnpj :83.716.282/0001-55 - Processo minerário: 809870/75 - Processo de cobrança: 915260/14 Valor: R$.145,35
Titular: Mineração Nilson Ltda Cpf/cnpj :00.855.016/0001-86 - Processo minerário: 815146/88 - Processo de cobrança: 915074/14 Valor: R$.18.645,08, Processo minerário: 815317/92 - Processo de cobrança: 915073/14 Valor: R$.18.645,08, Processo minerário: 815397/96 - Processo de cobrança: 915072/14 Valor: R$.817,08
Titular: Mineração Pouso Redondo Ltda Cpf/cnpj :82.914.276/0001-40 - Processo minerário: 816161/95 - Processo de cobrança: 915071/14 Valor: R$.78.200,44
Titular: Mineração Rio do Ouro Ltda Cpf/cnpj :78.266.566/0001-57 - Processo minerário: 815125/94 - Processo de cobrança: 915099/14 Valor: R$.106,43, Processo minerário: 804168/70 - Processo de cobrança: 915098/14 Valor: R$.130.704,11
Titular: Mineração sk Ltda Cpf/cnpj :83.173.310/0001-35 - Processo minerário: 818127/68 - Processo de cobrança: 915066/14 Valor: R$.4.336,99
Titular: Mineração Zanatta Ltda Cpf/cnpj :85.274.447/0001-01 - Processo minerário: 815097/90 - Processo de cobrança: 915065/14 Valor: R$.30.097,56
Titular: Minerocha Catarinense LTDA. Cpf/cnpj :02.720.984/0001-00 - Processo minerário: 815427/89 - Processo de cobrança: 915064/14 Valor: R$.94.852,01
Titular: Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda Cpf/cnpj :83.471.722/0001-51 - Processo minerário: 815102/84 - Processo de cobrança: 915184/14 Valor: R$.372.508,16
Titular: Moacir Terraplanagem Ltda Cpf/cnpj :02.650.015/0001-20 - Processo minerário: 815512/03 - Processo de cobrança: 915186/14 Valor: R$.2.426,37, Processo minerário: 815253/05 - Processo de cobrança: 915187/14 Valor: R$.2.472,77
Titular: Moinho Publicidade e Produções LTDA. Cpf/cnpj :01.887.621/0001-00 - Processo minerário: 815348/98 - Processo de cobrança: 915188/14 Valor: R$.307,79
Titular: Mondini Extração de Areia Ltda Cpf/cnpj :03.167.755/0001-73 - Processo minerário: 815465/98 - Processo de cobrança: 915192/14 Valor: R$.5.903,71, Processo minerário: 815465/98 - Processo de cobrança: 915191/14 Valor: R$.7.719,53, Processo minerário: 815465/98 - Processo de cobrança: 915190/14 Valor: R$.5.902,83, Processo minerário: 815465/98 - Processo de cobrança: 915189/14 Valor: R$.7.719,53
Titular: mv Pedras e Materiais de Construção Ltda Epp Cpf/cnpj :00.947.976/0001-76 - Processo minerário: 815584/01 - Processo de cobrança: 915193/14 Valor: R$.1.541,63
Titular: Nascimento Extração e Comércio de Areia Ltda me Cpf/cnpj :01.617.016/0001-00 - Processo minerário: 816007/96 - Processo de cobrança: 915194/14 Valor: R$.2.634,94
Titular: Nicolau Manoel da Silva me Cpf/cnpj :72.449.101/0001-55 - Processo minerário: 816240/95 - Processo de cobrança: 915195/14 Valor: R$.2.405,54
Titular: Olaria Joaia LTDA. Epp Cpf/cnpj :00.191.334/0001-90 - Processo minerário: 815759/01 - Processo de cobrança: 915170/14 Valor: R$.23.937,75
Titular: Oliveira & Neves Ltda Cpf/cnpj :79.300.745/0001-26 - Processo minerário: 815276/99 - Processo de cobrança: 915171/14 Valor: R$.7.273,15, Processo minerário: 816176/96 - Processo de cobrança: 915172/14 Valor: R$.2.458,09
Titular: Osni Pereira me Cpf/cnpj :79.302.261/0001-16 - Processo minerário: 815628/04 - Processo de cobrança: 915153/14 Valor: R$.11.073,64, Processo minerário: 815534/99 - Processo de cobrança: 915150/14 Valor: R$.22.643,19
Titular: Paulo Roberto de Lucca Cpf/cnpj :344.746.419-49 - Processo minerário: 815669/96 - Processo de cobrança: 915175/14 Valor: R$.3.021,66
Titular: Pedreira Caldart Ltda Cpf/cnpj :79.386.850/0001-20 - Processo minerário: 815173/04 - Processo de cobrança: 915178/14 Valor: R$.20.657,20
Titular: Pedreira Joaçaba LTDA. Cpf/cnpj :84.585.306/0001-47 - Processo minerário: 810164/78 - Processo de cobrança: 915179/14 Valor: R$.52.425,40
Titular: Porcelanas Industriais Germer S.A. Cpf/cnpj :86.378.189/0001-76 - Processo minerário: 805897/77 - Processo de cobrança: 915068/14 Valor: R$.1.304,19, Processo minerário: 803462/78 - Processo de cobrança: 915067/14 Valor: R$.1.332,94
Titular: Porto União Extração de Areia Ltda Cpf/cnpj :82.889.528/0001-28 - Processo minerário: 815398/86 - Processo de cobrança: 915177/14 Valor: R$.10.310,71, Processo minerário: 815365/88 - Processo de cobrança: 915197/14 Valor: R$.606,66, Processo minerário: 815420/89 - Processo de cobrança: 915198/14 Valor: R$.1.616,04, Processo minerário: 815419/89 - Processo de cobrança: 915199/14 Valor: R$.1.575,87, Processo minerário: 815910/94 - Processo de cobrança: 915200/14 Valor: R$.7.612,77, Processo minerário: 815910/94 - Processo de cobrança: 915201/14 Valor: R$.10.789,00, Processo minerário: 815909/94 - Processo de cobrança: 915202/14 Valor: R$.2.542,87, Processo minerário: 815909/94 - Processo de cobrança: 915203/14 Valor: R$.5.727,08, Processo minerário: 815962/96 - Processo de cobrança: 915231/14 Valor: R$.5.127,23, Processo minerário: 815962/96 - Processo de cobrança: 915229/14 Valor: R$.5.127,24, Processo minerário: 815028/96 - Processo de cobrança: 915228/14 Valor: R$.10.310,71, Processo minerário: 815364/88 - Processo de cobrança: 915227/14 Valor: R$.5.417,03, Processo minerário: 815364/88 - Processo de cobrança: 915226/14 Valor: R$.5.438,00, Processo minerário: 815365/88 - Processo de cobrança: 915225/14 Valor: R$.5.183,64, Processo minerário: 815365/88 - Processo de cobrança: 915224/14 Valor: R$.5.183,58, Processo minerário: 815366/88 - Processo de cobrança: 915221/14 Valor: R$.5.417,03, Processo minerário: 815420/89 - Processo de cobrança: 915222/14 Valor: R$.8.469,91, Processo minerário: 815419/89 - Processo de cobrança: 915223/14 Valor: R$.8.541,51, Processo minerário: 815431/89 - Processo de cobrança: 915219/14 Valor: R$.10.827,58, Processo minerário: 815366/88 - Processo de cobrança: 915220/14 Valor: R$.5.417,03, Processo minerário: 815433/89 - Processo de cobrança: 915216/14 Valor: R$.10.827,59, Processo minerário: 815432/89 - Processo de cobrança: 915217/14 Valor: R$.10.827,58, Processo minerário: 815431/97 - Processo de cobrança: 915218/14 Valor: R$.10.827,59, Processo minerário: 815373/97 - Processo de cobrança: 915213/14 Valor: R$.10.827,59, Processo minerário: 815430/97 - Processo de cobrança: 915214/14 Valor: R$.10.828,40, Processo minerário: 815031/92 - Processo de cobrança: 915215/14 Valor: R$.10.827,59, Processo minerário: 815002/03 - Processo de cobrança: 915210/14 Valor: R$.5.705,03, Processo minerário: 815001/03 - Processo de cobrança: 915211/14 Valor: R$.5.705,03, Processo minerário: 815588/94 - Processo de cobrança: 915212/14 Valor: R$.10.827,58, Processo minerário: 815280/92 - Processo de cobrança: 915209/14 Valor: R$.8.874,79, Processo minerário: 815280/92 - Processo de cobrança: 915208/14 Valor: R$.8.094,54, Processo minerário: 815281/92 - Processo de cobrança: 915207/14 Valor: R$.8.878,75, Processo minerário: 815281/92 - Processo de cobrança: 915206/14 Valor: R$.8.096,57
Titular: Radial Engenharia Construções e Dragagens Ltda Cpf/cnpj :85.150.985/0001-94 - Processo minerário: 815111/03 - Processo de cobrança: 915120/14 Valor: R$.1.228,08
Titular: Sebastião Gonçalves Epp Cpf/cnpj :82.980.152/0001-62 - Processo minerário: 815379/88 - Processo de cobrança: 915122/14 Valor: R$.18.331,82, Processo minerário: 815218/99 - Processo de cobrança: 915123/14 Valor: R$.24.820,84
Titular: Sueli Martins Ventura me Cpf/cnpj :85.269.058/0001-98 - Processo minerário: 815097/94 - Processo de cobrança: 915125/14 Valor: R$.1.247,82, Processo minerário: 815255/05 - Processo de cobrança: 915126/14 Valor: R$.380,50
Titular: Tecmicer - Mineração Comércio e Transporte de Minérios Cerâmicos Ltda Cpf/cnpj :03.207.155/0001-91 - Processo minerário: 815419/02 - Processo de cobrança: 915143/14 Valor: R$.6.218,67
Titular: Terfal MAT. CONST. Ltda Cpf/cnpj :83.945.022/0001-51 - Processo minerário: 815380/88 - Processo de cobrança: 915124/14 Valor: R$.6.335,03, Processo minerário: 815152/03 - Processo de cobrança: 915264/14 Valor: R$.446,60, Processo minerário: 815256/01 - Processo de cobrança: 915263/14 Valor: R$.1.786,89, Processo minerário: 815019/06 - Processo de cobrança: 915262/14 Valor: R$.477,15, Processo minerário: 815001/01 - Processo de cobrança: 915261/14 Valor: R$.3.701,50
Titular: Terranova Brasil Ltda Cpf/cnpj :01.603.889/0001-64 - Processo minerário: 815308/03 - Processo de cobrança: 915180/14 Valor: R$.20.969,26, Processo minerário: 815294/02 - Processo de cobrança: 915181/14 Valor: R$.19.752,73
Titular: Terraplanagem e Transportes Augusto Ltda Cpf/cnpj :01.185.136/0001-86 - Processo minerário: 815337/97 - Processo de cobrança: 915182/14 Valor: R$.37.929,47
Titular: Terraplenagem Boos Ltda me Cpf/cnpj :02.294.987/0001-20 - Processo minerário: 815412/03 - Processo de cobrança: 915151/14 Valor: R$.3.413,15
Titular: Terraplenagem Kohler Ltda Cpf/cnpj :83.602.300/0001-78 - Processo minerário: 815269/83 - Processo de cobrança: 915165/14 Valor: R$.53.121,77
Titular: Terraplenagem Roncaglio Ltda Cpf/cnpj :82.756.982/0001-00 - Processo minerário: 815588/10 - Processo de cobrança: 915164/14 Valor: R$.18.970,06, Processo minerário: 815248/02 - Processo de cobrança: 915154/14 Valor: R$.29.112,23
Titular: Transpereira Construção e Terraplanagem Ltda Cpf/cnpj :79.294.914/0001-62 - Processo minerário: 815448/02 - Processo de cobrança: 915167/14 Valor: R$.21.653,79
Titular: Valério Stange Cpf/cnpj :538.873.799-34 - Processo minerário: 815261/01 - Processo de cobrança: 915166/14 Valor: R$.1.196,89
Titular: Votorantim Cimentos Brasil s a Cpf/cnpj :96.824.594/0001-24 - Processo minerário: 1748/41 - Processo de cobrança: 915100/14 Valor: R$.15.091,41, Processo minerário: 803033/74 - Processo de cobrança: 915101/14 Valor: R$.82.335,02
Titular: Votorantim Cimentos s a Cpf/cnpj :01.637.895/0001-32 - Processo minerário: 4067/67 - Processo de cobrança: 915102/14 Valor: R$.9.693,13, Processo minerário: 803605/68 - Processo de cobrança: 915105/14 Valor: R$.18,97, Processo minerário: 820273/69 - Processo de cobrança: 915104/14 Valor: R$.14,09, Processo minerário: 809838/71 - Processo de cobrança: 915106/14 Valor: R$.21.863,57, Processo minerário: 814889/70 - Processo de cobrança: 915108/14 Valor: R$.3.018,05, Processo minerário: 819001/70 - Processo de cobrança: 915109/14 Valor: R$.481,51, Processo minerário: 9007/67 - Processo de cobrança: 915110/14 Valor: R$.4.815,11, Processo minerário: 800842/69 - Processo de cobrança: 915112/14 Valor: R$.4.385,19, Processo minerário: 816896/69 - Processo de cobrança: 915115/14 Valor: R$.3.955,27, Processo minerário: 814112/68 - Processo de cobrança: 915113/14 Valor: R$.21.110,64, Processo minerário: 802731/71 - Processo de cobrança: 915114/14 Valor: R$.17.193,35, Processo minerário: 800205/71 - Processo de cobrança: 915107/14 Valor: R$.6.560,59

RELAÇÃO Nº 23/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carbonífera Belluno LTDA. - 14935/36 - Not.58/2014 - R$ 2.562,55, 14935/36 - Not.59/2014 - R$ 2.562,55, 14935/36 - Not.60/2014 - R$ 2.562,55, 14935/36 - Not.61/2014 - R$ 2.562,55, 14935/36 - Not.62/2014 - R$ 2.729,37, 14935/36 - Not.63/2014 - R$ 3.017,19, 14935/36 - Not.64/2014 - R$ 3.017,19, 14935/36 - Not.65/2014 - R$ 2.729,37

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cooperativa de Extração de Carvão Mineral Dos Trabalhadores de Criciúma - 815706/04 - Not.606/2013 - R$ 2.496,65, 815706/04 - Not.608/2013 - R$ 2.496,65, 815706/04 - Not.609/2013 - R$ 2.496,65
Minageo LTDA. - 815398/97 - Not.615/2013 - R$ 4.946,05, 815398/97 - Not.616/2013 - R$ 4.946,05, 815398/97 - Not.617/2013 - R$ 4.946,05

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

## SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aema Ceramica LTDA. - 820079/12 - A.I. 49/14
Antonio Bassaneze Tambau - 820393/09 - A.I. 17/14
Cerâmica Alfagrês Industria e Comércio Ltda - 821391/12 - A.I. 79/14
Cerâmica Urubi Ltda - 821215/12 - A.I. 70/14
Chiarelli Mineracao Ltda - 820277/07 - A.I. 14/14
Concresp Mineração e Comércio LTDA. Epp - 821194/10 - A.I. 34/14, 820205/02 - A.I. 5/14
Contil Indústria e Comércio Ltda - 820489/10 - A.I. 28/14
Danilo Tomasella - 820003/06 - A.I. 10/14
Eduardo Rogério Perez - 820223/12 - A.I. 50/14, 820224/12 - A.I. 51/14
Fanny Karine de Paula Silva Petriglia - 821189/11 - A.I. 41/14, 821190/11 - A.I. 42/14
Francisco Roque Ruiz - 820664/11 - A.I. 38/14
Itafonte Comércio e Exploração de Água Mineral Ltda - 820013/11 - A.I. 35/14
Jnc Comercio de Areia Ltda me - 820184/13 - A.I. 84/14
José Antonio Martins Coelho - 821322/12 - A.I. 76/14
José Roberto Colnaghi - 821333/12 - A.I. 77/14
Jose Roberto Jung Santos - 821121/12 - A.I. 57/14, 821122/12 - A.I. 58/14, 821123/12 - A.I. 59/14, 821124/12 - A.I. 60/14, 821125/12 - A.I. 61/14, 821128/12 - A.I. 64/14, 821126/12 - A.I. 62/14, 821127/12 - A.I. 63/14
Leboox Distribuidora de Produtos de Beleza Ltda - 821350/11 - A.I. 48/14, 820112/13 - A.I. 83/14
Luiz Manoel Moreira Farrapo - 821277/11 - A.I. 47/14, 820312/12 - A.I. 53/14
Luiz Umberto Cavaçana - 821114/10 - A.I. 32/14, 821116/10 - A.I. 33/14
Magno Mario Pinto - 820150/99 - A.I. 1/14
Mangalarga Comércio de Prod Agropecuários Ltda - 820610/05 - A.I. 9/14
Mansur Rodrigues me - 821122/11 - A.I. 39/14
Marcos Carvalho - 821193/12 - A.I. 69/14, 821159/12 - A.I. 65/14
Marcos Rogério da Silva Ferreira - 821232/11 - A.I. 44/14
Maria Gertrudes Dias Tavares - 820071/13 - A.I. 81/14, 820072/13 - A.I. 82/14
Mario Roberto de Carvalho - 820861/10 - A.I. 29/14
Marisa de Barros Saad - 820053/07 - A.I. 11/14, 820055/07 - A.I. 12/14
Mauricio Ocleciano de Almeida Passos - 821106/12 - A.I. 56/14
Minalice Mineração LTDA. - 820015/13 - A.I. 80/14
Mineração e Calcário Vitti LTDA. - 821178/11 - A.I. 40/14, 820146/07 - A.I. 13/14
Mineração Mogi-guaçu Ltda - Epp - 821221/11 - A.I. 43/14, 820317/12 - A.I. 54/14, 821274/12 - A.I. 75/14
Mineração Silmina Ltda - 820801/99 - A.I. 2/14, 820803/99 - A.I. 3/14, 820804/99 - A.I. 4/14
Mineração Turvo LTDA. - 821380/12 - A.I. 78/14
Mineral Projects Consultoria Ltda - 820270/10 - A.I. 27/14
Minneradora k Escavadeiras Ltda - 820323/08 - A.I. 15/14, 820324/08 - A.I. 16/14
Neiva p. d. Camargo me - 821188/12 - A.I. 68/14
Nova América Terras LTDA. - 821253/12 - A.I. 71/14, 821254/12 - A.I. 72/14, 821255/12 - A.I. 73/14, 821256/12 - A.I. 74/14
Porto de Areia Xingu LTDA. Epp - 821001/10 - A.I. 30/14
Potiguara Empreendimentos Imobiliários Ltda - 820133/11 - A.I. 36/14, 820134/11 - A.I. 37/14
Roberto Figueiredo do Amaral - 821233/11 - A.I. 45/14, 821255/11 - A.I. 46/14
Soares Transporte de Cargas e Comércio de Materiais Para Construção Ltda me - 820301/12 - A.I. 52/14
Tamba Ceramica Vermelha Ltda Epp - 821078/10 - A.I. 31/14
Terra Mater Participações e Empreendimentos LTDA. - 821116/02 - A.I. 6/14, 821119/02 - A.I. 7/14
Usina Mandu S/a - 821183/02 - A.I. 8/14
Usina Paulista de Britagem Pedreira São Jerônimo LTDA. - 821041/12 - A.I. 55/14
Vetria Mineração s a. - 820828/09 - A.I. 18/14, 820829/09 - A.I. 19/14, 820830/09 - A.I. 20/14, 820832/09 - A.I. 21/14, 820833/09 - A.I. 22/14, 820834/09 - A.I. 23/14, 820835/09 - A.I. 24/14, 820838/09 - A.I. 25/14, 820840/09 - A.I. 26/14
Vivaldo Esteves de Freitas - 821182/12 - A.I. 67/14
Waldir Mariano de Oliveira - 821171/12 - A.I. 66/14

RELAÇÃO Nº 18/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Areias Vieira S.a Cpf/cnpj :58.127.283/0001-17 - Processo minerário: 820157/83 - Processo de cobrança: 921312/13 Valor: R$.29.414,16
Titular: Armando Angelini Cpf/cnpj :002.558.078-72 - Processo minerário: 854/59 - Processo de cobrança: 920992/13 Valor: R$.38.824,07
Titular: Basalto Pedreira e Pavimentação LTDA. Cpf/cnpj :48.302.640/0001-82 - Processo minerário: 820441/81 - Processo de cobrança: 921011/13 Valor: R$.78.238,60
Titular: Cerâmica a Battocchio Ltda Epp Cpf/cnpj :00.022.625/0001-54 - Processo minerário: 820320/98 - Processo de cobrança: 920116/14 Valor: R$.3.735,44
Titular: Dutra Extração de Areia LTDA. Cpf/cnpj :48.098.701/0001-31 - Processo minerário: 821019/98 - Processo de cobrança: 921488/13 Valor: R$.5.800,47
Titular: Extrabase Extração, Comércio e Trasnportes LTDA. Cpf/cnpj :04.298.888/0001-41 - Processo minerário: 820478/88 - Processo de cobrança: 921012/13 Valor: R$.1.401.207,44
Titular: Ipanema Indústria e Comércio de Bebidas Ltda Cpf/cnpj :04.656.775/0001-70 - Processo minerário: 820814/01 - Processo de cobrança: 920110/14 Valor: R$.53.708,70
Titular: Jomane Porto de Areia LTDA. - Epp Cpf/cnpj :56.220.791/0001-10 - Processo minerário: 820583/89 - Processo de cobrança: 921554/13 Valor: R$.29.198,11
Titular: Mineração Quiririm LTDA. Cpf/cnpj :01.177.420/0001-00 - Processo minerário: 820621/97 - Processo de cobrança: 921087/13 Valor: R$.1.096,98
Titular: Mineradora Pedrix Ltda Cpf/cnpj :01.290.096/0001-32 - Processo minerário: 820270/87 - Processo de cobrança: 921050/13 Valor: R$.4.265.211,91
Titular: Pedreira Mongagua Limitada Cpf/cnpj :49.642.887/0001-00 - Processo minerário: 801841/77 - Processo de cobrança: 921184/13 Valor: R$.1.140,91, Processo minerário: 820380/83 - Processo de cobrança: 920117/14 Valor: R$.7.309,25, Processo minerário: 820224/94 - Processo de cobrança: 920118/14 Valor: R$.46.316,46
Titular: T.W.N. Extração, Comércio e Transporte de Minérios LTDA. Cpf/cnpj :59.148.759/0001-69 - Processo minerário: 820865/97 - Processo de cobrança: 921491/13 Valor: R$.8.363,09
Titular: Trevisi & Trevisi Ltda Cpf/cnpj :57.168.106/0001-16 - Processo minerário: 820985/99 - Processo de cobrança: 921490/13 Valor: R$.20.102,41
Titular: Universal Extração e Comércio de Minérios Ltda Cpf/cnpj :00.246.886/0001-58 - Processo minerário: 820360/94 - Processo de cobrança: 920996/13 Valor: R$.12.142,01

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

## SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 27/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
ad Bras Mineradora Ltda - 864399/11 - A.I. 503/14, 864046/11 - A.I. 194/14
Adão Heleno Rodrigues - 864578/07 - A.I. 567/14
Adher Empreendimentos LTDA. - 864431/11 - A.I. 453/14, 864430/11 - A.I. 452/14, 864231/11 - A.I. 447/14, 864426/11 - A.I. 386/14, 864425/11 - A.I. 385/14, 864424/11 - A.I. 384/14, 864423/11 - A.I. 383/14, 864422/11 - A.I. 382/14, 864421/11 - A.I. 381/14, 864420/11 - A.I. 380/14, 864418/11 - A.I. 379/14, 864072/11 - A.I. 471/14, 864432/11 - A.I. 468/14, 864433/11 - A.I. 411/14, 864428/11 - A.I. 410/14, 864427/11 - A.I. 409/14, 864429/11 - A.I. 408/14, 864230/11 - A.I. 398/14, 864229/11 - A.I. 397/14, 864071/11 - A.I. 302/14
Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864558/10 - A.I. 477/14, 864082/10 - A.I. 126/14, 864103/10 - A.I. 132/14
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864309/09 - A.I. 65/14, 864187/10 - A.I. 55/14, 864310/09 - A.I. 118/14, 864137/10 - A.I. 117/14, 864217/11 - A.I. 188/14, 864517/11 - A.I. 240/14, 864583/10 - A.I. 330/14, 864652/10 - A.I. 280/14, 864170/11 - A.I. 336/14
André Luiz Pereira - 864226/11 - A.I. 405/14
Aperam Inox América do Sul S.A. - 864148/11 - A.I. 220/14, 864201/11 - A.I. 218/14, 864200/11 - A.I. 217/14
Dominas Domingas Coelho Mineração Ltda - 864244/11 - A.I. 187/14, 864243/11 - A.I. 186/14, 864242/11 - A.I. 185/14, 864241/11 - A.I. 184/14, 864240/11 - A.I. 183/14, 864239/11 - A.I. 182/14, 864259/11 - A.I. 258/14, 864258/11 - A.I. 257/14, 864257/11 - A.I. 256/14, 864251/11 - A.I. 255/14, 864250/11 - A.I. 254/14, 864248/11 - A.I. 253/14, 864246/11 - A.I. 252/14, 864245/11 - A.I. 251/14
Eaglestar Petróleo e Mineração do Brasil Ltda - 864467/11 - A.I. 245/14, 864466/11 - A.I. 244/14, 864464/11 - A.I. 243/14, 864570/11 - A.I. 207/14
Eraldo Della Vedova de Araujo - 864720/11 - A.I. 573/14
Freire Garcia Vieira Advogados s c - 864334/09 - A.I. 60/14
Geobraz Exploration Ltda me - 864411/10 - A.I. 234/14
Geoveritas Geologia e Serviços Ltda - 864369/11 - A.I. 587/14
Guido Magalhães Arantes - 864390/11 - A.I. 242/14, 864389/11 - A.I. 241/14
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 864076/12 - A.I. 539/14, 864057/12 - A.I. 538/14
Janos Pereira Lelis - 864088/11 - A.I. 305/14, 864176/10 - A.I. 128/14
José Luiz Rossatti - 864191/11 - A.I. 334/14, 864147/10 - A.I. 275/14
Jose Wilson Siqueira Campos Junior - 864482/10 - A.I. 346/14, 864481/10 - A.I. 345/14, 864480/10 - A.I. 344/14
Laurivaldo Dias - 864045/10 - A.I. 80/14, 864532/10 - A.I. 262/14, 864531/10 - A.I. 261/14, 864530/10 - A.I. 260/14
Manoel Simão da Silva Neto - 864263/10 - A.I. 87/14
Maria de Fátima de Jesus - 864083/10 - A.I. 79/14, 864084/10 - A.I. 75/14
Mhm Mineração Limitada - 864534/10 - A.I. 259/14, 864521/10 - A.I. 266/14, 864095/11 - A.I. 390/14, 864080/11 - A.I. 301/14, 864086/11 - A.I. 291/14, 864632/10 - A.I. 322/14, 864533/10 - A.I. 309/14, 864087/11 - A.I. 306/14, 864105/10 - A.I. 509/14, 864102/11 - A.I. 360/14, 864101/11 - A.I. 359/14, 864099/11 - A.I. 357/14, 864096/11 - A.I. 356/14, 864119/11 - A.I. 355/14, 864118/11 - A.I. 354/14, 864081/11 - A.I. 500/14, 864577/10 - A.I. 480/14, 864576/10 - A.I. 479/14, 864575/10 - A.I. 478/14
Mineração de Calcário Montividiu LTDA. - 864197/09 - A.I. 158/14
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 864002/11 - A.I. 436/14, 864313/11 - A.I. 426/14
Mineradora Roncador sa - 864210/10 - A.I. 267/14, 864305/09 - A.I. 100/14
Minfer do Brazil Mineração Ltda - 864259/10 - A.I. 180/14, 864258/10 - A.I. 179/14, 864257/10 - A.I. 178/14, 864255/10 - A.I. 177/14
Pedro Roberto Rocha - 864166/11 - A.I. 378/14, 864165/11 - A.I. 377/14, 864164/11 - A.I. 376/14, 864163/11 - A.I. 375/14, 864162/11 - A.I. 374/14, 864160/11 - A.I. 372/14, 864159/11 - A.I. 371/14, 864158/11 - A.I. 370/14
Physical Extração Industria e Comércio de Minérios LTDA. - 864177/10 - A.I. 166/14
Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864500/11 - A.I. 461/14, 864501/11 - A.I. 460/14, 864527/11 - A.I. 459/14
Terrativa Minerais S.A. - 864380/10 - A.I. 102/14, 864327/10 - A.I. 99/14
Tiberio Cesar Menezes Ferreira - 864140/11 - A.I. 391/14, 864139/11 - A.I. 351/14, 864628/10 - A.I. 326/14, 864627/10 - A.I. 325/14, 864626/10 - A.I. 324/14
Uarian Ferreira da Silva - 864433/12 - A.I. 553/14
Vórtice Consultoria Mineral - 864248/10 - A.I. 68/14
Votorantim Cimentos n ne s a - 864540/11 - A.I. 463/14
Votorantim Cimentos s a - 864299/11 - A.I. 423/14, 864298/11 - A.I. 422/14, 864297/11 - A.I. 421/14, 864295/11 - A.I. 419/14, 864294/11 - A.I. 418/14, 864293/11 - A.I. 417/14, 864292/11 - A.I. 416/14, 864291/11 - A.I. 415/14, 864290/11 - A.I. 414/14, 864289/11 - A.I. 413/14
Walter Rodrigues Junior - 864412/12 - A.I. 552/14

RÔMULO SOARES MARQUES

## SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

### PORTARIA Nº 29, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 840.016/2006, resolve:
Art. 1° Outorgar à Maria Madelon Alves dos Santos Costa ME., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco, numa área de 43,97ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°45'35,167"S / 35°51'45,508"W; 08°46'01,207"S / 35°51'45,508"W; 08°46'01,207"S / 35°51'51,281"W; 08°45'56,830"S / 35°51'51,281"W; 08°45'56,830"S / 35°52'05,958"W; 08°45'35,167"S / 35°52'05,957"W; 08°45'35,167"S / 35°51'45,508"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°45'35,167"S e Long. 35°51'45,508"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-S; 176,4m-W; 134,5m-N; 448,6m-W; 665,6m-N; 625,0m-E.
Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 38,81 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°45'34,488"S / 35°51'35,167"W; 08°45'54,766"S / 35°51'35,167"W; 08°45'54,766"S / 35°51'55,551"W; 08°45'34,488"S / 35°51'55,551"W; 08°45'34,488"S / 35°51'35,167"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°45'34,488"S e Long. 35°51'35,167"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 623,0m-S; 623,0m-W; 623,0m-N; 623,0m-E.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA Nº 30, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.559/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à Extração e Comércio Areia e Argila Ciancaglio Ltda. ME, concessão para lavrar Areia, no Município de São João da Boa Vista/Estado de São Paulo, numa área de 11,64ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°01'15,897"S/46°44'58,641"W; 22°01'18,301"S/46°44'58,641"W; 22°01'18,301"S/46°44'56,160"W; 22°01'22,631"S/46°44'56,160"W; 22°01'22,631"S/46°44'54,286"W; 22°01'23,368"S/46°44'54,286"W; 22°01'23,368"S/46°44'52,143"W; 22°01'32,020"S/46°44'52,143"W; 22°01'32,020"S/46°44'50,565"W; 22°01'37,666"S/46°44'50,565"W; 22°01'37,666"S/46°44'51,423"W; 22°01'38,918"S/46°44'51,423"W; 22°01'38,918"S/46°44'52,692"W; 22°01'45,220"S/46°44'52,692"W; 22°01'45,220"S/46°44'44,639"W; 22°01'47,337"S/46°44'44,639"W; 22°01'47,337"S/46°44'43,573"W; 22°01'48,401"S/46°44'43,573"W; 22°01'48,401"S/46°44'42,348"W; 22°01'50,686"S/46°44'42,348"W; 22°01'50,686"S/46°44'39,067"W; 22°01'53,519"S/46°44'39,067"W; 22°01'53,519"S/46°44'37,556"W; 22°01'55,398"S/46°44'37,556"W; 22°01'55,398"S/46°44'36,510"W; 22°01'56,373"S/46°44'36,510"W; 22°01'56,373"S/46°44'39,067"W; 22°01'54,636"S/46°44'39,067"W; 22°01'54,636"S/46°44'40,577"W; 22°01'53,519"S/46°44'40,577"W; 22°01'53,519"S/46°44'41,408"W; 22°01'52,003"S/46°44'41,408"W; 22°01'52,003"S/46°44'43,573"W; 22°01'50,686"S/46°44'43,573"W; 22°01'50,686"S/46°44'44,639"W; 22°01'49,369"S/46°44'44,639"W; 22°01'49,369"S/46°44'46,658"W; 22°01'47,337"S/46°44'46,658"W; 22°01'47,337"S/46°44'54,820"W; 22°01'37,666"S/46°44'54,820"W; 22°01'37,666"S/46°44'53,227"W; 22°01'33,951"S/46°44'53,227"W; 22°01'33,951"S/46°44'54,017"W; 22°01'26,606"S/46°44'54,017"W; 22°01'26,606"S/46°44'55,306"W; 22°01'25,157"S/46°44'55,306"W; 22°01'25,157"S/46°44'56,962"W; 22°01'23,517"S/46°44'56,962"W; 22°01'23,517"S/46°44'59,223"W; 22°01'19,729"S/46°44'59,223"W; 22°01'19,729"S/46°45'01,122"W; 22°01'15,897"S/46°45'01,122"W; 22°01'15,897"S/46°44'58,641"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°01'15,897"S e Long. 46°44'58,641"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 73,9m-S; 71,2m-E; 133,2m-S; 53,8m-E; 22,7m-S; 61,5m-E; 266,1m-S; 45,3m-E; 173,7m-S; 24,6m-W; 38,5m-S; 36,4m-W; 193,8m-S; 230,9m-E; 65,1m-S; 30,6m-E; 32,7m-S; 35,1m-E; 70,3m-S; 94,1m-E; 87,1m-S; 43,3m-E; 57,8m-S; 30,0m-E; 30,0m-S; 73,3m-W; 53,4m-N; 43,3m-W; 34,4m-N; 23,8m-W; 46,6m-N; 62,1m-W; 40,5m-N; 30,6m-W; 40,5m-N; 57,9m-W; 62,5m-N; 234,1m-W; 297,5m-N; 45,7m-E; 114,3m-N; 22,7m-W; 225,9m-N; 37,0m-W; 44,6m-N; 47,5m-W; 50,4m-N; 64,8m-W; 116,5m-N; 54,5m-W; 117,9m-N; 71,2m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

**PORTARIA Nº 31, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 800.223/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à Casa Grande Mineração Ltda., concessão para lavrar Filito, nos Municípios de Uruoca e Martinópole, Estado do Ceará, numa área de 575,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 03°13'57,981"S / 40°40'11,078"W; 03°15'19,371"S / 40°40'11,078"W; 03°15'19,370"S / 40°41'25,578"W; 03°13'57,980"S / 40°41'25,576"W; 03°13'57,981"S / 40°40'11,078"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 7100,0m, no rumo verdadeiro de 44°54'59"997 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 03°11'14,300"S e Long. 40°37'28,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-S; 2300,0m-W; 2500,0m-N; 2300,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

**PORTARIA Nº 32, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 840.070/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à CBE - Companhia Brasileira de Equipamento, concessão para lavrar Granito, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, numa área de 49,98ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°08'45,929"S/34°59'59,277"W; 08°08'45,929"S/35°00'25,117"W; 08°08'19,889"S/35°00'25,116"W; 08°08'19,889"S/35°00'10,384"W; 08°08'23,144"S/35°00'10,384"W; 08°08'23,144"S/35°00'08,750"W; 08°08'26,399"S/35°00'08,750"W; 08°08'26,399"S/35°00'07,117"W; 08°08'29,654"S/35°00'07,117"W; 08°08'29,654"S/35°00'05,484"W; 08°08'32,909"S/35°00'05,484"W; 08°08'32,909"S/35°00'03,850"W; 08°08'36,164"S/35°00'03,850"W; 08°08'36,164"S/35°00'02,217"W; 08°08'39,419"S/35°00'02,217"W; 08°08'39,419"S/35°00'00,584"W; 08°08'42,674"S/35°00'00,584"W; 08°08'42,674"S/34°59'59,277"W; 08°08'45,929"S/34°59'59,277"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2921,0m, no rumo verdadeiro de 60°02'59"997 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°09'33,400"S e Long. 34°58'36,600"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 791,0m-W; 800,0m-N; 451,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 40,0m-E; 100,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

**PORTARIA Nº 33, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.444/1987, resolve:

Art. 1º Fica retificada a concessão de lavra de Granito, outorgada pela Portaria nº 036, de 22.2.2000, publicada no D.O.U. de 23.2.2000, de que é titular Saibrita Mineração e Construção Ltda., (Processo DNPM nº 815.444/1987) tendo em vista o desmembramento que trata o processo DNPM nº 815.105/2012, passando a área remanescente ter a seguinte descrição: uma área de 19,13ha, no Município de São José, Estado de Santa Catarina, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°32'22,903"S/48°42'39,740"W; 27°32'22,903"S / 48°42'56,031"W; 27°32'08,996"S / 48°42'56,030"W; 27°32'08,997"S / 48°42'39,740"W; 27°32'22,903"S / 48°42'39,740"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°32'22,903"S e Long. 48°42'39,740"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 447,0m-W; 428,1m-N; 447,0m-E; 428,1m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.06)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

**PORTARIA Nº 34, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.387/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pedreira Mandirituba Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de Mandirituba, Estado do Paraná, numa área de 32,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°48'48,530"S / 49°16'12,887"W; 25°48'51,781"S / 49°16'12,887"W; 25°48'51,781"S / 49°16'09,297"W; 25°48'55,030"S / 49°16'09,297"W; 25°48'55,030"S / 49°16'05,706"W; 25°49'01,513"S / 49°16'05,706"W; 25°49'01,513"S / 49°16'39,815"W; 25°48'53,405"S / 49°16'39,815"W; 25°48'53,405"S / 49°16'32,725"W; 25°48'48,530"S / 49°16'32,725"W; 25°48'48,530"S / 49°16'12,887"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°48'48,530"S e Long. 49°16'12,887"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,1m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 199,5m-S; 950,1m-W; 249,5m-N; 197,5m-E; 150,0m-N; 552,6m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

**PORTARIA Nº 35, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 864.000/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mito Mineração Tocantins Ltda. ME, concessão para lavrar Minério de Zircônio, nos Municípios de Palmeirópolis e Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins, numa área de 2.957,90ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°58'40,819"S / 48°33'37,930"W; 12°53'10,725"S / 48°33'37,930"W; 12°53'10,724"S / 48°33'04,760"W; 12°50'34,332"S / 48°33'04,766"W; 12°50'34,330"S / 48°32'21,653"W; 12°58'40,815"S / 48°32'21,612"W; 12°58'40,819"S / 48°33'37,930"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2100,0m, no rumo verdadeiro de 30°35'59"997 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°57'42,000"S e Long. 48°34'13,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 10144,0m-N; 1000,0m-E; 4806,0m-N; 1300,0m-E; 14950,0m-S; 2300,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

**PORTARIA Nº 75, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.007067/2013-93, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.406, de 29 de outubro de 2013, de titularidade da empresa CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.611/0001-04, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de outubro de 2013 e são de exclusiva responsabilidade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias da sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA | | | | | |
| PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO | | | | | |
| 01 | Nome Empresarial | | | 02 | CNPJ |
| | CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista | | | | 02.998.611/0001-04 |
| 03 | Logradouro | | | 04 | Número |
| | Rua Casa do Ator | | | | 1.155 |
| 05 | Complemento | 06 | Bairro/Distrito | 07 | CEP |
| | Andar 9 | | Vila Olímpia | | 04.546-004 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 | Município<br>São Paulo | 09 | UF<br>SP | 10 | Telefone<br>(11) 3138-7000 |

| | | |
|---|---|---|
| 11 | DADOS DO PROJETO | |
| Nome do Projeto | Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.406, de 29 de outubro de 2013). | |
| Descrição do Projeto | Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, compreendendo:<br>I - Subestação Bom Jardim:<br>a) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC1, em 138 kV, de 50 Mvar;<br>b) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC2, em 138 kV, de 50 Mvar;<br>c) instalação de um Módulo de Conexão 138 kV, Arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para os dois Bancos de Capacitores em Derivação BC1 e BC2, em 138 kV, de 50 Mvar cada;<br>d) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC3, em 88 kV, de 50 Mvar;<br>e) instalação de um Módulo de Conexão 88 kV, Arranjo Barra Dupla a Três Chaves, para o Banco de Capacitores em Derivação BC3, em 88 kV, de 50 Mvar; e<br>f) complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, referente à instalação de um Módulo de Conexão em 138 kV e de um Módulo de Conexão em 88 kV para os Bancos de Capacitores a serem instalados;<br>II - Subestação Cabreúva:<br>a) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC1, em 230 kV, de 100 Mvar;<br>b) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC2, em 230 kV, de 100 Mvar;<br>c) instalação de um Módulo de Conexão 230 kV, Arranjo Barra Dupla a Seis Chaves, para os dois Bancos de Capacitores em Derivação BC1 e BC2, em 230 kV, de 100 Mvar cada;<br>d) complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, referente à instalação de um Módulo de Conexão em 230 kV, para os dois Bancos de Capacitores a serem instalados; e<br>e) substituição do atual Disjuntor de Interligação de Barramentos 230 kV por um Disjuntor 230 kV Tripolar com Acionamento Monopolar e com Sincronizador;<br>III - Subestação Ribeirão Preto:<br>a) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC1, em 138 kV, de 50 Mvar;<br>b) instalação de um Banco de Capacitores em Derivação BC2, em 138 kV, de 50 Mvar;<br>c) instalação de um Módulo de Conexão 138 kV, Arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para os dois Bancos de Capacitores em Derivação BC1 e BC2, em 138 kV, de 50 Mvar cada; e<br>d) complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, referente à instalação de um Módulo de Conexão em 138 kV, para os dois Bancos de Capacitores a serem instalados;<br>IV - recapacitação de Trecho de cinquenta e sete quilômetros e novecentos metros da Linha de Transmissão, em 138 kV, Ilha Solteira - UTE Três Lagoas - UTE VCP, Circuito Duplo;<br>V - Subestação Ilha Solteira:<br>a) substituição de três Chaves Seccionadoras e dos Cabos e Conexões do Módulo de Entrada de Linha da Linha de Transmissão, em 138 kV, Ilha Solteira - Três Lagoas C1; e<br>b) substituição de três Chaves Seccionadoras, três Transformadores de Corrente, duas Bobinas de Bloqueio e dos Cabos e Conexões do Módulo de Entrada de Linha da Linha de Transmissão, em 138 kV, Ilha Solteira - Três Lagoas C2. | |
| Período de Execução | De 11/11/2013 a 11/09/2015: Itens I e II, da Descrição do Projeto;<br>De 11/11/2013 a 11/10/2015: Item III, da Descrição do Projeto; e<br>De 11/11/2013 a 11/11/2015: Itens IV e V, da Descrição do Projeto. | |
| Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)] | Municípios de Jundiaí, Cabreúva e Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Selvíria e Três Lagoas, Estado de Mato Grasso do Sul. | |
| 12 | PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA | |
| Nome: Reynaldo Passanezi Filho. | | CPF: 056.264.178-50. |
| Nome: Marcos José Lopes Filho. | | CPF: 719.763.104-15. |
| Nome: Carisa Santos Portela Cristal. | | CPF: 251.266.718-98. |
| 13 | ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 37.426.601,76. | |
| Serviços | 23.827.581,43. | |
| Outros | 3.447.973,48. | |
| Total (1) | 64.702.156,67. | |
| 14 | ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 35.540.083,97. | |
| Serviços | 21.985.552,09. | |
| Outros | 3.238.907,40. | |
| Total (2) | 60.764.543,46. | |

**PORTARIA Nº 76, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000535/2014-80, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.272, de 6 de agosto de 2013, de titularidade da empresa Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.715.812/0001-31, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de dezembro de 2013 e são de exclusiva responsabilidade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias da sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | | | | | |
| INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA | | | | | |
| PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO | | | | | |
| 01 | Nome Empresarial<br>Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT | | | 02 | CNPJ<br>92.715.812/0001-31 |
| 03 | Logradouro<br>Av. Joaquim Porto Villanova | | | 04 | Número<br>201 |
| 05 | Complemento<br>Prédio A1, 7º Andar, Sala 722 | 06 | Bairro/Distrito<br>Jardim Carvalho | 07 | CEP<br>91410-400 |
| 08 | Município<br>Porto Alegre | 09 | UF<br>RS | 10 | Telefone<br>(51) 3382 - 4530 |

| | | |
|---|---|---|
| 11 | DADOS DO PROJETO | |
| Nome do Projeto | Reforços na Subestação Pelotas 3 (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.272, de 6 de agosto de 2013). | |
| Descrição do Projeto | Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativo à Subestação Pelotas 3, compreendendo:<br>I - complementação do Módulo de Infraestrutura Geral da Subestação Pelotas 3 com um Módulo de Infraestrutura de Manobra em 138 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência, e Três Módulos de Infraestrutura de Manobra em 13,8 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência;<br>II - instalação do Segundo Transformador Trifásico 138/13,8 kV, de 25 MVA;<br>III - instalação de um Módulo de Conexão de Transformador em 138 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência;<br>IV - instalação de um Módulo de Conexão de Transformador em 13,8 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência;<br>V - instalação de um Módulo de Interligação de Barras em 13,8 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência;<br>VI - instalação de um Disjuntor de Interligação de Semibarras 13,8 kV; e<br>VII - realocação de um Módulo de Entrada de Linha em 13,8 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência. | |
| Período de Execução | De 12/08/2013 a 12/08/2015. | |
| Localidade do Projeto [Município/UF] | Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. | |
| 12 | PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA | |
| Nome: Gerson Carrion de Oliveira. | | CPF: 191.729.400-00. |
| Nome: Diego Mizette Oliz. | | CPF: 976.799.760-15. |
| Nome: Rodrigo Gomes Wallau. | | CPF: 928.849.380-87. |
| 13 | ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 4.953.685,36. | |
| Serviços | 340.205,84. | |
| Outros | 592.437,30. | |
| Total (1) | 5.886.328,50. | |
| 14 | ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 4.535.504,85. | |
| Serviços | 311.738,02. | |
| Outros | 542.457,00. | |
| Total (2) | 5.389.699,87. | |

## Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

### CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera a Resolução CZPE nº 1, de 15 de maio de 2009, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE.

O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, no uso das atribuições conferidas pelo inciso XIII do artigo 2º do Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º do mesmo Decreto, e conforme decisão em sua XIV Reunião Ordinária realizada em 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso XVIII ao artigo 7º do Regimento Interno aprovado pela Resolução CZPE nº 1, de 15 de maio de 2009:

"Art.7º.....

.....

XVIII - os membros do CZPE deverão ser comunicados, com antecedência mínima de 5 dias úteis, da publicação de resolução ad referendum de que trata o inciso XVI, podendo qualquer membro do CZPE, neste prazo, pedir vista da matéria com efeito suspensivo na publicação da referida resolução até a retirada do pedido de vista ou até a deliberação em reunião presencial do Conselho." (NR)

Art 2º Acrescente-se o seguinte inciso V ao artigo 11 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CZPE nº 1, de 15 de maio de 2009:

"Art.11.....

V - pedir vista, quando for o caso, de matéria objeto de resolução ad referendum, observado o prazo estabelecido no artigo 7º, inciso XVIII." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SCHAEFER
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BALANÇO PATRIMONIAL

# BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS

CNPJ Nº33.657.248/0001-89

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2013

**Senhor acionista e demais interessados:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES relativas ao exercício de 2013, segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

## *I. AMBIENTE MACROECONÔMICO*

O ano de 2013 foi marcado por mudanças importantes no cenário macroeconômico global. A economia americana mostra, nos últimos trimestres, um dinamismo não antecipado pelas expectativas de mercado. Na Zona do Euro, a atuação do Banco Central Europeu – com as linhas assistenciais de liquidez aos bancos e sua assunção efetiva como emprestador de última instância, dissipou de maneira mais contundente os riscos associados a uma desintegração da união monetária. Na China, a despeito da desaceleração do crescimento em relação à média dos últimos anos, as reformas pró-mercado – em especial a liberalização da conta financeira do balanço de pagamentos – tendem a corrigir os desequilíbrios oriundos da expansão acelerada dos últimos anos.

O fato mais marcante de 2013 no cenário macroeconômico internacional foi, e continuará sendo por algum tempo, os rumos da política monetária norte-americana. Nesse sentido, vale uma breve retrospectiva. Desde que a economia mundial foi atingida pela crise financeira internacional, os bancos centrais ao redor do mundo executaram, quase instantaneamente e de maneira coordenada, um movimento maciço de relaxamento monetário global. O Federal Reserve, banco central americano, mantém sua taxa básica de juros (*Fed Funds Rate*) entre 0% e 0,25% desde dezembro/2008, fenômeno que foi batizado na literatura como "*zero lower bound*". Mesmo com a taxa básica de juros em seus patamares mínimos, não se esgotou a possibilidade de utilização da política monetária como ferramenta de estímulo à demanda agregada da economia. Dois instrumentos não-convencionais estão sendo utilizados desde então, sendo objetos de debates nos fóruns internacionais:

i) *forward guidance* – o FED passou a divulgar, desde dezembro/2012, sua estratégia de reação em termos de taxa básica de juros. A *Fed Funds Rate* manter-se-á nos níveis atuais (entre 0% e 0,25%) até que, pelo menos, a taxa de desemprego supere 6,5%; as expectativas inflacionárias de 1 a 2 anos não ultrapassem em 0,5 p.p. a meta de longo prazo de 2,0% a.a.; e que as expectativas de inflação de longo prazo estejam bem ancoradas; e

ii) compras de ativos financeiros em larga escala – a intenção era reduzir a estrutura a termo de taxas de juros e, por conseguinte, aumentar os preços dos ativos financeiros para, via efeito riqueza, expandir o consumo e o crescimento da economia. Além disso, a compra de ativos também tinha intenção de reduzir as taxas de juros dos financiamentos imobiliários. De fato, a partir de setembro/2012, o FED anunciou o *quantitative easing* 3 (QE3), programa de compras mensais de ativos financeiros de US$ 85 bilhões, divididos em US$ 45 bilhões em US *Treasuries* e US$ 40 bilhões em MBS (*Mortgage Backed Securities*).

Todavia, a partir de meados do primeiro semestre, a economia norte-americana passou a dar sinais, ainda que incipientes, de um crescimento mais acentuado, especialmente no que tange ao comportamento do mercado imobiliário. Essa performance trouxe à tona discussões e especulações acerca da diminuição, do ritmo de relaxamento monetário mensal (de US$ 85 bi) adotado pelo FED – fenômeno batizado de "*tapering*". Em maio/2013, em pronunciamento ao Congresso, o FED sinalizou, pela primeira vez, que havia debates no FOMC (Comitê de Política Monetária dos EUA) na direção de reduzir o volume de compras mensais de ativos financeiros ("*tapering talk*"). Tal fato foi suficiente para que ocorresse uma modificação na alocação de portfólios em nível global, com realinhamento dos preços dos ativos e fortes fluxos de recursos saindo dos mercados emergentes em direção às aplicações de curto prazo nos EUA. O dólar se apreciou em escala mundial, fato que se refletiu em depreciação cambial na maioria dos mercados emergentes, levando à deterioração de suas perspectivas de crescimento no curto prazo.

De fato, em dezembro/2013, o FOMC anunciou a redução de US$ 10 bilhões no seu volume mensal de compras de ativos financeiros, de US$ 85 bi para US$ 75 bi. É importante mencionar que tal fato, conforme ressaltado pelo FED, não se constitui em aperto das condições monetárias, mas sim em uma desaceleração do ritmo de flexibilização. Em outras palavras, a orientação da política monetária americana continua a ser amplamente acomodatícia, de modo a dar suporte a seus dois objetivos fundamentais, quais sejam, o pleno emprego dos fatores de produção e a estabilidade de preços.

Na Zona do Euro, a estratégia escolhida de resolução da crise da região – isto é, consolidação fiscal e reformas estruturais nos países mais vulneráveis – continua a ser seguida. Embora alguns progressos tenham sido realizados, tanto em termos institucionais, como nos fundamentos de alguns países – menores déficits públicos, ajustamento das contas correntes, redução do custo nominal unitário do trabalho etc – o impacto dessas políticas sobre o nível de atividade tem sido intenso. O nível de desemprego na região é bastante elevado, tornando permanentes as tensões sociais.

A atuação mais contundente do BCE desde fins de 2012 trouxe algum alívio à região. Países como Espanha e Itália, que em certo momento de 2012 tiveram seus custos de captação em mercado atingindo níveis bastante elevados, colocando em dúvida a sustentabilidade de suas dívidas públicas, atualmente já conseguem ter acesso a fontes de financiamento via mercado a taxas significativamente mais baixas.

Na China, o nível de atividade vem apresentando um processo de desaceleração mais acentuado do que o inicialmente previsto. A discrepância entre o volume de liquidez na economia e o desempenho da atividade econômica vem suscitando ações das autoridades no sentido de conter a formação de bolhas especulativas. O forte aperto de liquidez ocorrido no sistema bancário em fins de junho/2013 emitiu um sinal claro por parte do governo de que as operações de financiamento via sistema bancário não convencional devem ser contidas. Liquidez abundante sem fins produtivos continuará a ser objeto de monitoramento por parte do governo chinês, que já direcionou esforços em direção à realização de reformas estruturais. A ideia fundamental é que o relativo afrouxamento dos controles da economia, como, por exemplo, a liberalização das taxas de juros, ajude a garantir, a médio e longo prazo, um crescimento econômico mais equilibrado, mesmo que para isso tenha de ocorrer uma redução na taxa de crescimento de curto prazo.

As medidas anunciadas em novembro/2013 vão ao encontro desse objetivo, e tendem a gerar maior eficiência alocativa dos recursos na economia. Dessa forma, contribuiriam para acelerar a mudança do modelo de desenvolvimento do país, que deixaria de ter como principal vetor de demanda agregada da economia o investimento, em favor do consumo privado das famílias.

No Brasil, o IPCA fechou ao ano de 2013 com variação de 5,91%, acima do valor de 5,84% de 2012, mas ainda abaixo do limite superior da meta de inflacionária de 6,5%. Os dois principais fatores que contribuíram para o resultado da inflação de 2013 foram: i) aceleração dos preços industriais, seja pela recomposição de IPI em alguns segmentos, como móveis e eletrodomésticos, seja pelos impactos do repasse da depreciação cambial sobre os preços dos manufaturados comercializáveis; ii) persistência da inflação do setor de serviços, que é caracterizada fortemente por seu componente inercial.

Vale ainda ressaltar que ao longo do primeiro semestre de 2013 os preços dos gêneros alimentícios *in natura* registraram forte movimento altista em função das condições climáticas adversas que atingiram o país. Além disso, os preços administrados foram amplamente reprimidos em 2013, com queda acentuada das tarifas de energia elétrica e adiamento do reajuste do setor de transporte urbano. Esse efeito benigno dos preços administrados sobre o IPCA no ano de 2013, a priori, não se repetirá em 2014.

Depois de registrar forte aceleração no primeiro semestre de 2013 (liderada pela produção industrial e pelos investimentos), a economia brasileira enfrentou diversos choques não antecipados em meados do ano, os quais tiveram repercussões em sua dinâmica de crescimento no segundo semestre. À volatilidade cambial, oriunda dos movimentos dos fluxos de capitais advindos do "*tapering talk*", somou-se o ciclo de aperto monetário iniciado em abril/2013 pelo Banco Central. Além disso, outro fator importante, que atingiu a confiança empresarial, foi a onda de protestos que tomou conta das principais cidades do país em junho/2013. A junção desses três fatores afetaram em cheio as expectativas empresariais e, por conseguinte, a consecução dos investimentos na economia.

É provável que o crescimento da economia em 2013, a ser divulgado apenas em março/2014, seja pouco superior a 2,0%. Além disso, o desempenho ruim da economia no segundo semestre de 2013, gerará um *carry-over* (carregamento estatístico) baixo para 2014.

## *II. O SISTEMA BNDES*

Como principal instrumento de financiamento de longo prazo da economia brasileira, o BNDES apóia projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços, além de atuar no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e no financiamento não reembolsável de projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O BNDES conta com três subsidiárias integrais: FINAME, BNDESPAR e BNDES *Plc*, que compreendem o Sistema BNDES. A BNDESPAR tem como foco apoiar o processo de capitalização e desenvolvimento de empresas nacionais e, assim, contribuir para o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro. Sua atuação se dá notadamente por meio de participações societárias de caráter minoritário e subscrição de debêntures conversíveis ou permutáveis. A FINAME atende à necessidade de expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização.

Sediada em Londres, a BNDES Plc, em fase pré-operacional, busca ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Criada inicialmente como uma *private limited company* (BNDES *Limited*), foi transformada, em 25 de novembro de 2013, em uma *public limited company* (BNDES *Plc*) com o objetivo de ampliar sua atuação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O BNDES oferece produtos e serviços a empresas de todos os portes estabelecidas no Brasil e dos mais diversos setores da economia. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES na alocação de recursos garante maior retorno ao desenvolvimento do Brasil ao contribuir para a expansão da produção nacional de bens e serviços e da oferta de postos de trabalho e para o desenvolvimento do mercado de capitais, e ao incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em sintonia com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

**Destaques em 2013:**

**Lançamento do novo canal de comunicação com perfil no Youtube**

Lançado canal no Youtube, que pode ser acessado pelo endereço www.youtube.com/bndesgovbr. No espaço, são disponibilizados vídeos institucionais, campanhas publicitárias e pequenos programas explicativos sobre os produtos e serviços do Banco.

**Lançamento de linha para digitalizar salas de cinema brasileiras (Linha de Digitalização)**

Lançamento, em conjunto com a ANCINE, de nova linha de financiamento destinada a acelerar o processo de digitalização das salas de cinema brasileiras. A nova linha é um dos quatro eixos do Programa Cinema Perto de Você (PCPV), que opera recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e tem o BNDES como agente financeiro.

**Lançamento do Plano Inova Sustentabilidade**

O Inova Sustentabilidade incentiva a realização de investimentos na área ambiental, com a promoção de soluções inovadoras capazes de mitigar impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente.

**Lançamento do Programa BNDES de Apoio a Investimentos em Design, Moda e Fortalecimento de Marcas (BNDES Prodesign)**

O programa apóia investimentos em design, moda, desenvolvimento de produtos, diferenciação e fortalecimento de marcas em projetos de investimentos das seguintes cadeias produtivas: têxtil e confecções; calçadista; moveleira; higiene pessoal; perfumaria e cosméticos; utilidades domésticas; brinquedos; metais sanitários; jóias e relojoaria; embalagens; eletrodomésticos e revestimentos cerâmicos.

**Acordo de Cooperação com a Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

Assinatura de acordo de cooperação com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), cujo objetivo é multiplicar as iniciativas inovadoras de qualidade colocadas em prática pelo empresariado nacional e acelerar ao máximo a sua implantação.

**Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC)**

Assinatura de acordo de cooperação técnica com o IMC com o objetivo de estimular o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais no Brasil.

**Acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)**

Assinatura de acordo de cooperação técnica com a Aneel e a FINEP para criação do Plano de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor Elétrico – Inova Energia.

**Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)**

A parceria promoverá o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais e urbanas de baixa renda atendidas pelo programa de regularização fundiária do Governo do Estado.

**Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI)**

A parceria promoverá ações de inclusão social e desenvolvimento territorial com a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos de baixa renda, tanto urbanos quanto rurais, na região Oeste do Paraná.

**Acordo de cooperação com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)**

O acordo busca apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e contará com um Grupo de Trabalho permanente, responsável pela análise e discussão de temas comuns, principalmente em relação ao segmento de renda fixa, com o intuito de estimular as captações no mercado de capitais.

**Fundo da Amazônia**

Assinatura de contrato com o Governo da Noruega, que permitiu a transferência integral dos recursos doados pelo Governo da Noruega ao Fundo Amazônia, no valor de aproximadamente R$ 1,0 bilhão. O contrato consolidou e reafirmou os acordos anteriores e permitiu o ingresso no BNDES, gestor do Fundo da Amazônia, do valor integral da doação.

**Memorando de Entendimentos com o Instituto de Crédito Oficial (ICO) da Espanha**

O memorando permite que BNDES e ICO passem a financiar micro, pequenas e médias empresas e também cofinanciem projetos de investimentos, principalmente de infraestrutura. A colaboração incluirá, ainda, apoio técnico e de consultoria às empresas em suas iniciativas de internacionalização.

**Prêmio *Alide 2013***

Recebimento do *Prêmio Alide 2013* na categoria *Gestão e Modernização Tecnológica* pela Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE), instrumento de avaliação não financeira da competitividade dos clientes.

**Prêmio *Destaque de Comércio Exterior 2013***

Recebimento do prêmio *Destaque de Comércio Exterior 2013*, concedido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e o MDIC a empresas e entidades que se destacam por sua atuação no mercado internacional, bem como iniciativas relevantes no apoio ao comércio exterior de mercadorias e serviços.

**Prêmio *Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2013***

Recebimento do prêmio *Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2013*, concedido pela revista Negócios de Comunicação (portaldacomunicacao.uol.com.br). O BNDES foi eleito uma das três instituições do sistema financeiro que melhor desenvolvem ações de comunicação com a imprensa, com base no bom relacionamento com os profissionais das redações e no compromisso com a transparência.

**Implantação de sistemas para captura automática de riscos operacionais**

Eventos de risco operacional que geram perdas, tais como multas, *no-show* de passagens aéreas e de hospedagem e processo cíveis e trabalhistas, passaram a ser capturados de forma automática devido à implantação de novos processos e sistemas.

**Implantação do aplicativo Tedesco**

O aplicativo Tedesco, integrado ao SAP, dá suporte às demandas de questões consultivas e contenciosas do BNDES. Dentre os benefícios do aplicativo, estão a redução no consumo de papel, melhor gerenciamento das demandas e aprimoramento da gestão de indicadores de desempenho dos processos.

**Representação na África do Sul**

Inauguração da representação do BNDES na África do Sul, cujo objetivo é promover o intercâmbio comercial Brasil-África, desenvolvendo atividades de financiamento de empresas brasileiras no continente africano e, também, fazendo a atração de empresas africanas para a realidade de investimentos no Brasil.

## *III. CUSTO DOS FINANCIAMENTOS*

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, e é composta:

**Operações Diretas:** Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

**Operações Indiretas:** Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). Os principais custos de captação do BNDES estão associados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ao Dólar norte-americano e à Cesta de Moedas (UMBNDES) e, em menor escala, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e à Taxa Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do Dólar norte-americano ou a Taxa de Juros Fixa Pré-Embarque (TJFPE) acrescida da variação do Dólar norte-americano.

Para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto Nº 2.233/97, o custo financeiro será a Cesta de Moedas.

A **remuneração do BNDES** varia conforme Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo e tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode variar de 0,40% a.a. a 4,18% a.a., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa a cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas, a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das instituições financeiras credenciadas, e atualmente está em 0,1% a.a. para operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e 0,5% a.a. para operações com médias-grandes e grandes empresas. De acordo com o tamanho da companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas instituições financeiras credenciadas e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

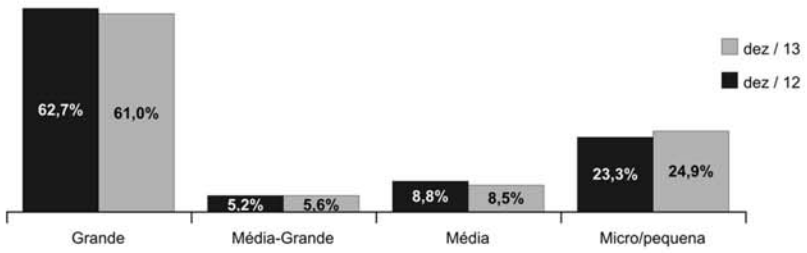
(continuação)

## IV. DESEMPENHO OPERACIONAL

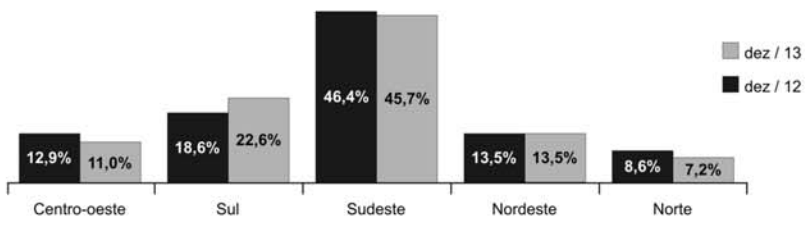
Os desembolsos do Sistema BNDES, desconsiderados os desembolsos ao mercado secundário, alcançaram R$ 190.419 milhões em 2013, um aumento de R$ 34.427 milhões (22,1%) em relação a 2012.

Segue abaixo o perfil dos desembolsos em 2013 num comparativo com 2012.

**Desembolsos por Porte (R$ milhões)**




**Desembolsos por Região (R$ milhões)**

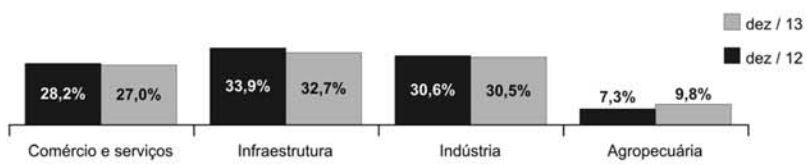



A participação das micro e pequenas empresas nos desembolsos apresentou a maior alta entre os exercícios, passando de 23,3% em 2012 para 24,9% em 2013, em linha com o aumento do número de operações, que passou de 928.349 em 2012 para 1.039.986 em 2013.

A participação das grandes empresas nos desembolsos apresentou queda de 1,7%, entre os exercícios, porém o número de operações cresceu de 22.844 em 2012 para 25.984 em 2013.

As unidades federativas que se destacaram em 2013, em suas respectivas regiões, foram Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Bahia e Pará.

**Desembolsos por Setor (R$ milhões)**




Os setores de química e petroquímica e transporte rodoviário foram os destaques em 2013, contribuindo com 19,3% e 34,2% dos desembolsos da indústria e da infraestrutura, respectivamente.

## V. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da chamada economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em três tipos:

(i) emprego direto – ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas;
(ii) emprego indireto – postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda; e
(iii) emprego efeito-renda – postos de trabalho que surgem a partir do gasto de parte da renda dos empregados diretos e indiretos em consumo, principalmente em setores produtores de bens-salário (alimentação, vestuário, serviços prestados às famílias, etc).

As estimativas realizadas com base no MGE para os últimos dois anos são apresentadas na Tabela 1 abaixo:

**Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados pelo BNDES**
**(Investimento em R$ milhões e emprego em milhares)**

| Período | Desembolso | Investimento Total[1] | Emprego | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Direto | Indireto | Efeito-renda | Total |
| 1S/12 | 53.539 | 113.471 | 424 | 392 | 874 | 1.689 |
| 2S/12 | 102.453 | 224.535 | 849 | 743 | 1.752 | 3.344 |
| 2012 | 155.992 | 338.006 | 1.272 | 1.135 | 2.626 | 5.033 |
| 1S/13 | 88.554 | 166.509 | 593 | 599 | 1.357 | 2.549 |
| 2S/13 | 101.865 | 229.889 | 843 | 754 | 1.724 | 3.322 |
| 2013 | 190.419 | 396.398 | 1.436 | 1.353 | 3.081 | 5.871 |

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

Autoria: BNDES, RJ, 2013.

[1] Consiste em uma estimativa proporcional aos desembolsos efetuados no período, correspondente à soma dos desembolsos do BNDES mais as contrapartidas dos mutuários.

Em 2013 os desembolsos do BNDES somaram cerca de R$ 190,4 bilhões e estiveram atrelados a investimentos totais da ordem de R$ 396,4 bilhões (entendidos como o valor do apoio do BNDES mais as contrapartidas dos empresários). O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de 5.871 mil. O crescimento de 16,6% desse indicador em relação a 2012 reflete um maior volume de recursos destinados a projetos de investimentos: o desembolso cresceu 22,1% e o investimento total cresceu 17,3%.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2013 apresentou resultados muito similares ao ano de 2012, com 52,5% representados por empregos advindos do efeito-renda, 24,5% por empregos diretos e 23,1% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia também se manteve estável, em cerca de 22, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

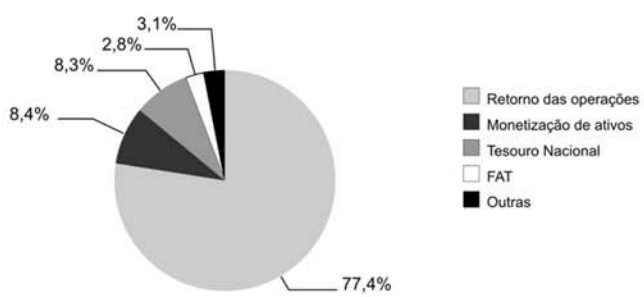
Os principais setores que têm a demanda final aquecida durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES, segundo os cálculos realizados para estimar o emprego, são: i) construção civil; ii) fabricação de máquinas e equipamentos; iii) fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; iv) fabricação de peças e outros veículos; e v) serviços prestados às empresas. Somados, esses setores corresponderam, em 2013, a aproximadamente 86% da demanda final estimulada pelo BNDES.

## VI. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Como principal agente financiador de crédito a longo prazo no Brasil, o BNDES demanda recursos adequados para composição de seu *funding*, formado por recursos próprios, provenientes do retorno de suas operações, e por recursos de terceiros, com destaque para os recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional (TN).

O gráfico abaixo apresenta a contribuição das fontes de recursos para o fluxo de caixa do Sistema BNDES em 2013:

**Fluxo de caixa**
**contribuição líquida das fontes de recursos**




Em 2013, o retorno das operações representou a principal fonte de recursos do Sistema BNDES, contribuindo com 77,4% do total, ratificando a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiar suas liberações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

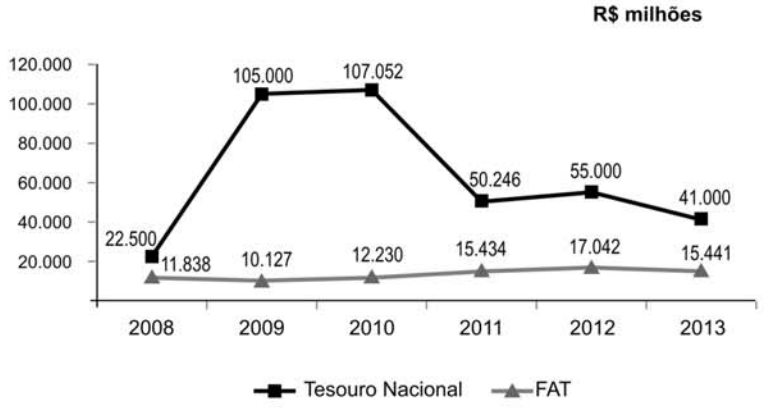
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Já a monetização de ativos de renda fixa e renda variável representou a segunda maior fonte de recursos, com contribuição de 8,4% do total, seguida pelas captações do Tesouro Nacional, com contribuição de 8,3%. O FAT contribuiu com 2,8% do total.

A utilização dos recursos do FAT e do Tesouro Nacional se justifica pelas particularidades da oferta doméstica de crédito no País, concentrada no curto prazo, que acabaram por conduzir o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo.

O gráfico abaixo demonstra as captações do FAT e do TN nos últimos anos:




Pelo menos 40% dos recursos do FAT, destinados ao BNDES, são aplicados no financiamento de programas de desenvolvimento econômico, enquanto a parcela restante custeia o programa de seguro desemprego e abono salarial. Por se tratar de uma fonte estável de recursos criada pela Constituição Federal de 1988, esses recursos são chamados de FAT Constitucional. De forma complementar, o BNDES também recebe recursos originários das aplicações das disponibilidades financeiras do FAT, sob a forma de Depósitos Especiais. Os recursos do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais já liberados aos usuários finais são remunerados pela TJLP, enquanto os recursos do FAT Depósitos Especiais não liberados aos beneficiários finais são remunerados pela taxa SELIC.

Desde 2008, com a decisão do Governo Brasileiro de suprir a escassez de crédito instalada com a crise financeira internacional de 2008, os recursos do Tesouro Nacional ganharam importância na composição do *funding* do BNDES. As condições financeiras desses recursos são estabelecidas contratualmente entre a União e o BNDES.

Em 2013, os recursos captados do Tesouro Nacional somaram R$ 41 bilhões, uma redução de 25,4% em relação a 2012.

As captações do Tesouro Nacional em 2013 seguem descritas abaixo:

- **Tranche de R$ 2 bilhões:** recursos recebidos conforme Lei nº 12.249 de 11/06/10, alterada pela Lei nº 12.788 de 14/01/13, que autorizou a União a conceder crédito de até R$ 15 bilhões aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para viabilizar projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). Os R$ 2 bilhões captados tem vencimento em 24 anos, carência de principal de 4 anos e são remunerados pela (i) TJLP; (ii) variação da cotação PTAX de venda do dólar norte-americano; ou (iii) combinação dos itens (i) e (ii);

- **Tranche de R$ 15 bilhões:** recursos recebidos conforme Medida Provisória nº 618, de 05/06/13, classificados como instrumento elegível a capital, no patrimônio líquido, nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/13. Os recursos não tem vencimento, a remuneração é proporcional ao pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional, limitada à TJLP, e não sofrem indexação até 2043. Vide itens "VII. Desempenho Econômico-Financeiro" e3 "VIII. Gestão de Riscos e Controles Internos; e

- **Tranche de R$ 24 bilhões:** recursos recebidos conforme Medida Provisória nº 628, de 28/11/13. Os recursos têm carência de 20 anos para pagamento de principal, de 6 anos para pagamento de juros, vencimento em 2053 e são remunerados à TJLP.

Juntos, FAT e Tesouro Nacional representavam 77,3% do passivo total do Sistema BNDES em 31/12/13.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: (i) monetização de ativos de sua carteira; (ii) participações societárias; (iii) captações no mercado internacional, principalmente através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial e emissão de *bonds*; (iv) captações no mercado interno, notadamente pela emissão de debêntures pela BNDESPAR; (v) operações compromissadas; e (vi) Fundos Institucionais como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos) e outros.

## *VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO*

### Indicadores Econômico-Financeiros

R$ milhões, exceto percentuais

| Resultado | 2013 | 2012 | Evolução (%) | 2S/13 | 2S/12 | Evolução (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Resultado com Operações Financeiras | 11.688 | 11.908 | (1,8) | 6.738 | 8.018 | 27,2 |
| Resultado com Participações Societárias (RPS) | 2.452 | 2.644 | (7,3) | 673 | 617 | (12,2) |
| Provisão para Risco de Crédito | 769 | (330) | (333,0) | 694 | (10) | (123,4) |
| Outras Despesas, líquidas | (2.888) | (3.221) | (10,3) | (1.500) | (2.040) | 17,4 |
| Tributação sobre o Lucro | (3.871) | (2.875) | 34,6 | (1.716) | (1.169) | 26,3 |
| Lucro (prejuízo) Líquido (LL) | 8.150 | 8.126 | 0,3 | 4.889 | 5.416 | 20,4 |
| **Balanço Patrimonial** | **dez/13** | **dez/12** | **Evolução (%)** | **dez/13** | **jun/13** | **Evolução (%)** |
| Ativo Total (AT) | 782.043 | 715.498 | 9,3 | 782.043 | 729.028 | 7,3 |
| Disponibilidades e Aplicações Financeiras | 547 | 10.280 | (94,7) | 547 | 1.035 | (47,1) |
| Participações Societárias | 87.813 | 94.391 | (7,0) | 87.813 | 85.183 | 3,1 |
| *Sociedades Não Coligadas* | *69.830* | *79.880* | *(12,6)* | *69.830* | *65.414* | *6,8* |
| *Sociedades Coligadas* | *15.820* | *14.369* | *10,1* | *15.820* | *14.609* | *8,3* |
| *Outros Investimentos* | *2.163* | *142* | *1.423,2* | *2.163* | *2.651* | *(18,4)* |
| Outros Títulos e Valores Mobiliários | 90.999 | 86.466 | 5,2 | 90.999 | 85.732 | 6,1 |
| Operações de Créditos e Repasses [1] | 565.243 | 492.148 | 14,9 | 565.243 | 524.376 | 7,8 |
| Créditos perante o Tesouro Nacional | 17.482 | 12.117 | 44,3 | 17.482 | 13.894 | 25,8 |
| Outros Ativos | 21.980 | 20.096 | 9,4 | 21.980 | 21.317 | 3,1 |
| Empréstimos e Repasses | 650.628 | 591.585 | 10,0 | 650.628 | 609.531 | 6,7 |
| *Tesouro Nacional* | *413.163* | *376.042* | *9,9* | *413.163* | *384.801* | *7,4* |
| *FAT* | *176.201* | *161.858* | *8,9* | *176.201* | *170.082* | *3,6* |
| *Outros recursos captados no país* | *30.053* | *30.410* | *(1,2)* | *30.053* | *30.092* | *(0,1)* |
| *Captações externas* | *31.211* | *23.275* | *34,1* | *31.211* | *24.556* | *27,1* |
| Operações Compromissadas | 18.014 | 21.312 | (15,5) | 18.014 | 14.351 | 25,5 |
| Debêntures BNDESPAR | 5.911 | 7.485 | (21,0) | 5.911 | 6.795 | (13,0) |
| Tributos Diferidos | 6.692 | 8.794 | (23,9) | 6.692 | 5.257 | 27,3 |
| Outras Obrigações | 40.172 | 36.329 | 10,6 | 40.172 | 37.922 | 5,9 |
| Patrimônio Líquido (PL) | 60.626 | 49.993 | 21,3 | 60.626 | 55.172 | 9,9 |
| Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) | 7,8% | 7,0% | 0,8 | 7,8% | 7,6% | 2,4 |
| **Índices Financeiros** | **dez/13** | **dez/12** | **Evolução (%)** | **dez/13** | **jun/13** | **Evolução (%)** |
| Inadimplência / Carteira Total [1] | 0,01% | 0,06% | (78,1) | 0,01% | 0,02% | (38,9) |
| PDD / Carteira Total [1] | 0,56% | 0,71% | (20,7) | 0,56% | 0,66% | (14,6) |
| Índice de Cobertura [1] [2] | 46,1 | 12,8 | 261,5 | 46,1 | 27,8 | 65,8 |
| **Rentabilidade** | **2013** | **2012** | **Evolução (%)** | **2S/13** | **2S/12** | **Evolução (%)** |
| Retorno s/ Ativos (LL / $AT_{médio}$) [3] | 1,10% | 1,25% | (11,5) | 0,46% | 0,44% | 4,4 |
| Retorno s/PL (LL / $PL_{médio}$) [4] | 16,89% | 18,80% | (10,2) | 6,89% | 17,30% | (60,2) |
| Retorno s/ Participações Societárias (RPS / PSmédia) [5] | 3,00% | 3,34% | (10,1) | 2,14% | 5,95% | (64,1) |

[1] Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros.
[2] Provisão/Créditos Inadimplentes.
[3] $AT_{médio} = (AT_{inicial} + AT_{final}) / 2$, excluindo o AVM de não coligadas.
[4] $PL_{médio} = (PL_{inicial} + PL_{final}) / 2$, excluindo o AVM de não coligadas.
[5] $PS_{médio} = (PS_{inicial} + PS_{final}) / 2$, excluído o AVM de não coligadas.

### Resultado do Exercício

O lucro líquido apurado pelo Sistema BNDES em 2013, de R$ 8.150 milhões, se manteve estável em relação aos R$ 8.126 milhões registrados em 2012.

O **resultado com operações financeiras** apresentou leve redução em função de ganhos com negociações de títulos, que se encontravam com valor de mercado acima da curva, realizados em 2012. Em 2013 os valores de mercado dos títulos se aproximaram do valor da curva.

O **resultado com participações societárias** também apresentou redução em 2013, de 7,3% em relação a 2012. A maior despesa com provisão para perdas por *impairment* e a redução do resultado com alienação de títulos e valores mobiliários foram atenuados pela recuperação do resultado com derivativos de renda variável e pelo reconhecimento de ganhos com fundos de renda variável.

A despesa com provisão para perdas por *impairment* foi constituída em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. Para os investimentos com ações cotadas em bolsa, o valor recuperável é representado pela cotação média da ação em bolsa e para os investimentos sem ações cotadas em bolsa, o valor recuperável é representado pelos fluxos de caixa futuros do investimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

É importante ressaltar que o reconhecimento da despesa com perda por *impairment* não representa uma saída de recursos tampouco uma perda efetiva, já que o investimento ainda se encontra em carteira e pode, portanto, apresentar recuperação até a data de uma eventual alienação.

A **receita com provisão para risco de crédito** de R$ 769 milhões em 2013 foi influenciada por recuperações de crédito, que atingiram R$ 695 milhões, e pela liquidação parcial de operações cujo devedor encontrava-se em processo de recuperação judicial.

A redução de R$ 333 milhões (28,4%) das **outras despesas, líquidas** está relacionada ao resultado com atualização monetária de ativos e passivos (SELIC), positivo em R$ 731 milhões em 2013 e negativo em R$ 97 milhões em 2012, em função da redução das obrigações sujeitas à atualização monetária. Por outro lado, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações financeiras, houve uma aumento das despesas relacionadas aos planos de benefícios, de R$ 334 milhões, em virtude da entrada em vigor do CPC 33 – Benefício a Empregado, que modificou as regras para registro de passivos atuariais.

**Posição Financeira e Patrimonial**

O crescimento dos ativos do Sistema BNDES nos últimos anos deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo, notadamente do Tesouro Nacional.

Em 31/12/13, os ativos do Sistema BNDES atingiram R$ 782.043 milhões, um acréscimo de R$ 66.557 milhões (9,3%) em relação a 31/12/12 concentrado na carteira de operações de créditos e repasses, que cresceu R$ 73.095 milhões (14,9%).

A **carteira de participações societárias** do Sistema BNDES inclui investimentos em: (i) sociedades não coligadas, avaliadas a valor justo; (ii) sociedades coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial; (iii) fundos de renda variável; e (iv) outros investimentos. A carteira de participações societárias encerrou o exercício de 2013 em R$ 87.813 milhões, o que representa uma queda de R$ 6.578 milhões (7,0%) em relação a 31/12/12 decorrente da redução do valor justo dos investimentos em empresas não coligadas.

Em relação aos movimentos de valorização e desvalorização da carteira de participações societárias em sociedades não coligadas, é importante frisar que eventual perda (ou ganho) só se torna efetiva quando da realização do ativo, normalmente pela alienação. Em 2013, o resultado bruto com alienação foi um ganho de R$ 1.235 milhões, reflexo da boa gestão da carteira de participações societárias. Em 31/12/13, o valor justo da carteira de participações societárias em não coligadas do Sistema BNDES superava o respectivo custo de aquisição.

Em 31/12/13, do total de R$ 88.978 milhões da carteira de **outros títulos e valores mobiliários**, 70,3% correspondiam a títulos públicos federais e 17,9%, a debêntures. Não houve variação relevante em relação a 31/12/12, porém se destaca a captação de R$ 41.000 milhões do Tesouro Nacional, parcialmente utilizados para execução do orçamento de desembolsos.

A **carteira de operações de créditos e repasses** líquida da provisão para risco de crédito corresponde a 72,3% do Ativo Total em 31/12/13 e apresentou crescimento de R$ 73.095 milhões (14,9%) em relação a 31/12/12, impulsionado pelas liberações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Do total da carteira líquida, 51% estão representados por operações de crédito e 49%, por repasses interfinanceiros.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, **a carteira de créditos e repasses** do BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/13, do total da carteira, 99,7% dos créditos estavam concentrados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 93,3% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para a mesma data.

**QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

| Classificação de Risco | Sistema BNDES | SFN [1 2] | Instituições Financeiras Privadas [2] | Instituições Financeiras Públicas [2] |
|---|---|---|---|---|
| AA - C | 99,7% | 93,3% | 91,8% | 94,8% |
| D - G | 0,2% | 3,9% | 4,8% | 3,0% |
| H | 0,1% | 2,8% | 3,4% | 2,2% |
| **TOTAL** | **100,0%** | **100,0%** | **100,0%** | **100,0%** |

[1] Sistema Financeiro Nacional
[2] Fonte: BACEN

Os **créditos inadimplentes** somaram R$ 69 milhões em 31/12/13, uma redução de R$ 163 milhões (70,3%) em relação a 31/12/12. Correspondiam a 0,01% da carteira bruta total na mesma data, o menor índice da história do BNDES, dos quais 67,8% não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R$ 3.203 milhões, correspondeu a 46,1 vezes o total dos créditos inadimplentes em 31/12/13.

Quanto à captação de recursos de terceiros, as captações do FAT e do TN em 2013 estão comentadas no item "VI. Captação de Recursos".

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu *funding*, como:

a. **Fundo PIS-PASEP**;
b. **captações no mercado externo**, notadamente mediante empréstimos de organismos multilaterais e emissão de *bonds*;
c. **emissão de debêntures no mercado nacional**; e
d. **operações compromissadas**.

Em setembro de 2013, o BNDES emitiu *bonds* no mercado externo, com captação de US$ 2,5 bilhões, equivalente a R$ 5.570 milhões. Os títulos foram emitidos em duas séries, no valor de US$ 1,25 bilhões cada, com vencimentos em 26 de setembro de 2016 e 26 de setembro de 2023 e rentabilidades de 3,375% a.a. e 5,750% a.a., respectivamente. Os títulos são simples, não permutáveis em ações, e prevêem pagamentos semestrais de cupons, nos dias 26 de março e 26 de setembro de cada ano, a partir de 2014.

Em 31/12/13, essas fontes totalizaram R$ 111.979 milhões, equivalente a 14,3% das fontes de recursos totais do Sistema BNDES.

A redução de R$ 2.102 milhões (23,9%) dos **tributos diferidos** em 2013 reflete basicamente os efeitos tributários sobre o ajuste a valor justo negativo sobre a carteira de títulos e valores mobiliários classificados como "Disponíveis para venda".

Em relação aos recursos próprios, o **Patrimônio Líquido** cresceu R$ 8.457 milhões (16,2%) em 2013 influenciado principalmente pela captação de R$ 15.000 milhões do TN comentada no item "VI. Captação de Recursos". Tal efeito foi atenuado pelo ajuste a valor justo, líquido dos efeitos tributários, negativo em R$ 7.634 milhões, cuja contrapartida é a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido.

## *VIII. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS*

A estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelos Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos, e pela Área de Gestão de Riscos.

A Área de Gestão de Riscos subsidia a Alta Administração por meio de relatórios e informes relativos à gestão de riscos; proposição de diretrizes gerais consolidadas nas políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos; monitoramento dos limites de exposição regulamentares internos e externos; e emissão de parecer técnico quanto a propostas que contemplem alterações de processos, regras e parâmetros que denotem mudança dos níveis de riscos vigentes.

Em 2013 destacaram-se as ações institucionais destinadas a preparar o BNDES para a emissão do primeiro relatório do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), que visa avaliar, em termos prospectivos, o capital mantido pela instituição, considerando seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita. O relatório ICAAP do BNDES, com data-base de junho de 2013, foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, conforme exigido pelo órgão regulador.

***• Controles Internos***

Dentre as atividades realizadas em 2013, cabe destacar a implantação de ferramentas de apoio à gestão de controles internos; a realização de avaliações de controles internos nos processos do Banco; o início da divulgação sistemática do grau de atendimento aos normativos internos no âmbito do monitoramento contínuo; e a implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de controle no Banco.

***• Risco Operacional***

Em 2013, os esforços se concentraram na implementação das ferramentas computacionais que darão suporte às atividades de gestão de risco operacional e nas iniciativas relativas ao desenvolvimento de metodologia avançada para apuração desse risco. Adicionalmente, no âmbito do projeto SGCN (Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios), concebido para que o BNDES tenha maior resiliência frente às ameaças à continuidade de suas operações, foram definidos os processos urgentes de recuperação, efetuadas análises com relação aos ativos que suportam esses processos e estão sendo estudadas as estratégias de continuidade de negócios que atendam às necessidades do BNDES.

***• Risco de Mercado e Liquidez***

Ao longo de 2013, o processo de gestão de risco de mercado foi aprimorado através da criação de indicadores gerenciais. Em especial, cabe destacar o "*Equity at Risk*", que permite uma visão consolidada do risco da carteira, ao mesmo tempo em que proporciona uma análise por fator de risco, como câmbio e juros; e o "*Conditional Value at Risk*" (CVaR), que tem como objetivo estimar a magnitude de perdas extremas da carteira, e vem sendo indicado tanto por Basileia quanto pelo Banco Central como substituto do VaR para cálculo de capital regulatório.

No que tange ao risco de liquidez, o BNDES realiza a gestão por meio de metodologias e modelos que visam garantir sua capacidade de pagamento, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização dos recursos disponíveis. Entre as atividades realizadas em 2013, merece destaque o aprimoramento nas bases de dados, com o objetivo de facilitar o atendimento à futura regulamentação do indicador de liquidez de curto prazo – *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) – pelo Banco Central do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

• ***Risco de Crédito***

Além da conclusão de estudo relacionado à apuração das taxas de retorno efetivas das operações de crédito e da elaboração de indicadores gerenciais, em 2013 os esforços estiveram direcionados ao aprimoramento de modelos desenvolvidos internamente para a gestão do risco de crédito, particularmente através da incorporação do risco de concentração ao processo de modelagem. Adicionalmente, a gestão das informações enviadas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil – passou a ser de responsabilidade da Área de Gestão de Riscos, de modo a promover uma adequada compatibilização entre as diversas informações enviadas ao órgão regulador.

• ***Gestão de Riscos em Números***

A partir de outubro de 2013, iniciou-se o processo de implantação no Brasil das novas recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecidas como Basileia III. Os novos normativos emanados pelo regulador trouxeram diversas mudanças, entre as quais se destacam:

- alteração na metodologia de apuração do PR, que passou a incluir uma nova categorização, desmembrando o capital de Nível I em Capital Principal (representativo do capital de melhor qualidade) e Capital Complementar, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, que revogou a Resolução CMN nº 3.444/07;
- mudanças na forma de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) – agora denominado de *Risk Weighted Assets* (RWA) - nos termos da Resolução CMN nº 4.193/13, que incluem refinamentos, especialmente na parcela de risco de crédito, para alinhamento com o padrão internacional;
- inclusão de dois novos índices relacionados aos requerimentos mínimos de capital – o Índice de Capital Principal, segundo o qual o Capital Principal deve ser igual, no mínimo, a 4,5% do RWA, e o Índice de Capital de Nível I, que estabelece uma relação mínima de 5,5% entre o capital de Nível I e o RWA até dezembro de 2014, e de 6% a partir de 2015;
- redução gradativa do Índice de Basileia (relação mínima entre o PR e o RWA) de 11% até 2015 para 8% a partir de 2019. Em contrapartida, será introduzido, também de forma gradual, o denominado Adicional de Capital Principal, que elevará: (i) o Índice de Basileia para um patamar entre 10,5% e 13,0% a partir de 2019, e (ii) o Índice de Capital Principal para um intervalo entre 7% e 9,5%, a partir da mesma data.

Os números abaixo se referem ao BNDES, pois a aplicação de Basileia III no "conglomerado prudencial", que inclui todas as empresas do Sistema BNDES, só se dará a partir de 2015, conforme determinado pela Resolução CMN 4.193/13.

Considerando as mudanças decorrentes de Basileia III, observa-se que o BNDES manteve em 2013 valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital. Entre setembro e dezembro de 2013, o Requerimento Mínimo de PR (Índice de Basileia) se manteve relativamente estável, passando de 18,1% para 19,2%. No final do ano, o Índice de Capital Principal e o Índice de Capital de Nível I foram iguais a 10,7% e 12,8%, respectivamente, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

R$ milhões, exceto percentuais

| BNDES | Basileia II | | | | Basileia III |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| **Patrimônio de Referência - PR** | **54.066** | **83.201** | **99.113** | **89.619** | **108.669** |
| = Capital Nível I | 31.585 | 41.816 | 51.869 | 48.651 | 72.446 |
| (+) Capital Principal (CP) | – | – | – | – | 60.418 |
| (+) Capital Complementar (CC) | – | – | – | – | 12.028 |
| (+) Capital Nível II (NII) | 23.994 | 41.816 | 48.053 | 41.179 | 36.223 |
| (–) Deduções do PR | (1.513) | (431) | (809) | (211) | – |
| **Patrimônio de Referência Exigido (PRE)** | **33.008** | **45.407** | **50.642** | **60.972** | **62.223** |
| = Risco de Crédito | 32.348 | 44.583 | 49.712 | 57.325 | 58.529 |
| (+) Risco de Mercado | 102 | 95 | 71 | 2.659 | 2.480 |
| (+) Risco Operacional | 558 | 729 | 859 | 988 | 1.214 |
| **Índice de Basileia / Índice de PR** | **18,02%** | **20,16%** | **21,53%** | **16,17%** | **19,21%** |
| **Índice de Capital Principal (CP/RWA)** | – | – | – | – | **10,68%** |
| **Índice de Capital Nível I (NI/RWA)** | – | – | – | – | **12,81%** |

Entre os exercícios de 2012 e de 2013, o índice de Basileia do BNDES – apurado conforme as regras de Basileia II e Basileia III, respectivamente – apresentou aumento, passando de 16,2% para 19,2%. O resultado está associado, sobretudo, ao crescimento de R$ 19,1 bilhões no Patrimônio de Referência (PR), decorrente, dentre outros fatores, da entrada de instrumentos patrimoniais habilitados a compor o capital de Nível I do PR, no montante de R$ 15 bilhões, conforme comentado no item "VI. Captação de Recursos", e da mudança na metodologia de cálculo.

## *IX. GOVERNANÇA CORPORATIVA*

A adoção de práticas de governança corporativa baseadas nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas pelo BNDES visa à otimização de seu desempenho ao proteger seu acionista único, o Governo Federal e as outras partes interessadas (*stakeholders*) como empregados, credores, trabalhadores, e a sociedade em geral, e ao facilitar o acesso ao financiamento de capital.

### Conselho de Administração

Órgão de orientação superior, o Conselho de Administração é composto por:

- dez membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho; e
- um representante dos empregados do BNDES, em conjunto com um suplente, escolhidos dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, na forma da legislação aplicável.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente delibera com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do BNDES e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do BNDES; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

### Comitê de Auditoria

Conforme previsão estatutária e regulamentar e em linha com as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o BNDES conta com um Comitê de Auditoria, que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, estão: *i)* recomendar à administração a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v)* elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

### Ouvidoria

A Ouvidoria tem a missão de servir como canal de diálogo entre o BNDES, os beneficiários de suas Linhas e Produtos, seus empregados e a sociedade em geral.

Em 2013, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento a 2.308 manifestações, o que representa um aumento de 17% em comparação com o exercício anterior.

As demandas recebidas em 2013 foram classificadas em: reclamações (58,3%); dúvidas (23,8%); solicitações (10,2%); denúncias (4,7%); sugestões (0,9%); agradecimentos e/ou elogios (0,3%); e complementares, isto é, mensagens contendo informações adicionais que possibilitam o tratamento dos assuntos demandados (1,8%). Quanto à personalidade jurídica do demandante, 64,9% das mensagens foram de pessoas jurídicas, enquanto as demais, 35,1%, de pessoas físicas.

A distribuição geográfica das manifestações foi representada por: Sudeste (53,5%); Sul (27,5%); Nordeste (8,1%); Centro Oeste (7,8%); Norte (2,3%); e exterior ou origem não informada (0,7%).

No cumprimento de sua missão, a Ouvidoria estimula a discussão a respeito dos temas mais demandados junto às áreas competentes e à Administração, com vistas ao aproveitamento do diálogo com a sociedade para a identificação de oportunidades de promoção de melhorias nos procedimentos do BNDES.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

**Gestão da Ética**

A gestão da ética no BNDES é conduzida por uma Comissão de Ética (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do BNDES, do seu Regimento Interno e da legislação externa aplicável.

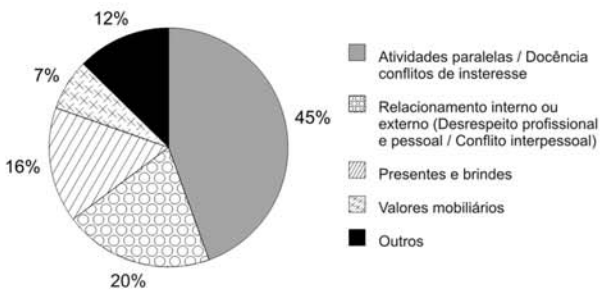
O Código de Ética do Sistema BNDES é o regulamento que orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética, conduzido através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Além do Código de Ética do Sistema BNDES e seu Regimento Interno, a CET/BNDES atua de acordo com os preceitos dispostos no Decreto nº 6.029/2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública – CEP, bem como a Resolução CEP nº 10/2008, que disciplina o funcionamento das Comissões de Ética.

Em 2013, a CET/BNDES procedeu à abertura de 56 Procedimentos Preliminares, sendo 45 consultas/atendimentos e 11 denúncias/abertura de ofício. Todas as consultas foram respondidas e as denúncias, apreciadas.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos temas abordados nos Procedimentos Preliminares em 2013:

**Procedimentos Preliminares**




Ainda em 2013, em relação à atividade de comunicação e disseminação da cultura de ética foram realizadas quatro palestras internas e uma externa. Em 2013, foram distribuídos 449 exemplares do código de ética a novos empregados, Diretores, Conselheiros e público externo.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES integra os Grupos de Trabalho do Programa Pró-Equidade de Gênero e de Assédio Moral.

Neste período houve 12 reuniões do Fórum Nacional de Gestão de Ética nas Empresas Estatais, das quais em apenas uma, não foi possível a participação do BNDES. Para o biênio 2014/2015, o BNDES fará parte da Coordenação do Fórum, com a Chefe da SECET atuando como Sub-coordenadora

## X. COMUNICAÇÃO EXTERNA

O BNDES, visando atender às diferentes necessidades de informação da sociedade e de seus clientes sobre a sua atuação e as formas de apoio financeiro oferecidas, dispõe de diversos canais de contato, conforme listados a seguir:

**Central de Atendimento do BNDES**

A Central de Atendimento do BNDES tem por objetivo promover a excelência no relacionamento entre o BNDES, seus clientes e o público em geral, por meio dos principais canais de atendimento: telefônico e e-mails.

Disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, a Central de Atendimento proporciona fácil acesso aos clientes através do telefone 0800.702.6337. As demandas também podem ser recebidas via Internet, através do Fale Conosco.

Em 2013 foram prestados cerca de 736.000 atendimentos ao público externo, sendo 90% por telefone e 10% através de mensagens eletrônicas.

O principal assunto tratado no ano foi o Cartão BNDES, que respondeu por mais de 50% do total de contatos.

**Atendimento Presencial**

Por meio do atendimento presencial, O BNDES mantém um canal de diálogo direto com clientes e público em geral, prestando orientação nos seus escritórios de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.
Em 2013 foram realizados cerca de 520 atendimentos presenciais somente no escritório do Rio de Janeiro.
O perfil padrão de atendimentos foi de orientação à micro e pequenos empresários e empresárias.

**Palestras Institucionais**

O BNDES recebe delegações e grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras institucionais, em função do interesse global na economia brasileira e no papel do Banco como um dos principais atores do desenvolvimento.

Em 2013, a equipe de atendimento do Rio de Janeiro realizou 46 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público total de 1.128 visitantes.

**Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"**

O ciclo de palestras "O BNDES Mais Perto de Você" tem como objetivo divulgar as formas de financiamento que melhor atendem ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

Nos últimos nove anos, mais de 26.000 empresários de todas as regiões do país tiveram a oportunidade de participar deste ciclo. Somente em 2013 foram realizadas 20 palestras, distribuídas em 16 estados, atingindo um público total de 2.426 presentes.

**Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**

Serviço responsável pelos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos seguintes canais: presencial (no Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-sic (www.acessoainformacao.gov.br/sistema/).

Em 2013, o SIC recebeu 720 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais.

**Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais**

O sítio do BNDES recebeu, em 2013, uma audiência mensal média de 260 mil visitantes únicos. Este número representa um aumento de, aproximadamente, 7% em relação ao ano anterior. O crescimento da audiência anual é sempre esperado por causa da ampliação da visibilidade do BNDES diante da sociedade e do aumento do número de cidadãos conectados à Internet.

Os perfis oficiais do BNDES nas mídias sociais seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes_imprensa), das apresentações institucionais disponíveis no Slideshare (slideshare.net/bndes) e do canal do BNDES no YouTube (youtube.com/bndesgovbr), principal plataforma de vídeos online na Internet.

Ao final de 2013, o YouTube oferecia 37 vídeos oficiais do BNDES, com 509 perfis inscritos para receber suas atualizações. Ao longo do ano, os vídeos foram assistidos mais de 406 mil vezes, obtendo a aprovação de 238 pessoas, contra 47 reprovações, comprovando o caráter democrático das redes sociais.

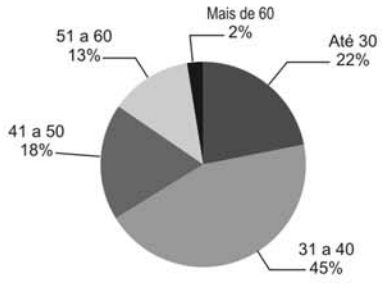
## XI. RECURSOS HUMANOS

O BNDES encerrou o ano de 2013 com 2.858 empregados, número muito próximo do ano de 2012, quando encerrou com 2.853 empregados.

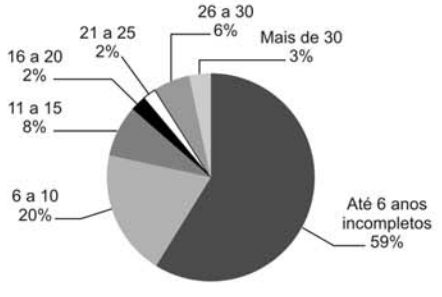
Historicamente, o BNDES apresenta baixas taxas de rotatividade, devido à sua política remuneratória e ao seu ótimo ambiente de trabalho. Apenas 5,4% dos empregados desligaram-se em 2013, sendo a maioria em decorrência de aposentadoria e do término do Programa de Desligamento Planejado (PDP).

Os gráficos a seguir demonstram a atual distribuição dos empregados por faixa etária e por tempo de serviço.

**Por faixa etária (Em anos)**




**Por tempo de serviço (Em anos)**



(continuação)

**Nova Composição da Diretoria**

A composição da Diretoria foi alterada pelo Decreto Nº 7.989, de 22 de abril de 2013, da Presidência da República no uso da atribuição que lhe confere a Constituição Federal e o Estatuto do BNDES, sendo, a partir de então, o BNDES administrado por uma diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente e por sete Diretores.

Nesta mesma ocasião, foi designado um Diretor responsável pelos assuntos referentes à América Latina, Caribe e África. Adicionalmente, Wagner Bittencourt de Oliveira foi nomeado para exercer o cargo de vice-presidente do BNDES.

**Seleção Pública**

Em 12 de junho de 2013, data da publicação do resultado final da Seleção Pública 2012, o cadastro de reserva de pessoal do BNDES passou a ser único com 13 cargos/formações (Cargo de Nível Superior: Profissional Básico - formações Administração, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Análise de Sistemas - Suporte, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Contabilidade, Direito, Economia, Engenharia e Psicologia e Cargo de Nível Médio: Técnico Administrativo).

Mais de 137.000 candidatos se inscreveram, tendo sido contratados 157 novos empregados entre setembro e dezembro de 2013.

**Gestão Estratégica de Pessoas (GEP)**

O Planejamento Corporativo 2013-2015 reafirmou a continuidade do programa GEP, composto pelos projetos de Aprendizagem Corporativa, Gestão de Carreira e Gestão de Desempenho, todos fundamentados no conceito de gestão por competências.

No projeto gestão de carreira, o desenvolvimento do modelo conceitual de plano de carreira foi concluído e estão sendo discutidos aspectos jurídicos e previdenciários junto à administração do BNDES.

Já o projeto Aprendizagem Corporativa teve como prioridade o desenvolvimento de um novo modelo de instrutoria interna e a construção de um programa de desenvolvimento para os executivos, com foco inicial para o grupo de gerentes. Para este ano, o foco inclui a aprovação da nova norma de instrutoria interna, redesenhada em 2013, bem como o início da implantação do programa de desenvolvimento para gerentes.

**Aprendizado e Conhecimento**

Em 2013, houve 3.130 participações de empregados em treinamentos de diversas modalidades, correspondentes a 58 horas de treinamento por empregado e a um investimento de R$ 12,6 milhões. Deste total, a grande maioria foi dirigida a cursos de curta duração no Brasil e no exterior, bem como ao Programa de idiomas. Em relação à formação complementar de longa duração, foram apoiadas 68 participações de empregados em cursos de pós-graduação.

Para permitir que os empregados tivessem formação em assuntos relacionados a atividades específicas do BNDES, ao longo de 2013 foram oferecidos treinamentos customizados sobre oito diferentes temas, distribuídos em 33 turmas, totalizando 766 participações de empregados. Os treinamentos abordaram diversas temáticas necessárias à compreensão da história e da operação do Banco, incluindo Inovação, Finanças Corporativas, Economia para Jornalistas, Direito Tributário, *Valuation* e Curso de Desenvolvimento de Novos Empregados. Foram abordados também aspectos comportamentais, a exemplo do treinamento sobre Negociação.

Em 2013, a crescente adoção de instrutores pertencentes ao quadro funcional promoveu um grande avanço na adequação e ampliação da abordagem de cursos customizados a necessidades do BNDES.

O Programa Desenvolver é um exemplo de treinamento conduzido por instrutores internos. Nas duas turmas realizadas durante o ano, foram envolvidos nove instrutores internos com o intuito de resgatar o debate sobre o que é desenvolvimento, através da conjugação de elemento teórico e atividade prática, enriquecido por visitas guiadas a projetos financiados pelo BNDES.

Outra iniciativa conduzida por instrutores internos, o Curso de Desenvolvimento Profissional, promoveu a formação básica de 159 novos empregados. O seu conteúdo programático contemplou a relação entre a atuação do BNDES e a história econômica do país, além de aspectos básicos da operação do Banco.

Em paralelo a treinamentos formais, em 2013 foram promovidos encontros para transmissão do conhecimento de um grupo de empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Programado. A iniciativa foi constituída por ações customizadas sob o formato de palestra, debate, oficina de trabalho e subsídio técnico, além de outras atividades construídas de acordo com o tema, público e função exercida pelo empregado que iria se aposentar. O principal objetivo alcançado pelo programa foi contribuir para a disseminação de conhecimento, experiência e valores no BNDES.

**Atuação Social**

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários utiliza um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 325 estagiários ativos.

O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Com carga horária de quatro horas diárias, a duração máxima do estágio é de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, que é a falta de experiência profissional.

Contratados diretamente por uma fundação responsável por gerir o Programa, os aprendizes devem ter entre 14 e 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo máximo de permanência no programa é de até dois anos.

No momento, o Programa conta com 34 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

**Valorização da Diversidade**

O BNDES participa, desde sua 2ª Edição, do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Gabinete da Presidência da República – SPM/PR, cujo objetivo é contribuir de maneira decisiva para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho.

Para desenvolver o Programa, foi constituído um Grupo de Trabalho, composto por representantes indicados por diversas áreas, com o objetivo de coordenar a elaboração de um Plano de Ação bianual e ainda orientar e acompanhar sua execução junto às áreas competentes.

Pelo cumprimento das ações propostas nos planos de ação, a SPM/PR concedeu ao BNDES o Selo Pró-equidade de Gênero e Raça em todas as Edições das quais participou. A premiação, pela terceira vez consecutiva, representa o reconhecimento do compromisso do Banco com a erradicação da discriminação no ambiente de trabalho.

No ano de 2013, destacam-se as seguintes ações do Programa:

- Inclusão de cláusula específica, na contratação de serviços do Programa Jovem Aprendiz, sobre a necessidade de observar os princípios da equidade de gênero e diversidade na seleção dos aprendizes;
- Mapeamento dos treinamentos realizados de 2007 a 2012 por gênero e por cargo;
- Inclusão do tema de Gênero e Diversidade no treinamento dos profissionais que realizam as entrevistas para a alocação de novos empregados;
- Capacitação sobre o tema "Violência Doméstica e Familiar" para os integrantes do Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade do BNDES e demais profissionais do Banco que atuam no atendimento de empregadas (os);
- Apresentação de palestras sobre Equidade de Gênero, Raça e Diversidade no ambiente de trabalho para novos empregados e sobre violência doméstica para jovens atendidos pelo Instituto Stimulu/Galpão Aplauso, organização sem fins lucrativos; e
- Desenvolvimento de ações no âmbito da Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com foco no público masculino.

## *XII. RATING*

| Agência de Rating | Emissão de longo prazo em moeda estrangeira | | Emissão de longo prazo em moeda local | |
|---|---|---|---|---|
| | Rating escala global | Perspectiva | Rating escala global | Perspectiva |
| Moody's | Baa2 | Estável | Baa2 | Estável |
| S&P | BBB | Negativa | A- | Negativa |

## *XIII. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001*

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 5.754 milhões, que representam 3,6% do total de títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para risco de crédito, em 31 de dezembro de 2013.

## *XIV. AGRADECIMENTOS*

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
## (Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | BNDES | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | 126.249.177 | 103.989.917 | 147.060.361 | 141.450.798 |
| **DISPONIBILIDADES** | | 1.452 | 1.392 | 218.971 | 12.639 |
| **APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ** | 6 | 327.626 | 10.267.857 | 327.626 | 10.267.857 |
| Aplicações em carteira de câmbio | 6.1 | 234.083 | 59.510 | 234.083 | 59.510 |
| Aplicações em operações compromissadas | 6.2 | 93.543 | 150.514 | 93.543 | 150.514 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 6.3 | – | 10.057.833 | – | 10.057.833 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 7 | 27.050.372 | 20.295.286 | 32.837.829 | 24.050.721 |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 7.1 e 7.3 | 4.485.856 | 1.268.286 | 9.461.660 | 3.671.430 |
| Títulos públicos | 7.1 | 20.857.586 | 18.772.191 | 20.857.586 | 18.772.191 |
| Ações | 7.1 e 13.1 | – | – | 299.001 | 5.688 |
| Debêntures disponíveis para venda | 7.1 e 7.5.1 | 12.282 | 252.595 | 12.592 | 1.598.669 |
| Debêntures mantidas até o vencimento | 7.5.2 | 31.067 | 2.225 | 34.282 | 2.225 |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures | 7.5.2 | (136) | (11) | (136) | (11) |
| Títulos de renda fixa no exterior | | 1.630.066 | – | 1.630.066 | – |
| Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros | 7.6 | 33.651 | – | 33.651 | – |
| Instrumentos financeiros derivativos - renda variável | 7.6 | – | – | 509.127 | 529 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | | 57.669.746 | 38.503.752 | 70.959.597 | 69.092.939 |
| Créditos vinculados | | 35 | 31 | 35 | 31 |
| Repasses interfinanceiros | 8 | 57.768.886 | 38.573.837 | 71.233.358 | 69.325.162 |
| Recursos livres | | 51.470.050 | 34.896.581 | 64.934.522 | 65.647.906 |
| Recursos PIS/PASEP | | 6.298.836 | 3.677.256 | 6.298.836 | 3.677.256 |
| Provisão para risco de crédito | 8 | (99.175) | (70.116) | (273.796) | (232.254) |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | 8 | 36.514.994 | 30.983.193 | 37.724.647 | 32.001.491 |
| Operações de crédito | | 36.780.651 | 31.191.460 | 38.000.369 | 32.338.843 |
| Recursos livres | | 34.904.613 | 29.862.094 | 36.124.331 | 31.009.477 |
| Recursos PIS/PASEP | | 290.907 | 432.609 | 290.907 | 432.609 |
| Recursos Fundo da Marinha Mercante | | 1.585.131 | 896.757 | 1.585.131 | 896.757 |
| Provisão para risco de crédito | | (265.657) | (208.267) | (275.722) | (337.352) |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 3.381.676 | 3.051.260 | 3.687.381 | 5.137.974 |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 10 | – | – | 334.319 | 219.030 |
| Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 10 | – | – | (1.959) | (1.197) |
| Direitos recebíveis | 10 | 1.639 | 74.977 | 3.019 | 83.369 |
| Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis | 10 | (107) | (97) | (338) | (191) |
| Créditos tributários | 21.2 | 394.277 | 305.199 | 690.482 | 446.301 |
| Impostos e contribuições a recuperar e antecipações | 21.1 | 27.552 | 85.158 | 116.999 | 549.557 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | | 724.103 | 282.623 | 277.641 | 1.208.731 |
| Devedores por depósito em garantia | | 136.897 | 148.905 | 152.394 | 582.346 |
| Pagamentos a ressarcir | | 73.321 | 147.048 | 13.846 | 13.062 |
| Direitos a receber - Sistema Eletrobrás | 9.1 | 1.543.394 | 1.748.912 | 1.543.394 | 1.748.912 |
| Diversos | | 480.600 | 258.535 | 557.584 | 288.054 |
| **OUTROS VALORES E BENS** | 11 | 1.303.311 | 887.177 | 1.304.310 | 887.177 |
| Outros valores e bens | | 12.206 | 10.492 | 13.205 | 10.492 |
| Despesas antecipadas | | 1.291.105 | 876.685 | 1.291.105 | 876.685 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | 636.703.932 | 589.861.933 | 634.983.059 | 574.046.711 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | 550.179.791 | 501.853.516 | 618.892.382 | 559.385.684 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 7 | 60.711.282 | 66.128.543 | 127.991.502 | 142.295.143 |
| Ações | 7.1 e 13.1 | 15.364.940 | 18.316.738 | 69.531.321 | 79.874.223 |
| Debêntures disponíveis para venda | 7.1 e 7.5.1 | 2.326.529 | 2.217.695 | 10.218.270 | 10.591.894 |
| Debêntures mantidas até o vencimento | 7.5.2 | 2.904.832 | 2.852.317 | 5.719.238 | 5.906.015 |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures | 7.5.2 | (8.289) | (10.817) | (68.686) | (77.567) |
| Títulos públicos | 7.1 | 40.089.367 | 42.752.466 | 40.089.367 | 42.752.466 |
| Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros | 7.6 | 33.903 | 144 | 33.903 | 144 |
| Instrumentos financeiros derivativos - renda variável | 7.6 | – | – | 446.955 | 820.210 |
| Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações | 7.4 | – | – | 2.021.134 | 2.427.758 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | 8 | 228.008.927 | 200.800.090 | 208.220.411 | 166.466.278 |
| Repasses interfinanceiros | | 228.401.034 | 201.165.750 | 209.060.526 | 167.218.077 |
| Recursos livres | | 201.979.339 | 174.145.477 | 182.638.831 | 140.197.804 |
| Recursos PIS/PASEP | | 26.421.695 | 27.020.273 | 26.421.695 | 27.020.273 |
| Provisão para risco de crédito | | (392.107) | (365.660) | (840.115) | (751.799) |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | 8 | 242.089.660 | 218.813.671 | 248.337.879 | 224.587.501 |
| Operações de crédito | | 243.850.934 | 220.284.521 | 250.151.140 | 226.790.273 |
| Recursos livres | | 231.655.425 | 208.824.395 | 237.955.631 | 215.330.147 |
| Recursos PIS/PASEP | | 598.231 | 924.761 | 598.231 | 924.761 |
| Recursos Fundo Marinha Mercante | | 11.597.278 | 10.535.365 | 11.597.278 | 10.535.365 |
| Provisão para risco de crédito | | (1.761.274) | (1.470.850) | (1.813.261) | (2.202.772) |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 19.369.922 | 16.111.212 | 34.342.590 | 26.036.762 |
| Créditos tributários | 21.2 | 6.130.433 | 3.424.141 | 8.949.618 | 5.696.068 |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 10 | – | – | 486.488 | 701.339 |
| Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 10 | – | – | (2.851) | (2.697) |
| Direitos recebíveis | 10 | 12.626 | 919.888 | 13.714 | 1.154.394 |
| Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis | 10 | (822) | (1.188) | (1.004) | (3.821) |
| Créditos perante o Tesouro Nacional | 9.2 | 6.472.410 | 5.617.536 | 17.482.277 | 12.117.321 |
| Direitos a receber - Sistema Eletrobrás | 9.1 | 6.566.773 | 6.001.807 | 6.566.773 | 6.001.807 |
| Incentivos fiscais | | 188.502 | 149.028 | 429.616 | 372.351 |
| Devedores por depósitos em garantia | | – | – | 417.959 | – |
| **INVESTIMENTOS** | 13 | 86.395.249 | 87.858.814 | 15.961.785 | 14.511.424 |
| Participações em controladas e coligadas | 13.2 | 86.253.103 | 87.716.617 | 15.819.638 | 14.369.227 |
| Participações em outras empresas | 13.2.3 | 100.000 | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| Outros investimentos | 13.2.4 | 42.146 | 42.197 | 42.147 | 42.197 |
| **IMOBILIZADO DE USO** | | 96.484 | 110.846 | 96.484 | 110.846 |
| **INTANGÍVEL** | | 32.408 | 38.757 | 32.408 | 38.757 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | 762.953.109 | 693.851.850 | 782.043.420 | 715.497.509 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
### (Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | BNDES | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | 43.840.877 | 41.089.927 | 48.163.532 | 44.456.823 |
| **OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS** | | 2.215.353 | 2.165.154 | 2.215.353 | 2.165.154 |
| Depósitos especiais - FAT | 17.2 | 2.215.043 | 2.164.885 | 2.215.043 | 2.164.885 |
| Diversos | | 310 | 269 | 310 | 269 |
| **CAPTAÇÕES NO MERCADO** | | 18.013.555 | 21.312.188 | 18.013.555 | 21.312.188 |
| Obrigações por operações compromissadas | 14 | 18.013.555 | 21.312.188 | 18.013.555 | 21.312.188 |
| **RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS** | | 4.974 | 3.627 | 4.974 | 3.627 |
| Recursos em trânsito de terceiros | | 4.974 | 3.627 | 4.974 | 3.627 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO** | 15 | 852.882 | 777.853 | 2.986.881 | 2.925.169 |
| Debêntures | 15.1 | 585.150 | 592.231 | 2.719.149 | 2.739.547 |
| Letras de Crédito do Agronegócio | 15.2 | 267.732 | 185.622 | 267.732 | 185.622 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES** | 16 | 9.669.060 | 6.077.849 | 10.346.525 | 6.611.479 |
| Empréstimos no país | 16.1 | 388.404 | 380.925 | 388.404 | 380.925 |
| Empréstimos no exterior | 16.1 | 190.039 | 104.106 | 190.039 | 104.106 |
| Empréstimos sindicalizados | | 2.072 | 2.253 | 2.072 | 2.253 |
| Bônus | | 187.967 | 101.853 | 187.967 | 101.853 |
| Repasses no país | | 6.304.595 | 4.339.179 | 6.982.060 | 4.872.809 |
| Tesouro Nacional | 16.1 | 4.784.677 | 3.365.217 | 5.462.142 | 3.991.272 |
| Controladas | 16.1 | – | 92.425 | – | – |
| Fundo da Marinha Mercante | 16.1 | 1.513.498 | 875.466 | 1.513.498 | 875.466 |
| Outros | | 6.420 | 6.071 | 6.420 | 6.071 |
| Repasses no exterior - Instituições multilaterais | 16.1 | 2.786.022 | 1.253.639 | 2.786.022 | 1.253.639 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 8.450.391 | 6.499.099 | 9.961.582 | 7.185.049 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | 18 | 5.274.834 | 3.247.339 | 5.297.645 | 3.252.690 |
| Fundo PIS/PASEP | 18.1 | 1.815.329 | 2.181.769 | 1.815.329 | 2.181.769 |
| Outros | | 3.459.505 | 1.065.570 | 3.482.316 | 1.070.921 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 21.1 | 433.413 | 827.154 | 861.721 | 1.042.444 |
| Outros impostos e contribuições | | 136.719 | 181.182 | 165.337 | 233.355 |
| Credores vinculados a liquidação de operação | | – | – | 26.007 | 22.393 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 22 | 164 | 1.071 | 1.280 | 1.074 |
| Contas a pagar - FAPES | 23 | 30.104 | 28.409 | 40.171 | 37.913 |
| Vinculadas ao Tesouro Nacional | 19 | 12.720 | 9.104 | 150.864 | 65.701 |
| Provisão para programa de desligamento de funcionários | | – | 53.239 | – | 73.790 |
| Impostos e contribuições diferidos | 21.2 | 199.756 | 184.498 | 301.601 | 186.431 |
| Passivo atuarial - FAMS | 23 | 19.760 | 9.030 | 31.206 | 15.607 |
| Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros | 7.6 | 174.054 | 196.294 | 174.054 | 196.294 |
| Instrumentos financeiros derivativos - renda variável | 7.6 | – | – | 111.810 | 194.790 |
| Obrigações por depósitos a apropriar | 20 | 800.866 | 988.097 | 800.750 | 994.545 |
| Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários | | – | – | 479.847 | 21.779 |
| Diversas | | 1.368.001 | 773.682 | 1.519.289 | 846.243 |
| **INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA** | 25 | 890.629 | 751.023 | 890.629 | 751.023 |
| Secretaria do Tesouro Nacional | | 890.629 | 751.023 | 890.629 | 751.023 |
| **DÍVIDAS SUBORDINADAS** | | 3.744.033 | 3.503.134 | 3.744.033 | 3.503.134 |
| FAT constitucional | 17.1 | 3.744.033 | 3.503.134 | 3.744.033 | 3.503.134 |
| Outras dívidas subordinadas | | 3.744.033 | 3.503.134 | 3.744.033 | 3.503.134 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | 658.486.082 | 602.768.622 | 673.253.738 | 621.047.385 |
| **OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS** | | 17.338.345 | 18.483.512 | 17.338.345 | 18.483.512 |
| Depósitos especiais - FAT | 17.2 | 17.338.345 | 18.483.512 | 17.338.345 | 18.483.512 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO** | 15 | 4.545.832 | 5.107.739 | 8.323.229 | 10.445.629 |
| Debêntures | 15.1 | 4.545.832 | 5.107.739 | 8.323.229 | 10.445.629 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES** | 16 | 436.055.072 | 393.121.240 | 438.087.465 | 395.625.462 |
| Empréstimos no país | 16.1 | 4.774.878 | 4.816.634 | 4.774.878 | 4.816.634 |
| Empréstimos no exterior | 16.1 | 16.503.649 | 9.211.581 | 16.503.649 | 9.211.581 |
| Empréstimos sindicalizados | | 702.780 | 613.050 | 702.780 | 613.050 |
| Bônus | | 15.800.869 | 8.598.531 | 15.800.869 | 8.598.531 |
| Repasses no país | | 403.045.555 | 366.387.538 | 405.077.948 | 368.891.760 |
| Tesouro Nacional | 16.1 | 390.990.134 | 355.430.592 | 393.022.527 | 357.934.814 |
| Fundo da Marinha Mercante | 16.1 | 12.041.081 | 10.936.299 | 12.041.081 | 10.936.299 |
| Outros | | 14.340 | 20.647 | 14.340 | 20.647 |
| Repasses no exterior - Instituições multilaterais | 16.1 | 11.730.990 | 12.705.487 | 11.730.990 | 12.705.487 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 33.856.063 | 34.985.133 | 42.813.929 | 45.421.784 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | 18 | 31.885.311 | 30.614.899 | 31.885.311 | 30.614.899 |
| Fundo PIS/PASEP | 18.1 | 31.818.477 | 30.614.899 | 31.818.477 | 30.614.899 |
| Outros | | 66.834 | – | 66.834 | – |
| Contas a pagar - FAPES | 23 | 678.787 | 2.163.877 | 850.777 | 2.327.356 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 22 | 149.946 | 89.843 | 764.324 | 675.623 |
| Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros | 7.6 | 160.031 | 235.869 | 160.031 | 235.869 |
| Instrumentos financeiros derivativos - renda variável | 7.6 | – | – | 1.446.612 | 1.179.067 |
| Passivo atuarial - FAMS | 23 | 942.211 | 1.430.560 | 1.174.316 | 1.639.587 |
| Impostos e contribuições diferidos | 21.2 | 39.777 | 450.085 | 6.390.341 | 8.607.166 |
| Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários | | – | – | 142.217 | 142.217 |
| **INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA** | 25 | 13.787.365 | 13.364.506 | 13.787.365 | 13.364.506 |
| Secretaria do Tesouro Nacional | | 13.787.365 | 13.364.506 | 13.787.365 | 13.364.506 |
| Outros instrumentos híbridos de capital e dívida | | 1.759.310 | 7.297.646 | 1.759.310 | 7.291.879 |
| Elegível a capital | | 12.028.055 | 6.066.860 | 12.028.055 | 6.072.627 |
| **DÍVIDAS SUBORDINADAS** | | 152.903.405 | 137.706.492 | 152.903.405 | 137.706.492 |
| FAT Constitucional | 17.1 | 152.903.405 | 137.706.492 | 152.903.405 | 137.706.492 |
| Outras dívidas subordinadas | | 116.680.244 | 113.380.995 | 116.680.244 | 113.389.777 |
| Elegível a capital | | 36.223.161 | 24.325.497 | 36.223.161 | 24.316.715 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 26 | 60.626.150 | 49.993.301 | 60.626.150 | 49.993.301 |
| Capital social | | 36.340.506 | 36.340.506 | 36.340.506 | 36.340.506 |
| Instrumento elegível ao capital principal | | 15.000.000 | – | 15.000.000 | – |
| Reservas de lucros | | 6.133.287 | 5.042.297 | 6.133.287 | 5.042.297 |
| Reserva legal | | 2.110.201 | 1.705.568 | 2.110.201 | 1.705.568 |
| Reserva de incentivos fiscais | | 201.355 | 142.840 | 201.355 | 142.840 |
| Reserva para futuro aumento de capital | | 1.144.426 | 1.162.008 | 1.144.426 | 1.162.008 |
| Reserva para margem operacional | | 2.677.305 | 2.031.881 | 2.677.305 | 2.031.881 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 3.152.357 | 8.668.109 | 3.152.357 | 8.668.109 |
| De ativos próprios | | (6.793.967) | (5.140.114) | (6.793.967) | (5.140.114) |
| De ativos de coligadas e controladas | | 9.946.324 | 13.808.223 | 9.946.324 | 13.808.223 |
| Lucros acumulados | | – | (57.611) | – | (57.611) |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | 762.953.109 | 693.851.850 | 782.043.420 | 715.497.509 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
### (Em milhares de reais)

| | | BNDES | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Exercícios | | | Exercícios | |
| | Nota Explicativa | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | 25.815.619 | 50.406.461 | 47.907.981 | 28.389.377 | 55.297.479 | 52.419.435 |
| Operações de crédito e repasses interfinanceiros | | | | | | | |
| • Moeda nacional | | 13.181.539 | 25.175.485 | 23.770.551 | 12.184.002 | 23.958.213 | 23.707.564 |
| • Moeda estrangeira | | 6.072.057 | 14.942.390 | 10.127.991 | 6.151.169 | 15.117.906 | 10.364.492 |
| Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários | | 5.401.036 | 8.030.719 | 11.271.385 | 6.182.358 | 9.420.415 | 12.814.795 |
| Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional | | 899.928 | 1.754.517 | 2.299.666 | 3.610.789 | 6.297.595 | 5.094.196 |
| Rendas com administração de fundos e programas | | 261.059 | 503.350 | 438.388 | 261.059 | 503.350 | 438.388 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | (20.306.803) | (40.955.687) | (38.080.821) | (20.957.586) | (42.840.353) | (40.841.725) |
| Captação no mercado - financiamentos e repasses | | | | | | | |
| • Moeda nacional | | (14.398.457) | (27.532.112) | (26.735.819) | (15.709.148) | (30.151.557) | (29.528.591) |
| • Moeda estrangeira | | (5.829.620) | (14.234.101) | (9.581.706) | (5.829.619) | (14.234.099) | (9.581.704) |
| Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros | 7.6 | (9.110) | 908.544 | (1.363.757) | (9.110) | 908.544 | (1.363.757) |
| Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional | | (6.464) | (19.805) | (9.272) | (50.427) | (112.159) | (53.032) |
| Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito | 28 | (9.922) | (57.795) | (405.921) | 693.948 | 769.336 | (330.295) |
| Resultado da carteira de câmbio | | (53.230) | (20.418) | 15.654 | (53.230) | (20.418) | 15.654 |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | 5.508.816 | 9.450.774 | 9.827.160 | 7.431.791 | 12.457.126 | 11.577.710 |
| **OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS** | | 976.858 | 1.675.116 | 888.728 | (652.812) | (262.448) | (431.793) |
| Resultado com equivalência patrimonial | 13 | 1.963.641 | 3.255.548 | 2.733.339 | 51.112 | (51.107) | (142.474) |
| Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC | | 357.567 | 663.166 | (199.418) | 390.776 | 730.962 | (96.783) |
| Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos | | – | (30) | – | (1.250.387) | (2.045.194) | (1.092.555) |
| Receita de dividendos | | 137 | 253 | 53.219 | 299.244 | 591.711 | 1.131.235 |
| Receita de juros sobre o capital próprio | | – | 380.700 | 204.638 | 483.057 | 2.189.465 | 1.633.975 |
| Resultado com alienações de títulos de renda variável | | 9.624 | 9.624 | 12.507 | 943.862 | 1.234.685 | 1.718.430 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável | 7.6 | – | – | – | (114.093) | 73.271 | (548.149) |
| Resultado com fundos de investimento em participações societárias | | – | – | – | 249.494 | 325.356 | – |
| Outras rendas (despesas) sobre participações societárias | | – | – | – | 11.178 | 134.012 | (56.545) |
| Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis | | (11.681) | (81.239) | 69.290 | (27.409) | (111.288) | 46.336 |
| Despesas tributárias | | (300.546) | (549.707) | (503.959) | (442.637) | (879.909) | (743.660) |
| Despesas com pessoal | | (472.958) | (961.982) | (628.370) | (617.446) | (1.261.253) | (1.177.935) |
| Despesas administrativas | | (204.850) | (359.317) | (266.959) | (249.982) | (448.705) | (460.037) |
| Outras receitas operacionais | | 135.720 | 221.029 | 111.600 | 173.803 | 262.564 | 141.641 |
| Outras despesas operacionais | | (499.796) | (902.929) | (697.159) | (553.384) | (1.007.018) | (785.272) |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 6.485.674 | 11.125.890 | 10.715.888 | 6.778.979 | 12.194.678 | 11.145.917 |
| Imposto de renda | 21 | (924.735) | (1.743.552) | (1.651.869) | (1.452.230) | (2.839.925) | (2.600.357) |
| Contribuição social | 21 | (580.239) | (1.081.669) | (1.021.865) | (797.674) | (1.545.004) | (1.470.912) |
| Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização | 21 | 40.101 | (18.374) | 160.858 | 533.419 | 514.239 | 1.196.759 |
| **RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 5.020.801 | 8.282.295 | 8.203.012 | 5.062.494 | 8.323.988 | 8.271.407 |
| Participação dos empregados no lucro | | (132.027) | (132.027) | (77.127) | (173.720) | (173.720) | (145.522) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO** | | 4.888.774 | 8.150.268 | 8.125.885 | 4.888.774 | 8.150.268 | 8.125.885 |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R$ / AÇÃO)** | | 0,779248 | 1,299114 | 1,295228 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
### (Em milhares de reais)

| | | | Reservas de lucros | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Instrumento elegível ao capital principal | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para futuro aumento de capital | Reserva para margem operacional | De ativos próprios | De ativos de coligadas e controladas | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2013 | 36.340.506 | – | 1.705.568 | 142.840 | 1.162.008 | 2.031.881 | (5.140.114) | 13.808.223 | (57.611) | 49.993.301 |
| Aumento de capital (Nota 26) | – | 15.000.000 | – | – | – | – | – | – | – | 15.000.000 |
| Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26) | – | – | – | – | – | (2.031.881) | – | – | 2.031.881 | – |
| Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26) | – | – | – | – | (1.162.008) | – | – | – | 1.162.008 | – |
| Dividendos complementares - exercício 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | (3.193.889) | (3.193.889) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | (1.653.853) | (3.861.899) | – | (5.515.752) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | – | – | 8.150.268 | 8.150.268 |
| Destinação do resultado (Nota 26): | | | | | | | | | | |
| • Reserva legal | – | – | 404.633 | – | – | – | – | – | (404.633) | – |
| • Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 58.515 | – | – | – | – | (58.515) | – |
| • Reserva para futuro aumento de capital | – | – | – | – | 1.144.426 | – | – | – | (1.144.426) | – |
| • Reserva para margem operacional | – | – | – | – | – | 2.677.305 | – | – | (2.677.305) | – |
| • Juros sobre o capital próprio intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (1.753.316) | (1.753.316) |
| • Dividendos intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (2.054.462) | (2.054.462) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 36.340.506 | 15.000.000 | 2.110.201 | 201.355 | 1.144.426 | 2.677.305 | (6.793.967) | 9.946.324 | – | 60.626.150 |
| Mutações no exercício | – | 15.000.000 | 404.633 | 58.515 | (17.582) | 645.424 | (1.653.853) | (3.861.899) | 57.611 | 10.632.849 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
### (Em milhares de reais)

| | | | Reservas de lucros | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Instrumento elegível ao capital principal | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para futuro aumento de capital | Reserva para margem operacional | De ativos próprios | De ativos de coligadas e controladas | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de julho de 2013 | 36.340.506 | 15.000.000 | 1.705.568 | 142.840 | – | – | (6.991.915) | 6.554.179 | 2.420.770 | 55.171.948 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | 197.948 | 3.392.145 | – | 3.590.093 |
| Lucro líquido do semestre | – | – | – | – | – | – | – | – | 4.888.774 | 4.888.774 |
| Destinação do resultado (Nota 26): | | | | | | | | | | |
| • Reserva legal | – | – | 404.633 | – | – | – | – | – | (404.633) | – |
| • Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 58.515 | – | – | – | – | (58.515) | – |
| • Reserva para futuro aumento de capital | – | – | – | – | 1.144.426 | – | – | – | (1.144.426) | – |
| • Reserva para margem operacional | – | – | – | – | – | 2.677.305 | – | – | (2.677.305) | – |
| • Juros sobre o capital próprio intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (970.203) | (970.203) |
| • Dividendos intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (2.054.462) | (2.054.462) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 36.340.506 | 15.000.000 | 2.110.201 | 201.355 | 1.144.426 | 2.677.305 | (6.793.967) | 9.946.324 | – | 60.626.150 |
| Mutações no semestre | – | – | 404.633 | 58.515 | 1.144.426 | 2.677.305 | 197.948 | 3.392.145 | (2.420.770) | 5.454.202 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
## (Em milhares de reais)

| | | | Reservas de lucros | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para futuro aumento de capital | Reserva para margem operacional | De ativos próprios | De ativos de coligadas e controladas | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 29.557.415 | 6.783.091 | 1.296.394 | 115.236 | 2.723.829 | 5.124.909 | (1.684.314) | 17.095.864 | – | 61.012.424 |
| Aumento de capital (Nota 26) | 6.783.091 | (6.783.091) | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | (3.455.800) | (3.287.641) | – | (6.743.441) |
| Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26) | – | – | – | – | – | (5.124.909) | – | – | 5.124.909 | – |
| Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26) | – | – | – | – | (2.723.829) | – | – | – | 2.723.829 | – |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio complementares: | | | | | | | | | | |
| Dividendos complementares - 2010 | – | – | – | – | – | – | – | – | (1.442.602) | (1.442.602) |
| Dividendos complementares - 2011 | – | – | – | – | – | – | – | – | (6.308.765) | (6.308.765) |
| Juros sobre capital próprio complementares - 2011 | – | – | – | – | – | – | – | – | (97.371) | (97.371) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | – | – | 8.125.885 | 8.125.885 |
| Destinação do resultado (Nota 26): | | | | | | | | | | |
| • Reserva legal | – | – | 409.174 | – | – | – | – | – | (409.174) | – |
| • Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 27.604 | – | – | – | – | (27.604) | – |
| • Reserva para futuro aumento de capital | – | – | – | – | 1.162.008 | – | – | – | (1.162.008) | – |
| • Reserva para margem operacional | – | – | – | – | – | 2.031.881 | – | – | (2.031.881) | – |
| • Juros sobre o capital próprio intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (1.973.225) | (1.973.225) |
| • Dividendos intermediários | – | – | – | – | – | – | – | – | (2.579.604) | (2.579.604) |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 36.340.506 | – | 1.705.568 | 142.840 | 1.162.008 | 2.031.881 | (5.140.114) | 13.808.223 | (57.611) | 49.993.301 |
| Mutações no exercício | 6.783.091 | (6.783.091) | 409.174 | 27.604 | (1.561.821) | (3.093.028) | (3.455.800) | (3.287.641) | (57.611) | (11.019.123) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
## (Em milhares de reais)

| | BNDES | | | CONSOLIDADO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Exercícios | | | Exercícios | |
| | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 |
| **Atividades operacionais** | | | | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro do semestre / exercício | 6.485.674 | 11.125.890 | 10.715.888 | 6.778.979 | 12.194.678 | 11.145.917 |
| Ajustes que não afetam as disponibilidades | (1.748.314) | (2.747.440) | (2.012.753) | 1.154.722 | 2.299.732 | 3.294.169 |
| • Constituição (reversão) de provisão para risco de crédito | 9.922 | 57.795 | 405.921 | (693.948) | (769.336) | 330.295 |
| • Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis | 11.681 | 81.239 | (69.290) | 33.826 | 111.288 | (46.336) |
| • Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos | – | – | – | 1.250.387 | 2.045.194 | 1.092.555 |
| • Resultado de participações em coligadas e controladas | (1.963.641) | (3.255.548) | (2.733.339) | (51.112) | 51.107 | 142.474 |
| • Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável | – | – | – | 114.093 | (73.271) | 548.149 |
| • Ajuste ao valor justo de títulos de investimentos | – | – | – | – | (108.546) | – |
| • Realização de ajuste de avaliação patrimonial | – | – | – | (304) | (304) | 113.420 |
| • Depreciação | 12.555 | 27.410 | 17.395 | 16.521 | 36.066 | 32.822 |
| • Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio | 181.169 | 341.664 | 366.560 | 485.259 | 1.007.534 | 1.080.790 |
| **Variação de ativos e obrigações** | (6.905.276) | (23.130.827) | (12.250.295) | (7.432.412) | (23.261.410) | (19.224.008) |
| • (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento | (42.065.038) | (74.260.172) | (60.965.725) | (39.970.597) | (72.224.511) | (66.985.267) |
| • (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários | (3.017.878) | 9.585.240 | (26.311.960) | (3.102.335) | 10.616.511 | (28.794.272) |
| • (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo | (1.829.509) | (1.758.837) | (56.574) | (3.277.665) | (3.875.116) | (2.783.142) |
| • Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses | 45.291.084 | 62.186.051 | 74.658.123 | 45.145.415 | 61.819.550 | 80.899.085 |
| • Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital | (128.256) | 562.465 | 340.231 | (128.256) | 562.465 | 340.231 |
| • Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas | 3.662.063 | (3.298.633) | 13.503.917 | 3.662.063 | (3.298.633) | 13.503.917 |
| • Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo | (339.835) | (616.776) | 881.134 | (1.122.156) | (965.031) | 59.089 |
| • Juros pagos de empréstimos e repasses | (6.497.677) | (12.363.101) | (11.731.000) | (6.441.711) | (12.307.134) | (11.730.908) |
| • IR e CSLL pagos | (1.980.230) | (3.167.064) | (2.568.441) | (2.197.170) | (3.589.511) | (3.732.741) |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais** | (2.167.916) | (14.752.377) | (3.547.160) | 501.289 | (8.767.000) | (4.783.922) |
| **Atividades de investimentos** | | | | | | |
| . Aumento de capital BNDES PLC | (200.849) | (200.849) | (10.834) | – | – | – |
| • Adições ao imobilizado | (3.896) | (10.434) | (29.258) | (3.896) | (10.434) | (29.258) |
| • Adições ao intangível | (4.762) | (6.189) | – | (4.762) | (6.189) | – |
| • Baixas do imobilizado | 373 | 1.269 | 2.788 | 373 | 1.269 | 2.788 |
| • Compra de investimentos | – | – | – | (166.965) | (1.019.226) | (1.351.527) |
| • Venda de investimentos | – | – | – | 940 | 45.610 | 2.857.122 |
| • Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas | 185.726 | 635.370 | – | 299.262 | 441.374 | 640.953 |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos** | (23.408) | 419.167 | (37.304) | 124.952 | (547.596) | 2.120.078 |
| **Atividades de financiamentos** | | | | | | |
| • Aumento em obrigações por dívidas subordinadas | 7.073.690 | 15.437.812 | 15.991.260 | 7.073.690 | 15.437.812 | 15.991.260 |
| • Pagamento de juros sobre capital próprio | (924.664) | (1.707.777) | – | (924.664) | (1.707.777) | – |
| • Pagamento de dividendos | (1.997.576) | (5.290.884) | (6.292.600) | (1.997.576) | (5.290.884) | (6.292.600) |
| • Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio | 260.000 | 260.000 | 180.000 | 260.000 | 260.000 | 180.000 |
| • Captações por emissão de debêntures | – | – | – | – | – | 2.000.000 |
| • Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio | (131.839) | (191.839) | – | (131.839) | (191.839) | – |
| • Amortização das obrigações por emissão de debêntures | (446.204) | (896.703) | (938.059) | (1.633.878) | (3.136.385) | (1.945.280) |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos** | 3.833.407 | 7.610.609 | 8.940.601 | 2.645.733 | 5.370.927 | 9.933.380 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | 1.642.083 | (6.722.601) | 5.356.137 | 3.271.974 | (3.943.669) | 7.269.536 |
| Modificação na posição financeira | | | | | | |
| **Início do semestre/exercício** | | | | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 3.172.851 | 11.537.535 | 6.181.398 | 6.736.283 | 13.951.926 | 6.682.390 |
| **Final do semestre/exercício** | | | | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 4.814.934 | 4.814.934 | 11.537.535 | 10.008.257 | 10.008.257 | 13.951.926 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | 1.642.083 | (6.722.601) | 5.356.137 | 3.271.974 | (3.943.669) | 7.269.536 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 31)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
### (Em milhares de reais)

| | BNDES | | | | | | CONSOLIDADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Exercícios | | | | | | Exercícios | | | |
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| **RECEITAS** | 26.308.608 | | 51.242.485 | | 47.426.749 | | 30.347.569 | | 58.096.703 | | 53.344.517 | |
| Intermediação financeira | 25.815.619 | | 50.406.461 | | 47.907.981 | | 28.389.377 | | 55.297.479 | | 52.419.435 | |
| Outras receitas | 502.911 | | 893.819 | | (75.311) | | 1.264.244 | | 2.029.888 | | 1.255.377 | |
| Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito | (9.922) | | (57.795) | | (405.921) | | 693.948 | | 769.336 | | (330.295) | |
| **DESPESAS** | (20.808.358) | | (41.882.060) | | (38.302.769) | | (21.847.968) | | (43.997.033) | | (41.347.149) | |
| Intermediação financeira | (20.296.881) | | (40.897.892) | | (37.674.900) | | (21.651.534) | | (43.609.689) | | (40.511.430) | |
| Outras despesas | (511.477) | | (984.168) | | (627.869) | | (196.434) | | (387.344) | | (835.719) | |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | (153.419) | | (258.846) | | (199.639) | | (1.433.351) | | (2.362.926) | | (1.430.462) | |
| Materiais, energia e outros | (27.192) | | (45.670) | | (37.563) | | (31.295) | | (54.177) | | (56.309) | |
| Serviços de terceiros | (126.227) | | (213.146) | | (162.076) | | (151.669) | | (263.555) | | (281.598) | |
| Perda de valores ativos | – | | (30) | | – | | (1.250.387) | | (2.045.194) | | (1.092.555) | |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | 5.346.831 | | 9.101.579 | | 8.924.341 | | 7.066.250 | | 11.736.744 | | 10.566.906 | |
| **RETENÇÕES** | (12.556) | | (27.410) | | (17.395) | | (16.521) | | (36.066) | | (32.822) | |
| Depreciação | (12.556) | | (27.410) | | (17.395) | | (16.521) | | (36.066) | | (32.822) | |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** | 5.334.275 | | 9.074.169 | | 8.906.946 | | 7.049.729 | | 11.700.678 | | 10.534.084 | |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | 1.963.778 | | 3.636.501 | | 2.991.196 | | 833.413 | | 2.730.069 | | 2.622.736 | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.963.641 | | 3.255.548 | | 2.733.339 | | 51.112 | | (51.107) | | (142.474) | |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 137 | | 380.953 | | 257.857 | | 782.301 | | 2.781.176 | | 2.765.210 | |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | 7.298.053 | 100,0% | 12.710.670 | 100,0% | 11.898.142 | 100,0% | 7.883.142 | 100,0% | 14.430.747 | 100,0% | 13.156.820 | 100,0% |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | 7.298.053 | 100,0% | 12.710.670 | 100,0% | 11.898.142 | 100,0% | 7.883.142 | 100,0% | 14.430.747 | 100,0% | 13.156.820 | 100,0% |
| Pessoal e encargos | 415.496 | 5,7% | 843.994 | 6,6% | 553.701 | 4,7% | 531.134 | 6,7% | 1.101.103 | 7,6% | 1.027.888 | 7,8% |
| - Remuneração direta | 252.920 | | 531.156 | | 364.892 | | 317.553 | | 690.096 | | 673.625 | |
| - Benefícios | 128.756 | | 226.972 | | 145.575 | | 169.082 | | 298.026 | | 272.691 | |
| - FGTS | 26.403 | | 63.339 | | 35.195 | | 34.740 | | 83.341 | | 66.406 | |
| - Outros | 7.417 | | 22.527 | | 8.039 | | 9.759 | | 29.640 | | 15.166 | |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.826.440 | 25,0% | 3.518.330 | 27,7% | 3.097.998 | 26,0% | 2.243.046 | 28,5% | 4.918.748 | 34,1% | 3.775.580 | 28,7% |
| - Federais | 1.822.297 | | 3.505.782 | | 3.086.586 | | 2.238.676 | | 4.903.977 | | 3.759.979 | |
| - Estaduais | 21 | | 60 | | – | | 27 | | 79 | | – | |
| - Municipais | 4.122 | | 12.488 | | 11.412 | | 4.343 | | 14.692 | | 15.601 | |
| Aluguéis | 35.316 | 0,5% | 66.051 | 0,5% | 43.431 | 0,4% | 46.468 | 0,6% | 86.908 | 0,6% | 81.945 | 0,6% |
| Participação dos empregados nos lucros | 132.027 | 1,8% | 132.027 | 1,0% | 77.127 | 0,6% | 173.720 | 2,2% | 173.720 | 1,2% | 145.522 | 1,1% |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 3.807.778 | 52,2% | 3.807.778 | 30,0% | 4.552.829 | 38,3% | 3.807.778 | 48,3% | 3.807.778 | 26,4% | 4.552.829 | 34,6% |
| Lucros retidos | 1.080.996 | 14,8% | 4.342.490 | 34,2% | 3.573.056 | 30,0% | 1.080.996 | 13,7% | 4.342.490 | 30,1% | 3.573.056 | 27,2% |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

### 1. Contexto operacional

1.1) Histórico

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei n.º 5.662 e o Decreto n.º 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional - CMN.

1.2) Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

O BNDES apresenta uma estrutura voltada para promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos, priorizando:

- Investimentos em infra-estrutura;
- Investimentos em insumos básicos, para retomada do crescimento industrial;
- Exportações;
- Tecnologia nacional;
- Fomento a pequenas e médias empresas; e
- Integração continental para a América do Sul.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua também por meio das suas subsidiárias integrais, a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe em empresas nacionais por meio da subscrição de ações e debêntures conversíveis, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento à compra de máquinas e equipamentos e à exportação de bens de capital e serviço, e BNDES *Public Limited Company* - BNDES PLC (BNDES *Limited*, até outubro de 2013), empresa sediada em Londres, Inglaterra, cujo objetivo é atuar como *holding* para investir em títulos e valores mobiliários em qualquer país contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras. A BNDES PLC está em fase pré-operacional.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do BNDES incluem suas subsidiárias integrais: BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME - e BNDES *Public Limited Company* - BNDES PLC e foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria ainda não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008;
b) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN n.º 3.604/2008;
c) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009;
d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009;
e) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução CMN n.º 3.973/2011;
f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN n.º 3.989/2011;
g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros. - homologado pela Resolução CMN n.º 4.007/2011; e
h) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN n.º 4.144/2012.

Atualmente, não é possível estimar quando e se o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a sua utilização será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras do BNDES e Consolidado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas para emissão, pela diretoria, em 18 de fevereiro de 2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## 3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES e suas controladas integrais FINAME, BNDESPAR e BNDES PLC. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as seguintes eliminações:

(i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
(ii) saldos das operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
(iii) saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições;
(iv) dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

## 4. Sumário das principais práticas contábeis

### 4.1) Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

### 4.2) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos iguais ou inferiores a três meses, a contar da data da aquisição.

A composição das disponibilidades e aplicações em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

### 4.3) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 6.

### 4.4) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068/2001, do BACEN, e pela Lei n.º 11.638/2007, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda; e
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, inclusive quando houver evidência de perda considerada permanente, conforme estabelecido no artigo 6º da Circular n.º 3.068/2001 do BACEN. O referido artigo não se aplica a certas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de "títulos disponíveis para venda", conforme determinado no artigo 2º da Resolução n.º 4.175/2012 do CMN.

As aplicações em fundos de investimentos são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

O BACEN, por meio da Circular n.º 3.082/2002, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação para os instrumentos financeiros derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos instrumentos não considerados como "*hedge*" ou como "*hedge*" de risco de mercado, contabilizada em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "*swap*" e operações no mercado futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de "*swap*" - os valores referenciais são registrados em contas de compensação e os diferenciais a receber e a pagar são valorizados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, e contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, com contrapartida no resultado, até a data do balanço;
- operações no mercado de futuros - os valores referenciais são registrados em contas de compensação, e os valores a receber e/ou a pagar referentes aos ajustes diários, divulgados pela BM&F Bovespa S.A, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as contas de resultado. Essas operações têm liquidação diária.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.6.

### 4.5) Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para risco de crédito

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo CMN - por meio da Resolução n.º 2.682/1999.

### 4.6) Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

### 4.7) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e empresas coligadas com influência significativa (participações da controlada BNDESPAR) nos termos da Lei n.º 11.941/2009, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo e, quando aplicável, ajustados para o seu valor provável de realização.

Pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio liquido.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM. Para a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES), as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas, considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, excluindo os efeitos de orientações do CPC ainda não referendadas pelo BACEN, sendo eles: Pronunciamentos n.º 15 - combinação de negócios, especificamente no que se refere ao deságio; e n.º 18 - investimento em coligadas, em controladas e em empreendimento controlado em conjunto, especificamente no que se refere à perda por redução ao valor recuperável.

Para a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, para o cálculo da equivalência patrimonial, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada e rotina de fechamento com prazos divergentes, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida. A presunção de influência é afastada quando a BNDESPAR não participa nas decisões da investida, mesmo que tenha 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante da investida não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detêm menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que, na essência constituam parte do investimento na coligada, a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Para cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda de cada coligada é determinado: a) pelo preço de cotação da BM&FBovespa, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, declarados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do período.

O investimento em coligadas inclui o ágio apurado na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos por pagar) pela BNDESPAR e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade a que se refere à Resolução n.º 3.566/2008 do CMN.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) serão baixados quando ocorrer a alienação dos investimentos.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e outros investimentos, encontram-se descritos na Nota 13.

### 4.8) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

### 4.9) Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

### 4.10) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

### 4.11) Benefícios a empregados

Em decorrência da adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, aprovado pela deliberação CVM n.º 695/2012, os saldos comparativos em 2012 foram ajustados, conforme demonstrado no quadro a seguir. As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

Apresentamos a seguir a comparação dos itens do balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados pela adoção da nova prática:

R$ mil

| | BNDES | | |
|---|---|---|---|
| | Saldos publicados | Ajustes | Saldos ajustados |
| **Balanço patrimonial em 31/12/2012** | | | |
| **Ativo** | | | |
| Créditos tributários | 3.717.687 | 11.653 | 3.729.340 |
| **Passivo** | | | |
| Passivo Atuarial - FAPES | 584.022 | 1.608.264 | 2.192.286 |
| Passivo atuarial - FAMS | 860.039 | 579.551 | 1.439.590 |
| Ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios | (3.021.563) | (2.118.551) | (5.140.114) |
| Lucros ou prejuízos acumulados | – | (57.611) | (57.611) |
| **Demonstração do resultado em 31/12/2012** | | | |
| Outras despesas operacionais | (639.706) | (57.453) | (697.159) |
| Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização | 161.016 | (158) | 160.858 |
| **Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2012** | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios | (3.021.563) | (2.118.551) | (5.140.114) |
| Lucros acumulados | – | (57.611) | (57.611) |

R$ mil

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | Saldos publicados | Ajustes | Saldos ajustados |
| **Balanço patrimonial em 31/12/2012** | | | |
| **Ativo** | | | |
| Créditos tributários | 6.130.716 | 11.653 | 6.142.369 |
| **Passivo** | | | |
| Passivo Atuarial - FAPES | 757.005 | 1.608.264 | 2.365.269 |
| Passivo atuarial - FAMS | 1.075.643 | 579.551 | 1.655.194 |
| Ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios | (3.021.563) | (2.118.551) | (5.140.114) |
| Lucros ou prejuízos acumulados | – | (57.611) | (57.611) |
| **Demonstração do resultado em 31/12/2012** | | | |
| Outras despesas operacionais | (727.819) | (57.453) | (785.272) |
| Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização | 1.196.917 | (158) | 1.196.759 |
| **Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2012** | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios | (3.021.563) | (2.118.551) | (5.140.114) |
| Lucros acumulados | – | (57.611) | (57.611) |

A nova prática contábil adotada retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2013, é a seguinte:

a) Plano de aposentadoria complementar

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. O custo do serviço corrente, qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação e os juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos diretamente no resultado do período.

b) Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias oferecem benefícios de assistências médicas pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado até a idade de aposentadoria e/ou conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o tempo de serviço, dispondo da mesma metodologia contábil usada para o plano de pensão de benefício definido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro são reconhecidos no resultado do período.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

Os benefícios a empregados estão descritos detalhadamente nas Notas 23 e 24.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

### 4.12) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 mil no mês (R$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 15% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota 21.

### 4.13) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do CMN, BACEN e CVM requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente valor justo dos instrumentos financeiros, a provisão para risco de crédito, provisão para perdas por *impairment*, provisões trabalhistas e cíveis, benefícios a empregados, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 4.14) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, são adotadas as seguintes políticas para a classificação das ações:

**Risco Mínimo** - são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

**Risco Médio** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

**Risco Máximo** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo BNDES com as normas descritas anteriormente, tem-se:

| Critérios Jurídicos | Possibilidade de Perda | Consequência Contábil |
|---|---|---|
| risco mínimo | remota | Sem exigência de divulgação e provisionamento |
| risco médio | possível | Divulgação |
| risco máximo | provável | Provisionamento e divulgação |

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do BNDES, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

### 4.15) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### 4.16) Capital Social

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Disponibilidades | 1.452 | 1.392 | 218.971 | 12.639 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6) (*) | 327.626 | 10.267.857 | 327.626 | 10.267.857 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF (Nota 7.3) (*) | 4.485.856 | 1.268.286 | 9.461.660 | 3.671.430 |
| | **4.814.934** | **11.537.535** | **10.008.257** | **13.951.926** |

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins da demonstração do fluxo de caixa

## 6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

### 6.1) Aplicações em carteira de câmbio

O saldo dessas operações de curto prazo, em 31 de dezembro de 2013, monta em R$ 234.083 mil (R$ 59.510 mil em 31 de dezembro de 2012).

### 6.2) Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R$ 93.543 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 150.514 mil em 31 de dezembro de 2012).

### 6.3) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Refere-se a aplicações de curto prazo registradas no CETIP. Em 31 de dezembro 2013, não havia saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros era de R$ 10.057.833 mil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## 7. Títulos e valores mobiliários

7.1) Composição por natureza e prazo de vencimento:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 BNDES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Livres:** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 3.966.909 | – | – | – | – | – | – | 3.966.909 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 10.674.261 | – | – | – | – | – | 10.674.261 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | 5.389.414 | – | – | – | – | – | 5.389.414 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | 1.998.828 | – | – | – | – | – | 1.998.828 |
| Títulos de renda fixa no exterior | – | 1.630.066 | – | – | – | – | – | 1.630.066 |
| | **3.966.909** | **19.692.569** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **23.659.478** |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 518.947 | – | – | – | – | – | – | 518.947 |
| Debêntures | – | – | – | 140.624 | 82.179 | 573.672 | – | 796.475 |
| Ações (nota 13.1) | 15.213.600 | – | – | – | – | – | – | 15.213.600 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 612.935 | 2.173.882 | 4.956.446 | – | – | – | 7.743.263 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | – | – | 864.104 | – | – | – | 864.104 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | 43.505 | 2.362.512 | 3.145.006 | 4.232.858 | 9.783.881 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | – | – | – | 3.982.681 | 995.881 | – | 4.978.562 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | – | 1.324 | 479 | – | – | – | – | 1.803 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | 12.282 | 39.476 | 160.523 | 1.298.040 | 32.015 | 1.542.336 |
| Ações (nota 13.1) | 151.340 | – | – | – | – | – | – | 151.340 |
| | **15.883.887** | **614.259** | **2.186.643** | **6.044.155** | **6.587.895** | **6.012.599** | **4.264.873** | **41.594.311** |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | 28.719 | 216.780 | 309.319 | 1.508.334 | – | 2.063.152 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 2.348 | – | – | – | 870.399 | – | 872.747 |
| | **–** | **2.348** | **28.719** | **216.780** | **309.319** | **2.378.733** | **–** | **2.935.899** |
| **Vinculados a compromissos de recompra** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | 3.387.291 | 2.697.879 | 4.117.217 | 8.394.620 | 18.597.007 |
| **Vinculados à Prestação de Garantias** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | – | 6.463 | – | – | – | – | – | 6.463 |
| **Vinculados à Cessão Fiduciária** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | – | – | – | 909.367 | 909.367 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | 33.651 | – | – | 33.903 | – | – | 67.554 |
| **TOTAL** | **19.850.796** | **20.349.290** | **2.215.362** | **9.648.226** | **9.628.996** | **12.508.549** | **13.568.860** | **87.770.079** |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado | | | | | | | | – |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público | | | | | | | | (8.425) |
| | | | | | | | | (8.425) |
| Total | | | | | | | | **87.761.654** |
| Curto prazo | | | | | | | | 27.050.372 |
| Longo prazo | | | | | | | | 60.711.282 |
| Total | | | | | | | | **87.761.654** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 BNDES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Carteira Própria/Livres:** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 1.268.286 | – | – | – | – | – | – | 1.268.286 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | 4.210.956 | – | – | – | – | – | 4.210.956 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 3.797.205 | – | – | – | – | – | 3.797.205 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 145.866 | – | – | – | – | – | 145.866 |
| | **1.268.286** | **8.154.027** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **9.422.313** |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 15.796 | – | 297.868 | – | 287.325 | – | 600.989 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 4.004.596 | – | 7.442.427 | 3.182.281 | – | – | 14.629.304 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | – | – | 798.411 | – | – | – | 798.411 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 97.556 | 10.265 | 1.519.778 | 1.987.582 | 2.796.659 | 2.140.662 | 8.552.502 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-F | – | 2.314.140 | – | – | 2.383.957 | – | – | 4.698.097 |
| Ações (nota 13.1) | 18.173.073 | – | – | – | – | – | – | 18.173.073 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 269 | 236.530 | 186.681 | 117.494 | 1.328.327 | – | 1.869.301 |
| Ações (nota 13.1) | 143.665 | – | – | – | – | – | – | 143.665 |
| | **18.316.738** | **6.432.357** | **246.795** | **10.245.165** | **7.671.314** | **4.412.311** | **2.140.662** | **49.465.342** |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | – | 463.160 | 65.234 | 1.549.458 | – | 2.077.852 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 78 | – | – | – | 10.858 | 10.936 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | 1.997.709 | – | – | 3.524.593 | – | – | 5.522.302 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | – | 859 | 456 | 456 | – | – | – | 1.771 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 2.225 | – | – | – | 774.465 | – | 776.690 |
| | **–** | **2.000.793** | **534** | **463.616** | **3.589.827** | **2.323.923** | **10.858** | **8.389.551** |
| **Vinculados a compromissos de recompra** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação (Público)** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 2.013.302 | – | – | – | – | – | 2.013.302 |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | – | – | 1.813.564 | – | – | – | 1.813.564 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 80.604 | – | – | – | – | 5.064.956 | 5.145.560 |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 72.963 | – | – | – | 9.798.163 | 9.871.126 |
| | **–** | **2.093.906** | **72.963** | **1.813.564** | **–** | **–** | **14.863.119** | **18.843.552** |
| **Vinculados à Prestação de Garantias** | | | | | | | | |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | – | 5.876 | 17.628 | 5.875 | – | – | – | 29.379 |
| **Vinculados à Cessão Fiduciária** | | | | | | | | |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 2.132 | – | – | – | 282.244 | 284.376 |
| **Instrumentos Financeiros Derivativos** | – | – | – | 144 | – | – | – | 144 |
| **TOTAL** | **19.585.024** | **18.686.959** | **340.052** | **12.528.364** | **11.261.141** | **6.736.234** | **17.296.883** | **86.434.657** |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado | | | | | | | | (3.883) |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público | | | | | | | | (6.945) |
| | | | | | | | | (10.828) |
| **TOTAL** | | | | | | | | **86.423.829** |
| Curto prazo | | | | | | | | 20.295.286 |
| Longo prazo | | | | | | | | 66.128.543 |
| Total | | | | | | | | **86.423.829** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Livres:** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 8.942.713 | – | – | – | – | – | – | 8.942.713 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 10.674.261 | – | – | – | – | – | 10.674.261 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | 5.389.414 | – | – | – | – | – | 5.389.414 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | 1.998.828 | – | – | – | – | – | 1.998.828 |
| Títulos de renda fixa no exterior | – | 1.630.066 | – | – | – | – | – | 1.630.066 |
| | **8.942.713** | **19.692.569** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **28.635.282** |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 518.947 | – | – | – | – | – | – | 518.947 |
| Debêntures | – | – | – | 140.624 | 82.179 | 573.672 | – | 796.475 |
| Ações (nota 13.1) | 39.830.138 | – | – | – | – | – | – | 39.830.138 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 612.935 | 2.173.882 | 4.956.446 | – | – | – | 7.743.263 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | – | – | 864.104 | – | – | – | 864.104 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | 43.505 | 2.362.512 | 3.145.006 | 4.232.858 | 9.783.881 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | – | – | – | 3.982.681 | 995.881 | – | 4.978.562 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | – | 1.324 | 479 | – | – | – | – | 1.803 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 310 | 12.282 | 3.028.736 | 928.721 | 5.432.323 | 32.015 | 9.434.387 |
| Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações | 2.021.134 | – | – | – | – | – | – | 2.021.134 |
| Ações (nota 13.1) | 30.000.184 | – | – | – | – | – | – | 30.000.184 |
| | **72.370.403** | **614.569** | **2.186.643** | **9.033.415** | **7.356.093** | **10.146.882** | **4.264.873** | **105.972.878** |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 3.215 | 28.719 | 369.988 | 381.987 | 2.271.537 | – | 3.055.446 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 2.348 | – | 735.245 | 578.633 | 1.381.848 | – | 2.698.074 |
| | **–** | **5.563** | **28.719** | **1.105.233** | **960.620** | **3.653.385** | **–** | **5.753.520** |
| **Vinculados a compromissos de recompra** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | 3.387.291 | 2.697.879 | 4.117.217 | 8.394.620 | 18.597.007 |
| **Vinculados à Prestação de Garantias** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | – | 6.463 | – | – | – | – | – | 6.463 |
| **Vinculados à Cessão Fiduciária** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | – | – | – | – | 909.367 | 909.367 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | 33.651 | 509.127 | 102.916 | 139.712 | 238.230 | – | 1.023.636 |
| **TOTAL** | **81.313.116** | **20.352.815** | **2.724.489** | **13.628.855** | **11.154.304** | **18.155.714** | **13.568.860** | **160.898.153** |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado | | | | | | | | (55.382) |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público | | | | | | | | (13.440) |
| | | | | | | | | (68.822) |
| **Total** | | | | | | | | **160.829.331** |
| Curto prazo | | | | | | | | 32.837.829 |
| Longo prazo | | | | | | | | 127.991.502 |
| Total | | | | | | | | **160.829.331** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Livres:** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 3.671.430 | – | – | – | – | – | – | 3.671.430 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | 4.210.956 | – | – | – | – | – | 4.210.956 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 3.797.205 | – | – | – | – | – | 3.797.205 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 145.866 | – | – | – | – | – | 145.866 |
| | **3.671.430** | **8.154.027** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **11.825.457** |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 15.796 | – | 297.868 | – | 287.325 | – | 600.989 |
| Ações (nota 13.1) | 46.913.718 | – | – | – | – | – | – | 46.913.718 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 4.004.596 | – | 7.442.427 | 3.182.281 | – | – | 14.629.304 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | – | – | – | 798.411 | – | – | – | 798.411 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 97.556 | 10.265 | 1.519.778 | 1.987.582 | 2.796.659 | 2.140.662 | 8.552.502 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | 2.314.140 | – | – | 2.383.957 | – | – | 4.698.097 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 40.466 | 1.542.407 | 3.389.667 | 532.101 | 6.084.933 | – | 11.589.574 |
| Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações | 2.427.758 | – | – | – | – | – | – | 2.427.758 |
| Ações (nota 13.1) | 32.966.193 | – | – | – | – | – | – | 32.966.193 |
| | **82.307.669** | **6.472.554** | **1.552.672** | **13.448.151** | **8.085.921** | **9.168.917** | **2.140.662** | **123.176.546** |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | – | 491.861 | 290.286 | 2.155.060 | – | 2.937.207 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 78 | – | – | – | 10.858 | 10.936 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | 1.997.709 | – | – | 3.524.593 | – | – | 5.522.302 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | – | 859 | 456 | 456 | – | – | – | 1.771 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 2.225 | – | 410.785 | 392.120 | 2.165.903 | – | 2.971.033 |
| | **–** | **2.000.793** | **534** | **903.102** | **4.206.999** | **4.320.963** | **10.858** | **11.443.249** |
| **Vinculados a compromissos de recompra** | | | | | | | | |
| **Títulos para negociação (Público)** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 2.013.302 | – | – | – | – | – | 2.013.302 |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | – | – | 1.813.564 | – | – | – | 1.813.564 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | 80.604 | – | – | – | – | 5.064.956 | 5.145.560 |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 72.963 | – | – | – | 9.798.163 | 9.871.126 |
| | **–** | **2.093.906** | **72.963** | **1.813.564** | **–** | **–** | **14.863.119** | **18.843.552** |
| **Vinculados à Prestação de Garantias** | | | | | | | | |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | – | 5.876 | 17.628 | 5.875 | – | – | – | 29.379 |
| **Vinculados à Cessão Fiduciária** | | | | | | | | |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 2.132 | – | – | – | 282.244 | 284.376 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | – | 529 | 372.768 | 245.484 | 202.102 | – | 820.883 |
| **TOTAL** | **85.979.099** | **18.727.156** | **1.646.458** | **16.543.460** | **12.538.404** | **13.691.982** | **17.296.883** | **166.423.442** |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado | | | | | | | | (66.525) |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público | | | | | | | | (11.053) |
| | | | | | | | | (77.578) |
| Total | | | | | | | | **166.345.864** |
| Curto prazo | | | | | | | | 24.050.721 |
| Longo prazo | | | | | | | | 142.295.143 |
| Total | | | | | | | | **166.345.864** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

| | BNDES | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
| | Custo | Mercado | Custo | Mercado | Custo | Mercado | Custo | Mercado |
| **Livres** | **80.501.997** | **68.248.817** | **73.581.939** | **68.062.137** | **141.703.192** | **141.316.494** | **133.708.375** | **147.984.172** |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 3.966.909 | 3.966.909 | 1.268.286 | 1.268.286 | 8.942.713 | 8.942.713 | 3.671.430 | 3.671.430 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 10.676.819 | 10.674.261 | 3.599.459 | 3.797.205 | 10.676.819 | 10.674.261 | 3.599.459 | 3.797.205 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 5.394.008 | 5.389.414 | 4.211.281 | 4.210.956 | 5.394.008 | 5.389.414 | 4.211.281 | 4.210.956 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | 2.015.353 | 1.998.828 | – | – | 2.015.353 | 1.998.828 | – | – |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 102.722 | 145.866 | – | – | 102.722 | 145.866 |
| Títulos de renda fixa no exterior | 1.392.405 | 1.630.066 | – | – | 1.392.405 | 1.630.066 | – | – |
| | **23.445.494** | **23.659.478** | **9.181.748** | **9.422.313** | **28.421.298** | **28.635.282** | **11.584.892** | **11.825.457** |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF | 518.947 | 518.947 | – | – | 518.947 | 518.947 | – | – |
| Debêntures | 849.678 | 796.475 | 560.873 | 600.989 | 849.678 | 796.475 | 560.873 | 600.989 |
| Ações | 25.026.048 | 15.213.600 | 24.641.405 | 18.173.073 | 50.361.770 | 39.830.138 | 50.355.359 | 46.913.718 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 7.928.998 | 7.743.263 | 14.579.770 | 14.629.304 | 7.928.998 | 7.743.263 | 14.579.770 | 14.629.304 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 863.362 | 864.104 | 797.582 | 798.411 | 863.362 | 864.104 | 797.582 | 798.411 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | 11.665.371 | 9.783.881 | 8.385.853 | 8.552.502 | 11.665.371 | 9.783.881 | 8.385.853 | 8.552.502 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | 5.368.800 | 4.978.562 | 4.688.027 | 4.698.097 | 5.368.800 | 4.978.562 | 4.688.027 | 4.698.097 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | 1.803 | 1.803 | – | – | 1.803 | 1.803 | – | – |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | 1.595.167 | 1.542.336 | 1.758.696 | 1.869.301 | 9.487.218 | 9.434.387 | 11.478.969 | 11.589.574 |
| Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações | – | – | – | – | 2.021.134 | 2.021.134 | 2.427.758 | 2.427.758 |
| Ações | 241.189 | 151.340 | 609.118 | 143.665 | 18.460.449 | 30.000.184 | 17.483.477 | 32.966.193 |
| | **54.059.363** | **41.594.311** | **56.021.324** | **49.465.342** | **107.527.530** | **105.972.878** | **110.757.668** | **123.176.546** |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** (1) | | | | | | | | |
| Público: | | | | | | | | |
| Debêntures | 2.063.152 | 2.063.152 | 2.077.852 | 2.077.852 | 3.055.446 | 3.055.446 | 2.937.207 | 2.937.207 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 10.936 | 14.506 | – | – | 10.936 | 14.506 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F | – | – | 5.522.302 | 6.314.347 | – | – | 5.522.302 | 6.314.347 |
| Título da Dívida Agrária - TDA | – | – | 1.771 | 1.771 | – | – | 1.771 | 1.771 |
| Privado: | | | | | | | | |
| Debêntures | 872.747 | 872.747 | 776.690 | 776.690 | 2.698.074 | 2.698.074 | 2.971.033 | 2.971.033 |
| | **2.935.899** | **2.935.899** | **8.389.551** | **9.185.166** | **5.753.520** | **5.753.520** | **11.443.249** | **12.238.864** |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor privado | – | – | (3.883) | (3.883) | (55.382) | (55.382) | (66.525) | (66.525) |
| Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor público | (8.425) | (8.425) | (6.945) | (6.945) | (13.440) | (13.440) | (11.053) | (11.053) |
| **Total Provisão para risco de crédito - Debêntures** | **(8.425)** | **(8.425)** | **(10.828)** | **(10.828)** | **(68.822)** | **(68.822)** | **(77.578)** | **(77.578)** |
| **Instrumentos financeiros derivativos** (Privados) (Nota 7.6) | 69.666 | 67.554 | 144 | 144 | 69.666 | 1.023.636 | 144 | 820.883 |
| **Não Livres** | **20.224.687** | **19.512.837** | **18.549.165** | **22.995.655** | **20.224.687** | **19.512.837** | **18.549.165** | **22.995.655** |
| **Vinculados a compromissos de recompra** | | | | | | | | |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Públicos):** (1) | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 9.871.126 | 13.596.637 | – | – | 9.871.126 | 13.596.637 |
| **Títulos disponíveis para venda (Público)** | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | 19.037.583 | 18.597.007 | 4.618.943 | 5.145.560 | 19.037.583 | 18.597.007 | 4.618.943 | 5.145.560 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | – | 1.791.050 | 1.813.564 | – | – | 1.791.050 | 1.813.564 |
| **Títulos para negociação:** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | – | 1.954.291 | 2.013.302 | – | – | 1.954.291 | 2.013.302 |
| **Vinculados à Prestação de Garantias:** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda (Públicos):** (1) | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | 6.377 | 6.463 | – | – | 6.377 | 6.463 | – | – |
| **Títulos mantidos até o vencimento (Públicos):** (1) | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - Série A - LFT-A | – | – | 29.379 | 29.379 | – | – | 29.379 | 29.379 |
| **Vinculados à cessão fiduciária (Público):** | | | | | | | | |
| **Títulos disponíveis para venda:** (1) | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | 1.180.727 | 909.367 | – | – | 1.180.727 | 909.367 | – | – |
| **Títulos mantidos até o vencimento:** (1) | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B | – | – | 284.376 | 397.213 | – | – | 284.376 | 397.213 |
| Total | **100.726.684** | **87.761.654** | **92.131.104** | **91.057.792** | **161.927.879** | **160.829.331** | **152.257.540** | **170.979.827** |

(1) Os títulos mantidos até o vencimento estão registrados contabilmente por seu valor de custo, acrescido dos rendimentos. Relativamente aos valores de mercado divulgados:

- As debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na nota 7.5.2. Por esta razão seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.
- Para cálculo do valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional, Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro foram utilizados os preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | BNDES | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
| Resumo por emissor (líquido de provisão): | Custo | Mercado | Custo | Mercado | Custo | Mercado | Custo | Mercado |
| Público | 97.947.915 | 85.127.677 | 88.990.339 | 88.271.875 | 129.246.720 | 115.707.298 | 117.962.684 | 120.270.911 |
| Privado | 2.778.769 | 2.633.977 | 3.140.765 | 2.785.917 | 32.681.159 | 45.122.033 | 34.294.856 | 50.708.916 |
| | **100.726.684** | **87.761.654** | **92.131.104** | **91.057.792** | **161.927.879** | **160.829.331** | **152.257.540** | **170.979.827** |

7.3) Cotas de fundos de investimentos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Fundos BB/CEF Exclusivos | 4.485.856 | 8.500.591 | 1.268.286 | 1.672.698 |
| Fundos BB/CEF Extramercado | – | 961.069 | – | 1.998.732 |
| Total | **4.485.856** | **9.461.660** | **1.268.286** | **3.671.430** |

O BNDES, em 31 de dezembro de 2013, possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e estão classificados como títulos para negociação, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC

Apresenta-se a seguir a composição das carteiras de títulos dos Fundos exclusivos:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Fundo BB Exclusivos (*)** | | | | |
| ATIVO | | | | |
| Disponibilidades | 5 | 12 | 5 | 12 |
| Operações compromissadas | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 2.308.080 | 2.567.529 | – | – |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.102 | 2.104 | 988.441 | 1.384.296 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2.360 | 4.720 | 8.718 | 17.272 |
| Outros | 1 | 3 | 1 | 2 |
| | 2.311.548 | 2.574.368 | 997.165 | 1.401.582 |
| PASSIVO | | | | |
| Valores a pagar | (80) | (90) | (108) | (113) |
| **Sub total** | **2.311.468** | **2.574.278** | **997.057** | **1.401.469** |

(*) Inclui os fundos BB Milênio 28 FI Renda Fixa (BNDES) e BB Urano 2 (Finame), com políticas de investimento semelhantes.

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Fundo BB GAIA FI RF (**)** | | | | |
| ATIVO | | | | |
| Disponibilidades | 3 | 3 | 8 | 8 |
| Operações compromissadas | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.437.609 | 1.437.609 | – | – |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 12 | 12 | 65.149 | 65.149 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 25.466 | 25.466 | 25.732 | 25.732 |
| Outros | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | 1.463.091 | 1.463.091 | 90.890 | 90.890 |
| PASSIVO | | | | |
| Valores a pagar | (23) | (23) | (5) | (5) |
| **Sub total** | **1.463.068** | **1.463.068** | **90.885** | **90.885** |

(**) Inclui os fundos BB Gaia FI RF e BB Gaia II FIC FI Renda Fixa.

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Fundo BB JUNO FI MULT. CR. PRIV. INV. EXT** | | | | |
| ATIVO | | | | |
| Disponibilidades | 1 | 1 | – | – |
| Operações compromissadas | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | – | – | – | – |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 27 | 27 | – | – |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 518.929 | 518.929 | – | – |
| | 518.957 | 518.957 | – | – |
| PASSIVO | | | | |
| Valores a pagar | (10) | (10) | – | – |
| **Sub total** | **518.947** | **518.947** | **–** | **–** |

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo** | | | | |
| ATIVO | | | | |
| Disponibilidades | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Operações compromissadas | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 130.513 | 130.513 | 112.274 | 112.274 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 49.935 | 49.935 | 54.842 | 54.842 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 501 | 501 | 2.642 | 2.642 |
| Outros Instrumentos Financeiros | – | – | 7.796 | 7.796 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 3.036 | 3.036 | 2.806 | 2.806 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 8.443 | 8.443 | – | – |
| Outros | – | – | – | – |
| | 192.430 | 192.430 | 180.361 | 180.361 |
| PASSIVO | | | | |
| Valores a pagar | (57) | (57) | (17) | (17) |
| **Sub total** | **192.373** | **192.373** | **180.344** | **180.344** |

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Fundo FI Extramercado VII IRFM 1 (CEF)** | | | | |
| ATIVO | | | | |
| Disponibilidades | – | 1 | – | – |
| Operações compromissadas | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 43.076 | – | – |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | 3.708.941 | – | – |
| Outros | – | 3 | – | – |
| | – | 3.752.021 | – | – |
| PASSIVO | | | | |
| Valores a pagar | – | (96) | – | – |
| **Sub total** | **–** | **3.751.925** | **–** | **–** |
| **TOTAL** | **4.485.856** | **8.500.591** | **1.268.286** | **1.672.698** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Composição dos títulos integrantes do ativo dos Fundos por prazo de vencimento:

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | BNDES | | | | | | Total | |
| | Quantidade | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Mercado | Custo |
| **Fundo BB Millenium Extramercado** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 2.568.748 | – | 2.308.080 | – | – | – | – | 2.308.080 | 2.308.080 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 187 | – | 1.102 | – | – | – | – | 1.102 | 1.102 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 400 | – | – | – | 1.180 | 1.180 | – | 2.360 | 2.360 |
| | | – | **2.309.182** | – | **1.180** | **1.180** | – | **2.311.542** | **2.311.542** |
| **Fundo BB GAIA FI RF** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.599.969 | – | 1.437.609 | – | – | – | – | 1.437.609 | 1.437.609 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2 | – | 12 | – | – | – | – | 12 | 12 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 4.318 | – | 5.895 | 5.896 | 3.745 | 9.930 | – | 25.466 | 25.472 |
| | | – | **1.443.516** | **5.896** | **3.745** | **9.930** | – | **1.463.087** | **1.463.093** |
| **Fundo BB JUNO FI MULT. CR. PRIV. INV. EXT** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 28 | – | 27 | – | – | – | – | 27 | 27 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 88.041 | – | 518.929 | – | – | – | – | 518.929 | 518.929 |
| | | – | **518.956** | – | – | – | – | **518.956** | **518.956** |
| **Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 55.335 | – | 130.513 | – | – | – | – | 130.513 | 130.513 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 61.500 | – | 4.498 | – | 40.152 | 5.285 | – | 49.935 | 51.655 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 85 | – | 501 | – | – | – | – | 501 | 501 |
| Outros Instrumentos Financeiros | | | | | | | | | |
| Vinculados à Prestação de Garantias | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 515 | – | 3.036 | – | – | – | – | 3.036 | 3.036 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 15 | – | – | 8.443 | – | – | – | 8.443 | 8.446 |
| | | – | **138.548** | **8.443** | **40.152** | **5.285** | – | **192.428** | **194.151** |
| **Total** | | – | **4.410.202** | **14.339** | **45.077** | **16.395** | – | **4.486.013** | **4.487.742** |

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | BNDES | | | | | | Total | |
| Quantidade | Quantidade | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Mercado | Custo |
| **Fundo BB Millenium Extramercado** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 181.836 | – | 988.441 | – | – | – | – | 988.441 | 988.441 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.600 | – | 2.724 | – | 4.904 | 1.090 | – | 8.718 | 8.728 |
| | | – | **991.165** | – | **4.904** | **1.090** | – | **997.159** | **997.169** |
| **Fundo BB GAIA FI RF** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 11.985 | – | 65.149 | – | – | – | – | 65.149 | 65.149 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 4.723 | – | – | 4.957 | 17.052 | 3.723 | – | 25.732 | 25.729 |
| | | – | **65.149** | **4.957** | **17.052** | **3.723** | – | **90.881** | **90.878** |
| **Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 49.230 | – | 112.274 | – | – | – | – | 112.274 | 112.274 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 65.000 | – | – | – | 23.317 | 31.525 | – | 54.842 | 53.911 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 485 | – | – | 2.642 | – | – | – | 2.642 | 2.643 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 15 | – | – | – | 7.796 | – | – | 7.796 | 7.783 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 515 | – | – | 2.806 | – | – | – | 2.806 | 2.807 |
| | | – | **112.274** | **5.448** | **31.113** | **31.525** | – | **180.360** | **179.418** |
| **Total** | | – | **1.168.588** | **10.405** | **53.069** | **36.338** | – | **1.268.400** | **1.267.465** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2013 Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | Total | |
| | Quantidade | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Mercado | Custo |
| **Fundo BB Exclusivo** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 2.857.499 | – | 2.567.529 | – | – | – | – | 2.567.529 | 2.567.529 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 357 | – | 2.104 | – | – | – | – | 2.104 | 2.104 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 800 | – | – | – | 1.180 | 3.540 | – | 4.720 | 4.721 |
| | | **–** | **2.569.633** | **–** | **1.180** | **3.540** | **–** | **2.574.353** | **2.574.354** |
| **Fundo BB GAIA FI RF** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.599.969 | – | 1.437.609 | – | – | – | – | 1.437.609 | 1.437.609 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2 | – | 12 | – | – | – | – | 12 | 12 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 4.318 | – | 5.895 | 5.896 | 3.745 | 9.930 | – | 25.466 | 25.472 |
| | | **–** | **1.443.516** | **5.896** | **3.745** | **9.930** | **–** | **1.463.087** | **1.463.093** |
| **Fundo BB JUNO FI MULT. CR. PRIV. INV. EXT** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 28 | – | 27 | – | – | – | – | 27 | 27 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 88.041 | – | 518.929 | – | – | – | – | 518.929 | 518.929 |
| | | **–** | **518.956** | **–** | **–** | **–** | **–** | **518.956** | **518.956** |
| **Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 55.335 | – | 130.513 | – | – | – | – | 130.513 | 130.513 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 61.500 | – | 4.498 | – | 40.152 | 5.285 | – | 49.935 | 51.655 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 85 | – | 501 | – | – | – | – | 501 | 501 |
| Outros Instrumentos Financeiros | | | | | | | | | |
| Vinculados à Prestação de Garantias | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 515 | – | 3.036 | – | – | – | – | 3.036 | 3.036 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 15 | – | – | 8.443 | – | – | – | 8.443 | 8.446 |
| | | **–** | **138.548** | **8.443** | **40.152** | **5.285** | **–** | **192.428** | **194.151** |
| **Fundo FI Extramercado VII IRFM 1 (CEF)** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 49.333 | – | 43.076 | – | – | – | – | 43.076 | 43.076 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 3.809.000 | – | 1.355.491 | 2.353.450 | – | – | – | 3.708.941 | 3.712.646 |
| | | **–** | **1.398.567** | **2.353.450** | **–** | **–** | **–** | **3.752.017** | **3.755.722** |
| **Total** | | **–** | **6.069.220** | **2.367.789** | **45.077** | **18.755** | **–** | **8.500.841** | **8.506.276** |

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2012 Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | Total | |
| | Quantidade | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Mercado | Custo |
| **Fundo BB Millenium Extramercado** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 254.658 | – | 1.384.296 | – | – | – | – | 1.384.296 | 1.384.296 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 3.170 | – | 2.724 | – | 10.189 | 4.359 | – | 17.272 | 17.282 |
| | | **–** | **1.387.020** | **–** | **10.189** | **4.359** | **–** | **1.401.568** | **1.401.578** |
| **Fundo BB GAIA FI RF** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 11.985 | – | 65.149 | – | – | – | – | 65.149 | 65.149 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 4.723 | – | – | 4.957 | 17.052 | 3.723 | – | 25.732 | 25.729 |
| | | **–** | **65.149** | **4.957** | **17.052** | **3.723** | **–** | **90.881** | **90.878** |
| **Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo** | | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 49.230 | – | 112.274 | – | – | – | – | 112.274 | 112.274 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 485 | – | – | 2.642 | – | – | – | 2.642 | 2.643 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 65.000 | – | – | – | 23.317 | 31.525 | – | 54.842 | 53.911 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 15 | – | – | – | 7.796 | – | – | 7.796 | 7.783 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 515 | – | – | 2.806 | – | – | – | 2.806 | 2.807 |
| | | **–** | **112.274** | **5.448** | **31.113** | **31.525** | **–** | **180.360** | **179.418** |
| **Total** | | **–** | **1.564.443** | **10.405** | **58.354** | **39.607** | **–** | **1.672.809** | **1.671.874** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.4) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

| | | R$ mil | |
|---|---|---|---|
| | | Consolidado | |
| Fundo | Administrador | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| - PROT - Fundo de Investimento em Participações | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | – | 559.563 |
| - Brasil Energia - Fundo de Investimentos em Participações | Banco Bradesco S.A. | 338.556 | 312.798 |
| - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Corporativo Brasil | Credit Suisse Brasil | 294.794 | 294.672 |
| - InfraBrasil - Fundo de Investimentos em Participações | Banco Santander S.A. | 191.480 | 180.484 |
| - FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica | INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA | 123.357 | 122.688 |
| - AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 168.275 | 167.673 |
| - Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos | Banco Bradesco S.A. | 5.156 | 24.083 |
| - Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 54.746 | 52.010 |
| - Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão - FIPGG | Governança & Gestão Investimentos | 26.409 | 27.707 |
| - Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Óleo e Gás | Caixa Econômica Federal | 57.941 | 32.950 |
| - FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações | DGF Gestão de Fundos Ltda | 54.237 | 52.325 |
| - Fundo Brascan de Petróleo e Gás | Banco Brascan S.A. | 14.389 | 14.410 |
| - Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações | Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda | 31.331 | 40.513 |
| - Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 50.823 | 48.579 |
| - Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental | Caixa Econômica Federal | 69.439 | 40.144 |
| - BR Educacional Fundo de Investimento em Participações | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 91.812 | 87.030 |
| - CRP VII - Fundos de Investimentos em Participações | CRP Companhia de Participações S.A | 39.854 | 45.281 |
| - RB Cinema I - Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional | Rio Bravo Investimentos S.A. | 7.380 | 9.268 |
| - Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 62.477 | 55.097 |
| - Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações | Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 116.270 | 92.789 |
| - Fundo Brasil Sustentabilidade | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 65.237 | 52.324 |
| - Fundo Empreendedor Brasil | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 11.970 | 12.094 |
| - Outros | | 145.201 | 103.276 |
| Total | | **2.021.134** | **2.427.758** |

7.5) Debêntures

7.5.1) Debêntures disponíveis para venda

Tradicionalmente, o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, exerce a função de fomentar o desenvolvimento do mercado de ações. Faltava ao BNDES uma ação direcionada a apoiar o desenvolvimento do mercado brasileiro de dívida corporativa. Para tanto, em agosto de 2006, foram estabelecidas as normas aplicáveis à subscrição de debêntures simples pelo BNDES em ofertas públicas e à negociação desses valores mobiliários no mercado secundário com o objetivo de apoiar tanto novas emissões, quanto girar os ativos adquiridos de forma a ajudar ao aumento da liquidez do mercado local.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures que possuem derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular n.º 3.082/2002 que requer a separação dos derivativos do instrumento principal.

O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldos do BNDES | 2.338.811 | 2.470.290 |
| Saldos da BNDESPAR | 7.892.051 | 9.720.273 |
| | **10.230.862** | **12.190.563** |

7.5.2) Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com as normas definidas pela Resolução n.º 2.682 do CMN, conforme demonstrado na Nota 7.5.2.4.

7.5.2.1) Composição das debêntures mantidas até o vencimento:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Valor bruto | 2.935.899 | 5.753.520 | 2.854.542 | 5.908.240 |
| Provisão para risco de crédito | (8.425) | (68.822) | (10.828) | (77.578) |
| Valor líquido | **2.927.474** | **5.684.698** | **2.843.714** | **5.830.662** |
| Curto prazo | 30.931 | 34.146 | 2.214 | 2.214 |
| Longo prazo | 2.896.543 | 5.650.552 | 2.841.500 | 5.828.448 |
| Total | **2.927.474** | **5.684.698** | **2.843.714** | **5.830.662** |

7.5.2.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Setor público | 2.063.152 | 3.055.446 | 2.077.853 | 2.937.208 |
| Setor privado | | | | |
| Indústria | – | 94.487 | – | 107.108 |
| Outros serviços (*) | 872.747 | 2.603.587 | 776.689 | 2.863.924 |
| | 872.747 | 2.698.074 | 776.689 | 2.971.032 |
| Total | **2.935.899** | **5.753.520** | **2.854.542** | **5.908.240** |

(*) Inclui mineração e telecomunicações

(continuação)

7.5.2.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro de 2013 | |
| | BNDES | Consolidado |
| A vencer: | | |
| 2014 | 31.067 | 34.282 |
| 2015 | 216.780 | 530.967 |
| 2016 | – | 574.265 |
| 2017 | 51.257 | 81.622 |
| 2018 | 258.062 | 878.998 |
| Após 2018 | 2.378.733 | 3.653.386 |
| Total | **2.935.899** | **5.753.520** |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro de 2012 | |
| | BNDES | Consolidado |
| A vencer: | | |
| 2012 | 2.225 | 2.225 |
| 2013 | 79.954 | 86.024 |
| 2014 | 383.206 | 816.622 |
| 2015 | – | 580.565 |
| 2016 | 65.234 | 101.841 |
| Após 2016 | 2.323.923 | 4.320.963 |
| Total | **2.854.542** | **5.908.240** |

7.5.2.4) Composição da carteira bruta e da provisão para risco de crédito por nível de risco:

| | | R$ mil | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
| | | Debêntures | | % | Provisão | |
| Nível de risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 1.396.727 | 1.457.919 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 1.393.389 | 3.248.124 | 0,50 | 6.967 | 16.241 |
| B | Adimplente | 145.783 | 217.744 | 1,00 | 1.458 | 2.178 |
| C | Adimplente | – | 735.246 | 3,00 | – | 22.057 |
| E | Adimplente | – | 94.487 | 30,00 | – | 28.346 |
| Total | | **2.935.899** | **5.753.520** | | **8.425** | **68.822** |
| Curto prazo | | 31.067 | 34.282 | | 136 | 136 |
| Longo prazo | | 2.904.832 | 5.719.238 | | 8.289 | 68.686 |
| Total | | **2.935.899** | **5.753.520** | | **8.425** | **68.822** |

| | | R$ mil | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | |
| | | Debêntures | | % | Provisão | |
| Nível de risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 798.106 | 903.644 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 1.947.315 | 3.917.554 | 0,50 | 9.737 | 19.589 |
| B | Adimplente | 109.121 | 177.029 | 1,00 | 1.091 | 1.770 |
| C | Adimplente | – | 802.905 | 3,00 | – | 24.087 |
| E | Adimplente | – | 107.108 | 30,00 | – | 32.132 |
| Total | | **2.854.542** | **5.908.240** | | **10.828** | **77.578** |
| Curto prazo | | 2.225 | 2.225 | | 11 | 11 |
| Longo prazo | | 2.852.317 | 5.906.015 | | 10.817 | 77.567 |
| Total | | **2.854.542** | **5.908.240** | | **10.828** | **77.578** |

7.5.2.5) Movimentação da provisão sobre debêntures:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | (10.828) | (77.578) | (3.311) | (68.141) |
| (Constituição) reversão líquida | 2.403 | 8.756 | (7.517) | (9.437) |
| Saldo no final do exercício | **(8.425)** | **(68.822)** | **(10.828)** | **(77.578)** |

O efeito no resultado está apresentado na Nota 28.

## 7.6) Instrumentos financeiros derivativos

### 7.6.1) Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para adequar a composição de ativos e passivos financeiros do BNDES, administrando sua exposição aos riscos de mercado decorrentes de oscilações em taxas de câmbio e taxa de juros. Simultaneamente, tais derivativos contribuem para o gerenciamento dos ativos e passivos em moedas fortes, visando reduzir eventual descasamento entre estas moedas.

7.6.1.1) Operações de bolsa

Carteira própria

Desde julho de 2013, com o intuito de aperfeiçoar a gestão financeira do BNDES, iniciou-se a negociação de contratos derivativos diretamente na BM&FBOVESPA. Desde então, o BNDES vem realizando operações com contratos futuros de dólares norte-americanos e com contratos futuros de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia diretamente em sua carteira própria, com o intuito de se proteger contra oscilações cambiais e oscilações de taxas de juros, respectivamente.

Carteira administrada

De forma a complementar a gestão dos descasamentos cambiais e de taxas de juros de curto prazo, o BNDES ainda realiza, através da carteira administrada, operações envolvendo derivativos na BM&FBOVESPA. As operações nesta carteira são orientadas pelo BNDES e executadas pela BB DTVM.

7.6.1.2) Operações de balcão

Os ajustes no passivo externo têm por objetivo tornar o produto de crédito "cesta de moedas", que é representativo da composição da exposição cambial externa do BNDES, mais atrativo aos tomadores de recursos. Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Em virtude do perfil das operações passivas do BNDES, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão, e registradas na CETIP. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido em tais operações, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo a 100%.

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas de proteção cambial em 31 de dezembro de 2013. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e foram contratadas no mercado local com registro na CETIP.

**Resumo das operações de *swaps* contratadas em mercado de balcão em andamento em 31/12/2013:**

| Valor Nocional | Moedas de referência | Vencimento | Contrapartes |
|---|---|---|---|
| EURO 750 milhões[1] | Euro - USD | set/2017 | Deutsche Bank, HSBC, Santander e Bank of America Merrill Lynch |
| R$ 1 bilhão[1] | R$ - USD | entre fev/2014 e jul/2019 | Bank of America Merril Lynch, Santander, Deutsche Bank e Bradesco |
| CHF 200 milhões[1] | Francos suíços - USD | dez/2016 | Santander e Société Générale |
| US$ 612 milhões | USD (taxa de juros fixa - flutuante) | entre mar/2015 e ago/2021 | Citibank, Bank of America Merrill Lynch e HSBC |

[1] Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.
Em 31 de dezembro de 2013, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R$ 332,02 milhões, não havendo nesta data títulos recebidos em garantia. Os montantes foram apurados com base nos preços unitários da Resolução n.º 550 divulgados pelo BACEN na data base

### 7.6.2) Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. A mensuração e o registro desses derivativos são feitos pelo valor justo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.6.3) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

R$ mil

| | | | BNDES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
| | | | Conta de compensação | | Conta patrimonial | Conta patrimonial |
| | Vencimentos | Custodiante | Valor referencial Ativo | Valor referencial Passivo | Valor a receber (a pagar) | Valor de mercado |
| **Contratos *swap* - Balcão** | | | | | | |
| Cambiais: | | | | | | |
| Euro x USD | set/2017 | CETIP | 2.456.496 | 2.448.182 | 8.314 | 33.903<br>(7.121) |
| R$ x USD | fev/2014 a jul/2019 | CETIP | 1.035.596 | 1.121.059 | (85.463) | 33.651<br>(140.771) |
| Francos suiços x USD | dez/2016 | CETIP | 527.065 | 575.959 | (48.894) | –<br>(58.471) |
| Taxas de juros em US$: | | | | | | |
| Flutuante x Fixa | mar/2015 a ago/2021 | CETIP | 1.441.847 | 1.459.327 | (17.480) | –<br>(127.722) |
| | | | **5.461.004** | **5.604.527** | **(143.523)** | **(266.531)** |
| **Contratos futuro** | | | Valores nocionais | | | |
| DI (posição vendida) | jan/2014 a jan/2021 | BM&F | 14.329.263 | | – | – |
| USD (posição comprada) | fev/2014 | BM&F | 1.594.725 | | – | – |
| | | | | | – | – |
| **Total** | | | | | **(143.523)** | **(266.531)** |

R$ mil

| | | | BNDES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| | | | Conta de compensação | | Conta patrimonial | Conta patrimonial |
| | Vencimentos | Custodiante | Valor referencial Ativo | Valor referencial Passivo | Valor a receber (a pagar) | Valor de mercado |
| **Contratos *swap* - Balcão** | | | | | | |
| Cambiais: | | | | | | |
| Euro x USD | set/2017 | CETIP | 2.057.774 | 2.135.602 | (85.508) | –<br>(77.828) |
| USD x R$ | jan/2013 a mai/2013 | CETIP | 1.232.315 | 1.246.903 | (15.790) | –<br>(14.588) |
| R$ x USD | dez/2014 a jul/2019 | CETIP | 386.421 | 478.851 | (90.836) | –<br>(92.430) |
| Francos suiços x USD | dez/2016 | CETIP | 447.300 | 510.947 | (55.122) | –<br>(63.647) |
| Taxas de juros em US$: | | | | | | |
| Flutuante x Fixa | mar/2015 a ago/2021 | CETIP | 1.341.748 | 1.514.244 | (14.945) | –<br>(172.496) |
| | | | **5.465.558** | **5.886.547** | **(262.201)** | **(420.989)** |
| **Contratos futuro** | | | Valores nocionais | | | |
| DI (posição vendida) | jan/2015 a jan/2021 | BM&F | 14.290.647 | | (7.912) | –<br>(7.912) |
| DI (posição vendida) | jan/2014 | BM&F | 1.671.205 | | 144 | 144<br>– |
| USD (posição comprada) | fev/2013 a mar/2013 | BM&F | 651.877 | | (3.262) | –<br>(3.262) |
| | | | | | **(11.030)** | **(11.030)** |
| Total | | | | | **(273.231)** | **(432.019)** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
| | | | Conta de compensação | | Conta patrimonial | Conta patrimonial |
| | Vencimentos | Custodiante | Valor referencial Ativo | Valor referencial Passivo | Valor a receber (a pagar) | Valor de mercado |
| **Contratos *swap* - Balcão** | | | | | | |
| Cambiais: | | | | | | |
| Euro x USD | set/2017 | CETIP | 2.456.496 | 2.448.182 | 8.314 | 33.903 |
| | | | | | | (7.121) |
| R$ x USD | fev/2014 a jul/2019 | CETIP | 1.035.596 | 1.121.059 | (85.463) | 33.651 |
| | | | | | | (140.771) |
| Francos suiços x USD | dez/2016 | CETIP | 527.065 | 575.959 | (48.894) | – |
| | | | | | | (58.471) |
| Taxas de juros em US$: | | | | | | |
| Flutuante x Fixa | mar/2015 a ago/2021 | CETIP | 1.441.847 | 1.459.327 | (17.480) | – |
| | | | | | | (127.722) |
| Total | | | **5.461.004** | **5.604.527** | **(143.523)** | **(266.531)** |
| **Contratos futuro** | | | Valores nocionais | | | |
| DI (posição vendida) | jan/2014 a jan/2021 | BM&F | 14.329.263 | | – | – |
| USD (posição comprada) | fev/2014 | BM&F | 1.594.725 | | – | – |
| Total | | | | | – | – |
| **Opções** | Tipo | Metodologia de precificação | | | | |
| Compra (passivo) | Americana | Black-Scholes/Merton | | | (111.810) | (111.810) |
| Resgate (ativo) | Européia | Black-Scholes/Merton/Árvore Binomial | | | 45.276 | 45.276 |
| Venda (ativo) | Européia | Black-Scholes/Merton | | | 463.849 | 463.849 |
| **Derivativos embutidos** | | | | | **(999.656)** | **(999.656)** |
| Ativo | | | | | 446.957 | 446.957 |
| Passivo | | | | | (1.446.613) | (1.446.613) |
| Total | | | | | **(745.864)** | **(868.872)** |

R$ mil

| | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| | | | Conta de compensação | | Conta patrimonial | Conta patrimonial |
| | Vencimentos | Custodiante | Valor referencial Ativo | Valor referencial Passivo | Valor a receber (a pagar) | Valor de mercado |
| **Contratos *swap* - Balcão** | | | | | | |
| Cambiais: | | | | | | |
| Euro x USD | set/2017 | CETIP | 2.057.774 | 2.135.602 | (85.508) | – |
| | | | | | | (77.828) |
| USD x R$ | jul/2011 a set/2011 | CETIP | 1.232.315 | 1.246.903 | (15.790) | – |
| | | | | | | (14.588) |
| R$ x USD | dez/2014 a jul/2019 | CETIP | 386.421 | 478.851 | (90.836) | – |
| | | | | | | (92.430) |
| Francos suiços x USD | dez/2016 | CETIP | 447.300 | 510.947 | (55.122) | – |
| | | | | | | (63.647) |
| Taxas de juros em US$: | | | | | | |
| Fixa x Flutuante | mar/2015 a ago/2021 | CETIP | 1.341.748 | 1.514.244 | (14.945) | – |
| | | | | | | (172.496) |
| Total | | | **5.465.558** | **5.886.547** | **(262.201)** | **(420.989)** |
| **Contratos futuro** | | | Valores nocionais | | | |
| DI (posição vendida) | jan/2015 a jan/2021 | BM&F | 14.290.647 | | (7.912) | – |
| | | | | | | (7.912) |
| DI (posição vendida) | jan/2014 | BM&F | 1.671.205 | | 144 | 144 |
| | | | | | | – |
| USD (posição comprada) | fev/2013 a mar/2013 | BM&F | 651.876 | | (3.262) | – |
| | | | | | | (3.262) |
| Total | | | | | **(11.030)** | **(11.030)** |
| **Opções** | Tipo | Metodologia de precificação | | | | |
| Compra (passivo) | Americana | Black-Scholes/Merton | | | (192.924) | (192.924) |
| Venda (Passivo) | Européia | Black-Scholes/Merton | | | (1.866) | (1.866) |
| Resgate (ativo) | Européia | Black-Scholes/Merton | | | 58.921 | 58.921 |
| Venda (ativo) | Européia | Black-Scholes/Merton | | | 314.214 | 314.214 |
| **Derivativos embutidos** | | | | | **(731.463)** | **(731.463)** |
| Ativo | | | | | 447.604 | 447.604 |
| Passivo | | | | | (1.179.067) | (1.179.067) |
| Total | | | | | **(826.349)** | **(985.137)** |

(continuação)

**Resumo instrumentos financeiros derivativos**

R$ mil

| | BNDES | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores a receber (a pagar) | | Valores a receber (a pagar) | |
| | Em 31 de dezembro | | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Posição ativa | 67.554 | 144 | 1.023.636 | 820.883 |
| Posição passiva | (334.085) | (432.163) | (1.892.507) | (1.806.020) |
| Total | **(266.531)** | **(432.019)** | **(868.871)** | **(985.137)** |

**Resultado com derivativos**

R$ mil

| | BNDES | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Receitas (despesas) | Em 31 de dezembro | | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Contratos de *swaps* | 78.351 | (16.794) | 78.351 | (16.794) |
| Contratos de futuro | 830.193 | (1.346.963) | 830.192 | (1.346.963) |
| Contratos de opções | – | – | 218.972 | (298.070) |
| Derivativos embutidos | – | – | (145.701) | (250.079) |
| Total | **908.544** | **(1.363.757)** | **981.815** | **(1.911.906)** |

Os resultados das operações de derivativos vinculados a captações externas são integralmente repassados aos tomadores de recursos da modalidade "cesta de moedas".

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As operações de *swap* contratadas pelo BNDES têm por objetivo (i) administrar sua exposição aos riscos de mercado decorrentes de oscilações em taxas de câmbio e taxa de juros e/ou (ii) gerenciar a composição do produto "cesta de moedas", objeto de repasse aos clientes. Portanto, perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação nesses fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

## 8. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

8.1) Composição das operações:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Operações de crédito | 280.631.585 | 288.151.509 | 251.475.981 | 259.129.116 |
| Provisão para risco de crédito | (2.026.931) | (2.088.983) | (1.679.117) | (2.540.124) |
| | **278.604.654** | **286.062.526** | **249.796.864** | **256.588.992** |
| Repasses interfinanceiros | 286.169.920 | 280.293.884 | 239.739.587 | 236.543.239 |
| Provisão para risco de crédito | (491.282) | (1.113.911) | (435.776) | (984.053) |
| | **285.678.638** | **279.179.973** | **239.303.811** | **235.559.186** |
| Total | **564.283.292** | **565.242.499** | **489.100.675** | **492.148.178** |
| Curto prazo | 94.184.705 | 108.684.209 | 69.486.914 | 101.094.399 |
| Longo prazo | 470.098.587 | 456.558.290 | 419.613.761 | 391.053.779 |
| Total | **564.283.292** | **565.242.499** | **489.100.675** | **492.148.178** |

8.2) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | | Consolidado | | |
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total |
| Controladas | 146.963.751 | 7.400.638 | 154.364.389 | – | – | – |
| Outras | 338.327.881 | 74.109.235 | 412.437.116 | 486.702.840 | 81.742.553 | 568.445.393 |
| Total | **485.291.632** | **81.509.873** | **566.801.505** | **486.702.840** | **81.742.553** | **568.445.393** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | | Consolidado | | |
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total |
| Controladas | 115.612.300 | 6.493.750 | 122.106.050 | – | – | – |
| Outras | 290.917.557 | 78.191.961 | 369.109.518 | 407.425.770 | 88.246.585 | 495.672.355 |
| Total | **406.529.857** | **84.685.711** | **491.215.568** | **407.425.770** | **88.246.585** | **495.672.355** |

8.3) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Setor público | 319.240.686 | 201.935.573 | 266.665.861 | 168.706.291 |
| Setor privado | | | | |
| Rural | 2.467.009 | 2.467.009 | 3.094.588 | 3.094.588 |
| Indústria | 108.723.815 | 108.723.815 | 97.873.727 | 97.873.727 |
| Comércio | 2.727.582 | 161.249.142 | 2.878.179 | 2.878.179 |
| Intermediação financeira | 49.820.065 | 2.727.582 | 46.692.416 | 141.455.638 |
| Outros serviços | 83.822.348 | 91.342.272 | 74.010.797 | 81.663.932 |
| | 247.560.819 | 366.509.820 | 224.549.707 | 326.966.064 |
| Total | **566.801.505** | **568.445.393** | **491.215.568** | **495.672.355** |

8.4) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | |
|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado |
| Vencido | 69.445 | 69.445 |
| A vencer: | | |
| 2014 | 94.480.092 | 109.164.282 |
| 2015 | 88.596.406 | 94.331.557 |
| 2016 | 80.494.326 | 77.457.436 |
| 2017 | 69.616.528 | 57.257.875 |
| 2018 | 62.362.472 | 43.984.702 |
| Após 2018 | 171.182.236 | 186.180.096 |
| Total | **566.801.505** | **568.445.393** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | |
|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado |
| Vencido | 276.145 | 276.145 |
| A vencer: | | |
| 2013 | 69.489.152 | 101.387.860 |
| 2014 | 69.773.636 | 79.369.532 |
| 2015 | 68.607.458 | 69.089.240 |
| 2016 | 55.743.302 | 47.776.544 |
| 2017 | 52.049.743 | 37.185.435 |
| Após 2017 | 175.276.132 | 160.587.599 |
| Total | **491.215.568** | **495.672.355** |

8.5) Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | |
|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado |
| 10 maiores clientes | 294.558.337 | 229.897.856 |
| 50 seguintes maiores clientes | 119.647.999 | 159.532.922 |
| 100 seguintes maiores clientes | 77.209.951 | 92.405.870 |
| Demais clientes | 75.385.218 | 86.608.745 |
| Total | **566.801.505** | **568.445.393** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | |
|---|---|---|
| | BNDES | Consolidado |
| 10 maiores clientes | 255.888.765 | 202.541.789 |
| 50 seguintes maiores clientes | 101.888.036 | 137.518.775 |
| 100 seguintes maiores clientes | 67.827.089 | 79.802.473 |
| Demais clientes | 65.611.678 | 75.809.318 |
| Total | **491.215.568** | **495.672.355** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

8.6) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O CMN, através da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo BACEN, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros, foram as seguintes:

a) Operações de crédito

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Operações de crédito | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 104.533.658 | 108.671.287 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 105.543.786 | 106.200.157 | 0,50 | 527.719 | 531.000 |
| B | Adimplente | 59.957.714 | 61.125.427 | 1,00 | 599.577 | 611.254 |
| C | Adimplente | 9.140.068 | 10.693.323 | 3,00 | 274.202 | 320.800 |
| | Inadimplente | 2.475 | 2.475 | 3,00 | 74 | 74 |
| | | 9.142.543 | 10.695.798 | | 274.276 | 320.874 |
| D | Adimplente | 352.978 | 357.934 | 10,00 | 35.298 | 35.794 |
| E | Adimplente | 701.510 | 701.510 | 30,00 | 210.453 | 210.453 |
| | Inadimplente | 25.736 | 25.736 | 30,00 | 7.721 | 7.721 |
| | | 727.246 | 727.246 | | 218.174 | 218.174 |
| G | Inadimplente | 5.910 | 5.910 | 70,00 | 4.137 | 4.137 |
| H | Adimplente | 332.426 | 332.426 | 100,00 | 332.426 | 332.426 |
| | Inadimplente | 35.324 | 35.324 | 100,00 | 35.324 | 35.324 |
| | | 367.750 | 367.750 | | 367.750 | 367.750 |
| Total | | **280.631.585** | **288.151.509** | | **2.026.931** | **2.088.983** |
| Curto prazo | | 36.780.651 | 38.000.369 | | 265.657 | 275.722 |
| Longo prazo | | 243.850.934 | 250.151.140 | | 1.761.274 | 1.813.261 |
| Total | | **280.631.585** | **288.151.509** | | **2.026.931** | **2.088.983** |

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Operações de crédito | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 89.462.633 | 92.771.106 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 120.823.584 | 121.339.848 | 0,50 | 604.118 | 606.698 |
| B | Adimplente | 31.991.364 | 32.987.140 | 1,00 | 319.914 | 329.871 |
| C | Adimplente | 8.042.020 | 8.046.901 | 3,00 | 241.261 | 241.407 |
| | Inadimplente | 7.244 | 7.244 | 3,00 | 217 | 217 |
| | | 8.049.264 | 8.054.145 | | 241.478 | 241.624 |
| D | Adimplente | 207.195 | 207.195 | 10,00 | 20.719 | 20.719 |
| | Inadimplente | 86 | 86 | 10,00 | 9 | 9 |
| | | 207.281 | 207.281 | | 20.728 | 20.728 |
| E | Adimplente | 593.242 | 3.420.983 | 30,00 | 177.973 | 1.026.297 |
| | Inadimplente | 1.857 | 1.857 | 30,00 | 557 | 557 |
| | | 595.099 | 3.422.840 | | 178.530 | 1.026.854 |
| F | Adimplente | 19.210 | 19.210 | 50,00 | 9.605 | 9.605 |
| G | Inadimplente | 76.008 | 76.008 | 70,00 | 53.206 | 53.206 |
| H | Adimplente | 75.110 | 75.110 | 100,00 | 75.110 | 75.110 |
| | Inadimplente | 176.428 | 176.428 | 100,00 | 176.428 | 176.428 |
| | | 251.538 | 251.538 | | 251.538 | 251.538 |
| Total | | **251.475.981** | **259.129.116** | | **1.679.117** | **2.540.124** |
| Curto prazo | | 31.191.460 | 32.338.843 | | 208.267 | 337.352 |
| Longo prazo | | 220.284.521 | 226.790.273 | | 1.470.850 | 2.202.772 |
| Total | | **251.475.981** | **259.129.116** | | **1.679.117** | **2.540.124** |

b) Repasses interfinanceiros

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Repasses Interfinanceiros | | % | Provisão | |
| Nível de risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 218.515.007 | 101.618.146 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 55.061.379 | 154.973.612 | 0,50 | 275.306 | 774.868 |
| B | Adimplente | 12.270.357 | 23.140.998 | 1,00 | 122.704 | 231.410 |
| C | Adimplente | 213.828 | 391.533 | 3,00 | 6.415 | 11.746 |
| D | Adimplente | 10.190 | 62.921 | 10,00 | 1.019 | 6.292 |
| F | Adimplente | 26.642 | 34.157 | 50,00 | 13.321 | 17.078 |
| H | Adimplente (*) | 72.517 | 72.517 | 100,00 | 72.517 | 72.517 |
| Total | | **286.169.920** | **280.293.884** | | **491.282** | **1.113.911** |
| Curto prazo | | 57.768.886 | 71.233.358 | | 99.175 | 273.796 |
| Longo prazo | | 228.401.034 | 209.060.526 | | 392.107 | 840.115 |
| Total | | **286.169.920** | **280.293.884** | | **491.282** | **1.113.911** |

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Repasses Interfinanceiros | | % | Provisão | |
| Nível de risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 179.452.741 | 82.837.115 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 49.892.652 | 134.148.065 | 0,50 | 249.463 | 670.739 |
| B | Adimplente | 10.098.936 | 18.875.274 | 1,00 | 100.989 | 188.753 |
| C | Adimplente | 50.654 | 91.872 | 3,00 | 1.520 | 2.757 |
| D | Adimplente | 151.016 | 480.511 | 10,00 | 15.102 | 48.051 |
| | Inadimplente | 13.934 | 13.934 | 10,00 | 1.393 | 1.393 |
| | | 164.950 | 494.445 | | 16.495 | 49.444 |
| E | Adimplente | 16.205 | 32.986 | 30,00 | 4.862 | 9.896 |
| F | Adimplente | 2.005 | 2.005 | 50,00 | 1.003 | 1.003 |
| | Inadimplente | – | 33 | 50,00 | – | 17 |
| | | 2.005 | 2.038 | | 1.003 | 1.020 |
| H | Adimplente (*) | 60.858 | 60.858 | 100,00 | 60.858 | 60.858 |
| | Inadimplente | 586 | 586 | 100,00 | 586 | 586 |
| | | 61.444 | 61.444 | | 61.444 | 61.444 |
| Total | | **239.739.587** | **236.543.239** | | **435.776** | **984.053** |
| Curto prazo | | 38.573.837 | 69.325.162 | | 70.116 | 232.254 |
| Longo prazo | | 201.165.750 | 167.218.077 | | 365.660 | 751.799 |
| Total | | **239.739.587** | **236.543.239** | | **435.776** | **984.053** |

8.7) Movimentação da provisão para risco de crédito sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Sobre operações de crédito

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | (1.679.117) | (2.540.124) | (1.824.634) | (2.760.384) |
| (Constituição) reversão líquida | (590.428) | 208.507 | (454.124) | (379.339) |
| Baixas contra provisão | 242.614 | 242.634 | 599.641 | 599.659 |
| Saldo no final do exercício | **(2.026.931)** | **(2.088.983)** | **(1.679.117)** | **(2.540.124)** |

b) Sobre repasses interfinanceiros

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | (435.776) | (984.053) | (408.937) | (891.038) |
| (Constituição) reversão líquida | (68.972) | (143.339) | (26.839) | (93.015) |
| Baixas contra provisão | 13.466 | 13.481 | – | – |
| Saldo no final do exercício | **(491.282)** | **1.113.911** | **(435.776)** | **(984.053)** |

O efeito no resultado está apresentado na Nota 28.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

**9) Outros créditos**

9.1) Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Os créditos que a União detinha contra o Sistema Eletrobras cedidos ao BNDES são os seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | BNDES e Consolidado | |
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Dividendos registrados pela Eletrobras em Reserva Especial (1) | – | 1.748.912 |
| Fluxo de recebíveis de titularidade da União junto a Itaipu Binacional (2) | 8.110.167 | 6.001.807 |
| Total | **8.110.167** | **7.750.719** |
| Curto prazo | 1.543.394 | 1.748.912 |
| Longo prazo | 6.566.773 | 6.001.807 |
| Total | **8.110.167** | **7.750.719** |

(1) Os valores dos dividendos registrados pela Eletrobras em Reserva Especial foram atualizados à taxa SELIC com pagamentos entre dezembro de 2010 e dezembro de 2013, conforme Fato Relevante divulgado pela companhia em 22 de janeiro de 2010.

(2) Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória nº 600, da mesma data, convertida na Lei nº 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 6.001.807 mil (R$ 6.566.773 atualizados para 31 de dezembro de 2013). A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R$ 5.998.585 mil, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R$ 3.222 mil em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente.

Em 7 de junho de 2013, ao amparo da mesma medida provisória, o BNDES adquiriru créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 1.455.318 mil (R$ 1.543.394 atualizados para 31 de dezembro de 2013), liquidados em espécie. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em doláres descrito no contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, que se obrigou a honrá-los incondicionalmente.

9.2) Créditos Específicos - Vinculados ao Tesouro Nacional

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. Em 31 de dezembro de 2013, apresentava saldos de R$ 6.472.410 mil (R$ 5.617.536 mil em 31 de dezembro de 2012) e R$ 17.482.277 mil (R$ 12.117.321 mil em 31 de dezembro de 2012) no BNDES e Consolidado, respectivamente.

**10. Outros créditos - venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis**

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Venda a prazo de TVM | – | 820.807 | – | 920.369 |
| Provisão | – | (4.810) | – | (3.894) |
| | – | **815.997** | – | **916.475** |
| Direitos Recebíveis | 14.265 | 16.733 | 994.865 | 1.237.763 |
| Provisão | (929) | (1.342) | (1.285) | (4.012) |
| | **13.336** | **15.391** | **993.580** | **1.233.751** |
| Total | **13.336** | **831.388** | **993.580** | **2.150.226** |
| Curto prazo | 1.532 | 335.041 | 74.880 | 301.011 |
| Longo prazo | 11.804 | 496.347 | 918.700 | 1.849.215 |
| Total | **13.336** | **831.388** | **993.580** | **2.150.226** |

10.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Setor público | 13.749 | 196.404 | 994.033 | 1.135.633 |
| Setor privado | | | | |
| Indústria | – | 629.803 | 94 | 1.013.643 |
| Outros serviços | 516 | 11.333 | 738 | 8.856 |
| | **516** | **641.136** | **832** | **1.022.499** |
| Total | **14.265** | **837.540** | **994.865** | **2.158.132** |

10.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro de 2013 | |
| | BNDES | Consolidado |
| A vencer: | | |
| 2014 | 1.639 | 337.338 |
| 2015 | 1.577 | 83.659 |
| 2016 | 1.431 | 173.926 |
| 2017 | 1.358 | 230.906 |
| 2018 | 1.358 | 3.254 |
| Após 2018 | 6.902 | 8.457 |
| Total | **14.265** | **837.540** |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro de 2012 | |
| | BNDES | Consolidado |
| Vencidas | – | 1.519 |
| A vencer: | | |
| 2013 | 74.977 | 300.880 |
| 2014 | 76.844 | 400.634 |
| 2015 | 81.939 | 147.867 |
| 2016 | 87.277 | 222.759 |
| 2017 | 93.066 | 269.964 |
| Após 2017 | 580.762 | 814.509 |
| Total | **994.865** | **2.158.132** |

10.3) Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para risco de crédito

| | | R$ mil | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
| | | Venda a prazo de TVM | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | – | 182.655 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | – | 314.278 | 0,50 | – | 1.571 |
| B | Adimplente | – | 323.874 | 1,00 | – | 3.239 |
| Total | | – | **820.807** | | – | **4.810** |
| Curto prazo | | – | 334.319 | | – | 1.959 |
| Longo prazo | | – | 486.488 | | – | 2.851 |
| Total | | – | **820.807** | | – | **4.810** |

| | | R$ mil | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | |
| | | Venda a prazo de TVM | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | – | 141.600 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | – | 778.769 | 0,50 | – | 3.894 |
| Total | | – | **920.369** | | – | **3.894** |
| Curto prazo | | – | 219.030 | | – | 1.197 |
| Longo prazo | | – | 701.339 | | – | 2.697 |
| Total | | – | **920.369** | | – | **3.894** |

| | | R$ mil | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
| | | Direitos Recebíveis | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| A | Adimplente | – | 70 | 0,50 | – | 1 |
| C | Adimplente | 13.749 | 14.885 | 3,00 | 413 | 446 |
| E | Adimplente | – | 1.262 | 30,00 | – | 379 |
| H | Adimplente | 516 | 516 | 100,00 | 516 | 516 |
| Total | | **14.265** | **16.733** | | **929** | **1.342** |
| Curto prazo | | 1.639 | 3.019 | | 107 | 338 |
| Longo prazo | | 12.626 | 13.714 | | 822 | 1.004 |
| Total | | **14.265** | **16.733** | | **929** | **1.342** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Direitos Recebíveis | | % | Provisão | |
| Nível de Risco | Situação | BNDES | Consolidado | Provisão | BNDES | Consolidado |
| AA | Adimplente | 978.923 | 978.923 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | – | 241.378 | 0,50 | – | 1.207 |
| C | Adimplente | 15.110 | 15.110 | 3,00 | 453 | 453 |
| H | Adimplente | 832 | 832 | 100,00 | 832 | 832 |
| | Inadimplente | – | 1.520 | 100,00 | – | 1.520 |
| | | 832 | 2.352 | | 832 | 2.352 |
| Total | | **994.865** | **1.237.763** | | **1.285** | **4.012** |
| Curto prazo | | 74.977 | 83.369 | | 97 | 191 |
| Longo prazo | | 919.888 | 1.154.394 | | 1.188 | 3.821 |
| Total | | **994.865** | **1.237.763** | | **1.285** | **4.012** |

10.4) Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | – | (3.894) | – | (183.336) |
| (Constituição) reversão líquida | – | (916) | – | (31.899) |
| Baixas contra provisão | – | – | – | 211.341 |
| Saldo no final do exercício | **–** | **(4.810)** | **–** | **(3.894)** |

O efeito no resultado está apresentado na Nota 28.

10.5) Movimentação da provisão sobre operações de direitos recebíveis

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | (1.285) | (4.012) | (383) | (18.095) |
| (Constituição) reversão líquida | 356 | 1.208 | (902) | 14.083 |
| Baixas contra provisão | – | 1.462 | – | – |
| Saldo no final do exercício | **(929)** | **(1.342)** | **(1.285)** | **(4.012)** |

O efeito no resultado está apresentado na Nota 28.

## 11. Outros valores e bens

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **Bens não de Uso Próprio** | **9.251** | **10.250** | **9.956** | **9.956** |
| Imóveis | 7.493 | 7.493 | 7.491 | 7.491 |
| Outros | 2.956 | 3.955 | 2.965 | 2.965 |
| Provisão para desvalorizações | (1.198) | (1.198) | (500) | (500) |
| **Material em estoque** | **2.955** | **2.955** | **536** | **536** |
| **Sub total de outros valores e bens** | **12.206** | **13.205** | **10.492** | **10.492** |
| **Despesas antecipadas** | **1.291.105** | **1.291.105** | **876.685** | **876.685** |
| Prêmio de seguro | 632.992 | 632.992 | 528.186 | 528.186 |
| Comissão de agente | 22.003 | 22.003 | 15.101 | 15.101 |
| Prêmio de seguro financiado | 636.110 | 636.110 | 333.398 | 333.398 |
| **Total de outros valores e bens** | **1.303.311** | **1.304.310** | **887.177** | **887.177** |

## 12. Créditos transferidos para o resultado e renegociados

R$ mil

| | | | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Créditos transferidos para prejuízo | 81.768 | 81.885 | 256.080 | 257.577 | 599.641 | 811.000 |
| Créditos recuperados (*) | 411.777 | 487.137 | 598.846 | 695.120 | 83.461 | 169.372 |
| Créditos renegociados | 4.672.609 | 4.672.609 | 6.666.438 | 6.666.438 | 6.553.318 | 6.553.318 |

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 28.

## 13. Participações Societárias

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência (cujas ações são detidas pela BNDESPAR, pela FINAME e/ou pelo BNDES).

A participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está sendo apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas", e a participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está sendo apresentada no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica "Ações e bônus de subscrição", na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda".

Os componentes da carteira de participações societárias - coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda - são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI.

13.1) Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (holding) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado; e
- Valor de custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| Empresas investidas | Em 31/12/2013 Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias | Preferenciais | % de participação no capital total | Valor contábil Em 31 de dezembro BNDES 2013 | 2012 | Consolidado 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **NÍVEL 1 - Empresas Listadas** | | | | | | | |
| AMBEV | – | – | – | – | – | – | 141.116 |
| AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. - ALL | 83.236 | – | 12,10 | – | – | 541.034 | 690.859 |
| BANCO DO BRASIL S.A. | 5.523 | – | 0,19 | – | – | 134.808 | 140.662 |
| BRASIL FOODS | – | – | – | – | – | - | 289.359 |
| BRASKEM S.A. | – | 40.103 | 5,03 | – | – | 841.358 | 564.965 |
| CEMIG | – | 9.502 | 0,75 | – | – | 134.265 | 303.261 |
| CIA SIDERÚRGICA NACIONAL | 8.795 | – | 0,60 | – | – | 127.174 | 324.885 |
| COPASA | 4.387 | – | 3,67 | – | – | 164.187 | 192.700 |
| CPFL | 64.843 | – | 6,74 | – | – | 1.232.013 | 1.728.060 |
| ECORODOVIAS | 21.000 | – | 3,76 | – | – | 310.380 | 363.720 |
| ELETROBRAS (a) | 216.303 | 36.954 | 18,72 | 628.012 | 668.270 | 1.660.922 | 1.769.877 |
| EMBRAER | 39.762 | – | 5,37 | – | – | 753.897 | 572.977 |
| ENEVA ( ex MPX) | 72.650 | – | 10,34 | – | – | 220.130 | 661.050 |
| GERDAU | 37.917 | 21.218 | 3,44 | – | – | 960.430 | 966.352 |
| IOCHPE | 6.419 | – | 6,77 | – | – | 166.965 | 174.797 |
| KLABIN | – | 79.647 | 8,68 | – | – | 975.676 | 1.013.110 |
| LIGHT | 21.005 | – | 10,3 | – | – | 465.265 | 608.929 |
| MARFRIG | 102.202 | – | 19,63 | – | – | 403.700 | 498.015 |
| OI | 4.635 | 18.288 | 1,28 | – | – | 83.577 | 220.049 |
| PDG REALTY | 23.331 | – | 1,74 | – | – | 42.697 | 76.994 |
| PETROBRAS (b) | 745.903 | 1.502.946 | 17,24 | 14.585.588 | 17.504.803 | 37.724.442 | 43.889.847 |
| RENOVA (c) | 9.311 | 18.622 | 12,08 | – | – | 448.997 | 290.703 |
| SUZANO | – | 129.510 | 11,69 | – | – | 1.192.786 | 1.387.453 |
| TOTVS | 7.445 | – | 4,55 | – | – | 273.826 | 257.944 |
| TRACTEBEL | 6.225 | – | 0,95 | – | – | 224.728 | 206.488 |
| TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA (d) | 9.000 | 18.000 | 2,61 | – | – | 164.700 | 194.940 |
| TPI TRIUNFO | 25.966 | – | 14,75 | – | – | 243.301 | – |
| VALE | 206.379 | 66.185 | 5,08 | – | – | 9.567.418 | 11.411.690 |
| **Subtotal Nível 1** | | | | **15.213.600** | **18.173.073** | **59.058.676** | **68.940.802** |
| Outras empresas - Nível 1 | | | | – | 10.374 | 950.430 | 1.271.281 |
| **Total Nível 1** | | | | **15.213.600** | **18.183.447** | **60.009.106** | **70.212.083** |
| **NÍVEL 2 - Empresas listadas mas com cotação ajustada e empresas *holdings* não listadas** | | | | – | **179** | **8.391.233** | **9.068.136** |
| **NÍVEL 3 - Empresas não listadas (Valor Justo)** | | | | **14.460** | **14.638** | **38.195** | **365.266** |
| **Custo - Empresas não listadas (Valor de Custo)** | | | | **136.880** | **118.474** | **1.391.788** | **234.426** |
| **TOTAL** | | | | **15.364.940** | **18.316.738** | **69.830.322** | **79.879.911** |
| **Ativo circulante** | | | | – | – | 299.001 | 5.688 |
| **Ativo não circulante** | | | | 15.364.940 | 18.316.738 | 69.531.321 | 79.874.223 |

**(a)** Do total da participação de 18,72%, 6,86% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 11,86% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

**(b)** Do total da participação de 17,24%, 6,87% são detidas diretamente pelo BNDES (com 734.203 mil ações ordinárias e 161.597 mil preferenciais) e 10,37% através de sua subsidiária BNDESPAR. com 11.700 mil ações ordinárias e 1.341.349 mil preferenciais).

**(c)** A BNDESPAR detém 9.311 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

**(d)** A BNDESPAR detém 9.000 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

---

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a subsidiária BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 o montante de R$ 813.204 mil referente a investimentos em ações de empresas listadas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação sofreu algum ajuste para fins de cálculo do valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve reclassificação de valores do Nível 1 para o Nível 2.

*Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, as empresas do Sistema BNDES identificaram que alguns de seus investimentos em ações classificados como disponíveis para venda passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em seu valor justo, configurando uma evidência objetiva de perda em seu valor recuperável. Consequentemente, a perda cumulativa, até então registrada diretamente no Patrimônio Líquido como outros resultados abrangentes, foi reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 como ajuste de reclassificação por redução ao valor recuperável, no valor de R$ 2.092.960 mil (R$ 429.877 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

A perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 inclui ainda o montante de R$ 508.841 mil (R$ 54.630 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012) referente ao ajuste a valor justo negativo apurado no exercício de instrumentos financeiros que já apresentavam perda considerada permanente em períodos anteriores, totalizando o efeito de R$ 2.601.801 mil no resultado do exercício corrente. (R$ 484.507 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

13.2) Investimentos Permanentes

R$ mil

| | Em 31 de dezembro BNDES 2013 | 2012 | Consolidado 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| Em controladas | | | | |
| - Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial | 86.253.103 | 87.716.617 | – | – |
| Em coligadas | | | | |
| - Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial | – | – | 15.819.638 | 14.369.227 |
| | 86.253.103 | 87.716.617 | 15.819.638 | 14.369.227 |
| Outras participações societárias | 100.000 | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| Outros investimentos | 42.146 | 42.197 | 42.147 | 42.197 |
| | 142.146 | 142.197 | 142.147 | 142.197 |
| Total | **86.395.249** | **87.858.814** | **15.961.785** | **14.511.424** |

(continuação)

13.2.1) Controladas - BNDES

R$ mil

| Controladas | Data-base | Patrimônio líquido | Lucro/prejuízo líquido do período | Resultado de equivalência patrimonial Em 31 de dezembro 2013 | Resultado de equivalência patrimonial Em 31 de dezembro 2012 | Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (a) | Valaor contábil do investimento Em 31 de dezembro 2013 | Valaor contábil do investimento Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| • Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME | 31.12.2013 | 11.252.969 | 1.538.043 | 1.538.043 | 827.764 | (15.862) | 11.252.969 | 10.093.053 |
| • BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (b) | 31.12.2013 | 74.782.647 | 1.712.017 | 1.712.017 | 1.909.855 | 9.962.186 | 74.782.647 | 77.612.414 |
| • BNDES Limited (c) | 31.12.2013 | 217.487 | 5.488 | 5.488 | (4.280) | – | 217.487 | 11.150 |
| **Total** | | | | **3.255.548** | **2.733.339** | **9.946.324** | **86.253.103** | **87.716.617** |

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

(a) Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, vide nota 26.

(b) O patrimônio líquido, o resultado e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis adotadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

(c) Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), parcialmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2013, a sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES nesta subsidiária:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 Resultado | Em 31 de dezembro 2013 Outros Resultados Abrangentes | Em 31 de dezembro 2013 Patrimônio líquido | Em 31 de dezembro 2012 Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| Resultado / ORA / Patrimônio líquido divulgados pela BNDESPAR | 1.548.435 | 11.628.175 | 76.353.042 | 79.154.142 |
| Ajustes de práticas contábeis: | | | | |
| • Perda por redução do valor recuperável de ações disponíveis para venda (Res. 4.175 do CMN) (*) | 192.248 | (1.665.989) | – | – |
| • Ganho na compra vantajosa (**) | – | – | (2.298.346) | (2.298.346) |
| • Outros | (28.666) | – | 727.951 | 756.618 |
| Resultado / ORA / Patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial | **1.712.017** | **9.962.186** | **74.782.647** | **77.612.414** |

(*) A Resolução nº 4.175 do CMN, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012, estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência. Consequentemente, as perdas por redução no valor recuperável referentes a essas ações que a BNDESPAR reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (e em exercício anterior) em conformidade com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, foram reclassificadas para os Outros Resultados Abrangentes (na conta ajuste de avaliação patrimonial) para fins de consolidação e apuração do resultado de equivalência patrimonial do BNDES.

(**) A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 - Combinação de Negócios, reconhece o "ganho por compra vantajosa" na aquisição de coligadas no resultado do exercício em que a operação ocorre. Para fins de consolidação e apuração do resultado de equivalência patrimonial do BNDES, tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento, sendo realizado por alienação.

13.2.2) Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - consolidado

As coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial integram a carteira de participações societárias da BNDESPAR. Essa carteira é composta por empresas dos diversos setores de indústria, todas sujeitas a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC, aprovados pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos reguladores. Não existem instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN na carteira de coligadas.

Em razão disso, as demonstrações financeiras utilizadas para avaliação desses investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas numa base contábil fundamentada nos Pronunciamentos Técnicos CPC, que pode diferir das práticas contábeis referendadas pelo BACEN. As demonstrações financeiras das coligadas foram ajustadas às práticas contábeis do BACEN até o ponto em que as diferenças puderam ser identificadas.

13.2.2.1) Natureza e extensão das participações materiais em coligadas

| Coligadas | Sede | 31/12/2013 Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias | Preferenciais | Proporção da participação Total | Votante | Natureza da relação com a entidade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | Barueri - SP | 300.000 | 50.000 | 53,85 | 49,99 | Apoio financeiro ao setor elétrico |
| COPEL | Curitiba - PR | 38.299 | 27.282 | 23,96 | 26,41 | Apoio financeiro ao setor elétrico |
| Fibria | São Paulo - SP | 168.296 | - | 30,40 | 30,40 | Apoio financeiro ao setor de papel e celulose |
| Granbio | São Paulo - SP | 15.094 | - | 15,00 | 15,00 | Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde) |
| JBS | São Paulo - SP | 676.750 | - | 23,59 | 23,59 | Apoio financeiro ao setor de alimentos |
| Tupy | Joinville - SC | 40.645 | - | 28,19 | 28,19 | Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia |
| Vigor | São Paulo - SP | 47.030 | - | 31,41 | 31,41 | Apoio financeiro ao setor de alimentos |

Apesar da BNDESPAR possuir 53,85% de participação no capital social da Brasiliana, a mesma não possui mais da metade do seu capital social votante e não governa as políticas operacionais e financeiras desta coligada, de forma que não detém o seu controle.

13.2.2.2) Efeitos financeiros das participações em coligadas

R$ mil

| Coligadas | Data base | Investimento 31/12/2013 Valor patrimonial do investimento | Ágio (Deságio) (Prov. perdas) | | Total | Investimento 31/12/2012 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | 31/10/2013 | 2.027.449 | (231.948) | b | 1.795.501 | 2.056.702 |
| COPEL | 31/10/2013 | 3.021.442 | (313.525) | b | 2.707.917 | 2.664.675 |
| Fibria | 31/10/2013 | 4.447.533 | (1.752.872) | b | 2.694.661 | 2.834.400 |
| Granbio | 31/10/2013 | 129.178 | 469.806 | a | 598.984 | – |
| JBS | 31/10/2013 | 5.216.530 | 577.507 | a | 5.794.037 | 4.831.774 |
| Tupy | 31/10/2013 | 520.474 | – | | 520.474 | 420.863 |
| Vigor | 31/10/2013 | 417.147 | – | | 417.147 | 384.642 |
| **Subtotal** | | **15.779.753** | **(1.251.032)** | | **14.528.721** | **13.193.056** |
| Outras coligadas | | 1.055.982 | 234.935 | | 1.290.917 | 1.176.171 |
| | | | 372.954 | a | | |
| | | | (138.019) | c | | |
| **Total** | | **16.835.735** | **(1.016.097)** | | **15.819.638** | **14.369.227** |

A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos nas demonstrações financeiras das coligadas os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos de uniformização de práticas contábeis e ajustes ao valor justo efetuados por ocasião da aquisição, quando necessário. As informações financeiras das coligadas apresentadas no item 13.2.2.3 já contemplam esses efeitos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Movimentação do investimento em coligadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

R$ mil

| Coligadas | Saldo em 31/12/2012 | Aquisições | Vendas | Efeitos da transferência de (para) TVM | Dividendos/JSCP reconhecidos | Resultado de equivalência patrimonial | Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas | Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável | Saldo em 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | 2.056.702 | – | – | – | (279.124) | 283.631 | (265.708) | – | 1.795.501 |
| COPEL | 2.664.675 | – | – | – | (108.646) | 218.044 | (66.156) | – | 2.707.917 |
| Fibria | 2.834.400 | – | – | – | – | (133.005) | (6.734) | – | 2.694.661 |
| Granbio | – | 600.000 | – | – | – | (1.087) | 71 | – | 598.984 |
| JBS | 4.831.774 | 701.727 | – | – | (34.780) | 218.344 | 76.972 | – | 5.794.037 |
| Tupy | 420.863 | – | – | – | (9.696) | 85.075 | 24.232 | – | 520.474 |
| Vigor | 384.642 | – | – | – | (2.290) | 33.986 | 809 | – | 417.147 |
| **Subtotal** | **13.193.056** | **1.301.727** | – | – | **(434.536)** | **704.988** | **(236.514)** | – | **14.528.721** |
| Outras coligadas | 1.176.171 | 419.226 | (45.610) | (65.166) | (6.838) | (756.095) | 12.622 | 556.607 | 1.290.917 |
| **Total** | **14.369.227** | **1.720.953** | **(45.610)** | **(65.166)** | **(441.374)** | **(51.107)** | **(223.892)** | **556.607** | **15.819.638** |

R$ mil

| Coligadas | Saldo em 31/12/2011 | Aquisições | Vendas | Efeitos da transferência de (para) TVM | Dividendos/JSCP reconhecidos | Resultado de equivalência patrimonial | Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas | Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | 2.159.483 | – | – | – | (510.176) | 272.733 | 134.662 | – | 2.056.702 |
| COPEL | 2.527.412 | – | – | – | (79.208) | 244.613 | (28.142) | – | 2.664.675 |
| Fibria | 2.950.352 | 414.174 | (4.030) | – | – | (526.096) | – | – | 2.834.400 |
| JBS | 7.463.127 | – | (2.849.026) | – | – | 232.344 | (14.671) | – | 4.831.774 |
| Tupy | 389.570 | – | – | – | (37.534) | 2.810 | 66.017 | – | 420.863 |
| Vigor | – | 374.493 | – | – | – | 10.106 | 43 | – | 384.642 |
| **Subtotal** | **15.489.944** | **788.667** | **(2.853.056)** | – | **(626.918)** | **236.510** | **157.909** | – | **13.193.056** |
| Outras coligadas | 1.541.533 | 562.860 | (4.067) | 79.003 | (14.035) | (378.984) | (2.091) | (608.048) | 1.176.171 |
| **Total** | **17.031.477** | **1.351.527** | **(2.857.123)** | **79.003** | **(640.953)** | **(142.474)** | **155.818** | **(608.048)** | **14.369.227** |

A BNDESPAR deixou de reconhecer as perdas decorrentes de investimento em coligadas que possuíam passivo a descoberto, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2013 totaliza R$ 228.617 mil (R$ 121.853 mil em 31 de dezembro de 2012). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as perdas não reconhecidas somavam R$ 106.764 mil (R$ 5.363 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Nenhuma provisão foi constituída dado que a BNDESPAR não possui obrigação legal ou construtiva de honrar possíveis passivos das coligadas.

A BNDESPAR não possui obrigação relacionada a possíveis passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

*Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas*

Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013, em conformidade com o CPC 01 (R1) - Redução no valor recuperável de Ativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a BNDESPAR reconheceu reversão de provisão para redução no valor recuperável do investimento em coligadas no valor total de R$ 556.607 mil, líquida de constituição de R$ 65.364 mil (no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve constituição de R$ 608.048 mil, líquida de reversão de R$ 74.559 mil), incluídos na linha "Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos" da demonstração do resultado.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo das participações (líquido de despesa de venda) ou seu valor em uso (baseado no valor presente de fluxos de caixa futuros). A principal reversão de perda por redução ao valor recuperável reconhecida no exercício corrente para um ativo individual foi constituída no montante de R$ 555.147 mil e decorre do fato da coligada ter reconhecido em suas demonstrações financeiras parte das perdas que anteriormente levaram a constituição da provisão pela BNDESPAR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o mesmo ativo foi responsável pela principal constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável, no montante de R$ 657.594 mil.

O valor contábil do investimento na JBS S/A inclui ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R$ 577.507 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 570.469 mil em 31 de dezembro de 2012). No balanço de 31 de dezembro de 2013 o valor recuperável dessa participação foi determinado pelo valor líquido de venda baseado na cotação das ações na BM&FBovespa, enquanto que em 31 de dezembro de 2012 o valor recuperável foi determinado pelo valor em uso, calculado através do valor residual esperado com a alienação do investimento, obtido por meio de modelos de fluxos de caixa projetados da investida para os 5 anos seguintes, tomando como base as informações trimestrais do 3º trimestre de 2012, descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital da companhia. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras. Nessas avaliações, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em recuperável é superior ao valor contábil do investimento.

13.2.2.3) Informações financeiras

*a) das coligadas*

| | Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2013 (1) | | | | | | | | | | 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Coligadas | Ativos circulantes | Ativos não circulantes | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Patrimônio líquido | Receitas | Lucros e prejuízos de operações em continuidade | Lucros e prejuízos após impostos de operações descontinuadas | Outros resultados abrangentes | Resultado abrangente total | Valor de Mercado da Participação em Coligadas com Ações Listadas |
| Brasiliana (2) | 27.235 | 3.913.976 | 136.405 | 39.542 | 3.765.264 | 563.266 | 526.739 | – | (493.457) | 33.282 | – |
| COPEL | 1.642.150 | 12.577.895 | 882.202 | 729.963 | 12.607.880 | 1.116.907 | 909.856 | – | (276.054) | 633.802 | 1.695.177 |
| Fibria | 4.541.758 | 23.310.743 | 3.077.695 | 10.145.174 | 14.629.632 | 5.720.379 | (437.620) | – | (22.158) | (459.778) | 4.683.696 |
| Granbio (2) | 659.749 | 238.766 | 2.263 | 35.069 | 861.183 | 3.140 | (7.251) | – | 473 | (6.778) | – |
| JBS | 13.206.330 | 32.750.224 | 8.869.958 | 14.975.960 | 22.110.636 | 22.948.488 | 981.478 | – | 359.940 | 1.341.418 | 6.002.773 |
| Tupy | 1.371.797 | 2.770.756 | 627.527 | 1.668.795 | 1.846.231 | 2.159.907 | 105.366 | – | 68.131 | 173.497 | 841.766 |
| Vigor | 732.360 | 1.900.704 | 401.335 | 903.818 | 1.327.911 | 1.281.219 | 108.187 | – | 2.576 | 110.763 | 417.159 |
| **Subtotal** | **22.181.379** | **77.463.064** | **13.997.385** | **28.498.321** | **57.148.737** | **33.793.306** | **2.186.755** | – | **(360.549)** | **1.826.206** | **13.640.571** |
| Outras coligadas | 2.865.215 | 6.228.085 | 3.082.716 | 2.957.887 | 3.052.697 | 3.586.867 | (1.676.640) | (5.208) | (902.455) | (2.584.303) | 33.368 |
| **Total** | **25.046.594** | **83.691.149** | **17.080.101** | **31.456.208** | **60.201.434** | **37.380.173** | **510.115** | **(5.208)** | **(1.263.004)** | **(758.097)** | **13.673.939** |

(1) As informações financeiras das coligadas foram ajustadas para o cálculo da equivalência patrimonial, conforme observado no item 13.2.2.2. Adicionalmente, os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a realização dos Outros Resultados Abrangentes originalmente reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.
(2) Empresa com ações não listadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

*b) da participação da BNDESPAR nas informações financeiras das coligadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013*

R$ mil

| | 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|
| Coligadas | Lucros/(prejuízos) de operações continuadas e descontinuadas (*) | Outros resultados abrangentes | Resultado abrangente total |
| Brasiliana | 283.631 | (265.708) | 17.923 |
| COPEL | 218.044 | (66.156) | 151.888 |
| Fibria | (133.005) | (6.734) | (139.739) |
| Granbio | (1.087) | 71 | (1.016) |
| JBS | 218.344 | 76.972 | 295.316 |
| Tupy | 85.075 | 24.232 | 109.307 |
| Vigor | 33.986 | 809 | 34.795 |
| Subtotal | 704.988 | (236.514) | 468.474 |
| Outras coligadas | (756.095) | 12.622 | (743.473) |
| **Total** | **(51.107)** | **(223.892)** | **(274.999)** |

(*) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas.

13.2.3) Outras participações societárias

R$ mil

| | | | | Valor Contábil (1) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Em 31 de dezembro | | | |
| | Quantidade (mil) de ações Possuídas | | % de | BNDES | | Consolidado | |
| Empresas investidas | Ordinárias | Preferenciais | participação no capital | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| FGI (1) | 84.344 | – | 12,33 | 100.000 | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| **Total** | | | | **100.000** | **100.000** | **100.000** | **100.000** |

(1) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

13.2.4) Outros investimentos

R$ mil

| | Valor contábil (*) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | BNDES | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Títulos patrimoniais | 295 | 295 | 296 | 295 |
| Obras de arte | 245 | 296 | 245 | 296 |
| Participação Empreendimentos - VALE: Projeto 118 | 41.606 | 41.606 | 41.606 | 41.606 |
| Total | **42.146** | **42.197** | **42.147** | **42.197** |

(*) Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502 mil.

## 14. Obrigações por operações compromissadas

Em 2013, o BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R$ 18.013.555 mil em 31 de dezembro de 2013.

R$ mil

| | BNDES e Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| Títulos | 2013 | Vencimentos | 2012 | Vencimentos |
| Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B | 18.013.555 | Jan/2014 | 17.509.432 | Jan/2013 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | | 3.802.756 | Jan/2013 |
| | 18.013.555 | | 21.312.188 | |
| Curto Prazo | 18.013.555 | | 21.312.188 | |
| Longo Prazo | – | | – | |
| Total | **18.013.555** | | **21.312.188** | |

## 15. Obrigações por emissão de Debêntures e de Letras de Crédito do Agronegócio

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Debêntures | 5.130.982 | 11.042.378 | 5.699.970 | 13.185.176 |
| Letras de Crédito do Agronegócio | 267.732 | 267.732 | 185.622 | 185.622 |
| Total | **5.398.714** | **11.310.110** | **5.885.592** | **13.370.798** |
| Curto prazo | 852.882 | 2.986.881 | 777.853 | 2.925.169 |
| Longo prazo | 4.545.832 | 8.323.229 | 5.107.739 | 10.445.629 |
| Total | **5.398.714** | **11.310.110** | **5.885.592** | **13.370.798** |

15.1) Emissões de debêntures

O Sistema BNDES realizou emissões de debêntures privadas, por meio do BNDES, e públicas, por meio da BNDESPAR:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| Emissões de debêntures: | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Emissão Privada (BNDES) | 5.130.982 | 5.130.982 | 5.699.970 | 5.699.970 |
| Emissão Pública (BNDESPAR) | – | 5.911.396 | – | 7.485.206 |
| Total | **5.130.982** | **11.042.378** | **5.699.970** | **13.185.176** |
| Curto prazo | 585.150 | 2.719.149 | 592.231 | 2.739.547 |
| Longo prazo | 4.545.832 | 8.323.229 | 5.107.739 | 10.445.629 |
| Total | **5.130.982** | **11.042.378** | **5.699.970** | **13.185.176** |

15.1.1) Emissão privada - BNDES

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10 mil, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal - CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial - TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir.

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| 1ª série | | |
| Principal corrigido (TR) | 1.096.957 | 1.218.883 |
| Juros provisionados (6% a.a.) | 2.539 | 2.539 |
| 2ª série | | |
| Principal corrigido (TR) | 1.096.957 | 1.218.883 |
| Juros provisionados (6% a.a.) | 2.539 | 2.539 |
| 3ª série | | |
| Principal corrigido (TR) | 1.096.957 | 1.218.883 |
| Juros provisionados (6% a.a.) | 2.539 | 2.539 |
| 4ª série | | |
| Principal corrigido (TR) | 1.096.957 | 1.218.883 |
| Juros provisionados (6% a.a.) | 2.539 | 2.539 |
| 5ª série | | |
| Principal corrigido (TR) | 731.306 | 812.589 |
| Juros provisionados (6% a.a.) | 1.692 | 1.693 |
| Total | **5.130.982** | **5.699.970** |
| Curto prazo | 585.150 | 592.231 |
| Longo prazo | 4.545.832 | 5.107.739 |
| Total | **5.130.982** | **5.699.970** |

Em 23 de dezembro de 2013, o BNDES também emitiu, em colocação privada, 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em série única, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, mediante subscrição exclusiva pela BNDESPAR. O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10 mil, na data da emissão. Esta operação se apresenta como mecanismo de transferência de liquidez, em que a subsidiária transfere o acúmulo de caixa para o seu controlador, o BNDES, e a sua integralização será efetuada de acordo com a disponibilidade de recursos da BNDESPAR.

As debêntures são remuneradas pela Taxa Selic, sendo os juros incorporados ao saldo devedor, incidente a partir da data de emissão. A data de vencimento é 23 de dezembro de 2018,com pagamento em parcela única.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

15.1.2) Emissão pública - BNDESPAR

Em dezembro de 2009, foi concluída, no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o nº CVM/SER/PRO/2008/007, a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série não era atualizado e incidiam apenas juros prefixados, que foram pagos integralmente, juntamente com a amortização do principal, em 02 de janeiro de 2013.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série é atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série são calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série ocorreram em 16 de janeiro de 2012 e 15 de janeiro de 2013 e os demais serão realizados anualmente nos dias 15 de janeiro até 2015, quando a Série será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os números CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

Em abril de 2012, ainda no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição, foi realizada a sexta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 2.000.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R$ 1 mil na data de emissão, divididas em três séries: 409.000 debêntures na Primeira Série, 302.000 debêntures na Segunda Série e 1.289.000 debêntures na Terceira Série. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário. A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 17 de abril de 2012 sob os números CVM/SRE/DEB/2012/009, CVM/SRE/DEB/2012/010, e CVM/SRE/DEB/2012/011, respectivamente.

Nas emissões de 2010 e 2012, os valores nominais unitários das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não são atualizados e sobre este valor incidem apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). As remunerações de ambas as séries, assim como a amortização, serão pagas integralmente nas respectivas datas de vencimento.

A Segunda Série das emissões realizadas em 2010 e 2012 tem remuneração flutuante, cuja taxa é redefinida trimestralmente com base na sobretaxa definida no momento da emissão a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis a cada período de capitalização trimestral.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série das emissões de 2010 e 2012 é atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de cada Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série são calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de cada Emissão.

O primeiro pagamento de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorreu em 15 de janeiro de 2013 e os demais serão realizados anualmente nos dias 15 de janeiro até 2017. Para a Terceira Série da emissão de 2012, os pagamentos de juros ocorrerão anualmente a partir de 15 de maio de 2014 até 15 de maio de 2019. Em ambas as séries a amortização ocorre em parcela única no vencimento.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

R$ mil

| | Vencimentos | Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| 2º distribuição - Primeiro Programa | | | |
| 2ª série | 15.08.2013 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | – | 1.072.928 |
| Juros provisionados (6,8% a.a) | | – | 26.368 |
| | | – | 1.099.296 |
| 1ª distribuição - Segundo Programa | | | |
| 1ª série | 01.01.2013 | | |
| Principal | | – | 640.000 |
| Juros provisionados (12,74% a.a) | | – | 279.717 |
| 2ª série | 15.01.2015 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 768.734 | 738.199 |
| Juros provisionados (7,078% a.a) | | 52.403 | 49.680 |
| | | 821.137 | 1.707.596 |
| 1ª distribuição - Terceiro Programa | | | |
| 1ª série | 01.01.2014 | | |
| Principal | | 500.000 | 500.000 |
| Juros provisionados (12,51% a.a) | | 216.447 | 136.488 |
| 2ª série | 01.01.2014 | | |
| Principal | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a) | | 327.127 | 224.873 |
| 3ª série | 15.01.2017 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 626.651 | 592.524 |
| Juros provisionados (6,2991% a.a) | | 38.022 | 78.623 |
| | | 2.708.247 | 2.532.508 |
| 2ª distribuição - Terceiro Programa | | | |
| 1ª série | 01.07.2016 | | |
| Principal | | 409.000 | 409.000 |
| Juros provisionados (11,169% a.a) | | 80.373 | 31.022 |
| 2ª série | 01.07.2016 | | |
| Principal | | 302.000 | 302.000 |
| Juros provisionados (TJ3 + 0,55% a.a) | | 44.661 | 17.180 |
| 3ª série | 15.05.2019 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 1.415.056 | 1.337.993 |
| Juros provisionados (5,3999% a.a) | | 130.922 | 48.611 |
| | | 2.382.012 | 2.145.806 |
| Total | | **5.911.396** | **7.485.206** |
| Circulante | | 2.133.999 | 2.147.316 |
| Não circulante | | 3.777.397 | 5.337.890 |
| Total | | **5.911.396** | **7.485.206** |

15.2) Letras de Crédito do Agronegócio

O BNDES, nos meses de julho, setembro e outubro de 2013, emitiu Letras de Crédito do Agronegócio - LCA. O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

R$ mil

| | Vencimentos | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Valores de emissão (Principal) | | | |
| | Maio/2013 | – | 60.000 |
| | Julho/2013 | – | 90.000 |
| | Setembro/2013 | – | 30.000 |
| | Julho/2014 | 150.000 | – |
| | Setembro/2014 | 50.000 | – |
| | Outubro/2014 | 60.000 | – |
| Juros provisionados | | 7.732 | 5.622 |
| Total | | **267.732** | **185.622** |

(continuação)

## 16. Obrigações por empréstimos e repasses

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

16.1) Composição

a) Empréstimos no país

R$ mil

| | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| Obrigações por aquisição de títulos federais | 4.523.425 | 4.862.208 |
| Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE | 639.857 | 335.351 |
| Total | **5.163.282** | **5.197.559** |
| Curto prazo | 388.404 | 380.925 |
| Longo prazo | 4.774.878 | 4.816.634 |
| Total | **5.163.282** | **5.197.559** |

Obrigações por aquisição de títulos federais:

O BNDES, para pagamento durante o ano de 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007, adquiriu títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - mediante financiamento. Esse empréstimo, no valor atualizado para 31 de dezembro de 2013 de R$ 4.523.425 mil - R$ 346.616 mil no curto prazo e R$ 4.176.809 mil no longo prazo - (R$ 4.862.208 mil - R$ 364.917 mil no curto prazo e R$ 4.497.291 mil no longo prazo em 31 de dezembro de 2012) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na Taxa Referencial de Juros (TR) e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizadas mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior

b.1) Bônus

R$ mil

| Valor da emissão | Vencimento | Taxas de captação | Agente pagador | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| USD 1 bilhão | 16/06/2018 (1) | 6,369% | Bank of New York | 2.342.600 | 2.043.500 |
| USD 1 bilhão | 10/06/2019 | 6,500% | Bank of New York | 2.334.332 | 2.043.500 |
| USD 1 bilhão | 12/07/2020 | 5,500% | Bank of New York | 2.321.482 | 2.043.500 |
| USD 1,25 bilhão | 26/09/2016 | 3,375% | Bank of New York | 2.928.250 | – |
| USD 1,25 bilhão | 26/09/2023 | 5,750% | Bank of New York | 2.928.250 | – |
| CHF 200 milhões | 15/12/2016 | 2,750% | Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ | 526.080 | 446.481 |
| EUR 750 milhões | 15/09/2017 | 4,125% | Bank of New York | 2.419.875 | 2.021.550 |
| Juros provisionados | | | | 187.967 | 101.853 |
| Total | | | | **15.988.836** | **8.700.384** |
| Curto prazo | | | | 187.967 | 101.853 |
| Longo prazo | | | | 15.800.869 | 8.598.531 |
| Total | | | | **15.988.836** | **8.700.384** |

(1) Em junho de 2008, foi concluído o processo de repactuação dos títulos externos emitidos em 1998, cujo vencimento se daria naquele mês. A repactuação foi realizada pelo valor original da emissão (U$ 1 bilhão), a valor de face, com taxa de juros de 6,369% a.a. e novo vencimento em 16 de junho de 2018.

b.2) Empréstimo sindicalizado

R$ mil

| Valor da emissão | Vencimento | Taxas de captação | Agente pagador | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| USD 300 milhões | 03/10/2016 | Libor 6M + 70 bps | Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ | 702.780 | 613.050 |
| Juros provisionados | | | | 2.072 | 2.253 |
| Total | | | | **704.852** | **615.303** |
| Curto prazo | | | | 2.072 | 2.253 |
| Longo prazo | | | | 702.780 | 613.050 |
| Total | | | | **704.852** | **615.303** |

c) Repasses no país - Tesouro Nacional

Em 2009, foi celebrado, sob amparo da Lei nº 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 100.000.000 mil. Em 2010, foram celebrados, sob amparo das Leis nº. 12.249/2010 e nº 12.397/2011, contratos de financiamento entre o BNDES e a União, nos valores de R$ 80.000.000 mil e R$ 24.700.000 mil, respectivamente. Em 2011, foram firmados novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 5.300.000 mil, sob amparo da Lei nº 12.397/2011, e nos valores de R$ 30.000.000 mil e R$ 25.000.000 mil, sob amparo da Lei nº 12.453/2011. O ingresso da parcela remanescente dos recursos contratados em 2011, R$ 10.000.000 mil, ocorreu em 2012. Neste mesmo ano, foram celebrados novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 45.000.000 mil, sob amparo da Lei nº 12.453/2011, alterada pela Lei nº 12.712/2012. Para cobertura dos créditos, a União emitiu títulos públicos federais, sob a forma de colocação direta em favor do BNDES.

R$ mil

| Moeda/Taxas de Captação | Vencimento médio (em anos) | BNDES Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| TR + 6% a.a. | 13,19 | 1.165.459 | 1.252.766 |
| IPCA + 6% a.a. | 4,01 | 2.297.591 | 2.562.176 |
| IGP-DI | 1,98 | 1.719.938 | 1.630.330 |
| US$ + Juros de 4,83 a 6,00% | 15,99 | 10.716.270 | 10.725.334 |
| US$ + 6,77% a.a. (*) | – | – | 17.545.101 |
| US$ + 5,98% a.a. (*) | – | – | 9.368.555 |
| US$ | 23,71 | 734.679 | – |
| US$ + 4,47% | 15,43 | 15.914.895 | – |
| US$ + 0,55 a 0,84% | 25,49 | 3.045.380 | 2.656.550 |
| TJLP (*) | 34,42 | 324.391.553 | 277.134.986 |
| TJLP + 2,5% (*) | 25,62 | 7.824.480 | 7.710.714 |
| TJLP + 1,0% (*) | 25,62 | 26.832.104 | 26.821.233 |
| Reais | | 1.642 | 1.642 |
| Juros provisionados | | 1.130.820 | 1.386.422 |
| Total | | **395.774.811** | **358.795.809** |
| Curto prazo | | 4.784.677 | 3.365.217 |
| Longo prazo | | 390.990.134 | 355.430.592 |
| Total | | **395.774.811** | **358.795.809** |

R$ mil

| Moeda/Taxas de Captação | Vencimento médio (em anos) | Consolidado Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| TR + 6% a.a. | 13,19 | 1.165.459 | 1.252.766 |
| SELIC | 3,98 | 2.709.858 | 3.130.276 |
| IPCA + 6% a.a. | 4,01 | 2.297.591 | 2.562.176 |
| IGP-DI | 1,98 | 1.719.938 | 1.630.330 |
| US$ | 23,71 | 734.679 | – |
| US$ + 4,47% a.a. | 15,43 | 15.914.895 | – |
| US$ + Juros de 4,83% a 6,00% | 15,99 | 10.716.270 | 10.725.334 |
| US$ + 6,77% a.a. (*) | – | – | 17.545.101 |
| US$ + 5,98% a.a.(*) | – | – | 9.368.555 |
| US$ + 0,55 a 0,84% | 25,49 | 3.045.380 | 2.656.550 |
| TJLP (*) | 34,42 | 324.391.553 | 277.134.986 |
| TJLP + 2,5% (*) | 25,62 | 7.824.480 | 7.710.714 |
| TJLP + 1,0% (*) | 25,62 | 26.832.104 | 26.821.233 |
| Reais | | 1.642 | 1.642 |
| Juros provisionados | | 1.130.820 | 1.386.423 |
| Total | | **398.484.669** | **361.926.086** |
| Curto prazo | | 5.462.142 | 3.991.272 |
| Longo prazo | | 393.022.527 | 357.934.814 |
| Total | | **398.484.669** | **361.926.086** |

(*) Contratos de financiamento cujo crédito foi concedido ao BNDES, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES:
(1) A Lei nº 11.948/2009 autorizou a concessão de crédito ao BNDES, no montante de até R$ 100.000.000 mil. Em março de 2009, foi celebrado o primeiro contrato de financiamento, no valor de R$ 39.000.000 mil. Em julho de 2009, foram celebrados o segundo e terceiro contratos de financiamento, nos valores de R$ 8.702.419 mil e R$ 16.297.581 mil, respectivamente. Em agosto de 2009, foi celebrado o quarto contrato de financiamento, no valor de R$ 36.000.000 mil.
(2) A Lei nº 12.249/2010, que alterou a Lei nº 11.948/2009, autorizou a ampliação do crédito citado no item (1), para até R$ 180.000.000 mil. Em abril de 2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R$ 80.000.000 mil.
(3) A Lei nº 12.397/2011 autorizou a concessão de crédito ao BNDES, no montante de até R$ 30.000.000 mil. Foram celebrados contratos de financiamento, nos valores de R$ 24.753.535 mil em setembro de 2010 e de R$ 5.246.461 mil em março de 2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

(4) A Medida Provisória nº 526/2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.453/2011, autorizou a concessão de crédito ao BNDES no montante de até R$ 55.000.000 mil. Em junho de 2011, foi celebrado contrato de financiamento no valor de R$ 30.000.000 mil. Em dezembro de 2011, foi celebrado novo contrato de financiamento no valor de R$ 25.000.000 mil, dos quais R$ 15.000.000 mil foram captados em 2011 e R$ 10.000.000 mil em janeiro de 2012.
(5) A Lei nº 12.453/2011, alterada pela Lei nº 12.712/2012, autorizou a concessão de crédito ao BNDES no montante de até R$ 100.000.000 mil. Deste valor, R$ 55.000.000 mil foram captados pelo BNDES até janeiro de 2012 e os restantes R$ 45.000.000 mil até dezembro de 2012.
(6) A Lei nº 12.788/2013 que alterou a Lei nº 12.249/2010, autorizou a concessão de crédito aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM, no montante de até R$ 15.000.000 mil, para viabilizar o financiamento de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Em maio de 2013, foi celebrado com o BNDES contrato de financiamento no valor de R$ 2.000.000 mil.
(7) Em 17 de setembro de 2013, foi celebrado contrato de renegociação entre o BNDES e a União, sob o amparo da MP n° 618/2013, alterando as condições financeiras do contrato n° 484/PGFN/CAF de 5,98% a.a. para o custo de captação externa do Tesouro Nacional na ocasião, equivalente à taxa de US$ + 4,47%.
(8) Também em 17 de setembro de 2013, foi celebrado contrato de renegociação entre o BNDES e a União, sob o amparo da MP n° 618/2013, alterando as condições financeiras do contrato n° 486/PGFN/CAF. Do contrato original, R$ 5.000.000 mil foram convertidos do custo de US$ + 6,77% a.a para o custo de captação externa do Tesouro Nacional na ocasião, equivalente à taxa de US$ + 4,47%. O montante complementar foi convertido para TJLP.

Em junho de 2013, como detalhado na nota 26, foi celebrado contrato de financiamento entre o BNDES e a União no valor de R$ 15.000.000 mil, mediante emissão de títulos públicos federal. Esse contrato, na forma da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, foi apresentado como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras.

d) Repasses no Exterior - Instituições Multilaterais

R$ mil

| | | | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|---|---|
| Instituição | Moeda | Vencimento médio (em anos) | 2013 | 2012 |
| Japan Bank for International Cooperation - JBIC | YEN/US$ | 6,59 | 1.871.188 | 2.105.473 |
| Inter-American Development Bank - BID | US$ | 13,21 | 10.556.340 | 9.821.572 |
| Nordic Investment Bank - NIB | US$ | 6,06 | 318.594 | 318.202 |
| Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW | US$ | 8,17 | 402.464 | 387.589 |
| China Development Bank - CDB | US$ | 9,10 | 1.317.713 | 1.277.188 |
| Juros provisionados | | | 50.713 | 49.102 |
| Total | | | **14.517.012** | **13.959.126** |
| Curto prazo | | | 2.786.022 | 1.253.639 |
| Longo prazo | | | 11.730.990 | 12.705.487 |
| Total | | | **14.517.012** | **13.959.126** |

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,81 e 5,43 % a.a. em 31 de dezembro de 2013 (0,99 e 5,21 % a.a. em 31 de dezembro de 2012). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

R$ mil

| | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| Taxas de captação: | | |
| Até 3% | 11.926.213 | 11.363.988 |
| De 3,1 a 5% | 402.464 | 387.589 |
| De 5,1 a 7% | 2.137.622 | 2.158.447 |
| | 14.466.299 | 13.910.024 |
| Juros provisionados | 50.713 | 49.102 |
| Total | **14.517.012** | **13.959.126** |

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado - empréstimos bancários e emissão de eurobônus - como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto aos organismos multilaterais - Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID contam com a prestação de garantia formal da União, seja por força de seus Atos Constitutivos, seja em razão de outros atos normativos internos da instituição multilateral. Excetua-se deste grupo o contrato assinado em 05 de outubro de 2011 com o European Investment Bank (EIB), no qual foi dispensada a garantia formal da União. Empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation - JBIC, Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e China Development Bank - CDB, usualmente não demandam garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante - FMM

A partir de janeiro de 1984, o BNDES passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional. Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações do FMM alcançaram R$ 14.996.695 mil (R$ 12.600.303 mil em 31 de dezembro de 2012), sendo R$ 13.554.579 mil (R$ 11.811.765 mil em 31 de dezembro de 2012) com risco BNDES. Desde junho de 2002, por orientação do BACEN, as operações com risco BNDES, que retificavam as respectivas origens dos recursos, foram reclassificadas para o ativo do BNDES.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto nº 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal. Conforme o artigo 19 da Medida Provisória nº 517 de 31 de dezembro de 2010 o FND ficou extinto naquela data.

16.2) As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | | Consolidado | | |
| | No país | No exterior | Total | No país | No exterior | Total |
| A vencer: | | | | | | |
| 2014 | 6.692.999 | 2.976.061 | 9.669.060 | 7.370.464 | 2.976.061 | 10.346.525 |
| 2015 | 9.330.251 | 2.847.944 | 12.178.195 | 10.007.716 | 2.847.944 | 12.855.660 |
| 2016 | 7.961.207 | 10.455.884 | 18.417.091 | 8.638.672 | 10.455.884 | 19.094.556 |
| 2017 | 10.080.039 | 4.903.473 | 14.983.512 | 10.757.504 | 4.903.473 | 15.660.977 |
| 2018 | 8.234.808 | 7.121.946 | 15.356.754 | 8.234.808 | 7.121.946 | 15.356.754 |
| Após 2018 | 372.214.128 | 2.905.392 | 375.119.520 | 372.214.126 | 2.905.392 | 375.119.518 |
| Total | **414.513.432** | **31.210.700** | **445.724.132** | **417.223.290** | **31.210.700** | **448.433.990** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | | Consolidado | | |
| | No país | No exterior | Total | No país | No exterior | Total |
| A vencer: | | | | | | |
| 2013 | 4.720.104 | 1.357.745 | 6.077.849 | 5.253.734 | 1.357.745 | 6.611.479 |
| 2014 | 4.970.049 | 1.275.083 | 6.245.132 | 5.596.104 | 1.275.083 | 6.871.187 |
| 2015 | 9.570.753 | 1.324.210 | 10.894.963 | 10.196.808 | 1.324.210 | 11.521.018 |
| 2016 | 7.472.869 | 2.305.144 | 9.778.013 | 8.098.924 | 2.305.144 | 10.404.068 |
| 2017 | 9.209.575 | 3.177.702 | 12.387.277 | 9.835.630 | 3.177.702 | 13.013.332 |
| Após 2017 | 339.980.926 | 13.834.929 | 353.815.855 | 339.980.928 | 13.834.929 | 353.815.857 |
| Total | **375.924.276** | **23.274.813** | **399.199.089** | **378.962.128** | **23.274.813** | **402.236.941** |

## 17. FAT - Dívida subordinada e depósitos especiais

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

17.1) FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional. Para a parcela de recursos, que integrará o programa FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos, terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres - LIBOR - ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América - "*Treasury Bonds*"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro - "*euro area yield curve*".

(continuação)

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre TJLP e o limite de 6% ao ano é capitalizada junto ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica "Dívidas Subordinadas" e tem a seguinte composição:

R$ mil

| | BNDES e Consolidado | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| FAT - Constitucional | | |
| FAT - TJLP - Principal | 142.327.519 | 124.808.830 |
| FAT - Cambial -US$ (1) | 10.575.886 | 12.897.662 |
| | 152.903.405 | 137.706.492 |
| Juros provisionados | 3.744.033 | 3.503.134 |
| Total | **156.647.438** | **141.209.626** |
| Curto prazo | 3.744.033 | 3.503.134 |
| Longo prazo | 152.903.405 | 137.706.492 |
| Total | **156.647.438** | **141.209.626** |

(1) até 50% das transferências ordinárias; destinado ao financiamento da produção/comercialização de produtos de reconhecida demanda internacional.

A Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que revogou a Resolução CMN nº 2.837, de 30 de maio de 2001, mantém o enquadramento dos Recursos repassados pelo FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador como Dívida Subordinada. Este enquadramento é possível porque a dívida do BNDES relativa a estes recursos não possui prazos de amortização definidos contratualmente, uma vez que sua exigibilidade só virá a ocorrer caso o Ministério do Trabalho e Emprego não possua recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. Nesse caso, seriam amortizados em torno de 20% do saldo devedor nos primeiros dois anos, 10% nos três anos seguintes e 5% a partir do sexto ano.

Adicionalmente, com base no item III do artigo 14 da Resolução CMN nº 3.444, fica considerado que o valor relativo à Dívida Subordinada - Elegível a Capital será limitado a 50% do valor do Capital Nível I do Patrimônio de Referência equivalente a R$ 36.223.161 mil e R$ 36.223.161 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 24.325.497 mil e R$ 24.316.715 mil em 31 de dezembro de 2012) no BNDES individual e no Consolidado, respectivamente.

### 17.2) FAT - Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

O saldo devedor do FAT - Depósitos especiais encontra-se registrado na rubrica "Depósitos especiais - FAT" pelos seguintes programas:

R$ mil

| | BNDES e Consolidado | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| FAT - Depósitos especiais | | |
| Pró-emprego | 117.582 | 142.774 |
| FAT Exportar/Fomentar | 5.651.588 | 6.005.779 |
| Pronaf | 1.746.436 | 1.584.963 |
| Infraestrutura | 11.858.103 | 12.744.405 |
| Giro Rural | 108.660 | 170.476 |
| Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) | 71.019 | – |
| Total | **19.553.388** | **20.648.397** |
| Curto prazo | 2.215.043 | 2.164.885 |
| Longo prazo | 17.338.345 | 18.483.512 |
| Total | **19.553.388** | **20.648.397** |

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT - Depósitos especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foi a seguinte:

R$ mil

| | Constitucional | | Depósitos | |
|---|---|---|---|---|
| | TJLP | Cambial | Especiais | Total |
| **Saldo em 31/12/2012** | **128.192.913** | **13.016.713** | **20.648.397** | **161.858.023** |
| • Ingresso de recursos | 14.069.736 | – | 1.371.000 | 15.440.736 |
| • Variação cambial | – | 1.127.177 | – | 1.127.177 |
| • Provisão de juros | 6.866.075 | 178.622 | – | 7.044.697 |
| • Juros sobre depósitos especiais | – | – | 995.422 | 995.422 |
| • Amortizações de depósitos especiais | – | – | (2.454.316) | (2.454.316) |
| • Pagamento de juros | (6.565.450) | (238.348) | (1.007.115) | (7.810.913) |
| • Transferência para ambial | (6.494.983) | 6.494.983 | – | – |
| • Retorno do cambial | 9.943.937 | (9.943.937) | – | – |
| **Saldo em 31/12/2013** | **146.012.228** | **10.635.210** | **19.553.388** | **176.200.826** |

## 18. Outras obrigações - Fundos financeiros e de desenvolvimento

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Fundo de Participação PIS/PASEP | 33.633.806 | 33.633.806 | 32.796.668 | 32.796.668 |
| Outros | 3.526.339 | 3.549.150 | 1.065.570 | 1.070.921 |
| Total | **37.160.145** | **37.182.956** | **33.862.238** | **33.867.589** |

### 18.1) Fundo de Participação PIS-PASEP

A partir de 1974, parcela da arrecadação das contribuições sociais para os Programas PIS e PASEP, formadora do Fundo PIS-PASEP, passou a ser transferida para o BNDES. Conforme a legislação pertinente, os recursos destinar-se-iam a aplicações em programas de desenvolvimento econômico, inclusive, no mercado de capitais. Foram transferidos, em média, 38% da arrecadação, correspondentes a cerca de R$ 700.000 mil anuais, durante o período entre 1974 e 1988.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem de 0,23% do total em 31 de dezembro de 2013, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data (99,77% da carteira), o risco é do BNDES, que está autorizado a cobrar do mutuário, embutidas na taxa de juros, comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP, com risco BNDES, administrados pelo banco, eram de:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| PIS-PASEP | 33.623.798 | 32.075.660 |
| FPS | 10.008 | 721.008 |
| Total | **33.633.806** | **32.796.668** |
| Curto prazo | 1.815.329 | 2.181.769 |
| Longo prazo | 31.818.477 | 30.614.899 |
| Total | **33.633.806** | **32.796.668** |

O saldo das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP contratadas até 31 de dezembro de 1982, que constituem risco do Fundo, foram reclassificados ao final do 1º semestre de 2002 para o Passivo do BNDES, retificando o valor da respectiva obrigação com o Fundo, conforme orientação do BACEN.

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | |
|---|---|---|---|
| | Risco BNDES | Risco PIS-PASEP | Total |
| Saldo no início do exercício | **32.075.660** | **244.503** | **32.320.163** |
| Resultado | 1.645.556 | (143.377) | 1.502.179 |
| Liquidação contratos risco PIS-PASEP | 24.410 | (24.410) | – |
| Devoluções | (1.615.596) | – | (1.615.596) |
| Transferências do FPS | 1.493.768 | – | 1.493.768 |
| Saldo no final do exercício | **33.623.798** | **76.716** | **33.700.514** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | | |
|---|---|---|---|
| | Risco BNDES | Risco PIS-PASEP | Total |
| Saldo no início do exercício | 31.085.709 | 499.684 | 31.585.393 |
| Resultado | 2.429.951 | (255.181) | 2.174.770 |
| Devoluções | (1.440.000) | – | (1.440.000) |
| Saldo no final do exercício | **32.075.660** | **244.503** | **32.320.163** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## 19. Outras obrigações - Vinculadas ao Tesouro Nacional

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) cuja taxa fixa do mutuário final é maior que o somatório do custo da fonte de recurso e da remuneração do BNDES, conforme as portarias do Gabinete do Ministério da Fazenda, sendo o excesso devolvido ao Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2013, apresentava saldos de R$ 12.720 mil (R$ 9.104 mil em 31 de dezembro de 2012) e R$ 150.864 mil (R$ 65.701 mil em 31 de dezembro de 2012), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

## 20. Outras obrigações - Depósitos a apropriar

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Depósitos dos Armadores do AFRMM | 221.773 | 155.154 | 221.773 | 155.154 |
| Depósitos para liquidação de operações de crédito | 574.840 | 828.690 | 574.724 | 835.137 |
| Outros | 4.253 | 4.253 | 4.253 | 4.254 |
| Total | **800.866** | **988.097** | **800.750** | **994.545** |

Depósitos dos Armadores do AFRMM:

Referem-se a créditos de AFRMM (Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante) controlados pelo BNDES, na qualidade de agente financeiro do FMM, conforme preconizado no art 19 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e do Fundo da Marinha Mercante.

Depósitos para liquidação de operações de crédito

Referem-se a: (i) valores recebidos em processos de renegociação pendentes de informação de instituições financeiras para apropriação nos respectivos contratos; (ii) valores referentes a processo de renegociação recebidos no final do período e apropriados no período subsequente; (iii) o saldo de 31 de dezembro de 2012 incluía pagamentos efetuados por Agentes Financeiros, relativamente a operações de repasse da Carteira Agropecuária objeto de renegociações autorizadas pelo Governo Federal, com cobrança em situação não parametrizada, que encontravam-se no aguardo de informações por parte desses Agentes que permitissem a sua correta apropriação nos sistemas corporativos. A redução significativa do saldo em 2013 é explicada pela apropriação desses recolhimentos feitos pelos Agentes Financeiros junto ao BNDES.

## 21. Imposto de renda e contribuição social

21.1) Corrente

O BNDES adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeito a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique a suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei nº 8.981/1995 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o BNDES constituiu provisões para pagamento de contribuição social (CSLL) à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.

No consolidado, apenas a BNDESPAR teve a provisão da CSLL constituída à alíquota de 9%.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

| | BNDES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Resultado antes da tributação | 6.485.674 | 6.485.674 | 11.125.890 | 11.125.890 | 10.715.888 | 10.715.888 |
| Participação dos empregados no lucro | (132.027) | (132.027) | (132.027) | (132.027) | (77.127) | (77.127) |
| Base para cálculo dos tributos | 6.353.647 | 6.353.647 | 10.993.863 | 10.993.863 | 10.638.761 | 10.638.761 |
| Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e de 15% | 1.588.412 | 953.047 | 2.748.466 | 1.649.079 | 2.659.690 | 1.595.814 |
| Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos: | | | | | | |
| • Créditos baixados como prejuízo | (60.961) | (36.577) | (31.181) | (18.709) | 223.985 | 134.391 |
| • Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/1999) | 84.983 | 50.990 | 100.140 | 60.084 | (27.565) | (16.539) |
| • Equivalência patrimonial | (490.910) | (294.546) | (813.887) | (488.332) | (683.335) | (410.001) |
| • Provisões trabalhistas e cíveis | 2.040 | 1.223 | 14.799 | 8.879 | (17.736) | (10.642) |
| • Provisão para desvalorização de títulos | (352) | (211) | (344) | (206) | – | - |
| • Participação dos empregados nos lucros | 33.007 | 19.804 | 13.720 | 8.232 | 160 | 96 |
| • Juros sobre o capital próprio destinado à União - controladora | (242.551) | (145.530) | (438.329) | (262.997) | (487.949) | (292.769) |
| • Passivo Atuarial - FAPES | 67.140 | 40.284 | 124.760 | 74.856 | 49.813 | 29.887 |
| • Programa de desligamento planejado de funcionários | (4.309) | (2.586) | (13.310) | (7.986) | 1.293 | 776 |
| • Ajuste de TVM a valor de mercado | (79.647) | (47.788) | (9.370) | (5.622) | (84.577) | (50.746) |
| • Ajuste de Swap a valor de mercado | (4.207) | (2.524) | (8.945) | (5.367) | (5.538) | (3.323) |
| • Subvenções - Incentivos Fiscais | (17.244) | (9.512) | (15.887) | (8.777) | 4.499 | 2.512 |
| • Outras adições e exclusões líquidas | 48.650 | 54.164 | 72.236 | 78.535 | 19.129 | 42.409 |
| Imposto de renda e contribuição social | 924.051 | 580.238 | 1.742.867 | 1.081.669 | 1.651.869 | 1.021.865 |
| Imposto de renda retido exclusivamente na fonte | 684 | – | 684 | – | – | – |
| Imposto de renda e contribuição social | 924.735 | 580.238 | 1.743.552 | 1.081.669 | 1.651.869 | 1.021.865 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Resultado antes da tributação | 6.778.979 | 6.778.979 | 12.194.678 | 12.194.678 | 11.145.917 | 11.145.917 |
| Participação dos empregados no lucro | (173.720) | (173.720) | (173.720) | (173.720) | (145.522) | (145.522) |
| Base para cálculo dos tributos | 6.605.259 | 6.605.259 | 12.020.958 | 12.020.958 | 11.000.395 | 11.000.395 |
| Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% | 1.651.315 | 990.789 | 3.005.240 | 1.803.144 | 2.750.099 | 1.650.059 |
| Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos: | | | | | | |
| • Créditos baixados como prejuízo | (143.994) | (86.624) | (109.025) | (65.784) | 279.842 | 154.572 |
| • Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/1999) | (72.175) | (44.289) | (82.949) | (49.305) | (77.833) | (35.150) |
| • Equivalência patrimonial | (15.420) | (6.185) | 11.405 | 3.777 | 36.688 | 13.465 |
| • JSCP de coligadas e controladas | 12.714 | 4.577 | 12.714 | 4.577 | 26.660 | 9.597 |
| • Permuta com títulos e valores mobiliários | (42.862) | (15.430) | (42.862) | (15.430) | (13.820) | (4.975) |
| • Dividendos de investimentos | (74.777) | (26.919) | (147.865) | (53.231) | (269.504) | (97.021) |
| • Juros s/ o capital próprio destinado à União – controladora | (242.551) | (145.530) | (438.329) | (262.997) | (487.949) | (292.769) |
| • Provisão para desvalorização de investimentos | 285.745 | 102.784 | 544.827 | 196.055 | 697.044 | 250.936 |
| • Provisões trabalhistas e cíveis | 5.968 | 2.569 | 22.226 | 11.524 | (11.991) | (8.571) |
| • Passivo Atuarial - FAMS | 75.824 | 44.080 | 138.812 | 80.924 | 57.074 | 33.150 |
| • Provisão para participação dos empregados nos lucros | 43.430 | 24.704 | 7.043 | 6.015 | 6.501 | 2.694 |
| • Amortização de ágio líquida de realização | (3.113) | (1.100) | (3.113) | (1.100) | (565) | (82) |
| • Ajuste de TVM a valor de mercado | (79.647) | (47.788) | (9.370) | (5.622) | (84.577) | (50.746) |
| • Ajuste de Swap a valor de mercado | (4.207) | (2.524) | (8.945) | (5.367) | (5.538) | (3.323) |
| • Programa de desligamento planejado de funcionários | (6.797) | (3.505) | (18.448) | (10.111) | 708 | 258 |
| • Subvenções – Incentivos Fiscais | (27.422) | (13.453) | (26.065) | (12.718) | (5.697) | (586) |
| • Resultado de controladas à alíquota de 9% | – | (47.207) | – | (111.917) | – | 33.837 |
| • Diferimento de tributação sobre venda do Ativo Permanente | – | – | – | – | 40.586 | 14.611 |
| • Realização da amortização do deságio | – | – | – | – | 2.237 | 213 |
| • Efeito ajustes CPC's (RTT) | 44.192 | 14.131 | (73.162) | (46.783) | (356.558) | (266.309) |
| • Outras adições e exclusões líquidas | 45.264 | 54.594 | 56.334 | 79.096 | 66.324 | 84.827 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social do período | **1.451.487** | **797.674** | **2.838.468** | **1.544.747** | **2.649.731** | **1.488.687** |
| Imposto de renda retido exclusivamente na fonte | 684 | – | 684 | – | – | – |
| Ajuste de provisões de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores | 59 | – | 773 | 257 | (49.374) | (17.775) |
| Imposto de renda e contribuição social | **1.452.230** | **797.674** | **2.839.925** | **1.545.004** | **2.600.357** | **1.470.912** |

Os saldos do imposto de renda e de contribuição social estão assim demonstrados:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Impostos e contribuições sobre o lucro: | | | | |
| Provisão: | | | | |
| Imposto de renda | 1.742.867 | 2.838.468 | 1.651.869 | 2.649.731 |
| Contribuição social | 1.081.669 | 1.544.747 | 1.021.865 | 1.488.688 |
| | 2.824.536 | 4.383.215 | 2.673.734 | 4.138.419 |
| Antecipações: | | | | |
| Imposto de renda | (1.484.962) | (2.309.217) | (1.138.233) | (2.000.317) |
| Contribuição social | (906.161) | (1.212.277) | (708.347) | (1.095.658) |
| | (2.391.123) | (3.521.494) | (1.846.580) | (3.095.975) |
| Imposto e contribuição a recolher | **433.413** | **861.721** | **827.154** | **1.042.444** |

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| IR pago a maior em anos anteriores | 21.241 | 21.241 | 51.373 | 219.812 |
| IRRF sobre renda fixa | – | 22.132 | – | 134.476 |
| IRRF sobre renda variável | – | 272 | – | 1.264 |
| IRRF - Juros sobre o capital próprio | 1.276 | 62.079 | 27.562 | 159.439 |
| Antecipações - Audiovisual | 5.035 | 10.003 | – | 4.207 |
| Outros | – | 1.272 | 6.223 | 30.359 |
| Total | **27.552** | **116.999** | **85.158** | **549.557** |
| Curto prazo | 27.552 | 116.999 | 85.158 | 549.557 |
| Longo prazo | – | – | – | – |
| Total | **27.552** | **116.999** | **85.158** | **549.557** |

21.2) Créditos tributários

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| • Composição do crédito diferido (posição ativa): | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 613.357 | 736.666 | 670.919 | 919.175 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 59.668 | 268.378 | 36.126 | 234.809 |
| Provisão para desvalorização de investimentos | 29.525 | 1.213.307 | 30.176 | 570.654 |
| Ajuste de swap a valor de mercado | 16.383 | 16.384 | 20.145 | 20.146 |
| Participação dos empregados nos lucros | 52.811 | 68.134 | 30.859 | 55.076 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | – | – | 21.296 | 28.559 |
| Amortização de ágios, líquida de realização | – | 28.408 | – | 22.280 |
| Opções | – | 38.015 | – | 66.229 |
| Ajuste a valor justo - Instrumentos Financeiros | – | 500.908 | – | 407.617 |
| Provisão para desvalorização de bens | 474 | 474 | 191 | 191 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 57.721 | 77.582 | 22.202 | 34.842 |
| Permuta de títulos e valores mobiliários | – | 136.839 | – | 126.164 |
| **Subtotal** | **829.939** | **3.085.095** | **831.914** | **2.485.742** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | 5.694.771 | 6.553.008 | 2.885.616 | 3.644.817 |
| **Subtotal** | **5.694.771** | **6.553.008** | **2.885.616** | **3.644.817** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | 1.997 | 11.810 | 11.810 |
| **Subtotal** | **–** | **1.997** | **11.810** | **11.810** |
| **Total** | **6.524.710** | **9.640.100** | **3.729.340** | **6.142.369** |
| Curto prazo | 394.277 | 690.482 | 305.199 | 446.301 |
| Longo prazo | 6.130.433 | 8.949.618 | 3.424.141 | 5.696.068 |
| **Total** | **6.524.710** | **9.640.100** | **3.729.340** | **6.142.369** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| **• Composição das obrigações diferidas (posição passiva):** | | | | |
| Amortização de deságio | – | (5.977) | – | (5.977) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (199.009) | (199.010) | (184.017) | (184.018) |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | (3.805) | (3.805) | (2.397) | (2.397) |
| Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente | – | (70.943) | – | (70.943) |
| Ajuste a valor de mercado de debêntures - Instrumentos Financeiros | – | (387.672) | – | (365.194) |
| Opções | – | (173.101) | – | (126.865) |
| **Subtotal** | **(202.814)** | **(840.508)** | **(186.414)** | **(755.394)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (370) | (5.811.361) | (448.169) | (8.038.203) |
| **Subtotal** | **(370)** | **(5.811.361)** | **(448.169)** | **(8.038.203)** |
| **• Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | (36.349) | (40.073) | – | – |
| **Subtotal** | **(36.349)** | **(40.073)** | **–** | **–** |
| **Total** | **(239.533)** | **(6.691.942)** | **(634.583)** | **(8.793.597)** |
| Curto prazo | (199.756) | (301.601) | (184.498) | (186.431) |
| Longo prazo | (39.777) | (6.390.341) | (450.085) | (8.607.166) |
| **Total** | **(239.533)** | **(6.691.942)** | **(634.583)** | **(8.793.597)** |

De acordo com a Resolução BACEN nº 3.059/2002 e conforme alíquotas vigentes mencionadas na Nota 21.1, foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social e, sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro, a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

| | R$ mil | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Imposto de renda | 25.063 | 401.681 | (11.484) | 393.991 | 100.536 | 862.095 |
| Contribuição social | 15.038 | 131.738 | (6.890) | 120.248 | 60.322 | 334.664 |
| Total | **40.101** | **533.419** | **(18.374)** | **514.239** | **160.858** | **1.196.759** |

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm as seguintes origens:

a) Créditos baixados como prejuízo: relacionados com perdas em operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 22.a) e cíveis (Nota 22.b);

c) Provisão para a desvalorização de investimentos: sobre participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos;

d) Ajuste a valor de mercado de TVM e de swap: são os ganhos e perdas líquidos apurados com a marcação a mercado dos TVM e nas operações de swap, que constituem em instrumento de proteção de posições passivas;

e) Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social corrente pago sobre o diferencial entre o valor de mercado e o valor contábil proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos;

f) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço;

g) Derivativos - Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos;

h) Provisão para despesas médicas - FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 695/2012;

i) Amortização de ágios - ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, que ocorrem principalmente na controlada BNDESPAR, têm origem, basicamente, de:

a) Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures e de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;

b) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

c) Baixa do deságio - CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | BNDES | | | |
| | 31/12/2012 | Constituição | Realização | 31/12/2013 |
| **• Créditos tributários:** | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 670.919 | 416.795 | (474.357) | 613.357 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 36.126 | 28.796 | (5.254) | 59.668 |
| Provisão para desvalorização de investimentos | 30.176 | 12 | (663) | 29.525 |
| Ajuste de swap a valor de mercado | 20.145 | 18.790 | (22.552) | 16.383 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 21.296 | – | (21.296) | – |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 30.859 | 52.811 | (30.859) | 52.811 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 22.202 | 79.859 | (44.340) | 57.721 |
| Provisão para desvalorização de bens | 191 | 287 | (4) | 474 |
| **Subtotal** | **831.914** | **597.350** | **(599.325)** | **829.939** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | 2.885.616 | 2.809.155 | – | 5.694.771 |
| **Subtotal** | **2.885.616** | **2.809.155** | **–** | **5.694.771** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | 11.810 | – | (11.810) | – |
| **Subtotal** | **11.810** | **–** | **(11.810)** | **–** |
| **Total de créditos tributários diferidos** | **3.729.340** | **3.406.505** | **(611.135)** | **6.524.710** |
| **• Obrigações tributárias:** | | | | |
| Ajuste de swap a valor de mercado | (2.397) | (1.408) | – | (3.805) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (184.017) | (14.992) | – | (199.009) |
| **Subtotal** | **(186.414)** | **(16.400)** | **–** | **(202.814)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (448.169) | – | 447.799 | (370) |
| **Subtotal** | **(448.169)** | **–** | **447.799** | **(370)** |
| **• Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | (36.349) | – | (36.349) |
| **Subtotal** | **–** | **(36.349)** | **–** | **(36.349)** |
| **Total de obrigações tributárias diferidas** | **(634.583)** | **(52.749)** | **447.799** | **(239.533)** |

(continuação)

R$ mil

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | Constituição | Realização | 31/12/2013 |
| **• Créditos tributários:** | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 919.175 | 449.776 | (632.285) | 736.666 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 234.809 | 44.113 | (10.544) | 268.378 |
| Provisão para desvalorização de investimentos | 570.654 | 907.773 | (265.120) | 1.213.307 |
| Ajuste de swap a valor de mercado | 20.146 | 18.790 | (22.552) | 16.384 |
| Participação dos empregados no lucro | 55.076 | 68.134 | (55.076) | 68.134 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 28.559 | – | (28.559) | – |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 34.842 | 87.079 | (44.339) | 77.582 |
| Amortização de ágio, líquida de realização | 22.280 | 10.341 | (4.213) | 28.408 |
| Permuta de títulos e valores mobiliários | 126.164 | 68.967 | (58.292) | 136.839 |
| Provisão para desvalorização de bens | 191 | 287 | (4) | 474 |
| Opções | 66.229 | – | (28.214) | 38.015 |
| Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros | 407.617 | 93.291 | – | 500.908 |
| **Subtotal** | **2.485.742** | **1.748.551** | **(1.149.198)** | **3.085.095** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | 3.644.817 | 2.908.191 | – | 6.553.008 |
| **Subtotal** | **3.644.817** | **2.908.191** | **–** | **6.553.008** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | 11.810 | 1.997 | (11.810) | 1.997 |
| **Subtotal** | **11.810** | **1.997** | **(11.810)** | **1.997** |
| **Total** | **6.142.369** | **4.658.737** | **(1.161.008)** | **9.640.100** |
| **• Obrigações Tributárias:** | | | | |
| Amortização de deságio | (5.977) | – | – | (5.977) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (184.018) | (14.992) | – | (199.010) |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | (2.397) | (1.408) | – | (3.805) |
| Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente | (70.943) | – | – | (70.943) |
| Ajuste a Valor de Mercado - Instrumentos Financeiros | (365.194) | (361.033) | 338.555 | (387.672) |
| Opções | (126.865) | (46.236) | – | (173.101) |
| **Subtotal** | **(755.394)** | **(423.669)** | **338.555** | **(840.508)** |
| **• Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (8.038.203) | – | 2.226.842 | (5.811.361) |
| **Subtotal** | **(8.038.203)** | **–** | **2.226.842** | **(5.811.361)** |
| **• Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | (40.073) | – | (40.073) |
| **Subtotal** | **–** | **(40.073)** | **–** | **(40.073)** |
| **Total** | **(8.793.597)** | **(463.742)** | **2.565.397** | **(6.691.942)** |

R$ mil

| | BNDES | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2011 | Constituição | Realização | 31/12/2012 |
| **• Créditos tributários:** | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 341.933 | 518.319 | (189.333) | 670.919 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 64.335 | 6.197 | (34.406) | 36.126 |
| Provisão para desvalorização de investimentos | 30.006 | 170 | – | 30.176 |
| Ajuste de *swap* a valor de mercado | 21.458 | 22.096 | (23.409) | 20.145 |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 19.227 | 5.908 | (3.839) | 21.296 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 30.603 | 30.859 | (30.603) | 30.859 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 24.264 | – | (2.062) | 22.202 |
| Provisão para desvalorização de bens | 2.608 | – | (2.417) | 191 |
| **Subtotal** | **534.434** | **583.549** | **(286.069)** | **831.914** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | 1.728.894 | 1.156.724 | – | 2.885.618 |
| **Subtotal** | **1.728.894** | **1.156.724** | **–** | **2.885.618** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | 11.810 | – | 11.810 |
| **Subtotal** | **–** | **11.810** | **–** | **11.810** |
| **Total de créditos tributários diferidos** | **2.263.328** | **1.752.083** | **(286.069)** | **3.729.342** |
| **• Obrigações tributárias:** | | | | |
| Ajuste de swap a valor de mercado | (1.101) | (1.296) | – | (2.397) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (48.693) | (135.324) | – | (184.017) |
| **Subtotal** | **(49.794)** | **(136.620)** | **–** | **(186.414)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (370.185) | (77.984) | – | (448.169) |
| **Subtotal** | **(370.185)** | **(77.984)** | **–** | **(448.169)** |
| **Total de obrigações tributárias diferidas** | **(419.979)** | **(214.604)** | **–** | **(634.583)** |

R$ mil

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2011 | Constituição | Realização | 31/12/2012 |
| **• Créditos tributários:** | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 510.460 | 694.626 | (285.911) | 919.175 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 255.250 | 14.284 | (34.725) | 234.809 |
| Provisão para desvalorização de investimentos | 70.830 | 709.007 | (209.183) | 570.654 |
| Ajuste de *swap* a valor de mercado | 21.458 | 22.097 | (23.409) | 20.146 |
| Participação dos empregados no lucro | 45.881 | 55.076 | (45.881) | 55.076 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 27.592 | 6.862 | (5.895) | 28.559 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 36.773 | 25 | (1.906) | 34.842 |
| Amortização de ágio, líquida de realização | 13.921 | 9.005 | (646) | 22.280 |
| Permuta de títulos e valores mobiliários | – | 144.959 | (18.795) | 126.164 |
| Provisão para desvalorização de bens | 2.608 | – | (2.417) | 191 |
| Opções | 32.755 | 33.474 | – | 66.229 |
| Ajuste a valor justo - Instrumentos Financeiros | 293.096 | 114.521 | – | 407.617 |
| **Subtotal** | **1.310.624** | **1.803.936** | **(628.768)** | **2.485.742** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | 1.817.882 | 1.915.924 | (88.988) | 3.644.818 |
| **Subtotal** | **1.817.882** | **1.915.924** | **(88.988)** | **3.644.818** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | 11.810 | – | 11.810 |
| **Subtotal** | **–** | **11.810** | **–** | **11.810** |
| **Total de créditos tributários diferidos** | **3.128.506** | **3.731.670** | **(717.756)** | **6.142.370** |
| **• Obrigações Tributárias:** | | | | |
| Amortização de deságio | (7.621) | – | 1.644 | (5.977) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (48.694) | (135.324) | – | (184.018) |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | (1.101) | (1.296) | – | (2.397) |
| Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente | (126.139) | – | 55.196 | (70.943) |
| Ajuste a Valor de Mercado - Instrumentos Financeiros | (398.744) | (472.521) | 506.071 | (365.194) |
| Opções | (194.736) | – | 67.871 | (126.865) |
| **Subtotal** | **(777.035)** | **(609.141)** | **630.782** | **(755.394)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (9.122.344) | (77.970) | 1.162.111 | (8.038.203) |
| **Subtotal** | **(9.122.344)** | **(77.970)** | **1.162.111** | **(8.038.203)** |
| **Total de obrigações tributárias diferidas** | **(9.899.379)** | **(687.111)** | **1.792.893** | **(8.793.597)** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O montante de créditos tributários não registrados, em 31 de dezembro de 2013, totalizou R$ 1.766.647 mil (R$ 1.446.142 mil em 31 de dezembro de 2012) e no Consolidado R$ 2.218.865 mil (R$ 2.188.236 mil em 31 de dezembro de 2012). Esses valores referem-se, basicamente, à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/99), parte das provisões cíveis e trabalhistas, provisão sobre a desvalorização de investimentos, oriundos de incentivos fiscais - FINOR - (somente no caso de CSLL) e outros e à provisão para despesas médicas - FAMS. Após a Resolução BACEN nº 3.059/2002, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN nº 3.355/2006. Entretanto, até esta data, o BNDES tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível, não existindo previsibilidade de compensação de ativos após 5 anos.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2013:

R$ mil

| | BNDES | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Após 2018 | Total |
| **• Créditos tributários:** | | | | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 287.489 | 73.699 | 55.844 | 107.896 | 88.429 | – | 613.357 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 66 | 4.033 | 5.992 | 5.147 | 44.430 | – | 59.668 |
| Provisão para desv. de investimentos | 29.525 | – | – | – | – | – | 29.525 |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | 1.103 | 10.903 | 4.377 | – | – | – | 16.383 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 22.809 | 8.585 | 8.702 | 8.773 | 8.852 | – | 57.721 |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 52.811 | – | – | – | – | – | 52.811 |
| Provisão para desvalorização de bens | 474 | – | – | – | – | – | 474 |
| **Subtotal** | **394.277** | **97.220** | **74.915** | **121.816** | **141.711** | **–** | **829.939** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | – | 5.694.771 | – | – | – | – | 5.694.771 |
| **Subtotal** | **–** | **5.694.771** | **–** | **–** | **–** | **–** | **5.694.771** |
| **Total de créditos tributários diferidos** | **394.277** | **5.791.991** | **74.915** | **121.816** | **141.711** | **–** | **6.524.710** |
| **• Obrigações tributárias:** | | | | | | | |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | – | – | – | (3.805) | – | – | (3.805) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (199.009) | – | – | – | – | – | (199.009) |
| Subtotal | **(199.009)** | **–** | **–** | **(3.805)** | **–** | **–** | **(202.814)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | – | (370) | – | – | – | – | (370) |
| | **–** | **(370)** | **–** | **–** | **–** | **–** | **(370)** |
| **• Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | | | | |
| Perda atuarial – FAMS | (747) | (767) | (778) | (784) | (791) | (32.482) | (36.349) |
| **Subtotal** | **(747)** | **(767)** | **(778)** | **(784)** | **(791)** | **(32.482)** | **(36.349)** |
| **Total de obrigações tributárias diferidas** | **(199.756)** | **(1.137)** | **(778)** | **(4.589)** | **(791)** | **(32.482)** | **(239.533)** |

R$ mil

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Após 2018 | Total |
| **• Créditos tributários:** | | | | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 337.978 | 73.872 | 56.035 | 179.907 | 88.874 | – | 736.666 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 446 | 4.698 | 6.794 | 5.357 | 251.083 | – | 268.378 |
| Provisão para desv. de investimentos | 180.876 | 286.314 | 271.381 | 331.578 | 142.818 | 340 | 1.213.307 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 26.720 | 12.519 | 12.686 | 12.804 | 12.853 | – | 77.582 |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | 1.104 | 10.903 | 4.377 | – | – | – | 16.384 |
| Provisão para desvalorização de bens | 474 | – | – | – | – | – | 474 |
| Amortização de ágio | 2.241 | 2.328 | 2.401 | 12.540 | 2.328 | 6.570 | 28.408 |
| Permuta de títulos e valores mobiliários | 26.994 | 45.254 | 45.254 | 19.337 | – | – | 136.839 |
| Derivativos - Opções | 38.015 | – | – | – | – | – | 38.015 |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 68.134 | – | – | – | – | – | 68.134 |
| Ajuste a valor justo – Instrumentos Financeiros | 7.110 | 7.111 | 65.549 | 397.400 | 23.738 | – | 500.908 |
| **Subtotal** | **690.092** | **442.999** | **464.477** | **958.923** | **521.694** | **6.910** | **3.085.095** |
| **• Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | – | 5.694.772 | 286.079 | 286.079 | 286.078 | – | 6.553.008 |
| **Subtotal** | **–** | **5.694.772** | **286.079** | **286.079** | **286.078** | **–** | **6.553.008** |
| **• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | 390 | 394 | 404 | 402 | 407 | – | 1.997 |
| Subtotal | 390 | 394 | 404 | 402 | 407 | – | 1.997 |
| **Total de créditos tributários diferidos** | **690.482** | **6.138.165** | **750.960** | **1.245.404** | **808.179** | **6.910** | **9.640.100** |
| **• Obrigações Tributárias:** | | | | | | | |
| Amortização de deságios | – | (1.992) | (1.992) | (1.993) | – | – | (5.977) |
| Ajuste de SWAP a valor de mercado | – | – | – | (3.805) | – | – | (3.805) |
| Ajuste de TVM a valor de mercado | (199.010) | – | – | – | – | – | (199.010) |
| Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente | – | – | – | – | – | (70.943) | (70.943) |
| Ajuste a valor de mercado de debêntures - Instrumentos Financeiros | – | – | – | – | – | (387.672) | (387.672) |
| Opções | – | – | – | – | – | (173.101) | (173.101) |
| **Subtotal** | **(199.010)** | **(1.992)** | **(1.992)** | **(5.798)** | **–** | **(631.716)** | **(840.508)** |
| **• Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:** | | | | | | | |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (174.787) | (175.009) | (173.133) | (313.819) | (82.053) | (4.892.862) | (5.811.361) |
| **Subtotal** | **(174.487)** | **(175.009)** | **(173.133)** | **(313.819)** | **(82.053)** | **(4.892.862)** | **(5.811.361)** |
| **• Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:** | | | | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | (933) | (955) | (967) | (977) | (981) | (35.260) | (40.073) |
| **Subtotal** | **(933)** | **(955)** | **(967)** | **(977)** | **(981)** | **(35.260)** | **(40.073)** |
| **Total de obrigações tributárias diferidas** | **(374.428)** | **(177.956)** | **(176.092)** | **(320.594)** | **(83.034)** | **(5.559.838)** | **(6.691.942)** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2013, calculados considerando a taxa média de captação, totaliza R$ 5.697.674 mil (R$ 7.088.918 mil no Consolidado).

O Art. 5º da Resolução nº 3.059/2002, do CMN, obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela instituição. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2013, não foram realizadas baixas desta natureza. O montante de créditos tributários constituídos após a vigência desta Resolução totalizou R$ 753.160 mil (R$ 2.976.656 mil no Consolidado).

## 22. Provisões trabalhistas e cíveis

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

R$ mil

| | 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Processos trabalhistas | 40.872 | 46.952 | 34.381 | 40.471 |
| Processos cíveis | 109.238 | 718.652 | 56.533 | 636.226 |
| Total | **150.110** | **765.604** | **90.914** | **676.697** |
| Curto prazo | 164 | 1.280 | 1.071 | 1.074 |
| Longo prazo | 149.946 | 764.324 | 89.843 | 675.623 |
| Total | **150.110** | **765.604** | **90.914** | **676.697** |

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Processos trabalhistas | | Processos cíveis | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| 2014 | 164 | 1.280 | – | – |
| 2015 | 10.083 | 12.021 | – | – |
| 2016 | 13.186 | 13.931 | 1.794 | 3.406 |
| 2017 | 12.869 | 13.486 | – | – |
| 2018 | 4.395 | 4.395 | 106.680 | 714.482 |
| 2019 | 117 | 117 | 718 | 718 |
| 2020 | 58 | 1.651 | – | – |
| 2021 | – | – | 46 | 46 |
| 2022 | – | 71 | – | – |
| 2023 | – | – | – | – |
| | **40.872** | **46.952** | **109.238** | **718.652** |

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 136 processos judiciais em andamento (155 no consolidado), que se referem, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária e complementação de aposentadoria.

A seguir demonstra-se a movimentação da provisão trabalhista no período:

R$ mil

| | 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | 34.381 | 40.471 | 35.277 | 41.857 |
| Pagamentos | (22.042) | (22.381) | (1.655) | (1.655) |
| Constituições | 38.910 | 43.349 | 759 | 801 |
| Reversões | (10.377) | (14.487) | – | (532) |
| Saldo no final do exercício | **40.872** | **46.952** | **34.381** | **40.471** |

Em 31 de dezembro de 2013, existem 100 (123 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 21.693 mil (R$ 22.081 mil no Consolidado).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 8 (10 no Consolidado) processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND - Programa Nacional de Desestatização, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | 56.533 | 636.226 | 126.582 | 682.805 |
| Pagamentos | – | | – | – |
| Constituições | 54.709 | 95.335 | 13.985 | 37.455 |
| Reversões | (2.004) | (12.909) | (84.034) | (84.034) |
| Saldo no final do exercício | **109.238** | **718.652** | **56.533** | **636.226** |

Em 31 de dezembro de 2013, existem 38 (55 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 63.758 mil (R$ 1.138.979 mil no Consolidado).

## 23. Obrigações de benefícios a empregados

A partir de 1º de janeiro de 2013, o Sistema BNDES passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

Os efeitos dos ajustes da adoção desse pronunciamento, na BNDESPAR e FINAME, foram considerados imateriais pela Administração e consequentemente reconhecidos no exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos líquidos não ajustados em 31 de dezembro de 2012:

R$ mil

| | BNDESPAR | FINAME |
|---|---|---|
| Outros resultados abrangentes de exercícios anteriores | (368.412) | (168.507) |
| Resultado de exercícios anteriores | 4.123 | 3.319 |

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Contas a pagar - FAPES | 555.826 | 719.341 | 584.022 | 757.005 |
| Passivo atuarial - FAPES (CPC 33) | 153.065 | 171.607 | 1.608.264 | 1.608.264 |
| Total FAPES | 708.891 | 890.948 | 2.192.286 | 2.365.269 |
| Passivo atuarial - FAMS | 961.971 | 1.205.522 | 1.439.590 | 1.655.194 |
| | **1.670.862** | **2.096.470** | **3.631.876** | **4.020.463** |
| Curto prazo | | | | |
| FAPES | 30.104 | 40.171 | 28.409 | 37.913 |
| FAMS | 19.760 | 31.206 | 9.030 | 15.607 |
| | 49.864 | 71.377 | 37.439 | 53.520 |
| Longo prazo | | | | |
| FAPES | 678.787 | 850.777 | 2.163.877 | 2.327.356 |
| FAMS | 942.211 | 1.174.316 | 1.430.560 | 1.639.587 |
| | 1.620.998 | 2.025.093 | 3.594.437 | 3.966.943 |
| | **1.670.862** | **2.096.470** | **3.631.876** | **4.020.463** |

### 23.1) Plano de aposentadoria e pensões:

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

(continuação)

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS). É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;
b) complementação de pensão;
c) complementação de auxílio-reclusão;
d) complementação de abono anual (13º salário);
e) complementação de auxílio-doença; e
f) pecúlio por morte.

É administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

1) a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto hoje é de R$ 4.159 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano;

2) a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico;

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O Plano é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC nº 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

a) **Emenda Constitucional nº 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) **Lei Complementar nº 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes, e

c) **Lei Complementar nº 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil.

No que tange à definição do teto de ativo (*asset ceiling*), deverá prevalecer o estabelecido na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas e somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, cuja destinação para os participantes e assistidos e para o patrocinador na forma de suspensão, redução parcial ou integral de contribuições normais está condicionada:

I - relativamente aos participantes e assistidos, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias porventura devidas; e

II - relativamente ao patrocinador, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias e das eventuais dívidas existentes perante o plano de benefícios.

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | |
| | BNDES | Consolidado |
| Valor presente da obrigação atuarial | 7.142.509 | 8.976.850 |
| Valor justo dos ativos do plano | (6.433.618) | (8.085.902) |
| Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos | 708.891 | 890.948 |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado |
| Valor presente da obrigação atuarial | 8.872.685 | 11.214.173 |
| Valor justo dos ativos do plano | (6.680.399) | (8.443.346) |
| Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos | 2.192.286 | 2.770.827 |
| Passivo atuarial adicional BNDESPAR | – | (295.600)[1] |
| Passivo atuarial adicional FINAME | – | (109.958)[1] |
| Passivo atuarial total | **2.192.286** | **2.365.269** |

Nota: [1] O montante de R$ 405.558 mil, refere-se aos valores do passivo atuarial da BNDESPAR e FINAME, que foram considerados imateriais pela Administração e , portanto, contabilizados somente em 2013.

**Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional**

O passivo adicional se refere a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Contratos de 2002 (a) | 466.124 | 595.714 | 478.071 | 610.982 |
| Contratos de 2004 (b) | 89.702 | 123.627 | 105.951 | 146.023 |
| Total | **555.826** | **719.341** | **584.022** | **757.005** |

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Valor presente no início do exercício | 8.872.685 | 11.214.173 | 6.370.888 | 8.127.695 |
| Custo do serviço corrente | 241.399 | 253.799 | 133.932 | 144.726 |
| Custo de juros | 752.597 | 950.824 | 636.844 | 812.502 |
| Contribuição dos participantes do plano | 57.416 | 61.189 | 46.154 | 50.543 |
| Benefícios pagos | (453.466) | (582.084) | (369.940) | (471.057) |
| Perdas (ganhos) atuariais | (2.328.122) | (2.921.051) | 2.054.807 | 2.549.764 |
| Mudança de premissas (cresc salarial) | (5.161) | (4.826) | 7.705 | 7.837 |
| Mudança de premissas (taxa de desconto) | (2.792.391) | (3.371.658) | 1.630.919 | 2.007.755 |
| Ajuste de experiência | 469.430 | 455.433 | 416.183 | 534.172 |
| Valor presente no fim do exercício | **7.142.509** | **8.976.850** | **8.872.685** | **11.214.173** |

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Valor justo no início do exercício | 6.680.399 | 8.443.346 | 5.554.028 | 7.085.581 |
| Retorno dos ativos do plano | 581.410 | 730.884 | 566.823 | 721.368 |
| Custo do serviço corrente Ganhos (perdas) | (573.530) | (739.018) | 760.878 | 907.081 |
| Contribuições recebidas do empregador | 141.389 | 171.585 | 122.456 | 149.830 |
| Contribuições recebidas dos participantes | 57.416 | 61.189 | 46.154 | 50.543 |
| Benefícios pagos | (453.466) | (582.084) | (369.940) | (471.057) |
| Valor justo no fim do exercício | **6.433.618** | **8.085.902** | **6.680.399** | **8.443.346** |

Os ativos do plano de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

R$ mil

| | BNDES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | | | | | |
| | 2013 | | | | 2012 | | | |
| Ativos por categoria | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ações | | | | | | | | |
| Companhias abertas | – | – | 2.361 | 2.361 | – | – | 7.814 | 7.814 |
| Fundos de investimento | | | | | | | | |
| Renda fixa | 1 | – | – | 1 | 1 | – | – | 1 |
| Ações | 569.856 | – | – | 569.856 | 448.102 | – | – | 448.102 |
| Multimercado | 4.680.761 | – | – | 4.680.761 | 5.283.073 | – | – | 5.283.073 |
| Empresas emergentes | – | 14.790 | – | 14.790 | – | 17.043 | – | 17.043 |
| Participações | – | 225.512 | – | 225.512 | – | 205.868 | – | 205.868 |
| Imóveis | | | | | | | | |
| Locados a terceiros | – | 629.497 | – | 629.497 | – | 431.339 | – | 431.339 |
| Locados aos patrocinadores | – | 45.732 | – | 45.732 | – | 27.937 | – | 27.937 |
| Empréstimos e financiamentos | – | – | 230.390 | 230.390 | – | – | 234.598 | 234.598 |
| Subtotal | 5.250.618 | 915.531 | 232.751 | 6.398.900 | 5.731.176 | 682.187 | 242.412 | 6.655.775 |
| Outros ativos não avaliados a valor justo | | | | 34.718 | | | | 24.624 |
| Total | | | | **6.433.618** | | | | **6.680.399** |

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 25.271 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 18.194 mil em 31 de dezembro de 2012)

R$ mil

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | | | | | |
| | 2013 | | | | 2012 | | | |
| Ativos por categoria | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ações | | | | | | | | |
| Companhias abertas | – | – | 2.967 | 2.967 | – | – | 9.877 | 9.877 |
| Fundos de investimento | | | | | | | | |
| Renda fixa | 1 | – | – | 1 | 1 | – | – | 1 |
| Ações | 716.207 | – | – | 716.207 | 566.355 | – | – | 566.355 |
| Multimercado | 5.882.875 | – | – | 5.882.875 | 6.677.267 | – | – | 6.677.267 |
| Empresas emergentes | – | 18.589 | – | 18.589 | – | 21.541 | – | 21.541 |
| Participações | – | 283.428 | – | 283.428 | – | 260.197 | – | 260.197 |
| Imóveis | | | | | | | | |
| Locados a terceiros | – | 791.165 | – | 791.165 | – | 545.168 | – | 545.168 |
| Locados aos patrocinadores | – | 57.477 | – | 57.477 | – | 35.309 | – | 35.309 |
| Empréstimos e financiamentos | – | – | 289.558 | 289.558 | – | – | 296.508 | 296.508 |
| Subtotal | 6.599.083 | 1.150.659 | 292.525 | 8.042.267 | 7.243.623 | 862.215 | 306.385 | 8.412.223 |
| Outros ativos não avaliados a valor justo | | | | 43.635 | | | | 31.123 |
| Total | | | | **8.085.902** | | | | **8.443.346** |

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 31.761 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 22.995 mil em 31 de dezembro de 2012).

O BNDES espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 147.752 mil (R$ 179.307 mil para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,45 anos em 31 de dezembro de 2013 (17,15 anos em 31 de dezembro de 2012).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| Despesa líquida no exercício: | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Custo do serviço corrente | 241.399 | 253.799 | 133.932 | 144.726 |
| Custo dos juros da obrigação | 752.597 | 950.825 | 636.844 | 812.502 |
| Retorno dos ativos do plano | (581.410) | (730.884) | (566.823) | (721.368) |
| Total | **412.586** | **473.740** | **203.953** | **235.860** |

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo do início do exercício | 1.543.967 | 1.949.155 | 250.038 | 306.472 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação | (2.328.122) | (2.921.051) | 2.054.807 | 2.549.764 |
| Custo do serviço corrente Ganhos (perdas) | 573.530 | 739.018 | (760.878) | (907.081) |
| Saldo no final do exercício | **(210.625)** | **(232.878)** | **1.543.967** | **1.949.155** |

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data base em 31 de dezembro de 2013 para os próximos três anos:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | |
| | BNDES | Consolidado |
| 31/12/2014 | 473.872 | 608.278 |
| 31/12/2015 | 495.196 | 635.650 |
| 31/12/2016 | 517.480 | 664.255 |

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (acréscimo de 1% na taxa vigente) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

| | | Acréscimo no passivo atuarial | |
|---|---|---|---|
| Premissas | Variação | BNDES | Consolidado |
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 13% | 12,5% |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 1,2% | 1,2% |
| Taxa de crescimento salarial | Acréscimo de 1% | 0,3% | 0,2% |

## 23.2) Plano de assistência médica

O Sistema BNDES patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/1998 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos do Sistema para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo Sistema com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O Plano de Assistência Médica (PAS) é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde - RÃS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2013, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Valor presente das obrigações não fundeadas | 961.971 | 1.205.522 | 1.439.590 | 1.779.113 |
| Passivo atuarial - FAMS CPC 33 BNDESPAR | – | – | – | (68.690)[1] |
| Passivo atuarial - FAMS CPC 33 FINAME | – | – | – | (55.229)[1] |
| Passivo atuarial total | **961.971** | **1.205.522** | **1.439.590** | **1.655.194** |

Nota: [1] O valor de R$ 123.919 mil refere-se aos ajustes da BNDESPAR e FINAME, que foram considerados imateriais pela Administração e, portanto, contabilizados somente em 2013.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo no início do exercício | 1.439.590 | 1.779.113 | 992.723 | 1.246.200 |
| Custo do serviço corrente | 107.169 | 110.956 | 60.834 | 63.962 |
| Custo de juros | 123.734 | 152.819 | 100.495 | 126.116 |
| (Ganhos/) Perdas atuariais | (677.267) | (796.462) | 311.913 | 376.725 |
| Benefícios pagos | (31.255) | (40.904) | (26.375) | (33.890) |
| Saldo no final do exercício | **961.971** | **1.205.522** | **1.439.590** | **1.779.113** |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| Despesa líquida no exercício: | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Custo do serviço corrente | 107.169 | 110.956 | 60.834 | 63.962 |
| Custo dos juros | 123.734 | 152.819 | 100.495 | 126.116 |
| Total | **230.903** | **263.775** | **161.329** | **190.078** |

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Saldo do início do exercício | 586.394 | 718.126 | 274.481 | 341.401 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação | (677.267) | (796.462) | 311.913 | 376.725 |
| Saldo no final do exercício | **(90.873)** | **(78.336)** | **586.394** | **718.126** |

O BNDES espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 34.375 mil (R$ 44.985 mil no Consolidado) .

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

| | | Acréscimo no passivo atuarial | |
|---|---|---|---|
| Premissas | Variação | BNDES | Consolidado |
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 18,5 % | 17,5 % |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 3,0 % | 3,0 % |
| Custos médicos | Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos | 18,5 % | 17,5 % |

## 23.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

| | Em 31 de dezembro de 2013 | Em 31 de dezembro de 2012 |
|---|---|---|
| Benefícios considerados | Todos os benefícios regulamentares | Todos os benefícios regulamentares |
| Método de avaliação atuarial | Crédito Unitário Projetado | Crédito Unitário Projetado |
| Tábua de mortalidade de válidos | AT 2000 | AT 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT 49 agravada em 100% | AT 49 agravada em 100% |
| Invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Taxa real de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 3,1098% a.a. | 3,1098%a.a. |
| Grupo Apoio | 2,5394% a.a. | 2,5394%a.a. |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 7,843% a.a. | 7,843% a.a. |
| Grupo Apoio | 7,302% a.a. | 7,302% a.a. |
| Taxa de desconto nominal | 11,34% a.a. | 8,687% a.a. |
| Taxa de inflação | 4,5% a.a. | 4,5% a.a. |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar | 11,34% a.a. | 8,687% a.a. |
| Taxa real de tendência dos custos médicos | 5% a.a. | 5% a.a. |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## 24. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Vale-transporte | 132 | 174 | 37 | 70 |
| Vale-refeição | 29.020 | 38.184 | 12.958 | 24.450 |
| Assistência Educacional | 9.535 | 12.546 | 2.863 | 5.402 |
| Total | **38.687** | **50.904** | **15.858** | **29.922** |

## 25. Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Conforme a Lei nº 9.491/1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.201/1997 e pelo Contrato de Transferência de Ações, Assunção de Dívidas e Pactos Adicionais, foram transferidas ao BNDES ações da CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, de propriedade da União (94.953.982 ações ordinárias nominativas e 4.372.154 ações preferenciais nominativas). Parte destas ações foi alienada no âmbito do processo de desestatização da CVRD, nos leilões realizados em maio de 1997.

Em contrapartida dos recursos recebidos, o BNDES obrigou-se a, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministério da Fazenda:

a) assumir dívidas, caracterizadas e novadas, da União relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); e

b) transferir à União debêntures da BNDESPAR, de sua propriedade, com o mesmo perfil (datas de pagamento e condições financeiras) das dívidas da União junto ao FCVS.

Em 29 de dezembro de 2000, foi formalizada a assunção da dívida, no montante de R$ 2.593.470 mil (valor originalmente recebido, atualizado pela variação da TR acrescida de 6,17% ao ano) correspondente a 1.608.084 títulos CVSA970101, a serem pagos nas seguintes condições:

| | |
|---|---|
| Carência para pagamento de juros: | 4 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2005 |
| Carência para pagamento de principal: | 8 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2009 |
| Prazo remanescente: | 27 anos a contar de 01.12.2000, com último pagamento de principal e encargos em 01.01.2027 |
| Taxa de juros: | Taxa Referencial (TR) + 6,17 % a.a. |

Em março de 2002, por meio de oferta pública, o BNDES alienou no mercado interno e externo 39.389.193 ações ordinárias de emissão da Cia Vale do Rio Doce - CVRD, pelo valor de R$ 2.218.339 mil, sendo a liquidação financeira concluída em abril de 2002. O referido montante também foi objeto de assunção de dívida junto a União, relativa ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com atualização pela variação da TR e juros de 6,17% ao ano. Em dezembro de 2005, foi alienado, em leilão conjunto com participações minoritárias, o restante das ações transferidas pela União, pelo valor de R$ 1.516 mil, cuja liquidação financeira foi concluída em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, o BNDES e a União celebraram Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R$ 5.293.537 mil, correspondente à parcela dos contratos acima mencionados, com a finalidade de alterar o perfil do endividamento do BNDES e elevar seu Patrimônio de Referência (PR), alterando suas condições para adequá-las às características de um instrumento híbrido de capital e dívida, conforme estabelecido na Resolução nº 2.837, de 30 de maio de 2001, do CMN, nos termos da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006.

Em 31 de dezembro de 2013, esses contratos apresentavam os seguintes saldos:

- Instrumento Híbrido de Capital e Dívida: R$ 8.185.300 mil, registrado em Outras Obrigações;
- Contrato de Assunção de Dívidas: R$ 1.172.928 mil, registrados na rubrica de Repasses no País - Tesouro Nacional.

Em 2009, foi celebrado, sob amparo da Lei nº 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União. No mesmo ano, através do Ofício nº 2408/PGFN/CAF, a União e o BNDES resolveram desmembrar da dívida do Contrato nº 477/PGFN/CAF o valor de R$ 6.000.000 mil visando seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida.

Em novembro de 2009, o BACEN considerou a captação elegível como Capital de Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no Capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida.

Em maio de 2012, o BNDES e a União celebraram o Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, alterando suas características contratuais tornando-as elegíveis a integrar o Capital de Nível I do Patrimônio de Referência, conforme os requisitos previstos na Resolução n° 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, do CMN. Em julho de 2012, por meio do Ofício 06837/2012 - BCB/DEORF/COFI, o BACEN considerou o referido instrumento antes considerado Capital de Nível II como elegível a Capital de Nível I.

Dessa maneira, o montante dos instrumentos híbridos de capital e dívida apresentados no passivo, em 31 de dezembro de 2013, tem a seguinte composição:

R$ mil

| | | BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|---|
| Moeda | Nº do contrato (STN) | 2013 | 2012 |
| IPCA | 06.167.101/020 | 8.185.300 | 7.607.755 |
| SELIC | 09.197.061/013 | 6.492.694 | 6.507.774 |
| Total | | **14.677.994** | **14.115.529** |

Em junho de 2013, foi promulgada a Medida Provisória nº 618/2013, que autorizou a concessão de crédito da União ao BNDES no montante de até R$ 15.000.000 mil. Ainda em junho, essa captação ocorreu mediante títulos da dívida pública interna. Em 1º de agosto, o BACEN considerou essa captação como elegível a Capital Principal e, com isso, esse instrumento passou a ser tratado como parte do Patrimônio de Referência.

Para fins de Patrimônio de Referência, os valores dos instrumentos híbridos de capital e dívida apresentados no passivo, no montante de R$ 12.028.055 mil, foram classificados como capital complementar (nível I do PR) por terem sido autorizados com base em normas anteriores a Resolução do CMN nº 4.192/2013.

## 26. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social subscrito do BNDES está representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Instrumento elegível ao capital principal

Em 28 de junho de 2013, sob amparo da Medida Provisória nº 618/2013, foi celebrado um contrato de financiamento entre o BNDES e a União, em que a última concede ao BNDES, créditos no valor de R$ 15.000.000 mil, mediante emissão de títulos da dívida pública federal interna. Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderão ser realizados apenas pelo BNDES, condicionado a prévia autorização do BACEN.

Em 1º de agosto de 2013 o BACEN considerou o montante do referido contrato como elegível ao capital principal, na forma da Resolução do CMN nº 4.192/2013, a partir de 30 de junho de 2013, respeitando-se os parâmetros dispostos no art. 16, § 3º da norma mencionada. Desta forma para fins de divulgação das demonstrações financeiras o instrumento mencionado foi apresentado como patrimônio líquido.

Destinação do Resultado

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 (1) |
| Resultado do exercício | 8.150.268 | 8.183.496 |
| Ajustes de exercícios anteriores | (57.611) | – |
| Valores destinados | 8.092.657 | 8.183.496 |
| Destinações | | |
| Reserva legal - 5% (2) | 404.633 | 409.174 |
| Reserva de incentivos fiscais | 58.515 | 27.604 |
| Remuneração ao acionista | 3.807.778 | 4.552.829 |
| Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% (3) | 1.907.377 | 1.936.680 |
| Remuneração ao acionista complementar | 1.900.401 | 2.616.149 |
| Reserva para futuro aumento de capital | 1.144.426 | 1.162.008 |
| Reserva para margem operacional | 2.677.305 | 2.031.881 |

(1) O resultado do exercício e suas destinações em 2012 não contemplam os ajustes do CPC 33 (R1), conforme Nota 4.11.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

| | | |
|---|---|---|
| Remuneração ao acionista proposta | 3.807.778 | 4.552.829 |
| Dividendos | 2.054.462 | 2.579.604 |
| Juros sobre o capital próprio | 1.753.316 | 1.973.225 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Reservas de Lucros

A partir de 2008, o estatuto social do BNDES passou a contemplar a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Margem Operacional e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar a formação de patrimônio líquido compatível com a expectativa de crescimento dos ativos do BNDES e é constituída no percentual de 15% do lucro líquido ajustado, com saldo limitado a 30% do Capital Social. Em 2013, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 1.144.426 mil (R$ 1.162.008 mil em 2012).

A Reserva para Margem Operacional tem a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do BNDES e é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, até o limite de 50% do Capital Social. Em 2013, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 2.677.305 mil (R$ 2.031.881 mil em 2012).

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei nº 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros - de incentivos fiscais. Em 2013, para esta reserva o BNDES constituiu R$ 58.515 mil (R$ 27.604 mil em 2012).

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

R$ mil

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Ajuste - acumulado de conversão - reflexo de coligada | (64.810) | (177.777) |
| Ajuste - outros resultados abrangentes - reflexo de coligada | 369.305 | 707.186 |
| Ajuste - outros resultados abrangentes - próprios | 265.149 | (2.118.551) |
| Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda | 2.582.713 | 10.257.251 |
| De títulos próprios (1) | (7.059.116) | (3.021.563) |
| De ativos de empresa controlada (BNDESPAR) (1) | 9.641.829 | 13.278.814 |
| Total | **3.152.357** | **8.668.109** |

(1) A Resolução nº 4.175 do Conselho Monetário Nacional, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2012, estabelece que o ajuste a valor de mercado das ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial" incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência. Consequentemente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram apuradas perdas de caráter permanente no montante de R$ 2.380.026 mil, líquido dos efeitos tributários, sendo R$ 906.284 mil de títulos próprios e R$ 1.473.742 de ativos da controlada BNDESPAR, as quais estão mantidas na conta de "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido em atendimento ao estabelecido pela Resolução acima mencionada.

Pagamento de dividendos

Em 2013 e 2012, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

R$ mil

| | | 2013 | | |
|---|---|---|---|---|
| Natureza | Ano-Base | Valor Declarado - R$ mil | Valor Pago (*) - R$ mil | Meio de pagamento |
| Dividendo complementar declarado em 2013 | 2012 | 3.193.889 | 3.293.308 | Dinheiro |
| Dividendos intermediários 2013 | 2013 | 2.054.462 | 1.997.576 | Dinheiro |
| Antecipação JSCP 2013 | 2013 | 1.753.316 | 1.707.777 | Dinheiro |
| **Total declarado em 2013** | | **7.001.667** | **6.998.661** | |

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

R$ mil

| | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|
| Natureza | Ano-Base | Valor Declarado - R$ mil | Valor Pago (*) - R$ mil | Meio de pagamento |
| JSCP_ declarado em 2011 | 2011 | 84.027 | 85.412 | Dinheiro |
| **Total declarado em 2011** | | **84.027** | **85.412** | |
| JSCP_ declarado em 2012 | 2011 | 97.371 | 98.976 | Dinheiro |
| Dividendo complementar declarado em 2012 | 2011 | 7.751.367 | 8.244.015 | Dinheiro e Títulos Públicos |
| Antecipação JSCP 2012 | 2012 | 1.973.225 | 1.951.794 | Dinheiro e Títulos Públicos |
| Dividendos intermediários 2012 | 2012 | 2.579.604 | 2.557.568 | Títulos Públicos |
| **Total declarado em 2012** | | **12.401.567** | **12.852.353** | |
| **Total** | | **12.485.594** | **12.937.765** | |

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento

## 27. Partes Relacionadas

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico nº 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução nº 3.750/2009 do CMN.

27.1) Transações com controladas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | | 2012 | | |
| | Finame | Bndespar | Total | Finame | Bndespar | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Operações de repasses | | | | | | |
| Moeda nacional | 146.935.420 | 28.331 | 146.963.751 | 115.225.005 | 387.295 | 115.612.300 |
| Moeda estrangeira | 7.395.261 | 5.377 | 7.400.638 | 6.470.442 | 23.308 | 6.493.750 |
| | 154.330.681 | 33.708 | 154.364.389 | 121.695.447 | 410.603 | 122.106.050 |
| Dividendos a receber | 362.267 | 361.836 | 724.103 | 181.955 | 100.640 | 282.595 |
| Passivo | | | | | | |
| Obrigações por repasses | | | | | | |
| Moeda nacional | – | – | – | – | 92.425 | 92.425 |

R$ mil

| | 2º semestre de 2013 | | | Em 31 de dezembro | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2013 | | | 2012 | | |
| Receitas: | Finame | Bndespar | Total | Finame | Bndespar | Total | Finame | Bndespar | Total |
| Operações de repasses | | | | | | | | | |
| Moeda nacional | 2.909.737 | 3.380 | 2.913.117 | 5.391.219 | 13.559 | 5.404.778 | 4.876.743 | 553.218 | 5.429.961 |
| Moeda estrangeira | 545.961 | 2.828 | 548.789 | 1.240.694 | 5.679 | 1.246.373 | 776.109 | 6.601 | 782.710 |
| | 3.455.698 | 6.208 | 3.461.906 | 6.631.913 | 19.238 | 6.651.151 | 5.652.852 | 559.819 | 6.212.671 |
| Despesas: | | | | | | | | | |
| Operações de repasses | | | | | | | | | |
| Moeda nacional | – | (2.958) | (2.958) | – | (5.690) | (5.690) | (82) | (5.493) | (5.575) |

(continuação)

27.2) Transações com o Tesouro Nacional - acionista único do BNDES

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições conforme referência às notas explicativas em cada grupo de contas:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | BNDES | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | |
| Títulos públicos federais (Nota 7) | | 60.946.953 | 61.524.657 |
| Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 9.2) | | 6.472.410 | 5.617.536 |
| Passivo | | | |
| Operações de repasses (Nota 16.1) | | 395.774.811 | 358.795.809 |
| Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 25) | | 14.677.994 | 14.115.529 |
| Outras obrigações com STN (Nota 19) | | 12.720 | 9.104 |
| | 2º semestre | | |
| Resultado: | de 2013 | | |
| Resultado com títulos públicos federais | 5.153.784 | 7.501.801 | 10.251.176 |
| Receitas com outros créditos - equalização | 899.928 | 1.754.517 | 313.086 |
| Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida | (12.932.434) | (25.625.006) | (23.336.559) |
| Despesas com outras obrigações - equalização | (6.464) | (19.805) | (9.272) |

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | Consolidado | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | |
| Títulos públicos federais (Nota 7) | | 60.946.953 | 61.524.657 |
| Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 9.2) | | 17.482.277 | 12.117.321 |
| Passivo | | | |
| Operações de repasses (Nota 16.1) | | 398.484.669 | 361.926.086 |
| Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 25) | | 14.677.994 | 14.115.529 |
| Outras obrigações com STN (Nota 19) | | 150.864 | 65.701 |
| | 2º semestre | | |
| Resultado: | de 2012 | | |
| Resultado com títulos públicos federais | 5.192.075 | 7.540.092 | 10.251.176 |
| Receitas com outros créditos - equalização | 3.610.789 | 6.297.595 | 3.107.617 |
| Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida | (13.059.864) | (25.858.540) | (23.581.987) |
| Despesas com outras obrigações - equalização | (50.427) | (112.159) | (53.033) |

27.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante - FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | BNDES | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| **Ativos** | | | | |
| Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber | 132.000.101 | 121.155.177 | 173.589.586 | 146.836.899 |
| Provisão para risco de crédito | (102.777) | (56.614) | (104.456) | (58.026) |
| **Passivos** | | | | |
| Depósitos e Repasses | 235.375.740 | 217.389.924 | 235.398.551 | 217.389.924 |

27.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 23:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | BNDES | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | | 2013 | 2012 |
| **Passivo** | | | |
| Contas a pagar - FAPES - Previdência | | 708.891 | 584.022 |
| Passivo atuarial - FAMS - Assistência | | 961.971 | 860.039 |

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | Consolidado | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | | 2013 | 2012 |
| **Passivo** | | | |
| Contas a pagar - FAPES - Previdência | | 890.948 | 757.005 |
| Passivo atuarial - FAMS - Assistência | | 1.205.522 | 1.075.643 |

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | BNDES | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 |
| **Despesas** | | | |
| Plano de Previdência | 187.894 | 340.804 | 80.258 |
| Plano de Assistência | 100.699 | 199.649 | 141.797 |

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | Consolidado | | |
| | | Em 31 de dezembro | |
| | 2º semestre de 2013 | 2013 | 2012 |
| **Despesas** | | | |
| Plano de Previdência | 217.521 | 393.952 | 106.645 |
| Plano de Assistência | 111.775 | 215.060 | 167.952 |

27.5) Transações com coligadas

O BNDES por meio de sua subsidiária BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 13.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | BNDES | |
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| **Ativos** | | |
| Direitos recebíveis | 2.460.574 | 2.177.700 |
| Provisão | (17.314) | (19.729) |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Consolidado | |
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| **Ativos** | | |
| Direitos recebíveis | 2.460.574 | 2.177.700 |
| Provisão | (17.314) | (19.729) |
| Dividendos a receber de coligadas | 6.811 | 110.730 |

27.6) Remuneração de empregados e dirigentes

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da gestão - diretores, membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria e Conselhos Fiscais. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do BACEN.

O Sistema BNDES também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro das empresas do Sistema BNDES.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão do Sistema BNDES são apresentados como segue:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Benefícios de curto prazo: | | | | |
| Salários e encargos | 9.182 | 10.357 | 7.932 | 8.996 |

(continuação)

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | | | 2012 | | | |
| | BNDES | | Consolidado | | BNDES | | Consolidado | |
| | Administração | Empregados | Administração | Empregados | Administração | Empregados | Administração | Empregados |
| Maior Salário (*) | 57,95 | 62,54 | 57,95 | 62,54 | 57,95 | 54,59 | 57,95 | 54,59 |
| Menor Salário (*) | 6,45 | 2,16 | 5,79 | 2,16 | 6,00 | 1,92 | 5,39 | 1,92 |
| Salário (*) Médio | 28,26 | 16,46 | 18,78 | 16,82 | 25,96 | 14,96 | 17,22 | 15,44 |

(*) remuneração mensal

## 28. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da (despesa) / receita com provisão para risco de crédito:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2º semestre de 2013 | | 2013 | | 2012 | |
| | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado | BNDES | Consolidado |
| Reversão (constituição) líquida sobre: | | | | | | |
| Operações de crédito | (374.468) | 324.888 | (590.428) | 208.507 | (454.124) | (379.399) |
| Operações de repasses interfinanceiros | (50.380) | (104.737) | (68.972) | (143.339) | (26.839) | (93.015) |
| Debêntures | 3.018 | (12.978) | 2.403 | 8.756 | (7.517) | (9.437) |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | – | 947 | – | (916) | – | (31.899) |
| Direitos recebíveis | 131 | (1.309) | 356 | 1.208 | (902) | 14.083 |
| Recuperação de créditos baixados do ativo | 411.777 | 487.137 | 598.846 | 695.120 | 83.461 | 169.372 |
| Receita (despesa) líquida apropriada | **(9.922)** | **693.948** | **(57.795)** | **769.336** | **(405.921)** | **(330.295)** |

## 29. Outras informações

### 29.1) Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

### 29.2) Contragarantias prestadas

O BNDES concedeu em contragarantia ao Tesouro Nacional por conta de aval e empréstimos captados no exterior, o montante equivalente a US$ 600 milhões, com caução de 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais), e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias) de propriedade de sua controlada integral BNDES Participações S.A. - BNDESPAR. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

### 29.3) Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES n.º 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES, eram de:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| Doações recebidas (*) | 1.463.068 | 90.885 |
| Aplicação em operações não reembolsáveis | 222.955 | 142.052 |
| Ressarcimento de despesas administrativas | 51.097 | 4.765 |

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis

**Fundo de Garantia à Exportação - FGE**

Através da Lei n.º 9.818/1999, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2013, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 28.853.110 mil.

**Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade - FGPC**

O Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade - FGPC, instituído pela Lei n.º 9.531/1997, regulamentado pelo Decreto n.º 3.113/1999, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e gerido pelo BNDES. Tem por finalidade prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela FINAME, diretamente ou por intermédio de instituições repassadoras, a microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, ou de montagem e de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Em 31 de dezembro de 2013, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 29.036 mil.

**Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD**

O Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD, criado em 17 de dezembro de 1997 através da Resolução - BNDES n.º 918, é um fundo de natureza contábil destinado a prestar colaboração financeira, em projetos de desenvolvimento regional e social, a municípios situados nas áreas geográficas de influência da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. O patrimônio inicial foi de R$ 85.900 mil, oriundo de doação realizada nos termos da Resolução CND n.º 02/1997 (Conselho Nacional de Desestatização). Em 2012, foram realizadas liberações que totalizaram R$ 6.289 mil. Até dezembro de 2013, foram realizadas liberações que totalizaram R$ 721 mil.

**Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Fundo da Terra**

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar n.º 93/1998, regulamentado pelo Decreto n.º 3.475/2000, é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo o BNDES como gestor financeiro.

### 29.4) Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos do BNDES é responsável por:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;
c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

Cabe destacar que, com o intuito de atender à Resolução CMN n.º 3.988/11, o BNDES dispõe de estrutura organizacional de gerenciamento de capital, que engloba as seguintes unidades da instituição: Área de Gestão de Riscos, responsável pela elaboração e encaminhamento ao Comitê de Gestão de Riscos do relatório ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*); Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; Área de Planejamento, responsável por elaborar proposta de orçamento plurianual do BNDES; Secretaria de Validação, que elabora o relatório de validação independente do ICAAP; e a Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital da instituição.

Os relatórios trimestrais de gestão de riscos do BNDES, que não fazem parte das demonstrações financeiras, estão disponíveis para acesso público em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Gestao_Riscos/index.html

*Alterações regulatórias introduzidas por Basileia III*

A partir de outubro de 2013, iniciou-se o processo de implantação no Brasil das novas recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecidas como Basileia III. Os novos normativos emanados pelo regulador brasileiro trouxeram diversas mudanças, entre as quais se destacam:

- Alteração na metodologia de apuração do PR, que passou a incluir uma nova categorização, desmembrando o capital de Nível I em Capital Principal e Capital Complementar, nos termos da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que revogou a Resolução CMN n.º 3.444/07.

- Mudanças na forma de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) - agora denominado de *Risk Weighted Assets* (RWA), nos termos da Resolução CMN n.º 4.193/13 - o que inclui refinamentos na parcela de risco de crédito e a mudança de escala (divisão por fator igual a 0,11) nas parcelas de risco de mercado, crédito e operacional para alinhamento com o padrão internacional. O quadro abaixo mostra o comparativo entre os conceitos de Basileia II (PRE) e Basileia III (RWA):

| | **PRE** | **RWA** |
|---|---|---|
| | = | = |
| **Risco de crédito** | PEPR | $RWA_{CPAD}$ |
| | + | + |
| **Risco de mercado** | PCAM | $RWA_{CAM}$ |
| | PJUR | $RWA_{JUR}$ |
| | PCAS | $RWA_{ACS}$ |
| | PCOM | $RWA_{COM}$ |
| | + | + |
| **Risco operacional** | POPR | $RWA_{OPAD}$ |

- Estabelecimento dos chamados "requerimentos mínimos de capital", nos termos da Resolução CMN n.º 4.193/13, que são apurados mensalmente e correspondem a percentuais mínimos que cada instituição deve manter em relação ao RWA: (i) Requerimento Mínimo de PR, que estabelece uma relação mínima entre o PR e o RWA, cujo valor será gradativamente reduzido de 11%, até 2015, para 8%, a partir de 2019; (ii) Requerimento Mínimo de Capital Principal, segundo o qual o Capital Principal deve ser igual, no mínimo, a 4,5% do RWA; e (iii) Requerimento Mínimo de Capital de Nível I, que estabelece uma relação mínima de 5,5% entre o capital de Nível I e o RWA até dezembro de 2014, e de 6% a partir de 2015.

- Em contrapartida à redução gradativa do Requerimento Mínimo de PR, será introduzido, também de forma gradual, o denominado Adicional de Capital Principal, conforme artigo 8º da Resolução CMN n.º 4.193/13, que elevará: (i) o Requerimento Mínimo de PR para um patamar entre 10,5% e 13,0% a partir de 2019, e (ii) o Requerimento Mínimo de Capital Principal para um intervalo entre 7% e 9,5%, a partir da mesma data.

As mudanças introduzidas pelos novos normativos relacionados à implantação de Basileia III dificultam a comparação das informações entre as posições de 31/12/2013 e 31/12/2012. Para mais informações ver Seção "30.5. Gestão de capital".

**• Controles Internos**

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os seguintes objetivos sejam atingidos:

✓ conformidade: execução das atividades de acordo com as normas internas e externas que as regulam;
✓ desempenho: eficiência e eficácia dos processos, sem custos excessivos e com proteção dos ativos;
✓ informação: disponibilização de informações confiáveis, precisas e tempestivas para suporte à tomada de decisão.

A gestão de controles internos no BNDES, que compreende o planejamento, a aplicação, a avaliação e o aprimoramento dos controles internos, baseia-se em princípios e diretrizes definidos pela Política Corporativa de Controles Internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.554/98.

Neste contexto, os principais processos da organização são analisados por meio de atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos e de avaliações de controles internos, de modo a identificar oportunidades de aprimoramento. As conclusões dos trabalhos realizados são discutidas com as Unidades avaliadas e submetidas ao Comitê de Gestão de Riscos, por meio do Subcomitê de Gestão de Risco Operacional e Controles Internos, e o cumprimento das recomendações resultantes é continuamente acompanhado. Os resultados dos trabalhos, bem como os principais eventos e atividades relacionados a controles internos, são objeto de relatórios semestrais, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e disponibilizados para todos os funcionários.

De forma complementar, a disseminação da cultura de controles internos é uma atividade permanente, que visa esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância de sua participação para o fortalecimento do ambiente de controle. Os canais, os meios e a periodicidade das ações de disseminação são definidos em um Plano de Comunicação, revisado periodicamente.

**• Risco Operacional**

O risco operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no BNDES e em suas subsidiárias.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na Instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno, na intranet.

*Mensuração do Risco Operacional*

No que se refere ao capital regulamentar, em 2013 a Circular BACEN n.º 3.640 estabeleceu novos procedimentos para o cálculo do capital exigido para a cobertura do risco operacional (antiga POPR), com destaque para a divisão por um fator igual a 0,11 e a exclusão de fórmula adicional para consolidados econômico-financeiros.

No BNDES, a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional ($RWA_{OPAD}$) é realizada por meio da Abordagem do Indicador Básico. Essa parcela é apurada semestralmente, com base nos dados contábeis, e informada ao BACEN. Em dezembro de 2013, a parcela $RWA_{OPAD}$ do BNDES foi igual a R$ 11.036 milhões.

**• Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

*Mensuração do Risco de Mercado*

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis consistentes com o padrão desejável a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de crédito realizadas pela instituição, suas captações, ações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, de índice de preços, de ações e de câmbio.

O BNDES possui baixa propensão ao risco de mercado. Esta se manifesta através do estabelecimento de limites e de práticas de gestão que minimizam a existência de descasamentos persistentes entre ativos e passivos. Como parte da gestão do risco de mercado, o BNDES utiliza a metodologia regulamentar de VaR Paramétrico para risco de taxas de juros pré fixadas, e de *Maturity Ladder* para aferir os riscos de cupom cambial, cupons de índice de preços e de cupons de taxa de juros, conforme estabelecem os normativos do BACEN. Já a mensuração do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é realizada a partir da metodologia *Net Interest Income* (NII), obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular Bacen n.º 3.365/2007 e suas alterações posteriores. A RBAN não constitui parcela do requerimento mínimo de capital, mas é utilizada no cômputo da margem do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao nível mínimo de capital requerido. Os testes de estresse utilizados na RBAN são os regulamentares.

Em outubro de 2013, entrou em vigor um conjunto de circulares e resoluções relativas à Basileia III. No que tange às parcelas de risco de mercado, a mudança se concentrou na divisão das mesmas por um fator F, igual a 11%, não sendo observadas outras alterações que impactasse os cálculos gerados pelo modelo padrão utilizado pelo BNDES. Dessa forma, apenas para fins de comparação, na tabela abaixo os números das parcelas de risco de mercado informados em 31/12/2012 foram divididos pelo mencionado fator F.

R$ milhões

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (*) |
|---|---|---|
| **Detalhamento $RWA_{MPAD}$** | | |
| $RWA_{JUR1}$ | 7.067 | 15.797 |
| $RWA_{JUR2}$ | 4.172 | 147 |
| $RWA_{JUR3}$ | 295 | 870 |
| $RWA_{JUR4}$ | – | – |
| $RWA_{ACS}$ | – | 9 |
| $RWA_{CAM}$ | 11.723 | 10.248 |
| $RWA_{COM}$ | – | – |
| Total parcela $RW_{AMPAD}$ | 23.257 | 27.071 |

(*) Os valores informados correspondem ao valor das parcelas PJUR1, PJUR2, PJUR3, PJUR4, PACS, PCAM e PCOM, apuradas e informadas ao regulador em 31/12/2012, divididas pelo fator de 11%.

A parcela de juros da carteira de negociação $RWA_{JUR}$ (definimos $RWA_{JUR}$ como o somatório das parcelas $RWA_{JUR1}$, $RWA_{JUR2}$, $RWA_{JUR3}$ e $RWA_{JUR4}$, definidas na Resolução CMN 4.193/2013) foi igual a R$ 11.534 milhões em dezembro de 2013, mostrando redução no exercício de comparação com a posição de dezembro de 2012 (dividida por 11%), em virtude do menor descasamento no fator de risco prefixado, identificado na carteira de negociação.

O BNDES segue uma estratégia de exposição reduzida em moedas estrangeiras, administrada por meio da contratação de *swaps* e futuros. A parcela regulamentar referente ao risco cambial ($RWA_{CAM}$) foi igual a R$ 11.723 milhões em dezembro de 2013, apresentando crescimento no exercício de comparação com a posição de dezembro de 2012 (dividida por 11%), em função da maior exposição ativa em dólar.

Embora o BNDES não possua ações na sua carteira de negociação, a parcela de risco de exposições em ações ($RWA_{ACS}$), em dezembro de 2012 (posição dividida para fins comparativos por 11%), não era nula, em função do lançamento, realizado em junho de 2012 pela BNDESPAR, de opções de venda sobre quotas do fundo ICO2, atrelado ao Índice Carbono Eficiente Brasil. Tais opções entravam no cômputo da $RWA_{ACS}$, uma vez que o cálculo da parcela aplica-se às exposições em ações e aos instrumentos financeiros derivativos nelas referenciados. Em julho de 2013, ocorreu o vencimento destas opções com seu valor de *strike* abaixo do preço de mercado. Dessa forma, em dezembro de 2013 a $RWA_{ACS}$ foi igual a zero. A parcela de risco de *commodities* ($RWA_{COM}$) também foi igual a zero no período, devido ao fato de a instituição não possuir exposições diretas em *commodities*.

No que se refere ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (RBAN), observou-se queda ante o final de dezembro de 2012, passando de R$ 2.347 milhões para R$ 2.278 milhões em dezembro de 2013. Esse movimento decorre, sobretudo, da redução dos descasamentos nos fatores de risco Selic e TJLP.

• **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez e a Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente.

Embora o BNDES seja dispensado da necessidade de envio do Demonstrativo de Risco de Liquidez ao BACEN, tal levantamento é realizado de forma gerencial pela Área de Gestão de Riscos. A avaliação é realizada em bases mensais, estimando-se quantitativamente os instrumentos financeiros constantes nos ativos negociáveis e nos passivos exigíveis para os prazos de 30, 60 e 90 dias. Tal estimativa não resulta em previsão de caixa no final do período, mas sim em quanto a Instituição é capaz de levantar de recursos nesse horizonte de tempo, honrando tempestivamente seus compromissos.

• **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

Alinhando-se com os princípios da Resolução CMN n.º 3.721/2009, o BNDES possui uma estrutura e uma política de gestão de risco de crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, aplicável às subsidiárias no Brasil e no exterior. A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito estabelece responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto.

Em 2013, o BACEN, no processo de implementação de medidas prudenciais recomendadas pelo Comitê de Basileia, publicou um conjunto de normativos que entraram em vigor a partir de 01/10/2013. A Circular BACEN n.º 3.644/13, que revogou a Circular BACEN n.º 3.360/07, estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada ($RWA_{CPAD}$), de que trata a Resolução n.º 4.193, de 1º de março de 2013.

Com a adoção das regras de Basileia III, a apuração da parcela de risco de crédito sofreu alterações significativas como, por exemplo, a exclusão do fator F de 11% do cálculo dos ativos ponderados pelo risco, mudanças no valor de exposição dos compromissos de crédito, possibilidade de utilização de novos mitigadores de risco, e aplicação de *haircut* de 20% sobre o valor de mercado dos títulos públicos federais aceitos para fins de garantia.

*Mensuração do Risco de Crédito*

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito ($RWA_{CPAD}$) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas.

O valor da parcela $RWA_{CPAD}$ é calculado com base no Consolidado econômico-financeiro do Sistema BNDES. Em 31/12/2013, essa parcela apresentou valor de R$ 545,9 bilhões, com destaque para as Operações de Crédito e as Relações Interfinanceiras que totalizaram no período R$ 361,5 bilhões.

Apenas para fins de comparação, os números da parcela de risco de crédito informados em 31/12/2012 foram divididos por 11% para se chegar aos valores de exposição calculados naquela data:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

| | R$ milhões | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012(*) |
| **Detalhamento do RWA$_{CPAD}$** | | |
| TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos | 91.688 | 101.756 |
| Relações Interfinanceiras | 137.554 | 114.363 |
| Operações de Crédito | 223.905 | 207.050 |
| Investimento e Imobilizado de Uso | 16.091 | 14.661 |
| Compromissos de Crédito (**) | 11.997 | 79.358 |
| Saldos a Liberar (**) | 36.082 | – |
| Outros | 28.627 | 21.093 |
| **TOTAL Parcela RWA$_{CPAD}$** | 545.944 | 538.280 |

(*) Os valores informados correspondem ao valor da parcela PEPR, apurada e informada ao regulador em 31/12/2012, dívida pelo fator de 11%.

(**) Até Outubro/13, os compromissos de crédito do BNDES eram informados como o somatório dos seguintes produtos: Saldos a Liberar das operações contratadas, Produto Limite de Crédito e Saldo Disponível no Cartão BNDES. A partir de outubro/13, os Saldos a Liberar foram segregados em conta específica e os demais produtos permaneceram no cálculo dos compromissos de crédito.

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. Matrizes de migração de estados são estimadas para horizontes diversos e o valor em risco para a carteira de créditos é atualmente estimado de acordo com metodologias analíticas e por simulação.

*Controle do Limite de Risco de Crédito*

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 2.844/2001 e n.º 2.827/2001, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

*Garantias e política de mitigação do risco de crédito*

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado abaixo. A Circular BACEN n.º 3.644/13 possibilitou a utilização dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, FPE e FPM, respectivamente, para fins de mitigação integral do risco de crédito dos contratos a que se vinculam.

| | R$ milhões | |
|---|---|---|
| **Descrição do Mitigador** | Posição Mitigada | |
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN | 33.435 | 35.892 |
| Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação - FGE | 24.198 | 23.471 |
| Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) | 14.013 | – |
| Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN | 18.891 | 30.927 |
| **Total** | **90.537** | **90.290** |

*Exposição ao Risco de Crédito*

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R$ 883.006 milhões em dezembro de 2012, para R$ 909.336 milhões em dezembro de 2013. Destacaram-se no período as exposições em operações de crédito, operações de repasse interfinanceiro e os ativos financeiros disponíveis para venda.

| | R$ milhões | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Itens *On Balance* | | |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | – | 10.058 |
| Ativos financeiros mantidos para negociação | 28.635 | 13.839 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 117.040 | 120.439 |
| Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado | 6.897 | 8.952 |
| Ativos financeiros mantidos até o vencimento | 5.734 | 21.602 |
| Operações de crédito | 287.991 | 259.129 |
| Operações de repasse interfinanceiro | 280.294 | 236.543 |
| Outros Créditos | 838 | 2.251 |
| Itens *Off Balance* | | |
| Compromissos a Liberar | 181.907 | 210.193 |
| **Total** | **909.336** | **883.006** |

## 29.5) Gestão de capital

Os principais objetivos do BNDES relacionados ao gerenciamento de seu capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES.

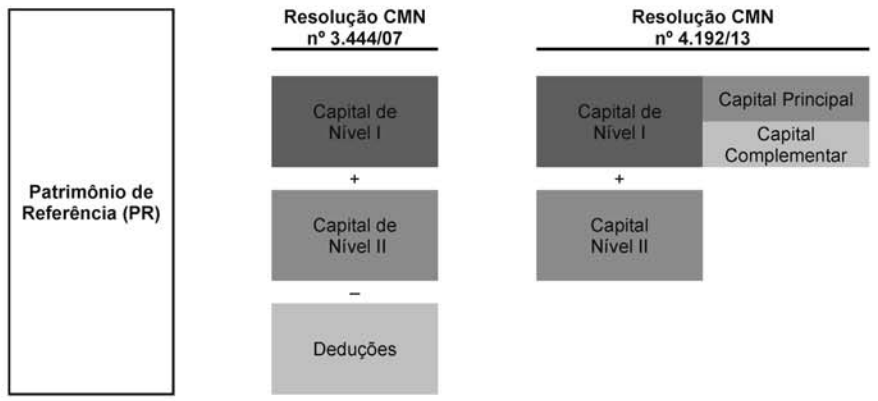
A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo BACEN.

Em 2013, o regulador publicou um conjunto de normativos que entraram em vigor a partir de 01/10/2013, como parte do processo de implementação de medidas prudenciais recomendadas pelo Comitê de Basileia, conhecido como Basileia III. Nesse contexto, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades, apurado segundo a Resolução CMN n.º 4.192/2013; e
- Requerimentos Mínimos de Capital, calculados em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013.

*Patrimônio de Referência (PR)*

Segundo a Resolução CMN n.º 4.192/13, que revogou a Resolução CMN n.º 3.444/07, o PR consiste no somatório dos Capitais de Nível I e Nível II. O quadro abaixo contém um resumo das formas de apuração do PR conforme os normativos de Basileia II e Basileia III:




O Capital de Nível I é formado pelo somatório do Capital Principal e do Capital Complementar.

De acordo com o artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.192/13, o Capital Principal é apurado mediante o somatório e/ou deduções dos seguintes valores:

(+) capital social;
(+) reservas de capital, de reavaliação e de lucros;
(+/-) ganhos/perdas não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial;
(+/-) lucros/prejuízos acumulados;
(+) contas de resultado credoras;
(-) contas de resultado devedoras;
(+) depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital;
(+/-) saldo do ajuste positivo/negativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para ***hedge*** de fluxo de caixa; e
(–) ações ou quaisquer outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Principal; e
(–) ajustes prudenciais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

No BNDES, o Capital Complementar é composto dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a integrar o Capital de Nível I. E o Capital de Nível II é composto da Dívida Subordinada da Instituição, conforme definido no artigo 7º da Resolução CMN n.º 4.192/13.

*Requerimentos Mínimos de Capital*

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN n.º 4.193/13, as Instituições Financeiras devem manter o montante do PR, do Capital de Nível I e do Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos, que devem ser calculados considerando a totalidade das parcelas dos ativos ponderados pelo risco, como a seguir:

$$RWA = RWA_{CPAD} + \underbrace{RWA_{JUR1} + RWA_{JUR2} + RWA_{JUR3} + RWA_{JUR4} + RWA_{ACS} + RWA_{COM}}_{RWA_{MPAD}} + RWA_{OPAD}$$

**$RWA_{CPAD}$:** relativo às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
**$RWA_{MPAD}$:** relativo às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
**$RWA_{OPAD}$:** relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), que substituiu o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) a partir de outubro de 2013, é composto, nos termos do artigo 3º da Resolução CMN n.º 4.192/13, do somatório dessas parcelas de risco calculadas mediante a abordagem padronizada. O quadro abaixo mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

| | | |
|---|---|---|
| Requerimentos Mínimos de Capital | Requerimento Mínimo de PR = Patrimônio de Referência / RWA | ≥ 11% |
| | Requerimento Mínimo de Nível I = Capital Nível I / RWA | ≥ 5,5% |
| | Requerimento Mínimo de Capital Principal = Capital Principal / RWA | ≥ 4,5% |

*Mensuração do Capital Regulamentar*

A apuração do Capital Regulamentar para a data base de 31 de dezembro de 2012 encontra-se no quadro abaixo:

| CAPITAL REGULAMENTAR - CONSOLIDADO | R$ mil, exceto percentuais 31/12/2012 |
|---|---|
| **Patrimônio de Referência - PR** | **89.598.515** |
| **Patrimônio de Referência Nível I** | **48.633.431** |
| Patrimônio líquido | 46.729.479 |
| Contas de resultado credoras | 31.874.086 |
| Instrumentos híbridos de capital e dívida habilitados a integrar o Nível I do PR | 7.291.879 |
| (–) Contas de resultado devedoras | 26.434.102 |
| (–) Créditos tributários excluídos do Nível I do PR | 41.252 |
| (–) Ativo Diferido | – |
| (–) Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos financeiros derivativos | 10.786.660 |
| **Patrimônio de Referência Nível II** | **41.176.002** |
| Instrumentos híbridos de capital e dívida habilitados a integrar o Nível II do PR | 6.072.627 |
| Instrumentos de dívida subordinada | 24.316.715 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos financeiros derivativos | 10.786.660 |
| **Deduções do PR** | **210.917** |
| (–) Ações emitidas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN | 210.917 |
| **Patrimônio de Referência exigido (PRE)** | **64.043.535** |
| Risco de crédito | 59.210.842 |
| Risco de mercado | 2.977.793 |
| Risco operacional | 1.854.900 |
| **Risco bancário ($R_{BAN}$)** | **2.346.646** |
| **Margem de capital (PR - PRE - $R_{BAN}$)** | **23.208.334** |
| **Exposição total ponderada pelo risco (PRE / 0,11)** | **582.213.954** |
| **Índice de Basiléia [(PR) / (PRE / 0,11)] * 100** | **15,39%** |

Após a implementação dos normativos de Basileia III no Brasil, o Capital Regulamentar do Consolidado Econômico-Financeiro passou a ser calculado da seguinte forma:

| CAPITAL REGULAMENTAR - CONSOLIDADO ECONÔMICO FINANCEIRO | | R$ mil, exceto percentuais 31/12/2013 |
|---|---|---|
| **Patrimônio de Referência** | | **108.669.482** |
| **Patrimônio de Referência Nível I** | | **72.446.321** |
| **Capital Principal - CP** | | 60.418.266 |
| Capital Social | | 36.340.506 |
| Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros | | 1.848.408 |
| Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de *hedge* de Fluxo de Caixa | | 3.152.357 |
| Lucros (Prejuízos) Acumulados | | (603.894) |
| Contas de Resultado Credoras | | 42.698.016 |
| Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal | | 15.000.000 |
| Contas de Resultado Devedoras | | (37.809.242) |
| Ajustes Prudenciais exceto Particip. Não Consol. e Créd. Tribut. | | (207.885) |
| Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos | | (715) |
| Ajuste Prudencial X - Investimento em Outras Entidades | | (207.170) |
| Instrumentos de Captação Emitidos por IF | | (207.170) |
| **Capital Complementar - CC** | | **12.028.055** |
| Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar | | 12.028.055 |
| **Patrimônio de referência Nível II** | | **36.223.161** |
| Instrumentos Elegíveis ao Nível II | | 36.223.161 |
| **Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)** | | **580.236.901** |
| Risco de crédito ($RWA_{CPAD}$) | | 545.943.957 |
| Risco de mercado ($RWA_{MPAD}$) | | 23.256.576 |
| Risco operacional ($RWA_{OPAD}$) | | 11.036.368 |
| Risco bancário (RBAN) | | 2.278.194 |
| **Requerimentos Mínimos de Capital** | **Índice** | **Margem** |
| Requerimento Mínimo de PR 11% * Montante RWA | 18,73% | 44.843.423 |
| Requerimento Mínimo Nível I 5,5% * Montante RWA | 12,49% | 40.533.291 |
| Requerimento Mínimo Capital Principal 4,5% * Montante RWA | 10,41% | 34.307.606 |
| Requerimento Mínimo de PR + Rban ((Montante RWA*11%) + Rban) | 18,66% | 42.565.223 |

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio de Referência do Consolidado Econômico-Financeiro aumentou em R$ 19,1 bilhões. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela entrada de instrumentos elegíveis ao Capital Principal de R$ 15,0 bilhões, e pela modificação ocorrida na metodologia de cálculo.

Os indicadores de Requerimentos Mínimos de Capital do BNDES, em 31 de dezembro de 2013, foram superiores aos percentuais mínimos exigidos pelo regulador, conforme a apuração do capital regulamentar supracitado.

29.6) Medida Provisória n.º 627 (MP 627/13)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

Em relação à controlada FINAME, a MP 627 não produz efeitos tributários, não trazendo portanto alterações significativas sobre as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, consolidadas pelo BNDES.

Adicionalmente, destaca-se que a Receita Federal do Brasil ainda disciplinará diversas matérias constantes da MP 627, inclusive a forma pela qual as empresas formalizarão sua opção pela adoção antecipada, e que

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

já existe um grande número de emendas propostas ao normativo. Não obstante, a Administração avalia que não haveria impactos relevantes nas demonstrações financeiras do BNDES em 31 de dezembro de 2013.

## 30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

O BNDES realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa

2013

Conforme descrito na nota 26, foi celebrado contrato de financiamento entre o BNDES e a União, em que a última concede ao BNDES, créditos no valor de R$ 15.000.000 mil, mediante emissão de títulos da dívida pública federal interna.

A BNDESPAR realizou atividade de financiamento não envolvendo caixa, com a conversão das cotas do fundo de investimento em participação em ações no valor de R$ 701.727 mil.

2012

Em agosto e setembro de 2012 foram pagos dividendos no valor de R$ 4.327.728 mil por meio de títulos públicos federais, Nota 26.

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, da mesma data, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 6.001.807 mil. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R$ 5.998.585 mil, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R$ 3.222 mil em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondentes a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente.

Conforme Decreto n.º 7.817 de 28 de setembro de 2012 foi alterado o capital social do BNDES, passando de R$ 29.557.415 mil para R$ 36.340.506 mil, mediante a capitalização de R$ 6.783.091 mil provenientes da transferência pela União de ações da Petrobras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

FERNANDO DAMATA PIMENTEL – PRESIDENTE

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – VICE-PRESIDENTE

MAURO BORGES LEMOS

CARLOS ROBERTO LUPI

VAGNER FREITAS DE MORAES

NELSON DE ALMEIDA PRADO HERVEY COSTA

ORLANDO PESSUTI

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON

MÁRCIO HOLLAND DE BRITO

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB

**CONSELHO FISCAL:**

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS

PAULO FONTOURA VALLE

RAUL LYCURGO LEITE – SUPLENTE

EDUARDO COUTINHO GUERRA – SUPLENTE

**COMITÊ DE AUDITORIA:**

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

ATTILIO GUASPARI

PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA

**DIRETORIA:**

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – PRESIDENTE

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – VICE-PRESIDENTE

FERNANDO MARQUES DOS SANTOS

GUILHERME NARCISO DE LACERDA

JOÃO CARLOS FERRAZ

JULIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO

LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA

MAURÍCIO BORGES LEMOS

ROBERTO ZURLI MACHADO

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:**

SELMO ARONOVICH

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:**

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012, um ajuste negativo no montante de R$ 2.380 milhões, líquido dos efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificados na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que o ajuste negativo em ações considerado como perda de caráter permanente seja apropriado em despesa no período em que ocorrer. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de perda considerada de caráter permanente, líquida dos efeitos tributários, mantida no patrimônio líquido era de R$ 2.380 milhões. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estava aumentado em R$2.380 milhões, após os efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

## PARECER Nº 01 / 2014 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2013 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 18.02.14, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31.12.13, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R$ 8.092.656.886,19) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

a) 5%, correspondentes a R$ 404.632.844,31 (quatrocentos e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;
b) R$ 58.514.912,17 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e doze reais e dezessete centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
c) 15%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 1.144.426.369,46 (um bilhão, cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital;
d) 25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$1.907.377.282,43 (um bilhão, novecentos e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), integralmente pagos ao longo do exercício de 2013, dos quais R$1.753.316.024,20 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, trezentos e dezesseis mil, vinte e quatro reais e vinte centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP;
e) R$ 1.900.400.244,94 (um bilhão, novecentos milhões, quatrocentos mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) a título de dividendos complementares, integralmente pagos ao longo do exercício de 2013; e
f) R$ 2.677.305.232,88 (dois bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões, trezentos e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2014

VALDIR MOYSÉS SIMÃO LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS PAULO FONTOURA VALLE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 1 - INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto n.º 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto n.º 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução n.º 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução n.º 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

### 2 - ATIVIDADES

Durante o exercício de 2013, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento da evolução do Patrimônio Líquido e da política de remuneração ao acionista; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

Com relação às operações conduzidas pelo Sistema BNDES com o Grupo EBX, foi constatado um baixo grau de exposição direta ao risco, em relação ao montante de empréstimos contratados e aos valores liberados. O baixo risco foi decorrente tanto da natureza das garantias, notadamente fianças bancárias, como da natureza de alguns dos projetos.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - Bndespar e a Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2012, como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2013.

A partir do exercício de 2010, a Bndespar passou a apresentar suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis n.º 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizem como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. Essa mudança, no critério de contabilização, acarretou uma grande majoração no valor da carteira, no exercício de sua adoção, e irá implicar em oscilações provavelmente menores, embora eventualmente significativas, nos exercícios seguintes.

Assim é que, no exercício de 2010, quando da adoção do IFRS, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ao ser contabilizada pela primeira vez pelo valor justo, teve um acréscimo bruto de R$ 43,3 bilhões, equivalente a 82% do valor anterior da carteira. Na ocasião, o impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi uma majoração de R$ 29,4 bilhões.

Por outro lado, a partir do exercício de 2011, o valor dessa carteira tem estado sujeito a oscilações em sua contabilização, com reflexos no Patrimônio Líquido. Em 2011, por exemplo, os ajustes da carteira, em função da cotação dos papéis no dia do fechamento das Demonstrações Financeiras, acarretaram em uma redução de R$ 13,9 bilhões no Patrimônio Líquido. Já em 2012, a redução foi de R$ 4,6 bilhões e no exercício de 2013 foi de R$ 5,0 bilhões, destacando-se as variações negativas em Petrobrás e Vale/ValePar.

O parecer da KPMG, relativo ao exercício de 2013, foi emitido com ressalva em decorrência do efeito do registro efetuado sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes em 2012, com base na Resolução n.º 4.175/12 do CMN. Referida Resolução permitiu que os ajustes a valor de mercado, das ações recebidas pelo Banco para aumento de capital, transitassem pela conta de resultados apenas quando da venda ou transferência desses títulos, ao invés de quando do seu reconhecimento contábil nas contas patrimoniais. A ressalva no exercício de 2013 é decorrente da ressalva de 2012, quando a perda, decorrente dos ajustes a valor de mercado, das ações recebidas a título de aumento de capital, atingiu R$ 2,38 bilhões, após os efeitos tributários.

No exercício de 2013 destacam-se os seguintes aspectos:

a) Ativo Total do Sistema BNDES de R$ 782,0 bilhões, composto por R$ 565,2 bilhões (72,3%) em Operações de Créditos e Repasses, R$ 160,8 bilhões (20,6%) em Títulos e Valores Mobiliários e R$ 56,0 bilhões (7,2%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R$ 60,6 bilhões, corresponde a 7,7% do Ativo Total. O Resultado Líquido do exercício foi de R$ 8,2 bilhões, o que equivale a um retorno de 1,1% do Ativo Total Médio e a 16,5% do Patrimônio Líquido Médio;

b) Ingresso de R$ 15,0 bilhões do Tesouro Nacional, classificado com Patrimônio Líquido com instrumento híbrido, elegível a capital principal nos termos da resolução CMN n.º 4.192 e autorização do Banco Central;

c) Pagamentos ao acionista no valor de R$ 7.002 milhões, dos quais R$ 3.194 milhões referentes a dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e R$ 3.808 milhões como antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2013; e

d) Registro de perdas por *impairment*, na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R$ 2.045 milhões.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 93,3% no Sistema Financeiro Nacional. Importa ressaltar que, no exercício de 2013, não houve perdas por provisionamentos significativos em função de mudanças na classificação de risco das empresas/projetos que compõem a carteira de operações de crédito. Naquele exercício o Sistema BNDES registrou uma receita de provisão para risco de crédito no valor de R$ 769 milhões, influenciada pela recuperação de créditos no valor de R$ 694 milhões.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basiléia de 18,7% (contra 15.4% e 20,6%, em dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 2,8% quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 17,5% (21,2% e 16,3% em dezembro de 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 9,5% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014.

| João Paulo dos Reis Velloso | Attilio Guaspari | Paulo Roberto Vales de Souza |
|---|---|---|
| Coordenador | Membro | Membro |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

# AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**CNPJ Nº 33.660.564/0001-00**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2013

**Senhor acionista e demais interessados:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

### I. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios de 2012 e 2013.

R$ milhões, exceto percentuais

| Resultado | 2013 | 2012 | Evolução % |
|---|---|---|---|
| Produto de Intermediação Financeira | 1.633 | 1.594 | 2,4 |
| Provisão para Risco de Crédito (PRC) | 761 | 45 | (1.591,1) |
| Outras Receitas/Despesas | (323) | (275) | (17,5) |
| Tributação sobre o Lucro | (533) | (536) | 0,6 |
| Lucro (prejuízo) Líquido (LL) | 1.538 | 828 | 85,7 |
| **Balanço Patrimonial** | **31/12/13** | **31/12/12** | **Evolução %** |
| Ativo Total (AT) | 166.759 | 132.283 | 26,1 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 298 | 420 | (29,0) |
| Operações de Créditos e Repasses | 155.323 | 125.154 | 24,1 |
| Outros Ativos | 11.138 | 6.709 | 66,0 |
| Obrigações por Repasses | 154.331 | 121.695 | 26,8 |
| Outras Obrigações | 1.175 | 495 | 137,4 |
| Patrimônio Líquido (PL) | 11.253 | 10.093 | 11,5 |
| **Índices Financeiros (%)** | **31/12/13** | **31/12/12** | |
| Inadimplência / Carteira Total 1/ | 0,00% | 0,00% | |
| PRC / Carteira Total 1/ | 0,44% | 1,11% | |
| Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) | 6,75% | 7,63% | |
| | **2013** | **2012** | |
| Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio) 2/ | 1,03% | 0,65% | |
| Retorno s/ PL (LL / PLmédio) 3/ | 14,41% | 8,47% | |

1/ Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.
2/ ATmédio = (ATinicial + ATfinal) / 2.
3/ PLmédio = (PLinicial + PLfinal) / 2

### II. RESULTADO

A FINAME apresentou um lucro líquido de R$ 1.538 milhões em 2013, um crescimento de R$ 710 milhões (85,7%) se comparado com o exercício de 2012.

A principal razão para este crescimento foi a provisão para risco de crédito (PRC), que se apresentou positiva em R$ 761 milhões em 2013 (R$ 45 milhões em 2012). O valor registrado em 2013 está influenciado pela recuperação de créditos de empresa que se encontrava em processo de recuperação judicial.

### III. POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo Total alcançou R$ 166.759 milhões em 31/12/13, crescimento de R$ 34.476 milhões (26,1%) em relação a 31/12/12, que reflete o aumento da carteira de operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 93,1% do ativo total.

A carteira de **Operações de Crédito e Repasses**, líquida de provisão para risco de crédito, apresentou crescimento de R$ 30.169 milhões no exercício, equivalente a 24,1%, fechando em R$ 155.323 milhões.

Reflexo da responsabilidade na utilização dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME apresenta excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,96% se encontram classificados entres os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), de 93,3% em 31/12/13. Em 31/12/13, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira.

Quanto às fontes de recursos, o BNDES se apresenta como única fonte de recursos onerosos da FINAME. As Obrigações por Repasses, representadas exclusivamente pelo mútuo com o BNDES, cresceram R$ 32.636 milhões (26,8%) no exercício de 2013 totalizando R$ 154.331 milhões em 31/12/13. Este acréscimo acompanha o crescimento da carteira de créditos e repasses.

O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2013 em R$ 11.253 milhões, um aumento de R$ 1.160 milhões em relação a 31/12/12 atribuído, basicamente, ao lucro líquido de R$ 1.538 milhões apurado no exercício, sendo atenuado pelo provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 362 milhões.

### IV. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes, aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços, e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
**(Em milhares de reais)**

| | Nota Explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | 43.043.221 | 36.496.658 |
| **DISPONIBILIDADES** | 4 | 5 | 54 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 4 e 5 | 262.810 | 404.412 |
| Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil | | 262.810 | 404.412 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | 6 | 41.470.108 | 35.002.221 |
| Repasses interfinanceiros | | 41.644.729 | 35.164.359 |
| Provisão para risco de crédito | | (174.621) | (162.138) |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | 6 | 1.209.653 | 1.018.298 |
| Operações de crédito | | 1.219.718 | 1.147.383 |
| Provisão para risco de crédito | | (10.065) | (129.085) |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 100.645 | 71.673 |
| Créditos tributários | 9.2 | 18.823 | 38.823 |
| Impostos e contribuições a recuperar e antecipações | 9.1 | 4.080 | 2.117 |
| Diversos | | 77.742 | 30.733 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | 123.715.828 | 95.785.949 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | 123.715.828 | 95.785.949 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 5 | 34.811 | 15.951 |
| Ações | | 34.811 | 15.951 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | 6 | 106.395.616 | 83.359.204 |
| Repasses interfinanceiros | | 106.843.624 | 83.745.343 |
| Provisão para risco de crédito | | (448.008) | (386.139) |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | 6 | 6.248.219 | 5.773.829 |
| Operações de crédito | | 6.300.206 | 6.505.752 |
| Provisão para risco de crédito | | (51.987) | (731.923) |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 11.037.182 | 6.636.965 |
| Créditos tributários | 9.2 | 6.631 | 110.328 |
| Direitos vinculados ao Tesouro Nacional | 7 | 11.009.867 | 6.499.785 |
| Incentivos fiscais | | 20.684 | 26.852 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | 166.759.049 | 132.282.607 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | 29.212.494 | 4.744.865 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES** | 8 | 28.168.513 | 4.352.742 |
| Repasses com o BNDES | | 28.168.513 | 4.352.742 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 1.043.981 | 392.123 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | | 22.811 | 5.351 |
| Passivo atuarial - FAMS | 11.2 | 3.673 | 1.581 |
| Créditos vinculados a liquidação de operação | | 13.214 | 12.686 |
| Dividendos a pagar | 14 e 15.1 | 362.267 | 181.955 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 9 | 323.387 | 34.492 |
| Outros impostos e contribuições | | 12.357 | 8.031 |
| Contas a pagar - FAPES | 11.1 | 2.662 | 2.513 |
| Provisão para programa de desligamento de funcionários | | – | 4.594 |
| Vinculadas ao Tesouro Nacional | 13 | 138.144 | 56.597 |
| Depósitos a apropriar | | – | 6.447 |
| Diversas | | 165.466 | 77.876 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | 126.293.586 | 117.444.688 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES** | 8 | 126.162.168 | 117.342.705 |
| Repasses com o BNDES | | 126.162.168 | 117.342.705 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 131.418 | 101.983 |
| Contas a pagar - FAPES | 11.1 | 46.562 | 42.842 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 10 | 114 | 610 |
| Passivo atuarial - FAMS | 11.2 | 84.742 | 58.531 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 14 | 11.252.969 | 10.093.054 |
| Capital social | | 9.498.926 | 9.498.926 |
| Aumento de capital em curso | | 1.632.665 | 545.865 |
| Reservas de lucros | | 137.240 | 48.263 |
| Reserva legal | | 115.706 | 38.804 |
| Reserva de incentivos fiscais | | 21.534 | 9.459 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (15.862) | – |
| Própria | | (15.862) | – |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | 166.759.049 | 132.282.607 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2º semestre de 2013 | Exercícios 2013 | Exercícios 2012 |
|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | 5.230.526 | 9.989.893 | 9.072.990 |
| Operações de crédito e repasses interfinanceiros | | | | |
| . Moeda nacional | | 1.882.503 | 4.043.970 | 5.267.649 |
| . Moeda estrangeira | | 627.983 | 1.422.121 | 1.019.691 |
| Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional | 15.2 | 2.666.899 | 4.450.725 | 2.750.770 |
| Rendas de títulos e valores mobiliários | | 53.141 | 73.077 | 34.880 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | (3.676.323) | (7.595.389) | (7.433.143) |
| Empréstimos do BNDES | | | | |
| . Moeda nacional | | (3.791.180) | (7.115.530) | (6.701.576) |
| . Moeda estrangeira | | (545.961) | (1.240.694) | (776.108) |
| Outras despesas de captação | | (81) | (232) | (479) |
| Provisão para risco de crédito | 16 | 660.899 | 761.067 | 45.020 |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | 1.554.203 | 2.394.504 | 1.639.847 |
| **OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS** | | (146.796) | (304.281) | (259.776) |
| (Constituição) Reversão de provisões trabalhistas e cíveis | 10 | 1.141 | 404 | (45) |
| Despesas tributárias | | (42.243) | (78.715) | (76.047) |
| Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC | | – | (3.771) | – |
| Despesas com pessoal | | (70.384) | (141.991) | (124.027) |
| Resultado com alienações de títulos de renda variável | | – | – | 32 |
| Despesas administrativas | | (26.034) | (44.392) | (46.696) |
| Receitas (despesas) de retenções contratuais | | (3.595) | (22.050) | (547) |
| Outras despesas operacionais | | (19.884) | (28.587) | (22.231) |
| Outras receitas operacionais | | 14.203 | 14.821 | 9.785 |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 1.407.407 | 2.090.223 | 1.380.071 |
| Imposto de renda | 9 | (104.469) | (252.465) | (336.908) |
| Contribuição social | 9 | (63.682) | (154.912) | (203.735) |
| Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização | 9 | (126.024) | (125.693) | 4.344 |
| **RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 1.113.232 | 1.557.153 | 843.772 |
| Participação dos empregados no lucro | | (19.109) | (19.109) | (16.008) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO** | | 1.094.123 | 1.538.044 | 827.764 |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO** | | 1,855766 | 2,608710 | 1,403989 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
**(Em milhares de reais)**

| | | | Reservas de lucros | | Ajustes de avaliação patrimonial | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | De ativos próprios | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de julho de 2013 | 9.498.926 | 545.865 | 38.804 | 9.459 | (93.036) | 443.921 | 10.443.939 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | 77.174 | – | 77.174 |
| Lucro líquido do semestre | – | – | – | – | – | 1.094.123 | 1.094.123 |
| Destinação do resultado (Nota 14) | | | | | | | |
| . Reserva legal | – | – | 76.902 | – | – | (76.902) | – |
| . Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 12.075 | – | (12.075) | – |
| . Dividendos | – | – | – | – | – | (362.267) | (362.267) |
| . Aumento de capital | – | 1.086.800 | – | – | – | (1.086.800) | – |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 9.498.926 | 1.632.665 | 115.706 | 21.534 | (15.862) | – | 11.252.969 |
| Mutações no semestre | – | 1.086.800 | 76.902 | 12.075 | 77.174 | (443.921) | 809.030 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
**(Em milhares de reais)**

| | | | Reservas de lucros | | Ajustes de avaliação patrimonial | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | De ativos próprios | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2013 | 9.498.926 | 545.865 | 38.804 | 9.459 | – | – | 10.093.054 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | (15.862) | – | (15.862) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | 1.538.044 | 1.538.044 |
| Destinação do resultado (Nota 14) | | | | | | | |
| . Reserva legal | – | – | 76.902 | – | – | (76.902) | – |
| . Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 12.075 | – | (12.075) | – |
| . Dividendos | – | – | – | – | – | (362.267) | (362.267) |
| . Aumento de capital | – | 1.086.800 | – | – | – | (1.086.800) | – |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 9.498.926 | 1.632.665 | 115.706 | 21.534 | (15.862) | – | 11.252.969 |
| Mutações no exercício | – | 1.086.800 | 76.902 | 12.075 | (15.862) | – | 1.159.915 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
**(Em milhares de reais)**

| | | | Reservas de lucros | | Ajustes de avaliação patrimonial | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | De ativos próprios | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 9.498.926 | – | – | – | 16 | (51.681) | 9.447.261 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | (16) | – | (16) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | 827.764 | 827.764 |
| Destinação do resultado (Nota 14) | | | | | | | |
| . Reserva legal | – | – | 38.804 | – | – | (38.804) | – |
| . Reserva de incentivos fiscais | – | – | – | 9.459 | – | (9.459) | – |
| . Dividendos | – | – | – | – | – | (181.955) | (181.955) |
| . Aumento de capital | – | 545.865 | – | – | – | (545.865) | – |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 9.498.926 | 545.865 | 38.804 | 9.459 | – | – | 10.093.054 |
| Mutações no exercício | – | 545.865 | 38.804 | 9.459 | (16) | 51.681 | 645.793 |

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
**(Em milhares de reais)**

| | 2º semestre de 2013 | Exercícios 2013 | Exercícios 2012 |
|---|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro do semestre / exercício | 1.407.407 | 2.090.223 | 1.380.071 |
| Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades | (660.223) | (757.504) | (41.364) |
| Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito | (660.899) | (761.067) | (45.020) |
| Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis | (1.141) | (404) | 45 |
| Depreciação | 1.817 | 3.967 | 3.611 |
| **Variação de ativos e obrigações** | (774.463) | (1.288.644) | (1.213.005) |
| . (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento | (14.085.360) | (29.408.977) | (7.466.763) |
| . (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo | (2.666.832) | (4.577.709) | (2.284.546) |
| . Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses | 16.177.239 | 32.956.431 | 10.088.074 |
| . Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo | 19.623 | 158.479 | (407.362) |
| . Juros pagos - de repasses | (170.772) | (298.386) | (281.800) |
| . IR e CSLL pagos | (48.361) | (118.482) | (860.608) |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais** | (27.279) | 44.075 | 125.702 |
| **Atividades de financiamentos** | | | |
| . Dividendos pagos | – | (185.726) | – |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos** | – | (185.726) | – |
| **Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa** | (27.279) | (141.651) | 125.702 |
| **Modificação na posição financeira** | | | |
| **Início de período** | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 290.094 | 404.466 | 278.764 |
| **Final de período** | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 262.815 | 262.815 | 404.466 |
| **Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa** | (27.279) | (141.651) | 125.702 |

(1) Inclui disponibilidades e cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012
**(Em milhares de reais)**

| | 2º semestre de 2013 | | Exercícios 2013 | | Exercícios 2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS** | 5.905.628 | | 10.765.781 | | 9.127.828 | |
| Intermediação financeira | 5.230.526 | | 9.989.893 | | 9.072.990 | |
| Outras receitas | 14.203 | | 14.821 | | 9.818 | |
| Reversão (Provisão) para devedores duvidosos | 660.899 | | 761.067 | | 45.020 | |
| **DESPESAS** | (4.359.560) | | (8.410.460) | | (7.496.321) | |
| Intermediação financeira | (4.337.222) | | (8.356.456) | | (7.478.163) | |
| Outras despesas | (22.338) | | (54.004) | | (18.158) | |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | (18.863) | | (30.406) | | (33.671) | |
| Materiais, energia e outros | (1.880) | | (3.859) | | (4.375) | |
| Serviços de terceiros | (16.983) | | (26.547) | | (29.296) | |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | 1.527.205 | | 2.324.915 | | 1.597.836 | |
| **RETENÇÕES** | (1.817) | | (3.967) | | (3.611) | |
| Depreciação | (1.817) | | (3.967) | | (3.611) | |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** | 1.525.388 | | 2.320.948 | | 1.594.225 | |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | 1.525.388 | 100,0% | 2.320.948 | 100,0% | 1.594.225 | 100,0% |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | 1.525.388 | 100,0% | 2.320.948 | 100,0% | 1.594.225 | 100,0% |
| Pessoal e encargos | 60.127 | 3,9% | 122.687 | 5,3% | 111.249 | 7,0% |
| - Remuneração direta | 36.750 | | 77.694 | | 73.648 | |
| - Benefícios | 18.483 | | 32.566 | | 28.628 | |
| - FGTS | 3.821 | | 9.167 | | 7.305 | |
| - Outros | 1.073 | | 3.260 | | 1.668 | |
| Participação dos empregados nos lucros | 19.109 | 1,3% | 19.109 | 0,8% | 16.008 | 1,0% |
| Impostos, taxas e contribuições | 346.918 | 22,7% | 631.549 | 27,2% | 630.190 | 39,5% |
| - Federais | 346.726 | | 630.410 | | 629.098 | |
| - Estaduais | 3 | | 9 | | | |
| - Municipais | 189 | | 1.130 | | 1.092 | |
| Aluguéis | 5.111 | 0,3% | 9.559 | 0,4% | 9.014 | 0,6% |
| Dividendos | 362.267 | 23,7% | 362.267 | 15,6% | 181.955 | 11,4% |
| Lucros (prejuízos) retidos | 731.856 | 48,0% | 1.175.777 | 50,7% | 645.809 | 40,5% |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
## Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

### 1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foi instituída pelo Decreto nº 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei nº 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto nº 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública.

1.2) Objetivos e atuação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo praticamente todos os segmentos produtivos.

A FINAME atua por intermédio de quatro programas operacionais:

a) FINAME - apóia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.

b) FINAME Agrícola - tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.

c) BNDES - EXIM - o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras de bens e serviços nacionais. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.

d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar, por intermédio de agentes financeiros, a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), normas do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN - e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo de aprovação.

As demonstrações financeiras da FINAME referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas para emissão, pela Junta de Administração, em 18 de fevereiro de 2014.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1) Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda; e
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, incluindo quando houver evidência de perda considerada permanente, conforme estabelecido no artigo 6º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As aplicações em fundo de investimento são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelo administrador do respectivo fundo, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

3.3) Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para risco de crédito

As operações de crédito e os repasses interfinanceiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros, vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e são controladas por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são reclassificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN - por meio da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

3.4) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

3.5) Benefícios a empregados

A partir de 1º de janeiro de 2013, a FINAME passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

a) Plano de aposentadoria complementar

A FINAME oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. O custo do serviço corrente, qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação e os juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos diretamente no resultado do período.

b) Plano de assistência médica

A FINAME oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e/ou à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o tempo de serviço, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

c) Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando está, comprometida, contratualmente, com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). A FINAME registra uma provisão quando está contratualmente obrigada.

Os benefícios a empregados estão descritos detalhadamente nas notas explicativas nº 11 e 12.

## 3.6) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 120 mil no semestre (R$ 240 mil no exercício), de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários", de acordo com a Resolução CMN nº 3.059/2002.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados estão descritos na Nota Explicativa 9.

## 3.7) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisões trabalhistas e cíveis, benefícios a empregados, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## 3.8) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos iguais ou inferiores a três meses, a contar da data da aquisição.

A composição das disponibilidades e aplicações em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

## 3.9) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento possui como principais requerimentos e definições com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis o seguinte:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

**Risco Mínimo** - são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

**Risco Médio** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

**Risco Máximo** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

| Critérios Jurídicos | Possibilidade de Perda | Consequência Contábil |
|---|---|---|
| risco mínimo | remota | Sem exigência de divulgação e provisionamento |
| risco médio | possível | Divulgação |
| risco máximo | provável | Provisionamento e divulgação |

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

As provisões constituídas estão descritas na nota explicativa 10.

## 3.10) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Disponibilidades | 5 | 54 |
| Títulos e valores mobiliários | | |
| Fundo exclusivo do Banco do Brasil(*) | 262.810 | 404.412 |
| | **262.815** | **404.466** |

(*) O detalhamento da carteira do fundo encontra-se descrito na Nota 5.3. Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins da demonstração do fluxo de caixa

## 5. Títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários constantes da carteira foram classificados, segundo a intenção da Administração com relação à frequência de negociação ou manutenção em carteira até a data de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada, estava assim composta:

### 5.1) Composição por natureza e prazo de vencimento

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Títulos para negociação** | | | | | | | | |
| *Públicos:* | | | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil | 262.810 | – | – | – | – | – | – | 262.810 |
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| *Privados:* | | | | | | | | |
| Ações | 34.811 | – | – | – | – | – | – | 34.811 |
| **Total** | **297.621** | – | – | – | – | – | – | **297.621** |
| Curto prazo | | | | | | | | 262.810 |
| Longo prazo | | | | | | | | 34.811 |
| **Total** | | | | | | | | **297.621** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
| **Títulos para negociação** | | | | | | | | |
| *Públicos:* | | | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil | 404.412 | – | – | – | – | – | – | 404.412 |
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| *Privados:* | | | | | | | | |
| Ações | 15.951 | – | – | – | – | – | – | 15.951 |
| **Total** | **420.363** | – | – | – | – | – | – | **420.363** |
| Curto prazo | | | | | | | | 404.412 |
| Longo prazo | | | | | | | | 15.951 |
| **Total** | | | | | | | | **420.363** |

### 5.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | Custo | Mercado | Custo | Mercado |
| **Títulos para negociação:** | | | | |
| *Público:* | | | | |
| Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil | 262.810 | 262.810 | 404.412 | 404.412 |
| **Títulos disponíveis para venda:** | | | | |
| *Privado:* | | | | |
| Ações | 35.335 | 34.811 | 16.475 | 15.951 |
| **Total** | **298.145** | **297.621** | **420.887** | **420.363** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | 2012 | |
| | Custo | Mercado | Custo | Mercado |
| **Resumo por emissor** | | | | |
| Público | 262.810 | 262.810 | 404.412 | 404.412 |
| Privado | 35.335 | 34.811 | 16.475 | 15.951 |
| **Total** | **298.145** | **297.621** | **420.887** | **420.363** |

### 5.3) Fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco do Brasil

As cotas do Fundo BB Urano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa ("fundo investido") está classificado, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, como títulos para negociação.

A carteira é composta, basicamente, por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do fundo investido:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | |
|---|---|---|
| | 2013 | 2012 |
| **Fundo BB Urano 2** | | |
| ATIVO | | |
| Disponibilidades | 7 | 7 |
| Operações compromissadas | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.002 | 395.855 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 259.449 | – |
| Títulos e valores mobiliários livres | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2.360 | 8.554 |
| Outros | 1 | 1 |
| | 262.819 | 404.417 |
| PASSIVO | | |
| Valores a pagar | (9) | (5) |
| | (9) | (5) |
| TOTAL | **262.810** | **404.412** |

Composição dos títulos integrantes do ativo do fundo investido por prazo de vencimento:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Total - Mercado | Total - Custo |
| **Fundo BB Urano 2** | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 170 | 1.002 | – | – | – | – | 1.002 | 1.002 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 288.751 | 259.449 | – | – | – | – | 259.449 | 259.449 |
| Títulos e valores mobiliários livres | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 400 | – | – | – | 2.360 | – | 2.360 | 2.361 |
| | | **260.451** | – | – | **2.360** | – | **262.811** | **262.812** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Total - Mercado | Total - Custo |
| **Fundo BB Urano 2** | | | | | | | | |
| Operações compromissadas | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 72.822 | 395.855 | – | – | – | – | 395.855 | 395.855 |
| Títulos e valores mobiliários livres | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.570 | – | – | 5.285 | 3.269 | – | 8.554 | 8.554 |
| | | **395.855** | – | **5.285** | **3.269** | – | **404.409** | **404.409** |

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

### 5.4) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a FINAME não apresentava saldos em aberto de operações realizadas no mercado de derivativo, assim como não realizou operações ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

(continuação)

## 6. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

### 6.1) Composição das operações

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 | Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|---|
| Operações de crédito | 7.519.924 | 7.653.135 |
| Provisão para risco de crédito | (62.052) | (861.008) |
| | **7.457.872** | **6.792.127** |
| Repasses interfinanceiros | 148.488.353 | 118.909.702 |
| Provisão para risco de crédito | (622.629) | (548.277) |
| | **147.865.724** | **118.361.425** |
| Total | **155.323.596** | **125.153.552** |
| Curto prazo | 42.679.761 | 36.020.519 |
| Longo prazo | 112.643.835 | 89.133.033 |
| Total | **155.323.596** | **125.153.552** |

### 6.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 | Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|---|
| Setor Público | 37.059.276 | 24.146.480 |
| Setor Privado | | |
| Intermediação financeira | 111.429.077 | 94.763.222 |
| Outros serviços | 7.519.924 | 7.653.135 |
| | 118.949.001 | 102.416.357 |
| | **156.008.277** | **126.562.837** |
| Provisão para risco de crédito | (684.681) | (1.409.285) |
| Total | **155.323.596** | **125.153.552** |

### 6.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 |
|---|---|
| A vencer: | |
| 2014 | 42.864.447 |
| 2015 | 35.630.198 |
| 2016 | 26.851.758 |
| 2017 | 19.156.880 |
| 2018 | 11.249.834 |
| Após 2018 | 20.255.160 |
| Total | **156.008.277** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|
| A vencer: | |
| 2013 | 36.311.742 |
| 2014 | 30.995.924 |
| 2015 | 23.436.209 |
| 2016 | 14.990.001 |
| 2017 | 8.422.099 |
| Após 2017 | 12.406.862 |
| Total | **126.562.837** |

### 6.4) Concentração da carteira bruta

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 | % | 2012 | % |
|---|---|---|---|---|
| 10 maiores clientes | 112.809.226 | 72,3 | 91.364.530 | 72,1 |
| 50 seguintes maiores clientes | 42.808.399 | 27,4 | 34.742.718 | 27,5 |
| Demais clientes | 390.652 | 0,3 | 455.589 | 0,4 |
| Total | **156.008.277** | **100,0** | **126.562.837** | **100,0** |

### 6.5) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O CMN, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do BACEN, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Repasses interfinanceiros

R$ mil

| Nível de Risco | Situação | Repasses interfinanceiros Em 31 de dezembro 2013 | Repasses interfinanceiros Em 31 de dezembro 2012 | % Provisão | Provisão Em 31 de dezembro 2013 | Provisão Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AA | Adimplente | 37.467.527 | 25.490.424 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 99.912.234 | 84.255.413 | 0,50 | 499.561 | 421.277 |
| B | Adimplente | 10.870.641 | 8.776.338 | 1,00 | 108.707 | 87.763 |
| C | Adimplente | 177.705 | 41.218 | 3,00 | 5.331 | 1.237 |
| D | Adimplente | 52.731 | 329.495 | 10,00 | 5.273 | 32.949 |
| E | Adimplente | – | 16.781 | 30,00 | – | 5.034 |
| F | Adimplente | 7.515 | – | 50,00 | 3.757 | – |
| | Inadimplente | – | 33 | 50,00 | – | 17 |
| Total | | **148.488.353** | **118.909.702** | | **622.629** | **548.277** |
| Curto prazo | | 41.644.729 | 35.164.359 | | 174.621 | 162.138 |
| Longo prazo | | 106.843.624 | 83.745.343 | | 448.008 | 386.139 |
| Total | | **148.488.353** | **118.909.702** | | **622.629** | **548.277** |

b) Operações de crédito

R$ mil

| Nível de Risco | Situação | Operações de crédito Em 31 de dezembro 2013 | Operações de crédito Em 31 de dezembro 2012 | % Provisão | Provisão Em 31 de dezembro 2013 | Provisão Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AA | Adimplente | 4.137.628 | 3.308.473 | 0,00 | – | – |
| A | Adimplente | 656.371 | 516.264 | 0,50 | 3.282 | 2.581 |
| B | Adimplente | 1.167.714 | 995.776 | 1,00 | 11.677 | 9.958 |
| C | Adimplente | 1.553.255 | 4.881 | 3,00 | 46.597 | 146 |
| D | Adimplente | 4.956 | – | 10,00 | 496 | – |
| E | Adimplente | – | 2.827.741 | 30,00 | – | 848.323 |
| Total | | **7.519.924** | **7.653.135** | | **62.052** | **861.008** |
| Curto prazo | | 1.219.718 | 1.147.383 | | 10.065 | 129.085 |
| Longo prazo | | 6.300.206 | 6.505.752 | | 51.987 | 731.923 |
| Total | | **7.519.924** | **7.653.135** | | **62.052** | **861.008** |

### 6.6) Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2013 | | |
|---|---|---|---|
| | Operações de crédito | Repasses interfinanceiros | Total |
| Saldo no início do exercício | (861.008) | (548.277) | (1.409.285) |
| (Constituição) reversão líquida | 798.935 | (74.367) | 724.568 |
| Baixas contra provisão | 21 | 15 | 36 |
| Saldo no final do exercício | **(62.052)** | **(622.629)** | **(684.681)** |

R$ mil

| | Em 31 de dezembro 2012 | | |
|---|---|---|---|
| | Operações de crédito | Repasses interfinanceiros | Total |
| Saldo no início do exercício | (935.749) | (482.101) | (1.417.850) |
| (Constituição) reversão líquida | 74.723 | (66.176) | 8.547 |
| Baixas contra provisão | 18 | – | 18 |
| Saldo no final do exercício | **(861.008)** | **(548.277)** | **(1.409.285)** |

O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

## 7. Outros créditos - Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) cuja taxa fixa do mutuário final é menor que o somatório do custo da fonte de recurso e da remuneração do BNDES, conforme as portarias do Gabinete do Ministério da Fazenda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 11.009.867 mil e em 31 de dezembro de 2012 era de R$ 6.499.785 mil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## 8. Obrigações por repasses

### 8.1) Composição

R$ mil

| | Em 31 de dezembro | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2013 | | | 2012 | | |
| | Moeda Nacional | Moeda Estrangeira | Total | Moeda Nacional | Moeda Estrangeira | Total |
| BNDES | 146.935.420 | 7.395.261 | 154.330.681 | 115.225.005 | 6.470.442 | 121.695.447 |
| **Total** | **146.935.420** | **7.395.261** | **154.330.681** | **115.225.005** | **6.470.442** | **121.695.447** |
| Curto prazo | | | 28.168.513 | | | 4.352.742 |
| Longo prazo | | | 126.162.168 | | | 117.342.705 |
| Total | | | **154.330.681** | | | **121.695.447** |

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 0,5% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2019. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano ou da Unidade Monetária BNDES - UMBNDES (indexador que reflete a média ponderada das variações cambiais das moedas existentes na Cesta de Moedas do BNDES) e juros de até 6,23% ao ano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2024.

### 8.2) Vencimento das obrigações por repasses

| | R$ mil Em 31 de dezembro 2013 |
|---|---|
| A vencer: | |
| 2014 | 28.168.513 |
| 2015 | 29.888.917 |
| 2016 | 29.882.519 |
| 2017 | 31.509.404 |
| 2018 | 29.624.028 |
| Após 2018 (*) | 5.257.300 |
| Total | **154.330.681** |

(*) Após 2018, os vencimentos concentram-se em 2019 (R$ 2.438.902 mil).

| | R$ mil Em 31 de dezembro 2012 |
|---|---|
| A vencer: | |
| 2013 | 4.352.742 |
| 2014 | 21.583.761 |
| 2015 | 22.879.011 |
| 2016 | 22.881.344 |
| 2017 | 23.210.990 |
| Após 2017 (*) | 26.787.599 |
| Total | **121.695.447** |

(*) Após 2017, os vencimentos concentram-se em 2018 (R$ 22.212.636 mil).

## 9. Imposto de renda e contribuição social

### 9.1) Corrente

A FINAME adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/1995 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2013 a FINAME constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

| | 2º semestre de 2013 | | Em 31 de dezembro 2013 | | Em 31 de dezembro 2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição Social | Imposto de renda | Contribuição Social | Imposto de renda | Contribuição Social |
| Resultado antes da tributação | 1.407.407 | 1.407.407 | 2.090.223 | 2.090.223 | 1.380.071 | 1.380.071 |
| Participação dos empregados no lucro | (19.109) | (19.109) | (19.109) | (19.109) | (16.008) | (16.008) |
| Base para cálculo dos tributos | 1.388.298 | 1.388.298 | 2.071.114 | 2.071.114 | 1.364.063 | 1.364.063 |
| Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% | 347.075 | 208.245 | 517.779 | 310.667 | 341.016 | 204.610 |
| Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos: | | | | | | |
| • Provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/1999) | (161.256) | (96.753) | (181.151) | (108.691) | (2.141) | (1.285) |
| • Créditos baixados como prejuízo | (83.978) | (50.387) | (79.376) | (47.626) | 306 | 183 |
| • Passivo Atuarial - FAMS | 2.788 | 1.673 | 4.205 | 2.523 | 2.703 | 1.622 |
| • Provisões trabalhistas e cíveis | (289) | (173) | (124) | (74) | 11 | 7 |
| • Programa de desligamento planejado de funcionários | (103) | (62) | (1.149) | (689) | (1.286) | (771) |
| • Participação dos empregados no lucro | 4.777 | 2.866 | 774 | 465 | 1.313 | 788 |
| • Subvenções - Incentivos Fiscais | (3.019) | (1.811) | (4.039) | (1.811) | (5.011) | (1.419) |
| • Outras adições e exclusões líquidas | (1.526) | 84 | (4.454) | 148 | (3) | – |
| Imposto de renda e contribuição social | **104.469** | **63.682** | **252.465** | **154.912** | **336.908** | **203.735** |

O saldo a pagar está assim demonstrado:

| | R$ mil Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Impostos e contribuições sobre o lucro: | | |
| • Provisão | | |
| Imposto de renda | 252.465 | 336.908 |
| Contribuição social | 154.912 | 203.735 |
| | 407.377 | 540.643 |
| • Antecipações | | |
| Imposto de renda | (57.763) | (316.222) |
| Contribuição social | (26.227) | (189.929) |
| | (83.990) | (506.151) |
| Imposto e contribuição a recolher | **323.387** | **34.492** |

Os impostos e contribuições a recuperar são os seguintes:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Antecipações - Incentivo audiovisual | 4.080 | 2.117 |
| Total | **4.080** | **2.117** |
| Circulante | 4.080 | 2.117 |
| Não-circulante | – | – |
| **Total** | **4.080** | **2.117** |

### 9.2) Créditos tributários

| | R$ mil Em 31 de dezembro 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| • Composição do crédito diferido: | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 10.251 | 137.253 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 46 | 243 |
| Participação dos empregados no lucro | 7.644 | 6.405 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | – | 1.838 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 5.516 | 3.412 |
| Subtotal | 23.457 | 149.151 |
| • Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes | | |
| Perda atuarial – FAMS | 1.997 | – |
| Subtotal | 1.997 | - |
| Total | **25.454** | **149.151** |
| Curto prazo | 18.823 | 38.823 |
| Longo prazo | 6.631 | 110.328 |
| Total | **25.454** | **149.151** |

(continuação)

De acordo com a Resolução BACEN nº 3.059/2002, foi constituído crédito fiscal diferido sobre adições temporárias, que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, que serão compensados com lucros tributáveis futuros.

A contrapartida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foi:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Imposto de Renda | (78.558) | 2.715 |
| Contribuição Social | (47.135) | 1.629 |
| Total | **(125.693)** | **4.344** |

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída sobre operações de crédito ou repasses interfinanceiros, os quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 10.a) e cíveis (Nota 10.b);

c) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço;

d) Provisão para despesas médicas - FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os créditos tributários sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas.

A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

| | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | Constituição | Realização | 31/12/2013 |
| • Créditos tributários: | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 137.253 | 700 | (127.702) | 10.251 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 243 | 741 | (938) | 46 |
| Participação dos empregados no lucro | 6.405 | 7.644 | (6.405) | 7.644 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 1.838 | – | (1.838) | – |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 3.412 | 2.104 | – | 5.516 |
| Subtotal | 149.151 | 11.189 | (136.883) | 23.457 |
| • Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes | | | | |
| Perda atuarial – FAMS | – | 1.997 | – | 1.997 |
| Subtotal | – | 1.997 | – | 1.997 |
| Total de créditos tributários diferidos | **149.151** | **13.186** | **(136.883)** | **25.454** |

| | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2011 | Constituição | Realização | 31/12/2012 |
| Créditos baixados como prejuízo | 133.072 | 4.181 | – | 137.253 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 226 | 17 | – | 243 |
| Participação dos empregados no lucro | 4.304 | 6.405 | (4.304) | 6.405 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | 3.894 | – | (2.056) | 1.838 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 3.311 | 101 | – | 3.412 |
| Total | **144.807** | **10.704** | **(6.360)** | **149.151** |

| | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2011 | Constituição | Realização | 31/12/2012 |
| Obrigação diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda | (13) | – | 13 | – |
| Total | **(13)** | **–** | **13** | **–** |

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2013 totalizou R$ 312.292 mil. Este valor refere-se basicamente à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/1999) e à provisão para desvalorização de títulos oriundos de incentivos fiscais - FINOR - (somente no caso de CSLL), sobre os quais não são reconhecidos créditos tributários em função de ausência de expectativa de realização dos mesmos. Após a Resolução BACEN nº 3.059/2002, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN nº 3.355/2006. Entretanto, conservadoramente, manteve-se o horizonte de 5 anos para realização dos créditos tributários e aqueles valores serão realizados em período superior a este prazo, ou não há expectativa de realização.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2013:

| | | | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Total |
| • Créditos tributários: | | | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 9.710 | 173 | 191 | 177 | – | 10.251 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | – | 38 | 8 | – | – | 46 |
| Participação dos empregados no lucro | 7.644 | – | – | – | – | 7.644 |
| Provisão despesas médicas - FAMS | 1.079 | 1.090 | 1.115 | 1.111 | 1.121 | 5.516 |
| Subtotal | 18.433 | 1.301 | 1.314 | 1.288 | 1.121 | 23.457 |
| • Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes | | | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | 390 | 394 | 404 | 402 | 407 | 1.997 |
| Subtotal | 390 | 394 | 404 | 402 | 407 | 1.997 |
| Total | **18.823** | **1.695** | **1.718** | **1.690** | **1.528** | **25.454** |

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, totalizou R$ 21.422 mil.

O Art. 5º da Resolução 3.059/2002 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela Agência. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2013, não foram realizadas baixas desta natureza.

O montante de créditos tributários constituídos após a entrada em vigor desta resolução totalizou R$ 13.905 mil.

## 10. Provisões trabalhistas e cíveis

A FINAME é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Processos trabalhistas | 114 | 606 |
| Processos cíveis | – | 4 |
| Total | **114** | **610** |
| Curto prazo | – | – |
| Longo prazo | 114 | 610 |
| Total | **114** | **610** |

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | Processos trabalhistas | Processos cíveis |
| 2014 | – | – |
| 2015 | 95 | – |
| 2016 | 19 | – |
| 2017 | – | – |
| 2018 | – | – |
| 2019 | – | – |
| 2020 | – | – |
| 2021 | – | – |
| 2022 | – | – |
| 2023 | – | – |
| | **114** | **–** |

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 7 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 606 | 561 |
| Pagamentos | (92) | – |
| Constituições | 1.945 | 45 |
| Reversões | (2.345) | – |
| Saldo no final do exercício | **114** | **606** |

(continuação)

Em 31 de dezembro de 2013, não existe processo judicial em andamento, classificado na categoria de risco possível.

b) Processos cíveis

No período corrente, não há processos classificados na categoria provável.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 4 | 4 |
| Pagamentos | – | – |
| Constituições | – | – |
| Reversões | (4) | – |
| Saldo no final do exercício | – | 4 |

Em 31 de dezembro, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 470 mil.

## 11. Obrigações de benefícios de aposentadoria

A partir de 1º de janeiro de 2013, a FINAME passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e contempla substancialmente as alterações no texto da *IAS 19 - Employee Benefits*, emitida pelo *IASB - International Accounting Standards Board*.

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

Os efeitos dos ajustes da adoção desse pronunciamento foram considerados imateriais pela Administração e consequentemente reconhecidos no exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

| | R$ mil |
|---|---|
| Outros resultados abrangentes de exercícios anteriores | 168.507 |
| Resultado de exercícios anteriores | (3.319) |

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Passivo atuarial - FAPES | 49.224 | 45.355 |
| Passivo atuarial - FAMS | 88.415 | 60.112 |
| Total | **137.639** | **105.467** |
| Curto prazo | | |
| Passivo atuarial - FAPES | 2.662 | 2.513 |
| Passivo atuarial - FAMS | 3.673 | 1.581 |
| Total | 6.335 | 4.094 |
| Longo prazo | | |
| Passivo atuarial - FAPES | 46.562 | 42.842 |
| Passivo atuarial - FAMS | 84.742 | 58.531 |
| Total | 131.304 | 101.373 |

11.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS). É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;
b) complementação de pensão;
c) complementação de auxílio-reclusão;
d) complementação de abono anual (13º salário);
e) complementação de auxílio-doença; e
f) pecúlio por morte.

É administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

1) a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto hoje é de R$ 4.159 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano;

2) a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O Plano é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC nº 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

a) **Emenda Constitucional nº 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) **Lei Complementar nº 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes, e

c) **Lei Complementar nº 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil.

No que tange à definição do teto de ativo (*asset ceiling*), deverá prevalecer o estabelecido na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas e somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, cuja destinação para os participantes e assistidos e para o patrocinador na forma de suspensão, redução parcial ou integral de contribuições normais está condicionada:

I - relativamente aos participantes e assistidos, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias porventura devidas; e

II - relativamente ao patrocinador, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias e das eventuais dívidas existentes perante o plano de benefícios.

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 495.964 | 628.589 |
| Valor justo dos ativos do plano | (446.740) | (473.275) |
| Valor presente das obrigações atuariais | 49.224 | 155.314 |
| Passivo atuarial adicional | – | (1) (109.959) |
| Passivo atuarial total | **49.224** | **45.355** |

Nota: (1) O valor de R$ 109.959 mil refere-se ao ajuste do passivo atuarial conforme CPC 33(R1) considerado imaterial pela administração e , portanto, contabilizado somente em 2013.

**Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional**

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Contratos de 2002 (a) | 33.812 | 34.678 |
| Contratos de 2004 (b) | 9.039 | 10.677 |
| Total | **42.851** | **45.355** |

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 628.589 | 468.186 |
| Custo do serviço corrente | 4.063 | 3.585 |
| Custo dos juros da obrigação | 53.356 | 46.970 |
| Contribuições dos participantes do plano | 1.406 | 1.486 |
| Benefícios pagos | (31.232) | (23.814) |
| (Ganho) Perdas atuariais | (160.217) | 132.176 |
| Mudança de premissas (crescimento salarial) | 213 | 56 |
| Mudança de premissas (taxa de desconto) | (164.073) | 104.618 |
| Ajuste de experiência | 3.643 | 27.502 |
| Saldo no final do exercício | **495.965** | **628.589** |

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 473.275 | 408.156 |
| Retorno dos ativos do plano | 40.369 | 41.292 |
| Custo do serviço corrente - Ganhos (perdas) | (45.280) | 38.619 |
| Contribuições recebidas do empregador | 8.202 | 7.536 |
| Contribuições recebidas dos participantes do plano | 1.406 | 1.486 |
| Benefícios pagos | (31.232) | (23.814) |
| Saldo no final do exercício | **446.740** | **473.275** |

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 8.571 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,45 anos em 31 de dezembro de 2013 (17,15 anos 31 de dezembro de 2012).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Custo do serviço corrente | 4.063 | 3.585 |
| Custo dos juros da obrigação | 53.356 | 46.970 |
| Retorno dos ativos do plano | (40.369) | (41.292) |
| Total | **17.050** | **9.263** |

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo do início do exercício | 109.306 | 15.749 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação - premissas financeiras | (160.217) | 132.176 |
| Custo do serviço corrente - Ganhos (perdas) | 45.280 | (38.619) |
| Saldo no final do exercício | **(5.631)** | **109.306** |

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

Os ativos do plano de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

| | R$ mil | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | | | | | |
| | 2013 | | | | 2012 | | | |
| Ativos por categoria | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ações | | | | | | | | |
| Companhias abertas | – | – | 164 | 164 | – | – | 554 | 554 |
| Fundos de investimento | | | | | | | | |
| Renda fixa | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Ações | 39.570 | – | – | 39.570 | 31.746 | – | – | 31.746 |
| Multimercado | 325.024 | – | – | 325.024 | 374.281 | – | – | 374.281 |
| Empresas emergentes | – | 1.027 | – | 1.027 | – | 1.207 | – | 1.207 |
| Participações | – | 15.659 | – | 15.659 | – | 14.585 | – | 14.585 |
| Imóveis | | | | | | | | |
| Locados a terceiros | – | 43.711 | – | 43.711 | – | 30.558 | – | 30.558 |
| Locados aos Patrocinadores | – | 3.176 | – | 3.176 | – | 1.979 | – | 1.979 |
| Empréstimos e Financiamentos | – | – | 15.998 | 15.998 | – | – | 16.620 | 16.620 |
| Subtotal | 364.594 | 63.573 | 16.162 | 444.329 | 406.027 | 48.329 | 17.174 | 471.530 |
| Outros ativos não avaliados a valor justo | – | – | – | 2.411 | – | – | – | 1.745 |
| Total | **381.280** | **46.887** | **16.162** | **446.740** | **421.819** | **32.537** | **17.174** | **473.275** |

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES montam em R$ 1.755 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.289 mil em 31 de dezembro de 2012)

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2013 para os próximos três anos:

| | R$ mil |
|---|---|
| 31/12/2014 | 32.637 |
| 31/12/2015 | 34.106 |
| 31/12/2016 | 35.640 |

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (acréscimo de 1% na taxa vigente) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

| Premissas | Variação | Acréscimo no passivo atuarial |
|---|---|---|
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 11,1% |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 1,2% |
| Taxa de crescimento salarial | Acréscimo de 1% | 0% |

### 11.2) Plano de assistência médica

A FINAME, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/1998 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados da FINAME, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da FINAME para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O Plano de Assistência Médica (PAS) é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde - RÃS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2013, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Valor presente das obrigações não fundeadas | 88.415 | 115.341 |
| Passivo líquido | **88.415** | **115.341** |
| Passivo atuarial - FAMS CPC 33 | – | (55.229) (1) |
| Passivo atuarial - Total | **88.415** | **60.112** |

Nota: (1) O valor de R$ 55.229 mil refere-se ao ajuste de exercício anterior considerado imaterial pela administração e, portanto, contabilizados somente em 2013.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 115.341 | 80.292 |
| Custo do serviço corrente | 1.654 | 1.212 |
| Custo de juros | 9.902 | 8.111 |
| Perdas (ganhos) atuariais | (35.711) | 28.209 |
| Benefícios pagos | (2.771) | (2.483) |
| Saldo no final do exercício | **88.415** | **115.341** |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Custo do serviço corrente | 1.654 | 1.212 |
| Custo de juros | 9.902 | 8.111 |
| Total | **11.556** | **9.323** |

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Saldo do início do exercício | 59.201 | 30.992 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação | (35.711) | 28.209 |
| Saldo no final do exercício | **23.490** | **59.201** |

A FINAME espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 3.050 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,37 anos em 31 de dezembro de 2013 (15,10 anos em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

| Premissas | Variação | Acréscimo no passivo atuarial |
|---|---|---|
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 14,2 % |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 3,1 % |
| Custos médicos | Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos | 14,2 % |

### 11.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

| | 31 de dezembro de 2013 | 31 de dezembro de 2012 |
|---|---|---|
| Benefícios considerados | Todos os benefícios regulamentares | Todos os benefícios regulamentares |
| Método de avaliação atuarial | Crédito Unitário Projetado | Crédito Unitário Projetado |
| Tábua de mortalidade de válidos | AT 2000 | AT 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT 49 agravada em 100% | AT 49 agravada em 100% |
| Invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Taxa real de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 3,1098% a.a. | 3,1098% a.a. |
| Grupo Apoio | 2,5394% a.a. | 2,5394% a.a. |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 7,843% a.a. | 7,843% a.a. |
| Grupo Apoio | 7,302% a.a. | 7,302% a.a. |
| Taxa de desconto nominal | 11,34% a.a. | 8,687% a.a. |
| Taxa de inflação | 4,5% a.a. | 4,5% a.a. |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar | 11,34% a.a. | 8,687% a.a. |
| Taxa real de tendência dos custos médicos | 5% a.a. | 5% a.a. |

## 12. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Vale-transporte | 19 | 22 |
| Vale-refeição | 4.200 | 4.762 |
| Assistência Educacional | 1.380 | 1.162 |
| Total | **5.599** | **5.946** |

## 13. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional - Operações Passivas

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) cuja taxa fixa do mutuário final é maior que o somatório do custo da fonte de recurso e da remuneração do BNDES, conforme as portarias do Gabinete do Ministério da Fazenda, sendo o excesso devolvido ao Tesouro Nacional. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R$ 138.144 mil (R$ 56.597 mil em 31 de dezembro de 2012).

## 14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito da FINAME é de R$ 9.498.926 mil e está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Está em curso um aumento de capital, pela incorporação de lucros remanescentes , no valor de R$ 1.632.665 mil, sendo R$ 545.865 mil referentes ao exercício de 2012 e R$ 1.086.800 mil referentes ao exercício de 2013, aprovados pela Diretoria do BNDES em de 29 de janeiro de 2013 e 28 de janeiro de 2014, respectivamente. A incorporação ao capital será efetivada após ter sido aprovada pelo Ministério da Fazenda e publicada no Diário Oficial da União, nos termos do Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Os dividendos obrigatórios do exercício de 2012, atualizados pela taxa Selic, no valor de R$ 185.726 mil foram pagos em abril de 2013.

Destinação do resultado

A destinação dos resultados de 2013 e de 2012 está descrita a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Resultado do exercício | 1.538.044 | 827.764 |
| Valores destinados | 1.538.044 | 827.764 |
| Destinações: | | |
| Reserva legal - 5% (1) | 76.902 | 38.804 |
| Reserva de incentivos fiscais | 12.075 | 9.459 |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% (2) | 362.267 | 181.955 |
| Absorção de prejuízo acumulado do exercício anterior | – | 51.681 |
| Incorporação ao capital | 1.086.800 | 545.865 |

(1) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(2) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

## 15. Partes Relacionadas

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução nº 3.750/2009 do BACEN.

### 15.1) Transações com o controlador - BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 8 e 14:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | | BNDES | |
| | 2º semestre | Em 31 de dezembro | |
| | de 2013 | 2013 | 2012 |
| Passivo | | | |
| Operações de repasses | | | |
| Moeda nacional | | 146.935.420 | 115.225.005 |
| Moeda estrangeira | | 7.395.261 | 6.470.442 |
| Dividendos a pagar | | 362.267 | 181.955 |
| | | 154.692.948 | 121.877.402 |
| Receitas | | | |
| Operações de repasses | | | |
| Moeda nacional | – | – | 82 |
| Despesas | | | |
| Operações de repasses | | | |
| Moeda nacional | (2.909.737) | (5.391.219) | (4.876.743) |
| Moeda estrangeira | (545.962) | (1.240.694) | (776.109) |
| Total | **(3.455.699)** | **(6.631.913)** | **(5.652.852)** |

### 15.2) Transações com o Tesouro Nacional - acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 7 e 13 e estão resumidas a seguir:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Em 31 de dezembro | |
| | de 2013 | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | |
| Outros créditos com STN | | 11.009.867 | 6.499.785 |
| Passivo | | | |
| Outras obrigações com STN | | 138.144 | 56.597 |
| Resultado: | | | |
| Resultado com títulos públicos federais | 38.291 | 38.291 | – |
| Receitas com outros créditos - equalização | 2.710.862 | 4.543.079 | 2.794.531 |
| Despesas com outras obrigações - equalização | (43.963) | (92.354) | (43.761) |

### 15.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais federais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Ativos | | |
| Fundos, operações de crédito e repasses | 31.656.839 | 21.062.560 |
| Provisão para risco de crédito | (1.679) | (1.412) |
| Passivos | | |
| Fundos | 22.811 | 5.351 |

### 15.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota 11:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Em 31 de dezembro | |
| | de 2013 | 2013 | 2012 |
| **Passivo** | | | |
| Contas a pagar - FAPES - Previdência | | 49.224 | 45.355 |
| Passivo atuarial - FAMS - Assistência | | 88.415 | 60.112 |
| **Despesas** | | | |
| Plano de Previdência | (8.217) | (15.246) | (6.278) |
| Plano de Assistência | (4.499) | (4.813) | (10.812) |

### 15.5) Remuneração de empregados e dirigentes

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão - diretores e membros da Junta de Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do BACEN.

A FINAME também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da FINAME.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da FINAME são apresentados como segue:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Benefícios de curto prazo: | | |
| Salários e encargos | 564,35 | 489,54 |

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | | | |
| | 2013 | | 2012 | |
| | Administração | Empregados | Administração | Empregados |
| Maior Salário (*) | 5,79 | 45,43 | 5,79 | 44,92 |
| Menor Salário (*) | 5,79 | 2,38 | 5,79 | 2,11 |
| Salário (*) Médio | 5,79 | 22,75 | 5,79 | 21,83 |

(*) remuneração mensal

## 16. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para risco de crédito:

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Em 31 de dezembro | |
| | de 2013 | 2013 | 2012 |
| Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito | 699.356 | 798.935 | 74.723 |
| Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros | (54.357) | (74.367) | (66.176) |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 15.900 | 36.499 | 36.473 |
| Receita (despesa) líquida apropriada | **660.899** | **761.067** | **45.020** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

**17. Outras informações**

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração, a MP 627 não produz efeitos tributários para a companhia, não trazendo, portanto, alterações significativas sobre as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

**JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO**

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
GABRIEL JORGE FERREIRA – Membro da Junta
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES – Membro da Junta
MÁRCIO LEÃO COELHO – Membro da Junta
LUIZ AUBERT NETO – Membro da Junta
OSMAR RONCOLATO PINHO – Membro da Junta
ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Membro da Junta
ARY JOEL DE ABREU LANZARIN – Membro da Junta

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA**

SELMO ARONOVICH

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Diretores da
**Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Agência, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

## DECISÃO DA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

Decisão nº 01/2014 - FINAME Reunião de 20 de fevereiro de 2014

Interessada: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**
C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00
Avenida República do Chile, 100 - parte
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e proposta de destinação do resultado do exercício.

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO – 07/14 de 11/02/14, e PARECER emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, manifestar-se favoravelmente à aprovação:

I) das Demonstrações Financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício encerrado em 31.12.13, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e

II) da seguinte destinação do lucro do exercício de R$ 1.538.043.454,76 (um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos), já contemplada nas demonstrações financeiras:

a) 5%, correspondente ao valor de R$ 76.902.172,74 (setenta e seis milhões, novecentos e dois mil, cento e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), para a constituição da Reserva Legal;

b) R$ 12.075.273,20 (doze milhões, setenta e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e vinte centavos), referentes ao total de incentivos fiscais reconhecidos no exercício, para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais;

c) 25%, após a constituição das Reservas Legal e de Incentivos Fiscais, no montante de R$ 362.266.502,20 (trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e dois reais e vinte centavos), para o pagamento de dividendos mínimos; e

d) incorporação do saldo remanescente, correspondente a R$ 1.086.799.506,62 (um bilhão, oitenta e seis milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e seis reais e sessenta e dois centvos), ao capital.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
GABRIEL JORGE FERREIRA
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES
MÁRCIO LEÃO COELHO
LUIZ AUBERT NETO
OSMAR RONCOLATO PINHO
ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE
ARY JOEL DE ABREU LANZARIN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

# BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

**CNPJ Nº 00.383.281/0001-09**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2013

**Senhor acionista e demais interessados:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e das normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2013 foi marcado por mudanças importantes no cenário macroeconômico global. A economia americana mostra, nos últimos trimestres, um dinamismo não antecipado pelas expectativas de mercado. Na Zona do Euro, a atuação do Banco Central Europeu – com as linhas assistenciais de liquidez aos bancos e sua assunção efetiva como emprestador de última instância, dissipou de maneira mais contundente os riscos associados a uma desintegração da união monetária. Na China, a despeito da desaceleração do crescimento em relação à média dos últimos anos, as reformas pró-mercado - em especial a liberalização da conta financeira do balanço de pagamentos – tendem a corrigir os desequilíbrios oriundos da expansão acelerada dos últimos anos.

O fato mais marcante de 2013 no cenário macroeconômico internacional foi, e continuará sendo por algum tempo, os rumos da política monetária norte-americana. Nesse sentido, vale uma breve retrospectiva. Desde que a economia mundial foi atingida pela crise financeira internacional, os bancos centrais ao redor do mundo executaram, quase instantaneamente e de maneira coordenada, um movimento maciço de relaxamento monetário global. O Federal Reserve, banco central americano, mantém sua taxa básica de juros (Fed Funds Rate) entre 0% e 0,25% desde dezembro/2008, fenômeno que foi batizado na literatura como "zero lower bound". Mesmo com a taxa básica de juros em seus patamares mínimos, não se esgotou a possibilidade de utilização da política monetária como ferramenta de estímulo à demanda agregada da economia. Dois instrumentos não-convencionais estão sendo utilizados desde então, sendo objetos de debates nos fóruns internacionais:

i) *forward guidance* – o FED passou a divulgar, desde dezembro/2012, sua estratégia de reação em termos de taxa básica de juros. A Fed Funds Rate manter-se-á nos níveis atuais (entre 0% e 0,25%) até que, pelo menos, a taxa de desemprego supere 6,5%; as expectativas inflacionárias de 1 a 2 anos não ultrapassem em 0,5 p.p. a meta de longo prazo de 2,0% a.a.; e que as expectativas de inflação de longo prazo estejam bem ancoradas; e

ii) compras de ativos financeiros em larga escala – a intenção era reduzir a estrutura a termo de taxas de juros e, por conseguinte, aumentar os preços dos ativos financeiros para, via efeito riqueza, expandir o consumo e o crescimento da economia. Além disso, a compra de ativos também tinha intenção de reduzir as taxas de juros dos financiamentos imobiliários. De fato, a partir de setembro/2012, o FED anunciou o *quantitative easing* 3 (QE3), programa de compras mensais de ativos financeiros de US$ 85 bilhões, divididos em US$ 45 bilhões em *US Treasuries* e US$ 40 bilhões em MBS (*Mortgage Backed Securities*).

Todavia, a partir de meados do primeiro semestre, a economia norte-americana passou a dar sinais, ainda que incipientes, de um crescimento mais acentuado, especialmente no que tange ao comportamento do mercado imobiliário. Essa performance trouxe à tona discussões e especulações acerca da diminuição, do ritmo de relaxamento monetário mensal (de US$ 85 bi) adotado pelo FED – fenômeno batizado de *"tapering"*. Em maio/2013, em pronunciamento ao Congresso, o FED sinalizou, pela primeira vez, que havia debates no FOMC (Comitê de Política Monetária dos EUA) na direção de reduzir o volume de compras mensais de ativos financeiros (*"tapering talk"*). Tal fato foi suficiente para que ocorresse uma modificação na alocação de portfólios em nível global, com realinhamento dos preços dos ativos e fortes fluxos de recursos saindo dos mercados emergentes em direção às aplicações de curto prazo nos EUA. O dólar se apreciou em escala mundial, fato que se refletiu em depreciação cambial na maioria dos mercados emergentes, levando à deterioração de suas perspectivas de crescimento no curto prazo.

De fato, em dezembro/2013, o FOMC anunciou a redução de US$ 10 bilhões no seu volume mensal de compras de ativos financeiros, de US$ 85 bi para US$ 75 bi. É importante mencionar que tal fato, conforme ressaltado pelo FED, não se constitui em aperto das condições monetárias, mas sim em uma desaceleração do ritmo de flexibilização. Em outras palavras, a orientação da política monetária americana continua a ser amplamente acomodatícia, de modo a dar suporte a seus dois objetivos fundamentais, quais sejam, o pleno emprego dos fatores de produção e a estabilidade de preços.

Na Zona do Euro, a estratégia escolhida de resolução da crise da região – isto é, consolidação fiscal e reformas estruturais nos países mais vulneráveis – continua a ser seguida. Embora alguns progressos tenham sido realizados, tanto em termos institucionais, como nos fundamentos de alguns países – menores déficits públicos, ajustamento das contas correntes, redução do custo nominal unitário do trabalho etc – o impacto dessas políticas sobre o nível de atividade tem sido intenso. O nível de desemprego na região é bastante elevado, tornando permanentes as tensões sociais.

A atuação mais contundente do BCE desde fins de 2012 trouxe algum alívio à região. Países como Espanha e Itália, que em certo momento de 2012 tiveram seus custos de captação em mercado atingindo níveis bastante elevados, colocando em dúvida a sustentabilidade de suas dívidas públicas, atualmente já conseguem ter acesso a fontes de financiamento via mercado a taxas significativamente mais baixas.

Na China, o nível de atividade vem apresentando um processo de desaceleração mais acentuado do que o inicialmente previsto. A discrepância entre o volume de liquidez na economia e o desempenho da atividade econômica vem suscitando ações das autoridades no sentido de conter a formação de bolhas especulativas. O forte aperto de liquidez ocorrido no sistema bancário em fins de junho/2013 emitiu um sinal claro por parte do governo de que as operações de financiamento via sistema bancário não convencional devem ser contidas. Liquidez abundante sem fins produtivos continuará a ser objeto de monitoramento por parte do governo chinês, que já direcionou esforços em direção à realização de reformas estruturais. A ideia fundamental é que o relativo afrouxamento dos controles da economia, como, por exemplo, a liberalização das taxas de juros, ajude a garantir, a médio e longo prazo, um crescimento econômico mais equilibrado, mesmo que para isso tenha de ocorrer uma redução na taxa de crescimento de curto prazo.

As medidas anunciadas em novembro/2013 vão ao encontro desse objetivo, e tendem a gerar maior eficiência alocativa dos recursos na economia. Dessa forma, contribuiriam para acelerar a mudança do modelo de desenvolvimento do país, que deixaria de ter como principal vetor de demanda agregada da economia o investimento, em favor do consumo privado das famílias.

No Brasil, o IPCA fechou ao ano de 2013 com variação de 5,91%, acima do valor de 5,84% de 2012, mas ainda abaixo do limite superior da meta de inflacionária de 6,5%. Os dois principais fatores que contribuíram para o resultado da inflação de 2013 foram: i) aceleração dos preços industriais, seja pela recomposição de IPI em alguns segmentos, como móveis e eletrodomésticos, seja pelos impactos do repasse da depreciação cambial sobre os preços dos manufaturados comercializáveis; ii) persistência da inflação do setor de serviços, que é caracterizada fortemente por seu componente inercial.

Vale ainda ressaltar que ao longo do primeiro semestre de 2013 os preços dos gêneros alimentícios *in natura* registraram forte movimento altista em função das condições climáticas adversas que atingiram o país. Além disso, os preços administrados foram amplamente reprimidos em 2013, com queda acentuada das tarifas de energia elétrica e adiamento do reajuste do setor de transporte urbano. Esse efeito benigno dos preços administrados sobre o IPCA no ano de 2013, a priori, não se repetirá em 2014.

Depois de registrar forte aceleração no primeiro semestre de 2013 (liderada pela produção industrial e pelos investimentos), a economia brasileira enfrentou diversos choques não antecipados em meados do ano, os quais tiveram repercussões em sua dinâmica de crescimento no segundo semestre. À volatilidade cambial, oriunda dos movimentos dos fluxos de capitais advindos do *"tapering talk"*, somou-se o ciclo de aperto monetário iniciado em abril/2013 pelo Banco Central. Além disso, outro fator importante, que atingiu a confiança empresarial, foi a onda de protestos que tomou conta das principais cidades do país em junho/2013. A junção desses três fatores afetaram em cheio as expectativas empresariais e, por conseguinte, a consecução dos investimentos na economia.

É provável que o crescimento da economia em 2013, a ser divulgado apenas em março/2014, seja pouco superior a 2,0%. Além disso, o desempenho ruim da economia no segundo semestre de 2013, gerará um carry-over (carregamento estatístico) baixo para 2014.

## A EMPRESA

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1974, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas do Sistema BNDES e visa apoiar os processos de capitalização, desenvolvimento, consolidação e internacionalização de empresas nacionais, e o reforço de suas estruturas de capital, induzindo a adoção das melhores práticas de sustentabilidade, o fortalecimento da capacidade inovadora e da governança empresarial. Esta atuação concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório.

Outro importante aspecto da sua atuação diz respeito ao fortalecimento e à modernização do mercado de capitais brasileiro, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários, do desenvolvimento de produtos atrativos e seguros para os investidores e da democratização da propriedade do capital de empresas, com a pulverização das participações acionárias.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

A AMC concentra as atividades de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

R$ milhões, exceto percentuais

| Resultado | 2013 | 2012 | Evolução % | 4T/13 | 4T/12 | Evolução % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Resultado com Participações Societárias (RPS) | 1.770 | 138 | 1.182,6 | 603 | (2.166) | 127,8 |
| Resultado com Operações Financeiras | 563 | 47 | 1.097,9 | 192 | (87) | 320,7 |
| Outras despesas operacionais líquidas | (445) | (697) | 36,2 | (163) | (224) | 27,2 |
| Tributação sobre o Lucro | (317) | 862 | (136,8) | (77) | 1.293 | (106,0) |
| Participação dos Empregados no Lucro | (23) | (52) | 55,8 | (23) | (52) | 55,8 |
| Lucro Líquido (LL) | 1.548 | 298 | 419,5 | 532 | (1.236) | 143,0 |
| **Resultado líquido, excluída a marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a partipações acionárias** | **2013** | **2012** | **Evolução %** | **4T/13** | **4T/12** | **Evolução %** |
| Resultado com Participações Societárias (RPS) | 1.697 | 686 | 147,4 | 469 | (1.865) | 125,1 |
| Tributação sobre o Lucro | (292) | 676 | (143,2) | (31) | 1.191 | (102,6) |
| Lucro Líquido (LL) | 1.500 | 660 | 127,4 | 444 | (1.037) | 142,8 |
| **Balanço Patrimonial** | **DEZ/13** | **DEZ/12** | **Evolução %** | **DEZ/13** | **SET/13** | **Evolução %** |
| Ativo Total (AT) | 91.331 | 98.642 | (7,4) | 91.331 | 93.791 | (2,6) |
| Caixa e equivalente de caixa | 1.004 | 1.999 | (49,8) | 1.004 | 1.265 | (20,6) |
| Títulos e Valores Mobiliários 1/ | 15.937 | 14.828 | 7,5 | 15.937 | 15.299 | 4,2 |
| Outros Créditos | 1.841 | 3.600 | (48,9) | 1.841 | 2.537 | (27,4) |
| Participações Societárias 2/ (PS) | 72.549 | 78.215 | (7,2) | 72.549 | 74.690 | (2,9) |
| Obrigações por emissão de debêntures | 5.911 | 7.485 | (21,0) | 5.911 | 5.746 | 2,9 |
| Obrigações por repasses | 2.744 | 3.541 | (22,5) | 2.744 | 2.917 | (5,9) |
| Outras Obrigações | 6.323 | 8.462 | (25,3) | 6.323 | 7.508 | (15,8) |
| Patrimônio Líquido (PL) | 76.353 | 79.154 | (3,5) | 76.353 | 77.620 | (1,6) |
| **Indicadores Financeiros (%)** | **DEZ/13** | **DEZ/12** | | **DEZ/13** | **SET/13** | |
| Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT) | 83,60% | 80,24% | | 83,60% | 82,76% | |
| Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT) | 79,44% | 79,29% | | 79,44% | 79,63% | |
| **Rentabilidade** | **2013** | **2012** | | **4T/13** | **4T/12** | |
| Retorno s/ Ativos (LL / $AT_{médio}$) 3/ | 2,06% | 0,37% | | 0,71% | -1,54% | |
| Retorno s/ PL (LL / $PL_{médio}$) 4/ | 2,39% | 0,46% | | 0,82% | -1,90% | |
| Result. de Partic. Societ./ Participações Societárias (RPS / $PS_{médio}$) 5/ | 3,18% | 0,23% | | 1,08% | -3,58% | |

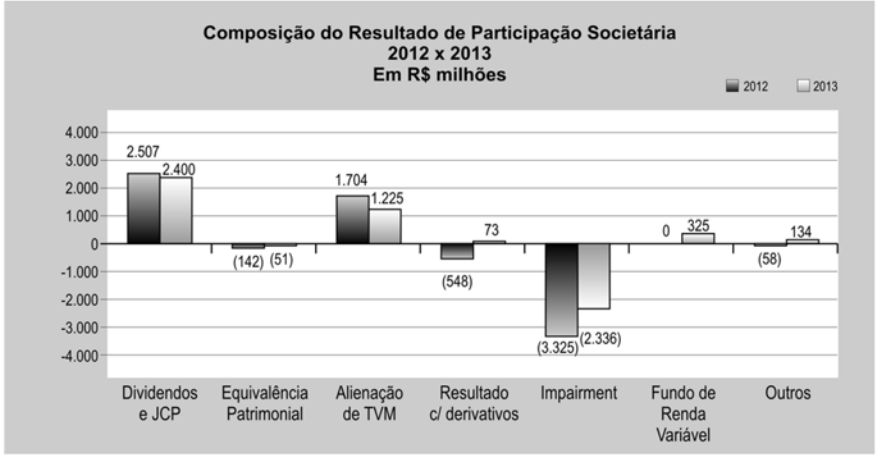
1/ Exclui participações em não coligadas
2/ Inclui participações em coligadas (investimentos), em não coligadas (TVM) e Fundos de Renda Variável
3/ ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2, excluído o AVM de não coligadas.
4/ PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2, excluído o AVM de não coligadas.
5/ PSmédio = (PS inicial + PS final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.

## RESULTADO

A BNDESPAR apurou um lucro líquido de R$ 1.548 milhões no exercício de 2013, o que representa um aumento de R$ 1.250 milhões (419,5%) em relação ao exercício de 2012. Na formação deste resultado destacam-se os acréscimos de R$ 1.632 milhões do resultado de participações societárias e de R$ 516 milhões do resultado com operações financeiras. Estes e outros efeitos serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir.

## Resultado de Participações Societárias

O **Resultado de Participações Societárias** reflete o desempenho das empresas que compõem o portfólio da BNDESPAR e, como tal, é sensível a mudanças na situação econômica do país e do mundo. Conforme se observa abaixo, o acréscimo de R$ 1.632 milhões no resultado de participações societárias se deve notadamente à redução nas perdas por *impairment* e ao crescimento do resultado com derivativos.




A **receita com dividendos e JCP** reflete o desempenho das empresas que compõem a carteira de não coligadas da BNDESPAR, avaliadas ao valor justo. A receita em 2013 manteve-se no mesmo patamar de 2012. As empresas que mais contribuíram em 2013 foram: Petrobrás, Vale e Valepar, com um total de R$ 1.824 milhões. Em 2012 igualmente se destacaram Petrobrás, Vale e Valepar, com um total de R$ 1.559 milhões.

O **resultado de equivalência patrimonial** apresentou recuperação de R$ 91 milhões (64,1%), refletindo o desempenho das empresas que compõem a carteira de coligadas da BNDESPAR.

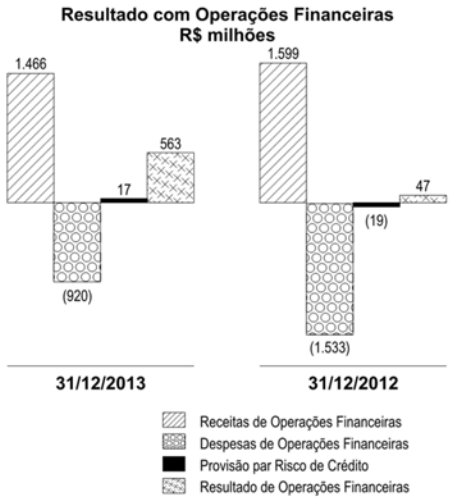
A redução de R$ 479 milhões no **resultado de alienação de TVM** reflete as oportunidades de desinvestimentos em cada exercício.

O **resultado com derivativos**, que apresentou melhora de R$ 621 milhões, reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

A **provisão para perdas por *impairment*** foi constituída em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. O total registrado decorre substancialmente da carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, avaliada ao valor justo. Para a carteira de não coligadas, o valor recuperável foi apurado com base no valor de mercado das ações. Para a carteira de coligadas, o valor recuperável foi apurado pela diferença entre o valor em uso (baseado no valor presente de fluxos de caixa futuros) do ativo analisado e o seu valor contábil.

O aumento de R$ 192 milhões em outros **resultados com participações societárias** reflete, em 2013, o ganho na marcação a valor justo de investimentos reclassificados de "coligadas" (avaliados pelo MEP) para TVM disponível para venda (avaliados ao valor justo), em função da perda de influência significativa após alienação parcial de ações.

## Resultado de Operações Financeiras



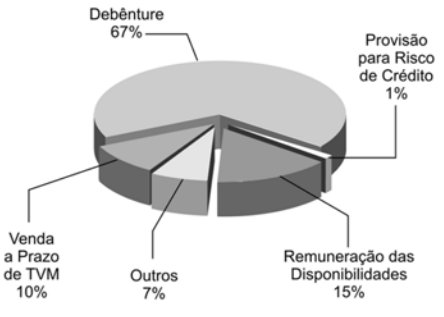

O **resultado de operações financeiras** apurado em 2013 foi positivo em R$ 563 milhões, ante um resultado também positivo em R$ 47 milhões em 2012, conforme será detalhado a seguir.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

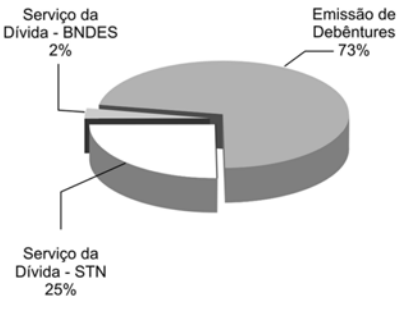
As despesas financeiras representam os encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e a provisão para risco de crédito.

A elevação do resultado com operações financeiras decorre principalmente da redução na despesa com serviço da dívida com o BNDES, devido à liquidação antecipada de mútuo, no valor de R$ 6.000 milhões, em dezembro de 2012, no âmbito da MP 600 (permuta de ativos com a União).

**Receitas de Operações Financeiras**




**Despesas de Operações Financeiras**




## Outras Despesas Operacionais Líquidas

O decréscimo de R$ 252 milhões (36,2%) é explicado pela redução do percentual atribuído à BNDESPAR no rateio das despesas administrativas, de 36% em 2012 para 13% em 2013.

## ESTRUTURA PATRIMONIAL

O ativo total da BNDESPAR atingiu R$ 91.331 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R$ 7.311 milhões (7,4%) em relação a 31 de dezembro de 2012, destacando o decréscimo de R$ 7.116 milhões nas participações societárias a valor justo, por conta principalmente da redução do valor justo em R$ 6.942 milhões.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

No patrimônio líquido, a redução R$ 2.801 milhões (3,5%) no exercício, deveu-se à redução do valor justo mencionada acima, que tem contrapartida no patrimônio líquido, líquido de seus efeitos tributários, atenuado pelo lucro de R$ 1.549 milhões apurado em 2013.

**Principais Ativos**

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/13, totalizou R$ 72.549 milhões (79,4% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R$ 18.118 milhões em 31/12/13; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como "TVM disponível para venda" e avaliados pelo valor justo, no total R$ 54.431 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80 e novamente no segundo semestre de 2009, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R$ 9.698 milhões (10,6% do ativo total) em 31/12/13. As debêntures são classificadas entre três categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado e (c) disponíveis para venda, cujas características não permitem a classificação em nenhuma das outras categorias.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão ou permuta (derivativo embutido) e representam 71,1% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/13.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2013, tal carteira compreendia títulos de emissão de 174 empresas (incluindo ações em 141 empresas) e de 45 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2013, encontra-se na tabela a seguir:

| Setor | Ações | Debêntures | Fundos | Derivativos Isolados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Petróleo e Gás | 34,0% | 3,1% | – | – | 30,1% |
| Mineração | 21,5% | 21,3% | – | – | 20,8% |
| Energia Elétrica | 11,1% | 17,2% | – | – | 11,4% |
| Papel e Celulose | 9,6% | – | – | – | 8,4% |
| Alimentos / Bebidas | 9,5% | 14,5% | – | – | 9,6% |
| Logística e Transporte | 3,0% | 2,8% | – | – | 2,9% |
| Telecomunicações | 1,8% | 15,5% | – | 0,1% | 3,0% |
| Siderurgia e Metalurgia | 1,7% | – | – | 99,9% | 2,1% |
| Bens de Capital | 1,7% | 1,6% | – | – | 1.6% |
| Bens de Consumo | 0,1% | 15,4% | – | – | 1.6% |
| Fundo de Private Equity | – | – | 100,0% | – | 2,4% |
| Outros | 6,0% | 8,6% | – | – | 6,1% |
| **Total** | **100,0%** | **100,0%** | **100,0%** | **100,0%** | **100,0%** |

Em 31 de dezembro de 2013, a BNDESPAR possuía representantes em 13 (treze) Conselhos Fiscais e 40 (quarenta) Conselhos de Administração no universo de 141 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 75 dessas empresas.

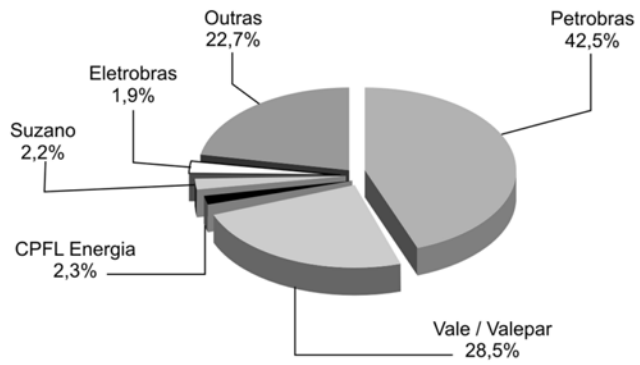
**a) Carteira de Ações (Participações Societárias)**

A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

O saldo das participações em não-coligadas apresentou redução de R$ 7.116 milhões (11,6%) em 2013, passando de R$ 61.547 milhões para R$ 54.431 milhões, por conta de ajuste de avaliação patrimonial negativo no montante de R$ 6.942 milhões, decorrente da desvalorização do valor das ações de algumas companhias acompanhando o momento instável do mercado de capitais internacionais, cabendo ressaltar no entanto, que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

Segue composição destes investimentos em 31/12/13:

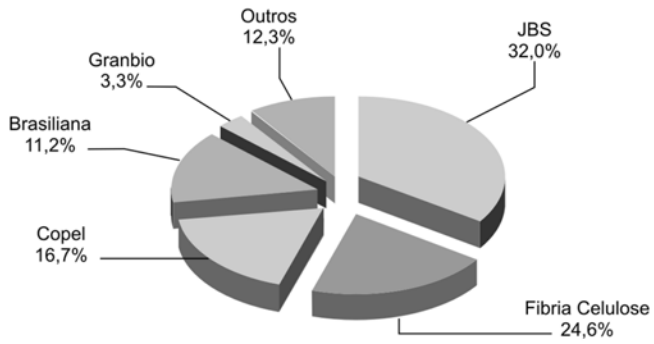
**Participações societárias em não-coligadas (marcadas a valor justo)**




Os investimentos em coligadas em 31/12/13 atingiram R$ 18.118 milhões, com aumento de R$ 1.450 milhões (8,7%) em relação a 2012. Este acréscimo decorreu basicamente da aquisição de investimentos no valor de R$ 1.815 milhões.

Segue composição destes investimentos em 31/12/13:

**Coligadas (avaliadas por equivalência patrimonial)**



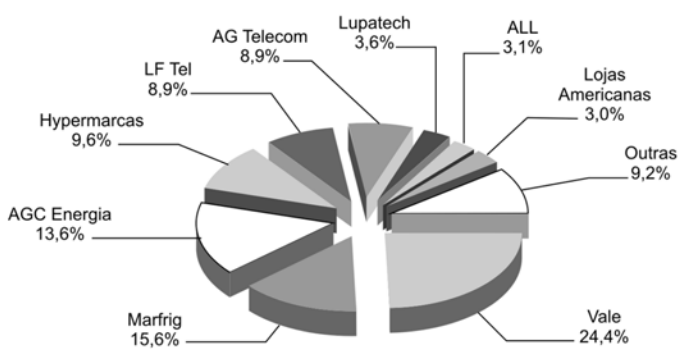

**b) Debêntures**

Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em três grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R$ 9.698 milhões em 31/12/13, redução de R$ 2.330 milhões em relação aos R$ 12.028 milhões em 31/12/12, ocasionada principalmente pelo vencimento de alguns papéis.

Segue composição da carteira de debêntures em 31/12/13:

**Debêntures Designadas a Valor Justo**




**c) Outros Créditos**

Compreendem os créditos a receber referentes à venda a prazo de títulos e valores mobiliários, além de dividendos e JCP a receber.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para perdas, totalizaram R$ 820 milhões em 31/12/13, com redução de R$ 229 milhões em relação a 31/12/12, oriunda de liquidações de mútuo com o BNDES e de venda a prazo de debêntures.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## Fontes de recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros recebidos de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os contratos de mútuo firmados com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME, BNDES e BNDES PLC), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

**a) Obrigações por Repasses**

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresentava até 2011 como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, entretanto após a liquidação antecipada de parcela expressiva do saldo do mútuo em dezembro de 2012, a principal fonte onerosa de recursos passou a ser as obrigações por emissão de debêntures, mencionada no próximo item. O saldo dos contratos de mútuo com o BNDES em 31/12/13 era de R$ 34 milhões, R$ 377 milhões inferior ao registrado no final do exercício de 2012.

**b) Obrigações por Emissão de Debêntures**

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 39,5% do capital de terceiros em 31/12/13. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e seis emissões realizadas. Estas emissões têm como objetivos principais:
• atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
• contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em agosto de 2013 houve o vencimento da 2ª série, pré-fixada, da 2ª oferta no âmbito do 1º programa de emissão de debêntures (2009). Foram pagos R$ 1.113 milhões.

**c) Outras Obrigações**

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 65,5% do total de R$ 6.323 milhões em 31/12/13. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo. O saldo de impostos diferidos teve redução de R$ 2.611 milhões em 2013, acompanhando a redução do valor justo dos investimentos.

**d) Patrimônio Líquido**

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 83,6% do passivo total e apresentou redução de R$ 2.801 milhões (3,5%) em relação a 31/12/12, atingindo R$ 76.353 milhões. Esta variação resulta basicamente do ajuste de avaliação patrimonial negativo de R$ 3.654 milhões, majoritariamente composto pelo ajuste a valor justo da carteira de ações em empresas não coligadas, além dos dividendos mínimos propostos de R$ 362 milhões. Estes efeitos foram atenuados pelo lucro de R$ 1.548 milhões do exercício.

## RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2013, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 66 profissionais (91 em 31/12/12). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/13, 152 profissionais, sendo 134 de nível superior e 16 de nível médio.

## INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/01/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
## (Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | 6.239.772 | 5.328.661 |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | 4 | 1.004.172 | 1.998.774 |
| Disponibilidades | | 27 | 43 |
| Cotas de fundo de investimento do Banco do Brasil | 19.3 | 961.069 | 1.998.731 |
| Aplicações em operações compromissadas detidos por fundo exclusivo | | 43.076 | – |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 5 | 4.520.593 | 1.352.291 |
| Empréstimos e recebíveis – debêntures | 5 | 3.215 | – |
| Debêntures designadas | 5.1 e 5.3 | 310 | 1.306.189 |
| Ações e bônus de subscrição | 9.3.1 | 299.001 | 5.688 |
| Debêntures disponíveis para venda | 5.1 e 5.3.4 | – | 39.903 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.1 e 19.2 | 509.127 | 511 |
| Títulos públicos detidos por fundo exclusivo | 5.1 | 3.708.940 | – |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 714.008 | 1.977.596 |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 6 | 334.319 | 314.123 |
| Provisão para redução no valor recuperável – venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 6 | (390) | (39.433) |
| Direitos recebíveis | 6 | 1.380 | 18.603 |
| Provisão para redução no valor recuperável – direitos recebíveis | 6 | (37) | (2.291) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | 7 | 277.641 | 1.208.703 |
| Impostos e contribuições a recuperar e antecipações | 12.1 | 85.367 | 462.282 |
| Devedores por depósitos em garantia | 8 e 19.1 | 12.191 | 12.551 |
| Diversos | | 3.537 | 3.058 |
| **OUTROS VALORES E BENS** | | 999 | – |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | 85.090.966 | 93.313.653 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | 66.972.983 | 76.646.080 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | 5 | 65.847.614 | 75.023.432 |
| Empréstimos e recebíveis – debêntures | 5.1 e 5.3 | 2.814.406 | 3.053.698 |
| Provisão para redução no valor recuperável – debêntures | 5.3.3 | (11.582) | (14.901) |
| Debêntures designadas | 5.1 e 5.3 | 6.892.086 | 7.642.719 |
| Ações e bônus de subscrição | 9.3.1 | 54.131.570 | 61.541.534 |
| Cotas de fundos de investimento | 5.4 | 2.021.134 | 2.427.758 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.1 e 19.2 | – | 372.624 |
| **OUTROS CRÉDITOS** | | 1.125.369 | 1.622.648 |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 6 | 486.488 | 885.534 |
| Provisão para redução no valor recuperável - venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 6 | (567) | (111.163) |
| Direitos recebíveis | 6 | 1.088 | 267.249 |
| Provisão para redução no valor recuperável - direitos recebíveis | 6 | (29) | (32.913) |
| Incentivos fiscais | | 220.430 | 196.471 |
| Devedores por depósitos em garantia | 8 e 19.1 | 417.959 | 417.470 |
| **INVESTIMENTOS** | 9.2 | 18.117.983 | 16.667.573 |
| Participações em coligadas | | 18.117.983 | 16.667.573 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | 91.330.738 | 98.642.314 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
## (Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | 3.973.231 | 3.542.989 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES** | 11 | 2.133.999 | 2.147.316 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES** | 10 | 689.209 | 686.347 |
| Repasses com o BNDES | 10.1 | 11.744 | 60.292 |
| Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional | 10.1 | 677.465 | 626.055 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 1.150.023 | 709.326 |
| Dividendos | 14 e 15 | 361.836 | 100.640 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 12 | 104.920 | 180.798 |
| Outros impostos e contribuições | | 16.261 | 44.142 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 13 | 1.116 | 3 |
| Passivo atuarial - FAPES | 17 | 7.405 | 6.991 |
| Passivo atuarial - FAMS | 17 | 7.773 | 4.996 |
| Provisão para programa de desligamento de funcionários | | – | 15.957 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.1 e 19.2 | 111.810 | 194.790 |
| Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários | | 479.847 | 21.779 |
| Diversas | | 59.055 | 139.230 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | 11.004.465 | 15.945.183 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES** | 11 | 3.777.397 | 5.337.890 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES** | 10 | 2.054.357 | 2.854.533 |
| Repasses com o BNDES | 10.1 | 21.964 | 350.311 |
| Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional | 10.1 | 2.032.393 | 2.504.222 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | | 5.172.711 | 7.752.760 |
| Passivo atuarial - FAPES | 17 | 125.428 | 120.637 |
| Passivo atuarial - FAMS | 17 | 147.364 | 150.496 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 13 | 614.264 | 585.171 |
| Tributos diferidos | 12.2 | 4.143.438 | 6.754.239 |
| Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários | | 142.217 | 142.217 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 14 | 76.353.042 | 79.154.142 |
| Capital social | | 60.344.504 | 57.428.861 |
| Aumento de capital em curso | | – | 2.947.631 |
| Reserva de capital | | 92.993 | 92.993 |
| Reservas de lucros | | 4.287.370 | 3.402.692 |
| Reserva legal | | 1.391.792 | 1.314.370 |
| Incentivos fiscais | | 268.341 | 244.672 |
| Reserva de compatibilização de práticas contábeis | | 1.570.395 | 1.541.729 |
| Dividendos adicionais propostos | | 1.056.842 | 301.921 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 11.628.175 | 15.281.965 |
| Próprios | | 11.304.007 | 14.733.596 |
| De coligadas | | 324.168 | 548.369 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | 91.330.738 | 98.642.314 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS OPERACIONAIS** | | 7.011.595 | 6.529.459 |
| **DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS** | | 5.545.749 | 5.094.952 |
| Receita de equivalência patrimonial | 9.2.2 | 1.387.823 | 1.201.515 |
| Resultado com alienações de títulos de renda variável | | 1.225.061 | 1.703.520 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | | 73.272 | (548.149) |
| Juros sobre o capital próprio | | 1.808.766 | 1.429.337 |
| Dividendos | | 591.458 | 1.078.016 |
| Comissões e taxas | | 1.651 | 1.880 |
| Outras receitas com participações societárias | | 132.362 | 64.547 |
| Resultado com fundos de investimento | | 325.356 | 164.286 |
| **DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** | | 1.465.846 | 1.434.507 |
| Receitas de operações de crédito | | 149.226 | 90.262 |
| Títulos e valores mobiliários | | 1.207.365 | 1.332.749 |
| Resultado com alienações de títulos de renda fixa | | – | 8.885 |
| Comissões e prêmios | | 109.255 | 2.611 |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | | (4.678.848) | (6.344.382) |
| **DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS** | | (3.775.378) | (4.792.457) |
| Despesa de equivalência patrimonial | 9.2.2 | (1.438.930) | (1.343.989) |
| Constituição de provisão para perdas em investimentos | | (2.336.448) | (3.325.496) |
| Outras despesas com participações societárias | | – | (122.972) |
| **DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** | | (903.470) | (1.551.925) |
| Encargos financeiros sobre obrigações: | | | |
| • Emissão de debêntures | | (667.290) | (728.086) |
| • BNDES | | (19.238) | (559.820) |
| • Secretaria do Tesouro Nacional | | (233.534) | (245.428) |
| Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável | 16 | 16.592 | (18.591) |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS** | | (444.876) | (696.646) |
| Despesas com tributos | | (251.487) | (163.655) |
| Remuneração da diretoria e conselheiros | | (499) | (469) |
| Despesas com pessoal | | (157.280) | (425.540) |
| Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis | | (30.453) | (22.910) |
| Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC | | 71.567 | 102.634 |
| Despesas administrativas | | (49.986) | (141.633) |
| Diversas | | (26.738) | (45.073) |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 1.887.871 | (511.569) |
| Imposto de renda | 12.1 | (843.909) | (611.581) |
| Contribuição social | 12.1 | (308.423) | (245.312) |
| Tributos diferidos | 12.2 | 835.480 | 1.718.875 |
| **RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO** | | 1.571.019 | 350.413 |
| Participação dos empregados no lucro | | (22.584) | (52.387) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | 1.548.435 | 298.026 |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)** | | 1.548.435.000 | 298.026.000 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 1.548.435 | 298.026 |
| Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários (R$ 1.379.363 mil em 31 de dezembro de 2013 e R$ 455.473 mil em 31 de dezembro de 2012) | (2.677.588) | (884.151) |
| Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas | 8.701 | 7.961 |
| Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeito tributário (R$ 399.681 mil em 31 de dezembro de 2013 e R$ 617.651 mil em 31 de dezembro de 2012) | (775.851) | (1.198.969) |
| Ajuste acumulado de conversão de coligadas | 112.967 | 99.907 |
| Outros resultados abrangentes de coligadas | (345.869) | 161.369 |
| Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários (R$ 3.724 mil em 31 de dezembro de 2013) | 23.850 | – |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **(2.105.355)** | **(1.515.857)** |
| Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio | (3.429.589) | (2.083.120) |
| Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas | (224.201) | 269.237 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

| | | | Reserva de capital | Reserva de lucros | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para compatibilização de práticas contábeis | Dividendos Adicionais Propostos | Próprios | De coligadas | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2013 | 57.428.861 | 2.947.631 | 92.993 | 1.314.370 | 244.672 | 1.541.729 | 301.921 | 14.733.596 | 548.369 | – | 79.154.142 |
| Aumento de capital (Nota 14) | 2.915.643 | (2.915.643) | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Dividendos complementares | – | (31.988) | – | – | – | – | (301.921) | – | – | – | (333.909) |
| Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 14) | – | – | – | – | – | – | – | (3.429.589) | (224.201) | – | (3.653.790) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 1.548.435 | 1.548.435 |
| Destinação do resultado | | | | | | | | | | | |
| • Reserva legal | – | – | – | 77.422 | – | – | – | – | – | (77.422) | – |
| • Reserva para compatibilização de práticas contábeis | – | – | – | – | – | 28.666 | – | – | – | (28.666) | – |
| • Incentivos fiscais | – | – | – | – | 23.669 | – | – | – | – | (23.669) | – |
| • Dividendos | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (361.836) | (361.836) |
| • Dividendos adicionais propostos | – | – | – | – | – | – | 1.056.842 | – | – | (1.056.842) | – |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 60.344.504 | – | 92.993 | 1.391.792 | 268.341 | 1.570.395 | 1.056.842 | 11.304.007 | 324.168 | – | 76.353.042 |
| Mutações no exercício | 2.915.643 | (2.947.631) | – | 77.422 | 23.669 | 28.666 | 754.921 | (3.429.589) | (224.201) | – | (2.801.100) |

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

| | | | Reserva de capital | Reserva de lucros | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva para compatibilização de práticas contábeis | Remuneração adicional proposta | Próprios | De coligadas | Lucros acumulados | Total |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 57.428.861 | 2.947.631 | 92.993 | 1.299.469 | 226.021 | 1.679.817 | – | 16.816.716 | 279.132 | – | 80.770.640 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | – | (2.083.120) | 269.237 | – | (1.813.883) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 298.026 | 298.026 |
| Destinação do resultado | | | | | | | | | | | |
| • Reversão da reserva para compatibilização de práticas contábeis | – | – | – | – | – | (138.088) | – | – | – | 138.088 | – |
| • Reserva legal | – | – | – | 14.901 | – | – | – | – | – | (14.901) | – |
| • Incentivos fiscais | – | – | – | – | 18.651 | – | – | – | – | (18.651) | – |
| • Dividendos | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (100.641) | (100.641) |
| • Dividendos adicionais propostos | – | – | – | – | – | – | 301.921 | – | – | (301.921) | – |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 57.428.861 | 2.947.631 | 92.993 | 1.314.370 | 244.672 | 1.541.729 | 301.921 | 14.733.596 | 548.369 | – | 79.154.142 |
| Mutações no exercício | – | – | – | 14.901 | 18.651 | (138.088) | 301.921 | (2.083.120) | 269.237 | – | (1.616.498) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2012
**(Em milhares de reais)**

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro | 1.887.871 | (511.569) |
| Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais | 2.889.853 | 4.897.112 |
| Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável | (16.592) | 18.591 |
| Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis | 30.453 | 22.910 |
| Resultado de participações em coligadas | 51.107 | 142.474 |
| Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários | (108.546) | – |
| Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures | 665.870 | 714.256 |
| Depreciação | 4.689 | 11.816 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | (304) | 113.420 |
| Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos | 2.336.448 | 3.325.496 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | (73.272) | 548.149 |
| **Variação de ativos e obrigações** | (2.550.759) | (4.740.022) |
| • (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis | 494.049 | (9.308) |
| • (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários | (2.655.745) | (2.478.965) |
| • (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo | 1.277.722 | 473.991 |
| • Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses | (797.314) | (2.091.840) |
| • Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo | (565.507) | (327.183) |
| • Juros pagos de empréstimos e repasses | – | (3.026) |
| • IR e CSLL pagos | (303.964) | (303.691) |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais** | 2.226.965 | (354.479) |
| **Atividades de investimentos** | | |
| • Venda de investimentos | 45.610 | 2.859.494 |
| • Compra de investimentos | (1.019.226) | (1.351.527) |
| • Recebimento de dividendos de coligadas | 441.374 | 640.953 |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos** | (532.242) | 2.148.920 |
| **Atividades de financiamentos** | | |
| • Amortização das obrigações por emissão de debêntures | (2.239.681) | (1.007.247) |
| • Dividendos pagos | (449.644) | (1.006.050) |
| • Captação por emissão de debêntures | – | 2.000.000 |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos** | (2.689.325) | (13.297) |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | (994.602) | 1.781.144 |
| **Modificação na posição financeira** | | |
| **Início do exercício** | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 1.998.774 | 217.630 |
| **Final do exercício** | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1) | 1.004.172 | 1.998.774 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | (994.602) | 1.781.144 |

(1) Inclui disponibilidades, cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e aplicações em operações compromissadas detidos por fundo exclusivo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
**(Em milhares de reais)**

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS** | 3.122.154 | | 2.772.104 | |
| Intermediação financeira | 1.465.846 | | 1.598.793 | |
| Outras receitas | 1.639.716 | | 1.191.902 | |
| Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável | 16.592 | | (18.591) | |
| **DESPESAS** | (920.103) | | (1.656.422) | |
| Intermediação financeira | (920.062) | | (1.533.334) | |
| Outras despesas | (41) | | (123.088) | |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | (2.238.044) | | (3.361.150) | |
| Materiais, energia e outros | (4.648) | | (14.369) | |
| Serviços de terceiros | (29.310) | | (85.832) | |
| Perda de valores ativos | (2.204.086) | | (3.260.949) | |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | (35.993) | | (2.245.468) | |
| **RETENÇÕES** | (4.689) | | (11.816) | |
| Depreciação | (4.689) | | (11.816) | |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE** | (40.682) | | (2.257.284) | |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | 2.349.117 | | 2.364.879 | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (51.107) | | (142.474) | |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 2.400.224 | | 2.507.353 | |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | 2.308.435 | 100,0% | 107.595 | 100,0% |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | 2.308.435 | 100,0% | 107.595 | 100,0% |
| Pessoal e encargos | 134.422 | 5,8% | 367.607 | 341,7% |
| - Remuneração direta | 80.961 | | 239.754 | |
| - Benefícios | 38.774 | | 98.488 | |
| - FGTS | 10.834 | | 23.906 | |
| - Outros | 3.853 | | 5.459 | |
| Participação dos empregados nos lucros | 22.584 | 1,0% | 52.387 | 48,7% |
| Impostos, taxas e contribuições | 591.696 | 25,6% | (639.925) | -594,8% |
| - Federais | 590.613 | | (643.023) | |
| - Estaduais | 10 | | – | |
| - Municipais | 1.073 | | 3.098 | |
| Aluguéis | 11.298 | 0,5% | 29.500 | 27,4% |
| Dividendos | 361.836 | 15,6% | 402.562 | 374,1% |
| Lucros (prejuízos) retidos | 1.186.599 | 51,5% | (104.536) | -97,1% |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

### 1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A BNDESPAR ("Companhia") é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1982, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, através de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

1.2) Objetivos atuais

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de *"private equity"*; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas para emissão, pela diretoria, em 18 de fevereiro de 2014.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado, que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão evidenciadas nas notas 5.3 (debêntures), 6 (venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis), 9.3 (ações disponíveis para venda), 13 (provisões trabalhistas e cíveis) e 17 (benefícios a empregados).

3.2) Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida. A presunção de influência é afastada quando a BNDESPAR não participa nas decisões da investida, mesmo que tenha 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da BNDESPAR nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio liquido.

Para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial a BNDESPAR utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade de uso de demonstrações financeiras de mesma data base. Isso decorre do fato de as coligadas serem independentes da BNDESPAR, com contabilidade não integrada e demandam tempo para a rotina de fechamento, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada, a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência entre as práticas contábeis adotadas por estas e as adotadas pela BNDESPAR.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio apurado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução no valor recuperável (*impairment*). O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos por pagar) pela BNDESPAR e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

O ganho na compra vantajosa (deságio) apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado na data da aquisição.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Para cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda de cada coligada é determinado a) pelo preço de cotação da BM&FBovespa, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

O sumário das informações financeiras de coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na nota explicativa nº 9.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir os fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar os pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

3.3) Segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Administração.

3.4) Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

b) Transações e Saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

3.5) Ativos financeiros

3.5.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia esta classificação por ocasião dos balanços semestrais ou anuais.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo (nessa categoria estão classificados, principalmente, títulos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de *"hedge"* contábil.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

• Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

• O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

• Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

- A BNDESPAR fez a opção pela designação a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

**Debêntures com opção de conversão ou permuta em ações**

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa. Para determinadas debêntures com opção de conversão ou permuta, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação na data de transição e no reconhecimento inicial, quando aplicável, como ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados.

- Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado mantidos para negociação são os seguintes:

**Aplicações em operações compromissadas e títulos públicos:** A BNDESPAR tem investimento em um fundo exclusivo – o Fundo de Investimento Caixa Extramercado VII IRMF 1 Renda Fixa. Por ser único cotista no referido fundo, para fins de apresentação das demonstrações financeiras sua carteira está sendo apresentada nas respectivas rubricas de balanço. As aplicações contidas neste fundo são substancialmente em operações compromissadas e títulos públicos federais

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução no valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da BNDESPAR compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples.

Na BNDESPAR, as operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples representam apoio financeiro e são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução no valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente e reconhecidos na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

3.5.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do Instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado a qual é reconhecida como a data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de originação reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação.

3.5.3) Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias de disponíveis para venda e de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e de mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e para alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução no valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução no valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda no seu valor recuperado.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

3.5.4) Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.5.5) Reclassificações de ativos financeiros:

a) De Disponíveis para venda para Mantidos até o vencimento

Não há condicionante desde que atenda os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

b) De Mantidos até o vencimento para Disponíveis para venda

Em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação.

Caso ocorra uma reclassificação, exceto nos casos acima mencionados, todos os instrumentos classificados na categoria de mantidos até o vencimento serão reclassificados para a categoria de disponíveis para venda. Além disso, novos instrumentos não serão classificados nesta categoria durante o exercício da referida reclassificação e nos dois exercícios subsequentes.

c) De Mantidos para negociação para Mantidos até o vencimento

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

d) De Mantidos para negociação para Disponíveis para Venda

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação.

e) De Mantidos para negociação para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

f) De Disponíveis para venda para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que foram classificados inicialmente para esta categoria e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

A BNDESPAR não reclassifica instrumentos financeiros de outras categorias para a categoria de mantidos para negociação, nem para designados ao valor justo através do resultado, assim como não reclassifica instrumentos financeiros designados inicialmente a valor justo através do resultado para outra categoria.

Não houve reclassificações de ativos financeiros no período.

3.5.6) Redução no valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está reduzido ao valor recuperável e são incorridas perdas por redução no valor recuperável caso exista a evidência objetiva de redução no valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de redução no valor recuperável:

• Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
• Falência ou concordata do cliente; e
• Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução no valor recuperável:

• Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
• Fraude;
• Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
• Perda das garantias contratuais.

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos e a qualquer evento extraordinário no mercado em que a Administração julgue como perda do valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiro se existe evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de redução no valor recuperável, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais haja uma perda por redução no valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Para fins de avaliação coletiva de redução no valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução no valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução no valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta redutora. O montante de reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda esteja sujeito à perda no valor recuperável.

Para os títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Para os títulos patrimoniais, além dos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. No âmbito do Sistema BNDES, a definição de "declínio significativo ou prolongado do valor justo abaixo do custo" leva em consideração as características de atuação da BNDESPAR e o perfil da sua carteira de participações acionárias, compatíveis com seu papel institucional de subsidiária de um banco de desenvolvimento, que normalmente a distingue das demais organizações por fatores como longo prazo de maturação dos investimentos, ausência de pressão para liquidação (estabilidade do seu *funding*), atuação contracíclica em momentos de maior aversão ao risco e operações de apoio via instrumentos de renda variável em linha com as diretrizes e políticas institucionais do BNDES. Adicionalmente, o julgamento também considera informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, tais como desempenho do setor, mudanças na tecnologia, fluxo de caixa operacional e financeiro, liquidez das ações e volatilidade.

Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período.

As perdas por redução no valor recuperável reconhecidas no resultado para um investimento em um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas subsequentemente por meio do resultado, enquanto que, no caso de um título de dívida, se seu valor justo aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, esta perda é revertida por meio do resultado.

A análise do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais efetuada pela BNDESPAR em 31 de dezembro de 2013 está descrita nas notas 9.2.2 e 9.3.

## 3.6) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.6.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao custo amortizado.

Na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos, basicamente, instrumentos financeiros derivativos.

Na categoria de mensurados ao custo amortizado são incluídos obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.6.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria mensurados ao custo amortizado são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

3.6.3) Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

3.6.4) Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

## 3.7) Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 3.8) Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando adequar sua composição de ativos e passivos financeiros, gerenciar o perfil de produtos e atender quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando a eficiência na gestão financeira. A BNDESPAR não utiliza derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados com ativos e passivos correntes.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de aplicações financeiras. Tais derivativos, quando aplicável, podem ser segregados dos contratos principais e classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, ou todo o contrato é classificado nesta categoria

## 3.9) Classes de instrumentos financeiros

A BNDESPAR classifica seus instrumentos financeiros em classes de acordo com a natureza e características desses instrumentos. Vide abaixo as classes definidas:

A) Ativos Financeiros

A-1) Mensurados ao valor justo através do resultado:

A-1.1) Mantidos para Negociação: Aplicações em operações compromissadas
Títulos Públicos;
Instrumentos financeiros derivativos;

A-1.2) Designado ao valor justo através do resultado: Debêntures

A-2) Empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa
Venda a prazo de TVM;
Direitos recebíveis;
Dividendos e JCP a receber; e
Debêntures;

A-3) Mantidos até o vencimento: Títulos Públicos

A-4) Disponíveis para venda: Ações e Bônus de Subscrição;
Cotas de fundos de investimentos; e
Títulos Públicos.

B) Passivos Financeiros

B-1) Mensurados ao valor justo através do resultado: instrumentos financeiros derivativos

B-2) Mensurados ao Custo amortizado:

B-2.1) Captações: Debêntures;
Repasses BNDES e TN

B-2.2) Outros Passivos financeiros.

## 3.10) Reconhecimento de Receita

a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

## 3.11) Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução no valor recuperável. Os ativos são revisados para a verificação de redução no valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O ágio apurado na aquisição de coligada é testado por redução no valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução no valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório.

## 3.12) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

## 3.13) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009 e na Deliberação CVM nº 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

• Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

**Risco Mínimo** - são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

**Risco Médio** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

**Risco Máximo** - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

| Critérios Jurídicos | Possibilidade de Perda | Consequência Contábil |
|---|---|---|
| risco mínimo | remota | Sem exigência de divulgação e provisionamento |
| risco médio | possível | Divulgação |
| risco máximo | provável | Provisionamento e divulgação |

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

## 3.14) Benefícios a empregados

A partir de 1º de janeiro de 2013, a BNDESPAR passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

a) Plano de aposentadoria complementar

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

b) Plano de assistência médica

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

c) Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada.

## 3.15) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferido passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes de reavaliação de certos ativos e passivos financeiros incluindo contratos de derivativos, provisões para planos de pensão e outras e benefícios pós-emprego; e em relação a aquisições a diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária seja revertida em um futuro previsível.

Se resultarem ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Sociedade adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/2009, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/1976, antes das alterações da Lei nº 11.638/2007. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

## 3.16) Capital social

Dividendos de ações ordinárias

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

3.17) Informações para efeito de comparabilidade

Reclassificações

No balanço patrimonial de 31/12/2012, R$ 417.470 mil da rubrica "Devedores por depósitos em garantia" do balanço patrimonial foi reclassificada de curto prazo para o longo prazo, vide Nota 8.

Na demonstração do resultado de 2012, a rubrica "Resultado com fundos de investimento", com saldo de R$ 164.286 mil, foi reclassificada da receita operacional de operações financeiras para receita operacional de participações societárias.

## 4. Caixa e equivalentes de Caixa

R$ mil

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Disponibilidades | 27 | 43 |
| Cotas de fundos de investimentos do Banco do Brasil * | 961.069 | 1.998.731 |
| Aplicações em operações compromissadas ** | 43.076 | – |
| | **1.004.172** | **1.998.774** |

* Fundo BB Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa.
** Operações de compra de títulos com compromisso de revenda, de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, através do fundo exclusivo FI Extramercado VII IFRM 1.

## 5 . Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

5.1) Composição por categoria, natureza e prazo de vencimento.

R$ mil

| 31/12/2013 | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Livres:** | | | | | | | | |
| **Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado** | | | | | | | | |
| **Designados** | | | | | | | | |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 310 | – | 1.994.656 | 769.437 | 4.127.993 | – | 6.892.396 |
| **Mantidos para negociação** | | | | | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN, detidos por fundos exclusivos | – | – | 3.704.480 | – | – | – | – | 3.704.480 |
| | **–** | **310** | **3.704.480** | **1.994.656** | **769.437** | **4.127.993** | **–** | **10.596.876** |
| **Instrumentos financeiros disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | | | | | |
| Ações | 24.616.538 | – | – | – | – | – | – | 24.616.538 |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Ações | 29.814.033 | – | – | – | – | – | – | 29.814.033 |
| Cotas de fundos de investimento | 2.021.134 | – | – | – | – | – | – | 2.021.134 |
| | **56.451.705** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **56.451.705** |
| **Empréstimos e recebíveis** | | | | | | | | |
| ***Público:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 3.215 | – | 153.208 | 72.668 | 763.203 | – | 992.294 |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | – | 735.245 | 578.633 | 511.449 | – | 1.825.327 |
| | **–** | **3.215** | **–** | **888.453** | **651.301** | **1.274.652** | **–** | **2.817.621** |
| **Vinculados à Prestação de Garantias (Públicos):** | | | | | | | | |
| **Mantidos para negociação** | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | – | – | 4.460 | – | – | – | – | 4.460 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | – | 509.127 | – | – | – | – | 509.127 |
| | **56.451.705** | **3.525** | **4.218.067** | **2.883.109** | **1.420.738** | **5.402.645** | **–** | **70.379.789** |
| Provisão para redução no valor recuperável | | | | | | | | |
| Debêntures - setor privado | | | | | | | | (984) |
| Debêntures - setor privado | | | | | | | | (10.598) |
| | | | | | | | | (11.582) |
| **Total** | | | | | | | | **70.368.207** |
| Circulante | | | | | | | | 4.520.593 |
| Não-circulante | | | | | | | | 65.847.614 |
| **Total** | | | | | | | | **70.368.207** |

R$ mil

| 31/12/2012 | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado** | | | | | | | | |
| **Designados** | | | | | | | | |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 294 | 1.305.895 | 2.169.803 | 630.013 | 4.842.903 | – | 8.948.908 |
| | **–** | **294** | **1.305.895** | **2.169.803** | **630.013** | **4.842.903** | **–** | **8.948.908** |
| **Instrumentos financeiros disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | | | | | |
| Ações | 28.740.644 | – | – | – | – | – | – | 28.740.644 |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | 39.903 | – | – | – | – | – | 39.903 |
| Ações | 32.806.578 | – | – | – | – | – | – | 32.806.578 |
| Cotas de fundos de investimento | 2.427.758 | – | – | – | – | – | – | 2.427.758 |
| | **63.974.980** | **39.903** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **64.014.883** |
| **Empréstimos e recebíveis** | | | | | | | | |
| ***Público:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | – | 28.701 | 225.052 | 605.602 | – | 859.355 |
| ***Privados:*** | | | | | | | | |
| Debêntures | – | – | – | 410.785 | 392.120 | 1.391.438 | – | 2.194.343 |
| | **–** | **–** | **–** | **439.486** | **617.172** | **1.997.040** | **–** | **3.053.698** |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | – | 511 | 372.624 | – | – | – | 373.135 |
| | **63.974.980** | **40.197** | **1.306.406** | **2.981.913** | **1.247.185** | **6.839.943** | **–** | **76.390.624** |
| Provisão para redução no valor recuperável - Debêntures - setor privado | | | | | | | | (14.901) |
| **Total** | | | | | | | | **76.375.723** |
| Circulante | | | | | | | | 1.352.291 |
| Não-circulante | | | | | | | | 75.023.432 |
| **Total** | | | | | | | | **76.375.723** |

5.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo | Mercado/ Contábil | Custo | Mercado/ Contábil |
| **Livres:** | | | | |
| **Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado** | | | | |
| **Designados** | | | | |
| ***Privados:*** | | | | |
| Debêntures | 7.892.051 | 6.892.396 | 9.680.371 | 8.948.908 |
| **Mantidos para negociação** | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN, detidos por fundos exclusivos | 3.704.480 | 3.704.480 | – | – |
| | **11.596.531** | **10.596.876** | **9.680.371** | **8.948.908** |
| **Instrumentos financeiros disponíveis para venda** | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | |
| Ações (*) | 25.335.722 | 24.616.538 | 25.713.954 | 28.740.644 |
| ***Privados:*** | | | | |
| Debêntures | – | – | 39.903 | 39.903 |
| Ações (*) | 18.183.925 | 29.814.033 | 16.857.883 | 32.806.578 |
| Cotas de fundos de investimento | 2.021.134 | 2.021.134 | 2.427.758 | 2.427.758 |
| | **45.540.781** | **56.451.705** | **45.039.498** | **64.014.883** |
| **Empréstimos e recebíveis** | | | | |
| ***Públicos:*** | | | | |
| Debêntures | 992.294 | 992.294 | 859.355 | 859.355 |
| ***Privados:*** | | | | |
| Debêntures | 1.825.327 | 1.825.327 | 2.194.343 | 2.194.343 |
| | **2.817.621** | **2.817.621** | **3.053.698** | **3.053.698** |
| **Vinculados à Prestação de Garantias (Públicos):** | | | | |
| **Mantidos para negociação** | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 4.460 | 4.460 | – | – |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | – | 509.127 | – | 373.135 |
| **Total bruto** | **59.959.393** | **70.379.789** | **57.773.567** | **76.390.624** |
| Provisão para redução no valor recuperável - Debêntures - Setor público | (984) | (984) | – | – |
| Provisão para redução no valor recuperável - Debêntures - Setor privado | (10.598) | (10.598) | (14.901) | (14.901) |
| **Total líquido de provisão** | **59.947.811** | **70.368.207** | **57.758.666** | **76.375.723** |

(*) A composição dessas ações está descrita na Nota 9.3

R$ mil

| Resumo por emissor (Valor de mercado/contábil) | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Públicos | 29.316.788 | 29.599.999 |
| Privados | 41.051.419 | 46.775.724 |
| Total | **70.368.207** | **76.375.723** |

(continuação)

5.3) Debêntures

As debêntures que possuem derivativos embutidos foram classificadas como instrumento financeiro designado ao valor justo por meio do resultado e as debêntures simples foram classificadas como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Instrumentos financeiros designados ao valor justo [1] | 6.892.396 | 8.948.908 |
| Instrumentos financeiros disponíveis para venda | – | 39.903 |
| Empréstimos e recebíveis | 2.817.621 | 3.053.698 |
| Valor bruto | 9.710.017 | 12.042.509 |
| Provisão para redução no valor recuperável | (11.582) | (14.901) |
| Total | **9.698.435** | **12.027.608** |
| Circulante | 3.525 | 1.346.092 |
| Não Circulante | 9.694.910 | 10.681.516 |
| Total | **9.698.435** | **12.027.608** |

[1] vide nota 19.2

5.3.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Setor Público | 992.294 | 859.355 |
| Setor Privado | | |
| Indústria | 2.311.509 | 3.819.452 |
| Outros serviços | 6.406.214 | 7.363.702 |
| | 8.717.723 | 11.183.154 |
| Total | **9.710.017** | **12.042.509** |

5.3.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2013 |
| A vencer: | |
| 2014 | 3.525 |
| 2015 | 2.091.677 |
| 2016 | 791.432 |
| 2017 | 327.871 |
| 2018 | 1.092.867 |
| Após 2018 | 5.402.645 |
| Total | **9.710.017** |

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2012 |
| A vencer: | |
| 2013 | 1.346.092 |
| 2014 | 6.070 |
| 2015 | 2.603.219 |
| 2016 | 880.967 |
| 2017 | 366.217 |
| Após 2017 | 6.839.944 |
| Total | **12.042.509** |

5.3.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | (14.901) | (12.794) |
| Reversão (constituição) líquida * | 3.319 | (2.107) |
| Saldo no final do exercício | **(11.582)** | **(14.901)** |

*O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

5.3.4) Carteira de Debêntures

A seguir estão listadas as principais debêntures por classificação e valor justo.

O valor justo das debêntures é calculado pela administração, utilizando premissas e julgamentos que, embora sejam revisados periodicamente, os valores reais podem divergir das estimativas calculadas.

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| Classificação | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| ***Empréstimos e recebíveis*** | | |
| Debêntures com características de concessão de crédito | 2.817.621 | 3.053.698 |
| ***Disponíveis para venda*** | | |
| Debêntures mandatoriamente conversíveis | – | 39.903 |
| ***Designadas ao valor justo através do resultado (Nota 19.2)*** | | |
| Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa | 4.872.812 | 6.716.458 |
| Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa | 2.019.584 | 2.232.450 |
| | 6.892.396 | 8.948.908 |
| Total | **9.710.017** | **12.042.509** |

5.4) Cotas de fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

| | | R$ mil | |
|---|---|---|---|
| Fundo | Administrador | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| - PROT - Fundo de Investimento em Participações | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | – | 559.563 |
| - Brasil Energia - Fundo de Investimentos em Participações | Banco Bradesco S.A. | 338.556 | 312.798 |
| - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Corporativo Brasil | Credit Suisse Brasil | 294.794 | 294.672 |
| - InfraBrasil - Fundo de Investimentos em Participações | Banco Santander S.A. | 191.480 | 180.484 |
| - FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica | INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 123.357 | 122.688 |
| - AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 168.275 | 167.673 |
| - Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos | Banco Bradesco S.A. | 5.156 | 24.083 |
| - Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 54.746 | 52.010 |
| - Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão - FIPGG | Governança & Gestão Investimentos | 26.409 | 27.707 |
| - Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Óleo e Gás | Caixa Econômica Federal | 57.941 | 32.950 |
| - FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações | DGF Gestão de Fundos Ltda | 54.237 | 52.325 |
| - Fundo Brascan de Petróleo e Gás | Banco Brascan S.A. | 14.389 | 14.410 |
| - Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações | Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda | 31.331 | 40.513 |
| - Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 50.823 | 48.579 |
| - Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental | Caixa Econômica Federal | 69.439 | 40.144 |
| - BR Educacional Fundo de Investimento em Participações | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda | 91.812 | 87.030 |
| - CRP VII - Fundo de Investimento em Participações | CRP Companhia de Participações S.A. | 39.854 | 45.281 |
| - RB Cinema I - Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional | Rio Bravo Investimentos S.A. | 7.380 | 9.268 |
| - Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações | Banco Bradesco S.A. | 62.477 | 55.097 |
| - Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações | Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A | 116.270 | 92.789 |
| - Fundo Brasil Sustentabilidade | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 65.237 | 52.324 |
| - Fundo Empreendedor Brasil | BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 11.970 | 12.094 |
| - Outros | | 145.201 | 103.276 |
| **Total** | | **2.021.134** | **2.427.758** |

**6. Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis**

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | 820.807 | 1.199.657 |
| Provisão para redução no valor recuperável | (957) | (150.596) |
| | 819.850 | 1.049.061 |
| Direitos recebíveis | 2.468 | 285.852 |
| Provisão para redução no valor recuperável | (66) | (35.204) |
| | 2.402 | 250.648 |
| Circulante | 335.272 | 291.002 |
| Não Circulante | 486.980 | 1.008.707 |
| Total | **822.252** | **1.299.709** |

(continuação)

6.1) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Setor Público | 182.655 | 234.025 |
| Setor Privado | | |
| Indústria | 629.804 | 1.200.411 |
| Outros serviços | 10.816 | 51.073 |
| | 640.620 | 1.251.484 |
| Total | **823.275** | **1.485.509** |

6.2) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por vencimento

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2013 |
| A vencer: | |
| 2014 | 335.699 |
| 2015 | 82.082 |
| 2016 | 172.495 |
| 2017 | 229.548 |
| 2018 | 1.896 |
| Após 2018 | 1.555 |
| Total | **823.275** |

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2012 |
| Vencidas | 1.520 |
| A vencer: | |
| 2013 | 331.206 |
| 2014 | 334.231 |
| 2015 | 76.665 |
| 2016 | 149.480 |
| 2017 | 200.677 |
| Após 2017 | 391.730 |
| Total | **1.485.509** |

6.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável com crédito sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

a) Venda a prazo de títulos e valores mobiliários

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | (150.596) | (90.702) |
| (Constituição) reversão líquida * | (37.224) | (59.894) |
| Baixas contra provisão | 186.863 | – |
| Saldo no final do exercício | **(957)** | **(150.596)** |

b) Direitos recebíveis

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | (35.204) | (10.700) |
| (Constituição) reversão líquida * | (9.279) | (24.504) |
| Baixas contra provisão | 44.417 | – |
| Saldo no final do exercício | **(66)** | **(35.204)** |

* O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

## 7. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Conforme Fato Relevante, divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobrás informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998, no total de R$ 10.284.915 mil, com pagamentos previstos para quatro parcelas anuais entre 30 de junho de 2010 a junho de 2013. A BNDESPAR fez jus ao montante bruto de R$ 2.171.231 mil. Em junho de 2013 foi realizado o último pagamento referente a esses dividendos.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo atualizado pela variação da taxa SELIC e líquido de efeitos tributários estão discriminados a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Dividendos a receber – Eletrobrás | – | 716.914 |
| Outras empresas | 277.641 | 491.789 |
| Total - ativo circulante | **277.641** | **1.208.703** |

## 8. Devedores por depósitos em garantia

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Tais processos encontram-se com perda classificada como possível. Não obstante, os valores questionados foram integralmente depositados e, atualizados, totalizam R$ 417.959 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 417.470 mil em 31 de dezembro de 2012). O saldo total da rubrica nesta data é de R$ 430.150 mil (R$ 430.021 mil em 31 de dezembro de 2012).

## 9. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

A participação societária em empresas coligadas está sendo apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas", e a participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está sendo apresentada no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica "Ações e Bônus de Subscrição", na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda".

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR - coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda - são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

9.1) Composição dos saldos

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Investimentos - Coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial | 18.117.983 | 16.667.573 |
| Títulos e Valores Mobiliários - Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) - Ativo Circulante | 299.001 | 5.688 |
| Títulos e Valores Mobiliários - Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) - Ativo Não Circulante | 54.131.570 | 61.541.534 |
| Total dos investimentos | **72.548.554** | **78.214.795** |

9.2) Investimentos - Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

9.2.1) Natureza e extensão das participações materiais em coligadas

| | | 31/12/2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Quantidade (mil) de ações possuídas | | Proporção da participação | | |
| Coligadas | Sede | Ordinárias | Preferenciais | Total | Votante | Natureza da relação com a entidade |
| Brasiliana | Barueri - SP | 300.000 | 50.000 | 53,85 | 49,99 | Apoio financeiro ao setor elétrico |
| COPEL | Curitiba - PR | 38.299 | 27.282 | 23,96 | 26,41 | Apoio financeiro ao setor elétrico |
| Fibria | São Paulo - SP | 168.296 | – | 30,40 | 30,40 | Apoio financeiro ao setor de papel e celulose |
| Granbio | São Paulo - SP | 15.094 | – | 15,00 | 15,00 | Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde) |
| JBS | São Paulo - SP | 676.750 | – | 23,59 | 23,59 | Apoio financeiro ao setor de alimentos |
| Tupy | Joinville - SC | 40.645 | – | 28,19 | 28,19 | Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia |
| Vigor | São Paulo - SP | 47.030 | – | 31,41 | 31,41 | Apoio financeiro ao setor de alimentos |

Apesar da BNDESPAR possuir 53,85% de participação no capital social da Brasiliana, a mesma não possui mais da metade do seu capital social votante e não governa as políticas operacionais e financeiras desta coligada, de forma que não detém o seu controle.

9.2.2) Efeitos financeiros das participações em coligadas

| | | | | | | R$ mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Investimentos | | | | | |
| | | 31/12/2013 | | | | | 31/12/2012 |
| Coligadas | Data base | Valor patrimonial do investimento | Ágio (Prov. perdas) | a b | | Total | Total |
| Brasiliana | 31/10/2013 | 2.027.449 | – | | | 2.027.449 | 2.288.650 |
| COPEL | 31/10/2013 | 3.021.442 | – | | | 3.021.442 | 2.978.200 |
| Fibria | 31/10/2013 | 4.447.533 | – | | | 4.447.533 | 4.587.273 |
| Granbio | 31/10/2013 | 129.178 | 469.806 | a | | 598.984 | – |
| JBS | 31/10/2013 | 5.216.530 | 577.507 | a | | 5.794.037 | 4.831.774 |
| Tupy | 31/10/2013 | 520.474 | – | | | 520.474 | 420.863 |
| Vigor | 31/10/2013 | 417.147 | – | | | 417.147 | 384.642 |
| | **Subtotal** | 15.779.753 | 1.047.313 | | | 16.827.066 | 15.491.402 |
| Outras coligadas | | 1.055.982 | 234.935 | | | 1.290.917 | 1.176.171 |
| | | | 372.954 | a | | | |
| | | | (138.019) | b | | | |
| | **Total** | **16.835.735** | **1.282.248** | | | **18.117.983** | **16.667.573** |

A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos nas demonstrações financeiras das coligadas os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos de uniformização de práticas contábeis e ajustes ao valor justo efetuados por ocasião da aquisição, quando necessário. As informações financeiras das coligadas apresentadas no item 9.2.3 já contemplam esses efeitos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

*Movimentação do investimento em coligadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012*

R$ mil

| Coligada | Saldo em 31/12/2012 | Aquisições | Vendas | Efeitos da transferência de (para) TVM | Dividendos / JSCP reconhecidos | Resultado de equivalência patrimonial | Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas | Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável (3) | Saldo em 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | 2.288.650 | – | – | – | (279.124) | 283.631 | (265.708) | – | 2.027.449 |
| COPEL | 2.978.200 | – | – | – | (108.646) | 218.044 | (66.156) | – | 3.021.442 |
| Fibria | 4.587.273 | – | – | – | – | (133.005) | (6.735) | – | 4.447.533 |
| Granbio (1) | – | 600.000 | – | – | – | (1.087) | 71 | – | 598.984 |
| JBS | 4.831.774 | 701.727 | – | – | (34.780) | 218.344 | 76.972 | – | 5.794.037 |
| Tupy | 420.863 | – | – | – | (9.696) | 85.075 | 24.232 | – | 520.474 |
| Vigor | 384.642 | – | – | – | (2.290) | 33.986 | 809 | – | 417.147 |
| **Subtotal** | 15.491.402 | 1.301.727 | – | – | (434.536) | 704.988 | (236.515) | – | 16.827.066 |
| Outras coligadas | 1.176.171 | 419.226 | (45.610) | (65.166) | (6.838) | (756.095) | 12.622 | 556.607 | 1.290.917 |
| **Total** | **16.667.573** | **1.720.953** | **(45.610)** | **(65.166)** | **(441.374)** | **(51.107)** | **(223.893)** | **556.607** | **18.117.983** |

R$ mil

| Coligadas | Saldo em 31/12/2011 | Aquisições | Vendas | Efeitos da transferência de (para) TVM | Dividendos / JSCP reconhecidos | Resultado de equivalência patrimonial | Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas | Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável (3) | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasiliana | 2.391.431 | – | – | – | (510.176) | 272.733 | 134.662 | – | 2.288.650 |
| COPEL | 2.840.937 | – | – | – | (79.208) | 244.613 | (28.142) | – | 2.978.200 |
| Fibria | 4.705.596 | 414.174 | (6.401) | – | – | (526.096) | – | – | 4.587.273 |
| JBS | 7.463.127 | – | (2.849.026) | – | – | 232.344 | (14.671) | – | 4.831.774 |
| Tupy | 389.570 | – | – | – | (37.534) | 2.810 | 66.017 | – | 420.863 |
| Vigor (2) | – | 374.493 | – | – | – | 10.106 | 43 | – | 384.642 |
| **Subtotal** | 17.790.661 | 788.667 | (2.855.427) | – | (626.918) | 236.510 | 157.909 | – | 15.491.402 |
| Outras coligadas | 1.541.531 | 562.860 | (4.067) | 79.003 | (14.035) | (378.984) | (2.089) | (608.048) | 1.176.171 |
| **Total** | **19.332.192** | **1.351.527** | **(2.859.494)** | **79.003** | **(640.953)** | **(142.474)** | **155.820** | **(608.048)** | **16.667.573** |

(1) Coligada adquirida no segundo trimestre de 2013.
(2) Coligada adquirida no segundo trimestre de 2012.
(3) A movimentação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial por conta da baixa por venda (total ou parcial) de coligadas está incluída na coluna "Vendas".

A BNDESPAR deixou de reconhecer as perdas decorrentes de investimento em coligadas que apresentavam passivo a descoberto, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2013 totaliza R$ 228.617 mil (R$ 121.853 mil em 31 de dezembro de 2012). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as perdas não reconhecidas somavam R$ 106.764 mil (R$ 5.363 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Nenhuma provisão foi constituída dado que a BNDESPAR não possui obrigação legal ou construtiva de honrar possíveis passivos das coligadas.

A BNDESPAR não possui obrigação relacionada a possíveis passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a BNDESPAR reconheceu reversão de provisão para redução no valor recuperável do investimento em coligadas no valor total de R$ 556.607 mil, líquida de constituição de R$ 65.364 mil (no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve constituição de R$ 608.048 mil, líquida de reversão de R$ 74.559 mil). Tais efeitos estão incluídos na linha "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" da demonstração do resultado.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo das participações (líquido de despesa de venda) ou seu valor em uso (baseado no valor presente de fluxos de caixa futuros). A principal reversão de perda por redução ao valor recuperável reconhecida no exercício corrente para um ativo individual foi constituída no montante de R$ 555.147 mil e decorre do fato da coligada ter reconhecido em suas demonstrações financeiras parte das perdas que anteriormente levaram a constituição da provisão pela BNDESPAR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o mesmo ativo foi responsável pela principal constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável, no montante de R$ 657.594 mil.

O valor contábil do investimento na JBS S/A inclui ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R$ 577.507 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 570.469 mil em 31 de dezembro de 2012). No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 o valor recuperável dessa participação foi determinado pelo valor líquido de venda baseado na cotação das ações na BM&FBovespa, enquanto em 31 de dezembro de 2012 o valor recuperável foi determinado pelo valor em uso, calculado através do valor residual esperado com a alienação do investimento, obtido por meio de modelos de fluxos de caixa projetados da investida para os próximos 5 anos, tomando como base as informações trimestrais do 3º trimestre de 2012, descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital da empresa. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras. Nessas avaliações, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor recuperável é superior ao valor contábil do investimento.

9.2.3) Informações financeiras

*a) das coligadas:*

| | Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2013 (1) | | | | | | | | | | 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Coligadas | Ativos circulantes | Ativos Não circulantes | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Patrimônio líquido | Receitas | Lucros e prejuízos de operações em continuidade | Lucros e prejuízos após impostos de operações descontinuadas | Outros resultados abrangentes | Resultado abrangente total | Valor de Mercado da Participação em Coligadas com Ações Listadas |
| Brasiliana (2) | 27.235 | 3.913.976 | 136.405 | 39.542 | 3.765.264 | 563.266 | 526.739 | – | (493.457) | 33.282 | – |
| COPEL | 1.642.150 | 12.577.895 | 882.202 | 729.963 | 12.607.880 | 1.116.907 | 909.856 | – | (276.054) | 633.802 | 1.695.177 |
| Fibria | 4.541.758 | 23.310.743 | 3.077.695 | 10.145.174 | 14.629.632 | 5.720.379 | (437.620) | – | (22.158) | (459.778) | 4.683.696 |
| Granbio (2) | 659.749 | 238.766 | 2.263 | 35.069 | 861.183 | 3.140 | (7.251) | – | 473 | (6.778) | – |
| JBS | 13.206.330 | 32.750.224 | 8.869.958 | 14.975.960 | 22.110.636 | 22.948.488 | 981.478 | – | 359.940 | 1.341.418 | 6.002.773 |
| Tupy | 1.371.797 | 2.770.756 | 627.527 | 1.668.795 | 1.846.231 | 2.159.907 | 105.366 | – | 68.131 | 173.497 | 841.766 |
| Vigor | 732.360 | 1.900.704 | 401.335 | 903.818 | 1.327.911 | 1.281.219 | 108.187 | – | 2.576 | 110.763 | 417.159 |
| **Subtotal** | **22.181.379** | **77.463.064** | **13.997.385** | **28.498.321** | **57.148.737** | **33.793.306** | **2.186.755** | **–** | **(360.549)** | **1.826.206** | |
| Outras coligadas | 2.865.215 | 6.228.085 | 3.082.716 | 2.957.887 | 3.052.697 | 3.586.867 | (1.676.640) | (5.208) | (902.455) | (2.584.303) | 33.368 |
| **Total** | **25.046.594** | **83.691.149** | **17.080.101** | **31.456.208** | **60.201.434** | **37.380.173** | **510.115** | **(5.208)** | **(1.263.004)** | **(758.097)** | |

(1) As informações financeiras das coligadas foram ajustadas para o cálculo da equivalência patrimonial, conforme observado no item 9.2.2. Adicionalmente, os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a realização dos Outros Resultados Abrangentes originalmente reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.
(2) Empresa com ações não listadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

*b) da participação da BNDESPAR nas informações financeiras das coligadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013*

R$ mil

| | 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|
| Coligadas | Lucros / (prejuízos) de operações continuadas e descontinuadas (*) | Outros resultados abrangentes | Resultado abrangente total |
| Brasiliana | 283.631 | (265.708) | 17.923 |
| COPEL | 218.044 | (66.156) | 151.888 |
| Fibria | (133.005) | (6.735) | (139.740) |
| Granbio | (1.087) | 71 | (1.016) |
| JBS | 218.344 | 76.972 | 295.316 |
| Tupy | 85.075 | 24.232 | 109.307 |
| Vigor | 33.986 | 809 | 34.795 |
| Subtotal | 704.988 | (236.515) | 468.473 |
| Outras coligadas | (756.095) | 12.622 | (743.473) |
| **Total** | **(51.107)** | **(223.893)** | **(275.000)** |

(*) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas.

9.3) Títulos e Valores Mobiliários - Investimentos em empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda)

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias em outras empresas na categoria "Disponível para Venda" e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados no âmbito da demonstração do resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado; e

Adicionalmente, em algumas poucas situações o investimento é mensurado pelo Valor de Custo. É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

9.3.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários – Investimento em Ações Disponíveis para Venda

R$ mil

| EMPRESAS INVESTIDAS | Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/12/2013 | | % participação no capital total em 31/12/2013 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Ordinárias | Preferenciais | | | |
| NÍVEL 1 – Empresas Listadas | | | | | |
| AMBEV | – | – | – | – | 141.116 |
| AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. - ALL | 83.236 | – | 12,10 | 541.034 | 690.859 |
| BANCO DO BRASIL S.A. | 5.523 | – | 0,19 | 134.808 | 140.662 |
| BRASIL FOODS | – | – | – | – | 289.359 |
| BRASKEM S.A. | – | 40.103 | 5,03 | 841.358 | 564.965 |
| CEMIG | – | 9.502 | 0,75 | 134.265 | 303.261 |
| CIA SIDERÚRGICA NACIONAL | 8.795 | – | 0,60 | 127.174 | 324.885 |
| COPASA | 4.387 | – | 3,67 | 164.187 | 192.700 |
| CPFL | 64.843 | – | 6,74 | 1.232.013 | 1.728.060 |
| ECORODOVIAS | 21.000 | – | 3,76 | 310.380 | 363.720 |
| ELETROBRÁS | 141.758 | 18.691 | 11,86 | 1.032.910 | 1.101.607 |
| EMBRAER | 39.762 | – | 5,37 | 753.897 | 572.977 |
| ENEVA (ex MPX) | 72.650 | – | 10,34 | 220.130 | 661.050 |
| GERDAU | 37.917 | 21.218 | 3,44 | 960.430 | 966.352 |
| IOCHPE | 6.419 | – | 6,77 | 166.965 | 174.797 |
| KLABIN | – | 79.647 | 8,68 | 975.676 | 1.013.110 |
| LIGHT | 21.005 | – | 10,30 | 465.265 | 608.929 |
| MARFRIG | 102.202 | – | 19,63 | 403.700 | 498.015 |
| OI | 4.635 | 18.288 | 1,28 | 83.577 | 220.049 |
| PDG REALTY | 23.331 | – | 1,74 | 42.697 | 76.994 |
| PETROBRAS | 11.700 | 1.341.349 | 10,37 | 23.138.854 | 26.385.044 |
| RENOVA (1) | 9.311 | 18.622 | 12,08 | 448.997 | 290.703 |
| SUZANO | – | 129.510 | 11,69 | 1.192.786 | 1.387.453 |
| TOTVS | 7.445 | – | 4,55 | 273.826 | 257.944 |
| TRACTEBEL | 6.225 | – | 0,95 | 224.728 | 206.488 |
| TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELETRICA (2) | 9.000 | 18.000 | 2,61 | 164.700 | 194.940 |
| TPI TRIUNFO | 25.966 | – | 14,75 | 243.301 | – |
| VALE | 206.379 | 66.185 | 5,08 | 9.567.418 | 11.411.690 |
| **Subtotal Nível 1** | | | | **43.845.076** | **50.767.729** |
| Outras empresas – Nível 1 | | | | 950.430 | 1.260.906 |
| **Total Nível 1** | | | | **44.795.506** | **52.028.635** |
| **NÍVEL 2 - Empresas listadas mas com cotação ajustada e empresas *holdings* não listadas** | | | | **8.391.233** | **9.067.957** |
| **NÍVEL 3 - Empresas não listadas (Valor Justo)** | | | | **23.735** | **350.629** |
| **Custo – Empresas não listadas (Valor de Custo)** | | | | **1.220.097** | **100.001** |
| **TOTAL** | | | | **54.430.571** | **61.547.222** |
| **Ativo circulante** | | | | **299.001** | **5.688** |
| **Ativo não circulante** | | | | **54.131.570** | **61.541.534** |

(1) A BNDESPAR detém 9.311 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.
(2) A BNDESPAR detém 9.000 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 o montante de R$ 813.204 mil referente a investimentos em ações de empresas listadas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação sofreu algum ajuste para fins de cálculo do valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve reclassificação de valores do Nível 1 para o Nível 2.

*Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a BNDESPAR realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, a BNDESPAR identificou que alguns de seus investimentos em ações classificados como disponíveis para venda passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em seu valor justo, configurando uma evidência objetiva de perda em seu valor recuperável. Consequentemente, a perda

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

cumulativa, até então registrada diretamente no Patrimônio Líquido como outros resultados abrangentes, foi reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 como ajuste de reclassificação por redução ao valor recuperável, no valor de R$ 2.092.960 mil (R$ 2.662.818 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

A perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 inclui ainda R$ 800.095 mil (R$ 54.630 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012) referente ao ajuste a valor justo negativo apurado no exercício de instrumentos financeiros que já apresentavam perda considerada permanente em períodos anteriores, totalizando o efeito de R$ 2.893.055 mil no resultado do exercício corrente. (R$ 2.717.448 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

## 10. Obrigações por repasses

10.1) Composição

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2013 | | |
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total |
| BNDES | 28.331 | 5.377 | 33.708 |
| STN | 2.709.858 | – | 2.709.858 |
| **Total** | **2.738.189** | **5.377** | **2.743.566** |
| Circulante | | | 689.209 |
| Não Circulante | | | 2.054.357 |
| **Total** | | | **2.743.566** |

| | R$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | | |
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total |
| BNDES | 387.295 | 23.308 | 410.603 |
| STN | 3.130.277 | - | 3.130.277 |
| **Total** | **3.517.572** | **23.308** | **3.540.880** |
| Circulante | | | 686.347 |
| Não Circulante | | | 2.854.533 |
| **Total** | | | **3.540.880** |

As obrigações por repasses perante o BNDES estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP ou variação cambial acrescida de juros de até 7% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2018.

As obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da SELIC, cujo prazo máximo de vencimento está estipulado para dezembro de 2017.

Em 28 de dezembro de 2012, em atendimento ao art. 7º da Medida Provisória nº 600, de mesma data, a BNDESPAR liquidou antecipadamente, com ações de sua carteira, parte do mútuo com o BNDES no valor equivalente a R$ 5.998.585 mil. As ações utilizadas para essa liquidação de mútuo estão abaixo discriminadas:

| Companhia | Espécie/Classe | Quantidade | Preço | Valores (R$ mil) |
|---|---|---|---|---|
| Petrobras | ON | 161.700.000 | 19,50 | 3.153.150 |
| Eletrobras | ON | 39.000.000 | 6,32 | 246.480 |
| Vale | ON | 10.600.000 | 42,16 | 446.896 |
| JBS | ON | 296.392.500 | 6,04 | 1.790.211 |
| CESP | PNB | 3.061.339 | 19,26 | 58.961 |
| Mangels | PN | 1.453.568 | 2,76 | 4.012 |
| Metalfrio | ON | 1.655.200 | 3,69 | 6.108 |
| Romi | ON | 5.330.000 | 4,58 | 24.411 |
| Vulcabras | ON | 1.059.600 | 1,06 | 1.123 |
| Paranapanema | ON | 54.986.177 | 4,86 | 267.233 |
| Total | | | | 5.998.585 |

10.2) O vencimento das obrigações por repasses com BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN está demonstrado a seguir:

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2013 |
| A vencer: | |
| 2014 | 689.209 |
| 2015 | 683.594 |
| 2016 | 683.594 |
| 2017 | 683.594 |
| 2018 | 3.575 |
| **Total** | **2.743.566** |

| | R$ mil |
|---|---|
| | 31/12/2012 |
| A vencer: | |
| 2013 | 686.347 |
| 2014 | 706.127 |
| 2015 | 701.471 |
| 2016 | 701.471 |
| 2017 | 701.471 |
| Após 2017 | 43.993 |
| Total | **3.540.880** |

## 11. Emissão de debêntures

Em dezembro de 2009, foi concluída, no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o nº CVM/SER/PRO/2008/007, a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série não era atualizado e incidiam apenas juros prefixados, que foram pagos integralmente, juntamente com a amortização do principal, em 02 de janeiro de 2013.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série é atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série são calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série ocorreram em 16 de janeiro de 2012 e 15 de janeiro de 2013 e os demais serão realizados anualmente nos dias 15 de janeiro até 2015, quando a Série será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os números CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

Em abril de 2012, ainda no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição, foi realizada a sexta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 2.000.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R$ 1 mil na data de emissão, divididas em três séries: 409.000 debêntures na Primeira Série, 302.000 debêntures na Segunda Série e 1.289.000 debêntures na Terceira Série. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário. A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 17 de abril de 2012 sob os números CVM/SRE/DEB/2012/009, CVM/SRE/DEB/2012/010, e CVM/SRE/DEB/2012/011, respectivamente.

Nas emissões de 2010 e 2012, os valores nominais unitários das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não são atualizados e sobre este valor incidem apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). As remunerações de ambas as séries, assim como a amortização, serão pagas integralmente nas respectivas datas de vencimento.

A Segunda Série das emissões realizadas em 2010 e 2012 tem remuneração flutuante, cuja taxa é redefinida trimestralmente com base na sobretaxa definida no momento da emissão a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis a cada período de capitalização trimestral.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série das emissões de 2010 e 2012 é atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de cada Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série são calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de cada Emissão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O primeiro pagamento de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorreu em 15 de janeiro de 2013 e os demais serão realizados anualmente nos dias 15 de janeiro até 2017. Para a Terceira Série da emissão de 2012, os pagamentos de juros ocorrerão anualmente a partir de 15 de maio de 2014 até 15 de maio de 2019. Em ambas as séries a amortização ocorre em parcela única no vencimento.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

| | Vencimento | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|---|
| | | | R$ mil |
| 2º distribuição – Primeiro Programa | | | |
| 2ª série | 15.08.2013 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | – | 1.072.928 |
| Juros provisionados (6,8% a.a) | | – | 26.368 |
| | | – | 1.099.296 |
| 1º distribuição – Segundo Programa | | | |
| 1ª série | 01.01.2013 | | |
| Principal | | – | 640.000 |
| Juros provisionados (12,74% a.a) | | – | 279.717 |
| 2ª série | 15.01.2015 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 768.734 | 738.199 |
| Juros provisionados (7,078% a.a) | | 52.403 | 49.680 |
| | | 821.137 | 1.707.596 |
| 1º distribuição – Terceiro Programa | | | |
| 1ª série | 01.01.2014 | | |
| Principal | | 500.000 | 500.000 |
| Juros provisionados (12,51% a.a) | | 216.447 | 136.488 |
| 2ª série | 01.01.2014 | | |
| Principal | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a) | | 327.127 | 224.873 |
| 3ª série | 15.01.2017 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 626.651 | 592.524 |
| Juros provisionados (6,2991% a.a) | | 38.022 | 78.623 |
| | | 2.708.247 | 2.532.508 |
| 2º distribuição – Terceiro Programa | | | |
| 1ª série | 01.07.2016 | | |
| Principal | | 409.000 | 409.000 |
| Juros provisionados (11,169% a.a) | | 80.373 | 31.022 |
| 2ª série | 01.07.2016 | | |
| Principal | | 302.000 | 302.000 |
| Juros provisionados (TJ3 + 0,55% a.a) | | 44.661 | 17.180 |
| 3ª série | 15.05.2019 | | |
| Principal corrigido (IPCA) | | 1.415.056 | 1.337.993 |
| Juros provisionados (5,3999% a.a) | | 130.922 | 48.611 |
| | | 2.382.012 | 2.145.806 |
| Total | | **5.911.396** | **7.485.206** |
| Circulante | | 2.133.999 | 2.147.316 |
| Não Circulante | | 3.777.397 | 5.337.890 |
| Total | | **5.911.396** | **7.485.206** |

## 12. Impostos e contribuições sobre o lucro

### 12.1) Corrente

A BNDESPAR adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei nº 8.981/1995 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a BNDESPAR constituiu provisões para pagamento de contribuição social (alíquota de 9%) e de imposto de renda (alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%). Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição Social | Imposto de renda | Contribuição Social |
| | | | | R$ mil |
| Resultado antes da tributação | 1.887.871 | 1.887.871 | (511.569) | (511.569) |
| Participação dos empregados no lucro | (22.584) | (22.584) | (52.387) | (52.387) |
| Base para cálculo dos tributos | 1.865.287 | 1.865.287 | (563.956) | (563.956) |
| Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% | 466.322 | 167.876 | (140.989) | (50.756) |
| Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos: | | | | |
| • Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/99) | (1.938) | (698) | (48.127) | (17.326) |
| • Passivo Atuarial - FAPES | 9.847 | 3.545 | 4.559 | 1.641 |
| • Dividendos de investimentos | (147.865) | (53.231) | (269.504) | (97.021) |
| • Créditos baixados como prejuízo | 1.532 | 551 | 55.551 | 19.998 |
| • Equivalência patrimonial | 12.777 | 4.600 | 35.618 | 12.823 |
| • Permuta de títulos e valores mobiliários | (42.862) | (15.430) | (13.820) | (4.975) |
| • Amortização de ágio, líquida de realização | (3.113) | (1.100) | (565) | (82) |
| • Provisão para desvalorização de títulos | 545.171 | 196.261 | 697.044 | 250.936 |
| • Provisões trabalhistas e cíveis | 7.551 | 2.719 | 5.734 | 2.064 |
| • Programa de desligamento planejado de funcionários | (3.989) | (1.436) | 701 | 253 |
| • Subvenções - Incentivos Fiscais | (6.139) | (2.130) | (5.185) | (1.679) |
| • JSCP - Investimento (–) | 12.714 | 4.577 | 26.660 | 9.597 |
| • Provisão para Participação dos Empregados no Lucro | (7.451) | (2.682) | 5.028 | 1.810 |
| • Diferimento de tributação sobre venda de Ativo Permanente | – | – | 40.586 | 14.611 |
| • Realização da amortização do deságio | – | – | 2.237 | 213 |
| • Efeito ajustes CPC´s (RTT) | 12.027 | 4.330 | 218.229 | 78.563 |
| • Outras adições e exclusões líquidas | (11.448) | 414 | 47.198 | 42.417 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | 843.136 | 308.166 | 660.955 | 263.087 |
| Ajuste das provisões para IRPJ e CSLL de exercícios anteriores | 773 | 257 | (49.374) | (17.775) |
| Imposto de renda e contribuição social acumulado | **843.909** | **308.423** | **611.581** | **245.312** |

A alíquota efetiva é a seguinte:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| | | R$ mil |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.887.871 | (511.569) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 1.152.332 | 856.893 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (835.480) | (1.718.875) |
| Total de imposto de renda e contribuição social | 316.852 | (861.982) |
| Alíquota efetiva | **16,78%** | **168,50%** |

O saldo a pagar está assim demonstrado:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| | | R$ mil |
| Impostos e contribuições sobre o lucro: | | |
| • Provisão | | |
| Imposto de renda | 843.136 | 660.955 |
| Contribuição social | 308.166 | 263.087 |
| | 1.151.302 | 924.042 |
| • Antecipações | | |
| Imposto de renda | (766.493) | (545.861) |
| Contribuição social | (279.889) | (197.383) |
| | (1.046.382) | (743.244) |
| Imposto e contribuição a recolher | **104.920** | **180.798** |

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| | | R$ mil |
| IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores | – | 168.439 |
| IRRF sobre renda fixa | 22.132 | 134.476 |
| IRRF sobre renda variável | 272 | 1.264 |
| IRRF – Juros sobre o capital próprio | 60.803 | 131.877 |
| Antecipações – Incentivo audiovisual | 888 | 2.090 |
| Outros | 1.272 | 24.136 |
| Total | **85.367** | **462.282** |
| Circulante | 85.367 | 462.282 |
| Não-circulante | – | – |
| Total | **85.367** | **462.282** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

12.2) Créditos tributários

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| • Composição do crédito diferido (posição ativa): | | |
| Amortização de ágio | 28.408 | 22.280 |
| Créditos baixados como prejuízo | 113.061 | 32.869 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 14.344 | 9.229 |
| Provisão para desvalorização de títulos | 2.042.018 | 1.299.677 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 208.663 | 198.439 |
| Permuta de títulos de valores mobiliários | 136.839 | 126.164 |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 7.679 | 17.812 |
| Programa de desligamento planejado de funcionários | – | 5.425 |
| Derivativos - Opções | 38.015 | 66.229 |
| Ajuste a valor justo - Instrumentos Financeiros | 500.909 | 407.616 |
| Subtotal | 3.089.936 | 2.185.740 |
| • Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | – |
| Subtotal | – | – |
| Total dos créditos diferidos | **3.089.936** | **2.185.740** |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| • Composição dos impostos diferidos: (posição passiva) | | |
| Amortização de deságio | (5.977) | (5.977) |
| Ganho de capital s/venda de ativo permanente a longo prazo | (70.943) | (70.943) |
| Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros | (387.673) | (365.195) |
| Ganho por compra vantajosa | (349.455) | (349.455) |
| Baixa de deságio (CPC) | (431.510) | (431.510) |
| Derivativos - Opções | (173.102) | (126.865) |
| Subtotal | (1.418.660) | (1.349.945) |
| • Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes: | | |
| Ganho atuarial – FAMS | (3.724) | – |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (5.810.990) | (7.590.034) |
| Subtotal | (5.814.714) | (7.590.034) |
| Total das obrigações diferidas | **(7.233.374)** | **(8.939.979)** |

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Créditos diferidos | 3.089.936 | 2.185.740 |
| Obrigações diferidas | (7.233.374) | (8.939.979) |
| Total das obrigações diferidas | **(4.143.438)** | **(6.754.239)** |

De acordo com a Deliberação CVM nº 599/2009 foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível. Não existe previsibilidade de compensação de créditos tributários diferidos após 5 anos, exceto para aqueles constituídos anteriormente à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/2002, seguindo a mesma regra adotada pelo controlador, BNDES. Em relação às obrigações tributárias diferidas, estas são constituídas independentemente da expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2013, a contrapartida no resultado e no patrimônio líquido das provisões de imposto de renda e contribuição social diferido foi:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| **Resultado** | | |
| Imposto de Renda | 614.308 | 1.264.225 |
| Contribuição Social | 221.172 | 454.650 |
| Total | **835.480** | **1.718.875** |
| **Patrimônio Líquido** | | |
| Imposto de Renda | 1.305.382 | 789.061 |
| Contribuição Social | 469.938 | 284.062 |
| Total | **1.775.320** | **1.073.123** |

Basicamente os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída em operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 13.a) e cíveis (Nota 13.b).

c) Provisão sobre a desvalorização de títulos: participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição, pelo método de equivalência patrimonial e pelo valor justo.

d) Amortização de ágios: ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

e) Derivativos - Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas a ações pertencentes à carteira de investimentos.

f) Provisão para despesas médicas - FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

g) Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, têm origem, basicamente, de:

h) Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;

i) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

j) Baixa do deságio - CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos tributários e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização, reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

| | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | Constituição | Realização | 31/12/2013 |
| Créditos tributários: | | | | |
| • Provisão para desvalorização de títulos | 1.299.677 | 1.006.798 | (264.457) | 2.042.018 |
| • Créditos baixados como prejuízo | 32.869 | 110.417 | (30.225) | 113.061 |
| • Amortização de ágios | 22.280 | 10.341 | (4.213) | 28.408 |
| • Provisão para despesas médicas - FAMS | 9.229 | 5.115 | – | 14.344 |
| • Provisões trabalhistas e cíveis | 198.439 | 14.576 | (4.352) | 208.663 |
| • Permuta de títulos de valores mobiliários | 126.164 | 68.967 | (58.292) | 136.839 |
| • Provisão para participação dos empregados no lucro | 17.812 | 7.679 | (17.812) | 7.679 |
| • Programa de desligamento planejado de funcionários | 5.425 | – | (5.425) | – |
| • Derivativos - Opções | 66.229 | – | (28.214) | 38.015 |
| • Ajuste a valor justo - Instrumentos Financeiros | 407.616 | 93.293 | – | 500.909 |
| Subtotal | 2.185.740 | 1.317.186 | (412.990) | 3.089.936 |
| Créditos diferidos reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes: | | | | |
| • Perda atuarial - FAMS | – | – | – | – |
| Subtotal | – | – | – | – |
| Total | **2.185.740** | **1.317.186** | **(412.990)** | **3.089.936** |
| Obrigações tributárias: | | | | |
| • Amortização de deságio | (5.977) | – | – | (5.977) |
| • Ganho de capital s/venda de ativo permanente à longo prazo | (70.943) | – | – | (70.943) |
| • Ajuste a valor de mercado de debêntures - Instrumentos Financeiros | (365.195) | (361.033) | 338.555 | (387.673) |
| • Ganho por compra vantajosa | (349.455) | – | – | (349.455) |
| • Baixa de Deságio (CPC) | (431.510) | – | – | (431.510) |
| • Derivativos - Opções | (126.865) | (46.237) | – | (173.102) |
| Subtotal | (1.349.945) | (407.270) | 338.555 | (1.418.660) |
| Obrigações diferidas reconhecidas sobre Outros Resultados Abrangentes: | | | | |
| • Ganho atuarial - FAMS | – | (3.724) | – | (3.724) |
| • AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (7.590.034) | – | 1.779.044 | (5.810.990) |
| Subtotal | (7.590.034) | (3.724) | 1.779.044 | (5.814.714) |
| Total | **(8.939.979)** | **(410.994)** | **2.117.599** | **(7.233.374)** |

Em 31 de dezembro de 2013 a BNDESPAR totalizou R$ 4.143.438 mil de débitos tributários, líquidos dos créditos tributários, (R$ 6.754.239 mil em 31 de dezembro de 2012).

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2013 totalizou R$ 139.927 mil (R$ 144.582 mil em 31 de dezembro de 2012). Este valor refere-se, basicamente, à amortização de ágios, ajuste a valor justo sobre instrumentos financeiros e à provisão para despesas médicas - FAMS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e das obrigações tributárias:

| | | | | | | | R$ mil |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Após 2018 | Total |
| • Créditos tributários | | | | | | | |
| Provisão para desvalorização de títulos | 151.350 | 572.395 | 557.460 | 617.657 | 142.816 | 340 | 2.042.018 |
| Créditos baixados como prejuízo | 40.783 | – | – | 71.833 | 445 | – | 113.061 |
| Amortização de ágios | 2.242 | 2.328 | 2.401 | 12.540 | 2.328 | 6.569 | 28.408 |
| Provisão para participação dos empregados no lucro | 7.679 | – | – | – | – | – | 7.679 |
| Permuta de títulos e valores mobiliários | 26.994 | 45.254 | 45.254 | 19.337 | – | – | 136.839 |
| Provisão para despesas médicas - FAMS | 2.830 | 2.845 | 2.869 | 2.920 | 2.880 | – | 14.344 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 379 | 626 | 795 | 210 | 206.653 | – | 208.663 |
| Derivativos - Opções | 38.015 | – | – | – | – | – | 38.015 |
| Ajuste a valor justo - Instrumentos Financeiros | 7.111 | 7.111 | 65.549 | 397.400 | 23.738 | – | 500.909 |
| Subtotal | 277.383 | 630.559 | 674.328 | 1.121.897 | 378.860 | 6.909 | 3.089.936 |
| • Créditos diferidos reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes: | | | | | | | |
| Perda atuarial - FAMS | – | – | – | – | – | – | – |
| Subtotal | – | – | – | – | – | – | – |
| Total dos créditos diferidos | **277.383** | **630.559** | **674.328** | **1.121.897** | **378.860** | **6.909** | **3.089.936** |
| • Obrigações Tributárias (posição passiva): | | | | | | | |
| Amortização de deságios | – | (1.993) | (1.992) | (1.992) | – | – | (5.977) |
| Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à Longo Prazo | – | – | – | – | – | (70.943) | (70.943) |
| Ajuste a valor de mercado de debêntures - Instrumentos Financeiros | – | – | – | – | – | (387.673) | (387.673) |
| Ganho por compra vantajosa | – | – | – | – | – | (349.455) | (349.455) |
| Baixa de Deságio (CPC) | (75.537) | (103.022) | (103.022) | (17.767) | – | (132.162) | (431.510) |
| Derivativos - Opções | – | – | – | – | – | (173.102) | (173.102) |
| Subtotal | (75.537) | (105.015) | (105.014) | (19.759) | – | (1.113.335) | (1.418.660) |
| • Obrigações diferidas reconhecidas sobre Outros Resultados Abrangentes: | | | | | | | |
| Ganho atuarial - FAMS | (187) | (187) | (189) | (193) | (190) | (2.778) | (3.724) |
| AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda | (174.485) | (174.639) | (173.133) | (313.819) | (82.053) | (4.892.861) | (5.810.990) |
| Subtotal | (174.672) | (174.826) | (173.322) | (314.012) | (82.243) | (4.895.639) | (5.814.714) |
| Total das obrigações diferidas | **(250.209)** | **(279.841)** | **(278.336)** | **(333.771)** | **(82.243)** | **(6.008.974)** | **(7.233.374)** |

## 13. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Processos trabalhistas | 5.966 | 5.485 |
| Processos cíveis | 609.414 | 579.689 |
| Total | **615.380** | **585.174** |
| Circulante | 1.116 | 3 |
| Não Circulante | 614.264 | 585.171 |
| Total | **615.380** | **585.174** |

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | Processos trabalhistas | Processos cíveis |
| 2014 | 1.116 | – |
| 2015 | 1.842 | – |
| 2016 | 726 | 1.612 |
| 2017 | 617 | – |
| 2018 | – | 607.802 |
| 2019 | – | – |
| 2020 | 1.593 | – |
| 2021 | – | – |
| 2022 | 72 | – |
| 2023 | – | – |
| | **5.966** | **609.414** |

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 11 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a horas extras pré-contratadas (extinta quando do advento da Lei nº10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | 5.485 | 6.017 |
| Pagamentos | (247) | (27) |
| Constituições | 2.494 | – |
| Reversões | (1.766) | (505) |
| Saldo no final do exercício | **5.966** | **5.485** |

Em 31 de dezembro de 2013, existem 23 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 388 mil (R$ 1.518 mil em 31 de dezembro de 2012), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos , sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A movimentação na rubrica de provisões cíveis foi a seguinte:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | 579.689 | 556.220 |
| Pagamentos | – | – |
| Constituições | 40.625 | 23.469 |
| Reversões | (10.900) | – |
| Saldo no final do exercício | **609.414** | **579.689** |

Em 31 de dezembro de 2013, existem 14 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 1.074.750 mil (R$ 1.257.839 mil em 31 de dezembro de 2012), dentre os quais 10 processos no valor de R$ 755.132 mil se referem a questões tributárias e versam sobre cobrança de PIS e COFINS sobre venda de participações societárias, cobrança de IPTU e questões contratuais.

## 14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 60.344.504 mil, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio da Decisão nº 178/2013, de 14 de fevereiro de 2013, aprovou o aumento de capital social no montante de R$ 2.915.643 mil, passando de R$ 57.428.861 mil para R$ 60.344.504 mil, mediante a capitalização de lucros apurados no exercício de 2011.

Destinação do resultado

A destinação dos resultados de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

| | | R$ mil |
|---|---|---|
| | Em 31 de dezembro | |
| | 2013 | 2012 |
| Resultado do exercício | 1.548.435 | 298.026 |
| Reversão de reserva para compatibilização de práticas contábeis | – | 138.088 |
| Valores destinados | 1.548.435 | 436.114 |
| Destinações | | |
| Reserva legal - 5% (1) | 77.422 | 14.901 |
| Reserva de incentivos fiscais | 23.669 | 18.651 |
| Reserva para compatibilização de práticas contábeis | 28.666 | – |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% (2) | 361.836 | 100.641 |
| Dividendo complementar | 1.056.842 | 301.921 |

(1) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(2) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Pagamento de dividendos

Em 2013 foram pagos dividendos no valor de R$ 449.644 mil, referentes aos dividendos obrigatórios e complementares de 2011 e 2012 no valor de R$ 441.373, atualizado pela taxa SELIC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

| Evento | 2013 Valor declarado R$ mil | Valor pago (*) R$ mil | Data do pagamento | Meio de pagamento |
|---|---|---|---|---|
| Dividendos Obrigatórios - Exercício 2011 (**) | 31.988 | 35.062 | 25/02/2013 | Espécie |
| Dividendos Obrigatórios - Exercício 2011 | 6.824 | 7.266 | 05/03/2013 | Espécie |
| Dividendos Obrigatórios - Exercício 2012 | 100.640 | 101.829 | 05/03/2013 | Espécie |
| Dividendos Complementares - Exercício 2012 | 301.921 | 305.487 | 05/03/2013 | Espécie |
| | 441.373 | 449.644 | | |

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.
(**) Reversão de parte do aumento de capital em curso.

Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei nº 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros oriundos de práticas contábeis divergentes das utilizadas pelo acionista único - BNDES. De acordo com o estatuto social, o montante destinado para essa reserva é excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Ajuste - acumulado de conversão - reflexo de coligada | (64.810) | (177.777) |
| Ajuste - outros resultados abrangentes - reflexo de coligada | 361.317 | 707.186 |
| Ajuste - outros resultados abrangentes - próprios | 23.850 | – |
| Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1) | 11.307.818 | 14.752.556 |
| De títulos próprios | 11.280.157 | 14.733.596 |
| De ativos de empresas coligadas (1) | 27.661 | 18.960 |
| Total | **11.628.175** | **15.281.965** |

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil nº 38, emitido pelo CPC.

## 15. Partes Relacionadas

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação nº 560/2008 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 15.1) Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 10.1:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Ativo | | |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | | |
| Moeda nacional | – | 94.425 |
| Passivo | | |
| Operações de repasses | 33.708 | 410.603 |
| Moeda nacional | 28.331 | 387.295 |
| Moeda estrangeira | 5.377 | 23.308 |
| Dividendos a pagar | 361.836 | 100.640 |

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Receitas: | | |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | | |
| Moeda nacional | 5.690 | 5.493 |
| Despesas: | | |
| Operações de repasses | | |
| Moeda nacional | (13.559) | (553.218) |
| Moeda estrangeira | (5.679) | (6.602) |
| | (19.238) | (559.820) |

### 15.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 10.1 e os saldos estão resumidos a seguir:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Ativo | | |
| Títulos públicos, detidos por fundos exclusivos | 3.708.940 | – |
| Passivo | | |
| Operações de repasses | 2.709.858 | 3.130.277 |
| Receitas | | |
| Títulos públicos, detidos por fundos exclusivos | 110.964 | – |
| Despesas: | | |
| Operações de repasses | (233.534) | (245.428) |

### 15.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| **Ativos** | | |
| Fundos, operações compromissadas, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos e JSCP a receber | 1.247.993 | 2.216.018 |

A BNDESPAR também investe em ações de algumas dessas Companhias conforme demonstrado na Nota 9.

### 15.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota 17:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| **Passivo** | | |
| Passivo atuarial - FAPES – Previdência | 132.833 | 127.628 |
| Passivo atuarial - FAMS – Assistência | 155.137 | 155.492 |

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| **Despesas:** | | |
| Plano de Previdência | (37.902) | (17.654) |
| Plano de Assistência | (10.598) | (18.235) |

### 15.5) Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 9.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

| | R$ mil 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| **Ativos** | | |
| Dividendos a receber de coligadas | 6.811 | 110.730 |

### 15.6) Remuneração de empregados e dirigentes

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A BNDESPAR também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da BNDESPAR são apresentados como segue:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Benefícios de curto prazo: | | |
| Salários e encargos | 610,85 | 574,28 |

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

| | R$ mil | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
| | Administração | Empregados | Administração | Empregados |
| Maior Salário (*) | 5,79 | 48,29 | 5,79 | 44,92 |
| Menor Salário (*) | 5,79 | 2,38 | 5,39 | 2,22 |
| Salário (*) Médio | 5,79 | 25,27 | 5,53 | 23,58 |

(*) remuneração mensal

## 16. Resultado (constituição) de provisão para redução no valor recuperável

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Reversão (constituição) líquida: | | |
| Debêntures | 3.319 | (2.107) |
| Venda a prazo de títulos e valores mobiliários | (9.279) | (59.894) |
| Direitos recebíveis | (37.224) | (24.504) |
| Recuperação de créditos baixados do ativo | 59.776 | 67.914 |
| Receita (despesa) líquida apropriada | **16.592** | **(18.591)** |

## 17. Obrigações de benefícios a empregados

A partir de 1º de janeiro de 2013, a BNDESPAR passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e contempla substancialmente as alterações no texto da *IAS 19 - Employee Benefits, emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board.*

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

Os efeitos dos ajustes da adoção desse pronunciamento foram considerados imateriais pela Administração e consequentemente reconhecidos no exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

| | R$ mil |
|---|---|
| Outros resultados abrangentes de exercícios anteriores | 368.412 |
| Resultado de exercícios anteriores | (4.123) |

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Passivo atuarial - FAPES | 132.833 | 127.628 |
| Passivo atuarial - FAMS | 155.137 | 155.492 |
| Total | 287.970 | 283.120 |
| Circulante | | |
| Passivo atuarial - FAPES | 7.405 | 6.991 |
| Passivo atuarial - FAMS | 7.773 | 4.996 |
| | 15.178 | 11.987 |
| Não Circulante | | |
| Passivo atuarial - FAPES | 125.428 | 120.637 |
| Passivo atuarial - FAMS | 147.364 | 150.496 |
| | 272.792 | 271.133 |

### 17.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS). É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;
b) complementação de pensão;
c) complementação de auxílio-reclusão;
d) complementação de abono anual (13º salário);
e) complementação de auxílio-doença; e
f) pecúlio por morte.

É administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

1) a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto hoje é de R$ 4.159 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano;

2) a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico;

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O Plano é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC nº 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

a) **Emenda Constitucional nº 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) **Lei Complementar nº 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes, e

c) **Lei Complementar nº 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil.

No que tange à definição do teto de ativo (*asset ceiling*), deverá prevalecer o estabelecido na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas e somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, cuja destinação para os participantes e assistidos e para o patrocinador na forma de suspensão, redução parcial ou integral de contribuições normais está condicionada:

I - relativamente aos participantes e assistidos, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias porventura devidas; e

II - relativamente ao patrocinador, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias e das eventuais dívidas existentes perante o plano de benefícios.

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 1.338.377 | 1.712.899 |
| Valor justo dos ativos do plano | (1.205.544) | (1.289.671) |
| Valor presente das obrigações atuariais | 132.833 | 423.228 |
| Passivo atuarial adicional | – | (295.600)(1) |
| Passivo atuarial total | 132.833 | 127.628 |

Nota: (1) O valor de R$ 295.600 mil refere-se ao passivo atuarial complementar decorrente da alteração do CPC33(R1), cujo efeito retroativo em 31/12/2012 foi considerado imaterial pela administração e, portanto, contabilizado somente em 2013.

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Contratos de 2002 (a) | 95.778 | 98.233 |
| Contratos de 2004 (b) | 24.887 | 29.395 |
| Total | **120.665** | **127.628** |

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas mensais. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | 1.712.899 | 1.288.621 |
| Custo do serviço corrente | 8.337 | 7.210 |
| Custo dos juros da obrigação | 144.872 | 128.688 |
| Contribuições dos participantes do plano | 2.368 | 2.903 |
| Benefícios pagos | (97.386) | (77.303) |
| (Ganho) Perdas atuariais | (432.713) | 362.780 |
| Mudança de premissas (cresc salarial) | 123 | 77 |
| Mudança de premissas (taxa de desconto) | (415.195) | 272.217 |
| Ajuste de experiência | (17.641) | 90.486 |
| Saldo no final do exercício | **1.338.377** | **1.712.899** |

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | 1.289.671 | 1.123.397 |
| Custo do serviço corrente - Ganhos (perdas) | (120.209) | 107.584 |
| Contribuições recebidas do empregador | 21.994 | 19.838 |
| Contribuições recebidas dos participantes do plano | 2.368 | 2.903 |
| Benefícios pagos | (97.386) | (77.303) |
| Receita dos juros | 109.106 | 113.252 |
| Saldo no final do exercício | **1.205.544** | **1.289.671** |

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 22.984 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,45 anos em 31 de dezembro de 2013 (17,15 anos em 31 de dezembro de 2012).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Custo do serviço corrente | 8.337 | 7.209 |
| Custo dos juros da obrigação | 144.872 | 128.689 |
| Retorno dos ativos do plano | (109.106) | (113.252) |
| Total | **44.103** | **22.646** |

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo do início do exercício | 295.882 | 40.686 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação - premissas financeiras | (432.712) | 362.780 |
| Custo do serviço corrente - Ganhos (perdas) | 120.209 | (107.584) |
| Saldo no final do exercício | **(16.621)** | **295.882** |

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

Os ativos do plano de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

| | R$ mil | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2013 | | | | 31/12/2012 | | | |
| Ativos por categoria | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ações | | | | | | | | |
| Companhias abertas | – | – | 442 | 442 | – | – | 1.509 | 1.509 |
| Fundos de investimento | | | | | | | | |
| Renda fixa | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Ações | 106.781 | – | – | 106.781 | 86.507 | – | – | 86.507 |
| Multimercado | 877.090 | – | – | 877.090 | 1.019.913 | – | – | 1.019.913 |
| Empresas emergentes | – | 2.772 | – | 2.772 | – | 3.291 | – | 3.291 |
| Participações | – | 42.257 | – | 42.257 | – | 39.744 | – | 39.744 |
| Imóveis | | | | | | | | |
| Locados a terceiros | – | 117.957 | – | 117.957 | – | 83.271 | – | 83.271 |
| Locados aos Patrocinadores | – | 8.569 | – | 8.569 | – | 5.393 | – | 5.393 |
| Empréstimos e Financiamentos | – | – | 43.170 | 43.170 | – | – | 45.290 | 45.290 |
| Subtotal | 983.871 | 171.555 | 43.612 | 1.199.038 | 1.106.420 | 131.699 | 46.799 | 1.284.918 |
| Outros ativos não avaliados a valor justo | | | | 6.506 | | | | 4.753 |
| Total | | | | **1.205.544** | | | | **1.289.671** |

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES montam em R$ 4.735 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 3.512 mil em 31 de dezembro de 2012)

A resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2013 para os próximos três anos:

| | R$ mil |
|---|---|
| Exercícios findos em: | |
| 31/12/2014 | 101.768 |
| 31/12/2015 | 106.348 |
| 31/12/2016 | 111.134 |

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (acréscimo de 1% na taxa vigente) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

| Premissas | Variação | Acréscimo no passivo atuarial |
|---|---|---|
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 10,5 % |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 0,6 % |
| Taxa de crescimento salarial | Acréscimo de 1% | 0 % |

## 17.2) Plano de assistência médica

A BNDESPAR, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/1998 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da BNDESPAR para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O Plano de Assistência Médica (PAS) é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde - RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2013, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Valor presente das obrigações | 155.136 | 224.182 |
| Passivo líquido | **155.136** | **224.182** |
| Passivo atuarial - FAMS CPC 33(R1) BNDESPAR | – | (68.690)(1) |
| Passivo atuarial - Total | **155.136** | **155.492** |

Nota: (1) O valor de R$ 68.690 mil refere-se ao ajuste de exercício anterior pela mudança do CPC33(R1), cujo efeito em 31/12/2012 foi considerado imaterial pela administração e, portanto, contabilizados somente em 2013.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo no início do exercício | 224.182 | 173.184 |
| Custo do serviço corrente | 2.132 | 1.917 |
| Custo de juros | 19.183 | 17.510 |
| Benefícios pagos | (6.878) | (5.031) |
| Perdas (ganhos) atuariais | (83.483) | 36.602 |
| Saldo no final do exercício | **155.136** | **224.182** |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Custo do serviço corrente | 2.132 | 1.917 |
| Custo de juros | 19.183 | 17.510 |
| Total | **21.315** | **19.427** |

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Saldo do início do exercício | 72.530 | 35.928 |
| Ganhos e perdas atuariais da obrigação - premissas financeiras | (83.483) | 36.602 |
| Saldo no final do exercício | **(10.953)** | **72.530** |

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 7.560 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,37 anos em 31 de dezembro de 2013 (15,10 anos em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

| Premissas | Variação | Acréscimo no passivo atuarial |
|---|---|---|
| Taxa de desconto | Decréscimo de 1% | 13,0 % |
| Tábua de mortalidade | Desagravamento em 1 ano | 3,0 % |
| Custos médicos | Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos | 13,0 % |

## 17.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

| | 31 de dezembro de 2013 | 31 de dezembro de 2012 |
|---|---|---|
| Benefícios considerados | Todos os benefícios regulamentares | Todos os benefícios regulamentares |
| Método de avaliação atuarial | Crédito Unitário Projetado | Crédito Unitário Projetado |
| Tábua de mortalidade de válidos | AT 2000 | AT 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT 49 agravada em 100% | AT 49 agravada em 100% |
| Invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Taxa real de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 3,1098% a.a. | 3,1098% a.a. |
| Grupo Apoio | 2,5394% a.a. | 2,5394% a.a. |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | | |
| Grupo Técnico | 7,843% a.a. | 7,843% a.a. |
| Grupo Apoio | 7,302% a.a. | 7,302% a.a. |
| Taxa de desconto nominal | 11,34% a.a | 8,687% a.a |
| Taxa de inflação | 4,5% a.a. | 4,5% a.a. |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar | 11,34% a.a | 8,687% a.a |
| Taxa real de tendência dos custos médicos | 5% a.a. | 5% a.a. |

## 18. Outros benefícios a empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

| | R$ mil | |
|---|---|---|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Vale-transporte | 23 | 71 |
| Vale-refeição | 4.964 | 15.585 |
| Assistência educacional | 1.631 | 3.804 |
| Total | **6.618** | **19.460** |

(continuação)

## 19. Instrumentos financeiros

### 19.1) Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros

R$ mil

| | 31/12/2013 | | 31/12/2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor de custo | Valor justo | Valor de custo | Valor justo |
| **Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado** | **11.600.991** | **11.110.463** | **9.680.371** | **9.322.043** |
| *Designados* | | | | |
| Debêntures designadas | 7.892.051 | 6.892.396 | 9.680.371 | 8.948.908 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | – | 509.127 | – | 373.135 |
| *Mantidos para negociação* | | | | |
| Títulos públicos, detidos por fundos exclusivos | 3.708.940 | 3.708.940 | – | – |
| **Empréstimos e recebíveis** | **3.918.150** | **3.918.150** | **7.976.004** | **7.976.004** |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a receber | 277.641 | 277.641 | 1.208.703 | 1.208.703 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 27 | 27 | 1.998.774 | 1.998.774 |
| Debêntures (*) | 2.806.039 | 2.806.039 | 3.038.797 | 3.038.797 |
| Venda a prazo de TVM (*) | 819.850 | 819.850 | 1.049.061 | 1.049.061 |
| Direitos recebíveis (*) | 2.402 | 2.402 | 250.648 | 250.648 |
| Devedores por depósitos em garantia | 12.191 | 12.191 | 430.021 | 430.021 |
| **Ativos financeiros disponível para venda** | **45.540.781** | **56.451.705** | **45.039.498** | **64.014.883** |
| Ações | 43.519.647 | 54.430.571 | 42.571.837 | 61.547.222 |
| Debêntures | – | – | 39.903 | 39.903 |
| Cotas de Fundos de Investimento | 2.021.134 | 2.021.134 | 2.427.758 | 2.427.758 |
| **Total de Ativos Financeiros** | **61.059.922** | **71.480.318** | **62.695.873** | **81.312.930** |
| **Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado** | **–** | **111.810** | **–** | **194.790** |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | – | 111.810 | – | 194.790 |
| **Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado** | **9.289.819** | **10.159.293** | **11.300.429** | **11.552.816** |
| Dividendos a pagar | – | – | 100.640 | 100.640 |
| Obrigações por emissão de debêntures | 5.911.396 | 6.780.870 | 7.485.206 | 7.737.593 |
| Obrigações por repasses | 2.743.566 | 2.743.566 | 3.540.880 | 3.540.880 |
| Outros Passivos Financeiros | 634.857 | 634.857 | 173.703 | 173.703 |
| **Total de Passivos Financeiros** | **9.289.819** | **10.271.103** | **11.300.429** | **11.747.606** |

(*) valor líquido da provisão para redução ao valor recuperável

### 19.2) Derivativos embutidos e simples

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial *(hedge)* e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto, esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda por alavancagem a BNDESPAR. Foram aplicados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2009, que tratam da matéria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 603/2009. Dessa forma, foram aplicados o CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), o CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e o CPC 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), os quais requerem a mensuração e o registro, destes derivativos, a valor justo. Essas debêntures foram designadas ao valor justo através do resultado (Nota 5.3.4).

R$ mil

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa | 4.872.812 | 6.716.458 |
| Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa | 2.019.584 | 2.232.450 |
| Total | **6.892.396** | **8.948.908** |

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir:

R$ mil

| Derivativos | Tipo | Metodologia de precificação | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|
| Opções de venda de ações (passivo) | Opção européia | Black-Scholes / Merton | – | 1.866 |
| Opção de compra de ações (passivo) | Opção americana | Black-Scholes / Merton | 111.810 | 192.924 |
| | | | 111.810 | 194.790 |
| Opções de venda de ações (ativo) | Opção européia | Black-Scholes / Merton | 463.849 | 314.214 |
| Opções de resgate de ações (ativo) | Opção européia | Black-Scholes / Merton / Árvore Binomial | 45.276 | 58.921 |
| | | | 509.125 | 373.135 |

A BNDESPAR, por meio do fundo de investimento exclusivo FI Extramercado VII IFRM1, realizou operações no mercado de derivativos futuros, com valores nocionais de R$ 15.185 mil e saldo a receber de R$ 2 mil em 31 de dezembro de 2013.

### 19.3) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

No terceiro trimestre de 2013, devido a condições endógenas a uma entidade emissora de uma determinada debênture cuja BNDESPAR é titular, o modelo utilizado para mensuração de valor justo até então utilizado, Simulação de Monte Carlo, passou a não mais refletir adequadamente o valor justo do referido instrumento em 30 de setembro de 2013. Nesse sentido, adotou-se uma nova metodologia para mensuração do Título, considerando o saldo devedor do mesmo, ajustado à *LGD (Loss Given Default)* calculada pelo BNDES. Isso gerou uma mudança entre níveis de mensuração (de Nível 2 para nível 3). O valor do Título calculado pela Simulação de Monte Carlo seria, à data da mudança, de R$ 321.687 mil (contra R$ 248.278 mil da metodologia vigente).

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no final do exercício:

R$ mil

| | 31/12/2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil | – | 961.069 | – | 961.069 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Títulos públicos, detidos por fundos exclusivos | 3.708.940 | – | – | 3.708.940 |
| Debêntures designadas | – | 4.505.264 | 2.387.132 | 6.892.396 |
| Ações | 44.795.507 | 8.391.232 | 23.735 | 53.210.474 |
| Cotas de fundos de investimento | – | 654.669 | – | 654.669 |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | 509.127 | – | 509.127 |
| Total | **48.504.447** | **15.021.361** | **2.410.867** | **65.936.675** |

| Passivos Financeiros | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|---|---|---|---|---|
| Instrumentos financeiros derivativos | – | 111.810 | – | 111.810 |
| Total | **–** | **111.810** | **–** | **111.810** |

R$ mil

| | 31/12/2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil | – | 1.998.731 | – | 1.998.731 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Debêntures designadas | – | 6.716.458 | 2.232.450 | 8.948.908 |
| Debêntures disponíveis para venda | – | – | 39.903 | 39.903 |
| Ações | 52.028.636 | 9.067.956 | 350.629 | 61.447.221 |
| Cotas de fundos de investimento | – | 1.172.502 | – | 1.172.502 |
| Instrumentos financeiros derivativos - Opções | – | 373.135 | – | 373.135 |
| Total | **52.028.636** | **19.328.783** | **2.622.982** | **73.980.401** |

| Passivos Financeiros | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|---|---|---|---|---|
| Instrumentos financeiros derivativos | – | 194.789 | – | 194.789 |
| Total | **–** | **194.789** | **–** | **194.789** |

O total dos Ativos Financeiros dos quadros acima não considera o valor das ações e das cotas de fundos de investimento mensuradas ao custo de aquisição. Os saldos das ações representam R$ 1.220.097 mil (R$ 100.001 mil em 31/12/2012) e das cotas de fundos de investimento representam R$ 1.366.465 mil (R$ 1.255.256 mil em 31/12/2012).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A seguinte tabela apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 3 da hierarquia do valor justo.

| | | | R$ mil |
|---|---|---|---|
| | Ações | Debêntures | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **350.629** | **2.272.353** | **2.622.982** |
| Transferências de Nível II | – | 248.278 | 248.278 |
| Ganhos e perdas reconhecidos: | | | |
| No resultado do período | – | (47.788) | (47.788) |
| Em outros resultados abrangentes | (30.044) | – | (30.044) |
| **Saldos em 31 de março de 2013** | **320.585** | **2.472.843** | **2.793.428** |
| Novos Títulos | 131.389 | – | 131.389 |
| Ganhos e perdas reconhecidos: | | | |
| No resultado do período | – | (120.549) | (120.549) |
| Em outros resultados abrangentes | (309.311) | – | (309.311) |
| **Saldos em 30 de junho de 2013** | **142.663** | **2.352.294** | **2.494.957** |
| Transferências para valor de custo | (120) | – | (120) |
| Ganhos e perdas reconhecidos: | | | |
| No resultado do período | (119.879) | 74.067 | (45.812) |
| Em outros resultados abrangentes | 404 | – | 404 |
| **Saldos em 30 de setembro de 2013** | **23.068** | **2.426.361** | **2.449.429** |
| Ganhos e perdas reconhecidos: | | | |
| No resultado do período | – | (39.229) | (39.229) |
| Em outros resultados abrangentes | 667 | – | 667 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2013** | **23.735** | **2.387.132** | **2.410.867** |

Algumas debêntures classificadas como designadas a valor justo possuem opções de conversibilidade ou permuta em ações de companhias fechadas, a apuração do valor justo do derivativo embutido geralmente é efetuada com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto (determinado a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado) e o saldo na curva da debênture na data de referência.

A mensuração a valor justo de tais derivativos embutidos envolve os seguintes aspectos/dificuldades: i) a não liquidez dos mesmos; isto é, por serem títulos com características específicas, conversíveis ou permutáveis em ações de empresas fechadas, não são facilmente encontradas referências de preços no mercado; ii) em alguns casos, as opções de conversão/permuta são condicionadas a um percentual futuro do capital social de uma entidade ainda não operacional. Em função disso, a amplitude do intervalo de valores para preço e prazo de exercício impossibilita a precificação segura da referida opção.

Adicionalmente, no que se refere à parcela de crédito dessas debêntures, a possibilidade de cálculo do valor presente dos fluxos descontados não se torna confiável devido à ausência de parâmetros confiáveis de mercado, quer pela inexistência de referências válidas de preços ou de *spreads* de risco, dados necessários para o desconto a valor presente, segundo os modelos adotados atualmente.

Em função dos fatores mencionados, gerados pela especificidade das operações do Sistema BNDES, adota-se que a premissa mais confiável é a própria marcação na curva do título, visto que, o intervalo de estimativas razoáveis do valor justo é significativo e as probabilidades das várias estimativas não podem ser razoavelmente avaliadas, de acordo com o item AG81, da Deliberação CVM nº 604/2009.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviços de precificação, ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos no Nível 1 compreendem, principalmente, ações de companhias abertas.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo das debêntures que possuem opção de conversão/permuta em ações é calculado pela projeção do fluxo do crédito de acordo com as taxas contratadas, descontando-se o fluxo projetado a valor presente por uma taxa de desconto composta por: taxa livre de risco + *spread* de risco de mercado;
- o valor justo de opções do tipo européia cujos ativos objetos são negociados em bolsa de valores é calculado com base nos modelos:

(i) *Black-Scholes-Merton* sendo as principais premissas listadas abaixo:

a. Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;
b. Data final: data de vencimento;
c. Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência, podendo ser ajustado nos casos em que há oscilação significativa das cotações na data base;
d. Preço alvo/*strike price*: projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
e. Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
f. *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
g. Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

(ii) Simulação de Monte Carlo:

- o valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência.
- o valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de portfólio.

O valor de mercado das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base em preços divulgados da ANBIMA.

## 20. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos

**• Risco Operacional**

A gestão dos riscos operacionais envolve todas as áreas da Instituição, compreendendo as atividades de identificação e avaliação de riscos em processos e em novos produtos, bem como atividades voltadas para as perdas operacionais que decorrem da materialização do risco. A Política de Gestão de Riscos Operacionais, alinhada aos fundamentos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.380/06, forma a base da estrutura e orientam a execução das atividades de gestão de risco operacional nas suas interações com as demais áreas do Banco.

**• Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

*Risco de câmbio*

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Consolidado, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

*Risco de taxas de juros*

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para o Consolidado.

*Risco de preços*

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

*Exposição a risco de mercado*

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado e liquidez do Sistema BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A apuração do risco de juros, câmbio e preços realizada para o Sistema BNDES obedece as metodologias regulamentares. Adicionalmente, utilizam-se outras metodologias de aferição de risco, dentre elas o VaR (*Value at Risk*).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela Instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira de negociação da BNDESPAR é atualmente formada por fundos de investimentos geridos por distribuidora de títulos e valores mobiliários. A carteira de negociação tem como maior parte de sua composição operações indexadas à Selic ou ao CDI, e de títulos públicos prefixados.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, a ações e cotas de fundos de renda variável, títulos privados com e sem opcionalidade e captações. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços, câmbio e risco de ações. Algumas das ações do BNDES são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2013 e para 31 de dezembro de 2012:

R$ mil

| Grupo de Risco | Fator de Risco | Exposição em 31/12/2013 | Exposição em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|
| Juros | Selic / DI | (899.164) | (2.415.469) |
| Juros | TJLP | 2.234.714 | 3.961.495 |
| Juros | Prefixado (Sujeito a Reprecificação) | (614.883) | (917.197) |
| Juros | IGPM | 2.400 | 294 |
| Juros | IPCA | (224.499) | 301.544 |
| Juros | TR | (615.380) | (492.749) |
| Câmbio | USD | 52.600 | 46.309 |
| Preços | Ações e equivalentes | 56.858.705 | 68.815.544 |

**Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução Normativa CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 604/09.**

Apresentamos nesta nota quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras /econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n° 475/08:

- identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM nº 604/09, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente);
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- o cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 31 de dezembro de 2013 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

O termo "ações e equivalentes" utilizado no quadro abaixo se refere à carteira de participações acionárias em empresas não coligadas ("ações") e a instrumentos financeiros com características de títulos patrimoniais ("equivalentes"), classificados no balanço patrimonial como disponível para venda.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

R$ mil

| | | | 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Grupo de Risco | Fator de Risco | Risco | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Juros | Selic / DI | Alta da Selic / DI | 568 | (15.688) | (31.376) |
| Juros | TJLP | Queda da TJLP | – | (14.749) | (24.582) |
| Juros | Prefixado | Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação | 8.245 | (12.692) | (25.384) |
| Juros | IGPM | Queda do IGPM | 1 | (19) | (31) |
| Juros | IPCA | Queda do IPCA | 162 | (2.304) | (4.607) |
| Juros | TR | Alta na TR | 2.986 | (958) | (1.917) |
| Câmbio | USD | Queda do câmbio BRL/USD | 1.542 | (6.943) | (11.572) |
| Preços | Ações e equivalentes | Queda no preço das ações | 5.937.521 | (9.381.686) | (18.763.373) |

R$ mil

| | | | 31/12/2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Grupo de Risco | Fator de Risco | Risco | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Juros | Selic / DI | Alta da Selic / DI | (638) | (28.736) | (57.471) |
| Juros | TJLP | Queda da TJLP | – | (26.146) | (43.576) |
| Juros | Prefixado | Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação | 33.234 | (19.280) | (38.561) |
| Juros | IGPM | Queda do IGPM | – | (2) | (4) |
| Juros | IPCA | Queda do IPCA | (736) | (2.392) | (3.987) |
| Juros | TR | Alta na TR | – | – | – |
| Câmbio | USD | Queda do câmbio BRL/USD | 695 | (6.113) | (10.188) |
| Preços | Ações e equivalentes | Queda no preço das ações | 5.711.692 | (11.354.565) | (22.709.130) |

No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo do referido título.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/09 e da Instrução CVM nº 475/08, na análise de sensibilidade dos derivativos foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

**DERIVATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA VARIÁVEL**

R$ mil

| | | 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|---|
| Instrumento | Risco | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Opcionalidade presente em debêntures | Queda no preço do ativo objeto (ações) | – | (291.194) | (568.274) |
| Opcionalidade associada a participações acionárias | Alta no preço do ativo objeto (ações) | – | (51.987) | (91.910) |
| Opcionalidade associada a participações acionárias | Queda no preço do ativo objeto (ações) | – | (237.723) | (475.349) |

**DERIVATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA VARIÁVEL**

R$ mil

| | | 31/12/2012 | | |
|---|---|---|---|---|
| Instrumento | Risco | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Opcionalidade presente em debêntures | Queda no preço do ativo objeto (ações) | – | (352.576) | (689.126) |
| Opcionalidade associada a participações acionárias | Alta no preço do ativo objeto (ações) | – | (28.622) | (44.108) |
| Opcionalidade associada a participações acionárias | Queda no preço do ativo objeto (ações) | - | (208.493) | (428.433) |

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM nº 475/08, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado do Banco, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Cabe observar que os impactos das exposições financeiras decorrentes das opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR não representam potencial prejuízo para a Companhia, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes já presentes na carteira da BNDESPAR, constituindo uma espécie de "*hedge* natural".

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez e a Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A BNDESPAR, pela sua própria natureza de instituição voltada para o fomento de capitais, possui baixo risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez da empresa é controlada através do Consolidado BNDES, analisando-se quantitativamente os instrumentos financeiros constantes nos ativos negociáveis e nos passivos exigíveis, para os prazos de 30, 60 e 90 dias. Tal estimativa não resulta em previsão de caixa no final do período, mas sim em quanto a Instituição é capaz de levantar de recursos nesse horizonte de tempo, honrando tempestivamente seus compromissos.

Fluxo nominal de principal e juros dos passivos financeiros:

R$ mil

| | 31/12/2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Repasses | | | |
| Vencimentos | BNDES | STN | Debêntures | Outras obrigações (*) |
| 2014 | 13.771 | 677.465 | 2.299.227 | 2.215.376 |
| 2015 | 7.447 | 677.465 | 939.726 | 142.217 |
| 2016 | 7.028 | 677.464 | 1.191.294 | – |
| 2017 | 6.604 | 677.464 | 741.913 | – |
| 2018 | 3.657 | – | 75.789 | – |
| 2019 | – | – | 1.490.845 | – |
| Total | **38.507** | **2.709.858** | **6.738.794** | **2.357.593** |

R$ mil

| | 31/12/2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Repasses | | | |
| Vencimentos | BNDES | STN | Debêntures | Outras obrigações (*) |
| 2013 | 62.273 | 626.055 | 2.197.517 | 326.916 |
| 2014 | 101.742 | 626.055 | 2.276.776 | 142.217 |
| 2015 | 91.632 | 626.055 | 900.685 | – |
| 2016 | 86.476 | 626.056 | 1.161.136 | – |
| 2017 | 81.257 | 626.056 | 701.510 | – |
| 2018 | 142.993 | – | 142.029 | – |
| 2019 | – | – | 1.409.655 | – |
| Total | **566.373** | **3.130.277** | **8.789.308** | **469.133** |

(*) Inclui: Instrumentos financeiros derivativos, Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

**• Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito no BNDES é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira da Instituição. Atualmente é utilizada a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. De modo semelhante ao tratamento aplicado à carteira de ativos do BNDES, também os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN nº 3.644/13.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para as seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basileia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basileia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

*Exposição ao Risco de Crédito*

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R$ 79.780 milhões, em 31 de dezembro de 2012, para R$ 72.468 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Destacou-se no período a redução, ocasionada pela volatilidade de mercado na exposição em ativos financeiros disponíveis para venda, em virtude das variações no Ajuste a Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros.

R$ milhões

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Itens *On Balance* | | |
| Ativos financeiros mantidos para negociação | 4.713 | 1.999 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 56.452 | 64.015 |
| Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado | 6.897 | 8.952 |
| Ativos financeiros mantidos até o vencimento | 2.806 | 3.039 |
| Outros | 823 | 1.256 |
| Itens *Off Balance* | | |
| Compromissos a Liberar | 777 | 520 |
| Total | **72.468** | **79.780** |

## 21. Gestão de capital

Os principais objetivos, do BNDES e de suas controladas, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/13; e,
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN nº 4.193/13.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente àqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

## 22. Contragarantias prestadas

A Companhia ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos, no montante de US$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

## 23. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento Operacionais segue as premissas utilizadas no relatório interno fornecido ao "principal gestor das operações", responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na BNDESPAR, o principal gestor das operações é sua Diretoria, a qual, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos operacionais, conforme previsto no Pronunciamento CPC 22.

Na identificação de seus segmentos divulgáveis, a BNDESPAR classifica suas operações de acordo com a natureza de seus produtos e serviços, a saber: apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa - segmento "Renda Fixa" e apoio financeiro através de instrumentos de renda variável - segmento "Renda Variável". O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de aquisição/subscrição de debêntures e de venda a prazo de títulos e valores mobiliários. O apoio financeiro através de instrumentos de renda variável engloba basicamente as operações envolvendo participações societárias, sejam em coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Os recursos excedentes, após aplicação nos segmentos de renda fixa e de renda variável, são aplicados em operações de tesouraria, representadas por "Outros Segmentos".

Os ativos corporativos e os ativos e passivos tributários não são alocados a nenhum dos segmentos acima, sendo classificados como "Não Alocados".

A BNDESPAR avalia o desempenho desses segmentos com base na diferença entre as receitas e despesas a eles alocadas. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais. As despesas tributárias não são alocadas a nenhum segmento.

A alocação do custo do *funding* aos segmentos operacionais obedece às seguintes premissas:

(i) "Renda Variável": financiado, primeiramente, pelo Patrimônio Líquido, fonte não onerosa, e, de forma complementar, por recursos em TJLP;
(ii) "Outros Segmentos": financiado por recursos notadamente indexados à Taxa Selic e ao IPCA; e
(iii) "Renda Fixa": diferença entre o custo de captação total e os custos de captação alocados aos segmentos "Renda Variável" e "Outros Segmentos".

A conciliação dos valores de resultado e de ativos dos segmentos operacionais com os valores divulgados nas Informações Trimestrais se encontra registrada na coluna "Não Alocado".

As Políticas Contábeis adotadas na apuração das informações por segmento operacional são consistentes com as Políticas Contábeis adotadas na apuração das Demonstrações Financeiras.
As informações por segmento operacional foram analisadas e são demonstradas a seguir:

R$ mil

| | Em 31 de dezembro de 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Renda Fixa | Renda Variável | Outros Segmentos | Não alocado | Totais |
| **RECEITAS OPERACIONAIS** | **1.243.246** | **5.545.749** | **222.600** | **–** | **7.011.595** |
| Receitas de juros | 1.133.402 | – | 222.600 | – | 1.356.002 |
| Resultado com fundos de investimentos | – | 325.356 | – | – | 325.356 |
| Resultado com alienação de títulos renda variável | – | 1.225.061 | – | – | 1.225.061 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | – | 2.400.224 | – | – | 2.400.224 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | – | 73.272 | – | – | 73.272 |
| Receita de equivalência patrimonial | – | 1.387.823 | – | – | 1.387.823 |
| Outras receitas | 109.844 | 134.013 | – | – | 243.857 |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | **(612.114)** | **(3.775.378)** | **(291.356)** | **–** | **(4.678.848)** |
| Despesa de juros | (628.706) | – | (291.356) | – | (920.062) |
| Despesa de equivalência patrimonial | – | (1.438.930) | – | – | (1.438.930) |
| Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável | 16.592 | (2.336.448) | – | – | (2.319.856) |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS** | **(8.269)** | **69.507** | **–** | **(506.114)** | **(444.876)** |
| Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis | – | – | – | (30.453) | (30.453) |
| Despesas com pessoal | – | – | – | (157.280) | (157.280) |
| Despesas tributárias | – | – | – | (251.487) | (251.487) |
| Despesas administrativas | – | – | – | (49.986) | (49.986) |
| Atualização monetária de ativos e passivos | (8.269) | 69.507 | – | 10.329 | 71.567 |
| Outras receitas/despesas operacionais | – | – | – | (27.237) | (27.237) |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES** | **622.863** | **1.839.878** | **(68.756)** | **(506.114)** | **1.887.871** |
| Tributos sobre o lucro | – | – | – | (316.852) | (316.852) |
| Participação dos empregados | – | – | – | (22.584) | (22.584) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **622.863** | **1.839.878** | **(68.756)** | **(845.550)** | **1.548.435** |
| **ATIVOS EM 31/12/2012** | **14.058.780** | **81.492.928** | **1.998.774** | **1.091.832** | **98.642.314** |
| Investimentos em coligadas (MEP) | – | 16.667.573 | – | – | 16.667.573 |
| **ATIVOS EM 31/12/2013** | **11.520.342** | **74.356.801** | **4.713.112** | **740.483** | **91.330.738** |
| Investimentos em coligadas (MEP) | – | 18.117.983 | – | – | 18.117.983 |

R$ mil

| | 31 de dezembro de 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Renda Fixa | Renda Variável | Outros Segmentos | Não alocado | Totais |
| **RECEITAS OPERACIONAIS** | **1.411.117** | **5.094.952** | **23.390** | **–** | **6.529.459** |
| Receitas de juros | 1.236.428 | – | 23.390 | – | 1.259.818 |
| Resultado com fundos de investimentos | – | 164.286 | – | – | 164.286 |
| Resultado com alienação de títulos de renda variável | – | 1.703.520 | – | – | 1.703.520 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | – | 2.507.353 | – | – | 2.507.353 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | – | (548.149) | – | – | (548.149) |
| Receita de equivalência patrimonial | – | 1.201.515 | – | – | 1.201.515 |
| Outras receitas | 174.689 | 66.427 | – | – | 241.116 |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | **(1.311.615)** | **(4.983.446)** | **(49.321)** | **–** | **(6.344.382)** |
| Despesas de captação | (1.293.024) | (190.989) | (49.321) | – | (1.533.334) |
| Despesa de equivalência patrimonial | – | (1.343.989) | – | – | (1.343.989) |
| Provisão para perdas no valor recuperável | (18.591) | (3.325.496) | – | – | (3.344.087) |
| Outras despesas | – | (122.972) | – | – | (122.972) |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS** | **(30.331)** | **107.876** | **–** | **(774.191)** | **(696.646)** |
| Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis | – | – | – | (22.910) | (22.910) |
| Despesas com pessoal | – | – | – | (425.540) | (425.540) |
| Despesas tributárias | – | – | – | (163.655) | (163.655) |
| Despesas administrativas | – | – | – | (141.633) | (141.633) |
| Atualização monetária líquida de ativos e passivos | (30.331) | 107.876 | – | 25.089 | 102.634 |
| Outras receitas/despesas operacionais | – | – | – | (45.542) | (45.542) |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO** | **69.171** | **219.382** | **(25.931)** | **(774.191)** | **(511.569)** |
| Tributos sobre o lucro | – | – | – | 861.982 | 861.982 |
| Participação dos Empregados | – | – | – | (52.387) | (52.387) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | 69.171 | 219.382 | (25.931) | 35.404 | 298.026 |
| **ATIVOS EM 31/12/2011** | 14.982.383 | 93.754.868 | 217.630 | 988.008 | 109.942.889 |
| Investimentos em Coligadas (MEP) em 31/12/2011 | – | 19.332.192 | – | – | 19.332.192 |
| **ATIVOS EM 31/12/2012** | **14.058.780** | **81.492.928** | **1.998.774** | **1.091.832** | **98.642.314** |
| Investimentos em Coligadas (MEP) em 31/12/2012 | – | 16.667.573 | – | – | 16.667.573 |

## 24. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2013 e 2012, a BNDESPAR realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2013

Em agosto de 2013 foi efetuada a conversão de cotas de fundo de investimento em participação em ações no valor de R$ 701.727 mil.

2012

Ao amparo do art. 7º da Medida Provisória nº 600 de 28 de dezembro de 2012 a BNDESPAR liquidou antecipadamente, com ações de sua carteira, parte do mútuo com o BNDES no valor equivalente a R$ 5.998.585 mil (Nota 10.1).

## 25. Outras informações

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

Adicionalmente, destaca-se que a Receita Federal do Brasil ainda disciplinará diversas matérias constantes da MP 627, inclusive a forma pela qual as empresas formalizarão sua opção pela adoção antecipada, e que já existe um grande número de emendas propostas ao normativo. Não obstante, a Administração avalia que não haveria impactos relevantes nas demonstrações financeiras da BNDESPAR em 31 de dezembro de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO DAMATA PIMENTEL - Presidente
LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Vice-Presidente
RICARDO SCHAEFER
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
ESTHER DWECK

## CONSELHO FISCAL

LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
PEDRO GABRIEL WENDLER
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES
FÁBIO ESTORTI DE CASTRO – Suplente
JORGE KALACHE FILHO – Suplente

## DIRETORIA

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor-Presidente
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Diretor-Superintendente
FERNANDO MARQUES DOS SANTOS – Diretor
GUILHERME NARCISO DE LACERDA – Diretor
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor
JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO – Diretor
LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
ROBERTO ZURLI MACHADO – Diretor

## SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA

SELMO ARONOVICH

## CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-14428/O-6 F-RJ

Marco André C. Almeida
CRC RJ-083701/O-0

## PARECER Nº 01 / 2014 - CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as recomendações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DEST/MPOG) contidas nas Notas Técnicas Nºs 339 e 401/CGCOR/DEST/SE-MP, examinou o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.13 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 18.02.14, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDESPAR em 31.12.13, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R$ 1.548.435.487,66), já contemplada nas demonstrações financeiras:

a) **Reserva Legal:** 5%, correspondentes a R$ 77.421.774,38 (setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos);

b) **Reserva de Incentivos Fiscais:** R$ 23.669.619,72 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e dois centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;

c) **Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R$ 28.666.061,41 (vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, sessenta e um reais e quarenta e um centavos);

d) **Dividendos Mínimos:** 25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 361.836.023,39 (trezentos e sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e seis mil, vinte e três reais e trinta e nove centavos); e

e) **Dividendos Complementares:** R$ 1.056.842.008,76 (um bilhão, cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, oito reais e setenta e seis centavos), correspondentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2014
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Gabriel Wendler
Cláudio de Almeida Neves

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 86, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Consulta Pública. Requisitos de Avaliação da Conformidade para Placas Cerâmicas para Revestimento e Porcelanatos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Placas Cerâmicas para Revestimento e Porcelanatos que deverá ser incluído como Anexo H da Portaria Inmetro nº 658, de 17 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, seção 01, página 100, que instituiu a certificação voluntária para materiais e equipamentos da construção civil.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante para que este adeque as sugestões à planilha.

§ 2º Aquele demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico citado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail citados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

### PORTARIA Nº 104, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Consulta Pública. Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas de Proteção Contra Agentes Biológicos, Não Sujeitas ao Regime de Vigilância Sanitária, de Borracha Natural, Borracha Sintética, Misturas de Borracha Natural e Sintética, e de Policloreto de Vinila.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas de proteção contra agentes biológicos, não sujeitas ao regime de vigilância sanitária, de borracha natural, borracha sintética, misturas de borracha natural e sintética, e de policloreto de vinila.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante para que as adéqüe à planilha.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico citado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou no e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para a indicação de representantes que participarão das discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

### PORTARIA Nº 105, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Consulta Pública. Instrução Normativa Inmetro para Pisos de Madeira Maciça.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, e alterado pelo Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a da Instrução Normativa Inmetro para Pisos de Madeira Maciça.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação deste instrumento no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante para que as adéqüe à planilha.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico citado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para a indicação de representantes que participarão das discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

### PORTARIA Nº 106, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Consulta Pública. Regulamentações da área de produtos perigosos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pelo Decreto n.º 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto de Portaria de ajustes e esclarecimentos às regulamentações da área de produtos perigosos.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação deste instrumento no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas ao texto proposto.

Art 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas, no formato da planilha modelo contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante para que este as adéqüe à planilha.

§2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico citado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para a indicação de representantes que participarão das discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

### PORTARIA Nº 87, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o Regulamento Técnico da Qualidade para fornos elétricos comerciais, aprovado pela Portaria n.º 371, de 17 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2012, seção 01, página 106;

Considerando os Requisitos de Avaliação da Conformidade para fornos elétricos comerciais, aprovados pela Portaria n.º 446, de 27 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2012, seção 01, página 85;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos de ensaio de consumo elétrico dos fornos elétricos comerciais, dados ao conhecimento público pela Portaria n.º 371/2012;

Considerando que a etiquetagem é uma importante ferramenta para redução da assimetria de informação, cuja eficácia requer a apresentação de dados apropriados e de fácil entendimento, resolve baixar as seguintes disposições: Art. 1º Determinar que, exclusivamente para os ensaios de consumo elétrico dos fornos elétricos comerciais, todos os prazos, contidos nos artigos 4° e 5° da Portaria n.º 446/2012, serão adiados em 12 (doze) meses.

Art. 2º Estabelecer que somente deverão ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) os fornos que foram submetidos aos ensaios de consumo elétrico e segurança elétrica, conforme figura A.1 do Anexo A da Portaria n.° 446/2012.

Art. 3º Determinar que os fornos submetidos apenas aos ensaios de segurança elétrica deverão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade, conforme figura A.2 do Anexo A da Portaria n.° 446/2012.

Art. 4º Estabelecer que, ao longo do período de manutenção do Certificado de Conformidade, os Organismos de Avaliação da Conformidade, os fabricantes e os importadores deverão planejar de tal forma que os fornos submetidos, apenas, aos ensaios de consumo elétrico passem a exibir a ENCE.

Art. 5º Cientificar que ficam mantidas as demais disposições contidas nas Portarias n.º 446/2012 e que as modificações na metodologia de ensaio de consumo elétrico, bem como o escopo dos fornos a serem submetidos a esses ensaios, serão objeto de Portaria Complementar a ser publicada.

Art. 6° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

### PORTARIA Nº 107, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Conceder os registros de números 009401/2013 a 009600/2013, descritos no anexo desta Portaria, aos objetos compulsoriamente avaliados, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Cancelar o registro de número 000429/2011, publicado na Portaria Inmetro nº 474/2011, cancelar o registro de número 000650/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 289/2012, cancelar o registro de número 000925/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 395/2012, cancelar os registros de números 001267/2012 e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

001276/2012, publicados na Portaria Inmetro nº 442/2012, cancelar o registro de número 001490/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 460/2012, cancelar o registro de número 001845/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 491/2012, cancelar o registro de número 003365/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 644/2012, cancelar os registros de números 000682/2013,000683/2013 e 000684/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 107/2013, cancelar os registros de números 001219/2013 e 001299/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 125/2013, cancelar o registro de número 001545/2013, publicado na Portaria Inmetro nº 126/2013, cancelar o registro de número 001849/2013, publicado na Portaria Inmetro nº 183/2013, cancelar o registro de número 002711/2013, publicado na Portaria Inmetro nº 248/2013, cancelar os registros de números 003643/2012, 003664/2012 e 003665/2012, publicados na Portaria Inmetro nº 60/2013, cancelar o registro de número 004004/2012, publicado na Portaria Inmetro nº 61/2013, cancelar o registro de número 4100/2013, publicado na Portaria Inmetro nº 278/2013, cancelar os registros de números 004928/2013 e 004929/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 327/2013, cancelar o registro de número 007679/2013, publicado na Portaria Inmetro nº 552/2013, cancelar os registros de números 007953/2013, 007956/2013, 007960/2013, 007963/2013, 007964/2013, 007965/2013, 007971/2013, 007992/2013, 007994/2013 e 007999/2013 e 008000/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 553/2013, cancelar os registros de números 008002/2013, 008004 e 008006/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 600/2013, cancelar os registros de números 008408/2013, 008409/2013 e 008413/2013, publicados na Portaria Inmetro nº 016/2014, conforme o anexo desta portaria.

Art. 3º Alterar escopo dos registros de números 002402/2012 e 002403/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 504/2012, alterar escopo do registro de número 003617/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 666/2012, alterar escopo dos registros de números 003957/2013 e 004079/2013, publicados na portaria Inmetro n.º 278/2013, alterar escopo do registro de número 004351/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 279/2013, alterar escopo dos registros de números 004718/2013, 004719/2013, 004720/2013, 004721/2013, 004723/2013, 004725/2013,004726/2013, 004727/2013, 004728/2013, 004786/2013 e 004790/2013, publicados na portaria Inmetro n.º309/2013, alterar escopo dos registros de números 005143/2013, 005144/2013,005145/2013 e 005146/2013, publicados na portaria Inmetro n.º 328/2013, alterar escopo dos registros de números 005306/2013 e 005307/2013, publicados na portaria Inmetro n.º364 /2013, alterar escopo dos registros de números 005770/2013, 005771/2013 e 005773/2013, publicados na portaria Inmetro n.º398 /2013, alterar escopo dos registros de números 005831/2013, 005833/2013 e 005834/2013, publicados na portaria Inmetro n.º399 /2013, alterar escopo dos registros de números 006392/2013 e 006393/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 411/2013, alterar escopo do registro de número 008628/2013, publicado na portaria Inmetro n.º023/2014, conforme o anexo desta portaria.

Art. 4° Corrigir a validade e/ou a família dos registros de números 000474/2011, 000475/2011, 000476/2011, 000478/2011, 000479/2011, 000480/2011, 000481/2011, 000482/2011 publicados na Portaria Inmetro n° 474/2011, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 001597/2012, publicado na Portaria Inmetro n° 460/2012, Corrigir a validade e/ou a família dos registros de números 002113/2012 e 002114/2012, publicados na Portaria Inmetro n° 492/2012, Corrigir a validade e/ou a família dos registros de números 002690/2012, 002691/2012, 002693/2012, 002694/2012, 002695/2012, 002696/2012, 002697/2012, 002698/2012, 002699/2012, 002700/2012, 002701/2012, 002702/2012, 002703/2012, 002704/2012, 002705/2012, 002707/2012, 002708/2012, 002709/2012, 002710/2012, 002711/2012, 002712/2012, 002713/2012, 002714/2012, 002715/2012, 002716/2012, 002717/2012, 002718/2012, 002719/2012, 002720/2012, 002721/2012, 002722/2012, 002723/2012, 002724/2012, 002725/2012, 002726/2012, 002727/2012, 002728/2012, 002729/2012, 002730/2012, publicados na Portaria Inmetro n° 530/2012, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 003780/2012, publicado na Portaria Inmetro n° 60/2012, Corrigir a validade e/ou a família dos registros de números 003866/2012 e 003871/2012 publicados na Portaria Inmetro n° 61/2012, Corrigir a validade e/ou a família dos registros de números 001208/2013 e 001210/2013, publicados na Portaria Inmetro n° 125/2013, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 005462/2013, publicado na Portaria Inmetro n°365/2013, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 005728/2013, publicado na Portaria Inmetro n°398 /2013, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 006385/2013, publicado na Portaria Inmetro n°411/2013, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 008980/2013, publicado na Portaria Inmetro n°023/2014, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 001506/2013, publicado na Portaria Inmetro n°126/2013, Corrigir a validade e/ou a família do registro de número 006301/2013, publicado na Portaria Inmetro n°411/2013, conforme o anexo desta portaria.

Art. 5º Cientificar que o anexo desta Portaria está disponibilizado no sítio do Inmetro, em http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regObjetos.asp.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

**PORTARIA Nº 108, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Conceder os registros de números 009801/2013 a 010000/2013, descritos no anexo desta Portaria, aos objetos compulsoriamente avaliados, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Cancelar os registros de número 000186/2011 e 000187/2011, divulgados na Portaria Inmetro nº 389/2011, Cancelar os registros de número 000384/2011, 000405/2011 e 000406/2011, divulgados na Portaria Inmetro nº 469/2011, Cancelar o registro de número 000409/2011, divulgado na Portaria Inmetro nº 484/2011, Cancelar o registro de número 000947/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 395/2012, Cancelar os registros de número 001094/2012, 001095/2012, 001096/2012, 001097/2012, 001098/2012, 001099/2012, 001100/2012, 001101/2012, 001102/2012 e 001152/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 418/2012, Cancelar o registro de número 001676/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 460/2012, Cancelar o registro de número 001852/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 491/2012, Cancelar o registro de número 002034/2012, 002035/2012 e 002036/2012, 002130/2012, 002136/2012 e 002138/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 492/2012, Cancelar os registros de número 002154/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 102/2012, Cancelar os registros de números 002334/2012, 002344/2012, 002359/2012, 002362/2012, 002363/2012, 002364/2012, 002365/2012, 002372/2012, 002376/2012, 002378/2012, 002379/2012 e 002382/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº 504/2012, Cancelar os registros de números 002658/2012, 002659/2012, 002660/2012 e 002661/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº 528/2012, Cancelar os registros de

número 002731/2012, 002732/2012, 002733/2012 e 002734/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº

530/2012, Cancelar o registro de número 002934/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 575/2012, Cancelar o registro de número 003062/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 601/2012, Cancelar os registros de número 003264/2012 e 003288/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº 621/2012, Cancelar os registros de número 003370/2012, 003387/2012 e 003439/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 644/2012, Cancelar os registros de número 003699/2012, 003769/2012, 003770/2012 e 003783/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº 60/2013, Cancelar o registro de número 003876/2012, divulgado na Portaria Inmetro nº 61/2013, Cancelar os registros de número 004180/2012 e 004181/2012, divulgados na Portaria Inmetro nº 61/2013, Cancelar os registros de número 000097//2013, 000098/2013, 000103/2013 e 000410/2013, divulgados na Portaria Inmetro nº 64/2013, Cancelar os registros de número 000411/2013, 000514/2013, 000515/2013 e 000516/2013, divulgados na Portaria Inmetro nº 84/2013, Cancelar os registros de número 000823/2013, 000824/2013, 000827/2013, 000828/2013, 000832/2013,000833/2013, 000834/2013, 000835/2013, 000836/2013, 000838/2013, 000839/2013, 000840/2013 e 000842/2013, divulgados na Portaria Inmetro nº 108/2013, Cancelar o registro de número 003605/2013, divulgado na Portaria Inmetro nº 274/2013, Cancelar os registros de nímero 009853/2013, 009854/2013 e 009855/2013 divulgados no anexo desta portaria.

Art. 3º Alterar escopo dos registros de números 000136/2011, 000142/2011, 000143/201, 000147/2011, 000148/2011, 000149/2011, 000150/2011, 000152/2011, publicados na portaria Inmetro n.º 336/2011, alterar escopo do registro de número 000892/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 347/2012, alterar escopo do registro de número 001591/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 460/2012, alterar escopo do registro de número 002168/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 493/2012, alterar escopo do registro de número 002561/2012, publicado na portaria Inmetro n.º 504/2012, alterar escopo do registro de número 002837/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 254/2013, alterar escopo do registro de número 003681/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 274/2013, alterar escopo dos registros de número 005151/2013 e 005152/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 328/2013, alterar escopo dos registros de números 006822/2013, 006848/2013 e 006849/2013, publicados na portaria Inmetro n.º 510/2013, alterar escopo dos registros de números 007026/2013, 007061/2013, 007080/2013 e 007308/2013, publicados na portaria Inmetro n.º 537/2013, alterar escopo do registro de número 007557/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 551/2013, alterar escopo dos registros de números 007642/2013, 007643/2013, 007644/2013, 007645/2013, 007668/2013, 007669/2013, 007670/2013, 007674/2013, 007675/2013, 007691/2013 e 007833/2013, publicados na portaria Inmetro n.º 552/2013, alterar escopo do registro de número 008657/2013, publicado na portaria Inmetro n.º 22/2014, conforme o anexo desta portaria.

Art. 4º Cientificar que o anexo desta Portaria está disponibilizado no sítio do Inmetro, em http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regObjetos.asp.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

# Ministério do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

**DELIBERAÇÃO Nº 561, DE 14 DE JANEIRO DE 2014**

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação do projeto desportivo no processo 58701.005696/2012-95, divulgado na Deliberação nº 561, de 14 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 10, Seção 1, página 60 de 15 de janeiro de 2014.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

**DELIBERAÇÃO Nº 572, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/11/2013, 03/12/2013, 04/02/2014 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/10/2013 e 26/02/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/11/2013, 03/12/2013, 04/02/2014 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/10/2013 e 26/02/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.009510/2013-58
Proponente: Federação Paranaense de Canoagem
Título: Competições Internacionais de Canoagem Slalom 2014
Registro: 02PR004002007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 02.342.167/0001-66
Cidade: Foz do Iguaçu UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 2.394.081,81
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3270 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27244-2
Período de Captação até: 25/03/2014.
2 - Processo: 58701.005696/2012-95
Proponente: Clube Desportivo para Deficientes de Uberlândia
Título: CDDU - Formando Campeões Paralímpicos
Registro: 02MG063532010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.727.242/0001-35
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 380.358,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0098 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 98356-X
Período de Captação até: 05/11/2014.
3 - Processo: 58701.001685/2013-175
Proponente: Grêmio Esportivo Parobé
Título: Construção do Complexo Social, Esportivo e Educacional do Grêmio Esportivo Parobé
Registro: 02RS004862007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 89.470.041/0001-55
Cidade: Parobé UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 1.732.529,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3246 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 46397-3
Período de Captação até: 04/02/2015.
4 - Processo: 58701.009940/2013-70
Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
Título: Campeonato Brasileiro de Canoagem Slalom - 1ª Divisão
Registro: 02PR087352011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.502.059/0001-67
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 518.108,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6992 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 06839-X
Período de Captação até: 20/10/2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5 - Processo: 58701.005276/2012-17
Proponente: Organização Não Governamental Saúde Esporte
Título: Programa de Fomento e Inclusão Social no Rugby em Cadeiras de Rodas
Registro: 02PR018152007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.015.357/0001-18
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 481.171,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3511 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27817-3
Período de Captação até: 04/02/2015.
6 - Processo: 58701.011618/2013-19
Proponente: Club Athletico Paulistano
Título: Basquete Paulistano
Registro: 02SP014942007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.927.472/0001-16
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 557.417,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2947 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18465-9
Período de Captação até: 25/01/2015.
7 - Processo: 58701.009800/2013-00
Proponente: Instituto Esporte Educação
Título: Ano II - Formação Continuada de Professores das Redes Públicas
Registro: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.889.028,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0646 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36144-5
Período de Captação até: 03/12/2014.
7 - Processo: 58701.007799/2013-71
Proponente: Federação Paranaense de Ginástica
Título: Ginástica Artística Feminina Alto Rendimento no Paraná
Registro: 02PR039292009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.417.081/0001-20
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 2.558.703,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2823 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42015-8
Período de Captação até: 15/10/2014.

**RETIFICAÇÃO**

Processo Nº 58701.005553/2012-83

No Diário Oficial da União nº 249, de 24 de dezembro de 2013, na Seção 1, página 119 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 554/2013, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38748-7, leia-se: Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38924-2.

# Ministério do Meio Ambiente

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 278, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 515ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Indeferir o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos de interesse de Márcio Carletto (CNARH nº 175919), para captação de água no Córrego do Engano, com a finalidade de irrigação, no Município de Pedro Canário/Espírito Santo, por indisponibilidade hídrica.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

### RESOLUÇÕES DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 515ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 271 - Danyel de Araújo Soares, córrego Catiara, Município de Rio Paranaíba/Minas Gerais, irrigação

Nº 272 - Agroverde Ltda., rio Verde Grande, Município de Gameleiras/Minas Gerais, irrigação

Nº 273 - Agroverde Ltda, Rio Verde Grande, Município de Gameleiras/Minas Gerais, reservatório

Nº 274 - Arnaud Bezerra da Silva, rio Maranhão, Município de Planaltina/Goiás, irrigação

Nº 275 - Arnaud Bezerra da Silva, rio Maranhão, Município de Planaltina/Goiás, reservatório

Nº 276 - José Adarlan Apolinário da Silva, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação

Nº 277 - Jose Antonio Sobrinho, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, reservatório

Nº 279 - João Damásio Frota Machado Pinto, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, irrigação

Nº 280 - Colônia de Pescadores Itaipulandiense, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Itaipulândia/Paraná, aquicultura

Nº 281 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto e Resíduo Sólido de Aparecida, rio Paraíba do Sul, Município de Aparecida/São Paulo, abastecimento público e esgotamento sanitário

Nº 282 - Posto Estrela da Dutra Ltda., rio Paraíba do Sul, Município de Queluz/São Paulo, indústria

Nº 283 - Olímpio Ferreira de Camargos, córrego Catiara, Município de Rio Paranaíba/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 515ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu emitir a outorga preventiva de uso de recursos hídricos à:

Nº 284 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Guaíra/Paraná, aquicultura.

Nº 285 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Santa Terezinha de Itaipu/Paraná, aquicultura

Nº 286 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Guaíra/Paraná, aquicultura.

Nº 287 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Missal/Paraná, aquicultura.

Nº 288 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Foz do Iguaçu/Paraná, aquicultura.

Nº 289 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de São Miguel do Iguaçu/Paraná, aquicultura.

Nº 290 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Itaipu (rio Paraná), Município de Itaipulândia/Paraná, aquicultura.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

### RESOLUÇÕES DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 291 - Heitor Bortoletto, Nestor Bortoletto e Adamastor Bortoletto, rio Paranaíba, Município de Coromandel/Minas Gerais, irrigação.

Nº 292 - Carnaíba Agropecuária Ltda., rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

Nº 293 - Carnaíba Agropecuária Ltda, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

Nº 294 - Antonio Carlos Simões, rio São Francisco, Município de Lassance/Minas Gerais, irrigação.

Nº 295 - Antonio Carlos Simões, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/Minas Gerais, irrigação.

Nº 296 - Fausto Afonso Cremasco, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Nº 297 - Fausto Afonso Cremasco, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Nº 298 - ICIL Indústria e Comércio Itacarambi S.A., rio São Francisco, Município de Itacarambi/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 299 - Cros Agro-Industrial Ltda, rio São Francisco, Município de São Francisco/Minas Gerais, irrigação.

Nº 300 - Odécio Ferreira Tosta, Reservatório da UHE Volta Grande (rio Grande), Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Nº 301 - Félix Bruno da Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 302 - Antônio Augusto Silveira, rio Jequitinhonha, Município de Medina/Minas Gerais, irrigação.

Nº 303 - Guttyerre Andrade Ferraz, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 304 - Rejânio Gomes de Sá Torres, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 305 - Vinícius Pinto Coelho Sá, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 306 - Abrão Costa Martins Júnior, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 307 - Gustavo Madeiro e Silva, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 308 - Luiz Carlos Costa, Reservatório da UHE Apolônio Sales, Município de Jatobá/Pernambuco, irrigação.

Nº 309 - Luiz Carlos Costa, Reservatório da UHE Apolônio Sales, Município de Jatobá/Pernambuco, irrigação.

Nº 310 - Veysel Erdogan, rio Paranaíba, Município de Lagamar/Minas Gerais, irrigação.

Nº 311 - Cícero Romão da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Itacuruba/Pernambuco, irrigação.

Nº 312 - Marcio de Carvalho CPF 040.227.986-70 - ME, rio do Peixe, Município de Lima Duarte/Minas Gerais, mineração.

Nº 313 - Patrimonial Nossa Senhora do Socorro Ltda, rio São Francisco, Município de Muquém de São Francisco/Bahia, irrigação.

Nº 314 - Joel Aparecido Ferreira, Reservatório da UHE Três Marias (rio São Francisco), Município de Pompéu/Minas Gerais, irrigação.

Nº 315 - Sílvio Renato Matta, Reservatório da UHE Água Vermelha/José Ermírio de Moraes (rio Grande), Município de Riolândia/São Paulo, irrigação.

Nº 316 - Antônio Sirino Pereira, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 317 - Adão Cerilho Ferreira, rio Jequitinhonha, Município de Diamantina/Minas Gerais, irrigação.

Nº 318 - Lázaro Diogo Bispo, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 319 - Antônio Eustáquio Silveira, Reservatório da UHE Furnas (rio Grande), Município de Cristais/Minas Gerais, irrigação.

Nº 320 - Clênio de Araújo Antunes, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 321 - Adriano Monteiro de Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 322 - Izael Braido, rio Jaguari-Mirim, Município de Aguaí/São Paulo, irrigação.

Nº 323 - Francisco Gualter Valadares, rio São Francisco, Município de Martinho Campos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 324 - Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda., rio Jaguari-Mirim, Município de Santa Cruz das Palmeiras/São Paulo, irrigação.

Nº 325 - Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda., rio Pardo, Município de Tambaú/São Paulo, irrigação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 326 - Julio Marcos Rezende da Silva, rio Piranhas-Açu, Município de Ipanguaçu/Rio Grande do Norte, irrigação.

Nº 327 - Mauro Celso Costa Morato de Andrade, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 328 - Pedro Donizete Stuani, Lucia Helena Rocco Stuani e Maria Angela Ines Stuani, Reservatório da UHE Piraju, Município de Piraju/São Paulo, irrigação.

Nº 329 - Nelson Rocha, rio Doce, Município de Baixo Guandu/Espírito Santo, irrigação.

Nº 330 - Lauro da Costa Machado, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Nº 331 - Arnaldo Teixeira Dutra, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Nº 332 - Euripedes Rodrigues de Amorim, rio Moji-Guaçu, Município de Pitangueiras/São Paulo, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 17, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN Não Me Deixes, no Município de Quixadá, no estado do CE.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas no Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria nº 304/Casa Civil, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2012;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Não Me Deixes, criada por meio da Portaria do IBAMA nº 37-N de 16 de abril de 1999, atendeu ao art. 27 da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.002145/2012-99; e

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Não Me Deixes, no Município de Quixadá, no estado do Ceará.

Parágrafo Único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área da RPPN Não Me Deixes sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da RPPN Não Me Deixes, em versão impressa para consulta na sede da Unidade de Conservação, no Município de Quixadá, no Estado do Ceará e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

### PORTARIA Nº 18, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Renova o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil no estado da Bahia.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto s/nº, de 20 de abril de 1999 que criou o Parque Nacional do Pau Brasil e o Decreto s/nº, de 11 de junho de 2010 que ampliou a área do Parque Nacional do Pau Brasil;

Considerando a Portaria IBAMA nº 53, de 18 de agosto de 2005, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02001.007622/2002-54, resolve:

Art. 1º Fica renovado o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação da unidade.

Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

c) 6º Grupamento de Bombeiros Militares - Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

d) Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental - CIPPA - Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

e) Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus Porto Seguro/BA, sendo titular e Escola Superior Agricultura Luis de Queiroz - ESALQ/USP, como suplente;

f) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

g) Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

h) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

i) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

j) Câmara Municipal de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente; e

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Faculdades Integradas do Extremo Sul - UNESULBAHIA, sendo titular e Universidade do Estado da Bahia/UNEB - Campus XVIII - Eunápolis/BA, como suplente;

b) Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil, sendo titular e Reserva Particular do Patrimônio Natural Terravista, como suplente;

c) Instituto Bioatlântica - IBIO, sendo titular e Movimento de Defesa de Porto Seguro -MDPS, como suplente;

d) Associação Flora Brasil, sendo titular e Grupo Ambiental Natureza Bela, como suplente;

e) Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Vale Verde - ACPROVEM, sendo titular e Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno - ASVALE, como suplente;

f) Associação de Moradores de Vera Cruz, sendo titular e Associação de Horticultura de Vera Cruz como suplente;

g) Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietários de Terra da Região de Trancoso, sendo um titular e um suplente;

h) Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários do Vale Verde, sendo titular e Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos - APRUNVE, como suplente;

i) Associação das Agências de Viagens de Porto Seguro - AAVTUR, sendo um titular e um suplente; e

j) Sindicato dos Produtores Rurais de Eunápolis, sendo um titular e um suplente;

k) Veracel Celulose S/A, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional do Pau Brasil, a quem compete indicar seu suplente.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil observarão o disposto no seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação competente do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento e manifestação, antes de sua aprovação ou alteração pelo Conselho.

Art.4º O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art.5º Toda proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

### PORTARIA Nº 19, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN BRUMADINHO

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.000532/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN BRUMADINHO, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Brumadinho, situado no Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia, matriculado no registro de imóveis da comarca de Rio de Contas/BA, sob a matrícula nº. 3.985, registro número 1 do livro de registro geral nº 2, em 18 de julho de 2010.

Art. 2º A RPPN Brumadinho tem área total de 12,08 ha (Doze hectares e oito ares), definida dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A reserva inicia-se a descrição do perímetro no vértice P-48, de coordenadas (N=8.501.024,00;E=186.827,17), situado no limite do SÍTIO AVE NATURA, de propriedade de JORGE ANTÔNIO CUNHA VEIGA SÁ e MARIA APARECIDA PEREIRA com o limite do SÍTIO BRUMADINHO; deste, segue pelo SÍTIO BRUMADINHO com os seguintes azimutes e distâncias: 127°13'54" - 397,76m, até o vértice EYG-P-0582, de coordenadas (N=8.500.783,34;E=187.143,87); 120°33'20" - 401,95m, até o vértice P-49, de coordenadas (N=8.500.579,00;E=187.490,00); 107°20'57" - 152,71m, até o vértice EYG-P-0581, de coordenadas (N=8.500.533,46;E=187.635,76), situado no limite do SÍTIO BRUMADINHO com o limite do SÍTIO DO JUNCO, de propriedade de ALBERTINHO BARRETO DE CARVALHO, JANETE MEDRADO FERREIRA, JORGE ANTÔNIO CUNHA VEIGA SÁ, JOVANKA ANDRADE DA LUZ e MARIA APARECIDA PEREIRA; deste, segue a montante pela margem esquerda do RIACHO DO JUNCO, confrontando com o SÍTIO JUNCO com azimute e distância de 252°09'33" - 299,76m, até o vértice EYG-M-0596, de coordenadas (N=8.500.441,62;E=187.350,42), situado no limite do SÍTIO JUNCO com o limite da SERRA DAS ALMAS; deste, segue com azimute e distância de 310°18'42" - 763,78m, confrontando neste trecho com a SERRA DAS ALMAS até o vértice EYG-M-0548, de coordenadas (N=8.500.935,74;E=186.768,02), situado no limite da SERRA DAS ALMAS com o limite do SÍTIO AVE NATURA; deste, segue com azimute e distância de 33°49'56" - 106,25m, confrontando neste trecho com o SÍTIO AVE NATURA até o vértice P-48, de coordenadas (N=8.501.024,00;E=186.827,17) vértice inicial desta descrição". Datum: WGS 84, Projeção UTM e Fuso 24.

Art. 3º A RPPN Brumadinho será administrada por Jovanka Andrade da Luz.

Parágrafo único. A administradora referida no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN BRUMADINHO sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

### PORTARIA Nº 20, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Jarí, nos estados do Amapá e Pará.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais;

Considerando o Decreto nº 87.092 de 12 de abril de 1982, que criou a Estação Ecológica do Jarí e as alterações do Decreto nº 89.440 de 13 de março de 1984;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM nº 02070.000052/2014-91, resolve:

Art.1º Fica criado o Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Jarí, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação da unidade.

Art. 2º O Conselho Consultivo Estação Ecológica do Jarí é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, sendo um titular e um suplente;

c) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Campus Laranjal do Jarí, sendo um titular e um suplente;

d) Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, sendo um titular e um suplente;

e) Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/AP, sendo um titular e um suplente;

f) Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/PA, sendo um titular e um suplente;

g) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER/PA, sendo um titular e um suplente;

h) Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF/AP, sendo um titular e um suplente;

i) Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP/AP, sendo um titular e um suplente;

j) Prefeitura Municipal de Almeirim/PA, sendo um titular e um suplente;

k) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Laranjal do Jarí/AP - SEMMATUR, sendo um titular e um suplente; e

l) Secretaria Municipal de Educação de Laranjal do Jarí/AP - SEMED, sendo um titular e um suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Associação dos Moradores, Agricultores, Extrativistas Ambientalistas e Núcleo de Base da Localidade Cachoeira do Panamá, Região do Paru e Vale do Jarí - AMOEXPA, sendo um titular e um suplente;

b) Associação Comunitária dos Produtores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigranjeiros e Donas de Casa da Comunidade Moradora do Braço - Associação Vila Verde, sendo um titular, e Comunidade do Bandeira - Almeirim/PA como suplente;

c) Associação de Moradores da Comunidade de São José - Associação de São José - Laranjal do Jarí/AP, sendo titular, e Comunidade de Santo Antônio - Laranjal do Jarí/AP como suplente;

d) Associação dos Micro e Mini Produtores Rurais do Repartimento dos Pilões - ASMIPPS, sendo titular, e Comunidade Vila Nova - Almeirim/PA como suplente;

e) Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigranjeiros da Comunidade Moradora Nova do Jarí - APROMOVA, sendo titular, e Comunidade Nova Vida- Almeirim/PA como suplente;

f) Associação de Moradores, Produtores, Extrativistas da Comunidade da Padaria - AMPECP, sendo um titular e um suplente;

g) Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru - COMARU, sendo titular, e Comunidade do Iratapuru - Laranjal do Jarí/AP como suplente;

h) Cooperativa Mista dos Produtores do Vale do Jarí - COOPERFLORA, sendo um titular e um suplente;

i) Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, sendo um titular e um suplente;

j) Fundação Jarí, sendo um titular e um suplente; e

k) Jarí Celulose, Papel e Embalagens S/A - GRUPO JARÍ, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Estação Ecológica do Jarí, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Jarí, serão estabelecidos em seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação competente do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º Toda proposta de modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

# Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 64, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público destinado ao provimento de 68 (sessenta e oito) cargos das Carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinadas ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Unidade de Pesquisa vinculada ao MCTI, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º dependerá de prévia autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação;

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados; e

III - à extinção da totalidade de contratos temporários no âmbito do INPE, que estão em desacordo com a legislação vigente, obedecendo ao disposto no Termo de Ajuste de Conduta, celebrado nos autos da Ação Civil Pública - Processo nº 0002549-02.2011.403.6103, cuja identificação deverá constar de relação, a ser publicada no DOU, previamente à nomeação dos candidatos aprovados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para nomeação dos candidatos a que se refere o art. 1º será do Secretário Executivo do MCTI, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

| Cargo | Classe | Vagas |
|---|---|---|
| Pesquisador | Assistente de Pesquisa | 14 |
| Tecnologista | Junior | 54 |
| TOTAL | | 68 |

## SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS
## COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
## COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

### PORTARIA Nº 10, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos Processos nºs 05100.000788/2014-53 e 05100.000967/2014-91.

Habilitar MARIA LUIZA DOS SANTOS GUEDES, na qualidade de ex-companheira do anistiado político GERALDO GUEDES FILHO, para percepção da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, em cumprimento ao disposto nos artigos 217 e 219, da Lei 8.112/90, com vigência a partir de 23 de agosto de 2013, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
## SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

### PORTARIA Nº 14, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 41, inciso III, Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 22 de Janeiro de 2014, o art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005 - Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Dou nº 123, de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, nos termos dos artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e dos elementos que integram o processo nº 04926.001627/2011-68, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Uberlândia/MG à União, com base na Lei Municipal Nº 10.222, de 17 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial do Município nº 3338 em 19/08/2009, do imóvel constituído pela Área 02, medindo sessenta e três metros e noventa e três (63,93) centímetros pela frente, confrontando com Av. Rondon Pacheco; cento e seis metros e cinquenta (106,50) centímetros pela direita, confrontando com Área 03 (Sistema Viário - ocupado pela Av. Benjamim Magalhães); cento e seis metros e vinte (106,20) centímetros pela esquerda, confrontando com remanescente do Município e Estádio Airton Borges; e cinquenta e sete metros e oitenta e três (57,83) centímetros pelo fundo, confrontando com Área 01, com área total de 6.463,32m², conforme Matrícula 130.667 de 19 de junho de 2009, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se a construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região no Município de Uberlândia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

## SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 11, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e de acordo com os elementos que integram o Processo de nº 04977.008177/2013-09, resolve:

Art. 1º Autorizar a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a realizar as obras de instalação dos coletores-tronco, e redes coletoras com poços de visita e inspeção, os quais prescindem de licença conforme Ofício CETESB n° 0885/2013/CMN e a Estação Elevatória de Esgotos EEE-ME3, conforme Licença de Operação n° 18001690 concedida pela CETESB através do Processo n°18/00059/98, em área de uso comum de domínio da União, pertencentes a Sub-bacia SB-ME3, Praia Marrocos, no município de Itanhaém, referente a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itanhaém na Fase Complementar da 1ª. etapa do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista - Programa Onda Limpa, conforme plantas, relatório descritivo, foto aérea, licenças ambientais e manifestações municipais apresentados no processo 04977.008177/2013-09.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º Para que este ato autorizativo tenha efeito, a SABESP fica obrigada a obedecer às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais.

Art. 4º Responderá a SABESP, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 5º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

### PORTARIA Nº 12, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM DE SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e de acordo com os elementos que integram o Processo de nº 04977.008178/2013-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a realizar as obras de instalação do coletor-tronco ME-2 com poços de visita, os quais prescindem de licença conforme Ofício CETESB n° 0885/2013/CMN e da Estação Elevatória de Esgotos EEE-ME2 com a respectiva linha de recalque, conforme Licença de Operação n° 18001690 concedida pela CETESB através do Processo n°18/00059/98, em áreas de uso comum de domínio da União, pertencentes a Sub-bacia SB-ME2, da Praia Jardim Suarão, no município de Itanhaém, referente a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itanhaém, na Fase Complementar da 1ª. etapa do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista - Programa Onda Limpa, conforme plantas, relatório descritivo e foto aérea apresentados no processo 04977.008178/2013-45.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º Para que este ato autorizativo tenha efeito, a SABESP fica obrigada a obedecer às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Responderá a SABESP, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 5º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

**PORTARIA Nº 13, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e de acordo com os elementos que integram o Processo de nº 04977.008179/2013-90, resolve:

Art. 1º Autorizar a Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a realizar as obras de instalação de coletores-tronco e redes coletoras com poços de visita e inspeção, os quais prescindem de licença conforme Ofício CETESB n° 0885/2013/CMN, em áreas de uso comum de domínio da União, pertencentes a Sub-bacia Cibratel-1, no Bairro Cibratel, município de Itanhaém, referente a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itanhaém, na Fase Complementar da 1ª. etapa do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista - Programa Onda Limpa, conforme plantas, relatório descritivo e foto aérea apresentados no processo 04977.008179/2013-90.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º Para que este ato autorizativo tenha efeito, a SABESP fica obrigada a obedecer às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais.

Art. 4º Responderá a SABESP, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 5º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

**PORTARIA Nº 14, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e de acordo com os elementos que integram o Processo de nº 04977.008182/2013-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a realizar as obras de instalação de uma linha de recalque para a Estação Elevatória EEE MD9B e redes coletoras com poços de visita e inspeção, os quais prescindem de licença conforme Ofício CETESB n° 0885/2013/CMN, em área de uso comum de domínio da União, pertencentes a Sub-bacia MD-9B, da Vila Balneária, na Praia dos Sonhos e Praia dos Pescadores, no município de Itanhaém, referente a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itanhaém na Fase Complementar da 1ª. etapa do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista - Programa Onda Limpa, conforme plantas, relatório descritivo, fotos aéreas, licenças ambientais e manifestações municipais apresentados no processo 04977.008182/2013-11.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º Para que este ato autorizativo tenha efeito, a SABESP fica obrigada a obedecer às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais.

Art. 4º Responderá a SABESP, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 5º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

# Ministério do Trabalho e Emprego

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 281, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

O MINISTRO DO ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Anexo I do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais para celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Polícia Civil, cujo objeto é a articulação e integração das atividades desenvolvidas pelos partícipes no âmbito de suas atribuições legais, bem como o compartilhamento de suas estruturas operacionais, visando, em especial, o combate ao trabalho infantil (Documento nº 47740.000293/2014-93).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

**PORTARIA Nº 287, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

Altera a Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996 e a Portaria nº 546, de 11 de março de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 11 da Portaria nº 546, de 11 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11...

II - fiscalização indireta: é aquela que envolve apenas análise documental, a partir de notificações aos empregadores, por via postal, ou outro meio de comunicação, mediante a comprovação do recebimento, para apresentação de documentos ou para comprovação de cumprimento de obrigações, nas unidades descentralizadas do MTE ou através de envio eletrônico de informações, em data e horário definidos, e demanda para sua execução a designação de AFT, pela chefia técnica imediata ou superior, por meio de OS;" (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 7º da Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º...

IV - quando se tratar de Notificação para Apresentação de Documentos - NAD e de Notificação para Comprovação do Cumprimento de Obrigações Trabalhistas, decorrentes das modalidades de fiscalização indireta ou mista." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

## SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

**DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL**
Em 27 de fevereiro de 2014

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46201.003300/2011-46 | 017332524 | Nivaldo Jatobá Empreendimentos Agroindustrial Ltda. | AL |
| 2 | 46205.018355/2010-30 | 020287135 | Eficaz Engenharia de Serviços Ltda. | CE |
| 3 | 46205.017619/2010-38 | 020198825 | Lavita Indústria de Alimentos Ltda. | CE |
| 4 | 46205.002971/2011-50 | 020324570 | Passamaria do Nordeste S.A. | CE |
| 5 | 46205.007181/2011-61 | 020221061 | Pré-Moldados Jardins e Prestadora de Serviços São Francisco | CE |
| 6 | 46205.009599/2011-11 | 020293933 | Supermercado União da Família Ltda. ME | CE |
| 7 | 46205.008931/2009-05 | 013300342 | Telelistas (Região 1) Ltda. | CE |
| 8 | 46247.000074/2010-34 | 019658435 | Araujo Hipermercados S.A. | MG |
| 9 | 46017.003464/2011-51 | 014208580 | Eletrojúnior Serviços e Materiais Elétricos Ltda. | PA |
| 10 | 46017.003471/2011-52 | 014208652 | Eletrojúnior Serviços e Materiais Elétricos Ltda. | PA |
| 11 | 46085.000367/2011-01 | 017698596 | Agclean Locação de Mão de Obra e Comércio Ltda. | PB |
| 12 | 46334.000293/2010-34 | 020014562 | A.L. Monção Pinto ME | RJ |
| 13 | 46228.002035/2008-85 | 015180174 | Companhia Brasileira de Álcool e Açúcar | RJ |
| 14 | 46334.001321/2006-54 | 013804596 | Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás | RJ |
| 15 | 46334.001750/2006-21 | 013806017 | Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás | RJ |
| 16 | 46617.012393/2011-18 | 023684550 | Hospital de Caridade de Erechim | RS |
| 17 | 46301.001234/2011-41 | 020681160 | Perfiaço Comercial de Ferros e Aço Ltda. | SC |
| 18 | 46301.001235/2011-96 | 020681178 | Perfiaço Comercial de Ferros e Aço Ltda. | SC |
| 19 | 46253.002561/2011-33 | 021507791 | Arcelormittal Brasil S.A. | SP |
| 20 | 46253.002562/2011-88 | 021507783 | Arcelormittal Brasil S.A. | SP |
| 21 | 46454.000305/2012-26 | 021349800 | Cerro Azul Transportes Pesados Ltda. | SP |
| 22 | 46454.000306/2012-71 | 021349819 | Cerro Azul Transportes Pesados Ltda. | SP |
| 23 | 46255.003973/2008-75 | 015987965 | Comercial Destro Ltda. | SP |
| 24 | 46259.004376/2012-12 | 021364753 | Placebor - Charqueada Ind. e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda. | SP |
| 25 | 46424.000190/2011-46 | 023954507 | Sotracap Transportes Ltda. | SP |
| 26 | 46424.000202/2011-32 | 023954400 | Sotracap Transportes Ltda. | SP |
| 27 | 46226.005906/2011-38 | 018486355 | Brasil Telecom S.A. | TO |
| 28 | 46226.001646/2010-41 | 018406068 | Bufalo Grill Restaurante Ltda. | TO |
| 29 | 46517.000734/2010-50 | 018406521 | Bufalo Grill Restaurante Ltda. ME | TO |
| 30 | 46226.002113/2011-67 | 018465463 | Palmas Café Ltda. | TO |
| 31 | 46226.003000/2010-06 | 018461263 | Palmas Roupas Básicas Ltda. | TO |
| 32 | 46226.002114/2011-10 | 018465471 | Palmas Sorvetes Ltda. | TO |

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46617.012395/2011-15 | 023684542 | Hospital de Caridade de Erechim | RS |
| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FGTS | EMPRESA | UF |
| 1 | 46222.004040/2003-78 | 100.027.822 | Y. Morikawa & Cia. Ltdsa. | PA |
| 2 | 46218.013842/2005-08 | 505.549.531 | Sociedade Rádio Camaquense Ltda. | RS |

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46247.000597/2008-66 | 014871017 | Associação Presbiteriana de Educação e Pesquisa | MG |
| 2 | 46247.000598/2008-19 | 014871025 | Associação Presbiteriana de Educação e Pesquisa | MG |
| 3 | 46215.029877/2006-61 | 013913131 | Serviço de Apoio às Micro e Peq. Empresas no Estado do RJ | RJ |

1.4 Pelo não conhecimento, por ausência de admissibilidade.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46205.025490/2011-12 | 020330820 | Construtora Engeterra Ltda. | CE |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46215.005603/2011-44 | 023205318 | Sendas Distribuidora S.A. | RJ |

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46310.000270/2011-89 | 007694954 | Cícero Bertoldo Comercial de Alimentos Ltda. | CE |
| 2 | 46205.001967/2011-74 | 020295294 | Estrela Supermercado Ltda. | CE |
| 3 | 46205.001968/2011-19 | 020295286 | Estrela Supermercado Ltda. | CE |
| 4 | 46208.001266/2011-13 | 020358318 | Transportes Darmi Ltda. | GO |
| 5 | 46208.007673/2011-26 | 020409087 | União Transportes Ltda. ME | GO |
| 6 | 46247.000077/2010-78 | 019657561 | Araujo Hipermercados S.A. | MG |
| 7 | 47747.004093/2010-61 | 021910600 | Montcalm Montagens Industriais S.A. | MG |
| 8 | 47533.007421/2012-59 | 023511532 | Banco do Brasil S.A. | PR |
| 9 | 47533.007488/2012-93 | 023519240 | Banco do Brasil S.A. | PR |
| 10 | 47533.007415/2012-00 | 023511583 | Banco Santander (Brasil) S.A. | PR |
| 11 | 47533.007420/2012-12 | 023511575 | Banco Santander (Brasil) S.A. | PR |
| 12 | 47533.007422/2012-01 | 023511559 | Banco Santander (Brasil) S.A. | PR |
| 13 | 47533.007435/2012-72 | 023495090 | Banco Santander (Brasil) S.A. | PR |
| 14 | 47533.007496/2012-30 | 023460784 | Banco Santander (Brasil) S.A. | PR |
| 15 | 47533.007419/2012-80 | 023511540 | Caixa Econômica Federal | PR |
| 16 | 47533.007458/2012-87 | 023506938 | Caixa Econômica Federal | PR |
| 17 | 47533.007492/2012-51 | 023515015 | Caixa Econômica Federal | PR |
| 18 | 46212.014224/2011-75 | 023435003 | Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. | PR |
| 19 | 46212.014228/2011-53 | 023435798 | Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. | PR |
| 20 | 46212.014236/2011-08 | 023435879 | Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. | PR |
| 21 | 46212.014239/2011-33 | 023435909 | Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. | PR |
| 22 | 46212.017891/2011-18 | 023525690 | Olaria Marilena Ltda. | PR |
| 23 | 46215.037942/2011-17 | 023114525 | Canamar Tratamento de Superfícies e Pintura Ltda. | RJ |
| 24 | 46215.483806/2009-53 | 019990766 | Parceira Engenharia Ltda. | RJ |
| | 46253.001897/2011-89 | 023930330 | Paraty Serviços de Manutenção S/C Ltda. | SP |

3- Pelo arquivamento em razão de:

3.1- Incidência da prescrição prevista do art. 1º §1º da Lei 9.873/99

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46246000521/2003-36 | 7424035 | Adnilson Pereira da Silva | MG |
| 2 | 46246000522/2003-81 | 7424043 | Adnilson Pereira da Silva | MG |
| 3 | 46246000532/2003-16 | 7423055 | Adnilson Pereira da Silva | MG |
| 4 | 4624601193/2005-57 | 10485546 | Alexandre Reis Machado | MG |
| 5 | 46246000947/99-98 | 927279 | Alje Serviços Florestais Ltda | MG |
| 6 | 46246000459/2001-11 | 4909411 | Aristides Batista Maia | MG |
| 7 | 4624600040/96-95 | 4065279 | Borges e Moura Distrib de Alimentos Ltda | MG |
| 8 | 462460041/96-58 | 4065220 | Borges e Moura Distrib de Alimentos Ltda | MG |
| 9 | 46246.000479/2001-91 | 004908988 | Centro Educacional de Bocaiuva Ltda. | MG |
| 10 | 46246001189/2004-16 | 10424334 | Drogaria Gramado Ltda | MG |
| 11 | 46246001177/2007-26 | 14531216 | Everaldo Mocellin | MG |
| 12 | 46246.000338/2001-79 | 001017578 | José Luiz Guimarães | MG |
| 13 | 46246.000339/2001-13 | 001017560 | José Luiz Guimarães | MG |
| 14 | 46246.000098/2003-74 | 001022253 | Leite Pereira Veloso Ltda. | MG |
| 15 | 46246000962/2008-42 | 14816202 | Martins e Souto Prest de Serv Ltda | MG |
| 16 | 46246000712/2008-11 | 14817845 | Norte Cad Ltda | MG |
| 17 | 46246001550/2003-15 | 7428294 | Posto Novo Dia Ltda | MG |
| 18 | 46246000047/99-87 | 1162446 | Rodiza Service Ltda | MG |
| 19 | 46246000884/2006-14 | 13022652 | T & D Comercio e Industria Ltda | MG |
| 20 | 46653.007454/2013-51 | 12803227 | Caiçara Comércio e Representações Ltdá. | MT |
| 21 | 46213.006315/2007-41 | 013724053 | AFF Petróleo Ltda. | PE |
| 22 | 46213.004091/2007-32 | 002545403 | Elias Combustíveis Ltda. | PE |
| 23 | 46213.006909/2007-51 | 013718185 | WM Indústria e Comércio Ltda. | PE |
| 24 | 46230.003621/2005-55 | 011579102 | Loja Bijou de Roupas Ltda. | RJ |

3.2- Incidência da prescrição prevista no art. 1º do Decreto 20.910/32.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46287.000085/2004-08 | 007090838 | Calçados Itapuã S.A. - Cisa | ES |
| 2 | 47747.003837/2006-44 | 013136950 | Brasil Tec Administração e Serviços Técnicos Ltda. | MG |

3.2- Incidência da prescrição prevista do art. 1º da Lei 9.873/99

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46217.005030/2003-29 | 009622136 | Viação Aérea São Paulo S.A. | RN |
| 2 | 46217.005037/2003-41 | 009622080 | Viação Aérea São Paulo S.A. | RN |
| 3 | 46736.000487/2000-35 | 000288641 | Termo Terceirização Com. e Serviços Ltda. ME | SP |

3.3- Incidência da prescrição prevista do art. 1º , caput, da Lei 9.873/99

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46238.001494/2011-28 | 022043969 | Comercial Correa & Balbino Ltda. ME | MG |
| 2 | 46666.003095/2005-11 | 011559060 | Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores | RJ |

ROBERTO CAVALCANTE LEÃO BORGES

## SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

### DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Tendo em vista a SENTENÇA prolatada nos autos do Processo Judicial n.º 0055800-21.2009.5.08.0108, referente à Ação Declaratória tramitada perante a Vara do Trabalho de Óbidos/PA, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, transitada em julgado; com supedâneo na Portaria Ministerial n.º 326/2013 e na Nota Técnica n.º 45/2014/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina a EFETIVAÇÃO da Alteração Estatutária, conforme documentos encaminhados pelo d. Juízo, cumulada à VALIDAÇÃO da Atualização de Diretoria, objeto da SD79158, protocolizada pelo STIEMNFOPA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE MINERAIS NÃO FERROSOS DO OESTE DO PARÁ - PA, CNPJ n.º 23.060.684/0001-12, perante este Órgão.

Em 20 de fevereiro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº 265/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao SINDRST- Sindicato Rural de São Tomé - PR, processo n. 46212.017486/2011-91, CNPJ 13.335.738/0001-51, para representar a categoria Econômica, Rural no Plano da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, nos termos do inciso II, do Art. 1º do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, com abrangência Municipal e base territorial nos Município de São Tomé - PR.

Em 24 de fevereiro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º c/c com o art. 20 da Portaria nº. 186, publicada em 14 de abril de 2008 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 5º e 20° da Portaria nº. 186/2008:

| | |
|---|---|
| Processo: | 46211.007223/2011-84 |
| Entidade (Razão Social) | FEDERACAO INTERESTADUAL DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO SUDESTE E CENTRO OESTE-FINORSC |
| CNPJ: | 13.918.301/0001-40 |
| Fundamento: | NOTA TÉCNICA N° 267/2014/CGRS/SRT/MTE |

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância o Art. 52 da Lei 9.784/99:"

| | |
|---|---|
| Processo | 46000.001520/2012-82 |
| Entidade | SINDICATO RURAL DE RIACHÃO DO DANTAS |
| CNPJ | 13.004.965/0001-02 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA N° 268/2014/CGRS/SRT/MTE |

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/1.999 e na seguinte Nota Técnica Nº 266/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve desarquivar o processo da Federação abaixo relacionada, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos das Portarias MTE nº 188/2007 e Portaria 186/2008.

| | |
|---|---|
| Processo | 46312.000346/2013-18 |
| Entidade | FEDERAÇÃO SINDICAL NACIONAL DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS - FENASPEN |
| CNPJ | 17.226.342/0001-27 |
| Abrangência | Nacional |
| Base Territorial | Nacional |
| Categoria Profissional | Servidores Penitenciários |

Entidades Fundadoras: Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul - (Processo: 46000.012931/00-25 - CNPJ: 01.521.880/0001-04); Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de MG - (Processo: 46000.016716/2004-61 - CNPJ: 06.992.706/0001-63); Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado da Bahia - (Processo: 24150.004157/91-14 - CNPJ: 16.141.574/0001-10); Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo - (Processo: 24000.010497/89-47 - CNPJ: 53.174.710/0001-02); Sindicato dos Policiais Civis Penitenciários e Servidores da Justiça e da Cidadania do Estado do Piauí - (Processo: 35226.000507/91-87 - CNPJ: 07.692.916/0001-07).

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria nº. 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26, da Portaria nº. 326/2013:

| | |
|---|---|
| Processo | 46205.022634/2011-89 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Aratuba/CE- SINTRAF |
| CNPJ | 11.442.694/0001-33 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA N° 264/2014/CGRS/SRT/MTE |

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 269/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve: REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades sindicais: Sindicato dos Auditores Fiscais da Bahia - IAF SINDICAL, CNPJ 08.363.421/0001-99, processo n. 46204.004633/2008-67 e o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia - SINDSEFAZ-BA, CNPJ 16.301.764/0001-57, processo n. 46000.016146/2009-14 nos termos do art. 22 c/c art. 45 § 2º, da Portaria nº. 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

| | |
|---|---|
| Processo | 46222.003119/2011-91 |
| Denominação | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Pública do Estado do Pará - SINTESP/PA |
| CNPJ | 34.679.571/0001-16 |
| Abrangência | Estadual |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | |
|---|---|
| Base Territorial | Pará |
| Categoria Profissional | Congregar e representar os trabalhadores de saúde pública do Ministério da Saúde, FUNASA-PARÁ e os que prestam serviços ao Ministério da Saúde, bem como os Servidores Municipais privados ou conveniados ao SUS (Sistema Unico de Saúde) |

| | |
|---|---|
| Processo | 46211.003339/2012-25 |
| Entidade | SINDCOMERCIO/CL - SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CONSELHEIRO LAFAIETE |
| CNPJ | 23.963.861/0001-70 |
| Abrangência | Municipal |
| Base Territorial | Minas Gerais: Conselheiro Lafaiete |
| Categoria Econômica | Comércio Varejista e Atacadista de Bens e Serviços, em todas suas subcategorias, com exceção das empresas concessionárias e distribuidoras de veículos |

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

| | |
|---|---|
| Processo | 46213.003909/2012-67 |
| Entidade | SINDTAXIAGRESTE - SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TAXISTAS DA REGIAO AGRESTE DE PERNAMBUCO . |
| CNPJ | 14.789.345/0001-80 |
| Abrangência | Intermunicipal |
| Categoria Econômica | Taxistas |

Base Territorial: Pernambuco: Agrestina, Alagoinha, Altinho, Belém de Maria, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Caruaru, Cumaru, Cupira, Frei Miguelinho, Ibirajuba, Jataúba, Jurema, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Panelas, Passira, Pesqueira, Riacho das Almas, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, São Bento do Una, São Caitano, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes.

| | |
|---|---|
| Processo | 46224.001125/2012-75 |
| Entidade | SINDASP/PB - SINDICATO DOS AGENTES E SERVIDORES NO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DA PARAÍBA |
| CNPJ | 10.454.801/0001-80 |
| Abrangência | Estadual |
| Base Territorial | Paraíba |
| Categoria Profissional | AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIARIO E TECNICOS PENITENCIARIOS ATIVOS E INATIVOS |

Em 26 de fevereiro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 270/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n.º 46000.001332/2013-35, interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais - SITICOP/MG, CNPJ 38.736.377/0001-86, com respaldo no art. 18, inciso IV, da Portaria 326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores em Sinalização de Trânsito em Geral do Estado de Minas Gerais - SINTRALIZA-MG, CNPJ 12.720.270/0001-56, processo n. 46211.009508/2010-79 para representar a Categoria Profissional dos Empregados nas empresas de sinalização de trânsito, implantação, instalação e manutenção semafórica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, implantação, instalação e manutenção de radares fixos e móveis, implantação, instalação manutenção de parquímetros e sistemas de painéis de mensagem variável, dispositivos de sinalização auxiliar, sinalização de vias e rodovias, sinalização de obras, inscrição e pintura de vias e sinalização vertical e horizontal, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Minas Gerais/MG, nos termos do art. 25 da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 24 de fevereiro de 2014

Processo nº 46208.001347/2014-58 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 73, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006, HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIÁSFOMENTO (CNPJ Nº 03.918.382/0001-25), ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE

# Ministério dos Transportes

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 55, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova a incorporação à Rede Rodoviária sob jurisdição federal de segmentos da rodovia estadual RO-399, com extensão de 159,80 km, coincidentes com a rodovia BR-435/RO, nos termos deste ato normativo.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 5.621, de 16 de dezembro de 2005; e

Considerando que foram atendidas as exigências previstas no referido decreto, bem como aquelas constantes da Portaria MT nº 69, de 25 de abril de 2006, da Resolução nº 09/2006 do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Decisão da Diretoria Colegiada do DNIT, a qual aprovou o Relato nº 221/2013-DPP, constantes do Processo nº 50600.012117/2011-14, resolve:

Art. 1º. Aprovar a incorporação à Rede Rodoviária sob jurisdição federal de segmentos da rodovia estadual RO-399, existentes e coincidentes com a rodovia federal BR-435/RO, com extensão de 159,80 km, discriminados a seguir:

| Código | Local de Início | Local de Fim | km inicial | km final | Ext. | Estadual Coincidente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 435BRO0030 | Entr. BR-364(B) | Entr. RO-485 (Colorado do Oeste) | 14,4 | 86,5 | 72,1 | RO-399 |
| 435BRO0040 | Entr. RO-485 (Colorado do Oeste) | Entr. RO-370(A) (P/ Cabixi) | 86,5 | 92,3 | 5,8 | RO-399 |
| 435BRO0050 | Entr. RO-370(A) (P/ Cabixi) | Entr. RO-487 (Cerejeiras) | 92,3 | 124,4 | 32,1 | RO-399 |
| 435BRO0060 | Entr. RO-487 (Cerejeiras) | Entr. RO-370(B) (P/ Corumbiara) | 124,4 | 137,1 | 12,7 | RO-399 |
| 435BRO0070 | Entr. RO-370(B) (P/ Corumbiara) | Entr. RO-497 | 137,1 | 162,1 | 25,0 | RO-399 |
| 435BRO0085 | Entr. RO-497 | Pimenteiras do Oeste (Início Tr. Urbana) | 162,1 | 174,2 | 12,1 | RO-399 |

Art. 2º. A incorporação só se efetivará após a assinatura do Termo de Transferência do Patrimônio, pelo órgão ou entidade estadual competente e pelo DNIT, concluído inventário conjunto, o qual deverá incluir benfeitorias e acessórios dos segmentos de rodovia absorvidos, nos termos do artigo 2º da Portaria MT nº 69, de 26 de abril de 2006.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

### PORTARIA Nº 56, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar os estudos para a concessão da BR-364/060/MT/GO, no trecho da BR-364 do entroncamento com a BR-163(A) (Rondonópolis) até o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí); e da BR-060 do entroncamento com a BR-364(A) (Jataí) até Goiânia.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta do Processo MT nº 50000.008069/2014-63;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006, sempre que conceder autorização para realização por particulares dos estudos técnicos de que trata o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

Considerando que o Decreto nº 5.977, de 2006, estabelece que o valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, percentual que por analogia deve ser adotado para a concessão em tela; e

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 006/2014/DECON/SFAT/MT, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, e na Nota n° 171/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJT/vtdr, aprovada pelo Despacho nº 222/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:GAB/acv, resolve:

Art. 1º Autorizar o desenvolvimento dos estudos técnicos relativos à concessão da BR-364/060/MT/GO, no trecho da BR-364 do entroncamento com a BR-163(A) (Rondonópolis) até o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí); e da BR-060 do entroncamento com a BR-364(A) (Jataí) até Goiânia, pelas seguintes empresas:

I. Camter Construções e Empreendimentos S.A.

II. Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A;

III. CCR S.A.;

IV. Cetenco Engenharia S.A.;

V. Construtora Ferreira Guedes S.A.;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI. Construtora Queiroz Galvão S.A. - CQG;
VII. Contern Construções e Comércio Ltda;
VIII. Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;
IX. EGP - Empresa Global de Projetos LTDA;
X. Encalso Construções Ltda.;
XI. Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP;
XII. Galvão Engenharia S.A.;
XIII. Incorp - Consultoria e Assessoria Ltda.;
XIV. Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - Invepar;
XV. Odebrecht Transport S.A.;
XVI. Planos Engenharia S/S LTDA;
XVII. Proficenter Construções LTDA;
XVIII. Saitec Brasil - Serviços de Consultoria e Auditoria LTDA; e
XIX. Sul Catarinense, Mineração Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda. e STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (Consórcio).

Art. 2º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º têm por escopo a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica a ser utilizado na estruturação de uma possível licitação da concessão do trecho supracitado, abrangendo de maneira geral as seguintes atividades:

I. Demanda: contagens de tráfego volumétricas e classificatórias; pesquisa de origem e destino; pesquisa de preferência declarada; projeção da demanda;

II. Engenharia: situação atual dos trechos (cadastro e levantamento das condições funcionais e estruturais dos elementos da rodovia); obras de recuperação requeridas e custos associados; obras de ampliação de capacidade e melhorias requeridas e custos associados; programas de manutenção e conservação e custos associados; programas de monitoração e custos associados;

III. Operação: equipamentos, dispositivos e sistemas requeridos para operação da via e custos associados;

IV. Meio Ambiente: estudos e relatórios ambientais;

V. Modelagem econômico-financeira: integração dos estudos de forma a estruturar os diferentes aspectos requeridos para a concessão;

VI. Apoio na elaboração de minutas de documentos: material necessário para a realização do procedimento licitatório.

Art. 3º Cumpre à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT preparar o Termo de Referência para elaboração dos estudos e disponibilizá-lo em sua página na internet.

§ 1º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º deverão contemplar minimamente as atividades estabelecidas no Termo de Referência mencionado no caput.

§ 2º A qualquer tempo o Ministério dos Transportes poderá, a seu critério, solicitar que as empresas alterem, retifiquem ou complementem seus estudos.

Art. 4º Os estudos a serem elaborados poderão considerar ainda a inclusão de contornos e variantes no escopo da concessão.

Parágrafo único. As empresas autorizadas poderão propor alterações na configuração da concessão apresentada no art. 1º, desde que a nova configuração atenda de forma mais ampla o interesse público, a critério do Ministério dos Transportes, e não contemple trechos que façam parte de concessão já existente.

Art. 5º Cumpre à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes elaborar o Termo de Autorização, na forma do art. 4º do Decreto nº 5.977, de 2006.

Art. 6º O prazo final para a elaboração e apresentação dos estudos técnicos será de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério dos Transportes, mediante decisão fundamentada.

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a apresentar à ANTT, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, sob pena de revogação da autorização, Plano de Trabalho com cronograma detalhado para elaboração dos produtos estabelecidos no referido Termo de Referência, respeitado o cumprimento do prazo indicado no caput deste artigo e dos prazos intermediários indicados no Termo de Referência.

§ 2º O Plano de Trabalho mencionado no § 1º deverá conter descrição das atividades previstas para a elaboração dos produtos estabelecidos no Termo de Referência mencionado no art. 3º, com a indicação das metodologias que serão utilizadas, bem como informações sobre a abrangência e o dimensionamento de tais atividades.

§ 3º No ato da entrega do Plano de Trabalho mencionado no § 1º, as empresas autorizadas deverão apresentar os valores para eventual ressarcimento dos estudos, bem como informações que possibilitem a análise por parte do Poder Concedente sobre o valor a ser eventualmente ressarcido.

§ 4º A Comissão de Seleção mencionada no § 1º do art. 8º deverá definir o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, considerando os valores apresentados de acordo com o § 3º, os valores referentes a projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares e a limitação imposta pelo art. 2º, § 2º, do Decreto 5.977, de 2006.

§ 5º O Termo de Autorização mencionado no art. 5º informará às empresas o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, conforme definido pela Comissão de Seleção.

§ 6º A ANTT acompanhará o andamento dos trabalhos conforme agenda de reuniões definida pela Agência, de comparecimento obrigatório pelos autorizados.

Art. 7º A presente autorização é concedida sem caráter de exclusividade e:

I. não gera direito de preferência para a outorga da concessão;

II. não obriga o Poder Público a realizar a licitação;

III. não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e

IV. é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A autorização para a realização dos estudos técnicos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa autorizada.

Art. 8º A avaliação e a seleção dos estudos técnicos de que trata a presente Portaria, a serem utilizados parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme os critérios estabelecidos no Termo de Autorização mencionado no art. 5º, que devem respeitar os critérios do Decreto nº 5.977, de 2006, naquilo que couber.

§ 1º Será constituída Comissão de Seleção, formada por membros do Ministério dos Transportes, da ANTT e da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, com o objetivo de subsidiar a decisão do Ministro dos Transportes quanto aos estudos técnicos a serem selecionados e aos valores devidos a título de ressarcimento.

§ 2º A apresentação, entrega e disponibilização de quaisquer dados, documentos, estudos, levantamentos, fotos, ilustrações, figuras, tabelas, planilhas, especificações e projetos, durante o período de elaboração de estudos e no ato de entrega, implicará transferência dos direitos autorais e propriedade intelectual a eles relativos ao Ministério dos Transportes, não podendo haver nenhuma restrição de confidencialidade sobre quaisquer deles.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º serão cedidos sem ônus, encargos ou condições e poderão ser utilizados total ou parcialmente pelo Ministério dos Transportes, de acordo com sua oportunidade e conveniência, para compor outros estudos, auxiliar na formulação de editais, contratos e demais documentos afins necessários à licitação da concessão.

Art. 9º Os valores relativos aos estudos técnicos selecionados serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que efetivamente utilizados no eventual certame.

Parágrafo único. A realização, ou não, do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à realização do certame licitatório.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

## PORTARIA Nº 57, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar os estudos para a concessão da BR-163/230/MT/PA, no trecho da BR-163 do entroncamento com a MT-220 até o entroncamento com a BR-230(A); e da BR-230 do entroncamento com a BR-163 (B) (Campo Verde) até Mirituba.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta do Processo MT nº 50000.008072/2014-87;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006, sempre que conceder autorização para realização por particulares dos estudos técnicos de que trata o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

Considerando que o Decreto nº 5.977, de 2006, estabelece que o valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, percentual que por analogia deve ser adotado para a concessão em tela; e

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 005/2014/DECON/SFAT/MT, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, e na Nota n° 170/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJT/vtdr, aprovada pelo Despacho nº 221/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:GAB/acv, resolve:

Art. 1º Autorizar o desenvolvimento dos estudos técnicos relativos à concessão da BR-163/230/MT/PA, no trecho da BR-163 do entroncamento com a MT-220 até o entroncamento com a BR-230(A); e da BR-230 do entroncamento com a BR-163 (B) (Campo Verde) até Mirituba, pelas seguintes empresas:

I- Camter Construções e Empreendimentos S.A.
II- Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A;
III- CCR S.A.;
IV- Cetenco Engenharia S.A.;
V- Consórcio Ecoplan-Skill;
VI- Construtora Ferreira Guedes S.A.;
VII- Construtora Queiroz Galvão S.A. - CQG;
VIII- Construtora Sanches Tripoloni Ltda.;
IX- Contern Construções e Comércio Ltda;
X- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;
XI- EGP - Empresa Global de Projetos LTDA;
XII- Encalso Construções Ltda.;
XIII- Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP;
XIV- Galvão Engenharia S.A.;
XV- Incorp - Consultoria e Assessoria Ltda.;
XVI- Odebrecht Transport S.A.;
XVII- Planos Engenharia S/S LTDA;
XVIII- Proficenter Construções LTDA;
XIX- Saitec Brasil - Serviços de Consultoria e Auditoria LTDA; e
XX- Sul Catarinense, Mineração Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda. e STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (Consórcio).

Art. 2º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º têm por escopo a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica a ser utilizado na estruturação de uma possível licitação da concessão do trecho supracitado, abrangendo de maneira geral as seguintes atividades:

I- Demanda: contagens de tráfego volumétricas e classificatórias; pesquisa de origem e destino; pesquisa de preferência declarada; projeção da demanda;

II- Engenharia: situação atual dos trechos (cadastro e levantamento das condições funcionais e estruturais dos elementos da rodovia); obras de recuperação requeridas e custos associados; obras de ampliação de capacidade e melhorias requeridas e custos associados; programas de manutenção e conservação e custos associados; programas de monitoração e custos associados;

III-Operação: equipamentos, dispositivos e sistemas requeridos para operação da via e custos associados;

IV-Meio Ambiente: estudos e relatórios ambientais;

V-Modelagem econômico-financeira: integração dos estudos de forma a estruturar os diferentes aspectos requeridos para a concessão;

VI-Apoio na elaboração de minutas de documentos: material necessário para a realização do procedimento licitatório.

Art. 3º Cumpre à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT preparar o Termo de Referência para elaboração dos estudos e disponibilizá-lo em sua página na internet.

§ 1º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º deverão contemplar minimamente as atividades estabelecidas no Termo de Referência mencionado no caput.

§ 2º A qualquer tempo o Ministério dos Transportes poderá, a seu critério, solicitar que as empresas alterem, retifiquem ou complementem seus estudos.

Art. 4º Os estudos a serem elaborados poderão considerar ainda a inclusão de contornos e variantes no escopo da concessão.

Parágrafo único. As empresas autorizadas poderão propor alterações na configuração da concessão apresentada no art. 1º, desde que a nova configuração atenda de forma mais ampla o interesse público, a critério do Ministério dos Transportes, e não contemple trechos que façam parte de concessão já existente.

Art. 5º Cumpre à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes elaborar o Termo de Autorização, na forma do art. 4º do Decreto nº 5.977, de 2006.

Art. 6º O prazo final para a elaboração e apresentação dos estudos técnicos será de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério dos Transportes, mediante decisão fundamentada.

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a apresentar à ANTT, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, sob pena de revogação da autorização, Plano de Trabalho com cronograma detalhado para elaboração dos produtos estabelecidos no referido Termo de Referência, respeitado o cumprimento do prazo indicado no caput deste artigo e dos prazos intermediários indicados no Termo de Referência.

§ 2º O Plano de Trabalho mencionado no § 1º deverá conter descrição das atividades previstas para a elaboração dos produtos estabelecidos no Termo de Referência mencionado no art. 3º, com a indicação das metodologias que serão utilizadas, bem como informações sobre a abrangência e o dimensionamento de tais atividades.

§ 3º No ato da entrega do Plano de Trabalho mencionado no § 1º, as empresas autorizadas deverão apresentar os valores para eventual ressarcimento dos estudos, bem como informações que possibilitem a análise por parte do Poder Concedente sobre o valor a ser eventualmente ressarcido.

§ 4º A Comissão de Seleção mencionada no § 1º do art. 8º deverá definir o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, considerando os valores apresentados de acordo com o § 3º, os valores referentes a projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares e a limitação imposta pelo art. 2º, § 2º, do Decreto 5.977, de 2006.

§ 5º O Termo de Autorização mencionado no art. 5º informará às empresas o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, conforme definido pela Comissão de Seleção.

§ 6º A ANTT acompanhará o andamento dos trabalhos conforme agenda de reuniões definida pela Agência, de comparecimento obrigatório pelos autorizados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º A presente autorização é concedida sem caráter de exclusividade e:

I- não gera direito de preferência para a outorga da concessão;

II- não obriga o Poder Público a realizar a licitação;

III- não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e

IV- é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A autorização para a realização dos estudos técnicos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa autorizada.

Art. 8º A avaliação e a seleção dos estudos técnicos de que trata a presente Portaria, a serem utilizados parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme os critérios estabelecidos no Termo de Autorização mencionado no art. 5º, que devem respeitar os critérios do Decreto nº 5.977, de 2006, naquilo que couber.

§ 1º Será constituída Comissão de Seleção, formada por membros do Ministério dos Transportes, da ANTT e da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, com o objetivo de subsidiar a decisão do Ministro dos Transportes quanto aos estudos técnicos a serem selecionados e aos valores devidos a título de ressarcimento.

§ 2º A apresentação, entrega e disponibilização de quaisquer dados, documentos, estudos, levantamentos, fotos, ilustrações, figuras, tabelas, planilhas, especificações e projetos, durante o período de elaboração de estudos e no ato de entrega, implicará transferência dos direitos autorais e propriedade intelectual a eles relativos ao Ministério dos Transportes, não podendo haver nenhuma restrição de confidencialidade sobre quaisquer deles.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º serão cedidos sem ônus, encargos ou condições e poderão ser utilizados total ou parcialmente pelo Ministério dos Transportes, de acordo com sua oportunidade e conveniência, para compor outros estudos, auxiliar na formulação de editais, contratos e demais documentos afins necessários à licitação da concessão.

Art. 9º Os valores relativos aos estudos técnicos selecionados serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que efetivamente utilizados no eventual certame.

Parágrafo único. A realização, ou não, do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à realização do certame licitatório.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

## PORTARIA Nº 58, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar os estudos para a concessão das rodovias: BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153, no trecho entre União da Vitória e a divisa SC/RS; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta do Processo MT nº 50000.008070/2014-98;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006, sempre que conceder autorização para realização por particulares dos estudos técnicos de que trata o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

Considerando que o Decreto nº 5.977, de 2006, estabelece que o valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, percentual que por analogia deve ser adotado para a concessão em tela; e

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 003/2014/DECON/SFAT/MT, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, e na Nota n° 168/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJT/vtdr, aprovada pelo Despacho nº 219/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:GAB/acv, resolve:

Art. 1º Autorizar o desenvolvimento dos estudos técnicos relativos à concessão das rodovias: BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153, no trecho entre União da Vitória e a divisa SC/RS; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó), pelas seguintes empresas:

I. Camter Construções e Empreendimentos S.A.
II. Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A;
III. CCR S.A.;
IV. Concresolo Engenharia Ltda.;
V. Construtora Ferreira Guedes S.A.;
VI. Construtora Queiroz Galvão S.A. - CQG;
VII. Contern Construções e Comércio Ltda;
VIII. Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;
EGP - Empresa Global de Projetos LTDA;
X. Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP;
XI. Galvão Engenharia S.A.;
XII. Incorp - Consultoria e Assessoria Ltda.;
XIII. J. Malucelli Construtora de Obras S.A.;
XIV. Planos Engenharia S/S LTDA;
XV. Proficenter Construções LTDA;
XVI. Saitec Brasil - Serviços de Consultoria e Auditoria LTDA;

XVII. Sul Catarinense, Mineração Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda. e STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (Consórcio); e

XVIII. TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Art. 2º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º têm por escopo a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica a ser utilizado na estruturação de uma possível licitação da concessão do trecho supracitado, abrangendo de maneira geral as seguintes atividades:

I. Demanda: contagens de tráfego volumétricas e classificatórias; pesquisa de origem e destino; pesquisa de preferência declarada; projeção da demanda;

II. Engenharia: situação atual dos trechos (cadastro e levantamento das condições funcionais e estruturais dos elementos da rodovia); obras de recuperação requeridas e custos associados; obras de ampliação de capacidade e melhorias requeridas e custos associados; programas de manutenção e conservação e custos associados; programas de monitoração e custos associados;

III. Operação: equipamentos, dispositivos e sistemas requeridos para operação da via e custos associados;

IV. Meio Ambiente: estudos e relatórios ambientais;

V. Modelagem econômico-financeira: integração dos estudos de forma a estruturar os diferentes aspectos requeridos para a concessão;

VI. Apoio na elaboração de minutas de documentos: material necessário para a realização do procedimento licitatório.

Art. 3º Cumpre à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT preparar o Termo de Referência para elaboração dos estudos e disponibilizá-lo em sua página na internet.

§ 1º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º deverão contemplar minimamente as atividades estabelecidas no Termo de Referência mencionado no caput.

§ 2º A qualquer tempo o Ministério dos Transportes poderá, a seu critério, solicitar que as empresas alterem, retifiquem ou complementem seus estudos.

Art. 4º Os estudos a serem elaborados poderão considerar ainda a inclusão de contorno e variantes no escopo da concessão.

Parágrafo único. As empresas autorizadas poderão propor alterações na configuração da concessão apresentada no art. 1º, desde que a nova configuração atenda de forma mais ampla o interesse público, a critério do Ministério dos Transportes, e não contemple trechos que façam parte de concessão já existente.

Art. 5º Cumpre à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes elaborar o Termo de Autorização, na forma do art. 4º do Decreto nº 5.977, de 2006.

Art. 6º O prazo final para a elaboração e apresentação dos estudos técnicos será de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério dos Transportes, mediante decisão fundamentada.

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a apresentar à ANTT, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, sob pena de revogação da autorização, Plano de Trabalho com cronograma detalhado para elaboração dos produtos estabelecidos no referido Termo de Referência, respeitado o cumprimento do prazo indicado no caput deste artigo e dos prazos intermediários indicados no Termo de Referência.

§ 2º O Plano de Trabalho mencionado no § 1º deverá conter descrição das atividades previstas para a elaboração dos produtos estabelecidos no Termo de Referência mencionado no art. 3º, com a indicação das metodologias que serão utilizadas, bem como informações sobre a abrangência e o dimensionamento de tais atividades.

§ 3º No ato da entrega do Plano de Trabalho mencionado no § 1º, as empresas autorizadas deverão apresentar os valores para eventual ressarcimento dos estudos, bem como informações que possibilitem a análise por parte do Poder Concedente sobre o valor a ser eventualmente ressarcido.

§ 4º A Comissão de Seleção mencionada no § 1º do art. 8º deverá definir o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, considerando os valores apresentados de acordo com o § 3º, os valores referentes a projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares e a limitação imposta pelo art. 2º, § 2º, do Decreto 5.977, de 2006.

§ 5º O Termo de Autorização mencionado no art. 5º informará às empresas o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, conforme definido pela Comissão de Seleção.

§ 6º A ANTT acompanhará o andamento dos trabalhos conforme agenda de reuniões definida pela Agência, de comparecimento obrigatório pelos autorizados.

Art. 7º A presente autorização é concedida sem caráter de exclusividade e:

I. não gera direito de preferência para a outorga da concessão;

II. não obriga o Poder Público a realizar a licitação;

III. não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e

IV. é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A autorização para a realização dos estudos técnicos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa autorizada.

Art. 8º A avaliação e a seleção dos estudos técnicos de que trata a presente Portaria, a serem utilizados parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme os critérios estabelecidos no Termo de Autorização mencionado no art. 5º, que devem respeitar os critérios do Decreto nº 5.977, de 2006, naquilo que couber.

§ 1º Será constituída Comissão de Seleção, formada por membros do Ministério dos Transportes, da ANTT e da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, com o objetivo de subsidiar a decisão do Ministro dos Transportes quanto aos estudos técnicos a serem selecionados e aos valores devidos a título de ressarcimento.

§ 2º A apresentação, entrega e disponibilização de quaisquer dados, documentos, estudos, levantamentos, fotos, ilustrações, figuras, tabelas, planilhas, especificações e projetos, durante o período de elaboração de estudos e no ato de entrega, implicará transferência dos direitos autorais e propriedade intelectual a eles relativos ao Ministério dos Transportes, não podendo haver nenhuma restrição de confidencialidade sobre quaisquer deles.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º serão cedidos sem ônus, encargos ou condições e poderão ser utilizados total ou parcialmente pelo Ministério dos Transportes, de acordo com sua oportunidade e conveniência, para compor outros estudos, auxiliar na formulação de editais, contratos e demais documentos afins necessários à licitação da concessão.

Art. 9º Os valores relativos aos estudos técnicos selecionados serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que efetivamente utilizados no eventual certame.

Parágrafo único. A realização, ou não, do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à realização do certame licitatório.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

## PORTARIA Nº 59, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar os estudos para a concessão da BR-364/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060 (A) (Jataí) até o entroncamento com a BR-153(A)/262(A) (Comendador Gomes).

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta do Processo MT nº 50000.008071/2014-32;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006, sempre que conceder autorização para realização por particulares dos estudos técnicos de que trata o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

Considerando que o Decreto nº 5.977, de 2006, estabelece que o valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, percentual que por analogia deve ser adotado para a concessão em tela; e

Considerando o disposto na Nota Técnica nº 004/2014/DECON/SFAT/MT, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, e na Nota n° 169/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJT/vtdr, aprovada pelo Despacho nº 220/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:GAB/acv, resolve:

Art. 1º Autorizar o desenvolvimento dos estudos técnicos relativos à concessão da BR-364/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060 (A) (Jataí) até o entroncamento com a BR-153(A)/262(A) (Comendador Gomes), pelas seguintes empresas:

I. Camter Construções e Empreendimentos S.A.

II. Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A;

III. CCR S.A.;

IV. Cetenco Engenharia S.A.;

V. Construtora Ferreira Guedes S.A.;

VI. Construtora Queiroz Galvão S.A. - CQG;

VII. Contern Construções e Comércio Ltda;

VIII. Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;

IX. EGP - Empresa Global de Projetos LTDA;

X. Encalso Construções Ltda.;

XI. Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP;

XII. Galvão Engenharia S.A.;

XIII. Incorp - Consultoria e Assessoria Ltda.;

XIV. Odebrecht Transport S.A.;

XV. Planos Engenharia S/S LTDA;

XVI. Proficenter Construções LTDA;

XVII. Saitec Brasil - Serviços de Consultoria e Auditoria LTDA;

XVIII. Sul Catarinense, Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda. e STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (Consórcio); e

Art. 2º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º têm por escopo a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica a ser utilizado na estruturação de uma possível licitação da concessão do trecho supracitado, abrangendo de maneira geral as seguintes atividades:

I. Demanda: contagens de tráfego volumétricas e classificatórias; pesquisa de origem e destino; pesquisa de preferência declarada; projeção da demanda;

II. Engenharia: situação atual dos trechos (cadastro e levantamento das condições funcionais e estruturais dos elementos da rodovia); obras de recuperação requeridas e custos associados; obras de ampliação de capacidade e melhorias requeridas e custos associados; programas de manutenção e conservação e custos associados; programas de monitoração e custos associados;

III. Operação: equipamentos, dispositivos e sistemas requeridos para operação da via e custos associados;

IV. Meio Ambiente: estudos e relatórios ambientais;

V. Modelagem econômico-financeira: integração dos estudos de forma a estruturar os diferentes aspectos requeridos para a concessão;

VI. Apoio na elaboração de minutas de documentos: material necessário para a realização do procedimento licitatório.

Art. 3º Cumpre à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT preparar o Termo de Referência para elaboração dos estudos e disponibilizá-lo em sua página na internet.

§ 1º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º deverão contemplar minimamente as atividades estabelecidas no Termo de Referência mencionado no caput.

§ 2º A qualquer tempo o Ministério dos Transportes poderá, a seu critério, solicitar que as empresas alterem, retifiquem ou complementem seus estudos.

Art. 4º Os estudos a serem elaborados poderão considerar ainda a inclusão de contornos e variantes no escopo da concessão.

Parágrafo único. As empresas autorizadas poderão propor alterações na configuração da concessão apresentada no art. 1º, desde que a nova configuração atenda de forma mais ampla o interesse público, a critério do Ministério dos Transportes, e não contemple trechos que façam parte de concessão já existente.

Art. 5º Cumpre à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes elaborar o Termo de Autorização, na forma do art. 4º do Decreto nº 5.977, de 2006.

Art. 6º O prazo final para a elaboração e apresentação dos estudos técnicos será de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério dos Transportes, mediante decisão fundamentada.

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a apresentar à ANTT, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, sob pena de revogação da autorização, Plano de Trabalho com cronograma detalhado para elaboração dos produtos estabelecidos no referido Termo de Referência, respeitado o cumprimento do prazo indicado no caput deste artigo e dos prazos intermediários indicados no Termo de Referência.

§ 2º O Plano de Trabalho mencionado no § 1º deverá conter descrição das atividades previstas para a elaboração dos produtos estabelecidos no Termo de Referência mencionado no art. 3º, com a indicação das metodologias que serão utilizadas, bem como informações sobre a abrangência e o dimensionamento de tais atividades.

§ 3º No ato da entrega do Plano de Trabalho mencionado no § 1º, as empresas autorizadas deverão apresentar os valores para eventual ressarcimento dos estudos, bem como informações que possibilitem a análise por parte do Poder Concedente sobre o valor a ser eventualmente ressarcido.

§ 4º A Comissão de Seleção mencionada no § 1º do art. 8º deverá definir o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, considerando os valores apresentados de acordo com o § 3º, os valores referentes a projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares e a limitação imposta pelo art. 2º, § 2º, do Decreto 5.977, de 2006.

§ 5º O Termo de Autorização mencionado no art. 5º informará às empresas o valor máximo a ser ressarcido pelos estudos, conforme definido pela Comissão de Seleção.

§ 6º A ANTT acompanhará o andamento dos trabalhos conforme agenda de reuniões definida pela Agência, de comparecimento obrigatório pelos autorizados.

Art. 7º A presente autorização é concedida sem caráter de exclusividade e:

I. não gera direito de preferência para a outorga da concessão;

II. não obriga o Poder Público a realizar a licitação;

III. não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e

IV. é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A autorização para a realização dos estudos técnicos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa autorizada.

Art. 8º A avaliação e a seleção dos estudos técnicos de que trata a presente Portaria, a serem utilizados parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme os critérios estabelecidos no Termo de Autorização mencionado no art. 5º, que devem respeitar os critérios do Decreto nº 5.977, de 2006, naquilo que couber.

§ 1º Será constituída Comissão de Seleção, formada por membros do Ministério dos Transportes, da ANTT e da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, com o objetivo de subsidiar a decisão do Ministro dos Transportes quanto aos estudos técnicos a serem selecionados e aos valores devidos a título de ressarcimento.

§ 2º A apresentação, entrega e disponibilização de quaisquer dados, documentos, estudos, levantamentos, fotos, ilustrações, figuras, tabelas, planilhas, especificações e projetos, durante o período de elaboração de estudos e no ato de entrega, implicará transferência dos direitos autorais e propriedade intelectual a eles relativos ao Ministério dos Transportes, não podendo haver nenhuma restrição de confidencialidade sobre quaisquer deles.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º serão cedidos sem ônus, encargos ou condições e poderão ser utilizados total ou parcialmente pelo Ministério dos Transportes, de acordo com sua oportunidade e conveniência para compor outros estudos, auxiliar na formulação de editais, contratos e demais documentos afins necessários à licitação da concessão.

Art. 9º Os valores relativos aos estudos técnicos selecionados serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que efetivamente utilizados no eventual certame.

Parágrafo único. A realização, ou não, do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à realização do certame licitatório.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
## DIRETORIA EXECUTIVA

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera o anexo IV da Resolução DNIT n° 11, de 19/10/2004 publicada na DOU de 25/10/2004, que regulamenta o uso de rodovias federais por veículos, ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso e/ou dimensões ao limite estabelecido nas legislações vigentes, para o conjunto veículo e carga transportada, assim como por veículos especiais, fundamentado no Art. 101 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 125, inciso IV, alínea "d", do Regimento Interno deste Órgão, aprovado pela Resolução n° 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007;

CONSIDERANDO a Resolução nº 11/2004 - DNIT que regulamenta o uso de rodovias federais por veículos, ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso e/ou dimensões ao limite estabelecido nas legislações vigentes, para o conjunto veículo e carga transportada, assim como por veículos especiais, fundamentado no Art. 101 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

CONSIDERANDO o disposto nos Arts. 7º e 16 da Resolução nº 11/2004;

CONSIDERANDO reunião realizada entre a Coordenação Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT, a Polícia Rodoviária Federal - PRF, empresas transportadoras e representantes de sindicatos da área de transporte, a Universidade Federal de Santa Catarina, junto com o consórcio contratado pelo DNIT para execução de serviços de assessoramento técnico e monitoramento do desempenho, do sistema de autorização e das ações de controle e fiscalização do transporte de cargas excepcionais, em 24 de julho de 2013, com o objetivo de discutir o aprimoramento da Resolução nº 11/2004, sobre as normas para transporte de cargas indivisíveis e excedentes em rodovias federais;

CONSIDERANDO a Nota Técnica 26/2013/CGPERT/DNIT;

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo nº 50600.004049/2014-54, resolve:

Art. 1º ALTERAR o Anexo IV da Resolução DNIT n° 11, de 25 de outubro de 2004, que passa a vigorar de acordo com o Anexo desta Resolução.

Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

ANEXO

ANEXO IV
TABELA PARA DIMENSIONAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ESCOLTA
- PARA UM CONJUNTO TRANSPORTADOR -

| CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO | CARACTERÍSTICAS DAS RODOVIAS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DE PISTA SIMPLES | | | | DE PISTA DUPLA | | | |
| DIMENSÕES: EM METRO | Nº DE VEÍCULOS DE ESCOLTA | | | VELOCIDADE | Nº DE VEÍCULOS DE | | | VELOCIDADE |
| | CREDENCIADA | PRF | TOTAL | KM/H | CREDENCIADA | PRF | TOTAL | KM/H |
| Largura: | | | | | | | | |
| até 3,20 | - | - | - | 60 | - | - | - | 60 |
| de 3,21 a 3,80 | 1 | - | 1 | 40 | 1 | - | 1 | 50 |
| de 3,81 a 5,00 | 2 | - | 2 | 30 | 1 | - | 1 | 40 |
| acima de 5,00 | 1 | 1 | 2 | * | 1 | 1 | 2 | * |
| Comprimento: | | | | | | | | |
| até 25,0 | - | - | - | 60 | - | - | - | 60 |
| 25,01 até 30,00 | - | - | - | 50 | - | - | - | 60 |
| 30,01 até 35,00 | 1 | - | 1 | 50 | 1 | - | 1 | 50 |
| 35,01 até 55,00 | 2 | - | 2 | * | 1 | - | 1 | * |
| 55,01 até 75,00 | 2 | 1 | 3 | * | 2 | - | 2 | * |
| acima de 75,00 | 2 | 1 | 3 | * | 2 | 1 | 3 | * |
| Altura: | | | | | | | | |
| até 5,00 | - | - | - | 60 | - | - | - | 60 |
| 5,01 até 5,50 | 1 | - | 1 | 40 | 1 | - | 1 | 40 |
| acima de 5,50 | - | 1 | 1 | 30 | - | 1 | 1 | 30 |
| Excesso Anterior: | | | | | | | | |
| até 2,00 | - | - | - | 50 | - | - | - | 60 |
| acima de 2,00 | * | * | - | 40 | * | * | * | 40 |
| Excesso Posterior: | | | | | | | | |
| de 1,01 até 3,00 | - | - | - | 60 | - | - | - | 60 |
| acima de 3,00 | 1 | - | 1 | 40 | 1 | - | 1 | 40 |
| Peso: | | | | | | | | |
| até 100 | - | - | - | 40 | - | - | - | 50 |
| de 100 até 250 | 1 | - | 1 | * | 1 | - | 1 | * |
| acima de 250 | 1 | 1 | 2 | * | 1 | 1 | 2 | * |
| | | | | | | | | |
| OBSERVAÇÕES: | | | | | | | | |
| *: a critério do DNIT, em função das características do veículo transportador e da rodovia | | | | | | | | |
| - Para cargas de peso superior a 80 toneladas, as velocidades admissíveis variarão de 5 a 30 km/h | | | | | | | | |

### RESOLUÇÃO Nº 2, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 125, inciso IV, alínea "d", do Regimento Interno deste Órgão, aprovado pela Resolução n° 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007;

CONSIDERANDO a necessidade de expansão e de melhoria da produtividade do agronegócio nos Estados da Federação, líderes em culturas como o milho, feijão, trigo, soja e cana-de-açúcar, e já havendo no país relevante fabricação de maquinário para emprego nessas culturas;

CONSIDERANDO que a proibição de reboque, atrelado ao caminhão que transporta a máquina agrícola, implicaria na contratação de um segundo veículo para transportar o rolo da colheitadeira;

CONSIDERANDO que a proibição do transporte de duas ou mais máquinas agrícolas sob uma mesma prancha com altura superior a 4,40m implicaria na contratação de um segundo veículo para efetuar o transporte, aumentando assim o volume de veículos de carga nas rodovias federais;

CONSIDERANDO o artigo 18 § 1º da Resolução nº 11, de 25 de outubro de 2004, do DNIT.

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo nº 50600.004049/2014-54, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o trânsito em rodovias federais, do amanhecer ao pôr do sol, de reboque atrelado ao caminhão e o transporte de duas ou mais máquinas agrícolas com altura superior a 4,40m em uma Combinação Veicular de Carga - CVC do tipo cavalo trator com semirreboque prancha.

Art. 2º Deverão ser observadas as seguintes regras para as concessão das licenças.

I.Sobre o preenchimento do campo "carga" no formulário da solicitação de emissão de Autorização Especial de Trânsito - AET:

a)Conjunto Veicular caracterizado por caminhão atrelado a reboque, discriminado como máquina agrícola;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b)Conjunto Veicular de Carga (CVC) caracterizado por cavalo trator mais semirreboque prancha, discriminado como máquinas agrícolas;

II.O transporte qualificado no caput do artigo 1º está autorizado a transitar em todo o território nacional, nas rodovias federais e nas operadas sob regime de concessão ou delegação, atendendo-se às disposições dos respectivos contratos de concessão ou convênios de delegação.

III.As combinações de veículos de que trata esta Portaria, a AET será fornecida com prazo de validade de 02 (dois) meses;

IV.Deverão ser respeitados os limites máximos dos conjuntos para obtenção da AET:

a)Altura total de 4,95m,

b)Largura total de 3,20m,

c)Comprimento total de 25,00m,

d)Peso Bruto Total Combinação (PBTC) de até 57,0T.

V.O acoplamento do caminhão ao reboque consistirá por engate automático, reforçado com correntes ou cabos de aço de segurança quando se tratar de configuração veicular de caminhão atrelado a reboque;

§1º Aos veículos de que trata este artigo, não serão tolerados excessos traseiros além da carroceria.

§2º Os conjuntos transportadores serão sinalizados com placa traseira especial de advertência, conforme os critérios e especificações constantes da Resolução nº 603/82 do CONTRAN e seus Anexos I, II e III, e na forma do Anexo II da Resolução nº 11, de 25 de outubro de 2004.

§3º A AET referente ao transporte de máquina agrícola, respeitadas as condições desta Resolução, será fornecida para apenas um conjunto veicular.

Art. 3º Será concedida AET exclusivamente para as combinações veiculares em observância aos preceitos do art. 2º que já estiverem em circulação na data de publicação desta Resolução.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

# Conselho Nacional do Ministério Público

## PLENÁRIO

### DECISÕES DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

PROCESSO:PCA 0.00.000.001784/2013-16
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: FRANCISCO TEIXEIRA DE SOUSA JÚNIOR
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DECISÃO

(...)Diante da ausência de atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 36 do RICNMP, por parte do requerente, determino o arquivamento deste Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001784/2013-16, com fulcro no art. 43, IX, "a", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PP 0.00.000.001802/2013-60
RELATOR: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
REQUERENTE: Baeta Nugas
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
DECISÃO

(...)Diante da ausência de atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 36 do RICNMP, por parte do requerente, determino o arquivamento deste Pedido de Providências nº 0.00.000.001802/2013-60, com fulcro no art. 43, IX, "a", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001288/2013-62
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: CONSTRUTORA SOL LTDA.
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO
DECISÃO

(...)Ante o exposto, constatado o efetivo pagamento dos valores controversos indicados na inicial, bem como a manifesta falta de interesse do requerente em prosseguir com a ação, determino o arquivamento deste Pedido de Providências nº 0.00.000.001288/2013-62, com fundamento no art. 43, IX, "b", do RICNMP, seja pela perda de seu objeto, seja pela falta de interesse do requerente.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.001806/2013-48
RELATOR: JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
REQUERENTE: FLÁVIO LIMA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DECISÃO

(....) Destarte, ante a inexistência de inércia ou morosidade por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, DETERMINO o arquivamento da presente representação por inércia ou por excesso de prazo, com esteio no art. 43, IX, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Conselheiro-Relator

### DECISÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.001661/2013-85
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: HARLEN ALMEIDA BARRETO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
DECISÃO

(...) Por todo o exposto, considerando que a matéria em exame encontra-se judicializada e que as providências relativas à adequação dos descontos na remuneração do autor foram realizadas pela Administração do MPM, em cumprimento à Portaria PGR/MPU nº 672/2002, determino o arquivamento do feito, por perda do objeto e falta de interesse a ser tutelado no caso em tela, a teor do art. 43, IX, "b", do Regimento Interno do CNMP.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.000370/2014-51
RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Vinícius Xavier Teixeira
REQUERIDO:Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba
DECISÃO LIMINAR

(...)Por estas razões, após acurada leitura dos fatos narrados nos autos, entendo, em juízo de cognição sumária, não estar presente o requisito da relevante plausibilidade jurídica do pedido do autor, razão pela qual INDEFIRO A LIMINAR requestada em exordial. (...)

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro-Relator

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### DECISÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001003/2013-93
RECLAMANTE: MÁRIO SÉRGIO PEREIRA RAMOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls.113/119, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001312/2013-63
RECLAMANTE: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Decisão: (...)

Diante do exposto, sugiro, com base nos arts. 77, I, e 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar.

Brasília, 5 de fevereiro de 2014
ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001413/2009-58
RECLAMANTES: RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM E ANTÔNIO FERNANDO GUIMARÃES
RECLAMADOS: MEMBRO E SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (...)

ANTE O EXPOSTO, seja pela inexistência de ato ilícito praticado pelo 2º reclamado, pela ausência de prejuízos decorrentes das irregularidades formais praticadas pelo 1º reclamado ou pela ocorrência da prescrição quanto a esses fatos, seja pela atuação suficiente dos Órgãos Disciplinares de origem, os quais, s.m.j., deram solução adequada ao caso, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação Disciplinar.

Brasília, 6 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000035/2014-52
RECLAMANTE: CHRISTINA VARELLA CONCEIÇÃO VIEIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (...)

Diante do exposto, ante a inexistência dos requisitos formais para o recebimento da presente reclamação disciplinar, opino pelo indeferimento liminar do pedido, na forma do artigo 75 do RICNMP, com o consequente arquivamento dos autos, dando-se ciência ao Plenário e à reclamante (art. 76, parágrafo único).

Brasília, 12 de fevereiro de 2014
ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 07/08, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o indeferimento liminar do presente feito, com fulcro no artigo 75, caput, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário e à reclamante, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000053/2013-53
RECLAMANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (...)

ANTE O EXPOSTO, inexistente qualquer prática de falta funcional por parte dos reclamados, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação Disciplinar.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000663/2013-57
RECLAMANTE: CERMELIA ERMALIA NOGUEIRA DE CARVALHO DE MELLO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
Decisão: (...)
Assim, à luz do exposto, nos termos do art. 79, inciso II, e art. 77, inciso I, ambos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar n. 663/2013-57.

Brasília, 26 de novembro de 2013
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 10/11, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro nos artigos 79, inciso II e 77, inciso I, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000880/2008-80
RECLAMANTE: ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE COMBATE AO CÂNCER - HOSPITAL SÃO MARCOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Decisão: (...)
ANTE O EXPOSTO, quer pela inexistência de qualquer prática de falta funcional ou desvio de conduta por parte do integrante do Ministério Público do Estado do Piauí, quer pela ocorrência da prescrição e pela atuação suficiente do Órgão Disciplinar de origem, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação Disciplinar.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000032/2014-19
RECLAMANTE: ANÔNIMO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
Decisão: (...)
Diante do exposto, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento de plano da reclamação disciplinar, nos termos do art. 76, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 22 de janeiro de 2014
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razão de decidir, para determinar o arquivamento de plano da reclamação disciplinar.

Brasília, 20 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000458/2013-91
RECLAMANTE: EDILSON SILVA OLIVEIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Decisão: (...)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 228/230, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000063/2014-70
RECLAMANTE: MARCELO AUGUSTO RAMOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (...)
Como se trata de relato desprovido de quaisquer documentos ou elementos informativos suficientes para a instauração de ofício de procedimento investigatório e que, pela mesma razaão, não há como se exigir tal medida do Órgão Correcional de origem, sugere-se o indeferimento liminar do pedido, na forma do artigo 75 do RICNMP, com o consequente arquivamento dos autos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000666/2013-91
RECLAMANTE: VINICIUS BARBOSA DAMASCENO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
Decisão: (...)
Diante do exposto, com fundamento no art. 79, inciso II, c/c art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da reclamação disciplinar n. 666/2013-91.

Brasília, 16 de janeiro de 2014
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razão de decidir, para determinar o arquivamento da reclamação disciplinar, nos termos do art. 79, inciso II, c/c art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000726/2012-94
RECLAMANTE: CORNÉLIO CÉZAR KEMP MARCONDES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (...)
ANTE O EXPOSTO, inexistente qualquer prática de falta funcional por parte do Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, que agiu nos limites de suas atribuições e da sua independência funcional, bem assim pela atuação suficiente do Órgão Disciplinar de origem, impossível de ser alterada mesmo considerando o documento juntado nestes autos posteriormente, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação Disciplinar.

Brasília, 17 de dezembro de 2013
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000865/2012-18
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADOS: SEVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (...)
Por tais razões, sugiro o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, com supedâneo no art. 43, IX, "c", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 23 de janeiro de 2014
ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001137/2011-42
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Decisão: (...)
Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a Reclamação Disciplinar, na forma do inciso I do artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que ocorreu a sua perda do objeto pela apuração efetuada nas Sindicâncias nº 0.00.000.000379/2012-08 e nº 0.00.000.0000437/2013-76 deste CNMP.

Brasília, 30 de outubro de 2013
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 739/744, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 22 DE JANEIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001537/2012-39
RECLAMANTE: FÓRUM NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL - FNCCE
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS
Decisão: (...)
Diante do exposto, com fundamento no art. 79, inciso II, c/c art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da reclamação disciplinar n. 1537/2012-39.

Brasília, 13 de janeiro de 2014
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional, realizado às fls. retro, para determinar o arquivamento da reclamação disciplinar.

Brasília, 22 de janeiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**DECISÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001740/2013-96

RECLAMANTE: CLÁUDIO DIAS SANTIAGO

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: (...)

Assim, nos termos do art. 75, caput, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo indeferimento liminar da reclamação disciplinar.

Brasília, 28 de janeiro de 2014
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado e o adoto como razão de decidir, para, nos termos do art. 75, 'caput', do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, indeferir liminarmente a reclamação disciplinar.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000037/2012-80

RECLAMANTE: LUPERCINO NOGUEIRA - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

RECLAMADOS: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Decisão: (...)

Assim, nos termos do art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar 37/2012-80.

Brasília, 4 de dezembro de 2013
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1579/1582, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c os artigos 77, I, e 43, IX, e, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, aos reclamados e à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2014
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público em substituição

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000065/2014-69

RECLAMANTE: SEVERINO DOS RAMOS DIAS

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Decisão: (...)

Como se trata de relato desprovido de quaisquer documentos ou elementos informativos suficientes para a instauração de ofício de procedimento investigatório e que, pela mesma razaão, não há como se exigir tal medida do Órgão Correcional de origem, sugere-se o indeferimento liminar do pedido, na forma do artigo 75 do RICNMP, com o consequente arquivamento dos autos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000995/2013-31

RECLAMANTE: ANA LETÍCIA PENNA PARRACHO

RECLAMADOS: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: (...)

Diante do exposto, com fundamento no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da reclamação disciplinar n. 995/2013-31.

Brasília, 11 de dezembro de 2013
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 221/223, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e à reclamante, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001539/2012-28

RECLAMANTE: TOMÉ JURANDIR DE SOUSA

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: (...)

Diante do exposto, nos termos do art. 79, inciso II, c/c art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, manifesta-se este membro auxiliar da Corregedoria Nacional pelo arquivamento da reclamação disciplinar.

Brasília, 29 de janeiro de 2014
MÁRIO HENRIQUE CARDOSO CAIXETA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado e o adoto como razão de decidir, para determinar, nos termos do art. 79, inciso II, c/c art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento da reclamação disciplinar.

Brasília, 6 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000361/2012-06

RECLAMANTES: ALEXSANDRO FERNANDES DA SILVA E OUTROS

RECLAMADO: SEVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Decisão: (...)

Por todo o exposto, sugiro o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, com supedâneo no art. 43, IX, "c" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 8 de outubro de 2013
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 638/641, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro nos artigos 130-A, § 2º, da CF e 43, IX, "c", do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, ao órgão disciplinar de origem, aos reclamantes e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000067/2014-58

RECLAMANTE: VERA MAGALHÃES

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: (...)

Como se trata de relato desprovido de quaisquer documentos ou elementos informativos suficientes para a instauração de ofício de procedimento investigatório e que, pela mesma razaão, não há como se exigir tal medida do Órgão Correcional de origem, sugere-se o indeferimento liminar do pedido, na forma do artigo 75 do RICNMP, com o consequente arquivamento dos autos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001476/2012-18

RECLAMANTE: EDSON BASSO

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Pelas razões acima declinadas, julgo suficiente a atuação correcional empreendida pela instância local e sugiro o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, ante a inexistência de substrato fático hábil a evidenciar a prática de falta funcional.

Brasília, 29 de outubro de 2013
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 133/136, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000683/2012-47

RECLAMANTE: RICARDO DE OLIVEIRA MENDES

RECLAMADOS: SERVIDOR E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: (...)

ANTE O EXPOSTO, inexistente qualquer prática de falta funcional por parte dos integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que agiram nos limites de suas atribuições e da sua independência funcional, bem assim pela atuação suficiente do Órgão Disciplinar de origem, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação Disciplinar.

Brasília, 11 de dezembro de 2013
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÕES DISCIPLINARES Nº 0.00.000.000757/2012-45 E 0.00.000.001160/2012-18

RECLAMANTES: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: (...)

Diante do exposto, sugiro, com base no art. 77, I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento das Reclamações Disciplinares nºs 0.00.000.000757/2012-45 e 0.00.000.001160/2012-18 em face da Reclamada, por entender suficiente e adequada a atuação da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia nos autos do Processo Administrativo Sumário nº 134093/2012, que culminou na aplicação da sanção de advertência à Reclamada (art. 211, I, e 212, da Lei Complementar nº 11/1996), vez que foram observadas as circunstâncias do caso e atendidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na dosimetria da pena.

Brasília, 15 de janeiro de 2014
ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000354/2013-87

RECLAMANTE: WESLEY NASCIMENTO E SILVA

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Do exposto, opino pelo arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, nos termos do inciso I do artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista que o fato não constitui infração disciplinar ou ilícito penal..

Brasília, 27 de novembro de 2013
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 71/74, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000725/2013-21

RECLAMANTE: SER GLASS VIDROS BLINDADOS

RECLAMADOS: MEMBRO E SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Pelo exposto, sugiro, com base no art. 77, I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014
ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 496/501, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001700/2010-00

RECLAMANTE: VALMIRA MOURA MARQUES

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Decisão: (...)

Nesse contexto, sugere-se a Vossa Excelência que, revogando a decisão de fl. 438, determine, diante da ocorrência da prescrição do ilícito funcional em 16 de agosto de 2012, o arquivamento da presente reclamação disciplinar, evitando, por consequência, a aforamento do pedido de Revisão de PAD sem interesse, com as comunicações necessárias.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
HUMBERTO EDUARDO PUCINELLI
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Diante da falta de interesse na propositura do pedido de revisão de processo administrativo disciplinar, decorrente da prescrição administrativa operada em 16 de agosto de 2012, acolho o parecer de fl. 439/441, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para reconsiderar a decisão de fl. 438, tornar sem efeito as determinações dela constantes e determinar o arquivamento da reclamação disciplinar, conforme artigo 77, inciso I, do RICNMP.

Intimem-se os interessados, a Procuradoria-Geral de Justiça e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, nos termos regimentais.

Publique-se, registre-se, e cumpra-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001375/2012-39

RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Decisão: (...)

Do exposto, sugiro :

a) a retificação da autuação e dos demais registros eletrônicos, haja vista que, como exposto, este procedimento é da classe processual Correição e não Reclamação Disciplinar;

b) a recomendação à Corregedoria do Ministério Público do estado do Piauí para promova correições periódicas nas Promotorias de Justiça, na forma do disposto na Resolução nº 43/2009 do CNMP; e

c) o arquivamento do presente procedimento pela ausência atual de fato determinado que justifique a realização de correição em Promotoria de Justiça do MP/PI pela Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 69 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 87/91, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar:

a) a retificação da autuação e dos demais registros eletrônicos, haja vista que este procedimento é da classe processual Correição e não Reclamação Disciplinar;

b) a recomendação à Corregedoria do Ministério Público do estado do Piauí para promova correições periódicas nas Promotorias de Justiça, na forma do disposto na Resolução nº 43/2009 do CNMP; e

c) o arquivamento do presente procedimento pela ausência atual de fato determinado que justifique a realização de correição em Promotoria de Justiça do MP/PI pela Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 69 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Oficie-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

**DECISÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014**

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000778/2013-41

RECLAMANTES: FABRICIA CORREA DOS SANTOS E OUTROS

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: (...)

Ante o exposto, não havendo a constatação da prática de falta funcional por integrante do Ministério Público do Estado do Pará, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar, dada a atuação suficiente do órgão disciplinar de origem.

Outrossim, cumpre ponderar, com fundamento no artigo 18, inciso X, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), a necessidade da expedição de recomendação orientadora ao reclamado, a fim de que promova o rigoroso acompanhamento da investigação decorrente do pronunciamento exarado pela Promotora de Justiça Amanda Luciana Sales Lobato, em 29 de agosto de 2012, nos autos do inquérito policial nº 0001309.60.2012.814.0005 (fl. 74/75).

Brasília, 28 de outubro de 2013
HUMBERTO EDUARDO PUCINELLI
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 40/43, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 80, parágrafo único, do RICNMP.

Recomendo ao reclamado que promova o rigoroso acompanhamento da investigação relativo ao pronunciamento exarado pela Promotora de Justiça Amanda Luciana Sales Lobato em 29 de agosto de 2012, nos autos do inquérito policial nº 0001309.60.2012.814.0005.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, aos reclamantes e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**PORTARIA Nº 49, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000042.2014.01.006/3-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à rescisão do contrato de trabalho e outros direitos trabalhistas.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000042.2014.01.006/3-604, em face da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL - EDURSAN, inscrita no CNPJ sob o nº 09.191.692/0001-77, localizada na Rua Sá Carvalho, 686, térreo, Brasilândia, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araújo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

**PORTARIA Nº 50, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000087.2014.01.006/2-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à rescisão do contrato de trabalho e outros direitos trabalhistas.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000087.2014.01.006/2-604, em face da empresa PREDIALLE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 12.506.982/0001-77, localizada na Av. 22 de Maio, 5299 sala 108, Centro, Itaboraí/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araújo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

**PORTARIA Nº 51, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000089.2014.01.006/7-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao meio ambiente do trabalho, jornada e outros direitos trabalhistas.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000089.2014.01.006/7-604, em face da empresa HOTÉIS OTHON S/A. inscrita no CNPJ sob o nº 33.200.049/0001-47, localizada na Rua Teófilo Otoni, 15, sala 1204, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araújo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

**PORTARIA Nº 52, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000048.2014.01.006/7-604, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao meio ambiente do trabalho

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000048.2014.01.006/7-604, em face da empresa LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA GOLONI S/A. inscrita no CNPJ sob o nº 33.200.049/0001-47, localizada na Rua Yolanda Saad Abuzaid, 150, sobreloja 221, Alcântara, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araújo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 211, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.° 000012.2014.20.001/1
REPRESENTADO: SUPERMERCADO MESSIAS PEIXOTO LTDA
TEMA(s): 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.04. Férias

O Ministério Público do Trabalho, pelo PROCURADOR DO TRABALHO subscrito, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.04. Férias, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

### PORTARIA Nº 212, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.° 000016.2014.20.001/0
REPRESENTADO: VAGNER
TEMA(s): 07.04.07. Outras Formas de Trabalho Proibido ou Protegido (campo de especificação obrigatória)

O Ministério Público do Trabalho, pelo PROCURADOR DO TRABALHO subscrito, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.04.07. Outras Formas de Trabalho Proibido ou Protegido (campo de especificação obrigatória), resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

### PORTARIA Nº 213, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.° 000009.2014.20.001/1
REPRESENTADO: ARENA-COMÉRCIO DE TELEFONE E INFORMÁTICA LTDA - ME
TEMA(s): 06.01.01. Assédio Moral, 09.02.01. Desvio de Função, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento

O Ministério Público do Trabalho, pelo PROCURADOR DO TRABALHO subscrito, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 06.01.01. Assédio Moral, 09.02.01. Desvio de Função, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
## PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

### DECISÕES DO PROCURADOR-GERAL

PROTOCOLO 1897/2013/PGJM
PEÇA DE INFORMAÇÃO 93-79.2012.1105
PJM RIO DE JANEIRO/RJ - 5º OFÍCIO
EMENTA. NOTÍCIA DE CONDIÇÕES INSALUBRES EM XADREZ DE OM. ENVIO DE DADOS ATUALIZADOS. IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES DA CARCERAGEM. ARQUIVAMENTO.

Notícia de condições insalubres nas instalações do xadrez do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda/RJ. Inspeções realizadas periodicamente pelos representantes do MPM. Informação atualizada no sentido de terem sido implementadas diversas melhorias nas instalações da carceragem, como a instalação de ventilador, televisão, beliches e novos vasos sanitários, bem como realizadas obras no sistema de esgoto. Comprovação da nova situação mediante fotografias. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2014.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 254/2014/PGJM
NOTÍCIA DE FATO (PI)
EMENTA. ARQUIVAMENTO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE FATOS OU PROVAS NOVAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

Supostas arbitrariedades cometidas em desfavor de Subtenente de Saúde do Exército. Transferência por necessidade de serviço supostamente não comprovada. Matéria administrativa. Arquivamento. Impugnação da decisão. Ausência de fatos ou provas novas. O PGJM manteve a decisão impugnada.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2014.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

### ATA DA 322ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. Mário Sérgio Marques Soares (Membro) e Dra. Anete Vasconcelos de Borborema (Membro). Presentes também o Dr. Edmar Jorge de Almeida - Subprocurador-Geral da Justiça Militar, e os novos Membros aprovados no 11º Concurso de Promotor de Justiça Miliar: Dr. Jorge Augusto Caetano de Farias - PJM Fortaleza; Dra. Andréa Helena Blumm Ferreira - PJM Rio de Janeiro - 4º Ofício; Dr. Maurício Saliba Alves Branco - PJM Rio de Janeiro - 4º Ofício; Dra. Caroline de Paula Oliveira Piloni - PJM Campo Grande; Dra. Giselle Carvalho Pereira Coelho - PJM Recife; Dr. Cícero Robson Coimbra Neves - PJM Bagé; Dr. Mario André da Silva Porto - PJM Fortaleza; Dr. Rodrigo Ladeira de Oliveira - PJM Belém; Dra. Anna Beatriz Luz Podcameni - PJM Belém; Dr. Nelson Lacava Filho - PJM de Manaus; Dr. Luiz Felipe Carvalho Silva - PJM Manaus; Dr. Márcio Pereira da Silva; Dr. Fernando Hugo Miranda Teles e Dra. Karollyne Dias Gondim Neo. Aberta a Reunião às 14h15. O Coordenador agradeceu a presença de todos. Em seguida, saudou os Promotores de Justiça Militar empossados em 26 de novembro de 2013, os quais compareceram à Sessão no contexto de atividade do Curso de Ingresso e Vitaliciamento - CIV da Escola Superior do Ministério Público da União.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Peça de Informação - Representação 00021-55.2013.1601. (MPM 1898/2013).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Representação de civil. Suposta ocorrência de agressão em área jurisdicionada à Marinha do Brasil. Comunidade autointitulada "Quilombo Rio dos Macacos" (Simões Filho, Bahia). Matéria objeto de Inquéritos e Investigações Diretas instaurados pela autoridade militar e MPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.2. Processo: Peça de Informação - Expediente 0000025-64.2010.1301. (MPM 1838/2013).
Origem: PJM Porto Alegre/RS.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de supostas irregularidades no pagamento de serviços de anestesiologia aos conveniados do FUSEx. Diligências. Inexistência de indícios de crime militar passíveis de persecução. Não caracterização de prejuízo à União. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Peça de Informação 0000034-33.2013.1105. (MPM 2157/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 4º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Associação de Moradores solicita intervenção do Ministério Público Militar para solucionar problemas do bairro. Suposto uso de terreno jurisdicionado à Administração Militar para prática de ilícitos civis: depósito de lixo, desmanche de veículos, tráfego de pessoas suspeitas e presença de usuários de drogas. Diligências. Ausência da prática de crime militar. Providências adotadas pela autoridade militar para delimitação e proteção do terreno. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000021-10.2013.2102. (MPM 2102/2013).
Origem: PJM Brasília - 1º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de informação. Representação de Sargento Reformado do Exército. Queixa contra atendimento de saúde (home care). Falta de comparecimento para prestar declarações na PJM. Desistência. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5 Processo: Peça de Informação - Expediente 0000012-32.2013.1303. (MPM 1925/2013).
Origem: PJM Santa Maria/RS.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Cópia de autos de processo crime. Militar condenado por delito de natureza sexual do Código Penal Brasileiro. Inexistência de crime de competência da Justiça Militar da União. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento. Remessa de cópia do Relatório e do Voto à Autoridade Militar competente, para providências que entender cabíveis quanto à condição de servidor militar, em especial no que se refere ao artigo 125, inciso I, do Estatuto dos Militares.

1.6. Processo: Peça de Informação 0000064-45.2012.1105. (MPM 2160/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia anônima. Relato de descumprimento de norma referente à movimentação de Praças da Marinha. Matéria administrativa sob a esfera da Justiça Federal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Peça de Informação - Representação 0000018-08.2013.1601. (MPM 2382/2013).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Representação de ex-Soldado do Exército. Licenciamento indevido e injúria de superior hierárquico. Matéria do âmbito administrativo. Não configuração de crime na admoestação pública do superior. Ausência de animus injuriandi ou difamandi. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Peça de Informação - Representação 0000009-43.2013.1801. (MPM 1957/2013).
Origem: PJM Belém/PA.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Representação de suposta irregularidade no licenciamento de militar da Força Aérea Brasileira. Diligências. Ausência de desrespeito ao princípio da publicidade dos atos Administrativos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Peça de Informação 0000028-64.2013.2001. (MPM 2175/2013).
Origem: PJM Fortaleza/CE.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Cópia de documentação referente a procedimento administrativo. Pedido para cancelar imposição de sanção disciplinar. Questão estritamente administrativa. Não ocorrência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Peça de Informação 0000026-65.2013.2001. (MPM 2582/2013).
Origem: PJM Fortaleza/CE.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Representação de civil. Inconformismo contra decisão de Junta Militar de Saúde. Matéria do âmbito administrativo. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Peça de Informação - Notícia-Crime 0000030-35.2013.1105. (MPM 1960/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de dependência química e suposta perseguição de militar aos subordinados. Ausência de conjunto probatório. Improcedência . Arquivamento homologado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Peça de Informação - Representação 0000025-89.2013.1201. (MPM 2222/2013).
Origem: PJM São Paulo - 1º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Representação. E-mail anônimo. Narrativa de suposta perseguição envolvendo pessoas do círculo familiar, diversas autoridades e órgãos públicos. Relato incompreensível. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Peça de Informação - Representação 0000025-86.2013.1202. (MPM 2649/2013).
Origem: PJM São Paulo - 2º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Remessa de cópia de sentença da Justiça Federal pela Advocacia-Geral da União. Envolvimento de ex-militar com uso de entorpecente. Impossibilidade de persecução penal em face da ausência de materialidade, por falta de apreensão da droga. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Peça de Informação 0000008-58.2013.1101. (MPM 1983/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Suposto crime de ameaça e posse de arma de fogo. Declínio de atribuição do MP Estadual para o MPM. Fatos objeto de ação penal militar na Justiça Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Peça de Informação - Representação 0000026-04.2013.1601. (MPM 2231/2013).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Representação encaminhada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Militar. Suposta prática de atos discriminatórios e perseguição contra militar. Ausência de provas. Improcedência. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Peça de Informação - Notícia Crime 0000016-48.2013.1103. (MPM 2458/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 3º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Fato delituoso atribuído à Policial Militar. Declínio de Atribuições do 3º Ofício da PJM/RJ. Homologado o declínio de atribuição. Remessa dos autos de investigação direta ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o declínio de atribuição, considerando o envolvimento de Policiais Militares, e remessa dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às 16h20. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador da CCR

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

# Tribunal de Contas da União

## PLENÁRIO

### ATA Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Augusto Nardes

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 12 horas, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 5, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 19 de fevereiro (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

Foram transferidos da pauta da sessão ordinária realizada nesta data os processos nºs:

TC-000.800/2014-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler; e

TC-009.671/2013-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS TRANSFERIDOS PARA A PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

Foram transferidos para a pauta da sessão ordinária realizada nesta data os processos nºs TC-001.477/2014-5, TC-014.047/2012-8, TC-016.350/2012-0 e TC-022.960/2012-0, cujo relator é o Ministro José Jorge.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos nºs:

TC-009.671/2013-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro; e

TC-000.519/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou a relação de processos apresentada pelo relator e proferiu o seguinte acórdão:

Acórdão nº 463, adotado no processo nº TC-023.242/2013-2 constante da Relação nº6 do Ministro Valmir Campelo;

Acórdão nº 464, adotado no processo nº TC-034.068/2013-9, constante da Relação nº 9 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 465, adotado no processo nº TC-024.925/2013-6, constante da Relação nº 8 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 466, adotado no processo nº TC-033.317/2013-5, constante da Relação nº 9 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 467, adotado no processo nº TC-032.44/2012-6, constante da Relação nº 6 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 468, adotado no processo nº TC-020.609/2004-9, constante da Relação nº 10 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 469, adotado no processo nº TC-030.649/2013-7, constante da Relação nº 3 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira; e

Acórdão nº 470, adotado no processo nº TC-026.59/2013-4, constante da Relação nº 4 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 471, adotado no processo nº TC-028.707/2013-3, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo;

Acórdão nº 472, adotado no processo nº TC-002.866/2013-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 473, adotado no processo nº TC-000.800/2014-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 474, adotado no processo nº TC-028.071/2013-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler; e

Acórdão nº 475, adotado no processo nº TC-043.769/2012-8, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 465, 469, 472 e 474, a seguir transcritos.

Os Acórdãos nºs 472 e 474, apreciados de forma unitária, constam também do Anexo I desta Ata. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

RELAÇÃO Nº 8/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 465/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante o cancelamento, noticiado pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, da Concorrência 001/2013, promovida pelo Consórcio Público Centro Sul 1, constituído pelos municípios de Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Queimados e Japeri, tendo por objeto a contratação de serviços de manejo de resíduos sólidos, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, 169, inciso V, e 235 do Regimento Interno, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a denúncia adiante relacionada e em determinar seu consequente arquivamento, de acordo com o parecer da Secex-RJ, bem como em adotar as medidas adiante indicadas:

1. Processo TC-024.925/2013-6 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde; Governo do Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secex-RJ que avalie, sob os critérios de oportunidade, materialidade e risco, levando em conta os elementos constantes deste processo, a conveniência de realizar trabalho de fiscalização envolvendo a execução do Convênio 1.872/2007, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, destinado à implantação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Paracambi;

1.7.2. encaminhar cópia da peça de denúncia e deste acórdão ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para adoção das medidas que entender pertinentes, e à Secex-Saúde, para conhecimento;

1.7.3. retirar a chancela de sigilo dos autos;

1.7.4. dar ciência desta deliberação ao denunciante.

Ata n° 6/2014 - Plenário
Data da Sessão: 26/2/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado

RELAÇÃO Nº 3/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 469/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, 234 e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-030.649/2013-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 6/2014 - Plenário
Data da Sessão: 26/2/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 472/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.866/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1 Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento (SecobEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273) e outros (peça 53).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos com atributos de Solicitação do Congresso Nacional, autuados em cumprimento à determinação veiculada no subitem 9.3.2 do Acórdão 3.267/2012-TCU-Plenário, para a apuração dos fatos noticiados na reportagem do jornal "Folha de São Paulo", edição 9/2/12, quanto à regularidade e à economicidade da decisão da Petrobrás S.A. de não retirar o equipamento de perfuração de túneis (tuneladora) na conclusão das obras de construção do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté/SP (Gastau).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de caráter reservado do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 25 da Lei 12.527/2011 e dos arts. 5º, §4º, e 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução-TCU 254/2013, conferir caráter sigiloso às peças 22, 27, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44 e 49 destes autos, bem como ao Relatório que integra este Acórdão, por conterem informações cuja divulgação pode causar prejuízos ao direito de sigilo comercial e à estratégia de negócios da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2 considerar atendida a determinação descrita no subitem 9.3.2 do Acórdão 3.267/2012-TCU-Plenário, consignando que, na extensão das apurações realizadas por este Tribunal, não se confirmam as alegações de irregularidade ou de antieconomicidade decorrentes da decisão da Petrobras S.A. de abandonar o equipamento de perfuração de túneis ao término das obras de construção do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté/SP (Gastau), veiculadas na reportagem do jornal "Folha de São Paulo", edição 9/2/12;

9.3 determinar à SecobEnergia que adote, nos termos da Resolução-TCU 254/2013, bem como em conformidade com a instrução à peça 48, as providências necessárias à garantia do sigilo das peças mencionadas no subitem 9.1 deste Acórdão;

9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.4.1 à Petróleo Brasileiro S.A.;

9.4.2 à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, consignando que a presente deliberação refere-se à fiscalização determinada no subitem 9.3.2 do Acórdão 3.267/2012-TCU-Plenário e que as informações contidas no Relatório que integra o presente Acórdão são protegidas por sigilo, nos termos do art. 25 da Lei 12.527/2011;

9.5 com base no art. 14, inciso IV, da Resolução TCU 215/2008, declarar integralmente atendida a presente solicitação, autorizando o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 6/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/2/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 474/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.071/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades na concessão de pensão civil no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da documentação acostada aos autos como representação de unidade técnica, nos termos do art. 237, inciso I, do Regimento Interno;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro que:

9.2.1. cadastre no Sisac, no prazo de 15 (quinze) dias, o ato de pensão civil de interesse da Sra. Margarete Conti Viana (CPF 852.738.727-15), na condição de filha divorciada maior de 21 anos do ex-servidor Alvaro Conti (CPF 057.770.037-53), falecido em 14/1/1987;

9.2.2. encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, cópia integral do processo de concessão referido no item anterior;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. tão logo providenciado, pelo órgão de origem, o cadastramento no Sisac do ato de interesse da Sra. Margarete Conti Viana, solicite ao Controle Interno sua disponibilização para esta Corte no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 11, § 3º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.2. proceda à oportuna juntada destes autos ao respectivo processo de pensão civil;

9.3.3. dê prioridade à instrução da concessão acima referida;

9.4. autorizar, desde logo, caso identificados indícios consistentes de irregularidades na concessão de pensão à Sra. Margarete Conti Viana, a audiência dos responsáveis;

9.5. retirar a chancela de sigilo que recai sobre este processo.

10. Ata n° 6/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/2/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0474-06/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 11 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

## 1ª CÂMARA

### ATA Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamim Zymler, José Múcio Monteiro, bem como do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas. Ausentes, por motivo de licença médica, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e, por estar substituindo Ministro integrante da Segunda Câmara, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 4, da Sessão Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2014, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

DIPLOMA DE DOUTORADO DE CURSO REALIZADO NA ESPANHA

- v. em anexo I a esta Ata, comunicação do Presidente que registra o recebimento do Diploma de Doutorado pelo Subprocurador-Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado, de curso realizado na Espanha.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 644 a 725, conforme pauta n° 5/2014, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

RELAÇÃO Nº 4/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 644/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.141/2014-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hilton Sousa Araujo (074.546.513-72)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Luís

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 645/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.686/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Raquel Dionisio Ramos (067.595.974-86); Bryan Willey Marques Palhano (047.095.704-26); Clebson Leandro Beserra dos Anjos (051.545.604-77); Dâmaris Queila Paredes Oliveira (073.117.274-48); Juliana e Silva de Oliveira (882.344.443-87); Maria Sueli Santos Albano (932.250.243-68); Marília Daniella Freitas Oliveira Leal (036.384.704-90); Maximo Giusone de Oliveira Luiz (049.070.254-67); Severina Irene Tomaz Ferreira Silva (052.399.754-00); Talita de Castro Santos (056.046.844-06); Umberto Marinho de Lima Júnior (000.830.864-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 646/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.694/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nirlene Fernandes Cechin (568.626.360-49); Patricia Berni Zaupa (003.740.480-61); Patricia Paula Schelp (974.653.300-25); Paula Rossini Augusti (001.210.570-89); Paulo Fernando Marques Duarte Filho (712.563.000-63); Renan Kaiser dos Santos Roscoff (025.879.420-80); Ricardo Gonçalves Severo (814.888.070-00); Ricardo Machado Ellensohn (607.580.150-20); Rober Hoelscher (006.749.841-88); Roberto Teixeira Vieira Pinto (023.822.760-02); Rogerio Campodonico Bene (015.783.980-02); Sandro Burgos Casado Teixeira (463.681.910-15); Sandro Lemos Oliveira (821.586.490-20); Seloi Regina Lenz Fiorini (641.880.190-34); Sidnei Rodrigues dos Santos (717.434.300-78); Sonia Maria da Silva Junqueira (057.863.658-16); Tatiane Lotufo Leite (828.986.690-91); Valeria Terra Crexi (756.198.810-91); Vanessa Bauer da Silveira (006.903.400-10); Vanessa Hernandes Oliveira de Oliveira (000.001.210-61); Vivian de Carvalho Belochio (977.246.610-49); William de Souza Bernardes (021.357.330-08)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 647/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.699/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nelson Brasil de Carvalho (568.207.125-53); Newton Noya Brandão (125.920.055-87); Noelia Felix da Silva (019.397.165-86); Orley Magalhães de Oliveira (346.518.615-04); Paulo Ximenes Aragão Filho (870.304.461-00); Rafael Barbosa Dias Junior (830.929.785-87); Rafael Burger (016.982.675-92); Rafael Davis Portela (009.453.295-80); Raphael Antunes de Oliveira Carvalho (033.318.875-60); Renata Dias Costa Sá (790.487.305-20); Renata Maria de Souza (032.048.244-89); Ricardo Guilherme Kuentzer (811.698.095-53); Ricardo Santana Ribeiro (014.403.455-70); Roberto Souza Rangel (070.483.195-34); Robson Santos Gobbi (027.153.855-44); Rodrigo Ferreira Silva (985.124.395-72); Samara Ferreira Andrade (811.898.935-68); Sancler Santana Camargos (013.799.675-62); Sandro dos Santos Nogueira (671.607.195-49); Saulo Matias Dourado (022.784.225-10); Simone da Silva Amorim (684.319.885-68); Soliane Silva Souza (023.856.045-74); Stefanie Eskereski Torres (074.399.054-40); Suiane Ewerling da Rosa (009.059.370-74); Talita Fernanda Carvalho Gentil (014.524.713-98); Thais Rejane Matos Santos Sobreira (813.786.025-87); Thalisson Andrade Mirabeau (025.233.195-86); Tiago Medeiros Araujo (023.684.575-69); Tiago Pereira de Almeida (840.452.135-20); Tiago dos Santos Estrela (833.230.825-91); Toni Alex Reis Borges (482.169.505-78); Ubiratan de Amorim Bahia (416.933.535-04); Vanessa Pereira de Oliveira (351.207.278-08); Vinicius Carvalho Souza (014.339.795-86); Vinicius de Oliveira Nepomuceno (033.282.435-77); Vivyane Coelho Caires (046.675.604-60); Waldson Pereira Luz Junior (628.132.005-06); Wellington Romualdo de Almeida (021.040.255-59); William Guterres Oliveira (931.313.997-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 648/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.703/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alekssandro Reolon Jardim (070.907.809-96)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 649/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.706/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Guimarães Oliveira (073.171.786-40); Cristiane Tangari Dib Finholdt (762.899.746-53); Jeane Angélica Barbosa Xavier (103.859.396-47); Joaquim Martins Parreira Filho (289.394.331-49); Joicymara Santos Xavier (088.039.966-05); Jose Geraldo Fernades Peres de Souza (430.642.646-72); Laila Lidiane da Costa Galvão (070.839.236-98); Manuela Ferreira de Souza (014.289.726-41); Naiane Vieira Costa (086.227.066-99); Rosane Oliveira Costa (016.511.636-69); Valeska Couto Ferreira (002.302.691-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 650/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.711/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Morais de Barros (349.655.564-53); Arinaldo de Sousa Almeida (727.992.263-53); Debora Garcia de Figueredo (007.907.814-17); Elizângela Maria de Souza (661.867.064-00); Fabio Sousa da Silva (985.272.405-30); Flavio Dantas Martins (021.078.025-80); João Paulo Fernandes da Silva (986.801.103-53); Maria Dionísia dos Santos (025.643.265-10); Mario Ferraz Cornélio (234.860.664-04); Monique de Souza Silva (057.564.514-80); Reinaldo de Souza Dantas (680.624.784-91); Ricardo Antonio Rocha Brandão (733.194.224-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 651/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.715/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Santos da Silva (381.332.702-78); Andrei Wilson de Sousa Almeida (716.892.062-68); Cristian Wellem Ferreira Dias (931.812.722-72); Delleon de Sousa Silva (819.922.382-00); Demethrius Pereira Lucena de Oliveira (375.458.252-68); Elivanda Cavalcante França Muniz (790.303.862-15); Evangelista Brito da Silva Junior (749.648.012-68); Gislaine Regina Pires (915.487.561-72); Jessiana Rodrigues Barboza (690.923.202-00); Josiellen de Lima da Silva Castro (652.528.532-15); Karla Christina Neves de Souza (701.231.442-72); Kley Herbert de Jesus Silva Wanzeler (694.950.762-34); Luana Pereira da Silva (615.130.082-34); Luiz Claudio dos Santos Matni (429.242.862-04); Marcelo Damiao Bogoevik (686.016.462-04); Marcicleia Miranda Bahia (849.682.652-04); Maria Aparecida Simil de Carvalho (402.030.182-49); Milene Coelho Nery (378.321.312-68); Paulo Cardoso de França (208.204.612-53); Paulo Cristiano Quaresma Ávila (206.161.392-68); Regina Duarte Ribeiro Melo (233.745.601-30); Ricardo Kelens da Silva (590.233.092-00); Robson Luiz Pantoja da Silva (842.213.992-87); Ronaldo Meireles Martins (482.656.082-68); Roseane Fernandes da Costa (170.134.102-68); Rosileia de Oliveira Mundoco (718.709.702-68); Sandro Vieira Gocalves (946.785.882-72); Sara Danielle Cabral Coelho (752.313.602-87); Sebastiana Ferreira Bezerra (328.466.903-59); Selma Santos Gurgel (745.102.402-44); Sheila Adrianne Garcia Santos (887.482.863-20); Suziane de Cassia Leite de Brito (686.284.982-49); Wagner Roberto Santos dos Santos (765.578.802-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 652/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.716/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Willian Canabrava do Amaral (036.522.296-81)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 653/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.718/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelaide Lucia Schneider (933.880.809-25); Anderson Pereira Pacheco (030.209.951-40); Bruna Alves da Silva (006.592.721-48); Cesar Pereira de Lima (513.471.991-87); Claudyanne Rodrigues de Almeida (000.720.471-00); Cristiana Ramos Souza (008.928.611-18); Desilei Gomes de Souza Paiva (023.603.821-44); Douglas Gonçalves Sete (053.979.056-74); Elaine Renata de Castro Viana (157.895.238-70); Fabiane da Silva (705.611.331-15); Joel Fernandes da Silva (797.302.721-15); José Angelo Gomes Nunes (770.855.311-34); Lindomar Kinzler (903.486.809-53); Luis Carlos Fagundes Moreira (050.495.669-83); Luiz Ricardo Bernardi Brum (959.995.150-68); Marcelo Espinola Amorim (596.338.401-04); Michelly Lustri Fabre (327.740.638-50); Renan Gonçalves de Oliveira (011.093.861-50); Renata Sales de Oliveira Cabral (711.326.001-20); Rodney Mario de Almeida (617.052.921-00); Sebastião César Dias Gonçalves de Moura (030.246.761-04); Vania Correa Mota (003.018.451-74); Wilson Eustaquio Senra Fernandes (070.839.046-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 654/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.719/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Belmiro Gomes da Cruz Filho (429.018.043-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 655/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.722/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexis de Matos Gomes (004.019.466-30); Anélia de Souza Monteiro (976.610.901-04); Danielle da Silva Sousa (941.922.603-44); Dausterneya Maciel (465.922.532-15); Deimisson Gomes da Silva (856.696.872-72); Djameson Oliveira da Silva (656.863.902-82); Elainy da Silva Camilo Loiola (807.755.602-78); Florentina Gomes Camargos de Souza (024.480.586-52); Janilce da Costa Moreira (777.780.572-04); Magda Stella de Melo Martins (661.365.046-34); Marcel Alexandre da Silva Souza (007.903.871-90); Marcelo Helder Medeiros Santana (064.864.944-09); Reinaldo Maia Siqueira (477.679.362-87); Verônica Lima da Fonseca Almeida (977.112.844-20); Vicente Bessa Neto (841.979.512-72); Wanderley Pereira da Silva (712.350.432-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 656/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.723/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolfo Amaury Moises Sette Abril (086.976.536-14); Alex de Andrade Fernandes (068.118.156-71); André Luiz Maia de Souza (897.384.896-87); Ariela Werneck de Carvalho (061.625.546-27); Augusta Cássia Schwtner David (058.825.366-93); Barbara Laureny Lopes (113.417.356-30); Bruno Cássio Rodrigues Batista (085.793.046-01); Claodet Maria dos Santos Martins (034.621.786-52); Cristiane Soares de Jesus (064.747.876-51); Débora Luciana Dumont (079.028.186-40); Erica de Sousa Carneiro (036.706.386-79); Fabio Ponciano de Deus (074.033.426-31); Fernanda Cristina Sant'ana Dusse (075.489.876-84); Glauce Soares Mendes (057.180.806-90); Herinaldo Oliveira Alves (038.698.396-86); Humberto Coelho de Melo (060.030.756-51); Leonardo Junio Ferreira (060.373.926-17); Lucas Rodrigues Oliveira (086.642.876-35); Luciano da Silva (044.927.716-03); Lívia Serretti Azzi Fuccio (066.611.246-01); Mariely Valadão Silva (099.436.006-16); Neuber Samy Ferreira de Souza (950.101.495-91); Nádia Alvim Muffato Silveira (081.356.406-92); Rafael Palhares Machado (056.656.536-67); Regis Fernandes Gontijo (051.468.486-02); Renilse Paula Batista (080.899.697-55); Ricardo Alexandre da Silva (002.889.816-85); Rodolfo Gauthier Cardoso dos Santos (217.463.348-51); Sandra Cristina de Medeiros (894.186.626-04); Warley Mendes Batista (056.266.306-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 657/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.738/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: David Ramos da Rocha (623.046.743-72); Emanuel Freitas da Silva (996.224.243-68); Emily da Silva Nascimento (048.652.364-06); Fabiana Gomes dos Passos (051.485.204-69); Felipe Meira de Faria (321.440.528-40); Francisca Maria da Conceição Campos Costa (035.433.764-54); Izaias da Silva Lima Neto (008.732.595-05); Jonalice da Silva Rego (007.903.434-95); Jonathan Gazzola (219.783.028-78); Juan Carlos Pina Velasquez (016.201.174-10); Marcos Sales Rodrigues (964.247.101-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 658/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.741/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luis Andre (282.176.568-19); Fabio Aristimunho Vargas (023.853.289-50); Fernando Canesso (026.202.829-85); Gustavo Bizarria Gibin (317.752.978-70); Juan Agullo Fernandez (012.619.289-89); Karen dos Santos Honorio (332.533.848-88); Michael Santos Gonzales Gargate (060.650.987-95); Victoria Ines Darling (012.060.029-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 659/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.743/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wanilson Miranda de Figueiredo (586.912.942-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 660/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.759/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agmar Bento Teodoro (001.866.206-40); Felipe Pusrico Gomes Euzebio (077.647.876-12); Guilherme Pereira Claudino (084.995.766-48); Sidney Sales Kinupp Junior (035.651.407-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 661/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.760/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Martins de Souza (046.904.299-01); Alessandro Francisco Martins (055.365.219-26); Amadeu Lombardi Neto (056.872.948-05); Ana Caroline Dzulinski (066.232.259-27); Ana Paula Cabral Bonin (054.118.719-80); Anderson Paião dos Santos (267.162.668-10); Andre Roberto Ortoncelli (346.727.368-81); Andre Takeshi Endo (315.214.808-93); André Damiani Rocha (215.332.828-46); Andréia Colombo (066.167.969-14); Bruna de Souza Nascimento (065.470.656-50); Carlos Henrique Guimaraes Coimbra (017.159.439-88); Carolina Daros (029.649.549-25); Caroline da Silva Santos (059.522.659-01); Cintia Negrao Nogueira (057.982.289-32); Denise Maria Poletto (028.262.439-26); Fernanda Batista de Souza (054.194.679-09); Flavia Azevedo (041.086.309-20); Icaro Oliveira de Oliveira (790.060.272-00); Jackson Medeiros da Luz (042.174.319-02); Jeferson Barboza Torres (064.830.619-43); Jose Fernandes da Silva Neto (005.439.039-74); Josiane Cristina de Oliveira Mangueira (014.908.046-84); Juliana Leite Silveira (061.390.539-35); Juliana da Silva Bello (055.667.089-27); Keila Teske Langaro (048.386.439-00); Kelly Regina Cotosck (883.731.346-20); Mara Luciane Kovalski (047.060.859-50); Marcel Giovani Kroetz (049.076.899-77); Neide Camussi (014.137.448-93); Patricia Bertachini Talhari (094.542.478-75); Paulo Guilherme Ugolini (041.667.869-62); Paulo Rodrigo Andrade Haiduke (033.329.969-83); Rafael Henrique Dalegrave Zottesso (061.368.609-88); Reinaldo Hidalgo Guidolin (872.882.499-72); Renato Belinelo Bortolatto (310.666.518-17); Rosana Refatti (063.293.599-54); Sidnei Pietrobelli (955.800.429-49); Tatiany Mottin Dartora (055.357.129-06); Ulisses Chemin Netto (003.699.879-69); Valter Henrique Biscaro Raposo (060.133.999-13)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 662/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.787/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Francisca Nadia da Silva Lima (727.186.333-87)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 663/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.788/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Eduardo Alves Olinda de Souza (032.580.194-01)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 664/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.791/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Morgadinho Santos Coelho (031.410.977-39); Mauricio Pinheiro de Oliveira (258.708.878-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 665/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.792/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Castanheira Veiga (034.740.606-86); Larissa Santos Ciriaco (054.201.676-11); Marcio Rogerio de Oliveira Cano (139.712.038-09); Reginaldo Bento de Souza Arantes (852.033.516-00); Renato Ferreira de Souza (962.318.236-87); Rodrigo Garcia Barbosa (869.860.746-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 666/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.793/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Williams Costa de Oliveira (619.369.013-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 667/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.795/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clécio Gonçalves Costa (606.234.116-87); Georgia Bulian Souza (075.671.797-33); Heletícia Mara Manzico (051.301.436-55)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 668/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-001.798/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Manoel Pontes Gomes (615.534.331-49)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 669/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.799/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Acauan Merseburger Picanco (017.510.490-51); Adriano Behocaray Lamego Neto (000.867.530-96); Ana Claudia de Nardin (821.341.620-15); Ana Paula Freitas Margarites (008.809.280-18); Andre Guimarães Camargo (723.358.400-10); Andre Luis dos Santos da Silva (010.174.010-71); Andrea Leite Bergmann (009.623.600-07); Anita Leocadia Carrasco Pereyra (139.550.040-15); Bruno Cielo de Barros Correia (006.656.310-06); Bruno Moura Paz de Moura (010.395.330-27); Carlos Alexandre Wurzel (515.534.810-20); Catia Mirela Barcellos Rosinha Nunes (724.181.250-68); Clarissa Felkl Prevedello (804.855.530-15); Clarissa Nogueira e Silva (899.063.810-00); Claudia Susana Dias Crespi de Campos (620.419.320-15); Claudiani Jaskulski (006.672.860-63); Clovis Airton Porto Gayer (620.158.420-04); Cristiane Forgiarini da Silva (001.515.530-76); Deisi Cerbaro (012.117.630-48); Diana Schein (966.063.040-91); Diego de Abreu Porcellis (007.133.790-30); Dilneia Rochana Tavares de Couto (003.659.210-25); Elisabete Prestes Baptista (620.387.880-49); Elizabete da Silveira Kowalski (412.104.500-97); Emanuel Marques Queiroga (013.743.590-84); Fabricio Gallo Correa (486.591.420-04); Fatima Karnopp (028.977.950-26); Fernanda Germano Alves Gauterio (002.175.430-65); Flavia Katrein da Costa (014.534.250-63); Flavia de Oliveira Pereira (002.278.000-95); Flavio Jose Tomsen Veiga (947.188.730-53); Helio Vera Mandeco (613.867.070-15); Hernani Cavalheiro Neto (009.254.280-86); Ivan Bremm de Oliveira (984.785.320-72); Ivan Britto Barreto (915.046.000-53); Jeferson Fernando de Souza Wolff (746.869.330-72); Jinnefer Santos Pereira (011.863.890-44); Jordan Gustavo Trapp (944.056.460-15); Juliano Costa Machado (005.749.360-09); Julio Cesar Gonçalves Damasceno (915.091.060-49); Karine Barbara Specht (010.349.910-51); Laerte Radtke Karnopp (978.755.700-34); Leonel Teixeira Fickel (006.318.850-30); Leticia Cecconello (025.287.800-01); Lisandra Saldanha de Abreu Gonçalves (741.726.700-91); Luciano Faustinoni (156.130.598-70); Lydia Tessmann Mulling (000.751.310-05); Marcel Souza Mattos (987.894.810-20); Marcos Antonio Gruppelli Raubach (648.708.120-53); Marcos Paulo Couto Fonseca Boeira (002.665.060-62); Marcos de Oliveira Treptow (551.381.520-68); Maria Cecilia Pereira Isaacsson (010.394.540-70); Maria Laura Brenner de Moraes (338.278.850-00); Marta Regina Pereira Nunes (270.009.070-53); Matheus Santos da Silva (015.541.690-11); Michel Formentin de Oliveira (005.919.920-27); Monica Xavier Py (769.476.290-04); Nelson Luiz Reyes Marques (310.572.410-91); Neslei Noguez Nogueira (017.715.300-81); Neuza Maria Correa da Silva (260.436.020-91); Patricia Cabral Rossi (919.324.080-53); Patricia Martins Tavares, (834.642.120-68); Paulo Cleber Barbosa Cunha (571.939.910-00); Pericles Purper Thiele (528.798.360-34); Priscila de Oliveira Moraes (010.602.350-05); Rafael Andrade Caceres (941.368.310-72); Rafael Pereira Rodrigues (819.940.790-53); Rejane Schwartz Kruger (567.438.820-20); Rosana Botelho Gonçalves Ostermann (499.586.820-87); Rosana Machado Azambuja (617.226.000-63); Roselia Souza de Oliveira Jacobsen (887.728.530-34); Sabrine Schoenell Evangelista (004.537.310-82); Samuel Muniz Pinto (021.716.580-02); Sandra Sacco Silva (620.860.900-30); Sergio Ricardo Kruger (724.239.270-53); Sergiomar Crespo Schild Junior (809.672.300-63); Stela Sica Nunes (814.858.320-04); Tais Feijo Viana (996.451.220-15); Tatiane Brisolara Nogueira (004.455.000-69); Tiago Brum Ilarraz (007.446.680-18); Tobias dos Santos Gomes (003.179.300-28); Tomaz Fantin de Souza (007.013.950-44); Vanine Pereira Fajardo (006.704.100-04); Vera Lucia Faulstich (540.076.400-25); Vinicius Kruger da Costa (966.727.490-04); Vinicius Zortea Ferrari (000.672.210-50); Virginia Martins Rodrigues (007.308.370-41); Vivian Iracema Marques Ritta (788.769.740-91); Viviane Aires de Paula (997.255.840-15); Wagner Guimaraes da Silva (001.558.060-17); William Ferreira Anana (013.622.900-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 670/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.803/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Miriam Vidal de Negreiros (287.222.198-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 671/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.805/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bethânia Alves de Avelar Freitas (076.197.696-50); Carlos José de Paula Silva (773.165.926-72); Endi Lanza Galvão (061.947.166-22); Fernando Armini Ruela (087.262.387-48); Flávia Félix Barbosa (082.233.366-00); Franciele Maria Pelissari Molina (050.213.689-82); Hugo Rodrigues de Araújo (063.388.516-96); Jorge Luiz dos Santos Gomes (113.411.687-00); Mario Mariano Rui Cardoso (324.518.918-40); Melissa Gonçalves Boechat (028.379.576-07); Márcio Coutinho de Souza (022.825.467-17); Patrícia de Oliveira Lima (083.294.926-48); Paula de Melo Rodrigues (053.066.387-24); Rangel Silvando da Silva do Nascimento (262.116.348-38); Ronaldo Luis Thomasini (250.057.288-99); Thiago Gomes dos Santos Braz (100.270.137-66); Vânia Soares de Oliveira e Almeida Pinto (273.103.818-74)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 672/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.806/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alisson Rafael Aguiar Barbosa (267.156.748-09); Ana Cristina Macedo Barcelos (947.819.746-00); Anderson Antonio Ubices de Moraes (282.574.538-38); Aurelio Fabiano Ribeiro Zago (036.853.846-00); Bruno Doriguetto Couto Ferreira (048.966.986-73); Daniel Pereira de Carvalho (045.361.766-24); Daniela Ike (214.534.278-80); Danillo Borges Rodrigues (084.417.736-96); Deusmaque Carneiro Ferreira (034.164.086-75); Flavia de Castro Camioto (331.216.928-36); Franciny Campos Schmidt (007.917.719-03); Marcela Maira Nascimento de Souza Soares (036.492.976-63); Maria Claudia de Freitas Salomao (015.233.876-45); Nadia Guimaraes Sousa (063.796.776-31); Paulo Henrique Oliveira Rezende (085.855.336-84); Paulo Roberto Garcia (212.251.176-15); Telma Cristina Dias Fernandes (947.074.646-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 673/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.809/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Torres de Lemos (815.157.740-15); Aline Alves Valeda (004.508.140-92); Ana Luiza Pires de Freitas (426.336.800-20); Anderson Augusto Müller (009.539.600-48); Annie Jeanninne Bisso Lacchini (006.623.710-62); Carine Raquel Blatt (970.051.930-91); Cristiano Lopes Lima (830.541.110-91); Fernanda Cechetti (004.808.219-84); Fernando de Angelis Neibert (729.448.031-15); Janaína Thais Barbosa Pacheco (692.745.840-91); Janete Vettorazzi (567.724.830-49); Letícia Pacheco Ribas (676.340.010-15); Lino Pinto de Oliveira Junior (352.655.820-53); Luciana Suárez Grzybowski (890.413.990-20); Luciano Amaro Junqueira Valério (632.441.010-20); Marcelo Rabello dos Santos (975.525.850-72); Maria Ismênia Zulian Lionzo (762.540.380-72); Maria do Carmo de Costa (381.062.300-82); Matteo Baldisserotto (293.596.600-78); Nilon Erling Júnior (946.481.900-68); Patrícia Viana da Rosa (607.811.060-87); Rafael Nazário Bringhenti (818.748.470-53); Renata Padilha Guedes (895.515.590-53); Rita Catalina Aquino Caregnato (286.040.910-68); Roselaine Pinheiro de Oliveira (464.940.570-04); Suzane Simões Nogueira (003.974.260-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 674/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.818/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wellson Andrade de Oliveira (805.888.673-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 675/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.819/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelson Joel da Silva (832.258.031-20); Adergildo Cardoso Mendes (970.604.291-15); Alberto Rodrigues Dalmaso (861.275.191-87); Alessandra Cristina Rodrigues (781.471.151-72); Alessandra de Souza Vaz (022.565.531-40); Alessandro Borges Amorim (725.911.101-15); Ana Paula Gomes do Nascimento (293.973.238-81); Ana Paula Sacco (213.837.878-08); Andre Ferreira do Nascimento (278.935.948-29); Aparecida Fatima Camila Reis (870.778.091-53); Arlindo de Paula Machado Neto (037.957.944-80); Carla Gabriela Wunsch (012.416.321-11); Carla Rafaela Teixeira Cunha (012.141.741-75); Carlile Lanzieri Junior (039.579.436-63); Carlos Eduardo Silva e Souza (899.546.961-72); Caroline Cassalha Schneider (005.466.640-67); Charlote Wink (978.456.980-91); Crislayne da Cruz (036.044.671-01); Demian Oliver Vidal (144.359.218-80); Edilson Otoni Botelho Junior (014.230.041-16); Edmilson Santana da Costa (346.510.391-20); Eduardo Fiorussi (309.955.058-29); Eduardo Rogerio Favaro (336.983.818-42); Edvan Cicero Alves (013.544.431-44); Eliangela de Morais Teixeira (952.065.906-49); Elton Brito Ribeiro (962.301.932-72); Eva Lucia Cardoso Silveira (854.705.703-04); Fabiano Rabaneda dos Santos (810.308.601-06); Fabio Santana Victoriano (027.910.361-13); Fernanda Cristina Aguiar Lima (011.774.251-14); Fernanda de Figueiredo Arruda Rizzo (694.310.781-04); Hector Flores Callisaya (060.110.457-90); Huan Railon Pereira Bezerra (003.976.271-81); Ibraim Fanti da Cruz (933.203.451-68); Jacqueline Nunes Brunet (023.142.441-84); Jacqueline de Souza Lemos (041.120.459-99); Janio Alves Ribeiro (577.901.246-68); Joana D´arc Chaves Cardoso (722.267.811-53); Jocilene de Carvalho Miraveti Canova (223.412.418-24); Jonatas Emanuel Borges (014.651.646-00); Jonathan Almeida Nery (015.391.551-02); Juliana Defaci Miotto (012.244.370-55); Juscelia Dias Mendonça (030.980.056-02); Kuang Hongyu (346.984.788-63); Leide Laura Almeida Ribeiro de Paiva (692.879.611-15); Leonara Raddai Gunther de Campos (014.169.271-58); Leonardo Gomes de Vasconcelos (713.817.321-00); Luana Fernandes Brito (028.976.321-51); Maihara Fatima de Oliveira Baldus (014.656.881-88); Marcia Cristina Rodrigues Medina (604.052.601-72); Marcia Leopoldina Montanari Correa (695.906.721-91); Marcia Moreira Medeiros (281.733.728-02);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marconni Victor da Costa Lana (022.524.591-40); Marina Guilherme de Macedo Ramos (395.174.971-72); Mauro Andre Dresch (003.284.601-09); Michelle Fernanda Brugnera (228.077.838-64); Michelle Tatiane Jaber da Silva (871.994.831-04); Michelli Sampaio Tunes Porto (033.222.641-73); Milene Carvalho Bongiovani (052.306.739-90); Natalia Scartezini Rodrigues (355.952.588-88); Oliver Yoshio Umeda Yatsugafu (026.279.609-03); Olivio Fiorese Neto (705.865.431-04); Paulo Sergio Almeida dos Santos (859.700.262-04); Pedro Pereira do Nascimento (903.474.631-34); Rafael Teixeira Sousa (035.948.091-88); Rafaela Fátima Soares da Silva (814.659.801-30); Rafaela Grassi Zampieron (214.470.818-54); Renata Benedita Pedrosa de Freitas (019.731.631-01); Robson Oliveira da Costa (904.338.401-10); Rodrigo Gomes e Lima (087.494.927-05); Silvano Macedo Galvão (531.880.801-82); Stela Regina Ferrarini (000.848.650-67); Tabata Saturnina Trindade de Morais (362.021.968-07); Tais Marie Veta (011.854.811-50); Theo Gonçalves Vicente (938.251.101-68); Thiago Almeida Borges (018.642.571-64); Thiago Martins Machado (051.742.906-37); Thiago Martins Pais (054.789.676-02); Tiago Albano Montagner (023.173.871-48); Valeria de Carvalho Araujo Siqueira (904.411.091-87); Valterson Marques dos Santos (699.740.711-00); Vanessa Motta Chad (295.549.338-43); Vera Lucia Fernandes Aragão Tanus (481.999.401-82); Vinicius de Sousa Fraga (947.000.609-72); Virginia Cordeiro Amorim (051.729.796-54); Wesley da Silva Cotrim (947.842.215-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 676/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.821/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson Candido da Silva (086.299.166-80); Aecio Mendes de Araujo Chaves (036.402.866-18); Alan Robert Resende de Freitas (059.819.916-07); Andrei Rimsa Alvares (077.109.646-13); Bruno Bruziguessi Bueno (083.782.496-62); Camila Grossi Vieira (067.688.346-06); Daniella Borges Ribeiro (096.947.637-03); Darlan Roberto dos Santos (041.661.006-45); Edward Christian Taveira Lana (066.313.906-64); Fernanda Alves de Brito Bueno (034.172.706-77); Flávia Dias Marques Marinho (026.511.236-25); Frederico Jehar Oliveira Quintao (089.393.866-12); Glenda Nicioli da Silva (287.192.998-00); Helen de Cassia Sousa da Costa Lima (366.516.288-28); Helida Mara Gomes Norato Duarte (038.380.266-08); Israel Jose dos Santos Felipe (053.812.984-04); Jane Lage Bretas (071.927.716-78); Janniele Aparecida Soares (096.413.066-18); Jaqueline dos Santos Soares (038.070.286-09); Joana de Castro Boechat (062.143.996-78); Juam Carlos Thimotheo (322.393.228-37); Kisla Prislen Felix Siqueira (015.040.996-64); Leandro Reis Muniz (060.245.916-83); Luana Cristina Andrade da Silva (915.882.353-00); Marcelo Reis Savergnini Maia (026.918.626-31); Mariana Moreira (059.030.656-19); Marlon Garcia da Silva (216.780.778-36); Melissa Soares Caetano (064.473.456-60); Patricia Aparecida Pimenta Pereira (306.441.408-95); Raquel Quadros Velloso (070.799.007-60); Roseana Moreira de Figueiredo Coelho (065.213.726-10); Tatiana Ribeiro de Souza (790.305.641-72); Tercia Vargas dos Santos (065.635.046-63); Vicente Jose Peixoto de Amorim (068.895.466-95)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 677/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.823/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gloria Cele Coura Gomes (132.002.754-72); Mauricio Pires de Moura do Amaral (921.985.543-72); Monica Regina Silva de Araujo (807.204.203-34); Roberval Maciel de Souza (078.383.363-68); Salvina Lopes Lima Veras (453.433.813-91); Sandra Michelinne Saraiva de Sousa (931.995.543-34); Simone Ferreira de Albuquerque (602.305.414-53); Vanessa Nunes de Sousa Alencar (768.344.093-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 678/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.828/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Antonio Vieira (248.980.148-10); Allyne Rodrigues Ribeiro Felix (051.821.986-04); Ana Paula Reis de Oliveira (619.696.486-00); Angelica Pinho Martins Rocha (080.511.846-29); Beloni Cacique Braga (522.985.406-59); Brenda Cristina de Oliveira Rodrigues (094.582.916-74); Carla Cristine Neves Mamede (077.141.136-77); Carlos Silva Caruba (636.166.376-00); Charles Henrique Oliveira dos Santos (097.090.716-88); Claudia Oliveira Cury Vilela (783.558.006-30); Daynie Franciele Teixeira (045.836.416-99); Diana Salles Sampaio (037.208.346-38); Dielen dos Reis Borges Almeida (066.348.416-24); Douglas Queiroz Santos (028.281.686-03); Eliane Maria Martins (550.194.636-04); Fernando Teixeira dos Santos (086.435.446-04); Gabriel Henrique Bianco Navia (329.115.438-07); Geison Morel Nogueira (038.805.857-92); Grace Adriana Szegeczky Sejour Araujo (496.192.926-34); Harumi Otaguro (149.467.098-43); Henrique Roge Batista (088.626.106-61); Igor Campos Guimarães (014.567.456-89); Ilza Maria de Menezes Silva (091.714.506-29); João Pablo Ferraz de Abreu (033.738.966-73); Joilsa Fonseca de Oliveira (043.109.086-67); Jose Luiz Goncalves de Aquino (087.590.516-12); Jussara Paola Coelho dos Santos (081.059.936-86); Lara Gomes do Nascimento (015.530.156-06); Ligia Soares Sene (344.059.408-43); Marina Benzaquem Habib Santos (084.476.036-60); Marisa Dias Lima (076.424.396-95); Matheus Silveira Gonçalves (098.993.516-79); Pedro Edson Moreira Guimaraes (035.481.566-06); Rafael Nascimento (071.488.246-13); Renata Cristiane da Silva Dias (006.680.831-66); Renato Franco da Silva (753.637.632-49); Rick Humberto Naves Galdino (089.291.116-61); Robinson Sabino da Silva (970.564.560-49); Rodrigo Alves de Lima (480.871.066-87); Rosana Dutra Martins (080.143.306-17); Sandra Rodrigues de Rezende (041.279.716-06); Tarcisio Fernandes de Paula (029.938.376-80); Tatyana Rodrigues Anselmo (056.093.356-80); Thallita Isabela Silva Martins (085.203.116-52); Thauana Oabi Barbosa (066.050.046-98); Victor Mariotto Palma (058.945.796-94); Vinicius Augusto Manalischi (370.150.458-00); Vivian Duarte Couto Fernandes (058.454.736-67); Yara Ribeiro de Moura Silva (040.976.866-90)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 679/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.829/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Aparecida Solvelino Brum (045.339.186-97); Afonso Carlos dos Santos (964.434.306-97); Andre Gustavo Sato (259.423.028-63); Andre Junqueira da Silva Correa (092.547.257-30); Andreia Guerra Siman (039.419.396-29); André Luis Gomes (045.347.616-35); André Luyde da Silva Souza (105.141.526-80); Antonio Savio Teixeira Carneiro (090.896.616-46); Bernadete Lopes Rodrigues (024.130.696-58); Bruna Silva Araujo (098.999.216-02); Carla Saraiva Gonçalves (065.376.206-27); Carlos Eduardo Magalhães dos Santos (085.191.527-24); Claudia Batista Sampaio (047.306.346-83); Cristiane de Souza Carneiro (089.862.116-02); Daianna Pereira Costa (017.133.761-13); Daniel Ribeiro Moreira (002.663.146-60); Diogo Luiz Moulin Cabral (107.949.577-06); Dylene Agda Souza de Barros (017.591.991-76); Eber Antonio Alves Medeiros (551.840.659-20); Edna Lopes Mendes Rosado (059.545.016-45); Felipe Cardoso dos Santos (016.444.776-88); Felipe Reis Valente (095.958.076-05); Filipe Augusto Alves de Oliveira (080.317.336-94); Franciane Rocha de Faria (080.209.386-80); Francisco Carlos Rodrigues Coelho (091.934.676-64); Gabriel Teixeira Ervilha (085.161.286-52); Geraldo Humberto Silva (750.318.926-68); Giovani Cammarota Gomes (118.756.967-41); Guilherme Leal Xavier (063.853.106-39); Gustavo Paiva Cruz (098.768.626-77); Heloisa Maria Teixeira (008.339.736-14); Hudson Machado de Almeida (094.353.736-31); Iris Ferreira de Sousa (064.750.826-51); Isadora Rebouças Nolasco de Oliveira (050.930.794-99); Juliana Pinheiro Dadalto (014.829.915-60); Karine Fernandes Caiafa (065.286.846-00); Katia Cristina Aparecida Damaceno Borges (002.735.746-55); Kenia Aparecida Reis Coimbra (066.097.556-47); Layse Brandão Carneiro Miranda (082.314.286-82); Levi Henrique Santana de Lelis (068.103.796-22); Luana Paulina Miranda (098.121.596-30); Luci Maria da Silva (081.491.186-24); Mariana Barros Teixeira (071.460.056-31); Mariana Veo Nery de Jesus (013.883.566-78); Marilia Sanglard Almeida (097.506.316-25); Nivia Carolina Lopes Rosado (089.968.856-06); Patricia de Padua Castro (047.433.296-98); Paulo Sérgio Bento (089.108.466-58); Priscila da Silveira Duarte (080.927.356-03); Rachel Soares Ramos (052.430.886-17); Rafael de Oliveira e Silva (069.639.646-70); Raphael Baia Nicolato (118.548.917-74); Rhana Amanda Ribeiro Teodoro (088.436.146-22); Roberto Camilo Leles Viana (051.655.676-21); Robson de Souza Vieira (089.619.986-09); Thiago Correa Borges (069.064.256-33); Tiago Ferreira Albrecht (045.259.376-02); Valdenia Carvalho e Almeida (862.247.006-72); Valerio Rodrigues de Castro (249.770.798-76); Verônica Saraiva Fialho (054.609.676-00); Victor Goncalves Chagas (106.026.136-71); Vinicius Ribeiro Faria (013.991.896-54); Vinicius Vilar Jacob (093.529.036-25); Vitor Gomide Lentini (073.366.046-09); Wescley Silva Xavier (049.534.646-21); Willian Oliveira Sousa (038.694.835-63)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 680/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.832/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vania Lucia Amaral Loureiro (277.966.552-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 681/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.852/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Delon Camargo Mesquita (376.777.641-34); Elayne Michelle Taborda Tzemos (699.099.031-72); Jean Oliver Gomes dos Santos (692.052.801-00); Josué Franco Júnior (839.932.587-20); Lucianne Rodrigues do Amaral (005.331.191-46); Lísya Helena Cavalcante dos Santos (113.368.967-10); Marco Franklin dos Santos Veloso (954.136.261-34); Natália Ferreira Costa (002.134.751-46); Thiago Guedes de Oliveira (816.808.722-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 682/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.893/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Juliano Geraldo Amaral (033.744.606-74)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 683/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.897/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Maciel Almeida (436.862.226-04); Alessandra Renata Ligorio Pereira Batista (014.522.186-50); Allan Fagner Cupertino (098.976.706-02); Ana Cristina Passos de Paiva Bello (038.162.567-24); Ana Luisa de Navarro Moreira (088.051.986-09); Ana Paula Sampaio Caldeira (094.355.387-38); Anolan Yamile Milanes Barrientos (057.705.747-20); Antonio Ademilson Soares Cardoso (001.164.186-05); Arthur Francisco Araujo Fernandes (084.364.006-58); Bruno Gonzaga Dias (067.336.346-51); Carlos Alberto Fraga Pimentel Filho (002.520.835-71); Carlos Cesar Pedrosa Junior (035.832.376-25); Carolina Bittencourt de Abreu (055.808.726-40); Carolina Palhares Pena (012.186.066-30); Catherine Carignan (017.698.946-32); Cinthya Marcia de Souza Lima (809.606.776-15); Cintia de Assis Araujo (817.992.766-00); Clarice Chemello (993.950.290-72); Claudia Constantina Saltarelli Saraiva (434.073.237-00); Claudio Roberto Carissimo (745.107.896-53); Cynthia Casagrande Matos (076.323.066-92); Daniel Dibai Teixeira (013.991.266-52); Daniel Moreira Saturnino (036.590.406-65); Danielle Soares Malveira (083.265.886-36); Dayane Montemezzo (777.682.640-53); Edis Tiago Teixeira (014.639.416-09); Eduardo Martins de Oliveira (768.271.006-34); Elizabeth Fernandes (015.180.806-69); Emiliane Ferreira de Jesus Torres (012.496.856-21); Erica Antunes de Souza Vassalo (033.722.056-50); Ethan Guy Cotterill (020.798.896-05); Fabiana Eustaquio Alves Leao de Araujo (035.704.856-33); Fabiana Martins Pinto (042.525.726-65); Fabiana de Miranda Moura dos Santos (027.396.226-43); Flavia Regina de Amorim (032.946.706-99); Fortunato Pereira Andrade (050.381.476-82); Francisco Ribeiro Teixeira Junior (049.687.346-62); Frederico Osorio Velasco (064.166.356-07); Geraldo Helber Batista Maia Filho (015.568.396-93); Isabela da Costa Cesar (042.942.656-98); Isis Menezes de Rodrigues (052.314.526-88); Ismael Dias Campos (766.686.496-53); Janete Ferreira (032.528.186-63); Janete Zygmantas (055.181.888-38); Jefersson Alex dos Santos (011.434.551-18); Jesse Gomes Barbosa (102.524.166-51); Joao Marcello Pimenta Cruz (003.861.786-23); Juliana Starling (865.259.566-68); Lilian Teixeira de Sousa (047.013.586-73); Livia Cristina da Silva Lobato (040.927.846-78); Luciana Cassia Silveira de Miranda Paixão (045.710.086-94); Luciano de Castro Garcia Leão (881.643.576-34); Luciene da Silva Reis de Araujo (062.647.616-05); Marcelo de Carvalho Borges (026.816.476-22); Marcus Vinicius Lucas Ferreira (032.471.876-42); Maria Aparecida Martins Domingos (019.101.388-94); Maria Carolina Barbosa Costa (111.134.096-06); Marilia Pereira Mendes (036.256.316-01); Marina de Souza Ladeira (045.735.596-47); Mario Sergio Ferreira Alvim Junior (058.071.096-35); Natalino Neves da Silva (922.764.746-53); Nubia Braga Pereira Lourenço (043.316.356-94); Octavio Valente Campos (074.311.066-88); Pedro Zolini Moreira (082.002.676-01); Rafaela Carolina Lopez Silva (037.497.016-52); Renata Passos Freire Ferreira (012.651.366-02); Renato Assis Fernandes (097.581.536-92); Rhuanna Sousa Dutra (099.766.456-86); Roselaine Moreira Coelho Milagres (042.169.266-90); Sarah Figueiredo Luiz (049.623.366-14); Sergio Milton Martins de Oliveira Penido (533.858.296-15); Shellwyn Badger (020.330.996-01); Tamires Sousa Batista (091.113.416-61); Tiago Oliveira Cunha (030.049.685-09); Victor Flores Mendes (019.710.145-32); Virginia Lages Silva (956.087.616-34); Wagner Barreto de Souza (053.651.274-47); Waleska de Figueiredo Maciel Silveira (007.203.476-96)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 684/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.901/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Haroldo Antonio Marques (281.539.008-62); Jose Victor Pereira de Souza (086.509.474-84); Leonardo Luizines de França Cavalcanti (033.003.034-51); Marcelo Assunção Teodosio (053.209.524-30); Maysa Karla da Silva Araujo (075.820.034-03); Sergio de Lemos Campello (034.569.914-95)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 685/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.903/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcir Claiton Benelli Machado (004.553.270-25); Amanda Lara Tavares (835.122.760-91); Ana Raisa Nunes Paiva (003.027.630-66); Andressa Oliveira Ferreira (019.269.060-47); Aron Jonata Funke (026.752.100-64); Camila Viviane Lopes (010.944.580-58); Cristian Valenti Schenk (982.660.390-20); Cristiane Basso (947.489.180-04); Daiane Dal Pai (990.923.520-04); Evandro Konzen (018.899.920-54); Fabiana de Amorim Marcello (910.344.260-87); Fabiano Bernardi (001.001.110-25); Fernanda Visioli (997.712.840-53); Francieli Socoloski Rodrigues (812.797.870-15); Gabriela da Silva Bulla (998.402.190-49); Graciele Sbruzzi (809.725.000-49); Guilherme Kirch (810.567.450-53); Jefferson Pedro Piva (210.388.210-53); Juliana Veiga de Freitas (018.468.270-35); Karina de Castilhos Lucena (004.379.760-17); Karina de Oliveira Azzolin (718.645.040-72); Liliane Basso Barichello (431.029.560-68); Lisiane Quadrado Closs (534.596.100-00); Livia Cavaletti Correa da Silva (307.308.688-93); Luisandro Mendes de Souza (028.060.509-95); Manoela Horowitz Petersen (972.608.190-49); Marcia Helena Barbian (002.350.940-64); Marli Ramires Machado (007.868.850-76); Marlise Bock Santos (449.986.860-20); Mateus Dalmoro (007.751.560-94); Mauro Cesar Gonçalves Cavalheiro (985.860.410-68); Monika Maria Stumpp (667.722.900-97); Roberto Fernando de Souza (311.418.110-49); Roberto Lanna Filho (013.254.916-67); Rubia Taschetto (016.780.750-19); Wilmar Ens (581.444.630-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 686/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.909/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliane Abreu (805.732.406-63); Eliane Maria Cristiane da Silva Ferreira (037.338.837-30); Elias Marcelo Di Domêco (078.436.837-63); Elimar Lucia Cardoso Ribeiro (073.694.727-28); Elizabete Cristina Ribeiro Silva (848.490.887-91); Elizabeth Pitta Lopes Dunham (519.889.687-04); Elizandra Martins Silva (092.456.557-84); Elza Helena Lourenço Gomes dos Santos (111.229.057-50); Emerson Lopes Olivares (027.886.707-37); Emerson Silva Guerra (607.619.707-20); Evelyne Cunha Lima Schultz (056.795.157-09); Fabiana Campos de Figueiredo (168.651.528-67); Fabiano Tenuta da Silva (073.232.897-77); Fabio Correa de Castro (517.006.892-15); Fabio Javaroni (991.422.447-49); Fabio Lucena Veloso (926.406.137-15); Fabio Sartori (952.947.167-04); Fabio Scatamburlo Liziere Ferreira (107.753.607-08); Fabio de Oliveira Martinez Alonso (044.002.577-03); Felipe Abranches Demier (054.567.537-58); Fernanda Araujo Miranda (047.716.327-07); Fernanda Felisberto da Silva (011.015.317-03); Fernanda Fortini Macharet (118.864.247-21); Fernanda da Silva Ferreira (097.147.247-59); Fernando de Souza Dias dos Santos Vilhena (072.407.447-36); Filipe Braida do Carmo (114.279.087-88); Flaviane de Carvalho Canavesi (130.965.738-67); Gabriel Borges da Silva (116.980.287-76); Gabriel Esteves Teixeira de Souza (131.006.247-18); Gabriel da Slva Vidal Cid (071.564.177-89); Gabriela Fernandez Sanchez (072.752.117-93); George Eduardo Gabriel Kluck (327.009.538-43); Getulio Marques Martins (235.869.407-00); Gilberto Flausino (523.531.337-20); Gilberto dos Santos Carvalho (029.578.186-63); Gilmara dos Santos Zão (077.090.737-78); Giselle da Silva Carvalho (053.797.457-17); Gonzalo Efrain Moya Borja (325.235.057-20); Guilherme Weber Martins (090.684.917-92); Helio Ricardo da Silva (722.199.987-20); Herlei dos Santos Carvalho Junior (071.454.017-03); Ilzenayde de Araujo Neves (013.527.704-31); Iramaia Aparecida Moraes (030.521.726-70); Isabel Cristina Nogueira Alves de Mello (072.240.126-45); Ivo Mariano de Oliveira (105.849.191-15); Jadilson Borges Moreira (680.767.116-49); Jadson Abraão da Silva (105.471.587-42); Joice Aparecida Rezende Vilela (089.233.787-71); Jorge Baptista Canavez Junior (021.344.867-08); Jose Henrique Motta de Oliveira (695.428.807-15); João Carlos Bernardo Machado (713.535.507-53); Laura Beralto Amaral (110.172.997-06); Leandro Fernandes dos Santos (035.571.907-06); Leandro de Martino Mota (807.730.957-72); Leonardo Barros Medeiros (101.901.567-59); Ligiane Cristina Nogueira Rodrigues (109.885.767-40); Lissandra dos Reis Pimenta (054.688.427-00); Liz Denize Carvalho Paiva (009.375.917-77); Lorena Braga Raposo (103.538.847-23); Lucas Gabriel Franco (132.481.217-69); Luciano Muniz Abreu (071.084.687-86); Luiz Rufino Rodrigues Junior (115.428.007-14); Manoel Francisco de Souza Pereira (041.789.077-00); Marcio Prudencio Belleza (076.579.057-27); Marcos D'acri da Costa (011.036.547-05); Maria Helena Carvalho da Silva (712.706.397-49); Marisa Vales de Oliveira (460.421.807-20); Marius da Silva Pinto Belluci (025.097.967-55); Marluce de Souza Oliveira Lima (033.975.867-80); Mauricio Pinto Pascoal (097.925.127-30); Montauban Moreira de Oliveira Junior (053.670.767-77); Myriam Ferreira de Oliveira (078.794.467-02); Nadiana Lopes Crisóstomo (034.791.636-88); Nestor Prado Junior (490.795.147-72); Noemia Lucia Barradas Fernandes (010.930.677-56); Norma Aparecida dos Santos Almeida (072.340.197-74); Otavio Cabral Neto (042.973.226-09); Otavio Candido Ramalho Neto (721.687.227-49); Ozemar Souto Ventura (850.579.327-72); Patricia Nicolai Renso (032.271.497-45); Patricia de Almeida Polo (036.563.777-74); Paula Koeler Lira (080.765.657-74); Paulina Aparecida Marques Vieira (084.067.967-07); Pedro Henrique Borges de Figueiredo (108.521.697-79); Pedro Hussak Van Velthen Ramos (051.545.437-00); Pedro Leonardo Cedraz Mercez (089.123.427-62); Rachel Omiya da Silva (069.187.987-74); Rafael Jardim Albieri (099.191.107-52); Rafael Maiani de Mello (054.311.457-03); Rafael Martins Lopes (109.906.627-13); Rafael Rodrigues Duque (112.897.797-40); Rafael Viana de Sousa (098.113.637-06); Raimundo Braz Filho (070.100.018-04); Raulino Babino da Silva (549.335.107-25); Rejane Escrivani Guedes (001.915.716-95); Renata Bastos da Silva (014.896.437-02); Renata Gomes de Souza (025.615.957-22); Renata Juliana Cristal Coutinho (281.073.178-07); Renata Ornellas Felisberto de Lima (115.815.117-95); Ricardo Cezar Oliveira Damasceno (079.543.557-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 687/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.469/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Luisa Brandão de Carvalho Lira (641.948.923-72); André Carlos Lehum (028.523.899-08); André Luiz Marinho Falcão Gondim (032.194.814-93); Bento João da Graça Azevedo Abreu (040.522.386-21); Bruno Leonardo Canto Martins (966.701.934-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 688/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto em relação ao ato de Danieli Valnes Magni (973.607.670-91), para autuação e julgamento em apartado, com vistas à proposta de diligência formulada pelo Ministério Público (peça 43):

1. Processo TC-033.285/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Eggres de Castro (017.447.500-41); Bruno Tomazele Rovani (069.380.099-29); Camila Castro Roso (014.249.970-62); Camile Alves Cezar (008.367.900-65); Carolina Schneider Bender (021.186.270-33); Caroline Bolzan Ilha (009.050.600-67); Christian Vargas Dias (027.079.540-55); Cíntia Regina Funk (003.528.160-07); Daiane Regina Segabinazzi Pradebon (019.177.250-00); Daniel Lichtnow (572.478.700-87); Danieli Valnes Magni (973.607.670-91); Darciele Paula Marques Menezes (016.115.380-17); Diego Segatto Blaya (697.056.310-34); Franciele Francisca Marmentini Rovani (832.958.600-68); Janer Cristina Machado (697.178.260-72); Jaqueline Scalabrin da Silva (810.994.950-91); Juliana Scapin (904.656.440-15); Lizandra Salau da Rocha (007.651.730-69); Lúcio de Paula Amaral (298.417.778-94); Marcelo Pastoriza Tatsch (707.511.100-00); Mauricio Figueira (808.263.690-49); Mauricio Sperandio (929.254.130-72); Mauro Alves da Cunha (575.062.130-87); Miriam da Silveira Perrando (013.949.890-75); Moises João Zotti (960.041.850-00); Paulo Henrique Mareze (041.328.259-73); Paulo Mayer Della Libera (752.623.200-15); Raquel Soares Kirchhof (004.584.870-07); Ravele Bueno Goularte (008.628.610-20); Ricardo de Vargas Kilca (898.776.750-72); Roberto Schoproni Bichueti (013.472.700-27); Rodrigo Gehrke Tonin (013.258.490-57); Samuel Spiegelberg Züge (003.204.220-54); Simone da Rosa Messina (014.064.220-02); Tathiane Larissa Lenzi (007.039.200-57); Tatiana Eder da Rocha Lago (020.380.650-63); Tauana Mariana Weinberg Jeffman (012.154.920-81); Vitor Crestani Calegaro (820.484.100-06); William D'andrea Fonseca (044.374.489-01)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 689/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.265/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rayza de Lima Nunes e Silva (078.720.654-79)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 690/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que as determinações constantes do Acórdão 2384/2005 - 1ª Câmara, reiteradas pelo Acórdão 1255/2012 - 1ª Câmara, foram cumpridas pela FURG quase em sua totalidade.

Considerando que o gestor mantém-se impossibilitado de dar cumprimento à determinação do Tribunal em relação aos proventos de Regina de Fátima Simões e Silva, em razão de sentença judicial (Ação 5005710-81.2012.404.7101 - 2ª Vara Federal de Rio Grande), em trâmite na referida Vara Federal, que novamente garantiu a percepção da URP e a não reposição dos valores indevidamente recebidos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em acolher as razões de justificativa apresentadas pelo ex-reitor da Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Sr. João Carlos Brahm Cousin, CPF 212.082.630-72, fazer as determinações a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.297/2003-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Responsável: João Carlos Brahm Cousin (212.082.630-72)
1.2. Interessados: Alzira Martins Miranda (118.205.000-04); Audrey Silva dos Santos (726.009.180-00); Celcia Mann (176.473.120-49); Dorvalina Herchmann Gonçalves (666.031.880-15); Eduardo Alady Mendes (091.422.310-00); Elenize Poester dos Santos (428.782.920-49); Eloy Magalhães (140.377.260-68); Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas (314.996.430-04); Filomena da Silva Ribeiro (256.332.280-49); Idaly Caniela Martins (280.497.480-49); Inilda Borges Duarte (315.159.080-20); Irene Sassone Edom (497.206.270-34); Lea Rocha de Campos Moraes (252.558.940-87); Maria Antonieta da Silva Oliveira (914.314.500-06); Maria Isabel Moreira Borsato (666.828.510-49); Maria Marques Ripoll (005.342.340-20); Regina Nunes da Silva (006.162.160-92); Regina de Fatima Simões e Silva (350.289.710-72); Thais Dias Massaro (832.264.780-87)
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8.determinar à Fundação Universidade Federal do Rio Grande que emita e disponibilize no SISAC novos atos de pensão civil em favor de Celcia Mann (176.473.120-49); Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas (314.996.430-04); Filomena da Silva Ribeiro (256.332.280-49) e Lea Rocha de Campos Moraes (252.558.940-87), conforme determina o art. 15, § 1º, da Instrução Normativa-TCU nº 55/2007;
1.9.determinar à SEFIP que:
1.9.1.nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da ação judicial 5005710-81.2012.404.7101 (2ª Vara Federal de Rio Grande), que ainda tramita na Justiça Federal do Rio Grande do Sul;
1.9.2. analise, com a urgência requerida, os novos atos encaminhados em decorrência da deliberação ora monitorada, fazendo constar, em seu futuro pronunciamento, considerações acerca das rubricas relativas a decisões judiciais eventualmente ainda pagas aos interessados, ficando aquela unidade autorizada, desde logo, a utilizar-se da prerrogativa inserta no § 3º do art. 260 do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 691/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 8130/2013-TCU-1ª Câmara - Relação 38/2013 - Sessão de 19/11/2013, para fins de correção de erro material, no 1º parágrafo do referido acórdão, na forma a seguir:

onde se lê: "(...) em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos. "

leia-se: "(...) em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.950/2013-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amanda Salate Barcot Tintor (445.050.928-52); Cleiton Barcot Tintor (174.178.578-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 692/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.410/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: Iane Maria Hermes Marques (140.560.462-04); Jorge Luiz Franco Fiock dos Santos (106.242.792-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 693/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.676/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: Ademir Gomes de Oliveira (124.821.610-53); Angelo Rigoni (237.300.640-53); Paulo Renato Silva da Paz (485.921.610-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 10ª Região Fiscal
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 694/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de processo de prestação de contas extraordinária da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II, relativo ao período de 1/1 a 31/5/2012;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo, com fundamento no arts. 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.786/2012-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)
1.1. Responsáveis: Bruno Vajgel (349.509.407-59); Ricardo Thadeu Bogado Carreteiro (772.529.267-53)
1.2. Órgão/Entidade: Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro II - RJ
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7.informar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 7ª Região Fiscal e à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro que a constituição de processo de contas extraordinárias, relativo à extinção da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II, está dispensada, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso IV, da Instrução Normativa TCU 63/2010, c/c o art. 9º, inciso IV, da Decisão Normativa TCU 124/2012, devendo as informações sobre o encerramento de atividades da mesma constarem do processo de contas da unidade consolidadora, que, no presente caso, é a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 7ª Região Fiscal.

ACÓRDÃO Nº 695/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 9551/2011-TCU-1ª Câmara, Sessão de 1/11/2013, para fins de correção de erro material, na forma a seguir:

- no item 3.2 onde se lê: "CPF nº 028.196.332-49" leia-se: "CPF nº 028.193.332-49"

- nos itens 3.2 e 9, onde se lê: "Isnard Bastos Barbosa", leia-se "Isnard Bastos Barbosa Leite" mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-009.872/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Adalberto Ferreira da Silva (021.753.392-20); Flaviano Flávio Baptista de Melo (332.517.977-00); Isnard Bastos Barbosa Leite (000.961.212-20); Mauri Sérgio Moura de Oliveira (028.193.332-49)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Cesar Augusto Baptista de Carvalho, OAB/AC 86; Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, OAB/AC 2299; Ruy Alberto Duarte, OAB/AC 736 e OAB/DF 1492-A; Euclides Cavalcante de Araújo Bastos, OAB/AC 722-A
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 696/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde-FNS, em desfavor do Sr. Ivaldo Medeiros de Moraes, ex-prefeito municipal de Alagoa Nova-PB, em razão de irregularidades verificadas na aplicação de recursos do SUS pelo município de Alagoa Nova-PB, no período de setembro de 2003 a outubro de 2004.

Considerando que no âmbito deste Tribunal, entendeu-se que a então Secretária de Saúde, Sra. Maria Salete de Morais, também era responsável pelo dano, haja vista que nos termos do ar. 9º da Lei 8080/1990, ela era a gestora local do SUS;

Considerando que foram realizadas as citações do ex-Prefeito e da ex-Secretaria, por meio dos Ofícios 1276 e 1277/2012-TCU/Secex-PB;

Considerando que a unidade técnica em análise dos autos concluiu pelo acolhimento das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, com o consequente afastamento do débito consignado nestes autos no valor de R$ 1.365,00 (hum mil e trezentos e sessenta e cinco reais), correspondente aos salários pagos indevidamente, especialmente porque os custos da cobrança superam os benefícios e porque inexistem indícios de má fé dos gestores nesse pagamento irregular;

Considerando que, em casos como este, em que, não havendo indícios de locupletamento, o gestor comprova a utilização dos recursos recebidos em benefício da comunidade, e na finalidade pré-definida, ainda que em objeto diferente, é dominante a jurisprudência desta Corte no sentido do julgamento das contas pela regularidade com ressalvas, (Acórdãos 1.313/2009-TCU-Plenário, 2.258/2009-TCU- 2ª Câmara, 1.424/2008-TCU-2ª Câmara, 3.567/2008-TCU-2ª Câmara, 5.300/2008- TCU-2ª Câmara, 204/2000-TCU-1ª Câmara);

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta apresentada pela unidade técnica no sentido de julgar as contas do Sr. Ivaldo Medeiros de Moraes e da Sra. Maria Salete de Morais, regulares com ressalva, dando-lhes quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Ivaldo Medeiros de Moraes (008.470.974-04), ex- Prefeito Municipal de Alagoa Nova/PB, e da Sra. Maria Salete de Morais (274.533.914-15), ex-Secretaria Municipal de Saúde, dando-lhes quitação, devendo ser dada ciência desta deliberação aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Alagoa Nova/PB e ao Fundo Nacional de Saúde, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 36, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.966/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ivaldo Medeiros de Moraes (008.470.974-04); Maria Salete de Morais (274.533.914-15)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova - PB
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: Newton Nobel Sobreira Vita, OAB/PB 14.204
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 697/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS) em desfavor dos Srs. Carlos Roberto de Souza Robaina, na condição de presidente, Daniela Conte Fazzio e Etevaldo Souza Teixeira, ambos na condição de tesoureiros do Diretório Regional do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL/RS, em razão da desaprovação da prestação de contas relativa ao exercício de 2009.

Considerando que o valor do débito atualizado monetariamente dos presentes autos é inferior à R$ 75.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I da Instrução Normativa 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando o disposto no art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*Aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União.*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica, pelo arquivamento do processo, por economia processual, com vistas a evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor da importância a ser ressarcida.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso V, letra "a" e 213 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo das medidas previstas no art. 15 da IN TCU nº 71/2012, e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, dando-se ciência desta deliberação aos responsáveis, Srs. Carlos Roberto de Souza Robaina (642.442.530-68), Daniela Conte Fazzio (303.066.708-10), Etevaldo Souza Teixeira (424.010.970-15) e ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.707/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Roberto de Souza Robaina (642.442.530-68); Daniela Conte Fazzio (303.066.708-10); Etevaldo Souza Teixeira (424.010.970-15)
1.2. Órgão/Entidade: Diretório Estadual do Rio Grande do Sul do Partido Socialismo e Liberdade
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 698/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 202/2001-TCU-2ª Câmara, Sessão de 5/4/2001, para fins de correção de erro material, nos itens 3., 8. e 8.1 do referido acórdão fazer constar o nome correto do responsável, de forma que onde se lê: "Sebastião Pacheco Teles" leia-se: "Sebastião Teles", mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-225.448/1996-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Sebastião Teles (111.187.332-15)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Anamã - AM
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 699/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em:

1.acatar as razões de justificativas do Sr. Bartolomeu Martins Lima, apresentadas em razão das audiências promovidas no processo;

2. dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo de que as determinações efetuadas nos itens 1.5.1.6 e 1.5.1.15 do Acórdão 5116/2010 - TCU - 1ª Câmara ainda não foram integralmente satisfeitas, cabendo ao órgão continuar as ações necessárias e suficientes ao pleno alcance do que foi orientado por este Tribunal;

3.tornar insubsistente o item 1.5.1.12 do Acórdão 5116/2010 - TCU - 1ª Câmara, visto que seu cumprimento ultrapassa as competências do órgão receptor da respectiva determinação;

4. considerar satisfeitos os demais itens determinados no Acórdão 5116/2010, bem como no Acórdão 1085/2009 - TCU - 1ª Câmara; e

5. determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 023.707/2008-6, tendo em vista que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, devendo ser dada ciência deste deliberação ao responsável e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.112/2010-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Bartolomeu Martins Lima (779.618.627-49)
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (00.414.607/0005-41)
1.3. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.9. Objeto: monitoramento das determinações exaradas pelo Acórdão 5116/2010 - TCU - Relação 17/2011 - TCU - 1ª Câmara, nos autos do TC-023.707/2008-6.

ACÓRDÃO Nº 700/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação ao representante, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 20:

1. Processo TC-021.052/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1.Interessado:Mark Torronteguy Nunez Weber (582.405.510-68), Procurador da República/RS - MPF/MPU
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mampituba - RS (01.613.501/0001-06)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 701/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, arquivar o processo, sem prejuízo das determinações propostas, devendo ser dada ciência desta deliberação ao representante, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 14:

1. Processo TC-027.913/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procuradoria da República no Município de Cáceres/MT
1.2.Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que, observado o devido processo legal que garanta o contraditório e a ampla defesa, promova o desconto dos valores correspondentes ao descumprimento da jornada de 40 (quarenta) horas semanais pelo servidor Vanderlei da Silva (CPF 603.981.401-20), ocupante do cargo de Assistente de Administração, no período de 17/6/2011 a 31/3/2013, tendo em vista haver cumprido apenas o equivalente a 30 horas semanais, informando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas;
1.8. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação supra.

ACÓRDÃO Nº 702/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à representante e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 9:

1. Processo TC-030.152/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 032.597/2013-4 (SOLICITAÇÃO)
1.2.Interessado: Carolina da Silveira Medeiros (632.303.300-30), Procuradora da República/RS - MPF/MPU
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (92.969.856/0001-98)
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 703/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em virtude da revogação do Pregão Eletrônico 43/2013, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.660/2013-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: ThinNetworks Produtos de Informática Ltda (07.325.2024/0001-60)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2014 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 704/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU e na Súmula nº 145 do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em corrigir, por erro material, o item 9.2 do Acórdão 7443/2013-TCU-1ª Câmara, na forma a seguir, mantendo-se inalterados os demais termos da decisão:

onde se lê "... no item 9.8 do Acórdão 7.514/2012-TCU-1ª Câmara, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, e das multas imputadas a José Ruy Coelho de Albuquerque nos itens 9.6 e 9.7 do mesmo acórdão, em quatro parcelas mensais consecutivas, atualizadas monetariamente a partir da data de publicação deste Acórdão...";

leia-se "... no item 9.8 do Acórdão 7.514/2012-TCU-1ª Câmara, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, atualizadas monetariamente a partir das datas de ocorrência nele especificadas, e das multas imputadas a José Ruy Coelho de Albuquerque nos itens 9.6 e 9.7 do mesmo acórdão, em quatro parcelas mensais consecutivas, atualizadas monetariamente a partir da data de publicação do Acórdão 7.514/2012-TCU-1ª Câmara...".

1. Processo TC-010.636/2010-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 016.693/2007-0 (Representação).
1.2. Responsáveis: Alíbio Armstrong Pereira Caruta (391.098.442-87); Janete Costa de Medeiros (643.636.002-68); José Ruy Coelho de Albuquerque (015.327.742-49); João Batista Gomes Asfuri (035.683.852-87); Prefeitura Municipal de Porto Acre - AC (84.306.661/0001-30); Raimundo da Silva Pessoa (215.876.802-97).
1.3. Recorrentes: Alíbio Armstrong Pereira Caruta (391.098.442-87); Janete Costa de Medeiros (643.636.002-68).
1.4. Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Acre - AC.
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
1.8. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo - AC (Secex-AC).
1.9. Advogado constituído nos autos: Alessandro Callil de Castro (OAB/AC 3.131) e Lucas Vieira Carvalho (OAB/AC 3.456) - Procuração (doc. 16).
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 705/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, II, e 43, I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 243 e 250, II, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar parcialmente cumpridas as determinações proferidas no Acórdão 4.985/2012-1ª Câmara e fazer as seguintes determinações, determinando o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.584/2012-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Nery Paes (400.259.000-30); Gilberto Barichello (521.012.829-68)
1.2. Interessados: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71); Tribunal de Contas da União (00.414.607/0018-66)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Canoas/RS - INSS/MPS; Hospital Cristo Redentor S.A. - MS; Hospital Fêmina S.A. - MS; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que adote as providências previstas no art. 133 da Lei 8.112/90 com vistas à regularização dos casos de acumulação irregular de cargos/empregos públicos dos seguintes empregados, conforme exposto na Tabela à peça 30 do TC-043.584/2012-8: Rogério Symanski da Cunha (CPF: 183.532.070-87); Lizandreia Brombatti (CPF 630.589.010-20); Raul Oliveira de Oliveira (CPF 707.364.640-34); João Carlos Ferreira Oliveira (CPF 140.613.840-15); Paulo César Pinto (CPF 720.583.407-44) e Rosimeri da Silva Numer (CPF 762.996.190-15);

1.8.2. determinar ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que informe nas próximas contas as medidas adotadas com relação às situações de acumulação irregular do item acima;

1.8.3. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre que adote as providências pertinentes à verificação da regularidade da acumulação de cargos e empregos públicos da empregada Beatriz Maria de Azevedo Assis Brasil (CPF 359.128.800-44), aplicando as medidas previstas no art. 133 da Lei 8.112/90 em caso de incompatibilidade de horários ou eventual prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos/empregos licitamente cumulados, bem como informe nas próximas contas as medidas adotadas; e

1.8.4. determinar à Controladoria-Geral da União para que faça o monitoramento do atendimento das determinações acima mencionadas por ocasião da análise das próximas contas do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

ACÓRDÃO Nº 706/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no *caput* do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Procuradoria da República no Amazonas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-002.865/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Amazonas e Roraima - DNIT/MT

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 707/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, e no art. 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em considerar cumprida a determinação contida no subitem 1.6.1 do Acórdão 3.052/2013-TCU-1ª Câmara e arquivar os presentes autos, dando-se ciência desta deliberação ao Ministério das Comunicações e à Pangea, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.197/2012-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Ministério Público do Trabalho (26.989.715/0005-36); Pangea - Centro de Estudos Socio-ambientais (01.250.754/0001-62); Secretaria de Inspeção do Trabalho (37.115.367/0038-52); Teneg Cooperativa de Trabalho Em Serviços Administrativos (09.164.676/0001-95)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 708/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás/GO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-025.867/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Geraldo Messias Queiroz (457.320.356-72)

1.2. Interessado: Osmarildo Alves de Souza (478.059.191-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).

1.7. Advogadas constituídas nos autos: Tatiana Oliveira Bernal (OAB/DF 23.883), Nathália Torres de Sá Guimarães (OAB/GO 37.687)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 709/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás/GO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-025.870/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Geraldo Messias Queiroz (457.320.356-72)

1.2. Interessado: Osmarildo Alves de Souza (478.059.191-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2014 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 5/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 710/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 RITCU, em autorizar o parcelamento da multa aplicada à Sra. Rosemir Santana de Andrade Lima por meio do Acórdão 1.619/2013-TCU-1ª Câmara, em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.059/2009-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Apensos: 016.171/2008-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antônio Freire Nobre (028.128.942-53); Auton Peres de Farias Filho (095.736.232-34); Carlos Alberto Franco da Costa (216.425.322-15); Daniel Braz de Araújo (691.167.922-20); Francisco Antônio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Francisco Antônio Viana Fontes (052.036.782-00); Francisco Carlos Nogueira Brilhante (051.504.262-53); Gilberto Castro Ossami (011.292.952-49); Jaider Moreira de Almeida (196.180.002-06); Jesus Galvão de Freitas Lima (339.301.202-91); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); José de Mathias Medeiros de Franca (045.014.202-78); José Guedes de Souza (091.282.552-91); João Silva Lima (164.665.192-87); Margarida Lima Carvalho (083.266.492-87); Maria Almira Cruz do Nascimento (138.334.482-53); Manoel Rodrigues Sobrinho (045.641.202-63); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Ormifran Pessoa Cavalcante (196.682.872-15); Pascoal Torres Muniz (055.598.395-15); Paulo Augusto Rodrigues Barbosa (017.903.467-70); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49); e Thiago Rocha dos Santos (723.703.272-00)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).

1.7. Advogado constituído nos autos: Cláudia Maria da Fontoura Messias Sabino (OAB/AC 3.187)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar à Secex/AC que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº 711/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Aurefrancis Pereira dos Santos e Otávio Nogueira Matias, dando-lhes quitação, com fulcro nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo das medidas consignadas no item 1.7;

b) julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU:

1. Processo TC-022.936/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Aurefrancis Pereira dos Santos (978.833.103-30); Otávio Nogueira Matias (396.872.603-00); Madaila Guimarães da Costa Veloso (151.698.473-00); José Lenir Alves Cavalcante (041.865.673-87); Francisco Soares Pereira (105.650.513-34); Maria do Socorro Soares Martins (474.189.663-34); Cícera Gomes dos Santos (252.628.903-34); Maria Aparecida da Costa Nascimento (342.143.993-15); Fábio Santana de Oliveira (280.154.791-34); Marileide Martins Moura Bacelar de Carvalho (287.869.393-00); Ivana Mara Veras de Brito (843.160.553-72); Antonio Carlos de Araújo (132.853.354-91); Josenilson Carlos Santana Pereira (757.684.373-04); e Vera Lúcia Amaral Galdino Valentim (324.487.404-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar à Superintendência Estadual da Funasa no Piauí que:

1.7.1.1. no tocante à fiscalização da execução de convênios e instrumentos congêneres, defina critérios mais precisos para a elaboração de relatórios de vistorias *in loco*, a fim de que eles estejam respaldados em planilhas que especifiquem e quantifiquem os serviços executados e não executados, indicando sua localização e identificando os responsáveis por eventuais irregularidades;

1.7.1.2. ao examinar as prestações de contas dos convênios e instrumentos congêneres, avalie a gravidade das falhas detectadas e suas implicações para a efetividade das ações do programa a que se referem;

1.7.2. dar ciência à Superintendência Estadual da Funasa no Piauí de que:

1.7.2.1. o alongado tempo para a finalização da análise das prestações de contas e instauração da respectiva tomada de contas especial, quando necessária, constitui afronta aos arts. 29 e 31 da IN/STN 1/1997, bem como ao art. 76 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011;

1.7.2.2. vedar a participação de consórcios sem a devida motivação contraria a jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.636/2007-Plenário, 963/2011-2ª Câmara e 1.165/2012-Plenário) e pode ocasionar restrição indevida à competitividade da licitação;

1.7.2.3. a ausência de cláusula dispondo sobre critério de aceitabilidade de preços unitários nos editais de licitação contraria o art. 40, X, da Lei 8.666/1993;

1.7.2.4. a ausência de parcelamento do objeto licitado, quando técnica e economicamente viável, constitui ofensa ao disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993;

1.7.2.5. a realização de processo de licitação sem a observância de critérios de sustentabilidade ambiental contraria o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010;

1.7.2.6. a reincidência das falhas acima mencionadas poderá ensejar a aplicação de penalidades cabíveis, quando da realização de futuras atuações deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 712/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes e José Rogério Casado dos Santos e do Centro de Geração de Emprego - Cegepo, dando-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

b) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. William da Silva Pereira, Frázio Tenório Cavalcante e José Neilton Nunes Alves, dando-lhes quitação, com fulcro nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-032.691/2010-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Centro de Geração de Empregos - Cegepo (04.488.741/0001-14); Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes (133.766.244-53); Frázio Tenório Cavalcante (059.871.054-04); José Rogério Casado dos Santos (637.168.284-91); José Neilton Nunes Alves (940.577.964-87); e William da Silva Pereira (994.532.074-20).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva de Educação do Estado de Alagoas (SEE/AL)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Pedro Leão de Menezes Filho Neto (OAB/AL 6.324); Maira Ivanilda da Silva (OAB/AL 11.064); Aysha Marie Ávila Bernardes de Castro (OAB/AL 6.881); Joel Chernichiarro Corrêa (OAB/AL 3.909).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 713/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente e determinar o arquivamento do processo, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da adoção da medida consignada no item 1.6.1 desta deliberação:

1. Processo TC-031.926/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em São Paulo
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: Fábio Springmann Bechara (OAB/SP 228.034)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de que a falta de exigência, nos editais de licitação para contratação de agências de correios franqueadas, de laudo técnico de engenharia (nos termos da Resolução 345/1990 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea) sobre o imóvel indicado pela licitante pode prejudicar a verificação da conformidade da proposta técnica com os requisitos do edital (art. 43, IV, da Lei 8.666/1993).

Ata n° 5/2014 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 714/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno, e considerando que, no monitoramento acerca do cumprimento do Acórdão nº 619/2007-TCU-Plenário, foi constatado que se encontra pendente de apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região o recurso interposto na Ação Ordinária nº 2007.71.00.022800-9/RS, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.730/2004-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dirson Solano Dornelles (126.367.970-68)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Autorizar a Sefip a encaminhar informações à Consultoria Jurídica do TCU e ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para a adoção das providências cabíveis acerca do processo judicial acima referido, nos termos da questão de ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011.
1.8. Encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
1.9. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 715/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.726/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberson Silva Costa (778.213.195-20); Alexandre Norberto dos Santos (305.445.398-77); Antônio Camargo (039.146.779-45); Antônio Roberto Cunha Alcoforado (001.257.375-21); Danielle de Oliveira Santos (053.242.199-08); Douglas da Silva Varjão (012.019.971-86); Everton Luis Altmeyer (948.697.400-44); Felipe Cruzati Pires (325.743.178-31); Flávio Studart Wernik (005.440.121-60); Gerson Suzuki (034.033.879-25); Jerusa Naves Ferreira (058.571.306-54); Jorgean Barros da Silva (007.855.213-30); José Antônio Vilela da Silva (020.522.794-58); Luciana Pereira Fonseca (044.610.096-02); Marcelo Luis Militão (975.820.260-04); Mariane Hide Kohasigawa de Sousa (368.763.178-89); Milena Helen de Paula (073.548.146-60); Nélia Duarte Pinheiro de Queiroz (699.259.921-68); Paulo Barreto Maciel Filho (052.300.146-01); Ronaldo César Woyniak (014.196.810-95); Sandra Satiko Yokoi Milhomens (126.583.698-16); Thiago Dias da Silva (111.625.567-73); Vânia Altina Chaves (995.849.566-04); Waldeilson Carneiro dos Santos (952.902.493-20)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 716/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.751/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Magalhães Tavares Pereira Furtunato (045.205.926-74); Haika Michelline Amaral Brito (707.586.701-68); Haroldo Decário (319.326.938-74); Hart Lair Botelho Oliveira (078.933.246-94); Helbert Oscar de Aguiar Silva (113.004.866-78); Helder de Aquino Falqueto (112.699.947-43); Helen Cristina Silva Busquilha (264.455.828-00); Helton Nascimento Abreu (708.327.812-15); Henrique de Aguiar Monteiro da Silva (020.646.879-20); Hérica Melo Vieira Aires (027.880.874-38); Hermeson Vieira de Melo (077.468.604-94); Heverton Jorge dos Santos (926.644.311-53); Hilda Regina Toneto Silva (691.025.542-91); Honan Fernandes Batista de Andrade (036.362.631-02); Hudson Batista de Melo (344.077.901-72); Hudson Cosme de Figueiredo (070.271.091-15); Hugo Leonardo de Siqueira Cardoso (664.990.971-87); Humberto Ramos da Silva (280.108.818-80); Humberto Ruiz Breval Neto (787.067.932-15); Iacilton Paulo de Souza Carvalho (978.908.045-04); Iara Branquinho Iunes Jardim (280.108.858-78); Igor Michelon Lopes (010.997.270-81); Inayan Sephora Dourado Lopes (034.668.643-13); Irene Fonseca de Campos Pereira (007.832.724-56); Isaque Kiss Spineli (330.464.818-61); Ítalo Franciscon Pazini de Oliveira (328.173.618-14); Iure Cortez Linário Leal (004.805.371-60); Ivan Fereira Libonati (381.838.008-23); Ivan Márcio Pereira Gomes (538.601.446-34); Ivanete Aparecida de Proença (217.132.628-00); Jaci Inglês de Morais (316.164.102-72); Jader Martin Staudt (011.614.990-67); Jaiber de Souza Kler (058.088.527-57); Jailson de Jesus dos Santos (539.659.301-68); James Patrício Barbosa do Nascimento (301.410.952-53); Janaína Ayres de Lima (005.551.100-79); Janaína Barros Gois (666.543.351-04); Janaína de Araújo Cunha (721.859.021-72); Jannine de Jesus Braga (998.033.561-00); Jaqueline Weiss Toshiyuki (252.137.108-40); Jarteclay Teixeira Dantas (285.518.278-63); Jean Flávio Vieira Pinto (229.660.688-17); Jean Francesco Arsego (040.918.839-58); Jean Maia Ferreira (709.807.802-68); Jeane Farias Nogueira (138.164.477-59); Jeferson Jerônimo Stein (923.303.200-00); Jefferson James Lobo Gama (297.807.212-15); Jefferson Luis de Castro (138.084.598-08); Jeniffer Pacheco Souza (313.984.098-55); Jéssica Andrea Ferreira de Lima (042.851.851-64); Jéssica Gimenez Munhoz Silva (399.740.948-01); Jéssica Mayara Alves de Farias (034.204.561-07); Jéssica Vieira de Sousa Medeiros (963.152.532-53); João Alves Filho (726.752.178-91); João Batista Pereira (583.807.441-87); João Geraldo Kitazawa Matilde da Silva (214.539.368-40); João Guthemberg dos Santos Silva (056.411.464-20); João Maria Lins (965.064.587-04); João Paulo Bassi (320.860.418-10); João Paulo Santos de Moura (803.837.935-72); João Paulo do Couto (223.688.028-60); João Vítor Rizzi (395.878.098-90); Joice Siara Botton (320.419.998-37); Jonathan Barcelo da Silva Anjos (019.831.661-54); Jonathan Rodrigo Vieira (052.427.249-27); Jonathan Souza Vasconcelos (364.631.438-98); Jordana Gomes Vilar Pimentel (009.234.974-98); Jorge de Aguiar Lima (932.820.015-68); Josana Abreu de Souza (946.456.205-68); José Carlos da Silva (015.838.521-74); José Edson Padilha de Oliveira (014.538.354-74); José Edson de Souza (039.768.914-44); José Eraldo de Santana (235.150.905-68); José Henrique Campitelli Fiorin (384.840.498-25); José Henrique Passos Leão Madeira (040.562.473-58); José Jordann Duarte Quaresma Dias (034.153.563-02); José Mário Cardoso de Sena (024.957.015-74); José Mateus Ferreira da Rocha (142.309.727-09); Josefa Adriana Lima de Melo (994.368.684-72); Joselia Miranda Godoi (285.004.358-36); Joselito Nery de Santana Júnior (889.013.435-68); Joselma Rosa Aragão de Oliveira (031.314.635-70); Josué da Silva Leite (633.613.106-87); Juciara Clarindo de Oliveira (054.933.274-06); Jucid Wisley Oliveira Freire (025.260.483-03); Júlia Araújo Borges (019.789.241-86); Juliana Buonanno Dutra de Araújo (352.870.158-79); Juliana Cardozo da Silva (361.871.428-96); Juliana Fernandes Campos (065.421.096-92); Juliana Freitas Martinez (339.310.108-05); Juliana Ivo Toscano (012.150.961-35); Juliana Liibke Hoffmann (033.693.649-48); Juliana Maria Peixoto de Vargas (970.803.140-20); Juliana Sozzo Garozi (363.525.678-19); Juliana da Costa Reis (104.874.717-41); Juliane Carvalho Bastos (376.826.278-24); Jullianna Kenia Pereira da Costa Melo Araújo (055.704.734-08); Kalinca de Paula Vaz Conceição (195.724.358-92); Karine Ribeiro Antunes de Oliveira (276.627.798-66); Karinne Vasconcelos da Costa Reis (606.697.564-15)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 717/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.753/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Márcia Regina Oliveira (569.191.079-53); Márcia Silveira Dantas Lizarazu (020.647.463-66); Márcia Valéria Rangel Martins (086.591.447-83); Marciano Braga Siqueira de Araújo Pedrosa (002.898.243-62); Marcílio Francisco de Moraes (066.924.928-90); Márcio Cristhiano Ribeiro Reis (636.066.072-53); Márcio José Barreto de Souza (283.001.078-78); Marco Antônio Diniz Júnior (847.010.806-91); Marcos Henning da Costa (087.324.749-38); Marcos José Moita (247.955.771-53); Marcos Maciel de Sousa Carlos (002.231.933-64); Marcos Santille (118.961.868-07); Marcos Seizem Majikina (034.416.218-40); Marcos Soares Brandão Júnior (048.095.234-54); Marcos Vinícius Bascheira (322.948.488-61); Marcos Vinícius Walderrama (304.455.998-71); Marcos de Nadai (272.648.258-92); Mardonyo de Morais Fernandes (602.991.583-57); Maria Andreia Soares Duarte Azevedo (807.064.601-20); Maria Emília Villela Reis (050.139.966-60); Maria Fátima Leiko Fujikava Endo (051.659.568-73); Maria Jacia Tavares Aragão (874.233.833-68); Maria Lúcia dos Santos Araújo (781.303.289-68); Maria Maiara de Barros Aguiar (027.922.841-45); Maria Priscila Guedes Duarte (041.833.303-35); Mariana Ferrini Giacon (370.333.888-10); Mariana Queiroz Bastos Lima (735.440.941-34); Mariana de Oliveira Calbilho (222.623.148-02); Marilane Marques Bepler (033.033.867-65); Marilene Gomes da Silva (035.103.586-94); Marina Augusta Menassa Fornaciari (096.726.717-09); Marina Martins de Lima (120.052.457-80); Marina Mendes Rios (055.992.655-36); Mário Sérgio Peixoto Caldas (054.380.113-62); Marli dos Santos (206.437.238-54); Maruska Campos Freitas Ferraz (723.180.901-49); Mateus Gonçalves Gomes (410.966.528-03); Mateus Rodrigo Câmera (011.712.990-95); Matheus Andrade dos Reis (036.062.331-08); Matheus Boaventura Jovita (658.582.805-44); Matheus Henrique Coatio Medeiros (047.208.861-08); Mathias Apollo (025.627.350-21); Maurício Freitas Celestin (144.168.321-68); Maurício Kenji Osako (297.545.208-01); Maurício de Aragão Gomes Rodrigues (130.889.517-85); Mauro Jorge Moura de Lima (056.462.074-28); Mauro Luiz Reis Gonçalves (092.705.617-80); Mauro Vieira da Silva (189.956.911-15); Mayara Carvalho Silva (019.826.113-67); Mayara Emy Koike (226.656.738-19); Maykon Diego Vianney da Silva (009.192.551-75); Mayra Galil Cunha Giorgeto (005.748.626-33); Mayre Helen Faustino (646.369.761-34); Mércia Assis dos Santos Valverde (082.286.348-03); Micaella Bruno da Cruz Marques (035.582.005-60); Michell Mendonça Araújo (029.413.461-12); Milene Chagas Nobre (117.163.036-05); Milton Lima do Amaral (138.712.263-00); Moacir Cláudio Cussolim Mesquita (184.408.468-00); Moisés Dal Pra (006.639.810-00); Mônica Marques de Oliveira (037.333.149-56); Murilo Salvador Batista (123.410.877-10); Nailson Lira Silva (028.105.693-55); Nanci de Souza Porto (151.819.698-52); Natacha Azevedo Enoki (369.923.028-76); Natália Fernandes Fonseca Lago (369.716.298-50); Natasha Batista Ribeiro Litaiff (893.095.292-53); Nelson Gonzaga Costa (846.857.949-15); Neomeres Borges da Silva (002.941.471-79); Nildermerson Diógenes Campelo (010.500.343-33); Nilson Ribeiro de Almeida (705.225.371-20); Nolyanne Peixoto Brasil Vieira Souto (906.441.741-53); Núbia de Moura Guimarães Rodrigues (010.380.806-06); Odonel do Vale Santos (299.971.758-08); Olavo José Braz (362.600.103-20); Olavo Junio Silva da Cunha (124.109.117-06); Oscar Kudo (080.993.848-06); Osvaldo Gomes Gotardi Filho (006.526.761-38); Oswaldo de Moraes Júnior (326.559.988-47); Otávio Augusto Moreira de Freitas (098.864.167-42); Pablo Diego Soares Gomes (071.305.394-10); Paloma Alexandre dos Santos (039.930.391-06); Patrícia Baldino Moreira (111.084.077-22); Patrícia Cena de Amorim (283.626.818-29); Patrícia Lemmertz Pibernat (707.238.340-91); Patrícia Magalhães de Oliveira (702.523.001-49); Patrícia Sepka Limas (019.442.761-73); Paula Ediane Pompeu de Brito (025.368.444-71); Paula Monteiro de Castro Nessimian (105.706.187-54); Paula Natali Carneiro da Cunha Paley (359.494.038-19); Pauline Rafaela Soares Cacique (085.155.346-06); Paulo Cícero dos Santos (260.373.678-76); Paulo Constâncio da Silva (620.542.791-53); Paulo Egídio Arguelo de Moura (031.367.711-50); Paulo Francisco Santos Lopes (009.323.795-24); Paulo José de Sousa (019.287.021-12); Paulo Roberto Gomes Silva (158.841.458-29); Paulo Roberto de Lima Oliveira dos Santos (122.472.627-83); Pedro Batista Murta Maciel Corgnati (384.142.088-51); Pedro Henrique de Castro Souza (033.308.095-58)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 718/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação a Crescêncio Antunes da Silveira Neto, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.3 do Acórdão nº 2068/2012 - 1ª Câmara, em Sessão de 17/4/2012, Ata nº 12/2012.

Valor original da multa: R$ 3.000,00 data de origem: 17/4/2012

| VALOR RECOLHIDO: | DATA DO RECOLHIMENTO: | VALOR RECOLHIDO: | DATA DO RECOLHIMENTO: |
|---|---|---|---|
| R$ 83,64 | 30/07/2012 | R$ 170,00 | 19/10/2012 |
| R$ 85,00 | 30/10/2012 | R$ 85,38 | 30/11/2012 |
| R$ 86,00 | 02/01/2013 | R$ 87,00 | 18/02/2013 |
| R$ 87,33 | 28/02/2013 | R$ 87,86 | 01/04/2013 |
| R$ 88,29 | 30/04/2013 | R$ 89,00 | 31/05/2013 |
| R$ 96,49 | 01/07/2013 | R$ 89,06 | 30/08/2013 |
| R$ 89,06 | 30/08/2013 | R$ 90,20 | 30/09/2013 |
| R$ 1.939,77 | 31/01/2014 | | |

1. Processo TC-021.075/2006-2 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Crescêncio Antunes da Silveira Neto (058.185.245-15); Ana Maria Costa (116.255.621-87); Antonio Alves de Souza (114.302.901-10); Antonio Luiz Almeida (416.229.791-68); Carlos Saraiva e Saraiva (020.123.087-91); Eder Sousa Vogado (538.519.861-72); Eliane Aparecida da Cruz (124.555.418-27); Eliane Maria Abreu de Oliveira (664.434.747-91); Elisabeth Carmen Duarte (491.409.656-00); Expedito Jose de Albuquerque Luna (167.404.084-91); Fabiano Geraldo Pimenta Junior (339.511.956-49); Inácio Massaru Aihara (760.132.518-00); Isabel dos Reis Silva Oliveira (316.288.001-78); Jacinta de Fátima Sena da Silva (204.086.844-53); Jarbas Barbosa da Silva Junior (152.884.394-00); João Leonel Estery (210.625.440-72); João Teófilo da Silva (096.812.131-49); Jomilton Costa Souza (301.570.301-30); Jonice Maria Ledra Vasconcelos (031.266.849-04); José Ivo dos Santos Pedrosa (095.876.243-00); José Luiz Riani Costa (850.042.608-00); José Ricardo Pio Marins (074.287.178-92); Jurandir Cordeiro Lopes (115.237.601-25); Lizete Maria Leite Silva (334.241.791-91); Luiz Antônio Nolasco de Freitas (836.061.657-49); Luiz Aureliano de Carvalho Filho (066.364.624-34); Márcia Batista de Souza Muniz (133.799.841-91); Maria Ferreira da Silva (144.618.461-72); Maria Natividade Gomes da Silva Teixeira Santana (232.487.696-53); Mauro Cesar Biage (222.041.991-68); Nelson Rodrigues dos Santos (013.710.619-04); Norma Consuelo de Souza Cortes (480.319.411-49); Raimunda Célia Miranda (072.930.202-44); Raldo Bonifácio Costa Filho (036.209.807-72); Reneide Muniz da Silva (172.424.284-91); Sady Carnot Falcão Filho (066.738.211-91); Sônia Lacerda Macedo (298.844.116-20); Sonia Maria Feitosa Brito (291.370.984-20)

1.2. Unidades: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde (agregadora), Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão Participativa e Secretaria de Vigilância em Saúde

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 719/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, incisos II e IV, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar o arquivamento do seguinte processo:

1. Processo TC-022.137/2010-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Walfredo Braga Weba (012.553.203-20)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Helena - MA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 720/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso I; 10, § 1º; 11 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, e 197 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em adotar as seguintes providências e determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.354/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Genival Soares Guajajara (758.845.933-68)

1.2. Unidade: Associação de Saúde das Comunidades Indígenas no Município de Arame - MA (04.841.685/0001-50)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Sobrestar o processo, até conclusão do posicionamento definitivo da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Maranhão (Suest/MA) sobre a quantificação individualizada dos débitos que compõem o montante impugnado nesta tomada de contas especial, se houver, e qualificação dos respectivos responsáveis;

1.8. Determinar à Suest/MA que, em observância ao art. 8º da Lei 8.443/1992, conclua seu posicionamento em relação à prestação de contas apresentada pelo responsável Genival Soares Guajajara à Funasa/MA, referente aos recursos recebidos pela Associação de Saúde das Comunidades Indígenas do Município de Arame/MA - ASCIA, por força do Convênio 196/2002, Siafi 457675, celebrado em 5/7/2002 com a referida entidade, emitindo assim parecer definitivo e detalhado, procedendo à devida quantificação individualizada dos débitos que compõem o montante impugnado nesta tomada de contas especial, se houver, e qualificando o respectivo devedor, encaminhando, no prazo de 90 (noventa) dias, referido parecer conclusivo, com indicação das respectivas peças que o fundamentam, para juntada ao presente processo, cuja cópia em meio magnético seguirá anexa para subsídio à análise do concedente;

1.9. Orientar a Suest/MA no sentido de que, no exame final que irá empreender da prestação de contas do convênio em tela, as despesas devem ser aprovadas ou rejeitadas de acordo com sua pertinência ao objeto pactuado e respectivo plano de trabalho, e não segundo os resultados obtidos em face de cada uma das cinco parcelas de recursos repassadas à entidade convenente;

1.10. Enviar à Suest/MA cópia da instrução da Unidade Técnica, bem como do competente parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, emitidos mais recentemente.

ACÓRDÃO Nº 721/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para, preliminarmente, determinar a adoção das seguintes providências:

1. Processo TC-002.984/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ágil Serviços Especiais Ltda. (72.620.735/0001-29)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (Samf/DF)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e outros.

1.7. Determinar o apensamento em definitivo da presente representação aos autos do TC-001.400/2014-2.

1.8. Comunicar à representante desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 722/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para, preliminarmente, determinar a realização de audiências e a adoção das seguintes providências propostas nos autos:

1. Processo TC-008.526/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza/MG

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência:

1.7.1. à Superintendência Nacional de Auditoria-Geral - Caixa Econômica Federal sobre a não utilização da modalidade pregão, bem como da ausência de justificativa para a utilização dessa modalidade licitatória, na execução das transferências contrato de repasse 266067-18/2008 (Siafi 636062) e CV 13163/2009 (Siafi 731255), em desacordo com o artigo 1º, Decreto 5504, de 5/8/2005, c/c o art. 49, §§ 1º e 2, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 29/5/2008;

1.7.2. ao Fundo de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

1.7.2.1. sobre a não utilização da modalidade pregão, bem como da ausência de justificativa para a utilização dessa modalidade licitatória, na execução da transferência CV 701279/2011 (Siafi 668907), em desacordo com o artigo 1º, Decreto 5504, de 5/8/2005, c/c o art. 49, §§ 1º e 2, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 29/5/2008;

1.7.2.2. sobre a paralisação injustificada do objeto do CV 710107/2008/FNDE (Siafi 625188), que se destina à construção da escola infantil do programa Proinfância no município de Cruzeiro da Fortaleza/MG, que acarretou na não utilização do mobiliário adquirido com os recursos do convênio 701279/2011 (Siafi 668907), cumulado com o péssimo estado de guarda e conservação desse mobiliário, além de possível perda de garantia por decurso do prazo;

1.7.3. ao Fundo de Desenvolvimento da Educação -FNDE e ao município de Cruzeiro da Fortaleza/MG:

1.7.3.1. sobre a adoção do regime de empreitada por preço global (preâmbulo) no convênio CV 710107/2008 FNDE (Siafi 625188), sem o estabelecimento de critérios de avaliação do preço unitário, em desacordo com a Lei 8666/1993, art. 40, inciso X; e art. 43, inciso IV, c/c a Súmula 259 da Jurisprudência do TCU estabelece que: "Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor";

1.7.3.2. sobre a cumulação de caução de valor equivalente a 1% do preço cotado pela proposta vencedora com capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado para a contratação (item 4.1.4, subitens II e V, do Edital da Tomada de Preços 4/2009 - CV 710107/2008 FNDE), não obstante o entendimento de que é irregular esta prática, em conformidade com o art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993, c/c o entendimento constantes dos Acórdãos TCU 2640/2010-Plenário e 2749/2012 - Plenário;

1.7.3.3. sobre a alteração contratual irregular promovida durante a execução do convênio CV 806083/2007 (Siafi 603182), no percentual de 54,09% sobre o valor original do contrato, não observando o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c as deliberações firmado deste Tribunal a partir da prolação do Acórdão 749/2010 - Plenário, considerando que o cálculo dos acréscimos e dos decréscimos são separados, não se permitindo que eventuais decréscimos sejam compensados com os valores dos acréscimos, além de descaracterizar o planejamento feito e o objeto que foi licitado;

1.7.4. à Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte e à Superintendência Nacional de Auditoria-Geral - Caixa Econômica Federal sobre a inexistência de três rampas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais previstas no projeto arquitetônico do objeto do Contrato de Repasse 263.649-73/2008, bem como da ausência de conservação desse objeto conveniado, cujo município beneficiário assumiu o compromisso de executar e de reparar os defeitos nos itens de serviço apontados pela fiscalização deste Tribunal;

1.7.5. ao município de Cruzeiro da Fortaleza/MG sobre a não utilização da modalidade pregão, bem como da ausência de justificativa para a utilização dessa modalidade licitatória, na execução das transferências contrato de repasse 266067-18/2008 (Siafi 636062), CV 13163/2009 (Siafi 731255) e CV 701279/2011 (Siafi 668907), em desacordo com o artigo 1º, Decreto 5504, de 5/8/2005, c/c o art. 49, §§ 1º e 2, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 29/5/2008;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.6. à Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte sobre a não utilização da modalidade pregão, bem como da ausência de justificativa para a utilização dessa modalidade licitatória, na execução da transferência CV 13163/2009 (Siafi 731255), em desacordo com o artigo 1º, Decreto 5504, de 5/8/2005, c/c o art. 49, §§ 1º e 2, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 29/5/2008;

1.7.7. à Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades sobre a não utilização da modalidade pregão, bem como da ausência de justificativa para a utilização dessa modalidade licitatória, na execução da transferência contrato de repasse 266067-18/2008 (Siafi 636062), em desacordo com o artigo 1º, Decreto 5504, de 5/8/2005, c/c o art. 49, §§ 1º e 2, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 29/5/2008.

ACÓRDÃO Nº 723/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, conforme pareceres emitidos nos autos, arquivando estes em seguida.

1. Processo TC-016.070/2010-0 (MONITORAMENTO EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência à Controladoria-Geral da União, em observância ao disposto no inciso IV, art. 74 da Constituição Federal, para que acompanhe o deslinde das ações do Ministério da Integração Nacional no processo de análise da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso 029/2009 (Siafi 652365), particularmente quanto ao disposto no item 1.6.1 do Acórdão 2843/2012 - TCU - 1ª Câmara, representando a este Tribunal no caso de eventual inércia dos gestores do referido órgão, em especial em função do disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992, sem prejuízo do monitoramento que já deve realizar sobre o tratamento que a unidade jurisdicionada dá às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, conforme a Parte A, item 9.1, do Anexo II da Decisão Normativa - TCU 127/2013 c/c art. 9º, inciso I, e item 1 do Anexo IV à Decisão Normativa - TCU 132/2013.

1.8. Encaminhar à Controladoria-Geral da União, como subsídio ao acompanhamento acima proposto, cópia dos presentes autos, em meio magnético, bem como desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 724/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, arquivando-a, mandando adotar as medidas propostas, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.249/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Construtora Princesa do Vale Ltda.-Me (15.233.791/0001-77)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Bayeux/PB

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Bayeux/PB, nos termos da Portaria-Segecex 13/2011, sobre as seguintes impropriedades na Concorrência 03/2013, a fim de, na realização de licitação envolvendo recursos federais, evitar nova ocorrência, sob pena de aplicação de multa aos responsáveis:

1.7.1. exigência de comprovante de aquisição do edital da licitação (item 6.2, alínea "c" do edital), o que afronta o disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 32, § 5º, da Lei 8.666/1993;

1.7.2. exigência de índices de liquidez geral e corrente iguais ou superiores a 1,5 (item 6.5.2), em desacordo com a norma do art. 32, § 5º, da Lei 8.666/1993;

1.7.3. exigência de comprovação do pagamento da garantia de participação até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de recebimento das propostas (itens 6.5.5.1 e 6.5.5.2 do edital), em detrimento das normas do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

1.7.4. exigência de visita ao local da obra apenas pelo responsável técnico da empresa licitante e em datas pré-agendadas (item 6.6.2 do edital), em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

1.7.5. exigência de que a licitante sediada em outro estado apresente certidão de registro e quitação ou visto do CREA/PB (item 6.11.1 do edital), comprometendo o caráter competitivo da licitação (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993);

1.7.6. exigência de comprovação de capacidade técnico profissional e operacional (construção anterior de unidade médico hospitalar) sem a devida justificativa, sem parâmetro definido e sem identificar as parcelas relevantes da obra sob as quais incidiram essa demonstração de capacidade (itens 6.11.2 e 6.11.3 do edital), o que afronta o disposto no art. 30, § 2º, da Lei 8.666/1993;

1.8. Dar ciência desta deliberação à representante e à Prefeitura Municipal de Bayeux/PB.

ACÓRDÃO Nº 725/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-032.871/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Construtora Celi Ltda. (13.031.257/0001-52)

1.2. Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2014 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (de Relação):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos n°s 009.096/2012-4, 009.968/2010-5, 016.104/2010-2, 022.646/2012-4, 029.676/2010-0, 038.236/2012-5 e 043.692/2012-5 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti); e 001.134/2014-0, 009.230/2013-0 e 013.886/2012-6 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 5/2014, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 726 a 756, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios e Votos, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo II desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 726/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.011/2009-6

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)

3. Embargante: Maria Ivanilda Paula Sarubbi (CPF 024.648.532-91)

4. Unidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Shigueru Sumida (OAB/DF nº 14.870)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de embargos de declaração opostos por Maria Ivanilda Paula Sarubbi contra o Acórdão nº 5.810/2012-TCU-1ª Câmara, que manteve o Acórdão nº 53/2012-TCU-1ª Câmara, Excerto da Relação nº 1/2012-1ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes, por meio do qual o ato de aposentadoria da servidora foi considerado legal, sem prejuízo de determinação no sentido de ajustar o valor do pagamento da parcela "quintos" e sua transformação em VPNI.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterado o Acórdão nº 5.810/2012-TCU-1ª Câmara, o que não impede que, na implementação da determinação contida no item 1.7 do Acórdão nº 53/2012-TCU-1ª Câmara, excerto da Relação nº 1/2012-1ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas siga a sistemática detalhada no Acórdão nº 835/2012-TCU-Plenário, definida após exaustivo exame pelo Tribunal das questões relacionadas com o pagamento de FCs judiciais pelas instituições federais de ensino;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao referido instituto.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0726-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor) e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 727/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.502/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22).

3.2. Responsáveis: Instituto de Educação e Profissionalização dos Trabalhadores (00.943.170/0001-00); Miguel Benedito Costa dos Santos (071.068.902-00); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA).

8. Advogados constituídos nos autos: Luana Tauinah Rodrigues de Mendonça, OAB-DF nº 28949; e João da Costa Mendonça, OAB-TO nº 1128 (Procuração - doc. 7).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego, contra Suleima Fraiha Pegado, Secretária Executiva de Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará; Instituto de Educação e Profissionalização dos Trabalhadores (IEPT); e Miguel Benedito Costa dos Santos, presidente do IEPT, em decorrência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados por meio de convênio para cooperação técnica e financeira mútua em atividades de qualificação profissional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 12, § 3º, 19 e 23, inciso III, da Lei n° 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar reveis Miguel Benedito Costa dos Santos e o Instituto de Educação e Profissionalização dos Trabalhadores;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Suleima Fraiha Pegado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. julgar irregulares as contas de Suleima Fraiha Pegado, Miguel Benedito Costa dos Santos e Instituto de Educação e Profissionalização dos Trabalhadores, condenando-os ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

| Data da ocorrência | Valor original |
|---|---|
| 17/10/2000 | R$ 33.150,00 |
| 30/11/2000 | R$ 33.150,00 |
| 28/12/2000 | R$ 16.575,00 |
| 2/1/2001 | R$ 9.830,00 |
| 14/3/2001 | R$ 9.830,00 |

9.4. aplicar a Suleima Fraiha Pegado, a Miguel Benedito Costa dos Santos e ao Instituto de Educação e Profissionalização dos Trabalhadores a multa individual prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego;

9.7. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0727-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 728/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.385/2012-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde.

3.2. Responsável: Benedito Augusto Bandeira Ferreira (043.950.182-20).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Irituia - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA).

8. Advogado constituído nos autos: Sábato Rossetti OAB/PA nº 2774 e outros (Procuração - doc. 20).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, contra Benedito Augusto Bandeira Ferreira, prefeito do município de Irituia/PA, à época dos fatos, em decorrência de omissão no dever de prestar contas e execução parcial de objeto pactuado em convênio para construção de sistemas de abastecimento de água no município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei n° 8.443/92, c/c os arts. 209, I e III, 210 e 214, inciso III, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Benedito Augusto Bandeira Ferreira;

9.2. julgar irregulares as contas de Benedito Augusto Bandeira Ferreira, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde;

| Data da ocorrência | Valor original |
|---|---|
| 4/7/2002 | R$ 257.760,00 |
| 18/7/2003 | R$ 128.880,00 |

9.3. aplicar a Benedito Augusto Bandeira Ferreira a multa individual prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Fundação Nacional de Saúde;

9.6. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0728-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 729/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.423/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V- Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: João Bosco Barros Miranda (741.030.753-68); Leda Martins Guedes (718.587.337-15); Maria da Conceição Pereira da Silva (420.982.382-15); Mércia Carneiro de Lima (145.867.508-47); Paulo Roberto Cavalcante de Melo (029.851.738-84); Raimunda Rodrigues da Silva (954.856.602-82); Yvonette Gonzaga Borges (118.892.587-33).

4. Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os artigos 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, e artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1.considerar legais e ordenar o registro dos atos de concessões de pensões civis instituídas por Gilberto Cezario de Melo, Raimundo Rodrigues da Silva e João Carneiro de Lima;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de concessões de pensões civis instituídas por Euclides da Silva Guedes, Floriano Gonzaga Borges e Pedro Alves de Miranda;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes que:

9.3.1. dispense a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, deste acórdão, em conformidade com o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União;

9.3.2. cesse, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 262 do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, proceda à correção dos valores dos benefícios previdenciários considerados ilegais, em conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, e os artigos 2º e 15 da Lei 10.887/2004;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que os efeitos suspensivos provenientes da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta dias), contado da ciência desta deliberação, por cópia, comprovantes das datas em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.6. submeta à apreciação do TCU, por meio do Sistema de Admissões e Concessões (Sisac), no prazo de no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, na forma do §1º do art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007:

9.3.6.1. novos atos de pensão civil instituídos por Euclides da Silva Guedes, Floriano Gonzaga Borges e Pedro Alves de Miranda, escoimados das irregularidades apontadas no Relatório e Voto que antecedem esta acórdão; e

9.3.6.2. novo ato de alteração de pensão civil instituída pelo ex-servidor Raimundo Rodrigues da Silva, a fim de ser inclusa a beneficiária Creuza Rodrigues da Silva na condição de filha maior solteira, com fundamento no artigo 5º da Lei 3.373/1958, e excluída a beneficiária Maria da Conceição Pereira da Silva.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0729-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 730/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.426/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Francisca Pereira de Lima (396.100.803-59); Maria José Silva (273.505.923-53).

4. Órgão: Ministério dos Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os artigos 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, e artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato inicial da concessão de pensão civil instituída por José Ana Filho;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes que:

9.2.1. dispense a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste acórdão pelo órgão de origem, em conformidade com o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União;

9.2.2. cesse, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno do TCU;

9.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, proceda à correção do valor do benefício previdenciário, em conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal e os artigos 2º e 15 da Lei 10.887/2004;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.4. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, corrija o benefício de partida da pensão, proporcionalizando a rubrica relativa à VPI (Lei nº 10.698/2003), na razão dos proventos do instituidor da pensão (33/35);

9.2.5. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que os efeitos suspensivos provenientes da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.2.6. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, por cópia, comprovantes das datas em que as interessadas tomaram conhecimento da decisão desta Corte; e

9.2.7 submeta à apreciação do TCU, por meio do Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac, novo ato, livre das falhas apontadas, no prazo de 30 (trinta dias), contado da ciência desta deliberação, na forma do §1º do art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0730-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 731/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.989/2013-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto V: Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Julio Maia Chagas (754.684.417-72).
4. Órgão: Grupo Executivo para Extinção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER/MT (Em Liquidação).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, inciso 1º, V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e os §§ 2º e 3º do artigo 6º da Resolução TCU 206, de 24 de outubro de 2007, atualizada pela Resolução TCU 237, de 20 de outubro de 2010, diante das razões do Relator, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro de ato de alteração de aposentadoria de Júlio Maia Chagas;

9.2. determinar ao Grupo Executivo para Extinção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização de pagamento indevido, identificado na ficha financeira de Júlio Maia Chagas, de mês de novembro de 2013, considerando o fato de ter havido errôneo cálculo de proventos calculados com base no vencimento básico da Classe Especial Padrão II, quando o enquadramento correto é Classe Especial Padrão I.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0731-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 732/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.220/2010-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08); Companhia Docas do Rio de Janeiro (42.266.890/0001-28).
3.2. Responsavel: Tiago Pereira Lima.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Companhia Docas do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTrans).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações exaradas por meio do Acórdão 4.273/2010- 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 58, inciso IV e § 1º, c/c os artigos 243 e 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Tiago Pereira Lima;

9.2. aplicar ao Sr. Tiago Pereira Lima, a multa prevista no art. 58, inciso IV e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo descumprimento dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 4.273/2010-1ª Câmara, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) que promovam, no prazo de 60 (sessenta) dias, o reequilíbrio do contrato C-DEPJUR 54/1997, celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em razão da assinatura do 3º Termo Aditivo, encaminhamento a esta Corte de Contas a documentação comprobatória;

9.4. dar ciência do presente Acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem à Companhia Docas do Rio de Janeiro e a Companhia Siderúrgica Nacional;

9.5. nos termos do art. 42, § 1º, da Resolução-TCU nº 191/2006, determinar à SefidTransporte que monitore o cumprimento da determinação acima, nos presentes autos.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0732-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 733/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.691/2007-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Comando da Aeronáutica; Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos.
3.2. Responsáveis: André Luiz Corrêa de Araújo (985.430.677-15); Egon Zucatti Buttner (514.894.906-63); Luiz Carlos Nunes Viana (749.163.517-20); Rogério da Costa Ribeiro (056.511.048-95)
3.3. Recorrentes: André Luiz Corrêa de Araújo (985.430.677-15); Egon Zucatti Buttner (514.894.906-63); Luiz Carlos Nunes Viana (749.163.517-20); Rogério da Costa Ribeiro (056.511.048-95).
4. Órgãos/Entidades: Comando da Aeronáutica; Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).
8. Advogado constituído nos autos: Carmem Lúcia de Souza Marques (OAB/RJ 84.228), Cláudio Reis Silva Linhares (OAB/DF 102.445).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 6062/2012-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara e ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/1992, e nos artigos 201, §3º, 212, 277 e 285 do Regimento Interno do TCU em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por André Luiz Corrêa de Araújo, Egon Zucatti Buttner, Luiz Carlos Nunes Viana e Rogério da Costa Ribeiro, contra o Acórdão 6062/2012 - 1ª Câmara, para, no mérito, dar-lhes provimento e determinar o arquivamento dos autos, por falta dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0733-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 734/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.100/2007-7.
1.1. Apensos: 007.969/2009-9; 007.970/2009-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá; Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16); Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari - AP (34.925.131/0001-00).
3.2. Responsáveis: Concreto Ltda (84.412.667/0001-91); Maria do Socorro Pelaes (038.447.732-15).
3.3. Recorrente: Maria do Socorro Pelaes (038.447.732-15).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari - AP.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vinicios Vilaça.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo - AP (Secex-AP).
8. Advogado constituído nos autos: Wellington Alves Valente (OAB/PA 9.617-B) e outros (doc. 10).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto por Maria do Socorro Pelaes, contra o Acórdão 5276/2008 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Maria do Socorro Pelaes, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0734-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 735/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.427/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Recorrente:
3.1. Interessado: José Alves de Freitas (261.834.636-04)
3.2. Recorrente: José Alves de Freitas (261.834.636-04).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: Pascoal Belotti Neto - OAB/SP 54.914 e outros (procuração à Peça 22 e subestabelecimento à Peça 23).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em

9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 e arts. 285, caput, 286, parágrafo único, do RITCU, conhece do Pedido de Reexame interposto por José Alves de Freitas contra o Acórdão 3.608/2013 - TCU - 1ª Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam ao recorrente à Gerência Executiva do INSS em São José do Rio Preto/SP.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0735-05/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 736/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.735/2010-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.2. Responsáveis: Adail Barbosa Lima da Silva (236.473.964-00); Prefeitura Municipal de Belém - PB (08.928.517/0001-57); Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima (144.184.794-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundo Nacional de Saúde-FNS, em razão da irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde repassados à Prefeitura Municipal de Belém/PB, nos exercícios de 2001 a 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara e ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23 da Lei 8.443/92 e nos artigos 1º, I, 209, II e III, 210 do Regimento Interno do TCU em:

9.1. excluir o Muncípio de Belém-PB da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima e de Adail Barbosa Lima da Silva e condená-los ao pagamento, em solidariedade, das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Sáude, na forma prevista na legislação em vigor;

| Data de ocorrência | Valor Histórico (R$) |
|---|---|
| 11/5/2001 | 135,58 |
| 14/8/2001 | 16,00 |
| 17/8/2001 | 8,00 |
| 31/12/2001 | 11.462,50 |
| 10/4/2002 | 9,50 |
| 30/4/2002 | 0,20 |
| 6/5/2002 | 9,50 |
| 16/7/2002 | 9,50 |
| 31/7/2002 | 0,46 |
| 12/11/2002 | 0,70 |
| 31/12/2002 | 17.100,00 |
| 2/1/2003 | 1,00 |
| 17/1/2003 | 1,00 |
| 5/3/2003 | 1,00 |
| 10/3/2003 | 1,00 |
| 14/3/2003 | 15.220,51 |

9.3. aplicar a Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima e Adail Barbosa Lima da Silva a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraíba, nos termos do § 3º do artigo 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0736-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 737/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.230/2011-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessada/Responsáveis/Recorrente:

3.1. Interessada: Secretaria de Infraestrutura Hídrica ()

3.2. Responsáveis: Concic Engenharia S.A. (15.103.039/0001-01); Dirceu Pereira de Araújo (007.764.596-00)

3.3. Recorrente: Dirceu Pereira de Araújo (007.764.596-00).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves - MG.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogados constituídos nos autos: Eustáquio Pereira de Moura Júnior (OAB/MG 101.583) e Thiago Monteiro de Queiroz (OAB/MG 115.759).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Dirceu Pereira de Araújo, em desfavor do Acórdão 2.023/2013-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos art. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c art. 285, *caput*, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Dirceu Pereira de Araújo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. em decorrência do subitem anterior, dar a seguinte redação aos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.023/2013-1ª Câmara:

*"9.1. julgar irregulares as contas de Dirceu Pereira de Araújo, condenando-o, solidariamente com a empresa Concic Engenharia S.A., ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir da respectiva data até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:*

| *Valor original (R$)* | *Data da ocorrência* |
|---|---|
| *1.163.265,00* | *12/11/2002* |

*9.2. aplicar a Dirceu Pereira de Araújo multas nos valores de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), com base, respectivamente, nos arts. 57 e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;*

*9.3. aplicar à Concic Engenharia S.A. multa no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"*

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao recorrente, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves/MG.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0737-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 738/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.646/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Alexandrino Francisco da Silva (077.614.574-68); Marliete Leopoldina Bezerra (018.724.354-91); Sebastião Rodrigues de Oliveira (042.878.864-53).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso IX do art. 70 da Constituição Federal e no art. 39 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria a Marliete Leopoldina Bezerra e Sebastião Rodrigues de Oliveira e determinar o registro dos atos de peças 11 e 12;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Alexandrino Francisco da Silva e negar registro ao ato de peça 10;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pelo interessado a que se refere o subitem 9.2, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Pernambuco que adote as seguintes providências no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.4.1. dar ciência dos termos desta deliberação a todos os interessados mencionados no item 3 e fazer juntar a estes autos, nos 15 (quinze) dias subsequentes os comprovantes de notificação;

9.4.2. converta, nos proventos de Alexandrino Francisco da Silva, a parcela paga a título de cumprimento de decisão judicial, relativa ao percentual de 47,94%, em VPNI, aplicando-se a ela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, observada a metodologia prevista nos Acórdãos 2.161/2005 e 269/2012, ambos do Plenário, tendo em vista as reestruturações de carreiras promovidas ao longo dos anos, a exemplo das efetivadas pelas Leis 11.784/2008 e 12.778/2012;

9.4.3. observe os exatos termos da decisão judicial proferida no processo 2004.83.00.004489-6 e faça incidir a contribuição previdenciária nos proventos dos inativos Marliete Leopoldina Bezerra e Sebastião Rodrigues de Oliveira sobre a parcela que exceder o teto de benefícios do regime geral;

9.4.4. converta, nos proventos de Sebastião Rodrigues de Oliveira, a parcela alusiva ao Plano Collor (84,32%) em VPNI, aplicando-se a ela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, observada a metodologia prevista nos Acórdãos 2.161/2005 e 269/2012, ambos do Plenário, onde se prescreve que as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, devendo ser consideradas as reestruturações de carreiras promovidas ao longo dos anos, a exemplo das efetivadas pelas Leis 11.784/2008 e 12.778/2012.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0738-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 739/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.306/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Francimar Marculino da Silva (055.651.383-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados à Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello - MA por força do Convênio 5482/2004,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. considerar o Sr. Francimar Marculino da Silva revel para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Francimar Marculino da Silva, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

| VALOR ORIGINAL (R$) | DATA DA OCORRÊNCIA |
|---|---|
| 88.000,00 | 17/4/2001 |

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar ao Sr. Francimar Marculino da Silva a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0739-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 740/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.906/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessadas: Adelina Conceição da Silva (125.992.201-49); Adelina Conceição da Silva (125.992.201-49); Alcy Antonia Ribeiro Cunha (530.580.971-15); Aldair Alcantara Silva (135.143.181-15); Alice Amaral Salenkov (509.270.431-49).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alterações de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de alteração de aposentadoria de Adelina Conceição da Silva (número de controle 10802592-04-2008-000051-4; peça 8), Alcy Antonia Ribeiro Cunha, Aldair Alcantara Silva e Alice Amaral Salenkov, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria cadastrado sob o número de controle 10802592-04-2010-000139-1, de interesse da Sra. Adelina Conceição da Silva, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, por Adelina Conceição da Silva, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Adelina Conceição da Silva, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a Sra. Adelina Conceição da Silva teve ciência desta deliberação;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0740-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 741/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.263/2013-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessadas: Laurimelia Rosado de Sá Xavier (839.151.334-34); Laurimelia Rosado de Sá Xavier (839.151.334-34); Raphaela Rosado de Sá Xavier (059.071.074-56); Raphaela Rosado de Sá Xavier (059.071.074-56).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de pensão civil de interesse de Laurimelia Rosado de Sá Xavier e Raphaela Rosado de Sá Xavier, ordenando seu registro.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0741-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 742/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.660/2008-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração

3. Recorrentes: Alice Maria Baggio (184.403.639-15); Antônio Eustáquio Gama (346.518.538-20); David Alves de Castro (114.055.541-34); Eude de Oliveira Bueno (057.351.811-49); Issamu Asami (399.240.508-78); José Fernandes Maranhão (046.480.481-72); Sidney Rosa Nascimento Júnior (010.311.801-25); Tarcísio Battaus Coutinho (096.917.151-04); Yolanda Alves Teixeira (145.721.681-72)

4. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: Rafael Pedrosa Diniz (OAB/DF 19.878) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra os termos do Acórdão 3363/2012-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0742-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 743/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.238/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Maria Jose Alves Branquinho (249.443.518-87); Maria de Lourdes Pereira de Castro (100.449.651-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás em favor de Maria Jose Alves Branquinho e Maria de Lourdes Pereira de Castro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92, art. 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em:

9.1. considerar legais os atos de alteração de aposentadoria de Maria Jose Alves Branquinho (249.443.518-87) e Maria de Lourdes Pereira de Castro (100.449.651-68), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que efetue as anotações devidas nos assentamentos funcionais das servidoras;

9.3. determinar à SEFIP que efetue as correções devidas no Sistema SISAC;

9.4. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado e às interessadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0743-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 744/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.230/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Aglair Souza de Sena (643.922.362-34); Antonio Carlos Barbosa Ribeiro da Silva (006.651.692-72); Astrogildo Castro da Costa (041.358.062-87); Augustinha Pinhais de Souza (035.247.362-20); Elba Leila Monteiro Mourao (065.286.352-34); Jacob Moyses Cohen (011.362.162-00); José Alberto de Souza Abrahão (031.130.862-72); José Francisco Queiroz de Melo (007.080.462-15); João Bosco de Aguiar Braule Pinto (046.854.232-91); Maria Celina de Matos Viana (076.020.142-00); Maria Célia da Silva Pereira (022.445.352-15); Maria Emília Henriques Levi (314.806.087-34); Natilde Oliveira Leao (035.448.772-87); Neuzimar de Souza Freire Silva (034.702.452-15); Pedro Aurelio Leite Cunha (023.928.012-15); Raimundo Antonio de Andrade (133.992.762-49); Simão Arão Pecher (005.275.802-87); Sonia Maria Xavier Bezerra (026.650.002-10); Zilene Alves de Lima Soares (067.339.564-20).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Aglair Souza de Sena, Antonio Carlos Barbosa Ribeiro da Silva, Astrogildo Castro da Costa, Augustinha Pinhais de Souza, Elba Leila Monteiro Mourao, Jacob Moyses Cohen, José Alberto de Souza Abrahão, José Francisco Queiroz de Melo, João Bosco de Aguiar Braule Pinto, Maria Celina de Matos Viana, Maria Emília Henriques Levi, Natilde Oliveira Leao, Neuzimar de Souza Freire Silva, Pedro Aurelio Leite Cunha, Raimundo Antonio de Andrade, Simão Arão Pecher, Sonia Maria Xavier Bezerra e Zilene Alves de Lima Soares, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Célia da Silva Pereira, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, por Maria Célia da Silva Pereira, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Maria Célia da Silva Pereira, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a Sra. Maria Célia da Silva Pereira teve ciência desta deliberação;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, esclarecer à unidade de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0744-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 745/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.413/2009-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Waldir Vieira (009.867.471-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso IX do art. 70 da Constituição Federal e no art. 39 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Waldir Vieira e negar registro aos atos de peças 12 e 13;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos a título do adicional previsto no art. 192 da Lei 8.112/1990, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade de Brasília que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. dê ciência ao interessado do inteiro teor desta deliberação no prazo de 15 (quinze) dias e faça juntar aos autos o comprovante de notificação nos 15(quinze) dias subsequentes;

9.3.2. após cientificado o interessado, adote providências para suspender o pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/1990;

9.3.3. acompanhe o andamento da decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da URP ao servidor aposentado (Mandado de Segurança junto ao STF 25.678), e uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, presentemente, a manutenção do pagamento da URP nos proventos da aposentadoria tratada nestes autos, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição dos valores que lhe foram pagos indevidamente a esse título, desde a impetração da respectiva, ação, e emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades detectadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do MS 25678, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0745-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 746/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.335/2011-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Órgão: Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA

4. Responsável: Sebastião Ribeiro de Macedo (112.652.051-91)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogado constituído nos autos: Antônio Murilo Costa (OAB/MA 4.361)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Saúde, tendo como responsável o Sr. Sebastião Ribeiro de Macedo, ex-prefeito do Município de Tasso Fragoso/MA, em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos destinados ao Programa de Atenção Básica (PAB) e ao Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças (ECD).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Sebastião Ribeiro de Macedo (112.652.051-91), condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo descritas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, do RITCU:

9.1.1 ausência de comprovação da regular utilização de recursos destinados ao Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças (ECD), conforme quadro abaixo e Planilha de Glosa do Denasus, constatada pela CGU no Relatório de Fiscalização 116, abrangido pela Auditoria Denasus 1878, tendo como evidência cópia do extrato da conta corrente 5778-9, agência 3627-7, do Banco do Brasil S/A:

| Cheque | Data | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 231002 | 8/7/2003 | 1.553,25 |
| 231005 | 10/7/2003 | 4.000,00 |
| 231008 | 19/8/2003 | 2.317,45 |
| 231009 | 5/10/2003 | 1.192,85 |
| 231010 | 5/10/2003 | 456,00 |
| 231011 | 17/10/2003 | 225,20 |
| 231012 | 10/10/2003 | 473,85 |
| 231013 | 22/10/2003 | 1.531,52 |

9.1.2 ausência de comprovação da regular utilização de recursos destinados ao Programa de Atenção Básica (PAB-Fixo), conforme quadro abaixo e Planilha de Glosa do Denasus, constatada pela CGU no Relatório de Fiscalização 116, abrangido pela Auditoria Denasus 1878, tendo como evidência cópia do extrato da conta corrente 58042-2, agência 3627-7, do Banco do Brasil S/A:

| Cheque | Data | Valor (R$) |
|---|---|---|
| 850111 | 28/7/2003 | 536,17 |
| 850112 | 13/8/2003 | 600,00 |
| 850113 | 19/8/2003 | 5.362,00 |
| 850114 | 26/8/2003 | 3.360,00 |
| 850115 | 26/8/2003 | 4.716,00 |
| 850120 | 14/10/2003 | 5.362,00 |
| 850121 | 14/10/2003 | 134,04 |
| 850122 | 14/10/2003 | 536,17 |
| 850123 | 21/10/2003 | 4.716,00 |
| 850124 | 22/10/2003 | 3.360,00 |
| Transferência | 18/6/2003 | 8.746,21 |
| Pagamentos diversos | 26/6/2003 | 2.448,08 |

9.2. nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. Sebastião Ribeiro de Macedo multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para o ajuizamento das ações penas e civis cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 6º, do RITCU;

9.5. dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, à Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, ao Ministério da Saúde e ao responsável interessado.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0746-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 747/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.165/2012-0.

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessados: Adalcina Lima da Silva (CPF 224.646.465-04), Adelina Soares (CPF 796.053.209-59), Balbino Ferreira da Silva Filho (CPF 059.871.637-81), Elzira Saldanha de Oliveira (CPF 657.857.976-15), Fernandina da Silva Santos (CPF 340.012.043-04), Ivone Souza Ribeiro da Silva (CPF 540.553.185-53), Jacy Marina Vieira dos Santos (CPF 009.301.148-25), Maria de Fatima da Silva Santos (CPF 520.886.853-91), Neyde Tavares Trigueiro Costa (CPF 673.294.894-68), Terezinha Saldanha de Oliveira (CPF 392.157.686-53) e Virginia Souza da Silva (CPF 245.300.185-04).

4. Unidade: Ministério dos Transportes.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de servidores do Ministério dos Transportes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992 e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Adalcina Lima da Silva, Adelina Soares, Balbino Ferreira da Silva Filho, Elzira Saldanha de Oliveira, Fernandina da Silva Santos, Ivone Souza Ribeiro da Silva, Maria de Fatima da Silva Santos, Neyde Tavares Trigueiro Costa, Terezinha Saldanha de Oliveira e Virginia Souza da Silva, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Jacy Marina Vieira dos Santos, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.4. determinar ao Ministério dos Transportes que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a pensionista relacionada no item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0747-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 748/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.845/2012-9

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes (CNPJ 08.763.259/0001-04); Franscisleide Dias da Cruz Vieira (CPF 267.396.315-49), ex-Presidente da Unicapes; Flávia Teles de Santana Bernardes (CPF 001.946.715-00), ex-Presidente da Unicapes; Ezequiel Sousa do Nascimento (CPF 339.653.821-87), ex-Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Rui Ferreira Barbosa (CPF 851.858.841-34), Servidor de Apoio Técnico da Coordenação de Planejamento e Projetos do MTE; Anete Alves Fernandes Fidélis (CPF 146.269.501-91), ex-Coordenadora de Planejamento e Projetos do MTE; Fátima Rosa de Naves de Oliveira Santos (CPF 355.517.711-72), ex-Coordenadora Geral de Qualificação do MTE; Marília Prado de Lima (CPF 560.860.406-72), Superintendente do Banco do Brasil em Sergipe; e Osman dos Santos (CPF 407.077.175-15), Assessor da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência do Desenvolvimento Social de Sergipe

4. Unidade: União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/SE

8. Advogado constituído nos autos: Raimundo José do Nascimento (OAB/SE 671)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial resultante da conversão de processo de auditoria (TC 019.760/2011-6), determinada pelo Acórdão 524/2012 - 1ª Câmara, realizada com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos federais repassados à União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, incisos II e III, alíneas "c" e "d", e § 2º, alínea "b"; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, inciso I; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; 215 e 216 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir Marília Prado de Lima e Osman dos Santos da relação processual;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Anete Alves Fernandes Fidélis, Fátima Rosa de Naves de Oliveira Santos, Rui Ferreira Barbosa e Ezequiel Sousa do Nascimento, dando-lhes quitação;

9.3. julgar irregulares as contas de Flávia Teles de Santana Bernardes, Franscisleide Dias da Cruz Vieira e da União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados, a partir das referidas datas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

| Débitos de responsabilidade solidária de Flávia Teles de Santana Bernardes e União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes | |
|---|---|
| Valor(R$) | Data de ocorrência |
| 1.494.910,20 | 28/1/2009 |
| 1.494.910,20 | 7/10/2009 |

| Débitos de responsabilidade solidária de Franscisleide Dias da Cruz Vieira e União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes | |
|---|---|
| Valor (R$) | Data de ocorrência |
| 233.919,00 | 11/2/2010 |
| 623.784,00 | 19/4/2010 |

9.4. aplicar, individualmente, a Flávia Teles de Santana Bernardes, Franscisleide Dias da Cruz Vieira e à União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa - Unicapes multa nos valores a seguir estipulados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia ao cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

| Responsável | Valor da multa |
|---|---|
| Flávia Teles de Santana Bernardes | R$ 350.000,00 |
| Unicapes | R$ 450.000,00 |
| Franscisleide Dias da Cruz Vieira | R$ 100.000,00 |

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para as medidas que julgar cabíveis.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0748-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 749/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.333/2012-0.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de reexame em pensão civil.

3. Recorrentes: Gabriella Arruda Martins (CPF 603.345.183-00), Marcela Maria Arruda Santos (CPF 630.213.153-72) e Ministério Público Federal.

3.1. Interessado: Pedro Henrique Barbosa Santana (CPF 134.004.937-67).

4. Unidade: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: Wilson de Norões Milfont Neto (OAB/CE nº 15.248).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos por Gabriella Arruda Martins, Marcela Maria Arruda Santos e pelo Ministério Público Federal contra o Acórdão nº 4.683/2012-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as concessões de pensão civil a menores sob guarda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Gabriella Arruda Martins e Marcela Maria Arruda Santos para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a deliberação recorrida, relativamente às interessadas;

9.2. conhecer do recurso interposto pelo Ministério Público Federal para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Acórdão nº 4.683/2012-TCU-1ª Câmara, em relação a Pedro Henrique Barbosa Santana;

9.3. considerar legal a concessão de pensão civil em favor de Pedro Henrique Barbosa Santana, ordenando o registro;

9.4. esclarecer ao Ministério Público Federal que:

9.4.1. caso sejam desconstituídas as decisões judiciais proferidas nos Processos nºs. 0023501-49.2003.4.05.8100, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e 0015390-88.2004.4.01.3400, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que concederam pensões civis a Gabriella Arruda Martins e Marcela Maria Arruda Santos, cujos atos foram considerados ilegais pelo Acórdão nº 4.683/2012-TCU-1ª Câmara, devem ser adotadas as medidas inerentes à negativa de registro das concessões, conforme deliberado por esta Corte de Contas;

9.4.2. enquanto não for incluído código próprio, no formulário Sisac, qualificativo de pensão civil a menor sob tutela, a origem poderá utilizar o campo de justificativa do gestor de pessoal para fazer os esclarecimentos que entender necessários, de modo a evitar eventuais limitações do sistema;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.5.1. encaminhe as informações à Consultoria Jurídica do TCU e ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para a adoção das providências cabíveis acerca dos processos judiciais indicados no item 9.4.1, nos termos da questão de ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011;

9.5.2. adote as medidas necessárias à inclusão da espécie menor sob tutela no rol dos beneficiários, utilizado no preenchimento do campo "Relação de parentesco/dependência" do formulário de pensão civil do Sisac;

9.6. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0749-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 750/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-015.552/2012-8

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Jardel Adailton Souza Nunes (CPF 289.545.643-72), ex-Secretário de Estado da Saúde do Amapá, Juvanete Amoras Távora (CPF 306.268.622-72), ex-Diretora-Presidente do Instituto de Hematologia e Hemoterapia do Amapá (Hemoap) e João Ricardo Silva Almeida (CPF 084.428.657-56), ex-Diretor-Presidente do Hemoap

4. Unidade: Governo do Estado do Amapá / Secretaria de Estado da Saúde

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/AP

8. Advogado constituído nos autos: Valdinei Santana Amanajás (OAB/AP 383-B)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial referente ao Convênio 4308/2001, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a Secretaria de Estado da Saúde do Amapá.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir os responsáveis arrolados no item 3, acima, da relação processual;

9.2. arquivar esta tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.3. remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Saúde, à Controladoria-Geral da União, ao Instituto de Hematologia e Hemoterapia do Amapá (Hemoap) e à Secretaria de Estado da Saúde do Amapá, para as providências que entenderem pertinentes.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0750-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 751/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.499/2013-7

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessadas: Maria Elizabete Lima Silveira (CPF 041.769.103-30) e Marta Trevizolo de Souza (CPF 121.554.381-68)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de alterações de aposentadorias concedidas a servidoras do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, art. 260 do Regimento Interno, em considerar legais os atos de alterações das aposentadorias concedidas a Maria Elizabete Lima Silveira e Marta Trevizolo de Souza, ordenando o registro.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0751-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 752/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.812/2010-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em TCE)

3. Recorrentes: Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa - Iabras (CNPJ: 07.279.398/0001-96) e Associação Nacional de Assistência aos Municípios e Órgãos Públicos - Anamop (CNPJ: 08.386.877/0001-74)

4. Unidade: Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa (Iabras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/PR

8. Advogada constituída nos autos: Marinês de Andrade (OAB/PR 46.149)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recursos de reconsideração interpostos pelo Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa (Iabras) e pela Associação Nacional de Assistência aos Municípios e Órgãos Públicos (Anamop) contra o Acórdão 2.240/2011- 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenando-os em débito e multa, em decorrência de irregularidades na execução do Convênio 708.651/2009, celebrado entre a primeira entidade e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para apoiar a formação de um consórcio de exportação, composto por cooperativas e empresas produtoras de maçã.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta decisão aos recorrentes.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0752-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 753/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.773/2013-0

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Diogo Antonio Feijó de Oliveira (CPF 235.222.169-20)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e art. 260, § 6°, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de interesse de Diogo Antonio Feijó de Oliveira, por ter sido disponibilizado, no sistema Sisac, com inconsistências no preenchimento dos campos "tempo de serviço para aposentadoria" (37 anos, 1 mês e 20 dias) e "discriminação dos tempos de serviço e averbações", que totaliza 37 anos, 3 meses e 29 dias, mas mesmo assim insuficiente para a redução de três anos no requisito de idade mínima de 60 anos;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de aposentadoria, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. adote medidas para aprimorar as críticas eletrônicas para análise dos atos de aposentadorias fundamentadas no art. 3º da EC nº 47/2005, especialmente quanto à redução da idade mínima em contraposição ao aumento do tempo de contribuição;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada;

9.3.3. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0753-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

ACÓRDÃO Nº 754/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.088/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessados: Nalzira Dorvalina Furtado (CPF: 742.001.279-20) e Sergio Rodrigues Furtado (CPF: 864.681.389-49), pensionistas de Osvaldir Furtado (CPF: 155.337.439-87); Maria Otilia de Souza (CPF: 685.845.399-72), pensionista de Pedro Hortencio de Souza (CPF: 313.741.909-34); Jorge Nelson de Carli (CPF: 486.415.379-53), pensionista de Vera Lucia Neves Gonçalves (CPF: 713.113.519-49); Fortunata Buzaglo Dantas (CPF: 005.245.959-41), pensionista de Waldomiro Dantas (CPF: 001.804.169-87).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensões civis instituídas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com o art. 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões civis instituídas por Pedro Hortencio de Souza (CPF: 313.741.909-34), em favor de Maria Otilia de Souza (CPF: 685.845.399-72), e por Vera Lucia Neves Gonçalves (CPF: 713.113.519-49), em favor de Jorge Nelson de Carli (CPF:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

486.415.379-53), concedendo o registro aos atos correspondentes, nºs de controle 10795006-05-2008-000036-8 e 10795006-05-2008-000023-6;

9.2. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Osvaldir Furtado (CPF: 155.337.439-87), em favor de Nalzira Dorvalina Furtado (CPF: 742.001.279-20) e Sergio Rodrigues Furtado (CPF: 864.681.389-49), e por Waldomiro Dantas (CPF: 001.804.169-87), em favor de Fortunata Buzaglo Dantas (CPF: 005.245.959-41), negando registro aos atos correspondentes, nºs de controle 10795006-05-2008-000031-7 e 10795006-05-2009-000093-0;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.4. determinar Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.4.1. em relação à pensão instituída por Waldomiro Dantas, faça cessar o pagamento da parcela judicial relativa ao índice de 3,17%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada (parcela judicial de 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

9.4.2. em relação à pensão instituída por Osvaldir Furtado, recalcule o benefício pensional, de acordo com a sistemática estabelecida no art. 40, § 7º, I da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003 (pensão com parcela redutora) c/c art. 40, § 8º da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c o art. 15 da Lei 10.887/2004 (reajuste pelos índices aplicados ao RGPS), excluindo da base de cálculo do benefício a parcela relativa ao índice de (3,17%), encaminhando novo ato, escoimado da irregularidade verificada (parcela judicial de 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados do item 9.2, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.4. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que acompanhe o desdobramento do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC - TRF da 4ª Região, pendente de análise de recurso no STJ, que assegura o pagamento da parcela judicial relativa à hora-extra em favor dos servidores da UFSC, aí incluído o senhor Osvaldir Furtado, e no caso de decisão de mérito desfavorável, recalcule o benefício pensional, de acordo com a sistemática estabelecida no art. 40, § 7º, I da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003 (pensão com parcela redutora) c/c art. 40, § 8º da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c o art. 15 da Lei 10.887/2004 (reajuste pelos índices aplicados ao RGPS), excluindo da base de cálculo do benefício a parcela relativa à hora-extra, com consequente emissão de novo ato, livre da irregularidade detectada (parcela judicial de hora-extra), nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, e sem prejuízo da adoção das providências pertinentes, em consonância com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a fim de promover a restituição dos valores indevidamente percebidos;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal de Santa Catarina;

9.7. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para as providências cabíveis, as informações relativas à ação judicial de que trata o item 9.5 supra, dando-se ciência à Conjur/TCU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo TCU, em sessão plenária de 8/6/2011;

9.8. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0754-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO N.º 755/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 019.951/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessado: Alexsandro Viana de Deus (CPF: 017.389.606-50), pensionista de Jurandir Alves de Deus (CPF: 402.943.667-68).

4. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, e 262, caput, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por Jurandir Alves de Deus (CPF: 402.943.667-68), em favor de Alexsandro Viana de Deus (CPF: 017.389.606-50), negando registro ao ato correspondente, nº de controle 10501304-05-2007-000013-1, em razão da inclusão, na base de cálculo do benefício, de vantagem judicial alusiva a plano econômico - Plano Verão (26,05%) -, bem como de parcela referente à vantagem pecuniária individual (VPI) prevista na Lei nº 10.698/2003 sem que fosse considerada a proporcionalidade dos proventos do instituidor (29/35 avos);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.3. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até eventual emissão de novo ato, escoimado das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c o art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.3.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes endereçadas à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0755-05/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 756/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.990/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Anadete de Souza Pirolo (CPF: 351.743.239-34), Ari Pereira Delfes (CPF: 149.026.999-15), Carlos Alberto Amaral (CPF: 446.625.999-20) - este último com dois atos (inicial e alteração) -, Catarina Costa Faustino (CPF: 648.948.439-00), Cleusa Maria Miranda Neves (CPF: 246.404.509-82), Edinete Regina Xavier Espindola (CPF: 252.001.439-34), Elba Maria Ribeiro (CPF: 245.869.009-20), Gelson Barbosa Medeiros (CPF: 288.441.227-15) e Hilda Rosana de Oliveira Barboza (CPF: 374.494.516-20).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadorias concedidas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com o art. 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Anadete de Souza Pirolo (CPF: 351.743.239-34), Ari Pereira Delfes (CPF: 149.026.999-15), Carlos Alberto Amaral (CPF: 446.625.999-20) - este último com dois atos (inicial e alteração) -, Catarina Costa Faustino (CPF: 648.948.439-00), Cleusa Maria Miranda Neves (CPF: 246.404.509-82), Edinete Regina Xavier Espindola (CPF: 252.001.439-34), Elba Maria Ribeiro (CPF: 245.869.009-20), Gelson Barbosa Medeiros (CPF: 288.441.227-15) e Hilda Rosana de Oliveira Barboza (CPF: 374.494.516-20), negando registro aos atos correspondentes, nºs de controle 10795006-04-2011-000014-0, 10795006-04-2012-000218-9, 10795006-04-2012-000289-8, 10795006-04-2011-000087-6, 10795006-04-2012-000301-0, 10795006-04-2008-000135-7, 10795006-04-2012-000091-7, 10795006-04-2012-000135-2, 10795006-04-2012-000162-0 e 10795006-04-2012-000172-7;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.3. determinar Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. faça cessar o pagamento da parcela denominada "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" a Anadete de Souza Pirolo, bem como da parcela judicial relativa ao índice de 3,17% aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver, quanto a esta última parcela (3,17%), decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal de Santa Catarina;

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 5/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0756-05/14-1.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ao dar prosseguimento à discussão suspensa nos termos do artigo 112 do Regimento Interno do processo n° 004.011/2009-6 (v. Ata n° 1/2013), a Primeira Câmara, aprovou, por unanimidade, o Acórdão n° 726/2014 (v. Anexo a esta Ata).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos n°s 006.066/2011-9 (Ministro Valmir Campelo); 022.826/2007-4 (Ministro José Múcio Monteiro); 003.047/2012-1, 005.370/2013-2 e 009.093/2012-5 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti); e 003.118/2012-6, 012.971/2011-1, 013.042/2012-2, 024.226/2009-7 e 034.608/2011-7 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e trinta e oito minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

VALMIR CAMPELO
Presidente

## 2ª CÂMARA

### ATA Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro e José Jorge; dos Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Ordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 4, da Sessão Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2013 (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 548 a 612, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº 164/2003 e nº 184/2005).

RELAÇÃO Nº 5/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 548/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Srª Ângela Merce Teixeira Neves, por mais 30 (trinta) dias, para atendimento do Ofício 19121/2013 - TCU/Sefip (peça 37), emitido em cumprimento às determinações constantes do subitem 9.2. do Acórdão 7530/2013 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC-007.728/2007-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldeir Rodrigues Neves (117.011.101-72); Aroldo da Silva Ramos (055.186.361-72); Célia Regina de Castro Cordeiro (144.066.751-91); Francisco Sebastião da Rocha (112.769.591-68); Luciano Dacri Iglesias (460.515.627-53); Maria Lorêdo da Silva Filha (220.705.751-87); Natália Maria Pinheiro Chaves (152.985.901-87); Neide Pereira Machado (304.194.766-87); Raimundo Medeiros Barros Júnior (639.010.307-78)
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça - STJ.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Advogados constituídos nos autos: Adão Neves de Oliveira (OAB/DF 15.121), Adriana Lima Matias (OAB/DF 26.690), Aline Rodrigues Alarcão (OAB/DF 22.802), Eva Conceição Neves de Oliveira (OAB/DF 7.351), Francisco Sebastião da Rocha (OAB/DF 20.808), Gilberto Garcia Gomes (OAB/DF 8.849) e Raquel Aguiar da Rocha (OAB/DF 32.464).

ACÓRDÃO Nº 549/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Pedro Alves de Oliveira (021.568.811-20) e Paulo Vargas (037.237.201-53), e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.742/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Paulo Vargas (037.237.201-53); Pedro Alves de Oliveira (021.568.811-20).
1.2. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás - Sesi/DR/GO.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência ao Serviço Social da Indústria - Administração Regional em Goiás (Sesi/GO) sobre a necessidade de se fazer constar, no relatório de gestão da entidade, dados e informações quantitativas relativas aos anos anteriores, possibilitando acompanhar a evolução da gestão da unidade, suas estruturas, metas, indicadores e resultados, bem assim fazer constar as razões, fatores interferentes e medidas adotadas relativamente a cada uma das metas descumpridas.

ACÓRDÃO Nº 550/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas contas dos Srs. Antônio José de Moraes Souza (001.654.253-34, já falecido) e Antônio José de Moraes Souza Filho (273.611.363-20), e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.862/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Antonio Jose de Moraes Sousa Filho (273.611.363-20); Antonio Jose de Moraes Souza (001.654.253-34)
1.2. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Piauí - Sesi/DR/PI.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. recomendar ao Departamento Regional do Serviço Social Indústria no Estado do Piauí - SESI/DR/PI atenção especial quanto ao fiel cumprimento das determinações contidas em seu Regulamento de Licitações e Contratos, evitando possíveis parcelamentos na licitação de obras/serviços.

ACÓRDÃO Nº 551/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6.519/2013 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 14/11/2013, Ata 41/2013, relativamente ao subitem "1.2", de modo que onde se lê: "1.2. Responsáveis: Luiz Norberto Collazzi Loureiro (331.476.718-87); Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP (46.643.474/0001-52)", leia-se: "Responsáveis: Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP (46.643.474/0001-52)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.564/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 026.257/2011-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP (46.643.474/0001-52)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 552/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 169, inciso III, e 211, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar iliquidáveis as contas a seguir relacionadas, ordenando o seu trancamento, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis, e determinar, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.905/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves (242.642.884-87); Francisco Dagmar Fernandes (043.978.784-04); Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (08.281.073/0001-00); Maria Euza Cardoso (028.004.464-04)
1.2. Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 553/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4226/201 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 21/6/2011, Ata 21/2011, relativamente ao subitem "9.2", de modo que onde se lê: "(...) calculados a partir de 16/4/2002, até a data do efetivo", leia-se: "(...) calculados a partir de 16/4/2002, até a data do efetivo pagamento.", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.371/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Jorge Luiz Arcos (931.541.788-72); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (03.737.267/0001-54)
1.2. Entidade: Prefeitura de Castanheira - MT
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Advogado constituído nos autos: Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Luiz Mário do Nascimento Junior (OAB/MT 12.886) e José Carvalho do Nascimento Junior (Defensor Público Federal).

ACÓRDÃO Nº 554/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Benedito Martins de Oliveira, ante o recolhimento da dívida que lhe foi imputada por intermédio dos subitens 9.1. e 9.2. do Acórdão 6242/2013 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 22/10/2013, Ata 38/2013, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.479/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Benedito Martins de Oliveira (051.070.836-68); Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04)
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos dos Anjos Cereja, OAB/PA 6.977; Inis Fátima de Paula, OAB/MG 28.834.

ACÓRDÃO Nº 555/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 199, §2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-035.282/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Randson Oliveira Almeida (671.466.352-87)

1.2. Entidade: Prefeitura de Marechal Taumaturgo - AC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. dar ciência da presente deliberação aos seguintes órgãos do Ministério da Defesa: Coordenação do Programa Calha Norte (UG 110594); Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (Seori); e Secretaria de Controle Interno, assim como ao Sr. Randson Oliveira Almeida, ex-prefeito do município de Marechal Thaumaturgo/AC.

ACÓRDÃO Nº 556/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.420/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: André Tavares Coutinho, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Órgão: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao Exmo. Sr. André Tavares Coutinho, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, de que:

1.6.1.1. compete ao órgão concedente, que no presente caso é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, analisar, ao final do ajuste, a prestação de contas do Convênio 20001657201000002/2010 (SIAFI 662785/2010), firmado com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro - SEASDH, e, caso necessário, instaurar Tomada de Contas Especial a ser apreciada posteriormente pelo TCU, nos termos, respectivamente, do art. 6º, inciso I, do Decreto 6.231/2007, e art. 8º, da Lei 8.443/92, c/c o art. 197, do Regimento Interno/TCU; e

1.6.1.2. as fiscalizações a cargo deste Tribunal somente são realizadas por meio de iniciativa externa quando solicitadas pelos presidentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, bem como pelos presidentes de Comissões do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando por elas aprovadas, na forma prevista no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 232, do Regimento Interno/TCU e o art. 4º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Resolução TCU 215/2008, não havendo para os membros do Ministério Público Federal a possibilidade de pleitear ao Tribunal a realização de auditorias, inclusive aquelas de natureza operacional, e inspeções.

1.6.2. determinar o envio de cópia da documentação remetida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, de modo a subsidiar o acompanhamento que realiza quanto à efetividade dos recursos federais transferidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto 6.231/2007.

ACÓRDÃO Nº 557/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.660/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ibiúna Empreendimentos e Construções Ltda (06.176.355/0001-12)

1.2. Entidade: Prefeitura de Assu - RN

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Advogado constituído nos autos: Thatyana Menguita de Lima Costa (OAB/RN 8685).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Assu/RN da ausência de comunicação dos recursos interpostos pelas licitantes inabilitadas Ibiuna Empreendimentos e Construções Ltda. e MCG Construções Ltda. aos demais licitantes, constatada na Concorrência 77/2013, bem como da não fixação do prazo de 5 (cinco) dias úteis, para impugnação das referidas reclamações, resultando em descumprimento do § 3º do art. 109 da Lei 8.666/93, de modo a adotar medidas cabíveis para se evitar ocorrências semelhantes.

1.6.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 22 dos autos, à representante.

ACÓRDÃO Nº 558/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento após as devidas comunicações processuais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.975/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República do Distrito Federal.

1.2. Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 559/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, considerando que as diligências efetuadas nos autos do processo a seguir relacionados resultaram no saneamento, pelo município, das irregularidades noticiadas, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em considerar procedente a representação, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.407/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público junto ao TCU

1.2. Entidade: Prefeitura de Jucurutu - RN

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. remeter cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 27 dos autos, ao Ministério Público do Rio Grande do Norte, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Departamento de Tecnologia (Dirte) e à Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN.

RELAÇÃO Nº 4/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 560/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-023.388/2013-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ivone Teresinha Menegotto (138.582.620-72)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 561/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I, II e IV, e 10, § 1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I, II e VII, e 17, inciso I, do Regimento Interno, em sobrestar o julgamento das contas a seguir relacionadas e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.434/2010-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Agaciel da Silva Maia (163.213.831-04); Carlos Magno Cataldi Santoro (060.005.411-04); Deomar Rosado (144.907.571-15); Efraim de Araujo Moraes (108.730.234-04); Garibaldi Alves Filho (004.428.104-82); Gerson Camata (096.295.217-68); Haroldo Feitosa Tajra (274.681.513-34); Heráclito de Souza Fortes (063.428.504-10); Jose Alexandre Lima Gazineo (195.843.265-20); José Sarney (000.607.043-49); João Vicente de Macedo Claudino (185.180.013-15); Marconi Ferreira Perillo Junior (035.538.218-09); Rui Oscar Dias Janiques (214.468.067-15); Sebastiao Afonso Viana Macedo Neves (091.373.942-15)

1.2. Unidade: Fundo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal; Secretaria Especial de Informática do Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Sobrestar o julgamento das contas dos Srs. Efraim de Araújo Moraes, Agaciel da Silva Maia e José Alexandre Lima Gazineo até a apreciação definitiva do TC 031.240/2010-0;

1.8. Julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados neste processo, a saber, os Srs. Gerson Camata (CPF 096.295.217-68), Haroldo Feitosa Tajra (CPF 274.681.513-34), Deomar Rosado (CPF 144.907.571-15), Carlos Magno Cataldi Santoro (CPF 060.005.411-04), Rui Oscar Dias Janiques (CPF 214.468.067-15), Garibaldi Alves Filho (CPF 004.428.104-82), Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (CPF 091.373.942-15), José Sarney (CPF 000.607.043-49), Marconi Ferreira Perillo Junior (CPF 035.538.218-09), Heráclito de Sousa Fortes (CPF 063.428.504-10) e João Vicente de Macedo Claudino (CPF 185.180.013-15), dando-lhes quitação plena;

1.9. Determinar ao Senado Federal que passe a informar nas suas contas o andamento das providências adotadas para dar cumprimento aos subitens 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4 do Acórdão 431/2010-TCU-2ª Câmara, pendentes em razão de decisões judiciais; e

1.10. Dar ciência deste Acórdão ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 562/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.990/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Hélio Cardoso Derenne - CPF 087.619.309-20; Maria Alice Nascimento Souza - CPF 475.179.729-87; Marcelo Aparecido Moreno - CPF 017.208.089-45; José Lopes Hott Júnior - CPF 878.012.641-34; Daniel Antônio Torno De Araujo Costa - CPF 074.192.667-94; Sérgio Max Bastos Lins - CPF 367.957.987-04; Adriano Marcos Furtado - CPF 829.204.609-78; Rômulo Fabrício Leite e Lopes - CPF 044.645.746-96; Amirce Ferreira Rodrigues dos Santos - CPF 333.999.801-91; Lorival Carmo da Rocha - CPF 099.467.991-20; Raimundo de Castro Feitosa - CPF 384.747.431-68; Miriane Menegaz - CPF 778.553.100-53; Ricardo Max de Oliveira Pereira - CPF 973.930.969-00; Wesley de Melo Leão - CPF 590.345.721-53; Alvarez de Souza Simoes - CPF 349.927.312-87; Giovanni Bosco Farias Di Mambro - CPF 380.029.491-53; Carlos Alexandre Caldas de Amorim - CPF 626.725.844-00; Adriane Cristina Baumann Toschi -CPF 389.119.652-00

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Julgar regulares com ressalva as contas do(s) responsáveis a seguir relacionados, dando-lhe(s) quitação: Hélio Cardoso Derenne (087.619.309-20), Maria Alice Nascimento Souza (475.179.729-87), Marcelo Aparecido Moreno (017.208.089-45), Adriane Cristina Baumann Toschi (389.119.652-00), José Lopes Hott Júnior (878.012.641-34), Sérgio Max Bastos Lins (367.957.987-04), Adriano Marcos Furtado (829.204.609-78), Rômulo Fabrício Leite e Lopes (044.645.746-96), Amirce Ferreira Rodrigues dos Santos (333.999.801-91), Ricardo Max de Oliveira Pereira (973.930.969-00), Wesley de Melo Leão (590.345.721-53), Alvarez de Souza Simões (349.927.312-87), Giovanni Bosco Farias di Mambro (380.029.491-53) e Carlos Alexandre Caldas de Amorim (626.725.844-00);, . com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, com fundamento no art. 208, §2º, do RI/TCU;

1.8. Recomendar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:

1.8.1. institua formalmente unidade de controle interno, a fim de proporcionar a avaliação da adequação e da eficácia do controle interno estabelecido, implantado e mantido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

1.8.2. à semelhança do procedimento de notificação de autuação, notifique a penalidade decorrente de infração de trânsito em até trinta dias, contados da aplicação da penalidade, tendo em vista que a utilização do prazo máximo de cinco anos fere o princípio da razoabilidade e da ampla defesa;

1.9. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art. 208, §2º, do RI/TCU, que:

1.9.1. Elabore e aprove, no prazo de noventa dias, Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observando as diretrizes constantes dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa 04/2010 - SLTI/MP, no que couber, e as práticas contidas no Cobit 4.1 (processo PO1 - Definir um Plano Estratégico de TI) e no Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SLTI/MP, disponível no *site* http://sisp.gov.br/guiapdti/wiki/apresentacao;

1.9.2. Elabore e aprove, no prazo de noventa dias, Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicações do DPRF, nos termos do art. 5º, inciso VII, da Instrução Normativa GSI 1/2008;

1.9.3. Apresente ao Tribunal, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a regularizar a situação dos policiais rodoviários federais que exercem atividades de natureza administrativa, em desvio de função, em observância ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, aos arts. 2º e 2º-A da Lei 9.654/1998 e ao art. 117, inciso XVII, c/c arts. 3º e 13 da Lei 8.112/1990;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.9.4. Apresente ao Tribunal, no prazo de 180 dias, quadro de lotação de cargos efetivos das unidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, indicando o quantitativo de lotação autorizada e de lotação efetiva de Policiais Rodoviários Federais e de servidores administrativos;

1.9.5. Informe as medidas adotadas para dar cumprimento aos comandos dos itens b.1, b.2, c.1 e c.2 no Relatório de Gestão do exercício de 2013;

1.10. Dar ciência ao DPRF sobre a impropriedade relativa à incompletude da Carta de Serviços ao Cidadão publicada no sítio eletrônico do órgão, o que afronta o disposto no art. 11, §§ 2º e 3º, do Decreto 6.932/2009;

1.11. Determinar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa que avalie o cumprimento do deliberado nestes autos no processo de contas do DPRF do exercício de 2013;

1.12. Dar ciência do presente acórdão ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e ao Ministro de Estado da Justiça; e

1.13. Arquivar os autos.

RELAÇÃO Nº 5/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 563/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.856/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline da Costa Silva Souza Rocha (026.003.835-06); Allyne Borges de Faria Sanderson (874.168.161-49); Amanda Sequenzia Perfeito (010.700.661-84); Andre Ferreira de Brito (903.091.111-53); Andre Gomes Alves (012.754.491-74); Anna Karolina Lopes de Almeida (022.944.951-44); Arthur Lachter (100.584.037-79); Artur Galdino Lima (723.366.761-68); Camille Gonçalves Javarine Ferreira (117.236.447-81); Carlos Fernando Fecchio dos Santos (021.776.159-33); Carolina Moreno Bertani (022.137.341-19); Clarissa Menezes Vaz Masili (020.692.271-03); Daniel Azevedo Monteiro (047.964.664-36); Daniel Vitor Rocha Toledo (027.865.271-98); Daniela Macedo Cunha Mourão (023.326.353-51); Diego Fernandes Silva Santos (108.002.177-99); Eduardo dos Santos Bento (099.243.927-28); Erick Sousa Damasceno (028.009.411-62); Esdras Silva Pinto (005.409.181-05); Fabiana Perillo de Farias (014.307.711-27); Fabiola Carla da Silva Cunha (052.902.356-39); Fernanda Almeida Coelho de Bem (035.585.159-86); Fernanda Goedert Santos (012.605.391-05); Fernando Henrique Maciel Cardoso (003.319.091-70); Fernando de Paula Sampaio (000.998.231-01); Flavia Kamila Lima Miranda (008.975.213-90); Flaynna de Albuquerque Gaia (041.509.111-00); Francisca Danielle Vieira Rolim (816.170.971-87); Francisco das Chagas de Vasconcelos Neto (663.238.273-87); Gilmarcio Ferreira da Costa (688.795.041-34); Giovanna Suely Neiva Soares (781.186.461-49); Gizelle Felinto Barbosa (012.481.324-08); Hugo Leonardo de Souza (958.032.891-91); Isabel Bartira Lucas Gontijo (023.198.521-58); Jenniffer Neres de Melo Santos (997.546.811-04); Joaquim Ricardo Barbosa Ribeiro de Araujo (720.407.851-91); José Amilton Torquato (241.724.643-00); José Rodrigues Chaveiro Filho (703.490.371-91); Joseval Rodrigues Moreira (418.380.765-49); Karoline Mendes Aguiar (989.774.581-53); Katherine Coimbra Limonge (011.174.471-70); Kelsileyde Gomes de Lima (636.287.751-91); Leonardo Michalczyk da Rocha (853.167.091-87); Leonardo Naciff Bezerra (014.644.061-70); Leonardo Pinheiro Sena (720.745.821-53); Leonardo da Motta Schmidt (004.789.441-52); Lívia Naves Espírito Santo Ferreira (760.677.001-82); Lorene Lopes Silva (024.752.951-63); Lucas Monteiro Valença (055.052.844-00); Lucas Sales da Costa (024.772.803-92); Luiz Fernando Silva Antunes (104.347.937-60); Luiz Gustavo de Mira Pontes (845.631.761-68); Márcia Penna Fonseca (784.646.921-53); Márcia Regina Araujo Lima (858.784.801-15); Marcus Vinicius Cavalcante de Andrade (730.596.681-91); Maria Bajanne de Araujo Neri Junia Mattedi (073.469.297-80); Maria do Socorro de Sousa Rosa (003.929.961-97); Matheus Coelho Delfino Ferreira (035.942.221-79); Matheus Ferreira Leite (032.581.091-50); Nadia Vieira de Mello Ladosky (038.563.614-80); Natacha Raphaella Monteiro Naves Cocota (070.424.626-02); Nuno Alberto Biondo Gonçalves (006.119.551-05); Paula Turra Menezes Paiva (008.563.071-30); Paulo Alves Santos (028.702.721-03); Paulo Sergio Sabino de Araujo (848.948.651-49); Pedro Henrique Viana Lobo (981.840.671-00); Rafael Augusto Sena de Miranda (020.497.651-00); Rafael Barbosa de Oliveira Costa (012.628.111-47); Rafael Braga Veloso Pacheco (054.764.916-94); Rafael Ferreira Maximino (015.281.853-74); Rafaela Maia Montenegro de Araujo (007.774.101-33); Raphael Montalvão Correa (092.820.007-88); Renato Couto Rampaso (389.357.478-66); Rodrigo Otavio Donati Barbosa (665.044.221-68); Saulo Alessandre de Lima (619.613.101-04); Serafim Luiz de Alcântara Sobrinho (829.031.581-34); Thayana Cristhina Cavalcante (020.491.151-64); Thiago Alencar Gomes (032.827.233-77); Thiago de Matos Batista (006.783.781-69); Tulio Max Freire Mendes (020.466.731-31); Vanessa de Sousa Pereira (723.733.261-91); Waldomiro Oliveira de Carvalho (249.317.588-35); Weyner Pereira de Almeida (710.582.491-34); Wiliam Pereira de Souza (727.949.501-00); William Candido Gomes (056.218.634-45); Yandra de Almeida Rodrigues (023.612.521-47); e Yasser Martins Yassine (007.685.311-01).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 564/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.861/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Luís Espindola Tolin (694.215.601-91); Ladislau de Oliveira dos Santos (465.715.742-68); Sávio Pereira Cruz (630.373.861-34); e Wander Fernandez Naves (032.678.621-08).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 565/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.862/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Rodolfo Falcão Ferreira (062.232.076-97); Anderson Oliveira de Carvalho (050.821.506-42); Andréa Cantú do Rêgo Motta Veloso (033.349.019-39); Felipe Correa Silva (015.218.726-00); Gabriela Brandão Rodrigues Pereira (058.923.386-65); Helvécio Giotti Ladeira (041.113.726-35); Karoline Nayara Santos Simões (079.424.626-50); Luiz Gustavo Marques Florindo (014.313.466-32); Marcelo Liester Giordani (083.292.956-56); Marjory Pereira de Sousa (097.775.826-50); e Wanderson Arley Borges Ferreira (073.073.756-05).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 566/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno, e no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, em deferir os pedidos de parcelamento da multa imputada aos responsáveis Edson Ricardo Pertille e Gleide Mariza Costa conforme subitem 9.2 do Acórdão nº 6886/2012-TCU-2ª Câmara, com a redação alterada pelo Acórdão nº 7314/2013-TCU-2ª Câmara, subitem 9.3, e fazer a determinação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com os ajustes pertinentes:

1. Processo TC-016.124/2008-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Edson Ricardo Pertile, (495.321.899-04); Gleida Mariza Costa, (184.022.161-53); e outros.

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso - Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso - (Secex-MT).

1.6. Advogado constituído nos autos: Ademir Joel Cardoso (OAB/MT 3473 A) e outros.

1.7. Determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso que efetue:

1.7.1. o desconto parcelado na folha de pagamento do servidor Edson Ricardo Pertille (495.321.899-04), em dezesseis meses, da dívida de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), decorrente do subitem 9.3 do Acórdão 7314/2013-TCU-2ª Câmara, atualizada monetariamente desde a data da referida decisão até a data do efetivo recolhimento de cada parcela, em favor dos cofres do Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990 e em consonância com os arts. 217 e 219 do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. o desconto parcelado na folha de pagamento da servidora Gleida Mariza Costa (184.022.161-53), em dez meses, da dívida de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), decorrente do item 9.3 do Acórdão 7314/2013-TCU-2ª Câmara, atualizada monetariamente desde a data da referida decisão até a data do efetivo recolhimento de cada parcela, em favor dos cofres do Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990 e em consonância com os arts. 217 e 219 do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 567/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.7 do Acórdão nº 3241/2013 - TCU - 2ª Câmara, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.919/2011-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: José Avelar Fernandes Feitosa (036.837.375-49); José de Oliveira Guimarães (077.705.375-68)

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe (SE/Funasa/SE)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 568/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, e 18 e 23, II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I e 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Alan Kardec Martins Barbiero e José Pereira Guimarães Neto, dando-se-lhes quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.241/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Alan Kardec Martins Barbiero (433.693.831-87); José Pereira Guimarães Neto (264.841.881-49).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins (FUFT/MEC)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 569/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *a*, c/c art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo adiante relacionado, após fazer as comunicações pertinentes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.005/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Célia Maria Cardoso Costa (144.975.302-72); Guilherme Antônio da Costa (064.208.772-53); João Bosco Bastos de Araújo (001.334.693-87); José Rodolfo Martiniano Morais (486.357.232-87); KC Empreendimentos Associados Ltda. (02.931.549/0001-25); Maria Rodrigues de Aquino Frota (071.934.593-68); Marilda de Fatima dos Santos Anchieta (093.309.762-04); Mauro Ricardo Machado Costa (266.821.251-00); Pedro Rodrigues Contente (403.312.882-49)

1.2. Entidade: Município de São Miguel do Guamá/PA

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Evado Pinto (OAB-PA 2816-B) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 570/2014 - TCU - 2ª Câmara

Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea *a*, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis abaixo relacionados, dando-se-lhes quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

PROIBIDA A REPRODUÇÃO PELA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-007.252/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Eraldo Cavalcante Silva (240.731.994-04); Maria Rita Bonfim Evangelista (720.901.705-49).
1.2. Entidade: Município de Porto Real do Colégio/AL
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 571/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso III, 243, do Regimento Interno, e art. 42 da Resolução-TCU nº 191/2006, em considerar cumprida a determinação contida no subitem 1.7 do Acórdão nº 8500/2012 TCU 2ª Câmara, e apensar este processo ao TC-020.621/2012-4 (Representação), dando-se ciência desta deliberação à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.401/2013-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 572/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão nº 4695/2013-TCU-2ª Câmara, e arquivar o processo, após fazer a comunicação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.888/2013-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/MEC)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 573/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, e arquivar o processo, sem prejuízo de encaminhar cópia do inteiro teor deste Acórdão, bem como da instrução da Unidade Técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.133/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL)
1.2. Entidade: Município de Joaquim Gomes/AL
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 574/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar o processo, após encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, de acordo como os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.136/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL)
1.2. Entidade: Município de Boca da Mata/AL
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 575/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante relacionada, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno e arquivar o processo, após encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.213/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Empresa Venturini Consultoria de Recursos Humanos e Terceirização Ltda. (08.284.452/0001-54)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 576/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante relacionada, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno e arquivar o processo, após encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao representante e à entidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.093/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Nilton Nallin Ferreira Júnior, Chefe de Gabinete da Deputada Estadual do Rio de Janeiro Janira Rocha.
1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 577/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente, e arquivar o processo, sem prejuízo de fazer a recomendação e a comunicação abaixo transcritas, dando-se ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense:

1. Processo TC-045.145/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo (Secex/SC).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFSC).
1.3. Relator: Ministro José Jorge.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que verifique as conclusões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar quanto ao déficit de carga horária levantada pela Controladoria-Geral da União para o servidor Olavo Adalberto Konig e, caso persista o mencionado déficit, adote as medidas necessárias para que o referido servidor reponha as horas devidas ou devolva aos cofres públicos os valores equivalentes às horas não trabalhadas e informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão sobre:
1.7.1. o resultado das providências adotadas para cumprir a recomendação supra;
1.7.2. a efetiva realização do cálculo dos valores a serem ressarcidos pelos ex-professores que mantinham vínculo com a Universidade do Contestado, e a remessa dessa informação à Procuradoria Geral Federal em Blumenau/SC para adoção das providências que entender cabíveis visando à reposição das quantias recebidas indevidamente pelo descumprimento da jornada de trabalho;
1.7.3. a aprovação e publicação de norma regulamentadora da licença para capacitação no âmbito desse Instituto;
1.8. Dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que a inserção de declaração falsa em documento, conforme verificado em folhas de pontos de servidores dessa autarquia, é crime previsto no art. 299 do Código Penal e afronta o art. 116, inciso IX, da Lei nº 8.112/1990.

RELAÇÃO Nº 5/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 578/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Roberto Ramos e Carlos Azevedo Orth, dando-lhes quitação; bem como, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.633/2013-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: André Bocorny Guidotti (CPF 964.392.700-87); Carlos Azevedo Orth (CPF 398.056.030-91); Francisco Emilio Machado de Lemos (CPF 367.635.860-00); Nelson José de Araújo (CPF 568.992.540-34); Patrícia Rossato Nunes (CPF 923.412.840-00); Roberto Ramos (CPF 907.328.479-15) e Vladimir Silva de Lima (CPF 614.473.150-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. à Controladoria-Geral da União, com fundamento no art. 208, § 2º, do RITCU, que acompanhe por ocasião do exame das próximas contas anuais da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS o cumprimento da determinação contida no item 9.3 do Acórdão 775/2012-TCU-1ª Câmara;
1.7.2. à Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/RS que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:
1.7.2.1. o estoque de convênios na situação "a comprovar" e "a aprovar", identificado pelo Controle Interno quando da auditoria de gestão do exercício de 2012, indica que a unidade não vem realizando, dentro da prazo adequado, a análise das prestações de contas apresentadas, em descumprimento ao previsto nos normativos que disciplinam o tema, de acordo com a data de celebração da avença (IN STN nº 1/1997, para os convênios firmados até 29/05/2008; Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, para os convênios firmados a partir de 30/05/2008 até 31/12/2011; e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, para os convênios firmados a partir de 1º de janeiro de 2012);
1.7.2.2. a pesquisa prévia de preços, com vistas à renovação contratual, baseada em consultas efetuadas a empresas pertencentes aos mesmos sócios da empresa contratada, identificada no contrato de prestação de serviços RS1350/2008, afronta a garantia da competitividade e da lisura do processo, em cumprimento aos princípios esculpidos no art. 3° da Lei nº 8.666/1993 e no art. 37, caput, da Constituição Federal;
1.7.2.3. o pagamento de encargos do FGTS e do INSS, relativos a contratos de terceirização, efetuados por empresas estranhas ao instrumento firmado com a unidade, apontado no contrato de prestação de serviços RS1350/2008, contraria o art. 71 da Lei nº 8.666/1993, que preceitua que o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato; e
1.7.2.4. a ausência de apresentação de garantia por parte de empresa contratada, identificada no contrato de prestação de serviços RS0029/2011, infringe o art. 56 da Lei nº 8.666/1993 e o Acórdão 401/2008-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 579/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. João Wellington de Medeiros Cursino, Deputado Estadual pelo Estado do Amazonas, informando a existência de possíveis irregularidades na gestão do orçamento municipal de Parintins/AM, consubstanciadas em suposto remanejamento orçamentário sem prévia autorização legislativa;
Considerando que o representante requer, na inicial, que seja instaurado Procedimento Administrativo Investigatório pela Promotoria de Justiça da Comarca de Parintins e que seja realizada inspeção no município de Parintins pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;
Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento do feito, verificou que o suposto remanejamento orçamentário municipal indevido refoge à competência do TCU, haja vista não envolver a aplicação de recursos federais;
Considerando, dessa forma, que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, não devendo ser conhecida por este Tribunal;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.295/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. João Wellington de Medeiros Cursino, Deputado Estado do Estado do Amazonas.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Parintins - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/AM que:

1.7.1. envie cópia dos presentes autos à Câmara Municipal de Parintins/AM, ao Ministério Público do Estado do Amazonas e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para ciência e adoção das medidas que entenderem cabíveis;

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 580/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelos Exmos. Srs. Raimundo Dimas Araújo Cruz, João Araújo Cavalcante, Raimundo Josifran Alves Sales e Ricardo Ferreira Gois, vereadores do município de Itapajé/CE, por meio da qual noticiam a ocorrência de possíveis irregularidades que teriam sido praticadas no âmbito do Pregão Presencial nº 001/2013, realizado pela Secretaria de Educação e Desporto do aludido município, com vistas à aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos alunos da educação básica e do ensino médio;

Considerando que os representantes, alegam, em síntese, que o referido certame foi realizado em seis lotes, contendo itens diferenciados em cada um deles, sendo que em dois lotes foram licitados itens expressamente vedados pelo art. 17, inciso II, da Resolução n° 38 do FNDE, e que a Secretaria de Educação e Desporto, *"para se desvincular de uma possível atitude fraudulenta na licitação, resolveu, portanto, aplicar um teste de aceitação de merenda escolar para tentar maquiar a compra desses itens proibidos, visando à realização de uma nova licitação"*, o que vai de encontro à Resolução n° 32 do FNDE, a qual prevê que a aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deve obedecer a um cardápio previamente planejado por um nutricionista responsável técnico, com vistas à redução dos custos e ao atendimento das diretrizes do Programa;

Considerando que consta, também, na inicial, informação de que o material licitado foi empenhado, entregue e, posteriormente, desapareceu dos locais de armazenamento de merenda escolar, além de relatos de que o Conselho de Alimentação Escolar - CAE tem sido arbitrariamente impedido de atuar contra as irregularidades acima citadas por motivo de perseguição política, dando conta, ainda, da ocorrência de problemas na eleição para a nova composição do conselho;

Considerando que os representantes não apresentaram elementos comprobatórios e/ou indiciários das irregularidades noticiadas;

Considerando que, apesar disso, tendo em vista a importância da matéria noticiada e o interesse público envolvido, merece o feito ser conhecido por esta Corte;

Considerando que, a respeito das irregularidades atinentes ao Pregão Presencial nº 001/2013, realizado pela Secretaria de Educação e Desporto do município de Itapajé/CE para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, merece relevo o fato de que cabe, primariamente, aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando que, em relação às irregularidades relacionadas com o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, compete ao FNDE o gerenciamento e controle da composição dos conselhos, afigurando-se conveniente encaminhar a questão ao FNDE para que promova a averiguação de eventual irregularidade na nomeação dos membros do CAE de Itapajé/CE;

Considerando, dessa forma, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU a respeito das providências adotadas;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo FNDE, motivo pelo qual pode ser considerado prejudicado o exame de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.236/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Exmos. Srs. João Araujo Cavalcante; Raimundo Dimas Araujo Cruz; Raimundo Josifran Alves Sales e Ricardo Ferreira Gois, Vereadores do Município de Itapajé/CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Itapajé - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas nos presentes autos, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre o resultado das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/CE que:

1.7.2.1. envie cópia integral dos presentes autos, incluindo cópia do presente Acórdão e do parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão;

1.7.2.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, aos representantes e ao município de Itapajé/CE; e

1.7.2.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação encaminhada ao FNDE, segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 581/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Ecildo Evangelista Filho, prefeito do município de Mombaça/CE, noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades relacionadas com a execução do Convênio nº 703952 (Siafi nº 11/2009), celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a administração anterior do aludido município, com vistas à construção do açude tanquinho na comunidade PA-Morada Nova-Saião;

Considerando que o representante alega, em síntese, que o concedente detectou irregularidades na execução financeira, não aprovando, assim, a prestação de contas da avença, o que gerou notificação ao município para regularizar a situação, bem como sua inclusão no cadastro Siafi, inviabilizando o percebimento de verbas federais e estaduais;

Considerando que na inicial consta, ainda, a informação de que o município, na atual gestão, não recebeu qualquer documentação relativa à prestação do ajuste, nada podendo fazer administrativamente em relação às irregularidades ocorridas, senão encaminhar representação criminal à Procuradoria da República, ação de improbidade com pedido de ressarcimento e pedido liminar de indisponibilidade de bens em face do ex-gestor, buscando sua responsabilização;

Considerando que a unidade técnica verificou, mediante pesquisa junto ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, realizada em 30/1/2014, que o Convênio nº 703952, celebrado entre o município de Mombaça/CE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, teve prazo limite para apresentação da prestação de contas expirado em 20/9/2011, encontrando-se atualmente na situação "Prestação de Contas em Complementação";

Considerando que, de acordo com a Informação/INCRA/SR(O2)A4/N°16/2011, datada de 29/8/2011, que trata da Análise Financeira da prestação de contas do convênio, consta manifestação do convenente pela não aprovação, bem como pela adoção de recomendações por parte do município no prazo máximo de 10 (dez) dias relativamente às pendências verificadas;

Considerando que, conforme disposto na Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, vigente à época da celebração da avença, incumbe ao concedente decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos, tendo o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes e, em caso da não apresentação da prestação de contas no prazo de sessenta dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, ou de não devolução dos recursos, registrar a inadimplência no Siconv por omissão do dever de prestar contas e comunicar o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária;

Considerando que as irregularidades revestem-se de gravidade e merecem ser investigadas;

Considerando, porém, que cabe, primariamente, aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando, dessa forma, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, determinar ao Incra que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU a respeito das providências adotadas;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo FNS, motivo pelo qual pode ser considerado prejudicado o exame de mérito da presente representação;

Considerando, por fim que, em relação à responsabilização do gestor sucessor, o TCU possui entendimento sumulado no Enunciado TCU nº 230 no sentido de que compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente tomada de contas especial, sob pena de corresponsabilidade.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.624/2013-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Ecildo Evangelista Filho, Prefeito do Município de Mombaça - CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Mombaça - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que ultime, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise do Convênio nº 703952 (número original 11/2009), celebrado com o município de Mombaça/CE, instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial e informando o TCU, ao final desse mesmo prazo, a respeito das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/CE que:

1.7.2.1. envie cópia integral dos presentes autos, incluindo cópia do presente Acórdão e do parecer da unidade técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão;

1.7.2.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.2.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação encaminhada ao Incra, segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 582/2014 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de representação formulada pelo Exmo. Sr. Gadyel Gonçalves de Aguiar Paula, prefeito do município de São Benedito/CE, noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades relacionadas com a execução do Convênio nº 550609, celebrado pela gestão municipal anterior com o Ministério do Turismo com vistas à construção de um balneário, as quais ensejaram o registro de inadimplência do município no Siafi e a consequente impossibilidade do percebimento de verbas federais por parte do município;

Considerando que o representante ressalta, ainda, que a atual gestão está adotando as medidas legais cabíveis e necessárias, consubstanciadas na ação de ressarcimento e na representação em face do agente responsável, acostando aos autos cópia de certidão expedida pela Secretaria da Vara Única da Comarca de São Benedito contendo informações sobre a ação de Ressarcimento com Pedido de Tutela Antecipada impetrada em face do ex-gestor Tomaz Antonio Brandão Junior, pelos prejuízos causados à municipalidade por falhas na execução da referida avença;

Considerando que a unidade técnica, ao proceder ao saneamento do feito, verificou, em pesquisa junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi realizada em 6/2/2014, que a matéria noticiada se refere ao Contrato de Repasse nº 550609 (CR.NR.0185240-94), celebrado entre Ministério do Turismo/MTur e o Sr. Haroldo Celso Cruz Maciel, representante do município de São Benedito/CE, com a interveniência da Caixa Econômica Federal na qualidade de mandatária da União, com vigência expirada em 30/3/2013 e prazo para apresentação de prestação de contas expirado em 29/5/2013, encontrando-se em situação de inadimplência suspensa motivada por ação judicial;

Considerando que, pela análise dos dados do Siafi, constata-se que não assiste razão ao representante relativamente à inviabilização do município de receber verbas federais, vez que a alegada inadimplência se encontra suspensa;

Considerando que, de acordo com o parecer emitido pela Caixa Econômica Federal (GIDUR/FO - Gerência de Filial Desenvolvimento Urbano e Rural, Superintendência Regional Norte e Sul do Ceará), foi instaurada a tomada de contas especial relativa ao Contrato de Repasse nº 550609 (CR.NR.0185240-94), estando em fase de notificação;

Considerando que incumbe ao concedente a decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos e que, na hipótese de a prestação de contas não ser aprovada e exauridas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas registrará o fato no Siafi e encaminhará o respectivo processo ao órgão de contabilidade analítica a que estiver jurisdicionado, para instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência, sob pena de corresponsabilidade;

Considerando, portanto, que cabe, primariamente, aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas a eventuais irregularidades na consecução das obras financiadas com os recursos repassados;

Considerando, dessa forma, que, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, mostra-se mais conveniente, na presente fase, encaminhar cópia dos autos ao Ministério do Turismo, determinando-lhe que ultime a análise da tomada de contas especial relativa ao Contrato de Repasse nº 550609, adotando

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

as medidas sob sua alçada com a urgência requerida pela situação e informando o TCU, em igual prazo, a respeito das providências adotadas;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pelo concedente, motivo pelo qual pode ser considerado prejudicado o exame de mérito da presente representação;

Considerando, por fim, que, em relação à responsabilização do gestor sucessor, mostra-se correta a atuação do representante, haja vista que o entendimento do TCU sobre a responsabilização do gestor sucessor, sumulado no Enunciado TCU nº 230, é no sentido de que compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente tomada de contas especial ou o ajuizamento de ação judicial de ressarcimento do erário, sob pena de corresponsabilidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.807/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Gadyel Gonçalves de Aguiar Paula, Prefeito do Município de São Benedito - CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de São Benedito - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério do Turismo que ultime, no prazo de 90 (noventa) dias, a análise do Contrato de Repasse nº 550609, adotando as medidas sob sua alçada com a urgência requerida pela situação, e informando o TCU, ao final desse mesmo prazo, a respeito das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/CE que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante, ao Ministério do Turismo e à Caixa Econômica Federal; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação encaminhada ao Ministério do Turismo, segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 583/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM/CE, consubstanciada em cópia do Acórdão TCM 1276/2013, que apreciou a prestação de contas da Secretaria de Educação de Maranguape/CE;

Considerando que, no material recebido, o assunto que desafia a análise deste Tribunal constitui-se na aquisição de alimentícios da agricultura familiar, por meio de dispensa de licitação, com recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Escolar - PNAE, transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando que a unidade técnica, ao proceder ao saneamento do feito, verificou que a Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, preconiza, em seu art. 14, que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, podendo ser dispensado o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria;

Considerando que a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009, vigente à época dos fatos relatados, ao regulamentar a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, dispôs que as entidades executoras deveriam publicar a demanda de aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar por meio de chamada pública de compra, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houvesse, além de divulgar em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação;

Considerando que, em consulta à rede mundial de informações, foi constatado que houve a divulgação da Chamada Pública da Prefeitura Municipal de Maranguape nº 04/2010 no Diário Oficial do Estado do Ceará em 26/10/2010;

Considerando, dessa forma, que a compra direta realizada pela Secretaria de Educação de Maranguape para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para composição da merenda escolar obedeceu aos ditames da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 38/2009, aplicáveis àquele fato, não se vislumbrando quaisquer outras irregularidades que desafiam a atuação desta Corte de Contas, motivo pelo qual resta caracterizada a improcedência do feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.706/2013-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM/CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Maranguape - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao representante; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 584/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada pela Sefip com base em informação prestada à Ouvidoria do TCU noticiando a ocorrência de suposta irregularidade no Edital nº 1/2013 - IPHAN, de 21/10/2013, que tornou público processo seletivo destinado à contratação, por tempo determinado, de profissionais de nível superior para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

Considerando que a irregularidade noticiada consubstancia-se, em síntese, na exigência, para a área de Logística, Convênios e Contratos, de experiência superior a 3 (três) anos no relacionamento com o setor público, configurando benefício aos servidores que já trabalham em órgãos públicos em detrimento da maioria dos interessados;

Considerando que a Lei nº 8.745/1993, ao dispor sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, exige, em seu art. 3º, que: "*o recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.*";

Considerando que o Edital nº 1/2013 - IPHAN, que teve como finalidade tornar público processo seletivo destinado à contratação de profissionais de nível superior para atuação nas áreas de Logística, Convênios e Contratos; de Arqueologia; e de Arquitetura ou Engenharia Civil; estabeleceu que a seleção contemplaria prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, composta de diversas provas de conhecimento, e avaliação curricular, valendo 75 pontos, e a segunda, de caráter exclusivamente classificatório, destinada a aferir a experiência profissional e os títulos acadêmicos dos candidatos, totalizando 10 pontos, sendo 5 possíveis de serem alcançados para cada um desses quesitos;

Considerando que, em relação à experiência profissional, o edital previu que seria atribuído 0,50 ponto por ano completo "*de exercício da profissão, na área de atuação pleiteada, sem sobreposição de tempo*", até o limite de 5 pontos, definindo claramente, para cada área de atuação, os documentos hábeis à comprovação tanto para os candidatos com experiência na área privada quanto no setor público;

Considerando, dessa forma, que não se vislumbra desproporcionalidade na pontuação total atribuída à experiência profissional (5 pontos), na medida em que esta representa pouco mais de 6% (seis por cento) dos pontos possíveis de serem alcançados na primeira etapa do certame (75 pontos), afigurando-se pouco relevante o fato de esse quesito corresponder a 50% (cinquenta por cento) da avaliação curricular, tendo em vista a pouca pontuação atribuída à experiência profissional comparativamente à prova objetiva;

Considerando, por fim, que a exigência constante no Anexo III do edital de que o candidato ao cargo à área de Logística, Convênios e Contratos deve possuir "*experiência superior a três anos no relacionamento com o setor público na área de Logística, Convênios e Contratos*" não conduz, em hipótese alguma, à conclusão de que tal experiência se limita ao exercício de funções/cargos públicos, mas sim à comprovação do exercício de práticas profissionais relacionadas com a administração pública que poderiam agregar habilidades para o desempenho dos cargos pleiteados;

Considerando, pelo exposto, que não procede a afirmação de que seriam beneficiados apenas servidores públicos, pois o edital deixou claro que qualquer experiência, pública ou privada, nas áreas indicadas no edital seria aceita pela banca examinadora, desde que devidamente comprovada, nos termos do item 10.12, o qual especifica os documentos a serem utilizados pelos candidatos para fins de comprovação de experiência profissional na esfera privada, restando caracterizada a improcedência do feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.818/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Sefip que arquive os presentes autos.

RELAÇÃO Nº 2/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 585/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão inicial e de alteração de aposentadoria de Carlos Alberto Ferreira Lomônaco, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.112/2013-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Carlos Alberto Ferreira Lomônaco (CPF 518.556.077-00).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 586/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro no art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria das interessadas a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.288/2013-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Deolinda Setubal Leitão (CPF 081.533.102-91); Maria Luzenir Oliveira Nunes (CPF 041.639.153-20).

1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 587/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.939/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Cássio Fernandes da Silva Cruz (CPF 578.903.821-20); Gerriane Franco de Sousa (CPF 388.035.262-34); Leticia Silva Hofstatter (CPF 968.654.660-04).

1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 588/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.966/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Eth Ferreira dos Santos (CPF 565.709.882-04); Eunice Queiroz Maciel (CPF 796.119.742-72); Evelin Rodrigues Sanches Peres (CPF 308.763.568-54); Everton Basilio Pacco Mendes (CPF 019.733.461-09); Everton Takashi Natori (CPF 006.438.761-54); Evânia Silva Louro (CPF 075.052.357-37); Fabiana Antunes de Moura Machado (CPF 052.585.427-42); Fabiana Brites Lira (CPF 091.407.757-04); Fabiana Costa de Oliveira (CPF 276.341.218-19); Fabiana Cristina Gonçalves Ribeiro (CPF 108.136.007-07); Fabiano Freire de Oliveira Macedo (CPF 047.459.404-16); Fabio Manolio Rodrigues (CPF 263.617.638-11); Fabio Rocha Lima (CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

084.487.737-99); Fabio Savoy (CPF 298.201.488-20); Fabio Zego (CPF 124.314.037-26); Fabio da Cunha Herzog (CPF 058.105.657-43); Fabrine Mesquita de Andrade Gomes (CPF 953.548.245-91); Fabrício Carvalho Cunha (CPF 011.495.663-45); Fabrício Nicolao Mattei (CPF 007.312.090-10); Fabíola Alves de Castro (CPF 083.120.937-29); Farlley Gomes Silvestre da Silva (CPF 123.351.657-47); Fausto Santana Celestino (CPF 368.438.488-77); Felipe Barufaldi (CPF 224.033.938-19); Felipe Franco da Rocha (CPF 056.790.867-43); Felipe Henrique Silva (CPF 106.294.527-17); Felipe Ramos Antunes (CPF 221.893.418-33); Felipe Ramos Manso de Carvalho (CPF 104.723.107-71); Fellipe Garcia Marques (CPF 325.717.038-62); Fernanda Cabral Azevedo (CPF 090.796.447-81); Fernanda Correa Covre (CPF 106.260.217-07); Fernanda Costa do Nascimento Pitol (CPF 672.635.262-04); Fernanda Cruz dos Santos Galdino (CPF 099.008.747-65); Fernanda Maria Zangerolame (CPF 085.441.637-42); Fernanda Mendes Medeiros de Oliveira (CPF 022.231.451-67); Fernanda Monteiro de Barros Lopes (CPF 113.207.307-36); Fernanda Ramos Amaral Loureiro (CPF 113.322.367-23); Fernanda Rodrigues Lanzana Ferreira (CPF 095.532.767-92); Fernanda Vieira Siqueira Trazzi (CPF 093.439.727-92); Fernanda da Silva Caldeira (CPF 122.032.607-00); Fernanda da Silva Fontes (CPF 102.659.387-59); Fernanda dos Santos Alexandrino (CPF 928.270.552-87); Fernando Alves Jota (CPF 103.848.967-90); Fernando Nunes dos Santos (CPF 312.007.388-10); Filipe Costa Parente (CPF 727.016.842-34); Flavia Barata Alcantara (CPF 529.558.002-44); Flavia Campos Lima (CPF 701.376.093-53); Flavia Meira de Lucas (CPF 080.809.467-01); Flavia Renata Lopes de Barros (CPF 070.098.717-79); Flaviana Rodrigues Bezerra (CPF 942.167.624-68); Flávia Roberta Carvalho de Oliveira (CPF 083.286.667-90); Flávio Carvalho de Oliveira Junior (CPF 994.607.426-53); Flávio Henrique Santos da Silva (CPF 132.977.197-45); Frances Abreu Duarte (CPF 119.738.067-11); Franciene Rodrigues Nunes (CPF 921.615.880-87); Francilene Reis da Silva (CPF 099.558.207-64); Francisco Carlos Salles de Souza (CPF 182.442.788-38); Francisco Lopes Freire Neto (CPF 765.557.472-34); Francisco de Souza Neto (CPF 076.631.137-64); Fuad Baida Marina Neto (CPF 312.784.278-30); Fábia Emanuelle Lopes de Medeiros Lima (CPF 024.286.374-44); Fábia Peixoto da Silva (CPF 007.412.660-16); Fábio Lopes Mandu (CPF 709.593.151-87); Fábio Peres da Mota (CPF 366.310.828-70); Fábio de Carvalho Barros (CPF 073.906.814-89); Fábio de Oliveira Martins (CPF 290.473.488-00); Fádia Murad Falcão Ferreira (CPF 365.092.768-36); Fátima Scomparim (CPF 269.243.858-26); Gabriel Menezes de Sousa (CPF 825.424.305-00); Gabriel Neves Picarelli (CPF 226.033.728-74); Gabriel Oliveira da Silveira (CPF 003.784.150-50); Gabriel Veber Moisés da Silva (CPF 018.423.850-11); Gabriela Gonçalves Blatt (CPF 118.688.007-41); Gabriela Nero Mitsuushi (CPF 344.806.528-50); Gabriela Robert Martiniano Faria (CPF 091.347.707-98); Gabriele Araújo Mesquita (CPF 990.978.692-34); Gabriella Araújo Di Gregório (CPF 015.434.555-57); Gean Felipe Alves de Oliveira (CPF 078.162.137-27); Geldo Regis Moreira (CPF 003.220.801-42); Genivaldo França de Souza Junior (CPF 023.829.814-07); Geovani de Brito Braga Júnior (CPF 842.226.205-30); Geórgia Craveiro Holanda Malveira Maia (CPF 872.261.703-53); Giliard José Arruda (CPF 226.869.428-35); Gilvan Bezerra dos Santos Junior (CPF 071.199.634-22); Giovana Blasi (CPF 604.755.790-20); Giovana Carla Silva de Queiroz (CPF 012.772.974-79); Giovania Firmino de Almeida Aguiar (CPF 003.685.977-09); Gisela Silva Siqueira (CPF 091.858.497-31); Gisele Mongruel Gomes (CPF 056.102.849-45); Gisella Maria Quaresma Leitão (CPF 094.392.407-33); Giselle Assafin Vieira (CPF 114.911.307-33); Giselle do Carmo Pereira (CPF 074.226.727-06); Glauco Luiz Teles Fernandes (CPF 075.133.557-62); Graciele Cristina Rodrigues de Andrade (CPF 086.378.707-08); Grazielle Pereira Tourino (CPF 050.236.586-27); Guilherme Andraus (CPF 223.495.858-08); Guilherme Augusto Biondo (CPF 311.887.448-10); Guilherme Buzon Gregores (CPF 263.859.988-35); Guilherme David de Souza (CPF 099.490.197-61); Guilherme Orpinelli Ramos do Rêgo (CPF 033.258.405-40); Gustavo Antonio Teixeira Pereira (CPF 099.750.457-90).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 589/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.973/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Renato Daniel Oliani Giroto (CPF 030.951.281-69); Renato Slavov (CPF 213.139.268-09); Ricardo Fragoso Modesto Chaves (CPF 795.481.215-49); Ricardo Venancio dos Santos (CPF 089.589.087-93); Ricardo da Gama Baião (CPF 111.826.267-00); Ricardo de Freitas Filho (CPF 014.365.220-64); Roberta Gomes Soares Guimarães (CPF 658.541.873-53); Roberta Maciel da Costa Godinho (CPF 112.655.437-55); Roberta Mattos Sampaio (CPF 093.312.497-05); Roberta Vieira Branco (CPF 090.729.387-55); Roberto Waldesmand Farias Pontes (CPF 981.621.012-68); Rochele Fernanda Rigoti (CPF 983.103.560-72); Rodrigo Jeremias dos Santos (CPF 119.750.447-89); Rodrigo Jorge de Alcantara Guerra (CPF 055.147.927-22); Rodrigo Rodrigues da Silva (CPF 103.183.327-79); Rodrigo Rosa Cardoso (CPF 838.613.435-68); Rodrigo Rosa do Vale (CPF 099.322.057-61); Rodrigo Sergio Santos da Silva (CPF 100.446.317-07); Rodrigo da Silva Borges (CPF 077.679.447-78); Rogerio David da Cruz Cavalcante (CPF 014.848.515-44); Ronaldo Louzeiro Reis de Sousa Junior (CPF 786.648.532-15); Ronaldo da Silva Venancio (CPF 895.366.814-04); Roseana Beltrão da Silva Sovano (CPF 946.480.342-87); Rosemeire da Silva Dantas (CPF 051.845.634-07); Rosimeyre Moia Martinez (CPF 003.541.239-98); Ruth Francisca Freitas de Souza (CPF 096.860.406-41); Ruy Carvalho Mattosinho de Castro Ferraz (CPF 342.907.128-35); Rêneli Rodriguez Corrêa (CPF 021.506.611-10); Rômulo Ribeiro da Silva (CPF 108.483.997-06); Sabrina Cabral Santiago (CPF 085.136.627-98); Sabrina Elias Rocha (CPF 720.232.011-87); Samara Trindade de Moura Felipe (CPF 745.120.482-00); Samir Antunes Kury (CPF 806.728.330-34); Samira Jorge Ferrari (CPF 350.749.488-43); Sammer Victor de Almeida (CPF 010.121.375-11); Sandra Eliane Lopes (CPF 306.695.648-26); Sandro Fernandes Resende (CPF 944.599.835-91); Sara Batista Amaral (CPF 094.889.887-97); Shaydel Turan Martins de Oliveira (CPF 098.897.067-84); Sheila Maria Otsuka da Silva (CPF 099.519.477-78); Sheridan Gama Coelho (CPF 029.747.457-09); Silmara Lucia de Oliveira Souza (CPF 051.544.946-60); Silvia Lenyra Meirelles Campos Titotto (CPF 224.195.888-35); Silvia Mara Mendes de Freitas (CPF 102.956.447-70); Silvio Rodrigues Marques Neto (CPF 087.705.567-09); Simone da Silva de Souza Batista (CPF 077.818.887-66); Simone de Castro Morgado Quagliane (CPF 082.158.407-36); Simone de Fátima Sabino Lobo (CPF 941.522.501-78); Simone de Miranda Barbosa (CPF 714.510.722-87); Susana Moratelli Pinho (CPF 052.917.307-73); Susy Christine Góes de Melo (CPF 841.279.292-00); Suzana de Araujo Cardoso Giffoni (CPF 051.957.747-73); Síssi Monteiro da Silva (CPF 107.565.917-59); Taciana Amarilio dos Santos (CPF 010.081.891-97); Takaaki Oda Junior (CPF 020.302.835-09); Tatiana Silva Corrêa (CPF 042.177.006-60); Tatiana Tavares Cardoso (CPF 517.666.122-53); Tayane Souto Araujo (CPF 124.435.617-47); Tayker Sampaio de Freitas (CPF 000.695.722-67); Thais Lyzandra Genuncio Salles Moreira (CPF 089.044.067-06); Thais Reis da Silva (CPF 082.865.217-14); Thamyres Alexandre da Silva (CPF 027.777.025-43); Thatiane Machado de Mello Silva (CPF 058.280.637-23); Thatyana Maria Rizzo da Silva Duarte (CPF 106.372.327-20); Thatyana Milene Santos Lima (CPF 072.618.227-36); Thaís Flecher Barbosa de Oliveira (CPF 106.391.787-58); Thaís Pires Queiroz (CPF 105.222.107-67); Thaís dos Santos Salgado (CPF 108.151.137-06); Thiago Alberto Galvão Fernandes (CPF 720.349.552-34); Thiago Augusto Ramon (CPF 055.150.717-94); Thiago Calil Mendes de Paula (CPF 301.468.428-71); Thiago José Cavalcanti Valadão (CPF 013.664.743-09); Thiago Perilli de Carvalho (CPF 101.467.897-84); Thiago Souza Santos (CPF 057.712.277-06); Thiago Urgal Pantaleão (CPF 095.555.237-03); Thiago Vinícius Geisler Simioni (CPF 063.979.449-13); Thiago Zuccon e Silva (CPF 037.318.706-81); Thiago dos Santos Azevedo (CPF 075.176.787-52); Thiago dos Santos Pinheiro (CPF 054.585.777-52); Thissiana Quercia Barros (CPF 036.797.874-13); Tiago Souza dos Santos (CPF 019.835.335-99); Tiago da Silva França (CPF 834.198.705-82); Ticiana da Silva Vilar (CPF 012.812.475-02); Tobias de Oliveira Andrade (CPF 055.168.517-42); Tássia Fernanda Landgraf Zema (CPF 351.806.598-09); Túlia Brasil Simões (CPF 546.203.505-59); Túlio Thales Carvalho de Souza (CPF 072.978.386-32); Ula Caroline Silva Penin (CPF 809.732.562-49); Vandré Melo de Carvalho (CPF 824.303.575-34); Vanessa Gomes de Oliveira (CPF 094.136.617-07); Vanessa Moreira da Silveira Gonçalves (CPF 094.906.737-73); Vanessa Paes Fernandes Milagres (CPF 099.016.087-40); Vanessa Ribeiro Monte (CPF 518.298.192-91); Vania Aparecida Camara da Silva (CPF 077.375.087-83); Verônica Santos Wavrzeniack (CPF 007.576.480-61); Vicente Amadori (CPF 033.611.329-32); Victor Ishizuca Teles (CPF 306.623.748-60); Victor Lacerda Henn (CPF 218.566.888-95); Vinicius Antonio (CPF 177.971.638-98); Vinicius da Silva Pires (CPF 027.760.930-55).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 590/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.940/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Cleyson Andro Regis Alves (CPF 089.606.034-90); Cleyton Silva da Costa (CPF 119.961.357-67); Cristiano Medeiros de Souza Barnabel (CPF 106.925.887-36); Cristiano Silva Castro (CPF 127.088.577-46); Cristiano de Brito Souza (CPF 054.822.395-51); Daniel Felipe da Silva (CPF 160.706.197-06); Daniel José da Silva (CPF 088.906.444-00); Daniel Martins Prevot de Melo (CPF 145.198.217-89); Daniel Souza do Espirito Santo (CPF 133.813.817-09); Davi Laje de Carvalho (CPF 159.733.987-30); Davi Thiago Magalhães Martins (CPF 034.074.301-83); Davison Nascimento dos Santos (CPF 127.188.647-29); Deivede Alan Leão dos Santos (CPF 017.698.012-19); Deivison Queiroz Pereira (CPF 164.107.827-80); Delmo Bonifácio Junior (CPF 168.270.337-16); Demerson Jesus dos Santos (CPF 065.245.255-82); Denner Leon de Souza Coelho (CPF 143.585.707-04); Dennis Venâncio Vieira Bezerra (CPF 050.647.193-45); Devair Bautz (CPF 148.796.417-07); Dhiogo Alexandre da Silva Farias (CPF 167.328.587-26); Dhione Santos Cruz (CPF 050.492.311-08); Dhulisson Vieira Marinho (CPF 605.074.053-40); Diego Gomes Sanson (CPF 146.159.187-20); Diego Leal Virgilio dos Santos (CPF 151.708.487-30); Diego Nunes do Couto Castro (CPF 129.979.807-12); Diego das Neves (CPF 149.803.537-03); Diogo Felipe de Jesus Antonio (CPF 148.592.177-56); Diogo Márcio Couto Matos (CPF 081.965.734-48); Diogo Palermo Pereira (CPF 159.279.197-23); Diogo Rodrigues Sampaio (CPF 151.674.247-80); Diogo Silva dos Santos (CPF 052.880.565-79); Dioni Machado Marins (CPF 136.748.667-06); Doriva França Cavalcanti (CPF 099.122.044-76); Douglas Custódio dos Santos Lessa (CPF 157.917.707-74); Douglas Gonçalves Pereira (CPF 041.295.161-40); Douglas Guilherme Forte (CPF 136.206.247-20); Douglas Henrique Lins dos Santos (CPF 140.085.947-60); Douglas Santos Silva Neto (CPF 046.085.455-07); Douglas Silva Ferreira (CPF 119.430.327-77); Douglas da Costa Guimarães (CPF 139.892.387-79); Douglas de Andrade Rosa (CPF 152.054.257-76); Douglas dos Santos Gabriel (CPF 131.807.187-90); Ederson Lima de Carvalho (CPF 044.549.641-06); Edimar Ferreira da Silva Júnior (CPF 150.208.337-03); Edimar Francelino Santana da Silva (CPF 106.910.774-36); Ednaldo Santana da Silva (CPF 093.583.774-45); Edson Basilio da Silva (CPF 109.741.934-70); Eduardo Augusto Simpson Pereira de Sousa (CPF 120.638.077-28); Eduardo Miguel Ennes Filho (CPF 146.213.767-99); Edvaldo Antônio da Silva Filho (CPF 093.697.444-36); Elci Matias de Almeida Junior (CPF 104.304.254-73); Elenilson Rodrigues dos Santos (CPF 059.124.997-90); Elias do Nascimento Santos (CPF 071.750.494-80); Eliel Félix de Souza Cabral (CPF 017.022.502-02); Elieser Souza da Costa (CPF 165.547.737-46); Elson Willimes Araújo Carvalho (CPF 012.899.162-33); Emanoel Conceição Santos Junior (CPF 056.011.025-11); Emerson Menezes Ramos (CPF 163.558.077-30); Erick Campos Pereira (CPF 145.083.697-66); Esllen Julio Marques dos Santos (CPF 096.081.034-01); Estevão da Silva Cunha (CPF 159.575.407-57); Evaldo Junior Andrade da Silva (CPF 017.228.724-38); Evandro Alaf da Silva Vitor (CPF 023.493.132-98); Everton Matheus Lemos Cardozo (CPF 033.022.980-05); Everton Ramon da Silva Barbosa (CPF 103.802.424-27); Ezequiel Telson Lima de Souza (CPF 144.941.337-44); Ezequiel da Costa Cruz Carvalho (CPF 121.566.037-58); Fabiano de Souza Constancio (CPF 159.169.417-57); Fabio Bello da Silva (CPF 146.777.617-36); Facundo Martin Nascimento Barboza (CPF 140.519.737-43); Fagner da Silva Pereira (CPF 103.349.334-12); Felipe Augusto de Aquino Rodrigues (CPF 136.059.637-22); Felipe Carvalho da Silva de Araujo (CPF 127.946.927-71); Felipe Christian Barata Monteiro (CPF 016.439.362-55); Felipe Eufrasio (CPF 155.894.157-64); Felipe Fernandes Costa (CPF 119.633.117-01); Felipe Henrique Alves (CPF 136.916.877-25); Felipe Oliveira Pereira (CPF 858.133.665-55); Felipe Sotano Pereira (CPF 145.008.057-02); Felipe Tavares da Silva (CPF 151.562.607-56); Felipe Tomaz de Oliveira Ferreira (CPF 025.471.662-83); Felipe Vieira dos Santos (CPF 146.151.767-24); Felipe da Cunha Cruz (CPF 020.247.872-66); Felipe da Silva Rosa (CPF 119.325.567-88); Felipe da Silva Velloso (CPF 134.837.317-25); Felipe da Silva Zampa (CPF 121.886.946-19); Felipe de Mello Santos (CPF 104.526.847-06); Felipe de Souza Góis (CPF 052.494.215-39); Felippe Baptista de Andrade (CPF 157.780.137-79); Felippe Pereira Pinto (CPF 159.111.587-60); Ferdinando da Silva Galvincio (CPF 011.956.412-22); Fernando Cordeiro de Freitas (CPF 041.809.153-67); Fernando Henrique Carvalho da Silva (CPF 092.727.109-52); Fernando Jose dos Santos Costa Junior (CPF 095.866.504-48); Fernando Nicácio de Oliveira (CPF 007.918.751-05); Fernando Roberto Alves Dias (CPF 112.581.756-90); Fernando Santos do Nascimento (CPF 040.670.805-30); Filipe Augusto da Silva Ramos (CPF 104.008.994-18); Filipe da Silva Santos (CPF 132.183.257-57); Éric Souza Martins (CPF 130.162.067-06).

1.3. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 591/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.945/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Samuel Ferreira de Almeida (CPF 053.380.165-67); Samuel Pereira de Oliveira Ruivo (CPF 148.368.697-30); Sergio Vandre de Freitas Júnior (CPF 151.801.897-13); Sidney Garcia do Amaral (CPF 101.596.714-00); Sidney dos Santos Silva (CPF 111.556.574-54); Silas Lopes Coutinho (CPF 147.779.107-84); Smayk Geandro Nepumuceno de Oliveira (CPF 022.024.212-70); Sydney Santiago dos Santos (CPF 140.755.997-44); Sérgio Felipe Espassandin Silva (CPF 154.216.697-77); Sídnei de Sena Rosario (CPF 058.075.795-18); Tailan de Jesus Silva (CPF 165.245.497-75); Tainan Zini Moreira (CPF 158.204.397-32); Talison Alves Coelho (CPF 108.264.816-71); Tarcis Souza de Andrade (CPF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

854.049.185-00); Tassio Giovane Moura Pinto (CPF 110.590.114-92); Tatiano do Vale Costa (CPF 063.071.153-43); Thalisson Pereira Inácio (CPF 135.077.747-12); Thiago Affonso Ribeiro (CPF 137.728.817-00); Thiago França Machado Silva (CPF 038.247.235-73); Thiago Geovanne Batista de Carvalho (CPF 016.534.894-13); Thiago Lima Miranda (CPF 144.922.307-93); Thiago Miguel Silveira Guimaraes (CPF 139.429.387-90); Thiago da Silva Cazumba (CPF 138.692.107-61); Thiago de Souza Silva (CPF 413.591.928-67); Thompson Magno Guimarães de Oliveira (CPF 152.771.777-10); Tiago Lima Samoza (CPF 047.359.881-73); Tiago de Farias Oliveira (CPF 145.193.497-10); Tiago de Souza Franco (CPF 154.333.337-01); Tomé Ricardo Figueredo Pereira Junior (CPF 019.174.422-03); Túllio Alessandro de Oliveira Araújo (CPF 082.183.334-01); Vagner Silva Pani (CPF 152.560.377-90); Vagner Silva Teles (CPF 062.832.745-52); Valdenor Rufino dos Santos Filho (CPF 045.220.163-28); Vander Mauricio dos Santos Ferreira (CPF 154.946.467-18); Vanderley Silveira da Silva (CPF 023.462.622-42); Vanderson Vieira da Silva (CPF 052.259.935-40); Victor Guerra Gurgel da Silva (CPF 100.078.474-67); Victor Hugo da Silva Azeredo (CPF 140.595.207-56); Victor dos Santos Albuquerque (CPF 164.349.097-48); Vinicius Alberto de Souza Marcondes (CPF 412.503.878-33); Vinicius Florencio dos Santos da Hora (CPF 151.764.787-81); Vinicius Portella da Silveira (CPF 009.066.962-24); Vinicius Silva da Costa (CPF 019.676.211-10); Vinício de Oliveira Bezerril (CPF 105.761.544-74); Vinícius Braga Nascimento (CPF 151.919.567-29); Vinícius Ferreira da Silva (CPF 045.084.263-01); Vinícius Paixão Bersot (CPF 138.169.897-21); Vital Francisco de Souza Filho (CPF 096.873.144-94); Vitor Hugo de Moura Barreto (CPF 136.078.727-59); Vitor de Souza Virginio (CPF 152.527.087-70); Vitor do Vale Araújo (CPF 107.741.016-60); Wagner Duarte Franco (CPF 060.685.797-43); Waldir Alexandre Francisco Pinto (CPF 155.164.327-82); Wallace Ricardo Oliveira dos Santos (CPF 152.419.857-94); Wallace Valadão Lessa Fernandes (CPF 148.295.077-48); Wallace da Silva Campos (CPF 137.011.587-38); Wallace da Silva Cortal de Menezes (CPF 161.280.117-05); Wallakes Silva Lopes (CPF 131.050.327-38); Walter Tavares da Silva Neto (CPF 141.944.317-82); Washington de Carvalho Machado (CPF 154.882.007-54); Weidson José dos Santos (CPF 097.683.084-19); Welington Nascimento Salvino (CPF 164.203.237-97); Wellington José Arantes dos Santos (CPF 093.762.499-33); Wellington Menezes da Silva (CPF 099.532.844-74); Welton Barros da Silva (CPF 140.018.237-99); Welton Ferraz da Rocha (CPF 095.381.214-65); Wesley Ricardo Rangel de Jesus (CPF 144.664.047-71); Weslley Anselmo Miller de Souza (CPF 153.850.717-06); Weslley Silva Siqueira (CPF 159.498.147-70); William Christian Liberato da Silva (CPF 061.531.557-74); William Lirio de Oliveira Costa (CPF 143.361.957-14); William Pereira Trajano (CPF 155.134.297-99); William Pereira da Silva (CPF 152.570.627-63); William Silva Rodrigues (CPF 018.939.652-01); Willian Marques Borges (CPF 142.849.157-03); Willian Oliveira da Costa (CPF 152.849.017-70); Willinelson Santos da Cruz (CPF 164.278.917-82); Wilson José Adão de Carvalho (CPF 142.237.727-08); Winner Cardoso Barros (CPF 785.187.505-63); Wyctor Ramos Furtado (CPF 012.203.102-47); Yan Freitas de Lima (CPF 143.539.797-52); Yann Dias de Arruda (CPF 042.592.351-76); Ygor Augusto Theodoro da Silva Damasio (CPF 109.684.987-95); Ygor Santos de Carvalho (CPF 161.903.737-80); Yuri Abrantes da Silva Caico (CPF 148.918.617-46); Yuri Martins Barrela (CPF 154.736.527-78); Yuri Odilon Paula da Silva (CPF 134.374.837-22); Yuri da Silva Melo (CPF 139.912.707-14); Yuri dos Santos Pires da Rocha (CPF 159.443.407-70)

1.3. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 592/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.974/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alex Seren Rodrigues (CPF 050.195.031-18); Alex Silva Gama (CPF 022.793.822-45); Alex Simão Coelho (CPF 022.954.692-79); Alex Vergilo (CPF 048.821.451-38); Alex Vitorino da Silva (CPF 160.675.487-47); Alexander Beltrão de Azevedo (CPF 158.128.367-95); Alexandre Amorim de Moraes (CPF 053.404.411-56); Alexandre Bazileu Gouveia (CPF 148.139.767-27); Alexandre Bezerra da Silva Júnior (CPF 110.196.884-24); Alexandre Gomes da Silva (CPF 153.627.927-76); Alexandre Luiz Furtado de Oliveira (CPF 017.469.142-46); Alexandre Malaquias de Sousa Pinto Junior (CPF 154.711.647-17); Alexandre Pinto Fernandes da Silva (CPF 146.631.937-22); Alexandre de Lima Miranda (CPF 076.026.174-10); Alexandro Coelho dos Santos (CPF 020.072.952-70); Alexsander Chagas de Lima (CPF 154.011.377-96); Alexsandro Alves Medeiros (CPF 099.150.534-44); Alexsandro da Silva Santos (CPF 102.779.334-71); Alexsandro dos Santos Silveira (CPF 078.999.089-06); Alif Rafael Rausis (CPF 079.643.359-36); Alison Ferreira Cravo (CPF 029.745.130-85); Alison Gautério Nunes (CPF 034.808.420-03); Alison Mota Gonçalves (CPF 044.804.763-26); Alisson Elias da Silva (CPF 017.332.954-37); Alisson Figueredo Garcia (CPF 027.608.220-60); Alisson Henrique Rocha Vigas (CPF 859.786.595-40); Alisson Rubens Terto Teixeira de Lima (CPF 104.603.944-01); Alisson Sacramento dos Santos (CPF 854.404.775-00); Alisson Santana Barbosa (CPF 118.197.346-50); Alisson Santiago Marinho dos Reis (CPF 055.636.165-25); Alisson Santos Cruz (CPF 053.248.465-70); Alisson Santos de Souza (CPF 008.591.190-92); Allah Gomes Macedo Neto (CPF 137.539.797-40); Allan David Batista dos Santos Nascimento (CPF 108.163.094-93); Allan Madson Barreto Mariano (CPF 017.329.734-07); Allan da Silva Pereira (CPF 158.470.157-98); Allef Nunes Beralde Diniz (CPF 151.550.637-10); Allefe Calebe de Andrade Fernandes (CPF 047.243.501-99); Almézio Batista Conceição Junior (CPF 046.559.875-70); Alvaro Gomes da Silva (CPF 097.317.814-04); Alvaro Luis Alvarez Nunez (CPF 034.610.211-13); Alvaro William Bandeira Borges (CPF 018.901.480-67); Alyson Braz Barbalho (CPF 104.513.094-05); Alyson Bruno de Souza Araújo (CPF 101.343.974-01); Alysson Christian Menezes de Lima (CPF 092.526.954-94); Alysson Correia do Amaral (CPF 086.223.999-07); Alysson Lima Evangelista Marques (CPF 046.064.431-97); Anatanael Oliveira da Cruz (CPF 071.235.115-90); Anderley Canuto Dias (CPF 022.024.582-71); Anderson Alberto Pereira Santana (CPF 018.704.092-30); Anderson Cardoso Guaman (CPF 017.332.312-00); Anderson Cardoso Oliveira (CPF 017.645.292-35); Anderson Carlos Silva Chagas (CPF 104.826.354-10); Anderson Francisco dos Santos (CPF 417.176.248-04); Anderson Henrique Damião Ribeiro (CPF 097.196.724-55); Anderson Henrique dos Santos (CPF 136.043.137-32); Anderson José Souza Menezes (CPF 015.070.682-04); Anderson Junior Gonçalves de Souza (CPF 028.698.772-42); Anderson Lima da Silva (CPF 101.913.714-24); Anderson Luiz Pinheiro Antunes (CPF 091.961.989-40); Anderson Marinho de Pontes Sousa (CPF 150.587.807-12); Anderson Martins Corrêa (CPF 018.718.252-37); Anderson Melo de Souza (CPF 052.646.671-52); Anderson Miranda Bibiano (CPF 020.971.110-84); Anderson Peixoto Cavalcante (CPF 015.328.692-07); Anderson Pereira da Cruz (CPF 093.577.839-03); Anderson Rocha Gomes (CPF 055.935.501-74); Anderson Seabra dos Santos (CPF 144.268.677-46); Anderson Thadeu Santos da Silva (CPF 142.392.247-64); Anderson da Silva Lintro (CPF 103.665.934-80); Anderson de Oliveira Diniz (CPF 158.193.867-52); Anderson de Souza Carvalho (CPF 051.077.641-85); Andersson Pereira da Silva (CPF 046.705.733-81); Andre Luiz Adolfo Pacheco (CPF 156.588.207-58); Andre Luiz Hering (CPF 096.086.639-62); Andre Luiz Lauriano de Oliveira (CPF 145.579.197-07); Andre Luiz de Sousa Silva (CPF 040.505.611-74); Andre Souza Lemos (CPF 060.525.595-43); Andre de Oliveira Gomes (CPF 034.800.630-63); Andreo Thiago Souza Alves (CPF 021.250.472-09); Andrew Amorim Amar Rasttópoli (CPF 135.353.887-75); Andrew Farias dos Passos (CPF 033.530.210-60); Andrew da Silva dos Santos (CPF 010.966.842-17); Andrew dos Reis Cruz (CPF 153.079.757-83); Andrews Alex Santos Lucas (CPF 155.217.067-55); André Alves da Silva (CPF 038.661.283-80); André Eduardo Cunha da Costa (CPF 017.769.962-08); André Handrey de Aguiar Gomes (CPF 035.576.021-50); André Henrique Costa (CPF 030.179.442-12); André Lima Gomes (CPF 155.185.027-37); André Lucas de Lima Gallo (CPF 060.626.467-16); André Luis Linhares de Matos (CPF 141.064.167-86); André Luiz Cantanhede de Almeida (CPF 152.044.087-11); André Luiz de Souza Duarte Gonçalves (CPF 137.840.967-19); André Luís Carpintero Júnior (CPF 151.268.917-31); André Luíz do Nascimento Silva (CPF 099.318.224-06); André Tôrres de Oliveira (CPF 403.808.928-20); André de Gennaro Correa Campos (CPF 440.111.378-04); Álex Tavares dos Santos (CPF 027.916.062-38); Állison Ramon Chagas Firmino (CPF 016.579.404-62).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 593/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro no art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.242/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Fellipe Orilth Batista Zacarias (CPF 005.355.621-60); Jeova Guilherme Silva Guedes (CPF 036.530.901-05); Marusa Sampaio Lima (CPF 009.022.771-97); Ramon Selton Farias Batista (CPF 004.568.861-33).

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 594/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.125/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Abigaildo Viana Coutinho (CPF 314.694.261-53); Adnilton da Silva Farias (CPF 624.133.923-00); Adonis Lucena da Silva (CPF 007.682.894-83); Adriano Chagas dos Santos (CPF 864.906.137-00); Aldirene Bezerra Torres de Carvalho (CPF 705.376.231-91); Alessandra Lago de Lima (CPF 099.611.117-45); Alex Sandro Carvalho de Vasconcelos (CPF 034.417.977-01); Alex Sandro de Jesus Silva (CPF 293.759.938-92); Alexandre Martiniano da Silva (CPF 524.267.341-91); Alexandre Nascimento da Silva (CPF 316.654.028-81); Alice Aparecida dos Santos Basso (CPF 289.102.408-73); Aline Campos Cordeiro (CPF 955.352.681-00); Aline Fernandes Carrijo (CPF 011.716.611-18); Aline Leal Valcarenghi (CPF 024.901.313-46); Aline Massa Pereira de Azevedo (CPF 129.802.147-28); Aline Rocha de Medeiros Sousa (CPF 026.105.561-52); Aline da Rocha Barbosa (CPF 066.105.976-69); Aliston Barbosa Lobão (CPF 583.944.511-87); Allan Kardec Ferreira Pereira (CPF 780.137.391-04); Allan Walbert Nascimento Santos (CPF 026.681.685-11); Allison Tavares Gomes (CPF 010.996.411-01); Altair Pereira da Cunha Junior (CPF 022.532.981-66); Ana Carolina Landin Dumaresq (CPF 777.655.243-72); Ana Carolina Miranda Elleres (CPF 627.767.622-91); Ana Carolina da Silva Machado (CPF 818.935.310-15); Ana Carollina Campos Leitao (CPF 108.634.977-64); Ana Paula Paiva dos Santos (CPF 011.068.901-16); Ana Paula Rodrigues Neves Beltrami (CPF 780.351.711-00); Ana Paula de Sousa Silva (CPF 919.274.473-72); Anatália de Oliveira Leite Carvalho (CPF 966.959.603-30); Anderson Candido da Silva (CPF 310.037.788-52); Anderson Souza Domingos (CPF 287.980.598-82); Andre Menezes de Oliveira (CPF 765.955.521-91); Andre Rocha Lopes (CPF 715.098.791-53); Andre Rodrigo Pacheco (CPF 589.966.801-68); Andrea de Sá Haag (CPF 693.112.421-87); Andrea dos Santos Palma (CPF 992.220.517-34); Angela Nascimento Andrade (CPF 014.651.231-64); Angelica Rogerio de Miranda Pontes (CPF 809.515.701-53); Anna Carolina Andrade Becker (CPF 709.255.001-78); Antonieta de Matos Torres Vidal (CPF 321.985.583-00); Antonio Carlos Domingos (CPF 244.500.731-34); Antonio Castro Campos Neto (CPF 008.691.841-99); Antonio Celso Pimentel (CPF 012.079.008-42); Antonio Correa do Nascimento (CPF 721.771.281-53); Augusto Silva Queiroz (CPF 101.454.435-15); Aurilene Alvares de Carvalho Oliveira (CPF 953.365.321-34); Aurisomarlom Pereira Santana (CPF 000.574.991-36); Barbara Matte de Fernandes Mendonça (CPF 350.338.678-57); Barbara Nascimento de Oliveira (CPF 725.061.991-87); Beatriz Mendonça Santos de Abreu (CPF 866.700.851-68); Breno Marques Borges Santiago (CPF 001.577.821-58); Bruno Barros Camelo (CPF 017.847.241-73); Bruno Luis Barros de Souza (CPF 120.222.677-96); Bruno Modesto da Silva (CPF 018.026.891-09); Camilla Teixeira de Assumpção (CPF 112.524.697-99); Carla Maia Limp de Azevedo (CPF 723.116.901-59); Carla Yoko Iwata Brandão (CPF 725.037.001-44); Carlos Almeida de Aguiar (CPF 602.688.591-91); Carlos Camara de Carvalho Colla (CPF 068.978.077-02); Carlos Eduardo Belardo (CPF 008.387.837-83); Carlos Eduardo de Souza Lima (CPF 071.378.597-71); Carolina Medeiros dos Santos (CPF 014.004.113-35); Carolina Rocha Ribeiro (CPF 063.178.686-46); Carolina Santos Jardim (CPF 114.766.407-26); Caroline Lasneaux Ribeiro (CPF 005.736.901-11); Clarice Roballo Basso (CPF 820.910.990-15); Claudia Abadia Batista Vieira de Souza (CPF 821.045.651-20); Claudia Felczak de Paula (CPF 044.196.449-40); Claudio Cardoso Borges do Vale (CPF 548.287.836-87); Claudio Garcez da Encarnação (CPF 602.739.921-04); Claudio Henrique Silva Tavares (CPF 848.971.557-20); Claudyandson Rodrigues do Nascimento (CPF 013.582.494-07); Cleia Carvalho Tomaz (CPF 011.994.137-63); Cristiano Moura Lopes (CPF 035.569.827-73); Dandara Candida Silva Monteiro de Castro (CPF 954.166.929-87); Daneil Dresch (CPF 919.728.410-68); Daniel Blumer Grobel (CPF 332.195.958-55); Daniel Guedes Carneiro (CPF 088.281.276-94); Daniel Santiago Gontijo (CPF 053.595.657-64); Danyele Soares Souza (CPF 035.823.271-67); Dario Nascimento Leao (CPF 751.762.977-87); Davi Souza de Oliveira (CPF 313.914.865-87); Debora Mesquita Mendes (CPF 036.855.571-22); Deborah Mendes Asp (CPF 909.636.791-04); Diego Henrique Pereira dos Santos (CPF 014.630.181-18); Diego Jose Arelano Cordeiro (CPF 348.708.508-93); Diego Rangel de Menezes (CPF 057.442.497-02); Dilmar Duraes de Oliveira Junior (CPF 857.394.211-87); Dimas Alexandre Soldi (CPF 215.728.928-38); Dione Aparecida Tiago (CPF 986.610.516-49); Dirceu Espindula de Andrade (CPF 557.117.153-72); Edgar Mendes Merizio (CPF 214.444.648-25); Edgard Yoshio Matsuki (CPF 004.329.350-61); Edilson Ribeiro de Farias (CPF 583.626.141-53); Eduardo Coelho Goulart de Andrade (CPF 225.400.048-90); Eduardo Vine Boldt (CPF 299.853.028-18); Elizangela Pereira de Souza (CPF 022.585.741-37); Emerson Jose Weirich (CPF 664.320.140-34); Ericka Cristina Teixeira Guimaraes (CPF 033.095.931-00).

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 595/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.128/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Fabio Aguiar Lisboa (CPF 081.461.217-21); Fabio Ferreira de Oliveira (CPF 885.586.651-68); Fabio Lima de Almeida (CPF 948.607.346-53); Fabio Nerher Mello de Almeida Sant'anna Nazareth (CPF 054.334.867-96); Fabio Robson Massalli (CPF 018.938.259-73); Fabricia Borges Ruy (CPF 096.921.817-66); Fabricia Silva de Oliveira (CPF 606.226.601-87); Felipe Alberto Moreira Dias (CPF 020.747.921-66); Felipe Mello Honda (CPF 017.591.441-93); Felipe Neves de Carvalho (CPF 007.596.691-39); Felipe de Oliveira Frazão (CPF 692.784.581-04); Felipe de Oliveira Mendes (CPF 067.743.296-83); Fernando Imbroisi Martins Borba (CPF 996.641.351-00); Fernando Lima Barros Chaves (CPF 094.340.507-66); Fernando Watanabe (CPF 013.076.551-14); Flavia Cristina Cysne Furquim (CPF 023.520.661-07); Flavia Faria Grossi Dias (CPF 044.909.896-60); Flavio Pereira da Silva (CPF 735.050.567-15); Francisco Brasileiro Marques de Sousa Neto (CPF 996.645.001-78); Francisco Jose Marcio Miranda Calvet (CPF 947.428.633-72); Francislene Pereira de Paula (CPF 087.504.506-54); Franklin Tinoco Figueiredo (CPF 271.347.528-79); Gabriel Alvaro Palma (CPF 719.141.531-20); Gabriel Frazão dos Santos (CPF 018.180.783-17); Gabriel Holanda Martins Araujo (CPF 019.098.421-09); Gabriel de Oliveira Ribeiro do Valle Correa (CPF 305.467.728-11); Gabriela Chaves Simoes de Oliveira (CPF 982.907.971-68); Gabriela Souto Maschietto Santillo (CPF 001.842.491-04); Gabriella de Souza Noronha (CPF 007.505.271-70); Gilberto da Cruz Santiago Junior (CPF 828.741.901-87); Gisele Maria Grosbelli (CPF 041.522.629-58); Gisele Pimenta de Oliveira (CPF 020.466.051-36); Giselle Dias Galindo Pecin (CPF 017.178.191-09); Glaucio Fernando Beserra Pinheiro (CPF 023.059.141-80); Glaucus Galvão Arruda (CPF 083.289.237-85); Greicy Kelly Pereira de Souza (CPF 008.603.941-58); Guilherme Augusto dos Santos Araujo (CPF 026.124.871-58); Guilherme Cardoso Miranda (CPF 002.096.901-51); Guilherme de Souza Gomes Neto (CPF 116.759.257-39); Guilherme de Souza Gomes dos Santos (CPF 132.325.277-01); Hamilton Aparecido da Silva (CPF 120.063.308-37); Hariston Moura Marreiros (CPF 634.850.791-20); Helberton Nogueira Lima (CPF 902.058.981-49); Helena Martins do Rego Barreto (CPF 026.236.123-07); Helio de Jesus Macedo (CPF 591.220.807-91); Heliod Mendes Prazeres Filho (CPF 330.929.233-91); Henrique de Oliveira Bolgue (CPF 995.422.001-10); Heveny Daniele Silva Bandeira (CPF 048.456.624-50); Hugo Leonardo de Oliveira Nunes (CPF 017.031.863-03); Iara Ferreira de Sena Balduino (CPF 000.995.101-62); Igor de Oliveira Curvo (CPF 009.560.685-88); Indira Paula de Oliveira Neves (CPF 027.476.404-00); Irlys Simone da Silva Soares (CPF 504.742.351-49); Isabela de Castro Rocha Vicente de Azevedo (CPF 010.621.091-20); Ivan Rego Celani (CPF 009.942.637-40); Ivo Reinaldo da Silva Filho (CPF 783.453.671-00); Jairton Alves de Souza (CPF 023.801.787-71); Jandeilson Medeiros Fernandes (CPF 529.323.702-00); Jefferson de Albuquerque Mendes (CPF 124.286.587-00); Jerson Rodrigues Portela (CPF 008.630.641-32); Jessica Sampaio Saccol (CPF 405.651.978-19); Jessica do Amaral Adorno (CPF 030.823.231-38); Joana dos Santos Martins (CPF 119.773.687-51); Joao Carlos Souto Ebling (CPF 024.294.961-43); Joao Paulo Azevedo dos Santos de Lima Paiva (CPF 998.492.671-00); Jonas Araujo Sodre (CPF 917.950.363-20); Jonas Chagas Lucio Valente (CPF 717.953.081-68); Jorge Victor de Lima Junior (CPF 923.456.037-04); Jose Augusto Peixoto Valadades (CPF 845.008.321-49); Jose Carlos Olivato Junior (CPF 252.142.308-42); Jose Francisco Bessa da Costa (CPF 332.259.667-20); Jose Francisco Martins (CPF 778.793.411-53); Jose Mariano Muniz Neto (CPF 621.978.863-04); Jose Milson Barbosa Lima (CPF 950.736.981-34); Jose Ribamar Coelho de Sousa (CPF 937.230.241-49); Josilene Maria da Silva (CPF 606.696.161-68); José Romildo de Oliveira Lima (CPF 066.906.101-87); João Domingues Franco Neto (CPF 071.174.736-90); João Nabor Sacramento Porcidonio (CPF 539.709.771-34); Julia Maass (CPF 022.790.231-99); Juliana Andrade Vianna (CPF 120.192.787-07); Juliana Russomano Galvão (CPF 416.707.281-53); Julio de Azevedo Martins (CPF 012.029.267-03); Jussara Maria Paixão (CPF 982.911.301-91); Kamyla Mamede de Abreu (CPF 114.277.647-60); Kariane Costa Silva de Oliveira (CPF 715.532.401-97); Lara Marina Fonseca de Oliveira (CPF 020.531.391-45); Larissa Antonielle Martins Rodrigues (CPF 005.520.781-23); Layane Sthefanny Souza Caixeta (CPF 026.263.861-46); Laís Fernandes Miranda (CPF 027.003.931-71); Leandro Camargo Freitas (CPF 142.996.708-09); Leandro Melito Ferreira (CPF 345.076.388-10); Leandro Viana Rodrigues (CPF 723.224.381-20); Lemuel Joan Vieira da Costa (CPF 014.001.081-52); Leonardo Rodrigues Carvalho Silva (CPF 072.738.136-99); Leonardo Santos de Almeida (CPF 016.671.247-73); Leyberson Lelis Chaves Pedrosa (CPF 724.926.271-87); Lia Kunzler de Souza Carmo (CPF 014.146.161-63); Lidia Gurgel Neves Hora (CPF 295.203.388-96); Ícaro Marcio Belmino Matos (CPF 661.829.213-15).

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 596/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.129/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Lincoln Antonio de Araujo (CPF 135.458.188-10); Lincoln Ferreira de Araujo (CPF 035.814.391-82); Lion Arthur Julio Fernandes da Silva (CPF 108.702.126-05); Lirian Paula Rodrigues de Sa Pinheiro (CPF 920.534.401-04); Loyane Christina Soares Rocha (CPF 008.486.611-09); Luana Marinho Pimenta (CPF 033.854.911-00); Luanda Giffoni de Lima (CPF 103.038.247-60); Lucas Ribeiro Gomes (CPF 037.892.781-73); Luciana Barros Goes (CPF 073.763.267-40); Luciana Ozelane Ferreira (CPF 016.788.701-70); Luciana de Carvalho Mousinho (CPF 005.605.571-40); Luciana de Freitas Campos (CPF 093.006.047-40); Luciano Ferreira Nascimento (CPF 765.720.723-04); Luciano Monteiro Rosa (CPF 647.789.671-00); Ludmilla Yara Ferreira de Souza (CPF 036.762.706-06); Luis Ronaldo Gomes de Araujo (CPF 085.097.977-30); Luiz Antonio Toledo (CPF 264.756.267-91); Luiz Carlos Sampaio (CPF 740.892.777-87); Luiz Carlos Tagliaferro Capellari (CPF 348.074.078-21); Luiz Carlos de Oliveira (CPF 066.344.098-03); Luiz Izidio Raimundo (CPF 825.266.804-68); Luiza Abelin de Abreu (CPF 012.971.031-81); Luma Silva Moura (CPF 035.956.301-57); Magval Nunes Maia de Melo (CPF 488.776.543-68); Maiana Cristina Santos Diniz (CPF 929.516.781-34); Maira Gabriel Heinen (CPF 017.700.051-10); Mara de Oliveira Kenupp Cunha (CPF 829.770.117-49); Marcela Canavarro Rodrigues Martins (CPF 096.468.327-09); Marcelo Camargo (CPF 020.838.971-70); Marcelo dos Santos Lima (CPF 088.560.357-58); Marcio Ribeiro Garoni (CPF 369.440.588-71); Marcio de Holanda Meireles Viana (CPF 874.655.311-87); Marcos Alves Ferreira (CPF 273.760.578-46); Marcos Moraes (CPF 014.632.218-51); Marcos Paulo da Silva (CPF 045.490.917-97); Maria Rita Silva (CPF 016.874.301-95); Mariana Bastos Tokarnia de Oliveira (CPF 033.215.421-10); Marieta Cunha Cazarre (CPF 012.197.461-85); Marina Dias de Godoy Estevam (CPF 773.808.782-04); Marligson Welber da Silva (CPF 719.306.041-49); Mary Louiselle do Prado Cunha (CPF 942.032.701-97); Mateus de Medeiros Daniel (CPF 035.776.621-07); Mauricio Nardelli Alves Gebrim (CPF 730.248.801-00); Maxwell Muzy Reis (CPF 121.217.587-55); Michael Douglas de Almeida Alves (CPF 030.584.551-94); Michael Nay de Morais (CPF 006.483.501-42); Michel Tasselli (CPF 262.759.118-59); Milene Moreira Nunes (CPF 012.872.716-00); Mirna Oliveira Ledo (CPF 006.482.351-22); Monica Ferreira de Oliveira (CPF 669.577.101-49); Monica Martins Mendes (CPF 060.796.936-90); Monica Siriero Abreu (CPF 114.675.017-00); Monyke Silva Castilho (CPF 005.673.591-07); Natalia Cota de Miranda (CPF 067.812.356-05); Nathalya Regina Faria de Paula (CPF 035.978.031-80); Nayara Lima Xavier (CPF 960.055.721-72); Nelson de Freitas Pereira (CPF 124.561.967-59); Nilo Silva Neto (CPF 288.149.671-72); Nilson Queiroz da Silva (CPF 897.063.071-68); Nivaldo Guedes Correia Junior (CPF 000.206.011-66); Noemi Nunes Viera (CPF 950.515.381-34); Oliver Rodrigues Nunes (CPF 714.607.307-63); Osmifran Muniz dos Santos (CPF 034.049.071-32); Oussama Husni Kanso El Ghaauri Filho (CPF 524.564.471-15); Paola Aguiar Tavares de Paula Gomes (CPF 054.920.816-08); Patricia Baptista Sampaio Cunha (CPF 015.435.231-45); Patricia de Marchi Scarpin (CPF 348.804.638-92); Paula Ottono Vieira Naves (CPF 013.288.681-25); Paula Vieira Abritta (CPF 063.629.436-60); Paulliny Michelly Gualberto Fernandes Tort (CPF 714.680.721-53); Paulo Augusto Rego (CPF 977.538.581-49); Paulo Cobucci de Vasconcelos (CPF 390.037.848-76); Paulo Victor da Cruz Chagas (CPF 072.776.636-83); Pedro Botelho Werneck Ceolin (CPF 012.146.251-00); Pedro Fernandes da Silva Neto (CPF 830.290.105-97); Pedro Henrique Antunes Nogueira de Araujo (CPF 104.013.147-66); Pedro Henrique Cardoso Joaquim (CPF 017.623.250-80); Pedro Henrique Gomes dos Santos (CPF 060.687.547-66); Pedro Henrique de Souza Moreira (CPF 094.867.217-00); Pedro Rafael da Costa Barbosa (CPF 017.175.871-43); Pedro Willian Dourado Teixeira (CPF 035.481.241-60); Petronio de Oliveira Lopes (CPF 007.224.601-47); Philipe Deschamps Gonçalves Dias (CPF 075.715.387-93); Pollyane de Oliveira Marques (CPF 078.287.236-01); Priscila Ferreira de Souza (CPF 346.862.328-30); Priscila Raquel Crispi Viegas (CPF 030.644.831-96); Priscila Vieira Doro (CPF 031.187.331-60); Rafael Alberto Queiroz Costa (CPF 005.889.401-27); Rafael Arcanjo dos Santos Junior (CPF 116.139.367-61); Rafael Ferreira Toledo (CPF 074.421.026-70); Rafael Guimarães Pedroso (CPF 324.450.578-33); Rafael de Carvalho Cardoso (CPF 111.201.917-00); Rama Martins Schmidt (CPF 584.366.261-68); Raquel Geribello Setz (CPF 337.304.048-57); Raquel Junia de Magalhaes (CPF 073.581.746-40); Regina Maria da Conceição Ipiapina (CPF 890.964.281-53); Reinaldo Shiro Endo (CPF 921.705.288-49); Renata Moreira de Oliveira Medeiros (CPF 894.919.391-49); Renata Patricia Pereira Medeiros (CPF 005.613.571-88); Ricardo Antonio Balata dos Santos Costa (CPF 521.702.763-00)

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 597/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.130/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Roberta Almeida Dante (CPF 721.302.451-53); Roberto Antonio Pereira de Camargo (CPF 074.393.668-08); Roberto Rosado Maia (CPF 327.154.551-00); Robeto Krelling (CPF 007.944.898-42); Robson de Cerqueira Lacerda (CPF 512.964.201-59); Rodrigo Araujo Ximenes (CPF 679.145.782-15); Rodrigo Augusto Ferreira de Moraes (CPF 102.119.147-70); Rogerio Medeiros Verçoza (CPF 928.157.151-04); Ronaldo Parra (CPF 142.202.788-00); Ronaldo Pereira da Silva (CPF 800.431.607-78); Roque Lattaro Neto (CPF 997.479.521-49); Rubem Jayron dos Santos Sousa (CPF 982.437.563-53); Sarah Oliveira Quines (CPF 018.450.890-81); Saulo Nakamoto (CPF 309.318.068-60); Sergio Ambar Junior (CPF 295.974.078-50); Sergio Paulo Rosa de Azevedo Junior (CPF 292.883.551-20); Sidnei da Silva Conceição (CPF 539.204.221-04); Silvan Lucas de Sousa Junior (CPF 004.933.881-17); Simone Gabriela Santos Abadio (CPF 695.744.725-15); Soane Costa Guerreiro (CPF 946.933.822-72); Sueli Checon de Freitas Vicentini (CPF 947.134.217-15); Tayanna Chaves Vianna Resende (CPF 007.527.531-77); Thais Brugnara Rosa (CPF 004.991.090-66); Thais Gomes de Camargo (CPF 334.265.878-90); Thais da Costa Barros Antonio (CPF 981.816.451-20); Thais de Luna Ramos (CPF 029.362.481-08); Thales Alessandro de Carvalho (CPF 829.055.251-34); Thamiris Costa Tavares (CPF 135.821.387-98); Thiago Pimenta Vieira (CPF 098.689.437-01); Thiago da Silva Ribeiro (CPF 102.793.217-75); Thiago de Souza Pinto (CPF 016.325.681-01); Uanderson Soares Pontes (CPF 856.292.351-68); Valdenice Ferreira Araujo (CPF 343.968.531-49); Vanessa Nascimento (CPF 365.987.268-75); Veronica da Costa Dalcanal (CPF 090.418.667-95); Victor Vinicius Mesquita (CPF 011.719.851-00); Vinicius Balanguer Vieira (CPF 246.705.948-00); Vinicius Cesar Lisboa Soares (CPF 128.249.327-24); Vitor da Silva Lima (CPF 130.123.247-55); Vitoria Soraya de Lima Quadros (CPF 847.822.933-72); Wanessa Jansen Araujo (CPF 021.816.123-90); Warley Felipe de Andrade (CPF 715.782.421-34); Wesley Cerqueira Braga (CPF 021.753.271-32); Wesley de Oliveira Souza (CPF 004.364.061-36); William Douglas de Almeida (CPF 227.324.878-48); Wladimir Roger Ortega (CPF 082.234.258-82).

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S/A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 598/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.194/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alex Sandro Felix da Cunha Junior (CPF 121.359.057-47); Ana Gabriella de Oliveira Mota (CPF 147.443.827-03); Anna Luisa de Souza Teixeira (CPF 150.216.257-13); Aureo Vera Mello (CPF 624.825.999-20); Beatriz Oliveira de Goes (CPF 149.588.887-80); Carla Ferreira Valente Paulini Lopes (CPF 006.610.517-06); Carolina de Souza El Passos (CPF 145.133.137-14); Fabio Pereira de Bulhões (CPF 024.258.327-00); Fernanda Christina Moura dos Santos (CPF 043.519.057-19); Jean Souza da Cruz (CPF 153.839.527-48); Joao Luis Borba Fernandes (CPF 144.372.557-98); Jorge Alexandre da Silva Araujo (CPF 037.956.017-89); Ladymila Emanuelle Silva de Carvalho (CPF 149.515.597-81); Luan Gabriel Godoy de Oliveira (CPF 121.628.397-41); Luccas Pinheiro da Silva (CPF 154.881.657-46); Maria da Penha Brito Rodriguez (CPF 018.564.937-84); Matheus de Oliveira Correia (CPF 158.935.207-69); Patricia Vieira Amorim (CPF 847.717.397-49); Paulo Marcos Pinheiro Costa (CPF 116.086.157-90); Pedro Howat dos Santos (CPF 149.709.017-24); Pedro de Souza Valle Gomes de Sa (CPF 136.633.527-90); Richelle Moreira da Silva Pereira (CPF 081.122.417-16); Roberto Teixeira de Oliveira (CPF 018.453.117-95); Rodrigo Motta Borges (CPF 125.343.527-84); Rosangela Trindade da Cruz Alves (CPF 034.307.437-02); Suellen Santiago de Souza (CPF 144.180.487-07); Thales Torres Ferreira Alves (CPF 146.972.947-42); Vitor Pereira de Souza (CPF 154.284.647-12); Vitor Vinicius Nascimento de Araujo (CPF 142.814.127-86); Wildelane Barros do Espirito Santo (CPF 404.203.358-03); Yan Oliveira Vasconcellos (CPF 137.570.357-98).

1.3. Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL - VEDADA A COMERCIALIZAÇÃO

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 599/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.556/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antônia Mendes Brandão Hespanha (CPF 038.897.646-22); Juvenal Martins da Cruz (CPF 051.654.827-15); Neusa Magalhães da Silva (CPF 069.710.707-80); Pedro Ayres Fonseca (CPF 107.666.347-87); Waldomira Ferreira da Silveira (CPF 134.367.592-87).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 600/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º,V e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º ,VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de pensão especial de ex-combatente da interessada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.862/2013-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria de Lourdes Leite Duarte (CPF 754.137.954-91).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 601/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º,V e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º ,VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de pensão especial de ex-combatente de Helia Del Fiume Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.381/2013-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Helia Del Fiume Carvalho (CPF 074.229.587-74).
1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 602/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação a Iraneth Rodrigues Monteiro, Valter Correia da Silva, Eva Maria Cella Dal Chiavon e Ubiraci Raposo; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados abaixo e dar-lhes quitação plena; e em dar ciência à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SE/MP) de que a apresentação do rol de responsáveis com natureza diversa daquela fixada pelo TCU configura descumprimento das normas sobre os processos de contas, a exemplo da IN TCU 57/2008, devendo restringir a informação aos agentes que realmente tenham sua responsabilidade lá indicada.

1. Processo TC-041.734/2012-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Alex Rabelo Machado (CPF 034.192.248-00); Eva Maria Cella Dal Chiavon (CPF 400.606.759-34); Francisco Gaetani (CPF 297.500.916-04); Iraneth Rodrigues Monteiro (CPF 290.097.075-04); Israel Luiz Stal (CPF 812.642.757-49); Jarbas dos Reis (CPF 150.749.861-68); Jose Mauro Gomes (CPF 359.663.869-00); Maria Clara Marra (CPF 265.439.741-68); Murilo Francisco Barella (CPF 105.876.658-90); Noel Dorival Giacomitti (CPF 150.481.369-34); Sérgio Francisco da Silva (CPF 037.302.708-77); Tacito Antonio Bastos Brandao (CPF 152.372.141-34); Ubiraci Raposo (CPF 308.433.327-00); Ulysses Cesar Amaro de Melo (CPF 291.260.291-20); Valter Correia da Silva (CPF 041.304.888-80).
1.3. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 603/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, e

considerando que os valores envolvidos e os fatos tratados no presente processo são os mesmos relatados no TC 033.878/2010-2;

considerando que o citado TC 033.878/2010-2 já foi apreciado por esta Corte, oportunidade em que o acórdão 3.154/2012 - 2ª Câmara, em seu item 9.1, determinou seu arquivamento sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 5º, §§ 4º e 5º, e 10 da Instrução Normativa TCU 56/2007;

ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 5º, §§ 4º e 5º, e 10 da Instrução Normativa TCU 56/2007, em arquivar o presente processo e em dar ciência desta deliberação e da instrução constante da peça 18 ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

1. Processo TC-006.621/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Angela Maria Campos Ribeiro (CPF 240.147.536-20); Cacildo Rodrigues Pinto Neto (CPF 510.086.706-00); Douglas Oliveira Avelar (CPF 547.082.226-53).
1.3. Unidade: Município de Cássia/MG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 604/2014 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de monitoramento das providências determinadas no acórdão 4.454/2010-2ª Câmara e consideradas parcialmente cumpridas por meio do acórdão 4.792/2013-2ª Câmara;

considerando que, nessa última deliberação, foram fixados prazos para adoção de providências pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa (item 9.5 do acórdão 4.792/2013-2ª Câmara) e pelo Ministério da Educação (item 1.6.3.3 do acórdão 4.454/2010-2ª Câmara, ratificado pelo item 9.6 do acórdão 4.792/2013-2ª Câmara);

considerando que foi determinado à Funasa que encerrasse o sobrestamento da tomada de contas especial - TCE instaurada pela Portaria 196, de 26/7/2011, da Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso - Suest/MT, e desse continuidade aos procedimentos necessários, caso as pendências não fossem saneadas pela prefeitura de Nova Xavantina;

considerando que a Funasa esclareceu que o saneamento das pendências pela prefeitura só será possível após a adoção de providências a cargo da própria Funasa (perfuração de novo poço com vazão suficiente), o que estaria sendo providenciado;

considerando que não é adequado o prosseguimento da tomada de contas especial até a adoção dessas providências e que o prefeitura e a empresa contratada se comprometeram a corrigir as pendências a seu cargo, conforme informado pelo superintendente da Suest/MT;

considerando que deve ser fixado prazo para que a Funasa adote as providências de sua alçada para possibilitar a interrupção do sobrestamento e a continuidade do processo de TCE;

considerando, ainda, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE informou o recolhimento pela convenente do valor atualizado de débito apontado no item 1.6.3.3 do acórdão 4.454/2010-2ª Câmara (R$ 59.781,83), o que foi confirmado pela unidade técnica e motivou a aprovação das contas pelo FNDE;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.6 do acórdão 4.792/2013 e 1.6.3.3 do acórdão 4.454/2010, ambos da 2ª Câmara; fazer as determinações a seguir indicadas e apensar este processo ao TC 019.492/2008-4, nos termos do art. 42 da Resolução TCU 191/2006.

1. Processo TC-027.357/2010-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Responsáveis: Maria Luiza Amaral Rizzotti (CPF 838.004.848-20), Denise Ratmann Arruda Colin (CPF 897.888.879-53) e José Henrique Paim Fernandes (CPF 419.944.340-15).
1.3. Unidades: Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, Ministério da Educação, Ministério do Turismo e Controladoria - Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinar:
1.8.1. à Fundação Nacional de Saúde que adote, no prazo improrrogável prazo de 90 dias, as providências necessárias para possibilitar a suspensão do sobrestamento da tomada de contas especial instaurada pela Portaria 196, de 26/7/2011, da Superintendência Estadual da Funasa de Mato Grosso (TCE 25180.013.006/2011-68) e, caso as pendências a cargo da convenente não sejam saneadas, conclua a tomada de contas especial nos 90 dias subsequentes;
1.8.2. à Controladoria-Geral da União que informe, nas próximas contas da Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso, a situação das providências adotadas em cumprimento item 1.8.1 deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 605/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do acórdão 5.634/2013 - 2ª Câmara; em determinar à Secex/AC que, no exame das contas da Eletrobras - Distribuição Acre relativas ao exercício de 2013, avalie o andamento do cronograma apresentado pela entidade à CGU/AC por intermédio da CTA-PR nº 114/2013, que tem como objetivo realizar a inclusão dos atos de pessoal pendentes de apreciação pelo TCU no Sisac e submetê-los ao parecer da Controladoria Regional da União no Estado do Acre; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 5, à Eletrobras - Distribuição Acre; e em apensar os autos ao TC 018.248/2007-2, no qual foi proferida a deliberação monitorada.

1. Processo TC-031.109/2013-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Responsável: Celso Santos Matheus (CPF 005.781.218-75).
1.3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
1.4. Unidade: Eletrobras - Distribuição Acre.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
1.8. Advogado: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 606/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, arquivá-la e encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 13, à Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso e à Prefeitura Municipal de Poxoréo/MT.

1. Processo TC-015.563/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Interessado: município de Poxoréo - MT (CNPJ 03.408.911/0001-40).
1.3. Unidade: município de Poxoréo - MT.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 607/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, VII, e 169, V, do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 8, à representante e à Superintendência de Administração da Advocacia Geral da União no Estado de São Paulo e arquivar o processo.

1. Processo TC-031.366/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: GL Transportadora e Serviços Ltda. (CNPJ 08.295.197/0001-45).
1.3. Unidade: Superintendência de Administração da Advocacia Geral da União no Estado de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 608/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando estes autos de representação da empresa Infratech Infraestrutura Aeroportuária Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, contra a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, por descumprimento de contratos administrativos firmados com a representante (contratos 37-EG/2011/0014-Recife, 86-EG/2011/0014-Recife e 18-ST/2011/0057-São Paulo);

considerando que a representante se insurge quanto à retenção de saldo contratual pela Infraero, conforme documentos a seguir: despacho 54/FINE-3/2013 (peça 4, p. 6), ofício comissão de fiscalização 2144/2013 (peça 4, p. 4) e termo do contrato 18-ST/2011/0057-São Paulo (peça 1, p. 6);

considerando que a matéria trazida pela representante foge à competência do Tribunal, por não caber a esta instituição decidir acerca de litígios no âmbito de contratos firmados entre jurisdicionados e terceiros;

considerando que a solução de conflitos como o ora tratado deve ser buscada em instâncias próprias, consoante jurisprudência desta Corte (acórdãos 1.621/2011 da 1ª Câmara, 2.471/2011 e 1.979/2007 da 2ª Câmara, 111/2010, 1.462/2010, 66/2009, 1.180/2008, 1.922/2009, 2.374/2007 e 1.733/2007 do Plenário);

considerando não estarem satisfeitos, pois, os requisitos de admissibilidade do art. 235 do Regimento Interno;

considerando finalmente, a inexistência dos pressupostos para adoção da medida cautelar requerida pela representante;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no nos arts. 235 e 237, *caput* e parágrafo único do Regimento Interno, em não conhecer desta representação; em indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Infratech InfraEstrutura Aeroportuária Ltda, tendo em vista a inexistência dos pressupostos para sua adoção; em dar ciência desta deliberação à Infraero; e em arquivar os autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-032.378/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Infratech Infraestrutura Aeroportuária Ltda. (CNPJ 05.607.251/0001-52).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, Superintendência Regional de Recife.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações: não há.

ACÓRDÃO Nº 609/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, III, e 169, V, do Regimento Interno, em não conhecer desta representação ante a ausência de competência desta Corte para instaurar tomada de contas especial em razão de inadimplência do Município frente ao Governo Federal por descumprimento de preceito constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 3, ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Caixa Econômica Federal e à Fundação Nacional de Saúde; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-032.805/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Irlahi Linhares Moraes, prefeita.
1.3. Unidade: Município de Rosário/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.7. Advogados: Raimundo Nonato Leite Dominici (OAB/MA 5.374) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 610/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, III, e 169, V, do Regimento Interno, em não conhecer desta representação ante a ausência de competência desta Corte para instaurar tomada de contas especial em razão de inadimplência do Município frente ao Governo Federal por descumprimento de preceito constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 3, ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-033.079/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, prefeito.
1.3. Unidade: Município de Esperantinópolis/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.7. Advogados: José Hellas Sekeff do Lago (OAB/MA7.744) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 611/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, III, e 169, V, do Regimento Interno, em não conhecer desta representação ante a ausência de competência desta Corte para instaurar tomada de contas especial em razão de inadimplência do Município frente ao Governo Federal por descumprimento de preceito constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 3, ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-033.391/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Arlindo Barbosa dos Santos Filho, prefeito.
1.3. Unidade: Município de Fortuna/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.7. Advogados: José Helias Sekeff do Lago (OAB/MA 7.744) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 612/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, III, e 169, V, do Regimento Interno, em não conhecer desta representação ante a ausência de competência desta Corte para instaurar tomada de contas especial em razão de inadimplência do Município frente ao Governo Federal por descumprimento de preceito constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 4, ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-033.632/2013-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: José de Ribamar Costa Alves, prefeito.
1.3. Unidade: Município de Santa Inês/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.7. Advogados: Cauê Ávila Aragão (OAB/MA 12.139) e Luís Edmundo Coutinho de Brito (OAB/MA 4.030).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 5, organizada em 20 de fevereiro corrente, havendo a Segunda Câmara aprovado os Acórdãos de nºs 613 a 638, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como os Acórdãos constam do Anexo a esta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

**ACÓRDÃOS PROFERIDOS**

ACÓRDÃO Nº 613/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.332/2007-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Ana Olívia Mansolelli (050.827.798-18); João Elias de Moura Cordeiro (244.645.701-00); Paulo Biancardi Coury (239.568.877-00); Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0004-81); Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Suprema Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda - Me (07.150.827/0001-20).
3.2. Recorrentes: Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75); Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0001-39); João Elias de Moura Cordeiro (244.645.701-00); Paulo Biancardi Coury (239.568.877-00); Ana Olívia Mansolelli (050.827.798-18); Maria José da Silva Moreira (109.172.898-46); Valéria Malheiro Silva (085.757.518-08); Marli Eunice da Silva Santos (158.940.778-42).
4. Órgão: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogado constituído nos autos: Vitor João de Freitas Costa (OAB/SP 132.089), Samara Massanaro Rosa (OAB/SP 301.741), Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731), Bruno Martins de Oliveira (OAB/SP 294.011) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos contra o Acórdão 2.556/2012-2ª Câmara, que julgou irregular a gestão do Convênio 4.110/2004, firmado entre a Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária (MAAC) e o Fundo Nacional de Saúde/MS, para a aquisição de unidades móveis de saúde, tendo condenado em débito e em multa os responsáveis.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 146, §2º, do Regimento Interno, indeferir o ingresso das Sras. Valéria Malheiro Silva, Maria José da Silva Moreira e Marli Eunice da Silva Santos como interessadas no presente processo;
9.2. com fundamento no art. 282 do Regimento Interno, não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Maria José da Silva Moreira, ante a ausência de interesse em recorrer;
9.3. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por João Elias de Moura Cordeiro, Paulo Biancardi Coury e Ana Olívia Mansolelli, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.4. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pela Associação Beneficente e Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária e por Eliane da Cruz Corrêa, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;
9.5. receber o recurso constante da peça 167 como razões complementares ao recurso interposto pela Associação Beneficente e Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária;
9.6. tornar insubsistente o subitem 9.6 do Acórdão 2.556/2012-2ª Câmara;
9.7. modificar o subitem 9.7 do Acórdão 2.556/2012-2ª Câmara, que passa a apresentar a seguinte redação:
*"9.7. aplicar aos seguintes responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 fixando-se-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas dos encargos legais devidos a contar da data deste acórdão, caso não venham a ser pagas dentro do prazo ora estipulado:*
*9.7.1. Eliane da Cruz Corrêa, R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);*
*9.7.2. Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária, R$ 30.000,00 (trinta mil reais);*
*9.7.3. Suprema-Rio Comércio de Equipamentos de Segurança Representações Ltda., R$ 70.000,00 (setenta mil reais);*
*9.7.4. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, R$ 70.000,00 (setenta mil reais); e*
*9.7.5. Ronildo Pereira de Medeiros, R$ 70.000,00 (setenta mil reais);"*
9.8. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos órgãos e entidades interessados.

10. Ata nº 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0613-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 614/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.613/2010-4.
1.1. Apenso: 022.871/2007-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Câmara Municipal de Barra dos Coqueiros/SE
3.2. Responsáveis: Airton Sampaio Martins (236.082.005-25); Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros - SE (13.128.863/0001-90); Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto (006.900.906-68)
3.3. Recorrente: Airton Sampaio Martins (236.082.005-25).
4. Entidade: Município de Barra dos Coqueiros/SE.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostospelo Sr. Airton Sampaio Martins, ex-Prefeito do Município de Barra de Coqueiros/SE, em face do Acórdão nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.303/2013-TCU-2ª Câmara (fls. 144 - Volume Principal, Peça 3), que apreciou recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 5.165/2011-TCU-2ª Câmara (fls. 117/119 - Volume Principal, Peça 3), que julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Airton Sampaio Martins (CPF: 236.082.005-25), ex-Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros/SE, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo, na íntegra, o Acórdão nº 6.303/2013-TCU-2ª Câmara; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, ao Recorrente e à Câmara Municipal de Barra dos Coqueiros/SE.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0614-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 615/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.956/2009-5.
1.1. Apenso: 031.756/2010-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - MTUR
3.2. Responsável: Fabiano Braga Mendonça Souza (880.569.534-34)
3.3. Recorrente: Fabiano Braga Mendonça Souza (880.569.534-34).
4. Entidade: Centro Integrado de Ressocialização e Desenvolvimento Humano - CIRDH
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).
8. Advogado constituído nos autos: Ernesto de Albuquerque Vieira Santos Filho (OAB/PE nº 8.833).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de embargos de declaração oposto pelo Sr. Fabiano Braga Mendonça Souza, presidente do Centro Integrado de Ressocialização e Desenvolvimento Humano - CIRDH, em face do Acórdão nº 2.492/2013-TCU-2ª Câmara (Peça 9),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Fabiano Braga Mendonça Souza (CPF: 880.569.534-34), Presidente do Centro Integrado de Ressocialização e Desenvolvimento Humano - CIRDH, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo, na íntegra, o Acórdão nº 2.492/2013-TCU-2ª Câmara; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, ao Recorrente e à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - MTUR

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0615-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 616/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.993/2012-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Civil)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Gilson Marcelino Gil (287.289.639-20), pensionista de Elizabete Framarim Gil.
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: Rafael Campos de Oliveira (OAB/RS 71.145) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil, em que se aprecia pedido de reexame interposto por Gilson Marcelino Gil, contra o Acórdão 1.150/2013 - TCU - 2ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro a respectivo ato de concessão de pensão, em virtude de irregularidade no pagamento das verbas 3,17% (URV) e hora-extra judicial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, apenas no que tange ao questionamento relativo à parcela "hora-extra judicial", que não figurava nos proventos do recorrente à época da deliberação recorrida, mantendo-se, contudo, a ilegalidade do ato, em virtude da irregularidade na parcela 3,17% (URV);

9.2 excluir, por conseguinte, o nome da instituidora da pensão sob reexame, Elizabete Framarim Gil, da determinação descrita no subitem 1.8.4 do Acórdão 1.150/2013 - TCU - 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

*1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável aos instituidores Ademar Castro Cunha, Antonio João Felipp, Dauri Coelho, Jaciria Maria de Mellos, João Bayer Neto, João David de Souza e José Germano Vidal, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;*

9.3 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.3.1 ao recorrente, por intermédio de seu advogado, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2 à Universidade Federal de Santa Catarina;

9.3.3 ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica deste Tribunal, em complemento às notificações determinadas no subitem 1.10 do Acórdão 1.150/2013-2ª Câmara, expedidas nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário desta Corte de Contas em 8/6/2011 (acompanhamento das ações judiciais).

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0616-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 617/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.503/2008-6.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessado: José Silvério Felício da Cunha (CPF n.º 136.552.216-49); João Antonio Vidal de Carvalho (CPF n.º 281.370.946-87).
4. Órgão: Município de Ponte Nova (MG).
5. Relatores:
5.1. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: Senyr Martins de Carvalho (OAB/MG n.º 39.683); Eliana Gomes Felício da Cunha (OAB/MG n.º 110.958).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão n.º 7.511/2010-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Rubens Sérgio Rasseli, com fundamento no art. 285 do Regimento Interno, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2 reformar o Acórdão n.º 7.511/2010-2ª Câmara, para que os itens 9.1 e 9.2 passem a apresentar a seguinte redação:

*"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Silvério Felício da Cunha, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19, parágrafo único, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;*

*9.3. aplicar, ao Sr. José Silvério Felício da Cunha, a multa referida no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da mencionada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU;"*

9.3 autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 dar ciência da presente deliberação ao interessado;

9.6. remeter cópia deste acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0617-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 618/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.297/2012-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Monitoramento do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara, proferido no âmbito do processo de prestação de contas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) referentes ao exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprida a determinação contida no item 9.5.2 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara;

9.2. considerar parcialmente cumpridas as determinações contidas nos itens 9.4, 9.5.1, 9.5.3, 9.6.1 e 9.6.2 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara;

9.3. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que, no prazo de 90 dias, encaminhe ao Tribunal:

9.3.1. informações acerca das metas e dos prazos para a aprovação de resolução estipulando critérios para a substituição dos vagões e locomotivas arrendados e o posterior aditamento do contrato de arrendamento, bem como as demais medidas tomadas para dar cumprimento ao item 9.5.1 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara;

9.3.2. informações acerca dos desdobramentos e dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da agenda regulatória 2013-2014, sobretudo no que se refere à definição dos percentuais incidentes sobre as receitas alternativas recolhidas pelas concessionárias e às demais medidas tomadas para regularizar a questão referente às receitas alternativas auferidas com a exploração do Terminal Intermodal de Pirapora, conforme tratado no item 9.5.3 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara;

9.3.3. informações acerca das medidas adotadas e dos resultados obtidos para o cumprimento do item 9.6 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara, em especial as providências tomadas para a responsabilização e, se for o caso, o ressarcimento dos valores referentes ao sucateamento e à retirada do material da via permanente de Praia Formosa;

9.4. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que, no prazo de 90 dias, encaminhe ao Tribunal informações relativas às medidas adotadas e aos resultados obtidos para o cumprimento do item 9.4 do Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara, referentes às medidas judiciais e administrativas cabíveis com vistas à apuração das responsabilidades e recomposição dos possíveis prejuízos causados pela retirada do terceiro trilho pré-existente entre os km 295 e 400 do Trecho Itirapina-Bauru da Malha Paulista;

9.5. encaminhar ao Ministério dos Transportes cópia da primeira instrução deste processo (peça 12), para que tome ciência do assunto relativo ao item 9.5.2 Acórdão nº 6.324/2012 - 2ª Câmara - multas aplicadas pela extinta RFFSA - e adote as medidas necessárias ao resguardo do interesse público;

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.6.1. o Ministério dos Transportes;

9.6.2. a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

9.6.3. o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

9.7. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias para que dê continuidade ao presente monitoramento.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0618-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 619/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.329/2009-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Octávio Carneiro da Silva (035.396.607-04)
4. Entidade: Fundo Nacional de Assistência Social.
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: Tiago Santos Silva (OAB/RJ 155.213) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Sr. Octávio Carneiro da Silva ao Acórdão 5278/2013 - TCU - 2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II,e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 277, inciso III, e 287, do Regimento Interno do TCU em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;
9.2. conferir nova redação ao subitem 9.2 do Acórdão 5278/2013 - TCU - 2ª Câmara, nos seguintes termos:

*"9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Octávio Carneiro da Silva, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU) o recolhimento da dívida, aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;*

| *DATA* | *VALOR EM REAIS* |
|---|---|
| *25/02/2000* | *4.400,00* |
| *01/06/2000* | *4.400,00* |
| *06/06/2000* | *4.400,00* |
| *28/08/2000* | *4.520,00* |
| *01/11/2000* | *4.520,00* |
| *04/12/2000* | *30.190,00* |
| *28/03/2001* | *19.350,00* |
| *26/03/2002* | *12.680,00* |

9.3. manter inalterados os demais termos do Acórdão 5278/2013 - TCU - 2ª Câmara;
9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0619-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 620/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.616/2012-0.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Município de Caridade do Piauí - PI (01.612.575/0001-28); Engenheiros Associados Consultoria Projetos e Excução Ltda (01.822.285/0001-09); Justino Antonio da Silva, ex-Prefeito (006.754.583-15).
4. Entidade: Município de Caridade do Piauí - PI.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - (Secex-PI).
8. Advogado constituído nos autos: Anastácio Araújo Costa Sales Neto, OAB/PI 6390; Antonio Tito Pinheiro Castelo Branco, OAB/PI 178/96-B.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Funasa-Core/PI, em desfavor do Sr. Justino Antonio da Silva, ex-Prefeito de Caridade do Piauí/PI, em razão de irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Convênio 461/2001, celebrado em 31/12/2001 entre o Ministério da Saúde, por meio intermédio da Funasa, e o citado município, com o objetivo de viabilizar a execução de melhorias sanitárias domiciliares em 127 residências.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Justino Antonio da Silva;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c", e §2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Justino Antonio da Silva, ex-Prefeito de Caridade do Piauí/PI, e condená-lo, em solidariedade, com a empresa Construtora e Consultoria e Projetos Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 33.553,10 (trinta e três mil e quinhentos e cinquenta e três reais e dez centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/4/2002 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. aplicar ao Sr. Justino Antonio da Silva e à empresa Construtora e Consultoria e Projetos Ltda., individualmente, multas do art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até as dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Caridade do Piauí/PI, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia de R$ 8.277,62 (oito mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos) aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente a partir de 30/4/2002 até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. alertar o Município de Caridade do Piauí/PI de que:
9.5.1. a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente ensejará o julgamento pela regularidade com ressalva de suas contas, consoante disposto no art. 202, §4º, do RI/TCU;
9.5.2. a ausência do recolhimento levará ao julgamento pela irregularidade de suas contas, com imposição de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pertinentes, nos termos dos arts. 16 e 19 da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das, dívidas caso não atendidas as notificações;
9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0620-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 621/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.033/2005-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Armando Takatsu (001.508.351-91); Francisco Pereira Cupertino (021.799.898-49); Raphael Magalhães Dias (043.574.347-34); Velesiel Monteiro de Souza (002.369.421-15).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: Miguel Joaquim Bezerra, OAB/DF 5394; Dorismar de Sousa Nogueira OAB/DF 738; Micael de Alencar Bezerra, OAB/DF 24.738.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria de Armando Takatsu; Francisco Pereira Cupertino; Raphael Magalhães Dias; Velesiel Monteiro de Souza, ex-servidores da Fundação Universidade de Brasília.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos comandos contidos no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. julgar ilegais os atos de aposentadoria de Armando Takatsu, Velesiel Monteiro de Souza, Francisco Pereira Cupertino e Raphael Magalhães Dias, negando-lhes os respectivos registros, em função do pagamento da parcela da URP (26,05%) nos proventos dos interessados;
9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente Acórdão, consoante orientação contida no enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que acompanhe o andamento das decisões judiciais que atualmente asseguram o pagamento da URP aos servidores aposentados (Mandados de Segurança junto ao STF 26.156 e 25.678), e, uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, presentemente, a manutenção do pagamento da URP nos proventos das aposentadorias tratadas nestes autos, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição dos valores que pagos indevidamente a esse título desde a impetração da respectiva ação, e emita novos atos de aposentadoria, livres da irregularidade detectada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.4. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a respectiva notificação, em caso de não-provimento do recurso; e
9.5. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomarem conhecimento da decisão desta Corte;
9.6. esclarecer à Fundação Universidade de Brasília (FUB) que poderá, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, emitir novos atos livres da irregularidade apontada, submetendo-os a nova apreciação deste Tribunal, na forma do art. 260, caput, do mencionado Regimento;
9.7. determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento das seguintes ações judiciais:

| Processo | Tramitação | Situação atual |
|---|---|---|
| 26.156 | STF | Pendente de decisão |
| 25.678 | STF | Pendente de decisão |

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0621-05/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 622/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.572/2009-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Francisco Edilson Teixeira (003.174.463-04); Francisco Garcia Filho (398.544.343-20); Lokal Construções e Serviços Ltda. (03.006.795/0001-33); Magna Kelly Medeiros Bruno (126.301.818-12); Maria Elisa Coelho Cardoso (381.556.053-53); Monica Maria Carvalho de Oliveira (218.587.053-04)
3.2. Recorrente: Mônica Maria Carvalho de Oliveira (218.587.053-04).
4. Entidade: Município de Amontada - CE.
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - (Secex-CE).

8. Advogado constituído nos autos: Daniel Aragão Abreu (OAB-CE 20.005), Edson Pereira Portela Neto (OAB/CE 23.452) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Recurso de Reconsideração interposto por Mônica Maria Carvalho de Oliveira contra o Acórdão 2196/2013-2ª Câmara, por meio do qual foi condenada em débito e multa, em razão de irregularidades no Convênio 1.854/2001, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Município de Amontada/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0622-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

## ACÓRDÃO Nº 623/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.606/2013-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Deusimar Wanderley Guedes (219.541.274-72); Dimas da Costa Marques (217.015.804-97); Diogenes José Vasconcelos Costa (193.042.934-72); Dirceu Mariano de Abreu Filho (144.492.691-87); Edgar da Rosa Lima (290.928.330-53); Edilson Rosa da Silva (064.620.652-49); Edirio Sampaio Moutinho (123.796.895-04); Edmar Almeida Bernardes (058.846.673-53); Edson Luiz Santos Sales (086.036.505-00); Eduardo Amado (327.370.766-68).

4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadoria em favor de Deusimar Wanderley Guedes, Dimas da Costa Marques, Diogenes José Vasconcelos Costa, Dirceu Mariano de Abreu Filho, Edgar da Rosa Lima, Edilson Rosa da Silva, Edirio Sampaio Moutinho, Edmar Almeida Bernardes, Edson Luiz Santos Sales, Eduardo Amado, todos ex-servidores da Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei n.º 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria em nome de Deusimar Wanderley Guedes (peça 4), Dimas da Costa Marques (peça 5), Diogenes José Vasconcelos Costa (peça 6), Dirceu Mariano de Abreu Filho (peça 7), Edgar da Rosa Lima (peça 8), Edilson Rosa da Silva (peça 9), Edirio Sampaio Moutinho (peça 10), Edmar Almeida Bernardes (peça 11), Edson Luiz Santos Sales (peça 12), Eduardo Amado (peça 13), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelos interessados indicados no subitem anterior, consoante o disposto no enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal - DPF que:

9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos concessórios impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;

9.4. orientar o Departamento de Polícia Federal no sentido de que os interessados deverão retornar à atividade para implementar os requisitos necessários à aposentadoria, segundo as normas vigentes na data da nova concessão;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessão consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0623-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

## ACÓRDÃO Nº 624/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.633/2013-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Reinaldo Cezar Miguel dos Santos (046.989.322-20); Ricardo Bittar Leitao (321.633.200-49); Ricardo Fernandes Camurca (102.425.203-59); Rita Leanda Zanotelli (252.106.700-82); Robert Rios Magalhaes (133.841.393-72); Roberto Carlos Fernandes Monteiro (134.148.443-20); Roberto D'almeida Barbosa (242.528.327-72); Roberto Egidio de Albuquerque Lippo (128.903.324-20); Roberto Luiz Lopes da Cunha (462.985.927-68); Roberto Sousa Lobao da Silveira (072.113.172-72).

4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadoria em favor de Reinaldo Cezar Miguel dos Santos; Ricardo Bittar Leitao; Ricardo Fernandes Camurca; Rita Leanda Zanotelli; Robert Rios Magalhaes; Roberto Carlos Fernandes Monteiro; Roberto D'almeida Barbosa; Roberto Egidio de Albuquerque Lippo; Roberto Luiz Lopes da Cunha; Roberto Sousa Lobao da Silveira, todos ex-servidores da Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria em nome de Reinaldo Cezar Miguel dos Santos (peça 4); Ricardo Bittar Leitao (peça 5); Ricardo Fernandes Camurca (peça 6); Rita Leanda Zanotelli (peça 7); Robert Rios Magalhaes (peça 8); Roberto Carlos Fernandes Monteiro (peça 9); Roberto D'almeida Barbosa (peça 10); Roberto Egidio de Albuquerque Lippo (peça 11); Roberto Luiz Lopes da Cunha (peça 12); Roberto Sousa Lobao da Silveira (peça 13), negando-lhes registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelos interessados indicados no subitem anterior, consoante o disposto no enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal - DPF que:

9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos concessórios impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;

9.4. orientar o Departamento de Polícia Federal no sentido de que os interessados deverão retornar à atividade para implementar os requisitos necessários à aposentadoria, segundo as normas vigentes na data da nova concessão;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessão consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0624-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

## ACÓRDÃO Nº 625/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.230/2009-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Jorge Elias da Silva (390.674.757-34); Mario Sergio Monteiro Lopes (259.694.987-34); Silas de Mendonça Chaves (439.131.307-30).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa/Coordenação Regional no Estado do Rio de Janeiro (Core/RJ).

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - (Secex-RJ).

8. Advogado constituído nos autos: Sidney Seixas de Santana (OAB/RJ nº 114.658); Jorge Artur Pinto Basto dos Santos (OAB/RJ 55.612).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em virtude de irregularidades ocorridas no âmbito da Coordenadoria Regional da entidade no Estado do Rio de Janeiro (Core/RJ), envolvendo aquisições de mobiliário, por meio de adesão à Ata do Pregão de Registro de Preço nº 20/2005, gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alterar natureza do presente processo para representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Silas de Mendonça Chaves (439.131.307-30), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei Orgânica do TCU;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Mário Sergio Monteiro Lopes (259.694.987-34) para as ocorrências mencionadas no Ofício 746/2012-TCU/SECEX-RJ-D4, de 16/4/2012;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Jorge Elias da Silva (390.674.757-34) para as ocorrências mencionadas no Ofício 1199/2012-TCU/SECEX-RJ-D4, de 16/5/2012, com exceção daquelas apresentadas para o item b.2, que devem ser aceitas;

9.5. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, aplicar, individualmente, aos Srs. Mário Sergio Monteiro Lopes, Silas de Mendonça Chaves e Jorge Elias da Silva, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) aos dois primeiros responsáveis e de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a este último, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo pagamento, se forem quitadas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.6. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias; e

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/92.

9.8. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e à Funasa.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0625-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 626/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.897/2013-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Marinez Rodrigues de Oliveira (223.168.923-53).

4. Entidade: Município de São Luís do Curu/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor da Sra. Marinez Rodrigues de Oliveira, ex-prefeita do município de São Luís do Curu/CE (gestão: 2005/2008), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos pelo ente municipal, no exercício de 2008, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a Sra. Marinez Rodrigues de Oliveira;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Marinez Rodrigues de Oliveira, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-la ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

| Data | Valor |
|---|---|
| 21/1/2008 | 6.680,00 |
| 4/7/2008 | 14.940,61 |
| 16/9/2008 | 25.400,00 |
| 12/12/2008 | 20.600,00 |
| 24/12/2008 | 5.529,00 |

9.3. aplicar à Sr. Marinez Rodrigues de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 207, § 7º, do RITCU.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0626-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 627/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.396/2013-5.

2. Grupo I - Classe II- Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edmar Câmara (CPF 323.432.996-68); Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi (CNPJ 04.440.944/0001-30).

4. Entidade: Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi (CNPJ 04.440.944/0001-30).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: SecexDesenvolvimento.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em desfavor do Sr. Edmar Câmara, presidente do Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em razão da inexecução total do objeto do Termo de Parceria nº 13.0014.00/2006 (Siafi 589274), firmado em 29/12/2006, com recursos federais transferidos no valor total de R$ 217.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o Sr. Edmar Câmara e o Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Edmar Câmara, bem como do Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância de R$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 12/04/2007 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. aplicar ao Sr. Edmar Câmara e ao Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU);

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais previstas;

9.6. determinar à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - Secis/MCTI que se abstenha de incorrer em falhas, como a observada no Termo de Parceria 13.0014.00/2006, em que houve conduta irregular da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento instituída pela Portaria MCT 184, de 9 de abril de 2007, com fiscalização deficiente e omissa do termo de parceria, em relação às seguintes falhas:

9.6.1. ausência de acompanhamento tempestivo e adequado do ajuste, expondo a Administração aos riscos do não cumprimento dos objetivos da cooperação e da malversação dos recursos públicos transferidos, colidindo frontalmente com os artigos 11, 12 e 13 da Lei nº 9.790, de 13 de março de 1999;

9.6.2. descumprimento das seguintes medidas: acompanhar e avaliar o alcance das metas de desempenho acordadas; propor eventual renegociação do termo, principalmente no que dizia respeito a metas e indicadores; subsidiar os seus trabalhos mediante pareceres das áreas técnicas dos órgãos envolvidos; e reunir-se bimestralmente;

9.6.3. realização de apenas uma reunião com o cooperador privado ao longo da execução do ajuste, em 25/9/2007, quando a portaria determinava a realização de reuniões bimestrais;

9.6.4. elaboração de relatório de acompanhamento que não avaliou os resultados parciais apresentados pela Oscip e sem a solicitação de esclarecimentos e/ou justificativas para as discrepâncias identificadas, notadamente nas metas previstas versus realizadas e na movimentação irregular da conta corrente específica;

9.6.5. elaboração de relatório de acompanhamento sem informar a fonte das informações nele apresentadas nem os documentos que suportaram as suas conclusões; e

9.6.6. não acompanhamento do curso de informática ministrado pela Oscip, uma vez que, por se trata de modalidade à distância, o serviço poderia ter sido fiscalizado por meio de acesso remoto, mediante, por exemplo, a requisição de login e de senha de acesso;

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Secis/MCTI, à Secretaria Executiva/MCTI e às atuais comissões de acompanhamento e avaliação, informando-os de que a fiscalização deficiente e/ou omissa por parte das comissões de fiscalização e acompanhamento instituídas por força da Lei nº 9.790, de 1999, em razão da ausência do acompanhamento tempestivo dos termos de parcerias celebrados entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), implica infração dos arts. 11 e 12 da citada lei e pode até ser enquadrada nos termos do caput, do art. 10, e do inciso II, do art. 11, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

9.8. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco; e

9.9. dispensar a SecexDesenvolvimento de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.6 deste Acórdão.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0627-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 628/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.536/2013-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Raimundo Gomes Sobrinho (CPF 259.251.643-34).

4. Entidade: Município de Alcântaras - CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/CE

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria de Gestão Estratégica da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Secretaria Executiva do Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Raimundo Gomes Sobrinho, ex-prefeito do município de Alcântara - CE (gestão: 2005-2008 e 2009 até 30/4/2010), diante de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 1166/2009 - Siafi/Sinconv 706751 (peça 1, p. 56-92), firmado entre a União por intermédio do Ministério do Turismo - MTur e o aludido município, tendo por objeto incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do evento "*Festa Cultural de Alcântara - CE*", conforme o plano de trabalho aprovado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o Sr. Raimundo Gomes Sobrinho;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Gomes Sobrinho, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Gomes Sobrinho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0628-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 629/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.013/2010-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Arcelino Tavares Filho (169.767.973-00); Francisco Garcia Filho (398.544.343-20); Francisco Junior Lopes Tavares (302.151.293-34); Francisco Leonardo Castro Bezerra Melo (182.360.493-53); Lokal Construcoes e Servicos Ltda (03.006.795/0001-33); Maria Elisa Coelho Cardoso (381.556.053-53); Narci de Melo Junior (618.182.913-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Caridade/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: Thyciani Cabó Diógenes (OAB/CE 22.523) e outro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs/MI, em desfavor do Sr. Arcelino Tavares Filho, ex-prefeito do município de Caridade/CE (gestão 2005-2008), em face do não cumprimento das metas pactuadas no Convênio nº PGE-77/2004 (Peça nº 1, fls. 10/17), celebrado entre o Dnocs e o aludido município, no valor de R$ 143.165,69, cuja finalidade consistia na execução da recuperação do açude público Contendas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Narci de Melo Júnior, ex-secretário municipal de Caridade/CE, e o Sr. Francisco Garcia Filho, sócio da empresa Lokal Construções e Serviços Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Francisco Júnior Lopes Tavares - ex-prefeito municipal de Caridade/CE (gestão 2001/2004), Arcelino Tavares Filho - ex-prefeito municipal de Caridade/CE (gestão 2005/2008), pela Sra. Maria Elisa Coelho Cardoso, e pela empresa Lokal Construções e Serviços Ltda.;

9.3. julgar irregulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das referidas quantia aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs;

9.3.1. Sr. Francisco Júnior Lopes Tavares, Sr. Arcelino Tavares Filho, Sr. Narci de Melo Júnior, empresa Lokal Construções e Serviços Ltda. e seus sócios, Sra. Maria Elisa Coelho Cardoso e Sr. Francisco Garcia Filho - Grupo I (referente aos recursos recebidos pela empresa contratada para executar a obra objeto do Convênio PGE nº 77/2004 durante o exercício de 2004) - pelo débito no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados desde 29/12/2004;

9.3.2. Sr. Arcelino Tavares Filho, Sr. Narci de Melo Júnior, empresa Lokal Construções e Serviços Ltda. e seus sócios, Sra. Maria Elisa Coelho Cardoso e Sr. Francisco Garcia Filho - Grupo II (referente aos recursos recebidos pela empresa contratada para executar a obra objeto do Convênio PGE nº 77/2004 durante o exercício de 2005) - pelo débito no valor de R$ 32.440,20, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados desde 3/5/2005;

9.3.3. Sr. Arcelino Tavares Filho, pelo débito no valor de R$ 7.897,40 - Grupo III (saldo disponível em aplicação financeira na conta corrente do Convênio PGE nº 77/2004 em 7/12/2005) - atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados desde 7/12/2005;

9.4. aplicar aos Srs. Francisco Júnior Lopes Tavares, Arcelino Tavares Filho, Narci de Melo Júnior e Francisco Garcia Filho e à Sra. Maria Elisa Coelho Cardoso, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 207, § 7º, do RITCU.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0629-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 630/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.065/2011-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Gandelmar Moreira Silveira (198.315.605-15); João José Deoliveira Filho (319.173.305-10); Nivaldo Sousa Guimarães (330.189.105-59); Prefeitura Municipal de Maiquinique/BA (13.751.821/0001-01).

4. Entidade: Município de Maiquinique/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de pagamentos irregulares envolvendo recursos do SUS, verificados em auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus/MS, na aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde destinados ao Piso de Atenção Básica ocorrida entre 17/1 e 30/12/2003, no valor de R$ 76.470,19, referente a 32 pagamentos irregulares, sendo R$ 22.690,65 utilizados em despesas de manutenção do Hospital Municipal e R$ 53.779,54 em despesas sem comprovação, conforme consta do Relatório de Auditoria nº 2724 e Planilha de Glosa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas do município de Maiquinique/BA, dando-lhe quitação, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. considerar revel o Sr. João José Deoliveira Filho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Nivaldo Sousa Guimarães, Gandelmar Moreira Silveira e João José de Oliveira Filho, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, para condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS):

9.3.1. responsáveis solidários: Sr. Nivaldo Sousa Guimarães e Sr. Gandelmar Moreira Silveira:

| Valores históricos (R$) | Datas dos débitos |
|---|---|
| 1.000,00 | 17/1/2003 |
| 1.383,00 | 22/1/2003 |
| 2.800,00 | 13/3/2003 |
| 4.196,00 | 13/3/2003 |
| 2.900,00 | 21/3/2003 |
| 2.000,00 | 13/4/2003 |
| 2.000,00 | 14/4/2003 |
| 1.800,00 | 15/4/2003 |
| 1.400,00 | 17/4/2003 |
| 3.600,00 | 19/4/2003 |
| 3.000,00 | 22/4/2003 |
| 1.000,00 | 22/4/2003 |
| 2.800,00 | 22/4/2003 |
| 3.300,00 | 20/5/2003 |

9.3.2. responsáveis solidários: Sr. Nivaldo Sousa Guimarães e Sr. João José de Oliveira Filho:

| Valores históricos (R$) | Datas dos débitos |
|---|---|
| 4.276,00 | 12/6/2003 |
| 5.430,00 | 20/10/2003 |
| 4.556,00 | 20/10/2003 |
| 3.828,32 | 20/11/2003 |
| 2.510,22 | 20/11/2003 |

9.4. aplicar aos Srs. Nivaldo Sousa Guimarães, Gandelmar Moreira Silveira e João José de Oliveira Filho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$ 7.000,00 (sete mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, informando os responsáveis de que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0630-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 631/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 041.826/2012-4.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Noeli de Castro Gregório (CPF 804.565.539-91).

4. Unidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.

5. Relator: Ministro-Subsituto Weder de Oliveira.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por Noeli de Castro Gregório contra o acórdão 5.201/2013 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno:

9.1. conhecer dos embargos e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0631-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 632/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.702/2012-4.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/ES.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, Exma. Sra. Claudia Cardoso de Souza, dando notícia de possíveis irregularidades na redistribuição de servidores da Corte trabalhista;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fulcro no art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à Secex/ES que, via Presidência do TCU, promova diligência junto ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestem-se, nos presentes autos, sobre a legitimidade da redistribuição por reciprocidade de servidores tratada neste feito, que foi promovida segundo o art. 4º da Resolução CNJ nº 146, de 6/3/2012, que regulamentou essa prática no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário, em especial, quanto à equivalência desse instituto da redistribuição por reciprocidade com o instituto da transferência, anteriormente previsto no art. 23 da Lei nº 8.112/1990, cujo comando foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Mandado de Segurança nº 22.148-8/DF, DOU de 7/2/1996 e DJ de 8/3/1996), restando, depois, expressamente revogado pela Lei nº 9.527/1997.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0632-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 633/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.471/2010-1.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Cristiane Raquel Brasil Lougon Cordeiro (CPF 393.117.832-34); Fabiano de Assunção Oliveira (CPF 007.691.772-04); Luiz Eduardo do Canto Costa (CPF 006.099.002-34); Maria Auxiliadora Gomes Araujo (CPF 036.557.502-00); Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (CPF 037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (CPF 155.291.692-87); Sérgio Cabeça Braz (CPF 125.383.502-04) e Wilson Tavares Von Paumgartten (CPF 029.828.622-04).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA (MEC).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex/PA).

8. Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos dos Anjos Cereja (OAB/PA 6977)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de TCE instaurada em cumprimento ao Acórdão 1735/2009-TCU-2ª Câmara, relacionada à transferência de R$ 60.000,00 para a conta da ex-Chefe de Gabinete do Cefet/PA, Srª Maria Auxiliadora Gomes Araújo, sem que ficasse demonstrado que ela fazia jus a este pagamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir a responsabilidade dos Srᵉˢ Maria Auxiliadora Souza dos Anjos, Wilson Tavares Von Paumgartten, Cristiane Raquel Brasil Lougon Cordeiro e Luiz Eduardo do Canto Costa;

9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e d, e 19, caput, 23, inciso III e 28. Inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar irregulares as contas dos Srᵉˢ Sérgio Cabeça Braz, Maria Francisca Tereza Martins de Souza, Maria Auxiliadora Gomes Araújo e Fabiano de Assunção Oliveira, condenando-os, de forma solidária, ao pagamento do valor original de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 16/3/2000 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3 aplicar aos responsáveis acima a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, nos valores especificados a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Sérgio Cabeça Braz - R$ 10.000,00 (dez mil reais)

9.3.2. Maria Francisca Tereza Martins de Souza - R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

9.3.3. Maria Auxiliadora Gomes Araújo - R$ 10.000,00 (dez mil reais)

9.3.4. Fabiano de Assunção Oliveira - R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

9.4 com amparo no art. 26 da Lei 8.443/1992 e no art. 217 do RITCU, autorizar, desde já, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU);

9.5 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.6 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos Juízos das Varas Federais especificadas da Seção Judiciária do Estado do Pará, de acordo com os processos que lá tramitam:

| Processo | Ação | Vara |
|---|---|---|
| 2004.39.00.010130-9 | Ação Civil Pública | 5ª |
| 2005.39.00.004304-7 | Ação Civil de Improbidade Administrativa | 5ª |
| 2005.39.00.009748-4 | Ação Civil de Improbidade Administrativa | 5ª |
| 2006.39.00.004570-9 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2006.39.00.006706-7 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2006.39.00.009541-9 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2006.39.00.009543-6 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2007.39.00.005115-8 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2008.39.00.002103-9 | Crime de Responsabilidade de Funcionário Público | 3ª |
| 2009.39.00.009337-1 | Ação Civil de Improbidade Administrativa | 1ª |
| 2009.39.00.010838-9 | Execução de Título Extrajudicial | 6ª. |

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0633-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 634/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.000/2013-0.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Alonso José dos Santos (002.623.155-72); João de Faria Góes (003.120.615-87); Maria Heli da Conceição Macedo Correa (056.677.805-00); Pedro Rodrigues de Carvalho (034.106.255-34); Raimundo Jose Campos (049.557.575-53).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de análise de atos de aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. considerar legais os atos de alteração de aposentadoria dos Sres Alonso José dos Santos e Pedro Rodrigues de Carvalho e da Srª Maria Heli da Conceição Macedo Correa, determinando os respectivos registros;

9.2. considerar ilegais os atos de alteração de aposentadoria dos Sres João de Faria Goes e de Raimundo José Campos, com a consequente negativa de registro; e

9.3. determinar que o órgão de origem emita novo ato escoimado da irregularidade apontada nestes autos, encaminhando-os para apreciação deste Tribunal, conforme previsto no artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0634-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 635/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.750/2010-1.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Núbia Cozzolino (CPF 445.041.367-91).

4. Unidade: Município de Magé/RJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Aidé Raquel de Mata Soares Pacheco (OAB/RJ 160.848), Michelle Macedo Deluca Alves (OAB/RJ 141.416), Marcella Uchôa Massad, OAB/RJ 102.365 e Marcos André Lima Nogueira, OAB/RJ 84.275.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do recurso de reconsideração interposto pela Srª Núbia Cozzolino, ex-Prefeita de Magé/RJ, contra o Acórdão 4.108/2012-2ª Câmara, por meio do qual ela teve suas contas julgadas irregulares, com a imputação de débito e multa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde por meio do Convênio 1.234/2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento no art.32, inciso I, c/c o art. 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2 nos termos do art. 176 do Regimento Interno/TCU, declarar a nulidade da citação da Srª Núbia Cozzolino, bem como de todos os demais atos processuais posteriores, incluindo o Acórdão 4.108/2012-2ª Câmara;

9.3 restituir os autos ao Relator a quo, Exmo Sr. Ministro José Jorge, para dar prosseguimento ao feito, com a promoção de nova citação da responsável;

9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0635-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 636/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.431/2010-7.

2. Grupo II - Classe IV - Admissão de Pessoal

3. Interessados: Hilton Sebastiao Neves Costa (131.183.618-75); Ieda Maria de Oliveira Rezende Bezerra (633.078.124-91); Jaimir Ferreira da Silva (515.723.629-87); James Frank Lisboa Nepomuceno (893.516.495-04); Jardel Joaquim Rodrigues (885.085.281-91); Jean Jacques Bocca (727.372.800-44); Jean de Luna Chagas (689.336.061-49); Jizreel Lemos da Silva (874.508.791-15); Joao Marcos Teixeira (785.635.001-63).

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de análise de atos de admissão, cadastrados no Sisac pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar diligência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, com vistas a obter informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores Hilton Sebastiao Neves Costa, Ieda Maria de Oliveira Rezende Bezerra, James Frank Lisboa Nepomuceno, Jardel Joaquim Rodrigues, Jean Jacques Bocca, Jean de Luna Chagas, Jizreel Lemos da Silva, Joao Marcos Teixeira, para autuação em processo apartado, com cópia de todos os elementos pertinentes, inclusive da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, determinando-se, desde já, o sobrestamento até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0636-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 637/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.432/2010-3.

2. Grupo II - Classe IV - Atos de Admissão

3. Interessados: Jorge Carvalho de Almeida (727.586.511-49); Josafar Cardoso de Alencar (855.494.953-68); Jose Pecci de Lima (593.825.890-15); Jose Wellington Melo Maia Junior (024.179.464-16); José Roberto Fraga Freitas (436.681.788-87); José Rodrigues Barbosa (690.547.541-68); José de Paula Ribeiro (693.846.301-87); Judivan da Silva Lopes (775.992.331-72); Juliana de Holanda Dantas (907.892.613-91); Júlio de Freitas Rebouças (533.672.003-87).

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de análise de atos de admissão, cadastrados no Sisac pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais as admissões de interesse dos Sres José de Paula Ribeiro, José Roberto Fraga Freitas e José Rodrigues Barbosa, determinando o registro dos respectivos atos de peças 18, 20 e 21.

9.2. determinar diligência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, com vistas a obter informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores Júlio de Freitas Rebouças, Juliana de Holanda Dantas, Judivan da Silva Lopes, Jose Wellington Melo Maia Junior, Jose Pecci de Lima, Josafar Cardoso de Alencar, Jorge Carvalho de Almeida, para autuação em processo apartado, com cópia de todos os elementos pertinentes, inclusive da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, determinando-se, desde já, o sobrestamento até o transito em julgado dos respectivos processos judiciais.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0637-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 638/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.363/2013-8.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Javan Valle de Mello (002.630.011-72).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de análise de ato de aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - GO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em

9.1. considerar legal o ato de alteração de aposentadoria do Sr. Javan Valle de Melo dos Santos, determinando seu respectivo registro; e

9.2 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0638-05/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 021.332/2007-0, de relatoria do Ministro José Jorge, apresentou sustentação oral, o Dr. Bruno Martins de Oliveira - OAB/SP Nº 294.011, em nome da Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária - MAAC.

PEDIDOS DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 024.455/2013-0, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 046.845/2012-7, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento do Relator, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foram excluídos da Pauta nº 5/2014 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs 002.844/2014-1, 017.387/2008-0, 018.622/2013-5, 021.730/2013-0 e 033.434/2011-5.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Aroldo Cedraz.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e três minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi, a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

AROLDO CEDRAZ
Presidente

# Poder Legislativo

## CÂMARA DOS DEPUTADOS
## FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16

### BALANÇO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de janeiro de 2014. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | 591.595,15 | DESPESAS CORRENTES | 2.570,25 |
| Receita Patrimonial | 136.043,67 | Outras Despesas Correntes | 2.570,25 |
| Receita de Serviços | 8.697,92 | Outras Despesas | 2.570,25 |
| Outras Receitas Correntes | 446.853,56 | DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 392.028.241,24 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA | (327,07) | Valores em Circulação | 386.064.030,38 |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS | 146,07 | Recursos Especiais a Receber | 386.064.030,38 |
| Transferências Extra-Orçamentárias | 146,07 | Depósitos | 4.395,45 |
| Transferências Diversas Recebidas | 146,07 | Depósitos de Diversas Origens | 4.395,45 |
| INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 391.439.397,34 | Obrigações em Circulação | 5.959.669,34 |
| Valores em Circulação | 385.627.622,93 | RP's Não Processados - Inscrição | 5.959.669,34 |
| Recursos Especiais a Receber | 385.627.622,93 | Ajustes de Direitos e Obrigações | 146,07 |
| Depósitos | 7.139,13 | Incorporação de Obrigações | 146,07 |
| Depósitos de Diversas Origens | 7.139,13 | Outras Incorporações de Obrigações | 146,07 |
| Obrigações em Circulação | 5.804.635,28 | | |
| Fornecedores | 8.312,59 | | |
| de Exercícios Anteriores | 8.312,59 | | |
| Restos a Pagar | 5.793.752,44 | | |
| Não Processados a Liquidar | 1.935.221,71 | | |
| Não Processados Liquidados | 3.852.678,48 | | |
| Cancelado | 5.852,25 | | |
| Outros Débitos | 2.570,25 | | |
| TOTAL DE INGRESSOS | 392.030.811,49 | TOTAL DE DISPÊNDIOS | 392.030.811,49 |

BALANÇO PATRIMONIAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| ATIVO FINANCEIRO | 386.064.030,38 | PASSIVO FINANCEIRO | 5.805.922,16 |
| Créditos em Circulação | 386.064.030,38 | Depósitos | 7.139,13 |
| Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento | 386.064.030,38 | Depósitos de Diversas Origens | 7.139,13 |
| ATIVO NÃO FINANCEIRO | 2.837.904,03 | Obrigações em Circulação | 5.798.783,03 |
| Realizável a Curto Prazo | 2.837.904,03 | Restos a Pagar Processados | 10.882,84 |
| Créditos em Circulação | 2.837.904,03 | Fornecedores - De Exercícios Anteriores | 8.312,59 |
| Outros Créditos em Circulação | 4.054.148,62 | Débitos Diversos a Pagar | 2.570,25 |
| Provisão Para Devedores Duvidosos | (1.216.244,59) | Restos a Pagar Não Processados | 5.787.900,19 |
| ATIVO REAL | 388.901.934,41 | A Liquidar | 1.935.221,71 |
| ATIVO COMPENSADO | 3.623.961,34 | Liquidados | 3.852.678,48 |
| Compensações Ativas Diversas | 3.623.961,34 | PASSIVO NÃO FINANCEIRO | (1.935.221,71) |
| Responsabilidades Por Valores, Títulos e Bens | 19.217,52 | Obrigações em Circulação | (1.935.221,71) |
| Direitos e Obrigações Contratuais | 3.604.743,82 | Retificação de RP Não Processados a Liquidar | (1.935.221,71) |
| | | PASSIVO REAL | 3.870.700,45 |
| | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 385.031.233,96 |
| | | Patrimônio/Capital | 384.488.571,35 |
| | | Patrimônio | 384.488.571,35 |
| | | Resultado do Período | 542.662,61 |
| | | Situação Patrimonial Ativa | 388.901.934,41 |
| | | Situação Patrimonial Passiva | (388.359.271,80) |
| | | PASSIVO COMPENSADO | 3.623.961,34 |
| | | Compensações Passivas Diversas | 3.623.961,34 |
| | | Valores, Títulos e Bens Sob Responsabilidade | 19.217,52 |
| | | Direitos e Obrigações Contratadas | 3.604.743,82 |
| ATIVO TOTAL | 392.525.895,75 | PASSIVO TOTAL | 392.525.895,75 |

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

| | | | |
|---|---|---|---|
| ORÇAMENTÁRIAS | 591.268,08 | ORÇAMENTÁRIAS | 2.570,25 |
| Receitas Correntes | 591.595,15 | Despesas Correntes | 2.570,25 |
| Receita Patrimonial | 136.043,67 | Outras Despesas Correntes | 2.570,25 |
| Receita de Serviços | 8.697,92 | RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 195.673,55 |
| Outras Receitas Correntes | 446.853,56 | Interferências Passivas | 110.411,95 |
| Deduções da Receita | (327,07) | Transferências de Bens e Valores Concedidos | 61.651,55 |
| RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 149.638,33 | Movimento de Fundos a Crédito | 48.760,40 |
| Interferências Ativas | 146,07 | Decréscimos Patrimoniais | 85.261,60 |
| Movimento de Fundos a Débito | 146,07 | Desincorporações de Ativos | 2.390,22 |
| Acréscimos Patrimoniais | 149.492,26 | Baixa de Direitos | 2.390,22 |
| Incorporações de Ativos | 143.604,88 | Ajustes de Bens, Valores e Créditos | 9.251,36 |
| Incorporação de Bens Móveis | 110.411,95 | Ajustes de Créditos | 9.251,36 |
| Incorporação de Direitos | 33.192,93 | Incorporação de Passivos | 73.620,02 |
| Ajustes de Bens, Valores e Créditos | 35,13 | RESULTADO PATRIMONIAL | 542.662,61 |
| Ajustes de Créditos | 35,13 | Superávit | 542.662,61 |
| Desincorporação de Passivos | 5.852,25 | | |
| VARIAÇÕES ATIVAS | 740.906,41 | VARIAÇÕES PASSIVAS | 740.906,41 |

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de janeiro de 2014 um superávit de R$542.662,61.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7.504/0-8

GÉRSON GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 10.119

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9.016

# Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
## CORREGEDORIA-GERAL
## TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

### ACÓRDÃOS

PROCESSO: 5009803-50.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NARA SOARES TORRES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO FEDERAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual negou provimento ao recurso da Fazenda Nacional, mantendo pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou procedente o pedido de declaração de ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias de servidor público, reconhecida a prescrição decenal das parcelas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela ré, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ, segundo o qual a referida contribuição previdenciária é tributo sujeito a lançamento de ofício, razão pela qual deve incidir sobre as parcelas a prescrição qüinqüenal.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional e distribuídos a esta relatora.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Comprovada a divergência entre os julgados cotejados, conheço do incidente e passo à análise do mérito.

6. Acerca da matéria em discussão, esta Turma Nacional já consolidou entendimento no sentido de se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, devendo ser observada a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, do CTN. Vejamos: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação. 2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5). 3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida". (PEDILEF nº 201071520034660, Relator: Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU: 18/11/2011); "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REPETIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRECEDENTES DO STJ. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF NO JULGAMENTO DO RE N. 566.621. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09 DE JUNHO DE 2005. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. 1. A contribuição previdenciária sobre proventos dos servidores públicos inativos é tributo sujeito à lançamento de ofício, cujo prazo prescricional, conforme precedentes do STJ, é de cinco anos. 2. O STF, no julgamento do RE nº 566.621/RS, passou a entender que a redução do prazo prescricional trazida pela LC 118/2005 se aplica às ações ajuizadas após 09 de junho de 2005. 3. Em face desses dois argumentos, à repetição de contribuições previdenciárias sobre proventos de servidores públicos inativos incide a prescrição qüinqüenal. 4. Incidente conhecido e provido". (PEDILEF nº 200932007039962, Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU: 23/03/2012).

7. Confira-se, também, entendimento do STJ: "TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 168, INC. I, DO CTN. INAPLICABILIDADE DA TESE DOS CINCO MAIS CINCO. PRECEDENTE EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. 1. A contribuição previdenciária a cargo do servidor público não é tributo sujeito a lançamento por homologação, mas sim de ofício, porquanto efetuado sem sua a participação, mas apenas pelo órgão público. 2. Esta Corte, por meio de sua Primeira Seção, já se pronunciou, em recurso representativo da controvérsia, que o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, inc. I, do CTN (REsp 1086382/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 26.4.2010). 3. Recurso especial provido. (REsp nº 1216237. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. DJ: 17/02/2011); "CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE. SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO. PERÍODO ANTERIOR À EC 19/98. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 168, I, DO CTN. I - A natureza da relação outrora estabelecida entre o recorrente e a recorrida é tributária: trata-se de cobrança de contribuição de seguridade em face de servidor público em cargo em comissão, que foi abolida pela EC 19/98. II - É fato notório no serviço público que os descontos da contribuição previdenciária pública que incidem na remuneração do servidor são calculados e lançados diretamente em sua folha de pagamento pelo órgão de pessoal responsável. Assim, o citado procedimento configura lançamento de ofício e não por homologação. III - Nos termos do art. 150 do CTN, nos lançamentos por homologação, o contribuinte estipula a base de cálculo, faz incidir a alíquota que entende aplicável e antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, ao que não se subsume, portanto, a hipótese em tela. IV - Nesse panorama, o prazo prescricional a ser aplicado na presente hipótese é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. V - Recurso especial improvido". (REsp nº 949788. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Francisco Falcão. DJ: 07/10/2008).

8. Incidente de uniformização conhecido e provido para reafirmar a tese de que a repetição dos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias de servidor público deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5).

9. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.51.51.043454-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLÁUDIA RUPP DE FREITAS
PROC./ADV.: PEDRO PENNA DA ROCHA
OAB: RJ-89294
PROC./ADV.: RUI TELES CALANDRINI FILHO
OAB: RJ-84384
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IRPF SOBRE ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. PRESCRIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. AGRAVO IMPROVIDO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE FORMADA POSTERIORMENTE COM BASE EM PRECEDENTE DO STF E COM BASE EM ACÓRDÃO DO STJ, JULGADO PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS EM PARTE.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente de uniformização interposto pela União (Fazenda Nacional) ao fundamento da imprestabilidade dos acórdãos de TRF's para a caracterização da divergência e da não demonstração da jurisprudência dominante no aresto paradigma do STJ, consoante inteligência do enunciado da Questão de Ordem n. 24.

2. Aduz, em síntese, o embargante que o acórdão recorrido foi omisso, pois não observou que o entendimento firmado no STJ através do REsp 1.002.932/SP, foi superado pelo STF no RE n. 566.721/RS, julgado em 4/08/2011, sob a sistemática da repercussão geral, (art. 543-B do CPC) e também pelo próprio STJ, que se curvou ao entendimento do STF no REsp n. 1.279.570/MG, também julgado pelo regime do art. 543-B do CPC. Que de acordo com a jurisprudência uniforme atual, o critério para fins de aplicação da prescrição decenal (tese dos cinco mais cinco) nas ações de repetição de indébito é a data do ajuizamento da ação. Isto é, se a ação foi ajuizada após a edição da LC 118/05 (9/06/2005) ainda que relativo a pagamento indevido ocorrido em momento anterior, aplica-se o prazo prescricional qüinqüenal.

3. Conheço dos embargos por próprios e tempestivos.

4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

5. O STJ tem jurisprudência firmada no sentido de que "Não é possível, em sede de embargos de declaração, adaptar o entendimento do acórdão embargado em razão de posterior mudança jurisprudencial. Orientação que somente tem sido mitigada, excepcionalmente, a fim de adequar o julgamento da matéria ao que ficou definido pela Corte, no âmbito dos recursos repetitivos" (EDcl no AgRg nos EREsp 924.992/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Corte Especial, DJe 29/5/2013)" (EDcl na AR 4.302/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, julgado em 11/09/2013, DJe 19/09/2013).

6. De acordo com a questão de ordem n. 33 deste Colegiado: "Se as premissas jurídicas de acórdão da Turma Nacional de Uniformização forem reformadas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, o Presidente da TNU fará a adequação do julgado, prejudicados eventuais recursos interpostos" .

7. No caso em análise, observa-se que a parte autora postula a repetição do IRPF incidente sobre os abonos pecuniários de férias, tendo sido a ação ajuizada em 10/11/2008, portanto bem posterior à edição da LC 118/2005, razão pela qual, de acordo com a jurisprudência atualmente dominante, o prazo prescricional para repetição das verbas questionadas seria de 5 (cinco) anos, e não de 10 (dez) conforme reconhecido no acórdão atacado. Todavia, as verbas cuja repetição se busca são referentes aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, pelo que há de se concluir, que mesmo que se adotasse o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, nenhuma das referidas parcelas seriam alcançadas pela prescrição.

8. Pelo exposto, conheço dos embargos de declaração e lhes dou provimento parcial, apenas para suprir a omissão apontada e reconhecer que no caso dos autos, por se tratar de ação ajuizada após 9/06/2005, aplica-se a prescrição de 5 (cinco) anos, consoante entendimento do STF e do STJ, manifestado em recurso julgado pela sistemática do art. 543-B. Deixo de conhecer do incidente de uniformização por falta de interesse recursal.

**ACÓRDÃO**

A Turma conheceu e deu provimento parcial aos Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001896-26.2009.4.02.5156
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTA DE FÁTIMA LEONARDO MOREIRA
PROC./ADV.: RAQUEL DE FÁTIMA LEONARDO MOREIRA
OAB: RJ-132083
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IRRF. TERÇO DE FERIAS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NÃO DEMONSTRADA NO ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 5. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente de uniformização interposto pela União (Fazenda Nacional) ao fundamento da imprestabilidade dos acórdãos de TRF's para a caracterização da divergência e da não demonstração da jurisprudência dominante no aresto paradigma do STJ, consoante inteligência do enunciado da Questão de Ordem n. 5.

2. Aduz a embargante (UNIÃO) que houve omissão, na medida em que a matéria em debate - incidência do IRRF sobre terço de férias gozadas - é pacífica na jurisprudência da própria TNU.

3. Os embargos, todavia, não merecem acolhimento.

4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

5. Consoante dispõe o art. 13, caput, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), cabe à parte recorrente instruir o recurso com cópia dos julgados divergentes e demonstração do dissídio. Desse modo, ausentes os requisitos para o processamento do incidente, não há se falar em desarmonia do julgado com a jurisprudência desta TNU, matéria de mérito passível de exame somente após superada a fase de conhecimento, pelo que inexistente a omissão apontada.

6. Ressalte-se que o mero inconformismo da parte recorrente com o conteúdo da decisão não autoriza a oposição de embargos sob o argumento da existência de omissão.

7. Pelo exposto, REJEITO s presentes embargos.

**ACÓRDÃO**

A Turma rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000136-55.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA ENEZIA TOMAZ
PROC./ADV.: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS
OAB: PR-32845
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE CONTRIBUIÇÕES PARA PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FONTE DE PESQUISA. PARADIGMA DE TURMA RECURSAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 03. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de devolução de imposto de renda retido quando da contribuição para fundo de previdência privada no interregno compreendido entre 01.01.1989 e 31.12.1995. Entendeu o relator do acórdão oriundo da Turma Recursal Suplementar dos Juizados Especiais Federais, da Seção Judiciária do Paraná, que : O pedido não é propriamente para devolução do imposto incidente sobre a complementação de aposentadoria, como poderia parecer a uma primeira leitura, mas para devolução do imposto retido quando da contribuição para o fundo. Com essa configuração, o pedido é improcedente, porque quando da retenção do imposto de renda sobre a contribuição não

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

havia bitributação e o imposto era, portanto, devido. O bis in idem só surgiu no momento da percepção do benefício ou do resgate. O que pode ser repetido, portanto, é o imposto cobrado em duplicidade no momento da percepção do benefício, até o limite do valor pago pelo contribuinte quando da formação do fundo. Mas não é isso que a inicial pede. Além disso, as parcelas alusivas ao imposto de renda retido no momento da contribuição já não podem tampouco ser restituídas em razão da prescrição.

2.Sustenta a recorrente que a Turma Recursal ao reconhecer a prescrição de seu direito, aplicando a Lei 118/2005 contraria o entendimento de Turma Recursal do Distrito Federal que, em caso semelhante, reconhece o direito, afastando a prescrição (processo nº 2004.34.00.914656-5/DF).

3.O incidente não merece ser conhecido.

4. Não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma. O paradigma trata de caso em que a Turma Recursal julgadora decidiu sobre a prescrição da repetição de indébito em relação ao resgate ou recebimento da complementação da aposentadoria. O acórdão recorrido analisou questão referente a ocorrência da prescrição da repetição de indébito de imposto de renda sobre a contribuição para fundo de previdência complementar na égide da Lei 7713/88, conforme já sinalizado pelo juízo de admissibilidade do presente pedido.

5. Além disso, o precedente oriundo de Turma Recursal não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC. Não se trata de documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa que permita seu acesso direto. Incidência da Questão de Ordem nº 03 deste Colegiado: A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009819-04.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO MANOEL ESPINA ROSSÉS
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ENTENDIMENTO DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual deu parcial provimento ao recurso da União, reconhecendo a contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias de servidor público como sendo tributo sujeito a lançamento de ofício e, assim, declarando prescritas as parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Primeira Turma Recursal do Distrito Federal (autos nº 2006.34.00.914656-2), segundo a qual o referido tributo é sujeito a lançamento por homologação, de modo que o prazo prescricional deve ser de dez anos.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional e distribuídos a esta Relatora.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Acerca da matéria em discussão, esta Turma Nacional já consolidou entendimento no sentido de se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, devendo ser observada a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, do CTN. Vejamos: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação. 2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5). 3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida". (PEDILEF nº 201071520034660, Relator: Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU: 18/11/2011); "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REPETIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRECEDENTES DO STJ. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF NO JULGAMENTO DO RE N. 566.621. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09 DE JUNHO DE 2005. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. 1. A contribuição previdenciária sobre proventos dos servidores públicos inativos é tributo sujeito à lançamento de ofício, cujo prazo prescricional, conforme precedentes do STJ, é de cinco anos. 2. O STF, no julgamento do RE nº 566.621/RS, passou a entender que a redução do prazo prescricional trazida pela LC 118/2005 se aplica às ações ajuizadas após 09 de junho de 2005. 3. Em face desses dois argumentos, à repetição de contribuições previdenciárias sobre proventos de servidores públicos inativos incide a prescrição qüinqüenal. 4. Incidente conhecido e provido". (PEDILEF nº 200932007039962, Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU: 23/03/2012).

6. Confira-se, também, entendimento do STJ: "TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 168, INC. I, DO CTN. INAPLICABILIDADE DA TESE DOS CINCO MAIS CINCO. PRECEDENTE EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. 1. A contribuição previdenciária a cargo do servidor público não é tributo sujeito a lançamento por homologação, mas sim de ofício, porquanto efetuado sem sua a participação, mas apenas pelo órgão público. 2. Esta Corte, por meio de sua Primeira Seção, já se pronunciou, em recurso representativo da controvérsia, que o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, inc. I, do CTN (REsp 1086382/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 26.4.2010). 3. Recurso especial provido. (REsp nº 1216237. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. DJ: 17/02/2011); "CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE. SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO. PERÍODO ANTERIOR À EC 19/98. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 168, I, DO CTN. I - A natureza da relação outrora estabelecida entre o recorrente e a recorrida é tributária: trata-se de cobrança de contribuição de seguridade em face de servidor público em cargo em comissão, que foi abolida pela EC 19/98. II - É fato notório no serviço público que os descontos da contribuição previdenciária pública que incidem na remuneração do servidor são calculados e lançados diretamente em sua folha de pagamento pelo órgão de pessoal responsável. Assim, o citado procedimento configura lançamento de ofício e não por homologação. III - Nos termos do art. 150 do CTN, nos lançamentos por homologação, o contribuinte estipula a base de cálculo, faz incidir a alíquota que entende aplicável e antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, ao que não se subsume, portanto, a hipótese em tela. IV - Nesse panorama, o prazo prescricional a ser aplicado na presente hipótese é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. V - Recurso especial improvido". (REsp nº 949788. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Francisco Falcão. DJ: 07/10/2008).

7. No caso dos autos, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento consolidado da TNU, razão pela qual há que incidir a Questão de Ordem nº 13, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009799-13.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TANIA MARA MACHADO RODRIGUES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ENTENDIMENTO DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual deu parcial provimento ao recurso da União, reconhecendo a contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias de servidor público como sendo tributo sujeito a lançamento de ofício e, assim, declarando prescritas as parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Primeira Turma Recursal do Distrito Federal (autos nº 2006.34.00.914656-2), segundo a qual o referido tributo é sujeito a lançamento por homologação, de modo que o prazo prescricional deve ser de dez anos.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional e distribuídos a esta relatora.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Acerca da matéria em discussão, esta Turma Nacional já consolidou entendimento no sentido de que a exação discutida tratase de tributo sujeito a lançamento de ofício, devendo ser observada a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, do CTN. Vejamos: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação. 2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5). 3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida". (PEDILEF nº 201071520034660, Relator: Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU: 18/11/2011); "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REPETIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRECEDENTES DO STJ. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF NO JULGAMENTO DO RE N. 566.621. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09 DE JUNHO DE 2005. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. 1. A contribuição previdenciária sobre proventos dos servidores públicos inativos é tributo sujeito à lançamento de ofício, cujo prazo prescricional, conforme precedentes do STJ, é de cinco anos. 2. O STF, no julgamento do RE nº 566.621/RS, passou a entender que a redução do prazo prescricional trazida pela LC 118/2005 se aplica às ações ajuizadas após 09 de junho de 2005. 3. Em face desses dois argumentos, à repetição de contribuições previdenciárias sobre proventos de servidores públicos inativos incide a prescrição qüinqüenal. 4. Incidente conhecido e provido". (PEDILEF nº 200932007039962, Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU: 23/03/2012).

6. Confira-se, também, entendimento do STJ: "TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 168, INC. I, DO CTN. INAPLICABILIDADE DA TESE DOS CINCO MAIS CINCO. PRECEDENTE EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. 1. A contribuição previdenciária a cargo do servidor público não é tributo sujeito a lançamento por homologação, mas sim de ofício, porquanto efetuado sem sua a participação, mas apenas pelo órgão público. 2. Esta Corte, por meio de sua Primeira Seção, já se pronunciou, em recurso representativo da controvérsia, que o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, inc. I, do CTN (REsp 1086382/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 26.4.2010). 3. Recurso especial provido. (REsp nº 1216237. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. DJ: 17/02/2011); "CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE. SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO. PERÍODO ANTERIOR À EC 19/98. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QÜINQÜENAL. ART. 168, I, DO CTN. I - A natureza da relação outrora estabelecida entre o recorrente e a recorrida é tributária: trata-se de cobrança de contribuição de seguridade em face de servidor público em cargo em comissão, que foi abolida pela EC 19/98. II - É fato notório no serviço público que os descontos da contribuição previdenciária pública que incidem na remuneração do servidor são calculados e lançados diretamente em sua folha de pagamento pelo órgão de pessoal responsável. Assim, o citado procedimento configura lançamento de ofício e não por homologação. III - Nos termos do art. 150 do CTN, nos lançamentos por homologação, o contribuinte estipula a base de cálculo, faz incidir a alíquota que entende aplicável e antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, ao que não se subsume, portanto, a hipótese em tela. IV - Nesse panorama, o prazo prescricional a ser aplicado na presente hipótese é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. V - Recurso especial improvido". (REsp nº 949788. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Francisco Falcão. DJ: 07/10/2008).

7. No caso dos autos, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento consolidado da TNU, razão pela qual há que incidir a Questão de Ordem nº 13, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5013503-96.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SÔNIA FERNANDES CORRÊA
PROC./ADV.: MARIA IOLANDA PETTERS
OAB: SC 8.683
PROC./ADV.: INAURA ORZECHOWSKI
OAB: SC-5 171
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. DOENÇA PREEXISTENTE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INADMISSÍVEL. SÚMULA 42 TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Ação proposta em face do INSS com pedido de concessão de benefício de auxílio-doença cumulado com pedido de aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de improcedência mantida pela Turma Recursal de Santa Catarina pelos seus próprios fundamentos, com respaldo no artigo 46 da Lei 9.099/1995.

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001. Arguição, em síntese, de que faz jus ao benefício vindicado.

4. As instâncias ordinárias firmaram o entendimento pela perda da qualidade de segurado da parte autora, eis que voltou a verter contribuições ao sistema previdenciário como contribuinte individual, quando já acometida de enfermidade incapacitante, considerando a preexistência da doença em relação ao retorno.

5. Neste diapasão, não compete a Turma Nacional de Uniformização avaliar o conjunto fático-probatório no caso concreto. Compete a esta Corte, tão-somente, dirimir conflitos para pacificar entendimento sobre direito material.

6. Recurso com pretensão de rediscutir matéria fático-probatória. Inadmissível. Inteligência da Súmula n.º 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

7. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0529796-17.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - LOAS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. CONDIÇÕES JÁ ANALISADAS PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO. INCIDENTE AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte autora interpôs o presente incidente de uniformização para ver modificado o acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco, a qual negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de improcedência do pedido de beneficio assistencial pessoa portadora de incapacidade parcial. .

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, sob a alegação de que, uma vez constatada a incapacidade parcial da parte autora, as condições sociais devem ser analisadas.

3. Recurso que se nega provimento.

4. Da análise do aresto debatido vislumbro que a Turma Recursal de Pernambuco verificando que o autor é portador de incapacidade parcial, efetuou a análise das suas condições pessoais.

5. A Turma de origem considerou que o autor, a despeito de ter perdido a visão de um dos olhos, é relativamente jovem (39 anos de idade), com condições sociais e intelectuais para exercer atividades que não necessite de visão binocular.

6. Neste diapasão, não compete a Turma Nacional de Uniformização avaliar o conjunto fático-probatório no caso concreto. Compete a esta Corte, tão-somente, dirimir conflitos para pacificar entendimento sobre direito material.

7. Recurso com pretensão de rediscutir matéria fático-probatória. Inadmissível. Inteligência da Súmula n.º 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0503841-53.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA POR IDADE COM RECONHECIMENTO DE TEMPO RURAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INADMISSÍVEL. SÚMULA 42 TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Ação proposta em face do INSS, com pedido de benefício de aposentadoria por idade rural com reconhecimento de tempo laborado nas lides campesinas, julgada improcedente, cuja sentença foi confirmada pela Turma Recursal da Paraíba, sob o fundamento de que a parte autora não acostou qualquer documento hábil a comprovação da lide campesina.

2. Da análise fática, as instâncias ordinárias analisaram os documentos anexados e entenderam que não eram suficientes para caracterizar o início de prova material.

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, anexando paradigmas que entendem possível a utilização da certidão de casamento da parte autora, quando o cônjuge é agricultor. O recurso foi indeferido pelo Presidente da Turma de origem, mas a sua remessa foi permitida em virtude de agravo interposto pela parte autora.

4. No cotejo analítico entre o aresto debatido e os paradigmas não vislumbro a imprescindível similitude fático-jurídica.

5. No caso dos autos, a parte autora aduz que somente passou à atividade rural após o falecimento de seu marido, situação essa que não está contemplada nos paradigmas apresentados, qual seja, a possibilidade de ser estendida a condição de agricultor à autora após seu óbito.

6.A extensão da eficácia do conjunto probatório documental depende da sua conjugação com a prova testemunhal que corrobore seu conteúdo de forma convincente.

7. Portanto, houve análise dos documentos e dos demais elementos da prova, de modo que o Recurso tem nítida pretensão de rediscutir matéria fático-probatória. Inadmissível. Inteligência da Súmula n.º 42 da TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507460-65.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCONDES SOARES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE
OAB: CE-11873
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO QUANTO AO FATOR DE CONVERSÃO. APLICAÇÃO DA TABELA DE CONVERSÃO VIGENTE NA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Ação proposta em face do INSS com pedido de concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo comum em especial, pleiteando os períodos de 16/02/1972 a 16/01/1974 (ajudante de fundição), 20/08/1974 a 04/01/1975 (vendedor), 22/12/1975 a 27/10/1980 (motorista-vendedor), 01/12/1980 a 30/05/1983 (motorista), 06/06/1984 a 20/04/1995 (motorista rodoviário), 01/03/1986 a 30/03/1987 (motorista), 03/06/1988 a 28/07/1989 (motorista), 02/01/1990 a 04/03/1991 (motorista), 01/09/1992 a 16/03/1993 (motorista), 01/10/1993 a 12/03/2003 (motorista), 24/06/2003 a 08/11/2005 (motorista) e 02/03/2010 a 28/11/2007.

2. A sentença foi proferida no sentido de procedência do pedido, no entanto, a Turma Recursal do Ceará deu parcial provimento ao Recurso do INSS para aplicar o fator de conversão de 1,2 ao caso, sustentado que na hipótese de aposentadoria proporcional, o fator de conversão é 1,2 e não 1,4, reservado para o caso de aposentadoria integral.

3. Incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, sob o fundamento de que o acórdão não acompanha o entendimento da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça.

4. No cotejo analítico entre o aresto aventado e os paradigmas vislumbro similitude fático-jurídica. Dissenso jurisprudencial instaurado.

5. É entendimento mais recente adotado por esta Corte Uniformizadora é de que o fator de conversão deve ser apurado com base na legislação em vigor na data do requerimento da aposentadoria. Precedente da TNU ( Súmula n.º 55- PEDILEF 200871950073870 da relatoria do Juiz federal Rogério Moreira Alves; PEDILEF n.º 200651510039017, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 16 mar. 2009).

6. Nesta mesma linha, o STJ também firmou pacificou a questão, conforme julgado REsp n.º 1151363 MG, representativo de controvérsia, de Relatoria do Ministro Jorge Mussi, no qual a Terceira Seção daquela corte Superior pacificou entendimento consentâneo ao estabelecido pela Turma Recursal, no sentido de ser aplicável o fator de conversão de 1,4, independentemente do período em que foi prestado o serviço em condição especial" (STJ - 3.ª Seção, PET n.º 7209 SC, Rel. Min. Sebastião Reis Junior, DJE 4 ago. 2011; 3.ª Seção, REsp n.º 1151363 MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJE 5 abr. 2011, representativo de controvérsia - CPC, art. 543-C, § 1.º)

..7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização conhecer e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos do presente voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0001332-54.2011.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JOSEFA DE CASTRO PROCOPIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. DEFICIENTE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO. RENDA DO FILHO MAIOR DE 21 ANOS COMPUTADA NA RENDA FAMILIAR NA VIGÊNCIA DA LEI 8.742/1993. BENEFÍCIO DO AMPARO SOCIAL PERCEBIDO POR OUTRO FILHO COMPUTADO. EQUIDADE. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ESTATUTO DO IDOSO. MISERABILIDADE PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Ação proposta em face do INSS com pedido de concessão de benefício assistencial à deficiente.

2. Sentença de improcedência mantida pela Turma Recursal do Amazonas, ante a ausência do requisito objetivo do benefício pleiteado, qual seja, a miserabilidade, uma vez que a renda per capita apurada foi superior a ¼ do salário mínimo.

3. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência foi manejado pela parte autora com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. O Pedido foi acolhido ante a presença de seus requisitos de admissibilidade.

4. Insta salientar que o aresto aventado, ao avaliar o requisito econômico, considerou a renda da parte autora superior a ¼ do salário-mínimo, ponderando o salário recebido pelo filho maior de 21 anos e o benefício assistencial - deficiente percebido pela filha da parte autora.

5. A parte recorrente alega, em síntese, que o acórdão é divergente de precedentes da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Dissídio jurisprudencial instaurado. Similitude fática e jurídica amplamente demonstrada entre o acórdão e os paradigmas. Estes trouxeram à baila todas as situações abordadas no acórdão debatido.

6. Inicialmente abordarei sobre o benefício percebido pela filha da parte autora. Tal benefício assistencial não pode ser computado na renda mensal per capita da família, por aplicação analógica do artigo 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso. Para fins de concessão de benefício assistencial, o disposto no parágrafo único do art. 34, da Lei n.º10.741/2003 (Estatuto do Idoso) aplica-se, por analogia, para a exclusão de um benefício assistencial ou previdenciário, recebido por outro membro do grupo familiar, ainda que não seja idoso, o qual também fica excluído do grupo, para fins de cálculo da renda familiar per capita, por uma questão de equidade.

7. A posteriori, no que tange ao salário do filho computado na renda per capita da parte autora, algumas digressões a respeito. Na época do requerimento administrativo formulado pela requerente, o artigo 20, parágrafo 1º, da Lei 8.742/1993 estava em vigor com a redação dada pela Lei n.º 9.720/1998. Segundo a referida norma, entendia-se como família o conjunto de pessoas elencadas no artigo 16 da Lei 8.123/1991. O filho maior de 21 anos não podia ser considerado pra efeito de aferição de renda per capita mensal. Com a superveniência da Lei 12.435/2011, que entrou em vigor em 07/07/2011, o conceito de família alterou de modo significativo. Logo, a família é composta pelos filhos independente da idade, desde que sejam solteiros.

8. Destarte, à época do pedido, vigia a antiga redação da Lei 8.742/1993; assim, não há que se computar o salário do filho da parte autora na renda mensal per capita.

9. Neste jaez, a aferição da renda per capita da parte autora ser ou não superior a ¼ do salário mínimo, é entendimento esposado pela Turma Nacional de Uniformização e pelo Superior Tribunal de Justiça que, no caso concreto, o magistrado poderá se valer de outros meios para aferição da miserabilidade da parte autora, não sendo, desta feita um critério absoluto.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. LOAS. ASSISTÊNCIA SOCIAL. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO ECONÔMICA POR OUTROS MEIOS LEGÍTIMOS. VIABILIDADE. PRECEDENTES. PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Este Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o critério de aferição da renda mensal previsto no § 3.º do art. 20 da Lei n.º 8.742/93 deverá ser observado como um mínimo, não excluindo a possibilidade de o julgador, ao analisar o caso concreto, lançar mão de outros elementos probatórios que afirmem a condição de miserabilidade da parte e de sua família.

2. "A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo." (REsp 1.112.557/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 20/11/2009).

.....4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1394595/SP.AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

2011/0010708-7/ Relator(a) Ministro OG FERNANDES (1139)/ T6 - SEXTA TURMA/ Data do Julgamento 10/04/2012/ Data da Publicação/Fonte DJe 09/05/2012 )

10. Não obstante, o critério objetivo da miserabilidade de ¼ do salário mínimo, previsto pelo art. 20, §3º, da Lei 8742/1993, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, conforme RE 567985/MT, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013, RE 580963/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013 e Rcl 4374/PE, rel. Min. Gilmar Mendes, 18.4.2013 (Fonte: Informativo de Jurisprudência n° 702 - Brasília 15 a 19 de abril de 2013).

11. Incidente conhecido e parcialmente provido para reafirmar a tese de que o critério objetivo da miserabilidade pela renda per capita de ¼ do salário mínimo não é absoluto, tendo inclusive sua inconstitucionalidade declarada. Neste diapasão, a renda per capita do filho maior de 21 anos da parte autora não pode ser considerada no caso em tela antes da vigência da Lei 12.435/2011; bem como, o benefício assistencial percebido pela filha da autora não pode ser computado na renda mensal per capita, por aplicação analógica do artigo 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso. Anulação do acórdão proferido.

12. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem, para que examine os demais elementos de fato, proferindo decisão adequada ao entendimento uniformizado.

**ACÓRDÃO**

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, a fim de anular o acórdão da Turma Recursal de origem e determinar o retorno dos autos para que seja proferido novo julgamento, nos termos deste voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0501125-32.2005.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
OAB: CE-12235
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRO. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA PELAS INSTÂNCIAS INFERIORES. TEMA ALHEIO À CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DE QUESTÃO DE ORDEM N. 17. ACÓRDÃO ANULADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A parte autora ingressou com ação em face do INSS pleiteando a concessão do benefício de pensão por morte, mas a ação foi julgada improcedente sob o fundamento de que a parte autora não fazia jus à concessão de aposentadoria por idade.

2. O recurso inominado requereu a anulação da sentença de improcedência, mas esta foi mantida na íntegra pela Turma Recursal do Ceará, deixando aquele órgão julgador de enfrentar a questão da pensão por morte. A sentença e o acórdão não especificam os motivos da improcedência, limitando-se a lançar argumentos genéricos e repetitivos.

3. O Incidente de uniformização de jurisprudência foi manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

4. O Incidente não pode ser apreciado porque a tese jurídica pretendida pela autora não foi enfrentada pelas instâncias regulares, impedindo qualquer manifestação da Corte Colegiada.

5. Vislumbro da análise do presente processo que a parte autora acostou petição emendando a inicial para a correção do pedido (item544398-Outros) de pensão por morte e informando, igualmente, o erro de digitação.

6. Aplicação da Questão de Ordem n.º 17 - "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado. (Aprovada na 4ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 06 e 07.06.2005)."

7. Pedido de uniformização que não se conhece, com anulação de ofício do acórdão e consequente devolução dos autos à Turma Recursal de Origem, para que profira novo julgamento.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do pedido de uniformização e determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento da ação, nos termos deste voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0512501-30.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AMADEU ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO VERGASTADO E O PARADIGMA UTILIZADO PELO RECORRENTE. REEXAME MATÉRIA FÁTICA. TESE INOVADORA. NÃO CONHECIMENTO.

1. A parte autora interpõe incidente de uniformização em face do Acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco que confirmou a sentença de improcedência proferida nos autos em que o segurado pretende a concessão de benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Inconformada a parte alega divergência jurisprudencial porque outra seção judiciária reconheceu que o segurado portador de incapacidade parcial tem direito à concessão de benefício por incapacidade.

2. O julgamento deste processo foi adiado e a parte autora ingressou com embargos de declaração sob a alegação de que houve julgamento de matéria diversa à que se encontra tratada nos autos.

3. Embargos de declaração prejudicados, uma vez que sequer houve julgamento do pedido de uniformização.

4. Passo à apreciação da possibilidade de conhecimento do pedido de uniformização manejado pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001.

5. Assim fazendo, verifico que o incidente não supera a fase de seu conhecimento. No caso dos autos, a parte autora pretende que seja reconhecido como válida e correta a interpretação dada pela Turma Recursal de Tocantins ao pedido de segurado portador de incapacidade parcial. No caso dos autos, nãou houve enfrentamento da questão fática relativa a incapacidade parcial do autor. Não foi este o fundamento da improcedência da ação confirmada pela Turma Recursal de Pernambuco. O julgamento desfavorável se deu porque a parte autora não comprovou a existência de incapacidade para o trabalho, parcial ou total. O paradigma trata de concessão do benefício à segurado portador de incapacidade parcial. Tratam-se, pois, de situações fáticas distintas.

6. Mesmo que se admitisse que o laudo pericial tivesse mencionado que o autor é portador de doença que em tese causasse incapacidade parcial, de igual modo o presente incidente não poderia ser conhecido, eis que implicaria em reexame da matéria fática, o que é vedado a esta Corte Uniformizadora.

7. Acrescente-se, ainda, que a questão trazida para a uniformização, qual seja, a possibilidade de concessão do benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez quando o segurado é portador de incapacidade parcial, é tese inovadora, porque não foi submetida ou enfrentada pelas instâncias ordinárias. Aplicação da Questão de Ordem n.º 10.

8. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente incidente de uniformização, nos termos deste voto-ementa.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0018329-40.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SEBASTIÃO AUGUSTO RODRIGUES
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
OAB: SP 133.791
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL NÃO CONHECIDO. REVISÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. LABOR PENOSO RECONHECIDO EM LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA DO ACORDÃO AVENTADO E OS PARADIGIMAS ACOSTADOS. QUESTÃO DE ORDEM N.º 22. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO.

1. Embargos de declaração opostos pela parte autora em face do acórdão proferido por esta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do Incidente de Uniformização. Alegação de que há omissão de na fundamentação do julgado uma vez

2. Pedido de Uniformização não conhecido ante a ausência de similitude fático-jurídica entre o aresto debatido e os paradigmas acostados ao Incidente.

3. Embargos opostos no prazo previsto no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, com exclusiva finalidade de esgotar a atuação jurisdicional, esclarecendo ponto contraditório ou omisso no acórdão prolatado.

4. Omissão inexistente. O acórdão embargado decidiu a questão de forma clara e bem fundamentada, adotando uma linha de raciocínio razoável e coerente.

5. Embargos de Declaração conhecidos, e, no mérito, rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Decidem os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em REJEITAR os embargos de declaração opostos, com base no voto da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5004195-42.2011.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OLIVIA DO PRADO LIMA
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO
OAB: PR 28.799
PROC./ADV.: ANTONIO AUGUSTO SOBRINHO
OAB: PR-37327
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA IDADE RURAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL. NÃO PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS IDADE E CARÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpôs o presente incidente de uniformização nacional em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná que confirmou a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria por tempo rural, sob o fundamento de que a autora abandonou a lide rural anos antes de completar o requisito idade, conforme foi relatado pela própria parte em seu depoimento na justificação administrativa produzida pelo INSS.

2. O Incidente de uniformização de jurisprudência foi manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

3. O Incidente é tempestivo, porém não conhecido.

4. No cotejo analítico entre o acórdão aventado e os paradigmas infirmados vislumbro a falta de similitude fático-jurídica. Inteligência da Questão de Ordem n.º 22.

5. Os paradigmas acostados ao presente incidente tratam de situação completamente diversa do fundamento do acórdão discutido porque os acórdãos paradigmas enfrentam a possibilidade de extensão da eficácia da prova testemunha em relação à prova material, de modo que em nenhum momento debate a questão da possibilidade da concessão de benefício previdenciário da aposentadoria por idade rural a segurado especial que deixou a lide antes de completar a idade mínima, ou a possibilidade de não concomitância dos requisitos de carência e idade.

6. Desde modo, não vislumbro a imprescindível similitude fático-jurídica entre os paradigmas trazidos à baila pela parte autora e o mérito do acórdão vergastado.

7. Consoante tal questão, mesmo que fosse plausível a análise do pedido de uniformização, seu resultado, consequentemente, seria o improvimento haja vista que o aresto aventado está de acordo com o entendimento esposado por esta Turma Uniformizadora, eis que mister o preenchimento simultâneo dos requisitos idade e carência na aposentadoria por idade rural. Precedente PEDILEF 00004776020074036304 - Relatoria Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 21/06/2013, pág. 105/162.

8. Ante a ausência de similitude fático-jurídica, não conheço no presente incidente.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLAÚDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relatora

PROCESSO: 0503027-21.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO ALEXANDRE DE PONTES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. HORAS EXTRAS INCORPORADAS POR DECISÃO JUDICIAL. MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE CÁLCULO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, negando provimento ao seu recurso, reputou válido o ato administrativo que alterou a forma de cálculo das horas extras que foram incorporadas à sua remuneração por força de decisão judicial transitada em julgado em data anterior à edição da Lei 9.784/99. Alega, em suma, ter sido consumada a decadência administrativa, asseverando que o aresto impugnado contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça de que, caso o ato acoimado de ilegalidade tenha sido praticado antes da promulgação da Lei 9.784/99, tal como ocorreu no presente caso, a Administração tem o prazo de cinco anos a contar da vigência da aludida norma para anulá-lo; se executado em momento posterior, o prazo decadencial qüinqüenal da Administração terá início a partir de sua prática. Indicou como paradigmas o MS 9112/CE, o REsp 1.270.474/RN e o AgRg no REsp 1.270.252/RN.

2. Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. Os paradigmas apontados decidiram, em suma, que a possibilidade de revisão da forma de cálculo das horas extras incorporadas pelos servidores, por força de decisão judicial transitada em julgado em data anterior à edição da Lei 9.784/99, está fulminada pela decadência. Salientaram que o ato administrativo do Tribunal de Contas da União, decorrente do Acórdão 2.161/05, que determinou que o pagamento das horas extras fosse feito em valores nominais, ocorreu após o decurso do prazo decadencial de cinco anos contados da entrada em vigor da referida norma. Já o acórdão impugnado, a seu turno, afastou a decadência administrativa, fundamentando que a fluência do prazo se iniciou com a publicação da Lei 11.091/05, ou seja, em 13-1-2005, a qual foi responsável pela reestruturação da carreira do autor. Segundo a turma de origem, como a revisão administrativa ocorreu em 2008, antes de completados os cinco anos estabelecidos pela Lei 9.784/99, não há que se falar em decadência.

4. Para a identificação da divergência que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.

5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5032862-44.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDYS LUIZ PELICOLI ABATI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PARADIGMAS APONTADOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE FONTE ELETRÔNICA E NÚMERO DO PARADIGMA ERRADO. QUESTÃO DE ORDEM N. 3 DA TNU. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. EXCLUSÃO DO BOLSA-FAMÍLIA NO CÔMPUTO DA RENDA FAMILIAR. MATÉRIAS TAMBÉM NÃO DISCUTIDAS NA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. QUESTÃO DE ORDEM N. 10. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, reputou indevida a concessão do benefício assistencial. Alega o recorrente que: (i) os valores percebidos a título de bolsa-família e programas sociais não devem ser computados no cálculo da renda per capita familiar; (ii) a condição de miserabilidade pode ser aferida por outros meios de prova, além do critério objetivo do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93; e (iii) a incapacidade parcial e temporária não constitui óbice ao deferimento do benefício de prestação continuada, quando verificada a condição de vida da parte e dificuldade de retorno ao mercado de trabalho. Indicou como paradigmas os seguintes arestos: recurso n. 408613820064013, da 1ª Turma Recursal do Distrito Federal; Pedilef 2007.70.50.01.4189-4; Pedilef 2006.83.035.01397-9; Pedilef 2007.70.50.01.0865-9; Súmula 29 da TNU; recurso n. 222918720094013, da 1ª Turma Recursal de Goiás; recursos n. 224335320074013 e 223884920074013, ambos oriundos da 1ª Turma Recursal de Mato Grosso.

2. Não há de se conhecer do incidente de uniformização. A uma, porque falta similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados oriundos desta Turma, no que tange ao requisito incapacidade. A duas, porque com relação aos arestos de n. 408613820064013, de n. 222918720094013, de n. 224335320074013 e de n. 223884920074013, cuja numeração dos autos, por sinal, encontra-se incorreta, provenientes das Turmas Recursais do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, que tratam da exclusão do bolsa-família no cômputo da renda mensal familiar e da possibilidade de concessão do benefício assistencial no caso de incapacidade parcial e temporária, não há a indicação da fonte eletrônica. Fazendo-se consulta pelo número não foi possível encontrá-los. Aplicação da Questão de Ordem n. 3, alterada, recentemente, em 13-11-2013, com a seguinte redação: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade."

3. Cumpre ressaltar, ainda, que a matéria atinente à desconsideração ou não dos programas sociais no cálculo da renda per capita familiar, para fins de concessão de benefício assistencial, não foi debatida pela turma de origem, não tendo sequer havido a interposição de embargos declaratórios para sanar a omissão, o que atrai a incidência também da Questão de Ordem n. 10 desta Turma.

4. Quanto aos Pedilef de n. 2006.83.035.01397-9 e de n. 2007.70.50.010865-9, paradigmas também apresentados pelo recorrente, oriundos desta Turma, frisa-se, mais uma vez, a ausência de similitude fático-jurídica que possibilita a almejada uniformização de jurisprudência. No primeiro acórdão, constata-se que, para a concessão do benefício assistencial, além da avaliação médica, foram considerados os aspectos pessoais da parte autora, tendo o julgador concluído pela incapacidade total para o labor. O segundo julgado, por sua vez, embora tenha admitido a transitoriedade da incapacidade, consignou expressamente que o benefício em questão só seria concedido se averiguada à ocorrência da incapacidade total. Ou seja, em ambos os arestos, seja do ponto de vista médico ou jurídico, a incapacidade total afigurou como uma das condicionantes para a obtenção do benefício assistencial, o que não se verifica no caso dos autos.

5. Ainda com relação à aferição da incapacidade laborativa com base na análise das condições pessoais do recorrente, é importante ressaltar que tal questão não foi abordada, em nenhum momento, pela turma de origem, não tendo sido sequer objeto de recurso inominado e nem houve a interposição de embargos declaratórios, o que atrai a incidência da Questão de Ordem n. 10 da TNU.

6. Por fim, no que diz respeito à possibilidade de constatação da miserabilidade por outros meios de prova, questão esta retratada pelo Pedilef 2007.70.50.01.4189-4, também indicado como paradigma, fica prejudicada sua análise, em face da inadmissão do incidente quanto ao requisito incapacidade.

7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

8. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004537-21.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRÉ FELIPE MALUCHE
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE
OAB: PR-51 678
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO FINANCEIRO DURANTE O CURSO DE FORMAÇÃO. POLICIAL FEDERAL. PAGAMENTO POR SUBSÍDIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A União pretende a modificação do acórdão que, negando provimento ao seu recurso, julgou devido o pagamento de diferenças pecuniárias relativas ao auxílio financeiro recebido durante curso de formação de policial federal. Alega que o Decreto-Lei 2.179/84 estabeleceu o vencimento como base de cálculo do auxílio financeiro, não podendo ser aplicado ao subsídio previsto na Lei 11.358/06. Indicou o acórdão paradigma proferido no REsp 1.195.611/DF.

2. O acórdão recorrido decidiu que deve ser aplicado o Decreto-Lei 2.179/84 em detrimento da Lei 9.624/98, por ter aquele caráter especial em relação a esse. Ocorre que o decreto-lei prevê o pagamento do auxílio financeiro no valor equivalente a 80% sobre o vencimento básico durante o curso de formação da polícia federal, enquanto que a lei estipula o pagamento do percentual de 50% da remuneração inicial durante o curso de formação de cargo da Administração Pública Federal. Assim, entendeu que o auxílio financeiro é devido no montante de 80% sobre o vencimento básico até o início da vigência da Lei 11.358/06, em 30-6-2006, que instituiu o pagamento por subsídio aos policiais federais, e a partir daí em 80% sobre o valor do subsídio. Concluiu que, no caso concreto, a parte autora fez o curso de formação após a edição da Lei 11.358/06, fixando o valor do auxílio financeiro em 80% sobre o valor do subsídio.

3. Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. No acórdão paradigma, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, decidiu-se que, por força do princípio da especialidade, aplica-se o Decreto-Lei 2.179/84, devendo o auxílio financeiro ser pago no percentual de 80% sobre o vencimento básico. Entretanto, no recurso especial em questão, o curso de formação ocorreu em 2005, antes da Lei 11.358/06 que estabeleceu o pagamento por subsídio aos policiais federais. Por óbvio, aquela Corte não se pronunciou sobre a possibilidade da base de cálculo do auxílio financeiro ser o subsídio, mesmo porque não era essa a forma de pagamento dos policiais federais à época do curso de formação em questão. Não é possível uniformizar a jurisprudência se o acórdão paradigma não tratou da tese jurídica que se busca prevalecer.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002903-58.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NOVELCI SANTOS GOULART
PROC./ADV.: JAMILE DOS SANTOS
OAB: RS-74255
PROC./ADV.: DULCE MARIA FÁVERO
OAB: RS-44 190
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO NOS MESES DE DEFLAÇÃO. INCIDÊNCIA DE ÍNDICES NEGATIVOS. PARADIGMAS QUE NÃO MAIS REFLETEM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. O recorrente pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, julgou improcedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de seu benefício previdenciário, para a correção monetária dos salários-de-contribuição, nos meses em que se registrou a deflação. Alegou que a correção monetária teria a finalidade de recompor a desvalorização da moeda, não podendo ser utilizada para diminuir o valor principal, o que afastaria a incidência de índices negativos na atualização do salário-de-contribuição. Requereu, ao final, a reposição nos meses de maio de 2004, abril de 2006, abril de 2007 e janeiro de 2011. Citou como paradigmas o AgRg no REsp 1.146.154/RS, o REsp 1.144.656/RS e o AgRg no REsp 1.142.014/RS.

2. O pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.265.580/RS, relator o Sr. Ministro Teori Zavascki (DJe de 18-4-2012), modificou a compreensão então vigente, passando a adotar o entendimento segundo o qual, desde que preservado o valor nominal do montante principal, é possível a aplicação de índice inflacionário negativo sobre a correção monetária de débitos previdenciários, porquanto os índices deflacionados acabam se compensando com supervenientes índices positivos de inflação.

3. Dessa forma, os acórdãos paradigmas invocados pelo recorrente não refletem mais o entendimento dominante daquela Corte, razão pela qual o incidente não deve ser conhecido, por não ter sido caracterizada a divergência de entendimentos da questão jurídica.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010084-40.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO LUDOVICO MOREIRA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA DE SOUZA MIZIARA
OAB: SP-21242
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE RENÚNCIA AO EXCEDENTE AO EQUIVALENTE A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS AO TEMPO DO AJUIZAMENTO. FALTA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ARESTOS APONTADOS COMO PARADIGMAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou parcialmente procedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Alega que a decisão combatida contraria a jurisprudência das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e deste Colegiado, que entendem que a condenação em atrasados no juizado pode superar os sessenta salários mínimos, sendo a renúncia uma faculdade da parte, e não uma imposição. O requerente, que em nenhum momento renunciou ao excedente de sessenta salários mínimos, pretende, agora, que sua execução possa se dar no âmbito do juizado, sem qualquer limitação, nem no momento do ajuizamento. Indicou como paradigmas os autos de n. 2005.63.02.014387-7, da 2ª Turma Recursal de São Paulo, o Pedilef 2007.33.0070.7657-1, a AC 2006.01.99.0077728, julgada pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o processo de n. 2007.63.02.002736-9, da 5ª Turma Recursal de São Paulo. Além disso, a Súmula 17 da TNU e os Enunciados 10 e 20 das Turmas Recursais dos Juizados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

2. O pedido de uniformização não merece ser conhecido. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Assim, a divergência com julgado oriundo tanto de turmas recursais da mesma região (autos de n. 2005.63.02.014387-7, de n. 2007.63.02.002736-9 e o Enunciado n. 20) quanto de tribunais regionais federais (AC 2006.01.99.0077728) não se prestam a pedido nacional de uniformização, por ausência de previsão legal.

3. No que tange ao aresto remanescente (Pedilef 2007.33.00707657-1), é de se perceber que ele não guarda correspondência com o caso específico dos autos. No paradigma, decidiu-se que a limitação, após o trânsito em julgado, do valor do título executivo ao limite de sessenta salários mínimos à data do ajuizamento da ação, implica, por via transversa, o reconhecimento de renúncia tácita, que é incabível no juizado. Já nestes autos, a situação é diferente, já que o corte de alçada foi feito em sede recursal, não tendo o acórdão ainda transitado em julgado.

4. De igual modo não há similitude fática e jurídica entre a decisão impugnada e os enunciados invocados. Conforme restou consignado no Pedilef 0087449520054036302 (DJ 12-6-2013), de relatoria do Sr. Juiz Flores da Cunha, que versa sobre o mesmo assunto, a leitura atenta do precedente que deu origem ao texto da Súmula 17 da TNU, cujo teor é idêntico ao do Enunciado 10 da Turma Recursal do Rio de Janeiro, demonstra que a situação ali enfrentada difere do presente feito. No caso, há decisão judicial favorável ao recorrente proferida pela turma de origem, ainda não transitada em julgado, que ressalvou o valor de alçada ao limite de sessenta salários mínimos, ao tempo do ajuizamento da ação. Já naquele caso, a parte tivera sentença e acórdão extintivos do processo, porquanto esperava que se pudesse presumir a sua renúncia tácita, que vinha lhe sendo exigida expressamente.

5. Conforme bem pontuou o ilustre Relator do incidente supracitado: "[...] O que se consolidou não foi a possibilidade do autor da demanda não renunciar ao excedente e, ao fim arguir, maliciosamente, a ausência de sua renúncia para tudo receber, sem qualquer desconto, até mesmo porque estamos tratando de questão de competência absoluta do juizado. Há julgados da TNU, outros, não apresentados pelo requerente, defendendo que essa questão preclui, mas com o trânsito em julgado, quando a parte ré da demanda não argui a incompetência. Porém, vê-se que nesse caso a decisão judicial favorável ao ora requerente ainda não transitou em julgado, portanto, deve apresentar sua renúncia na forma do disposto no acórdão da TR-SJSP, ou ver aquela se tornar ineficaz pela incompetência absoluta dos Juízos processantes e julgadores de sua demanda. Aqui, como não houve similitude fática e jurídica de sua causa com aquela do paradigma da Súmula 17 da TNU, voto pela aplicação da Questão de Ordem 22 [...]".

6. Para a identificação da divergência que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.

7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

8. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0287894-47.2005.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANNA MAZZEI MONTIBELLER
PROC./ADV.: CÁTIA CRISTINE ANDRADE ALVES
OAB: MG-101438
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. CADERNETAS DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. JUROS REMUNERATÓRIOS: TERMO FINAL. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. FALTA DE PRESSUPOSTO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão para que os juros remuneratórios sejam devidos até o efetivo pagamento. Alega, em suma, que o acórdão impugnado, o qual limitou a incidência dos referidos juros até a citação, divergiria da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é possível cumular os juros remuneratórios com os juros moratórios. Cita como paradigmas o AgRg no AI 780.657/PR, REsp 466.732/SP e o REsp 582.108/RS.

2. A possibilidade ou não de cumulação dos juros remuneratórios com os juros de mora, ponto suscitado neste incidente, é matéria que deveria ter sido debatida pela turma de origem, o que não ocorreu no caso. Por outro lado, é de se ver que a autora não cuidou de interpor embargos declaratórios para sanar a referida omissão. Somente após o debate da questão pelo órgão jurisdicional de origem é possível saber qual seu entendimento para que possa ser uniformizada a jurisprudência nesta instância.

3. Incidência, no caso, portanto, da Questão de Ordem n. 10 desta Turma, segundo a qual: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505001-21.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
OAB: SE 354-B
REQUERIDO(A): HIRAN CATUINO AZEVEDO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. CORREIOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EXTRAVIO DE MERCADORIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, mantendo os fundamentos da sentença, reputou devido o pagamento de indenização por danos materiais e morais, em razão do extravio de encomenda. Alega a recorrente, em suma, que o aresto impugnado contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como de outras turmas recursais, que entendem ser necessária a comprovação do conteúdo da correspondência para aferição do dano, ainda que seja objetiva sua responsabilidade civil. Sustenta também que o simples inadimplemento do contrato não enseja o pagamento de danos morais.

2. Inicialmente, cumpre ressaltar que acórdãos de tribunais regionais federais não se prestam a demonstrar a divergência no caso, por expressa exclusão do caput do art. 14 da Lei 10.259/01, que se refere a turmas recursais, próprias do sistema de juizados.

3. A desconstituição do entendimento da turma recursal de origem passa obrigatoriamente pelo reexame da matéria fática. No caso em exame, tanto o juiz sentenciante quanto o órgão colegiado entenderam que os danos materiais e morais sofridos pelo autor foram efetivamente comprovados. É interessante consignar que a turma de origem, com base nos elementos de convicção dos autos, reconheceu que os dois relógios comprados pelo requerente no site e-bay, estavam sob os cuidados da ECT quando foram extraviados. Considerou, ainda, que a ineficiência na entrega da mercadoria encomendada também acarretou prejuízo moral ao recorrido.

4. A alteração das conclusões adotadas pelo órgão de origem, tal como posta a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em incidente de uniformização, conforme o óbice previsto na Súmula 42: não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5000769-52.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEOCILDE DE CONTO PAGNONCELLI
PROC./ADV.: AVELINO BELTRAME
OAB: RS-17141
PROC./ADV.: VOLNEI PERUZZO
OAB: RS-77 790
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE EM RELAÇÃO AO FILHO. PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 18 DA TNU. PRETENSÃO QUE ENVOLVE O REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, reformando os termos da sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de não ter sido demonstrada a existência de dependência econômica entre mãe e filho. Alega, em suma, que a decisão combatida contraria o entendimento desta Turma e do Superior Tribunal de Justiça que entendem ser desnecessário o início de prova material para comprovação da dependência econômica dos pais em relação aos filhos falecidos.

2. No caso em exame, o acórdão recorrido, fazendo um cotejo dos elementos constantes nos autos, reputou indevida a concessão da pensão por morte, não só em razão de a prova ter sido eminentemente testemunhal, mas por entender não ter sido demonstrada a relação de dependência econômica entre a autora e seu filho. A turma de origem consignou que a recorrente, na época do óbito do de cujus, também convivia com companheiro economicamente ativo que, por sinal, segundo consta no CNIS, apresentava salários-de-contribuição superiores ao do ex-segurado. O órgão inferior também ressaltou o fato de a autora ter voltado a exercer atividade remunerada, desempenhando a função de faxineira depois do falecimento de seu filho.

3. Nos termos da Questão de Ordem n. 18 da Turma Nacional de Uniformização, o pedido de uniformização deve abranger todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de esta ser mantida quando o fundamento remanescente for suficiente para isso. O acórdão recorrido, repita-se, declinou um segundo motivo para o indeferimento do benefício previdenciário, o qual não foi abordado pelo recurso e que é suficiente para manutenção do julgado.

4. Ademais, rever o entendimento declinado pela turma de origem, importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.

5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003644-75.2009.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GIUSEPPE BARRESE
PROC./ADV.: NILTON MORENO
OAB: SP 175057
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CORREÇÃO DO MENOR VALOR TETO PELO INPC. RECONHECIMENTO DA DECADÊNCIA. RECURSO QUE VEICULA RAZÕES DISSOCIADAS DA DECISÃO COMBATIDA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, declarou a decadência do direito de revisão de seu benefício previdenciário. Alega, em suma, que a decisão impugnada divergiria da jurisprudência da Turma Recursal do Espírito Santo e do Superior Tribunal de Justiça, que entendem que o INPC deve ser aplicado como fator de correção monetária do menor valor-teto.

2. O incidente manejado veicula razões dissociadas da decisão combatida. No caso, a sentença, posteriormente confirmada pela turma recursal, declarou extinto o processo, com resolução de mérito, por entender que o direito de revisão do autor foi afetado pela decadência, tendo sido consignado o fato de o seu benefício previdenciário ter sido concedido antes da edição da Lei 9.711/98.

3. Conclui-se, assim, que o motivo que levou ao indeferimento do pedido, ao contrário do que assevera o recorrente, diverge das razões apresentadas neste incidente. O recurso se ressente de pressuposto extrínseco de admissibilidade, qual seja, a regularidade formal.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente, nos termos do voto do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505850-96.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: DALVA SILVA DE PAULA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NAT. RENOVÁVEIS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. FALTA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ARESTOS APONTADOS COMO PARADIGMAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, negando provimento a seu recurso inominado, reputou indevido o pagamento do reajuste de 28,86%. Alega o recorrente, em suma, que a decisão impugnada divergiria da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual (i) os servidores públicos civis têm direito ao reajuste de 28,86% em seus vencimentos por força das Leis 8.622/93 e 8.627/93, sendo vedada sua compensação com os valores recebidos a título de progressão funcional; e que (ii) apenas os aumentos concedidos pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93 podem ser deduzidos do índice de 28,86%. Aponta como paradigmas o AgRg no REsp 1349178/PR e o AgRg no REsp 1115256/AL.

2. Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. Os paradigmas apontados trataram da compensação do reajuste de 28,86% com eventuais aumentos posteriores ao advento das Leis 8.622/93 e 8.627/93, concedidos a tal título, afirmando, ainda, que outras vantagens obtidas, como as de caráter pessoal e a progressão funcional, não poderiam ser deduzidas do índice de 28,86%. Já o acórdão impugnado, a seu turno, não tratou de compensação ou dedução. Entendeu a turma de origem que o aumento referenciado já teria sido integralmente absorvido pela reestruturação remuneratória estabelecida pelas Leis 11.091/05 e 11.784/08.

3. Para a identificação da divergência, que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505571-68.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MIRAFRAN TORRES DE ANDREADE
PROC./ADV.: SANCHA MARIA F.C.R. ALENCAR
OAB: PB-13237
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA 1.704/98. AÇÃO AJUIZADA APÓS 30-6-2003. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, declarou a prescrição do direito à incorporação das diferenças de 28,86%. Sustenta o recorrente, em suma, que a decisão combatida divergiria da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual se deve aplicar a Súmula 85 da referida Corte, para as ações intentadas após 30-6-2003. O incidente foi admitido na origem.

2. Com razão o autor. A 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de recurso especial repetitivo (REsp 990.284/RS, DJ 26-11-2008), firmou entendimento de que a edição da Medida Provisória 1.704/98 implicou renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30-6-2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após tal data, aplica-se o enunciado da Súmula 85 da Corte.

3. No caso, tendo sido a demanda ajuizada em 2011, posteriormente a 30-6-2003, resta evidente que deve ser aplicado o teor da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, impondo-se, dessa forma, o afastamento da prescrição do fundo de direito.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Incidente parcialmente provido para anular o acórdão e a sentença, uma vez que nem citação houve, com o afastamento da prescrição do fundo de direito. Fica determinado o retorno dos autos à vara de origem para apreciação do pedido formulado pelo autor.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012500-08.2010.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA BARBOZA RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. ACÓRDÃO QUE RECONHECE A INCAPACIDADE LABORATIVA COM BASE EM CONDIÇÕES PESSOAIS. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 35. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que reformou a sentença de improcedência e reconheceu a existência de incapacidade laborativa, concedendo o benefício de auxílio-doença a partir da data do ajuizamento da ação, analisando a incapacidade da autora nos seguintes termos: Com relação à incapacidade laborativa, a autora possui lesão física que diminui a sua capacidade para os trabalhos braçais, fatura da vértebra L3 (3ª lombar) consolidada, havendo incapacidade para serviços braçais, e incapacidade parcial para movimentos de baixar o tronco e levantar ou carregar pesos. Nesse passo, considerando a limitação decorrente da patologia, a atividade exercida, a ausência de qualificação e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, conclui-se que a autora faz jus ao benefício de auxílio-doença a partir da data do ajuizamento da ação".

2. Sustenta a autarquia recorrente que a decisão desta Turma diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois diversamente dos acórdãos paradigmas afastou indevidamente o laudo pericial para concluir pela incapacidade da parte autora. Refere que a decisão atacada ateve-se unicamente a questões de ordem social, desconsiderando o resultado da perícia. Manifesta, ainda, contrariedade em relação a data fixada como marco para implantação do benefício consignada no acórdão recorrido, sustentando que de acordo com paradigma oriundo do Superior Tribunal de Justiça, a data de início do benefício deve corresponder à data da juntada do laudo pericial uma vez que não foi possível determinar, por meio da prova pericial, o exato momento do início da suposta incapacidade.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. O acórdão recorrido julgou procedente o pedido inicial com base no cotejo do arcabouço probatório constante dos autos. O que sobressai do incidente é justamente a irresignação da parte recorrente com a avaliação dada pela Turma Recursal a esse conjunto de provas. Todavia, o pretendido reexame da matéria de fato é vedado na via recursal eleita por força da Súmula 42/TNU.

4.1 Ressalto que o acórdão está em conformidade com o entendimento consolidado por esta Turma no que diz respeito à análise das condições pessoais do segurado para fins de concessão dos benefícios por incapacidade. Precedentes: PEDILEF 201071670009128, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DJ 26/10/2012 e PEDILEF 200563020105967, Rel.; Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012.

5. De outra parte, não merece ser conhecido o incidente no que tange à suposta contrariedade do julgado recorrido à jurisprudência do STJ quanto ao termo inicial do benefício, por ausência de prequestionamento.

5.1. O entendimento da TNU é no sentido de que: "Tal como se dá nos recursos especial e extraordinário, o Pedido de Uniformização de Jurisprudência submete-se à exigência do prequestionamento. É que a ausência de exame, pela decisão impugnada, da legislação federal que se pretende ver interpretada no pedido de uniformização impossibilita a própria caracterização da contrariedade da decisão frente à jurisprudência do STJ ou a divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, pressupostos para a admissibilidade do incidente. Inteligência da Questão de Ordem nº 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido. (PEDILEF 200472950029336, DJU 06/07/2005).

5.2. De acordo com a Questão de Ordem 35 desta TNU: O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado. No caso dos autos, a autarquia não cuidou de interpor os devidos aclaratórios para fins de prequestionamento.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.39.01.711703-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA LIMA DA COSTA
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
OAB: PA-12651
PROC./ADV.: NYUARA NUNES CORTEZ
OAB: PA-13014
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA DE PROVAS. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que confirmou sentença de improcedência de pedido de aposentadoria por idade rural.

1.1 Restou consignada na Súmula de Julgamento do acórdão recorrido que em voto oral proferido pelo Juiz Relator: ressaltou-se que a comprovação do exercício da atividade rural satisfaz-se com o simples início de prova material, consistente em prova documental idônea, o que não restou caracterizado nos autos. No caso, a parte autora juntou espelho eleitoral constando revisão em 2008. Os demais documentos estão em nome de terceiros não integrantes do grupo familiar ou são mera declaração, portanto, inservíveis para comprovação da atividade rurícola. Asseverou-se que inexistindo início de prova material a corroborar a prova testemunhal produzida em audiência, não há como reconhecer o direito da parte autora à concessão da aposentadoria rural por idade, uma vez que vedada sua concessão fundamentada somente em prova testemunhal.

2. Argumenta a recorrente que o acórdão contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da admissibilidade de documentos, como certidão de cartório eleitoral, como início de prova material e cita como paradigmas AgRg no REsp 111880-3, Quinta Turma, DJe 26/10/2009; AgRg no REsp 939.191/SC, Sexta Turma, Dje 07/04/2008 e AR 3.3447/CE, Terceira Seção, DJe 25/06/2007.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Não há similitude fático-jurídica entre os acórdãos invocados como paradigmas e o acórdão recorrido. Os acórdãos paradigmas colacionam jurisprudência oriunda do STJ, aduzindo em linhas gerais, que o título eleitoral no qual consta a qualificação de agricultor, representa início razoável de prova material, bem como, que não se faz necessária a produção de prova material para todo o período de carência, desde que seja possível sua aferição por prova testemunhal. Todavia, o acórdão recorrido não desconsiderou a certidão eleitoral acostada, somente relativizou a força probante de tal documento em decorrência da alteração da ficha cadastral no mesmo ano em que formulado o requerimento administrativo de benefício. Também não há referência no acórdão acerca de necessidade de início de prova para todo o período de carência.

5. De outra parte, extrai-se do incidente de uniformização que a pretensão da parte recorrente - reapreciação dos documentos carreados ao processo - envolve reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula n. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

6. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0000067-65.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: FRANCISCA PEREIRA DE MORAES
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
OAB: PA-12651
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO . AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INICIAL INDEFERIDA.

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte autora contra ato de Ministro do STJ que, na qualidade de Presidente da Turma Nacional de Uniformização, não admitiu Incidente de Uniformização por ela interposto, com base na Súmula n° 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e na Questão de Ordem n° 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.").

2. Nos termos do art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

3. Ainda, conforme previsto no §1º do art. 7º do Regimento Interno desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional é irrecorrível. Assim, em tese, apenas cabe mandado de segurança quando a decisão do Presidente deste Colegiado apontada como ato coator se revelar teratológica ou materializar negativa de prestação jurisdicional, o que não se verifica no caso dos autos. Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.

4. Com efeito, o acórdão atacado no incidente de uniformização considerou que não foram cumpridos os requisitos necessários para concessão de benefício de aposentadoria por idade rural. Sustenta a impetrante que o entendimento firmado no julgado recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os documentos apresentados são suficientes para se demonstrar início de prova material. Entendeu o Ministro que a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos, o que é vedado pela Súmula n° 42/TNU, não havendo teratologia ou negativa de prestação jurisdicional a justificar o trânsito do mandado de segurança.

5. Petição inicial indeferida. Sem custas nem condenação em honorários advocatícios.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização indeferir a petição inicial, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505784-71.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ TOMÁS SOARES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SíNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA-AIDS NECESSIDADE DA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E PESSOAIS PARA A CONSTATAÇÃO DA INCAPACIDADE. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Pretende o autor-recorrente obter a reforma de acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de concessão de auxílio-doença/ aposentadoria por invalidez, sob o entendimento de que, em que pese o autor seja portador do vírus HIV, o laudo médico atestou a inexistência de sinais de comprometimento de seu estado clínico geral, sendo, por este motivo, capaz para o trabalho.

2. Sustenta o recorrente que a análise do caso concreto não deve se limitar ao laudo pericial, mas também à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e ao pleno acesso às oportunidades de emprego e convívio social. Apresenta como paradigmas julgados desta Turma Nacional de Uniformização e da Turma Recursal de Tocantins.

3. O incidente merece ser conhecido, pois configurada divergência entre o acórdão recorrido e o entendimento exposto pela Turma Nacional de Uniformização no PU 2007.83.00.505258-6, Rel. Juíza Federal Maria Divina Vitória, julgado em 18.12.2008.

4. Neste aspecto, de fato, o acórdão impugnado está em desacordo com o entendimento desta Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que os portadores do vírus da AIDS, mesmo que assintomáticos, devem ter sua incapacidade aferida também com base nas condições pessoais, sociais e econômicas, visto tratar-se de doença estigmatizante. Precedentes: PEDILEF 00212758020094036301, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, pub DOU 21/06/2013; PEDILEF 200972500009464, Rel. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, pub. DOU 08/03/2013; PEDILEF 50108579720124047001, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, pub. DJ 26/10/2012 e PEDILEF 200563011070666, Rel. Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, pub. DOU 01/06/2012.

5. Pedido de Uniformização parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento, com a devida análise de tais fatores.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0506596-55.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ROSE MARY DE OLIVEIRA RADTKE
PROC./ADV.: ALLAN VALERRY NUNES COSTA
OAB: -
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16,§ 4º, DA LEI 8213/91. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização no qual a autora-recorrente pretende a modificação do acórdão que, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, reputou indevido o pagamento de pensão por morte a filho maior que ficou inválido após vida laboral ativa, passando a perceber aposentadoria por invalidez. De acordo com o julgado: "No presente caso, o genitor da autora faleceu em 2003, quando tinha 79 (setenta e nove) anos de idade, era aposentado e recebia pouco mais que um salário mínimo, enquanto que a autora recebe a aposentadoria por invalidez desde 1986, no valor de 1 (um) salário mínimo. Diante de tais fatos, revela-se pouco provável, em virtude da idade do genitor da autora e do valor de seu benefício, que a requerente fosse dependente economicamente de seu pai ".

2. Alega a requerente que o único requisito a ser comprovado em caso de concessão de benefício de pensão por morte a filho maior inválido é que a incapacidade seja preexistente ao óbito, sendo desnecessária, portanto, a demonstração de dependência econômica. Sustenta que o acórdão diverge da jurisprudência firmada no âmbitos desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200771950120521) e julgados do Superior Tribunal de Justiça (AGRG no AG 14271186 e REsp 809208/RS, oriundos da 1ª e 8ª Turmas, respectivamente).

3. Presentes os requisitos de admissibilidade do recurso, considerando a sua tempestividade e a demonstração de existência de decisões divergentes entre a Turma Recursal de Sergipe e julgados desta Turma Nacional de Uniformização e STJ (artigo 14, §2º da Lei 10.259/2001).

4. A discussão posta nesta causa diz respeito ao alcance da presunção a que se refere o § 4º do art. 16 da Lei 8.213/91. Diz a norma que a dependência econômica do cônjuge, companheiro, filho menor de 21 anos ou maior inválido ou ainda que tenha deficiência intelectual ou mental em relação ao segurado instituidor da pensão é presumida. Essa presunção só pode ser a presunção simples, relativa, já que não qualificada pela lei. Não tendo caráter absoluto, é possível, seja derrubada a mencionada presunção relativa da dependência econômica. Tal contexto efetivamente ocorreu no julgado recorrido.

5. A tese defendida pelo acórdão encontra-se em total consonância com recente posicionamento firmado no âmbito desta Turma Nacional de Uniformização (precedente PEDILEF 0500518.97.2011.4.05.8300, relator Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, pub. DJ 06.12.2013 ).

6. Nos termos da Questão de Ordem nº. 13: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

7. Pedido de uniformização não provido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer o incidente de uniformização e negar-lhe provimento, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0512896-39.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MANOEL JOAQUIM DA SÍLVA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL INTEGRANTE DA CARREIRA DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO QUADRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. REMUNERAÇÃO. REVISÃO GERAL DE 28,86%. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. REEXAME DE PROVAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor em face de acórdão que manteve sentença de improcedência, sob o fundamento de que as reestruturações remuneratórias das carreiras do Poder Executivo Federal, realizadas pelas Leis nºs 11.091/2005 e 11.784/2008, com fixação de novas tabelas de vencimentos, trouxeram vantagens que absorveram integralmente o índice de 28,86%. Nada há pois a ser incorporado à remuneração da autora.

2. Argumenta o recorrente que incorreu em equívoco o julgado, pois baseado em cálculo apresentado pela AGU, o qual embutiu as progressões funcionais do servidor para concluir que houve absorção do percentual de 28,86% pelas Leis 11.091/2005 e 11.784/2008. Sustenta, ainda, ser firme a jurisprudência do STJ no sentido somente seria devida a compensação de reajustes instituídos pelas Leis 8.662/93 e 8.627/93. Aponta como paradigmas julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1349178/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 01/03/2013; AgRg no REsp 1115256/AL, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJ3 03/08/2011 e MS 12230/DF, Terceira Seção, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 02/08/2010).

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido.

4. Em relação ao pleito relacionado ao cômputo das progressões funcionais para avaliação de eventual absorção do índice de 28,86% por reajustes instituídos por legislações posteriores, não há divergência jurisprudencial apta a ensejar o trânsito do incidente de uniformização.

4.1 A uma, porque o acórdão recorrido expressamente afastou essa possibilidade, conforme se extrai de trecho de sua ementa: "A disciplina da matéria, via Portaria nº 2.179/98, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), não é idônea, vez que determinou que os aumentos vencimentais decorrentes de progressões funcionais individuais fossem deduzidos do índice de 28,86%, ao passo que a Medida Provisória nº 1.704/98 somente autoriza a compensação com acréscimos concedidos pela Lei nº 8.627/98" (destaquei).

4.2 A duas, porque o acórdão confirmou sentença que se baseou em memória de cálculo apresentada pela parte ré para concluir que o percentual de 28,86% fora completamente absorvido pelos reajustes levados a efeito por legislações posteriores. Qualquer pretensão de verificação se houve ou não a inclusão, nesse cálculo, de progressões de caráter individual implica reexame de provas, o que é vedado nessa estreita via recursal (Súmula n° 42/TNU).

5. No que toca à possibilidade de compensação dos valores devidos a título do reajuste de 28,86% com a reestruturação de carreira operada por legislações supervenientes (no caso, Leis n° 11.091/2005 e 11.784/2008), não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas.

5.1 O AgRg no REsp 1349178/PR e o AgRg no REsp 1115256/AL trataram apenas da impossibilidade de compensação do índice de 28,86% com progressões funcionais e vantagens de caráter individual.

5.2 Já o MS 12230/DF trata de questão muito específica, em que se pretendia a limitação dos efeitos financeiros à edição de lei que regulava carreira diversa, ao qual os postulantes foram equiparados judicialmente, caso em nada semelhante a dos presentes autos.

5.3 De outra parte, tanto o STJ quanto esta TNU já firmaram a possibilidade de limitação dos efeitos decorrentes do reajuste de 28,86% com a reestruturação de carreira efetuada por legislação superveniente (RESP 990.284, julgada em sede de recurso repetitivo, e PEDILEF 05021605320124058500, j. 09/08/2013).

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0506093-34.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARCELIA SANTOS DE ABREU
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Sergipe, a qual negou provimento ao recurso da autora, servidora pública federal, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (URP) sobre sua remuneração referente aos meses de abril e maio de 1988.

O Juiz Relator sorteado não conheceu do Incidente formulado, por "reconhecer que o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com entendimento dessa Turma Nacional de Uniformização, razão pela qual aplica-se a Questão de Ordem nº 13 TNU: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)"(sic).

No caso dos autos, data venia, entendo que o Incidente formulado não merece ser conhecido, mas por outro fundamento. Transcrevo excerto do PEDILEF Nº 0504513-60.2012.4.05.8502 de minha Relatoria, igualmente julgado na sessão de 14 de fevereiro de 2014:

"(...) 5.. No tocante à alegação de divergência com o entendimento do STJ, verifico inexistir a necessária similitude fático-jurídica. O acórdão recorrido, adotando como fundamento o PEDILEF nº 20074100901307, concluiu que as diferenças pleiteadas pela autora já teriam sido pagas, em razão de os vencimentos terem sido recompostos integralmente em novembro de 1988, não havendo reflexos nos salários posteriores. Já os acórdãos do STJ fazem referência à Súmula nº 85 da referida Corte, reconhecendo a inocorrência de prescrição do fundo de direito por se tratar de prestação de trato sucessivo.

6. Esta Turma Nacional de Uniformização, recentemente, julgou neste mesmo sentido os seguintes processos, idênticos ao presente: PEDILEF nº 0508242-03.2012.4.05.8500 (Relator: Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves) e PEDILEF nº 0516103-49.2012.4.05.8400 (Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio). (...)"

Assim, resta patenteada a falta de similitude fática e jurídica, óbice intransponível para o conhecimento pleiteado. Ademais, importante a manutenção da coerência da manifestação do Colegiado, que, como dito, já havia se manifestado pelo não conhecimento por falta de similitude fático-jurídica.

Ante o exposto, não conheço do Incidente de Uniformização de Jurisprudência por inexistir similitude fático-jurídica.

É como voto.

## ATO ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
JUÍZA FEDERAL RELATORA

PROCESSO: 0504513-60.2012.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: DELZUITE PEREIRA DAS NEVES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5808
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Sergipe, a qual negou provimento ao recurso da parte autora, servidora pública federal, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (URP) sobre sua remuneração referente aos meses de abril e maio de 1988.

2. Interposição de incidente nacional de uniformização pela parte autora. Alega, a recorrente, que a Turma Recursal de origem negou vigência, sob a ótica constitucional, ao direito adquirido, previsto no art. 5º, inciso XXXVI, da CF, e à Súmula nº 671 do STF. Alega, também, contrariedade à jurisprudência consolidada do STJ sobre o assunto. Assevera, ainda, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes. Acostou como paradigmas julgados do STF e do STJ, e um acórdão do TRF da 5ª Região, invocando, ainda, a Súmula nº 671 do STF e a Súmula nº 85 do STJ.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional de Uniformização após a interposição de agravo.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, não se presta a pedido de uniformização a divergência com julgados oriundos do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

5. No tocante à alegação de divergência com o entendimento do STJ, verifico inexistir a necessária similitude fático-jurídica. O acórdão recorrido, adotando como fundamento o PEDILEF nº 20074100901307, concluiu que as diferenças pleiteadas pela autora já teriam sido pagas, em razão de os vencimentos terem sido recompostos integralmente em novembro de 1988, não havendo reflexos nos salários posteriores. Já os acórdãos do STJ fazem referência à Súmula nº 85 da referida Corte, reconhecendo a inocorrência de prescrição do fundo de direito por se tratar de prestação de trato sucessivo.

6. Esta Turma Nacional de Uniformização, recentemente, julgou neste mesmo sentido os seguintes processos, idênticos ao presente: PEDILEF nº 0508242-03.2012.4.05.8500 (Relator: Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves) e PEDILEF nº 0516103-49.2012.4.05.8400 (Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio).

7. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
JUÍZA FEDERAL RELATORA

PROCESSO: 2009.33.00.703428-7
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: EMILIANO FIRMO DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

**EMENTA**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS. DO REQUERENTE. NECESSIDADE DE ANÁLISE PELA TURMA RECURSAL QUANDO ESTA RECONHECE A INCAPACIDADE PARCIAL DO AUTOR. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que deu provimento a recurso inominado do INSS, reformando parcialmente a sentença monocrática para conceder ao recorrente o benefício previdenciário de auxílio-doença, ao invés de aposentadoria por invalidez. Considerou a Turma Recursal que a enfermidade do Autor, detectada no exame pericial (impossibilidade de levantar e carregar peso), não tem o condão de gerar a incapacidade total e permanente que daria suporte à concessão da aposentadoria.

2. Entende o Autor que a sentença de 1o. Grau, que apreciou todos os aspectos fáticos e jurídicos da demanda, deve ser restabelecida, vez que a sua incapacidade é incompatível com as atividades que exerceu durante toda a época em que pôde trabalhar como pedreiro; estando com idade já bem avançada e com baixo grau de instrução, é praticamente impossível a sua reabilitação e o seu retorno ao mercado de trabalho.

3. O Acórdão da Turma Recursal fundamentou-se nos seguintes tópicos: a incapacidade laboral do Autor é parcial e relativa e se limita às atividades laborais por ele desenvolvidas; é possível a sua recuperação e reabilitação, devendo "... evitar apenas atividades que demandem esforço físico...".

4. A análise do acórdão recorrido mostra que a Turma Recursal, não enfrentou, como o fez a sentença e ainda que para reforma-la parcialmente, o tema alusivo às condições e critérios pessoais, sociais e econômicos ligados à reinserção do Autor no mercado de trabalho, "situação em que a negativa de concessão do benefício implica ofensa à dignidade humana" (PEDILEF n.º 00058728220104013200, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 23.03.2012).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. A Súmula 77/TNU dispõe que o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual. No caso vertente, a Turma Recursal reconheceu a incapacidade laborativa do Autor, mas negou-lhe a consequência jurídica por ele pretendida obter, concedendo-lhe benefício previdenciário diverso daquele efetivamente almejado.

6. Esta TNU já firmou o entendimento de que "A análise das condições pessoais e sociais do segurado só é indispensável para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez e quando reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho. (Processo 0506386-42.2009.4.05.8101, Rel. Juíza Simone Lemos Fernandes, DJ 25/4/2012; Processo 5010366-27.2011.4.04.7001 , Rel. Juiz Gláucio Maciel, julgado em 17/4/2013)" - PEDILEF 00528625720084036301, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 16/08/2013 pág. 79/115.

7. Nessa linha de raciocínio, "Não examinada na sentença ou no acórdão a existência de incapacidade social em relação ao autor, exigível nos termos da jurisprudência da Turma (...) deve o processo, fixada a tese da exigibilidade de o juiz analisar as condições pessoais e sociais do segurado portador de HIV, inclusive sinais exteriores da doença, para concessão de aposentadoria por invalidez, retornar ao Juízo de primeira instância para produção e análise da prova (TNU - Questão de Ordem n.º 20)" (PEDILEF nº 0521906-61.2008.4.05.8300, Rel. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, DOU 13.7.2012)" - PEDILEF 05071068220094058400, JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, TNU, DOU 31/08/2012.

6. Incidente de Uniformização conhecido e parcialmente provido para, tendo em vista que o Acórdão vergastado reconheceu a incapacidade parcial do Recorrente, mas não examinou, nem debateu, os aspectos ligados à impossibilidade de sua reinserção no mercado de trabalho, ante suas condições pessoais, sociais e econômicas, anular o julgado recorrido e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que proceda à análise desses temas e realize novo julgamento do recurso inominado.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer o incidente de uniformização, e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de dezembro de 2013.
BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2003.51.51.025825-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HERODICE FERREIRA DE CAMPOS
PROC./ADV.: RAFAEL BIAZOTTO VIEIRA
OAB: RJ-110639
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLAUCIO MACIEL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO DA TURMA DE ORIGEM ANULADO. RESULTADO CORRETO. ANÁLISE DE FATO PELA TURMA RECURSAL, NÃO PELA TURMA NACIONAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Tratam os autos de embargos de declaração interpostos contra acórdão que deu parcial provimento ao incidente de uniformização. Sustenta a União, embargante, em suma, que o acórdão embargado incorreu em omissão por não ter indicado os fundamentos que rejeitaram, em parte, o referido recurso. Requer, ao final, seja reconhecida a omissão, conferindo efeito modificativo ao julgado, a fim de que o pedido inicial já seja negado por este Colegiado.

2. Não há nenhuma omissão no acórdão embargado. A despeito de ter sido reconhecida a tese jurídica sustenta pela União de que a contribuição previdenciária sobre os proventos de servidores públicos inativos é tributo sujeito a lançamento de ofício, incidindo, na espécie, a prescrição qüinqüenal, a aplicação de tal regra deve se feita pela turma de origem, e não por este Colegiado, o qual se limita apenas ao julgamento da matéria de direito. Isso explica o fato de o pedido ter sido parcialmente provido e de o acórdão embargado ter sido anulado, e não reformado, tal como pretendia a embargante.

3. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

4. Embargos de declaração desprovidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508263-76.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: FRANCISCO BATISTA DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PARADIGMAS DO STF E DE TRF. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE DISSOCIADO DA CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor-recorrente em face de acórdão que manteve sentença de improcedência do pedido, ao fundamento de que, em que pese a pretensão não esteja fulminada pela prescrição de fundo de direito, não há diferenças a serem recebidas no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação porque os reajustes pleiteados foram incorporados pelos atos normativos posteriores que modificaram a estrutura remuneratória da carreira.

2. A parte autora sustenta que o acórdão afronta jurisprudência do STJ, no sentido de que, na hipótese em comento, a prescrição segue os termos da Súmula n° 85 daquela Corte, de modo que não haveria que se falar em prescrição de fundo de direito, por se tratar de prestação de trato sucessivo. Invoca como paradigma a PET 7.154/RO (3a Seção, j. 27/10/2010). Sustenta, ainda, que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias, o que seria o caso dos autos. Invoca como paradigmas diversos julgados oriundos do STF, do STJ e um acórdão proveniente do TRF da 5a Região.

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Assim, a divergência com julgado oriundo tanto do STF quanto do TRF da 5ª Região não se presta a pedido nacional de uniformização, por ausência de previsão legal.

4.Quanto aos outros arestos apontados pela recorrente, oriundos do Superior Tribunal de Justiça, é de se perceber que eles não guardam correspondência com o caso específico dos autos, registrando que em todos foi aplicado o entendimento da Súmula 85 do STJ. Os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido (demanda ajuizada vinte e três anos após a cessação da URP), eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores.

5. Para a identificação da divergência que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507663-55.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ALFREDO MESSIAS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. RAZÕES DISSOCIADAS.. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor-recorrente em face de acórdão que manteve sentença que reconheceu prescrição do direito ao recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

2. A recorrente sustenta que o acórdão recorrido reconheceu a prescrição de fundo de direito e não a prescrição de trato sucessivo, conforme entendimento firmado nos seguintes precedentes: Resp 167.318/RS, PET 7.154/RO e PET 7288/RO. Alega também que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias, o que seria o caso dos autos. Invoca como paradigmas diversos julgados oriundos do STF, do STJ e um acórdão proveniente do TRF da 5a Região.

3. Não há referência no acórdão recorrido acerca de questão atinente a tese de absorção do índice em decorrência de reestruturação de carreiras, razão pela qual o incidente resta prejudicado neste aspecto.

4. Por outro lado, em relação a prescrição, nota-se que a sentença e o acórdão recorrido reconheceram prescritas eventuais diferenças devidas, sob o fundamento de que o direito à reposição dos salários pela URP restou reconhecido pela Lei 7.686/88, que determinou seu pagamento a partir de novembro de 1988, de forma que eventuais diferenças somente poderiam ser postuladas até novembro de 1993. A sentença cita como precedentes o PEDILEF 2007.41.00.901896-7 e PEDILEF 2007.35.00.900979-0.

4.1. Desta forma, concluo que o incidente não merece ser conhecido porque os paradigmas apontados pela parte recorrente também não apresentam divergência com o acórdão recorrido, vez que ambos afastam a prescrição do fundo de direito, reconhecendo que se aplica ao caso concreto a prescrição prevista na Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça.

4.2. Além disso, forçoso reconhecer que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o posicionamento desta Turma Nacional de Uniformização, conforme precedentes citados na sentença e, mais recentemente, o julgado PEDILEF 0516103-49.2012.4.05.8400, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, pub. DOU 16/08/2013.

5. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501605-93.2013.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEFINA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA LÚCIA FERRAZ DE ALMEIDA
OAB: SE-5584
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que reformou sentença de improcedência em pedido de aposentadoria por idade rural, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos seguintes termos;" Ante todo o exposto, nego provimento ao recurso inominado, mantendo a sentença recorrida pelos seus fundamentos já colacionados, quanto ao mérito, na forma do art. 46 da Lei nº. 9.099/95, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais, por força do art. 1º da Lei nº 10.259/2001, alterando o resultado do provimento para que o processo seja extinto sem a resolução de mérito, de modo que, vindo a autora a apresentar documento hábil a comprovar sua qualidade de rurícola, possa voltar a socorrer-se desta via judicial (doc041).

2. Argumenta o recorrente que o acórdão contraria o entendimento da 1ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo (processo nº 02945017620054036301). Sustenta que a falta de comprovação da atividade rural por meio de início de prova material conduz necessariamente ao julgamento de improcedência do pedido, uma vez que aí se está a analisar o mérito da demanda.

3. O incidente não merece ultrapassar a fase de conhecimento.

4. Nos termos da Súmula 43 desta TNU: Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01.

5. Incidente de Uniformização não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5010918-49.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEONIDA ELVIRA CARDOSO SANDRI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-CÔNJUGE. NÃO COMPROVADA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 35. REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de pensão por morte.

2. A sentença monocrática, mantida, consignou que: (...)Por ocasião da separação, ocorrida no ano de 1987, a autora dispensou o recebimento de alimentos do ex-marido Valdi Sandri, um vez que possuía rendimentos próprios (SENT6, evento 1). E, considerando que a autora recebe aposentadoria de valor superior a R$ 1.400,00 mensais, enquanto o falecido recebia benefício de valor mínimo, conforme se observa dos documentos juntados nos eventos 2 e 17, tenho que não restou comprovada a necessidade econômica superveniente. Ademais, a prova testemunhal é contrária à pretensão da autora. Segundo a testemunha Ana Maria Pagano Dupke, o ex-marido ajudou a autora até ficar doente, sendo que depois disso, eram a autora e as filhas do casal que ajudavam o de cujus. A testemunha Leda Maria Fogaça, por sua vez, não soube precisar se Valdi continuou a prestar auxílio financeiro após a maioridade das filhas. Portanto, a concessão do benefício deve ser indeferida ". Por seu turno, o acórdão recorrido cita conceitos, entendimentos e premissas observadas em julgamentos de pensão por morte e quando analisa o caso concreto, assevera que: "(...) No caso, estando a sentença em conformidade com os entendimentos constantes neste voto, impõe-se a sua confirmação pelos próprios fundamentos , a teor do contido no artigo 46 da Lei n°9.099/95 , aplicada subsidiariamente no âmbito dos Juizados Especiais Federais (artigo 1º da Lei n° 10.259/01).

3. Sustenta a recorrente que o recurso ordinário discutia questões específicas que não foram objeto de análise pela Turma Recursal, que prolatou acórdão genérico. Em decorrência de tal ato, pede a anulação do acórdão pois não foram fixados os pontos controvertidos para a uniformização.

4. O pedido de uniformização não merece ser conhecido.

5. Entendo que caberia à parte autora o prequestionamento da matéria na instância inferior. O ponto suscitado no incidente de uniformização - pressupostos da sentença divergentes da prova colhida no processo - deveria ter sido debatido mediante provocação do órgão jurisdicional de origem (Turma Recursal) , o que não ocorreu no caso.

5.1 Incidência da Questão de Ordem 35: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".

6. Ademais, a sentença, mantida na íntegra pela Turma Recursal de origem, foi minuciosa na análise da prova e a pretensão da recorrente é de reexame de provas, o que é vedado nessa estreita via recursal (Súmula n° 42 da TNU).

7. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0513413-95.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS LOPES FELICIANO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA . FALTA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de pensão por morte formulado pela autora-recorrente, mãe do segurado instituidor. O benefício foi negado em decorrência de entendimento de que não restou demonstrada a dependência econômica da recorrente em relação ao filho falecido na data do óbito.

2. Sustenta que o acórdão recorrido contraria posicionamento da Turma Recursal de São Paulo e cita como paradigma o processo 2002.61.84.006649-0. Alega que ao contrário do julgado recorrido, o paradigma admite comprovação de dependência econômica dos pais em relação ao filho falecido, mesmo não sendo exclusiva.

3. O incidente não merece ser conhecido, em decorrência de ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o julgado apontado como paradigma.

3.1. Isto porque no precedente o julgador considerou que a prova documental produzida foi hábil a demonstrar a dependência econômica da mãe em relação ao filho falecido, enquanto no acórdão recorrido ficou evidenciado que não restou de fato provada a dependência econômica, em decorrência de vários fatores, dentre eles : a) o instituidor estava desempregado a pouco mais de 1 um ano antes da data do óbito; b) a autora residia com mais dois filhos maiores e seu marido, que sempre trabalhou e, c) não foi produzida prova documental apta a demonstrar a dependência econômica da autora em relação ao filho falecido.

4. Ademais, deve ser acrescentado que a cópia do paradigma apresentado não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não é documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e não foi indicada a fonte de pesquisa. Inteligência da Questão de Ordem nº 03 deste Colegiado.

5. De outra parte, o reconhecimento da condição da parte recorrente como dependente de seu filho pressuporia o reexame de matéria de fato, o que é vedado pela Súmula n° 42 desta TNU.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5018344-54.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSA FÉLIX DA SILVA
PROC./ADV.: GISELA REICH
OAB: RS-17640
PROC./ADV.: DORA G DASSOW
OAB: RS-18808
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PECÚLIO. TERMO INICIAL. AFASTAMENTO DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. PARADIGMA E ACÓRDÃO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela autora-recorrente em face de acórdão que manteve sentença que declarou prescrito o direito da parte autora ao pagamento do pecúlio extinto pela Lei 8.887/94. O acórdão sustenta, em síntese, que : "o prazo prescricional de cinco anos para o recebimento do pecúlio, começa a fluir a partir da data de afastamento da atividade que o segurado estava exercendo quando da publicação da Lei 8.870, em 16/04/1994. No caso concreto, a parte autora aposentou-se em 03/10/1991, e retornou ao mercado de trabalho, vinculando-se novamente ao instituto previdenciário em 19/02/1992.Quando da publicação da Lei 8.870/94, a parte autora estava trabalhando na empresa Daiby S/A, cujo vínculo perdurou entre 15/06/1993 e 24/02/1999 (evento 1 - CTPS6 - fl. 23).O termo inicial da prescrição, portanto, deve ser fixado em 24/02/1999, pois, nesta ocasião, a recorrida tinha o direito de receber os valores vertidos entre a sua aposentadoria (03/10/1991) e a vigência da Lei nº 8.870/94 a título de pecúlio.Com efeito, após o seu desligamento da empresa Daiby S/A, a autora manteve novo vínculo empregatício, cujo início, porém, se deu em 08/04/2002, quando o benefício do pecúlio já havia sido extinto do nosso ordenamento jurídico. Ademais, a existência de vínculo empregatício posterior, por si só, não constitui causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. Desse modo, tendo transcorrido mais de cinco anos entre o afastamento de suas atividades junto à empresa Daiby S/A(24/02/1999) e o requerimento administrativo (06/09/2004), encontra-se fulminado pela prescrição o direito da parte autora".

2. Argumenta a recorrente que a decisão contraria a Súmula nº 02, oriunda da Turma Regional da 3ª Região, que dispõe: "Na hipótese de direito adquirido ao pecúlio, o prazo prescricional começa a fluir a partir do afastamento do trabalho".Sustenta a recorrente que o prazo prescricional teria início apenas somente após o encerramento definitivo do trabalho pelo segurado aposentado.

3. Não há divergência demonstrada e, portanto, o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. Não há dissenso jurisprudencial entre o acórdão recorrido e a súmula citada como paradigma, sendo que ambos reconhecem o direito adquirido ao pecúlio na data do afastamento do trabalho.

5. A tese defendida pela autora, no sentido de que o marco inicial para a contagem do prazo prescricional seria o afastamento definitivo da atividade laborativa pelo já aposentado, não encontra amparo legal porque a redação do parágrafo único do art. 24 da Lei 8870/94, é clara ao definir que : O segurado de que trata o caput deste artigo que vinha contribuindo até a data da vigência desta lei receberá, em pagamento único, o valor correspondente à soma das importâncias relativas às suas contribuições, remuneradas de acordo com o Índice de Remuneração Básica dos Depósitos de Poupança com data de aniversário do primeiro dia, quando do afastamento da atividade que atualmente exerce. Ou seja, segurado já aposentado teria direito ao recebimento de valores pagos a título de contribuição previdenciária quando encerrado o vínculo empregatício mantido na data de entrada em vigência da Lei 8870/94 (dia 15/04/1994). Assim, encerrado tal vínculo, teria início o prazo prescricional.

5.1. Neste sentido o acórdão recorrido e julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça, REsp 186415/RJ, Quinta Turma, Relator Ministro Félix Fischer, pub no DJ em 13/09/1999 e desta Turma Nacional de Uniformização, PEDILEF nº 200584130010613, Relator Juiz Federal Alexandre Miguel, publicado em 02/08/2006.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002001-54.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAOBI CARDOSO
PROC./ADV.: RICARDO FORNAZA SCREMIN
OAB: SC-17775
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PARADIGMA E ACÓRDÃO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DA TNU. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização no qual o INSS pretende a modificação do acórdão que, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, reputou devido o pagamento de pensão por morte a filho maior que ficou inválido após vida laboral ativa, passando a perceber aposentadoria por invalidez.

2. Alega o requerente que a dependência econômica em relação aos pais cessa com a maioridade e não se restaura pela posterior incapacidade. Aponta como paradigma decisões oriundas desta Turma Nacional de Uniformização, PEDILEF 2008.40.70.7069-2 e 2005.71.95.001467-0., no sentido de que é a presunção é relativa, sendo possível, portanto, a análise da dependência econômica.

3. Não há divergência demonstrada e, portanto, o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

4. A sentença, mantida pelo acórdão recorrido, ao contrário do afirmado pelo recorrente, acolheu a tese da dependência econômica relativa, o que está em consonância com posicionamento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização (precedente PEDILEF 0500518.97.2011.4.05.8300, relator Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, pub. DJ 06.12.2013 ). Assim, modificar tais conclusões implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n° 42 desta TNU.

5. Incidente de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501366-56.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELIENE DE OLIVEIRA GALVÃO
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO - MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que manteve sentença que julgou improcedente pedido de concessão de benefício de salário-maternidade formulado por segurada especial.

2. Argumenta a parte autora-recorrente que deve ser decretada a nulidade do acórdão por falta de fundamentação e, caso não reconhecida tal nulidade, pretende a reforma do julgado e concessão do benefício previdenciário postulado nos autos.

3. Inicialmente deve ser afastada a alegação de nulidade do acórdão recorrido. Conforme entendimento pacificado neste Colegiado, o que gera a nulidade da sentença ou do acórdão é a ausência completa de fundamentação. Assim, a fundamentação concisa, "técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais" (PEDILEF 200481100281978, Rel. Juiz Federal. José Antonio Savaris), está em consonância com os princípios norteadores do Juizado, especialmente o da simplicidade. No caso concreto, a Turma Recursal valeu-se das razões expostas na sentença como causa de decidir, na forma do art. 46 da lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/2001, razão pela qual não há falar-se em nulidade.

4. No tocante aos demais argumentos aventados relativos ao mérito do acórdão recorrido, tenho que o incidente de uniformização não merece ultrapassar a fase de conhecimento.

5. A recorrente pretende a reforma do julgado recorrido afirmando que este desconsiderou como início de prova material documentos como certidão de cartório eleitoral, declaração de sindicato rural, ficha de inscrição para seleção ao Programa Garantia Pró Safra, os quais são admitidos em julgados oriundos do Tribunal Regional Federal da 5º Região, do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, os quais limitou-se a transcrever.

5.1. Todavia, verifico que tal prova documental sequer foi objeto de rejeição pelo juízo prolator da sentença, o qual considerou suficientes os documentos apresentados pela recorrente para servir como início de prova material.

6. Ademais, ao contrário do quer fazer quer a requerente, a improcedência do pedido deu-se em decorrência da convicção formada pelo órgão julgador, com base em todo o conjunto probatório, de que autora não se tratava, de fato, de segurada especial à época do nascimento de seu filho. Com efeito, assim consignou a sentença confirmada pelo acórdão recorrido: Ocorre que, apesar de razoável início de prova material apresentado pela postulante, no sentido de comprovar o exercício da atividade rural em regime de economia familiar com seu companheiro, restou demonstrada a existência de vários vínculos urbanos do esposo no período de carência necessária para a concessão do benefício, mais precisamente de 02/08/2010 a 31/12/2011 e 01/04/2011 a 29/06/2011, aptos a descaracterizar as provas supramencionadas.Inicialmente, poder-se-ia alegar que os vínculos são todos de curto período e, em sua maioria, justificáveis em face da estiagem, não prejudicando no cômputo de todo o período de atividade rural, visto que passíveis de serem inseridos no conceito de atividade rural descontínua, prevista no art. 39, I, d, Lei 8.213/91.Contudo, de acordo com o depoimento pessoal da requerente, a mesma, atualmente, não vive mais com seu companheiro, tendo mantido relações com este à época do nascimento de seu filho até 01 de junho deste ano. Afirmou ainda que laborou com seu esposo na roça até os sete meses de gestação, época em que estava na colheita, ou seja, até abril de 2011. Tal informação, entretanto, apresenta-se contraditória, diante do fato de que nesta época, mais precisamente de 01/04/2011 a 29/06/2011, ou seja, época ainda de grandes serviços na roça, seu esposo estava trabalhando na cidade (destaques no original).

6.1. Assim, além de não ter restado configurada a similitude fático jurídica entre a questão tratada no acórdão recorrido e os paradigmas colacionados pela parte recorrente, afastar a conclusão a que chegara o órgão julgador implica reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula n. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

7. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000461-25.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLEUZENI DOS SANTOS CARDOSO
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO
OAB: PR-47606
PROC./ADV.: ADRIANA YAMAMOTO VASILEV
OAB: PR-60 589
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora em face de acórdão que manteve sentença de parcial procedência de reconhecimento de atividade rural. A autora requereu a averbação de atividade rural referente ao período de 29/08/1971 a 31/12/1988, enquanto a sentença e o acórdão somente reconheceram o intervalo de 08/09/1972 a 31/12/1973.

2. Sustenta a parte-recorrente que o acórdão afronta posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1081919/PB, pub DJ 03/08/2009; REsp 447655/PR, pub DJ 29/11/2004; REsp 509176/DF, pub DJ 28/06/2004 e AR 719/SP)j ; AgRg no REsp 1.073.730, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, pub DJe 29/03/2010), que teriam considerado documentos apresentados em nome de terceiros como hábeis a comprovar o exercício de atividade rural.

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido.

4 As razões que embasaram a sentença monocrática, posteriormente confirmada em sua integralidade pelo acórdão recorrido, não residiram na falta de início de prova material, mas sim, na prova testemunhal que foi considerada bastante frágil em relação ao efetivo exercício de atividade rural após o ano de 1973. No acórdão foi transcrito trecho da sentença no qual são analisados, um por um, os depoimentos das testemunhas produzidos em audiência. Assim, o julgamento de improcedência deu-se em decorrência de todo o conjunto probatório formado ao longo do processo. Verifico, pois, a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas.

5. Por fim, afastar a conclusão a que chegara o órgão julgador implica reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula nº. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

6. Incidente de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001957-14.2011.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADHEMAR BOFF
PROC./ADV.: GIAN LUIZ C. SILVA
OAB: SC-15460
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 03. PARADIGMAS DA MESMA REGIÃO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N° 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de averbação de atividade rural referente ao período de 02/07/1976 a 31/12/1985. O INSS já havia reconhecido em sede de justificação administrativa o intervalo de 1969-1976. No acórdão recorrido constam os seguintes fundamentos: A sentença analisou a questão nos seguintes termos: 'Prova documental- O único documento colacionado aos autos com o fim de servir de início de prova material da atividade rurícola foi uma certidão do INCRA referente a terreno rural em nome do pai e mãe do autor, no período de 1972 a 1991 (evento 1; PROCADM7; fl. 2).Os demais documentos apresentados pelo autor não são contemporâneos ao labor rural pleiteado. Prova oral:Em Justificação Administrativa (evento 12; PROCADM5; fls. 7/11), não há depoimentos contraditórios ou afirmações divergentes. Todos confirmam a atividade rural e o regime de economia familiar. Conclusão: A certidão do INCRA serve como início de prova material quando corroborada por outros documentos. Deste modo, conclui-se pela ausência de indício de prova material do alegado labor rural em regime de economia familiar.(...) Registre-se que a certidão de imóvel rural emitida pelo INCRA (PROCADM4 , fl. 4- evento 12) é suficiente para comprovar apenas a propriedade de terreno rural pelos pais do autor , não servindo como fundamento para o deferimento do pedido inicial. A oitiva de testemunha fica prejudicada diante de referida ausência de provas acerca do exercício das atividades agrícolas. A sentença impugnada analisou corretamente a prova no seu conjunto e está em plena sintonia com os critérios decisórios deste colegiado. Assim, deve ser mantida na integralidade.

2. A parte recorrente sustenta que o julgado deve ser reformado porque ao contrário do entendimento ali esposado há início de prova material, não sendo necessária a apresentação de documentos comprobatórios para o todo o período.

2.1. Alega que o acórdão recorrido contraria posicionamento da 1ª Turma e 2ª Turmas Recursais de Santa Catarina, diverge de julgados oriundos da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Acórdãos originários de Turma Recursal da mesma região, Turma Regional de Uniformização e Tribunal Regional Federal não caracterizam divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

5. Mesmo que assim não fosse, os precedentes citados não viabilizam o seguimento do pedido. Isto porque as cópias dos paradigmas apresentados não atendem ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não são documentos extraídos dos autos originários, mas sim de julgados obtidos por meio da internet, e não foi indicada a fonte de pesquisa que permita o acesso direto. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado :A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade.

6. Ademais, tenho que as razões para improcedência do pedido não residiram somente na insuficiência de início de prova material, mas na convicção do órgão julgador, com base em todo o conjunto probatório, de que o autor tenha permanecido trabalhando em atividade rural após o ano de 1976. Afastar a conclusão a que chegara o órgão julgador implica reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula n. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

7. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007374-63.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOURDES ZANETTI FERNANDES
PROC./ADV.: ANA PATRÍCIA ORSI
OAB: RS-50209
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. SERVENTE. EXPOSIÇÃO AGENTES BIOLÓGICOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora contra acórdão que confirmou sentença de improcedência, reconhecendo que não há prova da especialidade do período trabalhado pela autora como auxiliar de higienização (16/02/1994 a 04/05/2004) junto a empresa UNIMED - Vale dos Sinos Cooperativa de Trabalho Médico.

1.1 A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada: "Quanto ao período de 16/02/1994 a 04/05/2004 , tem-se Perfil Profissiográfico Previdenciário, informando que a requerente trabalhou na empresa Unimed Vale dos Sinos Soc. Coop. Trab. Médico como 'auxiliar higienização' (evento 01, PROCADM6, pgs. 07/08) e exposta a agentes biológicos: vírus e bactérias.Todavia, diante da descrição das atividades da autora, contidas no formulário:' limpeza em geral em consultórios, corredores, banheiros e salas' , depreende-se que a autora não estava em contato com o perigo de contaminação de forma permanente, razão pela qual não merece ser reconhecida a especialidade da atividade realizada no período. Além do mais, o laudo técnico do evento 09, PROCADM2, pg. 04 informa que há possível exposição a agentes nocivos o que corrobora a ausência de exposição permanente aos agentes nocivos biológicos".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. A parte autora alega que esta Turma Nacional de Uniformização firmou posicionamento contrário em relação ao período trabalhado como zeladora em hospital (autos 20077295009452 4). Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul ( autos 2003.71.11.000266-5) que admitiu como exercido em condições insalubres o trabalho de auxiliar de serviços gerais desempenhado em hospital .

3. O paradigma da Turma Recursal do Rio Grande do Sul não serve como precedente, porque precedentes de Turmas Recursais da mesma região não configuram a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

4. No tocante ao paradigma desta Turma Nacional trazido à colação pela recorrente não identifico similitude fático-jurídica entre tal decisão que afirmou que o labor de servente em ambientes hospitalares (zeladora) seria especial diante da exposição à agentes biológicos e o acórdão recorrido que analisou as condições de trabalho da autora como auxiliar de higienização em cooperativa de serviços médicos, composta de consultórios, corredor, banheiros e salas.

5. Por fim, afastar a conclusão a que chegara o órgão julgador implica reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula nº. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0012749-67.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ATAIDES FERREIRA FURTADO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO.. PRECEDENTES DA MESMA REGIÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM 03. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo INSS - recorrente contra acórdão que manteve sentença de procedência de concessão de benefício assistencial a portador de deficiência.

2. Alega a parte recorrente que o acórdão recorrido incorreu em erro no tocante a necessidade de serem cumpridos cumulativamente dois requisitos, quais sejam, incapacidade e, no presente caso, renda per capita familiar inferior a um salário-mínimo. Cita como paradigmas os seguintes julgados: processo 2007.33.00.710417-0, oriundo da Turma Recursal da Bahia; processo 2006.41.00.700275-6, julgado pela Turma Recursal do Estado de Rondônia e processo 2008.35.00.900494-2, da 1ª Turma Recursal de Goiás.

3 Precedentes originários da mesma região do acórdão recorrido não configuram divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14,§2º, da Lei n. 10.259/01.

4. Ademais, as cópias dos paradigmas apresentados não atendem ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não são documentos extraídos dos autos originários, mas sim de julgados obtido por meio da internet, e a parte recorrente não indicou a fonte de pesquisa ou o endereço URL que permita o acesso direto. Inteligência da Questão de Ordem nº 03 deste Colegiado (A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade.

5. Incidente de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501399-21.2009.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: VANESSA SOUZA SANTANA
PROC./ADV.: SAURO MORENNO SANTOS DA COSTA
OAB: PE-26 618
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. PRETENSÃO DA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. CASO EM QUE AS DECISÕES DE ORIGEM EFETUARAM A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente em face de acórdão que manteve sentença de improcedência de concessão de benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência.

1.1 Consignou a sentença: Assiste razão ao INSS ao ter cessado o benefício de prestação continuada, porque a família da autora percebe renda bem superior ao ¼ do salário mínimo e não enfrenta incapacidade econômica capaz de impedir a subsistência com dignidade.A mãe da autora é técnica em enfermagem e trabalha em hospital público desta cidade (Dom Malan), percebendo remuneração de até R$850,00 (oitocentos e cinquenta reais), conforme reconhecido pelo próprio esposo em audiência. Este, por sua vez, trabalhou em escola municipal como prestador de serviço até julho do presente ano, percebendo renda de um salário mínimo, mas atualmente está desempregado e desenvolve a atividade de pedreiro como autônomo, recebendo diária no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais), de modo a lhe garantir renda mensal média de R$ 400,00 (quatrocentos reais). A par disso, a família percebe auxílio de programa assistencial da União, no valor de R$65,00 (sessenta e cinco reais), que somado às outras receitas confere ao núcleo familiar renda de até R$1.100,00 (mil e cem reais). Desse modo, mesmo retirando os gastos da família com a compra de remédios, fraudes e leite indicados para a autora, que exige cuidados especiais, em torno de R$300,00 (trezentos reais), conforme notas apresentadas na oportunidade, a renda per capita familiar supera e muito ¼ do salário mínimo, de modo a impedir o deferimento do benefício. Também não foi evidenciada a vulnerabilidade econômica da família, mesmo à luz das peculiaridades do caso concreto, pois o pai da autora admitiu que eles moram em casa própria situada em bairro de classe média da cidade de Petrolina (Vila Eduardo), onde há rede de esgotamento sanitário, escolas públicas municipais, posto de saúde, além de energia elétrica e rede de água. A casa é de alvenaria, rebocada e pintada, possuindo banheiro interno e guarnecida por todos os utensílios necessários à existência (geladeira, fogão, televisão, camas, etc.). Além do mais, o pai da autora admitiu possuir cartão de crédito, enquanto sua mulher tem aparelho celular, fatos que afastam a verossimilhança acerca da alegada incapacidade econômica. Aduziu também que consegue fazer compras regulares em grande supermercado da cidade (Gigo), afastando a informação de que já chegaram "a passar fome". Asseriu, por fim, que, mesmo com o problema de saúde da autora, consegue trabalhar em turno oposto ao da esposa, de forma a conciliar os cuidados com a filha e a atividade de pedreiro, assim como faz a sua mulher.Por fim, a parte autora deixou de trazer à audiência testemunhas, não se desincumbindo do ônus de provar a incapacidade financeira da família".

2. A parte autora sustenta que o acórdão afronta a Súmula 11 desta Turma Nacional de Uniformização e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o critério econômico eleito pela legislação de regência não é absoluto, podendo a miserabilidade ser comprovada por outros meios.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A parte recorrente não logrou êxito em demonstrar divergência entre o acórdão recorrido e os precedentes apontados como paradigmas. No caso concreto, o juízo de primeiro grau analisou exaustivamente as provas carreadas ao processo, detalhando as despesas da família e os rendimentos auferidos, concluindo pelo não preenchimento do requisito miserabilidade.

5. Ressalto que a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, afastar a conclusão da decisão recorrida em relação ao não atendimento do requisito socioeconômico implicaria reexame de provas, o que não é admitido nessa sede processual, a teor do que dispõe a Súmula n. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0004699-16.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VINICIUS LOPES GARCIA
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE
OAB: PR-51 678
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO DURANTE CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. INCIDÊNCIA SOBRE SUBSÍDIO DA CATEGORIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA INVOCADO. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela União contra acórdão que manteve sentença de procedência de pedido de pagamento de diferenças de remuneração devida durante o período de curso de formação para ingresso nos quadros da Polícia Federal. Entendeu o juízo monocrático que o demandante faz jus a valores equivalentes a 80% da remuneração do cargo para o qual se habilitava, conforme previsão na Lei n° 4.878/65 c/c art. 1° do Decreto-lei n° 2.179/84.

2. Argumenta a recorrente que o acórdão diverge do posicionamento do STJ, espelhado no RESP 1.195.611, que estabeleceria a incidência do percentual de 80% sobre o vencimento do cargo, enquanto o acórdão recorrido fez incidir o percentual sobre a remuneração do cargo que, no caso, é efetuada por subsídio.

3. Entendo que o presente incidente não deve ser conhecido, tendo em vista que não demonstrado o dissenso jurisprudencial na forma exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01.

4. Verifico a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto paradigma. Embora tratem de questão similar - incidência de norma especial ou de norma geral para fins de fixação de remuneração de candidato em curso de formação - o aresto paradigma não estabelece discussão sobre qual base de cálculo deveria incidir o percentual estabelecido na norma, se sobre vencimento ou sobre subsídio. A discussão travada no paradigma é unicamente acerca do percentual a ser utilizado. Aplicação da Questão de Ordem n° 22 da TNU.

5. Ainda que assim não fosse, a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 1ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0515707-86.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ALEXSANDRA FALCÃO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA-AIDS. CAPACIDADE RECONHECIDA ATRAVÉS DE LAUDO PERICIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PARADIGMA E ACÓRDÃO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DA TNU. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que confirmou sentença de improcedência relativa ao pedido de concessão de benefício assistencial a portadora de vírus HIV. No acórdão, restou consignado que : (...) 2.No caso em apreço, o laudo pericial constatou que a parte autora é potencialmente capaz de exercer atividades laborativas. Mesmo considerando que para se aferir a capacidade ou incapacidade laborativa do candidato à percepção do benefício assistencial, deve-se analisar o caso concreto, considerando o nível de escolaridade e a capacitação do pretenso beneficiário, de sorte a verificar a real possibilidade de sua reinserção no mercado de trabalho, a parte recorrente não preenche os requisitos necessários para concessão do benefício em apreço.4. Por tais razões, ausente o requisito da incapacidade, ainda quando analisadas as peculiaridades do caso concreto, não merece acolhimento o pedido de concessão de benefício assistencial (...) .

2. A recorrente sustenta que a doença é incapacitante por si só e invoca como paradigma o PEDILEF 200650530003166, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, pub. 25/03/2009.

3. Não há divergência demonstrada e, portanto, o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. O acórdão recorrido manteve a sentença de improcedência a partir do cotejo entre a prova pericial e, ainda que de forma breve, as condições pessoais da autora. Tal entendimento coaduna-se à jurisprudência fixada nesta TNU, acerca da necessidade dessa análise para a aferição da incapacidade quando a parte autora é possuidora do vírus do HIV. Nesse sentido cito os seguintes precedentes: PEDILEF 00212758020094036301, Relatora Juíza Federal Kyu Soon Lee, pub DOU 21/06/2013; PEDILEF 200972500009464, Relator Juiz Federal Herculano Martins Nacif, pub. DOU 08/03/2013; PEDILEF 50108579720124047001, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, pub. DJ 26/10/2012..

5. Por fim, destaco que o reexame de matéria de fato é vedado pela Súmula n° 42 desta TNU.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0010664-72.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RICARDO HARDT
PROC./ADV.: GILMAR PEREIRA ROSA
OAB: MT-12544
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO DURANTE CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. INCIDÊNCIA SOBRE SUBSÍDIO DA CATEGORIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA INVOCADO. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela União contra acórdão que manteve sentença de procedência de pedido de pagamento de diferenças de remuneração devida durante o período de curso de formação para ingresso nos quadros da Polícia Federal. Entendeu o juízo monocrático que o demandante faz jus a valores equivalentes a 80% da remuneração do cargo para o qual se habilitava, conforme previsão na Lei n° 4.878/65 c/c art. 1° do Decreto-lei n° 2.179/84.

2. Argumenta a recorrente que o acórdão diverge do posicionamento do STJ, espelhado no RESP 1.195.611, que estabeleceria a incidência do percentual de 80% sobre o vencimento do cargo, enquanto o acórdão recorrido fez incidir o percentual sobre a remuneração do cargo que, no caso, é efetuada por subsídio.

3. Entendo que o presente incidente não deve ser conhecido, tendo em vista que não demonstrado o dissenso jurisprudencial na forma exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01.

4. Verifico a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto paradigma. Embora tratem de questão similar - incidência de norma especial ou de norma geral para fins de fixação de remuneração de candidato em curso de formação - o aresto paradigma não estabelece discussão sobre qual base de cálculo deveria incidir o percentual estabelecido na norma, se sobre vencimento ou sobre subsídio. A discussão travada no paradigma é unicamente acerca do percentual a ser utilizado. Aplicação da Questão de Ordem n° 22 da TNU.

5. Ainda que assim não fosse, a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 1ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5005266-73.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS CORREA DOS SANTOS
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA
OAB: SC-20397
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N° 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela autora- recorrente contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de aposentadoria por idade rural.

2. O acórdão recorrido, transcreveu parte da sentença que continha os documentos apresentados como início de prova material e depoimentos em audiência, sendo que da fundamentação da sentença, destaco o seguinte excerto que torna claro o entendimento do juízo de primeiro grau acerca do conjunto probatório formado ao longo da instrução: Portanto, pelo que dos autos consta, entendo que é possível a averbação do período de 18.02.1975 até 05.09.1975 (véspera de seu casamento), como atividade rurícola exercida pela autora na qualidade de segurada especial. Também é possível a averbação do período de 08.04.2002 a 16.11.2009 (DER). Os períodos de 06.09.1975 a 24.04.1979 e de 18.07.1980 a 07.04.2002 devem ser julgados improcedentes considerando que o primeiro marido da autora não exercia atividade rural (industriário) e que após o casamento o documento indicativo que a autora retornou à atividade rural é datado de 08.04.2002. Ressalto que, após o casamento, a autora formou um novo núcleo familiar não sendo possível, dessa forma, a utilização de documentos em nome de seu pai como início de prova material. Já o acórdão recorrido que confirmou integralmente a decisão, apresentou a seguinte conclusão: A meu sentir , embora não se negue a existência de início de prova material formalmente válido, o conjunto probatório acostado ao presente feito não consegue demonstrar , de maneira satisfatória, que a parte autora de fato exerceu atividade rural pela totalidade do período equivalente à carência do benefício(156 meses de quando implementou o requisito etário ou da entrada do requerimento administrativo).

3. A parte recorrente sustenta que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização no tocante à valoração dos documentos apresentados como início de prova material, tais como certidão do INCRA em nome do genitor, matrícula de propriedade rural, certidão do registro imobiliário e escritura pública.

4. Todavia, em seu pedido de uniformização, a recorrente limitou-se a transcrever ementas de diversos julgados oriundos desta Turma Nacional, dentre outros, PEDILEF 200772950037700, Rel. Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 25.03.2009 PEDILEF nº2006.72.95.009276-6/SC, Rel. Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJ 14.12.2007, PEDILEF nº 2005.72.95.019030-9/SC, Rel. Juiz Federal Renato César Pessanha de Souza, DJ 31.08.2007, PEDILEF nº 2006.72.95.015724-4/SC, Rel. Juiz Federal Edilson Pereira Nobre Júnior, DJ 24.01.2008, PEDILEF nº 2006.72.95.009034-4/SC, Rel. Juiz Federal Leonardo Safi De Melo, DJ 22.01.2008 e PEDILEF nº 2008.72.55.007778-3/SC, Rel. Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DJ 15.12.2010), que somente fazem referência a aceitação dos documentos supra elencados como início de prova material, sem, contudo, demonstrar a similitude fático-jurídica entre os julgados paradigmas e o acórdão recorrido.

4.1. De fato, os pontos aventados no incidente de uniformização sequer foram utilizados como fundamento no acórdão recorrido, o qual reconheceu expressamente a existência de início de prova material formalmente válido.

4.2. Resta evidente no processo que a improcedência do pedido deu-se em decorrência da fragilidade do conjunto probatório, levando o julgador a formar convicção de que a recorrente não detinha a condição de segurada especial quando formulou o requerimento administrativo de benefício.

5. Por fim, ainda que assim não fosse, o reconhecimento da condição de segurada especial da parte autora no período de carência pressuporia o reexame de matéria de fato, o que é vedado pela Súmula n° 42 desta TNU.

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0020869-97.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRE RICARDO LIMA SANTIAGO
PROC./ADV.: GILMAR PEREIRA ROSA
OAB: MT-12544
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO DURANTE CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL. INCIDÊNCIA SOBRE SUBSÍDIO DA CATEGORIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA INVOCADO. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela União contra acórdão que manteve sentença de procedência de pedido de pagamento de diferenças de remuneração devida durante o período de curso de formação para ingresso nos quadros da Polícia Federal. Entendeu o juízo monocrático que o demandante faz jus a valores equivalentes a 80% da remuneração do cargo para o qual se habilitava, conforme previsão na Lei n° 4.878/65 c/c art. 1° do Decreto-lei n° 2.179/84.

2. Argumenta a recorrente que o acórdão diverge do posicionamento do STJ, espelhado no RESP 1.195.611, que estabeleceria a incidência do percentual de 80% sobre o vencimento do cargo, enquanto o acórdão recorrido fez incidir o percentual sobre a remuneração do cargo que, no caso, é efetuada por subsídio.

3. Entendo que o presente incidente não deve ser conhecido, tendo em vista que não demonstrado o dissenso jurisprudencial na forma exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01.

4. Verifico a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto paradigma. Embora tratem de questão similar - incidência de norma especial ou de norma geral para fins de fixação de remuneração de candidato em curso de formação - o aresto paradigma não estabelece discussão sobre qual base de cálculo deveria incidir o percentual estabelecido na norma, se sobre vencimento ou sobre subsídio. A discussão travada no paradigma é unicamente acerca do percentual a ser utilizado. Aplicação da Questão de Ordem n° 22 da TNU.

5. Ainda que assim não fosse, a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 1ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos.

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001726-07.2013.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FELICIDADE BEDRETCHUCK BUENO
PROC./ADV.: DANIELA TAMANINI PETERMANN
OAB: SC-21 233
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL E/OU PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. JULGADO QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL EM DECORRÊNCIA DE EDIÇÃO DE SÚMULA VINCULANTE PELO STF. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que manteve sentença de extinção sem resolução de mérito, por falta de interesse processual, em que se pleiteia o pagamento de diferenças decorrentes da instituição da GDATA e outra gratificação derivada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Argumenta a parte autora-recorrente que a decisão recorrida contraria o entendimento do STJ no sentido de que é possível o julgamento do mérito da matéria relacionada à gratificação pretendida, mesmo após edição de decisão pelo Supremo Tribunal Federal

3. Nos termos da Súmula 43 desta TNU, Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01.

4. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503112-90.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MAXIMIRA NASCIMENTO ARAÚJO
PROC./ADV.: JURANDIR PEREIRA DA SILVA
OAB: PB 5.334
PROC./ADV.: IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA
OAB: PB-13351
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. RECURSO QUE VEICULA RAZÕES DISSOCIADAS DA DECISÃO COMBATIDA. TESE REFERENTE À APTIDÃO DA PROVA MATERIAL. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 10 DA TNU. ANÁLISE DE DOCUMENTOS DIVERSOS DO QUE CONSTAM NA DECISÃO IMPUGNADA. REEXAME DE PROVAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural. Alega a recorrente, em suma, que apresentou início de prova material apto a comprovar sua atividade rural para fins de concessão do benefício pretendido e que esta prova não precisa corresponder a todo o período de carência. Invoca a Súmula 14 desta Turma e colaciona também como paradigmas os Pedilef 2006.72.95.0003668-4 e 2003.81.10.027572-0.

2. Verifica-se, de pronto, que o incidente manejado veicula razões dissociadas da decisão combatida, a qual sequer tratou da tese referente à necessidade de que a prova material correspondesse a todo o período de carência. O benefício foi negado em razão da ausência de início de prova material do trabalho rural. Segundo o magistrado sentenciante, os únicos documentos juntados aos autos pela autora, quais sejam, declaração sindical sem data de filiação e a declaração de testemunhas, são inaptos à demonstração da atividade rural.

3. Não há de se conhecer do incidente de uniformização. A matéria relativa à aptidão de outros documentos que poderiam ser admitidos como início de prova material, diversos daqueles que constam na decisão impugnada, não foi abordada, em nenhum momento, pelos órgãos de origem, não tendo sequer havido a interposição de embargos declaratórios para sanar a omissão.

4. Incidência, no caso, portanto, da Questão de Ordem n. 10 desta Turma, segundo a qual: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

5. Ademais, a valoração dos documentos elencados nas razões recursais deste incidente, não apreciados pela turma de origem, importaria o reexame de provas, o que é vedado pela Súmula 42 da TNU.

6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

7. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
GLAUCIO MACIEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501511-65.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA NAIÁ DA SILVA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. INCAPACIDADE. MATÉRIA DE FATO. PECULIARIDADES DE CADA CASO. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 42 e 77 DA TNU. PARADIGMAS DE TURMAS RECURSAIS. DIFERENTES REGIOES. QUESTÃO DE ORDEM N. 03/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, mantida pela Turma Recursal de Alagoas sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laboral da parte autora, consoante conclusão da perícia judicial a que ela se submeteu.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento da TNU e da Turma Recursal de Goiás no tocante a caracterização da incapacidade para o portador de transtorno misto ansioso e depressivo e a consideração de suas condições pessoais.

3. Incidente não admitido na origem ao fundamento da impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula n. 42/TNU.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso em apreço é perceptível, de plano, a absoluta falta de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma da TNU. In casu, a perícia médica concluiu pela ausência de incapacidade, o que restou confirmado no julgado da Turma Recursal alagoana. Diferentemente, no aresto da TNU a conclusão foi pela incapacidade, o que, por certo, comprova a diversidade das situações fático-jurídicas postas, motivo pelo qual não é possível conhecer do incidente, nos termos da QO n. 22 , da TNU.

7. Ademais, a tese de que as condições socioeconômicas deveriam ter sido consideradas para efeito de definição da incapacidade laboral também não pode ser aceita para efeito de conhecimento do incidente. É que no caso, repita-se, a perícia foi conclusiva quanto à ausência de incapacidade laboral da recorrente. Incide, portanto, a inteligência da mais recente súmula deste Colegiado (Súmula 77) no sentido de que: O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual.

8. Assim, atender à postulação da recorrente no sentido do reexame das provas consistiria, também, em flagrante ofensa à Súmula 42 desta TNU, o que não se admite.

9. Por fim, deve-se registrar que conquanto o inteiro teor do acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás tenha sido transcrito na petição de uniformização e juntada sua fotocópia em arquivo anexo, a parte recorrente olvidou em indicar a fonte que permita a aferição de sua autenticidade, o que não atende à exigência contida na Questão de Ordem TNU nº 3 .

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000988-87.2011.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LÍDIA MARIA SZLACHTA BORGES
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
OAB: RS-49153
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DA QUALIDADE DE SEGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDENCIA MANTIDA POR SEUS PROPRIOS FUNDAMENTOS. ART. 46, DA LEI 9.099/95. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. OFENSA AO ART. 93, IX, CF/88, NÃO VERIFICADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. TNU, SUMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença mantida pela 3ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul por seus próprios e jurídicos fundamentos.

2. O acórdão sob censura encampou o entendimento do juízo singular no sentido de que não comprovada a qualidade de segurado da postulante quando do surgimento da incapacidade que a acomete.

3. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido não está devidamente fundamentado, nos termos exigidos pelo art. 93, IX, da CF/88. Aponta paradigmas desta TNU e pugna pela anulação do julgado.

4. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame de matéria de fato, consoante súmula TNU nº 42.

5. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. Não há se falar em nulidade do acórdão que, à luz do disposto no art. 46, da Lei 9.099/95, mantém a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos, mormente nos casos em que o julgado singular pormenoriza as razões em que a convicção do magistrado se assenta, de modo a permitir à parte a sua exata compreensão. Nesse sentido é o entendimento desta Corte Nacional, senão vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO JUIZADO. ART 46 DA LEI N. 9.099/95. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Conforme entendimento pacificado neste Colegiado, o que gera a nulidade da sentença ou do acórdão é a ausência completa de fundamentação. Assim, a fundamentação concisa, "técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais" (PEDILEF 200481100281978, Rel. Juiz Federal. José Antonio Savaris), está em consonância com os princípios norteadores do Juizado, especialmente o da simplicidade. 2. O Plenário do STF, no julgamento do RE 635729, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional e decidiu que o artigo 82, §5º da Lei n. 9.099.95 (cuja redação é praticamente idêntica ao do artigo 46 da mesma Lei) é constitucional. 3. O mesmo entendimento é perfilhado pelas duas Turmas do STF no que se refere ao artigo 46 da Lei n. 8.213/91: "Não ofende o artigo 93, IX, da Constituição do Brasil a decisão tomada por turma recursal que confirma a sentença por seus próprios fundamentos nos termos do artigo 46 da Lei n. 9.099/95" (STF, Segunda Turma, AI 749963) e "Não viola a exigência constitucional de motivação a fundamentação de turma recursal que, em conformidade com a Lei nº 9.099/95, adota os fundamentos contidos na sentença recorrida" (STF, Primeira Turma, RE 749969). 4. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. 5. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". 6. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 7. Incidente não conhecido.ACÓRDÃO - Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sessão de 29 de março de 2012.

(PEDILEF 05088158220094058100, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DOU 08/06/2012.)"

8. Acrescente-se, ainda, que não compete à Turma Nacional de Uniformização avaliar o conjunto fático-probatório no caso concreto, consoante óbice imposto no enunciado da súmula 42 desta TNU.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002772-92.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA GERCI DA SILVA RAMIRES
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN
OAB: SC-29 966
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO. AUSÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DA INCAPACIDADE. TESE INOVADORA EM SEDE DE INCIDENTE. TNU/QO 10. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul por seus próprios e jurídicos fundamentos.

2. O acórdão sob censura encampou o entendimento do juízo singular no sentido de que não comprovado o cumprimento da carência para a concessão do benefício pleiteado.

3. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não perde a qualidade de segurado quem deixa de contribuir em razão de incapacidade para o trabalho.

4. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame de matéria de fato, consoante súmula TNU nº 42.

5. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. Inicialmente deve ser ressaltado que as razões do recurso devem se limitar àquilo que foi objeto de discussão e análise nas instâncias inferiores, não podendo versar sobre matéria nova, sobre a qual não teve oportunidade de se manifestar a parte ex adversa, consoante enunciado da Questão de Ordem n. 10 , desta TNU.

8. Verificado que o argumento atinente a manutenção da qualidade segurado, a despeito do não recolhimento de contribuições em virtude de incapacidade, somente agora foi aventado, sem que tenha havido qualquer manifestação da Turma Recursal sobre o tema, o não conhecimento do incidente é medida que se impõe, o que guarda sintonia com a redação da nova Questão de Ordem n. 35 , desta Corte Nacional.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505396-80.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
PROC./ADV.: CÉLIA LIMA DE BRITO
OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL NÃO AMPLIADO PELO PROVA TESTEMUNHAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO POR MAIS DE UM FUNDAMENTO. QO 18. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de aposentadoria por idade rural, mantida pela Turma Recursal do Ceará pelos próprios e jurídicos fundamentos.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do STJ e da TNU no tocante aos documentos aceitos como início de prova material da atividade rurícola.

3. Incidente não admitido na origem ao fundamento da impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O acórdão da Turma Recursal de Ceará negou provimento ao recurso interposto contra a sentença de primeiro grau, mantendo-a pelos seus próprios fundamentos. Na sentença, porém, o d. magistrado prolator deixou consignado o seguinte:

"Inicialmente destaco que a pensão por morte foi deferida em Mossoró no ano de 2004, onde o benefício foi recebido até setembro de 2011, o que induz à conclusão de que a autora não mais mora em Icapuí ou passou um bom período longe desta localidade. A explicação da autora de que requereu em Mossoró a pensão por morte após sucessivas negativas do INSS mais próximo suscita dúvidas sobre a própria regularidade deste benefício. E ainda que assim não fosse, em seu depoimento, a autora informou que não trabalhou em regime de economia familiar com o seu marido, tendo este trabalhado com o dono da terra, de modo que não lhe aproveita este benefício para o fim de possibilitar a sua aposentadoria por idade como segurada especial.

Não bastasse isso, houve divergências entre o depoimento da autora e de sua testemunha. A autora informou que trabalhava com a ajuda de um único filho, enquanto a testemunha informou que ela trabalha juntamente com os dois filhos, sem conseguir declinar o nome de qualquer deles, outrossim não sabe o tamanho do roçado da autora e sequer conheceu o instituidor da pensão.

Por esses motivos, conquanto presente o início de prova material, o conjunto probatório impede o acolhimento do pedido." (grifei)

7. Diversamente do consignado no incidente, o início de prova material foi reconhecido. Ocorre que não houve sua ratificação ou ampliação pela prova testemunhal, consoante se extrai do julgado monocrático. Nesse passo, considerando a sentença, encampada pelo aresto censurado, contém outros fundamentos não impugnados nas razões do incidente, este não pode ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem nº 18 desta TNU.

8. Ademais, a pretensão recursal exige o reexame da matéria fática, inadmissível em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 da TNU.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509707-14.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ALIXANDRINO LEMES DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. OUTROS FUNDAMENTOS. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. JURISPRUDÊNCIA TNU. DIVERGÊNCIA NÃO VERIFICADA. REEXAME DE PROVA. TNU. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de aposentadoria por idade rural, mantida pela Turma Recursal do Ceará.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do STJ e da TNU.

3. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. A recorrente traz como paradigma julgados do STJ e súmulas da TNU em que busca demonstrar a eficácia dos documentos apresentados como início de prova material do tempo de serviço rural.

7. O acórdão da Turma Recursal de Ceará manteve a sentença por seus próprios fundamentos. O comando judicial singular, por seu turno, indeferiu o pedido por considerar não comprovado o labor em regime de economia familiar pelo período de tempo mínimo exigido para a aposentadoria por idade para o trabalhador rural, ressaltando que os documentos apresentados não configuram início de prova material; que o depoimento pessoal e a prova testemunhal não se harmonizam com os outros elementos probatórios; e que há diversos registros de vínculos urbanos do cônjuge da parte autora entre 1990 e 2005. A sentença, no que interessa ao ponto, foi vazada nos seguintes termos:

"Observe-se que o cônjuge da parte autora registra inúmeros vínculos empregatícios de natureza urbana (anexo 10), sendo o último deles na cidade de São Paulo, de 15/3/1990 a 18/6/2005. Além disso, o Srº Juviniano Alves de Lima (esposo da postulante) encontra-se recebendo benefício previdenciário urbano. Assim, considerando que a própria postulante afirmou em audiência que jamais se separou do seu marido, e ainda que confessou sempre residir com ele, somente se pode concluir que por grande período de tempo morou na cidade de São Paulo/SP.

Ademais, os testemunhos não são harmônicos com o depoimento pessoal do(a) autor(a) e com a narração constante da inicial, sobretudo no que toca ao efetivo exercício da atividade rural, não fornecendo elementos suficientes para concluir-se que a parte autora realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça, juntamente com sua família, na agricultura de subsistência."

8. Nesse passo, o incidente não poderia, de fato, ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem nº 18 desta TNU.

9. Conquanto não haja dúvidas de que os elementos documentais apresentados pela recorrente se prestam a configurar o início de prova material (comprovante de filiação a sindicato rural; comprovante de participação em programas governamentais de apoio aos trabalhadores rurais), o entendimento do STJ e da TNU é no sentido de que para os casos em que esses elementos probatórios não correspondam a todo o período requerido, deve haver robusta prova testemunhal que sustente a prova documental apresentada, o que não se verifica no caso em exame, pelo que inexistente a divergência apontada.

10. Ademais, a pretensão recursal exige o reexame da matéria fática, inadmissível em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 da TNU.

11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000428-14.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUCIMARA ROCHA SEVERO
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
OAB: PR-26296
PROC./ADV.: BRAULIO RENATO MOREIRA
OAB: SC-2424
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL QUE NÃO CONTEMPLA TODO O PERIODO DE CARÊNCIA. EXIGÊNCIA DE AMPLIAÇÃO PELA PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 42/TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de salário maternidade, mantida pela Turma Recursal de Santa Catarina ao fundamento da ausência de comprovação do labor rural em regime de economia familiar pelo período de tempo mínimo exigido para a concessão do benefício.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora sob a alegação de que o acórdão contraria jurisprudência da TNU e do STJ. Ressalta que a lei não exige que o início de prova material se refira a todo o período de carência e que os documentos apresentados são suficientes para o deferimento do benefício.

3. Incidente admitido na origem.

4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o incidente, com efeito, merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Conquanto não haja dúvidas de que os documentos apresentados pela recorrente se prestam a configurar início de prova material, o que até mesmo foi consignado no acórdão atacado, o entendimento do STJ e da TNU é no sentido de que para os casos em que tais elementos de prova não correspondam a todo o período que se busca comprovar, deve haver robusta prova testemunhal que sustente a prova documental apresentada, o que não se verificou no caso em exame.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. A propósito, trago excerto de julgado desta Corte Nacional que, a par do início de prova material, exige sua ampliação pela prova testemunhal:

"EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL.[...]. Dado o seu caráter meramente indiciário, o acolhimento do pedido dependerá ainda da produção de outras provas, especialmente a testemunhal, para ampliar a sua força probante para o período de carência que se quer demonstrar. [...]. (PEDILEF 200932007043945, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 28/10/2011.)"

8. O voto condutor do acórdão objurgado, sobre o ponto em questão, dispôs o seguinte:

"[...]. A meu sentir, embora não se negue a existência de início de prova material formalmente válido, o conjunto probatório acostado ao presente feito não consegue demonstrar, de maneira satisfatória, que a parte autora de fato exerceu a atividade rural em regime de economia familiar pela totalidade do período equivalente à carência do benefício. [...]."

9. Não preenchidos os requisitos necessários ao deferimento do Salário-Maternidade, deve ser mantido o acórdão que o denegou. Ademais, a pretensão recursal exige o reexame da matéria fática, inadmissível em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 da TNU.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502782-24.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILDO CIPRIANO DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. IRT. DIVERGÊNCIA. TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. CÓPIA DO JULGADO. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. TNU/QO N. 3. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de procedência do pedido de revisão de benefício previdenciário, pela aplicação do IRT (índice de reajuste de teto), mantida por seus próprios fundamentos pela Turma Recursal de Pernambuco.

2. Interposição de incidente de uniformização sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina. Ressalta que o aresto censurado determinou a aplicação do IRT a período posterior ao previsto no art. 21, § 3º, da Lei 8.880/94, o que é contrário à posição encampada pela turma catarinense.

3. Incidente não admitido na origem, sendo, a requerimento, submetido à Presidência da Turma Nacional, a qual determinou a distribuição do feito.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso em exame, a parte recorrente limitou-se a reproduzir o acórdão paradigma no corpo do julgado, olvidando, contudo, em indicar sua fonte, com prejuízo para a aferição de sua autenticidade, desatendendo, assim, à exigência contida na Questão de Ordem TNU n. 3 .

7. O não atendimento da Questão de Ordem TNU n. 3 impede o conhecimento do incidente, consoante recente julgado desta Corte Nacional, senão vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. LEI 9032/95. REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA CUMPRIDOS APÓS 28.04.1995. QUESTÃO DE ORDEM N. 03. NÃO CONHECIMENTO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal do Paraná que, confirmando a sentença, condenou a autarquia a converter tempo comum em especial para fins de concessão de aposentadoria especial. 1.1. A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada: "Esta 1ª Turma Recursal entende que é possível a concessão de aposentadoria especial após a entrada em vigor da Lei 9.032/1995, desde que a conversão de tempo comum para especial se dê somente em relação a períodos anteriores ao referido diploma legal e que os posteriores sejam todos de serviço especial.." 2. Argumenta a parte autora-recorrente que a decisão recorrida contraria o entendimento da 2ª Turma Recursal do Rio de Janeiro (autos 20025152002136301). 3. Anoto que a cópia do paradigma apontado não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não se trata de documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado 4.Incidente de uniformização não conhecido.Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(PEDILEF 50051625920124047003, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 14/01/2014 PÁG. 69/114.)

8. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002676-95.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA LUIZA GIMEZES VITTORE
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43/TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. RITNU. ART. 13, CAPUT. CONTRADIÇÃO NÃO VERIFICADA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente de uniformização suscitado pela parte autora ao fundamento da ausência de similitude fático-jurídico dos acórdãos paradigmas com o aresto hostilizado e do óbice contido no enunciado da Súmula 43/TNU - matéria processual.

2. Aduz a embargante que houve "contradição entre a r. decisão ora embargada e o quanto contido no seu recurso, pois que existe paradigma válido, inclusive com o devido cotejo analítico...".

3. Os embargos, todavia, não merecem acolhimento.

4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

5. O acórdão atacado pormenorizou as razões do não conhecimento do incidente, mormente no que tange à ausência de similitude fático-jurídica entre os arestos cotejados, razão por que não há se falar em contradição a ser sanada. Ademais, a contradição que autoriza a oposição de embargos é a verificada no próprio julgado censurado, ou seja, interna, jamais a contradição com o recurso, outros julgados ou mesmo com o entendimento da parte. A propósito:

"[...]. A contradição que justifica a interposição de embargos de declaração é aquela interna ao próprio voto, ementa e acórdão, e não a diversidade da matéria tratada no pedido de uniformização com aquelas.[...]." (PEDILEF 201070540025077, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, TNU, DOU 05/04/2013.)

6. Pelo exposto, REJEITO os presentes embargos.

**ACÓRDÃO**

A Turma rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.59.001393-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HOLANDA FERREIRA
PROC./ADV.: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
OAB: SP-299126
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-FERROVIÁRIO DA EXTINTA RFFSA. REGIME DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PREVISTO NA LEI 8.186/91. BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDOS ANTES DA LEI 9.032/95. RENDA MENSAL INFERIOR AO BENEFÍCIO PERCEBIDO PELO SEGURADO. EQUIPARAÇÃO AOS SALÁRIOS PAGOS AOS SERVIDORES DA ATIVA. POSSIBILIDADE. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela Autarquia Previdenciária em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que deu provimento ao incidente de uniformização suscitado pela parte autora ao fundamento de que há expressa previsão legal para a equiparação postulada.

2. Aduz a embargante, em síntese, que o acórdão embargado "merece exame", uma vez que conduz à aplicação de da Lei mais benéfica retroativamente, tendo em vista que in casu "o benefício havia sido concedido sob a égide de outra lei, ou seja, antes da Lei nº 9.032/95". Que, analisando especificamente a majoração do benefício de auxílio-acidente pela Lei n. 9.032/95, o STF concluiu pela inaplicabilidade da referida lei aos benefícios concedidos antes da sua vigência.

3. Os embargos, todavia, não merecem acolhimento.

4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

5. Inicialmente convém observar que a embargante não apontou objetivamente a existência de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida no acórdão embargado, limitando-se a asseverar que o acórdão "merece exame".

6. Ademais, o acórdão atacado pormenorizou as razões do provimento ao incidente, mormente no que tange ao entendimento esposado pelo STF no sentido de que a não aplicação da RMI de 100% estabelecida pela Lei 9.032/95 às pensões concedidas pelas leis anteriores (RE 415.454) não se aplica ao caso em tela, posto que o pedido da parte recorrente não era de modificação da RMI, mas de majoração da complementação incidente sobre sua pensão (item 12).

7. Pelo exposto, REJEITO os presentes embargos.

**ACÓRDÃO**

A Turma rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012769-83.2007.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: IVANILDO JOSÉ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
OAB: SP 133.791
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. OMISSÃO E ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do recurso interposto pela parte autora, mantendo acórdão da Seção Judiciária de São Paulo, de improcedência do pedido de concessão do auxílio-doença.

2. Alega o recorrente, em síntese, que o acórdão embargado incorreu em omissão e erro de fato, na medida em que deixou de se pronunciar sobre as condições pessoais do autor para a caracterização da incapacidade.

3. Os embargos, todavia, não merecem acolhimento.

4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

5. No caso sob exame, não se vislumbra nenhum dos vícios apontados pelo embargante. O argumento relativo às condições pessoais não restou enfrentado nas fases anteriores, o que impede esta TNU de apreciá-lo, por ausência de prequestionamento (Questão de Ordem n. 10 ), mormente em considerando a não oposição de embargos. E ainda que houvesse a oposição de embargos, nota-se que o conhecimento do incidente esbarraria na novel súmula 77 do Colegiado.

6. De outro lado, nota-se que a incapacidade constatada nos arestos paradigmas não restou evidenciada na sentença ou acórdão do colegiado de origem, ao contrário, os julgados foram expressos quanto à sua ausência, o que já descaracteriza a similitude fática entre os arestos cotejados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Ressalte-se, por fim, que o mero inconformismo da parte recorrente com o conteúdo da decisão não autoriza a oposição de embargos sob o argumento da existência de omissão ou erro material. Assim, não identificados vícios no julgado, a rejeição dos embargos é medida que se impõe.

8. Pelo exposto, REJEITO os embargos opostos.

**ACÓRDÃO**

A Turma rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503757-36.2007.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES SILVANO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE NÃO CONSTATADA EM EXAME PERICIAL. MATÉRIA DE FATO. PECULIARIDADES DE CADA CASO. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 42 DA TNU. CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. EXAME NÃO OBRIGATÓRIO. TNU. SÚMULA N. 77. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, mantida pela Turma Recursal de Pernambuco sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laboral da postulante, consoante conclusão da perícia judicial a que ela se submeteu.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que desconsiderou a incapacidade parcial e sua condição sócio-econômica.

3. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O acórdão censurado, com amparo em perícia judicial e encampando os termos da sentença, concluiu pela ausência de incapacidade laboral da recorrente, de modo que conhecer da postulação veiculada no recurso importaria em admitir o reexame das provas, em flagrante ofensa à súmula 42 desta TNU.

7. Como decorrência da conclusão pela ausência de incapacidade, não está o julgador obrigado a examinar as condições pessoais e sociais do postulante, conforme expressamente consignado no enunciado da Súmula TNU n. 77 .

8. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002274-42.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO NUNES
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO RURAL. ÁREA DA PROPRIEDADE. USO DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA TNU 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do período de 28/07/1973 a 31/12/1980, como de efetivo exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, ao fundamento de que a família da parte autora era proprietária de extensa área rural e se valia de maquinário agrícola na exploração da terra, concluindo a Turma de origem que "pelos elementos colhidos, não é possível um juízo de que a atividade era exercida em regime de mútua dependência e colaboração."

2. Em seu incidente de uniformização, sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge de orientação adotada pela 1ª Turma Recursal do Mato Grosso (processo 204031620054013), no sentido de que o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não tem o condão de descaracterizar, por si só, a condição de segurado especial de seu proprietário, bem como que o uso de maquinário também não afasta tal condição, se outros elementos de prova sinalizam a existência do trabalho rural em regime de economia familiar.

3. Pedido de uniformização não conhecido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. De fato, analisando os acórdãos contrapostos, verifico existir divergência de entendimento quanto à descaracterização do regime de economia familiar em face do tamanho da propriedade rural e da utilização de máquinas na exploração da terra. Contudo, ambos os julgados foram motivados por fundamentos concernentes à valoração das provas. É dizer, as conclusões a que chegaram os respectivos julgadores pautaram-se no conjunto probatório existente em cada processo, mormente no que tange à utilização de máquinas agrícolas.

5. No caso em apreço, o relator do acórdão recorrido concluiu pela descaracterização do regime de economia familiar e, por consequência, da condição de segurado especial do autor, após analisar os elementos colhidos nos autos. O paradigma, por seu turno, asseverou que "[...] Da mesma forma, o uso de maquinário não afasta a condição de segurado especial do de cujus, que, diante de todo o exposto, restou demonstrada pelos documentos colacionados, a caracterizar o início de prova material exigido em lei, corroborado pela prova testemunhal [...]".

6. Não desconheço que a questão do tamanho do imóvel rural já foi enfrentada por esta TNU, que editou a Súmula n. 30, segundo a qual "tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar." Todavia, conforme ressaltou a instância julgadora anterior, "[...] Não se trata de improcedência pelo singelo fato do tamanho da propriedade."

7. Dessa forma, considerando que a análise do presente pedido de uniformização importaria a reapreciação de todo o conjunto probatório formado nos autos, aplicável ao caso a Súmula TNU n. 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

8. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0043371-46.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANITA DA FÁTIMA FIGUEIREDO
PROC./ADV.: ADRIANO OLIVEIRA
OAB: MG-124397
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INCLUSÃO DE DEPENDENTE. CONDENAÇÃO DO INSS A PAGAR OS ATRASADOS DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PARADIGMA QUE NÃO GUARDA RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO FÁTICA DOS AUTOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que negou provimento ao recurso inominado interposto pelo INSS ao entendimento de que a responsabilidade pelo pagamento dos atrasados é da Autarquia, conforme cito: "Não há que se falar em devolução dos valores recebidos a maior pela outra pensionista, viúva do instituidor da pensão, diante do caráter alimentar do benefício e disposições constantes do art. 76 da Lei 8.212/91 [...] Portanto, fica indeferido a pretensão do recorrente de transferir para a pensionista o encargo de pagar as parcelas em atraso."

2. Em seu pedido de uniformização, sustenta o INSS que o entendimento mais recente do STJ é no sentido de que pode haver a restituição dos valores recebidos indevidamente, mediante desconto no benefício do segurado. Cita, como paradigma, o Agravo em Recurso Especial 176.900/MT, que firmou a orientação de que, no caso de revogação de antecipação de tutela, cabe ao requerente repor os danos causados pela execução da medida revogada.

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. O precedente invocado pelo INSS como paradigma da divergência (Agravo em Recurso Especial 176.900/MT) não guarda relação com a situação fática evidenciada nos autos, em que a sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido da parte autora para incluí-la como co-dependente de segurado falecido, condenando o INSS ao pagamento das parcelas devidas à postulante, na sua cota-parte, desde o ajuizamento da ação, em razão da ausência de requerimento administrativo. A Turma de origem manteve o julgado monocrático, enfatizando que a devolução dos valores recebidos a maior não cabe ao outro pensionista, em razão do caráter alimentar da prestação previdenciária e da previsão constante do art. 76 da Lei n. 8.213/91, segundo a qual "a concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação."

5. Assim, considerando a ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos, deixo de conhecer do Pedido de Uniformização interposto pelo INSS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001586-47.2011.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADÃO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JONES IZOLAN TRETER
OAB: RS-57993
PROC./ADV.: CRISTIANO PADILHA
OAB: RS-66695
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRECEDENTES DESTA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso inominado interposto pelo INSS, para reformar a sentença de procedência ao argumento de que "[...] não tendo o perito consignado uma data exata de início da incapacidade, baseando-se apenas em documentos médicos apresentados pela parte autora, não foi comprovado nos autos que, quando o requerente retornou ao RGPS e estava cumprindo o período de cumprimento de carência (artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91), apresentava-se capaz e em plena atividade laboral, não sendo portador da doença incapacitante que o acomete."

2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que a decisão recorrida contraria o entendimento desta TNU segundo o qual em casos em que o perito judicial não fixa com exatidão a data de início da incapacidade, esta deverá ser fixada na data da realização da perícia médica judicial (PEDILEF 200763060094503).

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Esta TNU tem prestigiado o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Dessa feita, em caso de laudo pericial inconclusivo a esse respeito, não está o juízo obrigado a fixá-la na data da perícia. Nesse sentido: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A PRECEDENTES DESTA TNU. DEMONSTRAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO PELO JUÍZO EM DATA NÃO COINCIDENTE COM A DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. POSSIBILIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES DA TNU. IMPROVIMENTO. 1. Na fixação da data do início da incapacidade, deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador, nos termos dos artigos 436 e 439, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sendo assim, a data de início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em outra data. Neste caso, a data de início da incapacidade não passará de uma ficção necessária ao julgamento da lide. 2. Esta TNU tem prestigiado o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o juízo não é obrigado a fixá-la na data da realização da perícia se o laudo pericial é inconclusivo neste aspecto. Precedentes: TNU, PU 2005.33.00.76.8852-5, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.03.2010; TNU, PU

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2007.63.06.00.7601-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08.01.2010. 3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido. (PEDILEF 200936007023962, Relator Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 13/11/2011).

5. Esse entendimento vem sendo reiterado por este Colegiado (Precedentes: PEDILEF 50496946420114047000, Relator Juiz Federal André Carvalho Monteiro, DOU 22/03/2013; e PEDILEF 05006414920074058102, Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012).

6. Assim, considerando que o acórdão recorrido não contraria a jurisprudência atual desta Turma Nacional, entendo aplicável ao caso o enunciado da Questão de Ordem n. 13 desta Casa ("Não cabe Pedido de Uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507309-53.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ DAMIÃO PAIXÃO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ELBE TENÓRIO MACIEL
OAB: PE-9312
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MODO DE EXPOSIÇÃO. ACÓRDÃO QUE FAZ REFERÊNCIA À EXPOSIÇÃO CONTÍNUA. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA E IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deu parcial provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora para reconhecer a especialidade dos períodos de 01/04/1996 a 04/03/1997 e 19/11/2003 a 31/12/2003 em razão do conjunto probatório dos autos indicar que em tais intervalos o nível mínimo de exposição ao agente ruído superava o limite previsto.

2. Em seu pedido de uniformização, o INSS insurge-se contra a conversão de especial para comum dos períodos reconhecidos pela Turma Recursal de origem ao argumento de que "da analise do PPP anexo 09 e 12, vislumbra-se que não fazer referência ao modo de exposição, se permanente e habitual, não ocasional, nem intermitente." Sustenta, assim, que o acórdão recorrido contraria a orientação desta Turma Nacional acerca da exigência de que a exposição ao agente nocivo ocorrida posteriormente a 28/04/1995 seja permanente (PEDILEF 2004.51.51.06.1982-7).

3. Pedido de uniformização não conhecido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. O acórdão recorrido enquadrou os períodos como especiais ao fundamento de que o nível mínimo de pressão sonora constante do laudo e formulário apresentados era contínuo e ultrapassava o limite de tolerância vigente à época da prestação da atividade, conforme destaque: "Nos termos da DSS-8030 apresentada pelo recorrente (anexo 9), o mesmo esteve submetido a ruído contínuo ao nível que varia de 86 a 96 dB(A). Portanto, não prospera a alegação de que durante este período ele esteve exposto a nível de ruído superior acima de 90 decibéis de forma habitual e permanente. Nos períodos compreendidos entre 01/04/1996 e 04/03/1997 e 19/11/2003 e 31/12/2003, forçoso é o reconhecimento do regime especial ao qual se submeteu o recorrente, tendo em vista que o nível mínimo de ruído ao qual estava sujeito (86 dB) era superior ao limite legal." (grifei)

5. Assim, verifico não haver divergência entre os acórdãos em cotejo. Além disso, analisar a alegação da Autarquia, de que os documentos apresentados não fazem referência ao modo de exposição da atividade, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, inviável nesta fase processual (Súmula TNU n. 42).

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012404-80.2008.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: KAREN LUCIANE DA ROSA
PROC./ADV.: ROSANGELA CONCEIÇÃO COSTA
OAB: SP-108307
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. PEDIDO DE PERÍCIA COM ESPECIALISTA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA TNU N. 42. CONDIÇÕES PESSOAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA TNU N. 77. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que negou provimento ao recurso da parte autora para confirmar, pelos próprios fundamentos, a sentença que rejeitou o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por invalidez por ausência de prova acerca da alegada incapacidade para o trabalho.

2. Em seu pedido de uniformização, a parte autora alega que a Turma Recursal de origem não analisou suas razões recursais, deixando de apreciar as provas do processo. Aduz que pleiteou a produção de prova pericial com especialista em oftalmologia, pedido não analisado pelo juízo de origem, o que configuraria cerceamento de provas e ofensa ao devido processo legal e à ampla defesa. Cita, como paradigmas da controvérsia, julgados da 1ª Turma Recursal de Goiás (processos n. 13174620084013, 381759320084013 e 388829520074013); e da 1ª Turma Recursal da Bahia (processo 898159520044013). Os julgados transcritos no corpo do recurso trataram de casos de laudo pericial contraditório, com determinação de anulação da sentença para complementação da prova pericial; e de laudos cujas conclusões não foram acolhidas pelos julgadores à vista das demais provas existentes nos autos, mormente das condições particulares de cada caso, que autorizaram a concessão dos benefícios. Por fim, cita julgado desta TNU (PEDILEF 20056306009118125), no sentido de que a incapacidade não pode ser analisada isoladamente, devendo-se levar em consideração as condições pessoais e sociais do postulante ao benefício.

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. Analisando os autos, verifico que houve determinação por parte do juízo de primeiro grau para realização de prova pericial com oftalmologista, não tendo a parte autora comparecido no horário e data agendados. Intimada para justificar a ausência, alegou erro na anotação das datas, justificativa não acolhida pelo magistrado em decisão/despacho fundamentado. O acórdão recorrido, por seu turno, confirmou a sentença pelos próprios fundamentos, acrescentando que "[...] Não vislumbro, neste caso concreto, motivos para discordar de tal conclusão, pois fundamentada nos documentos médicos constantes nos autos, inclusive exames objetivos, expressamente mencionados no laudo, bem como em exames clínicos realizados. Pela mesma razão, desnecessária a realização de nova perícia. Também não verifico contradições entre as informações constantes dos laudos aptas a ensejar dúvida em relação ao mesmo, o que afasta qualquer nulidade, que do laudo, quer da sentença [...] O nível de especialização apresentado pelos peritos é suficiente para promover a análise do quadro clínico apresentado nos autos. Não há necessidade de que o mesmo seja especialista em cada uma das patologias mencionadas pelo segurado, até porque estas devem ser avaliadas em conjunto."

5. Assim, entendo que o acórdão recorrido não destoa dos julgados indicados pela parte autora como paradigmas, cujas conclusões ampararam-se no conjunto probatório de cada processo. Além da ausência de semelhança entre os acórdãos, a análise de todos os argumentos trazidos ao conhecimento desta Turma Nacional pela recorrente demandaria, necessariamente, o revolvimento de provas, o que não é possível nesta fase recursal, nos termos da Súmula TNU n. 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6. O acórdão recorrido também não contraria a orientação desta Turma de Uniformização quanto à necessidade de análise das condições pessoais daquele que postula um benefício por incapacidade, pois, no presente caso, a perícia judicial realizada concluiu pela capacidade laboral da recorrente, incidindo, na espécie, o enunciado da Súmula TNU n. 77 ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004987-87.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DULCI MARIA STRASSER
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI
OAB: RS-19127
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO RURAL. ÁREA DA PROPRIEDADE. EMPREGADOS ASSALARIADOS E USO DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA. ACÓRDÃO RECORRIDO AMPARADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 18. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA TNU 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do período de 01/11/1984 a 31/12/1990, como de efetivo exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, ao fundamento de que o tamanho da propriedade exigia a contratação de mão de obra e a utilização de maquinários. Seguem os fundamentos da sentença confirmada pela Turma de origem: "[...] Ora, segundo se observa da certidão do INCRA, o marido da autora era proprietário de uma área com 300 hectares. É certo que tal propriedade corresponde exatamente aos quatro módulos fiscais previstos pela Lei de Benefícios como limite para a caracterização do regime de economia familiar, uma vez que o módulo fiscal na localidade de Loreto, interior do município do Maranhão, correspondia a 75 hectares, segundo se observa do endereço eletrônico http://www.canalrural.com.br/pdf/11097027.pdf. Tal fato, contudo, não pode ser analisado de forma isolada, uma vez que esse tamanho de propriedade, por certo, exige a contratação de mão de obra e a utilização de maquinários. Corrobora nesse sentido os dados informados nos comprovantes de pagamento de ITR, uma vez que neles consta a existência de três assalariados na propriedade, e a insegurança da autora ao responder, durante a justificação administrativa realizada por determinação desse Juízo, a respeito da utilização de maquinários. Entendo, assim, que a autora não pode ser qualificada como segurada especial no período de 01/11/1984 a 31/12/1990, uma vez o regime de economia familiar restou descaracterizado pela presença de empregados e pela utilização de maquinários."

2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a parte autora que o acórdão recorrido, ao confirmar a sentença que se baseou exclusivamente no tamanho da propriedade para afastar o regime de mútua colaboração, diverge da jurisprudência desta Turma Nacional, no sentido de que o tamanho da propriedade não descaracteriza, por si só, o regime de economia familiar (PEDILEF 200936007023486).

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. De fato, analisando os acórdãos contrapostos, verifico existir divergência de entendimento quanto à descaracterização do regime de economia familiar em face do tamanho da propriedade rural. Contudo, a sentença confirmada pelo acórdão recorrido baseou-se em outros fundamentos para afastar a existência de regime de economia familiar. Conforme antes transcrito, a existência de trabalhadores assalariados e de maquinário na propriedade da família também embasou a rejeição do pedido.

5. Assim, além do conhecimento do presente incidente encontrar óbice na Questão de Ordem TNU n. 18 ("É admissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles."), tenho que o indeferimento do pleito autoral foi fundamentado na valoração das provas, não sendo viável, em sede de uniformização de jurisprudência, revolver o conjunto probatório (Súmula TNU 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0510177-22.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NATALIA VICENTE MONTEIRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
OAB: CE-6656
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA PELA TURMA DE ORIGEM COM MAIS DE UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 18. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA TNU 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que negou provimento ao recurso interposto para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de salário-maternidade por entender não configurada a condição de segurada especial da parte autora.

2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a recorrente que a sentença confirmada pela Turma Recursal do Ceará, não valorou as provas (materiais e testemunhais) acostadas aos autos que, segundo sustenta, comprovam que a principal atividade da parte autora é a de trabalhadora rural. Cita vários precedentes do STJ e desta TNU que teriam conferido valor probante aos mesmos documentos apresentados pela requerente, transcrevendo no corpo do incidente as respectivas ementas. Assevera que uma nova análise das provas existentes nos autos não implica ofensa à Súmula n. 7, do STJ, indicando decisões desta TNU que determinaram o exame da correta valoração do conjunto probatório. Ainda, sustenta que o acórdão recorrido não foi devidamente motivado, requerendo seja anulado, de ofício. Por fim, aduz que a existência de vínculo empregatício em nome de seu cônjuge não tem o condão de descaracterizar sua condição de segurada especial, exercida individualmente, mencionando como paradigmas variados julgados do STJ em matéria previdenciária, cujas ementas também foram transcritas no corpo da peça recursal.

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Da análise das peças processuais constantes dos autos, verifico que, em cumprimento à diligência determinada pelo relator que me antecedeu na análise do presente pedido de uniformização, foi apresentada pela origem a transcrição da sentença proferida oralmente em audiência, da qual se infere que a magistrada indeferiu o pedido de concessão de salário-maternidade de trabalhador rural à parte autora com base na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos (provas material e depoimento pessoal), conforme destaco: "[...] Em relação ao salário-maternidade referente ao nascimento de Amanda Kelly Monteiro de Paiva, nascida em 31 de maio de 2005, verifico que como início de prova material a autora apresentou tão-somente uma carteira do sindicato de janeiro de 2005, que coincide com o mesmo mês em que a Autora parou de trabalhar (em seu depoimento, ela disse que parou de trabalhar ao quinto mês de gravidez). Além disso, em seu depoimento, a Autora não demonstrou conhecimentos ínsitos de agricultor, respondeu de forma equivocada a maioria das perguntas formuladas por este juízo e deixou de responder várias perguntas por não saber. Além disso, a Autora também não trouxe testemunhas. Desta forma, considerando a fragilidade do depoimento da Autora e considerando que ela não trouxe testemunhas, julgo improcedente o pedido [...]".

5. Portanto, como a sentença, confirmada pela Turma de origem, motivou a improcedência da demanda em fundamentos outros que não apenas na falta de início de prova material, entendo que o conhecimento do presente pedido de uniformização encontra óbice na Questão de Ordem TNU n. 18 ("É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles") e na Súmula TNU n. 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009040-31.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALBERI THIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, deixando de reconhecer os períodos de 06/03/1997 a 16/05/2004, 02/04/2005 a 04/07/2008 e 02/10/2008 a 06/01/2009 como laborados sob condições especiais de trabalho. Segundo a Turma Recursal de origem "[...] No caso, no período de 06/03/97 a 18/11/2003, a intensidade do ruído ficou em patamares inferiores a 90 dB(A); de 19/11/2003 a 16/05/2004 e de 02/04/2005 a 04/07/2008, inferiores a 85 dB(A). Quanto ao período de 02/10/2008 a 06/01/2009, ainda que o PPP tenha sido emitido em 01/10/2008, a declaração da empresa contida no Evento 1,

PROCADM3, seção 20), datada de 07/01/2009, e o laudo técnico da empresa (Evento 1, PROCADM18, seção 230) permitem constatar a continuidade do labor, no mesmo setor. Ocorre que o ruído médio do setor TR é inferior a 85 dB(A), conforme o aludido laudo. Assim, não podem ser

caracterizados como tempo de serviço especial os períodos em tela."

2. Em seu pedido de uniformização, a parte autora alega que desenvolveu suas atividades em indústria química de couro e que estava exposta não só ao agente ruído, como também a outros agentes insalubres, como hidrocarbonetos, solventes e cola. Assim, ante o caráter social do direito previdenciário, pugna pelo reconhecimento da especialidade das atividades. Indica como paradigmas julgados do STJ, de Turma Recursal do Rio de Janeiro e da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região que trataram da possibilidade de conversão de especial para comum de períodos laborados sob condições especiais de trabalho posteriormente ao advento da Lei n. 9.711/98 [REsp 1.128.731; AgREsp 1.087.805; REsp 956.110; 2006.51.51.019047-9 (1ª TRRJ); e 2007.72.95.009899-2 (TRU 4ª Região)].

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Não verifico divergência entre o acórdão recorrido e os precedentes apresentados pela parte recorrente como paradigmas da alegada divergência, os quais versaram acerca da possibilidade de converter em especial períodos laborados após o advento da Lei n. 9.711/98. Registro que com relação a isso, o acórdão recorrido está em consonância com os julgados citados.

5. O desprovimento do recurso inominado interposto pela parte autora no tocante aos períodos de 06/03/1997 a 16/05/2004, 02/04/2005 a 04/07/2008 e 02/10/2008 a 06/01/2009, pautou-se na análise do conjunto probatório, conforme se infere da fundamentação do acórdão recorrido, antes transcrita, não se prestando o incidente de uniformização de jurisprudência à reapreciação do acervo probatório (Súmula TNU 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6. Pedido de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007230-33.2007.4.03.6304
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JULIO RUANO MORENO
PROC./ADV.: MARCELO EDUARDO KALMAR
OAB: SP-186271
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONCESSÃO ANTERIOR À EDIÇÃO DA LEI N. 9.032/95. MAJORAÇÃO COEFICIENTE CÁLCULO PARA 100%. NOVA REDAÇÃO DA LEI N. 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA ATUAL DESTA TNU ALINHADA AO ENTENCIMENTO DO STF. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que negou provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora, confirmando pelos próprios fundamentos a sentença que rejeitou o pedido inicial.

2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a parte autora que a decisão da Turma Recursal de origem contraria a jurisprudência desta TNU, citando como paradigma da controvérsia o PEDILEF 2003.72.00.05.4924-8, que autorizou a majoração do coeficiente de cálculo de benefício previdenciário concedido antes da entrada em vigor da Lei n. 9.032/95.

3. Pedido de uniformização admitido na origem.

4. O paradigma citado pela recorrente não reflete a orientação atual desta Turma Nacional, devendo prevalecer o entendimento exposto na sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, segundo o qual a concessão ou a majoração de benefícios previdenciários deve obedecer ao princípio tempus regit actum, sendo a eles aplicada a lei vigente ao tempo em que cumpridos os requisitos legais para a concessão da prestação, decisão que se alinha à orientação do STF (Recursos Extraordinários n. 416.827 e 415.454, Pleno, Relator Ministro Gilmar Mendes, j. 08/02/2007), que resultou, inclusive, no cancelamento da Súmula TNU 15.

5. Dessa forma, considerando que o acórdão recorrido não contraria a jurisprudência atual desta Casa, deixo de conhecer do Pedido de Uniformização com fulcro na Questão de Ordem TNU n. 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500187-69.2012.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JAISE DAMIANA PEREIRA DIAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA PELA TURMA DE ORIGEM COM MAIS DE UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 18. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA TNU 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que negou provimento ao recurso interposto pela parte autora para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de salário-maternidade por entender não configurada a condição de segurada especial da demandante.

2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a recorrente que a sentença, confirmada pela Turma Recursal de Pernambuco, não considerou nenhum dos documentos acostados aos autos como início de prova material. Cita precedentes do STJ que teriam conferido valor probante aos mesmos documentos apresentados pela requerente, transcrevendo no corpo do incidente as respectivas ementas.

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Da análise dos autos, verifico que a sentença, cujos fundamentos foram confirmados pela Turma de origem, rejeitou o pedido de concessão de salário-maternidade de trabalhador rural à parte autora com base na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos. Motivou o indeferimento do pleito no fato dos documentos apresentados serem extemporâneos ou muito recentes ao período de carência do benefício (05/2010 até os 28 dias anteriores ao parto, ocorrido em 14/04/2011); a declaração prestada pela parte autora durante a entrevista administrativa no sentido de que não teria trabalhado na roça durante a gestação; e o fato da prova testemunhal ter sido pouco esclarecedora a respeito da alegada atividade rural desenvolvida no período de carência do benefício.

5. Portanto, como a sentença, confirmada pela Turma de origem, motivou a improcedência da demanda em fundamentos outros que não apenas na falta de início de prova material, entendo que o conhecimento do presente Pedido de Uniformização encontra óbice na Questão de Ordem TNU n. 18 ("É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles") e na Súmula TNU n. 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6. Pedido de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.51.51.058034-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CLEA CARNEIRO CLARO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PREENCHIMENTO DA CARÊNCIA. AUSÊNCIA DOS DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. ACÓRDÃO RECORRIDO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO REPETITIVO RESP 1.110.565. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que negou provimento ao recurso da parte autora por concluir que o de cujus não preenchia a condição de segurado da previdência social e nem reunia os requisitos à aposentadoria na data do óbito, conforme destaque: "[...] ao analisar o preenchimento de tais requisitos, verifico que o de cujus cumpriu o requisito do período de carência para que pudesse obter a aposentadoria [...] com relação ao requisito idade de 65 anos, verifico que o de cujos não chegou a cumprir tal requisito legal, tendo falecido em janeiro de 2005, 5 meses antes de completar os 65 anos de idade em 04/06/2005".

2. Em seu Pedido de Uniformização, a parte autora alega que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é devida a concessão de pensão por morte ao dependente do segurado que no óbito contava mais de 180 meses de contribuição, mesmo quando tenha havido a perda da qualidade de segurado ou não tenha o falecido completado a idade mínima para aposentadoria por idade ou o tempo de contribuição necessário para aposentadoria por tempo de contribuição. Cita como paradigma o REsp 282.588/PE, segundo o qual "a perda da condição de segurado não prejudica a pensão, no caso de, por ocasião do falecimento, o de cujus já tiver reunido os requisitos para a obtenção da aposentadoria, cujo período de carência compreende 180 contribuições mensais, in casu, satisfeitas." Ainda, indica julgado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (AC 382202) que também se orienta no sentido de que a "pensão por morte é devida mesmo quando há perda da qualidade de segurado do instituidor do benefício, desde que comprovado nos autos que o mesmo tenha contribuído por mais de 180 (cento e oitenta) meses para os cofres da Previdência Social."

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Inicialmente, registro que precedentes emanados de Tribunais Regionais Federais não servem à aferição de divergência jurisprudencial quanto à interpretação de lei federal, nos termos do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, que prevê que o pedido de uniformização deve ser fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

5. Quanto ao julgado oriundo do STJ (REsp 282.588), da leitura do inteiro teor do voto, pode-se concluir que a Corte Superior enfatizou que a jurisprudência predominante em seu âmbito é a de que a perda da qualidade de segurado, após o preenchimento dos requisitos exigíveis para a concessão de pensão ou aposentadoria, não importa na extinção do direito à percepção do benefício. Portanto, não houve dispensa dos demais requisitos necessários à aposentadoria, como quer fazer crer a parte recorrente, mas apenas a constatação de que naquele caso, não obstante a perda da qualidade de segurado do falecido, o direito à pensão era inconteste, porquanto houve contribuição por mais de 180 meses, sendo assegurado o benefício da pensão pela norma do art. 102 e §§ da Lei n. 8.213/91, que justamente prevê que "a perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos" e que "não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria".

6. Ademais, no julgamento do Recurso Especial 1.110.565/SE, Terceira Seção, Relator Ministro Felix Fischer, DJe 03/08/2009, submetido ao regramento do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou-se o entendimento de que a condição de segurado do pretenso instituidor de pensão por morte é condição indispensável ao deferimento do benefício, exceto nos casos em que o de cujus tenha preenchido, em vida, os requisitos necessários à concessão de aposentadoria, conforme se infere da ementa do julgado: "RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AOS DITAMES DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO Nº 8/STJ. PENSÃO POR MORTE. PERDA PELO DE CUJUS DA CONDIÇÃO DE SEGURADO. REQUISITO INDISPENSÁVEL AO DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. EXCEÇÃO. PREENCHIMENTO EM VIDA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À APOSENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. I - A condição de segurado do de cujus é requisito necessário ao deferimento do benefício de pensão por morte ao(s) seu(s) dependente(s). Excepciona-se essa regra, porém, na hipótese de o falecido ter preenchido, ainda em vida, os requisitos necessários à concessão de uma das espécies de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Precedentes. II - In casu, não detendo a de cujus, quando do evento morte, a condição de segurada, nem tendo preenchido em vida os requisitos necessários à sua aposentação, incabível o deferimento do benefício de pensão por morte aos seus dependentes. Recurso especial provido."

7. Portanto, o acórdão recorrido não contraria esse entendimento, estando a ele alinhado.

8. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5016216-31.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EVA GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELISÂNGELA CRISTINA DE OLIVEIRA
OAB: PR-33954
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUISITO SOCIOECONÔMICO. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra acórdão desta Turma Nacional que não conheceu do incidente de uniformização interposto pela embargante com base na Súmula n. 42, desta Casa ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

2. Embargos de declaração tempestivos.

3. Alega a embargante que não pretende rediscutir a matéria fática, mas apenas estabelecer premissa de direito no tocante à composição do grupo familiar. Aduz que somente a renda dos familiares residentes sob o mesmo teto poderia integrar o cálculo da renda mensal per capita.

4. Entendo não haver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida a sanar no julgamento anterior.

5. Analisar se a mãe da parte embargante deveria ou não ser considerada como integrante do grupo familiar demandaria o revolvimento do conjunto probatório, mormente do laudo da visita domiciliar, não sendo a via do incidente de uniformização a adequada para esse fim (Súmulas 07, do STJ; e Súmula 42, da TNU).

6. Assim, não existindo obscuridade, contradição, omissão ou dúvida a sanar, impõe-se o desprovimento dos embargos de declaração da parte autora.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais negar provimento aos embargos de declaração da parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000891-65.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SEBASTIÃO ANHAIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: AUDREY SANTAROSA POZZA
OAB: RS-68 832
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE MÉDIA PONDERADA. MÉDIA ARITMÉTICA. PRECEDENTE REPRESENTATIVO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, deixando de reconhecer o período de 06/03/1997 a 26/11/2003 como laborado sob condições especiais de trabalho. Segundo a Turma Recursal de origem "não merece prosperar a insurreição do recorrente, vez que o PPP anexado ao evento nº 01, documento PROCADM5, demonstra sujeição do demandante a ruído médio de 82,7dB, logo, medição insuficiente à caracterização da especialidade pleiteada."

2. Em seu pedido de uniformização, a parte autora alega insurge-se quanto ao não reconhecimento da especialidade do período de 06/03/1997 a 25/09/2009, alegando que o acórdão recorrido considerou a média aritmética simples dos níveis de ruído medidos, contrariando, assim, o entendimento de Turma Recursal da 5ª Região a respeito da matéria, no sentido de que o agente agressivo ruído medido em níveis variados deve ser apurado mediante cálculo da média ponderada ou, na impossibilidade, pelo maior pico medido (processo 0501989-64.2010.4.05.8501). Pugna que ao menos o período de 06/05/1998 a 05/05/1999 seja enquadrado como atividade especial em razão do PPP apontar a existência de ruído na intensidade de 92,6dB(A).

3. Pedido de uniformização admitido na origem.

4. A jurisprudência atual desta Turma Nacional de Uniformização está orientada no sentido de que "para fins de enquadramento da atividade especial pela exposição a agente nocivo ruído com níveis variados durante a jornada de trabalho do segurado, a técnica ideal a ser considerada é a média ponderada. Não sendo adotada tal técnica pelo laudo pericial, deve ser realizada média aritmética simples entre as medições de ruído encontradas pela prova pericial, afastando-se a técnica de "picos de ruído", na qual se considera apenas o nível de ruído máximo, desconsiderando-se os valores mínimos." (PEDILEF N. 2008.72.53.001476-7, Relator Juiz Gláucio Maciel, DOU de 07/01/2013). Registro que o referido julgamento foi submetido à sistemática de representativo de controvérsia (representativo n. 106).

5. Vê-se, assim, que o acórdão recorrido, ao justificar o indeferimento do pedido no nível médio de ruído, não contraria a orientação atual deste Colegiado, pois, no presente caso, conforme alegação da própria parte recorrente, o PPP registra os níveis variados de ruído medidos no ambiente de trabalho. É dizer, ausente informação no documento quanto à média ponderada, é a média aritmética que deve ser adotada.

6. No tocante à alegação de que em determinado período a parte autora esteve exposta a níveis de ruído que superavam o limite de tolerância então vigente, não há como apreciar tal argumento uma vez que demandaria o reexame das provas, providência incabível em sede de uniformização de jurisprudência (Súmula TNU 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

7. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000400-82.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS KOZENIESKI
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER
OAB: RS-31331
PROC./ADV.: KARINE RIGON SILVA BRASIL
OAB: RS-72 107
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. IMPRESTABILIDADE PARA COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. REQUISITOS DO ARTIGO 14 DA LEI 10.259/2001 NÃO PREENCHIDOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, deixando de reconhecer o período de 1985 a 1989, como de efetivo labor rural, em regime de economia familiar, em razão do afastamento do autor das lides campesinas para ingresso em curso superior, em cidade diversa do local onde a família desenvolvia atividades rurais.

2. Em seu pedido de uniformização, a parte autora alega que no período em que frequentou curso superior continuou a ajudar a família nas lides rurais durante as férias e nos finais de semana. Aduz que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido contraria a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região acerca da matéria, citando como paradigma da controvérsia o processo n. 2010.02.01.005608-8 daquele Tribunal Federal.

3. Pedido de uniformização inadmitido na origem. Agravo na forma do RITNU.

4. Registro que precedentes emanados de Tribunais Regionais Federais não servem à aferição de divergência jurisprudencial quanto à interpretação de lei federal, nos termos do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, que prevê que o pedido de uniformização deve ser fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

5. Portanto, em razão da impossibilidade jurídica de analisar eventual divergência jurisprudencial com paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal, deixo de conhecer do presente Pedido de Uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010902-52.2007.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MACEDONIO SARTORI
PROC./ADV.: ROSEMARY A. OLIVIER DA SILVA
OAB: SP-275788
PROC./ADV.: ADEVALDO SEBASTIÃO AVELINO
OAB: SP-272797
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO QUE PRETENDE REVER ACÓRDÃO QUE TRATOU DE PEDIDO NÃO INCLUSO NA PETIÇÃO INICIAL, OBJETO DE EMENDA POSTERIOR À CITAÇÃO. RECONHECIMENTO EM RECURSO INOMINADO DE FALHA DA PROVA PELO PRÓPRIO DEMANDANTE. ANÁLISE DE ASPECTOS FÁTICOS DA PROVA NÃO CONTEMPLADOS NA COMPETÊNCIA DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

O requerente buscava a revisão da decisão administrativa que lhe negou a condição de trabalho especial, insalubre, no período de 13/07/1993 a 01/12/2006, notando-se que o próprio demandante alerta que apenas o período de 06/03/1997 até a data atual (ao tempo da inicial) deveria ser considerado.

Logo, o requerente circunscreve a demanda inicial ao reconhecimento da insalubridade no labor de 06/03/1997 em diante, nada dizendo sobre outros períodos.

A citação do ora requerido se deu em 27/11/2007 e em 28/11/2007 o ora requerente emenda a sua petição inicial pedindo o reconhecimento da especialidade do labor em uma série de outros períodos.

Portanto, a emenda da inicial foi imprópria, quando já fechado o objeto de atuação judicial, dentro dos limites objetivos do pedido.

Ainda assim, a Sentença se pronunciou sobre todos os períodos e o Acórdão depois ainda reformou-a para ampliar a vitória do requerente, inclusive quanto a todo o período objeto da petição inicial não emendada.

Quanto ao período de 20/03/1989 a 02/09/1991, trabalhado para a Pirelli Pneus, a TNU não pode atuar, seja porque se trata de pedido não contemplado na inicial e emendada apenas após a citação, seja porque a Sentença e o Acórdão analisam aspectos fáticos da prova que extrapolam os limites de atuação deste Colegiado, conforme estabelecido na nossa Súmula 42.

Ademais, no próprio Recurso Inominado a parte requerente reconhece a falha da prova apresentada, que omite informações essenciais ao sucesso de sua demanda.

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003185-33.2011.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO ALBERTO MULLER
PROC./ADV.: PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES
OAB: RS-25520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE DE MOTORISTA VENDEDOR. HABITUALIDADE DA ATIVIDADE DE MOTORISTA, INSALUBRE, NÃO DEMONSTRADA COMO PREPONDERANTE SOBRE A DE VENDEDOR, NÃO INSALUBRE. JUÍZO EXIGIA A PERMANÊNCIA. PARADIGMAS DA MESMA REGIÃO NÃO SERVEM PARA FUNDAMENTAR PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PARADIGMA DA TNU ESTRANHO AO CASO CONCRETO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

O requerente buscava o reconhecimento de atividade especial, por enquadramento profissional, como motorista de carreta, mas a sua atividade, descrita em formulário próprio, não se resumia à dirigir o caminhão, sendo de motorista vendedor, sendo descritas, aquelas da segunda atividade como atividades importantes de sua jornada, não insalubres e sem anotação da preponderância entre as duas atividades.

Quando a atividade é de motorista de caminhão, se presume a habitualidade e a permanência, embora não exigida àquela época, era praticamente uma necessidade da atividade.

Mas quando a atividade é de motorista vendedor, não é possível dizer-se o mesmo.

Paradigmas da mesma Região de origem do Acórdão recorrido não servem para fundamentar pedido de uniformização nacional.

Tanto a Sentença como o Acórdão, que lhe confirmou, entenderam que não havia a permanência na exposição, mas, embora tenham utilizado conceito próprio de direito previdenciário, acredito que se intencionasse dizer que o desempenho de atividade mista de motorista e vendedor retirava da jornada do autor da demanda a habitualidade que se presume para a atividade exclusiva de motorista de caminhão, não sendo adequado o enquadramento nessa situação excepcional.

O único paradigma remanescente, da TNU, 2008.72.58.002569-4, da relatoria do Juiz Federal José Antonio Savaris, trata de hipótese bem distinta dessa tratada nos autos, tendo, para mim, como não válido para comprovação da divergência do julgado com a Jurisprudência dominante do STJ ou da TNU.

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007262-97.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILMAR JOAO AVER
PROC./ADV.: GUSTAVO HOLLAS DE OLIVEIRA BRITO
OAB: RS-77076
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADES ESPECIAIS POR INSALUBRIDADE COM EXPOSIÇÃO PERMANENTE A EMISSÕES SONORAS DE INTENSIDADE ENTRE 80 A 104 dB, COM MÉDIA PONDERADA DE 91,9 dB. INTERPRETAÇÃO DO REQUERENTE DE QUE A SENTENÇA RECONHECEU A ATIVIDADE COMO INTERMITENTE. PREMISSA EQUIVOCADA QUE PREJUDICA A COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA DO ACÓRDÃO, QUE HOMOLOGOU AQUELA DECISÃO, COM OS PARADIGMAS DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

O requerente buscava o reconhecimento de atividade especial por insalubridade, com exposição a emissões sonoras acima do limite de tolerância, de 18/06/1997 a 18/02/1998, desempenhada para a Indústria de Móveis Scalabrin Ltda., tendo sido de procedência a Sentença, posteriormente confirmada por seus próprios fundamentos pelo Acórdão da Turma Recursal gaúcha, ora objeto do pedido de uniformização.

O requerente parte da premissa equivocada, ou forçada, de que a decisão judicial admitiu que a exposição era intermitente, ao dispor que havia emissões sonoras de 80 a 104 dB, logo, parte delas dentro dos limites de tolerância.

Primeiramente, não se exige que durante toda a jornada de trabalho haja emissões superiores ao limite de tolerância, mas antes, essas emissões são ponderadas com o tempo de suas emissões comparadas ao tempo da jornada, para dizer-se se há a insalubridade.

Segundo, na ausência de média ponderada, a Jurisprudência da TNU firmou a aceitação da utilização da média aritmética, que foi a modalidade utilizada pela decisão judicial destes autos, de forma bem fundamentada e com razoabilidade e proporcionalidade.

De 20 fontes de emissões sonoras, 11, ou seja, mais da metade, era acima dos limites de tolerância, e, pela média geral, chegou-se a 91,9 dB, acima dos 90 dB exigidos para o período em questão.

Ademais, não está dito em momento algum que as máquinas com emissões inferiores a 90 dB estivessem atuando sozinhas ao tempo de grande parte da jornada diária, podendo ser, inclusive, que uma máquina geradora de emissões de 80 dB fosse utilizada simultaneamente com outra de 90 dB, o que tornaria o ambiente insalubre, pois basta que as emissões de uma única fonte atinjam os 90 dB.

Assim, considerando que o próprio requerente deixou de debater a questão da intermitência, passando a deduzi-la, por sua própria interpretação, da decisão judicial, os paradigmas apresentados passaram a tratar da rejeição da insalubridade, no período em questão, para atividades intermitentes.

Os eméritos Juízes Federais que sentenciaram a decidiram o recurso inominado são experientes Magistrados que em momento nenhum estabeleceram nova premissa em desacordo com a Jurisprudência pacífica da necessidade da permanência na sujeição aos agentes nocivos, sendo essa falha atribuível apenas à estratégia processual do requerente.

Ademais, o DSS-8030 emitido pela empresa, refere 94,7 dB de média, que se presume verdadeira e a média ponderada, baseada em laudo técnico pericial existente, sendo a outra encontrada por método aceitável, mas por conferência do Juízo.

Os paradigmas apresentados não subsistem a esse debate, restando sem fundamento o pedido de uniformização, quando adequadamente se entende que o Juízo apenas efetuou a média aritmética para trabalho em que o segurado esteve exposto de forma permanente ao agente insalubre, conforme constou inclusive no formulário próprio.

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.51.51.001801-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARINA CORREA DA ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (CASAPAR). INADIMPLÊNCIA DURADOURA. RENEGOCIAÇÃO ACORDADA. INADIMPLÊNCIA DO ACORDO OBJETO DA RENEGOCIAÇÃO. RETOMADA. CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. AUSÊNCIA DE PARADIGMAS ADEQUADOS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

A requerente busca a revisão forçada de seu contrato de arrendamento residencial com a requerida, após ficar inadimplente por mais de ano e, tendo renegociado a dívida, deixar de atender às condições renegociadas, acumulando mais de dois anos em dívidas contratuais e condominiais.

Negada a intervenção judicial em negócio jurídico celebrado sem observação de vícios de consentimento ou abuso contratual, a parte requerente busca a reversão dos termos da Sentença e do Acórdão da Turma Recursal de origem.

Porém, em sua tentativa, não traz paradigmas com similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, muito menos que reflitam a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem 22 da TNU:

"É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502013-84.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSIANE BONIFACIO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ECT. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: CASSIANO RICARDO DIAS DE MORAES CAVALCANTI
OAB: PE-17550
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA DANTAS DE SOUZA PAIVA
OAB: PE- 545
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

SEDEX 10. ATRASO NA ENTREGA. ÔNUS DA PROVA DA PRESTADORA DE SERVIÇOS. DEMONSTRAÇÃO DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FECHAMENTO DE AEROPORTO POR RAZÕES METEOROLÓGICAS. NEBLINA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO DOCUMENTO UNILATERAL APRESENTADO NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE. INOVAÇÃO EM GRAU DE RECURSO À TNU. IMPOSSIBILIDADE. PARADIGMA APRESENTADO SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

A requerente busca a responsabilização da requerida, prestadora de serviços postais em regime de monopólio, por atraso na entrega de encomenda postada com utilização do serviço Sedex 10.

Atraso não contestado.

Apresentação de documento unilateral da empresa requerida em que rastreados, informados e consolidados os serviços de entrega de encomendas, em que motivado o atraso em razão do fechamento do aeroporto por neblina (2524995 e 2525011), ou seja, causa de força maior.

Não se trata de caso de negativa de inversão do ônus da prova, fundamento do único Acórdão paradigma apresentado que seria, em tese, aproveitável, da Turma Recursal do Mato Grosso, já que Acórdão de Tribunal Regional Federal não serve ao propósito de comprovação de divergência de jurisprudência de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais de diferentes Regiões e nem em face da jurisprudência da TNU e do STJ.

O que se tem aqui é a apresentação de prova excludente da responsabilidade e que não foi impugnada no recurso em face da Sentença, ocorrendo essa fundamentação apenas agora, já em grau de Pedido de Uniformização à TNU.

Portanto, não há similitude fática e jurídica entre o paradigma e o caso dos autos, nem o documento base da Sentença e Acórdão foi objeto de impugnação fundada e tempestiva.

Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem 22 da TNU:

"É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001186-08.2006.4.03.6312
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JORGE CARREIRA
PROC./ADV.: THAIS TAROZZO FERREIRA GALVÃO
OAB: SP-223578
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. APLICAÇÃO DO INPC NA CORREÇÃO DO MENOR VALOR TETO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA EM RAZÃO DE REVISÃO ADMINISTRATIVA PELA PORTARIA MPAS 2.840/82 ANTERIORMENTE À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, DE 01/08/1983. RECURSO ÀS TURMAS RECURSAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO TRATA DA NEGATIVA DE APLICAÇÃO DO INPC, FUNDAMENTO DIVERSO DAQUELE DA SENTENÇA. ACÓRDÃO TRATA DE MATÉRIAS ESTRANHAS ÀQUELA DOS AUTOS. PARADIGMAS APRESENTADOS TRATAM DE MATÉRIA ESTRANHA ÀQUELA DOS AUTOS OU EM CONFORMIDADE COM A SENTENÇA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

O requerente buscava a revisão da renda mensal inicial de sua aposentadoria especial, concedida em 01/08/1983, sustentando que desde 01/11/1979 que o menor valor teto deveria ser corrigido pelo INPC em lugar de fatores de revisão indicados segundo sistemática atribuída ao Poder Executivo.

A Sentença reconheceu a razão da pretensão autoral, mas julgou-a improcedente, uma vez que antes da concessão de seu benefício a questão foi objeto de revisão administrativa, adotada conforme exposto na Portaria MPAS 2.840/82.

O requerente recorreu da Sentença às Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, que julgaram questão diversa, tratando da manutenção do poder aquisitivo da renda mensal do benefício pela aplicação de expurgos inflacionários, inclusive posteriores à concessão, logo, sem qualquer afetação da RMI.

Por fim, ao aparentemente tratar do tema em debate, acaba por dizer que não se aplicaria o INPC, porque dispositivo contido na Lei 6.950/81 teria vinculado o reajuste do menor valor teto ao salário-mínimo novamente, mas a referida norma legal diz respeito ao limite máximo do salário-de-contribuição.

Portanto, a Sentença não sofreu recurso apto a modificá-la, mas ainda assim o julgamento do Recurso Inominado se deu com erro de objeto e de fundamentação legal.

De toda sorte, os paradigmas trazidos se referem às regras de fixação da RMI sob a égide da Lei 8.213/91 (primeiro), ou reproduzem a mesma fundamentação não recorrida da Sentença (segundo) ou tratam de situação estranha àquela dos autos (terceiro), ademais, sem cotejo que demonstre a necessidade de substituição da decisão judicial pela jurisprudência indicada.

O requerente deveria ter demonstrado, desde seu Recurso Inominado, o que não fez nem agora em Pedido de Uniformização, que mesmo com a revisão determinada pela Portaria MPAS 2.840/82, ainda subsistira defasagem na atualização do menor valor teto, com prejuízo ao cálculo da RMI de seu benefício, mas provavelmente nunca fez esse cálculo, ingressando com demanda de massa, arriscando pouco, ante a ausência de custas judiciais, para ver no que dava a sua pretensão de ser mais um a ter direito à revisão, que nunca teve certeza de se enquadrar em seu caso.

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto acima.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0027094-68.2004.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADEBRANDO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO PROFERIDA POR COLEGIADO. NÃO CONHECIMENTO. ARTIGO 34 DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 04 DE SETEMBRO DE 2008.

1. Trata-se de agravo regimental apresentado pela parte autora-recorrente contra acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente de uniformização por ela apresentado por ausência de paradigma válido e ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os julgados apontados como paradigmas.

2. A parte autora interpõe o presente agravo, com fulcro no artigo 34 do Regimento Interno desta TNU, pretendendo a reconsideração da decisão.

3. Nos termos do artigo 34 da Resolução nº 22/2008, "Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto. (Redação dada pela Resolução n. 163, de 9.11.2011)"

4. Não há previsão legal para a apresentação de agravo regimental de decisão proferida pelo Colegiado, mas tão somente das decisões monocráticas proferidas pelo relator com fulcro no artigo 8º, incisos IX e X da Resolução 22/2008.

5. Agravo regimental não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001058-73.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIA CHIODINI
PROC./ADV.: VICTOR PAULO CIPRIANI
OAB: SC-11 873
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DE BENEFÍCIO COM SEU CANCELAMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL QUE VEDA A EXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS PELA CONSIDERAÇÃO DE BOA-FÉ DA BENEFICIÁRIA. PARADIGMA ÚNICO NÃO REPRESENTATIVO DA JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA OU DOMINANTE DO STJ. JURISPRUDÊNCIA FIRME DA TNU PELA IRREPETIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM MESMO SENTIDO. PEDILEF NÃO CONHECIDO.

A ora requerida ingressou em Juízo pretendendo lhe fosse restituído o direito à aposentadoria rural por idade, cancelada após procedimento de revisão administrativa.

A Sentença afirmou a correção dos procedimentos revisionais, notadamente no que diz respeito à observância do contraditório e da ampla defesa, mas reconheceu razão ao ora requerente em cancelar o benefício, que acabou sendo conquistado com a utilização de nota de produtora rural fraudulenta.

A mesma Sentença, contudo, reconheceu na autora da demanda a boa-fé, dizendo tratar-se de pessoa idosa e de poucos estudos, que fora levada a erro do qual sequer tinha consciência, por agente do Sindicato Rural, tanto assim que em audiência negou a venda a determinada pessoa, que era justamente quem constava na nota fraudulenta.

Assim, determinou a manutenção do cancelamento do benefício, mas deu parcial procedência, apenas para que os valores já recebidos não lhe fossem exigidos.

Ambas as partes recorreram da Sentença, e o Acórdão apenas homologou aquela, utilizando-se de seus fundamentos como causa de decidir.

Assim, partindo desta premissa, da requerida ter agido de boa-fé, entendimento a que eu teria dificuldade de chegar, mas que não cabe mais debater, é que o ora requerente pretende que a TNU faça valer o entendimento do STJ exposto no único paradigma trazido, de que é devida a restituição do quanto lhe foi pago.

Contudo, o único paradigma não traduz o entendimento majoritário do STJ e nem afirma fazê-lo, estando em desacordo com a Questão de Ordem 5 da TNU.

Aliás, afirma ser o entendimento do STJ para questões de inaplicabilidade do artigo 115 da Lei 8.213/91, hipótese na qual não se enquadra o caso dos autos, em que o benefício não seria sequer devido.

Há inúmeras decisões mais recentes e mais específicas, das quais pinço a que segue, que trata inclusive da hipótese de decisão judicial, ou não, para reafirmar a irrepetibilidade das prestações recebidas de boa-fé dado o seu caráter alimentar:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS PELA ADMINISTRAÇÃO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO DE DEVOLUÇÃO A PARTIR DA DATA DA CESSAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DO EFEITOS DA TUTELA. MATÉRIA NÃO SUSCITADA NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. 1. Os valores percebidos que foram pagos pela Administração Pública em decorrência de interpretação deficiente ou equivocada da lei, ou por força de decisão judicial, ainda que precária, não estão sujeitos à restituição, tendo em vista seu caráter alimentar e a boa-fé do segurado que não contribuiu para a realização do pagamento considerado indevido. 2. Em agravo regimental não cabe examinar questão que não foi suscitada no recurso especial. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AGA 201102459685, MARCO AURÉLIO BELLIZZE, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:31/05/2012)"

Portanto, não é o caso de se conhecer o pedido de uniformização.

Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais por não conhecer do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, nos termos do voto do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
Juiz Federal Relator

REPRODUÇÃO PROIBIDA POR DIREITOS AUTORAIS

PROCESSO: 0027045-36.2009.4.01.3900
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: RIAN BARROSO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Pará, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de inexistência de incapacidade.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do STJ. Sustenta que as condições sócio-culturais devem ser consideradas na análise da incapacidade.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após pedido de reconsideração.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso em apreço, verifico que o acórdão impugnado não guarda similitude fático-jurídica com o único acórdão apresentado como paradigma, uma vez que aquele tem como questão de fato a concessão de benefício assistencial ao deficiente e este de concessão de aposentadoria por invalidez.

6. Ainda que houvesse identidade fática entre os julgados cotejados, o entendimento desta Relatora é no sentido de que não se pode engessar o magistrado instrutor, vedando-lhe a análise das condições pessoais e sociais do autor, e igualmente, posiciona-se no sentido de que não se pode obrigar o juiz a fazer essa análise quando ele entender pela prescindibilidade desse exame. Nesse sentido, os seguintes julgados: PEDILEF nº 0042576-54.2007.4.03.6301 (DJ: 20/02/2013) e PEDILEF nº 5002451-94.2011.4.04.7010 (DJ: 06/12/2012).

7. Ademais, a Turma Recursal de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a considerar que a parte autora não faz jus ao benefício assistencial, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante nos autos. Desse modo, conclui-se que a parte recorrente pretende também o reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0511109-64.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: OZIEL LINS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE LACERDA SANTANA
OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS JULGADOS COTEJADOS. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, o qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de ausência de incapacidade total para o exercício de atividade laboral, conforme laudo médico judicial.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Primeira Turma Recursal do Tocantins, bem como da TNU, segundo as quais devem ser verificadas também as condições sócio-culturais para análise do requisito da incapacidade.

3. Incidente não admitido pela Presidente da Turma Recursal de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso em apreço, o acórdão impugnado manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença de improcedência. A seguir, excerto da decisão monocrática: "(...) Quanto ao requisito referente à incapacidade, observo que o laudo pericial apresentado pelo expert, revela ser a parte autora portadora de seqüela de fratura do punho esquerdo. Porém, atesta o laudo que o autor não é incapaz para o desempenho de toda e qualquer atividade laboral, apresentando apenas incapacidade parcial, de natureza permanente. Então, percebe-se que o autor não cumpriu o requisito referente à incapacidade laboral genérica, visto que o laudo pericial aponta incapacidade apenas para o exercício de sua atividade habitual - agricultor -, considerando que ele na referida atividade despende esforço físico. Ademais, de acordo com o laudo judicial, infere-se que o quadro de saúde atual do autor torna-o apenas incapacitado para atividades que sejam incompatíveis com as seqüelas decorrentes da lesão ocorrida no seu punho esquerdo, portanto, havendo capacidade remanescente para diversas outras atividades que lhe permitam garantir o sustento, ou mesmo, como foi asseverado pelo perito, para atividades leves. Destaco que o benefício em tela é destinado aos casos de incapacidade laboral genérica, ou, não sendo genérica, aos casos em que a incapacidade laboral, embora específica para a atividade habitual do indivíduo, retira do mesmo chances de prover o seu sustento pelo trabalho em razão de circunstâncias pessoais, tais como: idade, grau de instrução, dentre outras. Porém, tenho que mencionadas circunstâncias não ocorrem no caso destes autos, uma vez que o autor ainda é jovem (possui apenas 32 anos de idade), e sabe ler e escrever, portanto, demonstrando condições pessoais favoráveis a sua reinserção no mercado de trabalho em atividade compatível com o seu estado de saúde atual. Assim, inexistindo nos autos qualquer outro dado que infirme ou mesmo obnubile a conclusão médico pericial, tenho que não há como conceder o benefício assistencial requerido pela parte autora."

6. Como se vê, a conclusão da Turma Recursal de origem, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante nos autos, apontou de forma clara os motivos que a levaram a considerar que a parte autora não faz jus ao postulado na inicial, analisando, inclusive, suas condições sociais e pessoais.

7. Conclui-se, portanto, pela inexistência de divergência entre os julgados cotejados e pela pretensão de reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0022874-92.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FABIO CARAM MEIRELES
PROC./ADV.: CRISTIANE TEIXEIRA DA SILVA
OAB: SP-252249
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FINANCEIRO DURANTE CURSO DE FORMAÇÃO DA POLICIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Mato Grosso, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de diferenças pecuniárias relativas ao auxílio financeiro recebido durante o curso de formação de policial federal. De acordo com o colegiado, deve ser aplicado o Decreto-Lei nº 2.179/84, segundo o qual o pagamento do auxílio financeiro durante o curso de formação é no valor de 80% sobre o vencimento básico até o início da vigência da Lei nº 11358/06, que instituiu o pagamento por subsídio. No caso, a parte autora fez curso de formação na vigência da Lei nº 11.358/06 (mais especificamente, de fev/10 a jun/10), determinando a Turma Recursal de origem o pagamento de 80% sobre o valor do subsídio.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela União, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o Decreto-Lei nº 2.179/84 estabeleceu o vencimento como base de cálculo do auxílio financeiro, não podendo ser aplicado ao subsídio previsto na Lei nº 11.358/06. Apresentou como paradigma acórdão do STJ proferido no REsp nº 1.195.611.

3. Esta Turma Nacional de Uniformização, em sessão de julgamento realizada em 12/12/13, no PEDILEF nº 0027559-79.2010.4.01.3600, da Relatoria do Iluste Juiz Federal Gláucio Maciel, idêntico ao presente processo, decidiu pelo não conhecimento do incidente em razão da falta de similitude fático-jurídica entre os julgados cotejados. Transcrevo a seguir excerto do julgado, o qual adoto como razão de decidir: "Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. No acórdão paradigma, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, decidiu-se que, por força do princípio da especialidade, aplica-se o Decreto-Lei 2.179/84, devendo o auxílio financeiro ser pago no percentual de 80% sobre o vencimento básico. Entretanto, no recurso especial em questão, o curso de formação ocorreu em 2005, antes da Lei 11.358/06 que estabeleceu o pagamento por subsídio aos policiais federais. Por óbvio, aquela Corte não se pronunciou sobre a possibilidade da base de cálculo do auxílio financeiro ser o subsídio, mesmo porque não era essa a forma de pagamento dos policiais federais à época do curso de formação em questão. Não é possível uniformizar a jurisprudência se o acórdão paradigma não tratou da tese jurídica que se busca prevalecer".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0026647-82.2010.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RODRIGO PINTO DE SOUZA
PROC./ADV.: GILMAR PEREIRA ROSA
OAB: MT-12544
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FINANCEIRO DURANTE CURSO DE FORMAÇÃO DA POLICIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. INCIDENTE NÃO CONHECDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Mato Grosso, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de diferenças pecuniárias relativas ao auxílio financeiro recebido durante o curso de formação de policial federal. De acordo com o colegiado, deve ser aplicado o Decreto-Lei nº 2.179/84, segundo o qual o pagamento do auxílio financeiro durante o curso de formação é no valor de 80% sobre o vencimento básico até o início da vigência da Lei nº 11358/06, que instituiu o pagamento por subsídio. No caso, a parte autora fez curso de formação na vigência da Lei nº 11.358/06, determinando a Turma Recursal de origem o pagamento de 80% sobre o valor do subsídio.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela União, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o Decreto-Lei nº 2.179/84 estabeleceu o vencimento como base de cálculo do auxílio financeiro, não podendo ser aplicado ao subsídio previsto na Lei nº 11.358/06. Apresentou como paradigma acórdão do STJ proferido no REsp nº 1.195.611.

3. Esta Turma Nacional de Uniformização, em sessão de julgamento realizada em 12/12/13, no PEDILEF nº 0027559-79.2010.4.01.3600 (Relator: Juiz Federal Gláucio Maciel), idêntico ao presente processo, decidiu pelo não conhecimento do incidente em razão da falta de similitude fático-jurídica entre os julgados cotejados. Transcrevo a seguir excerto do julgado, o qual adoto como razão de decidir: "Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. No acórdão paradigma, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, decidiu-se que, por força do princípio da especialidade, aplica-se o Decreto-Lei 2.179/84, devendo o auxílio financeiro ser pago no percentual de 80% sobre o vencimento básico. Entretanto, no recurso especial em questão, o curso de formação ocorreu em 2005, antes da Lei 11.358/06 que estabeleceu o pagamento por subsídio aos policiais federais. Por óbvio, aquela Corte não se pronunciou sobre a possibilidade da base de cálculo do auxílio financeiro ser o subsídio, mesmo porque não era essa a forma de pagamento dos policiais federais à época do curso de formação em questão. Não é possível uniformizar a jurisprudência se o acórdão paradigma não tratou da tese jurídica que se busca prevalecer."

4. Incidente de uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0046553-49.2010.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NELSON FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPORTO PELA PARTE AUTORA. MATÉRIA EMINENTEMENTE PROCESSUAL. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de São Paulo, a qual negou provimento ao recurso interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedente o pedido de concessão/restabelecimento de benefício por incapacidade, diante da ausência de tal requisito atestada pela perícia médica judicial.

2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização de jurisprudência. Alegação de que a sentença e o acórdão são nulos em vista da falta de intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo médico judicial, caracterizando, assim, cerceamento de defesa e violação ao princípio do contraditório.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos à Turma Nacional de Uniformização após pedido de reconsideração.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência sobre questões de direito material entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Tal pressuposto está previsto no caput do art. 14 da Lei nº 10.259/01 e está intimamente relacionado com duas características importantes dos incidentes de uniformização: a inviabilidade de exame de matéria de fato e a impossibilidade de discussão de matéria processual.

5. No caso dos autos, a alegação recursal é de natureza eminentemente processual, o que inviabiliza a uniformização de jurisprudência. Inteligência da Questão de Ordem nº 43 desta TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

6. Ressalte-se que, ainda se diga que a tese defendida pela recorrente diz respeito a direitos e garantias fundamentais, como o acesso à Justiça e a ampla defesa, não se tratando de mera questão processual, deveria o recorrente ter se valido do recurso processual adequado, no caso, o Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, cabível em matéria constitucional.

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507987-45.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ALVARIM DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Sergipe, a qual negou provimento ao recurso do autor, servidor pública federal, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (URP) sobre sua remuneração referente aos meses de abril e maio de 1988.

2. Interposição de incidente nacional de uniformização pelo autor. Alega, o recorrente, que a Turma Recursal de origem negou vigência, sob a ótica constitucional, ao direito adquirido, previsto no art. 5º, inciso XXXVI, da CF, e à Súmula nº 671 do STF. Alega, também, contrariedade à jurisprudência consolidada do STJ sobre o assunto. Assevera, ainda, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes. Acostou como paradigmas julgados do STF e do STJ, e um acórdão do TRF da 5ª Região, invocando, ainda, a Súmula nº 671 do STF e a Súmula nº 85 do STJ.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional de Uniformização após a interposição de agravo.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, não se presta a pedido de uniformização a divergência com julgados oriundos do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

5. No tocante à alegação de divergência com o entendimento do STJ, verifico inexistir a necessária similitude fático-jurídica. O acórdão recorrido, adotando como fundamento o PEDILEF nº 20074100901307, concluiu que as diferenças pleiteadas pela autora já teriam sido pagas, em razão de os vencimentos terem sido recompostos integralmente em novembro de 1988, não havendo reflexos nos salários posteriores. Já os acórdãos do STJ fazem referência à Súmula nº 85 da referida Corte, reconhecendo a inocorrência de prescrição do fundo de direito por se tratar de prestação de trato sucessivo.

6. Esta Turma Nacional de Uniformização, recentemente, julgou neste mesmo sentido os seguintes processos, idênticos ao presente: PEDILEF nº 0508242-03.2012.4.05.8500 (Relator: Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves) e PEDILEF nº 0516103-49.2012.4.05.8400 (Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio).

7. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0513804-96.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: FRANKLYN EMANUELL GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ACÓRDÃOS APRESENTADOS COMO PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Alagoas, a qual negou provimento ao recurso do autor (servidor público do Poder Executivo Federal), mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de implantação do índice de 28,86% sobre o seu vencimento básico, assim como a percepção dos valores retroativos. Entendeu o colegiado que não existe qualquer débito a ser pago à parte autora. Isso porque as reestruturações remuneratórias das carreiras do Poder Executivo Federal, realizadas pelas Leis nº s 11.091/2005 e 11.784/2008, com fixação de novas tabelas de vencimentos, trouxeram vantagens que absorveram integralmente o índice de 28,86%.

2. Inconformado, o autor interpôs o presente incidente de uniformização. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ. Sustenta o recorrente que reajustes posteriores às Leis nº 8.622/93 e nº 8.627/93 - incluindo aqueles decorrentes de progressão funcional e reestruturação remuneratória, não absorvem o reajuste de 28,86%.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos remetidos a esta TNU após requerimento.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Mediante cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas acostados, verifico inexistir a necessária similitude fático-jurídica. Os acórdãos apresentados como paradigmas dizem respeito à compensação do reajuste de 28,86% com eventuais aumentos posteriores ao advento das Leis nº 8.627/93 e nº 8.622/93, inclusive os concedidos a título de evolução funcional. De acordo com os julgados, tais reajustes em nada repercutem na dedução do reajuste de 28,86%. O acórdão recorrido não trata de compensação ou dedução. O decisum afirma que o percentual foi integralmente absorvido por força das reestruturações da carreira realizadas pelas Leis nº s 11.091/2005 e 11.784/2008, com fixação de novas tabelas de vencimentos.

6. Em sessão de julgamento realizada em 13/11/2013, esta Turma Nacional de Uniformização julgou neste mesmo sentido o seguinte processo, idêntico ao presente: PEDILEF nº 0503643-27.2012.4.05.8013, Relator: Juiz Federal João Batista Lazzari.

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505570-83.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDUARDO ARAUJO COSTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SANCHA MARIA F.C.R. ALENCAR
OAB: PB-13237
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 85 DO STJ. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatada sentença que reconheceu a prescrição da pretensão formulada para julgar extinto o processo com resolução de mérito, por força do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, em ação na qual o autor, servidor público civil, objetiva a aplicação em sua remuneração, do percentual residual decorrente da implantação a menor do índice de 28,86% retroativamente a julho de 1998.

2. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, a qual manteve a sentença pelos próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento desta TNU, bem como do STJ, segundo os quais nas ações em que se postula reposição de parcela remuneratória, sem que tenha havido negativa formal da Administração, não ocorre prescrição de fundo de direito, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, aplicando-se, assim, a Sumula nº 85 do STJ.

4. Incidente admitido pelo Excelentíssimo Presidente da Turma Recursal de origem, vieram os autos conclusos para julgamento.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. Demonstrada a divergência jurisprudencial, o incidente merece ser conhecido.

7. No mérito, dou provimento ao incidente, adotando como razões de decidir o entendimento firmado por esta TNU no julgamento do PEDILEF nº 0023758-92.2009.4.01.3600 (D.O.U: 31/05/2013), de relatoria do ilustre Juiz Federal Rogério Moreira Alves, assim ementado: SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. PERCENTUAL DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. FUNDO DE DIREITO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. 1. O acórdão recorrido considerou que o prazo prescricional da pretensão de incorporação ao vencimento de servidor público civil do índice de 28,86% (conferido pela Lei 8.627/93 aos militares) voltou a correr a partir da edição da MP 1704/98. Não decidiu se o prazo voltou a correr por inteiro ou pela metade, pois considerou que, independentemente da definição dessa questão, o direito teria sido integralmente fulminado pela prescrição, porque a ação foi proposta em 2006 (processo nº 2006.36.00.906805-9), ou seja, oito anos depois da referida medida provisória. O autor interpôs pedido de uniformização de jurisprudência questionando apenas a prescrição do fundo de direito. 2. Nas demandas objetivando reposição de parcela remuneratória, sem que tenha havido negativa formal da Administração, não ocorre prescrição de fundo de direito, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, em que a exigibilidade da pretensão se renova mensalmente. Aplica-se a Sumula nº 85 do STJ: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". 3. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu, em julgamento de recursos especiais repetitivos, que "com a renúncia pela Medida Provisória n. 1.704/98 do prazo prescricional relativo à pretensão de militares ao reajuste de 28, 86% desde janeiro de 1993, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30.6.2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30.6.2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte" (REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 13.4.2009). Dessa forma, o acórdão recorrido não poderia ter considerado integralmente prescrita a pretensão do autor. A prescrição não atingiu o fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação. 4. Afastada a prescrição, a TNU não pode avançar no julgamento da questão principal de mérito. A cognição da TNU limita-se à questão de direito material em torno da qual se demonstrou a divergência jurisprudencial. Aplicação da Questão de Ordem nº 7 da TNU: "Na Turma Nacional de Uniformização, afastada a prescrição ou a decadência decretada na instância ordinária, os autos são devolvidos ao juizado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ou à Turma Recursal, conforme o caso". 5. Pedido de uniformização parcialmente provido para afastar a prescrição total da pretensão e desconstituir a extinção do processo nos termos do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento (grifos não originais)". Neste mesmo sentido, o PEDILEF nº 0502622-83.2007.4.05.8500 (Relator: JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 28/09/2012) e o PEDILEF nº 0505569-98.2011.4.05.8200 (Relator: Juiz Federal Rogério Moreira Alves, julgado na última sessão desta Turma Nacional de Uniformização, realizada em 07/08/2013).

7. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido para afastar a prescrição total da pretensão autoral. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento, em atenção ao disposto na Questão de Ordem nº 07 da TNU, in verbis: "Na Turma Nacional de Uniformização, afastada a prescrição ou a decadência decretada na instância ordinária, os autos são devolvidos ao juizado ou à Turma Recursal, conforme o caso."

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507914-13.2006.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO DA SILVA FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCONGRUÊNCIA ENTRE A MATÉRIA DECIDIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO E AQUELA OBJETO DO RECURSO. PREJUÍZO NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO.

1. A parte autora havia interposto recurso inominado requerendo a inadmissão do recurso interposto pela parte ré tendo em face da ausência de impugnação específica, já que o recurso era referente à pessoa e situação estranhas ao feito. O recurso interposto pelo INSS era referente à pessoa de JOSE RODRIGUES DA SILVA e requeria a manutenção da sentença.

2. Ao julgar os recursos, a Turma Recursal ignorou as impugnações da parte autora e deu provimento ao recurso do INSS, reformando a sentença recorrida.

3. Inconformada, interpôs pedido de uniformização de jurisprudência, alegando que a sentença de parcial procedência foi reformada pela Turma Recursal diante de recurso alheio aos autos - recurso com parte e matéria de fato totalmente alheios aos autos. Atacou ainda pontos da sentença, que reconheceu apenas o direito da recorrente ao restabelecimento do auxílio-doença, não reconhecendo o direito à aposentadoria por invalidez.

4. Em resposta ao despacho que determinou a certificação das razões da decisão que reformou a sentença, a Turma Recursal da Paraíba admitiu a série de equívocos existente no processo: "4 ) Na sequência, houve recurso de apelação no INSS em face de autor diverso do presente feito, sob nome "José Rodrigues da Silva" (Anexo 15), ao que tudo indica por um lapso, ocasião em que se pedido que fosse negado provimento ao recurso interposto pelo autor; 5) Nas contrarrazões ao recurso em comento (Anexo 18), a parte recorrida faz menção à ocorrência relatada no item anterior, requerendo que não venha sequer a ser recebido o recurso interposto pela autarquia previdenciária, eis que a peça recursal trata de parte distinta daquela dos presentes autos; 6) Não obstante o ocorrido, o acórdão (Anexo 19) foi no sentido de dar provimento ao recurso do INSS para, reformando a sentença recorrida, rejeitar o pedido inicial da parte autora, fato decorrente de indução a erro que perdurou no curso do processo, corroborado com o fato de que o laudo pericial não evidenciara a incapacidade do autor para atividade laborativa, enfatizado no item 2".

5. Da análise do acórdão recorrido, verifica-se que não houve correlação entre o pedido do recurso - manutenção da sentença - e a decisão do acórdão recorrido.

6. A incongruência da matéria decidida no acórdão com aquela tratada no recurso frustra a possibilidade de se configurar divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Como essa nulidade influencia no juízo de admissibilidade do pedido de uniformização, pode ser reconhecida de ofício pela TNU. O acórdão recorrido deve ser anulado, cabendo à Turma Recursal refazer o julgamento, enfrentando especificamente as questões suscitadas pela parte recorrida (ora recorrente).

7. Ressalva do posicionamento pessoal do relator, que entende ser a nulidade questão processual insuscetível de verificação no âmbito do incidente de uniformização de jurisprudência previsto no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

8. Acórdão anulado de ofício. Incidente de uniformização de jurisprudência prejudicado.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em anular de ofício o acórdão recorrido, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002072-20.2011.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NAIDE DEMÉTRIO MATOS
PROC./ADV.: RICARDO AUGUSTO SILVEIRA
OAB: SC- 6998
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUXÍLIO DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONSTATAÇÃO DE INCAPACIDADE PARCIAL TRANSITÓRIA. EFETIVA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 42 TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Santa Catarina, que reformou a sentença de total procedência que tinha reconhecido a incapacidade total e conseqüente direito à aposentadoria por invalidez, reconhecendo apenas a incapacidade parcial por 90 dias e a concessão de auxílio doença pelo mesmo período.

2. Suscitou divergência jurisprudencial em face de jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Ag 1102739 / GO, AgRg no REsp 1055886 / PB, REsp nº 965.597/PE) que afirmam que condições pessoais e profissionais da segurada podem e devem ser compreendidos no conceito de incapacidade laboral.

3. Do exame dos autos, verifica-se que o acórdão recorrido não diverge da interpretação da lei federal adotada nos arestos indicados como paradigma, pois efetivamente analisou as condições pessoais da parte, como idade, local de trabalho, tipo de trabalho, etc.; apenas chegou a conclusão diversa a respeito da capacidade, conforme se extrai de leitura de trechos da decisão:

"Assim, da análise desses itens específicos, conjugados com a idade da autora, que é relativamente jovem (53 anos), bem como pelos atestados médicos juntados na inicial, que indicam curtos períodos de tratamento, conforme se vê no evento 15 - Atestmed1, cujo atestado foi fornecido por médico particular da autora, especialista em ortopedia e mencionou afastamento por apenas 90 dias, aliado ao fato de a autora trabalhar em casa, pois é contribuinte individual, podendo observar as cautelas indicadas pelo perito com muito mais liberdade do que se estivesse laborando em uma empresa e, de ser uma atividade leve, deve ser cancelada a aposentadoria por invalidez concedida. (...) entendo que deve ser dado parcial provimento ao recurso para conceder o benefício de auxílio-doença desde a data de sua cessação, para que a autora providencie o tratamento específico para a coluna cervical, bem como o tratamento psiquiátrico, pelo período de 90 dias, indicado pelo seu médico particular, observando-se que tal prazo correrá a partir desta decisão. Não havendo melhora, diante da comprovação do devido tratamento, a autarquia pode e deve tentar a reabilitação para outras profissões em que não tenha as restrições impostas à sua patologia. Portanto, somente ante a impossibilidade concreta de reabilitação deverá ser concedido o benefício de aposentadoria por invalidez, não sendo a idade avançada ou o grau de escolaridade motivos suficientes para, por si só, se considerar impossível a reabilitação.

4. Dessa forma, verifica-se que não há divergência entre a interpretação adotada no acórdão recorrido e nos arestos paradigma, visto que houve efetivo exame das condições pessoais. Na realidade, o presente pedido não veicula pretensão de uniformização de interpretação da lei, mas de verdadeiro reexame da prova dos autos.

5. Ademais, o exame das condições pessoais e sociais somente adquire relevância no exame da possibilidade de reabilitação do segurado para o exercício de atividade diversa daquela que este exercia habitualmente, eis que o aprendizado de outro ofício, ainda que seja possível em tese, do ponto de vista médico, pode ser inviabilizado na prática pelo grau de instrução, idade, dentre outros fatores não decorrentes do estado de saúde analisado no laudo pericial. Daí porque a análise das condições pessoais somente se faz necessária quando persiste algum grau de incapacidade - no mínimo para a atividade habitual (Súmulas 47 e 77 da TNU). No caso de incapacidade transitória, porém - como reconhecido nos autos, em que o laudo pericial e o próprio atestado médico apresentado pela parte autora afirmaram a incapacidade por apenas 90 dias, com possibilidade de retorno para o exercício da mesma atividade habitualmente exercida, após a realização de tratamento médico no período referido - sequer seria necessário o exame das condições pessoais, pois, cessada a moléstia impeditiva da execução da atividade habitual, a parte pode voltar a desenvolver a mesma atividade que vinha exercendo, e para a qual já possui aptidão, sendo irrelevante a análise de fatores como idade ou grau de instrução, já que não se faz necessária reabilitação/aprendizado de ofício diverso.

6. O segurado que possui prognóstico favorável à recuperação da capacidade física para o exercício da própria atividade, habitualmente exercida, a toda evidência não tem direito à aposentadoria por invalidez. A idade somente constitui causa suficiente para a aposentadoria quando prevista em lei (aposentadoria por idade) ou quando associada à permanência de incapacidade para a atividade habitualmente exercida pelo segurado (situação em que, a depender do caso concreto, pode dificultar o aprendizado de outra atividade compatível com as limitações de saúde), não sendo justificada a pretensão de utilizar idade inferior àquela prevista para a aposentadoria para postular benefício diverso (aposentadoria por invalidez), para o qual a parte também não preenche os requisitos, em razão do caráter efêmero e transitório da incapacidade. A prevalecer a tese sustentada pelo recorrente, os segurados da previdência fariam jus à aposentadoria por invalidez em razão de limitações eminentemente transitórias, como viroses ou convalescença cirúrgica, apenas em razão da idade, mesmo sendo esta inferior à prevista para a aposentadoria por idade. Tal interpretação, porém, não encontra respaldo no ordenamento jurídico.

7. Independentemente da interpretação adotada quanto à (des)necessidade de exame das condições pessoais, verifica-se que o acórdão recorrido efetivamente analisou as condições pessoais da parte, de modo que a pretensão da parte não se apóia na divergência de interpretação jurídica de lei federal, mas em divergência quanto à análise da prova condições pessoais feita pelo acórdão recorrido, o que não constitui objeto do incidente de uniformização de jurisprudência.

8. Inteligência do Enunciado nº 42 da Súmula de jurisprudência da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

9. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer e negar provimento ao agravo, não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5036336-23.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLMIRO RICARDO VITT
PROC./ADV.: RAQUEL ANTUNES DE AZAMBUJA
OAB: RS-50663
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. SÚMULA TNU Nº 47. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.O INSS interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com jurisprudência da Turma Recursal do Mato Grosso (2005.36.00.701911-8).

2.O pedido de uniformização interposto pelo demandante foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de impossibilidade de reexame de provas por esta Turma Nacional de Uniformização. A decisão foi objeto de agravo.

3.A possibilidade de equiparação da incapacidade para trabalho habitual à inaptidão para o exercício de toda e qualquer atividade laborativa diante da análise das condições pessoais do autor já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização através da Súmula TNU nº 47.

4.Aplicação da Questão de Ordem nº 13 TNU: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005).

5.Ademais, o presente pedido não veicula pretensão de uniformização de interpretação da lei, mas de verdadeiro reexame da prova dos autos.

6.O incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não constitui instância revisora da análise da prova. Se o exame da pretensão do requerente depender do reconhecimento de fatos não declarados no texto do acórdão ou sentença, não é possível o conhecimento do incidente. Inteligência do Enunciado nº 42 da Súmula de jurisprudência da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

7.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5011653-95.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REINALDO VEZZARO
PROC./ADV.: JULIANA ZANUZ ANEZI
OAB: RS-71988
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL JÁ RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXTINÇÃO DO JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, extinguindo o processo sem julgamento do mérito no que tange ao pedido formulado pela parte autora, de reconhecimento e averbação do período de tempo de serviço rural (26.10.1977 a 31.10.1991) já reconhecido em âmbito administrativo.

2. Suscitou divergência com jurisprudência do STJ (Súmula 242 e julgamentos dos REsp 191108/RS, REsp 1310042/PR e Resp 9333/RS).

3. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de impossibilidade de pedido de uniformização que verse sobre matéria processual. A parte demandada interpôs agravo contra esta decisão.

4. Nos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, que gira em torno de interesse de agir, questão eminentemente de direito processual.

5. Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, a saber, a extinção do processo sem julgamento do mérito por falta de interesse processual, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

6. Nos termos da Súmula 43 desta TNU, "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

7. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0531661-46.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SEVERINA FERREIRA BIANO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 14 DA LEI N. 10.259/2001. OBJETO. DIVERGÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO DA LEI EM QUESTÕES DE DIREITO MATERIAL ENTRE TURMAS DE JUIZADOS ESPECIAIS, OU ENTRE ESTAS E A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE DIVERGÊNCIA COM ACÓRDÃOS DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, OU DE ALEGAÇÕES PROCESSUAIS. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM EXAME DA PROVA NO CASO CONCRETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com a jurisprudência dominante do TRF - 1ª Região (AC 200038030067576-MG; AC 199701000431833-MG), do TRF 2ª Região (AC 200050010009974-ES), do TRF - 3ª Região (AC 1021788-SP), do TRF - 5ª Região (AC 200181000062819-CE), do STJ (REsp 257263- PR e REsp 514.921 - RS) e da Turma Recursal do Paraná (Processo 2004.70.95.003251-3).

2. Em relação aos paradigmas de Tribunais Regionais Federais, estes afirmam, em síntese, que a exigência de laudo técnico para comprovação da especialidade somente passou a vigorar a partir de 14.10.1996, e que a exposição ocorrida em período anterior a esta data pode ser comprovada por formulários preenchidos pelo empregador; como também que a lei não exige, para a comprovação da insalubridade, que o laudo técnico seja contemporâneo.

3. Porém, o objeto do incidente previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 se restringe à uniformização de divergências entre decisões de Turmas Recursais de juizados especiais ou entre estas e a jurisprudência dominante do STJ, não se destinando à uniformização da jurisprudência de Tribunais Regionais Federais, razão pela qual não pode ser conhecido o incidente neste ponto.

4. A parte recorrente indicou também como paradigma de divergência acórdão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (REsp 257263- PR) que afirma a possibilidade de o juízo ordenar de ofício diligências para apurar a verdade real. Porém, a divergência alegada não pode ser analisada no âmbito do incidente suscitado, eis que a determinação ou não de diligências processuais instrutórias constitui questão processual, cuja uniformização não constitui objeto do incidente previsto no art. 14 da Lei n. 10.259/2001, que se restringe à uniformização de divergências na interpretação da lei sobre questões de direito material.

5. Por fim, o acórdão da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (REsp 514.921 - RS) apenas afirma que, até o advento do Decreto 2.172, de 5/3/1.997, que regulamentou a Medida Provisória 1.523/96, convertida na Lei 9.528/97, é possível o reconhecimento de tempo de serviço em atividade especial mediante apresentação de formulário próprio descritivo da atividade do segurado e do agente nocivo à saúde ou perigoso.

6. Porém, em momento algum o acórdão recorrido afirma que a prova do caráter especial do tempo de serviço somente pode ser feita através de laudo técnico, ou que formulários SB-40 e PPP não constituem meio de prova admissível para a comprovação da exposição aos agentes nocivos. O exame da decisão recorrida demonstra que a desconsideração dos formulários apresentados pela parte foi feita em razão de circunstâncias particulares da prova e das conclusões emanadas de sua análise (exposição variável e intermitente; extemporaneidade; ausência de identificação da relação entre a pessoa que assina formulários de mais de uma empresa e os empregadores, etc.), e não em razão de entendimento pela inadmissibilidade dos formulários como meio de prova em si mesmo.

7. Na realidade, a verdadeira pretensão do recorrente é que sejam analisados formulários que entende não terem sido considerados pela decisão recorrida por ocasião do julgamento: "Destarte, percebe-se que aquela decisão - a sentença, que foi mantida que foi pelos seus próprios fundamentos pela TR - julgou improcedente o pedido autoral, sob o fundamento de que havia imprecisão nos laudos e que estes não seriam suficientes para comprovação de exercício de atividade especial. Desprezou-se por completo todos os formulários PPP (anexo 8)". Contudo, eventual e suposta ausência de análise de prova não se confunde com afirmação de sua inadmissibilidade como meio legal. A pretensão de exame de prova não valorada constitui, ao fim e ao cabo, mera pretensão de reexame de prova e rejulgamento, o que não é cabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

8. Caso que não guarda similitude fática e jurídica com o aresto indicado como paradigma. Impossibilidade de reexame de provas (Súmula 42 TNU).

9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000691-16.2011.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ESTESELINA ALVES LORENÇATTO
PROC./ADV.: GIOVANNI GOSENHEIMER
OAB: SC 9.626
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. RMI. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM PREMISSA DE NÃO COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS ACIMA DOS LIMITES LEGAIS DE TOLERÂNCIA. NÃO RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE COMO ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 13. PRETENSÃO DE REEXAME DA PROVA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE LAUDO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Santa Catarina, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, não reconhecendo como especial o período pretendido pelo autor por não ter sido comprovado pelos PPP e LTCAT apresentados em juízo.

2. Suscitou divergência com jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 2004.8320000881-4, Relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória) e do STJ (REsp Nº 689.195-RJ, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Julgamento 07.06.2005; AgRg no REsp Nº 228.832-SC, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, Julgamento 13.05.2003; REsp Nº 253.365-PE, Relator Ministro Gilson DIPP, Julgamento 28.06.2001).

3. O acórdão recorrido afastou o caráter especial alegado da atividade com base na análise dos Perfis Profissiográficos Previdenciários apresentados pelo próprio autor, relativo a cada um dos períodos da atividade, os quais, segundo o acórdão recorrido, informam apenas que este esteve exposto ao agente ruído, porém em intensidade (65 dB(A)) inferior aos limites de tolerância previsto na legislação. E concluiu: "Assim, a exposição da autora era abaixo dos limites de tolerância. Registro que o laudo técnico apresentado também não demonstra a exposição a agentes agressivos que permita o reconhecimento da especialidade postulada. Cabendo à autora demonstrar que laborou exposto a agentes prejudiciais à saúde, e não o fazendo, seu pedido merece ser indeferido".

4. O recurso apresentado não demonstrou qualquer divergência de interpretação da lei entre o acórdão recorrido e as decisões apontadas como paradigma. Conforme salienta o próprio recorrente na petição do incidente, a decisão da Turma Recursal de Santa Catarina "inclinou-se pela linha de convencimento de que '... a Recorrente não trouxe prova de que o exercício da atividade tenha envolvido contato direto com agentes nocivos", ao passo que os arestos indicados como paradigma afirmam, todos, apenas que é devido o reconhecimento do caráter especial da atividade quando comprovada a insalubridade através de laudo ou perícia judicial.

5. Verifica-se, portanto, que não há divergência na interpretação da lei. Na realidade, a insurgência do recorrente é quanto à análise da prova feita pelo acórdão recorrido (o recorrente entende que havia provas nos autos - laudo médico - comprovando a exposição, ao passo que o acórdão recorrido entendeu que o requerente não trouxe provas), e não quanto à interpretação jurídica adotada. Todavia, a divergência na análise de provas não constitui objeto do incidente de uniformização de jurisprudência.

6. O incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias. No caso dos autos, inexiste qualquer reconhecimento do fato alegado (prova da insalubridade), seja na sentença, seja no acórdão recorrido. Em juízo de uniformização da interpretação da lei, não é possível o reexame da prova dos autos, para verificar se as afirmações feitas na sentença ou acórdão correspondem ao que a parte concluiu do exame do laudo pericial. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não constitui instância revisora da análise da prova (Súmula 42).

6. Decisão recorrida que adota a mesma interpretação jurídica consagrada nos arestos indicados como paradigma, com conclusão diversa em face da adoção de premissas fáticas distintas (análise da prova). Não caracterização de divergência jurisprudencial na interpretação da lei. Questão de Ordem nº 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.") e 22 desta TNU ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma"). Impossibilidade de reexame da prova em sede de incidente de uniformização (Súmula 42).

7. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003209-52.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDSON MARTINS
PROC./ADV.: Sueine Go Pimentel
OAB: RS-52 736
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA COM JULGADOS DE TURMA RECURSAL DA MESMA REGIÃO. DIVERGÊNCIA QUE REFOGE AO OBJETO DO INCIDENTE. ART. 14 DA LEI N. 10.259/01. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de agravo imposto contra decisão do Presidente da Turma Recursal do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu o pedido de uniformização sob o fundamento de que a pretensão do autor é o reexame de matéria de fato.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência, interposto pela parte autora com fundamento no art. 14 da Lei nº 10.259/2001, traz como paradigmas julgados de Turma Recursal da mesma Região que o acórdão paradigma.

3. No caso dos autos, a parte autora indicou como paradigma de divergência acórdãos proferidos pela Turma Recursal da 4ª Região, cuja uniformização não constitui objeto do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

4. O incidente para uniformização de jurisprudência com base em divergência de interpretação entre Turmas de uma mesma região somente pode ser analisado pela Turma Regional de Uniformização. A parte autora até dirigiu, inicialmente, tal incidente para a Turma Regional de Uniformização. No entanto, requereu a renomeação do Incidente de Uniformização Regional para Incidente de Uniformização Nacional e seu redirecionamento para a Turma Nacional, sem, contudo, apresentar paradigmas em conformidade com o artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

5. Com efeito, os paradigmas apresentados (0014046-51.2008/RS; 5001504-19.2011/RS; 5001941-53.2012/RS; 2006.70.95.0095763/PR; 5000057-72.2010.404.7100/RS) não ensejam o cabimento do incidente de uniformização suscitado, já que a competência desta Turma Nacional de Uniformização está restrita à divergência jurisprudencial entre turmas de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ.

6. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004185-35.2005.4.02.5167
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LIGIA MONTEIRO DE SOUZA
PROC./ADV.: IARA RAMOS DE JESUS DE PAULA
OAB: RJ-111178
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

MATÉRIA PROCESSUAL. COMPETÊNCIA. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte ré interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária DO Rio de Janeiro, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 2002.60.84.0001730), ao considerar o Juizado Especial Federal competente para julgar as ações quando somatório das 12 parcelas vincendas ultrapassar o limite de alçada dos juizados especiais federais.

2. Nos termos do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, que gira em torno da competência, questão eminentemente de direito processual.

3. Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, a saber, o juízo competente para processar e julgar a ação, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

4. Embora esta Turma Nacional entenda ser possível o exame da competência quando sua análise repercute nas questões de direito material, impedindo a análise do mérito da pretensão da parte, observo que, no caso dos autos, o juízo a respeito da competência não impediu o exame das questões de direito material, apenas o atribuiu a órgão julgador diverso daquele que a parte entende ser o competente. Logo, a decisão recorrida encerra questão exclusivamente processual, sem impedimento ao exercício pleno do direito constitucional de ação, não estando incluída no objeto do incidente previsto no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

5. Nos termos da Súmula 43 desta TNU, "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

6. Incidente de Uniformização não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0014936-46.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SEVERINO BEZERRA NETO
PROC./ADV.: CRISTIANE TEIXEIRA DA SILVA
OAB: SP-252249
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

POLICIAL CIVIL. CURSO DE FORMAÇÃO. PERCEPÇÃO DE 80% DOS VENCIMENTOS
DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA. ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 2.179/84, E ART. 8.º DA LEI N. 4.878/65. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. § 2.º, DO ART. 2.º, DA LICC. INAPLICABILIDADE DO ART. 14, DA LEI N.º 9.624/98. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Mato Grosso, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, reconhecendo o direito do aluno em curso de formação profissional da Polícia Federal a perceber 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra.

2. Suscitou divergência com jurisprudência do STJ (REsp 1.195.611/DF).

3. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de ausência de similitude jurídica. A parte demandada interpôs agravo contra esta decisão.

4. No caso dos autos, a parte recorrente sustenta, em apertada síntese, que o acórdão recorrido, ao manter sentença que reconheceu o direito do aluno de curso de formação de policial federal à percepção de 80% dos vencimentos da primeira referência da classe inicial da carreira, deixou de observar que, após a edição da Lei 11.358/2006 os policiais federais passaram a não mais perceber vencimentos e sim subsídio. Desta forma, aduz o recorrente ser indevido o pagamento de tais valores.

5. Porém, o acórdão paradigma se refere a diferenças no período de 04.11.2005 a 23.12.2005, momento anterior à vigência da Lei 11.358/2006 que alterou a forma de pagamento de vencimentos para subsídio. Assim, tal paradigma não guarda similitude com o acórdão recorrido, que tratou de diferenças no período de fevereiro a junho de 2007.

6. Forçoso reconhecer que o caso em tela guarda particularidade não ventilada pelo acórdão paradigma, qual seja, períodos de diferenças tratados por leis divergentes, motivo pelo qual não restou demonstrada a similitude fática e jurídica.

7. Não havendo similitude entre a matéria decidida nos arestos indicados como paradigma e a matéria alegada no pedido de uniformização, não há divergência a uniformizar. Questão de Ordem nº 22 ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

8. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília-DF, de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5037612-64.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELYSEU BIJEGA
PROC./ADV.: ANTÔNIO MIOZZO
OAB: PR 13.246
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO APÓS VÁRIOS REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL A PARTIR DO PRIMEIRO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NÃO COMPROVAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. NÃO CONHECIMENTO.

1.A parte recorrente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, sob o fundamento de que a decisão impugnada contrariou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp N. 206.417/SP e REsp186.399/SP) no sentido de considerar que, mesmo após inúmeros pedidos administrativos de concessão de beneficio, a prescrição qüinqüenal foi contada da data do ajuizamento da ação e não a partir do primeiro deles.

2.O pedido de uniformização interposto pelo demandante foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de inexistência similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto apontado como paradigma. A parte demandante interpôs agravo contra esta decisão.

3.Alega a parte autora que formulou pedido administrativo em 1994, porém, apenas no momento do segundo requerimento administrativo, em 2003, houve o reconhecimento de que a mesma já teria implementado os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade desde 1994. A sentença de procedência reconheceu o direito autoral à revisão da DIB do benefício desde o primeiro requerimento administrativo (NB 086.794.402-1), qual seja, 06/06/1994. Pretende o requerente que a prescrição qüinqüenal seja desde o requerimento administrativo - 2003.

4.Não há similitude fática e jurídica entre a matéria decidida no acórdão recorrido e no REsp N. 206.417/SP, que trata da prescrição na ação de cobrança de correção monetária sobre valores pagos com atraso de parcelas remuneratórias de servidor público, e apenas afirma a inexistência de prescrição quando decorridos menos de 5 anos entre a data do pagamento e a data do ajuizamento da ação. O paradigma apresentado, afora tratar de situação diversa da versada no acórdão recorrido (prescrição da pretensão para a cobrança de diferenças de correção monetária), utiliza o mesmo parâmetro adotado pela decisão recorrida (data do ajuizamento da ação) para verificação do prazo prescricional de 5 anos (pagamento realizado nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação; e não 5 anos anteriores ao requerimento administrativo).

5.Em relação ao paradigma constante do REsp 186.399/SP (Relator Ministro Fernando Gonçalves, SEXTA TURMA, 16.05.2000), trata-se de posicionamento isolado e antigo, de uma única Turma e em uma única ocasião, e que não representa a jurisprudência dominante daquela Corte, que em ocasiões mais recentes sempre se posicionou pelo reconhecimento da prescrição das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação.

6.O requerimento administrativo constitui o termo inicial do direito (art. 49, incisos I e II da Lei n. 8.213/91) e, portanto, do nascimento da ação (actio nata), termo inicial de fluência do prazo prescricional. A partir do requerimento não atendido, dispõe o segurado de ação contra a Previdência para assegurar a satisfação de seu direito, prescrevendo as parcelas que estejam vencidas há mais de 5 anos na data do ajuizamento da ação. A formulação de novos e sucessivos requerimentos, e eventual reconhecimento parcial do direito pela ré, com a concessão do benefício a partir do último requerimento, sem renúncia à prescrição ou pagamento das parcelas prescritas, não tem o condão de ressuscitar a pretensão para exigência das parcelas já prescritas ou modificar o seu termo inicial.

7.A pretensão ao recebimento das prestações vencidas no qüinqüênio anterior a requerimento administrativo formulado há mais de 10 anos (1994) da data da concessão do benefício em requerimento posterior implicaria inegável desconsideração da prescrição operada sobre as prestações vencidas a partir da actio nata (momento do nascimento da pretensão), sem qualquer causa legal que a justifique. Não há previsão legal que afaste a fluência da prescrição em razão de reconhecimento parcial da obrigação pelo devedor, sem reconhecimento da pretensão sobre as prestações já prescritas.

8.Tendo o recorrente apresentado acórdão que trata de situação diversa da que foi decidida no acórdão recorrido, e outro que trata da situação versada neste, mas representa posicionamento episódico, de uma única Turma, em uma única ocasião, e não representativo da jurisprudência dominante do STJ, não há divergência jurisprudencial a uniformizar, sendo correta a decisão que inadmitiu o recurso.

9.Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5037612-64.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELYSEU BIJEGA
PROC./ADV.: ANTÔNIO MIOZZO
OAB: PR 13.246
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

POLICIAL CIVIL. CURSO DE FORMAÇÃO. PERCEPÇÃO DE 80% DOS VENCIMENTOS
DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA. ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 2.179/84, E ART. 8.º DA LEI N. 4.878/65. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. § 2.º, DO ART. 2.º, DA LICC. INAPLICABILIDADE DO ART. 14, DA LEI N.º 9.624/98. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Mato Grosso, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, reconhecendo o direito do aluno em curso de formação profissional da Polícia Federal a perceber 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Suscitou divergência com jurisprudência do STJ (REsp 1.195.611/DF).

3. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de ausência de similitude jurídica. A parte demandada interpôs agravo contra esta decisão.

4. No caso dos autos, a parte recorrente sustenta, em apertada síntese, que o acórdão recorrido, ao manter sentença que reconheceu o direito do aluno de curso de formação de policial federal à percepção de 80% dos vencimentos da primeira referência da classe inicial da carreira, deixou de observar que, após a edição da Lei 11.358/2006 os policiais federais passaram a não mais perceber vencimentos e sim subsídio. Desta forma, aduz o recorrente ser indevido o pagamento de tais valores.

5. Porém, o acórdão paradigma se refere a diferenças no período de 04.11.2005 a 23.12.2005, momento anterior à vigência da Lei 11.358/2006 que alterou a forma de pagamento de vencimentos para subsídio. Assim, tal paradigma não guarda similitude com o acórdão recorrido, que tratou de diferenças no período de 08/02/2010 a 18/06/2010.

6. Forçoso reconhecer que o caso em tela guarda particularidade não ventilada pelo acórdão paradigma, qual seja, períodos de diferenças tratados por leis divergentes, motivo pelo qual não restou demonstrada a similitude fática e jurídica.

7. Não havendo similitude entre a matéria decidida nos arestos indicados como paradigma e a matéria alegada no pedido de uniformização, não há divergência a uniformizar. Questão de Ordem nº 22 ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

8. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502935-42.2010.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERA MARIA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR IDADE E PENSÃO POR MORTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Pernambuco, que confirmou a sentença de parcial procedência, reconhecendo a impossibilidade de cumulação de benefício de natureza assistencial (renda mensal vitalícia - Lei 6.169/74) e pensão por morte. Suscitou divergência com jurisprudência do STJ (REsp 425239/RS, REsp 246512/RS).

2. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de impossibilidade de reexame de provas. A parte demandante interpôs agravo contra esta decisão.

3. No caso dos autos, a parte recorrente sustenta, em apertada síntese, que o acórdão recorrido está em desconformidade com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Porém, o acórdão paradigma se refere à cumulação de pensão por morte com aposentadoria, ambos de natureza previdenciária. Assim, tal paradigma não guarda similitude com o acórdão recorrido, que tratou da impossibilidade de cumulação entre um benefício previdenciário (Pensão por Morte) e um benefício assistencial (Loas - Idoso), este último de caráter subsidiário e regido por legislação específica, que veda expressamente sua cumulação com benefício previdenciário.

4. Forçoso reconhecer a ausência de similitude jurídica entre as situações tratadas nos acórdãos recorrido e paradigma, que deram soluções distintas para situações juridicamente distintas.

5. Não havendo similitude entre a matéria decidida nos arestos indicados como paradigma e a matéria alegada no pedido de uniformização, não há divergência a uniformizar. Questão de Ordem nº 22 ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000861-37.2011.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULIANA FERREIRA
PROC./ADV.: LUIS CLAUDIO BRASIL
OAB: -
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO DENTRO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. PAGAMENTO DEVIDO. ART. 71 DA LEI 8.213/91. DEVER DO EMPREGADOR DE REALIZAR O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO MEDIANTE COMPENSAÇÃO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL. RESPONSABILIDADE DO BENEFÍCIO A CARGO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ART. 6º, CAPUT, E ART. 201, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.O INSS interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com jurisprudência da Turma Recursal de Alagoas (Processo nº 0516863-97.2009.4.05.8013).

2.Sustenta o INSS a alegação da existência de divergência com julgado da Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas, que considerou ser do empregador a responsabilidade pelo pagamento dos salários em caso de despedida involuntária durante o período gestacional, conforme disposto no art. 10, II, do ADCT, e também pelo fato de que, nessas situações, o direito do trabalho vem conferindo à trabalhadora o direito de ser reintegrada no emprego.

3.Contudo, essa Turma Nacional de Uniformização já consolidou entendimento contrário às pretensões do recorrente ao julgar o PEDILEF 201071580049216, momento em que se reconheceu que, embora recaia sobre o empregador o dever de manter a empregada gestante até o 5º mês após o parto, eventual despedida arbitrária não afasta a obrigação da autarquia previdenciária de conceder o benefício: [...] O salário-maternidade, nos termos do art. 71 da Lei 8.213/91, é devido à segurada da Previdência Social, observada as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade, não fazendo a lei ressalva alguma quanto a situação empregatícia da segurada no momento da gravidez, razão pela qual há de se entender que a sua concessão é devida mesmo nos casos de desemprego da gestante. 10. O fato de o art. 72, § 1º, da Lei, estabelecer o dever de pagamento do benefício ao empregador no caso de segurada empregada, possibilitando a compensação tributária, não ilide o dever do INSS de efetuar o pagamento do benefício. Isso porque, como bem fundamentado no acórdão recorrido, a relação previdenciária é estabelecida entre o segurado e a autarquia e não entre aquela e o empregador. Este nada mais é do que um obrigado pela legislação a efetuar o pagamento do benefício como forma de facilitar a sua operacionalização[...].

4.Aplicação da Questão de Ordem nº 13 TNU: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005).

5.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5032962-96.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DANIELLE OLIVEIRA CARDOSO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MENOR DEFICIENTE. RENDA FAMILIAR PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO. MISERABILIDADE. AFERIÇÃO NO CASO CONCRETO. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 576.985/MT, RE 580.963/PR E RECL 4.374/PE. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 3º DO ART. 20 DA LEI 8.742/93 E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 34 DO ESTATUTO DO IDOSO. INCIDENTE PROVIDO.

1.A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, sob o fundamento de que a decisão impugnada valorou renda per capita familiar em desacordo com entendimento do STJ (AgRg no Ag 1285941/SP, REsp 868600/SP; AgRg no Ag 540835/SP; REsp 397943/SP) e dessa TNU (PEDILEF nºs 200643009023178; 2002.72.00.058384-7/SC; 2005.84.13.001265-8/RN; 2004.83.20.005464-2/PE; 2002.51.51.022946-9/RJ; 2003.61.84.060852-6/SP; 2005.43.00.903968-3/TO; 2004.43.00.900041-0/TO; 2007.72.95.000239-3/SC; 2005.43.00.902053-5/TO; 2005.43.00.904802-4/TO; 2007.70.51.005210-9/PR; 2007.70.63.000897-5/PR; 2007.70.54.000813-5/PR; 2007.70.50.014189-4/PR).

2.O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de impossibilidade de reexame de provas. A decisão foi objeto de agravo.

3.Em seu pedido de uniformização, alega o recorrente que o acórdão impugnado considerou como único fundamento o fato de a renda per capita do grupo familiar do demandante ser superior ao limite legal de ¼ do salário mínimo. Aduz que tal interpretação está em desconformidade com a interpretação adotada nos paradigmas, que prescrevem não ser a renda o único elemento para aferição do critério de miserabilidade. Pede ainda a parte recorrente que seja considerado o novo critério de renda per capita familiar ½ salário mínimo

4.Segundo a sentença, que foi confirmada pelo acórdão recorrido por seus próprios fundamentos, "a parte autora não faz jus em ver reconhecido seu direito à concessão do benefício assistencial, pois não restou atendido o requisito econômico, ou seja, a renda mensal per capita é superior a ¼ de salário mínimo, ainda que presente do requisito da incapacidade para os atos da vida independente.

5. Os acórdãos indicados como paradigma, por sua vez, afirmam a possibilidade de concessão de benefício assistencial a pessoas cuja renda seja superior ao mínimo legal, considerando a estrutura social em que vive, possibilitando ao julgador fazer uso de outros elementos probatórios para comprovar a situação de miserabilidade da família (além da renda).

6.Essa Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, após o reconhecimento da inconstitucionalidade do critério de ¼ do salário mínimo previsto no parágrafo 3º do art. 20 da Lei n.º 8.742/93 pela Suprema Corte, afirmou a inexistência de critério legal para aferir a hipossuficiência econômica, entendendo que a miserabilidade deve ser analisada em cada caso concreto, através de outros meios de prova, não bastando a análise da renda (PEDILEF 05023602120114058201, Relator Juiz Federal GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DOU 21/06/2013): [...] é permitido ao julgador, dada as peculiaridades de cada caso, fazer uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a hipossuficiência da parte autora e de sua família. 3. Ademais, o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Reclamação 4.374/PE e dos Recursos Extraordinários 567.985/MT e 580.963/PR, concluído em 18-4-2013, declarou a inconstitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 e do parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso. Dessa forma, não havendo mais critério legal para aferir a incapacidade econômica do assistido, a miserabilidade deverá ser analisada em cada caso concreto[...].

7.Incidente provido para anulação do acórdão e devolução dos autos à instância de origem, a fim de que a hipossuficiência/miserabilidade seja aferida com base nos demais elementos de prova, no caso concreto, fixando-se a interpretação de que a referência apenas à renda superior a ¼ do salário mínimo não constitui critério válido para fundamentar o julgamento, pois estabelecido em norma reconhecida inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização para anular o acórdão recorrido e determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para exame da prova e novo julgamento, com base na interpretação jurídica fixada por esta Turma Nacional, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500037-22.2011.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARINALVA ANÁLIA DE LIMA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 42 TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Pernambuco, que manteve a sentença por seus próprios fundamentos, não reconhecendo o direito da parte autora à concessão da aposentadoria por idade rural por "ausência de carência" (comprovação do exercício de atividades rurais em número de meses equivalente à carência estabelecida para o benefício).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Suscitou divergência jurisprudencial em face de súmulas e acórdão da Turma Nacional de Uniformização (Súmula nº 6, nº 41 e nº 46 e PEDILEF 05045590320084058401, 200563060145496 e 2003.70.01.002210-0) e do Superior Tribunal de Justiça (REsp 960429/CE, AgRg no REsp 652192/CE), que afirmam: a) a possibilidade de ampliação do rol probatório para comprovação da atividade rural através de documentos em nome de terceiros; b) a desnecessidade de exigência de apresentação de início de prova material de todo período laboral do autor e c) a não descaracterização do trabalho rural pelo desempenho de atividade urbana intercalada.

3. O presente pedido não veicula pretensão de uniformização de interpretação da lei, mas de verdadeiro reexame da prova dos autos.

4. O caso em tela guarda particularidade não abordada pelos paradigmas que impede presunção absoluta de que o autor sempre desenvolveu atividade rural. Segundo sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, o cônjuge da parte autora desde muito antes de casar-se já desempenhava a atividade de vigilante (1978): o CNIS do marido noticia que ele trabalhava em vínculo urbano desde 1978, portanto, desempenhando a atividade urbana ainda antes do casamento da autora ocorrido em 1982 e manteve tal profissão de vigilante até o trabalho na prefeitura em 2002. Vê-se, pois, que a premissa fática estabelecida na sentença e acórdão recorridos não é a de atividade urbana intercalada à rural, mas de desvinculação total do meio rural durante quase 25 anos.

5. Por outro norte, a fundamentação da decisão do juízo a quo pautou-se também nas contradições do depoimento da própria parte autora e a ordem cronológica dos documentos apresentados por esta: Em seu depoimento, a parte autora afirmou que deixou a cidade de Juazeiro na Bahia em 2004, quando retornou a Inajá e passou a trabalhar na roça. (Afirmou que) Passou 10 anos na Bahia, muito embora pela certidão de nascimento de seu filho caçula tal se deu há mais tempo, ou seja, em 1992.

6. Por fim, o acórdão recorrido também se fundamentou em inspeção judicial, que o juízo considerou desfavorável às pretensões autorais, pois não constatou qualquer sinal físico do desempenho de labor rural: sua pele não possui as tradicionais manchas da exposição ao sol, tampouco a pele curtida tão tradicional dos trabalhadores rurais. Ademais, as mãos da requerente são lisas e macias e não possuem os calos nos locais típicos de quem pega na enxada.

7. Desta forma, verifica-se que a sentença e acórdãos recorridos não se fundamentou apenas em valoração da prova material (documental) ou descaracterização por atividade urbana intercalada, como supõe o incidente apresentado, mas também em outros fundamentos e no exame concreto da prova dos autos, insuscetível de revisão em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

8. O incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não constitui instância revisora da análise da prova. Se o exame da pretensão do requerente depender do reconhecimento de fatos não declarados no texto do acórdão ou sentença, não é possível o conhecimento do incidente. Inteligência do Enunciado nº 42 da Súmula de jurisprudência da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

9. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer e negar provimento ao agravo, não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504186-04.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO SÉRGIO DUARTE DA ROCHA JÚNIOR
PROC./ADV.: MARIANA DE OLIVEIRA BARRETOS
OAB: SP-248253
RELATOR(A): ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE SIMPLES REDISCUSSÃO DO CONTEÚDO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1.Os embargos de declaração constituem recurso de cabimento restrito, somente justificando sua interposição nas hipóteses de ausência de apreciação da matéria pelo julgador ou de proposições contraditórias entre si no julgado. Não é possível o manejo dos embargos para simples rediscussão do acerto ou desacerto da decisão que apreciou as questões a ela submetidas. Jurisprudência pacífica quanto à inadequação do uso dos embargos para simples rejulgamento do mérito da decisão, sem indicação de pelo menos uma de suas hipóteses de cabimento.

2.Recurso manejado com o simples propósito de rediscutir o acerto do acórdão que não conheceu de pedido de uniformização por sua vez já inadmitido pelo juízo de origem. Ausência de indicação da hipótese de cabimento dos embargos. Recurso que não merece provimento.

3.De resto, salienta-se, obter dictum, que o acórdão embargado encontra-se em perfeita consonância com a legislação, eis que efetivamente não foi demonstrada qualquer divergência passível de conhecimento por esta Turma Nacional, já que os acórdãos impugnado e paradigma tratam de situações fáticas distintas com relação à incidência de imposto de renda sobre verba paga a título de ajuda de custo, já que o paradigma trata de Parlamentar com regime jurídico diferenciado do autor - Procurador da República. Quanto à concessão da ajuda de custo, o voto foi devidamente fundamentado em decisão dessa Turma Nacional de Uniformização (Precedentes da TNU: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18.2.2008; PEDILEF nº. 200251520015144, Relª Juíza Federal Mônica Sifuentes, DJU 29.9.2004), sendo correta a aplicação da Questão de Ordem nº 13: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

4. A Turma Nacional de Uniformização não tem por finalidade a revisão ampla das decisões proferidas pelas Turmas Recursais, como se constituísse terceira instância recursal. Sua atuação restringe-se à função de uniformização da aplicação da legislação federal, o que pressupõe a demonstração de divergência entre decisões que tratam da mesma situação, o que não ocorreu no caso das decisões indicadas pelo recorrente.

5.Embargos de declaração conhecidos, porque tempestivos, mas desprovidos, eis que ausente qualquer de suas hipóteses específicas de cabimento.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.38.00.703001-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS SOARES DE CARVALHO
PROC./ADV.: CHARBEL ELIAS MAROUN
OAB: MG-84658
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUXÍLIO DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍODO DE CARÊNCIA. AGRAVAMENTO DA PATOLOGIA. EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 42 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, reconhecendo o direito do autor ao recebimento de auxílio-doença em virtude de agravamento da doença, exceção à regra da pré-existência que impediria a reaquisição da qualidade de segurado.

2. Suscitou divergência com jurisprudência do STJ (REsp 232245/RJ, EREsp 198189/SP, REsp 226094/SP), da Turma Recursal de Santa Catarina (Processo 2007.7252003526-5) e da Turma Recursal de Alagoas (Processo nº 0504604-30.2010.4.05.8015).

3. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de inobservância das exigências dispostas nos arts. 6º, 13 e 14 do Regimento Interno da TNU. A parte demandada interpôs agravo contra esta decisão.

4. Quanto aos paradigmas das Turmas Recursais de Alagoas e Santa Catarina, não houve comprovação da autenticidade para fins de demonstração da divergência, conforme preconiza a Questão de Ordem nº 03: A cópia do acórdão paradigma (...) é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL).

5. Os demais acórdãos paradigmas do Superior Tribunal de Justiça se referem a casos em que houve constatação de incapacidade laborativa anterior ao ingresso/reingresso na Previdência Social. Contudo, o acórdão recorrido guarda particularidade que o diverge dos demais casos. Em que pese a perícia médica ter afirmado a incapacidade total desde momento anterior ao ingresso ao RGPS, o juízo a quo firmou convencimento em sentido diverso, entendendo, com base em provas que haveriam atestado o exercício de atividade laborativa e contribuições previdenciárias - razão pela qual o autor esteve inclusive em gozo de auxílio-doença - que, ao tempo da filiação ao RGPS, o autor estava acometido pela doença, mas ainda não havia incapacidade. Entendeu que a incapacidade ocorreu pelo agravamento da doença, enquadrando o caso na exceção do parágrafo 2º do art. 42 da Lei 8.213/91: "A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

6. Dessa forma, a premissa fática adotada pelo o acórdão recorrido foi de inexistência de incapacidade anterior ao ingresso/reingresso da parte autora ao RGPS (o acórdão recorrido entendeu que a incapacidade somente surgiu após a filiação, como resultado de agravamento da doença). Logo, a situação nele decidida não guarda similitude fática ou jurídica com aquelas objeto dos acórdãos indicados como paradigma, que tratam de casos onde foi reconhecida incapacidade pré-existente à filiação.

7. Na realidade, verifica-se que a pretensão da parte não se apóia em divergência quanto à interpretação jurídica da lei federal, mas em divergência quanto à análise da prova feita pelo acórdão recorrido, o que não constitui objeto do incidente de uniformização de jurisprudência.

8. O incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não constitui instância revisora da análise da prova. Se o exame da pretensão do requerente depender do reconhecimento de fatos não declarados no texto do acórdão ou sentença, não é possível o conhecimento do incidente. Inteligência do Enunciado nº 42 da Súmula de jurisprudência da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

9. Não havendo similitude entre a matéria decidida nos arestos indicados como paradigma e a matéria alegada no pedido de uniformização, não há divergência a uniformizar. Questão de Ordem nº 22 ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

10. Incidente não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0048502-02.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROC./ADV.: LEONARDO CÉLIO DE SÁ DIAS
OAB: MG-121858
REQUERIDO(A): GEZO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ELDER FRAGOSO DE SOUZA
OAB: MG-76963
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CUMULAÇÃO COM SUBSÍDIO DECORRENTE DO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO. POSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. O requerido interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais, que reformou sentença, reconhecendo o direito do autor à cumulação de aposentadoria por invalidez e subsídio decorrente de exercício de mandato eletivo.

2. Suscitou divergência com jurisprudência de Tribunais Regionais Federais e do STJ (REsp 435014/SP, DJ 18.11.2002; REsp 966.736/RS, DJ 10.09.2007 e EREsp 198189/SP, DJ 22.03.2000).

3. O pedido de uniformização interposto pelo demandado foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, ao fundamento de não cumprimento das exigências dos arts 6º, 13 e 14 do Regimento Interno da TNU - apresentação de cópia integral autêntica do julgado paradigma. A parte demandada interpôs agravo contra esta decisão.

4. Em relação aos paradigmas de Tribunais Regionais Federais, a divergência que enseja a uniformização por esta Corte é apenas entre decisões de Turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ.

5. No caso dos autos, a parte autora indicou como paradigma de divergência acórdãos proferidos por turmas dos Tribunais Regionais Federais da 4ª. e 5ª. Regiões, as quais inviabilizam o incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

6. Quanto aos paradigmas do STJ (REsp 435014/SP, DJ 18.11.2002; REsp 966.736/RS, DJ 10.09.2007 e EREsp 198189/SP, DJ 22.03.2000), verifico que a decisão mais recente data de 2007. Contudo, há decisões mais atualizadas dando conta da possibilidade de cumulação de aposentadoria por invalidez e subsídio decorrente de exercício de mandato eletivo, reconhecendo que a incapacidade para o exercício da atividade profissional não significa necessariamente invalidez para os atos da vida política (AgRg no REsp 1412872 / CE, Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/12/2013; AgRg no REsp 1307425 / SC, Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 02/10/2013; REsp 1377728 / CE; Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/08/2013).

7. Sendo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido do acórdão recorrido e em sentido contrário aos paradigmas apresentados, não há divergência jurisprudencial a uniformizar.

8. Incidente não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000008-77.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA VILMA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO IRRECORRÍVEL. INDEFERIMENTO DA INICIAL.

1.Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra decisão do Presidente desta Turma Nacional que inadmitiu Incidente de Uniformização interposto pelo autor sob o fundamento de encerrar pretensão de reexame de matéria de fato da decisão recorrida.

2.O art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída pela Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, dispõe que compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

3.Esta Turma Nacional de Uniformização já firmou entendimento segundo o qual as decisões proferidas pelo Presidente deste colegiado, para negar seguimento ou não conhecer do incidente de uniformização manifestamente admissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da TNU, STJ e STF, são irrecorríveis, sendo cabível o uso do mandado de segurança quando se tratar de decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

4.Ainda que cabível o mandado de segurança para atacar atos judiciais irrecorríveis, o seu cabimento é restrito às hipóteses referidas, não sendo admitido o seu uso como substitutivo recursal, para revisão de toda e qualquer decisão com a qual a parte não concorda. Se a decisão atacada adota interpretação possível e admitida pelo sistema jurídico, não pode ser tachada de teratológica ou manifestamente ilegal para fins de impugnação através do mandado de segurança.

5.Caso em que a decisão impugnada fundou-se em jurisprudência consolidada desta Turma Nacional, que não conhece incidente de uniformização que não guarde similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Questão de Ordem n° 22) ou que demande reexame de matéria de fato (Súmula 42).

6.Reconhecimento de que a decisão do Presidente deste Colegiado, apontada como ato coator, não se afigura teratológica tampouco materializa negativa de prestação jurisdicional, hipóteses que ensejariam, em tese, o cabimento do mandado de segurança. Precedentes: Mandados de Segurança nº 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello ; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012. 4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.

7.Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e extingo o feito sem resolução de mérito. Sem custas e honorários. Publique-se.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL do presente Mandado de Segurança, com base no voto-ementa do Juiz Federal Relator

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000011-32.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: CARLOS ALBERTO RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO IRRECORRÍVEL. INDEFERIMENTO DA INICIAL.

1.Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra decisão do Presidente desta Turma Nacional que inadmitiu Incidente de Uniformização interposto pelo autor sob o fundamento de encerrar pretensão de reexame de matéria de fato e de não existir similitude entre o acórdão paradigma e a decisão recorrida.

2.O art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída pela Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, dispõe que compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

3.Esta Turma Nacional de Uniformização já firmou entendimento segundo o qual as decisões proferidas pelo Presidente deste colegiado, para negar seguimento ou não conhecer do incidente de uniformização manifestamente admissível ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da TNU, STJ e STF, são irrecorríveis, sendo cabível o uso do mandado de segurança quando se tratar de decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

4.Ainda que cabível o mandado de segurança para atacar atos judiciais irrecorríveis, o seu cabimento é restrito às hipóteses referidas, não sendo admitido o seu uso como substitutivo recursal, para revisão de toda e qualquer decisão com a qual a parte não concorda. Se a decisão atacada adota interpretação possível e admitida pelo sistema jurídico, não pode ser tachada de teratológica ou manifestamente ilegal para fins de impugnação através do mandado de segurança.

5.Caso em que a decisão impugnada fundou-se em jurisprudência consolidada desta Turma Nacional, que não conhece incidente de uniformização que não guarde similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Questão de Ordem n° 22) ou que demande reexame de matéria de fato (Súmula 42).

6.Reconhecimento de que a decisão do Presidente deste Colegiado, apontada como ato coator, não se afigura teratológica tampouco materializa negativa de prestação jurisdicional, hipóteses que ensejariam, em tese, o cabimento do mandado de segurança. Precedentes: Mandados de Segurança nº 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello ; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012. 4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.

7.Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e extingo o feito sem resolução de mérito. Sem custas e honorários. Publique-se.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL do presente Mandado de Segurança, com base no voto-ementa do Juiz Federal Relator

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000043-37.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE NECESSÁRIO: LEONARDO SALES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
IMPETRANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INICIAL INDEFERIDA.

1.Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela União Federal contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento a agravo - interposto em virtude de decisão do Presidente da Turma Recursal de origem, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal - com base no art. 7º, inciso VII, letra "c", do Regimento Interno da TNU.

2.A matéria de fundo diz respeito ao pagamento de ajuda de custo a servidor público quando removido a pedido.

3.O art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno da TNU, na redação que lhe foi atribuída pela Resolução nº 163 de 9 de novembro de 2011, dispõe que compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. Já o §1º do art. 7º do mesmo RI desta TNU reafirma que a decisão proferida pelo Presidente desta Turma Nacional de Uniformização é irrecorrível.

4.O cabimento do Mandado de Segurança se dá quando evidenciado o caráter teratológico ou materializar negativa de prestação jurisdicional.

5.A decisão do Presidente do órgão julgador colegiado que inadmite monocraticamente o recurso/incidente, sob o fundamento de que o acórdão recorrido já adotou interpretação de acordo com a jurisprudência firmada pela TNU, não pode, à toda evidência, ser acoimada de teratológica. Neste caso, inclusive, o ato do Ministro Presidente representa o entendimento de todo o Colegiado. Este o sentido do que restou decidido na Questão de Ordem nº 13 desta TNU (DJ 28.04.2005).

6.Concorde ou não a impetrante com o conteúdo da decisão atacada através do mandado de segurança, esta não pode, em hipótese alguma, ser confundida com decisão teratológica, eis que amparada na jurisprudência pacífica no âmbito deste Colegiado.

7.Reconhecimento de que a decisão do Presidente desta Turma Nacional de Uniformização, impugnada através do mandado de segurança, não se afigura teratológica nem materializa negativa de prestação jurisdicional, únicas hipóteses que ensejariam, em tese, o cabimento do mandado de segurança. Precedentes: Mandados de Segurança nºs 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados em 27.6.2012.

8.Noutro ângulo, certo é que a superveniente postura revisional do Presidente da TNU - a despeito da ressalva fático-jurídica antes referida - afastou os efeitos práticos da causa de pedir deste MS. Este entendimento põe-se em consonância com o teor, p. ex., mutatis mutandis, da Decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça proferida no Mandado de Segurança nº 12.399 - DF (2006/0253634-8), relatora Ministra ASSUSÉTE MAGALHÃES (de 14 de outubro de 2013).

9.Indeferimento da inicial, na forma do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. Sem custas nem condenação em honorários advocatícios (Súmula nº 512, STF).

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em indeferir a inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, I, CPC, nos termos do voto-ementa do relator.

Fortaleza-CE, 14 de fevereiro de 2014.
ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

### ATO Nº 69, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 0153/2013 (Processo Administrativo: 00305.00.13.2013.5.13.0000), resolve Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pela servidora VANUSA VANIERE NUNES TEIXEIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

### ATO Nº 70, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 007/2014 (Processo Administrativo: 00021.00.52.2014.5.13.0000), resolve Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Instalações Lógicas e Elétricas, nível intermediário, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional, ocupado pelo servidor JEAN OLIVEIRA DE PAIVA, para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pela servidora IONE SOUSA GONDIM DE ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, nível intermediário, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 72, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 005/2014 (Processo Administrativo: 00008.00.55.2014.5.13.0000), resolve: Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pela servidora MÉRCIA FIRMINO DIAS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

**RESOLUÇÃO Nº 439, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014**

Inclui no Código de Processo Ético-Disciplinar disposição sobre a competência em caso de arguição de suspeição e impedimento dos membros do Conselho Regional da respectiva circunscrição.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e IX do art. 5º da Lei nº. 6.316, de 17 de setembro de 1975 e pela Resolução COFFITO n° 413/2011 em sua 237ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, na sede do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO situada no SRTVS Quadra 701 - Ed. Assis Chateaubriand, Bloco II, Salas 602/614, Brasília - DF, e:

Considerando que os Conselhos Federal e Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional foram criados no ano 1.975, pela Lei Federal 6.316, sendo-lhes atribuída a natureza jurídica de Autarquia Federal;

Considerando a função normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nos termos do previsto no art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316/75;

Considerando a função de supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional nos termos previstos no art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316/75;

Considerando que compete aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nos termos do art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.316/1975, cumprir e fazer cumprir as disposições dessa Lei, bem como as Resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;

Considerando a competência julgadora dos Conselhos Regionais quanto às matérias que lhes forem submetidas, conforme norma do artigo 7º, V da Lei Federal nº 6.316/75;

Considerando a competência recursal do COFFITO para matérias administrativas e recursais, conforme norma do artigo 5º, VII e VIII da Lei Federal nº 6.316/75;

Considerando que a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, previu as regras do processo administrativo federal, restando prevista as hipóteses de impedimento e suspeição em seus artigos 18 e 20, que configuram exceções ao dever legal de julgar, resolve:

Art. 1º - Incluir o Artigo 2º-A na Resolução nº 423, de 03 de maio de 2013, que estabeleceu o Código de Processo Ético-Disciplinar da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, publicado no D.O.U nº 97, Seção 1, página 69, de 22 de maio de 2013, que terá a seguinte redação:

Art.2ºA - Sempre que estiverem presentes as hipóteses de impedimento e ou suspeição dispostas na Lei Federal nº 9.784/1999, que inviabilize o julgamento de infração ética por todo o Plenário do Conselho Regional competente, o Presidente do Conselho Regional deverá convocar e dar posse aos Suplentes de Conselheiros para unicamente realizarem o julgamento do processo ético.

§ 1º A organização do Plenário para a prática do ato previsto no caput se dará nos termos do Regimento Interno de cada Conselho Regional.

§ 2º Permanecendo a arguição de impedimento e suspeição pelos Conselheiros Suplentes os autos deverão ser enviados ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que, por sorteio, redistribuirá por Portaria do Presidente do COFFITO a outro Conselho Regional para processar e julgar o feito.

§ 3º A competência para execução da penalidade imposta permanecerá no Conselho Regional de origem.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

**PORTARIA Nº 1.427, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a instituição e nomeação dos membros da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás para eleições de 2014 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás no uso de suas atribuições legais e regimentais e; Considerando a necessidade do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás organizar na área de sua jurisdição o devido processo e procedimentos eleitorais para a composição de membros do Plenário referente ao triênio 2015/2017; Considerando o disposto na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973; Considerando as Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem nº 355/2009 de 17 de setembro de 2009 que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, Resolução nº 428/2012 de 19 de abril de 2012 que aprova o Regulamento das Eleições por internet para os Conselhos Regionais de Enfermagem e Decisão 0025/2014 de 07 de fevereiro de 2014,resolve:

Art.1º Instituir Comissão Eleitoral no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás para as eleições de 13 de setembro de 2014.

Art.2º Designar para comporem a Comissão Eleitoral os profissionais de enfermagem Alba Valéria Sales Fortes, com inscrição 152.274 - ENF como Presidente, Vanusa Claudete Anastácio Usier Leite, com inscrição nº 113.603 - ENF como 1ª Secretária, Jarle Rabelo Cardoso, com inscrição 95.287 - TE como 2º Secretário, Karla Prado de Souza, com inscrição 101.785 - ENF e Valdete Maria de Sousa Furtado, com inscrição nº 149.870 - TE como vogais.

Art. 3º Compete a Comissão Eleitoral: I - Planejar, coordenar, organizar e supervisionar os atos eleitorais e procedimentos eleitorais inclusive a materialização e guarda dos autos do processo eleitoral e de seu suplementar, observando no que for aplicável as normas e procedimentos de protocolo, processo, arquivo e tramitação dos autos conforme a Resolução Cofen nº340/2008 e 428/2012; II - Decidir sobre os requerimentos de inscrição de chapas e demais questões incidentais deferir ou indeferir requerimentos de sua competência formulados durante o processo eleitoral, julgar impugnações, emitir relatórios conclusivos sobre matérias de sua competência e postas a sua análise; III - Expedir editais, instruções e portarias referente ao processo e procedimentos eleitorais; IV - Dar publicidade do dia, horário, local e normativas das eleições pela rede mundial de computadores; V - Manter a disposição dos interessados, cópias de todas as normas e instruções que regulam o processo eleitoral; VI - Organização do processo de votação; VII - Dar ampla divulgação de todos os assuntos pertinentes às eleições, utilizando meios, tais como: jornais, informativos, sítios eletrônicos, mala direta para os inscritos e quadro de avisos em suas sedes e suas subsecções.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data, de sua publicação. Goiânia aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014.

MARIA SALETE SILVA PONTIERI NASCIMENTO
Presidente do Conselho

MARYSIA ALVES DA SILVA
Secretária

## CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

**ATO NORMATIVO Nº 5, DE 26 DE OUTUBRO DE 2013**

Cria o programa de aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Creas e dispõe sobre o convênio para verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais.

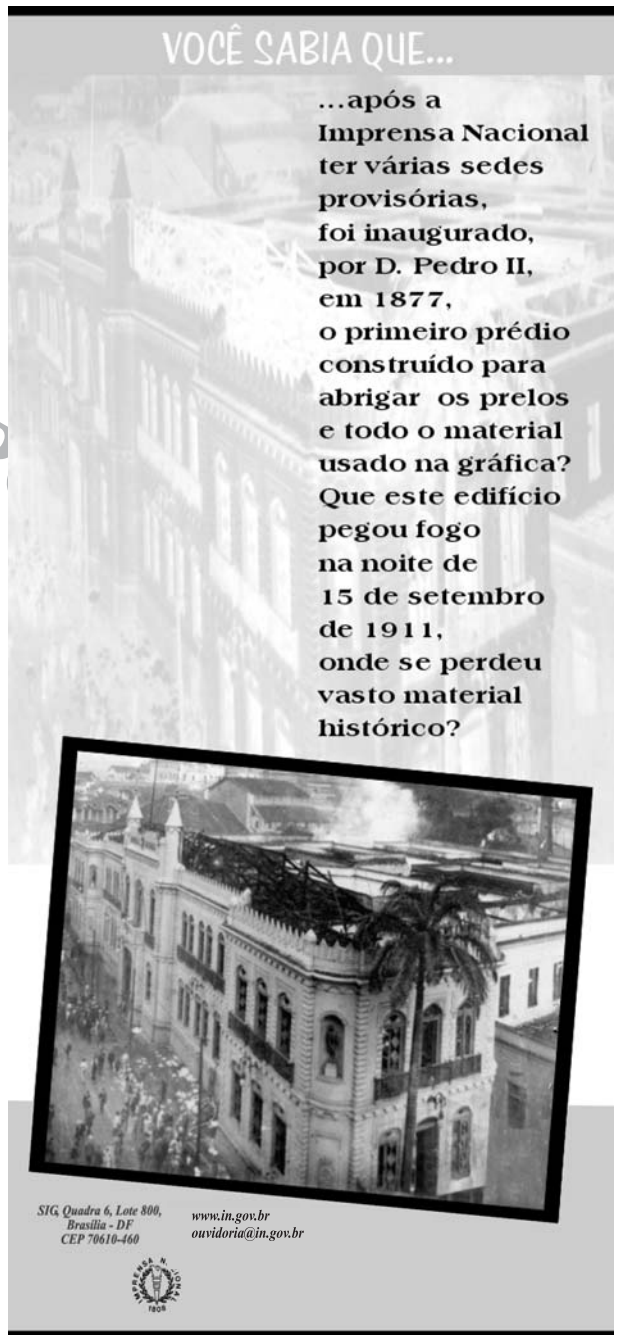
O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ-CREA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 34, alínea "k", da Lei n.º 5194, de 24 de dezembro de 1966 e, Considerando a necessidade de estabelecer critérios para a aplicação da renda líquida dos Creas oriunda da arrecadação de multas, visando ao aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Creas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que as entidades de classe podem colaborar com os Creas por meio da divulgação da legislação profissional, da conscientização sobre a importância do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e da fiscalização do cumprimento da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977; Considerando que as instituições de ensino podem colaborar com o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea; Considerando o inciso I do art. 28 da Lei nº 5.194, de 1966, e o inciso I do art. 11 da Lei nº 6.496, de 1977, que relacionam como renda do Confea e da Mútua, respectivamente, quotas partes da renda oriunda da arrecadação das taxas de ART; Considerando o art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e relaciona a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal dos interessados em firmar contratos com a administração pública; Considerando o art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, que estabelece as cláusulas necessárias a todo contrato celebrado entre a administração pública e pessoas físicas ou jurídicas; Considerando o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, que prevê a aplicação das disposições desta lei, no que couberem, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração pública; Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; Considerando que compete ao Crea-PR cumprir e fazer cumprir a Lei e as Resoluções emanadas do CONFEA nos termos do art. 34, alínea "k" da Lei 5194/66, expedindo, para tanto, os atos que para isso julgue necessários, decide:

Seção I - Das Disposições Gerais e Específicas do Programa do Aperfeiçoamento Técnico e Cultural. Art. 1º Fica criado o "PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E CULTURAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS NAS ÁREAS ABRANGIDAS PELO SISTEMA CONFEA/CREA", consoante as disposições constantes em Resolução do CONFEA.1 Art. 2º Poderão se utilizar dos recursos do "Programa de Aperfeiçoamento" as Entidades de Classe conveniadas e Instituições de Ensino com representantes no Crea-PR, salvo os casos excepcionais e devidamente justificados, aprovados pela Diretoria e homologados pelo Plenário do Crea-PR.2 § 1º Para se utilizar dos recursos, as Entidades de Classe deverão estar com registro regularizado e atualizado no Crea-PR na forma prevista no Art. 62 da Lei 5194/66, indicando a composição da Diretoria, apresentando também o seu estatuto e regimento interno devidamente autenticados, bem como comprovando a regularidade das prestações de contas do Convênio de Mútua Cooperação com o Crea-PR do exercício anterior, nos termos da Resolução vigente do Confea. § 2º Para se utilizar dos recursos, as Instituições de Ensino deverão estar com registro regularizado e atualizado no Crea-PR e com suas prestações de contas aprovadas. Art. 3º O montante do "Programa de Aperfeiçoamento" será constituído anualmente, com base no percentual fixado em Resolução do Confea, proveniente da arrecadação da renda líquida das Multas.3 Art. 4º A entidade de classe de nível superior, de técnicos de nível médio e instituições de ensino, que pleitearem benefícios em relação ao convênio firmado, deverão comprovar sua contribuição na área de fiscalização, conforme os critérios e diretrizes apontados em ato resolucional do Confea.4 Art. 5º Com relação à natureza dos projetos abrangidos pelo presente Ato serão priorizados as atividades relativas a:5 I - constituição ou ampliação do acervo de bibliotecas de informação técnica; II - doação de livros, publicações, revistas e material didático para bibliotecas ou laboratórios de entidades públicas ou privadas na jurisdição do Crea-PR; III - publicação e divulgação de obras técnicas relacionadas ao exercício profissional; IV - organização e implantação de cursos, inclusive em nível de pós-graduação; V - organização e realização de congressos, simpósios, jornadas e encontros que contemplem assuntos relativos às profissões regulamentadas; VI - elaboração de estudos e trabalhos relativos à valorização das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea; VII - realização de pesquisas de mercado de trabalho e levantamento de censo; VIII - premiação de trabalhos inéditos que contribuam para o aperfeiçoamento dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea ou para a aplicação da legislação profissional. Parágrafo único. Mediante prévia consulta ao Confea, outras medidas voltadas para o aperfeiçoamento técnico e cultural poderão ser adotadas pela instituição de ensino ou entidade de classe.6 Art. 6º Para celebrar o convênio de que trata esta Resolução, a instituição de ensino ou a entidade de classe interessada deve encaminhar ao Crea-PR, requerimento instruído com original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: 7 I - plano de trabalho; II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; III - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativa à sede da entidade de classe ou da instituição de ensino; IV - prova de regularidade nas Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade de classe ou da instituição de ensino, na forma da lei; V - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; VI - Informação à Previdência Social - GFIP; e VII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários. VIII - prova de regularidade trabalhista - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Parágrafo único. As cópias dos documentos mencionados neste artigo poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor do Crea-PR.8 Art. 7º O requerimento para celebração de convênio atenderá aos requisitos e exigências estabelecidas pela resolução vigente do Confea.9 Art. 8º O Convênio com a entidade de classe e instituição de ensino interessada será firmado e depois homologado pelo plenário do Crea-PR, podendo o plenário previamente delegar tais atribuições a Diretoria do Conselho.10 Art. 9º - A instituição de ensino ou entidade de classe conveniada deve prestar contas ao Crea-PR dos recursos recebidos por meio da apresentação de relatório de atividades, instruído obrigatoriamente com os seguintes documen-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tos:11 I - ofício de encaminhamento; II - relatório circunstanciado de execução do objeto do convênio, detalhando as ações desenvolvidas e os resultados alcançados; III - comprovantes do desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado, como material utilizado na promoção ou participação de eventos, informativos, boletins ou matérias publicados, anais, atas e listas de presença; e IV - relatório físico-financeiro, acompanhado de cópias dos documentos fiscais das despesas realizadas para o desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado. Parágrafo único. A prestação de contas, relatório de atividades deve ser apresentada ao Crea-PR, no prazo e nos termos estabelecidos pela Resolução vigente do Confea.12 Seção II - Das Disposições Gerais e Específicas Sobre os Convênios com Entidades de Classe - Verificação e Fiscalização do Exercício das Atividades Profissionais. Art. 10. O Crea-PR poderá celebrar convênios com Entidades de Classe, objetivando a sua inserção na política de fiscalização do exercício profissional especialmente no que concerne à observância das disposições contidas na Lei 6496/77 que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, atendido o que dispõe o presente Ato. Parágrafo único. Para celebração do convênio de que trata este capitulo, as Entidades de Classe deverão estar previamente registradas no Crea-PR, na forma prevista no Art. 62 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Art. 11. O convênio deverá ter como objeto a verificação e a fiscalização do exercício e das atividades profissionais, indicando a modalidade de colaboração que será prestada pela entidade de classe, o modo de ação e os mecanismos de controle a ser empreendidos, em conformidade com o plano de trabalho aprovado.13 Art. 12. No atendimento dos objetivos do convênio, a inserção das Entidades de Classe na política de fiscalização do exercício profissional do Conselho se efetivará através da colaboração de medidas preventivas, destinadas a reduzir a ocorrência de infrações, bem como no levantamento de situações que configurem infringência às normas contidas na Lei n.º 6496/77. § 1º As medidas de cunho preventivo, objeto da colaboração prestada pelas Entidades de Classe, consistirão na realização de atividades destinadas à categoria representada, visando à divulgação da legislação pertinente a conscientização dos benefícios trazidos à sociedade e aos profissionais, pela Anotação de Responsabilidade Técnica, inclusive no que se refere às relações de consumo reguladas pelo Código do Consumidor, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. § 2º Quando, em colaboração com a fiscalização do Crea-PR, a Entidade de Classe conveniada verificar a ocorrência de infrações ao disposto na Lei Federal n.º 6496/77, fará comunicação ao Regional, na qual invocará os termos do convênio, descreverá fatos e solicitará a notificação dos infratores. Art. 13. O convênio para verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais deverá obedecer, os prazos e os termos estabelecidos pela Resolução vigente do Confea.14 Art. 14. Para consecução dos objetivos do convênio, o Crea-PR deverá prever recursos em dotação orçamentária, dentro do percentual fixado em Resolução do Confea, proveniente da arrecadação da renda líquida das taxas de ART.15 Art. 15. O valor mensal repassado as Entidades de Classe, corresponderá aos limites e parâmetros expressamente previstos na Resolução vigente do Confea. Parágrafo único. Para fins de repasse mensal, considera-se o valor líquido da taxa de cada ART registrada, em cujo formulário tenha sido identificada a respectiva entidade de classe conveniada.16 Art. 16. Quando não constar identificação de qualquer entidade de classe conveniada do formulário da ART registrada, o percentual correspondente ao valor líquido da taxa respectiva será rateado, proporcionalmente e de maneira isonômica entre as Entidades de Classe regularmente conveniadas com o Crea-PR.17 § 1º No final de cada exercício financeiro será feito o levantamento dos valores das ARTs sem destinação e posteriormente proceder-se-á ao rateio no início do exercício financeiro subsequente, desde que a Entidade de Classe não possua pendências de prestação de contas junto ao Crea-PR. § 2º O procedimento de que trata o parágrafo anterior será feito nos moldes estabelecidos pelo Crea-PR. Art. 17. A entidade de classe conveniada deve prestar contas ao Crea-PR dos recursos recebidos por meio da apresentação de relatório de atividades, instruído obrigatoriamente com os documentos descritos em Resolução vigente do Confea: I - ofício de encaminhamento; II - relatório circunstanciado de execução do objeto do convênio, detalhando as ações desenvolvidas e os resultados alcançados; III - comprovantes do desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado, como material utilizado na promoção ou participação de eventos, informativos, boletins ou matérias publicados, anais, atas e listas de presença; e IV - relatório físico-financeiro, acompanhado de cópias dos documentos fiscais das despesas realizadas para o desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado.18 Art. 18. Serão admitidas para cumprimento do objeto do convênio firmado entre o Crea-PR e as entidades de classe as despesas taxativamente previstas na resolução vigente do Confea, sendo inadmitidas interpretações extensivas.19 Seção III - Das Disposições Comuns e Transitórias Art. 19. A instituição de ensino ou a entidade de classe conveniada fica obrigada a restituir ao Crea-PR os recursos recebidos, atualizados monetariamente, quando:20 I - deixar de cumprir o objeto do convênio; II - deixar de apresentar o relatório de atividades no prazo estabelecido; III - deixar de utilizar os recursos no período do exercício fiscal; ou IV - tiver o relatório de atividades rejeitado pelo Plenário do Crea-PR, caso em que a devolução poderá ser total ou parcial. § 1º É condição básica para a entidade de classe ou instituição de ensino pleitear e obter novos recursos, a aprovação das contas relativas ao convênio anterior. § 2º A Entidade de Classe e Instituição de Ensino inadimplente com suas contas perante o Crea-PR terá suspenso os repasses até a regularização das pendências. Art. 20. O Crea-PR se reserva o direito de, a qualquer momento, auditar a aplicação dos recursos. Art. 21. Os casos omissos, bem como a complementação de regras deste Ato, serão resolvidos pelo Plenário do Crea-PR. Art. 22. Fica estabelecido que quaisquer alterações nos Artigos dispostos no presente Ato e na Resolução vigente do Confea alteram as notas de rodapé. Art. 23. Fica revogado o Ato Normativo 40 de 05 de julho de 1994 e o Ato Normativo 44 de 10 de dezembro de 1996 e todas as demais disposições normativas que conflitem com o conteúdo disposto no presente. Art. 24. Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação. Curitiba, 26 de outubro de 2013. 1Resolução 1032/11 - Art. 5º O Crea poderá aplicar parte da renda líquida oriunda das multas para execução de parceria com instituição de ensino ou entidade de classe de profissionais de nível superior ou de técnicos de nível médio cujo registro no Conselho Regional tenha sido homologado pelo Confea, objetivando o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. 2 Resolução 1032/11 - Art. 6º O aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea será efetivado pela instituição de ensino ou entidade de classe, por meio da adoção das seguintes medidas: 3 Resolução 1032/11 - Art. 20 Para consecução dos objetivos do convênio, o Crea deverá prever recursos em dotação orçamentária correspondentes de até 16% (dezesseis por cento) da renda líquida proveniente da arrecadação das multas. 4 Resolução 1032/11 - Art. 7º A instituição de ensino, que pleitear benefícios em relação ao convênio firmado, deverá comprovar sua contribuição na área de aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais, por meio, no mínimo, dos seguintes documentos, os quais são condições básicas para liberação de novo recurso: I. Relatórios, contendo: evento realizado de aperfeiçoamento técnico e cultural, com carga-horária, conteúdo, ministrante e sua formação, período de realização, documentos de divulgação, número de alunos, certificados emitidos, quando for o caso, e lista de presença. II. Súmulas de reuniões com a área competente do Crea que trata de organização de eventos. III Recibo de documentos entregues ao Crea; IV. Outros documentos exigidos pelo Crea. 5 Resolução 1032/11 - Art. 6º O aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea será efetivado pela instituição de ensino ou entidade de classe, por meio da adoção das seguintes medidas: 6 Resolução 1032/11 - Art. 6º - Parágrafo único. Mediante prévia consulta ao Confea, outras medidas voltadas para o aperfeiçoamento técnico e cultural poderão ser adotadas pela instituição de ensino ou entidade de classe. 7 Resolução 1032/11 - Art. 8º Para celebrar o convênio de que trata esta Resolução, a instituição de ensino ou a entidade de classe interessada deve encaminhar ao Crea requerimento instruído com original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: 8 Resolução 1032/11 - Art. 8º - Parágrafo único . As cópias dos documentos mencionados neste artigo poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor do Crea. 9 Resolução 1032/11 - Art. 10. O requerimento para celebração de convênio será apreciado por comissão especialmente designada pelo Plenário do Crea, que deverá verificar os seguintes requisitos: I - correspondência entre o plano de trabalho apresentado e os objetivos estabelecidos por esta Resolução; II - validade da documentação apresentada, em atendimento à legislação específica em vigor; e III - regularidade do registro da entidade de classe no Crea. Parágrafo único. Após a aprovação pela comissão competente, o requerimento deve ser apreciado pelo Plenário do Crea. 10 Resolução 1032/11 Art. 11. O convênio com a instituição de ensino ou a entidade de classe interessada somente será firmado após sua homologação pelo Plenário do Crea. 11 Resolução 1032/11 Art. 24-A. A instituição de ensino ou entidade de classe conveniada deve prestar contas ao crea dos recursos recebidos ao final da vigência do convênio por meio da apresentação de relatório final de atividades, instruído obrigatoriamente com os seguintes documentos: I - ofício de encaminhamento; II - relatório circunstanciado de execução do objeto do convênio, detalhando as ações desenvolvidas e os resultados alcançados; e III - comprovantes do desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado, como material utilizado na promoção ou participação de eventos, informativos, boletins ou matérias publicados, anais, atas e listas de presença; e IV - relatório físico-financeiro, acompanhado de cópias dos documentos fiscais das despesas realizadas para o desenvolvimento das ações detalhadas no relatório circunstanciado. 12 Resolução 1032/11 - Art. 24.A Parágrafo único. O relatório final de atividades deve ser apresentado ao Crea até trinta dias após o encerramento do convenio. (NR) 13 Resolução 1032/11 - Art. 13. O convênio deverá ter como objeto a verificação e a fiscalização do exercício e das atividades profissionais, indicando a modalidade de colaboração que será prestada pela entidade de classe, o modo de ação e os mecanismos de controle a ser empreendidos, em conformidade com o plano de trabalho aprovado. 14 Resolução 1032/11 - Art. 12. O convênio para verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais terá validade de doze meses e deverá obedecer, no que couber, ao disposto na legislação específica que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública, conforme Anexo I. 15 Resolução 1032/11 - Art. 14. Para consecução dos objetivos do convênio, o Crea deverá prever recursos em dotação orçamentária correspondentes até 16% (dezesseis por cento) da renda líquida proveniente da arrecadação das taxas de ART. Parágrafo único. Para efeito desta Resolução, considera-se renda líquida aquela obtida após subtração do valor correspondente às quotas-partes destinadas ao Confea e à Mútua da renda bruta relativa à arrecadação das taxas de ART. 16 Resolução 1032/11 - Art. 15. O recurso repassado, mensalmente, a cada convênio firmado pelo Crea deverá corresponder até 16% (dezesseis por cento) do valor líquido da taxa de cada ART registrada, em cujo formulário tenha sido identificada a respectiva entidade de classe conveniada. 17 Resolução 1032/11 - Art. 15 - § U - Quando não constar identificação de qualquer entidade de classe conveniada do formulário da ART registrada, o percentual correspondente ao valor líquido da taxa respectiva será rateado, proporcionalmente, entre os convênios firmados pelo Crea, de acordo com o número de profissionais em dia com suas obrigações para com o Sistema Confea/Crea até 31 de dezembro do ano anterior associados a cada entidade de classe. 18 Resolução 1032/11 - Art. 24 - § U- O relatório de acompanhamento deve ser apresentado ao Crea até trinta dias após a conclusão de cada meta do plano de trabalho. (NR). 19 Resolução 1032/11 - Art. 25. Serão admitidas para cumprimento do objeto do convênio firmado entre o Crea e a instituição de ensino ou a entidade de classe as seguintes despesas: I - aquisição de programas e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, como microcomputador, impressora, aparelho de fac-símile, projetor multimídia e outros; II - aquisição de livros, publicações, revistas e material didático; III - contratação de assessoria técnica, prestada por pessoa física ou jurídica, para a promoção de eventos, como palestra, curso, simpósio e outros; IV - contratação de consultoria técnica, prestada por pessoa física ou jurídica, para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto do convênio; V - contratação de funcionário ou estagiário para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto do convênio; VI - contratação de serviços de logística, compreendendo a locação de espaço físico e de equipamentos e o transporte de material, de veículos destinados ao planejamento e à realização dos eventos promovidos; VII - contratação de serviços gráficos e audiovisuais, necessários à divulgação e à realização dos eventos promovidos; VIII - postagem de correspondência relacionada às atividades objeto do convênio; IX - publicação de editais e de matérias técnicas ou publicitárias relacionadas ao objeto do convênio. X - contratação de serviços de provedores de acesso à internet, e pagamento de conta de telefone vinculada ao evento objeto do convênio; XI - publicação em jornais, revistas e periódicos que contemplem matérias ou divulgações relacionadas com os objetivos do Sistema Confea/Crea; XII - despesas relacionadas à participação de profissionais em eventos de interesse da profissão, e XIII - despesas operacionais de consumo de energia e telefone, relacionadas ás atividades objeto do convênio, quando da realização de eventos. 20 Resolução 1032/11 - Art. 28. A instituição de ensino ou a entidade de classe conveniada fica obrigada a restituir ao Crea os recursos recebidos, atualizados monetariamente, quando: I - deixar de cumprir o objeto do convênio; II - deixar de apresentar o relatório de atividades no prazo estabelecido; III - deixar de utilizar os recursos no período do exercício fiscal; ou IV - tiver o relatório de atividades rejeitado pelo Plenário do Crea, caso em que a devolução poderá ser total ou parcial.

JOEL KRÜGER
Presidente do Conselho




Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.




# ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

**Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.***
***Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.***
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores.
Portanto, cuidado, seja prudente!
***Atualize seu software antivírus*** com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.




Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022800336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.